

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE

1892

	Pags.
N. 706 — AGRICULTURA—Decreto de 2 de janeiro de 1892—Concede á Companhia <i>Société des Mines d'Or de Paria</i> autorisação para augmentar o seu capital e elevar o numero de seus directores.....	1
N. 707— AGRICULTURA—Decreto de 8 de janeiro de 1892—Transfere a Estação Agronomica de Campinas para o Estado de S. Paulo.....	3
N. 708 — AGRICULTURA—Decreto de 16 de janeiro de 1892—Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dos appparelhos e descripção dos methodos de fabricação do engenho central na Palhoça, de que é cessionaria a Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina.....	4
N. 709 — INTERIOR — Decreto de 16 de janeiro de 1892 — Considera de nenhum effeito o decreto n. 455 de 25 de julho de 1891 que declarou de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios ns. 35 A e 37 da rua de S. Luiz Gonzaga.....	5
N. 710 — INTERIOR— Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Concede permissão para que seja transferida á Companhia União Industrial dos Estados do Brazil a concessão feita por decretos n. 9707 de 29 de janeiro de 1887 e n. 10.351 de 14 de setembro de 1889, da qual é cessionario o Dr. Antonio Brissay, nos termos do decreto n. 842 de 11 de outubro de 1890, para o alargamento, rectificação e prolongamento da rua do Senhor dos Passos.....	5

	Pags.
N. 711 — INTERIOR — Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado da Bahia.....	6
N. 712 — INTERIOR — Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Espirito Santo.....	6
N. 713 — INTERIOR — Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Minas Geraes.....	7
N. 714 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de janeiro de 1892 — Approva os estulos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Pezanha, na extensão de 84k,100.....	7
N. 715 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1892 — Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1892....	8
N. 716 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de janeiro de 1892 — Augmenta o numero e os salarios dos trabalhadores do Jardim Botanico e dá outras providencias.....	11
N. 717 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de janeiro de 1892 — Abre um credito de 1.360:895\$ para occorrer ás despesas com as obras publicas da Capital Federal e a Estrada de Ferro do Rio do Ouro durante o primeiro semestre do corrente exercicio.....	12
N. 718 — INTERIOR — Decreto de 27 de janeiro de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio n. 224 da rua do Hospicio.....	14
N. 719 — INTERIOR — Decreto de 29 de janeiro de 1892 — Autorisa a transferencia da Estrada de Ferro do Rio Claro á Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluvias.....	14
N. 720 — INTERIOR — Decreto de 29 de janeiro de 1892 — Abre ao Ministerio do Interior creditos, para despesas, no exercicio de 1892, com varios serviços, enquanto a cargo da União.....	15
N. 721 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de janeiro de 1892 — Concede authorisação a Ramiro Fortes de Barcellos para organizar uma sociedade anonyma em commandita por accoes, sob a denominação de — A Meridional.....	16
N. 722 — INTERIOR — Decreto de 31 de janeiro de 1892 — Providencia sobre a creação do Instituto de Educação Profissional e dá outras providencias.....	20
N. 722 A — INTERIOR — Decreto de 30 de janeiro de 1892 — Abre um credito de 1.409:550\$ para occorrer ás despesas com os serviços da Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria e com os da instrução primaria de primeiro e segundo grãos da Capital Federal.....	23
N. 723 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça creditos para despesas no exercicio de 1892 com varios serviços, enquanto a cargo da União.....	27
N. 724 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Providencia provisoriamente sobre a justiça nos Estados.....	27

	Pags.
N. 725 — INTERIOR—Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Extingue o Internato do Gymnasio Nacional e crea em substituição segundo Externato.....	28
N. 726 — AGRICULTURA— Decreto de 2 de fevereiro de 1892 — Concede á Companhia Vinicola Internacional authorisação para substituir o parographo unico do art. 22 de seus estatutos.....	29
N. 727 — FAZENDA— Decreto de 5 de fevereiro de 1892 — Substitue o regimen de fiscalização collectiva instituido no decreto n. 493 de 15 de agosto de 1891, pelo de fiscalização singular estabelecido na lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888.....	29
N. 732 (*) — INTERIOR — Decreto de 5 de fevereiro de 1892 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Pernambuco.....	30
N. 733 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de fevereiro de 1892 — Regula o modo pelo qual deve ser executada a disposição contida no n. 20, § 4º, art. 8º, da lei de orçamento de 30 de dezembro de 1891.....	31
N. 733 A — FAZENDA — Decreto de 12 de fevereiro de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil.....	32
N. 734 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Approva a modificação feita no traçado da Estrada de Ferro do Norte, no prolongamento entre o rio Trapicheiro e a rua Machado Coelho, e fixa o prazo improrogavel de tres mezes para conclusão das obras.....	33
N. 735 — MARINHA—Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Altera o plano de uniformes dos officiaes da Armada e classes annexas, que baixou com o decreto n. 425 de 24 de maio de 1890.....	33
N. 736 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas credito para despesas no exercicio de 1892 com alguns serviços a que se refere o § 2º do art. 8º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, enquanto a cargo da União.....	35
N. 737 — AGRICULTURA— Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito de 299:237\$537 para occorrer á liquidação de dividas de exercicios findos...	37
N. 738 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de fevereiro de 1892 — Concede authorisação a José Leão Ferreira Souto para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de companhia Central de Restaurantes.....	41
N. 740 (**) — AGRICULTURA — Decreto de 17 de fevereiro de 1892 — Transfere o engenho central de Magé á Companhia Engenho Central de Guapy-mirim.....	53

(*) Com os ns. 723, 724, 730 e 731 não houve acto.

(**) Com o n. 733 não houve acto.

INDICE DOS ACTOS

	Pags.
N. 741 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1892 — Approva, com restricção, os estatutos do Monte-Pio Popular.....	53
N. 742 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1892 — Con- cede autorisação ao Banco das Classes Laboriosas, para operar sobre seguro de vida, a premio.....	66
N. 743 — MARINHA — Decreto de 20 de fevereiro de 1892 — De- clara que os enfermeiros, fleis e escreventes da Armada devem ter o mesmo uniforme marcado no decreto n. 735 de 13 de fevereiro de 1892, para os officiaes de apito e artifices.....	66
N. 744 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — — Eleva a 1.ª a etapa das praças do Corpo de Bombeiros e faz reverter a caixa de beneficencia do mesmo corpo a importancia descontada das praças licenciadas.....	67
N. 745 — GUERRA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Am- plia o art. 6º das instrucções a que se refere o decreto n. 431 de 2 de julho de 1891.....	67
N. 746 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo.....	68
N. 747 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de Minas Geraes.....	82
N. 748 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1892 — Approva, com restricção, as modificações, feitas nos es- tatutos do Banco de Credito Rural e Internacional.....	83
N. 749 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1892 — Crea na comarca de Cintra, no Estado do Pará, dous bata- lhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro do da reserva.....	85
N. 749 A — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 146:988\$ para despesas no exercicio de 1892, com varios serviços no Estado de Sergipe, enquanto a cargo da União.....	85
N. 750 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de fevereiro de 1892 — Crea na comarca de Curuçá, no Estado do Pará, dous bata- lhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro do da reserva.....	86
N. 750 A — GUERRA — Decreto de 2 de março de 1892 — Appro- va o regulamento para o Collegio Militar.....	86
N. 751 — EXTERIOR — Decreto de 3 de março de 1892 — Muda a categoria do Consulado Geral na Suecia e No- ruega.....	127
N. 752 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de março de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Com- mercio e Obras Publicas um credito de 1.263:156\$250 para occorrer ás despesas com o serviço de — Esgotos da cidade — no primeiro semestre do corrente exercicio...	128

	Pags.
N. 753 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de março de 1892 — Manda adoptar o fardamento para apresentações, rondas de theatros e passeio dos officiaes do Corpo de Bom- beiros	128
N. 754 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de março de 1892 — Crea dois logares de ajudantes da locomoção e do tra- fego na Estrada de Ferro Central do Brazil, especia- lmente encarregados do serviço no respectivo trecho da Cachoeira a S. Paulo.....	129
N. 755 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de março de 1892 — Crea a 1.ª companhia do Corpo de Bombeiros.....	130
N. 756 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de março de 1892 — Approva as plantas pelo processo de moendas para os engenhos centrais de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão.....	131
N. 756 A — INTERIOR — Decreto de 8 de março de 1892 — Deroga em parte o decreto n. 722 de 30 de janeiro de 1892 e transfere o Museu Nacional para a Quinta da Boa Vista.	131
N. 757 — INTERIOR — Decreto de 11 de março de 1892 — Altera algumas disposições dos regulamentos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.....	132
N. 758 — INTERIOR — Decreto de 11 de março de 1892 — Eleva a 309:920\$ o credito de 141:600\$, aberto pelo decreto n. 720 de 29 de janeiro ultimo, para despesas da verba — Estados Confederados.....	133
N. 759 — EXTERIOR — Decreto de 11 de março de 1892 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito supple- mentar de 107:250\$, para as despesas da rubrica— Ajudas de custo—no exercicio de 1891.....	131
N. 760 — INTERIOR — Decreto de 16 de março de 1892 — Approva as instruções para execução dos arts. 59 e 60 da lei n. 35 de 25 de janeiro de 1892.....	136
N. 761 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Rescind o contracto da Companhia Brasileira de Phos- phato de Cal para a exploração de jazidas de cal no archipelago de Fernando de Noronha.....	138
N. 762 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Approva os estudos definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	133
N. 763 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Approva os estudos definitivos de mais um trecho do ramal de Timbauba ao Pilar, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.....	139
N. 764 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Concede á Companhia Upton Importadora autorização para funcionar	140
N. 765 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de março de 1892 — Declara caduca a concessão da Estrada de Ferro Bene- vente e Minas, a que se refere o decreto n. 10.120 de 15 de dezembro de 1888.....	146

	Pags.
N. 765 — MARINHA — Decreto de 18 de março de 1892 — Abre ao Ministério dos Negocios da Marinha um credito supplementar de 219:546\$842 para a verba — Munições navaes — do exercicio de 1891.....	149
N. 767 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de março de 1892 — Abre o credito de 6:780\$ para custeio da fazenda da Boa-Vista durante o exercicio de 1892.....	149
N. 768 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de março de 1892 — Approva as plantas para a construcção de saladeiros centraes no Estado do Maranhão, de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão.....	150
N. 769 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de março de 1892 — Autorisa a transferencia da Estrada de Ferro de Itú a Iguape á Companhia Vição Ferrea Sapucahy.....	151
N. 770 — INTERIOR — Decreto de 22 de março de 1892 — Abre ao Ministério do Interior um credito extraordinario de 3.000:000\$, para despesas com socorros publicos.....	151
N. 771 — GUERRA — Decreto de 22 de março de 1892 — Modifica o art. 48 do regulamento de 17 de abril de 1868, para a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra e repartições annexas.....	156
N. 772 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de março de 1892 — Abre ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 559:015\$, para occorrer ás despesas com o serviço da — Illuminação publico desta Capital —, no 1º semestre do actual exercicio.....	156
N. 773 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de março de 1892 — Approva os estudos definitivos da linha de Restinga Serra á Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná.	157
N. 774 — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Brasileiro.....	157
N. 775 — JUSTIÇA — Decreto de 22 de março de 1892 — Crea um batalhão de infantaria do serviço activo e um de reserva e dous esquadrões de cavallaria de guardas nacionaes, nas comarcas de Santa Cruz de Corumbá, Miranda e San'Anna do Paranahyba, no Estado de Matto Grosso.....	159
N. 776 — MARINHA — Decreto de 22 de março de 1892 — Determina que os guardas-marinha alumnos sejam confirmados nesse posto por decreto.....	159
N. 777 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de março de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Fabril e Industrial de Vinagre.....	161
N. 778 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de março de 1892 — Approva, com restricções, a variante proposta pela Companhia <i>Tram-Road</i> de Nazareth, em substituição ao traçado já approved entre o kilometro 53 e o fim da linha.	161
N. 779 — GUERRA — Decreto de 26 de março de 1892 — Modifica o art. 56 do regulamento para as Escolas Praticas do Exercício.....	161

	Pags.
N. 779 A — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1892 — Concede permissão á associação anonyma Monte Pio Popular para mudar este titulo para o de — Monte Pio Nacional.	162
N. 779 B — MARINHA — Decreto de 29 de março de 1892 — Equipa os soldos dos machinistas navaes aos dos officiaes de igures patentes das demais classes da Armada.....	162
N. 779 C — MARINHA — Decreto de 29 de março de 1892 — Explica como se deve proceder com referencia á contribuição dos machinistas navaes para o montepio de marinha, em vista da reorganização do respectivo quadro.....	163
N. 780 — INTERIOR — Decreto de 1 de abril de 1892 — Concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e a Luiz Gerardo Albernaz prorrogação de prazo, quanto á concessão a que se refere o decreto n. 329 de 16 de maio de 1891.....	164
N. 781 — INTERIOR — Decreto de 1 de abril de 1892 — Concede ao engenheiro Carlos Poma prorrogação de prazo quanto á concessão a que se refere o decreto n. 326 de 16 de maio de 1891.....	164
N. 782 — INTERIOR — Decreto de 1 de abril de 1892 — Approva os planos dos edificios que João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa tem de construir para habitação de operarios e classes pobres.....	165
N. 783 — INTERIOR — Decreto de 1 de abril de 1892 — Declara caduca a concessão de que tratam os decretos ns. 322 de 16 de maio e 618 de 23 de outubro de 1891, dos favores da lei n. 3151 de 9 de setembro de 1882, relativamente aos edificios que Ernani Lodi Batalha, ou a companhia que por elle fosse organizada, tinha de construir para habitação de operarios e classes pobres.....	165
N. 784 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de abril de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu.....	166
N. 785 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 1 de abril de 1892 — Altera os §§ 8, 9 e 10 das instrucções que baixaram com o decreto n. 471 de 1 de agosto de 1891 para a habilitação ao montepio e meio soldo dos officiaes do Exercito e Armada.....	167
N. 786 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de abril de 1892 — Transfere para o Ministerio da Marinha o serviço de balisamento dos portos.....	168
N. 787 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de abril de 1892 — Altera a observação constante da tabella n. 3, annexa ao decreto n. 691 de 28 de agosto de 1890.....	169
N. 788 — INTERIOR — Decreto de 8 de abril de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito extraordinario de 110:000\$ para occorrer ás despesas determinadas pelo art. 8º das disposições transitorias da Constituição Federal e decreto n. 6 de 29 de agosto de 1891.....	169

	Pags.
N. 789 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de abril de 1892 — Approva os planos e orçamentos para as obras necessa- rias ao escoamento das aguas pluvias através do aterro e muralha do caes no porto de Santos.....	170
N. 790 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de abril de 1892 — Approva a planta apresentada pela Empresa das Obras de Melhoramento do Porto de Santos, no Estado de S. Paulo, para o prolongamento do caes, desde a Capi- tania até ao Paquetá.....	171
N. 791 — INTERIOR — Decreto de 10 de abril de 1892 — Declara em estado de sitio o Districto Federal e suspende as garantias por 72 horas.....	173
N. 792 — EXTERIOR — Decreto de 11 de abril de 1892 — Limita a quota dos emolumentos que pertence aos con- sules geraes, consules e vice-consules que não percebem vencimentos.....	173
N. 793 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de abril de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Salinas da Margarida.....	174
N. 794 — INTERIOR — Decreto de 16 de abril de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior credits supplementares para cobrir não só as despesas que exce- deram ás diversas verbas do orçamento de 1891, mas tambem as que se fizeram com a sessão extraordinaria do Congresso Nacional.....	175
N. 795 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de abril de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 73:500\$ para despesas com o Asylo da Mendicidade, no actual exercicio.....	176
N. 796 — INTERIOR — Decreto de 23 de abril de 1892 — De- clara que o disposto no art. 51 do regulamento de 18 de janeiro de 1890 não comprehende as sociedades an- onymas que tenham por fim a industria da pharmacia.....	177
N. 797 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 — Abre o credito de 6:800\$ para melhoria dos salarios dos guardas, porteiros e trabalhadores dos jardins da Praça da Republica, Passeio Publico e viveiro da Quinta da Boa-Vista em S. Christovão.....	177
N. 798 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 — Acceita da Companhia Agricola de Campos a desistencia que faz da garantia de juros do seu engenho central nos Ayrizes e transformação da Usina Barcellos.....	178
N. 799 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria.....	178
N. 800 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 — Autorisa a transferencia do contracto para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Maceió á extincta colonia Leopoldina.....	181
N. 801 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Com- mercio e Industria Nacional.....	181

	Pags.
N. 802 — EXTERIOR — Decreto de 28 de abril de 1892 — Marca prazo aos empregados diplomaticos e consulares para partirem para seus destinos.....	183
N. 803 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de abril de 1892 — Approva o plano, perfil e orçamento da ferro-via para o engenho central da Cuaçã, de propriedade da Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco.....	183
N. 804 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1892 — Concede ao Banco de S. Paulo a renuncia, que pediu, do direito de emittir bilhetes ao portador, pagaveis em ouro.....	185
N. 805 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1892 — Modifica o regulamento mandado observar pelo decreto n. 684 C de 21 de novembro de 1891, sobre a exigencia das facturas consulares.....	185
N. 806 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 29 de abril de 1892 — Concede ao Gymnasio Mineiro (Internato e Externato) as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	191
N. 807 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1892 — Regula o interstício para a promoção dos officiaes da Armada e classes annexas.....	191
N. 808 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de maio de 1892 — Approva com modificações os planos e orçamentos apresentados para melhoramento do porto de Jaraguá, Estado das Alagoas, fixando o respectivo capital máximo.....	195
N. 809 — GUERRA — Decreto de 1 de maio de 1892 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 150:000\$ á verba — Ajudas do custo.....	196
N. 810 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de maio de 1892 — Revoga os decretos ns. 549 de 17 de setembro, 607 de 20 de outubro e 612 de 5 de novembro, todos do anno passado, que autorizavam diversas desapropriações no Estado de Pernambuco, para desenvolvimento do muelho Suassuna.....	196
N. 811 — FAZENDA — Decreto de 7 de maio de 1892 — Approva, com modificações, as alterações feitas nos estatutos do Banco dos Funcionarios Publices.....	197
N. 812 — EXTERIOR — Decreto de 7 de maio de 1892 — Crea um Consulado na provincia portugueza de Moçambique, na Africa Oriental.....	199
N. 813 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de maio de 1892 — Approva os planos e orçamentos do armazem n. 1, na importancia de 178:127\$759, apresentados pela Empresa de Obras e Melhoramentos do Porto de Santos, de accordo com os decretos ns. 9979 e 966, de 12 de julho de 1888 e 7 de novembro de 1890.....	199
N. 814 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de maio de 1892 — Approva a planta para desapropriação de terrenos, apresentada pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, com exclusão dos terrenos para a construcção do caes de Santos.....	200

	Pags.
N. 815 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de maio de 1892 — Concede autorisação a Manoel Lopes de Carvalho para organizar uma sociedade em commandita por acções, sob a firma de Carvalho & Companhia.....	201
N. 816 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1892 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo, creado pela lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891, e revoga o que baixou com o decreto n. 746, de 26 de fevereiro do corrente anno.....	203
N. 817 — EXTERIOR — Decreto de 17 de maio de 1892 — Crea um Consulado em Macau.....	220
N. 818 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de maio de 1892 — Concede ao Dr. João Landell autorisação para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Alliança do Sul.....	220
N. 819 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de maio de 1892 — Concede á Companhia Commercio de Lenha e Materiaes autorisação para incluir entre seus fins o commercio de generos alimenticios.....	225
N. 820 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 19 de maio de 1892 — Abre um credito supplementar na importancia de 50:564\$429 para a verba — Obras — do exercicio de 1891, do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.....	226
N. 821 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1892 — Altera o art. 15 do regulamento approved pelo decreto n. 743, de 2 de setembro de 1890.....	227
N. 822 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Vinicola Internacional.....	228
N. 823 — FAZENDA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Concede ao Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e outros autorisação para organizarem o Banco União de Minas e approva, com alteração, os respectivos estatutos.....	229
N. 824 — FAZENDA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Sul-Americano.....	236
N. 825 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Altera o art. 35 do regulamento approved pelo decreto n. 603, de 26 de julho de 1890.....	233
N. 826 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de maio de 1892 — Approva o accordo celebrado com a <i>Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro</i>	238
N. 827 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de maio de 1892 — Crea na comarca de Pouso Alto, do Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes.....	242
N. 828 — AGRICULTURA — Decreto de 28 de maio de 1892 — Approva os estudos definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, além de Santa Luzia.....	242

- N. 829 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de maio de 1892 —
 Approva os estudos e plantas concernentes a mais dez
 kilometros e setecentos quarenta e seis metros do trecho
 de Santa Luzia a Sete Lagoas, no prolongamento da
 Estrada de Ferro Central do Brazil..... 243
- N. 830 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de maio de 1892 — Crea
 no commando superior da Guarda Nacional da comarca
 de Camaragibe, no Estado das Alagoas, mais um
 batalhão de infantaria do serviço activo e outro da
 reserva..... 243
- N. 831 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea
 um commando superior de guardas nacionaes na co-
 marca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de
 Minas Geraes..... 244
- N. 832 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea
 um commando superior de guardas nacionaes na co-
 marca de Caçapava, do Estado de S. Paulo..... 245
- N. 833 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de maio de 1892 —
 Approva os estudos definitivos dos quarenta primeiros
 kilometros do prolongamento da Companhia Estrada
 de Ferro e Minas S. Jeronymo..... 245
- N. 834 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de maio de 1892 —
 Autorisa a transferencia do contracto para construcção,
 uso e gozo de uma estrada de ferro de Maceió á extincta
 colonia Leopoldina, no Estado das Alagoas, com um
 ramal para Porto Calvo..... 246
- N. 835 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea
 na comarca do Espirito Santo do Pinhal, do Estado de
 S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes..... 246
- N. 836 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea
 um commando superior de guardas nacionaes na co-
 marca de Cunha, do Estado de S. Paulo..... 247
- N. 837 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea
 um commando superior de guardas nacionaes na co-
 marca de S. Bento de Sapucahy, no Estado de São
 Paulo..... 247
- N. 838 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Crea
 um commando superior de guardas nacionaes na co-
 marca de S. Luiz, no Estado de S. Paulo..... 248
- N. 839 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Eleva á
 categoria de batalhão a 7ª secção de batalhão da reserva
 da Guarda Nacional da comarca de Pão de Assucar, no
 Estado das Alagoas, e crea na mesma comarca mais um
 batalhão de infantaria..... 248
- N. 840 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de maio de 1892 — Abre
 ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de
 19:505\$444, para pagamento de diversos serviços no
 Estado da Bahia, de 1 a 13 de janeiro..... 249
- N. 841 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea
 um commando superior de guardas nacionaes na co-
 marca de Pirassinunga, no Estado de S. Paulo..... 250

	Págs.
N. 842 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Passa-Quatro, no Estado de S. Paulo.....	250
N. 843 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araras, no Estado de S. Paulo.....	251
N. 844 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um corpo de cavallaria no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.....	251
N. 845 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Machado, no Estado de Minas Geraes.....	252
N. 846 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Carlos do Pinhal, no Estado de S. Paulo.....	252
N. 847 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Cruzeiro, no Estado de S. Paulo.....	253
N. 848 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.....	253
N. 849 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo.....	254
N. 851 (*) — AGRICULTURA — Decreto de 3 de junho de 1892 — Autorisa a fusão da Empresa de Navegação a Vapor do Baixo S. Francisco na Companhia de Navegação Pernambuco.....	254
N. 852 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Concede ao Banco da Bahia a renuncia, que pediu, do direito de emitir bilhetes ao portador, pagáveis em ouro..	255
N. 853 — INTERIOR — Decreto de 7 de junho de 1892 — Declara as faltas verificadas no original do decreto do Congresso Nacional que foi convertido na lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.....	255
N. 854 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Amparo, no Estado de S. Paulo.....	256
N. 855 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.....	256
N. 856 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Soccorro, no Estado de S. Paulo.....	257
N. 857 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itatiba, no Estado de S. Paulo.....	257

(*) Com o n. 850 não houve acto.

Pags.

N. 858 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Serra Negra, no Estado de S. Paulo.....	258
N. 859 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.....	258
N. 860 — JUSTIÇA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mazagão, no Estado do Pará.....	259
N. 861 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de junho de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade Padaria Luzo-Brazileira.....	259
N. 862 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes.....	260
N. 863 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na Capital do Estado do Pará.....	261
N. 864 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado de Minas Geraes.....	261
N. 865 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes.....	262
N. 866 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Viçosa, no Estado de Minas Geraes.....	262
N. 867 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Aréas, no Estado de S. Paulo.....	263
N. 868 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José de Barreiros, no Estado de S. Paulo.....	263
N. 869 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo.....	264
N. 870 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo.....	265
N. 871 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Dous Corregos, no Estado de S. Paulo.....	265
N. 872 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Limeira, no Estado de S. Paulo.....	266
N. 873 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Capivary, no Estado de S. Paulo.....	266

	Pags.
N. 874 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Jahú, no Estado de S. Paulo.....	267
N. 875 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Brotas, no Estado de S. Paulo.....	267
N. 876 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo.....	268
N. 877 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Crea na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo, dous batalhões de infantaria e dous corpos de cavallaria de guardas nacionaes.....	268
N. 878 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.....	269
N. 879 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Peçanha, no Estado de Minas Geraes.....	269
N. 880 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Crea um commando de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes...	270
N. 881 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de junho de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Parahybuna, no Estado de Minas Geraes.....	270
N. 882 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Approva, com modificação, o projecto de reforma dos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo.....	271
N. 883 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Concede autorisação ao Banco União Agricola do Brazil, de credito real para augmentar o seu capital até ao maximo de 50.000:000\$, mediante o d. diversas emprezas industriaes e commerciaes, que com elle se fundirem.....	271
N. 884 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Declara que o curador das massas fallidas sómente cabem custas, calculadas de accordo com o art. 147 do decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890.....	272
N. 885 — MARINHA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Estabelece algumas regras sobre a contribuição para o montepio dos officiaes da Armada e classes annexas...	272
N. 886 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea o commando superior de Guarda Nacional da comarca de Itaituba, no Estado do Pará.....	274
N. 887 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.....	274
N. 888 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo.....	275

Pags.

N. 889 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea um regimento de cavallaria da Guarda Nacional na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.....	275
N. 890 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da Guarda Nacional na comarca de Assaré, no Estado do Ceará	276
N. 891 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de junho de 1892 — Crea dois batalhões de infantaria, um do serviço activo e outro da reserva, na comarca da Granja, no Estado do Ceará.....	276
N. 891 A — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.....	277
N. 891 B — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Piumby, no Estado de Minas Geraes.....	277
N. 891 C — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes....	278
N. 891 D — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes nas comarcas de Muzambinho e Cabo Verde, no Estado de Minas Geraes.....	278
N. 891 E — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Machado, no Estado de Minas Geraes.....	279
N. 891 F — JUSTIÇA — Decreto de 24 de junho de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.....	279
N. 892 — GUERRA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Amplia o art. 4º, paragrapho unico, do regulamento para a Comissão Technica Militar Consultiva.....	280
N. 893 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes.....	280
N. 894 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Ribeirão Bonito, no Estado de S. Paulo.....	281
N. 894 A — JUSTIÇA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.....	281
N. 895 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tietê, no Estado de S. Paulo.....	281
N. 895 A — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1892 — Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da sociedade anonyma denominada Companhia Cooperativa de Consumo Domestico e Agricola de Nova Friburgo...	282

	Pags.
N. 896 — INTERIOR — Decreto de 29 de junho de 1892 — Consolida as disposições em vigor relativas aos diferentes serviços da Assistência Medico-Legal de Alienados.....	283
N. 897 — INTERIOR — Decreto de 29 de junho de 1892 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado das Alagóas.....	303
N. 898 — MARINHA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Torna extensivo á Marinha o decreto n. 49 de 11 do corrente sobre as vantagens pecuniarias dos officiaes e praças absolvidos em conselho de guerra.....	304
N. 899 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Abre um novo credito de 1.360:835\$, para occorrer ás despezas com as obras publicas da Capital Federal e a Estrada de Ferro do Rio d'Ouro, no 2º semestre do corrente anno.....	304
N. 900 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jundiaby, no Estado de S. Paulo.....	305
N. 901 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea na comarca de Cametá, no Estado do Pará, mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes.....	305
N. 902 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Branca, no Estado de S. Paulo.....	306
N. 903 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Japbeiro, no Estado de S. Paulo.....	306
N. 904 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea nas comarcas de Sorocaba e Tatuhy, no Estado de S. Paulo, um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.....	307
N. 905 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.....	307
N. 906 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea duas secções de batalhão de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.....	308
N. 907 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Carmo da Franca, no Estado de S. Paulo...	308
N. 908 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cajuru, no Estado de S. Paulo.....	309
N. 909 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mococa, no Estado de S. Paulo.....	309
N. 910 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo	310

	Pags.
N. 911 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo	310
N. 912 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo.....	311
N. 913 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea mais dous batalhões de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.....	311
N. 914 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea na comarca de S. Luiz de Parahytinga, no Estado de S. Paulo, mais dous batalhões de guardas nacionaes.....	312
N. 915 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea mais um batalhão de reserva no commando superior de guardas nacionaes da comarca de Cametá, no Estado do Pará.....	312
N. 916 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Igarapé-Mirim, no Estado do Pará.....	313
N. 916 A — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Manicoré, no Estado do Amazonas.....	313
N. 916 B — JUSTIÇA — Decreto de 29 de junho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.....	314
N. 917 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Approva a planta apresentada pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana para modificação da linha entre os kilometros 224.588, 227.658 e 227.836.....	314
N. 918 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Approva os estudos definitivos do trecho do prolongamento comprehendido entre S. Vicente e Santos, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana.....	315
N. 919 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Concede autorisação á <i>The D. Pedro Gold Mining Company, limited</i> , para funcionar.....	315
N. 920 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Autorisa a Companhia Banha Rio-Grandense Alves a reformar os seus estatutos.....	340
N. 921 — MARINHA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Declara de utilidade publica a desapropriação de uma área de 50 metros quadrados do terreno denominado Barra do Poxim, no termo de S. Christovão, Estado de Sergipe, occupado pelo pharol de Aracaju e suas dependencias.....	343
N. 922 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Concede a José Antonio Rodrigues Nunes e outro autorisação para organizarem a Companhia de Seguros Mutuos Contra Fogo Colombo.....	343

	Pags.
N. 923 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Concede autorização á Companhia denominada <i>The New York Commercial Company of Brasil</i> , para funcionar no Brazil.....	351
N. 924 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Approva os estatutos da Companhia Zoosterina.....	361
N. 925 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de julho de 1892 — Approva os planos de uma estação de triage nos terrenos do antigo matadouro desta Capital.....	362
N. 926 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1892 — Autorisa a Companhia <i>Alliance British Foreign Life and Fire Assurance</i> a substituir este nome pelo de <i>Alliance Assurance Company</i>	363
N. 927 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1892 — Approva o regulamento organizado para o serviço das delegacias da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação.....	365
N. 928 — INTERIOR — Decreto de 5 de julho de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos terrenos sitos na Copacabana, pertencentes á viuva Barrozo e filhos.....	373
N. 929 — INTERIOR — Decreto de 5 de julho de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio da rua Visconde do Rio Branco n. 38.....	373
N. 930 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de julho de 1892 — Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores feitos ao engenho central « S. João », de propriedade da Companhia Industria e Construção.....	374
N. 930 A — MARINHA — Decreto de 8 de julho de 1892 — Transfere para o quadro extraordinário o capitão-tenente Alfredo Augusto de Lima Barros e os 1 ^{os} tenentes João Maximiano Argermon Sidney Schieffler e Themistocles Nogueira Savio.....	374
N. 931 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.....	375
N. 932 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Reorganiza o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia.....	377
N. 933 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes	377
N. 934 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Remanso, no Estado da Bahia.....	378
N. 935 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de julho de 1892 — Altera a clausula 6 ^a das que baixaram com o decreto n. 1233 de 3 de janeiro de 1891, relativamente ás obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia	378

Pags.

N. 936 — INTERIOR — Decreto de 9 de julho de 1892 — Concede a João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa prorrogação do prazo quanto á concessão a que se refere o decreto n. 330 de 16 de maio de 1891.....	379
N. 936 A — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes em cada uma das comarcas de Carmo da Bagagem, Caratinga e S. Sebastião do Paraizo, e reorganiza a Guarda Nacional das de Lavras e Patrocínio, todas do Estado de Minas Geraes.....	380
N. 936 B — JUSTIÇA — Decreto de 12 de julho de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Turvo (antiga Bom-Jardim), no Estado de Minas Geraes.....	381
N. 937 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Aceita do cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão a desistencia que faz da garantia de juros e mais favores que obteve para um engenho central no Estado do Rio Grande do Norte.....	382
N. 938 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.268:158\$250, para occorrer ás despesas com o serviço de esgotos da cidade, no segundo semestre do corrente exercicio.....	382
N. 939 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 559:045\$, para occorrer ás despesas com o serviço da illuminação publica desta Capital, no segundo semestre do actual exercicio.....	383
N. 940 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Approva os estudos e respectivo orçamento do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, de Quixeramobim a Humaytá.....	383
N. 941 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Approva a variante proposta pela Empreza Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul, entre os kilometros 3.66 e 25.51 da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Lourenço.	384
N. 942 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Innova o contracto com a Empreza de Melhoramentos do Porto de Santos, augmenta o capital a 14.627:194\$707, autorisa o prolongamento do caes de Paquetá a Outeirinhos e fixa o prazo para a conclusão das obras.....	384
N. 943 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de julho de 1892 — Approva os planos e orçamento do armazem n. 2, na importancia de 178:127\$759, apresentados pela Empreza de Obras e Melhoramento do Porto de Santos, de accordo com os decretos ns. 9979, 966 e 813, e autorisa a construção de mais dous armazens e as pontes provisórias necessarias ao mesmo porto.....	385

	Pags.
N. 944 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Approva a reforma de algumas disposições dos estatutos do Banco de Credito Popular do Brazil.....	386
N. 946 (*) — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Anexa á comarca de Guamá, no Estado do Pará, o 8º batalhão de infantaria da Guarda Nacional.....	387
N. 947 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto de Moz, no Estado do Pará.....	388
N. 948 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Desanexa da comarca de Gurupá, passando a pertencer á de Porto de Moz, no Estado do Pará, o 26º e 64º batalhões de infantaria e a 6ª secção de batalhão de reserva da Guarda Nacional.....	388
N. 949 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Cintra, no Estado do Pará.....	389
N. 950 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Breves, no Estado do Pará.....	389
N. 951 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curuçá, no Estado do Pará.....	390
N. 952 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de julho de 1892 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Sabará, no Estado de Minas Geraes.....	390
N. 953 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de julho de 1892 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.....	391
N. 954 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de julho de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Verde, no Estado de Goyaz.....	391
N. 955 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de julho de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da capital do Estado de Goyaz.....	392
N. 956 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de julho de 1892 — Approva a fusão da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor no Lloyd Brasileiro, secção de navegação da Empresa de Obras Publicas no Brazil.....	392
N. 957 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de julho de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Companhia de seguros contra fogo <i>The Royal Insurance Company</i> ..	393
N. 958 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de julho de 1892 — Autorisa a Companhia ingleza <i>Alliance Assurance Company</i> a estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo.	396
N. 959 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Approva os estudos e plantas da cidade da Gavea.....	396

(*) Com o n. 945 não houve acto.

Pags.

N. 969 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Approva, com modificações, o plano geral das obras, apresentado pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, para execução do decreto n. 849 de 11 de outubro de 1890.....	397
N. 961 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guarda Nacional na comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.....	401
N. 962 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas.....	402
N. 963 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção do batalhão de in- fantaria do serviço activo da Guarda Nacional da co- marca da Estancia, no Estado de Sergipe.....	402
N. 964 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Concede autorisação a Affonso Pedreira de Cerqueira e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Abastecedora de Agua da Feira de Sant'Anna.....	403
N. 965 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1892 — Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para um engenho central em Mutupiranga, de que é cessionaria a Companhia Industrial e de Melho- ramentos da Bahia.....	408
N. 965 A — INTERIOR — Decreto de 30 de julho de 1892 — Concede autorisação ao subdito inglez Edward William Parsoné para transferir, na qualidade de duplo pro- curador da <i>India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company, limited</i> e da <i>South American Cable Company, limited</i> a concessão da primeira para a se- gunda destas companhias, mediante as clausulas que com este bixam.....	409
N. 966 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de agosto de 1892 — Proroga por dous annos o prazo marcado na clausula 6ª das que baixaram com o decreto n. 520 de 23 de junho de 1890.....	410
N. 967 — INTERIOR — Decreto de 1 de agosto de 1892 — De- clara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Paraná.....	410
N. 968 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de agosto de 1892 — Modifica a primeira parte da clausula 8ª do decreto n. 397 de 20 de junho de 1891 que transfere para a Companhia União Industrial dos Estados do Brazil o trecho da via ferrea de Cruz Alta a Itararé e seus ra- maes.....	411
N. 969 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 4ª secção do batalhão da re- serva da Guarda Nacional da comarca da Lapa, no Estado do Paraná.....	411
N. 970 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Palmas, no Estado do Paraná.....	412

	Pags.
N. 971 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea novos corpos de guardas nacionaes na comarca de Paranaguá, no Estado do Piahy.....	412
N. 972 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Corrente, no Estado do Piahy.....	413
N. 973 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Espirito Santo de Batataes, no Estado de S. Paulo.....	413
N. 974 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Novo do Parapanema, no Estado de S. Paulo.....	414
N. 975 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo.....	414
N. 976 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.....	415
N. 977 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Concede á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação autorização para construir, usar e gosar o prolongamento de sua linha de Resaca ao porto de Santos.....	415
N. 978 — INTERIOR — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Abre um credito de 500:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos de telegraphistas.....	418
N. 979 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de agosto de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.....	419
N. 980 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Frigorifica e Pastoril Brasileira.....	420
N. 981 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil.....	421
N. 982 — GUERRA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Modifica o plano de uniforme para o Batalhão Academico...	423
N. 983 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Autorisa a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluvias a prolongar sua linha ao porto de S. Sebastião...	424
N. 984 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional da Capital Federal.....	426
N. 984 A — JUSTIÇA — Decreto de 10 de agosto de 1892 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.....	427
N. 985 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de agosto de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.....	427

Pags.

N. 986 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Concede autorização á Companhia de seguros contra fogo Hamburgo Magdeburgo para estender as suas operações ao Estado de S. Paulo.....	428
N. 987 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Approva, com modificação, as alterações feitas nos estatutos da Companhia Commercio e Industrial do Brazil..	428
N. 988 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Approva os estudos definitivos da linha entre Jaraguá e a cidade de Palmeira dos Índios, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana.....	430
N. 989 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Proroga por tres mezes o prazo marcado na clausula 6 ^a do decreto n. 9741 de 9 de abril de 1887.....	431
N. 990 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da Capital de S. Paulo....	431
N. 991 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca do Gurupá, no Estado do Pará.....	432
N. 992 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macapá, no Estado do Pará.....	433
N. 993 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 3 ^a secção de batalhão do serviço activo da Guarda Nacional da Capital do Estado do Pará.....	433
N. 994 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado de S. Paulo.....	433
N. 995 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Solimões, no Estado do Amazonas.....	434
N. 996 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itaporanga, no Estado de Sergipe.....	434
N. 997 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Buquim, no Estado de Sergipe.....	435
N. 998 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Icó, no Estado do Ceará.....	435
N. 999 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.....	436
N. 1000 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.....	436
N. 1001 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Ipu, no Estado do Ceará.....	437

	Pags.
N. 1002 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.....	437
N. 1003 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.....	438
N. 1004 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e um da reserva de guardas nacionaes na comarca do Itapipoca, no Estado do Ceará.....	438
N. 1005 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e dous batalhões da reserva de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.....	439
N. 1006 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.....	439
N. 1007 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais dous batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.....	440
N. 1008 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de agosto de 1892 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.....	440
N. 1009 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de agosto de 1892 — Eleva á categoria de regimento o 15º esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes da comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.....	441
N. 1010 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de agosto de 1892 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo.....	441
N. 1011 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Taubaté, no Estado de S. Paulo.....	441
N. 1012 — JUSTIÇA — Decreto de 16 de agosto de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.....	442
N. 1013 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de agosto de 1892 — Declara que os empregados das Inspectorias de Portos Maritimos são contribuintes do Montepio obrigatorio...	442
N. 1014 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de agosto de 1892 — Approva os estudos de 96.674m,30 de linha de Barra Mansa a Catalão, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.....	443
N. 1015 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de agosto de 1892 — Declara sem effeito o decreto n. 474 de 1 de agosto de 1891 que concede privilegio para construcção, uso e gozo de ramaes ferreos convergentes á Estrada de Ferro Central do Brazil.....	443

	Pags.
N. 1016 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Paraizo, no Estado de S. Paulo	444
N. 1017 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de agosto de 1892 — Declara effectiva a transferencia da concessão constante do decreto n. 1060 de 22 de novembro de 1890 á Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco..	444
N. 1017 A — AGRICULTURA — Decreto de 29 de agosto de 1892 — Approva, com modificações, os estudos da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo, na extensão de 72 kilometros.....	445
N. 1018 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Altera o regulamento approved por decreto n. 9733 de 2 de abril de 1887 e dá nova tabella de empregados da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro.....	445
N. 1019 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.....	448
N. 1021 (*) — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Approva a variante ao traçado da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço, na parte relativa ao ramal da Tablada.....	449
N. 1022 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Innova o contracto com a <i>Ceari Harbour Corporation, limited</i> , de accordo com a lei n. 48 de 7 de junho de 1892	449
N. 1023 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.....	451
N. 1024 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.....	452
N. 1025 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.....	452
N. 1026 — JUSTIÇA — Decreto de 23 de agosto de 1892 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo nas comarcas da Capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas.....	453
N. 1027 — JUSTIÇA — Decreto de 26 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de S. José dos Pinhaes, no Estado do Paraná.....	453
N. 1028 — INTERIOR — Decreto de 26 de agosto de 1892 — Dispensa a apresentação de attestados de frequencia nos cursos praticos das Faculdades de Medicina.....	454

(*) Com o n. 1020 não houve acto.

	Pags.
N. 1029 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de agosto de 1892 — Altera as clausulas 1. ^a , 5. ^a e 9. ^a do decreto n. 155 de 18 de abril de 1891, relativo á concessão da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo.....	451
N. 1029 A — JUSTIÇA — Decreto de 30 de agosto de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Bom Successo, no Estado de Minas Geraes...	456
N. 1030 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia do Beberibe.....	456
N. 1031 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.....	462
N. 1032 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.....	462
N. 1033 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Dá nova organização á brigada policial da Capital Federal	463
N. 1034 — MARINHA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Torna extensivas á Armada as disposições do decreto n. 901, de 18 de outubro de 1890, relativas á maioridade dos filhos varões dos officiaes do Exercito para a percepção do montepio.....	466
N. 1034 A — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Regula a execução da lei n. 76 de 16 de agosto anterior, que reorganiza o serviço policial do Districto Federal.....	467
N. 1034 B — JUSTIÇA — Decreto de 1 de setembro de 1892 — Marca as delimitações das circumscripções policiaes do Districto Federal.....	476
N. 1035 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1892 Altera provisoriamente a disposição da observação 4. ^a da tabella n. 4 annexa ao decreto n. 406, de 17 de maio de 1890.....	485
N. 1036 — INTERIOR — Decreto de 6 de setembro de 1892 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Rio Grande do Norte..	486
N. 1037 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1892 Approva os contractos apresentados pela Companhia <i>The North Brazilian Sugar Factories, limited</i> , para o fornecimento de cannas á sua fabrica de S. Lourenço da Matta.....	486
N. 1038 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de setembro de 1892 — Approva os contractos apresentados pela Companhia <i>The North Brazilian Sugar Factories, limited</i> , para fornecimento de cannas para suas fabricas.....	487
N. 1039 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1892 — Torna extensiva aos porcos do norte da Republica a disposição do art. 7. ^o do decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.....	487

Pags.

N. 1040 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Auxiliar do Commercio e Lavoura.....	488
N. 1041 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Manda proceder nos Estados, durante os mezes de dezembro e janeiro proximos vindouros, e a exames geraes de preparatorios, de accordo com as instrucções que com este baixam.....	490
N. 1042 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Paranahyba, no Estado de Goyaz.....	494
N. 1043 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Corumbá, no Estado de Goyaz.....	494
N. 1044 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de setembro de 1892 — Approva os estudos definitivos para construção do ramal de Alagoinhas ao Jacú, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.....	495
N. 1045 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Matie Laranjeira.....	495
N. 1046 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Faz extensivo ao pessoal de fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União o montepio obrigatorio.	497
N. 1047 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo....	498
N. 1048 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo.....	498
N. 1049 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Dá nova interpretação á clausula 15 ^a do decreto n. 977 de 5 de agosto do corrente anno.....	499
N. 1050 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de setembro de 1892 — Declara caduca a concessão de favores para o engenho central de Terra Nova, no Estado da Bahia...	499
N. 1051 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de setembro de 1892 — Concede autorisação á sociedade anonyma <i>The Rio de Janeiro City Improvements Company, limited</i> para continuar a funcionar no Brazil.....	500
N. 1052 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro de 1892 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Mogy-mirim, no Estado de S. Paulo.....	530
N. 1053 — JUSTIÇA — Decreto de 20 de setembro de 1892 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.....	530
N. 1054 — GUERRA — Decreto de 20 de setembro de 1892 — Estabelece algumas regras sobre a habilitação e contribuição para o meio soldo e montepio dos officiaes do Exercito.....	531

	Pags.
N. 1055 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de setembro de 1892 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento de mais trinta kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	532
N. 1056 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 24 de setembro de 1892 — Abre um credito supplementar de quarenta e tres contos de réis ás verbas 1º e 2º Externatos do Gymnasio Nacional e Museo Nacional, do orçamento da despeza do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.....	533
N. 1057 — AGRICULTURA — Decreto de 27 de setembro de 1892 — Proroga até 31 de dezembro do corrente anno o prazo para conclusão das obras da Companhia Estrada de Ferro da Tijuca.....	533
N. 1058 — GUERRA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 540:000\$ para despezas do n. 17 do art. 7º da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891.....	534
N. 1060 (*) — AGRICULTURA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Fixa provisoriamente o capital garantido da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.....	534
N. 1061 — INTERIOR — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Dá instrucções para execução dos arts. 60 e seguintes da lei n. 85 de 20 do corrente mez.....	535
N. 1062 — JUSTIÇA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Eleva á categoria de batalhões as 33ª e 31ª secções de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de S. Luiz, no Estado do Rio Grande do Sul.....	540
N. 1063 — EXTERIOR — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Manda executar os ajustes postaes, concluidos em Vienna em 4 de julho de 1891, entre o Brazil e varios Estados.....	540
N. 1063 A — JUSTIÇA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes..	801
N. 1063 B — JUSTIÇA — Decreto de 30 de setembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista de Atibaia, no Estado de S. Paulo.....	801
N. 1064 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Crea mais um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.....	802
N. 1065 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 1980 de 23 de setembro de 1857.....	802
N. 1066 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João do Piahy, no Estado do Piahy...	803

*) Com o n. 1059 não houve acto.

	Pags.
N. 1067 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de S. Raymundo Nonato, no Estado do Piahy.....	803
N. 1068 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de outubro de 1892 — Reorganiza o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Bragança, no Estado do Pará.....	804
N. 1069 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de outubro de 1892 — Approva o orçamento de mais cinco armazens para o serviço do caes de Santos, apresentado pela Empreza de Obras e Melhoramento desse porto.....	804
N. 1070 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de outubro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Lactícios	805
N. 1071 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de outubro de 1892 — Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca da Franca, no Estado de S. Paulo	806
N. 1072 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de outubro de 1892 — Altera a clausula 5ª, ns. 1, 2 e 5, do decreto n. 9979 de 12 de julho de 1888.....	807
N. 1073 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1892 — Concede permissão ao Banco de Crédito Brasileiro, com sede nesta Capital, para transferir a José Rabello e Francisco Marcellino Pinto a faculdade que lhe assiste de effectuar operações de empréstimos hypothecarios nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes.....	808
N. 1075 (*) — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia....	808
N. 1076 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanhões, no Estado de Minas Geraes.....	809
N. 1077 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Grão Mogol, no Estado de Minas Geraes..	809
N. 1078 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.....	810
N. 1079 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Alcoolica da Bahia.....	810
N. 1080 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Pastoral Industrial Sul do Brazil.....	812
N. 1081 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes na Capital do Estado de Sergipe.....	814

(*) Com o n. 1074 não houve acto.

	Pags.
N. 1082 — JUSTIÇA — Decreto de 13 de outubro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.....	814
N. 1083 — INTERIOR — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e Luiz Geraldo Albernaz nova prorrogação de prazo quanto á concessão a que se refere o decreto n. 329 de 16 de maio de 1891.....	815
N. 1084 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Concede autorização á Companhia Ceres Brasileira para reformar os seus estatutos.....	815
N. 1085 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Approva os estudos definitivos para a construção do ramal do kilometro 42, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia á cidade da Feira de Sant'Anna, passando pela villa da Purificação.....	818
N. 1086 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Abre ao Ministerio da Justiça um credito de 1.255:888\$597	818
N. 1087 — JUSTIÇA — Decreto de 18 de outubro de 1892 — Modifica o plano de uniformes para os officiaes do estado-maior do commando superior e das brigadas da Guarda Nacional da Capital Federal.....	819
N. 1088 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1892 — Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta, e comprehendido entre esta cidade e o rio Uruguay, apresentados pela Companhia União Industrial dos Estados do Brazil.....	819
N. 1089 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1892 — Approva, com restricção, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Torres, apresentados pela Companhia União Industrial dos Estados do Brazil.....	820
N. 1090 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito e Garantia Real.....	820
N. 1091 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Concede autorização á <i>Imperial Fire Insurance Company</i> para continuar a funcionar sob a denominação de <i>Imperial Insurance Company, limited</i>	821
N. 1092 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo.....	875
N. 1093 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.....	876
N. 1094 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará.....	876
N. 1095 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.....	877

Pags.

N. 1096 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Crea na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará, mais cinco batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.....	877
N. 1097 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de outubro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.....	877
N. 1098 — AGRICULTURA — Decreto de 25 de outubro de 1892 — Approva com restricções os estudos definitivos dos cinco primeiros kilometros da linha de Santos para o interior e a directriz geral do traçado apresentado pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.....	878
N. 1099 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de outubro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 87:365\$ destinado a occorrer ás despesas com a desapropriação dos terrenos da rua Dr. Dias Ferreira, necessarios ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgotos do bairro do Jardim Botânico.....	879
N. 1100 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.....	879
N. 1101 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.....	880
N. 1102 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Geraes.....	880
N. 1103 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea mais dous batalhões, um do serviço activo e outro do da reserva, de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.....	881
N. 1104 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo....	881
N. 1105 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um batalhão de infantaria do serviço activo e um dito da reserva na comarca de S. Luiz de Cacéres, no Estado de Matto Grosso.....	882
N. 1106 — JUSTIÇA — Decreto de 29 de outubro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.....	882
N. 1107 — FAZENDA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Approva a nova tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Estado do Rio Grande do Sul.....	883
N. 1108 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado de Sergipe.....	883

	Pags.
N. 1109 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.....	884
N. 1110 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Caeteté, no Estado da Bahia.....	884
N. 1111 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Chique-Chique, no Estado da Bahia.....	885
N. 1112 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte-Santo, no Estado de Minas Geraes.....	885
N. 1113 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo.....	886
N. 1114 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Lenções, no Estado de São Paulo.....	886
N. 1115 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Patrocínio do Sapucahy, no Estado de S. Paulo.....	887
N. 1116 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de infantaria de Guarda Nacional das comarcas da Capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas.....	887
N. 1117 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção do batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Solimões, no Estado do Amazonas.....	888
N. 1118 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Solimões, no Estado do Amazonas....	888
N. 1119 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas....	888
N. 1120 — JUSTIÇA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro.....	889
N. 1121 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 1 de novembro de 1892 — Concede ao Lyceo Paraense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	898
N. 1122 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes...	890
N. 1123 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Concede autorisação á <i>Alliance Marine and General Assurance Company, limited</i> , ora <i>Alliance Marine Assurance Company, limited</i> , para continuar a funcçãoar no Brazil.....	890

	Pags.
N. 1124 — JUSTIÇA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Desliga da comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, a Guarda Nacional da de Itaguahy, no mesmo Estado.....	894
N. 1125 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de novembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias.....	895
N. 1126 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1892 — Autorisa a alterar o contracto celebrado com a <i>United States and Brasil Mail Steam Ship Company, limited</i>	896
N. 1127 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1892 — Autorisa a transferencia da concessão constante do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Catalão a Palmas.....	901
N. 1128 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de novembro de 1892 — Approva as plantas de ligação das linhas ns. 1 e 2 ao tunnel n. 2 do ramal da Gambôa, da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	901
N. 1129 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Approva os orçamentos para a construção de 384,0 ^m de caes e o da casa de machinas, guindastes hydraulicos, trilhos e accessorios, apresentados pela Companhia Docas de Santos.....	902
N. 1130 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas.....	902
N. 1131 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Queluz, no Estado de São Paulo.....	903
N. 1132 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Crea mais tres batalhões de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado de S. Paulo.....	903
N. 1133 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Amparo, no Estado de S. Paulo	904
N. 1134 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional das comarcas de Paracanjuba e Santa Cruz, no Estado de Goyaz.....	904
N. 1135 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Rio das Almas, no Estado de Goyaz.....	905
N. 1136 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ouro Fino, no Estado de Minas Geraes...	905
N. 1137 — JUSTIÇA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Boa Vista das Pedras, no Estado de São Paulo.....	906

	Pags.
N. 1138 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Autorisa a <i>Alagoas Railway Company, limited</i> a construir, por conta do custeio da sua estrada de ferro, um novo armazem para recebimento de mercadorias na estação de Jaraguá.....	906
N. 1139 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Concede autorisação á <i>Austrian Lloyd's Steam Navigation Company</i> , successora do <i>Lloyd Austro-Hungaro</i> , para funcionar no Brazil.....	907
N. 1140 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Declara caducas as concessões de tres engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia de Melhoramentos em Sergipe.....	921
N. 1141 — AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1892 — Declara caduca a concessão dos dous engenhos centraes da Companhia Industria e Construção, constantes do primeiro grupo de que trata a clausula 2ª do decreto n. 888 de 18 de outubro de 1890.....	922
N. 1141 A — INTERIOR — Decreto de 18 de novembro de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do terreno da rua do Sacramento, correspondente aos antigos pradios ns. 221 e 226.....	923
N. 1141 B — INTERIOR — Decreto de 18 de novembro de 1892 — Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos terrenos da freguezia de Inhaúma pertencentes a Alexandrina Rosa de Carvalho.....	923
N. 1142 — INDUSTRIA — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Da regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.....	924
N. 1143 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Approva os planos e orçamento das obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia.....	939
N. 1144 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Revoga o decreto n. 154 de 18 de abril de 1891, na parte em que autorisou a desapropriação por utilidade publica do engenho Bulhões, no Estado de Pernambuco.....	940
N. 1145 — INTERIOR — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Abre ao Ministerio do Interior um credito extraordinario para continuação das despesas com recenseamento.....	940
N. 1146 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de novembro de 1892 — Elimina as clausulas 3ª e 4ª das que baixaram com o decreto n. 919 de 2 de julho do corrente anno....	941
N. 1147 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais dous batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro da reserva, de guardas nacionaes na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.....	941
N. 1148 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Desliga das brigadas de infantaria da Guarda Nacional desta Capital o 1º, 2º, 3º e 4º batalhões do serviço da reserva, e com elle constitue uma brigada do mesmo serviço.....	942

	Pags.
N. 1149 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais dous batalhões de guardas nacionaes na com- marca de Granja, no Estado do Ceará.....	912
N. 1150 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacion- aes na comarca de Camocim, no Estado do Ceará...	913
N. 1151 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.	943
N. 1152 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais cinco batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará	943
N. 1153 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas na- cionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará...	944
N. 1154 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Itabora- hy, no Estado do Rio de Janeiro.....	944
N. 1155 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Jundi- hy, no Estado de S. Paulo.....	945
N. 1156 — JUSTIÇA — Decreto de 25 de novembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.....	945
N. 1157 — JUSTIÇA — Decreto de 2 de dezembro de 1892 — Regula o processo dos embargos ao accordão na Côte de Appellação.....	946
N. 1158 — INTERIOR — Decreto de 2 de dezembro de 1892 — Abre, por conta do Ministerio do Interior, o credito supplementar de 3.000:000\$ á verba — Soccorros pu- blicos — do exercicio de 1892.....	946
N. 1159 — INTERIOR — Decreto de 3 de dezembro de 1892 — Approva o codigo das disposições communs ás insti- tuições de ensino superior dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	961
N. 1159 A — AGRICULTURA — Decreto de 3 de dezembro de 1892 — Declara caduca a concessão feita a José de Villa-Flôr pelo decreto n. 143 de 18 de abril de 1891, para a col- locação de boias de segurança no porto desta Capital..	1003
N. 1160 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de dezembro de 1892 — Dá regulamento á Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.....	1003
N. 1161 — INDUSTRIA — Decreto de 6 de dezembro de 1892 — Declara caduca a concessão de um engenho central no Estado de S. Paulo, feita ao cidadão Firmino Joaquim Ferreira da Veiga.....	1017
N. 1162 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.....	1017

	Pags.
N. 1163 — INDUSTRIA — Decreto de 9 de dezembro de 1892 — Declara caduca a concessão feita á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brazil para construção, uso e gozo do prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina, de Itabira a Jatobá, e o trecho entre a estação da Saude e a cidade de Itabira.....	1018
N. 1164 — INDUSTRIA — Decreto de 9 de dezembro de 1892 — Dá novo regulamento para o serviço a cargo da fiscalização das estradas de ferro da União.....	1019
N. 1165 — INDUSTRIA — Decreto de 9 de dezembro de 1892 — Autorisa a reconstituição do Lloyd Brasileiro.....	1028
N. 1166 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Dá regulamento para execução da lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, na parte referente ao Ministerio da Fazenda.....	1028
N. 1167 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Autorisa a fusão do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil com o Banco do Brazil, sob a denominação de Banco da Republica do Brazil, provê ao resgate do papel-moeda do Estado e dá outras providencias.....	1075
N. 1168 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Deroga os arts. 54 e 74 do decreto n. 9738, de 2 de abril de 1887, e dá outras providencias.....	1078
N. 1169 — INDUSTRIA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Prorroga o contracto a que se refere o decreto n. 9540 de 26 de dezembro de 1885.....	1082
N. 1170 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Autorisa a <i>Alagoas Railway Company, limited</i> a desapropriar as casas e terrenos figurados a tinta azul na planta apresentada.....	1082
N. 1171 — INTERIOR — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Organiza o Laboratorio de Bacteriologia.....	1083
N. 1172 — INTERIOR — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Organiza a Directoria Sanitaria na Capital Federal...	1085
N. 1173 — INDUSTRIA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Concede á Companhia Brasileira Torrens autorisação para construir obras de melhoramento no porto da Victoria, Estado do Espirito Santo.....	1097
N. 1174 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Approva, com modificações, os estudos definitivos da primeira secção da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio, comprehendida entre a parada da Mangueira e a estação de Belém.....	1106
N. 1174 A — AGRICULTURA — Decreto de 17 de dezembro de 1892 — Dá nova redacção á clausula X das que baixaram com o decreto n. 977, de 5 de agosto de 1892.....	1107
N. 1175 — INDUSTRIA — Decreto de 20 de dezembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil.....	1107

Pagu.

N. 1176 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 23 de dezembro de 1892 — Desliga da Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria da Capital Federal o serviço do ensino secundario a cargo da União.....	1109
N. 1177 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 23 de dezembro de 1892 — Extingue o Conselho Director da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal...	1109
N. 1178 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 23 de dezembro de 1892—Approva o regulamento do Pedagogium	1110
N. 1179 — INTERIOR — Decreto de 26 de dezembro de 1892 — Dá novo regulamento ao Museo Nacional.....	1119
N. 1180 — INDUSTRIA — Decreto de 26 de dezembro de 1892 — Fixa a taxa de cambio de 27 dinheiros por 1\$ para o pagamento dos juros garantidos para a construção do prolongamento e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná	1135
N. 1181 — INDUSTRIA — Decreto de 26 de dezembro de 1892 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercial e Industrial de Generos Alimenticios.....	1135
N. 1182 — INTERIOR — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Declara de utilidade publica a desapropriação de terrenos na enseada de Abrahão, na Ilha Grande.....	1136
N. 1183 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento para as enfermarias militares	1137
N. 1184 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Correntina, no Estado da Bahia.....	1220
N. 1185 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Victoria, no Estado da Bahia.	1220
N. 1186 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na Capital do Estado da Bahia....	1221
N. 1187 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes	1221
N. 1188 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Rio Maranhão, no Estado de Goyaz.....	1222
N. 1189 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Lapa, no Estado do Paraná...	1222
N. 1190 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Reorganiza o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Botucatu, no Estado de S. Paulo.....	1223
N. 1191 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Arauá, no Estado de Sergipe.....	1223
N. 1192 — JUSTIÇA — Decreto de 27 de dezembro de 1892 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Porto Seguro, no Estado da Bahia.....	1224

	Pags.
N. 1193 — FAZENDA — Decreto da 28 de dezembro de 1892 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo.....	1224
N. 1194 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 28 de de- zembro de 1892 — Approva o regulamento para o Gy- mnasio Nacional.....	1228
N. 1195 — INTERIOR — Decreto de 28 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional...	1256
N. 1195 A — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1892 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.....	1267
N. 1195 B — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1892 — Dá regulamento ás Delegacias Fiscaes, creadas pelo decreto n. 1166, de 17 do corrente mez, nas capitães dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, Paraná e Piauby.....	1281
N. 1195 C — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1892 — Manda executar a nova tabella do numero e venci- mentos dos empregados e operarios da secção de artes da Imprensa Nacional e do <i>Diario Official</i>	1285
N. 1195 D — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Dá instrucções para a execução do art. 14 da lei n. 126 B, de 21 de novembro do corrente anno.....	1287
N. 1196 — INTERIOR — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Declara desligada da Administração Federal a Inspe- ctoria de Hygiene do Estado de Matto Grosso.....	1291
N. 1197 — INTERIOR — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Musica.....	1291
N. 1198 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Manda observar o regulamento para o exercicio das funções dos procuradores dos Feitos da Fazenda Mu- nicipal.....	1310
N. 1199 A (*) — INTERIOR — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Declara extinto o Commissariado Executivo...	1313

(*) O decreto n. 1199 não foi publicado.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1892



DECRETO N. 706 — DE 2 DE JANEIRO DE 1892

Concede á Companhia *Société des Mines d'Or de Faria* authorisação para augmentar o seu capital e elevar o numero de seus directores,

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *Société des Mines d'Or de Faria*, devidamente representada, resolve conceder-lhe authorisação para augmentar o seu capital e elevar o numero de seus directores, de accordo com a resolução que foi tomada na reunião da assembléa geral dos accionistas realizada em Paris no dia 11 de junho de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.

Eu Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, das linguas ingleza, franceza, hespanhola e italiana, etc., etc.

Poder Executivo 1892

Certifico que me foi apresentado um documento escripto em francez, o qual, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte, a saber:

TRADUÇÃO

SOCIÉTÉ DES MINES D'OR DE FARIA (SOCIEDADE DAS MINAS DE OURO DE FARIA)

Cópia da acta da assembléa geral extraordinaria de onze de junho de mil oitocentos e noventa

No anno de mil oitocentos e noventa, aos onze de junho, às 4 horas da tarde, os accionistas da sociedade *des Mines d'Or de Faria*, no Brazil, do capital de um milhão e oitocentos mil francos, cuja séde social é em Paris, Cité d'Autin n. 6, reuniram-se em assembléa geral extraordinaria na sala da sociedade *des Etudes Coloniales et Maritimes* n. 18 rua Saunon em Paris.

O Sr. Louis Roux, presidente do conselho de administração, declara aberta a sessão.

O Sr. presidente traz á mesa um numero do jornal de annuncios legaes *Les Petites Affiches* do dia vinte e quatro de maio de mil oitocentos e noventa, no qual foi feita a convocação da assembléa geral.

Elle declara que a folha de presença demonstra acharem-se presentes ou representadas mil oitocentas oitenta e nove acções, e que a assembléa está em numero sufficiente e validamente constituida.

Convida em seguida para formar a mesa na qualidade de escrutador os dous maiores accionistas presentes os Srs. Broux e Chauvelot que acceitam.

A mesa assim composta indica para secretario o Sr. Stouls, secretario do conselho.

O Sr. presidente dá em seguida a palavra ao Sr. Boutan, administrador-director, para a leitura do relatorio do conselho de administração, concluindo pelo augmento do capital social.

Finda a leitura desse relatorio, o Sr. presidente põe a votos a primeira proposta.

1.ª—A assembléa, depois de ter ouvido a leitura do relatorio, vota o augmento do capital social a uma somma comprehendida entre dous milhões e duzentos mil francos e dous milhões e quatrocentos mil francos e dá ao conselho de administração todos os poderes para fixar a importancia exacta desse augmento.

Esta proposta é unanimemente approvada.

O Sr. administrador-director expõe em seguida os motivos que decidiram o conselho de administração a pedir a modificação do art. 18 dos estatutos.

O Sr. presidente põe a votos a segunda proposta.

2.ª—A assembléa vota a modificação do art. 18 dos estatutos cujo primeiro paragrapho será, de ora em diante, redigido pela seguinte fôrma:

« A sociedade é administrada por um conselho composto de cinco membros pelo menos e de oito no mais, nomeados pela assembléa geral.

O novo administrador, que eleva de sete a oito o numero dos membros do conselho, será sujeito á renovação dentro de tres annos, ao mesmo tempo que os demais.

Esta segunda proposta é igualmente adoptada unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão ás 5 horas menos um quarto.—O presidente, *Roux*. Os escrutadores, *Chauvelot* — *Baroux*. O secretario, *Stoul*.

Paris 1 de março de 1891. E' cópia fiel.—O presidente do conselho da administração, *Roux*.

Visto por nós maire do 9º districto de Paris, para legalisação da assignatura do Sr. Roux, supra exarada.

Paris, 3 de maio de 1891.— *H. Chain*, adjunto. (Estava o sello da mairie.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro do Sr. Chain, adjunto ao maire do 9º districto desta capital, e para constar onde convier passei o presente, que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral.

Paris, 4 de março de 1891.— *M. J. Barbosa*, consul geral. (Estava o sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. Dr. Manoel José Barbosa, consul geral do Brazil em Paris.

Ministerio das Relações Exteriores.— Rio, de novembro de 1891.— Pelo director geral, *L. P. da Silva Rosa*. (Estavam duas estampilhas inutilisadas, no valor de novecentos réis.)

E nada mais continha ou declarava o dito documento que bem e fielmente traduzi do proprio original, escripto em francez, ao qual me reporto. Em fédo que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos tres dias do mez de novembro de 1891.— *Carlos João Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



DECRETO N. 707 — DE 8 DE JANEIRO DE 1892

Transfere a Estação Agronomica de Campinas para o Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que dispõe o § 1º do art. 20 da Lei de orçamento approvada em 30 de dezembro de 1891 para o exercicio vigente,

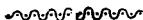
resolve transferir a Estação Agronomica de Campinas para o Estado de S. Paulo; correndo por conta do mesmo Estado toda a despeza com aquelle estabelecimento, a começar do 1º de janeiro do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.



DECRETO N. 708 — DE 16 DE JANEIRO DE 1892

Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do engenho central na Palhoça de que é cessionaria a Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina, cessionaria da garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna no lugar denominado Palhoça, Estado de Santa Catharina, de que tratam os decretos ns. 637 de 9 de agosto, 931 de 24 de outubro de 1890 e 158 de 23 de abril de 1891, resolve approvar o plano e orçamento das obras projectadas, desenhos dos apparelhos e descripção dos methodos da fabricação elo systema da diffusão do dito engenho, não ficando o Governo responsavel por juros de capital que for empregado além do garantido, e reduzida a setenta e cinco centimetros a bitola da ferro-via agricola, cujo orçamento fica approvado na razão de doze contos de réis por kilometro.

O engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 16 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.



DECRETO N. 709 — DE 16 DE JANEIRO DE 1892

Considera de nenhum effeito o decreto n. 455 de 25 de julho de 1891 que declarou de utilidade publica municipal a desapropriação dos predios ns. 35 A e 37 da rua de S. Luiz Gonzaga.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o Conselho de Intendencia Municipal sobre a inopportunidade de se proceder á abertura de uma rua que communique a de D. Emerenciana com a de S. Luiz Gonzaga, na freguezia de S. Christovão, melhoramento que não é de natureza urgente, decreta :

E' declarado de nenhum effeito o decreto n. 455 de 25 de julho de 1891 que autorizou a desapropriação, por utilidade publica municipal, dos predios ns. 35 A e 37 da rua de S. Luiz Gonzaga, visto ter cessado a razão de utilidade publica municipal que motivou o referido decreto.

Capital Federal, 16 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Jose Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 710 — DE 23 DE JANEIRO DE 1892

Concede permissão para que seja transferida á Companhia União Industrial dos Estados do Brazil a concessão feita por decretos n. 9707 de 29 de janeiro de 1887 e n. 10.351 de 14 de setembro de 1889, da qual é cessionario o Dr. Antonio Brissay, nos termos do decreto n. 842 de 11 de outubro de 1890, para o alargamento, rectificação e prolongamento da rua do Senhor dos Passos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Dr. Antonio Brissay, cessionario, em virtude do decreto n. 842 de 11 de outubro de 1890, dos direitos inherentes á concessão feita pelos decretos n. 9707 de 29 de janeiro de 1887 e n. 10 351 de 14 de setembro de 1889, a Giuseppe Fogliani e ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo para o alargamento, rectificação e prolongamento da rua do Senhor dos Passos, resolve conceder-lhe permissão para transferir a mencionada concessão á Companhia União Industrial dos Estados do Brazil.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 711 — DE 23 DE JANEIRO DE 1892

Declara desligada da administração federal a Inspectoria de hygiene do Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho do anno passado:

Decreta:

Fica desligada da administração federal a Inspectoria de hygiene do Estado da Bahia.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 712 — DE 23 DE JANEIRO DE 1892

Declara desligada da administração federal a Inspectoria de hygiene do Estado do Espirito Santo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho do anno passado:

Decreta:

Fica desligada da administração federal a Inspectoria de hygiene do Estado do Espirito Santo.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira



DECRETO N. 713 — DE 23 DE JANEIRO DE 1892

Declara desligada da administração federal a Inspectoria de hygiene do Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho do anno passado:

Decreta:

Fica desligada da administração federal a Inspectoria de hygiene do Estado de Minas Geraes.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1892, 4^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 714 — DE 23 DE JANEIRO DE 1892

Approva os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha, na extensão de 84^k,100.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Bahia e Minas, concessionaria da de Victoria a Peçanha, resolve approvar os estudos definitivos relativos ao primeiro trecho, na extensão de oitenta e quatro kilometros mais cem metros da referida estrada, os quaes com este baixam rubricados pelo chefe da 1^a Directoria de Obras Publicas.

O engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1892, 4^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.



DECRETO N. 715 — DE 26 DE JANEIRO DE 1892

Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1892.

O Vice-¹ presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no art. 2º § 8º da lei n. 1099 de 18 de setembro de 1887:

Determina que nas extracções das loterias desta Capital seja observada, no corrente anno de 1892, a ordem em que vão mencionadas na relação que a este acompanha, assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, a quem incumbe a execução.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

F. de Paula Rodrigues Alves.

Relação das loterias concedidas por leis geraes, a que se refere o decreto n. 715 desta data, e que, de conformidade com o disposto no art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887, devem ser extrahidas no corrente anno de 1892, por indemnisação das que teem deixado de correr no tempo devido, a saber:

1ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 23 de setembro de 1877.

2ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1225 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.

3ª, loteria para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto de 23 de março de 1821.

4ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

5ª, loteria para indemnisação da compra da casa da Bibliotheca Fluminense. Decreto n. 2774 de 6 de outubro de 1877.

6ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

7ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

8ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

9ª, loteria para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

10ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

11ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

12ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

13ª, loteria para o Hospital Nacional de Alienados (obras e manutenção). Decreto n. 1838 de 27 de setembro de 1878.

14ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

15ª, loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

16ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

17ª, loteria para as obras da matriz de S. Christovão da Capital. Decreto n. 2329 de 30 de junho de 1873.

18ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

19ª, loteria para as obras da matriz da Candelaria. Decreto n. 2327 de 30 de janeiro de 1873.

20ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

21ª, loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

22ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

23ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

24ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

25ª, loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

26ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

27ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

28ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

29ª, loteria para as obras da matriz de Nossa Senhora da Glória da Capital. Decreto n. 2449 de 24 de setembro de 1873.

30ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

31ª, loteria para as obras da matriz de S. Christovão da Capital. Decreto n. 2329 de 30 de junho de 1873.

32ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

33ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

34ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

35ª, loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Re-

colhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrucção Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

36ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

37ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

38ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

39ª, loteria para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrucção Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

40ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

41ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

42ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

43ª, loteria para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrucção Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

44ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

45ª, loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

46ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

47ª, loteria para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrucção Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

48ª, loteria para o Monte-pio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

RECAPITULAÇÃO

Para o Monte-pio dos Servidores do Estado.....	24	loterias
Para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento de Orphãs, Instituto Nacional de Instrucção Secundaria e Seminario de S. José.....	9	»
Para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos	9	»
Para as obras da matriz da Candelaria.....	1	»
Para o Hospicio Nacional de Alienados (obras e manutenção).....	1	»
Para a Bibliotheca Fluminense.....	1	»
Para as obras da matriz de S. Christovão.....	2	»
Para as obras da matriz de Nossa Senhora da Gloria	1	»
Total.....	48	loterias

Capital Federal, 26 de janeiro de 1892.— *F. de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 716 — DE 26 DE JANEIRO DE 1892

Augmenta o numero e os salarios dos trabalhadores do Jardim Botânico e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento ao disposto na lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve augmentar o numero e os salarios dos trabalhadores do Jardim Botânico, e dar outras providencias para bem da importancia desse estabelecimento ; ficando substituida a tabella que baixou com o decreto n. 1334 de 2 de fevereiro do referido anno pela que com este vae assignada pelo engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim fará executar.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.

TABELLA DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DO JARDIM BOTANICO, A QUE SE REFERE O DECRETO N. 716 DESTA DATA

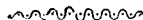
<i>Empregados — categorias</i>	<i>Ordenado</i>	<i>Gratificação</i>	<i>Salario mensal</i>	<i>Total</i>	<i>Observação</i>
1 director.....	6:000\$	3:000\$	9:000\$	
1 ajudante-secretario...	3:200\$	1:600\$	4:800\$	
1 naturalista-viajante...	2:400\$	2:400\$	
1 jardineiro-mór	166\$666	2:000\$	Diar
1 feitor-apontador.....	100\$000	1:200\$	»
1 chefe de culturas.....	166\$666	2:000\$	»
1 porteiro	75\$000	900\$	»
1 carpinteiro.....	90\$000	1:080\$	»
1 pedreiro.....	90\$000	1:080\$	»
30 trabalhadores.....	75\$000	27:000\$	»

Para pagamento da diaria até ao maximo de 8\$ ao director, quando sahir desta Capital para excursões, a 75 dias no anno.....	600\$000
Idem de 5\$ ao naturalista viajante, quando sahir da séde de sua commissão, não excedendo a 236 dias no anno.....	1:180\$000

Material

Expediente e despesas miudas.....	1:200\$000
Sustento de animaes, aquisição de plantas e sementes, concertos, materiaes, ferragens, livros, revistas, moveis, etc.....	5:400\$000
Eventuaes.....	1:600\$000
Total.....	61:460\$000

Capital Federal, 26 de janeiro de 1892. — *Antônio Gonçalves de Faria.*



Sr. Marechal Vice-Presidente da Republica — Não estando ainda organizado o Districto Federal e devendo continuar, por ora, a cargo deste Ministerio os serviços que correm pela Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, faz-se mister usar o Poder Executivo da authorisação que lhe é concedida pelo § 2º, n. 20, do art. 8º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, abrindo-se os creditos necessarios para occorrer ás despesas concernentes aos referidos serviços.

Pelo character provisorio com que estão elles affectos ao Governo Federal, tenho por bastante que seja habilitado o Thesouro Nacional a despendar, por conta das quantias constantes das tabellas orçamentarias para o exercicio vigente, apresentadas ao Congresso e por elle indicadas na citada lei, sómente o que corresponde ao primeiro semestre do corrente anno, prazo dentro do qual provavelmente ter-se-ha effectuado a organização do Districto.

E attendendo a que, ao findar o mez presente, em sua maior parte decorrido, muitos serviços ter-se-hão executado, cujos pagamentos, assim por folhas de pessoal, como por contas, teem de ser satisfeitos logo que vencido o mez, é de indeclinavel necessidade providenciar sobre o assumpto desde já.

E attendendo mais a que, segundo a exposição da propria repartição, emquanto, dos mananciaes, que abastecem de agua esta Capital, alguns estão reduzidos a menos da metade de seu rendimento ordinario, de outros não vem á cidade toda a agua captada, porque parte do encanamento não tem capacidade

sufficiente, e urge remediar uma tal anomalia, de que se resente a população, como atestam as folhas publicas e os mesmos relatorios officiaes; a necessidade publica impõe ao Governo o dever de soccorrer-se para aquelle fim das consignações para — Obras novas — que constam das alludidas tabellas orçamentarias para 1892, de accordo com o projecto e orçamento da Inspecção Geral das Obras Publicas para o assentamento de uma terceira linha de encaunamento.

Essa terceira linha trará por dia, desde a Cava até ao reservatorio do Pedregulho, trinta milhões de litros de agua, que o manancial fornece, mas é alli desaproveitada pela insufficiencia de capacidade dos tubos entre os pontos indicados; não podendo, aliás, aquelle reservatorio, actualmente, ainda perfazer todo o serviço de que é susceptivel, nem mesmo permittir que funcione com a desejada regularidade a distribuição, que delle depende. Recebendo essa terceira linha aquelle volume de trinta milhões de litros, que entretanto póde já chegar ao entroncamento na Cava, melhorará sensivelmente a distribuição á cidade, não só na parte que hoje diz com o reservatorio do Pedregulho, mas tambem em outras regiões deste Districto, por meio de ligações já planejadas.

Assim, pois, em cumprimento da lei, certo do vosso patriotismo e conscio de attender á justa impaciencia desta Capital pela satisfação de uma das suas mais imperiosas necessidades, tenho a honra de submeter á vossa apreciação o decreto junto.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 26 de janeiro de 1892. — *Antão Gonçalves de Faria*.

DECRETO N. 717 — DE 26 DE JANEIRO DE 1892

Abre um credito de 1.360:895\$ para occorrer ás despesas com as obras publicas da Capital Federal e a Estrada de Ferro do Rio do Ouro durante o primeiro semestre do corrente exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao disposto no art. 8º, n. 20, § 2º da lei n. 26 de 30 de dezembro do anno proximo passado, e tendo em consideração o que lhe expõe o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas acerca do abastecimento de agua á Capital Federal, cuja salubridade cumpre zelar, e melhorar assim pelo bem da sua população como pelos foros da Republica, resolve abrir um credito de 1.360:895\$ para occorrer, durante o primeiro semestre do corrente anno, aos serviços de obras publicas desta Capital e da Estrada de Ferro do Rio do Ouro, a que se refere o § 20 das tabellas explicativas do orçamento do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para 1892; sendo distribuida aquella importancia de conformidade com as demon-

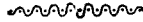
strações constantes das mencionadas tabellas e com o lapso de tempo a que é destinado o credito.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.



DECRETO N. 718 — DE 27 DE JANEIRO DE 1892

Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio n. 224 da rua do Hospicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o Conselho de Intendencia Municipal, no intuito de completar a regularisação da rua do Sacramento no trecho contiguo à rua do Hospicio, decreta :

E' declarada de utilidade publica municipal a desapropriação do predio n. 224 da rua do Hospicio.

Capital Federal, 27 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 719 — DE 29 DE JANEIRO DE 1892

Autorisa a transferencia da Estrada de Ferro do Rio Claro á Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluvias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Paulista de Vias Ferreas

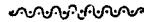
e Fluviaes, resolve autorisar a transferencia da Estrada do Ferro do Rio Claro para seu dominio, sob condição de não haver elevação do capital e mantidos todos os onus e obrigações resultantes do decreto n. 7838 de 4 de outubro de 1880, e mais disposições em vigor.

O engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.



DECRETO N. 720 — DE 29 DE JANEIRO DE 1892

Abre no Ministerio do Interior creditos, para despesas, no exercicio de 1892, com varios serviços, enquanto a cargo da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no paragrapho unico do n. 11 do art. 2º da lei n. 26 de 30 de dezembro ultimo, resolve abrir creditos, na importancia total de 1.204:380\$, de accordo com o orçamento que vigorou em 1891, para occorrer ás despesas não só com os serviços na Capital Federal concernentes á hygiene e policia sanitaria urbana, limpeza da cidade e praias, hospital de S. Sebastião e desinfectorios, em quanto a cargo da União, mas também com os governadores ou presidentes e secretarios e com a hygiene terrestre nos Estados que ainda não teem orçamento decretado, a saber :

§ 11. Estados confederados (sómente para ordenados dos governadores ou presidentes e secretarios).	141:600\$000
§ 17. Inspectoria Geral de Hygiene.....	431:220\$000
§ 21. Limpeza da cidade e praias do Rio de Janeiro.....	631:560\$000

O Ministro de Estado dos Negocios do Interior assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 721—DE 30 DE JANEIRO DE 1892

Concede authorisação a Ramiro Fortes de Barcellos para organizar uma sociedade anonyma em commandita por acções sob a denominação de — A Meridional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Ramiro Fortes de Barcellos, resolve conceder-lhe authorisação para organizar uma sociedade em commandita por acções sob a denominação de — A Meridional — e com os estatutos que a este acompanham ; não podendo, porém, a sociedade constituir-se definitivamente sem que tenham sido observadas as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.

Estatutos da Sociedade Commanditaria — A Meridional

Os abaixo assigna los, constituindo uma sociedade commanditaria por acções, sob a firma Ramiro Barcellos & C.^a e denominada—A Meridional, estabelecem e approvam os seguintes estatutos, pelos quaes se regerá a sociedade:

TITULO I

FORMAÇÃO, OBJECTO, RAZÃO SOCIAL, DENOMINAÇÃO, SÊDE E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.º E' formada pelo presente contracto uma sociedade em commandita por acções entre o Dr. Ramiro Fortes de Barcellos, socio gerente pessoal e indefinidamente responsavel de uma parte, e de outra parte todas as pessoas que subscreverem ou tornarem-se proprietarias de uma ou mais acções, como socios simples commanditarios, nos termos dos decretos ns. 8821 de 30 de dezembro de 1882 e 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 2.º Consiste o objecto desta sociedade na exploração industrial por conta propria da patente de invenção n. 612 (privilegio para a conservação de carnes, leite, legumes e mais substancias organicas pelo processo do Dr. Domingos José Freire), quer no Brazil, quer em paizes onde estiver a mesma patente confirmada. Para isso a sociedade, durante todo o tempo de sua

duração, fica subrogada em todos os direitos e obrigações constantes da escriptura publici de 7 de novembro de 1891, em notas do tabellião Evaristo de Barros, desta Capital, em virtude da qual os Drs. Joaquim Francisco de Assis Brazil, Ramiro Fortes de Barcellos, Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle adquiriram o direito à exploração e propriedade na referida patente, por cessão onerosa a elles feita pelo Dr. Domingos José Freire e consilheiro Joaquim Monteiro Caminhoa.

Paragrapho unico. A sociedade iniciará os seus trabalhos fundando desde já um estabelecimento industrial no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º A sociedade será denominada — A Meridional, e gyrará sob a firma social Ramiro Barcellos & C.ª

Art. 4.º O prazo de duração da sociedade começará da data em que ella ficar legalmente constituida e terminará em 31 de julho de 1904.

Art. 5.º A sede e o fóro da sociedade serão na cidade do Rio de Janeiro.

TITULO II

CAPITAL SOCIAL — ACÇÕES

Art. 6.º O capital social será de oitocentos contos de réis. Para sua formação contribuirão: o socio Dr. Ramiro Fortes de Barcellos com a quantia de dez contos de réis, o que não o inibirá de adquirir acções, e os socios commanditarios com a de setecentos e noventa contos de réis, dividida em acções de um conto de réis cada uma, nominativas, sendo este capital inteira e totalmente subscripto pelos abaixo assignados.

Art. 7.º O capital será realizado da seguinte forma: vinte por cento no acto da subscripção, trinta por cento em julho do corrente anno e o restante á proporção que for necessario, á requisição do gerente, com approvação do conselho fiscal.

Art. 8.º Os titulos das acções serão assignados pelo gerente e um membro do conselho fiscal.

§ 1.º As acções serão integralmente realizadas na forma do art. 7.º, não admittindo a sociedade o commisso, mas, sendo imposta a multa de dous por cento ao mez ao socio que deixar de attender ás chamadas.

§ 2.º Sem autorisação do conselho fiscal não poderão ser transferidas acções a pessoas estranhas á sociedade, tendo os socios direito de opção e preferencia para adquiril-as.

§ 3.º A sociedade reserva-se o direito de amortizar acções que forem offerecidas á venda, para cujo effeito fica o conselho fiscal plena e especialmente autorisado a permittir ao gerente fazel-o.

TITULO III

DA GERENCIA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 9.º O gerente terá os poderes expressos no art. 153 do decreto n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, não podendo ser destituído *ad nutum* da assembléa de socios.

§ 1.º Incumbe ao gerente apresentar balancetes mensaes e re-latorios semestraes dos negocios da sociedade ao conselho fiscal.

§ 2.º No caso de morte do gerente a sociedade não se reputará por isso dissolvida, devendo em tal caso observar o disposto no art. 153 do citado Decreto n. 8821.

§ 3.º O gerente terá como remuneração do seu trabalho de-voito contos de réis annualmente.

Art. 10. O conselho fiscal constará de tres membros eff-ctivos eleitos em assembléa geral ordinaria que deve ter logar a 31 de julho de cada anno, devendo ser substituidos, em seus impedimentos, pelos supplentes igualmente eleitos na mesma occasião em numero de tres.

§ 1.º O primeiro conselho fiscal será eleito na reunião de instalação da sociedade, após a approvação destes estatutos pela mesma.

§ 2.º Antes de começarem as operações da sociedade, exami-nará o conselho si foram cumpridas as respectivas formalidades legais para a constituição da sociedade.

Art. 11. O Conselho Fiscal reunir-se-ha em sessão ordinaria uma vez por mez e, extraordinariamente, sempre que lhe pare-cer conveniente, competindo-lhe :

§ 1.º Fiscalizar a gerencia, podendo examinar, por si ou por mandatarios especiaes, todos os livros, documentos e titulos, bem como solicitar todas as informações que precisar.

§ 2.º Convocar extraordinariamente a assembléa geral de com-manditarios, sempre que julgar necessario.

TITULO IV

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 12. A assembléa geral compor-se-ha do gerente e dos socios commanditarios, nos termos do art. 15 do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, reunidos após convocação pela im-prensa, si for extraordinaria, e ordinariamente no dia marcado por estes estatutos.

§ 1.º Os votos serão contados pelo numero de acções que cada um socio representar, dando cada acção direito a um voto.

§ 2.º O gerente, além dos votos a que tiver direito por acções que possua, terá mais o numero de votos correspondente á sua quota de capital, como si fôra dividido em acções.

§ 3.º Em todas as resoluções prevalecerá o que for decidido por maioria de votos, expressa pelo numero de acções, obrigando

essas decisões aos socios divergentes e aos que não houverem comparecido à assembléa.

Art. 13. Nenhum socio, qualquer que seja a decisão da assembléa, será obrigado a receber em troca de suas acções, obrigações, títulos ou acções de qualquer outra sociedade ou companhia.

Paragrapho unico. No caso de resolver a assembléa geral qualquer transformação na organização da companhia, a cada socio cabe o direito de exigir o seu capital e lucros em moeda corrente, à vista de balanço e inventario.

Art. 14. A assembléa geral reunir-se-ha uma vez por anno, no dia 31 de julho, para exame e approvação de contas e eleição do conselho fiscal.

Art. 15. A assembléa geral extraordinaria poderá ser convocada pelo gerente, por qualquer membro effectivo do conselho fiscal, ou por qualquer numero de socios que represente, pelo menos, um quinto do capital social.

Paragrapho unico. Não terão effecto as decisões de qualquer reunião da assembléa extraordinaria, si não tiver havido annuncios de convocação, com antecedencia de 15 dias.

Art. 16. Será presidida a assembléa geral ordinaria ou extraordinaria pelo socio commanditario que for nomeado pelos presentes à reunião.

TITULO V

INVENTARIO, BALANÇOS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 17. O anno social terminará em 31 de julho.

Art. 18. Um mez antes da reunião da assembléa geral ordinaria, annualmente, se procederá a inventario e balanço.

Art. 19. A distribuição de dividendos será feita annualmente sob indicação do gerente e parecer do conselho fiscal.

Art. 20. Dos lucros liquidos separar-se-ha a somma necessaria para attribuir ao capital realizado um juro annual até doze por cento, que será pago no mez de julho.

Paragrapho unico. Deduzidos do que restar em lucros tres por cento para constituir um fundo de reserva igual à terça parte do capital, distribuir-se-hão sessenta por cento dos ditos lucros aos proprietarios da patente de invenção, seus herdeiros ou representantes, e quarenta por cento a todos os socios relativamente à sua quota de capital.

TITULO VI

MODIFICAÇÃO NOS ESTATUTOS — DISSOLUÇÃO — LIQUIDAÇÃO

Art. 21. A assembléa geral dos socios, de accordo com o direito vigente, poderá fazer, quando o julgar conveniente, modificações nestes estatutos, dissolver antes do tempo fixado a

sociedade, fundil-a em outra, vender o seu activo, decretar o modo e fórma da liquidação, proceder emfim como julgar mais conveniente aos seus interesses, respeitadas as prescripções legais e reservados todos os direitos dos proprietarios da patente e o que determina o parographo unico do art. 13.

Art. 22. Em qualquer dos casos previstos no artigo anterior, em que se pouha termo á existencia da sociedade, cessará seu direito á exploração da patente, revertendo a mesma, sem restricção alguma, aos seus actuaes proprietarios ou a seus herdeiros e representantes.

Art. 23. No caso de liquidação e pago o capital, as sobras serão distribuidas na mesma proporção a que se refere a ultima parte do parographo unico do art. 20.

TITULO VII

DISPOSIÇÃO GERAL

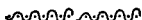
Art. 24. Só a assembléa geral, em que estiverem representados dous terços do capital social, poderá autorizar qualquer operação de credito sob garantia real de bens moveis ou immoveis.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 25. O deposito de 10 % (dez por cento) do capital será depositado no Thesouro Nacional.

Art. 26. Fica o gerente investido dos poderes necessarios para cumprir as formalidades legais inherentes á constituição da sociedade.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1892.— *Ramiro Barcellos*.



Sr. Vice-Presidente da Republica :

O art. 2º, n. 1 da lei n. 26 de 30 de dezembro proximo findo determinou ficarem pertencendo á Municipalidade do Districto Federal, além de outros serviços, os concernentes á Assistencia da Infancia Desvalida, a qual fôra regulada pelos decretos do Governo Provisorio ns. 439 de 31 de maio, n. 657 e 658 de 12 de agosto de 1890 e n. 1313 de 17 de janeiro de 1891, e se acha constituida até ao presente pelos educandos da Casa de S. José, pelo Asylo de Meninos Desvalidos, e pela vigilancia das fabricas desta Capital em que trabalham menores, visto que ao Governo não foi ainda possivel dar a este ramo de serviço todo o desenvolvimento de que cogitou o primeiro dos citados decretos e que teria de comprehender a hospitalisação especial das crianças.

Emquanto, porém, a Municipalidade não estiver definitivamente organizada por lei, que pela affluencia dos trabalhos do Congresso Nacional na ultima sessão não foi dado concluir, tem o Governo o dever de superintender esse ramo administrativo, levada a despeza, em conformidade do que dispõe o paragrapho unico do art. 2º, n. 1, da dita lei n. 26, á conta do producto dos impostos especiaes a que se refere o art. 10 da lei n. 3386 de 24 de novembro de 1888, assistindo-lhe outrosim a faculdade de, quanto possivel, melhorar a instituição uma vez que as circunstancias assim o exijam.

Não obstante os actos acima citados, não houve derogação expressa do decreto n. 9274 de 6 de setembro de 1884, que dera regulamento ao Asylo de Mendicidade e em virtude do qual, segundo o § 1º do art. 1º, continuaram, com flagrante inconveniencia e até deshumanidade, a ser admittidos alli menores de 14 annos encontrados na rua em abandono ou em ociosidade. A simples menção deste facto mostra a urgente necessidade de ficar prohibida semelhante admissão, devendo os menores a que se allude ser recolhidos aos estabelecimentos de assistencia infantil, ainda que em secção especial, até que sejam reclamados mediante ordem da autoridade a cuja disposição tiverem estado.

Ao mesmo tempo, considerando na grande vantagem administrativa, economica e disciplinar que resultará da fusão dos dous referidos estabelecimentos : Casa de S. José, que não possui ainda edificio proprio e até ao presente não pôde pôr em pratica todas as disposições do respectivo regulamento, e Asylo de Meninos Desvalidos, situado em Villa Isabel ;

Por outro lado, attendendo a que, em um paiz, como o nosso, em que, já pela riqueza natural, já pelo progresso humano, as industrias tendem a desenvolver-se por modo rapido e fecundo, é por certo lamentavel que jámais a Administração Publica haja curado seriamente da educação e ensino profissional das classes operarias e proletarias, as quaes continuam a procurar seu preparo, aliás insufficiente, em officinas particulares, onde não é possível dar o aprendizado racional e completo das profissões, excepto quanto ao Lyceo de Artes e Officios, instituição de iniciativa particular, merecedora de todo o elogio e unico estabelecimento de tal genero, mas que, apezar dos grandes serviços prestalos, não pôde entretanto produzir todos os resultados que hoje exige, não-só a Capital da União como toda a Republica ;

Attendendo, além disso, a que um dos estabelecimentos da assistencia infantil, o Asylo de Meninos Desvalidos, pela benevolencia da administração publica, está desvirtuado de seus fins e por assim dizer convertido antes em casa de ensino do que de caridade, contra os intuitos de sua creação, existindo alli meninos que não são desamparados ;

Finalmente, cabendo ao Governo, em conformidade do disposto no art. 35 n. 2 da Constituição Federal e no art. 4º lettra—D— da lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, animar no paiz o desenvolvimento das letras, artes e sciencias ;

Tenho a honra de propor-vos :

I. A derogação do decreto n. 9274 de 1884, na parte a que me referi ;

II. A fusão da Casa de S. José com o Asylo de Meninos Desvalidos, sob este ultimo nome, passando a funcção no proprio nacional onde hoje está o Asylo em Villa Isabel, como instituição de caracter municipal, e reunindo-se em um só os patrimonios de ambos os estabelecimentos ;

III. A conversão do actual Asylo de Meninos Desvalidos em um instituto de educação profissional, dependente do Ministerio a meu cargo, como estabelecimento de ensino, sendo-lhe dado regulamento compativel com a indole de tal instituição, passando esse novo instituto a funcção no palacio da Quinta da Boa-Vista, conservando o pessoal administrativo e docente, que for necessario, e transferida já para o estabelecimento novamente constituido uma parte dos educandos do asylo que se achem em condições de receber o apprendizado.

Esta medida poderia ser tomada desde já, com dependencia de approvação do Poder Legislativo na parte relativa á despeza, mantendo-se entretanto o instituto, enquanto não fossem votados os meios necessarios, com a quota do producto dos impostos da citada lei n. 3396 destinada a fazer face ás despesas com o estabelecimento supprimido.

Estas idéas acham-se consubstanciadas no decreto junto, que submetto á vossa apreciação.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1892.— *José Hygino Duarte Pereira.*

DECRETO N. 722 — DE 30 DE JANEIRO DE 1892

Providencia sobre a criação do Instituto de Educação Profissional e das outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o Ministro da Justiça e Negocios Interiores, resolve decretar :

Art. 1.º Fica derogado o disposto no § 1º do art. 1º do decreto n. 9274 de 6 de setembro de 1884, interdicta assim no Asylo de Mendicidade a admissão de menores de 14 annos, os quaes, quando encontrados em abandono ou na ociosidade, serão recolhidos, por ordem da autoridade competente, ao estabelecimento de Assistencia á Infancia Desvalida, ainda que em secção especial, até serem reclamados, precedendo autorisação do funcionario publico a cuja disposição tiverem estado.

Art. 2.º Ficam fundidos em um só estabelecimento a Casa de S. José e o Asylo de Meninos Desvalidos, sob este ultimo nome, e direcção do pessoal da primeira, funcção no edificio do Asylo em Villa Isabel.

Paragrapho unico. Nesta conformidade serão alterados os respectivos regulamentos, convertendo-se também em um só os patrimonios dos dous actuaes asylos de menores.

Art. 3.º O pessoal administrativo e docente necessario e parte do das officinas do actual Asylo de Meninos Desvalidos, constituirão o nucleo de um novo instituto de educação profissional a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por competir-lhe a instrução publica, e que passará a funcção no palacio da Quinta da Boa Vista.

Paragrapho unico. Para alli serão transferidos alguns dos educandos do dito asylo, que se achem em condições de ter o apprendizado profissional, sendo dado a esta instituição regulamento compativel com a indole que reveste, de accordo com o disposto no art. 35, n. 2 da Constituição Federal, e no art. 4º, letra — D — da lei n. 23 de 30 de outubro de 1891.

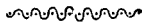
Art. 4.º Fica dependente de approvação do Poder Legislativo a parte relativa á despeza com o instituto de que trata o artigo antecedente ; e, emquanto não forem votados os meios necessarios, será elle mantido com a quota do producto dos impostos especiaes da lei n. 3396 de 24 de novembro de 1888, e que, em conformidade do paragrapho unico do art. 2º, n. 1, da lei n. 26 de 30 de dezembro proximo findo, seria destinada ao custeio do actual Asylo de Meninos Desvalidos, em cujo estabelecimento é por este decreto fundida a Casa de S. José.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 722 A — DE 30 DE JANEIRO DE 1892

Abre um credito de 1.409:550:000 para occorrer ás despesas com os serviços da Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria e com os da instrução primaria de primeiro e segundo grãos da Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi concedida no art. 3º n. XIII da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, decreta:

Art. 1.º Fica aberto um credito de mil quatrocentos e nove contos quinhentos e sessenta mil réis para occorrer, no presente exercicio de 1892, ás despesas com os serviços da Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria e com os da instrução primaria de primeiro e segundo grãos da Capital Federal.

Art. 2.º A importancia deste credito será distribuida de accordo com a demonstração, que a este acompanha, assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

Art. 3.º Os pagamentos por conta deste credito cessarão, desde que esteja definitivamente constituido o Districto Federal, para o qual passarão as despezas com estes serviços.

O Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIÃO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.

Distribuição do credito aberto pelo decreto n. 722 A de 30 de janeiro de 1892

INSPECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA DA CAPITAL FEDERAL

Pessoal

1 inspector geral com 7:200\$ de ordenado e 3:600\$ de gratificação.....	10:800\$000
1 secretario com 3:200\$ de ordenado e 1:600\$ de gratificação.....	4:800\$000
2 officiaes com 2:666\$ de ordenado e 1:334\$ de gratificação.....	8:000\$000
6 amanuenses com 2:000\$ de ordenado e 1:000\$ de gratificação.....	18:000\$000
1 archivista com 2:000\$ de ordenado e 1:000\$ de gratificação.....	3:000\$000
1 almoxarife com 2:000\$ de ordenado e 1:000\$ de gratificação.....	3:000\$000
1 porteiro com 1:333\$33 de ordenado e 666\$667 de gratificação.....	2:000\$000
1 continuo com 934\$ de ordenado e 466\$ de gratificação..	1:400\$000
1 correio com 934\$ de ordenado e 466\$ de gratificação.....	1:400\$000
7 inspectores escolares com 3:334\$ de ordenado e 1:666\$ de gratificação.....	35:000\$000

Conselho director

Inspector geral, presidente, com a gratificação de.....	1:200\$000	
2 reitores do Gymnasio Nacional com a gratificação de 1:200\$ cada um.....	2:400\$000	
Director da Escola Normal com a gratificação de.....	1:200\$000	
Director do Museo Nacional, idem.....	1:200\$000	
2 lentes de cursos superiores com 1:000\$ de gratificação cada um.....	2:000\$000	
1 dito do Gymnasio Nacional com 1:000\$ de gratificação..	1:000\$000	
2 professores primarios do 1º e 2º grãos, com 800\$ de gra- tificação cada um.....	1:600\$000	
Secretario da Inspectoria Ge- ral com 800\$ de gratificação.	800\$000	98:800\$000

Material

Objectos de expediente.....	4:000\$000	
Serventes.....	3:000\$000	
Premios a autores de tra- balhos escolares.....	8:000\$000	
Publicações, livros e even- tuaes.....	20:920\$000	35:920\$000

INSTRUÇÃO PRIMARIA DO 1º E 2º GRÃOS

Pessoal

120 professores de escolas do 1º grão com 2:000\$ de orde- nado e 1:000\$ de gratificação.	360:000\$000
160 professores adjuntos com 934\$ de ordenado e 406\$ de gratificação	224:000\$000
3 directores de escolas do 2º grão com 1:000\$ de gratificação.	3:000\$000
3 directoras de escolas do 2º grão com 2:000\$ de ordenado e 1:000\$ de gratificação.....	9:000\$000
6 professores de mathematicas elementares em escolas do	

2º grão com 2:000\$ de ordenado e 1:000\$ de gratificação.	18:000\$000	
6 professores de sciencias phisicas e historia natural em escolas do 2º grão com 2:000\$ de ordenado e 1:000\$ de gratificação.....	18:000\$000	
15 professores em escolas do 2º grão a saber: 3 de portuguez e calligraphia, 3 de francez, 3 de geographia, 3 de historia, e 3 de economia politica a 2:000\$ de ordenado e 1:000, de gratificação.....	45:000\$000	
15 ditos a saber: 3 de desenho, 3 de gymnastica, 3 de musica, 3 de trabalhos de agulha e 3 de trabalhos manuaes, a 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação.....	36:000\$000	
Gratificações addicionaes a professores.....	30:000\$000	
Auxilio a professores que não residem nos predios escolares.	10:000\$000	753:000\$000

Material

Aluguel de casas para escolas do 1º e 2º grãos.....	281:200\$000	
Subvenção às escolas particulares.....	45:000\$000	
Expediente das escolas.....	120:000\$000	
Mudanças de escolas.....	3:000\$000	
Aquisição de mobilia, material e livros escolares; reparos dos existentes.....	63:640\$000	
Livros de escripturação, mappas, cartões, etc.....	4:000\$000	
Auxilio aos inspectores escolares para despezas de transporte.....	5:000\$000	521:840\$000
		<u>1.409:560\$000</u>

Secretaria de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, 30 de janeiro de 1892.— *José Hygino Duarte Pereira.*



DECRETO N. 723 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça credits para despesas no exercicio de 1892 com varios serviços, emquanto a cargo da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no § 4º do art. 4º da lei n. 26 de 30 de dezembro ultimo, resolve abrir credits, na importancia total de tres mil e cincoenta e seis contos duzentos e cincoenta e dous mil setecentos e sessenta e oito réis (3.056:252\$768), de accordo com o orçamento que vigorou em 1891, para occorrer ás despesas com diversos serviços relativos aos Estados que ainda não tem orçamento decretado, a saber :

Relações.....	295:168\$000
Justiça de 1ª instancia.....	2.024:296\$768
Repartições de Policia.....	291:188\$500
Juntas Commerciaes.....	47:812\$000
Presidio de Fernando de Noronha.	244:987\$500
Diligencias policiaes.....	42:800\$000
Ajudas de custo.....	95:000\$000
Eventuaes.....	15:000\$000

3.056:252\$768

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 724 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1892

Providencia provisoriamente sobre a justiça nos Estados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Considerando que não pôde ser indifferente ao Governo da União o modo anomalo por que se acham compromettidos os interesses da justiça em varios Estados onde o fóro está quasi paralyzado pela desorganização da magistratura estadual;

Considerando que foram supprimidos em alguns Estados os tribunaes da Relação, séde de antigos districtos de segunda instancia em que se achavam comprehendidos outros Estados ;

Resolve decretar :

Artigo unico. Os feitos judiciarios dos Estados em que não estiver organizada a respectiva magistratura serão julgados em grão de appellação pelo Tribunal da Relação do Estado mais proximo.

Capital Federal, 2 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 725 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1892

Extingue o Internato do Gymnasio Nacional e crea em substituição segundo Externato.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe faculta o art. 3º, n. 11, § 3º. da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, decreta :

Art. 1.º E' extinto o Internatô do Gymnasio Nacional e creado em substituição segundo Externato, passando o actual a denominar-se Primeiro Externato do Gymnasio Nacional.

Art. 2.º O novo estabelecimento funcionará no edificio e com o mesmo pessoal docente e administrativo do extinto Internato e reger-se-ha pelas mesmas disposições que regulam o primeiro.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.



DECRETO N. 726 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1892

Concede á Companhia Vinicola Internacional autorisação para substituir o paragrapho unico do art. 22 de seus estatutos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Vinicola Internacional, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para, de accordo com a resolução votada na assembléa geral de 19 de setembro ultimo, substituir o paragrapho unico do art. 22 de seus estatutos, que ficará redigido do seguinte modo:

« Paragrapho unico. São gratuitas as funcções de membro do conselho fiscal. »

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de fevereiro de 1892, 4.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO:

Antão Gonçalves de Faria.



DECRETO N. 727 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1892

Substitue o regimen de fiscalização collectiva instituido no Decreto n. 493 de 15 de agosto de 1891, pelo de fiscalização singular estabelecido na lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo a que não correspondeu aos intuitos do Governo a substituição do regimen de fiscalização singular estabelecido na Lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888, e actos regulamentares posteriores, pelo da fiscalização collectiva, instituido no decreto n. 493 de 15 de agosto de 1891 e levado a effeito por meio de uma Junta de nove membros;

Attendendo a que em seu funcionamento deixou a Junta fiscalizadora de proceder com o accordo de vistas e uniformidade de acção necessarios á fiel execução do pensamento, que presidiu ao acto que o creou, e considerando que a fiscalização singular tal como foi instituida na lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888, regulada em actos posteriores e confirmada no decreto n. 165 de 17 de janeiro de 1890 offerece maior garantia de proficuidade e efficacia, pela concentração da faculdade fiscalizadora e da responsabilidade moral e legal em um só individuo :

Resolve alterar o decreto n. 493 de 15 de agosto de 1891 de accordo com as disposições infra, que serão observadas como re-

guladoras da fiscalização dos institutos de credito a ella sujeitos por lei:

Art. 1.º A fiscalização a que estão sujeitas, por parte do Governo, em virtude da Lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888, dos decretos n. 10.144 de 5 de janeiro e n. 10.262 de 6 de julho de 1889 e do Decreto n. 165 de 17 de janeiro de 1890, as companhias bancarias emissoras, e, em virtude dos decretos ns. 370 de 2 de maio de 1890 e 850 de 13 de outubro do mesmo anno, as demais sociedades congêneres, terá logar na Capital Federal, por meio de um ou mais fiscaes, para cada estabelecimento bancario, de livre nomeação do Ministro da Fazenda.

Art. 2.º Aos fiscaes competem as attribuições conferidas pelo decreto n. 493 de 5 de agosto de 1891 á junta fiscalizadora; e no desempenho de seus deveres se conformarão com as disposições do referido decreto e instrucções a elle annexas.

Art. 3.º Os vencimentos dos fiscaes serão fixados pelo Ministro da Fazenda, de accordo com o disposto no art. 1.º § 10 do decreto n. 165 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 4.º Serão substituidas pela rubrica do fiscal do Governo as dos membros da Junta fiscalizadora, exigidas no art. 5.º, lettra c, do decreto n. 493 de 15 de agosto de 1891, para authenticação dos bilhetes dos bancos emissores.

Art. 5.º Subsistem em inteiro rigor o decreto n. 493 de 15 de agosto de 1891 e instrucções a elle annexas, na parte não revogada pelo presente.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de fevereiro de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Francisco de Paula Rodrigues Alves.



DECRETO N. 732 (*) — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1892

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho do anno passado,

(*) Com os ns. 728, 729, 730 e 731 não houve acto.

Decreta:

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Pernambuco.

Capital Federal, 5 de fevereiro de 1892, 4º da Republica

FLORIANO PEIXOTO.

José Hygino Duarte Pereira.

**DECRETO N. 733 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1892**

Regula o modo pelo qual deve ser executada a disposição contida no n. 20, § 4º, art. 8º, da lei de orçamento de 30 de dezembro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia de regular-se o modo pelo qual deve ser executada a disposição contida no n. 20, § 4º, art. 8º, da lei de orçamento de 30 de dezembro de 1891, relativamente à obrigação das companhias de estrada de ferro entrarem para os cofres publicos com as quotas prefixadas para as despesas de fiscalização, de fôrma que se concilie com as exigencias desse serviço;

Decreta :

Art. 1.º As companhias ou empresas de estradas de ferro sujeitas à fiscalização do Governo Federal, são obrigadas a entrar para os cofres publicos com as quotas prefixadas para as despesas da mesma fiscalização, em duas prestações iguaes, por semestres a vencer e antecipadamente nos mezes de junho e dezembro de cada anno.

Art. 2.º O Governo reserva-se o direito de fazer descontar da garantia de juros a pagar, correspondente ao semestre vencido, a importancia da quota para as despesas de fiscalização, relativa ao semestre subsequente, daquellas companhias ou empresas que, gosando desse favor, esquivarem-se a effectuar suas entradas nas épocas determinadas.

As companhias ou empresas não subvencionadas, que são igualmente obrigadas a concorrer com uma quota prefixada para o alludido fim e não o fizerem nos prazos marcados no artigo antecedente, serão passíveis de pena de suspensão dos favores indirectos promettidos pelo Governo Federal.

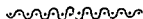
Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 9 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.



DECRETO N. — 733 A DE 12 DE FEVEREIRO DE 1892

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ao que representou o Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil, por seu presidente, Francisco de Paula Mayrink, resolve approvar as alterações abaixo indicadas, feitas nos estatutos do mesmo banco, e adoptadas pelos respectivos accionistas na assembléa geral extraordinaria realizada em 10 do corrente mez :

Art. 23. Onde se diz—dez membros—diga-se—cinco membros.

Art. 26. Onde se diz — sem o comparecimento de seis membros — diga-se — tres membros.

Art. 29. Depois das palavras — assembléa geral—acrescente-se : — que será convocada dentro de quinze dias para prover definitivamente o logar vago.

Art. 33. Substituam-se a 1ª e a 2ª parte pelo seguinte : — As operações do banco serão dirigidas pelos membros do conselho e presidente.

Art. 35. Onde se diz — dez accionistas — diga-se — cinco accionistas.

Art. 36. Onde se diz — mais cinco supplentes — diga-se — tres supplentes.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 12 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Francisco de Paula Rodrigues Alves.



DECRETO N. 734 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1892

Approva a modificação feita no traçado da Estrada de Ferro do Norte, no prolongamento entre o rio Trapicheiro e a rua Machado Coelho, e fixa o prazo improrogavel de tres mezes para conclusão das obras.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *Rio de Janeiro Northern Railway*, resolve approvar a modificação feita no traçado da Estrada de Ferro do Norte, no prolongamento entre o rio Trapicheiro e a rua Machado Coelho, segundo a planta que com este baixa rubricada pelo chefe da 1ª Directoria das Obras Publicas, e fixa o prazo improrogavel de tres mezes para conclusão das obras, sob pena de perda dessa parte da linha.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faz executar.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.



DECRETO N. 735 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1892

Altera o plano de uniformes dos officiaes da Armada e classes annexas, que baixou com o decreto n. 425 de 24 de maio de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha sobre a necessidade e conveniencia de fazer algumas alterações nos uniformes dos officiaes da Armada e classes annexas, e considerando :

Que os actuaes bordados da farda não permitem distinguir clara e facilmente os postos, além de serem onerosos aos officiaes, por não poderem ser aproveitados nos casos de accesso ;

Que nenhuma razão nem vantagem ha na adopção das divisas na casaca do uniforme de tolerancia, nem na exclusão dos guardas-marinha de usarem este uniforme ;

Que os gões actualmente adoptados para divisas dos officiaes das diversas classes da Armada são demasiadamente sujeitos a estragarem-se, em virtude da natureza do tecido, o que obriga os officiaes a maiores despezas ;

Que ha necessidade de serem as diversas classes da Armada bem distinctas por seus uniformes, como acontece em todas as marinhas, sem haver nessa distincção nenhuma offensa pessoal, mas conveniencia para o serviço ;

Que, finalmente, ha necessidade de um primeiro uniforme para os officiaes de apito e artifices para todos os actos solemnes, quer civis, quer militares ;

Resolve alterar o plano de uniformes do corpo da Armada e classes annexas que baixou com o decreto n. 425 de 24 de maio de 1890, nos seguintes pontos :

Os actuaes bordados da farda dos officiaes subalternos e superiores das diversas classes da Armada são substituidos por um ramo de carvalho, bordado a ouro fosco e lustroso que, partindo do angulo inferior do canhão subirá até ao superior, de onde seguirá até terminar na costura da frente da manga. Este bordado é acompanhado por um outro singelo, de ouro fosco, que dará a volta completa da manga.

A gola será ornada de bordado singelo de ouro fosco, e terá, sómente para os officiaes do corpo da Armada (officiaes combatentes), uma ancora deitada, com o cepo para a frente, de 0^m,05 de comprimento (figs. 1, 2, 3 e 4), que será bordada a prata para os officiaes superiores e a ouro para os subalternos.

Os bordados singelos do canhão e da gola serão iguaes aos adoptados actualmente para os officiaes subalternos e das mesmas dimensões, e tanto estes como o ramo de carvalho são communs desde o guarda-marinha até ao capitão de mar e guerra.

A largura do ramo de carvalho é de 0^m,02 do fructo á folha.

Os distinctivos dos postos são :

Para o guarda-marinha uma estrella bordada a ouro, de 0^m,02 de diametro (fig. 1) ;

Para o 2º tenente duas estrellas bordadas a ouro (fig. 2) ;

Para o 1º tenente tres estrellas bordadas a ouro (fig. 3) ;

Para o capitão-tenente uma estrella bordada a prata (fig. 1) ;

Para o capitão de fragata duas estrellas bordadas a prata (fig. 2) ;

Para o capitão de mar e guerra tres estrellas bordadas a prata (fig. 3).

As dimensões dessas estrellas são as mesmas da do guarda-marinha e podem ser bordadas em separado e cosidas ao canhão bordado, o qual póde ser fixo ou volante.

Os officiaes das classes annexas terão os bordados e estrellas avivados, de branco para os commissarios, carmesim para os medicos e pharmaceuticos e verde-escuro para os machinistas.

Os vivos serão de 0^m,003 e além delles usarão esses officiaes, acima dos canhões, os actuaes distinctivos com as mesmas dimensões e avivados.

As divisas da casaca do uniforme de tolerancia ficam substituidas por bordados iguaes aos dos punhos da farda, ficando este uniforme extensivo aos guardas-marinha.

O galão das divisas dos officiaes é substituido por galão de fio de ouro fino (padrão antigo) de 0^m,008 de largura, espaçada de 0^m,003.

As divisas serão cosidas sobre casimira da côr do vivo do bordado da farda correspondente á sua classe e com vivos da mesma largura, e os distinctivos actuaes tambem com vivos.

A ellipse sobre a qual é bordada a ancora do emblema dos bonnets será, para as classes annexas, da côr dos vivos das divisas, e para os individuos que teem concessões para o uso da farda e officiaes honorarios, da côr do canhão.

Os officiaes honorarios e os individuos que teem concessão para o uso da farda só usarão do terceiro uniforme. Exceptuam-se, porém, os que forem officiaes da Armada.

Os officiaes da Armada que forem lentes da Escola Naval usarão dos uniformes de marinha, com as divisas de graduação a que lhes der direito o respectivo regulamento, sem outro distinctivo além da estrella acima da referida divisa.

Ficam supprimidas, no quarto uniforme, as pequenas fachas de prata da gola, conservando sómente os distinctivos das respectivas classes.

Os officiaes de apito e os artifices terão para primeiro uniforme sobrecasaca igual ás dos machinistas de 4.^a classe, com seus respectivos distinctivos.

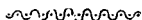
Não obstante o que fica decretado, é permitido aos officiaes da Armada e classes annexas o uso dos uniformes actualmente em vigor, durante o prazo de seis mezes.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça constar.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892, 4.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Custodio José de Mello.



DECRETO N. 736 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas creditos para despesas no exercicio de 1892 com alguns serviços a que se refere o § 2.^o do art. 8.^o da lei n. 23 de 30 de dezembro de 1891, enquanto á cargo da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi concedida no § 2.^o do art. 8.^o da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir os creditos constantes dos seguintes artigos para occorrer no exercicio de 1892 ás despesas com os serviços da Horta Viticola e Estação Phylloxerica na Penha, jardins da Praça da Republica e Passeio Publico e viveiro da Quinta da Boa Vista em S. Christovão, enquanto a cargo da União :

Art. 1.^o Fica aberto um credito de 40:290\$600 para as despesas da Horta Viticola e Estação Phylloxerica na Penha.

Art. 2.^o Fica aberto outro credito de 44:960\$ para as despesas com os serviços dos jardins da Praça da Republica e Passeio Publico e viveiro da Quinta da Boa Vista em S. Christovão,

sendo para o primeiro 34:360\$, para o segundo 9:600\$ e para o terceiro 1:000\$000.

Art. 3.º Estes creditos serão distribuidos de accordo com a demonstração que juntamente vae assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Art. 4.º Os pagamentos por conta dos ditos creditos cessarão desde que esteja definitivamente constituido o Districto Federal, para o qual passarão as despezas com estes serviços, e suas rendas.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.

Distribuição de creditos abertos pelo decreto n. 736 de 13 de fevereiro de 1892

HORTA VITICOLA E ESTAÇÃO PHYLLOXERICA NA PENHA

1 director (9.000 marcos annuaes).....	6:030\$000
1 escriptuario.....	2:400\$000
1 feitor.....	960\$000
7 trabalhadores a 75\$ mensaes.....	6:300\$000
Illuminação.....	96\$000
Livros, jornaes, despezas de expediente, despezas miudas, encaxotamentos, etc.....	2:700\$000
Acquisição de plantas, sementes, ferragem para animaes, estrume e material de trabalho.....	3:160\$000
Conservação dos edificios, accessorios e cercas..	1:200\$000
Material para construcção das latadas para criação das videiras.....	14:871\$000
Eventuaes.....	1:579\$600
Total.....	40:290\$600

JARDIM DA PRAÇA DA REPUBLICA

1 director (que é tambem do Passeio Publico)..	4:800\$000
1 apontador escriptuario (idem idem).....	2:160\$000
16 frabalhadores.....	11:520\$000
3 jardineiros feitores.....	3:600\$000
1 pedreiro rochista.....	1:560\$000
10 guardas e porteiros.....	6:600\$000
Pintura dos gradis, bancos, predios, etc.....	1:800\$000
Areia, macadam para as ruas.....	1:500\$000
Utensilios e ninhos para as aves.....	600\$000
Objectos de expediente.....	100\$000
Serviço de esgoto (<i>City Improvements</i>).....	120\$000
Total.....	34:360\$000

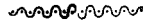
JARDIM DO PASSEIO PUBLICO

5 trabalhadores.....	3:600\$000
1 jardineiro-feitor.....	1:200\$000
4 guardas dos portões.....	2:400\$000
Pintura dos gradis, predios, etc.....	1:500\$000
Areia, macadam para as ruas.....	600\$000
Utensilios e milho para as aves.....	300\$000
Total.....	9:000\$000

VIVEIRO DA QUÍNTA DA BOA VISTA EM S. CHRISTOVÃO (1)

Pessoal e material..... 1:600\$000

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892.— *Antão Gonçalves de Faria.*



DECRETO N. 737 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito de 299:237\$537 para occorrer á liquidação da dividas de exercicios findos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 1º, n. 3, da lei n. 36 de 26 de janeiro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito de 299:237\$537, destinado á liquidação das dividas de exercicios findos, constantes da relação que a este acompanha assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, as quaes, por deficiencia das verbas dos orçamentos em que foram effectuadas, não tem sido liquidadas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.

(1) Por aviso n. 11 de 6 do corrente mez foi o viveiro entregue á directoria do Jardim Botânico, resultando dessa medida uma economia annual de 7:900\$, sem prejuizo dos fins a que elle é destinado.

Relação das dividas do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio

NUMERO	CREDOR	RESIDENCIA DO CREDOR
1	Companhia Rio de Janeiro « City Improvements »	Capital Federal
2	Idem idem	» »
3	Antonio Augusto Pereira Maia	» »
4	Manoel Francisco	» »
5	Manoel Pedro	» »
6	Emilio Nepomuceno Corrêa	» »
7	Godofredo de F. Travassos	» »
8	Joaquim Francisco Corrêa	» »
9	João Gomes Barroso	» »
10	João F. Quaresma	» »
11	Luiz C. Leal Junior	» »
12	Marcolino Pereira do Nascimento	» »
13	Joaquim Ribeiro da Costa	» »
14	Nadau & Comp.	» »
15	Adelino Cardoso Ternas	» »
16	Pereira de Carvalho & Irmão	» »
17	Fernandes Grip & Irmão	» »
18	Abelardo da Cunha	» »
19	Joaquim Nogueira	» »
20	Martinho Alexandre	» »
21	Pedro Rodrigues de Oliveira	» »
22	Manoel Loureiro & Irmão	» »
23	Silva & Quinteiro	» »
24	Manoel de Barros Taveira	» »
25	Firmino de Almeida	» »
26	João Fecindo	» »
27	Firmino José de Almeida	» »
28	Pedro Rodrigues das Dôres	» »
29	Tenente Aurelio Augusto de Figueiredo	» »
30	Tecindo José de Moura	» »
31	Joaquim Henrique de Freitas	» »
32	Cunha Guimarães & Comp	» »
33	Castro & Pinto	» »
34	Adolpho José Vieira Ferraz	» »
35	Manoel Vieira Leite	» »
36	Companhia Lloyd Brasileiro	» »
37	Idem idem	» »
38	B. W. Moss	» »
39	Guimarães & Ferreira	» »
40	Antonio Dias Ferreira	» »
41	Ferreira de Carvalho & Irmão	» »
42	Roberto Pinheiro	» »
43	Companhia Lloyd Brasileiro	» »
44	José Alves	» »
45	Antonio Pereira Ramos de Almeida & Comp	Ceará
46	Galdino Gomes da Frota	» »
47	Florentino de Souza Miranda	Piauí
48	João de Loyola e Silva	Espirito Santo
49	Companhia de Navegação do Maranhão	Piauí
50	D. Isabel dos Santos Lopes Trant	Districto Federal . . .

e Obras Publicas a que se refere o decreto n. 737 desta data

NATUREZA DA DIVIDA	EXERCICIO	VERBA	QUANTIA
Taxa.....	1886 - 1887	Obras Publicas.....	570\$000
».....	»	Passeio Publico.....	60\$000
Vencimentos.....	1889	E. de F. Central do Brazil	63\$304
».....	»	»	20\$500
».....	»	»	124\$000
».....	»	»	31\$116
».....	»	»	18\$948
».....	»	»	119\$993
».....	»	»	31\$916
».....	»	»	10\$200
».....	»	»	5\$000
».....	»	»	16\$839
».....	»	»	4\$210
Fornecimentos.....	»	»	87\$460
».....	»	»	13\$000
».....	»	»	51\$8240
».....	»	»	2\$000
».....	»	»	19\$334
».....	»	»	26\$100
».....	»	»	88\$000
».....	»	»	1:000\$165
».....	»	»	350\$000
».....	»	»	18\$000
».....	»	»	2\$000
».....	»	»	111\$000
».....	»	»	62\$000
».....	»	»	69\$032
».....	»	»	20\$000
».....	»	»	59\$500
».....	»	»	6\$000
».....	»	»	11\$000
».....	»	»	39\$640
».....	»	»	160\$000
».....	»	»	28\$000
».....	»	»	6\$800
Passagens.....	»	Eventuaes.....	172\$500
».....	»	Obras Publicas.....	334\$230
Fornecimentos.....	»	»	31\$332
».....	»	»	128\$950
».....	»	»	84\$320
».....	»	E. de F. Central do Brazil	735\$200
Vencimentos.....	»	»	101\$250
Passagens.....	»	Eventuaes.....	97\$500
Fornecimentos.....	»	E. de F. Central do Brazil	138\$000
».....	»	E. de F. de Baturité....	43\$200
».....	1885 - 1886	»	450\$000
».....	»	Estabelecimento rural de S. Pedro de Alcantara..	512\$802
Publicações.....	1881 - 82 a 1884 - 85	Manumissões.....	268\$800
Passagens.....	1885 - 1886	Eventuaes.....	68\$750
Indemnisação do va- lor de terras corta- das pela via-ferrea do Rio do Ouro...	1890	Credito consignado na ta- bella C para execução da lei n. 2639 de 22 de setembro de 1875.....	115\$498

NUMERO	CREDOR	RESIDENCIA DO CREDOR
51	Leonardo Teixeira Leite.....	Districto Federal....
52	Companhia Constructora.....	Capital Federal.....
53	Isaac Amaral.....	Ceará.....
54	Companhia Lloyd Brasileiro.....	Capital Federal.....
55	D. Maria Fausta de Sampaio Ribeiro e outros...	Rio Grande do Sul..
56	José Moreira Neves.....	Capital Federal.....
57	José Domingues Maia.....	Pernambuco.....

NATUREZA DA DIVIDA	EXERCICIO	VERBA	QUANTIA
Desapropriação de terras e aguas dos Tres Rios, para abastecimento da Capital	1880	Credito consignado na tabella C para execução da lei n. 2539 de 22 de setembro de 1875.....	39:650\$500
Vagões fornecidos á via-ferrea do Rio do Ouro	1890	Idem.....	8:575\$000
Vencimentos.....	1884 - 1885	Obras Publicas.....	550\$000
		Eventuales.....	472\$870
		E. de F. do Sobral.....	108\$000
		E. de F. de Baturité....	108\$000
		E. de F. de Paulo Afonso	108\$000
		E. de F. do Recife a São Francisco (prolongamento).....	222\$750
		E. de F. do Porto Alegre a Uruguayana.....	307\$500
Passagens.....	1890	Obras Publicas { Canal de Iguaçu... Conservação do porto de Pernambuco.....	24\$000 67\$500
		Credito consignado na tabella C para execução da lei n. 3387 de 24 de novembro de 1888.....	185\$000
		E. de F. Sul de Pernambuco.....	81\$000
		Melhoramento do rio Parnahyba.....	129\$000
		Inspectoria de portos, 4o districto.....	54\$000
Indemnisação do valor de terras situadas no municipio da Estrella, a cujo pagamento foi a Fazenda Nacional condemnada pela Relação de Porto Alegre, por accordo de 21 de novembro de 1890.	1890	Terras Publicas e Colonisação.....	99:850\$580
Transporte de materiais destinados á Inspeção Geral das Obras Publicas e trabalhos de calçamentos e encanamentos.....	1890	Obras Publicas.....	140\$552
Aluguel de armazens.	1885	Obras Publicas — Conservação do porto de Pernambuco.....	106\$666

NUMERO	CREDOR	RESIDENCIA DO CREDOR
58	Companhia de Seguros Fidelidade.....	Capital Federal....
59	J. J. G. Borlido.....	Capital Federal....
60	Duvivier & Comp.	Capital Federal....
61	Engenheiro Adolpho Dilermando de Aguiar.	Rio Grande do Sul...
62	J. F. Marques & Comp.....	Capital Federal....
	Somma.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras

~~~~~

| NATUREZA DA DIVIDA                                                                              | EXERCICIO             | VERBA                                                                                                                                                                               | QUANTIA                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Premios de seguros maritimos de materiaes e outros objectos importados.                         | 1890                  | E. de F. do Rio do Ouro.<br>E. de F. Central do Brazil.<br>E. de F. Central de Pernambuco.....<br>E. de F. do Sobral.....<br>E. de F. de Paulo Alfonso<br>E. de F. de Baturité..... | 58\$440<br>6:770\$560<br>902\$480<br>175\$215<br>141\$340<br>463\$900 |
| Fornecimentos á Inspecção Geral das Obras Publicas....                                          |                       | Obras Publicas.....                                                                                                                                                                 | 46\$000                                                               |
| Fornecimento de material para as obras de canalisação das aguas dos rios Chereim e Mantiqueira. |                       | Credito da tabella C da lei n. 3337 de 24 de novembro de 1888 para execução da lei n. 2339 de 22 de setembro de 1875.....                                                           | 111:671\$560                                                          |
| Vencimentos.....                                                                                | 1884 - 85 e 1885 - 86 | E. de F. de Porto Alegre a Uruguayana. ....                                                                                                                                         | 3:677\$774                                                            |
| Fornecimentos.....                                                                              | 1890                  | E. de F. Central de Pernambuco.....                                                                                                                                                 | 17:597\$500                                                           |
| .....                                                                                           | .....                 | .....                                                                                                                                                                               | 299:237\$537                                                          |

Publicas, 13 de fevereiro de 1892.—*Antão Gonçalves de Faria.*



## \* DECRETO N. 738 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1892

Concede autorização a José Leão Ferreira Souto para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Central de Restaurantes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu José Leão Ferreira Souto, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Central de Restaurantes e com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

**Estatutos da Companhia Central de Restaurantes  
a que se refere o decreto n. 738 de 13 de fevereiro de 1892**

**TITULO I**

**DA COMPANHIA, SUA SÉDE, PRAZO DE DURAÇÃO E DO CAPITAL**

Art. 1.º Fica constituida nesta praça uma sociedade anonyma intitulada—Companhia Central de Restaurantes— que se regerá por estes estatutos e pela legislação especial das sociedades anonymas na parte que lhe for applicavel.

Art. 2.º A séde, o fóro juridico e a administração geral da companhia serão, para todos os effeitos legaes, nesta cidade.

Art. 3.º O prazo estipulado para duração da companhia é de 30 annos, contados da data da installação, podendo ser prorogado por deliberação da assembléa geral de seus accionistas.

Antes de expirar o prazo estipulado, não poderá a companhia ser dissolvida ou liquidada sem que se verifique alguma das hypotheseas previstas na legislação em vigor.

Art. 4.º O capital da companhia será de mil contos de réis, dividido em 10 000 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado por deliberação da assembléa geral.

§ 1.º A transferencia das acções será feita nos registros da companhia; fóra da séde, nos estabelecimentos filiaes.



§ 2.º A' directoria compete resolver qual o numero desses estabelecimentos, bem como o direito de supprimil-os.

§ 3.º Neste caso, as acções que constarem dos registros suppresos serão inscriptas em qualquer outro á vontade do possuidor.

§ 4.º Fica livre aos accionistas transferir as acções de um registro para outro, quando isto lhes convenha.

§ 5.º No logar onde as acções estiverem registradas se effectuára o pagamento dos respectivos dividendos.

§ 6.º A directoria poderá, quando assim o entender, facultar aos accionistas, no tocante ás operações bancarias, a conversão de suas acções no todo ou em parte em titulos de acções ao portador de conformidade com o decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 7º § 1º.

§ 7.º Os possuidores dessas acções, para poderem fazer parte das assembleas geraes, depositarão na companhia os respectivos titulos tres dias pelo menos antes da reunião.

Art. 5.º O capital será realizado em prestações, sendo a primeira de 10% no acto da assignatura dos estatutos e as restantes de 10 a 20% com intervallo nunca menor de trinta dias, annunciando-se as chamadas com antecedencia de 10 dias.

Art. 6.º As acções poderão ser integralisadas com os lucros da mesma companhia a juizo da directoria e serão nominativas emquanto não forem integralisadas, em qualquer caso serão assignadas pelo director presidente e director secretario.

Art. 7.º Os accionistas que não effectuarem o pagamento nos prazos fixados pela directoria, tanto na Capital Federal como nos estabelecimentos, filiaes e o fizerem dentro dos 30 dias subsequentes, incorrerão na multa de 8 % sobre a prestação retardada.

Os que excederem deste prazo perderão o capital que tiverem pago, em beneficio da companhia e suas acções serão declaradas em commisso, salvo caso de força maior a juizo da directoria.

Art. 8.º As acções cahidas em commisso poderão ser remetidas pela directoria e o seu producto levado a fundo de reserva.

Art. 9.º A companhia poderá estabelecer casas filiaes ou constituir agencias nas praças do Brazil e nas principaes da America e Europa, para satisfação de suas transacções commerciaes e bancarias.

## TITULO 11

### DOS FINS DA COMPANHIA

Art. 10. A companhia tem por fim :

§ 1.º Adquirir ou fundar, onde melhor convenha, nesta Capital e nas praças dos Estados da Republica, restaurantes de diversas classes, armazens de comestiveis de seccos e molhados e outros congeneres, e bem assim fabricas e casas de negocio, de qualquer natureza, fundando-as ou comprando-as

ou mesmo associando-se a terceiros em condições vantajosas, a juízo da directoria.

§ 2.º Montar um ou mais estabelecimentos centraes em grande escala, para fornecimento dos diversos ramos de negocio.

§ 3.º Importar directamente, de qualquer procedencia nacional ou estrangeira, generos de toda e qualquer qualidade que formem o objecto de seu negocio.

§ 4.º Comprar e vender por atacado e a varejo todo e qualquer genero, nacional ou estrangeiro, e bem assim recebê-lo à consignação.

§ 5.º Exportar generos de procedencia nacional ou estrangeira para os diversos Estados da Republica ou outras nações.

§ 6.º Receber em consignação navios à vela ou qualquer sorte de barcos a vapor.

§ 7.º Emprestar sobre conhecimentos de generos depositados nas repartições fiscaes.

§ 8.º Fazer adeantamento sobre facturas de generos à consignação.

§ 9.º Criar uma secção bancaria de cambiaes e descontos e toda a sorte de transacções, nos termos dos artigos destes estatutos que lhe são applicaveis.

§ 10. Receber dinheiro em deposito e em conta corrente por meio de cadernetas, sendo a quantia minima de 10\$000.

§ 11. Subscrever, comprar e vender, por conta propria ou alheia, fundos geraes e acções de bancos e companhias.

§ 12. Emprestar sobre caução de titulos em geral e valores que tenham cotação nas bolsas da Republica.

§ 13. Descontar letras do Thesouro, dos bancos e das praças da União Federal, e de firmas commerciaes desta praça a juízo da directoria.

§ 14. Contrahir empréstimos, redescontar titulos de sua secção bancaria e realizar outras operações de credito.

§ 15. Fazer adeantamento em conta corrente ou sobre propriedades com garantia de hypothecas ou titulos bem reputados.

§ 16. Emitir por conta propria ou alheia titulos de prelação ou *debentures*.

§ 17. Celebrar contractos com o Governo para realização de qualquer melhoramento industrial e proporcionar a particulares meios de fazê-lo sobre hypotheca devidamente garantidora.

§ 18. Solicitar concessões e outros quaesquer favores do Governo Geral e Estadual no tocante ao desenvolvimento das sciencias, artes e industrias do Brazil.

§ 19. Abrir credito em conta de mercadorias aos accionistas ou não em qualquer estabelecimento desta praça com garantia, a juízo da directoria.

### TITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. A administração geral da companhia será composta de tres directores, os quaes nomearão dentre si o respectivo

presidente, secretario, e gerente que accumulará o logar de thesoureiro.

Art. 12. A' eleição da directoria proceder-se-ha por escrutinio secreto.

§ 1.º Serà considerado eleito o accionista que reunir maioria absoluta de votos.

§ 2.º No caso de não verificar-se a hypothese do § 1.º, correrá novo escrutinio entre os mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, bastando então a maioria relativa dos votos.

§ 3.º No caso de empate, será preferido o accionista que possuir maior numero de acções.

Art. 13. O mandato da directoria durará seis annos.

Art. 14. A reeleição da directoria é facultativa á assembléa geral.

Art. 15. Para exercer o cargo de director é necessario ser accionista possuidor de duzentas acções.

Estas acções serão escripturadas como caução e garantia dos actos administrativos, não podendo ser alienadas enquanto não forem pela assembléa geral approvadas as contas dos que tiverem exercido o mandato.

Art. 16. Não poderão exercer conjunctamente o mandato os directores que forem sogro e genro, nem os cunhados durante o cunhadio, ou parentes consanguineos até 2º grão e os socios de firmas commerciaes, assim como não poderão ser eleitos os impedidos pelo Codigo Commercial.

Art. 17. Quando a escolha da assembléa geral tiver recaído em pessoas que estejam impedidas pelas disposições da 1ª parte do artigo precedente, serão declarados nulos os votos que houverem obtido e proceder-se-ha em acto successivo a nova eleição, tão somente na parte relativa á nullidade.

Art. 18. Além dos mandatarios directos da assembléa geral, a companhia poderá ter outros auxiliares de nomeação e confiança da directoria.

Art. 19. Em caso de impedimento prolongado de um dos directores, a administração, ouvindo o conselho fiscal, chamará um accionista que tenha as precisas qualidades para o substituir.

Si o impedimento for justificado ou por ausencia em serviço da companhia, cessarão as funções do nomeado logo que o proprietario do logar se apresente.

Art. 20. Si algum director, sem motivo justificado, deixar de exercer as funções por tempo excedente a tres mezes, entende-se que resignou o logar e nesses casos proceder-se-ha de accordo com a primeira parte do artigo precedente.

Art. 21. Os directores são responsaveis pelos seus actos de mandatarios, nos termos do decreto de 17 de janeiro de 1890.

Art. 22. A directoria reunir-se-ha diariamente na séde da companhia e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 23. O director presidente será substituido nos seus impedimentos temporarios pelo director secretario. Este terá a seu

cargo o livro das actas da directoria e assignará com o presidente os titulos representativos das acções.

Art. 24. São attribuições e deveres da directoria :

§ 1.º Zelar, dirigir e administrar todos os negocios da companhia.

§ 2.º Resolver sobre a fundação dos estabelecimentos filiaes, determinando a natureza e os limites das operações.

§ 3.º Nomear e demittir os gerentes das casas de negocio, assim como os demais empregados e marcar a todos os vencimentos que lhes competem, fazendo com elles os tratos que forem necessarios.

§ 4.º Organizar contas e balanços que tenham de ser apresentados á assembléa geral, além de um balanço semestral demonstrativo das operações effectuadas.

§ 5.º Fixar o dividendo que tem de ser distribuido semestralmente de accordo com o conselho fiscal e em vista dos lucros líquidos da companhia.

§ 6.º Deliberar convocações de assembléas ordinarias e extraordinarias, sendo estas ultimas julgadas necessarias e depois de ter consultado o conselho fiscal.

§ 7.º Determinar a época para a chamada de capital, nos termos do art. 5º destes estatutos.

§ 8.º Resolver o pagamento de todas as contas, despezas e obrigações da companhia, assim como sobre todas as arrecadações de rendas fazendo, recolher-as ao cofre da companhia, quando entender necessario.

§ 9.º Representar a companhia em todos os seus actos, tanto em juizo como fora d'elle, e celebrar contractos de direitos e obrigações.

§ 10. Prestar ao conselho fiscal todos os esclarecimentos necessarios para os exames que ao mesmo competem.

§ 11. Fazer executar os presentes estatutos e as resoluções da assembléa geral.

§ 12. Organizar, para apresentar ao Governo Estadual, qualquer trabalho referente ao pedido de concessões e privilegios nos termos do § 27 do art. 10 destes estatutos.

§ 13. Declarar em commisso, de accordo com o que preceitua o art. 7º na parte final, as acções cujos possuidores não fizerem as entradas respectivas no tempo marcado ;

§ 14. Estabelecer bases para os contractos de compra e venda dos estabelecimentos commerciaes e de qualquer especie de fornecimento, resolvendo sobre a melhor forma de executá-los.

§ 15. Discriminar previamente as attribuições communs e peculiares a cada um de seus membros, de accordo com as leis das sociedades anonyms.

Art. 25. O mandato da directoria é pleno dentro dos limites dos estatutos e da lei e nelle se inclue o direito de transigir e o de resolver judicialmente e extrajudicialmente as questões entre a companhia e terceiros, para o que ficam-lhe concedidos poderes livres e geral administração.

Art. 26. Quando seja conveniente e para prompto expediente do serviço da companhia, a assignatura do presidente poderá ser supprida pela do secretario.

Art. 27. Cada director será remunerado com o vencimento fixo de seis contos de réis (6:000\$000) annuaes e com a percentagem estabelecida no art. 44.

Art. 28. A directoria regulamentará a administração das casas de negocio e estabelecimentos filiaes da companhia, quando assim julgar opportuno.

## TITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 29. A assembléa geral é a reunião de todos os accionistas possuidores de vinte ou mais acções inscriptas no registro da companhia com antecedencia de sessenta dias.

Para todos os effeitos podem os accionistas fazer-se representar nas assembléas geraes por procuração a outros accionistas.

As sociedades anonymas ou corporações serão representadas por um mandatario ; as firmas sociaes, por um de seus socios; as mulheres casadas, por seus maridos ; os menores, os fallidos e os interdictos por qualquer motivo, por seus tutores ou representantes legais, devendo os documentos comprobatorios do mandato ou representação ser apresentados na companhia com tres dias de antecedencia ao da reunião.

Art. 30. Os accionistas que tiverem transferido as suas acções em causa conservarão o direito de representação nas assembléas geraes, assim como o de receberem os dividendos, salvo, quanto a estes, estipulação em contrario, que deverá ser communicada á companhia pelos interessados.

Art. 31. Para se constituir a assembléa geral é preciso que estejam representadas no minimo tres quartas partes do capital.

Si no dia e hora aprazados não comparecerem, por si ou por procuradores, accionistas em numero sufficiente para se constituir a assembléa geral, será por annuncios nos jornaes convocada nova reunião e esta deliberará validamente, qualquer que seja a somma do capital representado. Tratando-se, porém, da reforma dos estatutos, augmento de capital ou liquidação da companhia, observar-se-ha o que dispõe o art. 15, § 4º, do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 32. A assembléa geral será presidida por um accionista nomeado por aclamação e este nomeará dous secretarios para o auxiliarem na direcção dos trabalhos.

Art. 33. Haverá annualmente uma assembléa geral ordinaria, que deverá effectuar-se dous mezes depois de terminado o anno social, e extraordinarias tantas quantas a directoria e conselho fiscal julgarem necessarias ou forem requisitadas por sete ou mais

accionistas que representem no minimo tres quintos do capital da companhia e motivem a requisição.

§ 1.º Nas reuniões ordinarias serão apresentados a exame e deliberação da assembléa o relatorio e contas da directoria e parecer do conselho fiscal e, depois de julgadas estas, se procederá á eleição destes.

§ 2.º Nas assembléas extraordinarias sómente se tratará do assumpto especial que tiver occasionado a convocação.

Art. 34. As votações nas assembléas geraes serão contadas para todos os effeitos na razão de um voto por vinte acções, não podendo o accionista, ainda mesmo que represente uma ou mais procurações, dispor de mais de cincoenta votos.

Art. 35. A directoria e os fiscaes não poderão tomar parte nas votações referentes ás contas ou acto administrativo, nem podem, na qualidade de mandatarios, representar outros accionistas.

Art. 36. Quando se proceder ás eleições a votação será sempre por escrutinio secreto, e quando se tratar de reforma de estatutos, augmento de capital e liquidação da companhia, será por acções, salvo deliberação unanime da assembléa.

Art. 37. Os accionistas que possuirem menos de vinte acções não teem direito de votar, mas podem assistir, discutir e propôr o que entenderem conveniente.

Art. 38. A convocação da assembléa geral ordinaria se fará por annuncios nos jornaes com antecedencia de quinze dias ao que for marcado para a reunião, e das extraordinarias com antecedencia não inferior a cinco dias.

A transferencia das acções será suspensa alguns dias antes daquelle que for fixado para a reunião da assembléa geral, dando-se disso noticia por annuncios nos jornaes.

Art. 39. Nas attribuições da assembléa geral se comprehende o direito de:

- a) Reformar os estatutos;
- b) Augmentar o capital social além dos limites fixados;
- c) Julgar as contas annuaes e dar ou negar quitação aos mandatarios;
- d) Eleger o conselho fiscal;
- e) Alterar as quotas destinadas ao fundo de reserva;
- f) Deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração, dissolução e liquidação da companhia, de accordo com a legislação vigente;
- g) Tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses da companhia.

Art. 40. A approvação, pela assembléa geral, das contas annuaes e actos administrativos, extingue completamente a responsabilidade dos mandatarios com relação ao periodo das mesmas contas, salvo a hypothese prevista na legislação.

## TITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 41. O conselho fiscal será composto de accionistas possuidores de 100 ou mais acções cada um e constará de tres mem-

bro effectivos e tres supplentes eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria e por escrutinio secreto, observadas as disposições dos arts. 32, 35 a 39, podendo o mandato dos fiscaes ser renovado por eleição.

Art. 42. Os membros do Conselho Fiscal effectivos serão, nos casos de renuncia ou vaga por qualquer motivo, substituidos pelos supplentes. A ordem da substituição será regulada pela votação, preferindo os que tiverem sido eleitos por maioria de votos e, no caso de igualdade na votação, preferirão os que tiverem maior numero de acções.

Art. 43. Compete ao conselho fiscal:

1.º Dar sobre os negocios da companhia parecer que será entregue á directoria a tempo de ser incluido no relatorio annual;

2.º Convocar a assembléa geral extraordinaria, nos termos do art. 14, § 3º, do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890;

3.º Dar conselho sempre que para isso for solicitado pela directoria;

4.º Examinar, durante o trimestre que precede a reunião ordinaria da assembléa geral, a caixa, carteira, a escripturação e todos os documentos que necessite consultar.

Os membros do Conselho Fiscal perceberão mensalmente 100\$ cada um.

## TITULO VI

### DOS LUCROS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 44. Dos lucros liquidos verificados semestralmente serão deduzidos:

10 % para fundo de reserva ;

5 % para a directoria ;

5 % para os incorporadores.

Do restante se dará o dividendo maximo de 5 %, creando-se com o excedente um fundo especial que poderá ser applicado na integralisação do capital, ou que integralizado este seja distribuido aos accionistas pelo modo por que a directoria e o conselho fiscal julgar conveniente.

Todas estas verbas poderão ser alteradas para mais ou para menos, quando se faça reforma de estatutos por deliberação da assembléa geral, á excepção da que se destina aos fundadores José Francisco Lisboa e Viviano da Silva Caldas e por morte aos seus legitimos herdeiros, por todo o tempo da duração da companhia.

Art. 45. Nenhum dividendo será distribuido quando se verificar por ventura qualquer perda que desfalque o capital social e este não tiver sido integralmente restaurado.

Art. 46. O accionista que desejar integralisar suas acções terá o abatimento de 5 % sobre as entradas que faltarem realizar.

Art. 47. Os dividendos só poderão ser tirados da renda líquida da companhia, proveniente de operações, effectivamente concluídas dentro do respectivo semestre.

## TITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 48. A dissolução e liquidação da companhia verificar-se-ha pela terminação do prazo, por deliberação da assembléa geral dos accionistas, de accordo com as leis em vigor.

Art. 49. Para ser empregado Gerente ou Administrador da companhia é preciso ser accionista e, segundo os cargos que occupar, a directoria determinará o numero de acções que deve possuir, para garantia do logar, as quaes deverão ser caucionadas.

Art. 50. O anno social principiará a 1 de janeiro e terminará a 31 de dezembro, e a companhia para os casos omissos se regulará dentro desses limites pelas leis vigentes e especialmente pelo decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e o respectivo regulamento.

Art. 51. Os estabelecimentos adquiridos serão administrados pelos ex-proprietarios ou seus prepostos, preferindo-se os empregados dos mesmos estabelecimentos possuidores de uma ou mais acções, as quaes caucionarão para gestão do seu cargo.

Art. 52. Os pequenos fornecimentos para os estabelecimentos da companhia serão feitos de preferencia em casa de accionistas.

Art. 53. Fica a directoria autorizada a pagar todas as despesas que tiverem sido feitas pelos fundadores com a installação da Companhia.

Art. 54. Por excepção dos estatutos presentes, os accionistas reconhecem e aceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei, approvam estes estatutos e nomeiam para a primeira directoria os abaixo mencionados a quem autorizam a aceitar qualquer alteração ou modificação que o Governo faça aos mesmos estatutos.

### DIRECTORIA

*José Francisco Lisboa*, presidente. — *Viviano da Silva Caldas*, gerente. — *José Leão Ferreira Souto*, secretario.





## DECRETO N. 740 (\*) — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1892

Transfere o engenho central de Magé á Companhia Engenho Central de Guapy-mirim.

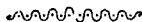
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Engenho Central de Guapy-mirim, resolve transferir-lhe a concessão da garantia de juros e mais favores feita ao cidadão Francisco Rebello de Carvalho, por decreto n. 10.442 de 9 de novembro de 1889, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna no municipio de Magé, no Estado do Rio de Janeiro ; ficando por circumstancia de força maior prorogado por tres mezes, a contar de 23 de janeiro ultimo, o prazo para a companhia encetar a construcção das respectivas obras e assentamento dos machinismos, sendo imposta a pena de caducidade si durante esse novo prazo não tiver sido cumprida a dita condição.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 741 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1892

Approva, com restricção, os estatutos do Monte-Pio Popular.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Evaristo Xavier da Veiga, Raphael Augusto de Freitas, Dr. Vicente Porfírio Soares Serpa e Bruno Bráulio Moniz, incorporadores do Monte-Pio Popular, associação anonyma, com séde na Capital Federal, resolve approvar os estatutos do mesmo Monte-Pio, ficando, porém, obrigado, no caso de pretender constituir-se sobre os moldes estabelecidos nos arts. 278 e seguintes do decreto n. 370 de 2 de maio de 1890, a completar as declarações e clausulas estatutarias, de accordo com o art. 783 do dito decreto.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 19 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*

---

(\*) Com o n. 739 não houve acto.

# Estatutos do Monte-Pio Popular

## TITULO I

### DO MONTE-PIO POPULAR

#### SECÇÃO I

#### *Da organização, sede, duração e fins do Monte-Pio Popular*

Art. 1.º Funda-se na Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil uma associação anonyma sob o titulo — Monte-Pio Popular — que se regerá por estes Estatutos e pelas leis vigentes.

Art. 2.º Esta instituição terá a sede na Capital Federal, podendo estabelecer succursaes em cada um dos estados da Republica e agencias no interior.

Art. 3.º A sua duração será por espaço de tempo illimitado.

Art. 4.º Quando resolvida a liquidação ou dissolução do Monte-Pio Popular, será executada de accordo com as deliberações da assembléa geral dos instituidores e com as leis em vigor.

Art. 5.º O Monte-Pio Popular tem por fim garantir o futuro da esposa, filhas e filhos, ou da pessoa em beneficio da qual foi instituido o monte-pio, concedendo-lhes, por morte do contribuinte, uma pensão mensal, de accordo com estes estatutos.

#### SECÇÃO II

#### *Dos fundos do Monte-Pio*

Art. 6.º Constituem fundos do Monte-Pio Popular:

§ 1.º O producto das joias dos contribuintes.

§ 2.º O producto das taxas dos contribuintes.

§ 3.º O producto das contribuições mensaes.

§ 4.º O producto dos titulos dos pensionistas.

§ 5.º O producto das pensões extinctas ou prescriptas do Monte-Pio.

§ 6.º O producto das guias de transferencia dos contribuintes e pensionistas.

§ 7.º O producto dos emolumentos de inscripção dos contribuintes.

§ 8.º O producto das multas dos contribuintes, dos pensionistas e dos empregados do Monte-Pio.

§ 9.º Quaesquer rendas ou quantias pertencentes ao Monte-Pio sem fins especificados.

§ 10. O producto liquido de uma ou mais loterias annuaes, dado o caso que o Governo se digne concedel-as, a exemplo do que pratica com outras instituições semelhantes, mantidas pelo Estado.

§ 11. Os lucros que possa produzir a secção — Penhor e transacções — mantida pelo Monte-Pio.

§ 12. Os donativos, benefícios e as demais rendas que o monte-Pio possa obter.

§ 13. Os juros do capital assim accumulado.

### SECÇÃO III

#### *Da admissão*

Art. 7.º Póde ser contribuinte do Monte-Pio Popular:

§ 1.º Qualquer pessoa, sem distincção de sexo, estado, classe e nacionalidade, que se ache no pleno exercicio de seus direitos civis.

Art. 8.º Não podem o inscrever-se contribuintes do Monte-Pio Popular:

§ 1.º Os maiores de 70 annos.

§ 2.º Os menores, salvo o caso que tenham consentimento de seus paes, tutores ou curadores.

### SECÇÃO IV

#### *Dos contribuintes*

Art. 9.º Os contribuintes são obrigados:

§ 1.º Ao pagamento de uma só vez, ou em 12 prestações iguaes, mensaes e consecutivas, da importancia da joia respectiva, de accordo com a tabella n. 1.

§ 2.º Ao pagamento adeantado, por semestre, da contribuição mensal estabelecida para constituir o monte-pio, de accordo com a referida tabella n. 1.

Art. 10. O contribuinte que pagar a joia em 12 prestações iguaes, ficará obrigado ao pagamento de mais 20 % sobre a referida joia.

Art. 11. O instituidor que vier a fallecer dentro do prazo de um anno a contar da data de sua inscripção, legará somente aos seus herdeiros o direito de receberem as quotas liquidas com que tiver contribuido effectivamente até á data de seu fallecimento.

Art. 12. A annuidade que o instituidor será obrigado a pagar será igual a um decimo da joia estabelecida.

Art. 13. A titulo de emolumentos de inscripção, pagará o instituidor mais 10 % sobre o valor da joia estabelecida.

Art. 14. E' facultado ao contribuinte, que já tiver constituido o seu monte-pio, eleva-lo de accordo com a respectiva tabella, sujeitando-se a todas as despesas da nova inscrição.

Art. 15. Quando o instituidor não concorrer com a annuidade na época marcada para seu prompto pagamento, incorrerá nas seguintes multas: de 20 % sobre a annuidade, si satisfizer o seu pagamento dentro do prazo de seis mezes a contar do dia em que se considera vencida; de 40 %, si satisfizer o pagamento depois de seis mezes até 12 mezes; de 70 % sobre as duas annuidades atrasadas, pagando-as depois do dia em que se considera vencida a primeira; de 100 % tambem sobre ambas, si o pagamento tiver logar depois de 18 até 24 mezes, a contar do referido vencimento.

Art. 16. Si computado o espaço de tempo de 24 mezes o instituidor não tiver pago as annuidades em atraso com as respectivas multas, ou si o instituidor vier a fallecer dentro deste espaço de tempo nas combinações aqui especificadas, as entradas até então por elle realizadas reverterão em beneficio do Monte-Pio, cahindo a pensão em commisso.

§ 1.º Si o instituidor vier a fallecer sem haver pago somente a ultima annuidade, isto é, si o atraso não exceder de seis mezes, sendo provadas as causas que obstaram o seu prompto pagamento, o instituido entrará no gozo da pensão, satisfazendo a annuidade em debito e a respectiva multa de 20 %.

§ 2.º Si o instituidor vier a fallecer com um atraso correspondente a duas annuidades, isto é, si o atraso não exceder de 12 mezes, uma vez justificadas as causas que obstaram o seu pagamento, o instituidor entrará no gozo da pensão, metade da pensão estabelecida, satisfazendo as annuidades em debito e respectiva multa de 40 %.

§ 3.º Si o instituidor vier a fallecer com um atraso correspondente a mais de duas annuidades, isto é, si o atraso não exceder de 18 mezes, sendo justificadas as causas que obstaram o pagamento, o instituido só tem direito a uma pensão igual ao juro de 6 % das quantias com que o instituidor tiver entrado para os cofres do Monte-Pio, joia e annuidade, pagando as annuidades em debito e a respectiva multa de 50 %.

Art. 17. Fallecendo o instituidor ainda em vida do instituido, ficará, *ipso facto*, extincta a pensão, revertendo para o Monte-Pio as quantias com que houver elle contribuido.

Art. 18. Fallecendo o instituido de que trata o art. 20, sem ter completado os annos de sua vida média, a pensão a que tinha direito ficará extincta, revertendo para o Monte-Pio todas as quantias com que houver contribuido.

Art. 19. Mudando o contribuinte de residencia, de um para outro Estado, receberá do Monte-Pio uma guia na qual constará tudo que lhe diz respeito, relativamente ao Monte-Pio.

Art. 20. E' permittido a qualquer individuo instituir pensão para si proprio, inscrevendo-se no Monte-Pio como instituidor e instituido.

Paragrapho unico. Quando o instituidor fundar pensão para si

proprio, a joia será determinada tomando-se como idade do instituidor a que o Monte-Pio arbitrar, e do instituido a que elle effectivamente tiver; devendo o instituidor pagar, juntamente com a joia e emolumentos de inscripção, as annuidades adeantadas, correspondentes à sua vida média, de accordo com a tabella n. 2.

Art. 21. É facultado a qualquer estabelecer pensão separadamente em beneficio de diversos individuos que determinar.

Art. 22. Um mesmo individuo pôde ser instituido pensionista por diversos instituidores, contanto que a somma das pensões que tenha de perceber não exceda a importancia de 3:600\$ annuaes.

Art. 23. Todo o instituidor será inspecionado pela junta medica do Monte-Pio, para verificação do seu estado sanitario, não podendo ser acceito sem se ter submettido à referida inspecção.

Paragrapho unico. O instituidor que pretender elevar o seu monte-pio, não o poderá fazer sem que de novo se submeta ao exame da referida junta medica.

Art. 24. Pelo exame de sanidade o inspecionado ao Monte-Pio pagará a importancia de 10\$000.

Art. 25. O contribuinte entregará no acto de sua inspecção um documento authenticico, declarando:

§ 1.º Seu nome, idade, naturalidade, estado e profissão; da esposa, filhas e filhos, ou da pessoa em beneficio da qual quer instituir o monte-pio, idade, naturalidade, estado e profissão de cada uma; obrigando-se o instituidor a apresentar todos os documentos exigidos.

Art. 26. Sendo acceita a sua admissão, entrará o instituidor para os cofres do Monte-Pio, dentro do prazo de 15 dias, com a importancia da joia estabelecida, despezas e inscripção, e com a respectiva annuidade adeantada.

Art. 27. O contribuinte é obrigado a declarar todas as modificações que se derem com relação às pessoas inscriptas com direito à pensão.

Art. 28. Assiste ao Monte-Pio o direito de verificar, em vida ou por morte do contribuinte, da exactidão de suas declarações, podendo para tal fim exigir todos os documentos que julgar necessarios.

Paragrapho unico. Qualquer falsidade que se verifique com relação ao instituidor, importará na perda do direito à pensão, que reverterá em favor dos cofres do Monte-Pio, e a não entrega dos documentos exigidos importará na suspensão do pagamento da pensão.

#### SECÇÃO V.

##### *Das pensões*

Art. 29. Por morte do contribuinte, observadas todas as disposições destes estatutos, a viuva, filhas e filhos, ou a pessoa em beneficio da qual for instituido o monte-pio, entrará na posse da pensão que lhe competir.

Art. 30. O pensionista apresentará os documentos legais, que provem o fallecimento do instituidor e os seus direitos de instituido.

Art. 31. Satisfeitas todas as formalidades legais, será entregue a cada um dos pensionistas o seu competente titulo, com a designação da quota da pensão que por direito lhe tocar.

Art. 32. A viuva que ficar sem filhos perceberá somente a metade da pensão instituida.

Art. 33. A viuva que ficar com filhos perceberá a metade da pensão instituida, sendo a outra metade dividida em partes iguaes pelos existentes, revertendo para o Monte-Pio a quota dos pensionistas que forem fallecendo.

Art. 34. Quando o instituido pensionista for o proprio instituidor, perceberá a pensão logo que complete os annos de sua vida média.

Art. 35. As pensões só serão pagas mensalmente aos proprios instituidores ou em virtude de procuração destes.

Art. 36. Os pensionistas só terão direito à pensão anno e dia depois de sua inscripção.

Art. 37. O pensionista que pelos tribunaes for pronunciado como autor ou cumplice da morte do seu instituidor, perderá o direito à pensão, revertendo esta para o Monte-Pio.

Art. 38. As pensões deste Monte-Pio só serão pagas até a data do fallecimento do pensionista, ficando, portanto, extincta por morte d'elle.

Art. 39. As pensões deste Monte-Pio não serão, ou não poderão em caso algum soffrer penhora, arresto ou sentença, nos termos da lei n. 2843 de 27 de outubro de 1877.

Art. 40. De qualquer pensão paga por este Monte-Pio deduzir-se-hão, no acto de seu pagamento, 5 % sobre o seu valor, em favor do Monte-Pio.

## TITULO II

### DA SECÇÃO DE PENHORES E TRANSACÇÕES

#### SECÇÃO VI

Art. 41. Como fonte tambem constitutiva de suas rendas, o Monte-Pio praticará, por essa secção, as seguintes operações:

a) emprestará dinheiro sobre mercadorias em deposito nas alfandegas e trapiches, em presença dos respectivos conhecimentos;

b) emprestará sobre penhor de ouro, prata, brilhantes e pedras preciosas; sobre moveis e todos os objectos que tenham valor real;

c) emprestará sobre hypotheca de predios urbanos e suburbanos, proprios, usufructuarios ou dotaes;

d) emprestará sobre hypotheca de terrenos, fabricas, officinas e casas commerciaes;

e) receberá em caução, para adeantar dinheiro, acções, *debentures* e títulos de bancos e companhias;

f) comprará, venderá e descontará títulos da dívida do Governo Federal e dos Estados; emprestará sobre caução dos mesmos;

g) praticará neste sentido as demais operações permitidas por lei.

## TÍTULO III

### DA ADMINISTRAÇÃO DO MONTE-PIO

#### SECÇÃO VII

Art. 42. A administração do Monte-Pio Popular será composta de seis directores: geral, gerente, secretario, thesoureiro e dous directores de secção, que reunidos constituirão o conselho director.

Art. 43. O conselho director será eleito pela assembléa geral dos associados, com mandato por seis annos, podendo ser reeleito.

Art. 44. O conselho director reunir-se-ha ordinariamente quatro vezes por mez, e extraordinariamente sempre que for convocado pelo director geral.

Art. 45. Todas as deliberações do conselho director serão tomadas por maioria de votos.

Art. 46. Estando presentes pelo menos quatro directores, estará constituído o conselho director para todos os effeitos legais.

Art. 47. O director que por espaço de um mez deixar de exercer as suas funções, sem causa justificada, será considerado exonerado do cargo que exercia.

Art. 48. Nos casos do art. 47, ou no de fallecimento de qualquer dos directores, o conselho director, de accordo com o conselho fiscal, convidará um associado, que reuna as condições de elegibilidade, para occupar o lugar, cujo mandato durará sómente até a primeira reunião da assembléa geral, que resolverá sobre o assumpto.

Art. 49. Quando qualquer dos directores deixar de comparecer por motivos justificados, o conselho director, de accordo com o conselho fiscal, convidará um associado para occupar o lugar até que o substituido se apresente.

Art. 50. De todas as sessões do conselho director lavrar-se-ha uma acta, que será assignada por todos os presentes.

Art. 51. As reuniões do conselho director serão presididas pelo director geral e, em seu impedimento, por quem o substituir.

Art. 52. No caso de empate na votação de qualquer materia discutida pelo conselho director, o presidente decidirá pelo voto de qualidade.

Art. 53. Ao conselho director compete :

§ 1.º A direcção e administração do Monte-Pio Popular representando-o em todos os seus actos.

§ 2.º Organizar o regimento interno do Monte-Pio Popular.

§ 3.º Nomear e demittir os empregados, determinar os seus vencimentos, suas attribuições e fianças.

§ 4.º Organizar os balanços semestrais do monte-pio.

§ 5.º Apresentar annualmente à assembléa geral dos associados um relatorio, mencionando todas as occurrencias succedidas no anno social, as modificações e providencias que julgar necessarias.

§ 6.º Resolver sobre todos os assumptos affectos à sua jurisdicção.

§ 7.º Convocar annualmente a reunião da assembléa geral ordinaria, para apresentação do relatorio, balanço e estatística geral e annual do Monte-Pio.

§ 8.º Convocar as reuniões extraordinarias da assembléa geral.

§ 9.º Convocar as reuniões ordinarias e extraordinarias do conselho fiscal.

§ 10. Examinar as contas, livros, os saldos e a escripturação do Monte-Pio.

§ 11. Examinar mensalmente os cofres do Monte-Pio e todas as vezes que assim o entender.

§ 12. Redigir e submeter à approvação da assembléa geral a reforma destes estatutos, depois de obtido o parecer do conselho fiscal, submittendo-o à approvação do Governo.

§ 13. Organizar um regulamento especial para reger a secção — Penhor e transacções — mantida pelo Monte-Pio.

§ 14. Autorisar todas as despesas urgentes.

Art. 54. O director geral será substituido em seus impedimentos pelo director gerente; este, pelo director thesoureiro; o ultimo, finalmente, pelo director secretario.

Art. 55. A cada um dos membros do conselho director competem as attribuições especificadas no regimento interno do Monte-Pio.

Art. 56. Os directores geral e gerente perceberão cada um a gratificação de 3:600\$ annuaes; os demais directores, a gratificação de 2:400\$ annuaes cada um.

## SECÇÃO VIII

### *Do conselho fiscal*

Art. 57. O conselho fiscal se comporá de cinco membros effectivos e igual numero de supplentes, eleitos pela assembléa geral, com mandato por um anno, podendo ser reeleitos.

Art. 58. O conselho fiscal reunir-se-ha em sessão ordinaria uma vez por mez, e extraordinariamente sempre que for convocado.

Art. 59. As deliberações do conselho fiscal serão tomadas por maioria de votos.

Art. 60. Dé todas as sessões do conselho fiscal lavrar-se-ha uma acta, que será assignada por todos es presentes à reunião.



Art. 61. Ao conselho fiscal compete :

§ 1.º Dar parecer sobre as contas, estatísticas e relatório anualmente apresentado pelo conselho director.

§ 2.º Discutir todas as questões que lhe forem affectas pelo conselho director.

§ 3.º Executar todos os actos de fiscalização, de accordo com estes estatutos e leis vigentes.

§ 4.º Nomear de entre si um presidente e um secretario para as suas reuniões.

§ 5.º Designar um de seus membros para acompanhar mensalmente os trabalhos do conselho director.

Art. 62. Cada um dos membros effectivos do conselho fiscal perceberá a gratificação de 1:200\$ annuaes.

## SECÇÃO IX

### *Da assembléa geral*

Art. 63. A assembléa geral representa a reunião dos associados, convocados de conformidade com estes estatutos.

Paragrapho unico. As suas reuniões serão presididas pelo director geral, que convidará dous outros directores para secretarios.

Art. 64. Achando-se presente um numero de contribuintes que represente pelo menos a quarta parte, estará constituida a assembléa geral ordinaria.

Art. 65. Não sendo possivel effectuar-se a reunião por falta de numero, será feita nova convocação pelos jornaes de maior circulação desta Capital ; si ainda desta vez não se effectuar a reunião, far-se-ha terceira convocação, e com o numero que a esta comparecer constituir-se-ha a assembléa geral ordinaria.

Art. 66. Tratando-se da liquidação ou dissolução do Monte-Pio Popular, ou da reforma destes estatutos, deverão achar-se representadas pelo menos duas terças partes do capital social, para que fique legalmente constituida a assembléa geral extraordinaria que tenha de resolver sobre taes assumptos.

Paragrapho unico. Só depois de tres convocações successivas pelos jornaes de maior circulação desta Capital, poderá a assembléa geral extraordinaria, para taes fins convocada, julgar-se constituida, qualquer que seja o numero presente.

Art. 67. O associado não terá mais de um voto na assembléa geral, seja qual for a importancia do seu monte-pio.

Art. 68. Só tome o parte nas assembléas geraes os contribuintes quites com o Monte-Pio.

Art. 69. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente uma vez por anno ; extraordinariamente, sempre que for convocada.

Art. 70. Todas as deliberações da assembléa geral serão tomadas pela maioria de votos dos associados presentes.

Art. 71. De todas as sessões da assembléa geral lavrar-se-ha uma acta.

Art. 72. Compete à assembléa geral :

§ 1.º Julgar o relatorio e contas do Monte-Pio.

§ 2.º Eleger o conselho director e o conselho fiscal.

§ 3.º Tratar da reforma destes estatutos, quando para tal fim for convocada.

§ 4.º Resolver sobre a liquidação do Monte-Pio.

§ 5.º Resolver sobre todos os assumptos que lhe forem affectos pelo conselho director.

## TITULO UNICO

### SECÇÃO UNICA

#### *Disposições geraes*

Art. 73. O anno social começará a 8 de dezembro de cada anno.

Art. 74. Fica o conselho director autorizado por estes estatutos a satisfazer todas as despesas necessarias para a installação do Monte-Pio Popular.

Art. 75. Sómente dous annos depois da installação deste Monte Pio serão pagas as pensões nelle instituidas; ficando o pensionista, ou o herdeiro do instituidor que vier a fallecer dentro deste espaço de tempo, com o direito de perceber-a no fim desses dous annos, a contar do dia que a ella tenha feito jus.

Art. 76. As pensões instituidas neste Monte-Pio nunca serão inferiores a 240\$ annuaes, nem superiores a 3:600\$ annuaes.

Art. 77. As tabellas do Monte-Pio Popular poderão ser modificadas conforme a experiencia indicar; sendo nomeada para tal fim uma commissão permanente, que será eleita triennialmente, para constituir tabellas mortuarias e especialmente com referencia aos membros do Monte-pio.

Art. 78. Todos os funcionarios do Monte-Pio Popular são obrigados, dentro do prazo de dous mezes, a contar da data da installação do Monte-Pio, a constituir Monte-Pios, para que possam entrar no exercicio de seus cargos.

Art. 79. Enquanto não forem estabelecidas as succursaes nos Estados e as agencias no interior, as operações do Monte-Pio serão limitadas exclusivamente à Capital Federal.

Art. 80. A secção — Penhores e transacções —, depois de approvados estes estatutos e obtida authorisação dos poderes competentes, será considerada constituida para começar as suas operações.

Art. 81. O director-thesoureiro não poderá ter em seu poder quantia superior a 1:000\$, para occorrer às despesas urgente.

Art. 82. Todas as sommas recolhidas aos cofres do Monte-Pio serão, pelo conselho director, depositadas no Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil, e dahi sómente retiradas de accordo com o referido conselho director.

Art. 83. A assembléa geral concede plenos poderes ao actual conselho director para obter do Governo da Republica a approvação dos presentes estatutos, acceitar as alterações propostas e, finalmente, executal-os.

#### Conselho director

Director geral — Dr. Evaristo José da Veiga.  
» gerente — Raphael Augusto de Freitas.  
» thesoureiro —  
» secretario — Bruno B. Muniz.

#### Directores de secção

Secção de monte-pio — Dr. Vicente P. Soares Serpa.  
Secção de penhor e transacções.

#### Conselho fiscal

Tenente Eduardo Roberto de Bruce.  
Dr. Luiz Francisco Masson.  
Dr. Antonio M. da Silva Sobrinho.  
Dr. José Pereira Landim.  
José Pedro de Carvalho.

#### Medico

Dr. Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca.

TABELLA N. 1—Regula as joias para a instituição dos monte-pios

| IDADE DOS INSTITUIDORES | IDADE DOS PENSIONISTAS |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
|-------------------------|------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----|--|
|                         | 1                      | 7   | 10  | 13  | 16  | 19  | 22  | 25  | 28  | 31  | 34  | 37  | 40  | 43  | 46  | 49  | 52  | 55  | 58  | 61  | 64  | 67  | 70 |  |
|                         | 25                     | 50  | 60  | 53  | 46  | 42  | 38  | 28  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
|                         | 28                     | 61  | 75  | 78  | 60  | 51  | 47  | 42  | 32  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
|                         | 31                     | 72  | 83  | 76  | 68  | 60  | 55  | 50  | 39  | 31  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
|                         | 34                     | 90  | 100 | 94  | 83  | 77  | 68  | 62  | 56  | 51  | 45  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
|                         | 37                     | 99  | 110 | 103 | 96  | 87  | 77  | 71  | 66  | 54  | 48  | 40  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
|                         | 40                     | 122 | 131 | 123 | 118 | 109 | 99  | 94  | 81  | 75  | 68  | 61  | 54  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
|                         | 43                     | 118 | 157 | 152 | 143 | 134 | 124 | 118 | 103 | 100 | 93  | 78  | 70  | 62  |     |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
|                         | 46                     | 177 | 189 | 181 | 174 | 164 | 153 | 147 | 135 | 121 | 114 | 99  | 89  | 80  | 70  |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
| 49                      | 195                    | 207 | 199 | 190 | 182 | 170 | 165 | 152 | 138 | 131 | 123 | 114 | 95  | 83  | 65  |     |     |     |     |     |     |     |    |  |
| 52                      | 235                    | 217 | 210 | 231 | 220 | 209 | 201 | 190 | 176 | 168 | 151 | 142 | 132 | 122 | 121 | 99  |     |     |     |     |     |     |    |  |
| 55                      | 281                    | 271 | 285 | 276 | 266 | 251 | 249 | 237 | 220 | 212 | 193 | 161 | 161 | 153 | 141 | 128 | 115 |     |     |     |     |     |    |  |
| 58                      | 307                    | 320 | 311 | 302 | 292 | 280 | 273 | 260 | 245 | 235 | 218 | 208 | 187 | 176 | 163 | 151 | 121 | 108 |     |     |     |     |    |  |
| 61                      | 370                    | 384 | 374 | 365 | 354 | 342 | 335 | 320 | 301 | 295 | 276 | 256 | 244 | 220 | 203 | 192 | 161 | 127 | 107 |     |     |     |    |  |
| 64                      | 409                    | 423 | 413 | 403 | 392 | 379 | 373 | 357 | 342 | 333 | 312 | 302 | 279 | 253 | 225 | 209 | 193 | 175 | 138 | 118 |     |     |    |  |
| 67                      | 491                    | 506 | 496 | 485 | 473 | 460 | 453 | 437 | 419 | 410 | 393 | 378 | 354 | 327 | 297 | 281 | 263 | 226 | 203 | 185 | 162 |     |    |  |
| 70                      | 544                    | 560 | 549 | 539 | 526 | 512 | 504 | 488 | 469 | 460 | 440 | 427 | 402 | 374 | 359 | 342 | 326 | 308 | 289 | 248 | 229 | 152 |    |  |

TABELLA N. 2 — Regula as annuidades que devem pagar os instituidores para remir as pensões

|                         |                   |     |     |     |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |    |    |    |
|-------------------------|-------------------|-----|-----|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----|----|----|
| Poder Executivo<br>1892 | SERIE NECROLOGICA |     |     |     |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |    |    |    |
|                         | 70                | 67  | 64  | 61  | 58   | 55   | 52   | 49   | 46   | 43   | 40   | 37   | 34   | 31   | 28   | 25   | 22 | 19 | 16 |
|                         | 13                | 10  | 7   | 4   | 1    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |    |    |    |
|                         | 7.4               | 8.0 | 9.1 | 9.6 | 10.6 | 11.1 | 11.9 | 12.6 | 13.0 | 13.6 | 14.2 | 14.7 | 14.9 | 15.4 | 15.6 | 16.0 | —  | —  | —  |

Nota explicativa

Tomam-se na tabella n. 1 as idades que ali se acham marcadas immediatamente superiores ás que completaram os instituidores e os instituidos.  
 Quanto á idade do instituido, já maior do que a do instituidor, suppor-se-ha a idade daquelle tres annos menos que a deste.  
 Quando, por ser a idade do instituido igual ou quasi igual á do instituidor, estiver em branco na tabella a casa da joia correspondente, tomar-se-ha a joia immediatamente anterior.  
 Quando o instituido for o mesmo instituidor da pensão, toma-se como idade do instituidor a que o montepio arbitrar, e do instituido a proximamente inferior á que elle effectivamente tiver.

Capital Federal, 24 de novembro de 1891. — Evaristo Xavier da Veiga. — Raphael Augusto de Freitas. — Bruno Bráulio Moniz.

## DECRETO N. 742 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1892

Concede autorização ao Banco das Classes Laboriosas, para operar sobre seguro de vida, a premio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

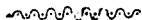
Attendendo ao que requeru o Banco das Classes Laboriosos, representado por seu presidente, Dr. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, resolve conceder-lhe autorização para operar sobre seguro de vida, a premio; ficando, porém, obrigado a impetrar do Governo Federal nova autorização quando tiver de operar sobre montepio.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 19 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 743 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1892

Declara que os enfermeiros, fleis e escreventes da Armada devem ter o mesmo uniforme marcado no decreto n. 735 de 13 de fevereiro de 1892, para os officiaes de apito e artífices.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Tendo ouvido o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, resolve que os enfermeiros, fleis e escreventes da Armada usem do uniforme marcado no decreto n. 735 de 13 de fevereiro de 1892, para os officiaes de apito e artífices.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



## DECRETO N. 744 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1892

Eleva a 1\$ a etapa das praças do Corpo de Bombeiros e faz reverter á caixa de beneficencia do mesmo corpo a importancia descontada das praças licenciadas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do que propoz o commandante do Corpo de Bombeiros, resolve:

Art. 1.º Fica elevada a 1\$ diarios a etapa que percebem os cabos de esquadra e praças do Corpo de Bombeiros constante da tabella — B — annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 9829 de 31 de dezembro de 1887.

Art. 2.º Além do que dispõe o art. 68 daquelle regulamento, reverterá para a caixa de beneficencia do referido corpo a importancia dos descontos feitos nos vencimentos das praças licenciadas.

Art. 3.º O excesso da despesa que se der com a disposição do art. 1.º deste decreto, deverá ser attendido nos limites da consignação do orçamento em vigor.

Art. 4.º Revogam-s as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim fará executar.

Capital Federal, 26 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 745 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1892

Amplia o art. 6º das instrucções a que se refere o decreto n. 431 de 2 de julho de 1891.

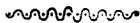
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ampliando as disposições do art. 6º das instrucções que baixaram com o decreto n. 431 de 2 de julho do anno proximo passado, resolve dar aos commandantes de guarnição e de corpos a faculdade de conceder mensalmente, até quatro dias de dispensa de serviço, sem perda de vencimentos, aos officiaes e praças sob seus commandos.

O Ministro de Estado interino dos Negocios da Guerra expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 26 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



## DECRETO N. 746 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1892

Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo art. 2º da lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891, decreta que, para execução do disposto no n. 1 do referido artigo, se observe o seguinte

## REGULAMENTO

## CAPITULO I

## DO IMPOSTO DE CONSUMO DO FUMO

Art. 1.º O imposto a que está sujeito o consumo do fumo é seus preparados, será cobrado de accordo com a tabella annexa a este decreto.

Art. 2.º Recahe sobre a venda, ou seja em lugar determinado ou por mercador ambulante, em grosso ou a retalho, qualquer que seja a fôrma por que se realize, do fumo em bruto ou preparado, sem excluir o de procedencia estrangeira, que já tenha pago os respectivos direitos de importação.

Art. 3.º Considerar-se-ha:

§ 1.º Fumo em *bruto* — o em folha, mólho ou pasta, corda ou rolo.

§ 2.º Fumo *preparado* — o picado, desfiado ou migado, ou o convertido em charutos, cigarros, e rapé de qualquer modo preparado e qualquer que seja a sua denominação.

Art. 4.º A taxa de consumo não comprehende:

§ 1.º O fumo em bruto, vendido pelo productor ao fabricante ou mercador, quando de producção de lavoura sua ou dos seus rendeiros.

§ 2.º O fumo em bruto vendido a retalho pelo productor aos seus rendeiros, empregados ou trabalhadores.

§ 3.º O fumo em bruto vendido pelos rendeiros, empregados ou trabalhadores ao proprietario das terras em que for cultivado, constituindo-o intermediario para entregal-o a commercio.

§ 4.º O fumo em bruto vendido pelo mercador ao fabricante.

§ 5.º O fumo preparado vendido pelo fabricante ao mercador.

## CAPITULO II

## DA INSCRIÇÃO

Art. 5.º Ninguém poderá vender fumo, nem ter deposito, fabrica ou estabelecimento de preparal-o, sem prévia licença e inscrição no registro a cargo da estação fiscal, cuja jurisdição



compreender o logar onde effectuar-se a venda, houver o deposito ou trabalhar a fabrica.

Na Capital Federal será competente para conceder a licença a Recebedoria e, extinta esta, a Alfandega.

Art. 6.º A disposição anterior comprehende :

I. O productor que, fóra do estabelecimento de lavoura, tiver deposito por conta propria ;

II. O fabricante que trabalhar em officina propria, com officiaes ou aprendizes, ainda que não empregue materia prima sua ; não se considerando fabricante, para esse caso, o chefe de familia, que fabricar em sua residencia, nem officiaes ou aprendizes a mulher e mais pessoas da familia vivendo em commum sob a mesma economia.

Art. 7.º A licença será concedida em qualquer tempo e terminará em junho e dezembro, e renovada até ao 15º dia util de janeiro e julho.

§ 1.º A licença ou renovação precederá declaração escripta, de accordo com os modelos **B** e **C**, assignada pelo mercador, fabricante ou dono do deposito, ou quem legalmente o represente.

§ 2.º A licença será dada sobre registro ou inscripção feita em consequencia de declaração do contribuinte, e as renovações operar-se-hão por meio de averbação no registro anterior e repetição do pagamento da taxa da licença.

§ 3.º O lançamento para o exercicio de qualquer industria ou profissão no mesmo estabelecimento, em que effectuar-se a venda, houver o deposito de fumo, ou trabalhar a fabrica de preparal-o, não exclue nem supprime a licença especial de que trata este artigo.

§ 4.º Servirá de titulo de licença ou renovação um conhecimento extrahido de talão, conforme o modelo **E**, no qual será collada a estampilha de sello adhesivo do valor e pelo modo estabelecido no respectivo regulamento.

Art. 8.º Quem vender fumo em mais de um estabelecimento ou casa, ou tiver mais de um deposito ou fabrica de preparal-o, deverá solicitar tantas licenças e sua renovação, quantos forem os estabelecimentos ou casas, depositos ou fabricas.

Quem vender ao consumidor na fabrica ou deposito, solicitará licença e renovação distinctas para a venda.

Quem tiver estabelecimento localisado, não poderá fazer venda ambulante sem licença para esta.

O mercador ambulante solicitará tantas licenças e suas renovações, quantas forem as pessoas empregadas na condução em volumes distinctos para offerecer a venda.

Art. 9.º Nas estações, que concederem a licença, haverá um livro de registro escripturado de accordo com o modelo **A**, no qual se averbará a importancia das estampilhas adquiridas pela pessoa a quem respeitar a inscripção.

Paraphrased unico. Este livro servirá durante cinco exercicios.

## CAPITULO III

## DA ARRECADAÇÃO

Art. 10. O imposto será pago por meio de estampilhas especiaes, vendidas — pela Recebedoria, ou, extincta esta, pela Alfandega, na Capital Federal ; pelas Alfandegas ou Mesas de Rendas, onde as houver ; e pelas estações fiscaes dos Estados, nos logares onde não haja alguma daquellas repartições, e não for estabelecida agencia da Fazenda Federal.

Art. 11. O valor, formato e signaes característicos das estampilhas serão determinados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 12. O deposito central das estampilhas na Capital Federal será na Casa da Moeda e, nos Estados, nas Thesourarias de Fazenda.

Art. 13. Da Casa da Moeda serão as estampilhas remetidas à repartição que na Capital Federal conceder as licenças e às Thesourarias de Fazenda, de conformidade com as requisições dos respectivos chefes.

§ 1.º A remessa às estações arrecadadoras nos Estados será feita pela respectiva Thesouraria de Fazenda nas mesmas condições.

§ 2.º A disposição anterior não obsta a remessa directa a qualquer das estações, dando-se aviso à respectiva Thesouraria de Fazenda para o debito e tomada de contas dos responsaveis.

Art. 14. As pessoas licenciadas nos termos do art. 5º fornecer-se-hão das estampilhas por meio de compra nas repartições competentes, em importancia nunca inferior a :

150\$ na Capital Federal ;

100\$ nas capitães e cidades de 1ª ordem dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, S. Paulo, S. Pedro do Rio Grande do Sul e Minas Geraes ;

80\$ nas capitães e cidades de 1ª ordem dos Estados do Amazonas, Maranhão, Ceará, Parahyba e Alagoas ;

60\$ nas capitães e cidades de 1ª ordem dos outros Estados ;

40\$ nas demais cidades e nas villas de 1ª ordem ;

20\$ nos outros logares.

Art. 15. Sómente às pessoas licenciadas nos termos do art. 5º é permitido o fornecimento de estampilhas.

Art. 16. Haverá na Casa da Moeda um registro do qual conste o mez e anno em que começou a distribuição para a venda das estampilhas de cada valor, com designação dos signaes característicos.

Deste registro é permitido dar-se certidão.

Art. 17. As estampilhas a cargo das estações fiscaes serão escripturadas em livro proprio, de conformidade com o modelo G.

Art. 18. As estampilhas serão colladas pelo mercador no envoltorio externo, de modo que, aberto este, fiquem inutilisadas, observando-se o seguinte:

1º, nos pacotes e saccos de papel, nos fechos ;

2º, nas barricadas, nos cabeços ;

3º, nas latas, tanto sobre a parte inferior da orla da tampa, como sobre o corpo da lata na parte immediata á orla ;

4º, nos demais envoltorios, quaesquer que sejam suas formas e dimensões, sobre as partes em que devem ser abertos ;

5º, nos maços de cigarros e de charutos vendidos dentro ou fóra das caixas, na banda ou faixa que os reunir; e nos charutos soltos, no centro de cada um, em forma de anel.

Art. 19. As estampilhas devem ser colladas antes de exposta a mercadoria á venda e consideram-se inutilisadas quando fragmentadas.

Art. 20. Para completar a importancia da taxa legal poderão ser colladas estampilhas de valores diversos. Quando se houver de collar mais de uma, devem sel-o seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que em ultimo logar est ver collada.

## CAPITULO IV

### DA FISCALIZAÇÃO E CONTABILIDADE

Art. 21. A fiscalização do imposto incumbe especialmente ás repartições mencionadas no art. 10.

Art. 22. O chefe da respectiva estação fiscal poderá em qualquer tempo, por si ou por empregado de sua confiança, visitar os estabelecimentos ou fabricas e fazer encontrar os mercadores ambulantes, afim de verificar si são cumpridas as disposições do presente regulamento.

Art. 23. As repartições arrecadoras do imposto farão acompanhar a prestação de contas de cada periodo das declarações de que trata o § 1º do art. 7º e de uma demonstração das estampilhas vendidas, organizada de accordo com o modelo **F**.

Art. 24. A escripturação será feita nos seguintes livros:

De inscripção — art. 9º, modelo **A** ;

Caixa de estampilhas — art. 17, modelo **G** ;

Caixa geral — modelo **H**.

Art. 25. Para as estações estadoaes o livro da inscripção será fornecido á custa da Fazenda e os demais, bem como os conhecimentos de talão, serão adquiridos pelos respectivos chefes, e preparados — na Capital Federal, pela Directoria das Rendas Publicas e, nos Estados, pelas Thesourarias de Fazenda.

Paragrapho unico. Os conhecimentos de talão, embora formem diversos livros, terão numeração seguida.

Art. 26. Os agentes estadoaes, encarregados da arrecadação do imposto, ficam considerados exactores da Fazenda Federal e como taes sujeitos a todas as disposições para estes em vigor, e perceberão :

25 % das licenças, renovações e revalidações, emquanto não forem alteradas as taxas actuaes ;

5 % da venda das estampilhas ;

1/3 das multas.

## CAPITULO V

## DAS INFRAÇÕES

Art. 27. Aos infractores do presente regulamento serão impostas as seguintes multas:

§ 1.º De 50\$ para cada pessoa empregada em venda ambulante, sem licença, nos termos dos arts. 5º e 7º e para os infractores do art. 39.

§ 2.º De 100\$ para cada estabelecimento ou casa em que se vender, depositar ou preparar fumo, nas condições do paragrapho anterior.

§ 3.º De 200\$ aos que expuzerem à venda fumo em bruto ou preparado sem collar a estampilha pelo modo determinado no art. 18.

§ 4.º De 300\$ aos que o expuzerem à venda em envoltorio com estampilha fragmentada ou com indícios de ter sido servida.

§ 5.º De 400\$ aos que collarem no envoltorio estampilha de valor inferior ao devido.

§ 6.º De 500\$, além das penas comminadas no Código Criminal, aos que usarem de estampilha falsa.

§ 7.º O dobro na reincidencia, podendo ser cassada a licença, sob comunicação ou proposta da respectiva estação fiscal e autorisação da repartição immediatamente superior, si a reincidencia se repetir.

§ 8.º As multas serão applicadas em relação a cada volume ou objecto que as motivar.

Art. 28. O consumidor, que tolerar ou occultar qualquer das infracções do artigo antecedente, é considerado e punido como si fosse autor dellas.

Art. 29. As multas serão impostas pelo chefe da estação encarregada da venda das estampilhas, mediante processo administrativo, que terá por base o auto da infracção e depoimento das testemunhas e do infractor.

§ 1.º Este auto será lavrado:

I, pelo empregado da respectiva estação fiscal, em relação à infracção dos §§ 1º e 2º do art. 27, dentro dos limites da jurisdição;

II, por qualquer pessoa, em relação às infracções dos demais paragraphos do referido artigo.

§ 2.º Em qualquer dos casos o auto será assignado pela pessoa que o lavrar, pelo infractor e por duas ou mais testemunhas.

§ 3.º Recusando-se o infractor a assignar-o, será isso declarado no auto.

Art. 30. O infractor será intimado para assistir aos termos do processo, podendo fazel-o por si ou por seu representante legal, sob pena de revelia.

Si o requerer no acto de ser intimado, conceder-se-lhe-ha o prazo improrogavel de tres dias para apresentar defesa.

## CAPITULO VI

## DOS RECURSOS

Art. 31. Da imposição de multas e revogação das licenças haverá recurso :

§ 1.º Das decisões da repartição da Capital Federal, das Thesourarias de Fazenda e das estações do Estado do Rio de Janeiro, para o Ministro da Fazenda.

§ 2.º Das decisões das Alfândegas, Mesas de Rendas e estações estaduais, para a respectiva Thesouraria de Fazenda.

Art. 32. O recurso é voluntario ou *ex-officio* :

§ 1.º O recurso voluntario será interposto pelos que se julgarem prejudicados, no prazo de 30 dias contados da data da intimação da decisão.

§ 2.º O recurso *ex-officio* será interposto pelo chefe da estação, que houver proferido despacho favoravel à parte no prazo de cinco dias e tem effeito suspensivo.

§ 3.º Ao recurso acompanhará o processo original.

§ 4.º O recurso voluntario sobre imposição de multa não poderá ser acceito antes de depositada a respectiva importancia.

Art. 33. Prescripto o direito ao recurso, lavrar-se-ha termo de que será notificada a parte interessada ou seu representante legal, si o processo não tiver corrido à revelia.

Art. 34. Em nenhum caso o recurso perempto será encaminhado à instancia superior.

## CAPITULO VII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 35. O imposto de que trata este regulamento começará a ser arrecadado no Districto Federal em 23 de março e nos Estados em 23 de abril do corrente anno.

Art. 36. Na classificação das cidades e villas, para execução do art. 14, servirá a que foi feita em virtude dos arts. 44 e 45 do regulamento mandado observar pelo decreto n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888, emquanto não for revista.

Art. 37. Quem deixar de ser mercador ou fabricante é obrigado a declarar-o, provadamente, à estação respectiva, dentro do semestre da licença paga ; ficando, si o não fizer, sujeito à multa do art. 27 §§ 1º ou 2º, conforme o negocio for ambulante ou localizado.

Art. 38. Quando for transferido o negocio, o novo proprietario apresentará à respectiva estação, no prazo de oito dias da data da aquisição, a licença paga, sendo obrigado a tirar outra, si não apresentar esse documento, e incorrendo na multa do § 2º do art. 27.

Art. 39. O fumo preparado não sahirá das fabricas nem poderá ser importado, exposto à venda ou vendido, sinão em caixas,

latas, pacotes ou saccoes de papel, tendo os envoltorios a indicação da casa ou o nome ou firma social do vendedor ambulante.

Paragrapho unico. Exceptuam-se: os maços de charutos e de cigarros, assim como os charutos soltos, que se acharem nas condições do n. 5 do art. 18.

Art. 40. O fumo em bruto não poderá ser vendido ao consumidor sinão em envoltorios da mesma especie dos indicados no artigo antecedente, quando a venda effectuar-se de quantidade retirada daquelle em que tiver sido acondicionado pelo productor.

Art. 41. As multas dos §§ 1º e 2º do art. 27 não dispensam a revalidação do sello da licença.

Art. 42. A importancia da revalidação e das multas, que não for paga amigavelmente, será cobrada por meio executivo.

Art. 43. São admittidas denúncias contra os infractores deste regulamento, cabendo ao denunciante 2/3 da multa, que por tal meio for imposta. Havendo mais de um denunciante, os 2/3 da multa serão divididos por elles.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*

## TABELLA

Das taxas a que ficam sujeitos o fumo e seus preparados

(Regulamento — art. 1º)

|                                                                              |                                                |       |
|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------|
| Fumo em bruto.....                                                           | Por 250 grammas ou fracção de 250 grammas..... | \$050 |
| » picado, desfiado ou migado.                                                | Por 50 grammas ou fracção de 50 grammas.....   | \$020 |
| Charutos.....                                                                | Por 20 grammas ou fracção de 20 grammas.....   | \$020 |
| Cigarros.....                                                                | Por 20 grammas ou fracção de 20 grammas.....   | \$010 |
| Rapé, de qualquer modo preparado, e qualquer que seja a sua denominação..... | Por 30 grammas ou fracção de 30 grammas.....   | \$010 |

Capital Federal, 26 de fevereiro de 1892, — *F. de Paula Rodrigues Alves.*

## MODELO — A

F. (*rubrica do chefe*).

(Fl. 1)

N. 1 — ANTONIO DE OLIVEIRA, com fabrica de preparar fumo, nesta capital, á rua..... n. ....

Inscripto pela declaração n. 1 de hoje.

Pagou de licença \$ pelo talão n. de hoje.

Comprou em estampilhas de diversos valores ...\$, pela guia n. 1 de hoje. Em 1 de abril de 1892.

O escrivão,  
F.

Renovou a licença para o corrente semestre. — Declaração n. de hoje.  
Em... de julho de 1892.

O escrivão,  
F.

Solicitou e obteve licença para venda ambulante, occupando duas pessoas.  
— Declaração n. de hoje. Em..... de..... de 1892.

O escrivão,  
F.

Transferiu o estabelecimento e venda ambulante a João Alcantara em.....  
do corrente mez. Declaração n. de hoje. Em..... de ..... de 1892.

O escrivão,  
F.

JOÃO ALCANTARA adquiriu o estabelecimento e venda ambulante em.....  
do corrente mez, conforme a declaração n. supracitada, e averbou-se nesta data a requisição na respectiva licença.

Em..... de..... de 189...

O escrivão,  
F.

Multado em 150\$, por infracção dos §§ 1º e 2º do art. 13, por auto desta data, e pagou hoje o sello revalidado da licença pelo talão n.....

Em..... de..... de 189...

O escrivão,  
F.

Fechou o estabelecimento e terminou a venda ambulante, conforme a declaração n. desta data. Em..... de..... de 189...

O escrivão,  
F.

## MODELO — B

N. *(o de ordem da declaração)*F. *(rubrica do chefe da estação)*

O abaixo assignado declara que vae *(abrir uma fabrica de preparar fumo ou um deposito de fumo, ou uma casa de vender fumo, ou fazer venda ambulante de fumo, empregando \_\_\_\_\_ pessoas), n. \_\_\_\_\_*  
*(nesta cidade, villa, freguezia ou povoação) á rua \_\_\_\_\_ n. \_\_\_\_\_,*  
e solicita a necessaria inscripção e licença.

\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189 \_\_\_\_\_

*(Logar, dia, mez e anno)*

F. *(assignatura do declarante ou seu representante legal)*

Inscripto sob n. \_\_\_\_\_ *(o de ordem na inscripção)* a fls. \_\_\_\_\_ do livro n. \_\_\_\_\_  
e pagou o sello no conhecimento de talão n. \_\_\_\_\_ de hoje.

*(Data e rubrica do escrivão.)*



## MODELO — C

N. *(o de ordem da declaração)*F. *(rubrica do chefe da estação)*

O abaixo assignado declara que continúa no presente (ou no futuro) semestre o seu *(estabelecimento ou negocio ambulante de fumo)* e solicita renovação da licença, que lhe foi concedida pela inscripção n. \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189 \_\_\_\_\_

*(Logar e data.)*F. *(assignatura do declarante ou seu representante legal).*

Averbado na inscripção n. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189 \_\_\_\_\_ e pagou o sello no conhecimento de talão n. \_\_\_\_\_ desta data.

*(Data e rubrica do escrivão.)*

## MODELO — D

N.º

O abaixo assignado, inscripto sob n.º \_\_\_\_\_, precisa das seguintes estampilhas do imposto de consumo do fumo:

|                         |                              |    |
|-------------------------|------------------------------|----|
| _____ do valor de _____ | réis na importancia de _____ | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____ Idem _____        | _____ idem _____             | \$ |
| _____                   | _____                        | \$ |
| _____                   | _____ idem _____             | \$ |

Importa em *(por extenso)*.

*(Data e assignatura.)*

Recebi em *(data e assignatura)*.

Averbado a fls. \_\_\_\_\_ do livro de inscripções n.º 1, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189\_\_\_\_.

O escrivão,

F.

## MODELO — E

F. (rubrica do chefe da estação).

N. .... (o do conhecimento).

Inscrição n. ....

Declaração n. .... de .... de ....  
de .....

O Sr. ....

.....  
.....

habilitou-se para o (corrente ou futuro) semestre.

Sello pago. Rs. .... § .....

Em ..... de ..... de 180...

F. (rubrica do escrivão).

N. .... (o do conhecimento).

Inscrição n. ....

F. (rubrica do chefe da estação).

O Sr. ....

acha-se habilitado para (vender fumo, ou ter fabrica, ou deposito de fumo, ou  
venda ambulante de fumo por ..... pessoas), n. .... (nesta ou na cidade,  
villa, freguezia ou povoação de .....), á rua .....  
n. ...., no corrente semestre, em virtude da sua declaração n. .... (o  
de ordem da declaração) de .....

(Denominação da estação, logar, dia, mez e anno.)

F. (assignatura do escrivão).



(Estampilha de sello adhesivo devidamente inutilisada.)

## MODELO — F

Demonstração das estampilhas especiaes do imposto de consumo do fumo vendidas pela  
(a estação) no mez de..... ultimo, na importancia de (por extenso)

|                   |                                 |          |
|-------------------|---------------------------------|----------|
| 1.500 do valor de | 10 réis, na importancia de..... | 15\$000  |
| 750 idem.....     | 20 » idem.....                  | 15\$000  |
| 150 idem.....     | 30 » idem.....                  | 4\$500   |
| 150 idem.....     | 40 » idem.....                  | 6\$000   |
| 300 idem.....     | 50 » idem.....                  | 15\$000  |
| 150 idem.....     | 60 » idem.....                  | 9\$000   |
| 150 idem.....     | 100 » idem.....                 | 15\$000  |
| 150 idem.....     | 200 » idem.....                 | 30\$000  |
| 150 idem.....     | 1\$000 » idem.....              | 150\$000 |
| 75 idem.....      | 2\$000 » idem.....              | 150\$000 |
| <hr/>             |                                 | <hr/>    |
| 3.525             |                                 | 409\$500 |
| <hr/>             |                                 | <hr/>    |

Acompanham as guias ns.....

(Logar e data.)

(Assignatura do responsavel e do escrivão.)<sup>1</sup>

F. . . . . pelas estampilhas especiais do imposto de consumo do fumo

## HAVIER

## Advertencia

Esta ficha é fechada e saldada no último dia útil do período da prestação de contas, passando o saldo a ser escriturado no primeiro dia útil do mês seguinte. No último dia útil do mês de dezembro é encerrado o o saldo escriturado no primeiro dia útil do mês seguinte em o novo livro.

# MODELO — H CAIXA

DEVE

HAVER

Poder Executivo 1892

| (Data)                                                          |      |   |    | (Data — A do ultimo dia util do periodo de prestação de contas.) |         |      |    |
|-----------------------------------------------------------------|------|---|----|------------------------------------------------------------------|---------|------|----|
| Importancia recebida de estampilhas especiaes de fumo, a saber: |      |   |    | Importancia paga ao (o nome e cargo da responsavel.)             |         |      |    |
| De F.....                                                       | Guia | 1 | ≈  | De taxa de licenças.....                                         | Doc. n. |      |    |
| De F.....                                                       | Dita | 2 | \$ | De comissão de 5 % das estampilhas especiaes de fumo.....        | \$      |      |    |
| (Rubrica do responsavel.) (Rubrica do escrivão.)                |      |   |    | De idem de estampilhas de sello adhesivo.....                    | \$      | .... | \$ |
| (Data)                                                          |      |   |    | Idem ao escrivão F. :                                            | Doc. n. | 2    |    |
| Idem de estampilhas do sello adhesivo.....                      |      |   | \$ | De taxa de licença.....                                          | \$      |      |    |
| Idem de estampilhas especiaes de fumo, de F....                 | Guia | 3 | \$ | De comissão de 5 % das estampilhas especiaes de fumo.....        | \$      |      |    |
| F.                                                              | F.   |   |    | De idem das estampilhas de sello adhesivo.....                   | \$      | .... | \$ |
| (Data — A do 1º dia util do mez.)                               |      |   |    | (Rubrica do responsavel.) (Rubrica do escrivão.)                 |         |      |    |
|                                                                 |      |   |    | Saldo para o (mez, trimestre ou semestre seguinte)...            |         | .... | \$ |
|                                                                 |      |   |    | (Data)                                                           |         |      | \$ |
| Saldo do.....anterior (a importancia por extenso).              |      |   | \$ | Importancia recolhida a (denominação da Estação),                |         |      | \$ |
| F.                                                              | F.   |   |    | conforme o conhecimento n.....                                   |         |      |    |
|                                                                 |      |   |    | F.                                                               |         |      |    |

## Termo de encerramento

Importaram : a receita em..... (a somma total dos periodos, excluidos os saldos) e a despesa em..... (excluidos os saldos), e as remessas para (a Repartição tomadora da conta) em..... verificando-se existir o saldo de..... que será recolhido á mesma Repartição.

(Denominação da Estação e data — a do ultimo dia util do mez de março, do trimestre adicional.)

(Assignatura do responsavel.)

(Assignatura do escrivão.)

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## DECRETO N. 747 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1892

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ao que requereu o Banco de Credito Real de Minas Geraes, representado por sua directoria, resolve approvar as alterações abaixo indicadas, feitas nos estatutos do mesmo banco, e adoptadas pelos respectivos accionistas, a primeira em assembléa geral extraordinaria de 12 de janeiro de 1891, e as restantes na de 27 de agosto do mesmo anno, a saber :

Art. 4.º — Em vez de — A circumscripção territorial, etc., diga-se — A circumscripção territorial do banco abrange os Estados de Minas, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Goyaz.

Art. 22. — Em lugar de cincoenta contos de réis, diga-se — cem contos de réis.

Art. 46, § 4.º — Em vez de — um terço, diga-se — um quinto do capital social.

Art. 58. — Onde se lê — fevereiro, leia-se — agosto.

Art. 58, paragrapho unico. — Supprima-se.

Art. 65. — Substitua-se pelo seguinte: — Dos lucros liquidos semestraes, depois de deduzidos dez por cento para o fundo de reserva, se fará um dividendo até nove por cento ao anno sobre o capital social realzado.

a) Havendo excesso de lucros, acima do dividendo de nove por cento ao anno, metade desse excesso pertencerá aos fundadores deste banco, Visconde de Monte Mario, Francisco Baptista de Oliveira, Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza e commendador Manoel Mattos Gonçalves, ou a seus herdeiros e cessionarios ; a outra parte será distribuida em dividendo aos accionistas até ao maximo de quinze por cento ao anno, e no caso de verificarem-se sobras, além do dividendo assim fixado, serão estas escripturadas sob o titulo de reserva especial.

b) Os dividendos que não forem reclamados cinco annos depois da data do annuncio para o seu pagamento, prescreverão em favor do banco, salvo si se provar ausencia em parte incerta do respectivo accionista.

Art. 45. — Substitua-se pelo seguinte: — Cada membro da directoria perceberá o ordenado de sete contos e duzentos mil réis, pago por prestações semestraes da metade dessa importância.

Arts. 70, 71, 73 e 74. — Supprimam-se.

Art. 72. — Substitua-se pelo seguinte, alterada a numeração: — Verificadas quaesquer omissões nos presentes estatutos, observar-se-ha o disposto na legislação vigente.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 748 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1892

Approva, com restricção, as modificações feitas nos estatutos do Banco do Credito Rural e Internacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que requereu o Banco do Credito Rural e Internacional, representado por seu presidente, Malvino da Silva Reis, resolve approvar com restricção, quanto à redacção do art. 86, as modificações abaixo mencionadas, feitas nos estatutos do mesmo banco pelos respectivos accionistas em assembléa geral extraordinaria de 10 do mez de dezembro de 1891, a saber :

Art. 5.º O capital social é de dez mil contos de réis, (10.000:000\$) dividido em cinquenta mil (50.000) acções, de duzentos mil réis cada uma, podendo ser elevado até vinte e cinco mil contos de réis (25.000:000\$), capital inicial, quando for determinado pela assembléa geral.

Art. 7.º As chamadas de capital para integralização das acções serão feitas na proporção de cinco por cento, com intervallos nunca menores de sessenta dias, e com aviso prévio dado nos jornaes de maior circulação.

Art. 61. A assembléa geral é a reunião dos accionistas que tiverem suas acções inscriptas no registro do banco, com antecedencia, pelo menos, de trinta dias, e regular e legalmente constituida representa a totalidade dos accionistas.

Art. 67. A assembléa geral será presidida por um accionista, nomeado por aclamação ou eleição, o qual convidará dous accionistas para servirem de secretarios.

Art. 73. A administração geral da sociedade será exercida por cinco directores, os quaes entre si designarão: presidente, vice-presidente, secretario e gerentes. As vagas que se derem na actual directoria não serão preenchidas, até ficar reduzida ao numero de cinco directores.

Art. 79. Para as operações diarias é preciso o consenso de tres directores.

Art. 81, § 5.º Os cheques emittidos pelo banco e as letras por dinheiro a premio, serão assignados por um de seus dire-



ctores, conjunctamente com o thesoureiro ou quem suas vezes fizer.

Art. 82. A directoria reunir-se-ha tantas vezes quantas os interesses do banco o exigirem, mas nunca menos de uma vez por semana, lavrando-se de suas reuniões uma acta que relatará as deliberações tomadas. A sessão poderá funcionar estando presentes tres directores, inclusive o presidente ou quem suas vezes fizer.

Art. 84. § 7.º O presidente em seus impedimentos será substituído pelo vice-presidente, e na falta deste pelo director secretario.

Art. 85, § 2.º Despachar todo o expediente do Banco e assignar a correspondencia.

Art. 86. Reclij-se do seguinte modo: — As attribuições do director secretario são:

§ 1.º Substituir qualquer dos outros directores nos seus impedimentos.

§ 2.º Ter a seu cargo o livro das actas da directoria.

A redacção deste artigo fica sujeita á approvação da assembléa geral em sua primeira reunião, e declarando-se-lhe na convocação que ella terá de approval-a.

Art. 87. Na reunião ordinaria da assembléa geral se procederá á eleição de tres fiscaes e tres supplentes, dentre os accionistas possuidores, pelo menos, de cincoenta acções, cujo mandato durará por um só anno, podendo ser reeleitos.

Art. 89. Incumbe ao conselho fiscal, além das obrigações e attribuições que lhe são conferidas por lei, comparecer todas as vezes que for convidado pela directoria para consultar sobre os interesses do banco.

Art. 90. Os fiscaes receberão como compensação de seus serviços uma bonificação de duzentos mil réis mensaes.

Art. 91. O fundo de reserva sera exclusivamente de tinado a reparar as perdas que possa soffrer o capital e será formado com a quota de dez por cento, tirada dos lucros liquidos das operações sociaes, e cessará quando attingir a cincoenta por cento do capital social.

Art. 94. O anno social conta-se de 1º de julho a 30 de junho, devendo o balanço, relatorio e parecer do conselho fiscal, ser publicados dentro do prazo prescripto pela lei n. 164, de 17 de janeiro de 1890 art. 16, § 1º.

Art. 95, § 5.º O excesso será levado a fundo de reserva especial, podendo ser applicado á regularisação dos dividendos.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 749 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1892

Crea na comarca de Cintra, no Estado do Pará, dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro do da reserva.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o governador do Estado do Pará, resolve decretar o seguinte :

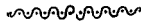
Artigo unico. São creados na comarca de Cintra, no Estado do Pará, dous batalhões de infantaria, de quatro companhias cada um e as designações de 78º do serviço activo e 9º do da reserva, e que serão organizados nas freguezias da mesma comarca com os guardas nacionaes nellas alistados; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 749 A — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 146:988\$ para despesas no exercicio de 1892, com varios serviços no Estado do Sergipe, emquanto a cargo da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que por decreto n. 17 de 28 de novembro de 1891, do Governo do Estado de Sergipe, foi annullado o orçamento do mesmo Estado, resolve, usando da autorisação contida no § IV do art. 4º da lei n. 26 de 8 de dezembro do anno passado, abrir o credito de cento e quarenta e seis contos novecentos e oitenta mil réis (146:988\$), de accordo com o orçamento que vigorou em 1891, para occorrer ás despesas com diversos serviços relativos áquelle Estado, a saber :

|                              |              |
|------------------------------|--------------|
| Justiça de 1ª instancia..... | 125:508\$000 |
| Repartição de Policia.....   | 20:880\$000  |
| Diligencias policiaes.....   | 600\$000     |
| <hr/>                        |              |
| Total.....                   | 146:988\$000 |

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 750 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1892

Crea na comarca do Curuçá, no Estado do Pará, dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro do da reserva.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o governador do Estado do Pará, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Curuçá, no Estado do Pará, mais dous batalhões de infantaria, de quatro companhias cada um e as designações de 77º do serviço activo e 8º do da reserva, e que serão organizados com os guardas nacionaes alistados na villa de S. Caetano de Odivellas ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 750 A — DE 2 DE MARÇO DE 1892

Approva o regulamento para o Collegio Militar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar o regulamento para o Collegio Militar, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Marinha e interino dos da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 2 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*

**Regulamento para o Collegio Militar, approved por decreto desta data**

**TITULO I**

**DO COLLEGIO MILITAR, SEUS FINS, SUA ORGANIZAÇÃO  
E PLANO DE ESTUDO**

**CAPITULO I**

**FINS DO COLLEGIO E SUA ORGANIZAÇÃO**

Art. 1.º O Collegio Militar, inaugurado a 6 de maio de 1889, tem por fim proporcionar educação e instrução, *gratuitamente*, aos filhos e primeiros netos dos officiaes effectivos e reformados do Exercito e da Armada, bem como aos filhos e primeiros netos dos officiaes honorarios por serviços de guerra, aos filhos dos professores não militares do mesmo collegio, e das escolas militares e das praças de pret mortas em combate ; e, *mediante contribuição pecuniaria*, a alumnos procedentes de outras classes sociaes.

Art. 2.º E' internato, mas admite o collegio alumnos externos, comtanto que estes só se retirem do estabelecimento depois de findos os trabalhos theoricos e praticos do dia.

Tendo por fim iniciar os respectivos alumnos na nobre profissão das armas, dirigirá sua educação e instrução de modo que, ao terminarem o curso, estejam elles habilitados a proseguir em estudos superiores nas escolas militares da Republica.

Art. 3.º Os alumnos constituem um corpo ao qual é applicado o regimen disciplinar, economico e administrativo dos corpos do Exercito, salvo o que não for praticavel em razão da idade dos mesmos alumnos e da indole especial deste instituto.

Art. 4.º Para occorrer ás despesas com a manutenção e custeio do Collegio Militar, serão applicadas : 1ª, a verba ou as verbas para este fim consignadas no orçamento da Guerra ; 2ª, a importancia da joia e pensão pagas pelos alumnos contribuintes ; 3ª, a renda do patrimonio do Asylo dos Invalidos da Patria.

**CAPITULO II**

**PLANO DE ESTUDOS**

Art. 5.º O ensino do Collegio Militar é ministrado em dous cursos, um de adaptação e o outro secundario.

Art. 6.º E' o curso de adaptação destinado aos novos alumnos que, por sua pouca idade e deficiente desenvolvimento intel-

lectual, precisarem habilitar-se para iniciar com vantagem o curso secundario.

Art. 7.º O curso de adaptação será dividido em tres series, de um anno de duração cada uma, não sendo obrigatorio para os alumnos que estiverem habilitados à matricula no primeiro anno do curso secundario.

Art. 8.º Attentas as condições do curso de adaptação, indicadas no art. 6º, e a delimitação das aulas do curso secundario consignadas no art. 10, será o ensino daquelle curso orientado, quanto possivel, segundo as idéas pedagogicas que presidiram à organização dos estudos das escolas do 1º grão da Capital Federal, e abrange as seguintes materias :

- Leitura e escripta ;
- Ensino pratico da lingua portugueza ;
- Contar e calcular ;
- Elementos de arithmetica pratica ;
- Systema metrico, precedido do estudo de geometria pratica (tachymetria) ;
- Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil ;
- Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e de historia natural ;
- Instrução moral e civica.

§ 1.º Em todas as series deste curso será empregado o methodo intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar.

§ 2.º A instrução moral deve principalmente ser ensinada pelo exemplo, não perdendo o professor ensejo de encarecer o culto do dever, mostrando aos alumnos os typos dos grandes homens que por elle se nobilitaram.

§ 3.º A instrução civica não será objecto de ensino especial, mas o professor terá sempre em vista que um dos fins da escola é fazer o alumno amar a patria e conhecer o que lhe deve. O respeito à autoridade e às leis, o conhecimento do organismo administrativo da Capital Federal, a biographia synthetica dos grandes patriotas serão pontos para os quaes se deve voltar a attenção do professor, na occasião da leitura, ou a proposito de qualquer acontecimento adequado que se passe na aula, na familia, na sociedade, etc.

§ 4.º Em todos os trabalhos de escripta dos alumnos o professor attenderá quanto possivel à parte calligraphica.

§ 5.º Para desenvolver o sentimento patriotico, o professor fará na vespera de cada dia de festa nacional uma ligeira preleção adequada, explicando a razão justificativa da commemoração consagrada ao alludido dia.

Art. 9.º As disciplinas do curso de adaptação serão distribuidas pelas tres series, da forma seguinte :

## 1ª SÉRIE

## 1ª classe

*Leitura e escripta* — Elementos de leitura e escripta simultaneas. Palavras, syllabas, letras e alphabeto, com revisão. Dictado de phrases curtas, cujos elementos tenham sido já aprendidos.

*Lingua portugueza* — Exercicios oraes, conversação, tendo por fim ensinar ao alumno a exprimir-se correctamente e a corrigir os seus defeitos de pronuncia, por meio de narrativas, anedotas, fabulas, contos e proverbios, que tenham tendencia á educação moral.

*Arithmetica* — Contar primeiramente pelos processos espontaneos, empregando os dedos, riscas, pedrinhas (calculos), grãos, contas, etc., e depois os rosarios, o contador mecanico, o crivo numeral e abacus, usada entretanto a terminologia propria da nomenclatura systematica. Conhecimento pratico das unidades fraccionarias: metade, terça-parte, quarta-parte, etc., e comparação dessas unidades entre si. Escrever os algarismos. Exercicios praticos de sommar, diminuir e multiplicar os numeros simples. Exercício mental de problemas facéis.

Conhecimento pratico do metro e sua divisão em decimos e centesimos.

Ler e escrever qualquer numero de tres algarismos.

Conhecimento pratico de papel-moeda até ás notas de 100\$000.

*Geometria* — Conhecimento da esphera, do hemispherio, do circulo e do cone, da pyramide triangular e do triangulo; da pyramide quadrangular, do quadrilatero e de suas variedades; do cylindro; do prisma; do parallelepipedo; do cubo. Comparação do cone com o cylindro e indicação da sua differença.

Das linhas rectas, quebradas, curvas, mixtas e seu traçado. Conhecimento das tres posições de uma recta em relação á outra e seu traçado.

Linhas parallelas, convergentes, perpendiculares, verticaes e horizontaes. Conhecimento do angulo e de suas especies.

*Lições de cousas* — Os cinco sentidos e sua cultura, especialmente os da visão e audição. Objectos que affectam os sentidos. Côres, fôrmas, sons, timbres, vozes, sabor e outras qualidades dos objectos.

Estado dos corpos. Designar substancias solidas e liquidas e algumas de suas propriedades.

Distinguir os objectos naturaes dos artificiaes. Materias primas, sua divisão em mineraes, vegetaes e animaes; exemplos.

Productos industriaes mais communs.

Diversidade de fôrmas dos animaes. Mammiferos, aves, reptis e peixes. Animaes domesticos e selvagens.

Noções elementares do corpo humano.

*Geographia* — Os pontos cardeaes.

Determinar os pontos onde nasce o sol e onde se põe. Indicar os pontos cardeaes em relação á sala da classe.

Topographia do districto escolar, com designação de seus limites, ruas que nelle existem, e seus edificios notaveis.

Conhecer nos mappas a situação da Capital Federal, do Estado do Rio de Janeiro e dos Estados limitrophes. Limites da Capital Federal; estradas de ferro que della partem, designando as suas direcções.

Explicação dos termos geographicos e preparação para o estudo da geographia geral pelo methodo descriptivo.

Idéa da terra, sua forma e extensão, e suas grandes divisões.

*Historia patria* — Pequenas narrativas de historia patria e narrativas de viagens com auxilio de mappas.

Explicação de alguns factos historicos capitaes, por meio de biographias de: Christovão Colombo, Pedro Alvares Cabral, José de Anchieta, Salvador Corrêa de Sá, Henrique Dias, Felipe Camarão, Joaquim José da Silva Xavier, José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Pedro I, D. Pedro II, Duque de Caxias, Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca.

## 2ª classe

*Leitura e escripta* — Exercicios graduados de leitura e escripta simultaneas. Dictado de phrases progressivamente mais difficéis.

Ensaio de leitura corrente em prosa, com explicação dos vocabulos.

*Lingua portugueza* — Decomposição de toda a sorte de palavras em sons e em letras. Distinguir as palavras simples das compostas. Noção pratica das idéas de masculino e feminino, singular e plural.

Idéa do substantivo, do adjectivo e do verbo, por meio de exemplos numerosos; phrases em que entram o substantivo, o adjectivo e o verbo. Applicar verbos a um sujeito dado e vice-versa.

Primeiros exercicios de conjugação oral em proposições completas. Escripta por dictado do texto de leitura corrente.

*Arithmetica* — Ler e escrever numeros compostos até seis algarismos, empregando os processos primitivos e o systematico. Idéa clara da unidade, dezena e centena de milhar. Valor das maiusculas usadas como algarismos romanos. Exercicios das quatro operações, sempre sob o ponto de vista concreto. Calculo mental.

Termos da fracção e sua significação. Ler e escrever fracções decimaes até cinco algarismos.

Da semana, do mez, do anno, do dia em horas e minutos.

Conhecimento pratico das moedas nacionaes. Medidas metricas.

*Geometria* — Linhas e espaços do circulo. Diferença entre circulo e circumferencia.

Revisão dos angulos — Nomenclatura das figuras planas polygonaes pelo numero de seus lados. Distinguir as regulares das irregulares.

Conhecimento pratico dos solidos geometricos. Calcular a superficie de um rectangulo, de um parallelogrammo e de um triangulo rectilineo.

*Historia natural* — Revisão das noções do corpo humano.

Conhecimento dos animaes, vegetaes e mineraes mais vulgares, e sua utilidade. Animaes: boi, cavallo, burro, carneiro, porco, cão, gato, gallinha e outras aves domesticas, passaros, chelonios, peixes. Vegetaes: arvores fructiferas, bananeiras, palmeiras, legumes. Mineraes: granito, argilas, carvão de pedra.

Conhecimento das substancias alimentares: carnes, pão, café, chocolate, matte, chá, leite, manteiga, queijos, assucar, legumes, batata, vinho, aguardente.

*Geographia* — Conhecimento geral e gradual do; 21 Estados (pelo mappa), qual a sua situação e os seus productos principaes.

Idéa do relevo do solo brasileiro, das grandes bacias fluviaes e dos portos. Viagens da Capital para cada Estado. Principaes vias-ferreas e linhas de navegação no Brazil.

Revisão da geographia geral e sua amplificação gradual: o globo terrestre, continentes e oceanos, principaes paizes do mundo.

Idéa da representação cartographica, elementos da leitura das cartas e plantas.

*Historia patria* — Narrativas simples e sem auxilio de livros, de episodios da historia patria. Biographias de Manoel da Nobrega, Nicoláo Durand de Villegaignon, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Calabar, padre Antonio Vieira, Bartholomeu Bueno, Claudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Thomaz Antonio Gonzaga, Alexandre Rodrigues Ferreira, Fr. J. Mariano da Conceição Velloso, José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú, Martim Francisco de Andrada, Antonio Carlos, Evaristo Xavier da Veiga, Diogo Antonio Feijó, general Osorio, Visconde do Rio Branco.

## 2ª SERIE

### 1ª classe

*Leitura* — Leitura corrente de prosa, observando cuidadosamente a pontuação e com explicação dos vocabulos. Conhecimento de todos os signaes orthographicos.

*Lingua portugueza* — Revisão, amplificação do programma precedente.

Idéa da proposição simples e decomposição della em seus termos essenciaes.

Exercicios oraes: exercicios de pronuncia e elocução. Reproducção de narrativas; recitação de pequenas fabulas e poesias escolhidas. Exercicios escriptos: dictados graduados de orthographia. Redacção facil com elementos dados. Primeiros ensaios de invenção.



*Arithmetica* — Revisão do programma anterior : ler e escrever numeros compostos de mais de seis algarismos.

Systema de numeração romana. Conhecimento do quadrado, cubo, raiz quadrada e raiz cubica.

Systema metrico completo.

Conhecimento pratico das principaes moedas estrangeiras.

Problemas concretos. Calculo mental.

*Geometria* — Definir e traçar à mão linhas, angulos e figuras planas polygonaes.

Classificação dos triangulos e quadrilateros.

Medida do trapezio. Conhecimento e uso do transferidor.

*Historia natural* — O homem : descripção do corpo humano e idéa das principaes funcções da vida.

Conhecimento geral das grandes divisões do reino animal e do vegetal, pela observação de alguns typos escolhidos.

Continuação do estudo dos animaes, vegetaes e mineraes uteis.

Animaes : insectos, com particularidade as abelhas e o bicho da seda ; camarões, lagostas, ostras, marisco, caramujo, polvo, parasitas, coraes.

Vegetaes : seringueira, cafeeiro, canna de assucar, cacaozeiro, algodoeiro, paineira, mamona, antleira, bambús, e taquaras, milho e arroz.

Mineraes : ferro, cobre, prata, ouro, pedras preciosas, kaolim.

Objectos de vestuario : algodão, linho, lã, seda, couros, borra-cha, etc.

Materiaes de construcção : granito, argila, cal, marmores, cimentos, madeiras.

Organização de pequenas collecções feitas pelos alumnos.

*Geographia* — Revisão do programma anterior. *Geographia physica* dos Estados Unidos do Brazil, sem promenores que fatiguem inutilmente a memoria.

Conhecimento geral da *geographia physica* da terra.

Uso dos mappas e globos. Exercicio de cartographia.

*Historia patria* — Periodo de 1500 a 1580.

Exposição dos factos principaes feita pelo professor, e que o alumno deverá reproduzir sem decorar servilmente e sem auxilio de qualquer livro.

## 2ª classe

*Leitura* — Leitura corrente de prosa e manuscripto, com explicação dos vocabulos.

*Lingua portugueza* — Revisão do programma anterior.

Grão do substantivo e do adjectivo, mediante exemplos variados.

Noção do pronome e sua affinidade com o nome.

Noção do adverbio e sua comparação com o adjectivo.

Noção da preposição, sua semelhança e differença do adverbio.

Noção da conjuncção, sua semelhança e differença da preposição.

Conjugação oral dos verbos irregulares em proposições completas.

Exercícios oraes de pronuncia e elocução ; recitação de poesias.

Exercícios escriptos : dictados graduados de orthographia.

Redacção e composição.

*Arithmetica* — Revisão do programma anterior.

Propriedade das fracções ordinarias. Problemas.

Calculo mental.

*Geometria* — Revisão dos polygonos e sua medida. Medida do circulo.

Problemas de applicação, empregando sempre questões da vida usual.

*Historia natural e noções de physica e chimica* — Noções anatomo-physiologicas do corpo humano.

Revisão e amplificação do estudo das grandes divisões do reino animal e vegetal.

Continuação do estudo dos animaes, vegetaes e mineraes uteis.

Estudo pratico dos principaes orgãos da planta.

Os tres estados dos corpos. Noções sobre o ar e a agua, e sobre a combustão. Pequenas demonstrações experimentaes.

Organização de collecções feitas pelos alumnos.

*Geographia* — Noções de geographia physica da America do Sul, Central e do Norte ; relações commerciaes dos Estados americanos com o Brazil. Viagens.

Noções elementares sobre as raças, linguas, religiões e fôrmas de governo dos differentes paizes do mundo.

Circulos e zonas da terra. Horizonte. Zenith. Nadir. Antipodas. Movimento da terra e seus effeitos, explicados por meio deapparelhos.

Latitude e longitude, estudadas praticamente no globo.

*Historia patria* — Revisão do primeiro periodo. Periodo de 1580 a 1664 (exposição dos factos principaes e sem auxilio do livro).

### 3ª SERIE

#### *Classe unica*

*Leitura* — Leitura expressiva de prosa e verso, com explicação do conceito significativo das palavras.

*Lingua portugueza* — Revisão dos programmas anteriores. Da proposição simples. Da proposição composta por ordenação. Da proposição composta por subordinação. Concordancia dos tempos. Syntaxe conereta do verbo *haver*, do pronome *se* ; exemplos variados e classicos da collocação do pronome sujeito e do pronome complemento.

Exercícios oraes : exercicios de elocução. Resumo de lições, narrativas de passeios, fabulas, festas, contados pelo professor. Recitação de autores selectos, com especialidade nacionaes. Homonymos, paronymos, synonymos, etc.

Nesta serie se deve terminar o estudo da grammatica expositiva elementar.

*Aritmetica* — Revisão da materia estudada. Operações sobre as fracções em geral. Numeros primos.

Divisibilidade: estudo concreto. Maximo divisor commum. Numeros complexos. Regra de tres e suas applicações pelo methodo de redução á unidade, e utilizando sómente as operações fundamentais.

*Geometria* — Polygonos. Leves noções da ellipse. Revisão dos angulos, solidos, diedros e polyedros. Quadratura e cubatura dos polyedros.

*Historia natural e noções de physica e chimica* — Revisão dos programmas anteriores. Classificação dos animaes e vegetaes.

Do estudo anatomico da planta e noções de physiologia vegetal.

Concretisação deste estudo em frente á natureza. Idéa da classificação dos mineraes. Crosta terrestre: rochas, terrenos, fosséis mais importantes.

*Noções de physica* — Peso, alavancas, balanças, equilibrio dos liquidos, vasos communicantes, syphão. Pressão atmospherica.

Experiencias simples sobre—calor, luz, electricidade e magnetismo.

Areometros, barometros, manometros, hygrometros e thermometros.

Espelhos, lentes, prismas, pilhas, luz electrica, telegrapho, telephonio, iman, bussola.

*Noções de chimica* — Corpos simples e compostos. Metalloides e metaes. Simples demonstraçoens experimentaes. Acidos: sulfurico, azotico, chlorhydrico; alguns de seus saes mais importantes. Potassa, soda, cal, ammonia. Ligas metallicas. Gaz do illuminação, Amido, Assucar. Alcool. Acido acetico. Corpos graxos.

*Geographia* — Revisão da America: geographia politica e economica, particularmente do Brazil. Divisão politica da Europa, da Asia, Africa e Oceania. Estudo rapido e perfunctorio.

*Cosmographia* — Astros: sol, estrellas, planetas, cometas, estrellas cadentes, aerolithos e bolidos. Movimentos, phases da lua; eclipses. Estudo concreto do systema geral do mundo. Dia, noite e estações.

*Historia patria* — Revisão. Periodos de 1664 até 1889. Exposição geral dos factos principaes e dos grandes acontecimentos politicos.

Art. 10. O curso secundario é dividido em cinco annos e abrange as disciplinas distribuidas pelas 22 aulas seguintes:

1.<sup>a</sup> Grammatica expositiva da lingua portugueza (estudo complementar).

2.<sup>a</sup> Grammatica historica da lingua portugueza.

3.<sup>a</sup> Litteratura nacional.

4.<sup>a</sup> Francez: estudo elementar e pratico.

5.<sup>a</sup> Francez: estudo complementar e pratico.

6.<sup>a</sup> Inglez: estudo elementar e pratico.

7.<sup>a</sup> Inglez: estudo complementar e pratico.

- 8.<sup>a</sup> Allemão : estudo elementar e pratico.
- 9.<sup>a</sup> Allemão : estudo complementar e pratico.
10. Arithmetica pratica (estudo completo).
11. Arithmetica theorica e pratica.
12. Algebra até ás equações do 2º grão.
13. Geometria preliminar e trigonometria rectilinea. Geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, conchoide, espiral, cissoide, cycloide, helice o limaçon de Pascal).
14. Resolução das equações do 3º e 4º grãos e das equações binomias; noções geraes sobre as series; complemento do estudo das progressões seguido das series mais simples.
15. Historia antiga e média.
16. Historia moderna, contemporanea e patria.
17. Geographia geral; geographia physica, exercicios de cartographia.
18. Geographia geral; geographia politica e economica, exercicios cartographicos.
19. Historia e chorographia do Brazil.
20. Noções concretas de astronomia, physica e chimica.
21. Noções concretas de mineralogia, geologia, botanica e zoologia.
22. Desenho e geometria pratica.

Art. 11. Além das materias acima especificadas, o curso do collegio comprehenderá o ensino pratico das seguintes : educação moral do cidadão e do soldado; noções praticas de disciplina, economia e administração militar; nomenclatura e manejo das armas em uso, tiro ao alvo; esgrima e evoluções militares das tres armas desde a escola do soldado até á do batalhão, do esquadrão e da bateria, natação; gymnastica e musica.

Art. 12. As 22 aulas de que trata o art. 10 serão distribuidas pelos cinco annos do curso secundario, da fôrma seguinte :

#### 1º ANNO

- 1.<sup>a</sup> aula—Arithmetica : estudo pratico completo.
  - 2.<sup>a</sup> aula—Portuguez: grammatica expositiva e completa, exercicios de redacção com auxilio ministrado pelo professor.
  - 3.<sup>a</sup> aula—Francez : estudo elementar e pratico.
  - 4.<sup>a</sup> aula—Geographia geral : geographia physica, exercicio de cartographia.
- Aulas de desenho e geometria pratica e das demais materias do ensino pratico enumeradas no art. 11.

#### 2º ANNO

- 1.<sup>a</sup> aula—Arithmetica : estudo theorico e pratico.
- 2.<sup>a</sup> aula—Portuguez : estudo completo da lingua vernacula á luz do methodo historico e comparativo, exercicios de composição sem auxilio do professor.

3ª aula—Francez : estudo complementar e pratico.

4ª aula—Geographia geral: geographia politica e economica: exercicios cartographicos.

Aulas de desenho e geometria pratica e das demais materias do ensino pratico enumeradas no art. 11.

### 3º ANNO

1ª aula—Algebra até ás equações do 2º grão.

2ª aula—Inglez : estudo elementar e pratico.

3ª aula—Historia antiga e média, em face dos mapps politicos e geographicos da época.

4ª aula—Allemão : estudo elementar e pratico.

Aulas de desenho e geometria pratica e das demais materias do ensino pratico enumeradas no art. 11.

Revisão: portuguez, francez, geographia, arithmetica uma vez por semana.

### 4º ANNO

1ª aula—Geometria preliminar e trigonometria rectilinea; geometria especial, estudo perfunctorio das secções conicas, conchoide, espiral, cissoide, cycloide, helice e limaçon de Pascal.

2ª aula—Algebra : resolução das equações do 3º e 4º grãos e das equações binomias ; noções geraes sobre as series ; complemento do estudo das progressões seguido das series mais simples.

3ª aula—Inglez : estudo complementar e pratico.

4ª aula—Allemão: estudo complementar e pratico.

5ª aula—Historia moderna e contemporanea.

Aulas de desenho e geometria pratica e das demais materias do ensino pratico enumeradas no art. 11.

Revisão: portuguez, francez, geographia, arithmetica (uma vez por semana).

### 5º ANNO

1ª aula—Historia e chorographia do Brazil.

2ª aula—Litteratura nacional. Generalidades. Historico dos factores e das diferentes phases da litteratura brasileira. Estudo das obras de melhor nota. Exercicios litterarios, como sejam: juizos criticos dos principaes poetas e prosadores brasileiros; parallellos entre elles.

3ª aula—Noções concretas de astronomia, physica e chimica.

4ª aula—Noções concretas de mineralogia, geologia, botanica e zoologia.

Aulas de desenho e geometria pratica e das demais materias do ensino pratico enumeradas no art. 11.

Revisão — Algebra, geometria (duas vezes por semana cada uma); inglez, allemão e historia universal (uma vez por semana).

### CAPITULO III

#### DOS PROGRAMMAS DE ENSINO E DE EXAME

Art. 13. O ensino theorico e pratico será regulado por programmas biennaes organizados pelo conselho de instrucção.

Art. 14. Estes programmas só terão execução depois de approvados pelo Governo.

Art. 15. Os programmas de ensino serão submettidos á apreciação de comissões biennialmente nomeadas pelo conselho de instrucção, as quaes sobre os mesmos darão parecer por escripto.

Si propuzerem modificações, serão ouvidos pelo conselho de instrucção os autores dos programmas alterados, que depois de acceitos serão enviados ao Governo.

Art. 16. Os programmas de exames do curso secundario do Collegio Militar, a bem da unidade do plano de estudos, serão os mesmos dos cursos preparatorios das escolas militares da Republica.

Art. 17. Serão os programmas de ensino do curso de adaptação organizados de conformidade com o disposto no art. 9º sobre a distribuição das disciplinas ensinadas nas tres series daquelle curso.

Art. 18. Após o encerramento dos trabalhos do anno lectivo, reunido o conselho de instrucção no dia e hora marcados pelo commandante, cada professor apresentará não só o programma das materias ensinadas na respectiva aula, como tambem uma relação dos alumnos com as médias trimensaes, ou notas de conta de anno, avaliadas por quotas de 0 até 10.

Submettidos estes programmas á apreciação de uma comissão eleita pelo conselho de instrucção, organizará ella os programmas definitivos para os exames. Na mesma occasião o commandante nomeará as comissões examinadoras e determinará a ordem que se deverá seguir nas provas, quer escriptas, quer oraes.

Art. 19. Quanto ao ensino pratico, deverá o respectivo programma abranger as materias especificadas no art. 11.

Art. 20. O horario annualmente organizado deverá attender ao que dispõe o art. 57.

Art. 21. As materias do ensino pratico só se submettem a programma de exames no fim do curso, mas o aproveitamento que o alumno nellas revelar se traduzirá em notas ou médias, que concorrerão como elementos para a classificação dos alumnos em cada anno e no fim do curso.

## TITULO II

## DOS ALUMNOS

## CAPITULO I

## DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 22. Os paes ou tutores dos matriculandos deverão apresentar ao commandante do collegio, até 28 de fevereiro de cada anno, requerimento dirigido ao ministro da guerra e instruido com todos os documentos justificativos das condições em que se acham para a matricula de seus filhos ou tutelados. Taes requerimentos serão informados e remettidos á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra na primeira quinzena do mez de março.

Art. 23. Para a matricula no collegio, assim para os gratuitos, como para os alumnos contribuintes, exigir-se-hão as seguintes condições :

1.<sup>a</sup> Idade maior de oito e menor de treze annos, referida ao dia 1 de janeiro do anno da matricula ;

2.<sup>a</sup> Attestado de vaccinação ;

3.<sup>a</sup> Exame de leitura e escripta perante uma commissão de professores do collegio.

Art. 24. Poderão os candidatos à matricula ser admittidos na segunda serie do curso de adaptação, si, mediante exame, se mostrarem habilitados nas materias constitutivas da primeira, e bem assim na terceira, si igualmente provarem suas habilitações nas doutrinas componentes da segunda.

Art. 25. Os candidatos maiores de doze annos só serão admittidos si estiverem em condições de frequentar as aulas do primeiro anno do curso secundario.

Art. 26. Os exames de admissão na segunda serie e na terceira serão feitos de accordo com o preceituado para os alumnos matriculados na série ou séries anteriores, e os pretendentes à matricula no primeiro anno do curso secundario terão de se mostrar habilitados nas materias do curso de adaptação, mediante as provas regulamentares, exigidas para os alumnos matriculados nas tres series.

Art. 27. A mesa julgadora dos exames de admissão, de que trata o artigo antecedente, será composta, sempre que for possível, dos seis professores do curso de adaptação, nunca podendo, porém, ser de menos de tres.

Art. 28. Os candidatos approvados nos exames de admissão serão classificados por ordem de merecimento, e de accordo com este julgamento serão preenchidas as vagas existentes.

Paraphræse unico. Tendo em vista a classificação determinada neste artigo, a admissão dos alumnos gratuitos ficará sujeita, dada a igualdade de condições de habilitação, à seguinte ordem de preferéncia :

1.<sup>a</sup> Orphãos de pae e mãe :

- a) filhos de officiaes effectivos do Exercito e da Armada ;
- b) filhos de officiaes reformados do Exercito e da Armada ;
- c) filhos de officiaes honorarios do Exercito e da Armada, por serviços de campanha ;

2.<sup>a</sup> Orphãos de pae das mesmas classes e na mesma ordem.

3.<sup>a</sup> Os demais filhos de officiaes dessas classes, guardando sempre identica ordem de precedéncia, e bem assim os filhos dos professores não militares do collegio e das escolas militares.

4.<sup>a</sup> Os primeiros netos de officiaes dessas classes e na mesma ordem, e bem assim os filhos de praças de pret, mortas em combate.

Art. 29. Terão preferéncia em cada um dos grupos de que trata o artigo anterior :

- a) Os filhos e primeiros netos de militares, de qualquer classe, mortos em combate, em acto de serviço ou por effeito deste ;
- b) Os filhos de officiaes inutilisados ou feridos em combate ou em serviço ;
- c) Os filhos de officiaes com serviço de campanha ;
- d) Os candidatos que, por causa da idade, não puderem matricular-se no anno seguinte.

Art. 30. O numero de alumnos gratuitos a admittir-se annualmente será fixado de accordo com os recursos de que dispuzer o Ministerio da Guerra, e o de contribuintes, de conformidade com a lotação do estabelecimento.

Si o numero de candidatos gratuitos à matricula for superior ao fixado, poderão ser admittidos como contribuintes, até que lhes caibam as vagas.

Art. 31. Os alumnos contribuintes internos pagarão adiantadamente e de uma só vez, no acto da matricula, a joia de 50\$ e a pensão annual de 600\$ em quatro prestações trimensaes.

Os externos pagarão a joia de 30\$ e a pensão annual de 480\$, também em quatro prestações.

Estas contribuições poderão ser pagas em prestações mensaes quando os alumnos forem filhos de militares ou de empregados dos Ministerios da Guerra e da Marinha.

Serão obrigados também a entrar com o enxoval, que será annualmente renovado, o qual constará da tabella B, ficando a cargo do collegio a lavagem e engommado da roupa.

Art. 32. Os alumnos gratuitos, cujos paes pertencerem ao quadro effectivo do Exercito ou da Armada, e bem assim os filhos e primeiros netos de militares reformados ou honorarios, que perceberem vencimentos de qualquer cargo publico civil ou militar, serão obrigados a entrar com todo o enxoval marcado para os contribuintes, menos os artigos constantes da tabella C.



Art. 33. Aos alumnos gratuitos, exceptuados os de que trata o artigo antecedente, serão fornecidos por conta do collegio os livros de estudo.

Os alumnos contribuintes deverão entrar no principio de cada anno com os livros adoptados, sendo-lhes fornecido pelo estabelecimento papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o trabalho das aulas.

Art. 34. O alumno que attingir aos 16 annos de idade sem haver completado o curso do collegio passará a externo.

## CAPITULO II

### DO CORPO DE ALUMNOS

Art. 35. Serão os alumnos distribuidos em quatro companhias, attendendo-se tanto quanto possivel ao seu desenvolvimento physico e intellectual e aos annos do curso em que estiverem matriculados. Estas companhias serão commandadas por capitães ou officiaes subalternos do quadro effectivo do Exército.

Art. 36. No intuito de desenvolver o gosto pela carreira militar, os alumnos serão graduados por merecimento nos diversos postos, desde o de cabo de esquadra até ao de commandante, usando dos competentes distinctivos.

Art. 37. As denominações destes postos para os alumnos officiaes, serão: alumno-commandante, alumno-major, alumno-ajudante, alumno-capitão, alumno-tenente, alumno-alferes; e para os alumnos inferiores e cabos as mesmas do Exército, precedendo sempre a palavra — *alumno*.

Art. 38. Os alumnos assim graduados assumirão as funções de seus postos nos exercicios geraes em que o respectivo instructor o determinar, e nas formaturas sollemnes do corpo de alumnos, mas sempre sob a direcção de officiaes do collegio.

Art. 39. Na abertura das aulas em cada anno, os alumnos assim distinguidos deporão suas insignias, afim de serem dellas revestidos os que as houverem conquistado no anno anterior.

Art. 40. Excepto as fachinas ou qualquer outra faina incompativel com a idade dos alumnos, todo o serviço militar ou collegial será feito por elles, segundo suas graduações, comtanto que dahi não provenha prejuizo para os seus estudos.

## CAPITULO III

### DA DISCIPLINA ESCOLAR

Art. 41. Nenhuma pessoa estranha ao estabelecimento, salvo autoridade superior, terá nelle entrada sem prévia licença do commandante ou do ajudante do collegio.

Art. 42. E' vedado aos alumnos occuparem-se no estabelecimento com a redacção de periodicos, bem como entregarem-se á

leitura de livros que prejudiquem os bons costumes e o cumprimento de seus deveres collegiaes.

Art. 43. Os alumnos internos, em regra geral, poderão ter sahida aos sabbados depois das aulas, devendo recolher-se ao collegio no dia e hora que lhes for determinado.

Art. 44. Os alumnos não poderão sair sinão acompanhados por seus paes ou encarregados, ou por pessoas que os mesmos indicarem, salvo autorisação especial delles e consentimento expresso do commandante.

Art. 45. Os alumnos só podem ser visitados durante as horas de recreio, sendo que essa visita só será feita por seus paes, ou por pessoas competentemente autorisadas.

Art. 46. Os meios disciplinares, sempre proporcionados á gravidade das faltas, serão os seguintes:

- 1.º Notas más nos livros das aulas.
- 2.º Exclusão momentanea da aula ou do campo de exercicio.
- 3.º Privação de recreio com ou sem trabalho de escripta.
- 4.º Privação de sahidas nos dias determinados.
- 5.º Reprehensão particular ou em ordem do dia.
- 6.º Prisão na sala do estado-maior.
- 7.º Exclusão do collegio por tres a seis dias.
- 8.º Baixa definitiva das gradações.
- 9.º Expulsão attenuada.
10. Expulsão ostensiva.

§ 1.º Os dous primeiros meios disciplinares serão applicados pelos professores, instructores e mestres; os cinco seguintes pelo commandante do collegio; os de ns. 8 e 9 pelo conselho disciplinar e o de n. 10 pelo ministro da guerra, sobre proposta dos conselhos de instrucção e disciplinar reunidos.

§ 2.º A exclusão temporaria consiste em enviar-se o alumno ao pae para este corrigil-o. A expulsão attenuada significa que, votada a retirada do alumno, se-lhe-ha permittido, ou a pessoa que legitimamente o representar, requerer sua exclusão do collegio.

Art. 47. A distribuição do tempo no collegio será feita de modo que para os alumnos haja mais ou menos nove horas para o somno, oito para trabalho e sete para *toilette*, refeições e recreios.

## CAPITULO IV

### DA FREQUENCIA

Art. 48. A presença nas aulas será verificada pelos guardas.

O professor, o instructor, ou mestre poderão marcar ponto ao alumno que se retirar da aula ou exercicio sem licença.

Art. 49. Ao alumno que por motivo justificado faltar a uma ou mais aulas, ou trabalhos no mesmo dia, se marcará um unico ponto.

Art. 50. A justificação das faltas commettidas pelos alumnos será feita perante o commandante do collegio.

Art. 51. Deverão as faltas dos alumnos ser notadas cuidadosamente, a fim de que se cumpra o disposto no seguinte artigo.

Art. 52. O alumno que commetter 40 faltas, ainda que sejam estas justificadas, perderá o anno e será excluido do estabelecimento.

Poderá, porém, matricular-se no anno seguinte, caso o mereça por sua conducta e applicação; não levando-se em conta a sua idade.

Paragrapho unico. Por uma falta não justificada marcar-se-hão dous pontos.

## CAPITULO V

### DAS RECOMPENSAS

Art. 53. As recompensas conferidas aos alumnos são:

1.<sup>a</sup> Boas notas nos livros das aulas.

2.<sup>a</sup> Licenças excepcionaes para passeio.

3.<sup>a</sup> Elogio em ordem do dia regimental.

4.<sup>a</sup> Promoção aos diversos postos do corpo de alumnos.

5.<sup>a</sup> Inscrição no «Quadro de Honra».

6.<sup>a</sup> Medalhas de ouro denominadas: Duque de Caxias, Almirante Barroso, Marquez do Herval, Visconde de Inhaúma e Conde de Porto Alegre.

Paragrapho unico. As recompensas do n. 1 são da attribuição dos professores; as dos ns. 2, 3 e 4, do commandante; a do n. 5, do conselho de instrução; e a do n. 6, do ministro da guerra, sobre proposta dos conselhos de instrução, e disciplina reunidos.

Art. 54. As cinco medalhas de que trata o n. 6 do artigo anterior serão conferidas com solemnidade no fim do curso (após o exame de *madureza*) e na ordem citada, aos alumnos que tiverem sido classificados nos cinco primeiros logares e que tenham notas de bom procedimento.

A distribuição dessas medalhas se realizará em sessão solenne presidida pelo ministro da guerra, presentes o commandante do collegio, o ajudante e os membros do corpo docente.

A esta sessão, para a qual poderá o commandante convidar representantes do ensino publico, autoridades civis e militares, deverá assistir o corpo de alumnos.

Art. 55. Um dos professores designado pelo commandante pronunciará nesse acto um discurso adequado á solemnidade.

Paragrapho unico. Os alumnos que obtiverem as referidas medalhas de ouro as poderão usar em todos os actos da vida civil ou militar, e contarão, como tempo de serviço militar para todos os effeitos, menos para baixa ou demissão, os dous ultimos annos do curso.

## TITULO III

## DO TEMPO LECTIVO, DAS AULAS E DOS EXAMES

## CAPITULO I

## DO TEMPO LECTIVO E DAS AULAS

Art. 56. O tempo lectivo começará no primeiro dia util de abril e terminará a 31 de dezembro, sendo empregados em exames finais, ferias e exames de admissão os mezes de janeiro a março.

Paragrapho unico. Os exercicios geraes e passeios militares realizar-se-hão de junho a julho em dias determinados pelo commandante.

Art. 57. A distribuição do tempo para o ensino theorico e pratico será regulada de modo que :

1º, em cada aula a lição não exceda de uma hora para o curso secundario e de 45 minutos para o de adaptação ;

2º, o intervalo de uma aula á outra nunca seja menor de 15 minutos.

## CAPITULO II

## DOS EXAMES

Art. 58. Do dia 1 a 20 de março de cada anno se effectuarão não só os exames de admissão como os dos alumnos do estabelecimento, que por motivo justificado não os houverem prestado na época regulamentar, ou que se acharem incluídos nas disposições dos arts. 81, 82 e 84.

Art. 59. Encerradas as aulas do Collegio Militar, começarão no primeiro dia util de janeiro os exames do curso de adaptação e do secundario.

Art. 60. Os exames nas materias da primeira serie e da segunda do curso de adaptação constarão de provas oraes, havendo somente uma prova escripta de portuguez, a qual versará sobre um dictado de extensão razoavel, extrahido de um dos livros adoptados em classe.

Paragrapho unico. A passagem dos alumnos de uma para outra classe das duas primeiras series do referido curso, se fará de conformidade com as notas dos respectivos professores, uma vez que taes notas abonem aos mesmos alumnos em todas as classes da serie em que se acharem matriculados.

Art. 61. Os exames nas materias da terceira serie constarão de provas escripta e oral, feitas em dias diferentes.

§ 1.º A prova escripta constará de um exercicio de redacção sobre assumpto facil, com elementos fornecidos por um dos

membros da commissão julgadora; duas questões concretas de arithmetica pratica; uma de elementos de geographia; uma de geometria pratica (tachymetria); uma de elementos de historia patria.

§ 2.º A prova oral constará de: leitura expressiva e analyse elementar de um trecho de livro adoptado em classe; questões sobre assumpto estudado entre as materias indicadas para a lição de cousas (elementos de sciencias physicas e historia natural).

A commissão examinadora poderá interrogar o alumno sobre a materia da sua prova escripta.

§ 3.º A prova oral durará 30 minutos no maximo para cada examinando.

Art. 62. O exame final do curso de adaptação da matricula no 1º anno do Gymnasio Nacional, ou no de qualquer instituto secundario de educação integral da Republica, assim como dará as vantagens concedidas por lei aos alumnos que tem *curriculum vitæ* das escolas primarias.

Art. 63. Os exames do curso secundario serão de *sufficiencia* ou *finaes*, segundo haja o alumno de continuar o estudo da materia ou o tenha concluido, e de *madureza* ao terminar o curso.

Art. 64. O exame de sufficiencia constará de prova oral e escripta, cabendo no maximo 30 minutos para o exame oral de cada materia, sendo os alumnos arguidos sobre assumptos ensinados no correr do anno lectivo.

Paragrapho unico. Não se exigirá este exame para as aulas de desenho, musica e gymnastica e as outras materias designadas no art. 11, visto que os alumnos somente serão submettidos aos exames de taes materias no fim do curso, constando elles apenas de provas praticas.

Art. 65. Os exames finaes constarão de provas escripta e oral, havendo mais uma pratica para as aulas de sciencias physicas, de historia natural e de geographia.

§ 1.º A prova escripta de sciencias, bem como a de litteratura nacional, versará sobre questões comprehendidas no programma de estudo, as quaes serão formuladas pela commissão examinadora, na mesma occasião da prova, e não poderão exceder de quatro, devendo ser as mesmas para todos os alumnos. A do estudo completo da lingua vernacula constará de um exercicio de composição ou estylo sem subsidio ministrado pela mesa examinadora e da analyse etymologica e logica de um trecho classico; a de francez constará de duas partes: versão de um pequeno trecho de prosa portugueza corrente e facil, e traducção de um trecho poetico francez nunca menor de 15 linhas; a de lingua allemã e ingleza constará de traducção de um trecho inglez ou allemão, tambem pelo menos de 15 linhas.

§ 2.º No exame final de sciencias, bem como no de litteratura nacional, a prova oral constará de arguição sobre a materia ensinada no decurso do anno lectivo.

No de lingua vernacula constará da analyse etymologica e logica de um trecho classico e de noções historicas da lingua.

No de linguas franceza, ingleza e allemã se exigirá leitura e traducção de um trecho de prosador facil (sem dictionario) e analyse.

§ 3.º O tempo concedido para solução das questões da prova escripta não excederá de tres horas, e finalizado este prazo os alumnos apresentarão os respectivos trabalhos no estado em que se acharem, assignando cada um o seu nome em seguida à ultima linha que houver escripto.

§ 4.º O examinando que, terminado o prazo marcado, não tiver dado começo à solução das questões, ou só houver escripto sobre assumpto estranho às mesmas, ou que assignar em branco, ou confessar a sua inhabilidade, será considerado reprovado.

No caso em que o examinando não tenha dado começo à solução das questões, deverá elle declarar por escripto o motivo que o levou a assim proceder.

§ 5.º O alumno que entregar à commissão examinadora sua prova escripta, concluida ou não, deverá se retirar immediatamente da sala de exame.

§ 6.º O exame escripto será feito a portas fechadas e o oral publicamente.

§ 7.º E' expressamente vedado aos alumnos servirem-se, no acto do exame, para qualquer fim que seja, de papel, notas, livros, ou outros objectos não distribuidos ou permittidos pela commissão examinadora.

§ 8.º O papel distribuido será rubricado pelos membros da mesma commissão.

Art. 66. A commissão julgadora dos exames de *sufficiencia* se comporá de tres professores, devendo, sempre que for possivel, ser um delles o da materia sobre que versar o exame, cabendo a presidencia do acto ao mais antigo. Achando-se impedido o professor da materia, o commandante nomeará outro professor do estabelecimento que tenha idoneidade para o encargo.

Art. 67. Nos exames finais será a mesa julgadora constituída pelo professor da respectiva aula e por mais dous membros do corpo docente designados pelo commandante, cabendo a presidencia ao mais antigo.

Estando impedido o professor da disciplina sobre que consistir o exame, providenciará o commandante do collegio segundo o disposto na ultima parte do art. 66.

Art. 68. Logo que a commissão examinadora tiver recebido todas as provas escriptas, encerral-as-ha em um involucre lacrado o rubricado pelos seus respectivos membros.

Art. 69. As turmas para a prova oral serão organizadas conforme determinar o commandante do collegio, ouvido o respectivo professor.

Art. 70. Na prova oral cada examinador não poderá arguir mais de 20 minutos ao mesmo alumno.

A arguição será feita pelo menos por dous membros da commissão examinadora.

Art. 71. A prova oral começará entre 9 e 10 horas e continuará até que hajam passado por ella todos os alumnos da turma

sujeita ao exame do dia. Entretanto, o presidente da comissão examinadora poderá suspender o acto para descanso, por tempo que não exceda a meia hora.

Art. 72. O alumno que sob qualquer pretexto negar-se a responder a alguns dos examinadores, ou que não se apresentar a exame, salvo impedimento justificado perante o commandante do collegio (que poderá marcar-lhe novo dia para exame), será considerado reprovado.

Art. 73. O alumno que, tendo começado a prova oral, adoecer repentinamente, de modo a não poder proseguir no exame, será apresentado ao medico do collegio que dará por escripto parecer a respeito do seu estado. No caso de molestia que haja impossibilitado o alumno de terminar a prova, fará elle novo exame opportunamente, a juizo do commandante do collegio.

Paragrapho unico. As disposições do artigo antecedente são applicaveis ao alumno que adoecer no acto da prova escripta.

Art. 74. Para as provas praticas de sciencias physicas, de historia natural e das outras materias designadas no art. 11 será dado o prazo de 15 minutos, sendo concedido para as de geographia e desenho um espaço de tempo razoavel, a juizo da comissão.

Art. 75. Nos exames das materias enumeradas no art. 11, serão as mesas julgadoras compostas de tres membros sob a presidencia do mais graduado. Serão constituídas por instructores e mestres, podendo o commandante do collegio, para completal-as, nomear coadjuvantes do ensino pratico, ou outros officiaes empregados no mesmo collegio e que tenham as precisas habilitações.

Art. 76. No julgamento dos exames praticos e respectiva classificação, observar-se-ha quanto possivel o estabelecido neste regulamento para os exames theoricos.

Art. 77. Os effeitos da reprovação nos exames praticos, que são effectuados no fim do curso secundario, serão os mesmos dos exames theoricos.

Art. 78. Terminados os exames de cada dia, a comissão examinadora, tomando em consideração as provas exhibidas, avaliará por meio de quotas de 0 até 10, tendo cuidadosamente em vista as notas da conta de anno, e tomará depois a média de todas as quotas obtidas por cada alumno.

Serão considerados *approvados plenamente* os alumnos que obtiverem a média 6, 7, 8 ou 9, *simplesmente* os que obtiverem a média 3 e fracção, 4 ou 5, e *reprovados* os que obtiverem a média 3 ou inferior.

A média 10 dará *distincção*.

A fracção  $\frac{1}{2}$  e as superiores serão tomadas por 1 nas apreciações precedentes.

Art. 79. Concluidos os exames oraes de cada aula, a comissão examinadora fará a classificação, por ordem de merecimento, dos alumnos approvados.

Art. 80. Do resultado dos exames de todos os alumnos da mesma aula lavrar-se-ha termo especial assignado pela comissão examinadora e pelo secretario do collegio. Desse termo fará

o mesmo secretario um extracto authenticco, que será publicado nas folhas de maior circulação.

Art. 81. O alumno que na epoca regulamentar for approvado em todas as materias do anno, menos em uma, terá direito a fazer exame desta em março seguinte.

Art. 82. O que for reprovado em duas materias, havendo obtido approvação com distincção nas outras, terá direito a ser admittido a exame no periodo marcado para a admissão dos alumnos do collegio.

Art. 83. Não poderá continuar no estabelecimento o alumno do curso secundario que for reprovado duas vezes na mesma materia, bem como o que deixar de prestar exame em dous annos consecutivos.

Paragrapho unico. O alumno do curso de adaptação, que no periodo de cinco annos não concluir o mesmo curso, será excluido do estabelecimento.

Art. 84. O alumno que, por motivo justificado, não tiver prestado exame no fim do anno, tem direito a presta-lo no anno seguinte, na época determinada pelo art. 58.

Art. 85. Os alumnos approvados em todos os exames finais deverão prestar no fim do curso o exame de *madureza*, destinado a verificar si possuem a cultura intellectual indispensavel.

Este exame versará sobre questões geraes e será feito por um programma cuidadosamente organizado pelo conselho de instrução.

§ 1.º A commissão julgadora destes exames de *madureza* compor-se-ha de nove membros: quatro professores do Collegio Militar, dous professores particulares, dous lentes das escolas militares desta Capital e o commandante do collegio, ou o ajudante do mesmo estabelecimento no caso de achar-se elle impedido.

§ 2.º O commandante do collegio, ouvido o conselho de instrução, organizará annualmente e submeterá á approvação do Governo a commissão julgadora destes exames.

§ 3.º O exame de *madureza* constará de provas escriptas e oraes, feitas em dias alternados sobre as materias constitutivas do curso, assim divididas:

- a) linguas, especialmente a portugueza, litteratura nacional;
- b) mathematica e noções de astronomia;
- c) noções de physica, chimica, mineralogia, geologia, botanica e zoologia;
- d) geographia e historia especialmente do Brazil.

§ 4.º Para cada prova escripta o examinando terá o prazo maximo de quatro horas.

§ 5.º Haverá ainda provas praticas sobre geographia, noções de physica, chimica, mineralogia, geologia, botanica e zoologia.

Art. 86. A approvação no exame de *madureza* do Collegio Militar habilitará os alumnos a proseguir em estudos superiores nas escolas militares, e terá validade para a matricula em qualquer escola ou academia da Republica.

Os exames de *madureza* serão julgados pelos mesmos processos que os exames finais, e aos cinco alumnos que mais se distin-



guirem, assim em estudo como em procedimento, serão conferidas as medalhas de ouro de que trata o numero 6 do art. 53.

Art. 87. Os alumnos habilitados mediante o exame de *madureza* terão preferencia sobre quaesquer outros candidatos á matricula no curso geral das escolas militares, de conformidade com o regulamento destas. E para esse effeito o commandante enviará com antecedencia ao Governo uma relação por ordem de merecimento dos mesmos alumnos.

## TITULO IV

### DO MAGISTERIO E DA ADMINISTRAÇÃO

#### CAPITULO I

##### PESSOAL DOCENTE

Art. 88. O pessoal docente compõe-se de 22 professores, tres instructores, dous mestres para esgrima, gymnastica e natação.

Aos professores incumbe :

1º, comparecer ás aulas com pontualidade, dar lições nos dias e horas marcados, occupando-se exclusivamente na classe com o ensino das materias que professam e, no caso de impedimento, participar ao commandante com a possível antecedencia ;

2º, comparecer ás sessões do conselho de instrucção e actos de concurso ;

3º, cumprir o programma de ensino, o qual deverá ser limitado á doutrina exclusivamente util e substancial, evitando com maximo cuidado ostentação apparatusa de conhecimentos ;

4º, começar e concluir o ensino da aula a seu cargo, por uma serie de lições tendentes a ligar o assumpto ao das disciplinas anteriores e subseqüentes ;

5º, propor aos alumnos todos os exercicios que lhes possam desenvolver a intelligencia, nortear o caracter e fortalecer os conhecimentos adquiridos ;

6º, marcar com 48 horas de antecedencia, pelo menos, a materia das sabbatinas escriptas, habilitando os alumnos a este genero de provas para os exames ;

7º, marcar de tres em tres mezes para o curso secundario e 3ª serie do curso de adaptação, um concurso sobre questões de materias ensinadas, julgar com cuidadosa attenção as provas deste concurso, e á vista dellas propor ao conselho de instrucção até seis alumnos merecedores da inscripção no -- Quadro de honra -- ; esta distincção deverá ser levada em conta por occasião do resumo trimensal das notas e da organização das médias ou contas de anno dos alumnos ;

8º, fazer a prelecção de que trata o art. 8º § 5º ;

9º, comparecer aos exames nos dias e horas determinados, funcionando nos mesmos exames como presidentes ou arguentes, conforme lhes competir ;

10, observar as instrucções e recommendações do commandante no caso concernente à policia interna das aulas e auxiliá-lo na manutenção da ordem e da disciplina ;

11, satisfazer a todas as requisições feitas pelo commandante no interesse do ensino ;

12, requisitar do commandante todos os objectos necessarios ao ensino de sua aula ;

13, dar ao commandante, para ser presente ao conselho de instrucção, na época competente, o programma de ensino da sua aula, justificando as alterações que julgar conveniente introduzir no programma anterior.

Art. 89. Os instructores farão o serviço de estado-maior por escala e poderão ser encarregados de quaesquer outros compatíveis com o exercicio das respectivas funções.

Tanto os instructores como os mestres terão livros de carga e descarga dos objectos a seu cargo concernentes ao ensino de que estiverem encarregados.

Art. 90. As aulas do curso secundario, de que trata o art. 10, serão regidas por 16 professores assim distribuidos : 1 para grammatica portugueza expositiva ; 1 para grammatica historica da lingua portugueza ; 1 para litteratura nacional ; 2 para francez : estudo elementar e pratico, estudo complementar e pratico ; 1 para inglez ; 1 para allemão ; 3 para mathematica elementar (arithmetica, algebra, geometria e trigonometria) ; 1 para geographia geral ; 1 para historia e chorographia do Brazil ; 1 para historia geral ; 1 para desenho e geometria pratica ; 1 para noções concretas de astronomia, physica e chimica, e 1 para noções concretas de mineralogia, geologia, botanica e zoologia.

Haverá, além destes, 6 professores para o curso de adaptação, assim distribuidos : 2 para grammatica portugueza elementar ; 1 para elementos de historia patria e geographica ; 2 para elementos de arithmetica e geometria pratica, e 1 para lições de cousas e noções praticas elementares de sciencias physicas e naturaes.

Art. 91. O professor que se desviar do cumprimento de seus deveres será advertido em particular pelo commandante ; si commetter segunda falta, o commandante leval-a-ha ao conhecimento do conselho de instrucção ; em caso de nova reincidencia será ouvido o mesmo conselho, e, com a cópia da respectiva acta, comunicado o acto ao Governo, que poderá impor ao delinquente suspensão de um a doze mezes, sem vencimentos, salvo direito de recurso para tribunal competente.

Art. 92. O comparecimento dos empregados do ensino para o serviço das aulas ou exercicio 15 minutos depois da hora marcada na distribuição do tempo lectivo, será contado como falta, e do mesmo modo o não comparecimento às sessões do conselho de instrucção e a qualquer dos actos a que são sujeitos pelo regulamento do collegio.

Art. 93. As faltas *commettidas* em um mez só poderão ser justificadas perante o commandante do collegio com recurso para o Governo, e a folha que se remetter para a repartição competente mencionará as faltas justificadas para a deducção da gratificação e as não justificadas para as perdas do ordenado e gratificação.

Art. 94. Os professores só perceberão a respectiva gratificação quando em exercicio, exceptuando-se os casos de impedimento por serviço publico, obrigado por lei, e duas faltas por mez, a juizo do commandante do collegio.

Art. 95. O membro do magisterio que escrever tratados, compendios e memorias sobre as doutrinas ensinadas no collegio, terá direito á impressão do seu trabalho por conta dos cofres publicos, si, por uma commissão de professores idoneos estranhos ao conselho de instrucção, for a obra julgada de utilidade ao ensino, e mais á gratificação pecuniaria, proporcional á importancia do escripto, marcada pelo conselho e dependente de approvação do Governo.

Art. 96. Constitue abandono do cargo a falta por tres mezes consecutivos sem justificacão antes de expirar este prazo.

Art. 97. A vaga de professor de qualquer aula, quer do curso secundario, quer do curso de adaptacão, será preenchida mediante concurso.

Art. 98. Só poderão inscrever-se para o concurso á vaga de professor as pessoas que apresentarem :

1º, licença do Governo, si forem militares;

2º, fê de officio ou folha corrida.

Art. 99. A inscripção para o concurso será aberta na secretaria do collegio, no prazo de oito dias, contados daquelle em que o commandante tiver conhecimento official de que a vaga se deu, fazendo-se publico pelas folhas de maior circulaçãõ e *Diario Official* qual a vaga que tem de ser provida, o prazo marcado para a inscripção dos candidatos, que nunca será menor de quatro mezes e nem maior de oito, e os artigos regulamentares concernentes ás habilitações.

No primeiro dia util que se seguir áquelle em que terminar o prazo da inscripção, reunir-se-ha o conselho de instrucção para julgar sobre a admissãõ dos candidatos ao concurso e organizar a relação dos que forem habilitados e bem assim eleger os dous examinadores e o juiz do concurso, compondo estes tres membros a commissão julgadora.

Paragrapho unico. Dado que o conselho de instrucção resolva não tirar do seu seio os dous examinadores a que se refere este artigo, o commandante, autorizado pelo ministro da guerra, convidará pessoas estranhas ao corpo docente do collegio.

Art. 100. Constituida a commissão julgadora, designar-se-ha dia e hora para o começo das provas, sendo isto annuciado pelas folhas diarias com a conveniente antecedencia.

Art. 101. Os concursos para o provimento dos logares de professor se effectuarão no collegio perante o conselho de instrucção, presidido pelo commandante, e as provas serão:

- 1.º Prova escripta ;
- 2.º Prelecção oral ;
- 3.º Prova pratica ;
- 4.º Arguição dos examinadores sobre os assumptos das provas escripta e oral ;
- 5.º Prova pedagogica, que consistirá em uma lição ou lições a uma classe.

Art. 102. As tres primeiras provas versarão sobre pontos organizados pela comissão julgadora no dia de cada prova; a escripta será a portas fechadas, e as outras serão publicas.

Art. 103. A arguição sobre o objecto da prova oral se realizará em acto consecutivo à exhibição da mesma prova, e a arguição sobre a prova escripta, no dia seguinte ao da leitura publica da prova.

Art. 104. Haverá prova pratica para o concurso das seguintes materias: physica, chimica, mineralogia, geologia, botanica, zoologia e geographia.

Art. 105. As provas do concurso terão logar dentro do prazo de tres mezes, depois de encerrada a inscripção dos candidatos.

Art. 106. O professor que não comparecer a qualquer das provas segunda, terceira e quarta do concurso, perderá o direito de voto.

Art. 107. Os pontos para as provas do concurso serão formulados pela comissão sobre os assumptos mais importantes das disciplinas da cadeia.

Art. 108. Na prelecção oral, assim como na prova pedagogica, o candidato fallará uma hora sobre o ponto, que lhe couber por sorte. Cada uma dellas deve abranger o assumpto dentro do tempo marcado.

Art. 109. O prazo da prova escripta será de cinco horas, no maximo, e de uma hora o da prova pratica, devendo cada um dos examinadores arguir cada candidato por espaço de 30 minutos, pelo menos.

Art. 110. Um regimento especial organizado pelo conselho de instrucção e approved pelo Governo definirá todo o processo do concurso.

Art. 111. Concluida a ultima prova, serão todas julgadas pela comissão, que emittirá por escripto o juizo fundamentado sobre cada uma dellas e proporá a classificação dos candidatos.

De posse deste parecer e de todos os papeis referentes ao concurso, o conselho de instrucção procederá a votação nominal sobre o merecimento dos candidatos, ficando excluidos os que não obtiverem dous terços dos votos presentes.

Procederá depois igualmente por votação nominal á classificação, em ordem de merecimento, dos candidatos que houverem sido admittidos pela primeira votação. O que obtiver maior somma de votos será proposto ao Governo pelo conselho de instrucção.

No caso de serem dous ou mais candidatos, que obtiverem a maior somma de votos, desempatará o commandante do collegio com o seu voto de qualidade.

Art. 112. O candidato proposto será nomeado pelo Governo.

Art. 113. O concurso será annullado quando tiver havido preterição de qualquer formalidade essencial.

Art. 114. Os candidatos excluidos na fôrma do art. 111 poderão de novo concorrer passados dous annos.

Art. 115. Na falta de candidatos para o primeiro concurso, o conselho de instrucção, findo o prazo para elle marcado, deverá espacal-o por igual tempo. Si durante este novo prazo ninguem se inscrever, ou si forem inhabilitados os candidatos inscriptos, poderá a vaga ser preenchida por nomeação do Governo sobre proposta do conselho de instrucção.

Art. 116. Os professores, bem como os demais empregados do collegio, são sujeitos ao regimen militar.

Art. 117. Terão os professores os mesmos direitos e vantagens de que gosam ou venham a gosar por lei os professores das escolas militares da Republica.

## CAPITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 118. O Collegio Militar terá o seguinte pessoal administrativo:

1 commandante — official superior de corpo especial, pelo menos com o curso das tres armas;

1 ajudante — capitão ou official superior, pelo menos com o curso das tres armas;

1 secretario — official effectivo do Exercito;

1 escriptuario;

2 amanuenses;

1 bibliothecario;

1 quartel-mestre — official effectivo do Exercito;

1 agente — idem, idem;

4 commandantes de companhia — officiaes subalternos ou capitães effectivos do Exercito;

1 medico;

8 inspectores de alumnos;

1 porteiro;

1 enfermeiro;

1 roupeiro;

3 guardas de 1ª classe;

5 guardas de 2ª classe;

Os serventes necessarios.

Art. 119. O commandante do collegio é a primeira autoridade do estabelecimento; suas ordens serão terminantes e obrigatorias para todos os empregados; exerce superior inspecção sobre o cumprimento dos programas de ensino e horario escolar e sobre os exames; fiscaliza todos os mais ramos de serviço do collegio; regula e determina o que pertencer ao mesmo collegio e não for especialmente confiado aos conselhos.

O commandante do collegio é o unico órgão official e legal que põe o estabelecimento em relação com o Ministerio da Guerra.

Art. 120. Serão nomeados por decreto o commandante e o ajudante; os instructores, os commandantes da companhia, quartel-mestre, agente, mestres, inspectores e porteiro, por portaria do Ministerio da Guerra, mediante proposta do commandante; os demais empregados serão nomeados pelo commandante, dependendo de approvação do Governo a nomeação do secretario, escriptuario, amanuenses e bibliothecario.

Art. 121. O commandante, o ajudante, o medico, os officiaes empregados na administração, os inspectores e o porteiro são obrigados a residir no estabelecimento.

Art. 122. O commandante do collegio usará nos actos escolares das insignias de coronel e quanto aos empregados da administração e do magisterio, vigorará o que estiver estabelecido para as escolas militares, cabendo aos inspectores honras de alferes.

Art. 123. Além das attribuições que lhe são dadas, ao commandante incumbem mais:

1.º Corresponder-se directamente, em objecto do serviço do estabelecimento, com qualquer autoridade civil ou militar;

2.º Informar ao Governo sobre as pessoas idoneas para os empregos da administração do collegio, quando não lhe competir a nomeação;

3.º Nomear dentre os empregados da administração, na falta ou impedimento de qualquer delles, quem os substitua provisoriamente, dando logo parte deste acto ao Governo, si o provimento do logar não for de sua competencia;

4.º Dar, por motivo justo, licença aos empregados do collegio sem perda de vencimentos, contante que a licença não exceda de 15 dias;

5.º Informar annualmente ao Governo sobre o comportamento e modo por que desempenham os seus deveres todos os empregados do collegio, que forem de nomeação do mesmo Governo;

6.º Apresentar annualmente ao Governo, por todo o mez de fevereiro, um relatório abreviado do estado do collegio nos seus tres ramos doutrinal, administrativo e disciplinar, comprehendendo os trabalhos do anno findo e o orçamento das despesas para o immediato. No seu relatório proporá os melhoramentos que forem necessarios para a boa administração e disciplina do estabelecimento;

7.º Fazer a divisão de qualquer aula, quando o numero de alumnos ou a hygiene escolar exigir esta medida;

8.º Rubricar todos os livros de escripturação do collegio e ordenar as despesas de prompto pagamento;

9.º Mandar de tres em tres mezes aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, informações relativas ao procedimento e applicação dos mesmos alumnos;

10. Tomar as providencias que forem urgentes e não importarem augmento de despesa;

11. Dar posse aos professores e mais empregados do collegio;

12. Nos casos de offensas graves á moral, demittir o empregado

delinquente, si for de sua nomeação, e suspender o que for de nomeação do Governo, até à decisão deste ;

13. Poder requisitar, por necessidade justificada perante o Ministerio da Guerra, officiaes subalternos de corpos especiaes ou alferes alumnos para auxiliarem o serviço ;

14. Passar a externo o alumno cuja permanencia no estabelecimento, durante a noite, seja inconveniente ;

15. Representar ao Governo sobre qualquer caso omisso neste regulamento e propor as modificações que lhe dictarem a pratica e as necessidades do ensino ;

16. Designar qualquer official em serviço no estabelecimento para auxiliar o ensino theorico ou pratico.

Art. 124. Ao ajudante, o qual accumulará o cargo de commandante do corpo de alumnos, além do que lhe incumbe segundo outras disposições deste regulamento, compete :

1.º Substituir o commandante do collegio em seus impedimentos ;

2.º Dirigir e fiscalizar o serviço feito pelos commandantes das companhias de alumnos ;

3.º Inspeccionar o serviço geral do estabelecimento para que este se faça conforme as disposições em vigor ;

4.º Receber e transmittir as ordens do commandante, detalhar o serviço geral, ordinario e extraordinario do collegio ;

5.º Participar diariamente ao commandante tudo quanto occorrer no collegio e que mereça ser levado ao seu conhecimento ;

6.º Verificar e rubricar todos os documentos de receita e despesa relativos ao collegio e fazel-os chegar ás mãos do commandante ;

7.º Policiar o estabelecimento ;

8.º Fiscalizar o emprego e consumo das munições de guerra ;

9.º Requirir os objectos de que se careça para a reparação e conservação do material de guerra ;

10. Fiscalizar a conservação de todo o edificio do collegio e suas dependencias, bem como a mobilia e material do ensino ;

11. Receber dos professores, instructores, mestres e inspectores, informações relativas ao procedimento e applicação dos alumnos ;

12. Instruir os negocios que subirem ao conhecimento do commandante, assim relativos á parte disciplinar, como á economica do estabelecimento ;

13. Propor ao commandante tudo quanto lhe parecer conveniente ao bom andamento e progresso do collegio.

Art. 125. Nos impedimentos do ajudante, será este substituido pelo official mais graduado dentre os instructores e o pessoal administrativo.

Art. 126. Ao secretario, além do que lhe é prescripto por estas disposições regulamentares, incumbe :

1.º Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official sob as ordens do commandante e segundo suas instrucções ;

2.º Distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos da secretaria ;

3.º Fornecer as precisas informações e encaminhar todos os requerimentos feitos ao commandante do collegio ;

4.º Escrever, registrar e archivar a correspondencia reservada ;

5.º Lavrar os termos de exame e as actas das sessões dos conselhos de instrução, disciplinar e economico ;

6.º Preparar os esclarecimentos que devam servir de base aos relatorios do commandante ;

7.º Fazer escrever sob sua responsabilidade as alterações occorridas com todos os empregados do collegio, alterações das quaes serão trimesalmente, segundo as ordens em vigor, remettidas certidões authenticas ás repartições competentes ;

8.º Registrar em um livro especial as faltas ou pontos do pessoal docente do collegio ;

9.º Assignar os termos de matricula e o registro de faltas dos alumnos ;

10. Escripturnar os livros de termos de nomeação de todos os funcionarios ;

11. Avisar os membros constituintes das mesas examinadoras e annunciar os dias do exame e communicar os em que se deve reunir o conselho de instrução ;

12. Propor ao commandante tudo quanto for a bem do serviço da secretaria ;

13. Mandar lavrar e subscrever os contractos que devam ser assignados pelo commandante.

Art. 127. Ao escriptuario incumbem :

1.º Lavrar todos os contractos que devam ser assignados pelo commandante ;

2.º Fazer toda a escripturação relativa á contabilidade e lavrar todos os termos do conselho economico ;

3.º Fazer diariamente o ponto dos empregados e extrahir no fim do mez um resumo para os fins convenientes ;

4.º Fazer toda a escripturação que lhe for distribuida pelo secretario e que não pertença especialmente a outro empregado.

Art. 128. Aos amanuenses cumpre executar os trabalhos do expediente que lhes forem distribuidos pelo secretario e conservar em dia a escripturação a seu cargo.

A um dos amanuenses incumbem, alem disso :

1.º Fazer annualmente o indice das deliberações do commandante e dos conselhos, que contiverem disposições permanentes ;

2.º Lançar no livro da porta os despachos cujo conhecimento interesse ás partes ;

3.º Inventariar todos os objectos pertencentes á secretaria e suas dependencias.

O outro amanuense é encarregado do archivo e conservará em boa ordem todos os papeis da secretaria, segundo as instruções que receber do secretario.

Art. 129. Aos commandantes de companhia, alem de suas obrigações geraes e do que lhes é preceituado por este regulamento, cabe ainda :

1.º Applicar todo o seu zelo e esforço para que os alumnos procedam com a mais rigorosa correção e sejam sollicitos no



cumprimento dos seus deveres dentro e fóra do estabelecimento;

2.º Fazer manter a maior ordem e asseio nos alojamentos de suas companhias;

3.º Participar diariamente ao ajudante tudo quanto occorrer com os alumnos de sua companhia o que mereça ser levado ao conhecimento do commandante do collegio;

4.º Apresentar annualmente uma relação dos alumnos, na qual venha mencionado o seguinte: gradações, nomes, datas de matricula, idade, premios, castigos e indicação dos annos do curso em que se acham matriculados;

5.º Fazer a escripturação de todas as alterações occorridas com o pessoal de suas companhias.

Art. 130. Ao medico incumbem:

1.º Prestar os soccorros de sua arte que se tornarem precisos, por occasião de qualquer accidente, bem como tratar em suas enfermidades os individuos pertencentes ao collegio e nelle residentes ou em suas dependencias;

2.º Proceder á inspecção de saude nos individuos que o commandante designar;

3.º Revaccinar os alumnos do collegio;

4.º Examinar a qualidade das drogas e remedios que receitar, antes de applicados aos enfermos, dando parte ao commandante de qualquer anormalidade que encontre não só a este respeito como em relação ás dietas e mais serviços da enfermaria;

5.º Examinar as refeições dos alumnos;

6.º Apresentar ao commandante do collegio no primeiro dia de cada mez um mappa nosologico dos alumnos tratados na enfermaria durante o mez antecelente, com as respectivas observações;

7.º Dar instrucções e pedir as providencias que forem necessarias para que o serviço da enfermaria e da ambulancia se faça do melhor modo possivel;

8.º Communicar immediatamente ao commandante qualquer caso suspeito de molestia infecto-contagiosa que se manifeste no estabelecimento, indicando a necessidade de prompta remoção dos alumnos acommettidos, os quaes não poderão ser tratados no collegio sob pretexto algum;

9.º Communicar sem perda de tempo ao commandante o estado do alumno acommettido de molestia grave, afim de que seja elle removido do collegio para a casa de seus paes, ou, não havendo quem suas vezes faça, para logar conveniente;

10. Dar instrucções por escripto ao enfermeiro sobre a applicação dos remedios, dietas e o mais que convier ao tratamento dos alumnos;

11. Notar no livro da enfermaria o dia em que os alumnos nella entram ou sahem, consignando o diagnostico formulado sobre as molestias que soffreram.

Art. 131. Haverá uma enfermaria e ambulancia de medicamentos para uso dos alumnos.

§ 1.º Deverá a enfermaria satisfazer os principios de hygiene

escolar, contendo accommodações separadas onde se devam recolher os alumnos enfermos segundo a sua idade ou desenvolvimento physico.

§ 2.º Será a enfermaria estabelecida em uma das dependencias do collegio e quanto possivel distante das salas de aula e de estudo e de outros logares frequentados pelos alumnos em seus trabalhos collegiaes.

§ 3.º Em obediencia a principios sanitarios elementares que devem presidir á organização das casas de ensino, e de accordo com o significado da palavra ambulancia (creação hospitalar temporaria), sómente podem ser tratados no collegio alumnos accommettidos de enfermidades leves ou accidentaes, e bem assim será limitado o numero e qualidade de medicamentos na ambulancia contidos.

§ 4.º Conterá esta pequena pharmacia collegial : 1.º, substancias medicamentosas proprias para a primeira applicação nos casos de epidemias reinantes nesta Capital : 2.º, medicamentos applicaveis a certos accidentes communs na vida collegial, como incisões ou talhos, queimaduras, contusões, hemorragia nasal, luxações, fracturas, etc.

Art. 132. Ao quartel-mestre, além do que já lhe foi prescripto, compete :

1.º Fazer e assignar os pedidos de tudo quanto for necessario para o ensino e demais ramos de serviço do collegio, e do que for requisitado pelo ajudante, para reparação e conservação do material escolar e de guerra ;

2.º Receber, arrecadar e distribuir, conforme as necessidades do serviço, todo o material, dando sahida aos objectos que estiverem sob sua guarda, por meio de notas em um livro, com declaração da natureza e preços desses objectos, da pessoa a quem foram entregues e em virtude do que ordem ;

3.º Receber e ter sob sua guarda todas as peças de armamento, equipamento e fardamento, instrumental e utensilios, pertencentes ao collegio, e de que não estejam particularmente encarregados outros empregados ;

4.º Escripturar em um livro todos os objectos recebidos e entrados para a arrecadação a seu cargo, declarando o dia da entrada, a sua procedencia e o preço de cada um ;

5.º Fazer as folhas relativas aos vencimentos dos empregados superiores e subalternos, receber a importancia dessas folhas na repartição competente e effectuar os respectivos pagamentos.

Art. 133. O agente é especialmente encarregado do rancho dos alumnos ; é immediato fiscal da despesa, do serviço do refeitório e da cozinha, e do asseio dessas dependencias do estabelecimento ; faz as compras de tudo quanto for preciso para o rancho e cozinha e lhe for ordenado.

Para as compras em grosso se farão os necessarios annuncios com a devida antecedencia, sendo preferidos os negociantes cujas propostas forem mais vantajosas. Uma commissão composta de membros do conselho economico examinará os objectos que entra-

rem para o estabelecimento. A essa comissão se reunirá o medico, quando se tratar de generos alimenticios.

O commandante poderá encarregar qualquer empregado da administração do collegio de algumas das compras que se houverem de fazer.

O agente terá um livro de carga e descarga de todos os objectos que estiverem sob sua guarda e responsabilidade.

Art. 134. Ao bibliothecario incumbe :

1.º A guarda e conservação dos livros, mappas, globos, quadros e objectos de qualquer natureza, bem como das memorias e mais papeis ou manuscritos ;

2.º Ter em boa ordem e devidamente catalogados os livros e mais papeis da bibliotheca ;

3.º A escripturação da entrada de livros e mais objectos, por compra, doativo, ou distribuição ;

4.º Propôr ao commandante a compra de livros que interessem ao ensino do collegio ;

5.º Ministrar aos officiaes, aos membros do corpo docente e aos alumnos as obras que desejarem consultar, não sendo permittido o emprestimo de livros da bibliotheca.

Art. 135. Ao inspector cumpre :

1.º Vigiar com todo zelo e solicitude o procedimento e applicação dos alumnos, inspirando-se para esse delicado encargo nos salutaes principios da moderna arte de educação, usando de moderação e delicadeza, aconselhando paternalmente aos alumnos e dando-lhes constantes e evidentes exemplos do cumprimento pontual do dever ;

2.º Cumprir todas as ordens que lhe forem determinadas pelo ajudante e official de serviço ;

3.º Apresentar ao ajudante, por intermedio do official de serviço, um relatorio do que houver acontecido na classe, especialmente no que se referir ao procedimento e applicação dos alumnos ;

4.º Tomar conhecimento dos trabalhos prescriptos aos alumnos pelos professores, quer sejam elles relativos ao estudo, quer ao cumprimento de penas ;

5.º Acompanhar os alumnos á entrada e sahida das aulas, e attentamente observal-os nas salas de estudo e durante a hora de recreio, animando-os em seu trabalho ;

6.º Examinar os livros e as mesas de estudos dos alumnos, não perdendo occasião de pôr em relevo os deveres inherentes ao asseio e civilidade ;

7.º Comer á mesa com os alumnos, prescrevendo-lhes regras de civilidade relativas ao acto da refeição ;

8.º Não recolher-se ao respectivo cubiculo dos dormitorios sem que estejam todos os alumnos accommodados e dormindo ;

9.º Observar, além do que se passa na classe a seu cargo, tudo quanto de irregular occorrer no movimento geral dos alumnos ;

10. Não se ausentar da classe a seu cargo sem prévia licença,

Os inspectores são auxiliares do ajudante e do official do estado-maior.

Art. 136. Ao porteiro incumbe :

1.º A guarda, cuidado e fiscalização da limpeza das salas, onde funcionarem as aulas e os conselhos, compartimento do commandante, secretaria, archivo, moveis e mais objectos existentes nessas dependencias do collegio ;

2.º A recepção dos papeis e requerimentos das partes para lhes dar a conveniente direcção ;

3.º A distribuição dos guardas para o serviço das aulas e exercicios, rouparia, enfermaria e outros misteres, de conformidade com as ordens do ajudante ;

4.º A expedição da correspondencia que lhe for entregue, correspondencia que inventariará ;

5.º Registrar diariamente o ponto dos alumnos ;

6.º Fazer diariamente o ponto dos empregados e extrahir no fim do mez um resumo para os fins convenientes ;

7.º A distribuição dos serventes para os trabalhos que forem necessarios ;

8.º Residir no estabelecimento e ter sob sua guarda as chaves da portaria e da secretaria.

Art. 137. Ao enfermeiro compete :

1.º Ter todo o cuidado com o asseio e boa disposição da enfermaria ;

2.º Cumprir exactamente o que for prescripto pelas receitas medicas ;

3.º Tratar com toda a delicadeza e carinho os alumnos enfermos ;

4.º Levantar ao conhecimento do ajudante os pedidos sobre medicamentos, e ao do arente os pedidos sobre dietas ;

5.º Observar com solicitude os phenomenos morbidos que se passarem durante a ausencia do medico, dando a este communicação exacta de quanto tiver observado.

Art. 138. O roupeiro tem a seu cargo :

1.º Receber da autoridade competente o enxoval dos alumnos ;

2.º Marcar com o numero designado cada peça do enxoval ;

3.º Ter escrupuloso cuidado com a roupa dos alumnos depositada nos armarios da rouparia ;

4.º Entregar, mediante rol, ao encarregado da lavagem e engominação a roupa dos alumnos, e bem assim as peças do uso do refeitório, copa, cozinha e enfermaria ;

5.º Receber a roupa lavada e engommada, verificando si está de accordo com o rol e se acha tratada com cuidado e asseio ;

6.º Assentar em livro proprio o recebimento do enxoval dos alumnos ;

7.º Entregar ao alumno que se retirar do collegio as peças do enxoval que nesta occasião possuir, do que lavrará nota em um livro para este fim destinado.

Paragrapho unico. O roupeiro será conjuvado pelos guardas e serventes que forem precisos.

Deverá o roupeiro, no caso de verificar qualquer infracção das clausulas do contracto, por parte do encarregado da lavagem o engommado da roupa, levar o facto ao conhecimento do ajudante ou do official do estado-maior.

Art. 139. Os guardas tem a seu cargo verificar a presença dos alumnos nas aulas e cumprir as ordens relativas aos demais serviços que lhes forem detalhados.

Art. 140. Serão admittidos os serventes que bastem ás necessidades do estabelecimento, e todas as obrigações que lhes couberem serão reguladas pela autoridade competente.

## TITULO V

### DOS CONSELHOS

#### CAPITULO I

##### DO CONSELHO DE INSTRUÇÃO

Art. 141. O conselho de instrucção se compõe do commandante, como presidente, dos professores e dos auxiliares do ensino theorico.

Quando se tratar do ensino pratico, tambem fãõ parte dello os instructores, os commandantes de companhia e mestres ; e, em se tratando de assumpto relativo à hygiene escolar, tambem fará parte deste conselho o medico do estabelecimento.

Art. 142. São attribuições privativas do conselho de instrucção:

1.º Organizar, para serem adoptados depois de approvação do Governo, programmas circumstanciados para o ensino ;

2.º Organizar o regimento especial dos concursos de que trata o art. 110 ;

3.º Organizar, além dos respectivos programmas, o horario, e approvar os compendios que devam ser adoptados nas aulas ;

4.º Organizar os programmas dos exames do collegio ;

5.º Propor as reformas e melhoramentos que convier introduzir no ensino do collegio ;

6.º Prestar as informações e dar os pareceres que lhe forem exigidos pelas autoridades competentes ;

7.º Elegar os dous examinadores e o juiz dos concursos, apreciar o resultado destes e propor quem no seu entender está no caso de ser nomeado ;

8.º Decidir as inscrições no — Quadro de honra — e outras distincções conferidas aos alumnos, à vista das propostas dos respectivos professores ;

9.º Elaborar cuidadosamente o programma dos exames de *madureza* ;

10. Organizar a commissão julgadora desses exames;

11. Organizar, para ser presente ao ministro da guerra, a relação nominal dos alumnos com direito ás medalhas de ouro, ouvido o conselho de disciplina;

12. Propor, de accordo com o conselho de disciplina, a pena consagrada no art. 46, n. 10;

13. Arbitrar a gratificação de que trata o art. 95, *in fine*.

Art. 143. Além das reuniões do conselho de instrucção previstas pelas disposições deste regulamento, poderá o commandante marcar outras, sempre que o exigir a conveniencia do ensino.

Art. 144. Os avisos para a reunião do conselho de instrucção serão por escripto a cada um dos membros do mesmo conselho, designando o dia, a hora e a materia de que se deverá tratar, quando esta não houver sido dada em sessão anterior.

Art. 145. O conselho de instrucção não poderá exercer suas funções sem que se reunam mais de metade do numero total de seus membros, que estiverem em exercicio do magisterio.

Art. 146. Ao presidente do conselho de instrucção, além de seu voto como membro do mesmo conselho, compete intervir com o voto de qualidade, nos casos de empate.

Art. 147. O presidente não poderá ter exercicio em nenhuma das commissões que, por conveniencia do ensino, designar o conselho de instrucção.

Art. 148. Sempre que for conveniente, tres ou mais membros do conselho, por escolha do presidente, serão commissionados para emittir pareceres, preparar trabalhos, ou para tudo quanto for conducente ao bem do ensino.

Art. 149. Será secretario do conselho o secretario do collegio, e a este funcionario, não sendo professor, não assiste o direito de votar, nem de discutir, podendo porém usar da palavra para alguma explicação, quando assim determinar o presidente do conselho.

Art. 150. As pessoas que, sem pertencerem ao quadro effectivo do corpo docente, estiverem no exercicio do professorado regendo aulas, também terão assento no conselho de instrucção, não podendo contudo tomar parte naquellas sessões em que se tratar de materias concernentes a concurso.

Art. 151. Verificada pelo secretario a presenca do numero legal de membros do conselho, dar-se-ha principio aos trabalhos de cada sessão com a leitura, feita pelo mesmo secretario, da acta da sessão antecedente, a qual será posta em discussão e submettida á votação, entendendo-se que foi unanimemente approvada sempre que não se suscitem reclamações contra sua fidelidade.

Art. 152. Os membros do conselho que entenderem que na acta não se acham expostos os factos com a devida exactidão, terão o direito de enviar á mesa as suas emendas escriptas, approvadas as quaes serão feitas de accordo com ellas as rectificações reclamadas, escrevendo o secretario uma nova acta, que deverá ser lida e de novo submettida á discussão e votação na sessão seguinte.

Art. 153. As actas depois de approvadas serão assignadas pelo presidente e mais membros da congregação que se acharem presentes.

O secretario assignará em ultimo logar.

Art. 154. Em seguida á votação da acta se passará ao objecto para que foi reunido o conselho de instrucção.

Art. 155. As sessões não se prolongarão por mais de duas horas, reservando-se a ultima meia hora para a apresentação e discussão, no caso de urgencia, de quaesquer propostas ou indicações.

Art. 156. Si por falta de tempo não se concluir em uma sessão o debate de qualquer indicação ou proposta, ficará adiada como materia principal da ordem do dia para a primeira sessão, a qual será convocada com a maior brevidade.

Art. 157. A todo membro do conselho assiste o direito de requerer verbalmente que se prorogue a sessão até mais uma hora. O requerimento de prorrogação será muito concisamente justificado e sem debate submettido á votação.

Art. 158. O conselho tratará das questões que lhe forem submettidas, ou directamente, ou por meio de commissões que elegerá para o estudo das mesmas questões.

Art. 159. A nenhum membro do conselho será permitido usar da palavra mais de duas vezes na mesma discussão, exceptuando-se os proponentes de qualquer projecto e os relatores de commissões, que poderão usar da palavra até tres vezes.

Art. 160. As votações do conselho de instrucção serão reguladas pelos processos seguidos nas congregações das escolas militares.

Art. 161. O serviço do conselho de instrucção prefere a qualquer outro no estabelecimento.

## CAPITULO II

### DO CONSELHO DISCIPLINAR

Art. 162. Este conselho se comporá do commandante, do ajudante e dos commandantes de companhia. Nelle funcionará o secretario do collegio.

Art. 163. Além das attribuições que lhe são conferidas neste regulamento, compete mais :

1.º Consultar sobre aos meios apropriados para manter a policia geral, a ordem interna e a moralidade do estabelecimento ;

2.º Tomar conhecimento das faltas graves que os alumnos commetterem assim de que se cumpra o preceituado relativamente á distribuição e applicação das penas.

## CAPITULO III

### DO CONSELHO ECONOMICO

Art. 164. Ao conselho economico incumbe :

1.º Administrar não só os fundos do rancho dos alumnos, como tambem os destinados a outras verbas de dispendio ;

2.º Conhecer do estado do cofre mensalmente, fazer os orçamentos, verificar os documentos de despeza e estabelecer os processos indispensaveis para se julgar de sua moralidade;

3.º Consultar sobre todos os objectos attinentes ao material do estabelecimento.

Art. 165. São clavicularios do cofre o commandante do collegio e o ajudante.

Art. 166. Os dinheiros que tiverem de entrar para o collegio serão recebidos pelo quartel-mestre.

Art. 167. Os fornecimentos de qualquer natureza que sejam serão contractados pelo conselho economico, mediante concorrência.

Art. 168. O commandante convocará as reuniões deste conselho sempre que julgar conveniente.

Art. 169. As deliberações do conselho economico deverão conformar-se, no que for applicavel, com as disposições do regulamento approved pelo decreto n. 1649 de 6 de outubro de 1855.

Art. 170. As deliberações dos conselhos, que contiverem disposições permanentes para o serviço escolar, não terão effeito sem approvação do Governo.

## TITULO VI

### DAS DEPENDENCIAS DO COLLEGIO E SEU MATERIAL

Art. 171. Para que melhor ministrado seja o ensino, principalmente o concreto ou pratico, haverá no collegio :

1.º Uma bibliotheca, contendo livros, mappas, globos, cartas, revistas e quaesquer outros trabalhos que possam interessar ao corpo docente, alumnos e officiaes do estabelecimento;

2.º Um gabinete e laboratorio necessarios ao estudo de noções de sciencias physicas e naturaes;

3.º Sala de armas, contendo os objectos para o ensino de esgrima;

4.º Campo de exercicio e linha de tiro;

5.º Picadeiro;

6.º Apparelhos necessarios ao ensino de natação e ao exercicio de gymnastica;

7.º Armamento, equipamento e munições para o exercicio das tres armas;

8.º Cavallos e muares para os exercicios;

9.º Alças e alvos;

10. Um museo militar, contendo os differentes systemas de armas brancas ou de fogo, specimens diversos de munições de guerra, petrechos bellicos e tudo quanto possa interessar a esta natureza de ensino.

Art. 172. A direcção do museo ficará a cargo do instructor de artilharia, sem remuneração alguma por este serviço.

Art. 173. O Governo e o commandante combinarão os meios de levar a effeito a organização da bibliotheca e do museo.



Art. 174. Quanto à mobília e ao material do ensino, observar-se-hão os preceitos aconselhados pela pedagogia moderna.

Art. 175. Deverá ser cuidadosamente observada a hygiene escolar, havendo toda a solicitude nas condições das salas, da luz, do ar, collocação dos bancos e da attitude dos alumnos em classe.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 176. Fica extincta a classe dos adjuntos, de que trata o art. 23 do regulamento approved pelo decreto n. 371 de 2 de maio de 1890, sendo os actuaes adjuntos elevados à categoria de professores.

Art. 177. As primeiras nomeações para o provimento das cadeiras creadas pelo plano de ensino do presente regulamento serão feitas por livre escolha do Governo.

Art. 178. O accrescimento de despeza resultante da decretação deste regulamento e não previsto no orçamento da Guerra, correrá por conta da renda do patrimonio do Asylo dos Invalidos da Patria, de que trata o art. 4°.

Art. 179. As pensões taxadas no art. 31 deste regulamento só são applicaveis aos menores que se matricularem no collegio, da data deste regulamento em deante, ficando os actuaes alumnos sujeitos ao pagamento das pensões estipuladas no art. 68 do regulamento transacto.

Art. 180. São permittidos, como jogos escolares, os que, a juizo do commandante, concorrerem para desenvolver a força e destreza dos alumnos, sem pôrem em risco a sua saúde.

Art. 181. Para cada companhia de alumnos deverá ser limitada a área dos recreios, a qual será convenientemente arborizada. Dessa área será um espaço de extensão razoavel protegido por um barracão, aonde durante os recreios se recolham os alumnos em dias humidos ou de sol ardente.

Este barracão poderá servir igualmente para a aula de exercicios gymnasticos.

Art. 182. E' prohibido organizar no collegio, entre os alumnos, rifas, collectas, ou subscrições, seja qual for o motivo.

Art. 183. O commandante accommodará a direcção dos estudos do collegio de modo que, sem prejuizo dos alumnos já matriculados, no principio do corrente anno seja posto em execução o plano de ensino delineado no presente regulamento.

Art. 184. Nos casos não previstos nos artigos deste regulamento, tomará o commandante as necessarias providencias:

1.º De conformidade com o preceituado no regulamento das escolas militares do Exercito;

2.º De accordo com a legislação commum;

3.º Segundo o seu criterio e experiencia até definitiva decisão do ministro da guerra.

Art. 185. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, 2 de março de 1892. — *Custodio José de Mello*.

## A

Tabella de vencimentos dos empregados do Collegio Militar

| EMPREGOS                         | VENCIMENTO ANNUAL |              | OBSERVAÇÕES                                                             |
|----------------------------------|-------------------|--------------|-------------------------------------------------------------------------|
|                                  | Ordenado          | Gratificação |                                                                         |
| <i>Da administração</i>          |                   |              |                                                                         |
| Commandante.....                 | 2:800\$           |              | E vencimentos de comissão activa de engenheiros, como chefe.            |
| Ajudante.....                    | 2:200\$           |              | E vencimentos de comissão activa de engenheiros.                        |
| Secretario.....                  | 1:200\$           |              | E vencimentos de comissão de residencia                                 |
| Escripturario.....               | 1:600\$           | 800\$        |                                                                         |
| Amanuense.....                   | 1:000\$           | 600\$        |                                                                         |
| Bibliothecario.....              |                   | 600\$        | E vantagens geraes, si for militar.                                     |
| Quartel-mestre.....              |                   | 600\$        | E vencimentos de comissão de residencia.                                |
| Agente.....                      |                   | 600\$        | Idem idem.                                                              |
| Medico.....                      |                   | 600\$        | E vencimentos de serviço sanitario, como encarregado de enfermaria.     |
| Commandante de companhia...      |                   | 600\$        | E vencimentos de comissão de residencia.                                |
| Inspector de alumnos.....        | 1:300\$           | 700\$        |                                                                         |
| Porteiro.....                    | 1:300\$           | 700\$        |                                                                         |
| Enfermeiro.....                  | 1:000\$           | 500\$        |                                                                         |
| Roupeiro.....                    | 1:200\$           | 600\$        |                                                                         |
| Guarda de 1ª classe.....         | 800\$             | 400\$        |                                                                         |
| Guarda de 2ª classe.....         | 600\$             | 300\$        |                                                                         |
| Servente.....                    |                   |              | Uma diaria que não exceda de 2\$000.                                    |
| <i>Do magisterio</i>             |                   |              |                                                                         |
| Professor.....                   |                   |              | O que compete ou vier a competir aos professores das escolas militares. |
| Instructor.....                  |                   | 600\$        | E vencimentos de comissão de residencia.                                |
| Mestre de esgrima (paisano)...   | 1:000\$           | 500\$        |                                                                         |
| Mestre de esgrima (militar)..... |                   | 1:200\$      |                                                                         |
| Mestre de gymnastica.....        | 1:000\$           | 500\$        | E vantagens geraes.                                                     |
| Mestre de musica.....            | 1:000\$           | 500\$        |                                                                         |

## OBSERVAÇÃO

Os professores que forem officiaes do Exercito, além dos vencimentos consignados nesta tabella, perceberão o soldo de suas patentes.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, 2 de março de 1892.— Custodio José de Mello.

**B**  
**COLLEGIO MILITAR**  
**Tabella de distribuição das peças de fardamento e enxoval dos alumnos deste collegio**

| EPOCA<br>DE DISTRIBUIÇÃO                       | TEMPO DE DURAÇÃO |                                                                      |         |        |
|------------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------------|---------|--------|
|                                                | 2 mezes          | 4 mezes                                                              | 6 mezes | 1 anno |
| Na occasião da matricula e durante o anno..... | 1                | Botinas de couro amarello. .                                         |         |        |
|                                                | 1                | Botinas de verniz.                                                   |         |        |
|                                                | 0                | Camisas de linho com collarinhos.                                    |         |        |
|                                                | 0                | Ceroulas de cretone.                                                 |         |        |
|                                                | 0                | Escova para dentes.                                                  |         |        |
|                                                | 2                | Gravatas de seda preta.                                              |         |        |
|                                                | 0                | Lenços de linho.                                                     |         |        |
|                                                | 9                | Pares de meias.                                                      |         |        |
|                                                | 1                | Calça de baetilha.                                                   |         |        |
|                                                | 9                | Calças de brim pardo.                                                |         |        |
|                                                | 1                | Calça de elastico.                                                   |         |        |
|                                                | 2                | Calças de brim branco.                                               |         |        |
|                                                | 3                | Camisolas de moirin para dormir.                                     |         |        |
|                                                | 2                | Camisas de flanelia para dormir.                                     |         |        |
|                                                | 1                | Calção para banho.                                                   |         |        |
|                                                | 1                | Capacete com emblema e tres capas sendo duas brancas e uma de oleado |         |        |
|                                                | 2                | Colchas de chita.                                                    |         |        |
|                                                | 1                | Cinto para gymnastica.                                               |         |        |
|                                                | 1                | Chinelas de couro (par).                                             |         |        |
|                                                | 1                | Dolman de baetilha.                                                  |         |        |
|                                                | 1                | Dolmans de brim pardo.                                               |         |        |
|                                                | 4                | Dolman de elastico.                                                  |         |        |
|                                                | 4                | Meonhas lisas.                                                       |         |        |
|                                                | 4                | Gorros de brim pardo.                                                |         |        |
|                                                | 1                | Gorro de baetilha.                                                   |         |        |
|                                                | 6                | Guardanapos.                                                         |         |        |
|                                                | 4                | Longos de cretone.                                                   |         |        |
|                                                | 1                | Platinas (par).                                                      |         |        |
|                                                | 1                | Pente fino.                                                          |         |        |
|                                                | 1                | Pente de alisar.                                                     |         |        |
|                                                | 1                | Sapatos de corda (par).                                              |         |        |
|                                                | 1                | Tesoura de unhas.                                                    |         |        |
|                                                | 2                | Toalhas felpudas para banho.                                         |         |        |
|                                                | 6                | Toalhas felpudas para rosto.                                         |         |        |
|                                                | 1                | Almofida.                                                            |         |        |
|                                                | 1                | Capote de panno.                                                     |         |        |
|                                                | 1                | Cobertor de la encarnado.                                            |         |        |
|                                                | 1                | Colchao.                                                             |         |        |
|                                                | 2                | Colchas brancas.                                                     |         |        |

Observação — As peças sem tempo determinado só serão substituidas quando forem julgadas inseguíveis.

As peças de enxoval, que na época da distribuição estiverem em condições de servir ainda por tempo igual ao de sua duração, não serão dadas.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, 2 de março de 1892. — Custodio José de Mello.

## C

**Relação das peças de enxoval que são fornecidas aos alumnos gratuitos, de accordo com a tabella de distribuição**


---

|                                                                         |   |
|-------------------------------------------------------------------------|---|
| Botinas, pares.....                                                     | 6 |
| Calça de baetilha.....                                                  | 1 |
| Ditas de brim pardo.....                                                | 6 |
| Dita de elasticotina.....                                               | 1 |
| Ditas de brim branco.....                                               | 2 |
| Capiceto com emblema e tres capas, sendo duas brancas e uma de algodão. | 1 |
| Capote de panno.....                                                    | 1 |
| Cobertor de lã encarnada.....                                           | 1 |
| Dolman de baetilha.....                                                 | 1 |
| Ditas de brim pardo.....                                                | 4 |
| Dito de elasticotina.....                                               | 1 |
| Gorro de baetilha.....                                                  | 1 |
| Ditas de brim pardo.....                                                | 4 |
| Platinas, par.....                                                      | 1 |

---

**DECRETO N. 751 — DE 3 DE MARÇO DE 1892**

Muda a categoria do Consulado Geral na Suecia e Noruega.

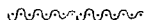
O Marechal Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que o Consulado Geral na Suecia e Noruega, creado pelo decreto n. 150 de 14 de janeiro de 1890, passe a Consulado.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 752 — DE 3 DE MARÇO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito de 1.268:156\$250 para occorrer ás despesas com o serviço de —Esgotos da cidade— no primeiro semestre do corrente exercicio.

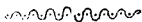
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, nòs termos da authorisação que lhe foi concedida pelo § 2º do art. 8º da lei n. 26 de 30 de dezembro do anno proximo findo, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito de mil duzentos e sessenta e oito contos cento e cincoenta e seis mil duzentos e cincoenta réis (1.268:156\$250), além de ser applicado ás despesas do serviço de —Esgotos da cidade— no primeiro semestre do corrente exercicio.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 3 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 753 — DE 5 DE MARÇO DE 1892

Manda adoptar o fardamento para apresentações, rondas de theatros e passeio dos officiaes do Corpo de Bombeiros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista da proposta do commandante do Corpo de Bombeiros, resolve mandar que se adopte como 2º uniforme para as apresentações, rondas de theatros e passeio dos officiaes do mesmo corpo, além do que se achava estabelecido nas disposições respectivas do capitulo 8º do regulamento approvado pelo decreto n. 9829 de 31 de dezembro de 1887, o fardamento constante da descripção que com este baixa assignada pelo engenheiro Antão Gonçalves de Faria que assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

**Descrição a que se refere o decreto n. 753 desta data**

**DOLMAN**

Para apresentações, rondas aos theatros e passeio.— De panno azul escuro, sem bolsos externos, abotoado ao centro e interiormente por botões pretos, guarnecido na frente, em volta e nas costuras lateraes das espaldas, de cadarço de seda trançado em losango, tendo de comprimento o comprimento do braço estendido até ao meio da palma da mão, com abertura do lado esquerdo para a espada quando suspensa em gancho do talim. Gola de velludo azul com distinctivo igual ao modelo, bordada a ouro, de um e outro lado da frente. Platinas como as do modelo. Alamares de cadarço de seda igual á guarnição do dolman, formados de dous ramos separados por velludo azul e terminados em ponta. Dezeséis botões, collocados nas pontas dos alamares, de um e outro lado do peito, formando couraça; botões dourados brilhantes com o distinctivo do corpo. Carcellas de velludo azul com tres botões dourados, brilhantes, iguaes aos grandes no distinctivo.— Calça — De panno azul escuro, com duas bandas de cadarço, igual ao do dolman, em cada perna, separadas por uma banda de velludo azul de um centimetro de largura.— Bonnet— Kepi de panno azul escuro, com uma cinta de velludo azul, guarnecido de tres tranças parallelas nos extremos das dous maiores diâmetros, com arabesco de cordão de ouro na parte alta, galão de ouro e emblema bordado sobre velludo conforme o modelo. Capa de brim de linho branco, para o verão, e de oleado para o tempo chuvoso.

Capital Federal, 5 de março de 1892.— *Antônio Gonçalves de Faria.*



**DECRETO N. 754 — DE 7 DE MARÇO DE 1892**

Crea dous logares de ajudantes da locomoção e do trafego na Estrada de Ferro Central do Brazil, especialmente encarregados do serviço no respectivo trecho da Cachoeira a S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a Estrada de Ferro Central do Brazil não apresenta, na linha que se dirige a S. Paulo, uniformidade de bitolas ;

Considerando que desse facto resulta a necessidade de baldeação de mercadorias no ponto de junção das duas bitolas;

Considerando que dahi resulta tambem que o material rodante de bitola estreita não pôde ser transportado para as officinas desta Capital e que na estação do Norte existe uma officina regularmente montada onde esse material é convenientemente reparado;

Considerando ainda que o trafego da linha da Cachoeira a S. Paulo tem tomado grande desenvolvimento e que seu movimento se manifesta com maior intensidade das estações intermediarias para a do Norte, e por conseguinte independentemente do que se realiza desta Capital para a Cachoeira, donde procede que qualquer irregularidade que se dê no trafego daquella linha prejudica o da linha de bitola larga pela accumulção de cargas que se dá na Cachoeira;

Considerando finalmente que os logares de chefes do trafego e da locomoção já se acham sobrecarregados de trabalhos que impedem a acção directa desses funcionarios em relação á linha de bitola estreita:

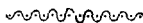
Resolve crear mais dous logares de ajudantes da locomoção e do trafego, directamente encarregados dos trabalhos respectivos da Estrada, da Cachoeira a S. Paulo, ficando ambos sujeitos á administração central da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o faça executar.

Capital Federal, 7 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



#### DECRETO N. 755 — DE 8 DE MARÇO DE 1892

Crea a 1ª companhia do Corpo de Bombeiros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do que dispõe o n. 8 do art. 8º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve tornar effectiva a criação da 4ª companhia do mesmo corpo, nos termos do paragrapho unico do art. 2º do regulamento approved pelo decreto n. 9829 de 31 de dezembro de 1887.

O engenheiro Antão Gonçalves de Faria o fará executar.

Capital Federal, 8 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 756 — DE 8 DE MARÇO DE 1892

Approva as plantas pelo processo de moendas para os engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento do disposto no § 7º do art. 8º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve substituir as plantas apresentadas pela Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para os dous engenhos centraes de assucar e alcool de canna, de que é cessionaria, no valle do Pericumán, Estado do Maranhão, e approvadas pelo decreto n. 994 de 20 de agosto do referido anno, pelas do systema de moendas de multipla pressão, que com este vão assignadas pelo engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim fará executar.

Capital Federal, 8 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 756 A — DE 8 DE MARÇO DE 1892

Deroga em parte o decreto n. 722 de 30 de janeiro de 1892 e transfere o Museo Nacional para a Quinta da Boa-Vista.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

E' transferido o Museo Nacional para a Quinta da Boa-Vista, ficando revogado nesta parte o art. 3º do decreto n. 722 de 30 de janeiro ultimo que creou o Instituto de Educação Profissional, o qual deverá estabelecer-se no proprio nacional em que funciona actualmente o Asylo de Meninos Desvalidos de Villa-Isabel.

O Ministro de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 757 — DE 11 DE MARÇO DE 1892

Altera algumas disposições dos regulamentos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do que representou o presidente do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, resolve approvar algumas das alterações propostas dos regulamentos por que se rege o mesmo Montepio, e

Decreta :

Art. 1.º Ficam alterados os arts. 31 e seus paragraphos, do decreto n. 4476 de 18 de fevereiro de 1870, e 10, do de n. 6965 de 6 de julho de 1878, para o effeito de julgar-se constituida a assemblea geral, quando estiverem reunidos mais de vinte contribuintes, e o art. 30 do decreto de 22 de junho de 1836, para o de ser necessario o comparecimento, pelo menos de doze membros effectivos e adjuntos da administração indistinctamente, afim de constituir-se a Mesa Plena.

Art. 2.º Não é applicavel a disposição do art. 16, do citado decreto de 18 de fevereiro de 1870, aos casos de remissão de annuidades para o effeito de restituir-se a importancia de taes contractos, quando der-se o fallecimento ou demissão dos contribuintes.

Art. 3.º Terá tambem applicação aos medicos da commissão de sanidade da Capital Federal a disposição do art. 8º do decreto n. 6965 de 6 de julho de 1878, sendo a retribuição dos mesmos medicos pagas pelos candidatos á matricula na razão de 10\$ a cada um.

Art. 4.º Nos casos de força maior, justificados a juizo da directoria, não será eliminado o contribuinte que dever mais de dez quarteis de annuidades, ficando porém elle sujeito á remissão da divida, qualquer que seja o numero de quarteis vencidos, com os augmentos correspondentes, isto é, do dobro quando a divida exceder de dez quarteis, do triplo quando exceder de vinte, do quadruplo excedendo de trinta, e assim por diante, sem prejuizo da disposição do art. 7º do decreto de 13 de março de 1844, relativamente á deducção das quotas de pensão nos casos de divida de annuidades excedente do quatro quarteis.

Paragrapho unico. No decurso do decimo quartel da divida de annuidades será expedida directamente ao contribuinte, por meio de offcio ou aviso pela imprensa diaria, communicação de semelhante facto, para que elle possa providenciar como lhe convier.

Art. 5.º Os contribuintes de mais de vinte annos que exercerem ou tiverem exercido cargos da directoria durante vinte annos, serão considerados socios remidos em attenção a tão relevante serviço.

Art. 6.º Os vencimentos do pessoal da Repartição do Montepio serão os constantes da tabella annexa.

Art. 7.º Os empregados do Montepio, que contarem trinta annos completos de bons serviços ao mesmo Montepio, e se invalidarem, poderão, sob proposta do directorio e approvação da Mesa Plena, ser dispensados do comparecimento à repartição, percebendo o ordenado que lhes competir; os que, nas mesmas condições, contarem mais de 25 e menos de 30, perceberão, quando dispensados, dous terços do ordenado, e os que contarem mais de 20 e menos de 25, poderão ser dispensados do serviço com a metade do ordenado, ficando assim modificada a disposição do art. 12 do decreto n. 6965 de 6 de julho de 1878.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de março de 1892, 4.ª da Republica.

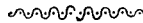
FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Tabella dos vencimentos dos empregados do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, approvada em sessão da directoria de 8 de junho de 1890, e Mesa Plena de 12 de outubro do mesmo anno.

| N.º | EMPREGOS                                  | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL      | SOMMA      |
|-----|-------------------------------------------|------------|--------------|------------|------------|
| 2   | Chefes de secção.....                     | 2:00\$000  | 600\$000     | 2:600\$000 | 5:200\$000 |
| 1   | Thesoureiro (sendo 400\$ para quebras) .. | 2:000\$000 | 1:000\$000   | 3:000\$000 | 3:000\$000 |
| 3   | Escripturarios.....                       | 1:400\$000 | 600\$000     | 2:000\$000 | 6:000\$000 |
| 1   | Porteiro.....                             | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000 | 1:200\$000 |
| 1   | Archivista.....                           | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 1:000\$000 |

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1890. — O presidente, *Marquez de Paranaguá*.



#### DECRETO N. 758 — DE 11 DE MARÇO DE 1892

Eleva a 303:020\$ o credito de 141:600\$, aberto pelo decreto n. 720 de 21 de janeiro ultimo, para despesas da verba — Estados Confederados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade urgente de providenciarem-se sobre o pagamento de despesas relativas á verba — Estados Confederados, que foi supprimida no orçamento vigente e as quaes ainda se acham a cargo da União nos Estados, em que não ha

orçamento decretado para o exercício de 1892, ou em que foi elle annullado, e usando da authorisação contida no paragrapho unico do n. II do art. 2º da lei n. 26, de 30 de dezembro ultimo, resolve elevar á quantia de trescentos e nove contos novecentos e vinte mil réis (309:920\$), igual á que foi decretada para o referido exercício de 1891, o credito de cento e quarenta e um contos e seiscentos mil réis (141:600\$), aberto á dita verba pelo decreto n. 720 de 29 de janeiro proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios do Interior assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 759 — DE 11 DE MARÇO DE 1892

Abro ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 107:250\$, para as despesas da rubrica — Ajudas de custo — no exercício de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tomando em consideração o que lhe expoz o Ministro de Estado das Relações Exteriores e autorisado pelo § 2º do art. 1º do decreto n. 36 de 26 de janeiro do corrente anno, resolve abrir o credito supplementar de 107:250\$, ao cambio de 27 dinheiros sterlinos por 1\$, para as despesas da rubrica — Ajudas de custo — do respectivo Ministerio, no exercício de 1891.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

#### Demonstração das despesas da 4ª rubrica— Ajudas de custo— no exercício de 1891

1891

Ajudas de custo

JANEIRO 8. A José Gurgel do Amaral Valente, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção dos Estados Unidos da America para a Austria-Hungria.... 7:500\$000

|           |     |                                                                                                                                                                                               |             |
|-----------|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| JANEIRO   | 8.  | Ao bacharel Cyro de Azevedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção do Perú para a Hespanha.....                                                                    | 15:000\$000 |
| JANEIRO   | 8.  | Ao bacharel Cesar Augusto Vianna de Lima, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção da Bolivia para o Perú.....                                                        | 12:500\$000 |
| JANEIRO   | 8.  | A José de Almeida e Vasconcellos, pela promoção a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Bolivia.....                                                                          | 12:500\$000 |
| JANEIRO   | 8.  | Ao bacharel Luiz Caetano Pereira Guimarães, pela promoção a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Venezuela.....                                                              | 12:500\$000 |
| JANEIRO   | 19. | Ao bacharel Joaquim Francisco de Assis Brazil, supplemento da que lhe foi concedida por occasião de ser nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Republica Argentina.... | 7:500\$000  |
| FEVEREIRO | 19. | A Joaquim Osorio Duque Estrada, pela nomeação de 2º secretario da Legação no Paraguay.....                                                                                                    | 3:750\$000  |
| FEVEREIRO | 21. | A Oscar de Araujo, ex-2º secretario da Legação em Paris, para regressar ao Brazil.....                                                                                                        | 1:250\$000  |
| FEVEREIRO | 24. | Ao bacharel Cypriano Fenelon Guedes Alcoforado Junior, pela nomeação de 2º secretario da Legação no Mexico....                                                                                | 3:750\$000  |
| MARÇO     | 30. | Ao Barão de Alencar, mandado exercer o seu cargo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Hespanha.....                                                                       | 22:500\$000 |
| MARÇO     | 30. | Ao bacharel Pedro de Araujo Beltrão, pela promoção a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Portugal.....                                                                      | 12:500\$000 |
| MARÇO     | 30. | Ao bacharel Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, pela promoção a 1º secretario da Legação na Gran-Bretanha.....                                                                                  | 3:000\$000  |
| ABRIL     | 6.  | Ao bacharel Pedro de Araujo Beltrão, pela promoção a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Portugal, supplemento da que anteriormente recebeu.....                            | 6:250\$000  |
| ABRIL     | 11. | A Joaquim Monteiro de Mallo, ex-2º secretario da Legação na Belgica, para regressar ao Brazil.....                                                                                            | 1:250\$000  |
| ABRIL     | 29. | A José Gurgel do Amaral Valente, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Austria-Hungria, complemento da que recebeu por occasião da remoção para alli.....                     | 7:500\$000  |
| JULHO     | 28. | A José Coelho Gomes, 2º secretario da Legação em Londres, destacado para a Legação junto a Santa Sé.....                                                                                      | 3:750\$000  |
| AGOSTO    | 6.  | A Francisco Xavier da Cunha, enviado extraordinario e ministro plenipoten-                                                                                                                    |             |

|              |     |                                                                                                                                                                                  |              |
|--------------|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|              |     | ciario, pela remoção da Italia para a Republica Oriental do Uruguay.....                                                                                                         | 22:500\$000  |
| AGOSTO       | 6.  | Ao Barão de Toffé, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção da Belgica para a Italia.....                                                                | 15:000\$000  |
| AGOSTO       | 6.  | Ao bacharel Francisco Vieira Monteiro, pela promoção a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Belgica.....                                                        | 18:750\$000  |
| AGOSTO       | 6.  | Ao bacharel Alberto Fialho, 1º secretario, pela remoção da Legação na Republica Argentina para a Legação na França.....                                                          | 4:500\$000   |
| SETEMBRO     | 11. | Aª viuva do consul geral em Marselha, Francisco Gil Castello Branco, para regressar ao Brazil.....                                                                               | 1:500\$000   |
| SETEMBRO     | 24. | Ao bacharel Salvador de Mendonça, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nos Estados Unidos, para as despezas de vinda a esta Capital e volta aos ditos Estados..... | 7:500\$000   |
| SETEMBRO     | 25. | Ao bacharel José Fortunato da Silveira Bulcão Junior, consul geral, pela remoção do Porto para Marselha.....                                                                     | 1:500\$000   |
| SETEMBRO     | 25. | Ao Dr. Pedro de Castro Pereira Sodré, consul geral, pela remoção de Venezuela para a Bolivia.....                                                                                | 3:000\$000   |
|              |     |                                                                                                                                                                                  | <hr/>        |
|              |     |                                                                                                                                                                                  | 207:250\$000 |
| Credito..... |     |                                                                                                                                                                                  | 100:000\$000 |
|              |     |                                                                                                                                                                                  | <hr/>        |
| Deficit..... |     |                                                                                                                                                                                  | 107:250\$000 |

Secção de contabilidade, 4 de março de 1892.— O director, *Luiz Caetano da Silva*.



#### DECRETO N. 760 — DE 16 DE MARÇO DE 1892

Approva as instrucções para execução dos arts. 59 e 60 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que ao systema eleitoral estabelecido pela lei n. 35 de 26 de janeiro ultimo faz excepção a materia, de character transitorio, contida nos arts. 59 e 60, os quaes necessitam de desenvolvimento, para maior clareza de suas disposições;

Decreta :

Artigo unico. Para boa execução dos arts. 59 e 60 da lei n. 35 de 26 de janeiro do corrente anno serão observadas as instru-

ções que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios do Interior.

Capital Federal, 16 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

## Instruções a que se refere o decreto n. 760 desta data para execução dos arts. 59 e 60 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892

Art. 1.º Para o preenchimento das vagas actualmente existentes no Congresso Nacional, quer por morte ou renuncia, quer por augmento nas representações dos Estados, farão os respectivos governadores, immediatamente, proceder à eleição, marcando o dia com a necessaria antecedencia, nunca menor de 30 dias, para que sejam restrictamente guardados os prazos legais, e communicando-o, com urgencia, aos presidentes das Municipalidades eleitas, de accordo com as leis estaduais.

§ 1.º Nos Estados onde não se haja procedido à eleição dos membros do governo municipal (Camara, Intendencia, Conselho, etc.), nos termos das respectivas leis, a communicação será feita ao presidente, ou, em sua falta, ao vice-presidente, ou, em falta deste, ao mais votado dos vereadores das ultimas camaras municipais eleitas.

§ 2.º Para se preencherem as vagas ou impedimentos existentes nas camaras municipaes, serão chamados, em primeiro logar, os supplentes dos vereadores; depois, sendo preciso, os juizes de paz da séde do municipio, e, finalmente, os dos districtos mais vizinhos, por ordem da votação, de sorte que fique completo o numero dos vereadores e outros tantos supplentes de cada camara.

Art. 2.º Dentro de 24 horas, depois que os presidentes das Municipalidades receberem a communicação do dia marcado para a eleição, procederão ás seguintes diligencias:

a) Dividirão o municipio em secções eleitoraes, em numero nunca inferior a quatro, cada uma das quaes não conterá mais de 250 eleitores e será numerada ordinariamente (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, etc.);

b) Designarão os edificios onde hão de funcionar as mesas eleitoraes, distinguindo-os pelos numeros das secções, assim, por exemplo:— 1ª secção, paço da camara municipal; 2ª secção escola publica de ...; 3ª secção, casa de morada do Sr. F., no logar de ...; 4ª secção, edificio tal, etc.;

c) Publicarão por editaes a divisão do municipio em secções, a numeração destas e a designação dos edificios;

d) Convocação por officio e por editaes os demais membros da Municipalidade e seus immediatos, aos quaes se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º, para, dentro de 10 dias, se reunirem no paço municipal, afim de elegerem os membros das mesas eleitoraes.

Art. 3.º Cada mesa eleitoral será composta de cinco membros effectivos e dous supplentes, nos termos dos arts. 6º § 1º e 40 § 1º da lei.

Art. 4.º Feita a eleição das mesas eleitoraes e antes de finda a sessão, o presidente da Municipalidade mandará lavrar editaes, que serão affixados incontinenti no paço da Municipalidade, fazendo publicos os nomes dos eleitos, e convocando os eleitores para dar o seu voto, declarando o dia, logar e hora da eleição federal e o numero dos nomes que o eleitor deverá incluir na sua cedula.

Art. 5.º A nova designação de edificio a que se refere o § 1º do art. 39 da lei, quando o designado não possa mais servir, por força maior provada, será feita pelo presidente da Municipalidade si a dita força se verificar mais de oito dias, antes do marcado para a eleição, de sorte que se possa tornal-a publica por editaes.

§ 1.º A prova da força maior será feita por qualquer genero dellas, como sejam: vistoria por peritos, de plano e sem formalidades forenses, além do exame e laudo dado por escripto, datado e assignado; depoimentos de testemunhas dignas de fé, que sejam eleitores e maiores de toda a excepção; attestações de pessoas que occupem cargos officiaes, quer de eleição popular, quer de nomeação do Governo.

§ 2.º Os peritos serão nomeados e os depoimentos tomados pelo presidente da Municipalidade, ou, em caso de urgencia, pelo presidente da respectiva secção eleitoral. Entende-se *caso urgente* o que se der tão proxivamente aos oito dias a que se refere o art. 39 § 1º, *in fine*, da lei, que o edital não possa ser affixado com esse prazo.

Art. 6.º Nas eleições a que se referem estas instrucções, votarão os cidadãos comprehendidos no ultimo alistamento.

Art. 7.º O processo das eleições será o determinado nos arts. 41 e seguintes da lei.

Capital Federal, 16 de março de 1892. — *Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 761 — DE 16 DE MARÇO DE 1892

Rescinde o contracto da Companhia Brasileira de Phosphato de Cal para a exploração de jazidas de cal no archipelago de Fernando de Noronha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia Brasileira de Phosphato de Cal, cessionaria do contracto celebrado em 23 de abril de 1887 com

Manoel Joaquim Borges de Lima para a exploração de jazidas do phosphato de cal no archipelago de Fernando de Noronha, com exclusão das ilhas do presidio do mesmo nome, deixou de cumprir o disposto na clausula 2ª, dentro do prazo marcado no mesmo contracto, innovado por outro de 4 de agosto de 1888, resolve rescindir-o com perda dos depositos feitos, nos termos da clausula 12ª.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de março de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria*



DECRETO N. 762 — DE 16 DE MARÇO DE 1892

Approva os estudos definitivos de mais 12 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, concernentes aos 12 kilometros comprehendidos entre as estacas 3941 + 13 e 4541 + 13, estudos que com este baixam acompanhados do respectivo orçamento e rubricados pelo chefe da 1ª Directoria de Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de março de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



DECRETO N. 763 — DE 16 DE MARÇO DE 1892

Approva os estudos definitivos de mais um trecho do ramal de Timbauba ao Pilar, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos definitivos do ramal de Timbauba ao Pilar, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, concernentes aos



kilometros comprehendidos entre as estacas 412 a 1300 e 1300 a 2170, mais 37  $\frac{1}{2}$  metros; estulos que com este buxam acompanhados do respectivo orçamento e rubricados pelo chefe da 1.<sup>a</sup> Directoria de Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de março de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



#### DECRETO N. 764 — DE 16 DE MARÇO DE 1892

Concede á Companhia Upton Importadora autorização para funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Upton Importadora, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que apresentou e mediante o cumprimento prévio das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de março de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

**Estatutos da Companhia Upton Importadora, a que se refere o decreto n. 764 de 16 de março de 1892.**

#### CAPITULO I

##### TITULO, SÊDE, FINS, DURAÇÃO E REGIMENTO DA COMPANHIA

Art. 1.<sup>o</sup> Com a denominação de Companhia Upton Importadora fica fundada nesta cidade de S. Paulo, onde será sua sêde, uma companhia ou sociedade anonyma, cujos fins são os seguintes:

a) Adquirir a casa F. Upton & C.<sup>a</sup> e dar maior desenvolvimento aos diversos ramos de negocio dessa casa;

b) Importar do estrangeiro, por conta propria e de terceiros, todos os generos, manufacturas e mercadorias que forem da especialidade da casa Upton e que convierem ao nosso mercado ;

c) Receber generos nacionaes e estrangeiros á consignação e á commissão, e aceitar agencia ou representação de casas commerciaes ;

d) Encarregar-se, mediante commissão, da abertura de cartas de credito e de cobranças e levantamento de capitães ;

e) Abrir conta corrente de movimento aos seus freguezes ;

f) Exportar generos nacionaes e reexportar estrangeiros e operar em tudo quanto for de natureza commercial e que convenha á companhia.

Art. 2.º O prazo da duração da companhia será de 30 annos, podendo ser prorogado pela assembléa geral, que deliberará a respeito, bem como sobre a dissolução e liquidação da companhia.

Art. 3.º A companhia se regerá pelos presentes estatutos e pela legislação em vigor.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL, MODO DE O REALIZAR

Art. 4.º O capital da companhia é de 1.500:000\$, representado por 7.500 acções do valor de 200\$ cada uma.

Art. 5.º O capital será realizado pela seguinte fórma : 30 % no acto da assignatura destes estatutos e mais 30 % em tres chamadas de 10 % cada uma, com intervallos não menores de 30 dias de uma á outra. Os restantes 40 % serão realizados com os lucros da propria companhia, que para isso deluzirá semestralmente uma quota especial destinada á integralização do capital.

E' facultado aos accionistas a integralização das acções.

## CAPITULO III

### DOS FUNDOS DE RESERVA, DE INTEGRALIZAÇÃO E DIVIDENDOS

Art. 6.º O fundo de reserva será formado por quotas successivas de 5 % retiradas dos lucros liquidos semestraes.

Paragrapho unico. Este fundo é exclusivamente destinado a fazer face ás perdas do capital social e para o substituir, e cessará desde que atinja a 20 % (300:000\$) do capital social, continuando, porém, a effectuar-se na proporção estabelecida desde que houver redução na somma referida.

Art. 7.º O fundo de integralização será constituido com 25 % dos lucros liquidos de cada semestre, podendo ser augmentada ou diminuida a porcentagem por deliberação da directoria e cessando a sua deducção desde que as acções estejam integralizadas.

Art. 8.º Os dividendos distribuir-se-hão no fim de cada semestre do resultado liquido das operações da companhia e depois de deduzidas as percentagens para os fundos de reserva e de integralização.

Paragrapho unico. Não se fará distribuição de dividendo desde que se ache desfalcado o capital.

## CAPITULO IV

### DOS ACCIONISTAS E DAS ACÇÕES

Art. 9.º São accionistas os possuidores de uma ou mais acções inscriptas no livro de registro da companhia.

Art. 10. A responsabilidade dos accionistas é limitada ao valor de suas acções.

Art. 11. As acções ou cautelas são nominativas e transferíveis por termo nos livros da companhia, com assignatura do transferente e adquirente ou seus procuradores, podendo passar ao portador logo que estejam integralizadas.

Art. 12. O accionista que não realizar as entradas de suas acções dentro dos prazos marcados pela directoria ou com a multa de 10 %, no prazo suplementar de 30 dias, fica sujeito ás disposições do decreto n. 850 de 13 de outubro de 1890 e legislação em vigor.

Paragrapho unico. As acções declaradas em commisso poderão ser reemittidas pela directoria.

## CAPITULO V

### DA ADMINISRTAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 13. A companhia será administrada por uma directoria composta de dous membros, sendo um presidente e outro gerente, os quaes servirão por seis annos e poderão ser reeleitos.

Art. 14. Os directores serão eleitos em assemblea geral, por scrutinio secreto e maioria de votos, e serão escolhidos dentre os accionistas de, pelo menos, 100 acções que caucionarão no livro de registro da companhia para entrar em exercicio e das quaes não poderão dispor enquanto durar o mandato e não forem pela assemblea geral approvadas as respectivas contas.

Art. 15. O director que 30 dias depois da sua eleição não tiver feito a respectiva caução, entende-se que resignou o logar.

Art. 16. Por morte ou renuncia expressa ou tacita de qualquer membro da directoria, o director restante designará para substituil-o um accionista que possua pelo menos 100 acções e que as caucione, na forma do art. 14, afim de entrar em exercicio até que a primeira assemblea geral preencha a vaga definitivamente. O director assim eleito exercerá o cargo por todo o tempo que exerceria aquelle a quem substituiu.

Art. 17. No caso de impedimento justificado de qualquer director, até ao maximo de seis mezes, o restante escolherá outro que o substitua na forma do art. 16, até que o effectivo volte a occupar o logar.

Art. 18. Os directores reunir-se-hão em sessão todas as quinzenas de cada mez e quando o conselho fiscal os convocar, deliberando por maioria de votos e cabendo ao presidente, no caso de empate, o voto de qualidade, e do resultado de suas reuniões lavrarão actas em livro proprio e assignadas por todos os membros presentes.

Art. 19. Cada um dos directores vencerá annualmente o honorario de 6:000\$, recebendo o gerente mais 6:000\$ *pro labore*, que só será effectivo quando estiver no exercicio do cargo.

Paragrapho unico. Os ordenados dos directores serão pagos mensalmente.

Art. 20. São attribuições da directoria :

§ 1.º Velar pela fiel execução dos estatutos, cumprindo e fazendo cumprir as suas clausulas, bem como executar as deliberações da assembléa geral.

§ 2.º Nomear e demittir livremente os empregados da companhia, marcando-lhes vencimentos e a fiança dos que devem prestal-a, bem como organizar o regulamento das suas attribuições, e bem assim o que deve determinar os onus e vantagens das partes contractantes para a companhia, e o regimento interno.

§ 3.º Administrar todos os negocios da companhia, effectuar operações de credito e bem assim as que se comprehendem no art. 1.º.

§ 4.º Tratar com os poderes publicos, celebrar contractos para qualquer fim social, fazer as chamadas de capital, decretar o commissio das acções, promover a responsabilidade dos accionistas remissos, organizar annualmente o balanço, as contas e o re-latorio e apresental-o á assembléa geral, acompanhado do parecer do conselho fiscal, fixar o dividendo semestralmente e distribuil-o.

§ 5.º Saccar e acceitar letras, demandar o ser demandada, fazer transacções e concordatas, transigir, renunciar direitos, hypothecar ou empenhar bens sociaes, contrahir obrigações, alienar bens e direitos, arrendar, construir ou adquirir predios, terrenos, mercadorias, vendel-as effectuando todas as transacções que julgar de interesse para a companhia.

§ 6.º Effectuar, quando assim o resolva a assembléa geral, a emissão de obrigações (*debentures*) e escolher o banco a que devam ser recolhidos em conta corrente os dinheiros da companhia, não podendo retiral-os sinão por cheques ou recibos assignados pelo director-gerente.

§ 7.º Chamar, nos termos dos arts. 16 e 17, o accionista que tiver de substituir o director impedido por falta ou renuncia.

§ 8.º Representar a companhia por si ou por procuradores em juizo ou fora d'elle e exercer finalmente livre e geral administração, para o que lhe são conferidos plenos e illimitados poderes.

Art. 21. Ao director-presidente compete :

§ 1.º Executar as deliberações tomadas pela directoria e represental-a em juizo ou fóra d'elle, exercendo todas as funções determinadas no § 8º do art. 20.

§ 2.º Assignar os balancetes e balanço que houverem de ser publicados, as acções emitidas e as cautelas provisórias.

§ 3.º Autorisar os pagamentos para custeio da companhia.

§ 4.º Convocar as assembléas geraes de accionistas nas épocas marcadas e as extraordinarias quando forem competentes e requeridas ou quando a directoria julgar conveniente.

§ 5.º Presidir a: reuniões da directoria e as do conselho fiscal quando reunidos conjunctamente.

§ 6.º Convocar as reuniões da directoria e as de sessão conjuncta do conselho fiscal, e dar cumprimento ás deliberações ali tomadas.

§ 7.º Redigir as actas das sessões da directoria e do conselho fiscal.

§ 8.º Rubricar, abrir, encerrar os livros em que forem registrados os actos das assembléas geraes, das reuniões da directoria e do conselho fiscal, os de transferencia e registro de obrigações (*debentures*), si estas forem nominativas o bem assim todos os livros que servirem para lançamentos importantes e não forem rubricados na Junta Commercial.

§ 9.º Manter em boa ordem o archivo da companhia.

§ 10. Auxiliar o gerente nas obrigações a seu cargo.

Art. 22. Ao director-gerente compete :

§ 1.º Substituir o presidente em seus impedimentos.

§ 2.º Propor a nomeação e demissão de todos os empregados.

§ 3.º Manter em boa ordem a escripturação da companhia.

§ 4.º Assistir á transferencia das acções, assignando o termo respectivo.

§ 5.º Ter sob sua guarda os dinheiros, valores e titulos da companhia, recebê-los e passar os competentes recibos.

§ 6.º Assignar os cheques para a retirada dos dinheiros da companhia, saccar e acceitar letras e fazer todas as operações de credito da companhia.

§ 7.º Effectuar os pagamentos autorisa-los.

§ 8.º Assignar os recibos para o movimento da conta corrente com os estabelecimentos bancarios e depositar nelles os dinheiros recebidos.

§ 9.º Finalmente, exercer a gerencia de todos os negocios da companhia.

## CAPITULO VI

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres suppletes, que servirão por um anno e que serão eleitos em assembléa geral por escrutinio secreto e maioria de votos, dentre os accionistas de cincoenta acções ao menos.

§ 1.º Os membros do conselho fiscal servirão por um anno e poderão ser reeleitos.

§ 2.º Os supplentes só funcionarão na falta ou impedimento dos effectivos.

Art. 24. Compete ao conselho fiscal :

§ 1.º Dar parecer sobre os negocios que a directoria submeter ao seu estudo, assistir ás reuniões da directoria quando seja por ella convocada, assim como convocar a directoria quando julgar conveniente.

§ 2.º Examinar no escriptorio da companhia os livros, documentos e caixa, para formular parecer sobre as contas da administração a tempo de ser apresentado á assembléa geral ordinaria e exercer finalmente todas as attribuições que por lei lhe são conferidas.

Art. 25. Cada membro do conselho fiscal em exercicio do cargo perceberá o honorario annual de 1:200\$, que lhe será pago mensalmente.

## CAPITULO VII

### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 26. No mez de março de cada anno haverá assembléa geral ordinaria de accionistas para conhecerem do relatorio da directoria e do parecer do conselho fiscal sobre os negocios sociais, das contas, balanços e inventario apresentados e de qualquer proposta.

Parapho unico. Haverá assembléas geraes extraordinarias sempre que o interesse social assim o exigir para deliberações urgentes ou imprevistas, ou nos casos determinados nas leis das sociedades anonymas.

Art. 27. Poderão tomar parte na discussão todos os accionistas presentes por si ou por procuração de outros, só podendo votar os que possuirem pelo menos 10 acções e registradas oito dias antes.

§ 1.º Dez acções dão direito a um voto.

Os accionistas que tiverem menos de 10 acções poderão tomar parte nas discussões, propôr o que julgarem conveniente, mas não votam.

§ 2.º Todos os accionistas podem fazer parte da assembléa geral, quer possuam as suas acções livres e desembaraçadas, quer as tenham dado em penhor mercantil.

Art. 28. A assembléa geral ordinaria será convocada com 15 dias de antecedencia; a extraordinaria com a de oito dias: A respeito de uma e outra convocação e da competencia das assembléas geraes guardar-se-ha o prescripto nas leis das sociedades anonymas.

Art. 29. A mesa das assembléas geraes será composta de um presidente, eleito por aclamação pelos accionistas presentes, e dous secretarios nomeados por elle.

Art. 30. As deliberações das assembléas geraes obrigam todos os accionistas, quer ausentes quer dissidentes.

## CAPITULO VIII

## DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 31. O anno social da companhia é o anno civil.

Art. 32. A companhia fica sujeita ás leis em vigor, na parte que lhe for applicavel em todos os casos omissos nestes estatutos.

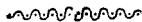
Art. 33. A directoria fica autorisada a effectuar tudo quanto dispõe o art. 1.<sup>o</sup> e seus paragraphos e pelos preços que julgar convenientes.

Art. 34. Serão directores durante os seis primeiros annos os seguintes accionistas: Antonio Pereira de Queiroz, presidente, e Frederico Archer Upton, gerente.

Art. 35. O conselho fiscal para o primeiro anno será constituído pelos Srs. Francisco da Cunha Bueno Junior, Manoel Ferreira de Souza Relondo, Dr. Augusto Cesar de Mattos.

Art. 36. Serão supplentes do mesmo conselho fiscal os Srs.: Frederico Fomm, Dr. Wenceslau de Queiroz, Carlos Ralston.

Art. 37. Os accionistas aceitam e approvam os presentes estatutos em todas as suas partes e se obrigam a cumpril-os, em prova do que se subscrevem.



## DECRETO N. 765 — DE 16 DE MARÇO DE 1892

Declara caduca a concessão da Estrada de Ferro Benevente e Minas, a que se refere o decreto n. 10.120 de 15 de dezembro de 1883.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brazil, cessionaria da Estrada de Ferro Benevente e Minas, a que se refere o decreto n. 10.120 de 15 de dezembro de 1883, além de achar-se judicialmente julgada fallida, interrompeu a construcção das obras da referida estrada por mais de tres mezes, resolve declarar caduca a supradita concessão, em face da terminante disposição contida na clausula decima segunda do mencionado decreto.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de março de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



Sr. Vice-Presidente — Comquanto tivesse o decreto n. 656 de 7 de novembro do anno passado concedido o credito de 296:499\$510 à rubrica — Munições navaes — do exercicio de 1891, elevando assim a 993:499\$510 o total a despender-se por conta da referida verba, verifica-se agora, pelo conhecimento mais approximado da despesa realizada tanto nesta Capital como nos diferentes Estados, que se torna necessario novo augmento afim de ficarem liquidadas as transacções feitas até ao encerramento do exercicio.

Conforme a inclusa demonstração organizada pela Contadoria, se verifica a necessidade do augmento de 219:546\$842, que se justifica com o maior consumo de artigos proprios de munções navaes em razão da mobilidade dos navios da Armada e tambem com os aprestos do cruzador *Almirante Barroso*, que se destina a uma viagem de longo curso no estrangeiro, além da elevação dos preços de artigos adquiridos fóra dos contractos e das porcentagens que o Governo se viu obrigado a dar por equidade a diversos fornecedores por contractos, attendendo às justas razões que allegaram, provenientes do estado actual do cambio e dos direitos aduaneiros em ouro.

Em vista, pois, das razões expostas, submetto à vossa approvação e assignatura o incluso decreto concedendo o credito de 219:546\$842 para a verba — Munções navaes — do exercicio de 1891.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 18 de março de 1892. — *Custodio José de Mello*.

## EXERCICIO DE 1891

### MINISTERIO DA MARINHA

#### Demonstração do estado da rubrica — Munções navaes — do exercicio acima

|                                                                                |              |              |
|--------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Credito extraordinario — Decreto<br>n. 1366 de 14 de fevereiro<br>de 1891..... | 700:000\$000 |              |
| Credito extraordinario — Decreto<br>n. 656 de 7 de novembro de<br>1891.....    | 296:499\$510 | 996:499\$510 |

#### Despeza

|                                                                                   |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Distribuição feita aos Estados, aprovada por aviso de 26 de novembro de 1890..... | 96:800\$000 |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------|



Creditos concedidos em virtude de  
differentes avisos aos Estados  
abaixo declarados:

|                                                                                                                                                                                             |             |                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------------|
| Bahia.....                                                                                                                                                                                  | 21:623\$135 |                |
| Pernambuco.....                                                                                                                                                                             | 31:699\$640 |                |
| Pará.....                                                                                                                                                                                   | 20:000\$000 |                |
| Rio Grande do Sul....                                                                                                                                                                       | 1:783\$300  |                |
| Paraná.....                                                                                                                                                                                 | 500\$000    |                |
| S. Paulo.....                                                                                                                                                                               | 500\$000    |                |
| Parahyba.....                                                                                                                                                                               | 200\$000    |                |
| Rio Gr. do Norte....                                                                                                                                                                        | 2:117\$210  |                |
| Ceará.....                                                                                                                                                                                  | 3:048\$060  |                |
| Amazonas.....                                                                                                                                                                               | 11:383\$482 |                |
| Creditos concedidos<br>em virtude de diffe-<br>rentes avisos à De-<br>legacia do Thesouro<br>em Londres para di-<br>versas encommen-<br>das.....                                            | 62:623\$444 | 155:478\$271   |
| Effectuada pelo Thesouro Na-<br>cional segundo os processos re-<br>mettidos por esta repartição até<br>à presente data com artigos de<br>munições navaes, como sejam:                       |             |                |
| Cabos, lonas, brins, tintas e outros<br>para os corpos de marinha, Com-<br>missariado, Arsenal, Capitania,<br>força naval, hospital e Escola<br>Naval.....                                  |             | 777:589\$647   |
| Effectuada pela Pagadoria da Ma-<br>rinha até ao fim de janeiro do<br>corrente anno, a saber :                                                                                              |             |                |
| Artigos de munições navaes adqui-<br>ridos para supprimento dos Esta-<br>belecimentos supracitados.....                                                                                     |             | 22:974\$286    |
| Effectuada pelos navios surtos<br>no Rio da Prata até novembro<br>de 1891 e em outras commissões<br>segundo os documentos exis-<br>tentes nesta repartição até á<br>presente data, a saber: |             |                |
| Artigos de munições navaes.....                                                                                                                                                             | 1:541\$352  |                |
|                                                                                                                                                                                             | <hr/>       | 1.054:383\$556 |
| Annullações feitas até ao fim de<br>janeiro de 1892.....                                                                                                                                    |             | 10:894\$781    |

Addicione-se :

O que se calcula despende até á  
final liquidação do exercício,  
tendo-se em vista as facturas  
existentes, ainda em processo, no  
Almoxarifado do Arsenal de Ma-  
rinha desta Capital e no Com-  
missariado Geral e attendidos os  
creditos solicitados pelos diffe-  
rentes Estados.....

172:557\$557 1:216:046\$352

Credito necessario.....

219:546\$842

Primeira Secção da Contadoria de Marinha, 1 de março de 1892.  
— O contador, *Francisco José Ferreira*. — O chefe de secção,  
*Bento de Carvalho e Sousa Junior*.

#### DECRETO N. 766 — DE 18 DE MARÇO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha um credito supplementar de  
219:546\$842 para a verba — Munções navaes — do exercicio de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,  
em vista das razões apresentadas pelo Ministro de Estado dos Ne-  
gocios da Marinha na exposição de motivos que a este acompanha  
e de accordo com o § 2º do art. 1º do decreto n. 36 de 26 de ja-  
neiro do corrente anno, resolve abrir um credito supplementar  
na importancia de 219:546\$842 á verba — Munções navaes —  
do exercicio de 1891.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado  
dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



#### DECRETO N. 767 — DE 18 DE MARÇO DE 1892

Abre o credito de 6:780\$000 para custelo da fazenda da Boa Vista durante o  
exercicio de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,  
attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado dos Negocios  
da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, resolve abrir o

credito de seis contos setecentos e oitenta mil réis (6:780\$) para custeio da fazenda da Boa Vista, situada no municipio da Parahyba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, durante o exercicio de 1892; devendo aquella importancia s.r applicada na fôrma da distribuição que a este acompanha.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 18 de março de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

Distribuição do credito a que se refere o decreto n. 767 desta data

|                                                                                                                                   |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Um administrador.....                                                                                                             | 3:000\$000 |
| Um pedreiro.....                                                                                                                  | 1:450\$000 |
| Um ajudante.....                                                                                                                  | 720\$000   |
| Para recolher as madeiras esparsas pelo matto e arrancar os esteios e madeiramentos de varias casas que se acham destelhadas..... | 1:000\$000 |
| Eventuaes.....                                                                                                                    | 610\$000   |
| Total.....                                                                                                                        | 6:780\$000 |

Capital Federal, 18 de março de 1892.— *Antão Gonçalves de Faria.*



#### DECRETO N. 768 — DE 19 DE MARÇO DE 1892

Approva as plantas para a construcção de saladeiros centraes no Estado do Maranhão, de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da concessão feita pelo decreto n. 840 de 11 de outubro de 1890, para o estabelecimento de quatro saladeiros centraes no Estado do Maranhão, resolve approvar as plantas para a construcção de taes estabelecimentos, que com este vão assignadas pelo Engenheiro Antão Gonçalves

de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim fará executar.

Capital Federal, 19 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



DECRETO N. 769 — DE 19 DE MARÇO DE 1892

Autorisa a transferencia da Estrada de Ferro de Itú a Iguape á Companhia Viação Ferrea Sapucahy.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Viação Ferrea Sapucahy, resolve autorisar a transferencia á mesma companhia, da Estrada de Ferro de Itú a Iguape, pertencente á Companhia Estrada de Ferro Sul-Paulista, a que se referem os decretos ns. 375 e 527 de 26 de abril e 28 de junho de 1890.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



Sr. Vice-Presidente da Republica — A vigente lei de orçamento fixou em 100:000\$ o credito da verba que neste exercicio se destina a despesas provenientes de epidemias, fome, secca, inundações e, em geral, de soccorros que, por aquelles ou por motivos identicos, tenham de ser prestados a populações indigentes; e como, pelo imprevisto que caracteriza taes despesas, possam estas elevar-se muito, o que sempre tem acontecido, conforme se verifica da tabella junta, excedendo assim á quantia votada, permittiu o legislador a abertura de credito supplementar á alludida verba — Soccorros publicos (lei n. 36 de 26 de janeiro ultimo); providencia esta, porém, que, em virtude

do § 1º do art. 20 da lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882, só poderá ser adoptada depois do nono mez do exercicio financeiro.

Succede, entretanto, que, segundo a demonstração annexa, já se acha excedido o credito da mencionada verba, quer em consequencia das despesas ordinarias nolla classificadas, quer por motivo das que se estão fazendo com a epidemia que actual-mente grassa nesta Capital.

Accresce a isto que, ainda no interesse do melhoramento das condições sanitarias da cidade, urge iniciar desde já a adopção de providencias novas, taes como, a irrigação das ruas, a lavagem dos encanamentos, o estabelecimento de poços instantaneos, reparos e accrescimos inadiaveis nos hospitaes de isolamento, no lazareto da ilha Grande, e outras.

Por ultimo, a carestia dos generos alimenticios de primeira necessidade, que tanto prejuizo está causando ás classes menos favorecidas da fortuna, faz com que o Governo auxilie a Municipalidade do Districto Federal com os meios pecuniarios indispensaveis á realização das medidas que o Conselho de Intendencia adoptou, com sua approvação.

Nestas condições, baseando-me na autorisação contida nos §§ 3º e 4º, ultima parte, do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, venho propor-vos a unica solução cabivel neste caso, isto é, a abertura de um credito extraordinario, pelo menos de 3.000:000\$, para o que submetto á vossa assignatura o respectivo decreto.

Capital Federal, 22 de março de 1892. — *Serzedello Corrêa*.

#### DECRETO N. 770 — DE 22 DE MARÇO DE 1892

Abre ao Ministerio do Interior um credito extraordinario de 3.000:000\$, para despesas com soccorros publicos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado dos Negocios do Interior, resolve, nos termos dos §§ 3º e 4º, ultima parte, do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, abrir um credito extraordinario de 3.000:000\$, destinado a occorrer a todas as despesas que por sua natureza entendam directa ou indirectamente com o melhoramento do estado sanitario desta cidade, inclusive os reparos nos hospitaes de isolamento e no Lazareto da ilha Grande, outrosim ás que se refram ao auxilio que o Governo da União tem de prestar á Municipalidade do Districto Federal na realização de providencias a attenuar os effeitos da carestia dos generos alimenticios.

Capital Federal, 22 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa*.

**Despesas com soccorros publicos, melhoramento do estado sanitario, secca, medidas preventivas de invasão de epidemias, etc., durante o decennio ultimo.**

|                |                 |
|----------------|-----------------|
| 1879—1880..... | 7.409:818\$833  |
| 1880—1881..... | 1.592:446\$881  |
| 1881—1882..... | 1.209:601\$333  |
| 1882—1883..... | 1.366:014\$451  |
| 1883—1884..... | 1.474:351\$231, |
| 1884—1885..... | 1.284:545\$460  |
| 1885—1886..... | 1.169:580\$487  |
| 1886—1887..... | 1.344:900\$993  |
| 1888.....      | 533:726\$348    |
| 1. 89.....     | 18.729:409\$843 |
| 1890.....      | 6.900:000\$000  |

**Demonstração do estado do credito da verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1892, a contar de 1 de janeiro até á presente data.**

|                                                                                                                                                                                           |                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Quantia adeantada ao almoxarife do Lazareto da ilha Grande para occorrer ao pagamento do pessoal extraordinario do estabelecimento, durante o exercicio.....                              | 1:600\$000       |
| Idem idem ao inspector geral de saude dos portos, para occorrer, mensalmente, ao pagamento do pessoal empregado no serviço de remoção e incineração do lixo na ilha da Sapucaia.....      | 12:000\$000      |
| Idem idem ao fiscal do Corpo de Bombeiros para occorrer ás despesas de prompto pagamento com o serviço da irrigação da cidade.....                                                        | 1:000\$000       |
| Fiscalização da limpeza das praias, e da remoção e incineração do lixo na ilha da Sapucaia, todo o exercicio.....                                                                         | 1:200\$000       |
| Quantia posta á disposição do Ministerio da Agricultura, para as obras de aterro de varios pontos do antigo leito do rio Macacos e prolongamento dos boeiros da estrada de D. Castorina.. | 5:000\$000       |
| Idem paga a J. H. Lang, proveniente de despesas feitas com a remessa de appparelhos destinados á installação de poços artesianos.....                                                     | 1:144\$037       |
| Pessoal encarregado do serviço de remoção e incineração do lixo na ilha da Sapucaia, em janeiro                                                                                           | 8:778\$180       |
| Idem empregado no serviço da conclusão de duas pennis de agua para a referida ilha.....                                                                                                   | 246\$000         |
| Idem idem no serviço provisorio da lavagem das galerias de aguas pluvias, em janeiro e fevereiro                                                                                          | 1:446\$250       |
| Transporte de materiaes para o mesmo serviço, em janeiro.....                                                                                                                             | 336\$000         |
|                                                                                                                                                                                           | <hr/> 1:782\$250 |

|                                                                                                                         |             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal extraordinario empregado no serviço de transporte de doentes, em janeiro e fevereiro.                           | 1:524\$859  |
| Fornecimento de materiaes para as obras de construção do barracão, à praia de D. Manoel, para embarque de enfermos..... | 10:000\$000 |

## INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE

|                                                               |             |
|---------------------------------------------------------------|-------------|
| Gratificação ao pessoal da secretaria, em fevereiro.....      | 737\$774    |
| Idem aos delegados de hygiene, em comissão, em fevereiro..... | 3:974\$131  |
| Acquisição de uma lancha.....                                 | 30:000\$000 |
|                                                               | <hr/>       |
|                                                               | 34:711\$005 |

## LAZARETO DA ILHA GRANDE

|                                                                    |            |
|--------------------------------------------------------------------|------------|
| Pessoal empregado no serviço sanitario, em janeiro e fevereiro.... | 933\$332   |
| Idem jornaleiro, em janeiro e fevereiro.....                       | 960\$000   |
|                                                                    | <hr/>      |
|                                                                    | 1:893\$332 |

## HOSPITAL DE SANTA ISABEL

|                                                                                                        |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal superior, em janeiro e fevereiro.....                                                          | 3:536\$799  |
| Idem subalterno, em janeiro e fevereiro.....                                                           | 2:758\$026  |
| Idem da tripolação da enfermaria fluctuante, em janeiro e fevereiro.....                               | 817\$456    |
| Operarios que trabalharam nas obras do desinfectorio e do barracão dos convalescentes, em janeiro..... | 3:688\$300  |
| Fornecimento para as referidas obras, em janeiro e fevereiro...                                        | 8:106\$310  |
| Obras da ponte de pedra do hospital (1ª prestação).....                                                | 10:000\$000 |
|                                                                                                        | <hr/>       |
|                                                                                                        | 28:906\$891 |

## HOSPITAL DE SANTA BARBARA

|                                                                                                               |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Pessoal extraordinario, em janeiro e fevereiro.....                                                           | 762\$063   |
| Fornecimento, em janeiro e fevereiro.....                                                                     | 4:168\$600 |
| Pessoal da lancha <i>Felix Martins</i> , encarregado do transporte de variolosos, em janeiro e fevereiro..... | 1:387\$499 |

|                                                                                                                                                                      |          |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|------------|
| Mergulhadores das obras do Ministerio da Fazenda, em serviço no concerto da canalisação de agua submarina para o hospital e aluguel deapparelhos, em fevereiro ..... | 172\$500 | 6:490\$667 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|------------|

## HOSPITAL DE S. SEBASTIÃO

|                                                                       |            |            |
|-----------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Pessoal extraordinario, em janeiro e fevereiro.....                   | 6:645\$392 |            |
| Fornecimento de uma bomba, para melhorar o abastecimento de agua..... | 1:045\$000 | 7:690\$392 |

## ENFERMARIA FLUCTUANTE

|                                                                                          |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Pessoal da tripolação da enfermaria e lancha <i>Mitoca</i> , em janeiro e fevereiro..... | 1:770\$447 |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

## ESTAÇÃO CENTRAL DE DESINFECÇÃO

|                                                   |            |
|---------------------------------------------------|------------|
| Pessoal extraordinario, em janeiro e fevereiro... | 4:819\$995 |
|---------------------------------------------------|------------|

## INSTITUTO BACTERIOLOGICO DR. DOMINGOS FREIRE

|                                                                 |          |              |
|-----------------------------------------------------------------|----------|--------------|
| Operarios que trabalharam nas obras do instituto, em janeiro... | 356\$000 |              |
| Fornecimentos feitos para as mesmas obras, em janeiro.....      | 798\$180 | 1:154\$180   |
|                                                                 |          | 131:723\$055 |

## CREDITOS

|                           |             |              |
|---------------------------|-------------|--------------|
| Maranhão.....             | 5:000\$000  |              |
| Pernambuco .....          | 16:440\$000 |              |
| S. Paulo.....             | 8:200\$000  | 29:640\$000  |
| Londres.....              |             | 10:640\$520  |
|                           |             | 172:003\$575 |
| Credito do orçamento..... |             | 100:000\$000 |
| Deficit nesta data.....   |             | 72:003\$575  |

Terceira Secção da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, 22 de março de 1892.— O 2º official, *Carvalho e Souza*. — Visto — *P. Guedes de Carvalho*, director de secção. — Visto — *Antonio F. C. do Amaral*, director geral.





## DECRETO N. 771 — DE 22 DE MARÇO DE 1892

Modifica o art. 48 do regulamento de 17 de abril de 1868, para a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra e repartições annexas.

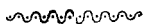
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia de harmonisar as funcções da Repartição de Ajudante General, com as dos commandos de districtos militares estabelecidos pelo decreto n. 431 de 2 de julho do anno passado, resolve que o cargo de ajudante de ordens encarregado do detalhe daquella repartição passe a denominar-se—assistente do ajudante general, encarregado do detalhe, ficando assim modificado o art. 48 do regulamento que baixou com o decreto n. 4156 de 17 de abril de 1868.

O General de Brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 22 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco Antonio de Moura.*



## DECRETO N. 772 — DE 22 DE MARÇO DE 1892

Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 559:045\$000, para occorrer ás despesas com o serviço da —Iluminação publica desta Capital—, no 1º semestre do actual exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista da autorisação que lhe é dada no § 2º do art. 8º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito de 559:045\$000, afim de ser applicado ás despesas com o serviço da —Iluminação publica desta Capital—, no primeiro semestre do corrente exercicio.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 773 — DE 22 DE MARÇO DE 1892

Approva os estudos definitivos da linha de Restinga Serra à Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná.

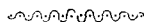
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale des Chemins de Fer Brésiliens*, resolve approvar os estudos definitivos do trecho de Restinga Serra à Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná, na extensão total de 72 kilometros e 220 metros, salvo, porém, as modificações que forem indicadas pelo locação da linha, os quos estudos com este baixam rubricados pelo Chefe da 1.<sup>a</sup> Directoria das Obras Publicas.

O Engenheiro Antônio Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de março de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antônio Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 774 — DE 22 DE MARÇO DE 1892

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Brasileiro

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito Brasileiro, com sede nesta Capital e representado por sua directoria, resolve approvar as alterações abaixo transcriptas, feitas nos respectivos estatutos, por deliberação da assemblea geral extraordinaria dos seus accionistas, realizada em 4 do corrente mez de março, a saber :

Art. 5.<sup>o</sup> — Substitua-se pelo seguinte :

« O capital é de 10.000:000\$, dividido em 100.000 acções de 100\$ cada uma, constituido pelo Banco de Credito Brasileiro e pelos Bancos Regional do Brazil, Regional do Sul e Rio e New-York, que com elle fazem junção. »

Art. 6.<sup>o</sup> — Substitua-se pelo seguinte :

« As entradas a realizar até completar 60 %, sel-o-hão em prestações de 5 a 10 % cada uma, e com intervallos nunca menores de 30 dias.

« § 1.<sup>o</sup> Logo que as acções estiverem com 60 % realizados em dinheiro, a directoria fica autorisada a integral-as, creando um fundo para isso, por quotas deduzidas dos lucros liquidos.

« § 2.º As acções, uma vez integradas, poderão ser convertidas ao portador ou transferíveis por endosso, á vontade dos accionistas. »

Art. 10, n. 7. — Diga-se — 200:000\$, em vez de — 50:000\$000.

Art. 22. — Diga-se — 10 acções, em vez de — cinco — e 50 votos, em vez de — 20. — O mais como está.

Art. 31. — Substitua-se pelo seguinte :

« Os directores vencerão annualmente os honorarios de 6:000\$ cada um, pagos mensalmente. »

Art. 42. — Substitua-se pelo seguinte :

« Dos lucros liquidos provenientes de operações effectivamente concluidas nos respectivos semestres, se de luzirão 10 % para fundo de reserva, 20 % para o fundo de integração creado pelo § 1º do art. 6º, 64 % para dividendo aos accionistas e 6 % para os directores em partes iguaes.

« Paragrapho unico. Quando cessar a deducção da quota destinada ao fundo de integração, passará á dos dividendos. »

Art. 46. — Supprimam-se as palavras — e especialmente nos Estados do Para e Amazonas — e accrescente-se :

« Paragrapho unico. Nas filiaes ou agencias, haverá registro e transferencias de acções e pagamento de dividendos aos accionistas que ali residirem. »

Art. 49. — Substitua-se pelo seguinte :

« Fica a directoria autorizada a acceitar junção ou encampação de estabelecimentos congneres ou sociedades anonymas de reconhecida utilidade, ouvindo o conselho fiscal.

« Paragrapho unico. Acceitar quaesquer modificações que o Governo faça a esta reforma. »

Art. 50. — Accrescente-se :

« Paragrapho unico. De accordo com o final dos arts. 29 e 37, a primeira directoria e o primeiro conselho fiscal ficam compostos dos seguintes accionistas :

Directoria — Commendador Angelo de Bittencourt, Victorino Fernandes Ferro, Manoel de Bastos Soares, José Gregorio Ferreira do Amaral e Antonio da Costa Villela.

Conselho fiscal — Antonio de Azeredo Martins, Antonio Leite Monteiro de Barros, Manoel do Rego Filho, Joaquim Silveira Cardoso e Bento Pereira da Costa Braga.

Supplentes — Commendador Luiz Arthur Cardoso, Barão de Monte Castello, João Gonçalves dos Santos, José Julio Pereira da Silva e José Antonio Machado; ficando desde já empossados dos respectivos cargos. »

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 775 — DE 22 DE MARÇO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria do serviço activo e um de reserva e dous esquadrões de cavallaria de guardas nacionaes, nas comarcas de Santa Cruz de Corumbá, Miranda e Sant'Anna do Paranhypa, no Estado de Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Ficam creados nas comarcas de Santa Cruz de Corumbá, Miranda e Sant'Anna do Paranhypa, no Estado de Matto Grosso, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 11.º, um batalhão da reserva tambem com quatro companhias e a designação de 4.º e dous esquadrões de cavallaria com as designações de 3.º e 4.º, os quaes serão organizados com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias de Sant'Anna do Paranhypa, Vaccaria e Campo Grande, na ordem em que são enumerados.

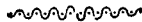
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de março de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 776 — DE 22 DE MARÇO DE 1892

Determina que os guardas-marinha alumnos sejam confirmados nesse posto por decreto.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, sobre o modo de executar o art. 85 da Constituição Federal, que equipara as vantagens dos officiaes da Armada as de que gozam os do Exercito; e considerando que os guardas-marinha alumnos, depois de approvados nas materias que constituem o 4.º anno do curso da Escola Naval, nenhuma prova mais exhibem de suas habilitações profissionais, preenchendo apenas o intersticio marcado por lei para serem promovidos ao posto de 2.ºs tenentes; e que sendo o posto de guarda-marinha confirmado o primeiro posto na marinha, não pôde, portanto, deixar de ser equiparado ao de 2.º tenente de artilharia e alferes do Exercito; resolve que, de hoje em diante, sejam os referidos guardas-marinha alumnos

confirmados nesse posto por decreto, expedindo-se-lhes a respectiva patente, como se pratica no Exército.

Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Ministro de Estado dos Negocios da Marinha assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de março de 1892, 4.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



#### DECRETO N. 777 — DE 26 DE MARÇO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Fabril e Industrial de Vinagre.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Fabril e Industrial de Vinagre, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos de accordo com as alterações que a este acompanhau e que foram votadas na assembléa geral de accionistas de 28 de outubro do anno proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de março de 1892, 4.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antônio Gonçalves de Faria.*

**Alterações dos estatutos da Companhia Fabril e Industrial de Vinagre, deliberadas pela assembléa geral de 28 de outubro de 1891, e a que se refere o decreto n. 777 de 26 de março de 1892.**

1.<sup>a</sup> Autorisar a directoria a transigir ou hypothecar os bens sociaes, sendo ouvido o conselho fiscal.

2.<sup>a</sup> Reduzir a administração da companhia a dous membros, sendo um, presidente e outro, gerente.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1892. — *Pedro Carlos dos Santos Teixeira*, director.



## DECRETO N. 778 — DE 26 DE MARÇO DE 1892

Approva, com restricções, a variante proposta pela Companhia *Tram-Road* de Nazareth, em substituição ao traçado já approved entre o kilometro 53 e o fim da linha.

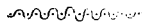
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *Tram-Road* de Nazareth resolve approvar a variante apresentada para substituição do trecho comprehendido entre o kilometro 53 e o fim da linha; com a condição, porém, de serem considerados, para os effeitos de garantia de juros, a extensão e oreamento do traçado primitivo, approved pelo decreto n. 10.400 de 12 de outubro de 1889.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 779 — DE 26 DE MARÇO DE 1892

Modifica o art. 56 do regulamento para as Escolas Praticas do Exercito.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que, annualmente em cada Escola Pratica do Exercito, seja nomeado, sob proposta do respectivo commandante, um dos instructores para commandar a companhia de alumnos; ficando assim modificado o art. 56 do regulamento mandado observar provisoriamente pelo decreto n. 432 de 4 de julho do anno proximo passado.

O General de Brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 26 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco Antonio de Moura.*



## DECRETO N. 779 A — DE 29 DE MARÇO DE 1892

Concede permissão á associação anonyma Monte Pio Popular para annular este título para o de — Monte Pio Nacional.

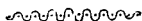
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Evaristo Xavier da Veiga e Raphael Augusto do Freitas, resolve permittir que a sociedade anonyma Monte Pio Popular, estabelecida nesta Capital, possa a denominar-se, Monte Pio Nacional — Sociedade Anonyma regendo-se pelos estatutos approvados pelo decreto n. 741 de 19 de fevereiro do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*P. de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 779 B — DE 29 DE MARÇO DE 1892

Equipara os soldos dos machinistas navaes aos dos officiaes de iguaes patentes das demais classes da Armada.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro dos Negocios da Marinha sobre a conveniencia de fazer cessar a superioridade que ha entre os soldos que até hoje teem percebido os machinistas navaes, e os que vencem, em igualdade de patente, os officiaes das demais classes da Armada, e considerando que tal desigualdade em favor dos machinistas navaes, além de constituir um privilegio, fere de frente o art. 85 da Constituição Federal, resolve equiparar os soldos dos machinistas navaes aos que percebem, em igualdade de patente, os officiaes das outras classes da Armada, com excepção, porém, dos sub-ajudantes de machinistas, que continuarão a perceber o soldo que os machinistas de 4ª classe do antigo quadro venciam até agora, por não serem elles officiaes.

Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



## DECRETO N. 779 C — DE 29 DE MARÇO DE 1892

Explica como se deve proceder com referencia á contribuição dos machinistas navaes para o montepio de marinha, em vista da reorganização do respectivo quadro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha sobre o direito á percepção do montepio que assiste aos machinistas navaes que não foram promovidos por occasião da reorganização do quadro, determinada pelo § 6º da lei n. 40 de 2 de fevereiro de 1892, e considerando que o decreto n. 779 B, desta data, equiparando o soldo dos machinistas navaes aos que percebem, em igualdade de patente, os officiaes das demais classes da Armada, estabelece que o montepio a que teem direito esses militares será correspondente á metade do soldo que passam a vencer; mas que os machinistas navaes não promovidos na reorganização do quadro, feita de accordo com o § 6º da lei n. 40 de 2 de fevereiro do corrente anno, haviam já concorrido, durante longo periodo de tempo, para o montepio com a quota correspondente ao antigo soldo, o que evidentemente lhes creou direito a perceberem suas familias o montepio equivalente a esse soldo antigo, decreta:

Art. 1.º Os machinistas navaes não promovidos por occasião da ultima reorganização do quadro, autorizada pela lei n. 40 de 2 de fevereiro de 1892, continuam a concorrer com a quota correspondente ao soldo antigo para suas familias terem direito a perceber o montepio correspondente a esse soldo.

Art. 2.º Logo, porém, que esses machinistas tiverem accesso, concorrerão com a quota correspondente ao soldo marcado pelo decreto n. 779 B desta data, e suas familias terão direito ao montepio correspondente ao novo soldo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de março de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*





## DECRETO N. 780 — DE 1 DE ABRIL DE 1892

Concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e a Luiz Geraldo Albernaz, prorrogação de prazo, quanto á concessão a que se refere o decreto n. 329 de 16 de maio de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representaram o Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e Luiz Geraldo Albernaz afim de levarem a effeito a concessão que lhes foi dada por decreto n. 329 de 16 de maio do anno passado, para edificar na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes casas destinadas á habitação de operarios e classes pobres ;

Decreta:

Fica prorogado por seis mezes, a contar desta data, o prazo de tres mezes, marcado na clausula 3<sup>a</sup> das que acompanharam o decreto n. 213 de 2 de maio do anno passado, e a que se refere o de n. 329 acima citado, para organização da companhia.

Capital Federal, 1 de abril de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 781 — DE 1 DE ABRIL DE 1892

Concede ao engenheiro Carlos Poma prorrogação de prazo quanto á concessão a que se refere o decreto n. 326 de 16 de maio de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o engenheiro Carlos Poma, afim de levar a effeito a concessão, que lhe foi dada por decreto n. 326 de 16 de maio do anno passado, para edificar na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes casas destinadas á habitação de operarios e classes pobres ;

Decreta:

Fica prorogado por seis mezes, a contar desta data, o prazo de tres mezes marcado na clausula 3<sup>a</sup> das que acompanharam o decreto n. 213 de 2 de maio do anno passado, e a que se refere o de n. 326 acima citado, para organização da companhia.

Capital Federal, 1 de abril de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 782 — DE 1 DE ABRIL DE 1892

Approva os planos dos edificios que João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa tem de construir para habitação de operarios e classes pobres.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa, cessionarios dos favores constantes do decreto n. 213 de 2 de maio do anno passado, a que se refere o de n. 330 de 16 do mesmo mez, para o fim de construirem, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, edificios destinados à habitação de operarios e classes pobres;

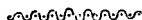
Decreta:

Ficam approvados, de accordo com o parecer da Inspectoria Geral de Hygiene, os planos que, à vista do disposto na clausula 2<sup>a</sup> das que acompanharam o primeiro dos citados decretos, foram apresentados com requerimento de 14 de agosto do dito anno.

Capital Federal, 1 de abril de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 783 — DE 1 DE ABRIL DE 1892

Declara caduca a concessão de que tratam os decretos ns. 322 de 16 de maio e 618 de 23 de outubro de 1891, dos favores da lei n. 3151 de 9 de setembro de 1882, relativamente aos edificios que Ernani Lodi Batalha, ou a companhia que por elle fosse organizada, tinha de construir para habitação de operarios e classes pobres.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que, dentro do prazo marcado nas clausulas 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> das que acompanharam o decreto n. 213 de 2 de maio de 1891, a que se referem os de ns. 322 de 16 de maio e 618 de 23 de outubro do dito anno, o cidadão Ernani Lodi Batalha, concessionario dos favores constantes do primeiro dos mesmos decretos para a construcção, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, de edificios destinados à habitação de operarios e classes pobres, não apresentou os respectivos planos, nem orga-

nizou companhia, e que, tendo obtido pelo citado decreto n. 618 prorrogação desse prazo por tres mezes, não cumpriu o disposto naquellas clausulas e nada mais allegou ou solicitou ;

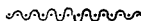
Decreta :

E' declarada caduca, na conformidade da clausula 25<sup>a</sup> do decreto n. 213 de 2 de maio de 1891, a concessão feita ao cidadão Ernani Lodi Batalha, de diversos favores para a construção de edificios destinados à habitação de operarios e classes pobres.

Capital Federal, 1 de abril de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 784 — DE 1 DE ABRIL DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas na assembléa geral de accionistas de 14 de dezembro do anno proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de abril de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO,

*Antão Gonçalves de Faria.*

**Alterações dos estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú, approvadas pela assembléa geral extraordinaria da mesma companhia em 14 de dezembro de 1891, a que se refere o decreto n. 784 de 1 de abril de 1892.**

A directoria da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú propõe à assembléa geral dos Srs. accionistas, hoje reunida, as seguintes modificações nos estatutos em vigor, approvados pelos decretos ns. 588 e 715, de 19 de junho e 4 de setembro de 1890 :

Art. 13.— Em vez de — seis membros, diga-se — tres membros.

O mesmo artigo § 7º.— Substitua-se pelo seguinte:

« O movimento das operações diarias da companhia será dirigido e fiscalizado por um director, sendo validas as deliberações accordes tomadas por dous directores.»

O mesmo artigo § 8º.— Substitua-se pelo seguinte:

« A directoria escolherá dentre si, no acto de ser empossada, o director presidente, o director secretario e thesoureiro e o director gerente.»

Art. 14 § 8º.— Supprimam-se as palavras que seguem á palavra — companhia.

Art. 15 § 3º.— Em vez de tres — diga-se — dous.

Art. 16.— Supprima-se.

Art. 17.— Passa a ser 16. A' palavra — secretario, acrescente-se — e thesoureiro.

O mesmo artigo § 5º.— Passa a ser 7º.— Em vez de vice-presidente — diga-se — presidente.

Art. 18.— Supprima-se, passando os §§ 1º e 2º para o artigo anterior com numeração de 5º e 6º.

Art. 19.— Passa a ser 17.— Em vez de gerentes — diga-se — director-gerente.

O mesmo artigo § 2º.— A palavra — thesoureiro, seja antecedida pela palavra — secretario.— Onde se diz — directores-gerentes — diga-se — director-gerente. Art. 20.— Passa a ser 18.— Em vez de seis — diga-se — tres fiscaes e tres supplentes.

Art. 21.— Passa a ser 19, ficando a ordem numerica dos artigos seguintes alterada em conformidade.

Art. 41. Supprima-se.

Em assembléa no Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1891.

Os directores— *Francisco Lopes Ferraz Sobrinho* — *José Cardoso Pereira* — *Custodio Olívio de Freitas Ferraz* — *Pedro José Bernardes* — *Joaquim José Valentino de Almeida*.



## DECRETO N. 785 — DE 1 DE ABRIL DE 1892

Altera os §§ 8, 9 e 10 das instrucções que baixaram com o decreto n. 471 de 1 de agosto de 1891 para a habilitação ao montepio e meio soldo dos officiaes do Exército e Armada.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expuzeram os Ministros de Estado dos Negocios da Guerra e da Marinha sobre a conveniencia de os officiaes do Exército e Armada se habilitarem perante a Auditoria de Guerra ou de Marinha a fim de evitar, além dos embaraços e difficuldades resultantes da habilitação perante a Pretoria, como preceituam os §§ 8, 9 e 10 das instrucções que baixaram com o decreto n. 471

de 1 de agosto de 1891, para a referida habilitação dos herdeiros dos officiaes, o acrescimo de despeza a que são obrigados os ditos herdeiros, que geralmente dispoem de fracos recursos pecuniarios :

Resolve que os citados §§ 8, 9 e 10 das instrucções que baixaram com o decreto n. 471 de 1 de agosto de 1891 sejam alterados respectivamente do seguinte modo:

§ 8. Dado o fallecimento do official, mandará o Quartel-General á Auditoria, dentro do prazo de oito dias, contados da data em que tiver conhecimento do facto, uma cópia authentica de tudo quanto constar das declarações respectivas.

§ 9. A Auditoria, á vista do documento de que trata o paragrapho antecedente, indicará no mais curto prazo possivel a quem cabem o montepio e meio soldo, mencionando tambem pela ordem seus herdeiros, dada a hypothese de, por lei, haver successão desse beneficio no caso de fallecimento do beneficiado.

§ 10. Semelhante indicação feita pelo auditor será tomada por termo pelo escrivão da Auditoria, extrahindo certidão, a requerimento da parte, que será assignada pelo auditor.

Ficam revogadas as disposições em contrario.

Os Ministros de Estado dos Negocios da Guerra e da Marinha assim o façam executar.

Capital Federal, 1 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*

*Francisco Antonio de Moura.*



#### DECRETO N. 786 — DE 1 DE ABRIL DE 1892

Transfere para o Ministerio da Marinha o serviço de balisamento dos portos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo art. 2º, § 14, do decreto n. 42 de fevereiro do corrente anno, resolve transferir para o Ministerio dos Negocios da Marinha o serviço de balisamento dos portos.

O Engenheiro Antônio Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, o faça executar.

Capital Federal, 1 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antônio Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 787 — DE 1 DE ABRIL DE 1892

Altera a observação constante da tabella n. 3, annexa ao decreto n. 691 de 28 de agosto de 1890.

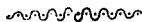
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o director da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, sobre as exigencias do serviço a seu cargo em relação ao pessoal da mesma estrada, resolve que a observação constante da tabella n. 3, annexa ao decreto n. 691, de 28 de agosto de 1890, tenha a seguinte alteração: Os agri-mensores, empregados como conductores, poderão passar a ajudantes de engenheiro residente e a engenheiros residentes de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de abril de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 788 — DE 8 DE ABRIL DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito extraordinario de 110:000\$ para occorrer ás despesas determinadas pelo art. 8<sup>o</sup> das disposições transitorias da Constituição Federal e decreto n. 6 de 21 de agosto de 1891.

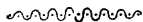
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 6 de 29 de agosto de 1891, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios do Interior um credito extraordinario de cento e dez contos de réis (110:000\$) para occorrer ao pagamento das despesas não só com a aquisição do predio em que falleceu o Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, mas também com os accessorios, assentamento e preparo do logar em que tem de ser collocada a lapide de que trata o art. 8<sup>o</sup> das disposições transitorias da Constituição Federal, e com a indemnisação do aluguel daquelle predio desde 24 de fevereiro do referido anno até 19 de fevereiro ultimo, em que foi lavrada a respectiva escriptura de compra, nos termos do citado decreto.

O Ministro de Estado dos Negocios do Interior assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 789 — DE 8 DE ABRIL DE 1892

Approva os planos e orçamentos para as obras necessarias ao escoamento das aguas pluvias através do aterro e muralha do caes no porto de Santos.

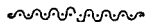
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Gaffrée, Guinle & Comp., concessionarios e constructores das obras de melhoramento do porto de Santos, resolve approvar os planos e orçamentos para as obras necessarias ao escoamento das aguas pluvias através do aterro e muralha do caes no porto de Santos, na importancia de setecentos quarenta e nove contos quinhentos cincoenta e seis mil seiscentos e cincoenta e dous réis (749:556\$452), deduzidas desta somma as seguintes quotas: de um conto quinhentos sessenta e oito mil réis (1:568\$), devida á redução de novecentos e oitenta metros cubicos (980<sup>m³</sup>,0) de escavação em terra feita na respectiva especificação sob n. 1, e de oitenta e um contos quinhentos e dezeseis mil oitocentos e oitenta réis (81:516\$880), correspondente ao volume do aterro supprimido em virtude das ditas obras, devendo a consequente importancia ser levada á conta do capital de que trata o decreto n. 9979 de 12 de julho de 1888.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 790 — DE 8 DE ABRIL DE 1892

Approva a planta apresentada pela Empresa das Obras de Melhoramento do Porto de Santos, no Estado de S. Paulo, para o prolongamento do caes desde a Capitania até ao Paquetá.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os concessionarios das obras de melhoramento do porto de Santos, no Estado de S. Paulo, resolve approvar a planta para as obras do prolongamento do caes em construcção desde a Capitania até ao Paquetá, e as modificações propostas e constantes da planta e edificação propostas e constantes da planta e requerimentos apresentados pelos mesmos concessionarios, tudo de conformidade com as clausulas que com este baixam assignadas pelo Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Capital Federal, 8 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

Clausulas a que se refere o decreto n. 790 desta data

## I

A planta approvada a que se refere o presente decreto é a que foi apresentada pela empresa e vae rubricada pelo chefe da 2ª Directoria das Obras Publicas.

## II

Fica autorisada a empresa a construir o caes desde a Capitania até ao Paquetá, de que trata a clausula 2ª do decreto n. 966 de 7 de novembro de 1890, nas mesmas condições do primitivo, isto é, caes completo com armazens dentro da faixa livre de 35 metros, vias ferreas e todos osapparelhos aperfeiçoados, necessarios ao movimento das mercadorias, ficando nesta parte modificada a supradita clausula.



## III

Para facilitar o serviço de carga e descarga, e desenvolver livremente o transitio das mercadorias, fica a empresa autorizada a permutar com a Municipalidade os terrenos necessarios e a fazer as desapropriações precisas, afim de alargar a rua marginal do caes, de modo a dar-lhe a largura regular de 20 metros, em toda a extensão do mesmo caes.

## IV

A empresa solicitará dos Ministerios da Fazenda e da Marinha a competente autorisação, quanto á demolição de construcções e aquisição de terrenos dependentes daquelles Ministerios, para o alargamento da supradita rua.

## V

Para o esgotamento das aguas pluvias da área da nova rua e das que a ella forem ter, na parte correspondente ao prolongamento do caes ora modificado, apresentará a empresa estudos para um systema completo de galerias e boeiros semelhante ao já projectado e approved para o trecho da Capitania do Porto ao Valongo.

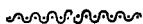
## VI

A empresa deverá apresentar o orçamento para as obras do prolongamento de caes e para o systema de esgoto das aguas pluvias, dentro do prazo de tres mezes e, para todas as mais obras, quando tenham ellas de ser executadas.

## VII

Continuam em vigor as condições estipuladas nas clausulas que acompanharam os decretos n. 9979 de 12 de julho de 1888, n. 10.277 de 30 de julho de 1889, n. 966 de 7 de novembro de 1890, n. 74 de 21 de março de 1891, e que pelo presente não foram alteradas.

Capital Federal, 8 de abril de 1892. — *Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 791 — DE 10 DE ABRIL DE 1892

Declara em estado de sitio o Districto Federal e suspende as garantias por 72 horas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando :

que foi commettido o crime de sedição, sahindo cidadãos a depor o Chefe do Governo Federal ;

que intentou-se revoltar contra as instituições nacionaes a força armada mantida para a defesa e garantia dessas mesmas instituições ;

que entre os autores e promotores da sedição se acham membros do Congresso Nacional, que gosam de immunesidades por lei prescriptas ;

que o crime commettido produziu grave commoção intestina (art. 48 n. 15 e art. 80 § 1º da Constituição Federal) ;

que é principal dever do Poder Executivo assegurar a ordem e a manutenção das instituições nacionaes ;

Resolve, usando das attribuições conferidas pelos citados artigos,

Decretar :

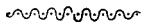
Artigo unico. E' declarado em estado de sitio o Districto Federal e suspensas as garantias constitucionaes, por 72 horas.

O Ministro de Estado dos Negocios do Interior o faça executar.

Capital Federal, 10 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 792 — DE 11 DE ABRIL DE 1892

Limita a quota dos emolumentos que pertence aos consules geraes, consules e vice-consules que não percebem vencimentos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de conformidade com a ultima parte do art. 5º do decreto n. 557 de 19 de setembro do anno proximo passado e com o § 4º do art. 5º da lei n. 26 de 30 de dezembro do referido anno,

Decreta :

Art. 1.º Aos consules geraes e consules que não perceberem vencimentos pertencerão os emolumentos até à quantia de

oito contos de réis annuaes. Quando não estiverem na direcção dos respectivos consulados, até á metade dessa quantia.

Aos vice-consules das residencias dos consules geraes e consules que tenham ou não vencimentos, nos casos de substituição, e aos outros vice-consules pertencerá a metade dos emolumentos, não podendo esta exceder, quanto aos primeiros, á metade dos vencimentos ou emolumentos do respectivo funcionario, e, quanto aos segundos, á quantia de oito contos de réis.

O saldo, pertencente ao Estado, entrará para o Thesouro Nacional pelo modo estabelecido no art. 3.<sup>o</sup> do decreto n. 557 acima indicado.

Art. 2.<sup>o</sup> Este decreto entrará em execução no dia 1 de junho proximo futuro.

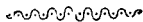
Art. 3.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de abril de 1892, 4.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 793 — DE 16 DE ABRIL DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Salinas da Margarida.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Salinas da Margarida, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas de 21 de setembro do anno proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de abril de 1892, 4.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

**Relação das alterações nos estatutos da Companhia Salinas da Margarida, a que se refere o decreto n. 793 de 16 de abril de 1892.**

1.<sup>a</sup> Que seja alterado o art. 4.<sup>o</sup> dos estatutos, ficando o capital reduzido a 1.250:000\$000.

2.<sup>a</sup> Que o art. 11 § 4.<sup>o</sup> fique assim redigido : « Fixar o numero, categoria, funções e vencimentos dos empregados. »

3.<sup>a</sup> Que o art. 14 § 1.<sup>o</sup> fique assim modificado : « Occupar-se especialmente da direcção e fiscalização de todo o serviço das salinas e fabricas, nomeando e demittindo todo o pessoal dellas ; podendo multal-o e suspendel-o. »

4.<sup>a</sup> Que seja supprimido o art. 14 § 2.<sup>o</sup>.

5.<sup>a</sup> Que, como medida de economia, seja reduzido o numero dos directores de tres para dous, ficando neste sentido alterados os artigos dos estatutos relativos ao assumpto, pela seguinte forma :

« Art. 10. A companhia será administrada por uma directoria composta de dous membros, dos quaes, um será o presidente, e o outro o gerente, eleitos pela assemblea geral dos accionistas. »  
(O mais como está no artigo.)

6.<sup>a</sup> Que supprimam-se o art. 10 §§ 7.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup> e art. 13.



**DECRETO N. 794 — DE 16 DE ABRIL DE 1892**

Abre ao Ministerio dos Negocios do Interior creditos supplementares para cobrir não só as despezas que excederam ás diversas verbas do orçamento de 1891, mas também ás que se fizeram com a sessão extraordinaria do Congresso Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 1.<sup>o</sup>, § 2.<sup>o</sup>, da lei n. 36 de 26 de janeiro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios do Interior creditos supplementares, na importancia total de dous mil quatrocentos e seis contos quinhentos oitenta e quatro mil quatrocentos setenta e dous réis (2.406:584\$472) para cobrir não só as despezas que excederam ás verbas abaixo mencionadas, relativas ao orçamento do exercicio de 1891, mas também ás que se fizeram com o subsidio dos membros do Congresso e com o serviço stenografico e de publicação dos respectivos debates, no periodo da sessão extraordinaria, decorrido de 18 de dezembro do anno passado a 22 de janeiro ultimo, a saber :

|                                                                                  |                |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| § 9. <sup>o</sup> Ajudas de custo de vinda e volta de senadores e deputados..... | 8:400\$000     |
| § 20. Soccorros publicos.....                                                    | 1.720:000\$000 |

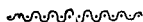
|                                                                           |              |              |  |             |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--|-------------|
| § 24. Assistencia à Infancia Desvalida (Asylo de Meninos Desvalidos)..... |              |              |  | 31:808\$712 |
| Subsidio dos senadores :                                                  |              |              |  |             |
| Em dezembro—exercício de 1891..                                           | 47:250\$000  |              |  |             |
| » janeiro » » 1892..                                                      | 75:450\$000  | 122:700\$000 |  |             |
| Secretaria do Senado :                                                    |              |              |  |             |
| Serviço stenographico e publicação dos debates :                          |              |              |  |             |
| Em dezembro—exercício de 1891..                                           | 19:193\$530  |              |  |             |
| » janeiro » » 1892..                                                      | 10:615\$140  | 29:838\$670  |  |             |
| Subsidio dos deputados :                                                  |              |              |  |             |
| Em dezembro—exercício de 1891..                                           | 172:200\$000 |              |  |             |
| » janeiro » » 1892..                                                      | 272:250\$000 | 444:450\$000 |  |             |
| Secretaria da Camara dos Deputados :                                      |              |              |  |             |
| Serviço stenographico e publicação dos debates :                          |              |              |  |             |
| Em dezembro—exercício de 1891..                                           | 24:112\$900  |              |  |             |
| » janeiro » » 1892..                                                      | 25:274\$190  | 49:387\$090  |  |             |

O Ministro do Estado dos Negocios do Interior assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 795 — DE 18 DE ABRIL DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 73:500\$000 para despesas com o Asylo da Mendicidade, no actual exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que ainda não teve execução a lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, que reorganizou os serviços federaes, e em virtude da qual deve ser transferido para a Municipalidade o Asylo da Mendicidade e que o Congresso Federal, no presuppuesto da reorganização, supprimiu no art. 4º da lei n. 26 de 30 de dezembro ultimo a verba para as despesas daquelle estabelecimento, resolve abrir o credito de setenta e tres contos e

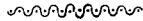
quinhentos mil réis (73:500\$), para custeio do referido asylo, no actual exercicio, e até ser elle desligado deste Ministerio, de accordo com a citada lei.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de abril de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 796 — DE 23 DE ABRIL DE 1892

Declara que o disposto no art. 51 do regulamento de 18 de janeiro de 1890 não comprehende as sociedades anonymas que tenham por fim a industria da pharmacia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

O disposto no art. 51 do regulamento annexo ao decreto n. 169 de 18 de janeiro de 1890, em cuja conformidade é prohibida a associação entre medico ou cirurgião e pharmaceutico para a exploração da industria da pharmacia, não comprehende as sociedades anonymas que tenham por fim aquella industria.

Capital Federal, 23 de abril de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 797 — DE 23 DE ABRIL DE 1892

Abre o credito de 6:800\$000 para melhoria dos salarios dos guardas, porteiro e trabalhadores dos jardins da Praça da Republica, Passeio Publico e viveiro da Quinta da Boa-Vista em S. Christovão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, reconhecendo a insufficiencia das diarias de mil seiscentos sessenta e seis réis (1\$666) e dous mil réis (2\$000) que percebem os guardas, porteiros e trabalhadores dos jardins da Praça da Republica, Passeio Publico e viveiro da Quinta da Boa-Vista em S. Christovão, e usando da autorização que lhe foi concedida no § 2<sup>o</sup> do art. 8<sup>o</sup> da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir o credito de seis contos e oitocentos mil réis (6:800\$) que adicionados aos

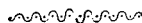
de que trata o decreto n. 736 de 13 de fevereiro ultimo, será applicado no augmento daquellas diarias para dous mil e quinhentos réis (2\$500), tanto de uns como de outros dos mencionados operarios, a contar de 1 de março ultimo.

O Engonheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 23 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



#### DECRETO N. 793 — DE 23 DE ABRIL DE 1892

Accepta da Companhia Agricola de Campos a desistencia que faz da garantia de juros do seu engenho central nos Ayriizes e transformação da Usina Barcellos.

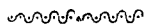
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz a Companhia Agricola de Campos, concessionaria, por decreto n. 10.135 de 29 de dezembro de 1888, da garantia de juros sobre o capital de mil e cem contos de réis (1.100:000\$) para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna nos Ayriizes e transformação da Usina Barcellos, municipio de Campos, Estado do Rio de Janeiro, resolve acceptar a desistencia que essa companhia faz de tal garantia, ficando assim exonerado o Estado do pagamento eventual dos juros sobre esse capital.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 23 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



#### DECRETO N. 799 — DE 23 DE ABRIL DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Commercio

e Industria, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas na assembléa geral de accionistas de 29 de fevereiro do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Artão Gonçalves de Faria.*

### Alterações dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria, a que se refere o decreto n. 799 de 23 de abril de 1892.

Art. 5º. — Substitua-se por :

« O capital é de 1.250:000\$, dividido em 12.500 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado por deliberação da assembléa geral, tendo os accionistas preferencia ás novas emissões, na proporção das acções que possuirem, e podendo a directoria estipular um agio que será levado ao fundo de reserva.»

Art. 6º. — Substitua-se por :

« O capital é formado por 5.000 acções já integralisadas e de mais as actuaes acções com chamadas feitas de 50 % que serão substituidas na proporção de uma integralizada para cada duas com 50 % realizados.»

Art. 7º. — Substitua-se por :

« Aos accionistas, que ainda se acham em atraso, é concedido para realizarem suas entradas o prazo de 60 dias a contar da data da assembléa geral, em que forem approvados estes estatutos, cobrando-se os juros na razão de 1 % ao mez desde a data em que deviam ter realizado as respectivas entradas.

Fin lo este prazo, pagarão juros na razão de 3 % ao mez até que a directoria pareça acertado decretar o commisso, precedendo na fôrma da lei.»

Art. 8º § 4º. — Substitua-se por :

« Subserover, comprar, vender, por conta de terceiros, fundos geraes e acções, letras hypothecarias, titulos de preferencia, acções de bancos e companhias, e quinhões.»

Art. 8º § 5º. — Substitua-se por :

« Descontar letras do Thesouro, de bancos, companhias e da praça ; emprestar sobre caução de valores e de titulos, em geral, que tenham cotação na Bolsa, com a necessaria margem.»

Art. 8º § 7º. — Substitua-se por :

« Contractar a introdução de immigrants, trabalhadores agricolas ou operarios por conta de terceiros.»



Art. 8º § 9º. — Substitua-se por :

« Fazer todas as operações bancarias commerciaes ou industriaes que convierem ; sendo, porém, exceptuadas as de credito real e de circulação. »

Art. 8º § 10. — Substitua-se por :

« Fornecer aos Governos Federal ou dos Estados, aos arsenaes de marinha e guerra, a empresas, a estradas de ferro, etc., quaesquer generos, quer nacionaes, quer estrangeiros.

Comprar navios de vela ou a vapor para portos nacionaes ou estrangeiros, alugar trapiches ou armazens. Fornecer material fixo ou rolante, carvão para forjas ou machinas, a empresas, a estradas de ferro ou particulares. »

Art. 12. — Substitua-se por :

« As assembléas geraes serão presididas por um accionista, nomeado pela assembléa dentre os presentes, servindo de secretarios dous accionistas que elle indicar e forem approvados pela assembléa. »

Art. 18. — Substitua-se por :

« Tendo resignado o mandato dous dos directores, fica a administração geral da sociedade reduzida de cinco a tres membros, os quaes dentre si designarão presidente e dous gerentes. »

Art. 21. — Substitua-se por :

« O mandato dos directores durará tres annos, excepto a primeira directoria que será por seis annos, podendo ser reeleita. »

Art. 26. — Substitua-se por:

« A directoria reunir-se-ha todas as vezes que os interesses da companhia o exigirem, ou, pelo menos, uma vez mensalmente. »

Art. 29. — Substitua-se por :

« Os dous directores gerentes substituem o presidente na ordem por este designada. »

Art. 30 § 2º. — Substitua-se por:

« Despachar o expediente da companhia, assignar a correspondencia, cheques, letras e documentos, que importarem responsabilidade para a companhia. »

Art. 31. — Substitua-se por:

« Na reunião ordinaria da assembléa geral se procederá á eleição de tres fiscaes e outros tantos supplentes dentre os accionistas possuidores pelo menos de 50 acções, cujo mandato durará um anno, podendo, porém, ser renovado. »

Art. 34. — Substitua-se por:

« Os fiscaes poderão assistir, com voto consultivo, ás reuniões da directoria, e deverão reunir-se todas as vezes que forem convidados.

Receberão como compensação de seus serviços uma bonificação de 100\$ mensaes. »

Rio de Janeiro, 29 de março de 1892.— Dr. *C. Cotrim da Silva*, presidente.— *A. Drolhe*, gerente.— *F. Franzoni*, gerente.

Concordamos.— *Hermano Joppert*.— *Barão de Paranapiacaba*.— *João Silveira de Souza*.— *C. M. Lage*.— *Manoel de Mattos Gonçalves*.



## DECRETO N. 800 — DE 23 DE ABRIL DE 1892

Autorisa a transferencia do contracto para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Maceió á extincta colonia Leopoldina.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o engenheiro José de Barros Wanderley de Mendonça, concessionario do privilegio para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Maceió á extincta colonia Leopoldina, no Estado das Alagoas, com um ramal para Porto Calvo, a que se refere o decreto n. 955 de 5 de novembro de 1890, resolve autorisar a transferencia da mesma concessão á Companhia Industrial do Norte, com todos os onus e vantagens especificadas nas clausulas que acompanham o supradito decreto.

O Engenheiro Antônio Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar,

Capital Federal, 23 de abril de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antônio Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 801 — DE 28 DE ABRIL DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio e Industria Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercio e Industria Nacional, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas na assembléa geral de accionistas de 9 de dezembro do anno proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de abril de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antônio Gonçalves de Faria.*

## Alterações dos estatutos da Companhia Commercio e Industria Nacional, a que se refere o decreto n. 801 de 28 de abril de 1892.

Art. 4.º O capital será de 600:000\$, dividido em acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado por deliberação dos accionistas, que terão nesse caso preferencia ás acções que accrescerem, na proporção das que já possuirem.

Art. 6.º O accionista que não effectuar a sua entrada no prazo marcado fica sujeito ás disposições do art. 27 e seus paragraphos do regulamento das sociedades anonymas datado de 20 de outubro de 1890, á opção da directoria.

Art. 11. A administração da companhia será e imposta de um director que nos impedimentos será substituído por accionista idoneo convidado pelo conselho fiscal.

Art. 12. A eleição sera feita por escrutinio secreto e maioria de votos.

O mandato durará cinco annos e poderá ser renovado e perceberá o honorario de 10:000\$ annuaes, pagos mensalmente.

Art. 15. Quando por motivo de fallecimento, resignação do cargo, se verificar a vaga, o conselho fiscal preencherá-a-ha nomeando accionista em condições de elegibilidade, que exercerá o mandato até á primeira reunião da assemblea geral, que confirmará ou não a nomeação.

Art. 19. São attribuições e deveres do director :

1.º Executar e fazer executar os estatutos, as deliberações da assemblea geral e tomar conhecimento diario das operações da companhia ;

3.º Assignar o balanço e contractos que tiverem sido autorisados, titulos e papeis referentes ao serviço da companhia ;

5.º Organizar e apresentar á assemblea geral dos accionistas nas reuniões ordinarias o relatorio annual das operações da companhia ;

6.º Gerir e administrar com plenos poderes todos os negocios da companhia, assignar contractos e documentos de qualquer ordem.

Art. 23. As reuniões da assemblea geral serão presididas pelo director, que escolherá dentre os accionistas presentes um secretario para compor a mesa.

Suas deliberações serão tomadas *per capita*, devendo porém ser tomadas pela representação do capital si o requererem um ou mais accionistas.

Art. 29. Da quantia destinada a ser distribuida como dividendo, si for ella excedente a 15 %, o excesso será dividido em duas partes iguaes : uma poderá ser applicada á conta de integralização das acções, a outra será distribuida igualmente entre os incorporadores. Logo que esteja integralizado o capital social, passará a quota destinada á integralização das acções a fazer parte dos dividendos, ou será levada á conta de lucros suspensos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1892.— *Christiano Brito Vieira Pinto.*



## DECRETO N. 802 — DE 28 DE ABRIL DE 1892

Marca prazo aos empregados diplomaticos e consulares para partirem para seus destinos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tomando em consideração o que lhe expoz o Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Decreta:

Art. 1.º Os empregados diplomaticos e consulares nomeados e removidos partirão para seus destinos, sob pena de perderem os respectivos cargos, no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a communicação official, cujo recebimento será logo accusado; salvo os casos em que, por conveniencia do serviço, o Governo entender que devam fazel-o em prazo mais curto.

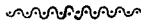
Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores o aça executar.

Capital Federal, 28 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 803 — DE 28 DE ABRIL DE 1892

Approva o plano, perfil e orçamento da ferro-via para o engenho central de Cucau, de propriedade da Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, na forma do § 2º do art. 2º do regulamento approved por decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889, resolve approvar o plano, perfil e orçamento para a construcção da ferro-via que tem de servir ao engenho central de Cucau, no Estado de Pernambuco, de propriedade da Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco, e que com este vão assignados pelo Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim fará executar.

Capital Federal, 28 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

Orçamento da ferro-via agricola de Cucaú a Ribeirão para o serviço da fabrica em Cucaú, de propriedade da Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco, approved por decreto n. 803 desta data,

### BITOLA 0<sup>m</sup>,75

|                                          |                   |
|------------------------------------------|-------------------|
| Linha principal de Cucaú a Ribeirão..... | Kil. 23.660       |
| Ramal do engenho Dous Braços.....        | » 2.880           |
| Desvios e linhas de serviço.....         | » 660             |
|                                          | <hr/> Kil. 27.200 |

### ORÇAMENTO GERAL

|                                                                                                                     |                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| <b>1.º Estudos e locação da linha :</b>                                                                             |                             |
| Exploração e locação da linha em kil. 27.200, por kilometro 200\$000.....                                           | 5:440\$000                  |
| <b>2.º Trabalhos preparatorios :</b>                                                                                |                             |
| Rocada, destocamento e limpeza do terreno em uma largura de 10 metros 272 <sup>m²</sup> ,000 a 40 réis..            | 10:880\$000                 |
| <b>3.º Movimento de terra :</b>                                                                                     |                             |
| Excavação de 125.120 metros cubicos com 120 <sup>m</sup> de transporte mólio, sendo :                               |                             |
| Excavação em terra 85 % 115.600 <sup>m³</sup> a \$500                                                               | 57:800\$000                 |
| » » pedra solta 5 % 6.800 <sup>m³</sup> a 1\$500                                                                    | 10:200\$000                 |
| » » pedreira 2 % 2.720 <sup>m³</sup> a 3\$500                                                                       | 9:520\$000                  |
|                                                                                                                     | <hr/> 125.120 <sup>m³</sup> |
| <b>4.º Obras de arte :</b>                                                                                          |                             |
| Alvenaria de pedra com argamassa de cal de 1:3 para boeiros e pontilhões, 600 <sup>m</sup> a 15\$000...             | 9:000\$000                  |
| <b>5.º Superstructura da linha :</b>                                                                                |                             |
| Trilhos e accessorios incluindo desvios, sendo os trilhos de 12 kilos por metro corrente, 718 tons. a 160\$000..... | 114:880\$000                |
| <b>6.º Dormentes de madeira de lei :</b>                                                                            |                             |
| De 1 <sup>m</sup> ,80 + 0 <sup>m</sup> ,18 + 0 <sup>m</sup> ,12,34.000 a 700 réis.....                              | 23:800\$000                 |
| <b>7.º Material rodante :</b>                                                                                       |                             |
| Duas locomotivas a 16:940\$000.....                                                                                 | 33:880\$000                 |
| 90 vagões para transporte de cannas, a 1:280\$000.                                                                  | 115:200\$000                |
| <b>8.º Assentamento da via permanente :</b>                                                                         |                             |
| Assentamento e lastramento da linha em 27.200 kilometros, por kil. 800\$000.....                                    | 27:760\$000                 |
| <b>9.º Administração e eventuaes.....</b>                                                                           |                             |
|                                                                                                                     | <hr/> 22:644\$400           |
| <b>Total.....</b>                                                                                                   | <hr/> <b>441:004\$400</b>   |

Capital Federal, 28 de abril de 1892.— *Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 804 — DE 29 DE ABRIL DE 1892

Concede ao Banco de S. Paulo a renuncia, que pediu, do direito de emitir bilhetes ao portador, pagaveis em ouro.

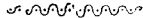
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de S. Paulo, por seu presidente, autorizado pelos respectivos accionistas, em assembléa geral extraordinaria de 10 de março do corrente anno, resolve conceder-lhe a renuncia, que pediu, do direito, que lhe foi conferido pelo decreto n. 10.387 de 5 de outubro de 1889, de emitir bilhetes ao portador, pagaveis em ouro.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



Sr. Vice-Presidente da Republica — O decreto n. 684 C de 21 de novembro de 1891 mandou observar o regulamento para a execução do de n. 169 de 25 de abril do mesmo anno, que determinou fossem as facturas consulares comprehendidas entre os documentos mencionados no § 1º do art. 491 da *Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*, para o despacho de generos ou mercadorias sujeitas a direitos.

Tendo, porém, suscitado sérias reclamações muitos artigos daquelle regulamento, resolveu o Governo, pelo decreto n. 705 de 30 de dezembro proximo findo, adiar a sua execução para serem convenientemente apreciadas as duvidas que se levantaram e estudadas as modificações que deviam ser feitas na legislação competente « afim de que das facturas consulares resultem para o commercio de importação e para a fiscalização aduaneira do Brazil as vantagens que estão colhendo outros paizes da America ».

No incluso decreto e regulamento, que submetto á vossa approvação, fiz consignar algumas das modificações que me foram suggeridas, como outras aconselhadas por mais detido exame da materia. Assim é que admittiu-se a possibilidade de falta de uma ou outra declaração, inclusive a do valor da mercadoria, sem que isso inutilise a factura, que, não obstante, não deverá ser authenticada, si se afastar dos termos indicados no modelo.

Substituiu-se a conferencia consular pelo — *Visto* — ficando, porém, patente que este não deve ser considerado como simples formalidade. A fiscalização consular, mais ou menos completa, é o que caracteriza a factura; si esta fosse absolutamente impossivel, seria preferivel revogar o decreto de abril e eliminar da tabella

do de n. 1327 D de 31 de janeiro de 1891 o emolumento respectivo.

Foi eliminada a declaração de que o Governo não concorrerá com despesa alguma para as averiguações consulares, ficando assim aos consules a faculdade de as reclamar, quando as fizerem, sem que por isso seja o Governo obrigado a attendel-os.

Deu-se ao exportador a faculdade de apresentar a sua factura ou ao consul do logar da primeira expedição, ou ao do ponto de embarque da mercadoria, como mais lhe convier.

Não se fez questão da apresentação dos recibos de bordo no acto da apresentação da factura.

O consul os exigirá quando os julgar necessários, pois que, em rigor, segundo a redacção do decreto de 25 de abril, sòmente foram considerados indispensaveis ao consul que residir em logar que não seja aquelle *onde o navio recebe carga*.

Não se exige a remessa da factura de um agente consular no interior a outro que resida no porto do embarque, nem a lista de que tratava o regulamento de novembro, nem a cópia.

Separou-se do consul tudo quanto possa parecer que lhe imprime a qualidade de unico arbitro — da mercadoria facturada; fica sendo antes o intermediario para a remessa de documentos presumidos verdadeiros pela affirmacção de quem os passa com a sua exclusiva responsabilidade, que será depois apurada na Alfandega; parecendo certo que elle empregará tolos os esforços para não enviar documentos cuja veracidade seja contestada.

Extingue-se a legalisação por negociantes da praça, em falta de autoridades.

Ficam isentas da factura as amostras de pouco valor e as mercadorias cujos direitos não excederem de 10\$, considerando-se que essas excepções estabelecidas pelo art. 387, § 2º, e art. 551 da *Consolidação* deslocam taes objectos da categoria dos sujeitos a direitos.

Estende-se a obrigação da factura consular aos generos isentos de direitos, por parecer que evidentemente houve engano na expressão do decreto de 25 de abril, ou omissão, e que, em vez de — sujeitos a direitos — deveria ser — sujeitos ou não.

Não é justo que se exija a factura consular por qualquer volume e não seja exigida por um carregamento completo de carvão, de machinas ou de trilhões.

Concede-se a legalisação pelo chanceller em certas circumstancias, e providencia-se para maior facilidade nesse serviço.

Além dessas modifficações, foram consignadas novas disposições, nas quaes : 1º, permite-se a mudança do consignatario, depois de legalisada a mercadoria facturada ; 2º, indica-se a conveniencia da remessa de amostras das mercadorias facturadas, todas as vezes que isso for possivel ; 3º, previne-se a possibilidade de extravio do exemplar dado ao exportador ; 4º, dá-se à factura consular o character de escriptura publica ; 5º, autorisa-se o exportador a passal-a à ordem, endossal-a e negocial-a ; 6º, providencia-se sobre a traducção ; 7º, estende-se a factura consular às mercadorias importadas pela fronteira terrestre.

Entretanto, julguei acertado incluir no presente decreto a clausula de ficarem dependentes de approvação do Congresso Nacional o decreto n. 169 de 25 de abril de 1891, assim como o presente regulamento, continuando o adiamento determinado pelo de 30 de dezembro do mesmo anno, até que elle resolva sobre o assumpto, pelas seguintes razões :

A adopção da factura consular, ainda que seja um compromisso resultante da Conferencia Internacional Americana, em que o Brazil tomou parte, não foi consagrada por acto do Poder Legislativo. Vem apenas indicá-la entre os emolumentos da tabella que acompanhou o decreto n. 1327 D de 31 de janeiro de 1891, sem que houvesse, nem antes, nem posteriormente, decreto especial do Governo Provisorio, tendente a revogar ou alterar de qualquer modo a legislação respectiva.

Foi creada pelo decreto do Poder Executivo n. 169 de 25 de abril de 1891. Sua instituição, embora utilissima, encarada sob certo aspecto, implica com disposições em vigor, altera o systema firmado pelo Código Commercial e traz como consequencia profundas modificações, não só no serviço da exportação para o Brazil, inclusive o que está nas attribuições consulares, como ainda nos serviços aduaneiros.

Pareceu-me que, não estando bem patente o enho da competencia do Poder que creou a factura consular, por mais criteriosas e conciliadoras que sejam as disposições que regulem a sua execução, não serão ellas ac-oitas sem repugnancia e reclamação dos interessados, que hão de continuar com os seus clamores, com prejuizo dos grandes interesses do commercio.

Capital Federal, 29 de abril de 1892.— *F. de Paula Rodrigues Alves.*

#### DECRETO N. 805 — DE 29 DE ABRIL DE 1892

Modifica o regulamento mandado observar pelo decreto n. 684 C de 21 de novembro de 1891, sobre a exigencia das facturas consulares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve modificar o regulamento mandado observar pelo decreto n. 684 C de 21 de novembro de 1891, para execução do de n. 169 de 25 de abril do dito anno, sobre a exigencia das facturas consulares, ficando, porém, dependentes de approvação do Congresso Nacional o supracitado decreto de 25 de abril de 1891, assim como o respectivo regulamento, que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, e prorogado o prazo para a exhibição das mesmas facturas, até que seja concedida essa approvação.

Capital Federal, 29 de abril de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*P. de Paula Rodrigues Alves.*



**Regulamento a que se refere o decreto n. 805 de 29 de abril de 1892**

Art. 1.º A datar de 1 de \_\_\_\_\_, de conformidade com os decretos n. 1327 D de 31 de janeiro e n. 169 de 25 de abril de 1891, a factura de que trata o art. 491, § 1º, da *Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas*, será a factura consular recomendada pela Conferencia Internacional Americana e já adoptada em quasi todos os paizes da America.

Art. 2.º A factura consular acompanhará as mercadorias que houverem de ser expedidas de paiz estrangeiro para o Brazil, e será formulada pelo modelo annexo.

Não são exceptuadas as mercadorias que forem introduzidas pelas fronteiras terrestres (art. 385, § 1º, da *Consolidação*), para as quaes haverá no modelo a conveniente modificação.

§ 1.º Os exemplares necessarios ao exportador serão fornecidos pelos consules brasileiros, que tenham de legalisal-a.

§ 2.º Poderão ser impressos no idioma do paiz da expedição (art. 386 da *Consolidação*), ou no que alli predominar, em inglez, francez, allemão, portuguez, hespanhol ou italiano. Mas o — visto — consular, o selo e as respectivas observações devem ser impressos ou escriptos no idioma portuguez.

§ 3.º É permittido ao exportador apresentar já traduzida a relação das mercadorias, ainda que os exemplares fornecidos pelo consul estejam impressos no idioma do paiz da expedição (decreto n. 4968 de 24 de maio de 1872, arts. 101, 104 e 106, e arts. 369, paragrapho unico, e 386, n. 6, da *Consolidação*).

§ 4.º Quando a relação da factura não vier traduzida, e for indispensavel a traducção, para firmar com segurança a significação de seus termos, sel-o-ha de conformidade com o disposto no art. 386 ns. 2 a 17 da *Consolidação*.

Art. 3.º Para realizar a factura consular, o exportador formulara em tres exemplares iguaes a relação dos artigos a embarcar para os portos do Brazil. Essa relação deve conter com toda a fidelidade — os nomes da embarcação que os deve transportar, e de seu commantante, assim como a nacionalidade daquelle, as marcas, os numeros, peso ou medida, especie e quantidade dos volumes, quantidade, qualidade ou natureza, valor procedencia e destino das mercadorias (arts. 368, 385, § 4º, n. 3, 390, n. 2, 523, 524 da *Consolidação*, e 575 do *Codigo Commercial*).

Assim formulada, será apresentada ao consul brasileiro, ou a quem suas vezes fizer, qualquer que seja a sua denominação, para que este a legalise (arts. 369, 372 e 385 § 4º, n. 2, da *Consolidação*).

§ 1.º Quando a relação das mercadorias não couber na respectiva folha, poderá ser continuada em folha supplementar nas mesmas condições (art. 8º, § 4º).

§ 2.º Da declaração relativa ao peso deve constar tanto o peso liquido como o bruto, conforme o exigir a natureza ou especie dos generos (art. 491, § 5º, da *Consolidação*).

§ 3.º Não ha limite para o valor da mercadoria facturada, o qual deve ser sempre acompanhado da declaração de ser o valor

dado na fabrica ou no commercio, comprehendidas as despesas inherentes á acquisição e á expedição, as quaes não precisam ser especificadas.

§ 4.º A indicação da origem ou procedencia, de que trata o § 1.º do art. 491 da *Consolidação*, será completa, não dispensando a declaração de haverem sido adquiridas na fabrica ou no commercio.

§ 5.º A prova do destino constará : 1.º, da indicação do lugar para onde a mercadoria é enviada ; e, si este for no interior do porto do Brazil, por cujo intermedio seguirá ; 2.º, da entidade a quem é dirigida ou consignada, si não for á ordem (art. 491, § 2º, n. 2. da *Consolidação*).

§ 6.º O peso, medida, quantidade, qualidade e valor serão regulados pelas leis e pelos usos do lugar da remessa ou procedencia (arts. 491, § 2º, ns. 5 e 6, 501, 504 e 523 da *Consolidação*).

§ 7.º Excepto a parte relativa ao numero, marca dos volumes e addições parciaes de preços, si as houver, todas as declarações serão escriptas por extenso, devendo ser feitas por algarismo e tambem por extenso as relativas ao peso, medida e quantidade (art. 491, § 4º, da *Consolidação*).

§ 8.º Nenhuma mercadoria é isenta destas formalidades, ainda que venha como lastro (art. 491, § 4º, da *Consolidação*), ou tenha de ser despachada livre de direitos de importação por tolerancia expressa na tarifa ou por concessão especial de lei.

Exceptuam-se as amostras de pequeno valor, e as mercadorias cujos direitos não excederem de 10\$ (arts. 387, § 2º, e 551 da *Consolidação*).

Art. 4.º Cada exemplar da factura deve ser assignado pelo proprietario, vendedor ou embarcador da mercadoria facturada.

§ 1.º No caso de impossibilidade destes, será assignado por agente seu, devidamente autorisado por meio de procuração apresentada ao Consulado.

§ 2.º O signatario deve declarar :

I. Que a factura é verdadeira em tudo quanto relata, e representa fielmente as quantidades, qualidades, peso ou medida e valor dos artigos mencionados; incluidas todas as despesas até á expedição.

II. Que não forneceu nem fornecerá outra factura com os artigos, quantidades e valores indicados nella.

Art. 5.º Não é necessario uma factura para cada marca, si as diferentes marcas tiverem a mesma consignação.

§ 1.º Póde, entretanto, haver uma factura para cada marca, ou para alguma das marcas dirigidas a uma só consignação, si assim convier ao exportador, pagando neste caso o emolumento correspondente a cada uma das facturas que exhibir.

§ 2.º Uma factura não comprehenderá mercadorias consignadas a diversos, nem embarcadas em diversos navios.

§ 3.º Não é vedado ao exportador mudar de consignação depois de legalisada uma factura.

Neste caso, proceder-se-ha como determina o § 3º do art. 8º.

Art. 6.º Os tres exemplares de cada factura, cópias exactas

um dos outros, são considerados como um só, e sujeitos a uma só despesa para a legalisação consular.

§ 1.º Não devem conter emendas, entrelinhas, rasura ou cousa que duvida faça, sem a ressalva, de que o consul fará menção na columna das observações (art. 385, § 4º, n. 4, da *Consolidação*).

§ 2.º Não devem ter claros, que possam ser posteriormente cheios. Os espaços em branco, que não estiverem ou não forem preenchidos na apresentação, devem ser annullados por meio de traços com tinta (art. 372 da *Consolidação*).

§ 3.º Os numeros de cada um devem ser escriptos à mão.

Art. 7.º Ao consul não é dado retardar o — visto — nem reter as facturas além do tempo indispensavel para proceder às averiguações que julgue necessarias sobre o conteúdo ou affirmação das mesmas.

Quando isto succeder, deverá declarar quaes as circumstancias que occorrem a respeito da mercadoria, ou baseado simplesmente na sua opinião, ou por effeito de investigações a que haja procedido, deixando ao importador a obrigação de provar o contrario, na Alfandega.

§ 1.º Para que este serviço seja perfeitamente executado, o consul deve habilitar-se, quanto possível, a conhecer as qualidades das mercadorias que se exportam do districto de sua jurisdição, assim como os pesos, medidas, taras, preços, despesas, descontos, usos da praça, etc., etc., de modo a poder conhecer si as declarações da factura são precisamente as que devem ser feitas.

§ 2.º Quando não houver inconveniente, e em casos especiaes, deve exigir amostras, que enviara à Alfandega, principalmente si as declarações da factura não forem bastante claras e explicitas.

Estas amostras serão presas a um cartão, indicados os pormenores necessarios para que sobre ellas não haja engano, e rubricadas pelo consul; convindo que tragam tambem a assignatura do embarcador da mercadoria ou de seu agente.

Si este não se prestar a fornecer-las, o consul procurará haver-las de outra parte, no caso de ser possível; fazendo d'isto menção, como da falta do assignatura por motivo de recusa, além de que a Alfandega aprecie o facto.

§ 3.º Quando tiver motivos para suppor que se pretende fazer passar, como producto de paiz favor-cido por convenio celebrado com o Brazil, mercadoria havida de outro paiz, tratará de obter documentos comprobatorios para envia-los à respectiva Alfandega; e, com a base offerecida por esses documentos, dará conhecimento da fraude às repartições locais competentes.

Art. 8.º A legalisação será feita por meio do—visto—e sello do Consulado sobre cada um dos exemplares, e datada.

§ 1.º As observações consulares serão escriptas na margem em branco, destinada para ellas, ao lado direito da factura.

§ 2.º Si faltar alguma das declarações de numero, peso, medida ou valor, ou si o consul entender que a declaração feita não é verdadeira, e lhe faltar tempo para suppril-a legtimamente ou verificar sua exactidão; ou si desse facto resultar demora do

navio ou prejuizo de qualquer especie para a mercadoria ou para o carregador, declarará, motivando, que aquellas condições lhe são desconhecidas (art. 582 do Código Commercial, 1.<sup>a</sup> alinea).

§ 3.º Quando houver mudança de consignação, depois de legalizada uma factura, o consul fará nos exemplares desta a declaração de ficar ella sem effeito, e legalisará, mediante novos emolumentos, a que lhe for apresentada com a mudança da consignação; registrando o facto na columna das observações, sem referencia ao consignatario substituido (art. 579 do Código Commercial).

§ 4.º Si houver folhas supplementares, o consul fará declaração disso, e repetirá o—visto — em cada uma dellas.

§ 5.º Quando o consul não conhecer a firma do exportador signatario da factura, exigirá que seja reconhecida pelos meios legaes.

§ 6.º Salvo o disposto no § 2.<sup>o</sup>, não authenticará factura que não esteja nos termos deste regulamento (art. 374 da *Consolidação*).

Art. 9.º O consul entregará um dos exemplares da factura a pessoa que a apresentou; enviará outro à Alfandega do porto a que se destinar a mercadoria, e archivará o restante.

§ 1.º No impedimento do consul, a factura será visada pelo chanceller, e, na falta deste, pelo empregado que aquelle autorisar, fazendo-se declaração na columna das observações.

§ 2.º Quando houver adjuencia de serviço, para que não soffra o interesse dos exportadores, o consul visará o exemplar que tenha de ser enviado à Alfandega, podendo ser os outros visados pelo chanceller, fazendo-se especial menção do facto, como no paragrapho anterior.

§ 3.º A remessa à Alfandega deve ser feita por intermedio do capitão do navio (art. 377 da *Consolidação*), juntamente com o manifesto, ou pela mala; nunca por intervenção da parte interessada.

§ 4.º Depois do sellada abaixo da primeira pagina, no canto á esquerda, como numero consular (art. 6.<sup>o</sup>, § 3.<sup>o</sup>) que lhe couber, assignalada a importancia dos emolumentos recebidos e o nome do Consulado, será a factura collocada em um envelope carimbado com a data e o nome do Consulado e cintado em cruz com fita estreita, lacrada com o sello consular.

Art. 10. Si os inspectores das Alfandegas, no desempenho de seus deveres, pedirem aos consules cópia dos documentos relativos ás facturas consulares, ou das proprias facturas, archivadas nos respectivos Consulados, estes a fornecerão promptamente.

Aos interessados darão certidão, quando a requererem, ainda no caso de extravio do exemplar da factura primitiva, authenticando-a mediante a importancia do emolumento pago pelo original (art. 580 do Código Commercial).

Art. 11. A factura consular tem a força que o art. 587 do Código Commercial deu aos conhecimentos de carga, por ella substituidos; e, como aquelles, pôde ser passada á ordem (art. 368, n. 7, da *Consolidação*) e transferivel e negociavel por endosso.

Não exclue os recibos, que, segundo o art. 578 do Código Commercial, devem ser fornecidos ao expedidor pelo capitão do navio, pelo commissario de bordo ou pelo empregado da doca.

Art. 12. Nos paizes onde houver consules ou agentes consulares brasileiros, si estes não residirem no logar do embarque da mercadoria, a factura deverá ser legalisada pelo que estiver mais perto.

Onde não houver autoridade brasileira, o embarcador solicitará a legalisação ao chefe da respectiva estação fiscal, e, na falta deste, á autoridade local (art. 369 da *Consolidação*).

Si nenhum desses se prestar, poderá ser legalisada pelo consul de qualquer nação amiga, que residir no logar ou em suas proximidades.

Art. 13. Comprehende-se por logar de embarque aquelle em que a mercadoria foi manufacturada, ou vendida, ou preparada e acondicionada para ser exportada, pois é lá que se presume principiar a viagem da mesma, e não o logar onde foi posta a bordo do navio.

Não obstante, é lícito ao exportador apresentar a factura ao Consulado do logar onde a mercadoria tenha de ser posta no navio, devendo esse declarar de onde são procedentes os volumes ou artigos facturados, e si lá havia agente consular para visal-a.

Art. 14. A falta do cumprimento dos deveres impostos aos consules neste regulamento os fará incorrer na pena estabelecida pelo § 1º do art. 385 da *Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas*.

Capital Federal, 29 de abril de 1892.— *F. de Paula Rodrigues Alves*.

# FACTURA CONSULAR BRAZILEIRA N.

.....de.....de 189.....

*Factura de mercadorias embarcadas por.....no porto de.....*  
*a bordo do.....capitão.....com*  
*destino a.....no Brazil, á consignação de.....*

| MARCAS | NUMEROS | QUANTIDADE E<br>ESPECIE<br>DE VOLUMES | QUANTIDADE E<br>QUALIDADE<br>DE MERCADORIAS | PESO BRUTO<br>EM<br>KILOGRAMS. | PESO<br>LIQUIDO | VALOR | PROCEDENCIA | OBSERVAÇÕES |
|--------|---------|---------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------|-----------------|-------|-------------|-------------|
|        |         |                                       |                                             |                                |                 |       |             |             |

## Declaração

.....de.....  
*declar.....solemnemente que só.....das mercadorias mencionadas nesta factura, contidas*  
*nos.....volumes indicados, a qual é exacta e verdadeira a todos os respeitois, e unica, sendo essas*  
*mercadorias destinadas ao porto de.....no Brazil e consignadas a.....*  
*de.....*

(Sello do C.)

(Data e assignatura)

(Visto)

## DECRETO N. 806 — DE 29 DE ABRIL DE 1892

Concede ao Gynnasio Mineiro (Internato e Externato) as vantagens de que goza o Gynnasio Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo as informações prestados pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que são executados no Gynnasio Mineiro (Internato e Externato), resolve conceder a este estabelecimento de instrucção, na fôrma do disposto pelo decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gynnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 II de 2 de janeiro de 1891 e 38, parographo unico, do de n. 981 de 8 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de abril de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 807 — DE 2 DE MAIO DE 1892

Regula o intersticio para a promoção dos officiaes da Armada e classes annexas

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o art. 85 da Constituição Federal concede aos officiaes de todas as classes da Armada as vantagens que tem os do Exercito;

Considerando que o art. 1º do decreto n. 640 B de 31 de outubro de 1891 reduziu a dous annos de embarque o intersticio para a promoção dos officiaes da Armada;

Considerando que o art. 11 do decreto n. 1351 de 7 de fevereiro de 1891 dispõe que o intersticio para o accesso em todos os corpos e armas do Exercito de um para outro posto, desde alferes ou segundo tenente até coronel inclusive, será de dous annos e que, não havendo officiaes com o intersticio completo, o Governo poderá promover os que contarem pelo menos o de um anno;

Considerando, porém, que o art. 16 da lei n. 39 A de 30 de janeiro ultimo que fixa as forças de terra para o exercicio de 1892 altera esta ultima disposição, declarando que só em tempo de guerra poderá o intersticio ser menor de dous annos;

Resolve:

Art. 1.º O interstício para a promoção em todos os corpos e classes da Armada, desde guarda-marinha até capitão de mar e guerra, será de dous annos de embarque ou de outros serviços estabelecidos nos respectivos regulamentos e leis de promoções.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de maio de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



#### DECRETO N. 808 — DE 4 DE MAIO DE 1892

Approva com modificações os planos e orçamentos apresentados para melhoramento do porto de Jaraguá, Estado das Alagoas, fixando o respectivo capital maximo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas, e em virtude da clausula 2ª das que baixaram com o decreto n. 904 de 18 de outubro de 1890 e do decreto de transferencia sob n. 991 de 8 de novembro de 1890, resolve approvar os planos e orçamentos para as obras de melhoramento do porto de Jaraguá, modificadas por indicação do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, quanto ao quebra-mar e molhe, de conformidade com a nova planta apresentada em 11 de abril do corrente anno pela mesma companhia e fixando o capital na importancia maxima de dezeseite mil quatrocentos e quinze contos trezentos e dez mil trezentos e trinta e sete réis (17.415:310\$337); ficando claramente estipulado que durante a execução das obras poderão ser modificados taes planos, si estudos ulteriores aconselharem essa conveniencia, e regendo-se o mais pelas clausulas que acompanharam o decreto de concessão sob n. 904 de 18 de outubro de 1890 e o contracto que será lavrado na Secretaria de Estado do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 4 de maio de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*





## DECRETO N. 809 — DE 4 DE MAIO DE 1892

Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 150:000\$ á verba. —  
Ajudas de custo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo art. 1º, § 2º, da lei n. 36 de 26 de janeiro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Guerra um credito supplementar da importancia de 150:000\$ á verba 24ª — Ajudas de custo — do corrente exercicio, visto que o saldo existente é insufficiente para se attender aos augmentos de credito que forem pedidos pelas Thesourarias de Fazenda e a despeza que tiver de ser feita pela Contadoria Geral da Guerra até ao fim do mesmo exercicio.

O Ministro do Estado dos Negocios da Guerra assim o faça executar.

Capital Federal, 4 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco Antonio de Moura.*



## DECRETO N. 810 — DE 4 DE MAIO DE 1892

Revoga os decretos ns. 549 de 17 de setembro, 607 de 20 de outubro e 642 de 5 de novembro, todos do anno passado, que autorisavam diversas desapropriações no Estado de Pernambuco para desenvolvimento do nucleo Suassuna.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que acarretariam excessivo onus aos cofres publicos as indemnisações aos proprietarios dos engenhos ultimamente mandados desapropriar no Estado de Pernambuco para alargamento da respectiva zona colonial, despeza esta que não seria compensada pela natureza das terras, que não offerecem vantajosa collocação ao colono agricultor, resolve declarar sem effeito os decretos ns. 549, 607 e 642, de 17 de setembro, 20 de outubro e 5 de novembro do anno findo, pelos quaes foram, para augmentar a área do nucleo colonial Suassuna, declaradas de utilidade publica as desapropriações dos engenhos Camassary, Entre-Rios e Mauamú, Palmeira, Penanduba e Caxito, sitios naquelle Estado.

Capital Federal, 4 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 811 — DE 7 DE MAIO DE 1892

Approva, com modificações, as alterações feitas nos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco dos Funcionarios Publicos, representado por seu presidente, general Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim, resolve approvar as alterações, abaixo transcriptas, feitas nos respectivos estatutos, por deliberação da assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas, realizada em 30 de março ultimo, accrescentando-se, porém, ao segundo membro da alteração do art. 6º as palavras — de conformidade com as disposições dos arts. 94, 95 e 96 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891; redigindo-se do seguinte modo o art. 43: — Cada acção dá direito a um voto, não podendo o accionista ter mais de 50 votos —; e supprimindo-se o art. 44.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*

Alterações a que se refere o decreto n. 811  
desta data

Art. 3º, § 2º. — Onde se diz — doze mezes, diga-se — seis mezes. Excluem-se as palavras — ou não.

Art. 6º. — Fica assim redigido:

« O capital do banco fica reduzido a 750:000\$, dividido em 15.000 acções de 50\$ cada uma, podendo a directoria eleval-o até 2.000:000\$, logo que reconhecer a possibilidade de realizar essa elevação de capital.

« Quando a directoria julgar conveniente, a execução do § 1º do art. 3º, ou o custeio de estabelecimentos para os fins do § 4º do mesmo artigo, ou, finalmente, a criação de caixas filiaes do banco em qualquer dos Estados da Republica, poderá, então, em qualquer dos tres casos, elevar ainda o capital até ao limite maximo de 5.000:000\$000.

Além desse limite, o capital só poderá ser elevado por deliberação de assembléa geral, para esse fim convocada especialmente».

Art. 7º. — Fica assim redigido:

« Quando se tratar de estender as operações do banco a qualquer dos Estados da Republica, a directoria poderá crear caixas filiaes nos mesmos Estados, ou transigir com qualquer estabelecimento

congenere já existente, ou que vier a existir, transferindo-lhe os direitos conferidos ao banco pelo decreto n. 771 de 20 de setembro de 1890, precedendo, porém, autorização do Governo.

Si a directoria achar preferivel a creação de caixas filiaes, a elevação de capital para esse fim será então effectuada por meio de subscrição na Capital do respectivo Estado; e, para as acções que deixarem de ser subscriptas no prazo fixado, será então aberta subscrição na Capital Federal.»

Art. 8.º — Fica assim redigido:

«A elevação de capital nos outros casos previstos nestes estatutos poderá ser feita, ou pela emissão de acções integradas ou por chamadas de 10 %, com o intervallo nunca menor de 30 dias, e de conformidade com o art. 9.º.»

Art. 9.º — Fica supprimido o final — revertendo a importancia das entradas em favor do fundo de reserva.

Art. 11. — Fica assim redigido:

«Integrado o capital, as acções continuarão a ser nominativas.»

Art. 12. — Fica assim redigido:

«As transferencias das acções só podem ser feitas no escriptorio do banco, mediante termo assignado pelo cedente e pelo cessionario, ou por seus legitimos representantes, munidos dos competentes poderes.»

Art. 13 e seus paragraphos. — Fica substituido pelo seguinte:

«Dos lucros liquidos de cada semestre, 10 % pertencerão ao fundo de reserva, que não deverá ultrapassar de 20 % do capital realizado, e o restante será distribuido como dividendo aos accionistas.»

Art. 17. — Em vez de — 100 acções, diga-se — 50 acções.

E accrescente-se: a referida caução será elevada, na proporção das elevações do capital, até ao limite maximo de 100 acções.

Art. 21. — Em vez de — tres vagas, diga-se — duas vagas.

Art. 23, § 3.º — Em vez de — tres directores, diga-se — dous directores.

Art. 25, § 3.º — Accrescente-se — e os titulos das acções.

§ 6.º — Designar o director que deverá substitui-lo nos seus impedimentos.

Art. 26. — Fica supprimido.

Art. 27, § 3.º — Accrescente-se em seguida à palavra — cautelares: — e os titulos das acções.

Art. 35. — Termina na palavra — nominativas.

Art. 41. — Excluir as palavras — das nominativas. Supprimir tambem o paragrapho unico deste artigo.

Art. 46, paragrapho unico. — Fica assim redigido:

«O banco não adeantarà dinheiro para a compra de predios, sinão depois do capital ter attingido a 1.000:000\$000.»

Art. 49. — Em vez de — doze mezes, diga-se — seis mezes.

O paragrapho unico fica da seguinte forma:

«A amortização será no minimo de 3 % ao mez.»

Art. 52. — Em vez de — seis mezes, diga-se — tres mezes.

§ 6.º — Fica do seguinte modo:

«5 % no minimo de amortização.

Art. 54.— Em vez de — não solicitada, diga-se — involuntaria.  
Supprima-se o final — e nestes casos a amortização será no minimo de 2 %.

Art. 57.— Em vez de — juros ou amortização, diga-se — ou juros.

Art. 58.— Acrescente-se depois da palavra — cobrando-o — o seguinte: mensal e adiantadamente uma percentagem razoavel.

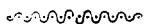
Art. 59.— Em vez de — ficará dispensado, diga-se — poderá ser dispensado.

Supprima-se, no final, o seguinte:

Salvo si preferir satisfazer-a; devendo, neste caso, dar disso conhecimento ao banco.

Art. 63.— Depois das palavras — pelo banco, acrescente-se — restituída ao funcionario.

Capital Federal, 7 de maio de 1892.—*F. de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 812 — DE 7 DE MAIO DE 1892

Crea um Consulado na provincia portugueza de Moçambique, na Africa Oriental.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás conveniencias do serviço publico, resolve crear um Consulado na provincia portugueza de Moçambique, na Africa Oriental.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de maio de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 813 — DE 7 DE MAIO DE 1892

Approva os planos e orçamentos do armazem n. 1, na importancia de 178:127\$759, apresentados pela Empresa de Obras e Melhoramentos do porto de Santos, de accordo com os decretos ns. 6979 e 963, de 12 de julho de 1888 e 7 de novembro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Empresa de Obras e Melhoramentos do porto de Santos e verificando-se que no orçamento

primitivo, apresentado pelo engenheiro Saboia no anno de 1886, na importancia de 5.290:373\$550, não se acha incluído o valor das obras accessorias do trecho comprehendido entre a estrada de ferro e a capitania, de que tratam os decretos ns. 9979 e 966, resolve approvar os planos e orçamentos do armazem n. 1, conforme a planta e orçamentos apresentados, na importancia de 178:127\$759, que será adicionada ao capital da referida empreza, a qual submeterá á approvação do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas os planos e respectivos orçamentos dos demais armazens e obras accessorias restantes.

O Engenheiro Antônio Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



#### DECRETO N. 814 — DE 7 DE MAIO DE 1892

Approva a planta para desapropriação de terrenos, apresentada pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, com exclusão dos terrenos para a construção do caes de Santos.

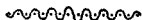
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, resolve approvar a planta, que com este baixa, rubricada pelo chefe da 1ª Directoria das Obras Publicas, para desapropriação dos terrenos precisos para o prolongamento de sua linha ferrea até ao littoral em Santos, e bem assim para a construção junto ao caes de uma estação terminal maritima, sendo excluidos dessa approvação os terrenos necessarios á construção do pretendido caes de Santos.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 815 — DE 14 DE MAIO DE 1892

Concede autorização a Manoel Lopes de Carvalho para organizar uma sociedade em commandita por acções, sob a firma de Carvalho & Companhia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Manoel Lopes de Carvalho, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade em commandita por acções, sob a firma de Carvalho & Comp. e mediante o contracto social que a este acompanha; não podendo, porém, a sociedade constituir-se definitivamente sem que tenham sido observadas as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

**Contracto social da sociedade em commandita por  
acções Carvalho & Comp., a que se refere o decreto  
n. 815 de 14 de maio de 1892.**

Manoel Lopes de Carvalho, José Antonio Moreira Guimarães, Manoel Fernandes da Silva, Bernardino Ferreira Cardoso, brasileiros, e diversos commanditarios, adiante subscriptos, todos com domicilio legal nesta cidade, teem entre si justa e contractada uma sociedade em commandita por acções para, sob a firma de Carvalho & Comp. com séde e fóro juridico nesta Capital, explorar onde convier, nesta cidade, o negocio e industria de padaria, confeitaria, café ou botequim, importando o que for necessario, sob as seguintes clausulas:

1.ª O capital será de 150:000\$ fornecidos: 10:000\$ em partes iguaes pelos solidarios, realizaveis no acto da assignatura deste contracto, 140:000\$ pelos commanditarios em 1.400 acções de 100\$ cada uma, realizaveis em prestações, sendo a primeira de 10 % por occasião de firmar o contracto e as outras de 10 % a 30 %, segundo as necessidades sociaes, com prazo nunca menor de 30 dias, tendo porém os commanditarios o direito de antecipar as suas entradas; as acções, uma vez integradas, podem ser convertidas em titulos ao portador.

Emquanto as acções não estiverem integradas, só poderão ser transferidas com assentimento do socio gerente, que rubricará os respectivos termos.

2.<sup>a</sup> A duração da sociedade será de 10 annos, a contar desta data.

Em assembléa geral extraordinaria que deve celebrar-se no terceiro trimestre do penultimo anno social, será resolvida a continuação da sociedade ou a sua dissolução.

3.<sup>a</sup> Os socios commanditarios exercerão sobre a economia social a fiscalização que a lei lhes assegura, representando-os nesse direito e em todas as suas relações com os solidarios, com todos os poderes, mesmo os de procurador em causa propria, um conselho composto de tres fiscaes, que com os supplentes serão eleitos na fórma da lei.

4.<sup>a</sup> Os membros do conselho fiscal devem reunir-se todos os mezes até ao dia 10, para fixarem os ordenados devidos aos solidarios, e aos interessados quando os haja por seus serviços pessoais, e examinare as contas do mez anterior, do que lavrarão acta. As deliberações tomadas por dous dos membros do conselho fiscal serão válidas.

5.<sup>a</sup> No fim de cada anno social apresentará o gerente Manoel Lopes de Carvalho o balanço e relatorio das operações do anno, submittendo-os, acompanhados do respectivo parecer do conselho fiscal, á assembléa geral que para esse fim se ha de reunir dentro do primeiro trimestre do anno subsequente.

6.<sup>a</sup> Dos lucros semestraes, depois de retirada a quantia sufficiente para attender á deterioração de material, mobilia, depreciação de luvras, obras e bemfeitorias, deduzir-se-hão: até 10 % para fundo de reserva, que não excederá a 50 % do capital social, até 10 % para os lucros ou interesses de que trata a clausula 7.<sup>a</sup>, tocando do restante 10 % para os solidarios em partes iguaes e 90 % para os commanditarios na razão do capital realizado.

7.<sup>a</sup> O gerente, de accordo com os solidarios, no interesse da empreza, poderá admittir ou demittir interessados para cujo lucro não poderá dispôr sinão da quota mencionada na clausula anterior. A parte dos interessados será liquidada após a approvação do balanço annual. No caso de retirada no correr do anno, os interesses do tempo decorrido ser-lhes-hão contados á razão dos do anno anterior, e liquidados dentro de dous mezes.

8.<sup>a</sup> Além do caso previsto na clausula 5.<sup>a</sup>, deverá o gerente convocar os commanditarios em assembléa geral, quando acaso se suscito occurrencia de extraordinaria gravidade ou não possa ser resolvida por outra fórma. Igual direito terão dous dos solidarios, tendo-o tambem o conselho fiscal. Presidirá as assembléas geraes um dos membros do conselho fiscal. Nas votações darão direito a um voto cinco acções inscriptas com um mez de antecedencia, ou cinco acções ao portador depositadas no escriptorio da empreza com tres dias.

Os solidarios votarão na razão de cinco votos cada um.

9.<sup>a</sup> No caso de fallecimento ou retirada do socio gerente, assumirá a gerencia, alterando-se apenas a firma social, o socio que for escolhido pelos solidarios e pelo conselho fiscal. A quota de capital e lucros, calculados á razão dos do anno anterior, do

gerente ou de qualquer dos outros solidarios que por qualquer motivo tenha de ser liquidada, será tomada por um ou mais dos solidarios à sua vontade, com assentimento dos membros do conselho fiscal, a quem incumbirá tratar com o representante legal do fallecido ou retirante.

10.<sup>a</sup> No caso de qualquer commanditario não poder continuar a fazer as entradas de suas acções, se reduzira o numero das mesmas até à importancia das entradas feitas, se passarão ao fundo de reserva as quantias que não chegarem ao valor de uma acção, e emittir-se-lão as acções vagas.

11.<sup>a</sup> Em todos os casos omissos regularão as leis vigentes.

12.<sup>a</sup> Os commanditarios reconhecem, e aceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei, e nomeam para membros do conselho fiscal, com as attribuições da clausula 3.<sup>a</sup>, no primeiro anno social a :

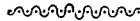
Como effectivos :

Eduardo Gomes Ferreira, José Gomes Rodrigues da Silva, Antonio Gomes Brandão.

Como supplentes :

Eduardo Assis Bandeira, Joaquim Ferreira Cardoso, Antonio Martins Carvalho.

Rio, 31 de março de 1892. — *Manoel Lopes de Carvalho*.



Sr. Vice-Presidente da Republica — O regulamento mandado executar pelo decreto n. 746 de 26 de fevereiro do corrente anno para a arrecadação do imposto de consumo do fumo, creado pela lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, provocou innumeras reclamações, por parte dos negociantes desse producto.

Depois de haver submettido a estudo as duvidas suscitadas, procurei ouvir os principaes mercadores e fabricantes de fumo e seus preparados desta Capital e convidei-os para uma reunião no Thesouro.

As opiniões manifestaram-se, em geral, contra o imposto pela forma por que fôra decretado pelo Poder Legislativo; de tudo vos dou conta circumstanciada em meu relatorio.

A experiencia tem, entretanto, demonstrado a conveniencia de algumas modificações naquello regulamento.

Assim é que, além de alterações de ordem secundaria no interesse da fiscalização, torna-se preciso crear agentes especialmente encarregados desse serviço e estabelecer o collamento das estampilhas, de modo que ninguem se possa eximir do imposto, o que se conseguirá pela modificação dos arts. 18 e 19. No interesse dos contribuintes convem attender tambem ao modo de estampilhar o fumo de procedencia estrangeira, em geral de preço elevado, para evitar-se o prejuizo



resultante de serem abertos os volumes que o contiverem, adoptando-se um meio também seguro de efectiva arrecadação.

Como sabeis, a lei n. 25 de 30 de dezembro, citada, creando este imposto, determinou que as taxas serão cobradas em estampilhas. Não é lícito ao executor afastar-se desta disposição legal, contra a qual se pronunciaram aquelles negociantes, emquanto não for revogada ou modificada pelo poder competente.

Organizando novo regulamento, que parece-me consultar todos os interesses e remover as difficuldades já encontradas, submetto-o à vossa apreciação.

Capital Federal, 17 de maio de 1892.—*F. de Paula Rodrigues Alves.*

## DECRETO N. 816 — DE 17 DE MAIO DE 1892

Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo, creado pela lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891, e revoga o que baixou com o decreto n. 746, de 26 de fevereiro do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe representou o Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, resolve que, para a arrecadação do imposto de consumo do fumo e seus preparados, creado pela lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891, se observe o regulamento, que com este baixa, assignado pelo mesmo Ministro, ficando revogado o regulamento que acompanhou o decreto n. 746, de 26 de fevereiro do corrente anno.

Capital Federal, 17 de maio de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*

**Regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo, a que se refere o decreto n. 816 desta data.**

## CAPITULO I

### DO IMPOSTO DE CONSUMO DO FUMO

Art. 1.º O imposto a que está sujeito o consumo do fumo e seus preparados, será cobrado de accordo com a tabella annexa a este regulamento.

Art. 2.º Recahe sobre a venda, ou seja em lugar determinado ou por mercador ambulante, qualquer que seja a fôrma por que se realize, do fumo em bruto ou preparado, sem excluir o de procedencia estrangeira, que já tenha pago os respectivos direitos de importação.

Art. 3.º Considerar-se-ha:

§ 1.º Fumo em *bruto* — o em folha, mólho ou pasta, corda ou rolo.

§ 2.º Fumo *preparado* — o picado, desfiado ou migado, ou o convertido em charutos, cigarros e rapé de qualquer modo preparado e qualquer que seja a sua denominação.

Art. 4.º A taxa de consumo não comprehende:

§ 1.º O fumo em bruto, vendido pelo productor ao fabricante ou mercador, quando de produção de lavoura sua ou dos seus rendeiros, empregados ou trabalhadores.

§ 2.º O fumo em bruto vendido a retalho pelo productor aos seus rendeiros, empregados ou trabalhadores.

§ 3.º O fumo em bruto vendido pelos rendeiros, empregados ou trabalhadores ao proprietario das terras em que for cultivado, constituindo-o intermediario para entregar-o a commercio.

§ 4.º O fumo em bruto, o picado, desfiado ou migado, vendido pelo mercador a fabricante ou a mercador, e que não se ache exposto.

§ 5.º O fumo preparado, que não estiver exposto, vendido pelo fabricante ao mercador.

## CAPITULO II

### DA INSCRIÇÃO

Art. 5.º Ninguém poderá vender fumo, nem ter deposito, fabrica ou estabelecimento de preparal-o, sem prévia licença e inscrição no registro a cargo da Estação fiscal, cuja jurisdição comprehender o lugar onde effectuar-se a venda, houver o deposito ou trabalhar a fabrica.

Na Capital Federal será competente para conceder a licença a Recebedoria e, extinta esta, a Alfandega.

Art. 6.º A disposição anterior comprehende:

I. O productor que, fóra do estabelecimento de lavoura, tiver deposito por conta propria;

II. O fabricante que trabalhar em officina propria, com officiaes ou aprendizes, ainda que não empregue materia prima sua; não se considerando fabricante, para esse caso, o chefe de familia, que fabricar em sua residencia, nem officiaes ou aprendizes, o outro conjuge e mais pessoas da familia vivendo em commum sob a mesma economia.

Art. 7.º A licença será concedida em qualquer tempo e terminará em junho e dezembro, e renovada até ao 15º dia util de janeiro e julho.

§ 1.º A licença ou renovação precederá declaração escripta, de accordo com os modelos **B** e **C**, assignada pelo mercador, fabricante ou dono do deposito, ou quem legalmente o represente.

§ 2.º A licença será dada sobre registro ou inscrição feita em consequencia de declaração do contribuinte, e as renova-

ções operar-se-hão por meio de averbação no registro anterior e repetição do pagamento da taxa da licença.

§ 3.º O lançamento para o exercício de qualquer industria ou proissão no mesmo estabelecimento, em que effectuar-se a venda, houver o deposito de fumo, ou trabalhar a fabrica de preparal-o, não exclue nem suppre a licença especial de que trata este artigo.

§ 4.º Servirá de titulo de licença ou renovação um conhecimento extrahido de talão, conforme o modelo **II**, no qual será collada a estampilha do sello adhesivo do valor e pelo modo estabelecido no respectivo regulamento.

Art. 8.º Quem vender fumo em mais de um estabelecimento ou casa, ou tiver mais de um deposito ou fabrica de preparal-o, deverá solicitar tantas licenças e sua renovação, quantos forem os estabelecimentos ou casas, depositos ou fabricas.

Quem vender ao consumidor na fabrica ou deposito, solicitará licença e renovação distinctas para a venda.

Quem tiver estabelecimento localizado, não poderá fazer venda ambulante sem licença para esta.

O mercador ambulante solicitará tantas licenças e suas renovações, quantas forem as pessoas empregadas na condução em volumes distinctos para offerecer à venda.

Art. 9.º Nas Estações, que concederem a licença, haverá um livro de registro escripturado de accordo com o modelo **A**, no qual se averbará a importancia das estampilhas adquiridas pela pessoa a quem respeitar a inscripção.

Paragraphe unico. Este livro servirá durante cinco exercicios.

### CAPITULO III

#### DA ARRECADAÇÃO

Art. 10. O imposto será pago por meio de estampilhas especiaes, vendidas pela Recebedoria, ou, extinta esta, pela Alfandega, na Capital Federal; pelas Alfandegas ou Mesas de Rendas, onde as houver; e pelas Estações fiscaes dos Estados, nos logares onde não haja alguma daquellas repartições, e não for estabelecida Agencia da Fazenda Federal.

Art. 11. O valor, formato e signaes caracteristicos das estampilhas serão determinuados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 12. O deposito central das estampilhas na Capital Federal será na Casa da Moeda e, nos Estados, nas Thesourarias de Fazenda.

Art. 13. Da Casa da Moeda serão as estampilhas remetidas à Repartição que na Capital Federal conceder as licenças e às Thesourarias de Fazenda, de conformidade com as requisições dos respectivos chefes.

§ 1.º A remessa às Estações arrecadoras no Estado do Rio de Janeiro será feita pela Casa da Moeda, mediante ordem da

Directoria Geral das Rendas Publicas e, nos demais Estados, pela respectiva Thesouraria de Fazenda, de conformidade com as requisições dos respectivos chefes.

§ 2.º A disposição anterior não obsta a remessa directa a qualquer das Estações, dando-se aviso á respectiva Thesouraria de Fazenda para o debito e tomada de contas dos responsaveis.

Art. 14. As pessoas licenciadas nos termos do art. 5º fornecer-se-hão das estampilhas por meio de compra nas Repartições competentes, em importancia nunca inferior a:

150\$ na Capital Federal ;

100\$ nas capitães e cidades de 1ª ordem dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, S. Paulo, S. Pedro do Rio Grande do Sul e Minas Geraes ;

80\$ nas capitães e cidades de 1ª ordem dos Estados do Amazonas, Maranhão, Ceará, Parahyba e Alagoas ;

60\$ nas capitães e cidades de 1ª ordem dos outros Estados ;

40\$ nas demais cidades e villas de 1ª ordem ;

20\$ nos outros logares.

Art. 15. Sómente ás pessoas licenciadas nos termos do art. 5º é permittido o fornecimento de estampilhas.

Art. 16. Haverá na Casa da Moeda um registro, do qual conste o mez e anno em que começou a distribuição para a venda das estampilhas de cada valor, com designação dos signaes caracteristicos.

Deste registro é permittido dar-se certidão.

Art. 17. As estampilhas a cargo das Estações fiscaes serão escripturadas em livro proprio, de conformidade com o modelo G.

Art. 18. As estampilhas serão colladas pelo mercador no envoltorio externo, de modo que, aberto este, fiquem inutilisadas, observando-se o seguinte:

1º, nos pacotes, saccoes de papel e nas caixas, nos fechos ;

2º, nas barricas, nos cabeços ;

3º, nas latas, tanto sobre a parte inferior da orla da tampa, como sobre o corpo da lata na parte immediata á orla ;

4º, nos demais envoltorios, quaesquer que sejam suas fórmas e dimensões, sobre as partes em que devem ser abertos ;

5º, nos maços de cigarros e de charutos vendidos fóra das caixas, na banda ou faixa que os reunir ; e nos charutos soltos, no centro de cada um, em forma de annel.

Paragrapho unico. Os dous extremos do maço serão apanhados por uma fita de papel, cujas pontas se prendam á banda ou faixa, no logar onde a estampilha tenha de ser collada.

Art. 19. As estampilhas consideram-se inutilisadas quando fragmentadas, colladas a maços cujas bandas, faixas ou fitas estejam quebradas, ou quando formarem annel frouxo nos charutos soltos de modo a poderem ser transferidas de um para outro ; e deverão ser colladas:

1º, quanto ao fumo de procedencia estrangeira — por occasião do despacho de importação ;

2º, quanto ao de producção nacional — antes de exposto á venda.

Art. 20. Para completar a importancia da taxa legal poderão

ser colladas estampilhas de valores diversos. Quando se houver de collar mais de uma, devem sel-o seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que em ultimo lugar estiver collada.

## CAPITULO IV

### DA FISCALIZAÇÃO E CONTABILIDADE

Art. 21. A fiscalização do imposto incumbe especialmente ás Repartições mencionadas no art. 10.

Art. 22. O chefe da respectiva Estação fiscal poderá em qualquer tempo, por si, por empregado de sua confiança, ou por agentes especiaes nomeados com autorização do Ministro da Fazenda na Capital Federal e no Estado do Rio de Janeiro e dos Inspectores das Thesourarias nos outros Estados, visitar os estabelecimentos ou fabricas e fazer encontrar os mercadores ambulantes, afim de verificar si são cumpridas as disposições do presente Regulamento.

Art. 23. As Repartições arrecadoras do imposto farão acompanhar a prestação de contas de cada periodo das declarações de que trata o § 1º do art. 7º e de uma demonstração das estampilhas vendidas, organizada de accordo com o modelo **F**.

Art. 24. A escripturação será feita nos seguintes livros:

De inscripção — art. 9º, modelo **A**.

Caixa de estampilhas — art. 17, modelo **G**.

Caixa geral — modelo **H**.

Art. 25. Para as Estações estadoaes o livro da inscripção será fornecido á custa da Fazenda e os demais, bem como os conhecimentos de talão, serão adquiridos pelos respectivos chefes, e preparados — na Capital Federal pela Directoria das Rendas Publicas, e nos Estados pelas Thesourarias de Fazenda.

Paragrapho unico. Os conhecimentos de talão, embora formem diversos livros, terão numeração seguida.

Art. 26. Os agentes estadoaes, encarregados da arrecadação do imposto, ficam considerados exactores da Fazenda Federal e como taes sujeitos a todas as disposições para estes em vigor, e perceberão:

25 % das licenças, renovações e revalidações, emquanto não forem alteradas as taxas actuaes ;

5 % da venda de estampilhas ;

1/3 das multas.

Art. 27. Aos agentes especiaes caberá a metade das multas que impuzerem e forem effectivamente arrecadadas, ou se abonará uma gratificação mensal arbitrada pelo chefe da Repartição, que os nomear, e approvada pelo Ministro da Fazenda.

## CAPITULO V

## DAS INFRACÇÕES

Art. 28. Aos infractores do presente regulamento serão impostas as seguintes multas :

§ 1.º De 50\$, para cada pessoa empregada em venda ambulante, sem licença, nos termos dos arts. 5º e 7º e para os infractores do art. 40.

§ 2.º De 100\$, para cada estabelecimento ou casa em que se vender, depositar ou preparar fumo, nas condições do paragrapho anterior.

§ 3.º De 200\$ aos que expuzerem á venda fumo em bruto ou preparado sem collar a estampilha pelo modo determinado no art. 18.

§ 4.º De 300\$ aos que expuzerem á venda fumo nacional em envoltorio com estampilha fragmentada ou com indicio de ter sido servida, e aos que apresentarem estampilha nas mesmas condições para ser collada por occasião do despacho de importação do fumo estrangeiro.

§ 5.º De 400\$ aos que collarem no envoltorio do fumo nacional, ou o pretenderem no do fumo estrangeiro, estampilha de valor inferior ao devido, e aos que expuzerem á venda fumo nacional como de procedencia estrangeira, em volume em que este tenha sido importado, salvo si a estampilha se achar inservida.

§ 6.º De 500\$, além das penas comminadas no Codigo Criminal, aos que usarem de estampilha falsa.

§ 7.º O dobro na reincidencia, podendo ser cassada a licença, sob communicação ou proposta da respectiva Estação fiscal e autorisação da Repartição immediatamente superior, si a reincidencia se repetir.

§ 8.º As multas serão applicadas em relação a cada volume ou objecto que as motivar.

Art. 29. O consumidor, que tolerar ou occultar qualquer das infracções do artigo antecedente, é considerado e punido como si fosse autor dellas.

Art. 30. As multas serão impostas pelo chefe da Estação encarregada da venda das estampilhas, mediante processo administrativo, que terá por base o auto da infracção.

§ 1.º Este auto será lavrado:

I, pelo empregado ou agente da respectiva Estação fiscal, em relação á infracção dos §§ 1º e 2º do art. 28, dentro dos limites da jurisdicção ;

II, por qualquer pessoa, em relação ás infracções dos demais paragraphos do referido artigo.

§ 2.º Quando o auto for lavrado por pessoa, que não seja empregado ou agente da respectiva Estação fiscal, será assignado pela pessoa que o lavrar, pelo infractor, e por duas ou mais testemunhas, e quando pelo empregado ou agente, por este e pelo infractor.

§ 3.º Recusando-se o infractor a assignal-o, será isso declarado no auto.

Art. 31. Ao infractor, si o requerer no acto de ser intimado, conceder-se-ha o prazo improrogavel de tres dias para apresentar defesa.

## CAPITULO VI

### DOS RECURSOS

Art. 32. Da imposição de multas e revogação das licenças haverá recurso :

§ 1.º Das decisões da Repartição da Capital Federal, das Thesourarias de Fazenda e das Estações do Estado do Rio de Janeiro, para o Ministro da Fazenda.

§ 2.º Das decisões das Alfandegas, Mesas de Rendas e Estações estadoaes, para a respectiva Thesouraria de Fazenda.

Art. 33. O recurso é voluntario ou *ex-officio* :

§ 1.º O recurso voluntario será interposto pelos que se julgarem prejudicados, no prazo de 30 dias, contados da data da intimação da decisão, por petição dirigida à instancia superior por intermedio da Repartição que houver proferido a decisão recorrida.

§ 2.º O recurso *ex officio* será interposto pelo chefe da Estação, que houver proferido despacho favoravel á parte, no prazo de cinco dias, e tem effeito suspensivo.

§ 3.º Ao recurso acompanhará o processo original.

§ 4.º O recurso voluntario sobre imposição de multa não poderá ser acceito antes de depositada a respectiva importancia.

Art. 34. Prescripto o direito ao recurso lavrar-se-ha termo de que será notificada a parte interessada ou seu representante legal, si o processo não tiver corrido á revelia.

Art. 35. Em nenhum caso o recurso perempto será encaminhado á instancia superior.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 36. O presente regulamento começará a ser executado no Districto Federal em 23 do corrente mez e nos Estados em 1 de julho do corrente anno.

Art. 37. Na classificação das cidades e villas, para execução do art. 14, servirá a que foi feita em virtude dos arts. 44 e 45 do regulamento mandado observar pelo decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, enquanto não for revista.

Art. 38. Quem deixar de ser mercador ou fabricante é obrigado a declarar-o, provadamente, à Estação respectiva, dentro do semestre da licença paga; ficando, si o não fizer, sujeito à multa do art. 28 §§ 1º ou 2º, conforme o negocio for ambulante ou localisado.

Art. 39. Quando for transferido o negocio, o novo proprietario apresentará à respectiva Estação, no prazo de oito dias da data da aquisição, a licença paga, sendo obrigado a tirar outra, si não apresentar esse documento, e incorrendo na multa do § 2º do art. 28.

Art. 40. O fumo preparado não sahirá das fabricas nem poderá ser importado, exposto à venda ou vendido, sinão em caixas, latas, pacotes ou saccos de papel.

Paragrapho unico. Exceptuam-se: os maços de charutos e de cigarros, assim como os charutos soltos, que se acharem nas condições do n. 5 do art. 18.

Art. 41. O fumo em bruto não poderá ser vendido ao consumidor sinão em envoltorios da mesma especie dos indicados no artigo antecedente, quando a venda effectuar-se de quantidade retirada daquelle em que tiver sido acondicionado pelo producer.

Art. 42. O fumo de procedencia estrangeira que, na data da execução deste regulamento, já tiver sido despachado para consumo e retirado das Alfandegas, será estampilhado nos termos do art. 18, escrevendo-se sobre as estampilhas, em algarismos, o dia e mez em que forem colladas.

Art. 43. As multas dos §§ 1º e 2º do art. 28 não dispensam o pagamento do sello da licença e da multa estabelecida pelo decreto n. 1115 A, de 29 de novembro de 1890.

Art. 44. A importancia do sello e das multas, que não for paga amigavelmente, será cobrada por meio executivo.

Art. 45. São admittidas denuncias contra os infractores deste regulamento, cabendo ao denunciante 2/3 da multa, que por tal meio for imposta. Havendo mais de um denunciante, os 2/3 da multa serão divididos por elles.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de maio de 1892, 4º da Republica.—  
*F. de Paula Rodrigues Alves.*



## TABELLA

Das taxas a que ficam sujeitos o fumo e seus preparados

*(Regulamento — art. 1º)*

|                                                                              |                                                |       |
|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------|
| Fumo em bruto.....                                                           | Por 250 grammas ou fracção de 250 grammas..... | \$050 |
| » picado, desfiado ou migado.                                                | Por 50 grammas ou fracção de 50 grammas.....   | \$020 |
| Charutos.....                                                                | Por 20 grammas ou fracção de 20 grammas.....   | \$020 |
| Cigarros.....                                                                | Por 20 grammas ou fracção de 20 grammas.....   | \$010 |
| Rapé, de qualquer modo preparado, e qualquer que seja a sua denominação..... | Por 30 grammas ou fracção de 30 grammas.....   | \$010 |

Capital Federal, 17 de maio de 1892.—*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

## MODELO — A

F. (*rubrica do chefe*).

(Fl. 1)

N. 1 — ANTONIO DE OLIVEIRA, com fabrica de preparar fumo, nesta capital, á rua..... n. ....

Inscripto pela declaração n. 1 de hoje.

Pagou de licença \$ pelo talão n. de hoje.

Comprou em estampilhas de diversos valores ...\$,..., pela guia n. 1 de hoje. Em 1 de abril de 1892.

O escrivão,

F.

Renovou a licença para o corrente semestre. — Declaração n. de hoje.  
Em... de julho de 1892.

O escrivão,

F.

Solicitou e obteve licença para venda ambulante, occupando duas pessoas.  
— Declaração n. de hoje. Em..... de..... de 1892.

O escrivão,

F.

Transferiu o estabelecimento e venda ambulante a João Alcantara em.....  
do corrente mez. Declaração n. de hoje. Em..... de ..... de 1892.

O escrivão,

F.

JOÃO ALCANTARA adquiriu o estabelecimento e venda ambulante em.....  
do corrente mez, conforme a declaração n. supracitada, e averbou-se nesta  
data a requisição na respectiva licença.

Em..... de..... de 189...

O escrivão,

F.

Multado em 150\$, por infracção dos §§ 1º e 2º do art. 13, por auto desta  
data, e pagou hoje o sello revalidado da licença pelo talão n.....

Em..... de..... de 189...

O escrivão,

F.

Fechou o estabelecimento e terminou a venda ambulante, conforme a declaração n. desta data. Em..... de..... de 189...

O escrivão,

F.

## MODELO — B

N. *(o de ordem da declaração)*

F. *(rubrica do chefe da estação)*

O abaixo assignado declara que vai *(abrir uma fabrica de preparar fumo ou um deposito de fumo, ou uma casa de vender fumo, ou fazer venda ambulante de fumo, empregando \_\_\_\_\_ pessoas), n. \_\_\_\_\_*  
*(nesta cidade, villa, freguezia ou povoação) á rua \_\_\_\_\_ n. \_\_\_\_\_,*  
 e solicita a necessaria inscripção e licença.

\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189 \_\_\_\_\_

*(Logar, dia, mez e anno.)*

F. *(assignatura do declarante ou seu representante legal)*

Inscripto sob n. \_\_\_\_\_ *(o de ordem na inscripção)* a fls. \_\_\_\_\_ do livro n. \_\_\_\_\_  
 e pagou o sello no conhecimento de talão n. \_\_\_\_\_ de hoje.

*(Data e rubrica do escrivão.)*

## MODELO — C

N. *(o de ordem da declaração)*F. *(rubrica do chefe da estação)*

O abaixo assignado declara que continúa no presente (ou no futuro) semestre o seu *(estabelecimento ou negocio ambulante de fumo)* e solicita renovação da licença, que lhe foi concedida pela inscrição n. \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189 \_\_\_\_\_

*(Logar e data.)*F. *(assignatura do declarante ou seu representante legal).*

Averbado na inscrição n. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189 \_\_\_\_\_ e pagou o sello no conhecimento de talão n. \_\_\_\_\_ desta data.

*(Data e rubrica do escrivão.)*

## MODELO — D

**N.**

O abaixo assignado, inscripto sob n. \_\_\_\_\_, precisa das seguintes estampilhas do imposto de consumo do fumo:

|       |                   |                              |   |
|-------|-------------------|------------------------------|---|
| _____ | do valor de _____ | réis na importancia de _____ | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |
| _____ | Idem _____        | idem _____                   | § |

Importa em *(por extenso)*.

*(Data e assignatura.)*

Recebi em *(data e assignatura)*.

Averbado a fls. \_\_\_\_\_ do livro de inscrições n. 1, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189\_\_\_\_\_

O escrivão,

F.

## MODELO — E

F. (rubrica do chefe da estação).

N. \_\_\_\_\_ (o do conhecimento).

Inscrição n. \_\_\_\_\_

Declaração n. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_

O Sr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

habilitou-se para o (corrente ou futuro) semestre.

Sello pago. Rs. \_\_\_\_\_ \$ \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189...

F. (rubrica do escrivão).

Inscrição n. \_\_\_\_\_

N. \_\_\_\_\_ (o do conhecimento).

F. (rubrica do chefe da estação).

O Sr. \_\_\_\_\_

acha-se habilitado para (vender fumo, ou ter fabrica, ou depósito de fumo, ou  
venda ambulante de fumo por \_\_\_\_\_ pessoas), n. \_\_\_\_\_ (nesta ou na cidade,  
villa, freguezia ou povoação de \_\_\_\_\_), á rua \_\_\_\_\_  
n. \_\_\_\_\_, no corrente semestre. em virtude da sua declaração n. \_\_\_\_\_ (o  
de ordem da declaração) de \_\_\_\_\_

(Denominação da estação, lugar, dia, mez e anno.)

F. (assignatura do escrivão).



(Estampilha de sello adhesivo devidamente inutilisada.)

## MODELO — F

Demonstração das estampilhas especiaes do imposto de consumo do fumo vendidas pela  
(a estação) no mez de..... ultimo, na importancia de (por extenso)

|                   |                                 |          |
|-------------------|---------------------------------|----------|
| 1.500 do valor de | 40 réis, na importancia de..... | 15\$000  |
| 750 idem... ..    | 20 » idem.....                  | 15\$000  |
| 150 idem.....     | 30 » idem.....                  | 4\$500   |
| 150 idem.....     | 40 » idem.....                  | 6\$000   |
| 300 idem.....     | 50 » idem.....                  | 15\$000  |
| 150 idem.....     | 60 » idem.....                  | 9\$000   |
| 150 idem.....     | 100 » idem.....                 | 15\$000  |
| 150 idem.....     | 200 » idem.....                 | 30\$000  |
| 150 idem.....     | 1\$000 » idem.....              | 150\$000 |
| 75 idem.....      | 2\$000 » idem.....              | 150\$000 |
| <hr/>             |                                 | <hr/>    |
| 3.525             |                                 | 409\$500 |
| <hr/>             |                                 | <hr/>    |

Acompanham as guias ns.....

(Logar e data.)

(Assignatura do responsavel e do escrivão.)

# Modelo — G

F. . . . . pelas estampilhas especiaes do imposto de consumo do fumo

DEVE

HAVER

|                                                                                                                                                                                    | \$010 | \$020 | \$030 | \$050 | \$100 | \$200 | \$300 | \$400 | \$500 | \$600 | \$700 | \$800 | \$900 | 1\$000     | 2\$000 | Importancia                                                                                                                             |       | \$010 | \$020 | \$030 | \$050 | \$100 | \$200 | \$300 | \$400 | \$500 | \$600 | \$800 | 1\$000     | 2\$000     | Importancia |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|------------|-------------|
| (Data)<br>Recabido d.... (a repartição fornecedora),<br>conforme a (guia ou ordem) n... de (data), a<br>importancia de (por extenso).....<br>F. (o responsavel). F. (o escriptão). | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 500   | 500   | 500   | 500   | 500   | 500   | 250   | 250   | 2.330\$000 |        | (Data)<br>Vendas a F...., conforme a guia n... de<br>hoje, a importancia de (por extenso).....<br>F. (o responsavel). F. (o escriptão). | 200   | 200   | 200   | 200   | 200   | 200   | 200   | 200   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100        | 50         | 612\$000    |
|                                                                                                                                                                                    |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |            |        | (Data)<br>Idem a F...., conforme a guia n... de hoje, a<br>importancia de (por extenso).....<br>F. F.                                   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | ..... | ..... | 20    | 10         | 201\$000   |             |
|                                                                                                                                                                                    |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |            |        | (Data)<br>Saldo para o.... seguinte (a importancia por<br>extenso).....<br>F.                                                           | 700   | 700   | 700   | 700   | 700   | 200   | 200   | 200   | 300   | 400   | 400   | 130   | 190        | 1.547\$000 |             |
|                                                                                                                                                                                    | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 500   | 500   | 500   | 500   | 500   | 500   | 250   | 250   | 2.360\$000 |        | 1.000                                                                                                                                   | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 500   | 500   | 500   | 500   | 500   | 500   | 250   | 250   | 2.360\$000 |            |             |
| (Data)<br>Saldo em... de..... ultimo (a importancia<br>por extenso).....<br>F. F.                                                                                                  | 700   | 700   | 700   | 700   | 700   | 200   | 200   | 200   | 300   | 400   | 400   | 130   | 190   | 1.547\$000 |        |                                                                                                                                         |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |            |            |             |

## Advertencia

Este livro é fechado e saldado no ultimo dia util do periodo da prestação de contas, passando o saldo a ser escripturado no primeiro dia util do mez seguinte.  
No ultimo dia util do mez de dezembro é encerrado e o saldo escripturado no primeiro dia util do mez seguinte em o novo livro.



# MODELO — H CAIXA

DEVE

HAVER

| (Data)                                                          |                        |      |    | (Data — A do ultimo dia util do periodo de prestação de contas.)                 |                        |      |    |
|-----------------------------------------------------------------|------------------------|------|----|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------|------|----|
| Importancia recebida de estampilhas especiaes de fumo, a saber: |                        |      |    | Importancia paga ao (o nome e cargo da responsavel).                             |                        |      |    |
| De F.....                                                       | Guia                   | 1    | \$ | De taxa de licenças.....                                                         | Doc. n.                |      |    |
| De F.....                                                       | Dita                   | 2    | \$ | De comissão de 5 % das estampilhas especiaes de fumo.....                        | \$                     |      |    |
| (Rubrica do responsavel.)                                       | (Rubrica do escrivão.) |      |    | De idem de estampilhas de sello adhesivo.....                                    | \$                     | .... | \$ |
| (Data)                                                          |                        |      |    | Idem ao escrivão F. :                                                            | Doc. n.                | 2    |    |
| Idem de estampilhas do sello adhesivo.....                      |                        | .... | \$ | De taxa de licença.....                                                          | \$                     |      |    |
| Idem de estampilhas especiaes de fumo, de F.... Guia.           |                        | 3    | \$ | De comissão de 5 % das estampilhas especiaes de fumo.....                        | \$                     |      |    |
| F.                                                              | F.                     |      |    | De idem das estampilhas de sello adhesivo.....                                   | \$                     | .... | \$ |
| (Data — A do 1º dia util do mez.)                               |                        |      |    | (Rubrica do responsavel.)                                                        | (Rubrica do escrivão.) |      |    |
|                                                                 |                        |      |    | Saldo para o (mez, trimestre ou semestre seguinte)...                            |                        |      | \$ |
|                                                                 |                        |      |    | (Data)                                                                           |                        |      | \$ |
| Saldo do.....anterior (a importancia por extenso).              |                        | .... | \$ | Importancia recolhida a (denominação da Estação), conforme o conhecimento n..... |                        | .... | \$ |
| F.                                                              | F.                     |      |    | F.                                                                               |                        |      |    |

## Termo de encerramento

Importaram : a receita em..... (a somma total dos periodos, excluidos os saldos) e a despesa em..... (excluidos os saldos), e as remessas para (a Repartição tomadora da conta) em..... verificando-se existir o saldo de..... que será recolhido á mesma Repartição.

(Denominação da Estação e data — a do ultimo dia util do mez de março, do trimestre adicional.)

(Assignatura do responsavel.)

(Assignatura do escrivão.)

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## DECRETO N. 817 — DE 17 DE MAIO DE 1892

Crea um Consulado em Macau.

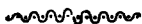
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás conveniencias do serviço publico, resolve crear um Consulado em Macau, sem vencimento.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 818 — DE 18 DE MAIO DE 1892

Concede ao Dr. João Landell autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Alliança do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Dr. João Landell, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma Sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Alliança do Sul e com os estatutos que apresentou ; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sinão depois de cumprido o disposto na legislação vigente.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

## Estatutos da Companhia Alliança do Sul—Fabricas de conservas — séde na cidade do Rio Grande

### CAPITULO I

#### DA COMPANHIA, SUA SÉDE, SEUS FINS, SUA DURAÇÃO E DISSOLUÇÃO

Art. 1.º A Companhia Alliança do Sul, com séde e fôro juridico na cidade do Rio Grande do Sul, regida, como sociedade anonyma, pelas leis em vigor e por estes estatutos, tem por fins, além de outros que futuramente convenha explorar-se, os seguintes :

1.º Adquirir por compra o estabelecimento fabril, pastoril e agricola, já existente no Pontal da Barra, sob a firma de Parrott & Comp., com as seguintes industrias, inclusive os privilegios de fabrico do gerente Ernesto Parrott, tendo o estabelecimento porto de mar com trapiche, fundos ao mar grosso e situado no ponto onde affluem maiores corridas de peixe. Taes são essas industrias :

a ) A pesca, salga e empacotamento do peixe, não só a ser exportado para os portos do norte da Republica, ou para onde convier, como também acondicionado em latas ( competindo com as conservas estrangeiras ), e igualmente exportado, con-vindo ;

b ) A manufactura da colla de peixe e gelatina, por um pro-cesso especial ;

c ) A fabricação de conservas de caças, outras carnes, frutas e legumes ( além das de peixe ), especialmente as chamadas *pickles*, ignaes em qualidade ás melhores importadas do es-trangeiro ;

d ) O cultivo de vegetaes, ou cereaes de todas as especies ade-quadas á classe do terreno, especialmente cebolas, alhos, outros legumes apropriados para conservas, batatas, grãos, etc. ;

e ) O plantio e aproveitamento da vinha, com distillação an-nexa, produzindo vinhos puros, geropíga, vinagre e alcool ;

f ) A criação, o engorde, o preparo e a venda ou exportação dos gados ou productos suínos, ovelhuns ou vaccuns ;

g ) A apicultura em larga escala ( industria da abelha ).

2.º Tomar por arrendamento o contracto do estabelecimento denominado — João Caetano, já a cargo da mesma empreza commercial, com alguns dos fins acima determinados.

3.º Estabelecer nesta cidade um deposito, além do escriptorio permanente, de todos os productos, ou ainda fundar novas fabri-cas que a experiencia demonstrar ser preferivel localisal-as neste centro ou em outro qualquer.

Art. 2.º A duração da companhia será de 30 annos, a contar da data da constituição definitiva, podendo ser prorogada, mediante prévia deliberação da assembléa geral dos accionistas ; e sua dis-solução ou liquidação far-se-ha quando opportuna, de conformidade com as disposições de leis então em vigor.

## CAPITULO II

## DO CAPITAL, SUA REALIZAÇÃO E DOS BALANÇOS, DIVIDENDOS E FUNDOS DE RESERVA

Art. 3.º O capital da companhia é fixado em 200:000\$, em 1.000 acções de 200\$, nominativas; podendo ser augmentado quando e da forma que convenha aos interesses da companhia, cumpridas então as disposições de leis.

Art. 4.º A realização do capital será da seguinte forma:

1.ª, entrada de 20 % no dia do lançamento da empresa, a 25 de janeiro corrente;

2.ª, de 20 % trinta dias depois;

E as seguintes quando resolvidas pela directoria, mediante prévia chamada, com antecipação de 10 dias, e com intervallos nunca menores de 30 dias.

§ 1.º E' permittida a móra, até 60 dias, sujeita ao premio mensal de 2 %/, salvo os casos de força maior, ao julgamento da directoria, que marcará então os juros a perceber.

§ 2.º Este excesso do premio, bem como o valor das acções, que cahirem em commisso, e ainda, o premio que obtiverem as novamente emitidas, serão levados ao fundo de reserva.

Art. 5.º Os balanços serão annuaes e fechados em 31 de dezembro de cada anno, podendo ser semestraes, si assim o entender conveniente a directoria, devendo ser cumpridas todas as disposições de lei.

Art. 6.º Os dividendos são limitados a 10 % annuaes sobre o capital realizado e serão feitos annualmente, ou semestralmente si os balanços semestraes apresentarem lucros liquidos que o permittam, — depois de retiradas as porcentagens para fundo de reserva e para amortisar a conta — Despezas de organização.

§ 1.º Os lucros excedentes ao limite acima determinado serão divididos em duas partes, cabendo a metade ao incorporador, ou a seus herdeiros ou successores, com direito de transferencia a terceiros, e a outra metade aos accionistas.

§ 2.º A distribuição destes lucros excedentes será feita nas mesmas épocas do dividendo limitado.

Art. 7.º O fundo de reserva será composto da seguinte forma:

1.º Das parcelas constantes do § 2º do art. 4º;

2.º De 10 % dos lucros liquidos annuaes, ou semestraes;

3.º De quaesquer lucros fortuitos que a directoria, consultando a assembléa geral dos accionistas, propuzer serem levados a essa conta.

§ 1.º Enquanto não for amortisada a conta — Despezas de organização — retirar-se-hão dos lucros liquidos 5 % para este fim e 5 % para — Fundo de reserva.

§ 2.º Cessarão as retiradas, quando o fundo de reserva tenha attingido a 50 % do capital social, começando então a distribuição de todos os lucros.

## CAPITULO III

## DOS ACCIONISTAS

Art. 8.º Os accionistas, devidamente inscriptos no livro de registro da companhia, teem por direitos e obrigações os que se acham ou se acharem expressos nas leis em vigor.

Art. 9.º Os accionistas, além da preferencia nos negocios da companhia, terão uma porcentagem de desconto nas compras dos productos das fabricas, ao arbitrio da directoria, e segundo o grão de negocios em movimento.

## CAPITULO IV

## DA ADMINISTRAÇÃO EXTERNA E INTERNA

Art. 10. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros, os quaes escolherão entre si o presidente, o superintendente e o secretario.

§ 1.º Em casos de vaga ou incompatibilidade será chamado um dos tres supplentes, já eleitos.

§ 2.º A eleição dos directores e seus supplentes será triennial e por maioria relativa de votos, podendo ser reeleitos; não podendo ser eleitos accionistas que não estejam inscriptos no livro respectivo 30 dias antes.

Art. 11. A administração interna será exercida por gerente technico, nomeado pela directoria, o qual sómente poderá ausentar-se, deixando substituto idoneo, a contento da directoria.

Art. 12. Os directores presidente e secretario caucionarão, pela sua gestão, 10 acções cada um, e o superintendente e gerente 20 acções.

Art. 13. Os directores presidente e secretario vencerão a annuidade de 1:000\$ cada um, o superintendente 3:000\$, e o gerente o que for arbitrado pela directoria.

Art. 14. As attribuições da directoria, além das expressas nas leis em vigor, referentes à gestão de todos os actos commerciaes, civis ou juridicos, serão sobre a administração interna, de common accordo distribuidas.

## CAPITULO V

## DO CONSELHO FISCAL

Art. 15. O conselho fiscal será composto igualmente de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos annualmente por maioria relativa de votos, com as attribuições expressas em leis.

Art. 16. O conselho fiscal vencerá a gratificação de 300\$000 em commum, distribuindo-se as quotas segundo o serviço de cada membro no exercicio corrente.

## CAPITULO VI

### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 17. As mesas das assembléas geraes serão presididas por um accionista aclamado na occisão, o qual escolherá o secretario ou secretarios que julgar necessarios ; não podendo, porém, fazer parte das mesas os directores e fiscaes em exercicio.

Art. 18. As reuniões ordinarias serão realizadas no mez de março.

Art. 19. As reuniões extraordinarias serão effectuadas sempre que as reclamarem a directoria, o conselho fiscal ou os accionistas em numero determinado por lei, cujas disposições serão sempre attendidas.

Art. 20. As eleições dos diversos cargos e as demais deliberações serão votadas na proporção de cada acção um voto.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 21. Fica a directoria autorisada a effectuar immediatamente a aquisição dos estabelecimentos constantes do prospecto publicado, ás condições que julgar convenientes, com a intervenção de tres arbitros avaliadores ; bem como dos segredos de fabrico do gerente Ernesto Parrott, hoje pertencentes à mesma sociedade Parrott & Comp., proprietaria do estabelecimento denominado— Pontal da Barra —e arrendataria do denominado— João Caetano —, com todos os bens immoveis, moveis, semoventes, machinas, bemfeitorias, plantações, etc. ; bem como a pagar as despesas de organização ; devendo ser levado ao conhecimento da assembléa geral, em sua seguinte reunião, o resultado das operações effectuadas.

Art. 22. Poderá a companhia, por deliberação da directoria, crear caixas economicas ou armazens cooperativos nas suas fabricas, organizando estatutos ou regulamentos especiaes, que serão approvados pela assembléa dos accionistas em qualquer das suas reuniões ; ficando, outrossim, dependente de autorisação do Governo, na forma do art. 1º § 1º n. 4 do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

Art. 23. Fica, por estes estatutos, reconhecido incorporador da Companhia Alliança do Sul, o Sr. Dr. João Landell, para perceber a metade do excesso de lucros constantes do art. 6º, com direitos irrevogaveis, que poderão ser transferidos a terceiros, e com o direito de successão, em caso de morte.

Art. 24. De conformidade com a lei em vigor, deverá a directoria submeter estes estatutos à approvação do Governo estadual, para autorisar a respectiva organização segundo os fins a que se propõe a presente companhia ; ficando a directoria desde já autorizada a acceitar as alterações que forem determinadas pelo mesmo Governo, caso não affectem os interesses da sociedade.

Art. 25. Fazem parte preliminarmente desta sociedade anonyma os seguintes accionistas escolhidos pelos interessados para formarem a 1ª directoria e o 1º conselho fiscal:

Directores — Dr. João Landell, medico ; Vicente Asklin, negociante ; Antonio Caetano Ferraz, idem, residentes nesta cidade.

Supplentes — Kester W. Sefton, gerente do Banco Paris e Rio ; João Luiz Vianna, negociante ; Thomaz Hallawell, idem, residentes nesta cidade.

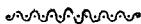
Conselho fiscal — Francisco Pinto de Azambuja Filho, Faustino Armando, Joaquim Dias Forte.

Supplentes — Manoel Carlos de Lima Torres, Francisco Antunes Gonçalves, Florencio Rodrigues.

Gerente tecnico — Ernesto Parrott.

Art. 26. Os casos não previstos nos presentes estatutos serão regulados pela lei n. 3150 e os respectivos regulamentos posteriores e pelas mais leis em vigor, emquanto não forem reformadas ou revogadas.

(Seguem-se as assignaturas.)



## DECRETO N. 819 — DE 18 DE MAIO DE 1892

Concede à Companhia Commercio de Lenha e Materiaes autorisação para incluir entre seus fins o commercio de generos alimenticios.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercio de Lenha e Materiaes, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para incluir entre seus fins o commercio de generos alimenticios, de accordo com a proposta que a este acompanha e que foi votada na assemblea geral de accionistas de 28 de março do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PRIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

Proposta a que se refere o decreto n. 819 desta data e que foi votada na assembléa geral de accionistas da Companhia Commercio de Lenha e Materiaes em 28 de março do corrente anno.

Ao art. 3º dos estatutos accrescente-se o seguinte :

« Paragrapho unico. Nas fazendas que a companhia adquirir por compra ou arrendamento poderá, para facilitar aos seus trabalhadores, estabelecer armazens para suppril-os de generos de primeira necessidade, e bem assim de roupas, ferragens, etc.»



#### DECRETO N. 820 — DE 19 DE MAIO DE 1892

Abre um credito suplementar na importancia de 50:564\$420 para a verba — Obras — do exercicio de 1891 do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando ter sido insufficiente a quantia decretada para a verba — Obras — do exercicio de 1891, afim de occorrer ás despezas com as diversas obras nos edificios em que funcionam os estabelecimentos a cargo do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, conforme se verifica da demonstração a este annexa, resolve, de accordo com o art. 1º n. 2 da lei n. 36 de 26 de janeiro de 1892, abrir á mesma verba um credito suplementar na importancia de 50:564\$420.

O Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Capital Federal, 19 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

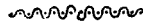
*Fernando Lobo.*



**Demonstração das despesas feitas pela verba — Obras — do  
exercício de 1891**

| ESTABELECIMENTOS EM QUE FORAM AUTORIZADAS                               | QUANTIDADE<br>DESPENDIDA |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Escola Normal.....                                                      | 467\$000                 |
| Escola em Todos os Santos.....                                          | 9:931\$537               |
| Escola na Gavea.....                                                    | 2:031\$920               |
| Escola em S. Francisco Xavier.....                                      | 11:978\$000              |
| Escola na rua da Harmonia.....                                          | 11:153\$900              |
| Escola na rua dos Invalidos n. 52.....                                  | 4:383\$000               |
| Escola em S. Christovão.....                                            | 12:648\$000              |
| Escola Nacional de Bellas Artes.....                                    | 3:945\$000               |
| Escola Polytechnica.....                                                | 5:028\$200               |
| Escola de Minas de Ouro Preto.....                                      | 15:016\$105              |
| Externato do Gymnasio Nacional.....                                     | 1:490\$000               |
| Edificio em que funciona o Pedagogium.....                              | 3:270\$000               |
| Internato do Gymnasio Nacional.....                                     | 8:261\$245               |
| Bibliotheca Nacional.....                                               | 6:829\$020               |
| Instituto dos Surdos-Mudos.....                                         | 4:000\$000               |
| Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....                            | 11:976\$900              |
| Gabinete de physica da Faculdade de Medicina do Rio<br>de Janeiro.....  | 3:800\$000               |
| Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Ja-<br>neiro.....        | 1:950\$000               |
| Faculdade de Medicina da Bahia.....                                     | 25:000\$000              |
| Faculdade de Direito do Recife.....                                     | 155:364\$711             |
| Instituto Benjamin Constant.....                                        | 77:091\$330              |
| Maternidade.....                                                        | 53:822\$812              |
| Reparos e conservação dos jardins das escolas.....                      | 1:507\$060               |
| Pesual do escriptorio do engenheiro.....                                | 13:556\$680              |
|                                                                         | 450:564\$420             |
| Quantia decretada para a verba — Obras — do exer-<br>cicio de 1891..... | 400:000\$000             |
| <i>Deficit</i> .....                                                    | 50:564\$420              |

3.ª Secção da Secretaria de Estado dos Negocios da Instrução Pu-  
blica, Correios e Telegraphos, 18 de maio de 1892.—O director,  
*J. Rodrigues Barbosa.*



**DECRETO N. 821 — DE 23 DE MAIO DE 1892**

Altera o art. 15 do regulamento approved pelo decreto n. 713, de 2 de  
setembro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,  
attendendo ao que propoz o engenheiro chefe do prolongamento  
da Estrada de Ferro Central do Brazil, resolve alterar o

art. 15 do regulamento approved pelo decreto n. 713, de 2 de setembro de 1890, para que a extensão dos trechos das empreitadas de construcção do referido prolongamento, de 6 a 12 kilometros, seja elevada de 20 a 30.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



#### DECRETO N. 822 — DE 24 DE MAIO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Vinicola Internacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Vinicola Internacional, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas de 5 de março do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 24 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

#### Alteração dos estatutos da Companhia Vinicola Internacional, a que se refere o decreto n. 822 de 24 de maio de 1892.

Art. 11. A companhia será administrada por uma directoria composta de dous membros, sendo um o presidente e o outro o secretario-gerente.

Art. 15. Na vaga de um director, o outro, de accordo com os membros do conselho fiscal, nomearão um accionista que preencha as condições já especificadas, para substituil-o até a reunião da primeira assembléa geral que deverá fazer a nomeação effectiva.

Art. 19. Compete-lhe mais executar as deliberações da directoria e da assembléa geral; convocar as assembléas geraes ordinarias e extraordinarias; assignar com o director secretario-gerente os livros de talão e cautelas de acções, os balanços, balancetes, contas e titulos de dividas e os relatorios annuaes.

Art. 21. Quando os directores não estiverem de accordo convocarão o conselho fiscal, e conjunctamente votarão as medidas que lhes forem apresentadas, sendo válida a deliberação approvada por tres votos concordes.

Art. 22. O presidente da companhia vencerá o ordenado de trezentos mil réis e o secretario-gerente o de seiscentos mil réis mensaes.

Além destes honorarios os directores terão direito a mais 2 % repartidamente sobre os lucros liquidos que tiverem de ser distribuidos pelos accionistas.



#### DECRETO N. 823 — DE 24 DE MAIO DE 1892

Concede ao Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e outros autorisação para organizarem o Banco União de Minas e approva, com alteração, os respectivos estatutos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os Drs. Carlos Pereira de Sá Fortes e José Alexandre de Moura Costa, e os commerciantes e industriaes Martim de Oliveira Carneiro e Vicente Barreiros, todos cidadãos brasileiros, residentes na cidade de Barbacena, Estado de Minas Geraes, e representados por seu procurador Henrique Salles, resolve conceder-lhes autorisação para organizarem, na referida cidade, uma sociedade anonyma sob a denominação de Banco União de Minas, e approvar os respectivos estatutos, eliminando-se, porém, do art. 5º a parte em que autorisa-o a fazer operações com os funcionarios publicos por meio de procuração em causa propria, visto constituir privilegio outorgado ao Banco dos Funcionarios Publicos, pelo art. 9º do decreto n. 771 de 20 de setembro de 1890, não revogado pelo de n. 811 de 7 do corrente mez, que approvou a reforma dos respectivos estatutos.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 24 de maio de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*

# Estatutos do Banco União de Minas

## TITULO I

### DO BANCO, SUA DURAÇÃO, CAPITAL E FINS

Art. 1.º Fica creada na cidade de Barbacena, Estado de Minas Geraes, a sociedade anonyma Banco União de Minas para os fins determinados no art. 4º.

Art. 2.º Seu capital é de 2.000:000\$, constituido por 40 000 acções do valor nominal de 50\$ cada uma. Este capital poderá ser elevado por deliberação da assemblea geral dos accionistas.

Art. 3.º A duração do banco será de 30 annos, a contar da data de sua installação, prazo que poderá ser prorogado tambem por deliberação da assemblea geral dos accionistas.

Art. 4.º Os fins do banco são :

- a) realizar as operações bancarias de depositos e descontos ;
- b) emprestar sobre penhor de productos da lavoura e sobre hypothecas de predios urbanos, nunca excedendo o prazo destas de cinco annos ;
- c) emprestar sobre penhor ou caução de titulos mercantis e fundos publicos ;
- d) emprestar sobre hypotheca de predios rusticos, a prazo mais largo que o da letra b deste artigo, si dos poderes publicos obtiver garantia de juros para letras hypothecarias e authorisação para emittil-as ;
- e) fazer empréstimos ao Estado, aos municipios e districtos de Minas Geraes ;
- f) fazer adeantamentos aos respectivos funcionarios ;
- g) effectuar cobranças e liquidações por conta de terceiros ;
- h) promover o desenvolvimento material do Estado de Minas Geraes, executando por conta propria ou da respectiva administração as obras de que careçam o mesmo Estado, seus municipios e districtos, como sejam estradas de ferro, de rodagem ou outras, e, com especialidade, as que se ligarem ás linhas do Estado ou da União, e á navegação de rios ; este mesmo serviço, abertura de ruas ou praças, seu calçamento e ajardinamento, edificação de fabricas ou estabelecimentos publicos, canalisação de agua, esgotos, iluminação, organização de cadastros, de mapps, de estatisticas, etc. ;
- i) estabelecer por conta propria e de terceiros o serviço completo de importação e exportação directas entre o Estado de Minas e as diversas praças do estrangeiro e da Republica, fundando para esse fim agencias nos pontos convenientes e emporios commerciaes no Estado ;
- j) estabelecer na sêde do banco, em suas succursaes ou agencias, caixas economicas, de accordo com a legislação em vigor.

Art. 5.º As operações de que tratam as letras b e d do artigo antecedente nunca excederão em sua totalidade a mais de um quinto do capital realizado.

As autorizadas na lettra *f* também não poderão exceder ao que tiver vencido o funcçionario até ao dia do contracto, e sómente far-se-hão mediante procuração em causa propria, que tenha o visto do chefe da repartição, por ondo o mesmo funcçionario perceber os seus vencimentos.

As de que trata a lettra *h* serão realizadas de preferencia, quando nos respectivos contractos incluir-se a clausula de que o Estado, municipio ou districto se obriga a receber sem desconto em seus cofres, como pagamento de quaesquer dividas ainda provenientes de impostos, quer as letras ou obrigações, que porventura passarem elles ao banco, em virtude dos alludidos contractos, quer os titulos de obrigações privilegiadas, *debentures*, que elle emittir, na fôrma da lei, para obter capitães necessarios à consecução dos seus fins.

Art. 6.º O banco poderá estabelecer succursaes em diversos pontos do Estado, pela fôrma que julgar mais conveniente.

Art. 7.º O capital será realizado em prestações de 10 % no acto da assignatura dos estatutos, de 20 % um mez depois da installação, e as restantes quando o resolver a assembléa geral dos accionistas sobre proposta da directoria.

§ 1.º E' facultada aos accionistas em todo tempo a integraçáo de qualquer numero de acções, que poderão ser nominativas, ou ao portador, á vontade de seus possuidores.

Art. 8.º Os accionistas que não realizarem as suas entradas nos prazos fixados serão admittidos a effectual-as dentro de 60 dias depois, mas pagando a multa de 5 % sobre a prestação retardada.

§ 1.º Esgotados os 60 dias sem que tenham effectuado a devida entrada, serão vendidas em leiláo as acções, de conformidade com a disposiçáo do art. 4.º do decreto n. 850 de 13 de outubro de 1890.

§ 2.º Subscripto todo o capital, realizada a primeira entrada, e cumpridas as formalidades legais, o banco iniciará suas operações.

## TITULO II

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 9.º A assembléa geral é a reunião de todos os accionistas possuidores de 10 acções, pelo menos, inscriptas no registro do banco, si forem nominativas e depositadas quando ao portador, com antecedencia nunca menor de 30 dias.

§ 1.º Para todos os seus effeitos podem os accionistas fazer-se representar nas assembléas geraes por procuração, na fôrma da legislação vigente.

§ 2.º Os accionistas que tiverem transferido suas acções em caução, conservam o direito de representaçáo nas assembléas geraes, assim como o de receberem os dividendos, salvo, quanto a estes, estipulaçáo em contrario, que deverá ser communicada ao banco pelos interessados.

Art. 10. A assemblea geral somente se considera constituida quando esteja representada a quarta parte do capital subscripto.

§ 1.º Si no dia designado para a reuniao da assemblea geral não houver numero legal, far-se-ha uma nova convocação e a assemblea geral deliberará então com qualquer numero.

§ 2.º Si se tratar da reforma dos estatutos, dissolução da sociedade, ou augmento do capital, a assemblea geral somente poderá funcionar, estando representados dous terços do capital social, e nestes casos serão feitas segunda e terceira convocação, e só depois da ultima poderá validamente funcionar com qualquer numero.

§ 3.º As deliberações da assemblea geral serão tomadas por maioria de accionistas, salvo quando qualquer accionista exigir que o seja pela representação do capital. Neste caso 10 acções dão direito a um voto, e assim por deante nessa proporção, não tendo porém nenhum accionista mais de 50 votos.

§ 4.º Os accionistas possuidores de menos de 10 acções poderão assistir ás deliberações da assemblea geral, tomar parte nas discussões, mas não votar.

§ 5.º As reunioes da assemblea geral serão presididas por um accionista aclamado na occasião, e este convidará dous para secretarios. No caso de duvida ou reclamação, proceder-se-ha á eleição do presidente da assemblea geral pelo voto singular de cada accionista presente, possuidor de mais de 10 acções.

Art. 11. Haverá annualmente uma assemblea geral ordinaria, que deverá ter logar no mez de março. As reunioes extraordinarias serão convocadas sempre que a directoria, ou conselho fiscal, julgar necessario, ou forem requisitadas por seto ou mais accionistas, que representem no minimo um quinto do capital subscripto, e exponham os motivos e fins da convocação.

Art. 12. Na reuniao ordinaria da assemblea geral serão apresentados ao seu exame e deliberação os ultimos balanços e contas da directoria e o parecer do conselho fiscal. Nas extraordinarias somente se tratará do assumpto que houver determinado a convocação.

§ 1.º Depois de approvadas as contas, proceder-se-ha á eleição do conselho fiscal e da directoria, de conformidade com os arts. 17, 18 e 24.

§ 2.º Os directores e fiscaes não podem tomar parte nas votações, que disserem respeito ás contas ou actos administrativos.

§ 3.º Os mesmos directores e fiscaes não podem representar outros accionistas na qualidade de mandatarios.

Art. 13. As reunioes da assemblea geral ordinaria serão annunciadas pelo jornal official do Estado, com antecedencia de 15 dias, e as extraordinarias com a de cinco pelo menos.

Art. 14. A approvação pela assemblea geral das contas annuaes, balanço, actos administrativos da directoria, e do parecer fiscal, extingue completamente a responsabilidade desses mandatarios, em relação ao periodo a que taes documentos se referirem.

Art. 15. A transferencia das acções será suspensa 30 dias

antes do marcado para a reunião ordinaria da assembléa geral dos accionistas, o que se fará constar por annuncio no jornal official do Estado.

Art. 16. Compete á assembléa geral:

- a ) deliberar sobre todos os negocios e interesses do Banco União de Minas ;
- b ) reformar os seus estatutos ;
- c ) augmentar ou reduzir o capital social ;
- d ) julgar as contas annuaes, approvando-as, glosando-as, ou reprovando-as ;
- e ) eleger os directores e marcar-lhes vencimentos ;
- f ) eleger o conselho fiscal e marcar-lhe vencimento, si o julgar conveniente ;
- g ) destituir os directores e fiscaes, quando entender que os interesses sociaes assim o exigem.

### TITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO

Art. 17. O Banco União de Minas será administrado por uma directoria composta de tres membros, que nomearão de entro si o presidente e secretario.

Art. 18. Os directores servirão durante quatro annos, e serão eleitos em assembléa geral dos accionistas por escrutinio secreto e maioria de votos, decidindo a sorte, quando houver empate. Como derogação a esta regra, ficam desde já nomeados para o primeiro quatriennio os Srs. Dr. Henrique de Magalhães Salles, Vicente Barreiros e Martim de Oliveira Carneiro.

Art. 19. Para exercer os cargos da directoria é necessaria a qualidade de accionista, e os eleitos não entrarão em exercicio antes de depositar cada um 200 acções, inalienaveis até serem approvadas as contas de sua gestão. Estas acções servirão como caução e garantia dos actos da administração, e escripturadas nessa conformidade.

Art. 20. A' directoria compete :

- a) resolver sobre as operações do banco, estabelecendo as condições e regras, sob que devem realizar-se ;
- b) organizar o relatorio, balanço e contas annuaes, que tenham de ser presentes á assembléa geral, assim como os balancetes, que devem ser mensalmente publicados, sempre que for possível ;
- c) fixar os dividendos e as quotas que tenham de ser levadas ao fundo de amortisação ;
- d) nomear, demittir e suspender todos os empregados, marcando-lhes ordenados, attribuições e fiança. No numero dos empregados consideram-se os gerentes das succursaes que forem creadas, na conformidade do art. 6º ;
- e) representar o banco em Juizo ou fóra delle, perante todas as autoridades e poderes publicos, sendo para esse fim seu mandatario especial o presidente ;

f) propor á assembléa geral o que julgar conveniente em bem dos interesses do banco.

Art. 21. Ao presidente compete :

a) representar a directoria nos termos da lettra e) do artigo antecedente ;

b) presidir as reuniões da directoria e fazer executar as suas deliberações, como as da assembléa geral ;

c) convocar ordinaria e extraordinariamente as assembléas geraes e o conselho fiscal ;

d) assignar os balancetes mensaes que se publicarem, bem como toda a correspondencia do banco, escripturas, contractos e documentos que importem responsabilidade para o mesmo banco ;

e) dirigir o inspecção a escripturação e o expediente ;

f) suspender os empregados, e tomar todas as medidas urgentes, de character provisorio, levando o facto ao conhecimento da directoria.

Art. 22. Ao secretario, além das funcções de membro da directoria, incumbe a escripturação do livro das actas da mesma directoria, que assignará com o presidente.

Art. 23. No caso de vaga, renuncia ou impedimento por mais de 60 dias de qualquer membro da directoria, esta chamará, ouvido o conselho fiscal, um accionista nas condições precisas, o qual exercerá o logar de director até á primeira reunião da assembléa geral, em que será a vaga definitivamente preenchida por eleição.

Art. 24. Os directores serão remunerados com vencimentos fixos, e com uma percentagem sobre os dividendos, marcados pela assembléa geral em sua primeira reunião.

## TITULO IV

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 25. O conselho fiscal será composto de quatro accionistas, possuidores de 50 acções, pelo menos, e de quatro supplentes eleitos annualmente pela assembléa geral.

Art. 26. Incumbe ao conselho fiscal :

a) examinar nos tres mezes, que precederem o encerramento do balanço annual, os livros e documentos do banco, e verificar o estado da caixa, a fim de formular o seu parecer, o qual deverá ser entregue á directoria, para ser publicado e annexado ao relatorio annual ;

b) aconselhar a directoria ácerca dos negocios do banco, sempre que ella o reclamar ;

c) convocar a assembléa geral quando a directoria deixar de fazel-o em devido tempo, ou o reclamarem sete accionistas pelo menos ;

d) levar ao conhecimento da assembléa geral o que julgar conveniente a bem dos interesses do banco ;



e) dar parecer sobre as propostas da directoria e da assembléa geral.

Art. 27. Os fiscaes poderão ser remunerados, si a assembléa geral assim o entender.

## TITULO V

### DO DIVIDENDO E FUNDO DE RESERVA

Art. 28. Em todos os semestres, depois de apurados os lucros liquidos do banco, nelles realizados, deduzir-se-hão 6 % para fundo de reserva, que se destinará a reparar as perdas que por ventura soffra o capital do banco.

§ 1.º Quando os lucros permittirem e a assembléa geral o determinar, poderá ser augmentada a quota destinada ao fundo de reserva.

§ 2.º As quantias destinadas ao fundo de reserva serão applicadas á compra de titulos da divida publica da União, do Estado ou dos municipios.

§ 3.º A deducção de que trata este artigo cessará logo que o fundo de reserva atinja a importancia igual á entrada do capital social, devendo, porém, continuar, si for desfalcado, para reparar qualquer perda do mesmo capital.

Art. 29. Todos os semestres serão retirados dos lucros liquidos, provenientes de operações effectivamente concluidas:

1.º Seis por cento para o fundo de reserva, de conformidade com o artigo antecedente ;

2.º A somma necessaria para distribuir aos accionistas um dividendo até 10 % ao anno sobre o capital realizado ;

3.º A quota votada pela assembléa geral, a que se refere o art. 24.

Havendo excesso de lucro acima do dividendo determinado, será repartido do modo seguinte: metade pelos accionistas, e a outra metade pelos incorporadores deste banco, Dr. José Alexandre de Moura Costa, Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes, Vicente Barreiros e Martim de Oliveira Carneiro, por si ou seus herdeiros, na conformidade do art. 3º, § 3º, da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.

Art. 30. Os dividendos não reclamados dentro de cinco annos, depois de annunciados, prescreverão em favor do fundo de reserva.

## TITULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 31. A dissolução e fôrma de liquidacção do banco terão logar pela terminacção do prazo de sua duracção, por deliberacção da assembléa geral dos accionistas, e nos demais casos previstos pela legislação em vigor.

Art. 32. O banco poderá contrahir empréstimos por meio de obrigações privilegiadas, *debentures*, na fôrma da lei, e fica desde já a directoria autorisada para fazel-o até ao limite do capital do banco.

Art. 33. Os directores, assim como os membros do conselho fiscal, poderão ser reeleitos.

Art. 34. O anno social terminará em 31 de dezembro, sendo considerado como primeiro todo o tempo que decorrer da data da installação a 31 de dezembro.

Art. 35. Fica a directoria autorisada a satisfazer todas as despezas da incorporação do banco.

Art. 36. A directoria poderá nomear, si o julgar conveniente, um gerente para o banco, marcando-lhe as funções e vencimentos.

Art. 37. Os accionistas abaixo assignados reconhecem e aceitam a responsabilidade que lhes é attribuida por lei e nos presentes estatutos, que approvam em todas as suas partes, e, usando da faculdade que lhes confere a lei, nomeam para membros do conselho fiscal os Srs. :

Visconde de Lima Duarte.

Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes.

Tenente José Maximo de Magalhães.

Dr. João Augusto Rodrigues Caldas.

#### *Suplentes*

Dr. Camillo Maria Ferreira da Fonseca.

Capitão João Manoel de Oliveira Brazil.

P. Taverne.

Dr. Francisco Mendes Pimentel.

(Seguem-se as assignaturas.)



#### DECRETO N. 824 — DE 24 DE MAIO DE 1892

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Sul-Americano.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco Sul-Americano, com séde nesta Capital, representado por seu presidente, Luiz Augusto de Magalhães, resolve approvar as alterações abaixo transcriptas, feitas nos estatutos do mesmo banco, por deliberação da assemblea geral extraordinaria dos seus accionistas, effectuada em 7 de abril do corrente anno, a saber :

## CAPITULO II

Art. 5.º—Substitua-se pelo seguinte :

« O capital do banco é de doze mil contos de réis (12.000:000\$), dividido em sessenta mil (60.000) acções de duzentos mil réis (200\$) cada uma, que poderão ser nominativas ou ao portador. »

Art. 6.º e seu paragrapho unico.—Supprima-se.

Art. 7.º e seus paragraphos.—Supprimam-se.

## CAPITULO IV

Art. 20. § 2.º—Substitua-se pelo seguinte :

« Cada grupo de 10 acções confere o direito a um voto, não podendo nenhum accionista fazer-se representar sinão por outro accionista. »

## CAPITULO V

Art. 29.—Onde se lê — cinco directores, diga-se—trez directores.

Art. 32.—Os futuros directores serão eleitos de tres em tres annos.

Art. 34.—Nenhum director poderá estar ausente por mais de dous mezes, salvo quando estiver em serviço do banco.

Art. 37.—Onde se lê — tres de seus membros, diga-se—dous de seus membros.

Art. 39.—Elimine-se o § 2.º deste artigo.

Art. 40.—A percentagem da directoria será de 2 %.

## CAPITULO VI

## DO CONSELHO FISCAL

Art. 46.—Substituam-se os dizeres deste artigo pelo seguinte:

« Por morte, impedimento ou resignação do cargo de qualquer dos membros do conselho fiscal, a directoria chamará o supplente mais votado, e, na falta deste, o immediato em votos. »

Art. 47.—Compete ao conselho fiscal :

« 1.º Assistir, com voto consultivo, ás reuniões da directoria ;

« 2.º Celebrar, no primeiro dia util de cada semana, uma reunião obrigatoria, que começará ás 11 horas da manhã, afim de examinar a caixa, a carteira, os titulos depositados, e tomar conhecimento dos negocios do banco, do que se lavrará acta. Além dessas sessões, os membros do conselho fiscal se reunirão em sessão, sempre que entenderem necessario a fiscalização do banco. »

CAPITULO VII

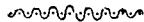
Art. 50.—Elimine-se este artigo, subsistindo, porém, a parte referente aos que estão em exercício.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 24 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 825 — DE 24 DE MAIO DE 1892

Altera o art. 36 do regulamento approved pelo decreto n. 603, de 26 de julho de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve alterar o art. 36 do regulamento approved pelo decreto n. 603, de 26 de julho de 1890, que reorganizou a Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, ficando o mesmo artigo concebido nos seguintes termos:

« Art. 36. Sempre que for possível, não poderá ser nomeado chefe de comissão o engenheiro ou agrimensor que não tiver servido, pelo menos, durante dous annos, como ajudante em comissão de primeira classe. »

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 24 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



DECRETO N. 826 — DE 24 DE MAIO DE 1892

Approva o accordo celebrado com a *Société Anonyme du gaz de Rio de Janeiro*

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á proposta feita pelo representante da *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, engenheiro Antonio Augusto

Fernandes Pinheiro, em data de 13 de abril proximo passado, no sentido, quer de pôr termo às questões suscitadas entre a mesma sociedade e o Governo, quer de regular e modificar diversas clausulas do contracto de 26 de junho de 1886, resolve celebrar com a referida sociedade o accordo constante das bases que com este baixam, assignadas pelo Dr. Antão Gonçalves de Faria, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o fará executar.

Capital Federal, 24 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 826 desta data**

I

A clausula II do contracto deve ser entendida do seguinte modo :

« A contractante só terá de construir novas fabricas e isso de accordo com as necessidades do consumo quando a do Atterrado não mais bastar ou não puder ser desenvolvida conforme as ditas necessidades. »

II

A clausula XI do contracto de 26 de junho de 1886 fica substituida pela seguinte :

« A intensidade da luz dos combustores publicos será equivalente a de onze velas de espermacete das que queimam sete grammas e oitenta centigrammas por hora, iguaes às empregadas em Londres ou Manchester nas experiencias photometricas.

A pressão minima durante a noite será de vinte millimetros em toda a canalisação e a maxima se limitará a trinta e cinco verificadas nos combustores.

O systema de bicos da illuminação publica é o actual — rasgado, cujo padrão contém a inscripção « patent sugg » e se acha na Inspectoria Geral, calculado para um consumo de cem litros de gaz por hora.

As onze velas de que se trata acima serão verificadas com este mesino bico.

O consumo dos combustores publicos será pago por combustor e por hora. »

## III

A clausula XIII do contracto deve ser entendida do seguinte modo :

« O carvão pertencente à contractante e existente a bordo de navios surtos e a descarregar no porto do Rio de Janeiro, será levado em conta do deposito exigido pela mesma clausula. »

## IV

A clausula XIV do referido contracto fica assim modificada :

« Dentro do prazo de sete annos, contado do primeiro de janeiro ultimo, a sociedade :

Substituirá, no correr dos primeiros cinco annos do prazo supradito, todas as lanternas ou lampões da illuminação publica, inclusive os dos jardins e praças, por outros dos padrões modernos usados em Paris, sujeitos os modelos à escolha e approvação do Governo, sendo depositados os padrões escolhidos na Inspectoria, conforme dispõe a mesma clausula.

Estes padrões devem affectar a fôrma circular superior e inferiormente, como modelos para as principaes ruas, jardins, praças e praias dos tres districtos da illuminação e a fôrma quadrangular ou pentagonal para a generalidade das demais ruas.

Todas as lanternas serão bronzeadas e conservadas em bom e asseado estado.

Dentro dos sete annos estipulados neste accordo regulamentar a sociedade deve substituir em cada um anno successivo a setima parte da totalidade das columnas actualmente existentes, por outras de modelo moderno e elegante até restarem tres mil, cuja conservação é facultada à mesma sociedade, sendo designados pela Inspectoria Geral da Illuminação Publica as ruas ou bairros em que poderão estas ficar.

Os actuaes consolos serão conservados, devendo haver um só typo em cada rua.

Tanto as columnas do novo modelo que se collocarem como as tres mil do actual, cuja conservação é facultada, serão pintadas e bronzeadas como as arandellas e conservadas em bom estado e asseio.

A sociedade apresentará dous ou tres modelos de columnas modernas e elegantes e correspondentes às novas lanternas, à escolha e approvação do Governo, fazendo depositar na Inspectoria uma peça do modelo ou dos modelos escolhidos, pintados como devem ficar em serviço. »

## V

A clausula XVIII do contracto de que se trata fica tambem modificada e entendida deste modo:

« O preço do gaz para a illuminação publica e particular será

anualmente fixado, a partir do primeiro de janeiro do corrente anno, como se segue:

Em janeiro de cada anno tomar-se-ha a quantidade de gaz consumido, sem contar as perdas da canalisação publica; no anno anterior, essa quantidade será decomposta em duas partes, uma de doze milhões de metros cubicos (12.000.000 m. c.) para ser multiplicada por duzentos e dez réis (210) e outra do excedente além daquelles doze milhões, para ser multiplicada por cento e noventa e tres réis (193) sempre que o cambio médio bancario a noventa dias sobre Londres do mez de dezembro do dito anno anterior houver sido de doze ou menos de doze pence (12<sup>d</sup>) por mil réis, ou multiplicada por cento e noventa e dous réis (192) quando aquelle cambio tiver sido de treze pence (13<sup>d</sup>) e assim seguidamente na razão de um real de menos no preço por penny de mais no cambio. Os dous productos serão addicionados e a sua somma dividida pela referida quantidade total de gaz consumido no sobredito anno anterior e o quociente assim achado será o preço do metro cubico de gaz a applicar ao consumo do anno que começar e que será cobrado, de accordo com a clausula XIX do mesmo contracto.

Os estabelecimentos de caridade e beneficencia e os de instrução publica gozarão do abatimento de vinte por cento (20 %) no preço do gaz que consumirem.

O preço do gaz anterior ao primeiro de janeiro de mil oitocentos e noventa e dous é o da mesma clausula antes desta modificação, desistindo, entretanto, a contractante de reaver a quantia correspondente á redução temporaria que soffrera. »

## VI

A clausula XXIV do contracto fica assim alterada :

« A contractante apresentará balancetes semestrais dentro de sessenta dias depois de cada semestre e o balanço annual trinta dias depois da data da assembléa que o houver approved.

Outrosim ministrará em cada semestre e no mesmo prazo que os balancetes, um quadro estatístico da produção, consumo publico e particular do gaz e dos productos e residuos provenientes da fabricação. »

## VII

A clausula XXXII do contracto de 26 de junho de 1886 fica assim alterada :

« Ao Governo cabe expedir o regulamento necessario para a fiscalização das obras da fabrica do gaz, assim como de todas as demais obrigações do presente contracto.

A sociedade anonyma contribuirá no principio de cada semestre com a quantia de quinze contos de réis (15:000\$000) para as despesas de fiscalização, fazendo recolher-a ao Thesouro Nacional. »

## VIII

O Governo restituirá a multa de vinte e seis contos de réis (26:000\$000) que impoz á contractante por aviso de 1 de julho de 1890.

Capital Federal, 24 de maio de 1892. — *Antônio Gonçalves de Faria*.



## DECRETO N. 827 — DE 27 DE MAIO DE 1892

Crea na comarca de Pouso Alto, do Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Pouso Alto, do Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes alistados na mesma comarca e composto de dous batalhões de infantaria do serviço activo de oito companhias cada um e com as designações de 97ª e 98ª; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro interino dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de maio de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 828 — DE 28 DE MAIO DE 1892

Approva os estudos definitivos de mais 12 kilometres do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, além de Santa Luzia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, concernentes aos 12 kilometros comprehendidos entre as estacas 3176 mais 12 a 3719 mais 19, e 3885 a 3941 mais 13, além de Santa Luzia; estudos



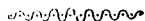
que com este baixam acompanhados do respectivo orçamento e rubricados pelo chefe da 1ª Directoria de Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antônio Gonçalves de Faria.*



DECRETO N. 829 — DE 28 DE MAIO DE 1892

Approva os estudos e plantas concernentes a mais dez kilometros e setecentos quarenta e seis metros do trecho de Santa Luzia a Sete Lagoas, no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos e plantas concernentes a mais dez kilometros e setecentos quarenta e seis metros do trecho de Santa Luzia a Sete Lagoas, no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, estudos que com este baixam acompanhados do respectivo orçamento e rubricados pelo chefe da 1ª Directoria de Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antônio Gonçalves de Faria.*



DECRETO N. 830 — DE 28 DE MAIO DE 1892

Crea no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas, mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o Governo do Estado das Alagoas, decreta :

Art. 1.º Ficam creados no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas, mais

um batalhão de infantaria do serviço activo, com a designação de 43º, e outro do serviço da reserva, com a designação de 14º, com quatro companhias cada um, os quaes serão organizados no municipio de S. Luiz de Quitunde, na mesma comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro interino dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 831 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada uma e as designações de 99º e 100º, e de um batalhão do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 64º.

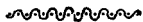
Art. 2.º Os referidos corpos se comporão com os guardas nacionaes alistados na mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro interino dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 832 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, do Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caçapava, do Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, o qual se comporá do 17º batalhão de infantaria, já organizado e que fica desligado do commando superior da comarca de S. José dos Campos, e de mais um batalhão do serviço activo, com oito companhias e o designação de 72º, outro batalhão da reserva com o mesmo numero de companhias e a designação de 24º, e um esquadrão de cavallaria com duas companhias e a designação de 15º; devendo toda esta força, ora creada, ser organizada nas freguezias da referida comarca de Caçapava; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 833 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Approva os estudos definitivos dos quarenta primeiros kilometros do prolongamento da Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo, resolve approvar os estudos definitivos dos quarenta primeiros kilometros do seu prolongamento, de accordo com a clausula 4ª das que acompanham o decreto n. 600 de 24 de julho de 1890, cujos estudos baixam rubricados pelo chefe interino da 1ª Directoria das Obras Publicas.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 834 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Autorisa a transferencia do contracto para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro de Maceió á extincta colonia Leopoldina, no Estado das Alagoas, com um ramal para Porto Calvo.

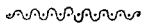
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos, resolve autorisar a transferencia á mes na companhia do contracto celebrado com a Companhia Industrial do Norte, ora fundida naquella, para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Maceió á extincta colonia Leopoldina, no Estado das Alagoas, com um ramal para Porto Calvo, com todos os onus e vantagens conferidas pelos decretos ns. 955 de 5 de novembro de 1890 e 800 de 23 de abril do corrente anno.

O Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



## DECRETO N. 835 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Crea na comarca do Espirito Santo do Pinhal, do Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. São desligados do commando superior da Guarda Nacional da comarca de Mogy-mirim, no Estado de S. Paulo, o 35<sup>o</sup> batalhão de infantaria do serviço activo e a 15<sup>a</sup> secção de batalhão do da reserva, já organizados, e com elles e mais um batalhão de infantaria da activa fica creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Espirito Santo do Pinhal, do mesmo Estado, na qual se organizará com oito companhias e a designação de 89<sup>o</sup> o referido batalhão de infantaria autorisado por este decreto ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 836 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cunha, do Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

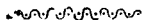
Artigo unico. Fica creado na comarca de Cunha, do Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes alistados na mesma comarca e composto de dous batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, com oito companhias cada um e as designações de 74<sup>a</sup>, 75<sup>a</sup> e 25<sup>a</sup>; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 837 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Bento de Sapucahy, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Bento de Sapucahy, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes alistados na mesma comarca e composto de dous ba-

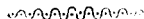
talhões de infantaria do serviço activo e um batalhão do da reserva, com oito companhias cada um e as designações de 76", 77" e 26"; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 838 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Luiz, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Luiz, do Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes alistados na mesma comarca e composto de dous batalhões de infantaria do serviço activo, um batalhão da reserva e um regimento de cavallaria, tendo este quatro esquadrões e aquelles quatro companhias cada um, com as designações de 78", 79" e 26" para os corpos de infantaria e de 23º para o regimento ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 839 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Eleva á categoria de batalhão a 7ª secção do batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Pão de Assucar, no Estado das Alagoas, e crea na mesma comarca mais um batalhão de infantaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica elevada á categoria de batalhão, com a designa-

ção de 15<sup>o</sup>, a 7<sup>a</sup> secção de batalhão da reserva, já organizada na freguezia do SS. Coração de Jesus, na comarca de Pão de Assucar, no Estado das Alagoas.

Art. 2.<sup>o</sup> E' creado na mesma comarca mais um batalhão de infantaria de quatro companhias e a designação de 44<sup>o</sup> e que se comporá dos guardas nacionaes qualificados no municipio de Piranhas.

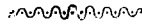
Art. 3.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



# DECRETO N. 840 — DE 30 DE MAIO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 19:505\$444, para pagamento de diversos serviços no Estado da Bahia, de 1 a 13 de janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no § IV do art. 4.<sup>o</sup> da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891 e de accordo com o art. 2.<sup>o</sup> do decreto n. 438 de 11 de julho do mesmo anno, resolve abrir o credito de dezenove contos quinhentos e cinco mil quatrocentos quarenta e quatro réis (19:505\$444), para pagamento de diversos serviços do Ministerio da Justiça no Estado da Bahia, durante o periodo decorrido de 1 a 13 de janeiro do corrente anno, data em que foi publicado o orçamento do mesmo Estado, a saber :

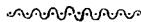
|                                           |             |
|-------------------------------------------|-------------|
| Relação.....                              | 2:574\$129  |
| Justiça de 1. <sup>a</sup> instancia..... | 14:545\$427 |
| Junta Commercial.....                     | 534\$348    |
| Repartição da Policia.....                | 1:434\$874  |
| Diligencias policias.....                 | 416\$666    |
|                                           | <hr/>       |
|                                           | 19:505\$444 |

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 841 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pirassinunga, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pirassinunga, no Estado de S. Paulo, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 84º, um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 31º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 19º.

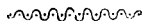
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernandô Lobo.*



## DECRETO N. 842 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Passa-Quatro, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Passa-Quatro, no Estado de S. Paulo, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 82º, um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 29º, e de um regimento, com quatro esquadrões e a designação de 17º.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 843 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araras, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araras, no Estado de S. Paulo, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 83º, um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 30º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadroes e a designação de 18º.

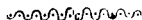
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 844 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um corpo de cavallaria no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes, um corpo de cavallaria, com quatro esquadroes e a designação de 10º, o qual se comporá dos guardas nacionaes alistados nas freguezias da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 845 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Machado, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

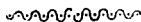
Artigo unico. Fica creado na comarca do Machado, do Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes alistados na mesma comarca, o qual se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, com oito companhias cada um e as designações de 104º, 105º e 66º, e de um corpo de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 9º.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 846 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do S. Carlos do Pinhal, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Carlos do Pinhal, no Estado de S. Paulo, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e as designações de 86º e 102º, e um batalhão do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 33º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 35º.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 847 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Cruzeiro, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Cruzeiro, no Estado de S. Paulo, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 81º, um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 28º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 16º.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 848 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 80º, e um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 27º.

Art. 2.º Os referidos corpos se comporão com os guardas nacionaes alistados na mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 849 — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º B' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e a designação de 85º, e um batalhão do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 32º.

Art. 2.º Os referidos corpos se comporão com os guardas nacionaes alistados na mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 851 (\*) — DE 3 DE JUNHO DE 1892

Autorisa a fusão da Empresa de Navegação a Vapor do Baixo S. Francisco na Companhia de Navegação Pernambucana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Antonio Ulyses de Carvalho, empresario da navegação a vapor do Baixo S. Francisco e do serviço de rebocagem na barra do mesmo rio, resolve autorisar a fusão desta empresa na Companhia de Navegação Pernambucana, com sede na cidade do Recife.

Capital Federal, 3 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*



---

(\*) Com o n. 850 não houve acto.

## DECRETO N. 852 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Concede ao Banco da Bahia a renuncia, que pediu, do direito de emitir bilhetes ao portador, pagaveis em ouro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a directoria do Banco da Bahia, autorisada pelos respectivos accionistas, em assemblea geral extraordinaria de 19 de maio do corrente anno e representada por seu procurador, bacharel Innocencio de Araujo Gôes, resolve conceder-lhe a renuncia, que pediu, do direito que lhe foi conferido pelo decreto n. 782 A de 25 de setembro de 1890, de emitir bilhetes ao protador, pagaveis em ouro.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 853 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

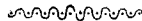
Declara as faltas verificadas no original do decreto do Congresso Nacional que foi convertido na lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás indicações das Mesas do Senado e da Camara dos Deputados, de 1 do corrente mez, as quaes, de commum accordo e autorisadas pelas respectivas Camaras, examinaram o original impresso do decreto do Congresso Nacional que foi convertido na lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892 e verificaram que, por occasião de ser revisto o referido original, se deu no § 18 B do art. 43 um engano, empregando-se as palavras — os nomes — em vez de — o numero — e, no § 22 do mesmo artigo, a suppressão da conjuncção — e — nas palavras — duas cópias da acta das assignaturas — devendo ser — da acta e das assignaturas — conforme tudo se lê na redacção final do projecto adoptado, resolve publicar as substituições acima notadas, para conhecimento das autoridades e devida execução.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 854 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Amparo, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Bragança, no Estado de S. Paulo, a força da Guarda Nacional qualificada na do Amparo e com ella formado um commando superior da mesma guarda que se comporá dos corpos já organizados sob n. 28º de infantaria e 11º da reserva, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 22º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro do Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 855 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 101º, e de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 65º, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes alistados nas freguezias da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 856 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Soccorro,  
no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

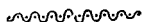
Artigo unico. Fica creado na comarca do Soccorro, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 88º, e de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 36º ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 857 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itatiba,  
no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itatiba, no Estado de S. Paulo, que se comporá do 33º batalhão de infantaria, já existente, da 13ª secção de batalhão da reserva, ora elevada a batalhão, com quatro companhias e a designação de 35º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 21º, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes alistados nas freguezias da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 858 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Serra Negra, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Serra Negra, no Estado de S. Paulo, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 87º, de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 34º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 20º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 859 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará, que se comporá do 33º batalhão de infantaria, já organizado na comarca e para esse fim separado do commando superior de Santarem, e de mais dous batalhões de quatro companhias cada um, sob as designações de 79º e 80º, que serão organizados, este no municipio de Monte Alegre e aquelle no da Prainha; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 860 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mazagão, do Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Macapá, no Estado do Pará, a força da Guarda Nacional qualificada na de Mazagão e com ella creado um commando superior da mesma guarda que se comporá do 29º batalhão de infantaria, já organizado e dos de ns. 81 e 82, ora creados com quatro companhias cada um que serão organizados nas freguezias da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 861 — DE 7 DE JUNHO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da sociedade Padaria Luzo-Brazileira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Padaria Luzo-Brazileira, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos de accordo com as alterações que a elle acompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas de 19 de fevereiro do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Antão Gonçalves de Faria.*

**Relação dos artigos da sociedade anonyma Padaria Luso-Brazileira, redigidos segundo as alterações que foram votadas em assembléa geral de 19 de fevereiro ultimo e a que se refere o decreto n. 861 de 7 de junho de 1892.**

Art. 4.º O capital da sociedade é de 1.000:000\$, dividido em 5.000 acções de 200\$ cada uma.

Art. 9.º A sociedade será administrada por uma directoria reelegivel, composta de dous membros eleitos pela assembléa geral dos accionistas, de cinco em cinco annos, á maioria relativa de votos, por escrutinio secreto, decidindo a sorte no caso de empate.

§ 4.º Os directores vencerão os seguintes honorarios :

Presidente, 8:400\$ annuaes ;

Gerente, 6:000\$ idem.

Art. 14. A assembléa geral elegera annualmente tres fiscaes e outros tantos supplentes, accionistas que darão parecer sobre os negocios e operações da sociedade no anno seguinte.

§ 3.º Os membros do conselho fiscal vencerão o honorario annual de 1:200\$ cada um, pago mensalmente.

Rio, 13 de abril de 1892.—*Barão de Paranapiacaba*, presidente da companhia.



**DECRETO N. 862 — DE 10 DE JUNHO DE 1892**

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 102º e 103º, e que serão organizados nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

**FLORIANO PEIXOTO.**

*Fernando Lobo.*



## DERCETO N. 863 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na Capital do Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na Capital do Estado do Pará um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes que será organizado com os guardas qualificados nas colonias de Benevides, Santa Isabel e Apehú, com quatro companhias e a designação de 83º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 864 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Entre-Rios, no Estado de Minas Geraes, a força da Guarda Nacional qualificada na de Bomfim e com ella creado um commando superior da mesma guarda que se comporá do 6º batalhão de infantaria já organizado e do batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 67º, a que fica elevada a 2ª secção de batalhão do mesmo serviço; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 865 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes, que se comporá dos actuaes 57º batalhão de infantaria do serviço activo, 39º batalhão da reserva e 3º corpo de cavallaria, ora elevado a regimento, e de dous batalhões de infantaria daquelle serviço, com quatro companhias cada um e as designações de 106º e 107º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 11º, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes alistados nas freguezias da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 866 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Viçosa, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Ponte Nova, no Estado de Minas Geraes, a força da Guarda Nacional qualificada na de Viçosa, e com ella creado um commando superior da mesma guarda que se comporá dos corpos já organizados sob ns. 19º de infantaria, 8º da reserva e de mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 108º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 12º ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 867 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Aréas, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

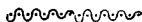
Artigo unico. E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Aréas, no Estado de S. Paulo, que se comporá do actual 25º batalhão de infantaria do serviço activo e do ora creado da ~~mesma arma~~, com quatro companhias e a designação de 90º, da 25ª secção de batalhão da reserva, ora elevada a batalhão, tambem com quatro companhias e a designação de 37º, e de um regimento de cavallaria com quatro esquadrões e a designação de 24º, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes alistados nas freguezias da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 868 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José de Barreiros, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José de Barreiros, no Estado de

S. Paulo, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 91º e 92º, um batalhão do da reserva, com quatro companhias e a designação de 38º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 25º, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes alistados nas freguezias da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 869 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 93º e 94º, um batalhão do da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 39º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 26º, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes alistados nas freguezias da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 870 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo, composto de um batalhão de infantaria do serviço, activo com quatro companhias e a designação de 95º, um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 40º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 27º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 871 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Dous Corregos, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Dous Corregos, no Estado de S. Paulo, que se comporá de um batalhão de infantaria da serviço activo, com quatro companhias e a designação de 96º, um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 41º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 28º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 872 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Limeira,  
no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Bethlem do Descalvado, no Estado de S. Paulo, a força da Guarda Nacional qualificada na da Limeira e com ella formado um commando superior da mesma guarda que se comporá dos corpos já organizados sob ns. 29 de infantaria, 11ª secção da reserva, ora elevada a Batalhão, com quatro companhias e a designação de 42º, e do 1º esquadrão de cavallaria, ora elevado a regimento, com quatro esquadrões e a designação de 29º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 873 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Capivary,  
no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Itú, no Estado de S. Paulo, a força da Guarda Nacional qualificada na de Capivary, e com ella formado um commando superior da mesma guarda que se comporá dos corpos já organizados sob ns. 10º e 11º de infantaria e 5º da reserva e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 30º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 874 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Jahú, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo, a força da Guarda Nacional qualificada na do Jahú, e com ella formado um commando superior da mesma guarda que se comporá da actual 11ª secção de infantaria, ora elevada a batalhão, de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 97º e 98º, de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 43º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 31º ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 875 — DE 10 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Brotas, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Brotas, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 99º, de um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 44º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 32º ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 876 — DE 14 DE JUNHO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo, será composto do 32º batalhão de infantaria do serviço activo, já organizado, do 113º, a que fica elevada a 10ª secção de batalhão do mesmo serviço, dos batalhões 114º do serviço activo e 50º do da reserva e de dous regimentos de cavallaria sob os ns. 39 e 40, ora creados.

Art. 2.º Os referidos batalhões terão quatao companhias cada um e os regimentos de cavallaria igualmente quatro esquadrões cada um.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 877 — DE 14 DE JUNHO DE 1892

Crea na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo, dous batalhões de infantaria e dous corpos de cavallaria de guardas nacionaes

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo Unico. Ficam creados na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo, dous batalhões de infantaria do serviço activo com, quatro companhias cada um e as designações de 100º e 101º, e dous corpos de cavallaria, com quatro esquadrões cada um e classificados com os ns. 33º e 34º, devendo toda a força ora creada organizar-se com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 878 — DE 14 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 109º e 110º, e de um batalhão do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 68º.

Art. 2.º Os corpos se organizarão com os guardas nacionaes alistados nas referidas comarcas ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 879 — DE 14 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Peçanha, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Peçanha, no Estado de Minas Geraes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 112º, e de um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 69º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 880 — DE 14 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

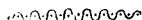
Artigo unico. Fica creado na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes, um commando de cavallaria, com quatro esquadrões e com a designação de 13º e que se organizará com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias da comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 881 — DE 14 DE JUNHO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Parahybuna, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Parahybuna, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes batalhões de infantaria do serviço activo ns. 33º e 19º da reserva, e dos de ns. 111º, 112º, 113º e 114º do serviço activo e 68º da reserva que serão organizados todos com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 14º, a que fica elevado o actual 14º esquadrão; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 882 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Approva, com modificação, o projecto de reforma dos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito Real de São Paulo, sociedade anonyma, com séde na Capital do Estado de S. Paulo, e representado por sua directoria, resolve approvar o projecto de reforma dos estatutos do mesmo banco, adoptado pelos respectivos accionistas em assembléa geral extraordinaria de 4 de maio do corrente anno, fazendo-se, porém, a seguinte modificação :

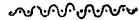
« Os §§ 5º e 6º da alteração proposta ao art. 5º deverão ser modificados de accordo com o art. 33 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891. »

O Ministro do Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 883 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Concede autorisação ao Banco União Agricola do Brazil de credito real, para augmentar o seu capital até ao maximo de 50.000:000\$, mediante o de diversas empresas industriaes e commerciaes, que com elle se fundirem.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco União Agricola do Brazil, de credito real, representado por seu presidente, R. J. Kinsman Benjamin, resolve conceder-lhe autorisação para, ouvido o conselho fiscal, aceitar a junção ou incorporação de estabelecimentos congêneres, ou sociedades anonymas de reconhecida utilidade ; e augmentar o seu capital até ao maximo de 50.000:000\$, recebendo dos mesmos estabelecimentos ou sociedades a parte realizada dos respectivos capitais, conforme a proposta adoptada pelos accionistas do referido banco, em assembléa geral extraordinaria de 7 de maio do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 884 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Declara que ao curador das massas fallidas sómente cabem custas, calculadas de accordo com o art. 147 do decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no intuito de manter em toda a sua integridade e pureza a instituição do Ministerio Publico, creado pelo decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890, e tendo em consideração o disposto nos arts. 210 e 211 do citado decreto :

Resolve declarar que o logar privativo do curador fiscal das massas fallidas, creado pelo decreto n. 139 de 10 de janeiro de 1890, foi extinto pelo citado decreto n. 1030, cessando, portanto, a commissão autorisada pelo decreto de sua criação ; e que ao actual curador das massas fallidas, órgão do Ministerio Publico, sómente cabem custas, calculadas de accordo com o art. 147 do decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890.

O Ministro interino dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 885 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Estabelece algumas regras sobre a contribuição para o montepio dos officiaes da Armada e classes annexas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado dos Negocios da

Marinha sobre a necessidade de regular o modo de fazer a contribuição para o montepio dos officiaes da Armada e classes annexas, e considerando :

Que o beneficio concedido aos herdeiros dos officiaes da Armada pelo art. 8º do decreto n. 108 A de 30 de dezembro de 1889, tornado extensivo aos dos officiaes das classes annexas pelo decreto n. 336 A de 16 de abril de 1890, encontra em muitos casos grandes difficuldades para ser aproveitado, por faltarem aos mesmos herdeiros os meios necessarios para se habilitarem ;

Que o precedente estabelecido pelo aviso da Ministerio da Marinha sob n. 1733 de 10 de julho de 1874 não pôde deixar de ser invocado, por contribuir para tal fim ;

Que os poderes publicos teem o imperioso e indeclinavel dever de curar dos interesses das corporações militares, pelos multiplos e grandes sacrificios que dellas exigem ;

Resolve :

Art. 1.º Os officiaes da Armada e classes annexas do serviço activo, logo que contarem 35 annos de serviço, poderão pagar as quotas correspondentes á contribuição de treze mezes para o montepio do posto immediatamente superior.

Art. 2.º Si, depois de feita esta contribuição, forem os officiaes promovidos, poderão elles fazer nova contribuição, de accordo com o artigo anterior.

Art. 3.º A's viúvas e herdeiros dos officiaes que estiverem nas condições dos arts. 1º e 2º e fallecerem sem ter feito a contribuição facultada pelos referidos artigos, se fará, no primeiro pagamento do montepio, o desconto das quotas correspondentes a treze mezes de contribuição do posto immediatamente superior ao em que tiver fallecido o official.

Art. 4.º A's viúvas e herdeiros dos officiaes das diversas classes da Armada, que fallecerem com menos de 35 annos de serviço e não houverem contribuido com as quotas correspondentes a treze mezes para o montepio do posto que tinham ao tempo de sua morte, descontar-se-ha no pagamento, que se lhes houver de fazer, as quotas que faltarem para completar essa contribuição, além de terem direito ao montepio desse posto.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro do Estado dos Negocios da Marinha, o faça executar.

Capitol Federal, 17 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



## DECRETO N. 886 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Crêa o commando superior de Guarda Nacional da comarca de Itaituba, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

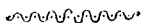
Art. go unico Ficá creado na comarca de Itaituba, no Estado do Pará, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá do 45º pelhão de infantaria e do 84º, com quatro companhias, a que fica elevada a 12ª secção de batalhão, para esse fim separados do commando superior da mesma guarda da comarca de Santorem, e de mais um batalhão de infantaria, de quatro companhias, e a designação de 85º, e que se organizará no municipio de Aveiro; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 887 — DE 17 DE JUNHO DE 1892.

Crêa um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Piracicaba no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º E' creado na comarca de Piracicaba, no Estado do S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá do actual 36º batalhão de infantaria, de mais um com quatro companhias e a designação de 105º, da 17ª secção de batalhão da reserva, ora elevada a batalhão, com a designação de 46º, e do 2º regimento de cavallaria, com quatro esquadrões.

Art. 2.º Os referidos corpos e regimentos serão organizados:

O 36º batalhão de infantaria, na villa de S. Pedro e freguezia de Santa Maria ;

O 105º e o 2º regimento de cavallaria, na cidade de Piracicaba e villa de Santa Barbara;

O 46º batalhão da reserva, em toda a comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 888 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões do serviço activo, com quatro companhias e as designações de 103º e 104º, da actual 16ª secção de batalhão da reserva, ora elevada a batalhão com a designação de 45º, e do 1º regimento de cavallaria com quatro esquadrões.

Art. 2.º Os referidos batalhões e regimento serão organizados :

O 103º de infantaria, na freguezia de S. José do Rio Claro ;

O 104º, na da Senhora da Conceição de Itaquerý ;

O 45º da reserva e o regimento, em todas as freguezias da comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro do Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 889 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria da Guarda Nacional na comarca do Viçosa, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. E' creado na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará, um regimento de cavallaria da Guarda Nacional que será organizado nas freguezias da mesma comarca, com quatro esquadrões e a designação de 22º ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 890 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria da Guarda Nacional na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. São creados na comarca de Assaré, no Estado do Ceará, um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria que serão organizados nas freguezias da dita comarca, tendo o batalhão quatro companhias e a designação de 73º e o regimento quatro esquadrões e a numeração de 23º; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 891 — DE 17 DE JUNHO DE 1892

Crea dous batalhões de infantaria, um do serviço activo e outro da reserva na comarca da Granja, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados na comarca da Granja, no Estado do Ceará, dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, que serão organizados na freguezia de Camocim, com quatro companhias e as designações de 72º para o batalhão da activa e de 37º para o da reserva; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 891 A — DE 24 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Fica creado na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo sob os ns. 122 e 123 e de um batalhão da reserva com a designação de 73º, com quatro companhias cada um, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 891 B — DE 24 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Piumhy, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica desligada da comarca do Rio Grande a força da Guarda Nacional alistada na do Piumhy, ambas no Estado de Minas Geraes, e com ella creado um commando superior de guardas nacionaes que se comporá do batalhão de infantaria n. 49, já organizado, e do de n. 72 da reserva, com quatro companhias, a que fica elevada a 6ª secção do batalhão desse serviço, tambem já organizada na freguezia do 49º batalhão; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 891 C — DE 24 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria, de quatro companhias cada um e as designações de 121º do serviço activo e 71º do da reserva.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 891 D — DE 24 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes nas comarcas de Muzambinho e Cabo Verde, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar:

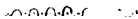
Art. 1.º Fica desligada do commando superior da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes, a força da Guarda Nacional qualificada nas de Muzambinho e Cabo Verde, no mesmo Estado, e com ella creado um commando superior da referida guarda que se comporá do 62º batalhão de infantaria, 42º batalhão da reserva, já organizados, da 5ª secção do serviço activo, ora elevada a batalhão com a designação de 119º, e mais um batalhão de infantaria sob n. 120, com quatro companhias, cada um, e dous regimentos de cavallaria, com quatro esquadrões cada um e as designações de 14º e 15º.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 891 E — DE 24 DE JUNHO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Machado, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar:

Art. 1.º Ficam creados na comarca do Machado, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 118º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 16º, os quaes serão organizados com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de junho do 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 891 F — DE 24 DE JUNHO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. E' creado na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia, um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo que será organizado na freguezia do Bom Jesus do Rio de Contas, com quatro companhias e a designação de 124º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 892 — DE 25 DE JUNHO DE 1892

Amplia o art. 4º, paragrapho unico, do regulamento para a Comissão Technica Militar Consultiva.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás ponderações feitas pela Comissão Technica Militar Consultiva, resolve mandar considerar membro consultivo da mesma comissão o director do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, ficando assim ampliado o art. 4º, paragrapho unico, do regulamento que baixou com o decreto n. 433, de 4 de julho do anno proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Guerra assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 25 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco Antonio de Moura.*



## DECRETO N. 893 — DE 25 DE JUNHO DE 1892

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Tiradentes ficará composta dos actuaes batalhões sob ns. 29º do serviço activo e 16º do da reserva, ora reduzidos a quatro companhias, e de mais dous batalhões com igual numero de companhias e as designações de 113º do serviço activo e 70º do da reserva e que serão organizados :

O 113º com os guardas da 5ª e 6ª companhias do 29º batalhão e os qualificados no municipio de S. João d'El-Rey ;

O 70º com os guardas da 5ª e 6ª companhias do 29º batalhão e os do serviço da reserva alistados no referido municipio.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 894 — DE 25 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Ribeirão Bonito, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca do Ribeirão Bonito, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo com a designação de 133º e um batalhão do serviço da reserva sob n. 61º, com quatro companhias cada um, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 894 A — DE 25 DE JUNHO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.

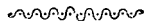
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santa Rita do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 34º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 895 — DE 25 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Tieté, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

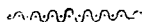
Artigo unico. Fica creado na comarca de Tieté, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se

comporá do 11º batalhão de infantaria, para esse fim desligado do commando superior da mesma guarda da comarca de Capivary, e do 106º batalhão de infantaria e 36º regimento de cavallaria, ora creados, este com quatro esquadrões e aquelle com igual numero de companhias, organizados nas freguezias da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 895 A — DE 28 DE JUNHO DE 1892

Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da sociedade anonyma denominada Companhia Cooperativa de Consumo Domestico e Agricola de Nova Friburgo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Dr. Galdino Antonio do Valle, fundador e presidente da sociedade anonyma denominada Companhia Cooperativa de Consumo Domestico e Agricola de Nova Friburgo, resolve approvar, com as alterações abaixo declaradas, a reforma dos respectivos estatutos, adoptada por seus accionistas em assembléa geral extraordinaria de 30 de maio do corrente anno, a saber:

Art. 4.º — Redija-se do seguinte modo:

« Quando o accionista deixar de effectuar a entrada, proceder-se-ha nos termos dos arts. 33 e 34 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, salvo caso de força maior, provada incontinente, sendo-lhe então concedido novo prazo de 30 dias durante o qual deverá fazer a entrada e mais 10% sobre a importancia da mesma. »

Art. 35. — Deve ser assim redigido:

« Si, durante o trimestre em que o conselho fiscal tem de proceder aos exames a que se refere o art. 120 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, se achar impedido de funcionar, a directoria convocará extraordinariamente a assembléa geral para proceder à eleição de novo conselho fiscal que emitta parecer sobre o estado da companhia e as operações do anno social. »

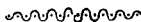


O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 896 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Consolida as disposições em vigor relativas aos diferentes serviços da Assistencia Medico-Legal de Alienados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo á conveniencia de consolidar as disposições em vigor relativas aos diferentes serviços da Assistencia Medico-Legal de Alienados :

Resolve que na mesma Assistencia se observe o regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios do Interior.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Regulamento, a que se refere o decreto n. 896 desta data, para a Assistencia Medico-Legal de Alienados

CAPITULO I

DA ASSISTENCIA MEDICO-LEGAL DE ALIENADOS E SEUS FINS

Art. 1.º A Assistencia Medico-Legal de Alienados, constituida com o Hospicio Nacional, as colonias S. Bento o Conde de Mesquita, na ilha do Governador, e os asylos da mesma natureza que forem creados na Capital Federal, tem por fim soccorrer, gratuitamente ou mediante retribuição, os individuos de ambos os sexos, sem distincção de nacionalidade, e que, enfermos de alienação mental, carecerem de tratamento.

## CAPITULO II

## A DIRECÇÃO GERAL DA ASSISTENCIA E RESPECTIVO PESSOAL

Art. 2.º A direcção geral da Assistencia será confiada a um médico, de competencia provada em estudos psychiatricos, o qual residirá em uma das casas pertencentes ao Hospicio Nacional.

Art. 3.º O funcionario a que se refere o artigo antecedente será nomeado por decreto e terá as seguintes attribuições:

- 1.º Superintender em todos os serviços da Assistencia ;
- 2.º Propôr ao ministro do interior a nomeação e exoneração dos medicos da Assistencia, do director das colonias, do secretario, do administrador do Hospicio, do contador e escripturarios ;
- 3.º Nomear, contractar ou admittir, e dispensar os demais empregados, com excepção daquelles que forem de nomeação de outros funcionarios da Assistencia ;
- 4.º Distribuir convenientemente o serviço clinico ;
- 5.º Despachar os requerimentos que lhe forem dirigidos para admissão provisoria de enfermos pensionistas e para certidões ou attestados ;
- 6.º Autorisar a matricula dos enfermos, à vista dos pareceres de que trata o n.º 7 do art. 15 deste regulamento ;
- 7.º Ordenar a transferencia dos enfermos destinados as colonias ;
- 8.º Conceder licença para se ausentarem aos enfermos a quem puder aproveitar a sahida temporaria dos asylos ;
- 9.º Autorizar o pagamento das folhas do pessoal e das despesas miudas, e a compra do que fór necessario à Assistencia ;
10. Rubricar e remetter ao Ministerio do Interior, para serem pagas no Thesouro Nacional, as contas de fornecimentos, depois de relacionadas e processadas na contadoria da Assistencia ;
11. Abrir e rubricar as propostas apresentadas, em virtude de concorrência publica, para os fornecimentos, e mandar lavrar contractos com os concorrentes preferidos, à vista dos mappas comparativos feitos pelo administrador do Hospicio e pelo director das colonias ;
12. Attender a todas as reclamações que lhe forem dirigidas, levando-as ao conhecimento do ministro do interior, quando se tratar de augmento de despesa ou de objecto que, pela sua importancia, reclame a intervenção daquella autoridade ;
13. Assignar toda a correspondencia, cujo sentido indicará nos papeis que receber ;
14. Dirigir-se a quaesquer autoridades sobre assumptos relativos à Assistencia, fazendo-o por intermedio do Ministerio do Interior quanto aos outros Ministerios ;

15. Solicitar do ministro do interior o adeantamento da quantia necessaria para attender ás despesas com o pessoal e ás de prompto pagamento ;

16. Apresentar, no principio de cada anno, ao ministro do interior o relatório dos meios therapeuticos empregados no tratamento dos enfermos, devendo ser esse trabalho acompanhado das respectivas estatisticas, das observações scientificas mais interessantes e de uma exposição referente á economia dos diversos estabelecimentos da Assistencia e ás demais occurrencias.

Art. 4.º Nos impedimentos repentinos do director geral da Assistencia, assumirá a direcção dos serviços o medico mais antigo do Hospicio Nacional. Nos impedimentos prolongados, porém, será o director geral substituido por medico nomeado pelo ministro do interior, mediante proposta do mesmo director.

Art. 5.º A Directoria da Assistencia, estabelecida no edificio do Hospicio Nacional, ou em dependencia deste, terá o seguinte pessoal: um secretario, um contador, um primeiro escriptuario, um segundo escriptuario, dous amanuenses, um porteiro, um cobrador e um continuo.

Art. 6.º Ao secretario, que servirá sob as immediatas ordens do director geral, compete:

1.º Desempenhar os trabalhos concernentes ao recebimento da correspondencia do Ministerio do Interior e de outras autoridades e dos requerimentos de qualquer natureza, bem assim incumbir-se do preparo da correspondencia official da Directoria para as mesmas autoridades e do despacho e destino dos requerimentos ;

2.º Informar os requerimentos de admissão de enfermos pensionistas ou gratuitos ;

3.º Passar e subscrever as certidões requeridas á Directoria ;

4.º Ter a seu cargo a matricula dos enfermos e o assentamento dos empregados da Assistencia, no que será auxiliado pelo amanuense da contadoria que for designado pelo director geral, enquanto não for creado o logar de auxiliar do secretario ;

5.º Organizar, diariamente, com todos os esclarecimentos, um mappa, em duplicata, do movimento do Hospicio, remettendo um exemplar ao administrador e archivando outro ;

6.º Annunciar, em nome da Directoria Geral, o recebimento de propostas para a compra de generos e o mais que for preciso ao Hospicio e suas dependencias.

O secretario será substituido, em seus impedimentos, pelo empregado da contadoria que o director geral designar, ou por pessoa estranha, nomeada pelo ministro do interior, mediante proposta do mesmo director.

Art. 7.º Compete ao contador:

1.º Arrecadar e fazer arrecadar a renda da Assistencia que não for directamente recebida pelo Thesouro Nacional ;

2.º Entregar, mensalmente, ao Thesouro a renda proveniente das contribuições dos enfermos e o producto de verbas

de pequeno valor ; e, em seguida ao recebimento, as quantias que provierem de outras verbas de receita ;

3.º Receber do director geral as quantias necessarias para as despesas com o pessoal e para as de prompto pagamento ;

4.º Entregar ao administrador do Hospicio e ao director das colonias, a proporção que for pedida, a importancia marcada para despesas miudas dos respectivos estabelecimentos ;

5.º Fazer outras despesas de prompto pagamento autorisadas pelo director geral e as despesas miudas da contadoria ;

6.º Entregar ao administrador do Hospicio a quantia necessaria para satisfazer a despesas de enterramento ;

7.º Apresentar ao director geral as relações dos enfermos cujas pensões estiverem em atraso, affim de serem remetidas ao ministro do interior, que requisitará do da fazenda a cobrança executiva ;

8.º Expôr, por escripto, ao director geral as occurrencias que se derem na contadoria e reclamarem providencias disciplinares ;

9.º Receber em deposito, fazendo mencionar nas papeletas, os valores em dinheiro e joias que os enfermos trouxerem, recolhendo-os ao Thesouro no caso de fallecimento dos enfermos, e restituindo-os a estes si tiverem alta ou forem retirados do estabelecimento ;

10. Encaminhar ao director geral os pedidos, feitos pelos competentes funcionarios, do que for necessario para os diversos serviços da Assistencia, declarando em cada um dos mesmos pedidos o estado da consignação respectiva ;

11. Participar ao director geral, com antecedencia, sempre que o saldo de alguma das consignações da verba respectiva não for sufficiente para as despesas que se tenham de fazer durante o exercicio ;

12. Organizar o orçamento da Assistencia, conforme as indicações do director geral nos orçamentos parciaes que lhe forem apresentados pelo director das colonias, administrador do Hospicio, director do museo anatomo-pathologico, chefe do gabinete electro-therapico e pelo pharmaceutico ;

13. Dirigir todo o expediente da contadoria.

Art. 8. O expediente a cargo do contador constará : da organização das folhas do pessoal da Assistencia ; do processo de todas as contas de fornecimentos ; das relações de despesas de prompto pagamento ; da extracção das contas de tratamento dos enfermos ; da organização das relações dos enfermos cujas pensões ficarem em atraso ; e da escripturação dos seguintes livros :

1.º Da receita e despesa geral da Assistencia ;

2.º Da receita e despesa do Hospicio Nacional e de cada um dos asylos ;

3.º De contas correntes com os contribuintes ;

4.º Do movimento do cofre da contadoria ;

5.º Da demonstração do emprego da importancia adeantada pelo Thesouro ao director geral ;

- 6.º Do arrolamento das quantias que não forem reclamadas ;
- 7.º De contractos com os fornecedores ;
- 8.º Do registro de apolices, acções e quaesquer titulos de renda constitutivos do patrimonio ;
- 9.º Do ponto dos empregados da contadoria da Assistencia ;
10. De cargas feitas ao cobrador.

Art. 9.º O contador será substituido, nos seus impedimentos, pelo primeiro escriptuario. Neste caso a chave do cofre será entregue, mediante recibo da importancia nelle existente, pelo referido funcionario ; ou, estando este enfermo, por pessoa de sua confiança, que assistirá ao balanço na presença do director geral, sendo observado o mesmo processo, ao apresentar-se o contador, em relação á pessoa que o estiver substituindo.

Art. 10. Aos empregados da contadoria cumpre executar, com zelo, intelligencia e promptidão, os trabalhos que lhes forem distribuidos pelo contador.

A contadoria funcionará, nos dias uteis, das 9 horas da manhã ás 3 da tarde, podendo ser pelo contador prorrogada a hora do expediente, quando assim o exigir a conveniencia do serviço.

O director geral designará um dos amanuenses da contadoria para servir no escriptorio da administração do Hospicio enquanto não for creado o logar do ajudante do administrador.

Art. 11. O cobrador deverá proceder ao recebimento das quantias que não forem arrecadadas pelo contador, e entregal-as a este, para serem recolhidas ao Thesouro Nacional.

Prestará fiança do valor de cinco contos de réis.

Art. 12. Ao porteiro incumbe :

1.º Receber a correspondencia e entregal-a, fechada, ao secretario ou quem o estiver substituindo ;

2.º Franquear a entrada aos enfermos cuja admissão estiver autorizada ;

3.º Franquear igualmente a entrada ás pessoas que obtiverem permissão para visitar o estabelecimento ou que se apresentarem nos dias marcados para visitar os enfermos por quem se interessarem ;

4.º Entregar as papeletas dos enfermos nas divisões a que pertencerem ;

5.º Mandar proceder, por um ou mais serventes ou enfermos, ao asseio da portaria do Hospicio e de outras dependencias marcadas no regimento interno ;

6.º Não permittir ajuntamentos na portaria e no vestibulo do estabelecimento e cumprir as demais determinações expressas no regimento interno.

Art. 13. Ao continuo cumpre :

1.º Executar e fazer executar, por serventes ou enfermos, a limpeza e arranjo interno da contadoria ;

2.º Apresentar-se para o serviço antes da hora do expediente e a tempo de executar o determinado no n. 1º ;

3.º Fechar a contadoria, terminado o expediente, e entregar a chave a quem o contador ordenar ;

4.º Ter sob sua guarda os moveis e utensilios existentes na contadoria e sala do archivo, não permittindo a retirada de nenhum destes sem authorisação do contador ;

5.º Obedecer às ordens de serviço que lhe forem dadas pelo secretario, pelo contador e empregados da contadoria ;

6.º Entregar a correspondencia.

### CAPITULO III

#### DO HOSPICIO NACIONAL

#### SECÇÃO I

##### SERVIÇO SANITARIO

Art. 14. O pessoal do serviço sanitario constará :

De tres medicos, um director do museo anatomico-pathologico, um chefe do gabinete electro-therapico, quatro internos, dos quaes dous serão pagos pela Faculdade de Medicina, alumnos da mesma Faculdade, um pharmaceutico e um ajudante ;

De um 1º enfermeiro, dos 2ºs enfermeiros, enfermeiras e inspektoras, guardas e serventes necessarios ao serviço, de um conservador do museo anatomico-pathologico e do gabinete electro-therapico.

Art. 15. Incumbe aos medicos :

1.º Visitar diariamente, às 8 horas da manhã, as subdivisões a seu cargo, e prescrever o tratamento a que devam ser submettidos os enfermos ;

2.º Lançar, em livros proprios, as notas clinicas que exprimam o estado dos doentes, quer sejam modificações dos symptomas primitivos, quer factos novos, pertencentes a outra phase da molestia ;

3.º Dar alta aos enfermos curados e aos que tenham de sahir em virtude de requerimento dos interessados, e submeter as papeletas à apreciação do director geral ;

4.º Passar os attestados requeridos ao director geral e os de obito dos enfermos que fallecerem nas respectivas subdivisões, e remettel-os ao secretario ;

5.º Autopsiar os cadaveres que sahirem das subdivisões, salvo tratando-se de contribuintes, e entregar ao director geral as notas relativas às autopsias, para serem lançadas no respectivo registro ;

6.º Dar, verbalmente, as informações que lhes forem pedidas pelas pessoas interessadas, conservando-se para isso no esta-

belecimento, durante duas horas, nos dias da visita de que trata o art. 53 ;

7.º Apresentar ao director geral, no prazo de 15 dias, que poderá ser por elle prorogado, um parecer fundado nos exames que houverem feito sobre o estado mental dos enfermos em observação ;

8.º Colligir elementos para o relatorio do director geral ;

9.º Solicitar do director geral o que necessitarem para o bom desempenho dos deveres que lhes cabem.

Art. 16. Os logares de medicos, á proporção que forem vagando, serão preenchidos por concurso.

Paraphrasso unico. Observar-se-hão no concurso as disposições vigentes relativas ao provimento do logar de substituto á cadeira de clinica psychiatrica da Faculdade de Medicina ; e serão examinadores os professores da secção medica da mesma Faculdade, tirados á sorte, e um medico do Hospicio, designado pelo director, que presidirá o concurso.

Art. 17. Ao chefe do gabinete electro-therapico cumpre:

1.º Executar as instrucções que lhe forem dadas pelo director geral, o qual se reportará, no que disser respeito aos doentes a cargo dos medicos, ás notas que delles receber ;

2.º Ter inventario, sob a guarda do empregado encarregado do gabinete, dosapparelhos e moveis ali existentes, bem como fazer-os conservar na maior limpeza e asseio ;

3.º Apresentar ao director geral os pedidos do que for necessario para o gabinete ;

4.º Ordenar ao empregado encarregado do gabinete que não permita sejam retirados quaesquer dos apparelhos sem o competente recibo.

Art. 18. Incumbe aos internos :

1.º Observar, assidua e attentamente, os alienados, tomando nota de tudo quanto possa interessar ao tratamento ;

2.º Assistir á distribuição dos remedios e dos alimentos ;

3.º Empregar ao tratamento hydrotherapico que os facultativos prescreverem ;

4.º Applicar, na ausencia do director geral e dos medicos, só quando forem absolutamente indispensaveis e durante o menor prazo possivel, os meios coercitivos de que trata este regulamento ;

5.º Socorrer promptamente os enfermos que carecerem de cuidos immediatos, recorrendo ao director geral nos casos graves ;

6.º Consignar, em livro especial, todas as occurrencias que se dederem com referencia ao serviço clinico ;

7.º Registrar as notas relativas ás autopsias.

Art. 19. Farão os internos assentamento dos meios coercitivos que forem applicados aos enfermos na conformidade dos arts. 18, n. 4.º, e 51 deste regulamento.

Art. 20. O interno de serviço não póde fazer-se substituir por

outro, sinão mediante autorisação do director geral ; e sob nenhum pretexto poderá sahir do estabelecimento durante todo o tempo do serviço.

Art. 21. Compete ao pharmaceutico :

- 1.º Preparar, com o maior esmero, os medicamentos ;
- 2.º Conservar a pharmacia no melhor asseio e ordem, com o auxilio dos serventes precisos ;
- 3.º Extrahir os pedidos de drogas e mais objectos de que necessitar a pharmacia, e apresental-os ao director geral, por intermedio da contadoria ;
- 4.º Examinar as contas dos fornecedores respectivos, confrontando-as com os pedidos que as deverão acompanhar, e apresental-as tambem ao director geral com a nota — conforme — datada e assignada ;
- 5.º Proceder ao inventario do vasilhame e mais objectos que entrarem para a pharmacia e registral-o em livro especial, uma vez por anno ;
- 6.º Fiscalizar o serviço confiado ao official de pharmacia, seu ajudante.

Paragrapho unico. O pharmaceutico não se retirará do estabelecimento sem que esteja terminado o expediente do aviamento do receituário, e tambem nas occasiões em que esteja ausente o seu ajudante.

Art. 22. Ao ajudante do pharmaceutico cumpre fazer o trabalho que lhe for designado por este.

Art. 23. O primeiro enfermeiro, os segundos enfermeiros, as enfermeiras e inspectoras e os guardas são auxiliares do serviço medico, e devem cumprir o disposto no regimento interno.

Art. 24. No museo anatomo-pathologico serão observadas as seguintes disposições :

- 1.ª O museo estará aberto, todos os dias uteis, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde ;
- 2.ª As peças anatomicas destinadas ao museo serão entregues ao respectivo director, que as preparará afim de serem conservadas ;
- 3.ª As pesquisas histologicas se farão segundo as instrucções que forem dadas pelo director, o qual escolherá as preparações mais instructivas que convenha conservar ;
- 4.ª A cada peça anatomica deverá acompanhar um relatorio do caso morbido e da necropsia, de modo a ser archivado para illustração e historia da mesma peça ;
- 5.ª O director do museo deverá assistir ás necropsias, com o fim de indicar o modo mais conveniente da extracção da peça anatomica, e de sua conservação antes de passar por ulterior processo ;
- 6.ª De todos os trabalhos executados no museo deverá o director fazer, em cada anno, um relatorio, que será entregue ao director geral da Assistencia e publicado ;
- 7.ª No museo serão executadas pelos medicos e internos do Hospicio, de accordo com as instrucções do director, as analyses



dos liquidos pathologicos e as investigações microscopicas necessarias para a elucidação dos casos morbidos.

Paragrapho unico. O director do museo anatomo-pathologico fará o respectivo encarregado cumprir as disposições dos ns. 2 e 4 do art. 17, e apresentará ao director geral da Assistencia os pedidos do que for necessario.

Art. 25. Na escola profissional, creada pelo decreto n. 791 de 27 de setembro de 1890, a qual se destina a preparar enfermeiros e enfermeiras para os hospicios e hospitaes civis e militares, se observará o seguinte :

§ 1.º O curso constará : 1º, de noções praticas do propedeutica clinica ; 2º, de noções geraes de anatomia, physiologia, hygiene hospitalar, curativos, pequena cirurgia, cuidados especiaes a certas categorias de enfermos e applicações balneotherapicas ; 3º, de administração interna e escripturação do serviço sanitario e economico das enfermarias.

§ 2.º Os cursos theoricos so effectuarão tres vezes por semana, em seguida á visita ás enfermarias, e serão dirigidos pelos internos e pelos enfermeiros e inspectores, sob a fiscalização do medico e superintendencia do director geral.

§ 3.º Para ser admittido á matricula o pretendente deverá :

1.º Ter 14 annos, pelo menos, de idade ;

2.º Saber ler e escrever correctamente e conhecer arithmetica elemental ;

3.º Apresentar attestações de bons costumes.

Poderão ser admittidos ao curso alumnos internos e externos ; os primeiros, que não poderão exceder de 30, além de aposento e alimentação, terão direito á gratificação, no primeiro anno, de 20\$ mensaes, e no segundo, depois do primeiro apprendizado, de 25\$ ; devendo, porém, coadjuvar os empregados do estabelecimento no serviço que lhes for designado.

§ 4.º Aos alumnos que se distinguirem nos exames serão conferidos premios até 50\$, e aos enfermeiros diplomados e alumnos que em qualquer tempo se invalidarem no exercicio da profissão em hospitaes mantidos pelo Estado, por effeito dos deveres a ella inherentes, se abonará uma pensão proporcional ao ordenado que perceberem.

§ 5.º No fim do curso, que poderá ser feito em dous annos, no minimo, será conferido ao alumno um diploma passado pelo director geral da Assistencia Medico-Legal de Alienados.

§ 6.º O diploma dará preferencia para os empregos nos hospitaes de que trata este artigo, e o exercicio profissional durante 25 annos direito á aposentadoria na forma das leis vigentes.

§ 7.º Enquanto permanecerem no estabelecimento, os alumnos ficarão sujeitos ás penas disciplinares impostas nas instrucções do serviço interno aos respectivos empregados.

## SECÇÃO II

## DA ADMISSÃO E SAÍDA DOS ENFERMOS E DAS RESPECTIVAS CATEGORIAS E CLASSES

Art. 26. No Hospício Nacional, unico em que se recebem pensionistas, haverá um pavilhão destinado aos doentes em observação, pelo qual transitarão todos os doentes gratuitos que tenham de ser admittidos.

Art. 27. Todos os individuos que, pela pratica de actos indicativos de alienação mental, tiverem de ser recolhidos ao Hospício, alli darão entrada provisoria, até se verificar a alienação nos termos do § 7º do art. 15 ; depois do que poderá ser autorizada a matricula pelo director geral, excepto tratando-se de estrangeiros que tenham de ser repatriados em virtude de accordo com os respectivos governos.

A matricula realizar-se-ha 15 dias depois da entrada dos enfermos, salvo casos especiaes, em que, a juizo do director geral, deva este prazo ser prorogado.

Art. 28. A admissão dos enfermos indigentes se verificará á vista de ordem do Ministro do Interior ou de requisição do chefe de policia da Capital Federal.

As requisições devem ser acompanhadas de documentos justificativos da loucura, e de informações e documentos acerca do nome, idade, naturalidade, estado, filiação e residencia dos enfermos.

Art. 29. As admissões de contribuintes serão autorizadas pelo director geral, mediante requerimento, ou por effeito de requisição da autoridade competente, si o enfermo for official ou praça do Exército, Armada, brigada policial ou corpo de bombeiros.

Art. 30. São competentes para requerer a admissão de enfermos, quer contribuintes, quer gratuitos:

- I. O ascendente ou descendente ;
- II. O conjuge ;
- III. O tutor ou curador ;
- IV. O chefe de corporação religiosa ou de beneficencia.

Art. 31. Aos requerimentos, dos quaes deverão constar os esclarecimentos de que trata o art. 28, se annexarão pareceres de dous medicos que tenham examinado o enfermo 15 dias, no maximo, antes de sua admissão no Hospício, ou certidões do exame de sanidade.

Acompanharão tambem os requerimentos, quando se tratar de contribuintes, cartas de fiança idonea das despesas relativas ás classes em que forem collocados os enfermos.

Todos os documentos serão sellados e terão as firmas reconhecidas.

Art. 32. O director geral remetterá, trimensalmente, aos pretores desta Capital uma relação dos enfermos que pertencerem á respectiva circumscripção e houverem sido enviados nessa época.

Art. 33. Os enfermos indigentes só poderão sahir depois de restabelecidos, salvo com licença concedida pelo director geral ; os pensionistas, porém, serão retirados, em qualquer tempo, pelas pessoas que tiverem requerido a admissão, e, na falta destas, pelos parentes ou curadores, excepto quando se tratar de enfermos accommettidos de fórma de loucura que torne perigosa a sua permanencia em liberdade. Neste caso, precederá á sahida ordem do Ministro do Interior, ouvido o chefe de policia.

Art. 34. Concedida a alta a qualquer enfermo, será feita a necessaria communicação á autoridade que requisitou ou á pessoa que requereu a admissão, afim de mandar retirar-o.

Art. 35. Os enfermos em tratamento no Hospicio Nacional serão divididos nas seguintes categorias:

Pensionistas, comprehendendo quatro classes, cujas diarias serão de 10\$ na 1ª, 5\$ na 2ª, 3\$ na 3ª e 2\$ na 4ª ;

Mantidos pelos Ministerios da Guerra, da Marinha, da Justiça e da Agricultura, ou pelos Estados;

Gratuitos.

Art. 36. Os enfermos enviados pelos referidos Ministerios contribuirão: os officiaes com o meio soldo mensal e os inferiores e praças com 640 rs. diarios.

Art. 37. Salvo o caso de contracto, celebrado com autorisação do Governo, os Estados que enviarem enfermos á Assistencia pagarão 1\$200 diarios pelo tratamento de cada um.

Art. 38. Os commodos destinados aos enfermos pensionistas serão os seguintes:

Os enfermos de 1ª classe terão direito a um quarto mobiliado com o possivel conforto e a um criado exclusivamente empregado no seu serviço ;

Os de 2ª classe terão um quarto mobiliado, com um só leito ;

Os de 3ª classe serão accommodados, sempre que não houver inconveniente, em quartos com dous leitos ;

Os de 4ª classe occuparão dormitorios especiaes de 8 a 16 leitos.

Paragrapho unico. Os officiaes do Exercito e da Armada e os da brigada policial e corpo de bombeiros serão considerados pensionistas da classe de cuja diaria mais se approximar a contribuição com que concorrerem.

Art. 39. Os inferiores e praças do Exercito e da Armada e os da brigada policial e corpo de bombeiros, os enfermos enviados pelos Estados e os gratuitos occuparão vastos dormitorios.

Art. 40. Em relação ás refeições, o tratamento dos enfermos será o discriminado nas tabellas que o director geral organizar.

Art. 41. Os enfermos cujos parentes, tutores ou curadores, não podendo contribuir com a quantia correspondente á diaria de 4ª classe, derem entrada no Hospicio mediante donativos em dinheiro ou apolices, ou pensões do Montepio dos Servidores do Estado, terão, salvo resolução em contrario do Ministro do In-

terior, do qual dependerão taes admissões, o tratamento dos gratuitos.

Quando, em virtude de circumstancias attendiveis, resolver o Governo que seja admittido algum alienado que não disponha de recursos para pagamento das contribuições, poderá ser aceita, como donativo à Assistencia ou sob a fórma que o Governo indicar, qualquer quantia ou pecúlio de que dispuzer o enfermo, precedendo requisição do juiz ou requerimento do curador, com autorisação do mesmo juiz.

Art. 42. Quando as pessoas interessadas desejarem fazer acompanhar por criado de sua escolha e confiança os enfermos, sendo estes de classe inferior à 1ª, pagarão pelo sustento dos criados a diaria de 4ª classe.

Art. 43. A roupa dos enfermos pensionistas poderá ser lavada em casa de suas familias. Quando o for no estabelecimento, pagarão, mensalmente, os pensionistas de 1ª classe 10\$, os de 2ª 6\$, os de 3ª 4\$ e os de 4ª 3\$000.

### SECÇÃO III

#### DO REGIMEN HYGIENICO E DISCIPLINAR

Art. 44. Os enfermos occuparão, separados por sexo, duas grandes divisões, inteiramente independentes, e subdivididas como o entender o director geral, nas quaes serão distribuidos segundo as classes a que pertencerem e a fórma de alienação de que se acharem accommettidos.

Art. 45. Haverá em ambas as divisões quartos, dormitorios, salas de reunião e de recreio, e enfermarias, convenientemente arejados e mantidos no mais esculpulozo asseio.

Art. 46. Haverá, igualmente, em cada divisão pavilhões de isolamento e uma secção balnearia, provida de appparelhos aperfeiçoados, não só para os banhos ordinarios, mas tambem para as applicações da hydrotherapia.

Art. 47. Na praia fronteira ao estabelecimento se estabelecerá o que mais conveniente for para facilitar aos enfermos o uso dos banhos de mar, a salvo de accidentes.

Art. 48. Os alienados serão submettidos ao trabalho para que mostrarem aptidão, segundo as indicações do director geral.

Art. 49. O estabelecimento terá appparelhos para exercicios gymnasticos, bibliotheca e differentes jogos e instrumentos de musica para recreio dos enfermos alienados.

Art. 50. As refeições serão servidas tres vezes por dia, de conformidade com a respectiva tabella; aos enfermos accommettidos de molestias communs será proporcionada, porém, a dieta que o facultativo prescrever.

Art. 51. Como meio de tratamento e para manutenção da ordem entre os enfermos, poderá o director geral recorrer:

1.º A' privação de receberem visitas, passeios e quaesquer outras distracções ;

2.º A' reclusão solitaria ;

3.º Ao collete de força e á cellula .

Art. 52. Nenhum escripto poderá ser recebido pelos enfermos ou por elles enviado sem prévia licença do facultativo.

Art. 53. Os enfermos indigentes só poderão ser visitados, ordinariamente, no primeiro domingo de cada mez, e extraordinariamente com licença do medico da respectiva subdivisão. Os pensionistas, porém, receberão seus parentes, curadores ou correspondentes duas vezes por semana, ás segundas e sextas-feiras, das 9 ás 11 horas do dia, quando a isso se não oppuzer, a bem do tratamento, o medico a quem estiverem confiados.

## SECÇÃO IV

### DAS OFFICINAS

Art. 54. Haverá no Hospicio, como meio de tratamento dos enfermos alienados, as officinas que o director geral entender conveniente estabelecer de accordo com os recursos orçamentarios.

Art. 55. Os trabalhos dos enfermos alienados, salvo os que se destinarem ao uso dos proprios enfermos e os que tenham de ser entregues ás pessoas que os encomendarem, ficarão expostos em compartimento apropriado, onde possam ser vistos pelos visitantes.

Art. 56. Parte do producto da venda dos referidos trabalhos, calculada em 10 %, será destinada a pequenos premios aos enfermos que mais se distinguirem no trabalho, e a modico auxilio pecuniario aos que, tendo-se restabelecido, não dispuzerem de recursos para seu transporte ao lugar de residencia das familias e para alimentarem-se antes de encontrar collocação.

Art. 57. Os premios e auxilios de que trata o artigo antecedente serão concedidos a juizo do director geral.

Art. 58. Trabalharão nas officinas da divisão dos homens, industriando os enfermos nos differentes officios, os mestres necessarios, sujeitos á fiscalização do administrador do estabelecimento.

Art. 59. As officinas da divisão das mulheres estarão a cargo do inspectoras, subordinadas á administração.

## SECÇÃO V

### SERVIÇO ECONOMICO INTERNO

Art. 60. O administrador do Hospicio Nacional é o responsavel immediato, perante o director geral da Assistencia, pelo serviço economico do Hospicio e pela direcção do serviço do

pessoal do escriptorio da administração e de todo o pessoal subalterno, exceptuado o do serviço sanitario, quando esteja no cumprimento destes deveres.

Cumpre ao administrador :

- 1.º Cuidar da conservação do Hospicio e suas dependencias ;
- 2.º Extrahir do livro de talão, numerados e em ordem chronologica, os pedidos do que for necessario á manutenção dos serviços a seu cargo ;
- 3.º Receber directamente a renda das officinas, e entregal-a no principio de cada mez, acompanhada de guia, em duplicata, ao contador ;
- 4.º Apresentar, mensalmente, ao contador o ponto para a folha do pessoal subalterno ;
- 5.º Fiscalizar a escripturação de cada uma das dependencias a seu cargo ;
- 6.º Providenciar, com promptidão, sobre os enterramentos dos enfermos que fallecerem no Hospicio Nacional, de accordo com as ordens vigentes e recommendação das familias dos mesmos enfermos, fazendo a necessaria participação ao official do registro e vil ;
- 7.º Organizar mappas comparativos das propostas, depois de abertas e rubricadas pelo director geral, entregando ao contador as que tiverem sido preferidas para ser lavrado o contracto ;
- 8.º Lançar e assignar a nota — confere — em todas as contas das dependencias que lhe cumpre fiscalizar, remettendo-as á contadoria da Assistencia ;
- 9.º Mandar receber os enfermos cuja admisión estiver autorizada ou os que forem remettidos por autoridade competente ;
10. Participar as familias dos pensionistas o que de mais importante occorrer quanto aos enfermos, á vista das indicações que receber dos medicos das divisões.

Art. 61. O pessoal da despensa, cozinha, refeitórios, lavanderia, officinas, jardim e horta será admittido pelo administrador.

Os deveres desses empregados serão determinados no regimento interno.

Art. 62. O administrador terá como auxiliares immediatos, na fiscalização dos serviços não sanitarios do pavilhão de admisión, um ajudante, e, na divisão de mulheres do Hospicio, uma inspectora, cujas nomeações serão feitas pelo director geral, sobre proposta do mesmo administrador.

Art. 63. As attribuições, quer de um, quer de outro auxiliar da administração, serão definidas no regimento interno do Hospicio.

## CAPITULO IV

### DAS COLONIAS

Art. 64. As colonias S. Bento e Conde de Mesquita são exclusivamente reservadas a alienados indigentes, transferidos do

Hospicio Nacional e capazes de entregarem-se à exploração agrícola e a outras industrias.

Art. 65. Haverá nas colonias o seguinte pessoal :

Um director, um medico, um almoxarife, um escriptuario e dous internos;

Dous 1<sup>os</sup> enfermeiros, dous despenseiros, um machinista, um carpinteiro, um barbeiro, um official de pharmacia, os 2<sup>os</sup> enfermeiros, guardas, mestres de officinas, cozinheiros, copeiros, lavradores, padeiros, remadores, campeiros e serventes indispensaveis, e o pessoal da lancha.

Art. 66. Ao director, que residirá no estabelecimento, compete :

1.º Fiscalizar todos os serviços das colonias ;

2.º Nomear os empregados a que se refere a 2ª parte do artigo antecedente ;

3.º Visar os pedidos feitos pelo almoxarife e as contas dos fornecedores que estiverem conformes, e remettel-os á contadoria ;

4.º Visar tambem, para terem o mesmo destino, os recibos das quantias adeantadas pelo cofre da contadoria da Assistencia para despezas miudas, as relações desses gastos, as guias de entrega da renda, os mappas de frequencia do pessoal, bem assim os demais documentos sujeitos à sua fiscalização e que tenham de ficar no archivo das colonias ;

5.º Encerrar, diariamente, com sua rubrica o livro do ponto ;

6.º Rubricar todos os livros indicados pelo director geral ;

7.º Fornecer os dados para o relatorio da Assistencia, em relação à parte economica desse trabalho.

Art. 67. Incumbe ao medico :

1.º Visitar as colonias diariamente, e extraordinariamente sempre que a sua presença for reclamada pelo director ;

2.º Indicar a natureza e duração dos trabalhos a que os enfermos devam ser submettidos e prescrever os meios coercitivos necessarios ;

3.º Reclamar, quando julgar conveniente, os serviços do cirurgião da Assistencia e do dentista ;

4.º Dar aos internos as instruções pelas quaes deverão guiar-se na sua ausencia ;

5.º Fazer as autopsias previamente indicadas pelo director geral ;

6.º Colligir elementos para o relatorio do referido director.

Art. 68. O logar de medico das colonias será preenchido, quando vagar, nos termos do art. 16 deste regulamento.

Art. 69. Ao almoxarife, que residirá no estabelecimento, cumpre :

1.º Extrahir de livros de talão os pedidos de generos e mais objectos necessarios ás colonias, e submettel-os ao— visto — do director ;

2.º Apresentar ao director taes pedidos, e receber as quantias precisas para despezas miudas ;

3.º Fazer as despesas dessa natureza, lançal-as em livros especiaes, sendo um para cada colonia, e organizar, no fim de todos os mezes, relações em duplicata das mesmas despesas, as quaes apresentará ao director, para dar destino ;

4.º Arrecadar a renda das colonias, e entregal-a ao director, no principio de cada mez, acompanhada de guia em duplicata ;

5.º Fazer, annualmente, o inventario dos moveis e utensilios pertencentes ás colonias, lançando-o em o livro relativo a cada uma dellas, com as alterações que forem occorrendo ;

6.º Velar pelo asseio e ordem das colonias, representando ao director contra as faltas que encontrar ;

7.º Dirigir o serviço das despensas e cozinhas das colonias, escripturando o livro de entrada e sahida dos generos em cada colonia.

Art. 70. Ao escriptuario compete :

1.º Fazer a correspondencia do director ;

2.º Organizar os mapps de frequencia de todo o pessoal das colonias, á vista do livro do ponto ;

3.º Escripturar os livros de matricula, os de assentamento dos empregados subalternos, os de registro das contas e outros que forem creados pelo director, de accordo com o director geral ;

4.º Notar no livro do ponto as faltas do pessoal subalterno ;

5.º Fazer os mapps do movimento das colonias.

Art. 71. Cabe aos internos :

1.º Executar e fazer executar pelos enfermeiros e guardas as prescripções do medico ;

2.º Cuidar do archivo clinico, no qual ficarão consignados os factos mais importantes e o resultado das autopsias.

Art. 72. Os enfermos alienados occuparão dormitorios em que sejam observados todos os preceitos da hygiene.

Art. 73. As refeições serão distribuidas, quanto possivel, de accordo com o que estiver estabelecido para o Hospicio.

Art. 74. Aos alienados se proporcionarão, além da balneotherapie, banhos ordinarios de agua doce e de mar, bem assim os recreios que forem convenientes, no conceito do director geral.

Art. 75. Os alienados poderão receber os parentes que os procurarem, aos domingos e dias feriados, precedendo permissão do director das colonias.

Art. 76. Os alienados não poderão enviar ou receber escripto algum sinão por intermedio do director.

Art. 77. São applicaveis aos alienados das colonias os meios coercitivos empregados no Hospicio Nacional.

Art. 78. Haverá nas colonias, logo que for possivel, as officinas que o director geral julgar acertado estabelecer, e nellas trabalharão, sob a direcção de mestres, os alienados que não se prestarem ao trabalho agricola e mostrarem aptidão para algum officio.

Art. 79. A renda das officinas e dos productos da pequena lavoura terá a applicação estatuida na legislação vigente, observado o disposto no art. 56 deste regulamento.



Art. 80. Haverá em cada colonia logares apropriados para deposito dos mortos e preparo de caixões.

Art. 81. O pessoal subalterno do serviço interno das colonias cumprirá as disposições do regimento interno do Hospicio Nacional na parte que lhe possa ser applicavel por igualdade de serviço e analogia do logar.

## CAPITULO V

### DOS CIRURGIÕES DA ASSISTENCIA

Art. 82. A Assistencia terá um cirurgião e um dentista, sendo este de nomeação do director geral e aquelle do Ministro do Interior, mediante proposta do mesmo director.

Ambos deverão comparecer no Hospicio Nacional, para o exercicio de sua profissão, tres vezes por semana, e nas colonias quando forem reclamados os seus serviços.

## CAPITULO VI

### DOS MEIOS DE TRANSPORTE

Art. 83. A Assistencia disporá de carros adequados á condução dos enfermos alienados, e de lanchas a vapor para o serviço entre o Hospicio Nacional e as colonias.

Art. 84. O serviço dos carros ficará sob a fiscalização do administrador do Hospicio e o das lanchas sob a do director das colonias.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 85. As familias dos enfermos recolhidos a qualquer dos estabelecimentos poderão enviar-lhes, quer para acompanyal-os nos ultimos momentos, quer para a celebração de actos religiosos, os sacerdotes e pastores da religião a que pertencerem.

Art. 86. As pessoas que desejarem visitar o Hospicio Nacional terão entrada ordinariamente aos domingos e dias feriados, das 9 horas da manhã ao meio-dia, com permissão do director geral, dos medicos ou do administrador, e se limitarão a percorrer a parte do edificio não occupada pelos loucos.

A entrada nas differentes divisões do estabelecimento só será permittida pelo director geral.

Art. 87. A visita ás colonias será permittida pelo director geral e pelo director daquellas nos dias acima indicados.

Art. 88. A nomeação dos empregados de que trata o art. 3º n. 2 e do cirurgião se fará por portaria do Ministerio do Interior.

Art. 89. O empregado que faltar ao serviço da repartição soffrerá perda total ou desconto em seus vencimentos, conforme as seguintes disposições:

§ 1.º O que faltar sem causa justificada perderá todo o vencimento.

§ 2.º Perderá sómente a gratificação aquelle que faltar por motivo justificado.

São motivos justificados: 1º, molestia do empregado; 2º, nôjo; 3º, gala de casamento.

Serão provadas com attestado medico as faltas que excederem de tres em cada mez.

§ 3.º O empregado que comparecer depois de encerrado o ponto, até ás 10 horas, não soffrerá desconto, si justificar a demora perante o chefe da repartição.

§ 4.º O desconto por faltas interpoladas será relativo aos dias em que se derem; mas, si forem successivas, por espaço de oito ou mais dias, se estenderá aos que, não sendo de serviço, se comprehenderem no periodo das mesmas faltas.

§ 5.º As faltas se contarão á vista do livro do ponto.

§ 6.º O julgamento das faltas, ao qual se procederá no fim de cada mez, compete ao director geral.

Art. 90. Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar á repartição:

1.º Por se achar encarregado pelo director geral de qualquer trabalho ou commissão, fóra da repartição;

2.º Por motivo de serviço da repartição, precedendo ordem do respectivo chefe;

3.º Por serviço obrigatorio e gratuito em virtude de lei.

Art. 91. Nas substituições dos funcionarios da Assistencia observar-se-ha o seguinte:

1.º Quando o substituto for empregado da Assistencia perceberá, além de seu vencimento integral, uma gratificação igual á differença entre este e o do logar substituido;

2.º Quando for pessoa estranha á Assistencia ser-lhe-ha abonada uma gratificação correspondente ao vencimento integral do logar que exercer, embora não se ache vago ou ao substituido caiba qualquer vencimento.

Art. 92. Os meios coercitivos de que trata o art. 51, quando applicados, serão notados em livro especial, pelo interno de serviço.

Art. 93. Para os fins da estatistica deverão, diariamente, os internos de serviço, depois que houverem recebido os relatorios das occurrencias nas secções, fornecer ao administrador do Hospicio nota das roupas e outros objectos que tenham sido inutilizados pelos enfermos.

Art. 94. A entrada de homens, á noite, na divisão de mulheres é prohibida, e só por excepção poderão ahi entrar os medicos

ou o interno de serviço, quando chamados pelas inspectoras, para socorrerem a enfermas, ou sem esse chamado, nos casos de perigo para o estabelecimento, ou para manter a ordem.

O administrador poderá também entrar em virtude dos dous ultimos casos, ou no de fiscalização extraordinaria.

Parapho unico. As cautelas que cumpre observar por occasião da entrada nesta divisão serão determinadas no regimento interno.

Art. 95. Os funcionarios da Assistencia que residirem nos predios pertencentes a esta são, ainda mesmo em horas ou dias que não forem de expediente, obrigados a comparecer na contadoria, desde que se tornem necessarios os seus serviços.

Art. 96. A nenhum funcionario dos estabelecimentos da Assistencia é permittido ter para seu serviço particular empregados da mesma Assistencia ou enfermos.

Art. 97. Os empregados que residirem nos diversos estabelecimentos da Assistencia terão direito á alimentação, sendo obrigados a essa residencia os do serviço interno.

Art. 98. Aos empregados do serviço externo que, pela natureza das funções do logar, não tenham tempo limitado para cumprimento de seus deveres e não possam, por isso afastar-se dos estabelecimentos, dar-se-lha accommodação nas dependencias destes.

Art. 99. Os medicos poderão conceder licenças de passeio aos enfermos de suas divisões, quando essas forem para regresso no mesmo dia.

Art. 100. No gabinete do director geral estará todas as manhãs, das 8 ás 8  $\frac{1}{2}$  horas, em que será encerrado pelo mesmo director, um livro de presença, no qual escreverão seus nomes os empregados do serviço clinico.

Art. 101. O serviço do necroterio e das salas de necropsias ficará sob a fiscalização de um dos internos, o qual empregará serventes, ora de um, ora de outro sexo, conforme o trabalho se referir á divisão dos homens ou á das mulheres, dirigidos os serventes, no primeiro caso por um enfermeiro e no segundo por uma inspectora.

Art. 102. Os cadaveres dos pensionistas só serão autopsiados precedendo consentimento das familias.

Art. 103. O enterro dos pensionistas será feito por suas familias, após a participação do fallecimento e remessa da certidão do registro civil pelo administrador do Hospicio, que será indemnizado da quantia que houver sido despendida.

A despesa com a certidão será levada á conta corrente do pensionista.

Art. 104. As despesas com os funeraes dos officiaes do Exército, da Armada, da brigada policial e do corpo de bombeiros serão feitas pela Assistencia, que será indemnizada á vista da conta que o director geral apresentar ao Ministro do Interior, para ser enviada á repartição competente.

Art. 105. O detalhe de designação do pessoal subalterno do Hospicio para serviços externos é da exclusiva competencia do administrador.

Art. 106. O administrador do Hospício participará ao director geral da Assistencia todas as occurrencias que se derem nos serviços a seu cargo em contrario ás disposições deste regulamento.

Art. 107. Todo o pessoal subalterno do Hospício e o do serviço interno das colonias é obrigado ao uso de uniforme, que será fornecido pelos respectivos estabelecimentos, segundo o figurino adoptado pelo director geral da Assistencia.

Art. 108. São sujeitos ás seguintes penas disciplinares os empregados, nos casos de negligencia, desobediencia, inexactidão no cumprimento de deveres e falta de comparecimento sem causa justificada, por oito dias consecutivos ou quinze interpolados, durante o mesmo mez:

- 1.<sup>a</sup> Simples advertencia;
- 2.<sup>a</sup> Reprehensão;
- 3.<sup>a</sup> Suspensão até 15 dias, com perda de todo o vencimento;
- 4.<sup>a</sup> Demissão.

Paragrapho unico. Estas penas, com excepção da ultima quando se tratar de funcionario de nomeação do Ministro do Interior, serão impostas pelo director geral, podendo as duas primeiras ser applicadas pelo contador, administrador do Hospício, ou director das colonias, aos quaes compete demittir ou dispensar os empregados por elles nomeados.

Art. 109. O director geral promoverá no Hospício Nacional, no dia 11 de agosto de cada anno, sempre que for possivel, uma exposição dos trabalhos manufacturados pelos enfermos e enfermas do estabelecimento.

Art. 110. Os alienados que tiverem de ser remettidos pela Policia e acerca dos quaes não seja possivel satisfazer, por falta de esclarecimentos, o exigido no art. 28 deste regulamento, deverão ser previamente retratados naquella repartição e enviados para o Hospício acompanhados das respectivas photographias.

Art. 111. Enquanto a clinica psychiatrica funcionar no Hospício Nacional, o lente da mesma clinica e de molestias mentaes será o director geral da Assistencia.

Art. 112. No pavilhão dos doentes em observação funcionará a clinica psychiatrica e de molestias nervosas, ficando o serviço clinico a cargo do lente respectivo.

Art. 113. O director geral organizará as instrucções e tabellas que forem precisas para regularidade do serviço interno da Assistencia, bem assim indicará a pessoa que deva substituir o director das colonias nos seus impedimentos, cabendo a este ultimo designar os substitutos do almoxarife e do escriptuario.

Art. 114. Os logares de auxiliar do secretario e de ajudante do administrador do Hospício serão providos quando estiver concluido o pavilhão destinado aos enfermos em observação e for votada pelo Congresso a quantia necessaria para occorrer ao pagamento dos respectivos vencimentos.

Capital Federal, 29 de junho de 1892.— *Fernando Lobo.*

**Tabella dos vencimentos do pessoal da Assistencia  
Medico-Logal de Alienados**

| PESSOAL                                    | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL      |
|--------------------------------------------|------------|--------------|------------|
| Director geral.....                        | 4:800\$000 | 2:400\$000   | 7:200\$000 |
| Secretario.....                            | 2:800\$000 | 1:200\$000   | 4:000\$000 |
| Contador.....                              | 3:600\$000 | 1:400\$000   | 5:000\$000 |
| Primeiro escriptuario.....                 | 2:800\$000 | 1:200\$000   | 4:000\$000 |
| Segundo escriptuario.....                  | 2:000\$000 | 1:000\$000   | 3:000\$000 |
| Auxiliante.....                            | 1:500\$000 | 500\$000     | 2:000\$000 |
| Continuo.....                              | 1:000\$000 | 500\$000     | 1:500\$000 |
| Medico do Hospicio.....                    | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Cirurgião.....                             | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000 |
| Interno de clinica.....                    | 600\$000   | 200\$000     | 800\$000   |
| Chefe do gabinete electro-therapico.....   | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Pharmaceutico.....                         | 1:500\$000 | 500\$000     | 2:000\$000 |
| Ajudante do pharmaceutico.....             | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000 |
| Director do museo anatomo-pathologico..... | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Conservador do museo e do gabinete.....    | 400\$000   | 200\$000     | 600\$000   |
| Administrador do Hospicio.....             | 2:800\$000 | 1:200\$000   | 4:000\$000 |
| Dentista.....                              | 400\$000   | 200\$000     | 600\$000   |
| Primeiro enfermeiro.....                   | 700\$000   | 300\$000     | 1:000\$000 |
| Parteiro.....                              | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000 |
| Director das colonias.....                 | 3:600\$000 | 1:400\$000   | 5:000\$000 |
| Medico das colonias.....                   | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000 |
| Interno.....                               | 533\$333   | 266\$666     | 800\$000   |
| Escreptuario.....                          | 1:500\$000 | 500\$000     | 2:000\$000 |
| Almoxarife.....                            | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Primeiro enfermeiro.....                   | .....      | 800\$000     | 840\$000   |

Capital Federal, 29 de junho de 1892.— *Fernando Lobo.*

**DECRETO N. 897 — DE 29 DE JUNHO DE 1892**

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho do anno passado, decreta:

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado das Alagoas.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

**FLORIANO PEIXOTO.**

*Fernando Lobo.*

## DECRETO N. 898 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Torna extensivo á Marinha o decreto n. 49 de 11 do corrente sobre as vantagens pecuniarias dos officiaes e praças absolvidos em conselho de guerra.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve tornar extensivo á Marinha o decreto n. 49, de 11 do corrente, promulgado em virtude de resolução do Congresso Nacional, concebido nos seguintes termos:

Artigo unico. Todo o militar, official ou praça de pret, que for submettido a conselho de guerra e obtiver absolvição por unanimidade de votos, será indemnizado de todas as vantagens pecuniarias que tiver perdido em vista do parecer; revogadas as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



## DECRETO N. 899 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Abre um novo credito de 1.360:895\$, para occorrer ás despesas com as obras publicas da Capital Federal e a Estrada de Ferro do Rio d'Ouro, no 2º semestre do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que, de conformidade com o art. 8º, n. 20, § 2º, da lei n. 26 de 30 de dezembro do anno passado, e por decreto n. 717, de 26 de janeiro ultimo, foi aberto um credito de 1.360:895\$, para occorrer, durante o primeiro semestre deste anno, aos serviços de obras publicas desta Capital e aos da Estrada de Ferro do Rio d'Ouro, a que se refere o § 20 das tabellas explicativas do orçamento do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, e considerando que está proximo a findar o referido semestre, tornando-se por isso indispensavel prover em tempo ao custeio dos mencionados serviços; resolve abrir um novo credito da quantia de mil tresentos e sessenta contos, oitocentos noventa e cinco mil réis (1.360:895\$), nos indicados termos da supracitada lei, para ser applicado aos alludidos serviços no segundo semestre do corrente anno.

O Ministro do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 900 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Jundiahy, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar:

Art. 1.º Fica desligada do commando superior da comarca de Campinas a força de guardas nacionaes qualificados na de Jundiahy, ambas do Estado de S. Paulo, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá do 33º batalhão de infantaria do serviço activo, já organizado, do 51º do serviço da reserva a que fica elevada a actual 13ª secção de batalhão do mesmo serviço, e de mais um batalhão de infantaria sob n. 115, com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 41º, os quaes se organizarão nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 901 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea na comarca de Cametá, no Estado do Pará, mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Ficam creados na comarca de Cametá, no Estado do Pará, mais dous batalhões de infantaria, de quatro companhias

cada um e as designações de 84º do serviço activo e 11º do da reserva e que serão organizados :

O 11º da reserva no 3º districto do municipio de Cametá ;

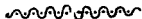
O 84º do serviço activo no 4º districto do referido municipio.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 902 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Branca, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca de Santa Branca, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo com as designações de 118º e 119º, de um batalhão da reserva sob n. 53, com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria com quatro esquadrões e a designação de 42º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 903 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Jambeiro, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca do Jambeiro, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se



comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo sob ns. 130 e 131, de um batalhão da reserva com a designação de 5.º, com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 48º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 904 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea nas comarcas de Sorocaba e Tatuhy, no Estado de S. Paulo, um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados nas comarcas de Sorocaba e Tatuhy, no Estado de S. Paulo, um batalhão de infantaria de quatro companhias e a designação de 134º, que se organizará com os guardas nacionaes alistados no termo da Piedade, e de um regimento de cavallaria, de quatro esquadrões e a designação de 49º, e que será organizado com as praças desse serviço qualificadas nas freguezias da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 905 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. E' creado na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia, um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do

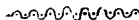
serviço activo, com quatro companhias e a designação de 125º ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 906 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea duas secções de batalhão de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia, duas secções de batalhão de guardas nacionaes do serviço activo com as designações de 14ª e 15ª ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 907 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Carmo da Franca, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca do Carmo da Franca, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 116º e 117º, de um batalhão da reserva sob n. 52º, com quatro companhias cada um, e de um regimento

de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 41º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 908 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Cajurú, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca de Cajurú, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo e as designações de 120º e 121º, um batalhão da reserva sob n. 54º, com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 43º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 909 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Mococa, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca de Mococa, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, o qual se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com

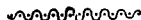
as designações de 122º e 123º, de um batalhão da reserva sob n. 55º, com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 44º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 910 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 124º 125º, de um batalhão da reserva sob n. 56º, com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 45º, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 911 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca de S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço

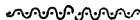
activo, com as designações de 126º e 129º, e um batalhão de reserva sob n. 57º com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, sob n. 46º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 912 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 128º e 129º, de um batalhão de reserva sob n. 58º, e com quatro companhias cada um e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 47º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 913 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea mais dous batalhões de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria do serviço

activo sob n. 132º e um batalhão da reserva sob a designação de 60º, com quatro companhias cada um, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias do municipio de Buquira, da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 914 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea na comarca de S. Luiz de Parahytinga, no Estado de S. Paulo, mais dous batalhões de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de S. Luiz de Parahytinga, no Estado de S. Paulo, mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes, que se comporão de quatro companhias cada um e terão as designações de 115º do serviço activo e 51º do da reserva ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 915 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea mais um batalhão de reserva no commando superior de guardas nacionaes da comarca de Cametá, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

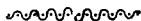
Artigo unico. Fica creado no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Cametá, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria de quatro companhias e que será organizado sob a denominação de 12º da reserva, e constituir-se-ha no municipio de Mocajuba ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 916 — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca do Igarapé-Mirim, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Igarapé-Mirim, no Estado do Pará, um batalhão de Guardas Nacionaes do serviço de reserva, que será organizado com quatro companhias e a designação de 10º, nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 916 A — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Manicoré, no Estado do Amazonas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

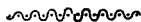
Artigo unico. Fica creado na comarca de Manicoré, no Estado do Amazonas, um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, que se comporá de quatro companhias e terá a designação de 4º, devendo ser organizados nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 916 B — DE 29 DE JUNHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. E' creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 101º, e de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 65º, os quaes se organisarão com os guardas nacionaes alistados nas freguezias da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de junho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 917 — DE 2 DE JULHO DE 1892

Approva a planta apresentada pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana para modificação da linha entre os kilometros 224.588, 227.658 e 227.836,

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, resolve approvar a modificação da linha entre os kilometros 224.588, 227.658 e 227.836, proposta pela mesma companhia e segundo a correccção constante das plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da Directoria das Obras Publicas.

O Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*





## DECRETO N. 918 — DE 2 DE JULHO DE 1892

Approva os estudos definitivos do trecho do prolongamento comprehendido entre S. Vicente e Santos, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, resolve approvar os estudos definitivos, pela mesma apresentados, do trecho do prolongamento comprehendido entre S. Vicente e Santos, com 13 kilometros e 100 metros de desenvolvimento, de accordo com as plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da 1ª Directoria das Obras Publicas.

O Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 919 — DE 2 DE JULHO DE 1892

Concede autorização á *The D. Pedro Gold Mining Company, limited*, para funcionar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The D. Pedro Gold Mining Company, limited*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar no Brazil, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, e ficando, outrosim, a mesma companhia obrigada ao que dispõe o art. 1º, § 2º, ns. 1, 2 e 3 do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

## Clausulas a que se refere o decreto n. 919 desta data

### I

A *The D. Pedro Gold Mining Company, limited*, é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

### II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente authorisação.

### III

A companhia não poderá funcionar enquanto não depositar no Thesouro Nacional a quantia de 20:000\$ em ouro, ao cambio par, para garantir o pagamento de futuros direitos e obrigações.

### IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia, com a declaração do fim a que é destinado e de que não poderá ser levantado sinão por ordem do presidente da Junta Commercial da Capital Federal.

### V

Fica dependente de authorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a authorisação para funcionar no Brazil, si infringir esta clausula.

### VI

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 2 de julho de 1892. — *Serzedello Corrêa*.

Eu abaixo assignado Johannes Joehim Christian Voigt, corrector de navios, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no Meritissimo Tribunal do Commercio desta praça para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola, escriptorio na rua de S. Pedro n. 4, sobrado:

Certifico pela presente em como me foram apresentados um memorandum de associação e os estatutos da *The D. Pedro Gold Mining Company, limited*, escriptos na lingua ingleza, além de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio, e litteralmente vertidos dizem o seguinte:

### Traducção

Leis de companhias de 1862 a 1880.

Companhia limitada por acções.

*Memorandum de associação da The D. Pedro Gold Mining Company, limited.*

### I

O nome da companhia é *The D. Pedro Gold Mining Company limited*.

### II

O escriptorio registrado da companhia será sito na Inglaterra.

### III

Os fins para os quaes se estabelece a companhia são :

a) comprar, tomar posse ou de qualquer fôrma adquirir os bens, minerações e outros direitos da *The D. Pedro North del Rey Gold Mining Company, limited*, agora em liquidação;

b) comprar, tomar a arrendamento ou de outra fôrma adquirir e explorar minas, rochas, mineraes e direitos de mineração no Imperio do Brazil, adquirir por compra ou de outra fôrma quaesquer propriedades metallicas ou mineraes para exploral-as ou fazel-as vendaveis, vendel-as ou dispor dellas, e procurar ouro e outros mineraes no dito Imperio do Brazil ;

c) explorar e contractar com outras pessoas ou companhias a exploração das minas, rochas, direitos mineraes e outras propriedades que foram adquiridas pela *The D. Pedro North del Rey Gold Mining Company, limited*, em liquidação e outras quaesquer minas, rochas, dos leitos mineraes e propriedades que possam ser a todo tempo compradas, arrendadas ou de outra

fôrma adquiridas pela companhia ou quaesquer partes dellas, quebrar, lavar, fundir, reduzir e amalgamar o metal e tornar vendavel o seu producto, quer actualmente extrahido ou obtido pela companhia, quer não e desenvolver os recursos das ditas minas e propriedades, quebrar, derreter, lavar, reduzir, fundir e tornar negociavel o producto de quaesquer minas, quer pertencentes à companhia, quer não ;

d) vender, dar a arrendamento, ou de outra fôrma dispor das minas, rochas, direitos de mineração, fazendas e propriedades da companhia ou qualquer parte dellas, e contractar o desenvolvimento e custeio de qualquer das duas partes por companhias separadas, sociedades ou pessoa ;

e) comprar, tomar a arrendamento ou de qualquer outra fôrma adquirir quaesquer terras ou terrenos ou quaesquer direitos ou interesses nellas, e qualquer planta, machinismo ou materias ou outras propriedades moveis ou immoveis necessarios ou que se desejem para os fins da companhia ; adquirir por pedido original ou por compra, ou de outra qualquer maneira, quaesquer direitos de patente ou outros privilegios com a respectiva applicação ; construir, manter ou juntar-se com quaesquer outras pessoas ou companhias para a compra, construcção e manutenção de estradas, estradas de ferro, ferro-carris, edificios, machinismos, engenhos, represas, aqueductos, reservatorios cursos de agua e quaesquer outras obras conducentes aos fins da companhia ;

f) promover ou contribuir para quaesquer obras publicas ou emprezas, offerecendo facilidades para quaesquer dos fins da companhia ;

g) formar, promover, estabelecer, fazer conhecer ou associar-se e auxiliar na formação, promoção, estabelecimento e publicação de qualquer outra companhia ou companhias, cuja responsabilidade seja limitada, tendo fins semelhantes ou em parte semelhantes aos desta companhia, e fazer vender ou dispor a favor dessa companhia ou quaesquer outras, ou pessoas, todos ou qualquer parte dos bens desta companhia e aceitar em pagamento uma parte do pagamento delles, dinheiro, acções, *debentures* ou outras obrigações de qualquer dessas companhias ;

h) adquirir a clientella e haveres ou qualquer parte destes, e assumir as responsabilidades ou quaesquer partes das responsabilidades de qualquer companhia ou associação cuja responsabilidade seja limitada, tendo fins semelhantes aos da companhia, quer absolutamente, quer por meio de fusão total ou parcial, ou de outra fôrma ;

i) associar-se ou celebrar qualquer accordo para participar de lucros, união de interesses, ou cooperação com qualquer pessoa da companhia que realize ou esteja para realizar quaesquer negocios que esta companhia esteja autorisada a realizar, ou quaesquer negocios ou transacções capazes de ser encetadas de maneira a beneficiar directa ou indirectamente esta companhia e tomar ou de qualquer fôrma adquirir e possuir acções ou capital de qualquer dessas companhias ;

j) fazer adeantamentos a clientes da companhia e a pessoas que tenham negocios com ella;

k) levantar dinheiro da maneira que a companhia julgar conveniente, e em particular emittir *debentures*, onerando todos ou quaesquer dos bens ( presentes e futuros ) da companhia, incluindo o seu capital a realizar;

l) augmentar o capital da companhia sempre que ella o julgue conveniente, emittindo novas acções, ou garantia de acções com ou sem direito preferencial a dividendo além do das acções ordinarias;

m) fazer tudo quanto for incidental ou conduza à obtenção dos fins acima ou de qualquer delles, ou que de qualquer forma seja necessario ou conveniente para os fins desta companhia.

## IV

A responsabilidade dos accionistas é limitada.

## V

O capital da companhia é de £ 125.000 (cento e vinte e cinco mil libras) dividido em 125.000 (cento e vinte e cinco mil) acções de uma libra cada uma.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes, endereços e profissões se acham abaixo subscriptos, desejando formar-nos em uma companhia, de accordo com este *memorandum* de associação, respectivamente concordamos tomar a quantidade de acções expressa ao lado dos nossos respectivos nomes:

| Nomes, endereços e profissões dos subscriptores                                                                | Quantidades de acções tomadas |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| Albert James Atkei, 33 Cornhill, na cidade de Londres, engenheiro.....                                         | Uma.                          |
| Frank Robert Boydell, 5 Adelaide Place, London Bridge, na cidade de Londres, agente de navios.....             | Uma.                          |
| John Edward Dawson, 86 London Wall, na cidade de Londres, engenheiro civil.....                                | Uma.                          |
| George Becken, 86 London Wall, na cidade de Londres, agente de terras.....                                     | Uma.                          |
| Charles Roeland Brown, 40 Sun Street, no condado de Middlesex, impressor.....                                  | Uma.                          |
| Murray Hinckley Spear, 3 Steedman Street, Wolworth Road, S. E., no condado de Surrey, engenheiro mecanico..... | Uma.                          |
| William Henry Mc. Millan, 34 Surrey Grozer, Old Kent, Road, no condado de Surrey, contador.....                | Uma.                          |

Datado de 2 de julho de 1883.

Testemunha das assignaturas supra, *Philip Samuel \* Pearce*, 54, Milton Road South Hornsey-Middlesex, empregado.

## **Estatutos da «The D. Pedro Gold Mining Company, limited»**

As disposições da tabella A da lei de companhias de 1862 não terão applicação à companhia, porém em seu logar serão estes os estatutos da companhia.

### INTERPRETAÇÃO

1. Na interpretação destes estatutos, palavras que exprimam o numero singular incluirão o plural, as expressas no plural incluirão o singular, as expressas no genero masculino incluirão o feminino, as palavras designando pessoas incluirão corporações, e «escriptos» incluirão impressos, lithographias e outros substitutos usuaes de escrever.

### NEGOCIOS

2. O escriptorio da companhia será em 86, *London Wall*, na cidade de Londres, ou em qualquer outro em Londres que os directores possam a todo tempo estabelecer. Os directores poderão tambem estabelecer escriptorios filiaes nos logares que a todo tempo julguem necessarios para a effeaz realização dos negocios da companhia.

3. A companhia, funcionando pelos seus directores, pôde exercer todos os poderes conferidos pela «lei de companhias de 1864».

4. A companhia pôde encetar as suas transacções, não obstante estar por distribuir qualquer parte do capital, ou não esteja de todo subscripto, contanto que tenha sido subscripta uma parte sufficiente do capital, de maneira a ter o custeio pelo menos £ 30.900 (trinta mil libras).

5. As transacções da companhia serão a aquisição dos bens e direitos mineraes da *The D. Pedro North del Rey Gold Mining Company, limited*, agora em liquidação, comprehendendo um contracto datado de 11 de maio de 1883 e feito entre os liquidantes da dita companhia, de uma parte, e Thomaz Bersey, por parte da companhia da outra parte, nos termos do dito contracto, com as alterações e modificações (caso haja) que os directores julgarem conveniente e que os liquidantes concordarem.

Os directores não serão responsaveis pela validade de quaesquer escripturas, contractos de mineração ou outros direitos de propriedade comprehendidos no dito contracto; podem, porém, acceitar o titulo do respectivo vendedor.

### CAPITAL

6. Os directores podem (sujeitos ás disposições da lei de companhias, de 1867) emittir quaesquer acções, integral ou parcialmente pagas em pagamento ou parte de pagamento de qualquer

propriedade adquirida pela companhia, ou obra feita para ella, e podem, com relação a quaesquer acções (incluindo acções em logar de acções confiscadas ou entregues que possam a todo tempo ficar por emittir, depois de providenciar para a aquisição das propriedades comprehendidas no contracto de compras), emittir as acções ás pessoas que elles julgarem convenientes.

7. Todo o accionista terá direito a um certificado com o sello commum da companhia especificando as acções por elle possuidas e a respectiva importancia paga.

8. Si esse certificado se inutilisar ou perder-se, poderá ser renovado nos termos que, para prova ou outro fim qualquer, os directores possam determinar, sob pagamento de indemnização ou garantia.

9. A companhia não será obrigada a reconhecer nenhum interesse parcial, equitativo, futuro ou contingente em qualquer acção, nem nenhuma responsabilidade a respeito de qualquer acção, a não ser o interesse e responsabilidade que tem a companhia para com o respectivo possuidor registrado.

10. Achando-se duas ou mais pessoas registradas como procuradores conjunctos de qualquer acção, qualquer pessoa dessas pôde passar recibos efficazes de qualquer dividendo relativo a essa acção, porém só a esse respeito, e, quanto aos poderes de votação aqui contidos, a unica pessoa reconhecida como possuidora dessa acção será aquella cujo nome estiver na occasião inscripto em primeiro logar no registro.

#### AUGMENTO DE CAPITAL

11. Os directores podem, com a sanção da companhia previamente dada em assembléa geral, augmentar o capital, emittindo novas acções, sendo esse augmento total da importancia e dividido em acções das respectivas importancias que a companhia em assembléa geral determinar, ou não sendo feito em determinação, como os directores julgarem conveniente.

12. Os directores podem, com a sanção de uma resolução especial da companhia, annexar a quaesquer novas acções, ou a quaesquer acções por emittir que formem parte do capital primitivo, quaesquer direitos preferencias a dividendo ou outros direitos especiaes, prioridade ou vantagem sobre o resto ou qualquer parte do resto do capital emittido ou por emittir.

13. No caso da criação de classes especiaes de acções (e sujeitas a qualquer resolução especial em contrario á sua criação), as acções serão possuidas nos termos de que nenhuma resolução especial se torne sem valor, sob a base de serem os interesses de uma classe de accionistas affectados por ella mais do que os interesses de outra classe, si o numero de accionistas de cada classe tiver comparecido e votado para a resolução nas assembléas em que foi approvada e confirmada essa resolução, e si foi necessario para tornar essa resolução válida especial, si os accionistas dessa classe foram os unicos da companhia com direito de votar.

14. Sujeitos a qualquer disposição em contrario que possa ser feita pela assemblea que sancionar o augmento do capital ou a annexação de preferencia, as acções novas ou de preferencia serão offerecidas aos membros que tenham direito a aviso em proporção ás acções existentes por elles possuidas e essa offerta será feita por aviso especificando o numero das novas acções ás quaes o accionista tenha direito, e limitando um prazo no qual, não sendo accepta a offerta, ella será considerada como recusada, e, depois de expirado esse prazo ou de recebida a communicação desse accionista a quem foi dado esse numero, de que elle recusa acceptar as acções offerecidas, os directores podem dispor das mesmas da maneira por que elles julgarem de maior vantagem para a companhia.

15. Todo capital levantado pela creação de novas acções será (sujeito a quaesquer disposições especiaes expressas pela resolução que autorisar a sua creação) considerado como parte do capital primitivo e será sujeito ás mesmas disposições referentes ao pagamento de chamadas e á compra de transferencia, confisco, cancellação e reemissão de acções e outras, como si tivesse sido parte do capital primitivo.

#### REDUÇÃO DE CAPITAL

16. A companhia pôde, a qualquer tempo, reduzir o capital ou subdividir acções da maneira e com todos ou quaesquer dos incidentes prescriptos ou designados pelas «leis de companhia de 1862 a 1880», e em particular pôde, por meio de resolução ou em assemblea geral, reduzir o seu capital cancellando acções que na época da approvação da resolução não tiverem sido tomadas ou convencionadas serem tomadas por qualquer pessoa e o capital realizable pôde ser restituído.

#### CHAMADAS

17. Os directores podem, com relação a quaesquer acções não emittidas como integral ou parcialmente pagas, de accordo com o dito contracto de 11 de maio de 1883, exigir a somma que tenha de ser paga na applicação e distribuição dessas acções, como elles julgarem conveniente, e podem a todo tempo fazer as chamadas que julgarem convenientes a respeito de dinheiros por pagar, contanto que, salvo sendo ajustado como parte do contracto para tomada de acções, seja dado, com 21 dias pelo menos de antecedencia, aviso de cada chamada, e que nenhuma chamada exceda de 10 *schillings* (101) ou seja pagavel em um dia dentro de um mez do calendario da data em que a ultima chamada prévia tenha sido realizada, e cada accionista será responsavel pelo pagamento da importancia das chamadas ás pessoas, nas épocas e logares designados pelos directores.

18. A responsabilidade de possuidores collectivos a respeito das chamadas sobre essas acções será tanto separada como conjuncta.



19. Uma chamada será considerada como tendo sido feita na época em que a resolução dos directores autorizando-a foi aprovada.

20. Si a chamada relativa a qualquer acção não for paga antes ou no dia designado para o seu pagamento, o então possuidor dessa acção será responsável pelo pagamento dos juros da dita chamada em atraso, á taxa que os directores possam determinar, não excedendo a £ 10 por cento ao anno desde o dia marcado para o seu pagamento até á data do pagamento actual.

21. Os directores, podem, si julgarem conveniente, receber de qualquer accionista que o queira adiantar todas ou qualquer parte das importancias por pagar sobre acções que elle possuir além das quantias actualmente chamadas, e essa importancia adelantada, ou tanto quanto della estiver em adiantamento de chamadas, pôde, como os directores e os accionistas que a pagarem convencionar, ser considerado como habilitando o possuidor de então da acção a dividendos ou a juros á razão e nos termos que forem convencionados entre o accionista que pagar essa importancia adelantada e os directores.

#### TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

22. O instrumento de transferencia de acções da companhia será assignado tanto pelo transferente como pelo transferido, e aquelle será considerado o possuidor da acção até que o nome deste seja inscripto no livro do respectivo registro.

23. As acções da companhia serão transferidas da fôrma seguinte:

Em.... de.... em virtude da quantia de £... que me foi paga por..... pelo presente transfiro ao dito... a acção (ou acções) numerada... inscripta no meu nome nos livros da *The D. Pedro Gold Mining Company, limited* para a posse do dito... sujeito ás diversas condições sob as quaes eu a possuia na data em que a cedi, e em, o dito... por este concordo tomar a dita acção (ou acções) sujeito ás mesmas condições.

Em testemunho do que assignamos aos... de... de 18...

24. Antes do registro de qualquer transferencia o respectivo instrumento deixado no escriptorio da companhia, juntamente com o certificado das acções que se tem de transferir e outra qualquer, para que os directores possam exigir para prova do direito de transferente, e a transferencia será dahi por deante archivada na companhia.

25. Pagar-se-ha pelo registro de qualquer transferencia ou transmissão de acções, uma quantia não excedente a 2/6 que os directores a todo tempo marcarem.

26. Os directores podem recusar o registro de transferencia de acção por qualquer das seguintes razões:

a) si o transferente for devedor da companhia ou responsável para com ella por qualquer titulo ou nota ou outro contracto que esteja por cumprir ;

b) si a transferencia não tiver sido effectuada conforme os regulamentos da companhia ;

c) si o transferido não for pessoa idonea para pagar as chamadas.

27. Os livros de transferencia serão encerrados durante o tempo que preceder a qualquer assembléa geral, como os directores determinarem.

28. Os testamenteiros ou administradores de um accionista fallecido serão os unicos reconhecidos pela companhia com direito ás suas acções.

29. Qualquer pessoa interessada em uma acção em consequencia do fallecimento ou fallencia ou insolvabilidade de qualquer accionista, ou pelo casamento de um accionista ou por quaesquer meios legaes, a não ser por transferencia, de accordo com estes regulamentos, pôde, depois de apresentar a prova que os directores julgarem sufficiente, ser registrada como possuidora dessa acção, ou pôde, apresentando essa prova e assignando uma transferencia de accordo com este regulamento, fazer registrar o transferido como possuidor, tendo os directores a mesma discrição de recusar o registro de um transferido, como no caso de transferencias por membros registrados.

30. Pessoa nenhuma, que reclamar direito a uma acção, por transmissão, terá direitos a respeito dessa acção, excepto o direito de ser registrado ou de fazer registrar o seu transferido sob os regulamentos da companhia, e sem direito de receber dividendos (si houver) actualmente declarados antes do fallecimento ou outra transmissão de interesse.

#### CONFISCO DE ACÇÕES

31. Si qualquer accionista deixar de pagar qualquer chamada no dia marcado para o pagamento, os directores podem, a qualquer tempo depois, durante o tempo em que a chamada estiver por pagar, mandar-lhe um aviso para que pague essa chamada juntamente com o juro e quaesquer despesas accrescidas em razão dessa falta de pagamento, e declarando que, no caso de falta de pagamento, no dia e logar (no escriptorio da companhia ou algum banco) mencionados nesse aviso, a acção será sujeita a confisco.

32. Si as requisições do aviso supra dito não forem cumpridas, qualquer acção a cujo respeito tenha sido dado esse aviso, pôde em qualquer tempo depois ser confiscada por uma resolução dos directores para esse fim e o seu possuidor cessará em seguida de ter qualquer interesse nella, e o seu nome pôde ser retirado do registro como possuidor.

33. Qualquer accionista cujas acções forem confiscadas ficará, não obstante o confisco, responsavel pelo pagamento á companhia, de todas as chamadas devidas por essas acções na época do confisco e juro (si houver) sobre ellas.

## RENUNCIA DE ACÇÕES

34. Os directores podem aceitar uma renuncia de qualquer acção nos termos que julgarem conveniente, comtanto que parte nenhuma dos haveres da companhia seja empregada na compra das proprias acções da companhia.

## VENDA, CANCELLAMENTO E REMISSÃO DE ACÇÕES CONFISCADAS OU RENUNCIADAS

35. Os directores podem vender qualquer acção confiscada ou renunciada que julgarem conveniente, e registrar o comprador como seu possuidor.

36. Os directores podem cancelar qualquer acção adquirida por confisco ou renuncia e emittir outras novas em substituição.

## PENHOR SOBRE ACÇÕES

37. A companhia terá um primeiro e primordial direito de penhor sobre as acções de qualquer accionista que estiver em divida para com a companhia e sobre todos os dividendos e benefícios que lhe couberem, em virtude dessas acções, para o pagamento das dividas e esse penhor existirá pelas dividas devidas por esse accionista, quer só, quer conjunctamente com outra qualquer pessoa, e por quaesquer dividas que se tornem devidas antes do registro de um transferido, si os directores tiverem recusado esse registro sob qualquer das bases aqui acima mencionadas, e se estenderá ao interesse absoluto em qualquer acção pertencente a qualquer accionista juntamente com qualquer outra pessoa.

38. A companhia terá direito de effectuar esse penhor por venda ou confisco e reemissão das acções ou pela retenção de todos os dividendos e lucros a respeito dellas ou por qualquer combinação dos ditos meios.

## DIREITO A ACÇÕES

39. Afim de fazer effectiva uma venda de qualquer acção adquirida pela companhia, por confisco ou renuncia que os directores possam preferir vender a cancelar ou reemittir, ou uma venda de qualquer acção a cujo respeito esse penhor, como acima dito, os directores podem fazer, sob o sello da companhia, uma transferencia dessa acção ao seu comprador, e essa transferencia conferirá os mesmos direitos ao transferido como si ella tivesse sido effectuada pelo accionista em cujo nome a acção estiver registrada, ficando entendido que a venda de qualquer acção a respeito de um penhor não terá logar sem aviso prévio de um mez ao seu possuidor registrado.

40. O recurso de qualquer accionista por qualquer irregularidade, em qualquer confisco de acção, ou na imposição de um penhor sobre qualquer acção será somente por damnos, e o registro será prova evidente do direito de uma acção, tanto contra qualquer reclamação como contra o possuidor primitivo da acção que os directores tenham projectado confiscar, cancellar ou dispor, de accordo com estas disposições.

#### PODERES PARA TOMAR A EMPRESTIMO

41. A companhia pôde, a todo tempo, com autorisação dos directores, tomar a empréstimo sob hypotheca dos seus bens ou de qualquer parte delles (incluindo chamadas não realizadas ou capital por chamar, até quanto possam ser onerados) ou sob obrigações (*debentures*) ou sob outra garantia ou sem ella, quaesquer quantias que os directores julgarem conveniente, comtanto que, porém, o conjuncto do principal a tomar a empréstimo em tempo nenhum exceda de um quarto do capital nominal da companhia então existente sem o consentimento da companhia em assembléa geral.

42. Os directores podem pôr em execução os seus direitos relativamente ao empréstimo de dinheiro sob garantia — dentro dos limites impostos pelo ultimo precedente artigo — e quanto á fôrma e termos da garantia, e podem tomar a empréstimo de banqueiros e outros e tomar responsabilidade para com elles (a não ser sob garantia dos bens da companhia) para todas as despesas correntes e gasto da companhia; podem saccar, acceitar, endossar e assignar notas promissórias, letras de cambio e outros titulos negociaveis.

43. Pessoa nenhuma que empreste dinheiro ou faça credito á companhia será obrigada a informar-se dos fins ao qual é destinado esse dinheiro.

#### ASSEMBLÉAS GERAES

44. A primeira assembléa geral será realizada na época, não passando além de quatro mezes depois do registro da companhia, e no local que os directores designarem.

45. Em cada anno na época e local que os directores designarem se realizará uma assembléa geral subsequente.

46. Essa assembléa geral acima mencionada será denominada assembléa ordinaria, e as demais extraordinarias.

47. Os directores podem, quando julgarem conveniente, e logo que 20 dos accionistas da companhia, que possuirem não menos de um quinto do capital emittido, requererem por escripto, convocar uma assembléa extraordinaria.

48. Esse requerimento mencionará o objecto da assembléa que se deve convocar e será assignado pelos accionistas que o fizerem e deixado no escriptorio da companhia.

49. Logo que receberem essa requisição os directores convocarão uma assembléa geral extraordinaria.

Si não a convocarem dentro de um mez do calendario a contar da data do recebimento, os requerentes ou quaesquer dos outros accionistas, no numero exigido, e que possuam igual proporção do capital, podem por si mesmos convocar uma assembléa geral extraordinaria.

50. Dar-se-ha aos accionistas, pela forma em seguida mencionada ou de outra qualquer maneira que for indicada pela companhia em assembléa geral, aviso prévio de sete dias especificando o local, dia e hora da assembléa, e, no caso de negocios especiaes, a natureza geral desses negocios.

51. Serão considerados especiaes todos os negocios que forem tratados em assembléas extraordinarias e ordinarias, com excepção da reeleição dos directores que se retiram, nomeação de contadores, approvação de dividendos, pagamento das contas, balanço e o relatório ordinario dos directores.

52. Não se tratará de negocio algum em assembléa geral, salvo declaração do dividendo, sem que haja *quorum* de accionistas presentes em pessoa ou por procuração, na hora da reunião.

Dez ou mais accionistas, possuidores conjunctamente de mil ou mais libras do capital nominal então emittido, formarão um *quorum* comtanto que, pelo menos cinco, estejam pessoalmente presentes, excepto si a assembléa for convocada para revogar, alterar ou additar regulamento da companhia, contidos nos presentes estatutos, ou para dissolver a companhia, em cujo caso o *quorum* consistirá de 25 pessoas ou numero menor que não represente menos de um quinto do capital emittido então e das quaes pelo menos 10 deverão estar presentes em pessoa.

53. Si dentro de uma hora desde a hora marcada para a reunião não houver *quorum*, a assembléa, si tiver sido convocada por accionistas com os poderes supraditos, será dissolvida. Em qualquer outro caso será adiada para o mesmo dia da semana seguinte, na mesma hora e lugar, ou para outro dia na hora e lugar que os accionistas então presentes determinarem.

54. Em qualquer destas assembléas geraes ordinarias, primitivamente convocadas pelos directores por ou sem requisição de accionistas, os accionistas presentes, qualquer que seja o seu numero, terão o poder de decidir sobre quaesquer assumptos que possam ter sido propostos na assembléa em que teve lugar o adiamento por falta de *quorum*. Devendo porém, dar-se aviso prévio de 13 dias aos accionistas desse adiamento afim de que se possa nelle tratar de negocios especiaes sem que haja *quorum*.

55. A pessoa que for designada pelo director-presidente presidirá as assembléas geraes da companhia.

56. Si não for designado presidente ou si elle não estiver presente à assembléa dentro de 15 minutos, depois da hora marcada para ella, os accionistas presentes escolherão um dentre si para presidente.

57. O presidente pôde, com o consentimento da assembléa,

adiar qualquer assembléa de uma época para outra e de um para outro lugar, porém, nessa assembléa adiada não se tratará de outro negocio que não o que ficou por concluir na assembléa em que teve lugar o adiamento.

58. Toda moção submittida a uma assembléa será decidida, da primeira vez, pelo levantamento de mãos.

59. Em qualquer assembléa geral, salvo sendo pedida uma votação por 10 membros, pelo menos, presentes e com direito de votar, uma declaração feita pelo presidente de que passou uma resolução ou que passou por uma maioria particular, ou que se perdeu, e um lançamento a este respeito nos livros de actas da companhia, serão prova sufficiente do facto, sem prova do numero ou proporção dos votos dados a favor ou contra a dita resolução.

60. Não se pedirá votação sobre a nomeação de um presidente ou sobre uma questão de adiamento.

61. Si for pedida votação ella será tomada na época, lugar e da maneira que o presidente determinar e o resultado dessa votação será considerado como uma resolução da companhia em assembléa geral. No caso de um empate de votos (quer por levantamento de mãos, quer por escrutinio), em qualquer assembléa geral, o presidente terá direito a um segundo voto ou voto de desempate.

62. Um pedido de votação não obstará a continuação da assembléa para tratar-se de qualquer negocio além da questão sobre a qual se pediu votação.

63. Cada accionista terá um voto por acção registrada em seu nome, porém nenhum accionista terá direito de votar sem que tenha pago á companhia todas as importancias que a ella então dever pelas suas acções, nem accionista algum terá direito de votar sem ter sido registrado como possuidor das acções sobre as quaes elle reclama votar por um periodo de tres mezes.

64. Si um accionista se tornar mentecapto, o seu curador pôde votar em referencia ás suas acções, porém de outra forma nenhum voto será acceito a respeito de acções registradas no nome de pessoa sem capacidade.

65. Si duas ou mais pessoas tiverem direito colectivo a qualquer acção, qualquer dessas pessoas presente a qualquer assembléa e que se offereça a votar por procuração, terá direito de votar a respeito da mesma.

66. Os votos podem ser dados pessoalmente ou por procuração. O instrumento nomeando procurador será por escripto, assignado pelo outorgante ou si este for corporação contera o seu sello social. No caso que a procuração seja passada por um possuidor colectivo de quaesquer acções, essa procuração não terá effeito si outro dos possuidores collectivos estiver presente á reunião para a qual foi conferida essa procuração.

67. Pessoa nenhuma será nomeada procurador em qualquer assembléa sem que, na época da nomeação e da assembléa, ella seja accionista e habilitada a votar, nem sem que o instrumento de nomeação seja depositado no escriptorio registrado da com-

panhia nunca menos de 48 horas antes da hora marcada para a assembléa em que o accionista nomeado nesse instrumento se propõe a votar. Instrumento nenhum nomeando procurador terá validade depois da expiração de seis mezes da data de sua outorga, excepto para qualquer adiamento da assembléa para a qual elle foi originalmente passado e excepto quando qualquer accionista, residindo no estrangeiro, tenha depositado no escriptorio da companhia um instrumento de procuração (competentemente sellado para este fim) valido para todas as assembléas enquanto residir no estrangeiro e até revogação.

68. Todo instrumento de procuração será da forma seguinte, ou de uma forma para o seguinte effeito :

« *The D. Pedro Gold Mining Company, limited.*

Eu... de ... accionista da companhia acima, pelo presente nomeio... de ... tambem accionista da mesma companhia, meu procurador na assembléa geral ordinaria (ou extraordinaria ou adiada) da companhia, que terá logar em... de ... corrente (ou proximo) e em qualquer adiamento da mesma e para votar por mim, em meu nome, sobre todas as questões tratadas nessas assembléas.

Em testemunho do que assigno aos... de....18....»

#### TESTEMUNHA

69. Si em uma assembléa geral forem dado sou contados quaesquer votos que venha depois a se descobrir terem sido incompetentemente dados ou contados, elles não affectarão a validade de qualquer resolução ou cousa passada ou feita na referida assembléa, salvo si a contestação sobre esses votos for apresentada na mesma assembléa e neste caso o presidente então e alli decidirá si o erro é de importancia sufficiente a affectar essa resolução ou cousa.

#### DIRECTORES

70. O numero de directores não será inferior a quatro, nem superior a sete.

71. As pessoas abaixo nomeadas serão os primeiros directores, a saber : F. D. Dixon Haatland, M. P. Coronel, Sir Wilford Brett, K. C. M. G. James Newell Gordon, Morgan Lloyd, O. C. M. P. W. Fraser Rae, e se conservarão no cargo até a assembléa geral ordinaria no anno de 1884.

72. Os directores terão a faculdade de nomear quaesquer outras pessoas para directores em qualquer occasião anterior a assembléa geral ordinaria que se realizará em 1884, porém de forma tal que o numero total de directores não exceda em tempo algum ao maximo fixado pelo art. 70.

73. Um director pôde retirar-se do cargo dando aviso prévio de um mez, por escripto, a companhia, de sua intenção de assim fazer, e essa resignação terá effeito á expiração desse aviso.

74. Na assembléa geral ordinaria do anno de 1884 e na assembléa geral ordinaria de cada anno subsequente, dous dos directores se retirarão do cargo e (salvo os directores convencionem de outra fórma) os dous que se tiverem de retirar serão os que tiverem occupado por mais tempo o cargo ou no caso da primeira retirada e outras occasiões em que não existam dous que assim se verifiquem, a escolha será designada por sorte, de maneira a ser feita entre os que tiverem estado por mais tempo em funcções.

75. A companhia, na assembléa geral em que quaesquer directores se retirem da maneira supradita, preencherá as vagas, escolhendo accionistas devidamente habilitados.

76. Um director que se retira poderá ser reeleito, salvo si tiver avisado por escripto á companhia a sua intenção contraria.

77. Nenhuma outra pessoa que não um director que se retira, ou uma pessoa proposta pelos directores, será elegivel para substituir o director que se retirar por meio de votação em qualquer assembléa sem que, sete dias pelo menos e nunca mais de um mez antes do dia da assembléa, ella dê aviso á companhia da intenção de se propor.

78. Si os logares de directores que se retirarem não forem preenchidos, ou na assembléa em que a eleição devia ter logar ou em qualquer de seu adiamento, os directores que se retirarem ou aquellos de entre elles que não tenham os seus logares preenchidos, continuarão no cargo até á assembléa ordinaria do anno seguinte, e assim por diante, até que sejam preenchidos os seus logares.

79. A companhia pôde a todo tempo, em assembléa geral, augmentar ou diminuir o numero dos directores, de fórma que o total não exceda nunca de sete, nem seja inferior a quatro.

80. Qualquer vaga que casualmente se dê no numero de directores poderá ser preenchida pelos directores, pela eleição de um accionista devidamente habilitado, porém pessoa nenhuma assim escolhida se conservará no cargo sinão pelo tempo em que o director que o deixou teria de occupal-o si não se dêsse a vaga. Os directores que continuam poderão funcionar, não obstante qualquer vaga em seu corpo.

81. A habilitação para director, salvo os directores primeiros acima mencionados, será a posse em seu proprio direito de acções registradas da companhia do valor nominal de £ 250.

82. O cargo de director vagará :

a) si, não sendo dos primeiros directores, deixar de possuir o numero de acções exigido para sua habilitação ;

b) si vier a fallir ou a ser devedor, em liquidação, ou fizer composição com os seus credores ;

c) si for declarado mentecapto ou tornar-se insano de espirito ;

d) si ausentar-se das reuniões da directoria por mais de tres mezes sem consentimento dos outros directores, devidamente inscriptos na acta ;

e) si se interessar ou participar dos lucros de qualquer contracto feito com a companhia sem ter declarado o facto do seu interesse antes de fazer esse contracto. Ficando entendido que, excepto no



caso de perda de habilitação em acções, por insanidade de espirito ou fallencia, liquidação ou ausencia das reuniões da directoria, a vaga do cargo não terá effeito sem que os directores approvem uma resolução de que o director perdeu a sua capacidade e o seu cargo se acha vago.

83. Os directores terão direito, por meio de remuneração e em addição, a qualquer remuneração de um director gerente, a uma somma annual de £ 250, para o presidente de então, e de £ 50 para cada um dos directores ou mais a somma que a companhia em assembléa geral determinar e a uma somma igual a £ 2.10 sh. por cento sobre a importancia dos dividendos a todo tempo declarados, e (sujeitos a quaesquer disposições especiaes da companhia em assembléa geral) a dita somma annual e outras serão divididas entre os directores da maneira que elles determinarem.

84. Os directores podem a todo tempo nomear um director gerente da companhia, quer por um prazo marcado ou sem limite algum quanto ao periodo em que elle deve funcionar, e podem a todo tempo removel-o ou demittil-o do cargo e nomear outro no seu lugar.

85. A remuneração de um director gerente será a todo tempo fixada pelos directores, e pôde ser por meio de salario ou commissão, participação em lucros ou por qualquer ou por todos estes modos, contanto que essa remuneração não exceda de £ 250 por anno.

86. Os directores podem a todo tempo delegar e conferir a um director gerente de então os poderes por exercer de accordo com este instrumento que os directores julgarem conveniente, e podem conferir esses poderes pelo tempo e para serem exercidos para os fins, e nos termos e condições e com as restricções que elles julgarem convenientes, e podem conferir esses poderes collateralmente, em exclusão e substituição de todos ou quaesquer dos fins dos directores a este respeito, e podem a todo tempo revogar, retirar, alterar ou variar todos ou quaesquer desses fins.

87. Um director gerente não será, enquanto continuar no exercicio desse cargo, sujeito à retirada por meio de votação e não será tomado em conta para determinar a votação da retirada de directores.

#### PODERES DOS DIRECTORES

88. Os negocios da companhia serão dirigidos pelos directores, que pagarão todas as despesas feitas com a formação e registro da companhia, ou com quaesquer negociações, avaliações e ajustes relativos a compra, contracto ou por terem sido feitas na contemplação da companhia, annuncios ou outras causas preliminares à distribuição de acções e poderão exercer todos os poderes da companhia que não forem por estes ou pelas leis de companhias, de 1862 a 1880, exigidos pela companhia em assembléa geral e regulamento nenhum daqui por deante creado pela

companhia em assembléa geral invalidará acto algum anterior dos directores, que teria sido válido si esse regulamento tivesse sido feito.

89. Os directores podem delegar quaesquer dos seus poderes (a não ser os de negocios financeiros da companhia) a commissões compostas de membros do seu corpo que elles julgarem conveniente, porém toda a commissão relatará todo o acto ou cousa praticada no exercicio desses poderes na mais proxima possivel assembléa dos directores realizada logo depois em que tenha sido praticada essa cousa.

90. Acto nenhum, assumpto ou cousa dentro dos poderes da companhia em assembléa geral, feita pelos directores ou por qualquer commissão e adoptada pelos directores, que receberão depois o consentimento expresso ou implicito da companhia em assembléa geral, será depois obstada por qualquer motivo que seja.

#### PROCEDIMENTO DOS DIRECTORES

91. Os directores podem determinar o modo e a disposição do seu procedimento e nomear o seu proprio presidente e dar-lhe os poderes (inclusive o exercicio de um voto de desempate em actos dos directores) que julgarem conveniente, e marcarem o *quorum* para reuniões da directoria, ficando entendido que, a não ser por outra forma determinado, tres formarão o *quorum*.

92. Um director póde a qualquer tempo convocar uma reunião da directoria, dando a cada director aviso com 48 horas de antecedencia pelo menos.

93. Toda a commissão se conformará com qualquer modo de proceder e regulamentos que os directores possam fazer a este respeito, e sujeito a isso poderá determinar e regular o seu proprio procedimento da mesma maneira por que possam fazer os directores.

94. Todos os actos praticados por qualquer reunião de directores ou por qualquer pessoa funcionando como director, não obstante se descobrir depois de ter havido qualquer erro na nomeação de qualquer director, ou pessoa funcionando como acima dito, ou que esse director não estava habilitado, serão tão válidos como si esse director ou pessoa tivesse sido devidamente nomeado e habilitado.

95. Os directores lavrarão actas competentes dos seus procedimentos, e todos os actos praticados de conformidade com qualquer cousa que conste das ditas actas terem sido resolvidos ou autorizados pelos directores, serão considerados como actos dos directores comprehendidos no espirito destes regulamentos.

#### INDEMNIZAÇÃO DOS EMPREGADOS

96. Todo director e quaesquer outros empregados serão indemnizados pela companhia, de todos os prejuizos e despesas por elles

respectivamente feitas no desempenho dos seus respectivos deveres, excepto das que provierem dos seus respectivos actos ou culpa voluntarias.

97. Nenhum director ou outro empregado será responsavel por um outro director ou empregado ou por co-participação em qualquer recebimento ou outro acto de conformidade, ou por qualquer prejuizo ou despesa que sobrevenha à companhia pela insufficiencia ou deficiencia de direito a qualquer propriedade adquirida por ordem dos directores para ou a favor da companhia, ou pela insufficiencia ou deficiencia de qualquer garantia por qualquer dinheiro que da companhia tenha sido empregado, nem por qualquer outro prejuizo, damno ou infortunio que sobrevenha na execução dos deveres dos seus respectivos cargos ou em relação com os mesmos, salvo si sobrevierem por seu proprio acto ou culpa voluntaria.

#### DIVIDENDOS

98. Os directores podem, com a sanção da companhia em assembléa geral, declarar um dividendo a pagar-se aos accionistas em proporção às suas acções ou à importancia paga sobre ellas, conforme possa ser o caso.

99. Os directores podem por seu proprio arbitrio pagar aos accionistas em antecipação de um dividendo que se espera seja declarado no fim de qualquer anno, e por conta desse dividendo, um dividendo interino no fim dos primeiros seis mezes desse anno.

100. Nenhum dividendo será pago a não ser tirado dos lucros provenientes dos negocios da companhia.

101. Os directores podem antes de recommendar qualquer dividendo retirar dos lucros da companhia a somma que elles julgarem conveniente como fundo de reserva, para fazer face a contingencias, para igualar dividendos, adquirir mais propriedades, reembolsar quaesquer emprestimos contrahidos pela companhia, renovar ou conservar propriedades que interessem os negocios da companhia, e os directores podem empregar a somma assim separada em um fundo de reserva da maneira, a não ser ou acções da companhia, que elles possam preferir, sem serem responsaveis por qualquer prejuizo ou depreciação consequente de taes empregos, quer estes empregos sejam usuaes ou autorizados em fundos de confiança ou não.

102. Os directores podem deduzir dos dividendos a pagar-se a qualquer accionista as importancias que elle possa dever à companhia por chamadas ou por outra causa.

103. De qualquer dividendo que tenha sido declarado dar-se-ha aviso a cada accionista da maneira aqui em seguida mencionada, e dividendo nenhum vencerá juros contra a companhia.

#### CONTAS

104. Os directores farão escripturar fiel conta de todas as receitas, creditos, pagamentos, activo e responsabilidades da

companhia e de quaesquer outros assumptos necessarios para demonstrar o estado e condição exacta da companhia, e as contas serão lançadas em livros e da maneira que os directores julgarem conveniente, e á satisfação dos contadores.

105. Os livros de contabilidade serão escripturados no logar ou logares indicados pelos directores e sujeitos a quaesquer restricções, quanto ao tempo e maneira de serem examinados, que possam ser impostas pelos directores e serão franqueados á inspecção de accionistas durante as horas de expediente.

106. Uma vez, pelo menos, por um anno, os directores apresentarão á companhia em assemblea geral um balanço feito até uma data nunca superior a seis mezes antes da assemblea, da receita e despesa da companhia, desde o fim do ultimo balanço, ou sendo o primeiro balanço desde o começo da companhia, e a esse balanço será appenso um relatorio dos directores sobre o estado e condição da companhia.

107. Extrahir-se-ha cada anno um balanço geral que será apresentado á companhia em assemblea geral, e conterá um resumo do activo estimado e compromissos estimados da companhia, feito até á mesma data, e arrançados sob titulos convenientes. Sete dias, pelo menos, antes dessa assemblea, uma cópia impressa desse balanço será remettida pelo Correio ou entregue na residencia registrada de cada accionista que tenha residencia registrada no Reino Unido.

#### CONTADORES

108. As contas da companhia serão annualmente examinadas e verificada a exactidão do balanço por um ou mais contadores, que serão eleitos pela companhia em assemblea ordinaria de cada anno.

109. Os primeiros contadores serão nomeados pelos directores e continuarão no cargo até á segunda assemblea ordinaria da companhia.

110. Si for nomeado só um contador, todas as disposições aqui contidas relativas a contadores terão applicação a elle.

111. Os contadores podem ser accionistas da companhia, porém nenhum director ou outro empregado da companhia poderá ser eleito contador enquanto durar o seu cargo; e nenhuma outra pessoa que seja interessada por outra forma que como accionista em qualquer transacção da companhia, será elegivel contador, enquanto durar o seu interesse.

112. A remuneração do primeiro contador será marcada pelos directores, porém a dos subsequentes sel-o-ha pela companhia em assemblea geral.

113. Um contador que se retira poderá ser reeleito.

114. Si se der casualmente uma vaga no cargo de contador nomeado pela companhia, os directores nomearão immediatamente outro contador, que será um contador patenteado para supprir essa vaga.

115. Si não for feita a eleição de contadores da maneira supradita, a Junta Commercial pôde, a pedido de nunca menos de dez accionistas da companhia, nomear um contador para o anno corrente e marcar a remuneração a pagar-se-lhe pela companhia, pelos seus serviços.

116. Todo o contador terá uma lista, que lhe será entregue, de todos os livros escripturados pela companhia, e a todo tempo razoavel poderá ver os livros e contas da companhia.

Pôde, á custa da companhia, empregar guardas-livros e outras pessoas para auxiliarem-o no exame dessas contas e pôde, em relação a ellas, examinar os directores ou qualquer outro empregado da companhia.

117. Os contadores certificarão a exactidão do balanço e contas e farão um relatorio sobre ellas, devendo esse relatorio ser lido juntamente com o dos directores na assembléa ordinaria.

#### AVISOS

118. Os avisos serão remettidos pela companhia a qualquer membro registrado, quer pessoalmente ou deixando-o, ou mandando-o pelo Correio em carta de porte pago, dirigida ao accionista em sua residencia registrada.

119. Os avisos destinados aos accionistas serão, quando disser respeito a qualquer acção, á qual tenham direito conjuntamente mais de uma pessoa, remettidos á que estiver lançada em primeiro logar no registro dos accionistas, e o aviso assim dado será sufficiente para todos os possuidores da dita acção.

120. Qualquer aviso remettido pelo Correio será considerado como tendo sido enviado na época em que a carta que o continha foi lançada no Correio e, para provar-se essa remessa, basta provar-se que a carta que continha o aviso estava competentemente dirigida e foi posta no Correio.

121. Um aviso dado a qualquer accionista será obrigatorio para todas as pessoas que reclamarem, ao fallecimento delle, ou por qualquer transmissão do interesse desse accionista.

122. O membro que não estiver inscripto com residencia registrada dentro do Reino Unido não terá direito a que a companhia lhe mande aviso, sendo o escriptorio central da companhia considerado como o endereço registrado desse membro para aviso formal, e todo o procedimento havido sem outro aviso a qualquer desses membros será valido como si elle tivesse tido aviso delle.

#### DISSOLUÇÃO

123. Si a companhia em assembléa geral extraordinaria resolver sobre a dissolução e voluntaria liquidação, afim de fazer fusão com outra companhia, ou para qualquer outro fim, será considerada como tendo sobrevivido uma circumstancia pela qual a companhia tem de ser dissolvida na lettra do art. 129 da lei de companhias, de 1862.

*Nomes, residencias e qualidade dos subscriptores*

Albert James Atkey, 33 Cornhill, na cidade de Londres, engenheiro.

Frank Robert Boydell, 5 Adelaide Place, London Bridge, na cidade de Londres, agente de navios.

John Edward Dawson, 86 London Wall, na cidade de Londres, engenheiro civil.

George Becken, 86 London Wall, na cidade de Londres, agente de terras.

Charles Roeland Brown, 40 Sun-Street, no condado de Middlesex, impressor.

Murray Hinckley Spear, 3 Steedman Street, Wolworth Road, S. E., no condado de Surrey, engenheiro mecanico.

William Henry Mc. Millan, 34 Surrey Grover, Old Kent, Road, no condado de Surrey, guarda-livros.

Datado de 2 de julho de 1883.

Testemunha das assignaturas supra — *Philip Samuel Pearce*, 54, Milton Road Sout Hornsey -Middlesex, empregado.

(Papel sellado de 10 shillings.)

Saibam todos pelo presente instrumento que nós, *The Don Pedro Gold Mining Company, limited*, de 24 *Devonshire Chambers Bishopsgate Street, without*, na cidade de Londres, pelo presente nomeamos, constituimos e indicamos o socio ou os socios que então constituirem a firma de P. S. Nicolson & Comp., do Rio de Janeiro, nos Estados Unidos do Brazil, negociantes, nosso ou nossos procuradores, para, por nós e em nosso nome e por nossa parte, pedir, requerer e obter o registro pelo governo dos ditos Estados Unidos do Brazil ou pelas autoridades locais, municipais ou do districto da dita *Don Pedro Gold Mining Company, limited*, como « sociedade em commandita » nos ditos Estados Unidos do Brazil, e em geral, e em cerca das premissas praticar, executar e cumprir todo o acto, instrumento e cousa que possam ser necessarios, quer por lei, quer por equidade, para o supradito fim, tão completa e efficazmente para todos os fins e intentos como nós, a dita *Don Pedro Gold Mining Company, limited*, poderiamos mesmo fazer. E nós, a dita *Don Pedro Gold Mining Company, limited*, pelo presente outorgamos plenos poderes aos nossos ditos procuradores para restabelecer e nomear um ou mais procuradores sob suas ordens, com os mesmos poderes e autoridades que se acham aqui contidos ou com poderes mais limitados e demittir á vontade taes substitutos e nomear outros em seu lugar. E nós, a dita *Don Pedro Gold Mining Company, limited*, por este concordamos por nós, nossos successores e representantes, approvar e confirmar tudo quanto os nossos ditos procuradores, seu ou seus substabelecidos fizerem ou mandarem fazer em cerca das premissas, em virtude dos presentes poderes.

Em testemunho do que, aqui affirmamos o nosso sello commum, aos 7 de outubro de 1891.

Sella-lo com o sello commum da *D. Pedro Gold Mining Company, limited*, de accordo com a resolução datada de 7 de outubro de 1891, na presença de—*Morgan Lloyd* e *A. J. Atkey*, directores —*John E. Dawson*, secretario. (Sello da companhia.)

*Quod attestor.*—*G. F. Warren*, tabellião publico de Londres.

(Papel sellado de 1 shilling.)

George Frederik Warron, da cidade de Londres, tabellião publico por autorisação real, devidamente nomeado e juramentado, certifico pelo presente a quem possa interessar que o sello commum da *The Don Pedro Gold Mining Company, limited* e as assignaturas de Morgan Lloyd e Albert James Atkey, dous dos directores, e de John Edward Dawson, secretario da dita companhia, no fim da procuração annexa, são verdadeiras e foram hoje devidamente affixadas e subscriptas na minha presença. E certifico mais que pelas leis da Inglaterra os estatutos da dita companhia e uma resolução da directoria, os dous ditos directores e o secretario estão plenamente autorisados e com poderes para assignar a dita procuração que legalmente obriga a dita companhia, quando passada na devida fôrma da lei ingleza. E, finalmente que o sello affixado no *memorandum* e estatutos da dita companhia, e que as assignaturas dos supraditos directores e secretario são verdadeiras, tendo sido tambem nesta data affixadas e subscriptas na minha presença. Pelo que se deve dar toda a fé e credito em juizo e fóra delle.

Do que me tendo sido pedido um instrumento, passei o presente sob a minha firma notarial e sello, para servir e valer onde e quando for preciso.

Londres, 7 de outubro do anno de Nosso Senhor de 1891.—*G. F. Warren*, tabellião publico. (Sello do tabellião.)

Reconheço verdadeira a assignatura junta de George Frederico Warren, tabellião publico desta cidade, que liguei com os documentos ns. 1 e 2, rubricados e numerados por mim, e para constar onde vier, a pedido do mesmo, passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 7 de outubro de 1891.—*Luiz Augusto da Costa*, vice-consul. (Sello do consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Ministerio das Relações Exteriores. — Rio, 6 de novembro de 1891.—Pelo director geral (sobre cinco estampilhas no valor de 4\$500), *S. P. da Silva Rosa*.

Nada mais continham os ditos estatutos e procuração escriptos em inglez, aos quaes me reporto. Em fé do que passei a presente

que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 22 de novembro de 1891.—*Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.

No original estavam quatro estampilhas do valor collectivo de 128\$600, devidamente inutilizadas.

Recebi de

|                  |          |
|------------------|----------|
| Emolumentos..... | 126\$000 |
| Estampilhas..... | 12\$600  |
|                  | <hr/>    |
|                  | 138\$600 |

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1891.—*Johannes Jochim Christian Voigt*.

Eu abaixo assignado, Joannes Jochim Christian Voigt, corretor de navios, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no meritissimo Tribunal do Commercio desta praça, para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola. Escriptorio à rua de S. Pedro n. 4, sobrado.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um certificado de incorporação escripto na lingua ingleza, alim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumprí em razão do meu officio e litteralmente vertido diz o seguinte

#### *Traducção*

(Uma folha de papel sellado de cinco shillings.)

Certificado da incorporação de uma companhia (Armas da Inglaterra).

Carimbo da Repartição de Registros de companhias.

Certifico pelo presente que a *Don Pedro Gold Mining Company, limited* foi incorporada de accordo com as leis de companhias, de 1862 a 1880, como companhia limitada, em cinco de julho de mil oitocentos oitenta e tres.

Assignado por mim, em Londres, aos oito de outubro de mil oitocentos noventa e um.—*J. S. Purcell*, registrador de companhias anonymas.

(Uma folha de papel sellado de 1 shilling.)

Eu, George Frederick Warren, da cidade de Londres, tabellião publico por autoridade real, devidamente nomeado e juramentado, certifico pelo presente a quem possa interessar que o documento annexo é um certificado official da incorporação na Gran-Bretanha da *Don Pedro Gold Mining Company, limited*, de accordo com as leis de companhias de 1862 a 1880, como compa-



nhia anonyma, outrosim, que a assignatura «J. S. Purcell» subscripta no fim do dito certificado de incorporação, para sua authenticidade é a verdadeira e legitima assignatura de John Samuel Purcell, registrador de companhias anonymas em Londres, e official habilitado e competente para passar e assignar esses certificados de incorporação, por isso se lhe deve dar toda a fé em juizo e fóra delle.

Pelo que me tendo sido requerido certificado, passei o presente, sob a minha firma e sellos notariaes, para servir e valer quando e onde seja preciso.

Londres, oito de outubro de mil oitocentos noventa e um.—  
*G. F. Warren*, tabellião publico.

(Sello do tabellião em Londres.)

Reconheço verdadeira a assignatura junta de George Frederick Warren, tabellião publico desta cidade, que liguei com o documento n. 1, rubricado e numerado por mim; e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei o presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em Londres, aos 8 de outubro de 1891.—*Luiz Augusto da Costa*, vice-consul.

(Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Ministerio das Relações Exteriores.—Rio, 6 de novembro de 1891.—Pelo director geral (assignado sobre tres estampilhas no valor de 1\$500), *L. P. da Silva Rosa*.

Nada mais continha o dito certificado, que nelmente verti do proprio original, ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 13 de novembro de 1891.—*Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.

No original da traducção acham-se inutilisadas duas estampilhas do valor colectivo de \$800, pelo que recebi:

|                  |        |
|------------------|--------|
| Emolumentos..... | 8\$000 |
| Estampilhas..... | \$800  |
|                  | <hr/>  |
|                  | 8\$800 |

Rio, 28 de novembro de 1891.—*J. J. C. Voigt*.



## DECRETO N. 920 — DE 2 DE JULHO de 1892

Autorisa a Companhia Banha Rio-Grandense Alves a reformar os seus estatutos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia « Banha Rio-Grandense Alves », devidamente representada, resolve autorisa-la a reformar os seus estatutos, de accordo com as alterações que com este baixam e que foram approvadas pela assembléa geral dos accionistas le 30 de abril do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

### Alterações dos estatutos da Companhia « Banha Rio-Grandense Alves » a que se refere o decreto n. 920, de 2 de julho de 1892.

Art. 1.º Onde diz — lei n. 164 — accrescente-se — e 434 de 4 de julho de 1891.

Art. 3.º O capital social da companhia fica reduzido a 277:000\$, dividido em 2.770 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado a 500:000\$, dividido em 5.000 acções de 100\$ cada uma, dependendo de autorisação de assembléa geral e realizada em prestações, sendo a 1.ª de 40 % e as demais de 10 % com intervallos nunca menores de 30 dias, sendo, porém, facultada aos accionistas a integralização de suas prestações.

Art. 6.º Tendo a companhia adquirido por compra a bem conhecida e montada fabrica de refinar banha do Sr. José Pedro Alves, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, sua funilaria completa com machinas americanas, carpintaria e cedous privilegios concedidos ao mesmo Sr. José Pedro Alves por suas invenções, são seus fins:

- a) explorar a refinação de banha;
- b) explorar a officina de funilaria e o mais como nos estatutos.

Art. 7.º A companhia será administrada por um presidente, um secretario, um gerente geral, que poderá residir em S. Paulo ou no Rio de Janeiro, e um director em Porto Alegre, sendo seus ordenavlos os seguintes: presidente e secretario, 4:200\$ a cada um; ao director em Porto Alegre 6:000\$ e ao gerente geral 12:000\$, enquanto este cargo for exercido pelo Sr. Rodolpho Augusto França, tudo annualmente e pago mensalmente.

Art. 9.º Cada membro da directoria depositará na caixa da companhia, como caução á responsabilidade de sua gestão, 100 acções, que serão inalienaveis enquanto exercer o cargo e não forem tomadas as respectivas contas.

As cauções serão de valores iguaes e o director que depositar acções integralizadas entra com valor igual aos demais directores, embora seja menor o numero de acções que depositar.

Art. 10. A directoria reunir-se-ha tantas vezes quanto o interesse da companhia o exigir e de cada reunião lavrar-se-ha uma acta, da qual constarão em detalhe as resoluções que forem tomadas.

Art. 11. A ausencia ou impedimento de qualquer membro da directoria, por mais de tres mezes, sem licença da mesma, importará em renuncia do cargo, salvo motivo justificado.

Art. 12. Vagando algum logar de membro da directoria, esta o preencherá nomeando, para este fim, accionista que tenha a necessaria qualidade ou um dos membros do conselho fiscal ou supplente; e esse nomeado exercerá o dito cargo até á primeira reunião da assembléa geral, que será convocada pelo presidente para o fim de eleger accionista para o cargo vago.

O director assim eleito exercerá o cargo por todo o tempo que exerceria aquelle a quem substituir.

Art. 13. Além das attribuições geraes e proprias a cada um dos cargos, incumbe expressamente:

a) ao presidente, representar a directoria, ser órgão desta, representando-a em juizo ou fóra d'elle, por si ou por proposta;

b) superintender geralmente todos os negocios da companhia, assignando os contractos que fizer com terceiros, organizando com os demais directores o regimento interno e assignando os papeis da companhia;

c) ao secretario, substituir o presidente ou o gerente geral, trazendo sob sua guarda o archivo da companhia; redigirá as actas da directoria e fornecerá as certidões que forem pedidas á companhia, mediante despacho do presidente;

d) ao gerente geral, ter sob sua direcção o movimento de dinheiro da companhia, não só em pagamento como em recebimento, dirigir o escriptorio e ter a seu cargo as transacções commerciaes, nomeando e demittindo os empregados, marcando-lhes fianças e ordenados;

e) quando o gerente geral estiver residindo no Rio de Janeiro, lhe será concedida a faculdade de tambem poder vender productos da companhia, cobrando a respectiva commissão e garantia, independente do seu ordenado;

f) o director secretario, quando em exercicio da gerencia em S. Paulo, perceberá mais o ordenado de 3:000\$ annuaes, pago mensalmente, enquanto o referido cargo for exercido pelo Sr. Fileto Gonçalves Pereira.

Art. 14. Haverá um conselho fiscal eleito annualmente pela assembléa geral, de accordo com a lei.

Art. 16. Ao conselho fiscal competem todas as obrigações conferidas por lei e ainda a de comparecer no escriptorio da com-

panhia, sempre que sejam convidados pela directoria, que exporá os assumptos a resolver-se, não tendo, porém, voto deliberativo. De taes reuniões se passará acta, que todos assignarão.

Art. 19. Cada membro do conselho fiscal perceberá a quantia de 25\$ por cada reunião que fizer a convite da directoria para dar parecer sobre qualquer assumpto de sua competencia.

Art. 16. Onde diz — possuidores, pelo menos, de 40 acções — diga-se — 50 acções.

Art. 32. Como nos estatutos, até onde diz — sujeitar-se-ha á multa de 10 % sobre o valor das acções — substituindo-se o resto pelo seguinte: Os accionistas que ainda assim não satisfizerem as entradas, se procederá com taes acções de accordo com a lei em vigor.

Art. 28. Como nos estatutos, alterando-se o final do § 1º, onde diz — quando forem necessarias segunda e terceira reuniões — diga-se — segunda e terceira **convocações**.

Art. 29. Substitua-se o **paragrapho unico** pelo seguinte: as procurações devem ser entregues ao secretario da companhia até á vespera da reunião da assembléa.

Art. 34. No final, onde diz — approvado por unanimidade da directoria — diga-se — que submeterá á approvação de uma assembléa geral.

Art. 35. Substitua-se por — a directoria fica autorisada a praticar as operações de credito que forem necessarias ao bom andamento dos negocios da companhia.

Art. 36. Substitua-se por — o gerente geral fica autorisado a fazer as viagens necessarias aos interesses e desenvolvimento da companhia, correndo as despesas por conta desta, sendo as viagens feitas sempre de accordo com a directoria.

Art. 38. A companhia estabelecerá agencias nos logares onde lhe convier, para a venda de seus productos, cujas nomeações serão feitas pelo gerente geral da companhia.

Art. 39. Dos lucros liquidos retirar-se-hão annualmente 10 % para fundo de reserva e renovação de material, e uma porcentagem de 5 % para amortização da conta — incorporação e despeza de installação; do restante far-se-ha um dividendo até 18 % ao anno sobre o capital realizado. Havendo excedente, dividir-se-ha em duas partes iguaes, sendo uma para o director em Porto Alegre, bonificação de sua administração, enquanto o referido cargo for exercido pelo Sr. José Pedro Alves, e a outra parte será levada á conta de lucros suspensos.

Art. 40. Pela reforma que soffreram os estatutos, ficará nomeada a directoria, que servirá durante os primeiros seis annos e se comporá dos seguintes Srs.: presidente, Francisco José Pimentel; secretario, Fileto Gonçalves Pereira; gerente geral, Rodolpho Augusto Franca; director em Porto Alegre, José Pedro Alves; conselho fiscal — Basilio Marques Rodrigues da Cunha, Alvaro Ramos, José Oswald Nogueira de Andrade; supplemtes do conselho fiscal — Polydoro Pereira de Mattos Souza, conego Augusto Cavalheiro e João Baptista Teixeira.

S. Paulo, 30 de abril de 1890.



## DECRETO N. 921 — DE 2 DE JULHO DE 1892

Declara de utilidade publica a desapropriação de uma área de 50 metros quadrados do terreno denominado Barra do Poxim, no termo de S. Christovão, Estado de Sergipe, occupado pelo pharol de Aracajú e suas dependencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que é de utilidade publica a aquisição de uma área de 50 metros quadrados dos terrenos denominados Barra do Poxim, no termo de S. Christovão, Estado de Sergipe, occupada pelo pharol de Aracajú e suas dependencias :

Resolve declarar, nos termos do art. 1º da lei n. 353 de 21 de julho de 1845, de utilidade publica a desapropriação da mesma área do terreno, e ordenar que para esse fim se proceda de conformidade com as demais disposições da referida lei.

O Ministro de Estado dos Negocios da Marinha assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



## DECRETO N. 922 — DE 2 DE JULHO DE 1892

Concede a José Antonio Rodrigues Nunes e outro autorisação para organizarem a Companhia de Seguros Mutuos Contra Fogo Colombo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram José Antonio Rodrigues Nunes e Christovão José Pinto Guimarães Junior, resolve conceder-lhes autorisação para organizarem a Companhia de Seguros Mutuos Contra Fogo Colombo, com os estatutos que a este acompanham ; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem que tenham sido observadas as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

## Estatutos da Companhia de Seguros Mutuos Contra Fogo Colombo

### CAPITULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Com a denominação de Colombo é fundada nesta capital uma companhia de seguros mutuos contra fogo, podendo estabelecer agencias nos Estados da Republica.

Art. 2.º A sua duração será pelo prazo de 50 annos contados do dia de sua installação, podendo este ser prorogado pela assembléa geral, com approvação do Governo.

Paragrapho unico. A companhia só poderá ser dissolvida durante a época de sua duração, dado algum dos casos previstos na legislação em vigor.

### CAPITULO II

#### OPERAÇÕES DA COMPANHIA

Art. 3.º A Companhia de Seguros Mutuos Colombo tem por fim as seguintes operações:

1º, garantir aos seus segurados mutua e reciprocamente toda propriedade immovel, urbana ou rural na Capital Federal e seus suburbios, e nos Estados da União, não só contra os damnos causados pelo fogo, raio, explosão de gaz, inundação, mas também contra os damnos provenientes dos meios preventivos empregados pela autoridade para impedir ou atalhar o incendio;

2º, emprestar sob hypothecas de predios, bem como aos seus associados, offerecendo as devidas garantias;

3º, emprestar sob caução de titulos, descontar bilhetes do The-souro e quaesquer titulos de divida publica, quer geral quer estadual.

### CAPITULO III

#### DA DIRECTORIA E CONSELHO FISCAL

Art. 4.º A companhia será administrada por uma directoria composta de presidente, secretario, thesoureiro e gerente.

Art. 5.º A directoria é competente para gerir todos os negocios da companhia e realizar todas as operações de que tratam os presentes estatutos.

Art. 6.º O presidente será o representante da companhia, em juizo ou fóra d'elle, podendo passar procuração para representar

a companhia, e será substituído, no caso de falta ou impedimento, pelos outros directores, na ordem em que estão indicados no art. 4.º.

Art. 7.º Compete ao presidente:

§ 1.º Convocar a assembléa geral ordinaria e extraordinaria.

§ 2.º Assignar como secretario e gerente as apolices de seguro.

§ 3.º Assignar todos os titulos e documentos não especificados, a correspondencia official e o balanço annual.

Art. 8.º Ao secretario compete a direcção da correspondencia da companhia.

Art. 9.º Compete ao thesoureiro:

§ 1.º Ter sob sua guarda os haveres da companhia.

§ 2.º Recolher a um banco, á escolha da directoria, os fundos da companhia, desde que excedam de tres contos de réis.

§ 3.º Pagar as despesas que forem autorisadas pelo presidente.

§ 4.º Apresentar trimestralmente a caixa para ser examinada pela directoria.

§ 5.º Satisfazer todos os esclarecimentos que lhe forem pedidos pela directoria e conselho fiscal.

Art. 10. Ao gerente compete:

§ 1.º Criar, de accordo com a directoria, agencias nos Estados da União.

§ 2.º Indicar em sessão todas as medidas necessarias aos interesses da companhia.

Art. 11. São attribuições do conselho fiscal:

§ 1.º Examinar os balanços e relatorios que o presidente tenha de apresentar á assembléa geral e os balanços trimestraes.

§ 2.º Reunir-se todos os mezes em sessão para designar de entre si um membro que em cada semana acompanhe a directoria em seus trabalhos.

§ 3.º Nomear de entre si o seu presidente e secretario.

## CAPITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 12. Assembléa geral de associados é a reunião destes, convocados de conformidade com estes estatutos. Suas sessões serão presididas por um socio aclamado, que convidará dous outros para secretarios.

Art. 13. Achando-se presentes socios que representem a quarta parte, pelo menos, de socios segurados em valores superiores a cinco contos de réis, será constituida a assembléa geral.

Art. 14. Não se podendo effectuar a reunião por falta de socios, será feita uma convocação pelos jornaes de maior circulação desta capital; e, si ainda desta vez não realizar-se, far-se-ha terceira e ultima convocação e com o numero de socios que comparecerem ter-se-ha por constituida a assembléa geral, excepto nos seguintes casos:

1.º Quando tratar-se da reforma dos estatutos;

2.º Quando tratar-se da liquidação voluntaria da companhia.

Nestes dous casos será preciso, pelo menos, um terço do capital representado, podendo o comparecimento dos socios segurados ser feito pessoalmente ou mediante autorisação por escripto e firma reconhecida.

Art. 15. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente duas vezes por anno : a 15 de julho e logo depois que a commissão de contas tiver dado seu parecer.

Art. 16. A' assembléa ordinaria compete:

§ 1.º Examinar e approvar as contas annuaes, devendo para isso nomear uma commissão composta de tres membros.

§ 2.º Eleger o conselho fiscal.

§ 3.º Resolver a liquidação da companhia no caso do paragrapho unico do art. 2º, nomeando em acto continuo uma commissão de tres membros, que acompanhará os votos da directoria.

Art. 17. Só para resolver a liquidação da companhia, poderão os empregados della votar e ser votados nas assembléas geraes.

Art. 18. Nenhum socio terá mais de um voto na assembléa geral, seja qual for a importancia do seu seguro.

Art. 19. Na assembléa geral extraordinaria só tratar-se-ha de assumpto para que houver sido ella convocada.

## CAPITULO V

### DOS PRIMEIROS DIVIDENDOS E FUNDO DE RESERVA

Art. 20. Os premios obtidos dos seguros serão depositados em um banco de confiança da companhia, a jurosem conta corrente.

Art. 21. Dos premios arrecadados durante o anno social serão deduzidas as despesas da companhia, quer geraes, quer com sinistros.

Paragrapho unico. Do saldo liquido tirar-se-ha uma terça parte, que se levará a credito do fundo de reserva, e as outras duas partes distribuidas na proporção do valor annual da contribuição de cada associado quite até encetar-se o respectivo balanço.

Art. 22. Compreendem-se despesas da companhia:

1º, vencimento da directoria, conselho fiscal, alugueis e gastos de escriptorio ;

2º, ordenados de empregados, commissões e custas judiciaes e outras em beneficio dos interesses da companhia.

Art. 23. Os dividendos não reclamados dentro do prazo de cinco annos, passam para o fundo de reserva.

Art. 24. O fundo de reserva deverá ser representado por fundos publicos garantidos, hypothecas, letras hypothecarias dos bancos de credito real garantidos.

Art. 25. O fundo de reserva compõe-se:

1º, da terça parte do saldo a dividir annualmente ;



2º, dos juros capitalisados annualmente ;

3º, dos dividendos não reclamados.

Art. 26. Cessará a constituição do fundo de reserva logo que tenha attingido a quantia de 200:000\$, passando as quotas que a compunham ao dividendo annual.

Art. 26. A divisão do fundo de reserva só poderá ter lugar em quaesquer das seguintes hypotheses:

1º, findo o prazo da duração da companhia ;

2º, entrando ella em liquidação ;

3º, quando duas terças partes do capital representado disseminar em favor dos associados então existentes.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 27. Fica autorisada a directoria por estes estatutos a contrahir um emprestimo de 1.200:000\$ a prazo de cinco annos e a juro de 8 % ao anno, pagos semestralmente.

Art. 28. Os juros desse emprestimo serão pagos em 15 de janeiro e 15 de julho de cada anno, até findar o prazo.

Art. 29. Findo o mencionado prazo, principiará o resgate dos titulos de seis em seis mezes, mediante sorteio nas épocas indicadas.

Art. 30. Esse emprestimo, que será considerado fundo de reserva extraordinario para os casos de sinistros em que premios e fundos de reserva ordinario não chaguem para satisfação do damno, será dado a juros sob letras hypothecarias, garantidas pelo Governo, apolices da divida publica e sob penhores de prata, ouro, brillhantes, sempre a juizo da directoria.

Art. 31. A Companhia de Seguros Mutuos Contra Fogo Colombo, depois de approvados estes estatutos, será considerada installada e constituida para começar suas operações logo que esteja subscripto o capital de 500:000\$; esse capital poderá ser levado, a juizo da directoria, á somma do movimento que a companhia reclamar.

Art. 32. A primeira directoria e conselho fiscal serão compostos do seguinte modo: José de Lima Carneiro da Silva, presidente ; Augusto Cesar, secretario ; Christovão José Pinto Guimarães Junior, thesoureiro ; José Antonio Rodrigues Nunes, gerente. Conselho fiscal—João Maria de Carvalho, Antonio Garcia Pereira da Silva e Antonio Francisco de Oliveira.

Art. 33. São incorporadores, para os fins de que trata a lei n. 265 de 17 de janeiro de 1890, os seguintes, que ficam autorisados a pedir ao Governo a approvação destes estatutos com ou sem modificações:

São instituidores: José Antonio Rodrigues Neves e Christovão José Pinto Guimarães Junior.

## CLAUSULAS E CONDIÇÕES DO SEGURO MUTUO

Art. 1.º A Companhia de Seguros Mutuos Contra Fogo Colombo segura conjuncta ou separadamente, conforme for declarado no corpo da apolice, sob as condições geraes e particulares que se seguem :

a) toda a classe de bens immoveis e moveis, ainda que o incendio seja produzido por exhalações electro-atmosphericas ou por explosão de gaz ;

b) si os objectos garantidos soffrerem deterioramento ou se deteriorarem por ordem da autoridade civil para deter ou combater os progressos do fogo, a companhia indemnizará ao segurado da importancia da perda ;

c) no caso de sinistro originado por explosão de gaz ou exhalações electro-atmosphericas, a companhia sómente responde pelo damno produzido pelo fogo.

Art. 2.º A companhia não garante os incendios que provenham por guerra, invasão, sedição, hostilidades, commoção popular, força militar e quaesquer explosões ou terremotos.

Não responde por outra perda que não seja material ou que não seja explicitamente consignada na apolice.

Art. 3.º O mutuario, na dupla qualidade de segurado e segurador, é responsavel pelos sinistros que possam soffrer os mais co-associados em razão da garantia segurada e em concordancia ao risco que offerecerem os objectos submettidos a seguro.

Art. 4.º Os riscos começarão do meio-dia em que se effectuar o seguro até ao meio-dia em que se findar o vencimento annual do contracto.

Art. 5.º Aceita a minuta, que deverá ser assignada pelo segurado e conter todas as declarações a bem da verdade do contracto, será paga à vista a importancia do premio do seguro, sello, apolice, chapa e remessa.

Art. 6.º Cessam os effeitos do seguro unicamente :

a) pelo desaparecimento dos objectos garantidos ;

b) pela conclusão do periodo fixado na apolice ;

c) pela fallencia do segurado ou terminação da companhia.

Os capitães segurados podem ser reduzidos, si durante a época do seguro diminuir a importancia deste e, neste caso, o segurado participará à directoria qual a differença a fazer.

Art. 7.º O mutuario, ao assignar a minuta do contracto, deve declarar si os objectos garantidos são de sua propriedade ou si é usufructuario, credor, arrendatario ou em que qualidade trata.

Toda reticencia ou falsidade da parte do segurado que tender a diminuir a classificação do risco, a trocar a natureza ou objecto della, não dão direito ao segurado, no caso de incendio, a nenhuma especie de indemnisação, ainda mesmo quando as ditas circumstancias não houverem influido sobre o damno ou perda do segurado.

Art. 8.º Sempre que se fizer construcções e que augmentarem o risco designado na apolice em vigor, e quando se estabele-

cer nos edificios seguros outros contiguos com fabrica a vapor, industrias, ou outros objectos que aggravarem o perigo de incendio e quando os objectos submettidos ao seguro forem trasladados a outro local ou passarem a ser propriedade de outra pessoa, quando o segurado se fizer garantir ou estiver já garantido no acto de assignar a proposta por outra ou outras companhias, os objectos sobre que recahir ou, emfim, que não houver cumprido o que prevê o art. 7º destas clausulas, cessa a obrigação desta companhia, até que o segurado, herdeiro, comprador, ou possuidor tenha informado, por escripto, a directoria e que esta tenha declarado do mesmo modo entrar novamente em suas obrigações para quem corresponda.

Art. 9.º Dado qualquer sinistro, o segurado, ou outrem por elle e com seus poderes e autorisação, será obrigado a participar-o á autoridade competente e a um dos directores ou agentes da companhia, dentro das primeiras 24 horas uteis.

Art. 10. A companhia declara desde já que o seguro contra fogo não dá logar a lucro de nenhuma especie o somente sim a mera compensação de damno soffrido em relação sempre á quantia asegurada; portanto essa indemnisação limita-se ao valor real ou commum que os objectos tinham antes do incendio e sem aceitar por nada nenhum beneficio illicito nem toda outra condição alheia ao seguro.

Art. 11. No caso de incendio, a companhia tem a faculdade de praticar toda e qualquer classe de investigação para esclarecimento do successo e exigir do segurado o juramento na forma que prescreve a lei.

Paragrapho unico. O segurado não pôde fazer abandono total nem parcial dos objectos garantidos, estejam ou não avariados, sob pena de não ter direito a nenhuma classe de indemnisação.

Art. 12. O valor do damno será determinado a juizo de peritos ou decisão de arbitros, mediante os exames que forem necessarios, si acaso por assentimento das partes não se conseguir a sua avaliação.

Art. 13. O damno avaliado por peritos será pago sem deducção alguma, ficando todavia á companhia o direito de optar por algum dos seguintes meios de indemnisação: 1º, restabelecimento do objecto seguro dentro de um prazo certo no estado em que se achava antes do incendio ou damno; 2º, pagamento da importancia do damno que for avaliado pelos peritos ou arbitros em letras a seis mezes, deduzido o valor do porte do objecto ou de seus fragmentos ou materiaes salvos.

Art. 14. No caso que a companhia, conforme a primeira parte da condição 13, opte pelo restabelecimento do objecto seguro, sendo este predio, indemnizará o segurado nos alugueis que o predio rendia antes do sinistro, até que o mesmo se ache reconstruido; no caso, porém, da 2ª parte da mesma condição 1ª, a companhia indemnizará aos segurados nos alugueis que o predio rendia antes do sinistro, até ao prazo marcado pelos peritos para a conclusão das obras.

Art. 15. A quantia fixada será paga aos mutuários depois de reconhecido o sinistro pelo conselho fiscal.

Si, porém, o segundo soffrer incendios cujo pagamento esgote o fundo de reserva ou que não for bastante para completar a importância dos damnos, a companhia entregará aos segurados letras pela quantia reconhecida ou que faltar para completar com mais o juro de 8 % ao anno, pago nas épocas marcadas pelo conselho fiscal, as quaes não excederão de 12 mezes.

Art. 16. Os bens moveis e immoveis segurados ficam sujeitos ao pagamento dos premios do seguro como ao das quotas que os segurados nos dos arts. 3º e 14 são obrigados, no caso de sinistro.

Para esse fim e si convier á companhia, os immoveis segurados serão hypothecados.

Art. 17. No caso de pagamento de sinistro, qualquer que seja sua importância, a companhia tem o direito de rescindir ou innovar o contracto, pagando o segurado novo premio.

Art. 18. Os arbitros e peritos serão nomeados a aprazimento das partes.

Si estas não chegarem a um accordo sobre sua nomeação, cada um nomeará o seu e estes logo um terceiro.

Si os segurados forem mais de um interessado na mesma questão, combinarão em um unico arbitro ou perito, e si não se der accordo entre si, escolherão á sorte de entre os que forem propostos.

Das decisões de arbitros não haverá recurso algum, sob pena da perda da metade do valor do objecto questionado em favor do fundo de reserva.

Art. 19. Os arbitros julgarão pela verdade sabida, segundo os termos de direito e condição da presente apolice, independente das formulas e prazos do processo.

Art. 20. As despesas com os peritos ficarão a cargo do segurado.

Art. 21. O segurado obriga-se a transferir á companhia todo direito e acção que lhe possa competir contra quem de direito for, no caso de sinistro, constituindo-a para tal fim procuradora em causa propria.

Antes de feita, quando exigida, esta caução de direitos, não poderá o segurado reclamar indemnisação do sinistro.

Art. 22. A companhia só fica obrigada pelos seus estatutos e especialmente pelas clausulas geraes e particulares impressas e manuscriptas na apolice; assim, para a sua interpretação não se considerará a sua propria letra e suas referencias, e a companhia para com outras pessoas sinão as que menciona no contracto ou a seus legitimos herdeiros ou representantes devidamente reconhecidos.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1892.— *José Antonio Rodrigues Nunes.*— *Christovão J. Pinto Guimarães Junior.*



## DECRETO N. 923 — DE 2 DE JULHO DE 1892

Concede autorização á Companhia denominada *The New York Commercial Company of Brazil*, para funcionar no Brazil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia denominada *The New York Commercial Company of Brazil* devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para funcionar no Brazil, estabelecendo duas agencias, uma no Pará e outra no Amazonas, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; ficando, outrossim, a mesma companhia obrigada ao que dispõe o art. 1º § 2º ns. 1, 2 e 3 do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 923 desta data**

I

A Companhia *The New York Commercial Company of Brazil* é obrigada a ter um representante no Brazil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorisação.

III

A companhia não poderá funcionar enquanto não depositar no Thesouro Nacional ou nas Thesourarias de Fazenda respectivas a quantia de vinte contos de réis em ouro, ao cambio par, para garantir o pagamento de futuros direitos e obrigações.

## IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia, com declaração do fim a que é destinado e de que não poderá ser levantado sinão por ordem do presidente da Junta Commercial competente.

## V

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos seus estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorisação para funcionar no Brazil, si infringir esta clausula.

## VI

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de duzentos mil réis (200\$) a dous contos de réis (2:000\$000).

Capital Federal, 2 de julho de 1892.—*Serzedello Corrêa*.

Eu Carlos João Kunhardt, traductor publico juramentado da praça do Rio de Janeiro, das linguas ingleza, franceza, hespanhola, italiana, etc. etc.

Certifico que me foi apresentado um certificado escripto em inglez, o qual, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte, a saber :

## TRADUÇÃO

*Certificadode incorporação, Estado de West Virginia « The New York Commercial Company of Brasil ».*

Eu, W. A. Ohley, secretario de estado do Estado de West Virginia, pelo presente certifico que neste dia foi-me apresentado um accordo devidamente assignado e acompanhado dos competentes documentos comprobativos, e que esse accordo é concebido nas seguintes palavras e algarismos, a saber:

Os abaixo assignados accordam em constituir-se em uma companhia sob o nome de *The New York Commercial Company of Brasil* para os fins de comprar, vender, armazenar e commerciar em borracha em bruto, cacaó e outras mercadorias, manufacturar artefactos de borracha, e comprar, vender e commerciar em outros productos e artigos que possam entrar no fabrico de artefactos de borracha e para adquirir por meio de arrendamento, compra ou por outra fôrma a posse e o titulo dos bens immoveis que possam ser necessarios para o andamento do dito negocio, cuja companhia terá a sua séde ou logar de negocio na cidade, condado e Estado de New-York e terá de expirar no dia

6 de janeiro do anno de 1911 e para o fim de formar a dita companhia nós subscrevemos a somma de 50.000 dollars e temos realizado pela dita subscrição a somma total de 50.000 dollars.

O capital subscripto (\$ 50.000) é dividido em acções de 100 dollars (\$ 100) cada uma, as quaes são possuidas pelos abaixo assignados respectivamente como segue, a saber :

| Nomes                                                     | N. de acções. |
|-----------------------------------------------------------|---------------|
| Charles W. Flint, cidade de New-York....                  | 123           |
| Wallace B. Flint, cidade de New-York....                  | 122           |
| Adolbert H. Alden, cidade de New-York....                 | 235           |
| Alfred de Buys, cidade de New-York.....                   | 10            |
| Frank F. M. Clintok, Jamaica, Long, Island, New-York..... | 10            |

Assignado e sellado por nós aos 11 dias de janeiro de 1892. — *Charles W. Flint (L. S.) — W. B. Flint (L. S.) — Adolbert H. Alden (L. S.) — A. de Buys (L. S.) — F. F. M. Clintok (L. S.)*

Pelo que os incorporadores mencionam no dito accordo e que o assignaram os seus successores e representantes são pelos presentes declarados constituir a contar desta data até ao dia 6 de janeiro de 1911, uma companhia sob o nome e para os fins mencionados no dito accordo. Assignado por nós e sellado com o sello grande do dito Estado na cidade de Charleston aos 14 de fevereiro de 1892. — *W. A. Ohley*, secretario de estado (estava o sello).

Arthur Teixeira de Macedo, consul geral dos Estados Unidos do Brazil nos Estados Unidos da America.

Recenhego verdadeira a assignatura junta de *W. A. Ohley*, secretario do Estado do West-Virginia, E. U., legalisando um documento annexo; e para constar onde convier, a pedido da *The New-York Commercial Company of Brasil* passei a presente que assignei, e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil, em New-York, aos 23 de fevereiro de 1892. — *Arthur T. de Macedo*, consul geral (sello consular).

(A firma do Sr. consul estava legalizada no Ministerio do Exterior nesta Capital em 17 de maio corrente, inutilisando-se tres estampilhas no valor de 1\$200.)

Nada mais continha ou declarava o dito certificado que bem e fielmente traduzi do proprio original escripto em inglez ao qual me reporto. Em 13 do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro aos 17 dias do mez de maio do anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1890. — *Carlos João Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.

Eu Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, das linguas ingleza, franceza, hespanhola, italiana, etc., etc.

Certifico que me foram apresentados uns estatutos escriptos em inglez, os quaes, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e dizem o seguinte a saber :

(Traducção)

*The New-York Commercial Company of Brasil*  
Estatutos da (Companhia Commercial do Brazil em Nova York).

ARTIGO I

ASSEMBLÉAS GERAES DOS ACCIONISTAS

SECÇÃO I

A assembléa geral ordinaria dos accionistas terá logar na séde da companhia na cidade de Nova-York, na primeira quarta-feira do mez de fevereiro, ao meio-dia.

Quando esse dia cahir em dia santificado a assembléa geral annual terá logar á mesma hora e no mesmo local no immediato dia util.

SECÇÃO II

As assembléas geraes extraordinarias podem ser convocadas em qualquer occasião por deliberação da directoria.

O presidente está igualmente autorizado, e tem por dever convocar as assembléas geraes dos accionistas, logo que seja conveniente, após o recebimento do pedido por escripto de accionistas possuidores de um terço da importancia do capital.

Na ausencia do presidente, será dever do vice-presidente convocar essas assembléas geraes logo que receber taes pedidos.

SECÇÃO III

Os avisos, para todas as assembléas geraes dos accionistas, serão feitos por meio de annuncios publicados em um jornal publicado na cidade de Nova-York com, pelo menos, uma semana de antecedencia ao dia da reunião e por meio de avisos enviados, pelo Correio, com antecedencia de uma semana, a cada um acccionista, nos Estados Unidos.

SECÇÃO IV

Nenhum assumpto será tratado nas assembléas geraes extraordinarias dos accionistas, sem que nos avisos impressos ou manuscritos, acima mencionados, se ache declarado que semelhante assumpto será trazido á discussão.



## ARTIGO II

## DIRECTORES

## SECÇÃO I

O numero dos directores da companhia será de quatro, os quaes deverão ser accionistas da companhia e serão eleitos annualmente na assembléa geral annual dos accionistas e servirão pelo espaço de um anno e até que os seus successores sejam eleitos.

Qualquer vaga na directoria ou entre os officiaes da companhia, occasionada por fallecimento, resignação, ou por outra causa, será preenchida por eleição dos directores existentes, para o resto do tempo.

Qualquer um ou mais directores poderão ser removidos, em qualquer occasião, pelo voto de dous terços, em valor, de todos os accionistas reunidos pessoalmente, ou por procuração, em uma assembléa geral extraordinaria, convocada para esse fim.

## SECÇÃO II

Os directores reunir-se-hão immediatamente após a sua eleição e escolherão de entre os seus proprios membros por escrutinio secreto um presidente, um vice-presidente, thesoureiro e um secretario.

Cada um destes officiaes exercerá o seu cargo pelo espaço de um anno e até à época em que o seu successor for nomeado.

## SECÇÃO III

Qualquer official poderá ser em qualquer época, removido pelo voto da maioria da directoria em sessão convocada para esse fim.

## SECÇÃO IV

Nenhum director nessa capacidade receberá salario algum pelos seus serviços, porém, com isto não se entende vedar qualquer director o exercer outro qualquer cargo na companhia recebendo, por isso, remuneração, ou o desempenhar qualquer serviço especial pelo qual seja arbitrada remuneração.

A directoria estabelecerá a remuneração dos agentes, officiaes e empregados da companhia, também determinará a criação e o numero da administração de escriptorios em paizes estrangeiros e o numero, deveres, poderes e as remunerações dos gerentes desses escriptorios.

## SECÇÃO I V

A directoria reunir-se-ha em reunião na primeira terça-feira de cada mez alternada (excepto quando esse dia for dia santo, reunindo nesse caso no proximo dia util), as tres horas da tarde, a principiar do dia 9 de fevereiro de 1892, no escriptorio da companhia na cidade de Nova York, e haverá as reuniões especiaes em outras quaesquer épocas e logares que possam tornar-se necessarios ou convenientes para o andamento dos negocios da companhia.

## SECÇÃO VI

A directoria poderá ser convocada para reuniões especiaes em qualquer época pelo presidente, e sera dever do vice-presidente, no caso de ausencia do presidente, convocar reuniões especiaes sempre que receber o pedido por escripto de qualquer director para as convocar.

## SECÇÃO VII

Os avisos de todas as reuniões regulares ou especiaes da directoria serão feitos pessoalmente, ou pelo Correio ou pelo telegrapho a cada um dos directores pelo menos dous dias antes da reunião.

## SECÇÃO VIII

*Quorum*. Tres directores constituirão *quorum* para deliberação dos negocios.

## SECÇÃO IX

Os unicos requisitos necessarios para qualquer pessoa se tornar director desta companhia são: ser accionista da companhia o cidadão dos Estados Unidos.

## ARTIGO III

## DEVERES DOS OFFICIAES

## SECÇÃO I

## DEVERES DO PRESIDENTE

E' dever do presidente o presidir todas as reuniões da directoria e dos accionistas, convocar assembléas geraes especiaes dos accionistas, quando pedidas por escripto por accionistas possuidores de um terço da importancia do capital social, convocar reuniões especiaes da directoria sempre que elle considerar acertado fazel-o ou quando requerido por um director, assignar

todos os certificados de capital da companhia, assignar e celebrar quocquer contractos no nome da companhia e mandar nel'les affixar o sello da companhia quando assim o determinar a directoria.

Elle deverá apresentar, em cada assembléa geral regular, um relatório do estado dos negocios da companhia, nomeará e despedira todos os empregados, sujeitos á approvação da directoria, terá o encargo e superintendencia geraes de todos os negocios da companhia e de seus empregados, e satisfará e desempenhará todos os deveres inherentes ao cargo do presidente da companhia.

## SECÇÃO II

### DEVERES DO VICE-PRESIDENTE

Na ausencia do presidente o vice-presidente presidirá a todas as reuniões, quer da directoria quer dos accionistas.

Elle terá tambem na ausencia do presidente a faculdade de convocar reuniões especiaes da directoria quando requeridas por escripto por qualquer director e tambem na ausencia do presidente, para convocar a assembléa geral dos accionistas logo que seja conveniente, após o recebimento de algum pedido por escripto de accionistas possuidores de um terço da importancia do capital, e a todos os mais respeito, elle na ausencia do presidente desempenhará todos os deveres do presidente.

## SECÇÃO III

### DEVERES DO SECRETARIO

O secretario lavrará as actas das sessões da directoria em livro apropriado para esse fim e igualmente as actas das assembléas geraes dos accionistas.

Elle mandará fazer e entregar todos os avisos da companhia e affixará o sello da companhia em todos os certificados de capital depois de assignados pelo presidente e rubricados pelo thesoureiro.

Terá a seu cargo o livro dos certificados, o livro das transferencias e o registro dos accionistas, e todos os mais livros e papeis que a directoria possa determinar, todos os quaes serão sempre, em horas convenientes, franqueados ao exame de qualquer director ou accionista quando pedidos ao secretario durante as horas de negocio, occupar-se-ha da correspondencia que lhe for indicada e em geral desempenhará todos os deveres inherentes ao cargo do secretario dessa companhia.

## SECÇÃO IV

### DEVERES DO TESOUREIRO

Será dever do thesoureiro ter a seu cargo e sob sua guarda todos os fundos da companhia que possam vir ás suas mãos e

deposital-os no banco ou bancos que os directores possam escolher.

Rubricará todos os certificados de capital, depois de assignados pelo presidente.

Assignará todos os cheques e saques, notas e papeis para pagamento de dinheiro, pagará e disporá delles sob a direcção do presidente.

Apresentará em cada reunião regular da directoria uma exposição de cada conta, e em qualquer occasião razoavel franqueará os seus livros e as suas contas a qualquer director ou accionista da companhia.

Nada porém do que aqui se acha contido obstará a que a directoria confira, por deliberação sua, a agentes ou gerentes em paizes estrangeiros, os poderes que ella entender para o manejo de fundos da companhia e para a ~~obtenção de empréstimos e~~ ~~adeantamentos~~ para a companhia.

## ARTIGO IV

### SELLO

A directoria creará um sello apropriado, o qual conterá o nome da companhia.

O sello estará a cargo do secretario, o qual o affixará sómente nos certificados de capital, salvo quando por forma diversa lhe for indicado pela directoria.

## ARTIGO V

### DIVIDENDOS

Distribuir-se-hão e pagar-se-hão, com os lucros liquidos em ser, dividendos, nas épocas e da importancia que a directoria em qualquer occasião designar.

## ARTIGO VI

### ORDEM DOS TRABALHOS

#### SECÇÃO I

A ordem dos trabalhos em todas as assembléas geraes dos accionistas será a seguinte :

- 1º, leitura e approvação da acta da ultima assembléa ;
- 2º, relatorio do presidente ;
- 3º, relatorio do secretario ;
- 4º, relatorio do thesoureiro ;

- 5º, relatorio das commissões ;
- 6º, trabalhos não terminados ;
- 7º, eleição de directores ;
- 8º, trabalhos novos ;
- 9º, adiamento.

## SECÇÃO II

A ordem dos trabalhos em todas as reuniões da directoria *será* substancialmente a seguinte:

- 1º, leitura e approvação da acta da ultima reunião ;
- 2º, relatorio do presidente ;
- 3º, relatorio do secretario ;
- 4º, relatorio do thesoureiro ;
- 5º, relatorio das commissões ;
- 6º, trabalhos não terminados ;
- 7º, eleição dos officiaes quando necessaria ;
- 8º, trabalhos novos ;
- 9º, adiamento .

## ARTIGO VII

### REFORMA DOS ESTATUTOS

Os presentes estatutos podem ser alterados, reformados, augmentados ou rejeitados, e adoptados novos estatutos pelo voto da maioria da directoria em qualquer reunião, comtanto que na convocação para a reunião se ache exposta a projectada alteração dos estatutos.

Eu Alfred De Buys, secretario da *The New-York Commercial Company of Brasil*, pelo presente certifico que o que precede é uma cópia fiel dos estatutos da *The New-York Commercial Company of Brasil*, conforme foram approvados em uma assembléa geral da dita companhia celebrada no dia 9 de fevereiro de 1892, e ainda em vigor como consta do registro da dita companhia.

Em testemunho do que o assigno e o sello com o sello da dita corporação aos 27 dias de fevereiro de 1892.— *A. De Buys*, secretario. (Estava o sello da companhia.)

Cidade e condado de Nova-York (S. S.)

Eu German Bülle, notario publico no e para o condado e cidade acima ditos, pelo presente certifico que Alfred De Buys, secretario da *The New-York Commercial Company of Brasil*, cujo nome nessa qualidade acha-se assignado no certificado supra datado de 26 de fevereiro de 1892, nesta data reconheceu-o perante mim no meu dito condado ; e o dito Alfred De Buys sendo por mim devidamente juramentado depõe e declara que é o secretario da dita *New-York Commercial Company of Brasil* e sempre o tem sido desde a formação da companhia, e que os estatutos a que acima se faz referencia foram approvados em uma

assembléa geral dos incorporadores da *The New-York Commercial Company of Brasil*, a qual teve logar no dia 9 de fevereiro de 1892, e que a cópia supra é uma cópia authentica e exacta dos ditos estatutos, conforme consta dos registros da dita companhia.

Passado sob a minha assignatura e sello no dia 26 de fevereiro de 1892.— *G. Bülle*.

Numero 163.

(Estava o sello do notario publico *G. Bülle*.)

Estado de Nova-York. Cidade e condado de Nova-York.

Eu *William M. Kenna*, escrivão da cidade e condado de Nova-York e tambem escrivão do Supremo Tribunal para a dita cidade e condado, o qual é um tribunal de revista, pelo presente certifico que *G. Bülle*, cujo nome acha-se subscrito no certificado de prova ou reconhecimento do instrumento anexo, era, na época em que fez essa prova ou reconhecimento, notario publico na e para a cidade e condado de Nova-York, residindo na dita cidade, commissionedo, juramentado e devidamente autorisado para fazel-o.

E outrossim, que conheço bem a lettra do dito notario e creio que a assignatura do dito certificado de prova ou reconhecimento é authentica.

Em testemunho do que assignei o presente e o seltei com o sello do dito tribunal e condado no dia 5 de março de 1892.— *William M. Kenna*, escrivão. (Estava um sello.)

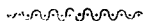
*Arthur Teixeira de Macedo*, consul geral dos Estados Unidos do Brazil nos Estados Unidos da America.

Reconheço verdadeira a assignatura junta de *William M. Kenna*, escrivão da cidade e condado de Nova-York, E. U., legalisando-o um documento anexo; e para constar onde convier, a pedido da *New-York Commercial Company of Brasil*, passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil em Nova-York aos 3 de março de 1892, devendo essa assignatura ser reconhecida na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, para poder produzir seus effeitos no Brazil.— *Arthur T. Macedo*, consul geral. (Sello consular.)

(A firma do Sr. consul geral estava legalisada no Ministerio do Exterior, nesta Capital, em 17 de maio corrente, inutilisando-se tres estampilhas no valor de 2\$900.)

Nada mais continham ou declaravam os ditos estatutos que bem e fielmente traduzi do proprio original escripto em inglez, ao qual me reporto. Em fé do que passei o presente que assignei e seltei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos 17 dias do mez de maio do anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1892.— *Carlos João Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.

Rio, 17 de maio de 1892.— *C. J. Kunhardt*.



## DECRETO N. 924 — DE 2 DE JULHO DE 1892

Approva os estatutos da Companhia Zoosterina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Zoosterina, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votados pela assembléa geral de accionistas de 21 de maio do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Alterações dos estatutos da Companhia Zoosterina,  
a que se refere o decreto n. 924 de 2 de julho  
de 1892.

Art. 6.º O capital social será de 1.000:000\$, dividido em 5.000 acções de 200\$ cada uma.

§ Este capital poderá ser elevado a 2.000:000\$, com o fim de tratar dos itens I, III e VIII do art. 2.º e mediante parecer do conselho fiscal e approvação da assembléa geral de accionistas.

Art. 9.º As chamadas de capital só poderão ser feitas pela directoria, precedendo autorisação expressa do conselho fiscal, mediante quotas de 5 % no maximo e com intervallos nunca menores de 60 dias.

Art. 11. A sociedade será administrada por uma directoria composta de um presidente e um thesoureiro.

Paragrapho unico. Os honorarios dos directores serão fixados pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 12. Os directores serão eleitos pela assembléa geral, por escrutinio secreto e maioria de votos, durando o mandato dous annos e podendo ser reeleitos.

§ 1.º Durante o impedimento do director presidente será este substituido pelo director thesoureiro, e este por um membro do conselho fiscal.

§ 2.º Estas substituições serão ratificadas pela assembléa geral em sua primeira reunião.

Art. 13. Em vez de 100 acções diga-se 50 acções.

Art. 14. Competo ao director presidente :

§ 1.º A representação geral da companhia, podendo delegar poderes em um ou mais mandatarios.

§ 2.º A direcção geral dos negocios da companhia, expedindo até as instrucções, que deverão ser observadas em todos os negocios da companhia.

§ 3.º Assumir, em nome da companhia, as obrigações que for necessario contrahir e fazer quaesquer operações de credito.

§ 4.º Nomear pessoa competente para gerente da fabrica em Porto Alegre, e de outras que de futuro se fundarem.

Art. 15. Compete ao director thesoureiro:

§ 1.º Arrecadar os haveres da companhia e deposital-os em um banco ou qualquer companhia anonyma, de accordo com a decisão da directoria, ouvido o conselho fiscal.

§ 2.º Substituir o presidente nos seus impedimentos ou ausencia, em serviço da companhia.

§ 3.º Auxiliar o presidente em quaesquer serviços necessarios ao bomandamento dos negocios sociais.

Art. 16. Passa para este numero o que nos estatutos tem o numero 15.

Art. 17. Nos casos de duvidas, que se possam dar, o director presidente deve consultar o conselho fiscal, e fará expedir as suas instrucções baseando-se na opinião da maioria do mesmo conselho.

Art. 20. Supprima-se.

Art. 23. Substitua-se o mez de maio pelo de abril.

Art. 28. Antes de integralizado o capital o dividendo não excederá de 10 %; a quota restante será leuada á conta especial de lucros suspensos.

Art. 30. Supprima-se.

Art. 31. Supprima-se.

Art. 32. Passou a ser art. 30.

Art. 33. Supprima-se.

Art. 34. E' concedido á directoria os necessarios poderes para aceitar quaesquer alterações que sejam determinadas pelo Governo nos presentes estatutos. Este artigo terá o n. 31.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1892. — *Antonio Carlos Bernardes Nico*, presidente interino.



## DECRETO N. 925 — DE 2 DE JULHO DE 1892

Approva os planos de uma estação de triage nos terrenos do antigo matadouro desta Capital.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os planos de uma estação de triage nos terrenos do antigo matadouro desta Capital, planos que com este bai-



xam acompanhados do respectivo orçamento e rubricados pelo director da 1ª Directoria de Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



### DECRETO N. 926 — DE 5 DE JULHO DE 1892

Autorisa a Companhia *Alliance British Foreign Life and Fire Assurance & Co.* a substituir este nome pelo de *Alliance Assurance Company*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a companhia ingleza, primitivamente denominada *Alliance British and Foreign Life and Fire Assurance*, devidamente representada, resolve autorisar a mesma companhia a substituir este nome pelo de *Alliance Assurance Company*, continuando, porém, a ser observadas as clausulas a que se referem os decretos ns. 4406 de 1 de setembro de 1869, 4558 e 4559 de 30 de janeiro de 1870, ficando, outrossim, obrigada a execução das formalidades prescriptas no decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Eu Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, etc.:

Certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez, o qual, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte, a saber:

#### *Traducção*

Saibam todos quantos este publico instrumento de declaração virem, que nesta data, perante mim, Tobias Gainsford Ridgway, de Londres, notario publico por autoridade real, devidamente nomeado e juramentado, e na presença das testemunhas abaixo

assignadas, pessoalmente vieram e compareceram Nathan Mayer, Barão de Rothschild, presidente da *Companhia de Seguros Alliance*, de Londres, e Robert Lewis, primeiro secretario da mesma companhia, os quaes, cada um por sua vez, solemne e sinceramente declararam, como pelo presente, cada um por sua vez solemne e sinceramente declararam, para sciencia do Governo Brasileiro:

Que, por força de um acto do parlamento, que teve a sancção real no dia vinte e cinco de junho ultimo, foi o titulo desta companhia mudado de *Alliance British and Foreign Life and Fire Assurance Company* para *Alliance Assurance Company* (Companhia de Seguros Alliance).

E fazem esta solemne declaração, crendo conscienciosamente ser a mesma verdadeira e em virtude da lei regulamentar das declarações de 1835.

Assim feito e declarado em New-Court, na cidade de Londres, aos treze dias de dezembro de mil oitocentos oitenta e seis.— *Rothschild*.— *R. Lewis*.— Testemunhas, *Carl Meyer*.— *H. Lloyd Wengate*.

O que atteste.— *Tob. G. Ridgway*, notario publico.

(Estava o sello do notario.)

Reconheço verdadeira a assignatura *retro* do tabellião publico desta cidade Tobias Gainsford Ridgway, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei o presente, que assignei e fiz sellar com o sello das imperiaes armas deste Consulado Geral do Imperio do Brazil em Londres, aos treze de dezembro de mil oitocentos oitenta e seis.— *Barão de Ibirá-mirim*, consul geral.

(Estava o sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. Barão de Ibirá-mirim, consul geral do Brazil em Londres.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1887.— No impedimento do director geral, *João Carneiro do Amaral*.

(Estavam quatro estampilhas inutilisadas, no valor de 700 réis.)

E nada mais continha ou declarava o dito documento, que bem e fielmente traduzi do proprio original, escripto em inglez, ao qual me reporto.

Em fi do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta muito leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, aos 10 dias do mez de janeiro do anno de 1887.— *Carlos João Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



## DECRETO N. 927— DE 5 DE JULHO DE 1892

Approva o regulamento organizado para o serviço das delegacias da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia de dar nova organização ao serviço de que se acham incumbidas as delegacias da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, resolve approvar o regulamento que com este baixa assignado pelo Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, que assim o fará executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Regulamento approved pelo decreto  
n. 927 desta data**

CAPITULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DAS DELEGACIAS

Art. 1.º As delegacias da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação nos Estados da Republica tem a seu cargo a fiscalização e immediata direcção de todo o serviço concernente ao recebimento, alojamento, expedição e collocação de immigrants, e o que se refere ás concessões de burgos agricolas, tudo de accordo com as ordens que receber da Inspectoria Geral na Capital Federal ou dos governos dos Estados, só nos casos especiaes e urgentes.

Art. 2.º Além das obrigações precedentes, deverão os delegados dar parecer sobre todas as questões relativas á fundação de burgos agricolas e outras concessões de terras a elles referentes, podendo reclamar ou effectuar as diligencias que julgarem necessarias para o devido esclarecimento do assumpto sujeito ao seu exame.

Art. 3.º Todos os pagamentos das despesas relativas aos serviços executados serão requisitados pelos delegados a Thesouraria de Fazenda respectiva, uma vez que se achem dentro dos credits consignados e se refiram a serviços previamente autorizados pela Inspectoria Geral.

Art. 4.º Os chefes das commissões, os agentes de immigração e colonisação, ou quaesquer outros encarregados de serviço, deverão apresentar ao delegado, em cada mez, o orçamento das despesas que tiverem de fazer no mez seguinte.

Approvedo o orçamento, nenhuma outra despesa poderá ser feita sem prévia autorisação.

Art. 5.º Os delegados farão verificar todas as contas apresentadas, examinando, outrossim, si as despesas a que ellas se referem foram feitas de accordo com o orçamento approvedo, e bem assim si correspondem ao serviço executado, à vista dos memoriaes, plantas e outros documentos que deverão ser-lhes enviados.

Art. 6.º Nenhum serviço será executado sem prévia authorisação da Inspectoria Geral, desde que a sua importancia exceda de cinco contos de réis.

Os serviços que importarem em quantia inferior a cinco contos de réis podem ser autorizados pelos delegados, sujeitando, todavia, o seu acto à approvação da Inspectoria Geral, circunstanciadamente fundamentado.

Art. 7.º As delegacias enviarão à Inspectoria Geral, até ao dia 20 de cada trimestre, uma synopse dos serviços effectuados no trimestre anterior, comprehendendo a despesa feita e o movimento do pessoal, tudo de accordo com o modelo enviado pela mesma Inspectoria Geral.

Até ao dia 1 de fervereiro de cada anno deverão enviar à mesma Inspectoria o relatório geral dos serviços executados no anno precedente, em cujo documento serão indicadas as necessidades que devam ser attendidas, assim como quaesquer alterações que forem reclamadas para o melhor andamento do serviço, e observado o programma que lhes for remettido.

Art. 8.º No mez de outubro de cada anno, ou quando lhes for exigido pela Inspectoria Geral, apresentarão os delegados o orçamento das despesas que deverão ser effectuadas no anno seguinte.

Feita a distribuição dos creditos, as despesas deverão limitar-se às quotas consignadas nas rubricas respectivas, conforme os serviços que forem indicados.

Art. 9.º As hospedarias de immigrants são subordinadas às delegacias ou aos agentes de immigração e colonisação nos Estados onde não houver delegacias, e serão regidas pelas instrucções que forem expeditas pelos delegados ou agentes a que se acharem subordinadas.

Exceptuam-se as hospedarias que forem creadas para servir como succursaes da hospedaria central na Capital Federal, as quaes ficarão sob a immediata inspecção do Inspector Geral.

## CAPITULO II

### DO PESSOAL

Art. 10. As delegacias terão o pessoal marcado nas tabellas annexas, organizadas de accordo com a lei do orçamento vigente.

Art. 11. A' excepção dos delegados, ajudantes technicos, auxiliares technicos e escripturarios, todo o pessoal é considerado

de mera comissão, podendo ser dispensado conforme as circumstancias do serviço.

Art. 12. Aos delegados, como chefes do serviço, cabem as seguintes attribuições :

§ 1.º Dirigir e inspecionar todos os trabalhos.

§ 2.º Abrir e dar direcção à correspondencia.

§ 3.º Assignar o expediente.

§ 4.º Inspecionar ou fazer inspecionar, sempre que julgar conveniente, não só as hospedarias de immigrantes como os nucleos coloniacs e os serviços a cargo das comissões e agencias.

§ 5.º Dirigir-se a qualquer autoridade do Estado sempre que se fizer preciso para o bom desempenho dos seus deveres.

§ 6.º Advertir, reprehender e suspender até oito dias os empregados das delegacias, comissões e agencias, communicando immediatamente á Inspectoria Geral.

§ 7.º Propôr ao Inspector Geral a nomeação dos medicos dos nucleos e hospedarias, administradores das mesmas, agentes auxiliares e escripturarios das comissões.

§ 8.º Nomear todos os demais empregados cuja nomeação não for da competencia do ministro ou do Inspector Geral.

Art. 13. Os ajudantes technicos das delegacias de 1ª classe serão privativamente incumbidos do serviço tecnico, da fiscalização das despesas, do exame das contas e da organização, não só dos orçamentos, segundo as instrucções que lhes forem ministradas pelos delegados, como das tabellas demonstrativas e tudo mais que se referir á contabilidade.

Nas delegacias de 2ª classe competem ao auxiliar tecnico as obrigações dos ajudantes technicos das delegacias de 1ª classe.

Nas delegacias de 3ª classe os delegados, além dos deveres a seu cargo, terão os que competem aos ajudantes technicos das delegacias de 1ª classe, e os escripturarios terão a seu cargo o exame arithmetico das contas apresentadas e despesas realizadas.

Art. 14. Os empregados das delegacias terão os vencimentos marcados nas tabellas annexas.

O tempo de serviço, descontos e licenças, bem como a aposentação, serão regulados pela fórmula estabelecida no regulamento da Inspectoria Geral.

## CAPITULO III

### DAS COMISSÕES DE TERRAS

Art. 15. Todos os trabalhos a cargo das comissões de terras estão sujeitos ás instrucções de 15 de janeiro de 1891. O pessoal tecnico e administrativo de que se compõe cada comissão, sua organização e deveres serão determinados por instrucções especiaes, expedidas pela Inspectoria Geral.

## CAPITULO IV

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 16. Os delegados, agentes e chefes das commissões deverão satisfazer com a maior promptidão todas e quaesquer requisições que lhes forem dirigidas pela Inspectoria Geral e, em casos espedaes e urgentes, pelas autoridades constituídas nos Estados.

Art. 17. As sedes das commissões devem ser estabelecidas nas proprias localidades onde funcionarem, de modo que fiquem taes commissões tão proximas quanto possivel dos serviços de que se acharem incumbidas.

Os medicos dos nucleos deverão residir no centro dos mesmos nucleos, ou em logar de onde a maior distancia destes seja de tres kilometros.

Art. 18. Os chefes das commissões remetterão ás delegacias, até ao dia 15 de cada mez, o resumo das observações meteorologicas feitas nas sedes das commissões, e as delegacias enviarão á Inspectoria Geral, até ao dia 20 de cada trimestre, não só cópia daquellas observações, como tambem das que foram feitas nas delegacias durante o trimestre anterior, conforme as instrucções e modelos ministrados pela Inspectoria Geral.

Art. 19. Os empregados das delegacias, quando sahirem em serviço para fóra da sede, terão direito, além do necessario transporte, a uma diaria, que será de seis mil réis para os delegados e chefes de commissões, de quatro mil réis para os ajudantes, e de tres mil réis para os auxiliares.

Os chefes de commissão limitam-se aos serviços de fiscalização e administração, e só farão as medições que julgarem necessarias para a verificação dos trabalhos executados pelos agrimensores, pelas quaes não perceberão vencimento algum.

A braçagem de que trata o aviso circular de 12 de setembro de 1856 fica revogada e substituida por uma diaria, que será contada á razão de 6\$ para os chefes das commissões, quer trabalhem ou não os agrimensores, e á razão de 4\$ para estes somente nos dias em que effectuarem medições na extensão média de 660 metros.

Capital Federal, 5 de julho de 1892. — *Serzedello Corrêa*.

## Delegacias de 1ª classe

| PESSOAL                            | VENCIMENTO MENSAL |              |          | OBSERVAÇÕES                                                                                               |
|------------------------------------|-------------------|--------------|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                    | Ordenado          | Gratificação | Total    |                                                                                                           |
| 1 Delegado.....                    | 400\$000          | 200\$000     | 600\$000 | Vencimento marcado na tabella annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 603, de 26 de julho de 1890. |
| 1 Ajudante tecnico.....            | 266\$667          | 133\$333     | 400\$000 |                                                                                                           |
| 1 Escriptuario.....                | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                           |
| 1 Interprete.....                  | 100\$000          | 50\$000      | 150\$000 |                                                                                                           |
| 3 Agentes auxiliares.....          | 100\$000          | 50\$000      | 150\$000 |                                                                                                           |
| 1 Porteiro-continuo.....           | 86\$667           | 43\$333      | 130\$000 | A hospedaria terá, além deste, o pessoal de serviço que for necessario.                                   |
| 1 Administrador de hospedaria..... | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                           |
| 1 Escrivão.....                    | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                           |
| 1 Medico.....                      | 166\$667          | 83\$333      | 250\$000 |                                                                                                           |
| 1 Guarda.....                      | 40\$000           | 20\$000      | 60\$000  |                                                                                                           |
| 1 Agente de 1ª classe.....         | 166\$667          | 83\$333      | 250\$000 |                                                                                                           |
| 1 Agente de 2ª classe.....         | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                           |

## Delegacias de 2ª classe

| PESSOAL                            | VENCIMENTO MENSAL |              |          | OBSERVAÇÕES                                                                                               |
|------------------------------------|-------------------|--------------|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                    | Ordenado          | Gratificação | Total    |                                                                                                           |
| 1 Delegado.....                    | 333\$334          | 166\$666     | 500\$000 | Vencimento marcado na tabella annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 603, de 26 de julho de 1890. |
| 1 Auxiliar tecnico.....            | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                           |
| 1 Escriptuario.....                | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                           |
| 2 Agentes auxiliares.....          | 100\$000          | 50\$000      | 150\$000 |                                                                                                           |
| 1 Porteiro-continuo.....           | 66\$667           | 33\$333      | 100\$000 |                                                                                                           |
| 1 Agente de 2ª classe.....         | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 | A hospedaria tem, além deste, o pessoal de serviço que for necessario.                                    |
| 1 Administrador de hospedaria..... | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                           |
| 1 Escrivão.....                    | 100\$000          | 50\$000      | 150\$000 |                                                                                                           |
| 1 Medico.....                      | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                           |
| 1 Guarda.....                      | 40\$000           | 20\$000      | 60\$000  |                                                                                                           |

## Delegacias de 3ª classe

| PESSOAL                                 | VENCIMENTO MENSAL |              |          | OBSERVAÇÕES                                                                                                            |
|-----------------------------------------|-------------------|--------------|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                         | Ordenado          | Gratificação | Total    |                                                                                                                        |
| 1 Delegado .....                        | 333\$334          | 16\$666      | 500\$000 | Vencimento marcado na<br>tabela annexa ao regu-<br>lamento approved pelo<br>decreto n. 663, de 26 de<br>julho de 1890. |
| 1 Escriptuario.....                     | 100\$000          | 50\$000      | 150\$000 |                                                                                                                        |
| 1 Porteiro-continuo.....                | 66\$667           | 33\$333      | 100\$000 |                                                                                                                        |
| 1 Administrador de hos-<br>pedaria..... | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                                        |
| 1 Medico.....                           | 133\$334          | 66\$666      | 200\$000 |                                                                                                                        |
| 1 Guarda.....                           | 40\$000           | 20\$000      | 60\$000  |                                                                                                                        |



| DIA | BAROMETRO DE FORTIN |  |  |  | THERMOMETRO              |               |                 | HYGROMETRO |  | PSYCHROMETRO        |         |          |         |       |          |        |       |      |         |       |      | TENSÃO DO VAPOR |       | PLUVIOMETRO MM. | ANEMOMETRO |            | OZONOMETRO | ESTADO DO CÉU | OBSERVAÇÕES |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|-----|---------------------|--|--|--|--------------------------|---------------|-----------------|------------|--|---------------------|---------|----------|---------|-------|----------|--------|-------|------|---------|-------|------|-----------------|-------|-----------------|------------|------------|------------|---------------|-------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|     | Alturas             |  |  |  | Temperatura média diurna | Máxima do dia | Mínima da noite | (três)     |  | Estado hygrométrico | 9 horas |          |         |       | 12 horas |        |       |      | 3 horas |       |      |                 | Média |                 | Evaporação | Th. humido |            |               |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|     |                     |  |  |  |                          |               |                 |            |  |                     | 9 horas | 12 horas | 3 horas | Média | Seco     | Humido | Evap. | Seco | Humido  | Evap. | Seco | Humido          |       |                 |            |            | Evap.      |               |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|     |                     |  |  |  |                          |               |                 |            |  |                     |         |          |         |       |          |        |       |      |         |       |      |                 |       |                 |            |            |            |               |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1   |                     |  |  |  |                          |               |                 |            |  |                     |         |          |         |       |          |        |       |      |         |       |      |                 |       |                 |            |            |            |               |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

## Artigo 18 do regulamento

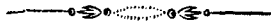
## OBSERVAÇÕES METEOROLOGICAS

## FEITAS

na.....

em.....

no mez de.....de 189.....



## Médias mensaes

Média barometrica a zero.

Média da temperatura maxima.

Média da temperatura minima.

Temperatura média diurna.

Média da humidade relativa ao ar.

Média da tensão do vapor d'agua.

Quantidade de chuva.

Dias de chuva.

Dias de trovoada.

Média ozonometrica.

## Vento

Quadro demonstrativo da média annual e resumo mensal das observações  
meteorologicas feitas na \_\_\_\_\_ em 189 .....

Artigo 18 do regulamento

| MESES          | MÉDIA MENSAL       |                       |                      |                       |                            |                    |            | QUANTIDADE DE CHUVA<br>EM MILIMETROS | DIAS DE CHUVA | DIAS CLAROS | DIAS ENCUBERTOS | DIAS DE TROVOADAS | VENTO                  |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       | OBSERVAÇÕES |          |    |          |       |          |  |
|----------------|--------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------|--------------------|------------|--------------------------------------|---------------|-------------|-----------------|-------------------|------------------------|----|----------|-------|----------|----|----------|-------|----------|----|----------|-------|-------------|----------|----|----------|-------|----------|--|
|                | Barometria<br>a 60 | Temperatura<br>máxima | Temperatura<br>média | Temperatura<br>diurna | Humidade<br>relativa ao ar | Tensão<br>do vapor | Ozonometro |                                      |               |             |                 |                   | Velocidade do<br>vento | N. | N. N. E. | N. E. | E. N. E. | S. | E. S. E. | S. E. | S. S. E. | S. | S. N. O. | S. O. |             | O. S. O. | O. | O. N. O. | N. O. | N. N. O. |  |
| Janeiro.....   |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Fevereiro..... |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Março.....     |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Abril.....     |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Maió.....      |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Junho.....     |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Julho.....     |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Agosto.....    |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Setembro.....  |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Outubro.....   |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Novembro....   |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Dezembro....   |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |
| Média annual   |                    |                       |                      |                       |                            |                    |            |                                      |               |             |                 |                   |                        |    |          |       |          |    |          |       |          |    |          |       |             |          |    |          |       |          |  |

..... em ..... de ..... de 189 .....

Mapa geral dos trabalhos e despesas da

durante o trimestre do anno de 189

Artigo 7º do regulamento.

| TRABALHOS                                           |                                                                | DESPESAS                                               |                                       |  |
|-----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|---------------------------------------|--|
| LOTTES E AUMENTOS                                   | Extensão levantada                                             | Pelo agrimensores                                      |                                       |  |
|                                                     | Numero de lotes                                                |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Superficie em metros quadrados                                 |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Extensão levantada                                             |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Numero de lotes                                                | Total                                                  |                                       |  |
|                                                     | Superficie em metros quadrados                                 |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Extensão                                                       | Derrubadas em matas e linpa                            |                                       |  |
|                                                     | Superficie em metros quadrados                                 |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Numero                                                         | Pontilhões e estivas                                   |                                       |  |
|                                                     | Extensão                                                       | Derrubadas em matas e linpa                            |                                       |  |
| CAMINHOS VICINAES                                   | Superficie em metros quadrados                                 |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Numero                                                         | Pontilhões e estivas                                   |                                       |  |
|                                                     | Extensão                                                       |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Superficie em metros quadrados                                 | Derrubadas em matas e linpa                            |                                       |  |
|                                                     | Numero                                                         | Pontilhões e estivas                                   |                                       |  |
|                                                     | Extensão                                                       |                                                        |                                       |  |
|                                                     | OBRAS DE ARTE                                                  | Numero                                                 | Galpões para alojamento de imigrantes |  |
|                                                     |                                                                | Dimensões                                              |                                       |  |
|                                                     |                                                                | Numero                                                 | Casas para escriptorio e dependencias |  |
|                                                     |                                                                | Dimensões                                              |                                       |  |
| Numero                                              |                                                                | Ranchos para agasalho provisório dos imigrantes        |                                       |  |
| Dimensões                                           |                                                                |                                                        |                                       |  |
| Numero                                              |                                                                | Casas de imigrantes                                    |                                       |  |
| Dimensões                                           |                                                                |                                                        |                                       |  |
| Numero                                              |                                                                | Casas para o chefe da commissão, medico e mais pessoal |                                       |  |
| Dimensões                                           |                                                                |                                                        |                                       |  |
| ADMINISTRAÇÃO                                       | Engenheiro-chefe                                               |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Ajudante                                                       |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Agrimensores                                                   | Pessoal de nomeação do Governo                         |                                       |  |
|                                                     | Medico                                                         |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Escripturario                                                  |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Diaria do pessoal                                              |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Transportes                                                    |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Pessoal do escriptorio                                         |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Aluguel do escriptorio                                         | Despesas geraes de administração                       |                                       |  |
|                                                     | Expediente e materias de desenho                               |                                                        |                                       |  |
| Ferragem e forragem de animaes                      |                                                                |                                                        |                                       |  |
| Eventuais                                           |                                                                |                                                        |                                       |  |
| LOTTES E AUMENTAMENTOS                              | Ao engenheiro chefe da commissão                               |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Aos agrimensores                                               | Diarias                                                |                                       |  |
|                                                     | Dirigidas pelos agrimensores                                   |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Turmas de medição                                              |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Turmas de imigrantes                                           |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Ferramentas, utensilios e accessorios                          |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Turmas de imigrantes                                           |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Ferramentas, utensilios e accessorios                          |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Turmas de operarios                                            | Galpões para alojamentos de imigrantes                 |                                       |  |
|                                                     | Ferramentas, forragens e accessorios                           |                                                        |                                       |  |
| CAMINHOS VICINAES                                   | Turmas de operarios                                            | Casas para escriptorio e dependencias                  |                                       |  |
|                                                     | Ferramentas, forragens e accessorios                           |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Empreitada                                                     | Casas para o chefe da commissão, medico e mais pessoal |                                       |  |
|                                                     | Turmas de imigrantes                                           |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Turmas de operarios                                            | Ranchos para agasalho provisório dos imigrantes        |                                       |  |
|                                                     | Ferramentas, forragens, etc.                                   |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Turmas de operarios                                            | Casas para imigrantes                                  |                                       |  |
|                                                     | Ferramentas, forragens e accessorios                           |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Aluguel da hospedaria e despesas de utensilios                 | Agasalho, alimentação e transporte de imigrantes       |                                       |  |
|                                                     | Alimentação a imigrantes recém-chegados                        |                                                        |                                       |  |
| ESTABELECIMENTO DE IMIGRANTES                       | Condução a imigrantes e suas bagagens                          |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Pharmacia                                                      | Soccorros medicos                                      |                                       |  |
|                                                     | Enfermaria                                                     |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Dieta e funeral                                                |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Fornecimento de trem, cozinha, ferramentas e sementes          |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Auxilio provisório aos imigrantes durante a quizenha nos lotes | Adiantamento aos imigrantes                            |                                       |  |
|                                                     | Pessoal de nomeação do Governo                                 |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Despesas geraes de administração                               |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Diaria                                                         |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Turmas de medição                                              |                                                        |                                       |  |
| DESPESAS PARTICULARES                               | Estradas com pontilhões e estivas                              |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Caminhos vicinaes com pontilhões e estivas                     |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Galpões para alojamento dos imigrantes                         |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Casas para escriptorio                                         |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Ranchos para agasalho provisório dos imigrantes                |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Casas para os imigrantes                                       |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Agasalho, alimentação e transporte dos imigrantes              |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Soccorros medicos                                              |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Adiantamento aos imigrantes                                    |                                                        |                                       |  |
|                                                     | Custo médio metrico da medição                                 |                                                        |                                       |  |
| Custo médio de um lote                              |                                                                |                                                        |                                       |  |
| Custo médio metrico da estrada com as obras         |                                                                |                                                        |                                       |  |
| Custo médio metrico de caminho vicinal com as obras |                                                                |                                                        |                                       |  |
| Custo médio de uma casa de imigrantes               |                                                                |                                                        |                                       |  |
| Despesa total                                       |                                                                |                                                        |                                       |  |

## DECRETO N. 928 — DE 5 DE JULHO DE 1892

Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos terrenos sitos na Copacabana, pertencentes á viuva Barrozo e filhos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Conselho de Intendencia Municipal, em officio n. 628, de 16 de junho ultimo, decreta:

E' declarada de utilidade publica municipal, nos termos do decreto n. 602, de 24 de julho de 1890, e de conformidade com as clausulas quinta e decima terceira do contracto celebrado em 23 de agosto desse anno entre o mesmo Conselho de Intendencia Municipal e a Companhia Férreo-Carril do Jardim Botânico, a desapropriação dos terrenos sitos na Copacabana, pertencentes á viuva Barrozo e filhos, descriptos na planta que acompanhou o citado officio de 16 de junho e que por este acto fica approvada.

Capital Federal, 5 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 929 — DE 5 DE JULHO DE 1892

Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do predio da rua Visconde do Rio Branco n. 33.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o Conselho de Intendencia Municipal, em officio de 27 de junho ultimo:

Decreta:

E' declarada de utilidade publica municipal a desapropriação do predio da rua Visconde do Rio Branco n. 33, onde se acha estabelecida a cocheira da Empresa Funeraria.

Capital Federal, 5 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 930 — DE 5 DE JULHO DE 1892

Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores feitos ao engenho central « S. João », de propriedade da Companhia Industria e Construção.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve declarar caduca a concessão da garantia de juros e mais favores, feitos por Decreto n. 8455 de 11 de março de 1882, para o engenho central de assucar e alcool de canua, denominado « S. João », de propriedade da Companhia Industria e Construção e situado no Estado da Parahyba do Norte, visto não terem sido cumpridas as determinações constantes do § 2º do art. 19 do Regulamento aprovado por Decreto n. 8357 de 24 de dezembro de 1881.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 930 A — DE 8 DE JULHO DE 1892

Transfere para o quadro extraordinario o capitão-tenente Alfredo Augusto de Lima Barros e os 10º tenentes João Maximiano Argermon Sidney Schieffler e Themistocles Nogueira Savio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha sobre a permanencia, na reserva, dos officiaes da Armada, professores do Collegio Militar; e considerando

que a criação dessa instituição teve principalmente em vista a educação e instrução technica dos jovens que se destinam á carreira militar, tanto do Exercito como da marinha de guerra;

que, portanto, era de imprescindivel necessidade que alguns dos professores pertencessem á Armada nacional, para que fossem uma realidade os intuitos que presidiram á criação desse estabelecimento; e

que, por conseguinte, não podem deixar de ser considerados como militares os serviços prestados por esses professores, que ficam assim nas mesmas condições dos lentes e professores da Escola Naval, e finalmente, que esses officiaes são os unicos mi-

litares que, pertencendo ao magisterio das escolas militares da Republica, acham-se na reserva, o que constitue uma excepção que não pôde continuar a existir, sob pena de serem falseados os fins do Collegio Militar :

Resolve que sejam transferidos para o quadro extraordinario, occupando seus respectivos logares na escala, como si nunca estivessem na reserva, o capitão-tenente Alfredo Augusto de Lima Barros e 1.<sup>o</sup> tenentes João Maximiano Algermon Sidney Schieffler e Themistocles Nogueira Savio.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de julho de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



#### DECRETO N. 931 — DE 9 DE JULHO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercio Nacional, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas realizada em 23 de abril do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 9 de julho de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Alterações feitas nos estatutos da Companhia Commercio Nacional, a que se refere o decreto n. 931, de 9 de julho de 1892.**

Art. 8.<sup>o</sup> Substitua-se pelo seguinte:

A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros, dos quaes um exercerá o cargo de presidente, outro de secretario e outro de thesoureiro.

Paragrapho unico. do art. 8º supprima-se.

Art. 10. O paragrapho unico passa a ser § 1º e accrescente-se:

§ 2.º Os substitutos só ficam obrigados á caução determinada pelo art. 9º, depois de confirmados pela assembléa geral.

Art. 12. Substitua-se pelo seguinte, mantendo-se os §§ 1º e 2º e supprimindo-se o 3º :

« A directoria escolherá dentre si o presidente, o secretari e o thesoureiro.»

Art. 15. Substitua-se pelo seguinte, mantendo-se o 1º e 2º alineas.

« O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria.»

Paragrapho unico do mesmo art. 15. Supprimam-se as duas partes.

Art. 16. Substituam-se as palavras : *Para poder ser eleito membro*, pelas seguintes : *Para exercer o cargo de membro*.

Art. 17. Supprima-se pelo seguinte :

« Os lucros liquidos das operações realizadas em cada semestre serão distribuidos aos accionistas, depois de deduzidas as seguintes quotas :

1.ª Dez por cento (10 %) para fundo de reserva, até completar vinte por cento do capital social, cessando então essa deducção ;

2.ª Dez por cento (10 %) para fundo de amortização, que será applicado ao resgate das acções da propria companhia quando se acharem ao par ou abaixo do par ;

3.ª A gratificação da directoria consignada no art. 14.»

Paragrapho unico. Na fixação do dividendo não serão attendidas as fracções inferiores a quinhentos réis, as quaes passam ao semestre immediato como lucros suspensos.

Art. 25. Substitua-se pelo seguinte :

« As deliberações das assembléas geraes ordinarias ou extraordinarias serão tomadas por maioria.

As votações serão symbolicas ou *per capita* ; sel-o-hão, porém, por acções, sempre que assim o requeira qualquer accionista que tenha as suas acções inscriptas no registro da companhia, com antecedencia de sessenta dias pelo menos.

Paragrapho unico. Nas votações por acções observar-se-ha a seguinte regra : Um voto por grupo de dez acções até cem votos, e dali para cima, um voto por grupo de vinte acções até completar outros cem votos, e um voto por grupo de cincoenta acções que o accionista possuir, além das tres mil acções que dão direito aos duzentos votos.

Confere. — *Thomaz Augusto da Silva*, director secretario.





## DECRETO N. 932 — DE 9 DE JULHO DE 1892

Reorganiza o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia, se comporá dos 113º e 114º batalhões de infantaria já creados na referida comarca e dos batalhões 30º e 31º do serviço activo e 8º do da reserva, ora desligados da comarca de Santo Amaro, e de mais um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 11º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados:

O 30º batalhão de infantaria nas freguezias de S. Gonçalo da Villa e Nossa Senhora da Madre de Deus do Boqueirão;

O 31º batalhão de infantaria, nas freguezias de Nossa Senhora do Monte do Reconcavo e Nossa Senhora do Soccorro;

O 113º da mesma arma, na de S. Sebastião das Cabeceiras do Passé, no territorio comprehendido entre os rios Jacuipe e Pojuca;

O 114º, na mesma freguezia, no territorio entre os rios Jacuipe e Joannez;

O 11º regimento de cavallaria e o 8º batalhão da reserva, em todas as freguezias da comarca.

Art. 3.º A parada dos referidos corpos será determinada pelo respectivo commandante superior.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de julho de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 933 — DE 9 DE JULHO DE 1892

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes, mais um regimento de cavallaria, com

quatro esquadrões e a designação de 17º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 934 — DE 9 DE JULHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes, na comarca do Remanso, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. E' creado na comarca do Remanso, no Estado da Bahia, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 126º para o serviço activo e 30º para o da reserva, os quaes se organizarão nas freguezias da mesma comarca ; ficando revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 9 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 935 — DE 9 DE JULHO DE 1892

Altera a clausula 6ª das que baixaram com o decreto n. 1233 de 3 de janeiro de 1891, relativamente ás obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia, cessionaria dos favores concedidos pelo decreto n. 1233 de 3 de janeiro de 1891 a Frederico Mersi e Augusto Candido

Harache, relativamente ás obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia, resolve alterar a clausula 6ª das que baixaram com o referido decreto, substituindo-a pelos seguintes termos : « O capital maximo será fixado de accordo com os estudos definitivos que forem approvados pelo Governo. »

Capital Federal, 9 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 936 — DE 9 DE JULHO DE 1892

Concede a João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa prorrogação do prazo quanto á concessão a que se refere o decreto n. 330 de 16 de maio de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representaram João Teixeira de Abreu, José Campello de Oliveira, Manoel Coelho de Souza Lima, José Francisco Lobo Junior, Antonio José Alexandrino de Castro e Antonio Moreira da Costa, afim de levar a effeito a concessão, que lhes foi dada por decreto n. 330 de 16 de maio do anno passado, para edificar na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes casas destinadas á habitação de operarios e classes pobres ;

Decreta :

Fica prorogado por seis mezes, a contar desta data, o prazo de tres mezes, marcado nas clausulas 3ª e 4ª das que acompanham o decreto n. 213 de 2 de maio do anno findo, e a que se refere o de n. 330, para organização da companhia e começo das construcções.

Capital Federal, 9 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 936 A — DE 12 DE JULHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes em cada uma das comarcas de Carmo da Bagagem, Caratinga e S. Sebastião do Paraizo, reorganiza a Guarda Nacional das de Lavras e Patrocínio, todas do Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Fica creado em cada uma das comarcas de Carmo da Bagagem, Caratinga e S. Sebastião do Paraizo, todas do Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes, os quaes se comporão :

O primeiro, dos batalhões ns. 133º e 134º do serviço activo, 79º da reserva e do 20º corpo de cavallaria, ora creados, este com quatro esquadrões e aquelles com quatro companhias e que serão organizados nos districtos da respectiva comarca ;

O segundo, de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 28º, e de dous batalhões de infantaria, de quatro companhias cada um e as denominações de 138º do serviço activo e 83º do da reserva, e que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da respectiva comarca ;

O terceiro, de dous batalhões de quatro companhias e as designações de 137º do serviço activo e 82º do da reserva, os quaes se formarão igualmente com os guardas alistados nos districtos respectivos.

Art. 2.º Constituir-se-ha do seguinte modo a Guarda Nacional :

§ 1.º Da comarca de Lavras, no dito Estado :

Dos actuaes batalhões de infantaria ns. 50º e 51º do serviço activo e 34º do da reserva, reduzido a quatro companhias cada um ;

Do 131º batalhão de infantaria, ora creado e que se organizará com as 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias do 50º batalhão ;

Do 132º batalhão de infantaria, tambem creado pelo presente decreto e que se comporá de guardas alistados nas 5ª e 6ª companhias do 51º batalhão e dos qualificados nos districtos onde está organizado o referido corpo ;

Do 77º batalhão da reserva, ora creado, que se constituirá dos guardas qualificados nas 5ª e 6ª companhias do 34º batalhão e dos alistados para esse serviço nos districtos da comarca.

Fica elevada à categoria de batalhão, com a designação de 78º, a 7ª secção do batalhão da reserva já organizado.

E' elevado com a categoria de corpo, com a designação de 19º, o 7º esquadrão de cavallaria organizado no districto de Lavras do Funil.

Os corpos ora creados terão :

Os de infantaria quatro companhias e os de cavallaria quatro esquadrões.

§ 2.º Da comarca de Patrocínio, no referido Estado :

Do actual 77º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias ;

Do 130º batalhão de infantaria, ora creado com quatro companhias e que se constituirá com os guardas nacionaes qualificados nas 5ª e 6ª companhias do 77º batalhão e com os alistados nos districtos da comarca ;

Do actual 60º batalhão da reserva, tambem reduzido a quatro companhias ;

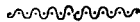
Do 18º corpo de cavallaria, ora creado com quatro esquadrões que serão formados com os guardas dessa arma alistados nos districtos da comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 936 B — DE 12 DE JULHO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Turvo (antiga Bom-Jardim), no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Turvo (antiga Bom-Jardim), no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, este com seis esquadrões e a designação de 33º, e aquelle de quatro panhias e a designação de 157º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 937 — DE 15 DE JULHO DE 1892

Acceita do cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão a desistencia que faz da garantia de juros e mais favores que obteve para um engenho central no Estado do Rio Grande do Norte.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, concessionario, por decreto n. 1160 de 12 de dezembro de 1890, da garantia de juros sobre o capital de 400:000\$, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna no valle do Cunhaú, no Estado do Rio Grande do Norte, resolve acceitar a desistencia que esse cidadão faz, não só da garantia de juros, como dos demais favores de tal concessão, que ficará nulla e de nenhum effeito, e assim exonerado o Estado de quaesquer onus.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o fará executar.

Capital Federal, 15 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 938 — DE 15 DE JULHO DE 1892

Abre ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.238:156\$250, para occorrer ás despesas com o serviço de Esgotos da cidade, no segundo semestre do corrente exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista da autorisação constante do § 2º do art. 8º da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de mil duzentos sessenta e oito contos cento e cincoenta e seis mil duzentos e cincoenta réis (1.268:156\$250), com applicação ás despesas do serviço de esgotos da cidade, no segundo semestre do exercicio corrente.

O Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, o faça executar.

Capital Federal, 15 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 939 — DE 15 DE JULHO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 559:045\$, para occorrer ás despesas com o serviço da illuminação publica desta Capital, no segundo semestre do actual exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista da autorisação constante do § 2º do art. 8º da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de quinhentos cincoenta e nove contos e quarenta e cinco mil réis (559:045\$), com applicação ás despesas da illuminação publica desta Capital, no segundo semestre do exercicio corrente.

O Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, o faça executar.

Capital Federal, 15 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 940 — DE 15 DE JULHO DE 1892

Approva os estudos e respectivo orçamento do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, de Quixeramobim a Humaytá.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve approvar os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, de Quixeramobim Humaytá, estudos que com este baixam acompanhados do respectivo orçamento e rubricados pelo chefe interino da Primeira Directoria das Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 15 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 941 — DE 15 DE JULHO DE 1892

Approva a variante proposta pela Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul, entre os kilometros 3.66 e 25.54 da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Lourenço.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul, cessionaria da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Lourenço, resolve approvar a variante entre os kilometros 3.66 e 25.54, constante da planta que com este baixa rubricada pelo chefe interino da Primeira Directoria das Obras Publicas.

Capital Federal, 15 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 942 — DE 15 DE JULHO DE 1892

Innova! o contracto com a Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos, augmenta o capital a 14.627:194\$707, autorisa o prolongamento do caes d Paquetá a Outeirinhos e fixa o prazo para a conclusão das obras.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à necessidade de debellar no menor prazo possível a crise que actualmente affecta o serviço de embarque e desembarque das mercadorias no porto de Santos, Estado de S. Paulo, e considerando o estado actual do cambio e alta dos salarios, assim como o inevitavel augmento de despeza que acarreta a grande rapidez à execução das obras, resolve innovar o contracto a que se refere o decreto n. 9979 de 12 de julho de 1888, com os concessionarios da Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos, nos termos e sob as condições das clausulas que com este baixam assignadas pelo tenente-coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 15 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 942 desta data**

I

Fica a empresa obrigada a, dentro do prazo de seis mezes da presente data, concluir e entregar ao tráfego a extensão do caes, contada desde o ponto em frente ao ex-Arsenal de Marinha até ao enrocamento que precede a ponte da *S. Paulo Railway Company, limited*.

II

Como multa, caso não cumpra o estipulado na clausula 1ª, pagará a empresa de uma só vez a quantia de quinhentos contos de réis em moeda nacional.

III

O capital de 5.850:877\$883, approved por decretos anteriores, correspondente ao trecho do caes da Capitania até ao enrocamento que precede a ponte nova da *S. Paulo Railway Company, limited*, fica elevado ao dobro ou 11.701:755\$766, mais 2.925:438\$941, perfazendo portanto o capital do caes propriamente dito, no trecho comprehendido entre a Capitania e o enrocamento que precede a ponte nova da *S. Paulo Railway Company, limited* a somma de 14.627:194\$707.

IV

A empresa fica autorizada a prolongar o caes desde Paquetá até ao lugar denominado Outeirinhos, devendo submeter a aprovação deste Ministerio os estudos e orçamentos.

V

Para conclusão da construção do trecho do caes de Paquetá a Outeirinhos fica concedido o prazo de cinco annos contados de 7 de novembro de 1895, data em que deve estar terminada a construção de todo o caes concedido antes desta data.

VI

Ficam em inteiro e pleno vigor as disposições estabelecidas em decretos anteriores que não estiverem revogadas pelas presentes clausulas.

Capital Federal, 15 de julho de 1892. — *Serzedello Corrêa*.



## DECRETO N. 943 — DE 15 DE JULHO DE 1892

Approva os planos e orçamento do armazem n. 2, na importancia de 178:127\$759, apresentados pela Empresa de Obras e Melhoramento do porto de Santos, de accordo com os decretos ns. 9979, 966 e 813, e autorisa a construcção de mais dous armazens e as pontes provisórias necessarias ao mesmo porto.

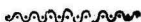
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de estabelecer novos armazens no porto de Santos, resolve approvar os planos e orçamento do armazem n. 2, apresentados pela Empresa de Obras e Melhoramentos do mesmo porto, com dimensões identicas ás do n. 1, de que trata o decreto n. 813 de 7 de maio de 1892, na importancia de 178:127\$759 que será adicionada ao capital da empresa, de accordo com as disposições dos decretos anteriores, ficando a mesma empresa obrigada a construir fóra da faixa do caes e ligados ao mesmo por uma linha de trilhos mais dous armazens e as pontes provisórias que forem indispensaveis ao serviço do porto, devendo o custo justificado destas obras ser levado á conta do capital da mesma empresa.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 15 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 944 — DE 20 DE JULHO DE 1892

Approva a reforma de algumas disposições dos estatutos do Banco de Credito Popular do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito Popular do Brazil, representado por Arthur Torres, director secretario, servindo de presidente da assembléa geral, resolve approvar a reforma de algumas disposições, abaixo transcripta, feita aos estatutos do mesmo banco, por deliberação da assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas, effectuada em 23 de junho do corrente anno, a saber:

## CAPITULO IV

Art. 23. « O banco será administrado por tres directores, eleitos de seis em seis annos, por maioria absoluta de votos, para o que se procederá a segundo escrutinio entre os mais votados; si for necessario, no caso de empate, decidirá a sorte.

« Os directores elegerão entre si o presidente, o vice-presidente e secretario. »

Art. 25. « Para preencher o lugar do director que fallecer, retirar-se ou resignar o cargo, escolherão os outros... » o mais como está.

Art. 29. Acrescente-se « e no seu impedimento será substituído pelo vice-presidente ».

## CAPITULO IX

Supprimam-se os arts. 44 e 45.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*



### DECRETO N. 946 (\*) — DE 20 DE JULHO DE 1892

Annexa á comarca de Guamá, no Estado do Pará, o 5º batalhão de infantaria da Guarda Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. O batalhão de infantaria da Guarda Nacional, sob n.º 8, creado na capital do Estado do Pará pelo decreto n.º 9788 de 29 de dezembro de 1877, nas freguezias de Piedade de Irituia, S. Miguel de Guamá e Conceição de Ourem, passa a pertencer ao commando superior da mesma guarda da comarca de Guamá, do referido Estado; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



---

(\*) Com o n.º 945 não houve acto.

## DECRETO N. 947 — DE 20 DE JULHO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto de Moz, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Porto de Moz, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria, com seis companhias e a designação de 87º, que se comporá dos guardas nacionaes do serviço activo, qualificados nas freguezias da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 948 — DE 20 DE JULHO DE 1892

Desannexa da comarca de Gurupá, passando a pertencer á de Porto de Moz, no Estado do Pará, os 26º e 64º batalhões de infantaria e a 6ª secção de batalhão de reserva da Guarda Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Ficam desannexados da comarca de Gurupá, passando a pertencer á de Porto de Moz, ambas no Estado do Pará, os batalhões de infantaria de Guarda Nacional, sob ns. 26º e 64º, e a 6ª secção de reserva da mesma guarda; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 949 — DE 20 DE JULHO DE 1892

Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Cintra, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cintra, no Estado do Pará, um batalhão de infantaria de seis companhias, a designação de 15º, que se comporá dos guardas nacionaes do serviço da reserva, qualificados no município de Marapanim; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 950 — DE 20 DE JULHO DE 1892

Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Breves, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Breves, no Estado do Pará, um batalhão de infantaria, de seis companhias e a designação de 13º, que será organizado com os guardas nacionaes qualificados para o serviço da reserva nas freguezias da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 951 — DE 20 DE JULHO DE 1892

Crea dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curuçá, no Estado do Pará.

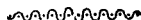
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Curuçá, no Estado do Pará, dous batalhões de infantaria, de seis companhias cada um e as designações de 88º do serviço activo e 14º do da reserva, e que serão constituídos com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 952 — DE 20 DE JULHO DE 1892

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Sabará, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a conveniencia do serviço publico, resolve decretar :

Art. 1.º Fica destigada do commando superior da comarca do Rio das Velhas, no Estado de Minas Geraes, a força da Guarda Nacional qualificada na comarca de Sabará, no mesmo Estado, e com ella creado um commando superior da referida guarda, que se comporá do 15º e 16º batalhões de infantaria do serviço activo, do 6º batalhão da reserva e do 2º corpo de cavallaria, ja organizados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 953 — DE 23 DE JULHO DE 1892

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Fica desligada do commando superior da comarca de Manhuassu, no Estado de Minas Geraes, a força da Guarda Nacional qualificada na de Carangola no mesmo Estado e com ella creado um commando superior de guardas nacionaes que se compoza de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com oito companhias cada um e as designações de 128º e 129º, um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 76º, e um corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, sob n. 17º, os quaes serão organizados com os guardas alistados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 954 — DE 23 DE JULHO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Verde, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca do Rio Verde, no Estado de Goyaz, um commando superior de guardas nacionaes, o qual se compoza de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 22º e 23º, e de um batalhão da reserva sob n. 3º, com quatro companhias cada um, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 955 — DE 23 DE JULHO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da capital do Estado do Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia do serviço publico, resolve decretar:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da capital do Estado de Goyaz, ora reorganizado, se comporá do 1º e 2º batalhões de infantaria do serviço activo, do 1º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, da 1ª secção do serviço activo, ora elevada à categoria de batalhão com a designação de 19º e de mais dous batalhões de infantaria sob ns. 20º e 21º e um batalhão de reserva com a designação de 2º, todos com quatro companhias cada um, os quaes serão organizados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º As paradas dos corpos já existentes e dos que ora são creados serão determinadas pelo respectivo commandante superior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 956 — DE 27 DE JULHO DE 1892

Approva a fusão da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor no Lloyd Brasileiro, secção de navegação da Empreza de Obras Publicas no Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Lloyd Brasileiro, secção de navegação da Empreza de Obras Publicas no Brazil, resolve approvar a fusão da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor no Lloyd Brasileiro, secção de navegação da Empreza de Obras Publicas no Brazil, continuando a ser observado o decreto n. 10.136 de 29 de dezembro de 1888, que autorizou a celebração do novo contracto com a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor, para a continuação do serviço a seu cargo.

O Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*





## DECRETO N. 957 — DE 27 DE JULHO DE 1892

Approva as alterações feitas nos estatutos da Companhia de seguros contra fogo *The Royal Insurance Company*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de seguros contra fogo *The Royal Insurance Company*, devidamente representada, resolve approvar as alterações feitas nos seus estatutos, continuando, porém, a ser observadas as clausulas a que se referem os decretos ns. 3224 de 23 de fevereiro de 1864, 9793 de 21 de outubro de 1887 e 9813 de 8 de dezembro do mesmo anno; ficando, outrosim, obrigada à execução das formalidades pre-scriptas no decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Eu, Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, das linguas ingleza, franceza, hespanhola e italiana, etc.

Certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez, o qual, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte, a saber :

**(Traducção)**

Cidade de Liverpool, no condado de Lancaster, na Inglaterra.

Eu, John Hagart M. Laren, da cidade de Liverpool, no condado de Lancaster, na Inglaterra, gerente da *Royal Insurance Company*, solemne e sinceramente juro o seguinte:

Que sou o gerente da companhia como acima declarado, e que os estatutos da companhia foram modificados de accordo com as resoluções approvadas pelos accionistas da dita *Royal Insurance Company*, em seguida mencionados.

Resolução approvada pela 43ª assembléa geral annual da companhia, reunida no dia 3 de agosto de 1888, para o seguinte effeito:

« Que a assembléa geral approva a proposta da directoria e declara que a qualificação para director seja de ora em diante de 50 acções, em vez de 150 acções, como até aqui.»

Resolução approvada pela assembléa geral extraordinaria da companhia, reunida no dia 2 de agosto de 1889, para o seguinte effeito:

« (1) Que a parte da clausula 7ª dos estatutos da companhia, que prescreve que a época para a reunião da assembléa geral an-

nual dos accionistas (incluindo a disposição no final da dita clausula) seja revogada e annullada e que, de ora em diante, a assembléa geral annual da companhia terá lugar em cada anno no dia do mez de junho que os directores na occasião julgarem conveniente ;

« (2) Que a disposição contida no final da clausula 33<sup>a</sup> dos mesmos estatutos seja revogada e annullada e que, no seu lugar, seja adoptada e inserida e considerada como formando parte da dita clausula a seguinte disposição, a saber: « Fica entendido que a importancia do risco permanentemente conservado com relação ao seguro de uma vida qualquer não excederá a £ 10.000 (dez mil libras sterlinas), exclusive os *bonus*. »

Resoluções approvadas pelas assembléas geraes extraordinarias da companhia, reunidas nos dias 25 de novembro de 1890 e 9 de dezembro de 1890, para o effeito em seguida:

« Que sejam estabelecidas as seguintes novas leis, disposições e regulamentos:

« O capital da companhia será elevado a tres milhões de libras sterlinas, pela criação de cincoenta mil acções addicionaes de vinte libras cada uma, que serão pelos directores distribuidas e attribuidas de accordo com as disposições dos estatutos da companhia e os directores ficam autorisados para distribuir e emittir as ditas acções, ou qualquer parte dellas, tendo creditadas, como tendo sido pagas por conta, as sommas que elles na occasião entenderem apropriadas.

« A clausula 121<sup>a</sup> dos estatutos da companhia fica revogada, e de ora em diante qualquer pessoa pôde possuir no minimo uma acção inteira da companhia.

« A parte da clausula 12<sup>a</sup> dos estatutos da companhia que prescreve qual o numero de votos a que os accionistas teem direito em relação ás acções por elles possuidas, fica revogada e no seu lugar vigorarão as seguintes disposições:

« Todo o accionista terá um voto por cada acção até dez, e terá um voto adicional por cada cinco acções que possuir além das primeiras dez até cem, e um voto adicional por cada dez acções que elle possuir além das primeiras cem. Fica, porém, entendido que nenhum accionista terá o direito de votar em qualquer assembléa geral, salvo si tiver pago todas as chamadas então vencidas sobre as acções que possuir. Quando uma acção se achar inscripta nos nomes de mais de uma pessoa, a pessoa cujo nome se achar em primeiro logar no registro dos accionistas será considerada pela companhia, com relação ao direito de votar e ao serviço dos avisos, como si elle fosse o unico possuidor dessa acção.

« A clausula 50<sup>a</sup> dos estatutos da companhia é revogada e a seguinte clausula substituida no seu logar :

« Todas as apolices de seguros e mais documentos passados ou outorgados por conta da companhia serão válidos e efficazes quando passados e assignados pela maneira e pela pessoa ou pelas pessoas que os directores em qualquer occasião indicarem

ou prescreverem e a applicação do sello da companhia, em qualquer apolice ou em outro qualquer documento, não será (salvo si assim for prescripto) essencial para a sua validade.» — *John Hagart M. Laren*, gerente.

Jurado e assinado na cidade de Liverpool, na Inglaterra, aos 13 de outubro de 1891.

Perante mim — *Henry Glyn Purce*, notario publico, Liverpool.

A todos quantos o presente instrumento virem eu, Henry Glyn Purce, da cidade de Liverpool, na Inglaterra, notario publico por autoridade real, devidamente nomeado e juramentado, pelo presente certifico que, no dia da data abaixo declarada, perante mim compareceu pessoalmente, John Hagart M. Laren o deponente mencionado na affirmativa activa supra, sendo pessoa bem conhecida do mim e digna de toda a fé e sob solemne juramento que elle então prestou perante mim, declarou serem verdadeiras as seguintes materias e cousas contidas na dita affirmativa.

Em fé e testemunho do que, eu, o dito notario, assignei o presente e o sellei com o sello do meu officio na cidade de Liverpool supra dita, aos quatorze dias de outubro de mil oitocentos e noventa e um. — *Henry Glyn Purce*, notario publico em Liverpool. (Estava o sello do notario.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra de Henry Glyn Purce, tabellião publico nesta cidade de Liverpool, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei o presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Liverpool, aos quinze dias do mez de outubro de mil oitocentos e noventa e um. — *William Oliver Punshous*, vice-consul. (Estava o sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro do Sr. William Oliver Punshous, vice-consul do Brazil em Liverpool.

Ministerio das Relações Exteriores. — Rio, 17 de novembro de 1891. — Pelo director geral — *L. P. da Silva Rosa*. (Estavam inutilisadas duas estampilhas no valor de 1\$500.)

E nada mais continha ou declarava o dito documento que bem e fielmente traduzi do proprio original escripto em inglez ao qual me reporto.

Em fé do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 15 de dezembro de 1891. — *Carlos João Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



## DECRETO N. 958 — DE 27 DE JULHO DE 1892

Autorisa a Companhia ingleza *Alliance Assurance Company* a estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia ingleza *Alliance Assurance Company*, devidamente representada, resolve autorisar a mesma companhia a estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo, sob as mesmas clausulas que acompanharam o decreto n. 4406, de 1 de setembro de 1869; ficando, entretanto, obrigada a execucao das formalidades prescriptas no decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 959 — DE 30 DE JULHO DE 1892

Approva os estudos e plantas da cidade da Gavea.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Cidade da Gavea, resolve approvar, sem prejuizo de direitos de terceiros, os estudos e plantas para construcção de uma cidade de banhos na praia comprehendida entre o morro da Babylonia e a Pedra do Relogio, a que se refere o decreto n. 1058, de 22 de novembro de 1890, as quaes plantas com este baixam assignadas pelo chefe da 2ª Directoria das Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 960 — DE 30 DE JULHO DE 1892

**Approva**, com modificações, o plano geral das obras, apresentado pela **Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil**, para execução do decreto n. 849 de 11 de outubro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a **Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil**, concessionaria da construcção de um caes de atracação entre a ponta do Arsenal de Marinha da Capital Federal e a da Chichorra, e dahi à Ponta do Cajú, resolve approvar o plano geral das obras, apresentado pela mesma empresa em 24 de março do anno proximo passado, com as modificações constantes das clausulas que com este deixam assignadas pelo Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 960  
desta data**

I

E' considerada como primeira secção das obras do caes a que se referem os decretos ns. 849 e 1156, de 11 de outubro e 11 de dezembro de 1890, a parte comprehendida entre a extremidade occidental do Arsenal de Marinha da Capital Federal e o predio n. 130 (antigo) da rua da Saude, incluido o armazem denominado n. 5, da rua Coelho de Castro (estabelecimento das Dócas Nacionais), ora de propriedade da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, alteradas assim as disposições 2ª, 3ª e 4ª da clausula 7ª das que acompanham o decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890.

II

As obras que a empresa deverá executar nessa primeira secção serão as da planta approvada pelo decreto n. 4783, de 6 de setembro de 1871, respeitadas as clausulas a que se refere o decreto n. 4492, de 23 de março de 1870, e com as alterações a que se refere o decreto n. 5483, de 15 de outubro de 1873, na parte em que não se contrapuzem às clausulas promulgadas

com o decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890, que subsistem em inteiro vigor, e de conformidade com a planta datada de 24 de maio de 1879, assignada pelo presidente da Companhia das Dócas de Pedro II e apresentada no Ministerio da Agricultura em 7 de julho daquelle anno, cuja cópia annexa fica approvada; devendo, porém, ser de 12 metros de largura o espaço entre a face externa dos novos caes e os edificios e de 20 metros a rua Coelho de Castro e seus prolongamentos, constituindo assim a grande arteria de comunicação entre a Prainha e o bairro de S. Christovão.

A parte correspondente ao caes existente, em frente ao armazem n. 5, será alargada, de modo a concordar com o alinhamento dos novos caes, por meio de um viaducto metallico.

As pontes constantes da planta a que se refere a presente clausula serão de madeira de lei, devendo, porém, ser substituidas por outras de ferro sobre columnas formadas de parafuso Mitchel, uma vez verificado pelo Governo que não se produzem os inconvenientes de que trata a clausula 12ª.

### III

Dentro do prazo de 60 dias, contados da data em que forem publicadas no *Diário Official* as presentes modificações, deverá a empreza submitter á approvação do Governo os desenhos detalhados dos edificios, caes, pontes,apparelhos e mais obras a construir na 1ª secção, e no de seis mezes, contados da mesma data, apresentará o projecto da 2ª secção das obras, que comprehenderá a parte do littoral, entre o referido predio n. 130 da rua da Saude e o dique da Saude, no mesmo prazo de seis mezes, contados da mesma data, apresentará o projecto da 3ª secção, que começará no dique da Saude, no de um anno o projecto das outras secções.

O traçado do caes, além da praça Municipal, poderá ser alterado, a juizo do Governo, afim de obter-se um alinhamento que melhor attenda ao regimen do porto.

### IV

A continuação das obras da 1ª secção terá começo dentro de 60 dias contados da data da approvação dos desenhos detalhados a que se refere a clausula 3ª.

Esses estudos serão considerados approvados si dentro de 90 dias o Governo não os tiver alterado.

### V

Na parte do alinhamento do caes, comprehendida entre o dique da Saude e a Ponta do Cajú, serão attendidas, nas plantas das secções, as modificações indicadas nos processos da Inspectoria do 4º districto dos Portos Maritimos.

## VI

A área e caes destinados à estação marítima da Estrada de Ferro Central do Brazil, a que se refere o n. 10 da clausula 7ª do decreto n. 849, ficarão situados entre o dique da Saude e a Ponta da Chichorra e serão mencionados na planta da terceira secção.

O Governo reserva-se o direito de, nesta parte, fazer as modificações que forem aconselhadas por estudos ultteriores.

## VII

O estabelecimento das docas nacionaes fica sujeito, para todos os effeitos, ao regimen do decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890, e comprehendido definitivamente nas obras da primeira secção.

## VIII

E' elevado a 12 annos o prazo fixado na clausula 10ª das que baixaram com o decreto n. 849, de 11 de outubro, para a conclusão das obras.

## IX

A prorrogação de prazo, concedida pela clausula 12ª do citado decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890, é extensiva à concessão constante do decreto n. 7181, de 8 de março de 1879, referente ao morro do Senado.

## X

A segunda parte da clausula 2ª das que fazem parte do mencionado decreto n. 849 de 11 de outubro de 1890, fica modificada nos seguintes termos :

Findo o prazo da presente concessão, reverterão para o Estado Federal, sem indemnização alguma, em bom e perfeito estado de conservação, todas as obras executadas, apparelhos, material fixo e rodante e os demais accessorios, bem como os terrenos occupados pela empreza na 1ª e 2ª secções, de accordo com o estipulado no n. 21 das clausulas ligadas ao decreto n. 4492 de 23 de março de 1870.

Quanto ao trecho comprehendido entre o dique da Saude e a Ponta do Cuiú, a reversão comprehenderá a faixa de 60 metros ao longo do caes, com os respectivos edificios, material fixo e rodante, de que trata o final do n. 4 da clausula 7ª das annexas ao mencionado decreto de 11 de outubro de 1890.

O n. 2 da citada clausula 7<sup>a</sup> fica substituido pelo seguinte:

A expensas suas manterá a concessionaria um systema aperfeiçoado de illuminação, não só na primeira secção, como na faixa de 60 metros acima mencionada, comprehendendo pharolletes e boias illuminativas em pontos apropriados do ancoradouro.

## XI

As obras completas da primeira secção deverão ficar concluidas dentro do prazo de tres annos contados da data em que forem approvados os desenhos detalhados a que se refere a clausula 3<sup>a</sup>.

## XII

Si depois de concluidas as obras da primeira e segunda secções e de iniciado o trabalho de dragagem permanente, o Governo verificar que da construcção das pontes perpendiculares ao caes, resultarão inconvenientes e perturbações ao regimen do porto, ficará a empreza obrigada a demolir e remover as referidas pontes, desde que o Governo assim resolva; e, caso não o faça dentro do prazo para essa remoção fixado, fal-o-ha o Governo á custa da empreza.

## XIII

No interesse do serviço de importação e descarga do carvão, trilhos, machinismos pesados, materiaes de construcção, etc., fica obrigada a empreza a encetar, dentro do prazo de tres mezes, contados da data da approvação do projecto da terceira secção, a construcção do trecho do caes do lado oeste da estação maritima da Gambôa, da Estrada de Ferro Central do Brazil, igual em extensão a 300 metros, que deverão ficar concluidos e entregues ao trafego no prazo de tres annos contados da data do inicio da respectiva construcção.

## XIV

Caso caduque a concessão feita pela Intendencia Municipal para a abertura de um tunnel em prolongamento da rua dos Ourives, sob o morro da Conceição, a empreza ficará obrigada, para facilitar o transito publico, a abrir sob o referido morro da Conceição, no prazo de dous annos, um tunnel de 10 metros de largura, entre o largo de S. Francisco da Prainha e a rua dos Andradas ou a rua dos Ourives, sem direito á percepção de taxa alguma.



## XV

A empreza fica sujeita à multa de 5:000\$ por mez que exceder os prazos fixados para conclusão das obras de qualquer das secções e à pena de caducidade, si o excesso de prazo for superior a um anno para a primeira secção e a dous annos para as restantes.

A caducidade importará a cessão do uso e gozo da concessão em todas as suas partes e com relação a todos e quaesquer favores inherentes; quanto às obras realizadas, o Governo as desapropriará nesse caso, si assim julgar conveniente.

## XVI

O Governo fiscalizará as obras, de accordo com a clausula 25<sup>a</sup> do decreto n. 849 de 11 de outubro de 1890, ou por meio da Inspectoria do Districto de Portos Maritimos ou por agentes especialmente nomeados para esse fim.

## XVII

Para garantia do pagamento das multas, fica elevada a 50:000\$ a caução fixada na clausula 30<sup>a</sup> das que acompanham o decreto n. 849 de 11 de outubro de 1890.

Capital Federal, 30 de julho de 1892. — *Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 961 — DE 30 DE JULHO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de Guarda Nacional na comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.

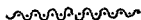
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia do serviço publico, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Pilar, no Estado das Alagoas, mais um batalhão de infantaria de Guarda Nacional do serviço activo, com seis companhias e a designação de 45<sup>o</sup>, o qual se organizará com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias do municipio do Pilar; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de julho de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 962 — DE 30 DE JULHO DE 1892

Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes, na comarca de Atalaia, no Estado das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Atalaia, no Estado das Alagôas, mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes com seis companhias e a designação de 16º, o qual se organizará com os guardas do mesmo serviço, qualificados nas freguezias do municipio da Parahyba, pertencente à referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 963 — DE 30 DE JULHO DE 1892

Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção do batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional da comarca da Estancia, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve decretar :

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com seis companhias e a designação de 35º, a 3ª secção do batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional da comarca da Estancia, no Estado de Sergipe, o qual se organizará com os guardas qualificados na freguezia de Santa Luzia, pertencente a referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 964 — DE 30 DE JULHO DE 1892

Concede autorisação a Affonso Pedreira de Cerqueira e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Abastecedora de Agua da Feira de Sant'Anna.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Affonso Pedreira de Cerqueira e Affonso Carneiro da Silva, resolve conceder-lhes autorisação para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Abastecedora de Agua da Feira de Sant'Anna e com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, a referida companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades prescriptas no art. 1º, § 2º, ns. 1, 2 e 3 do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Estatutos da Companhia Abastecedora de Agua  
da Feira de Sant'Anna a que se refere o de-  
creto n. 964 de 30 de julho de 1892.

TITULO I

DENOMINAÇÃO, SÊDE, FINS E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Fica constituida na cidade da Feira de Sant'Anna, do termo e comarca do mesmo nome, no Estado da Bahia, uma sociedade anonyma denominada « Abastecedora de Agua da Feira de Sant'Anna », cuja sêde e fôro juridico, para todos os effeitos, será naquella cidade.

Art. 2.º Seus fins são :

a) fornecer agua aos habitantes da dita cidade, por meio de chafarizes e encaunamentos ás casas e estabelecimentos particulares, a 10 réis o barril, ou 1\$500 por pena de 10 barris, nos termos da alludida concessão ;

b) canalisar agua por conta da companhia ás casas e estabelecimentos que assim o preferam, mediante a quantia de 500 réis mensaes de aluguel do encaunamento, durante todo o tempo do referido privilegio.

Art. 3.º Para consecução desses fins propõe-se a companhia a:

1.º, adquirir, observadas as formalidades legais, o privilegio que, para abastecimento de agua áquella cidade, obtiveram do governo daquelle Estado, por 30 annos, o coronel Affonso Pedreira de Cerqueira e Alfredo Carneiro da Silva, privilegio que ficará fazendo parte do capital da companhia, no valor que for fixado por avaliação procedida por individuos estranhos á sociedade e notoriamente peritos, approvada pela assembléa geral ;

2.º, adquirir, arrendar ou construir predios com as necessarias accommodações, assim como fazer aquisição de terrenos apropriados e mananciaes indispensaveis para realisação dos fins da companhia.

Art. 3.º bis. O prazo de sua duração será de 30 annos, podendo ser prorogado pela assembléa geral, observadas as formalidades legais.

## TITULO II

### DO CAPITAL E ACÇÕES

Art. 4.º O capital social é de 180:000\$, dividido em 1.800 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado a 360:000\$, mediante autorisação da assembléa geral dos accionistas.

Art. 5.º As entradas far-se-hão : 20 % no acto da subscripção dos presentes estatutos, e o restante em prestações de 10 % realisaveis com intervallos nunca menores de 30 dias e precedendo annuncios por 15 dias, não sendo, porém, as entradas ou prestações subseqüentes a 1.ª exigiveis sem voto affirmativo da assembléa geral, que será previamente consultada.

Art. 6.º Contra os accionistas que não effectuarem as entradas nos prazos estipulados proceder-se-ha de accordo com o disposto nos arts. 33 e 34 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, salvo si a administração, ouvido o conselho fiscal, não reconhecer a impontualidade como devida a caso de força maior ; caso este em que poderá admittir os accionistas a fazer as respectivas entradas com a multa de 20 % ao mez.

Art. 7.º As acções poderão ser subdivididas em fracções iguaes que, reunidas em numero que produza valor equivalente a uma acção, conferirão os mesmos direitos destas, podendo o dono de cada fracção exercer separadamente o direito de alienar e receber dividendos.

Art. 8.º As acções, bem como suas fracções, no caso da alludida subdivisão, serão nominativas emquanto se não integralizar o seu valor nominal.

Art. 9.º Integralizadas, poderão ser convertidas em acções transferiveis por via de endosso ou em acções ao portador.

Art. 10. Antes de realizados 40% de seu valor nominal, não serão transferiveis ou negociaveis as acções.

Art. 11. A transmissão das acções nominativas só produzirá effeito para com a companhia pelo termo de transferencia ex-

arado no respectivo registro e desde sua data, de accordo com o disposto no art. 22 do sobredito regulamento.

Art. 12. A das acções á ordem ou endossadas, far-se-ha escrevendo o respectivo dono (em regra geral no verso) o seu pertence a certa e determinada pessoa, datando e assignando o mesmo pertence; podendo o endossatario fazer averbar o endosso no registro da companhia.

Art. 13. A das acções ao portador consummar-se-ha pela simples tradição.

Art. 14. Si o alargamento do serviço da companhia assim o exigir, poderá a administração, mediante prévia e especial autorisação da assembléa geral, contrahir empréstimos em dinheiro, dentro ou fóra do paiz, emitindo para esse fim obrigações (*debentures*) ao portador, de juro estipulado e amortisações em épocas determinadas, obrigações que terão por garantia todo o activo e bens da companhia, preferindo a quaesquer outros titulos de divida, de accordo com o art. 43 do citado decreto.

Art. 15. A importancia de taes empréstimos não poderá exceder a totalidade do capital social, e o valor de cada obrigação (*debentures*) nunca será inferior á metade do valor nominal das acções da companhia.

### TITULO III

#### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 16. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente no correr do mez de março de cada anno, annunciando-se pela imprensa com antecedencia de 15 dias, e a indicação do logar e hora para o fim especial designado no art. 143 do referido decreto.

Art. 17. Salvos os casos especificados no art. 131 do citado decreto, em que são precisos dous terços do capital social, poderá a assembléa funcconar, e deliberar desde que esteja presente numero de accionistas que represente um quarto do dito capital.

Art. 18. Si não comparecer numero legal de accionistas assim nas reuniões ordinarias como nas convocadas para os fins especificados no art. 131 daquelle decreto, proceder-se-ha de accordo com o disposto nos arts. 130 e 131 § 1º.

Art. 19. As deliberações da assembléa geral serão tomadas pela maioria de votos dos socios presentes.

Art. 20. Na assembléa geral que tiver de deliberar sobre a constituição da sociedade, avaliação das prestações, ou entradas consistentes em dinheiro, ou sobre o caso de que cogita o art. 131, poderá votar todo o subscriptor ou accionista, ainda que não possua o numero de acções exigido pelos presentes estatutos, contando-se um voto por cabeça.

Art. 21. Fóra desses casos, não poderá votar o accionista que possuir menos de 10 acções.

Art. 22. São admittidos votos por procuração com poderes especiaes, contanto que não conferidos aos administradores,

ou directores e aos fiscaes, e que sejam accionistas os procuradores.

Art. 23. Além destes, são admittidos a votar os representantes das pessoas juridicas e dos incapazes.

Art. 24. E' licito aos accionistas possuidores de menor numero de acções do que o exigido pelo art. 21, combinarem-se e agruparem-se de modo a, preenchendo o numero exigido, fazerem-se representar por um dos agrupados, cujo nome será indicado por escripto e enviado á mesa da assembléa geral, competindo-lhes, em tal caso, o numero de votos que corresponder á totalidade das acções agrupadas.

Art. 25. Proceder-se-ha á votação por acções, desde que o requeiram um ou mais accionistas com o direito de voto.

Art. 26. Cada grupo de 10 acções dará direito a um voto ; não podendo, porém, nenhum accionista ter mais de 50, qualquer que seja o numero de acções, que possua ou represente.

Art. 27. O primeiro anno social principiará em 1 de janeiro e findará em 31 de dezembro de cada anno, devendo os dividendos ser pagos em julho e janeiro.

## TITULO IV

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 28. A companhia será administrada por tres directores eleitos pela assembléa geral, um dos quaes será o presidente, outro o secretario e o terceiro o caixa ; cada um dos quaes, para garantir sua gestão, depositará, por termo no respectivo livro, 50 acções—proprias ou alheias—que ficarão inalienaveis emquanto durar sua responsabilidade.

Art. 29. Prestada a caução seguir-se-ha a posse, lavrando-se o competente termo no livro das actas das sessões da administração, termo de cuja data começará a responsabilidade dos mesmos directores.

Art. 30. Compete-lhes como taes :

a) praticar todos os actos de gestão relativos aos fins e objecto da companhia ;

b) represental-a em juizo ou fóra d'elle, activa e passivamente, podendo constituir advogados e procuradores ;

c) nomear, suspender e demittir empregados.

Art. 31. Fica entendido que não poderão os directores renunciar direitos, hypothecar, empenhar ou alienar bens sociaes ou direitos da companhia, sem especial autorisação da assembléa geral.

Art. 32. No caso de vaga ou renuncia do logar de director, os em exercicio e os fiscaes designarão substituto provisório, que poderá ser um dos mesmos fiscaes, competindo á assembléa geral a nomeação definitiva na primeira reunião que se seguir.

Art. 33. Os directores serão estipendiados, sendo os respectivos honorarios e commissões fixados pela assemblea geral no acto da constituição da companhia.

Art. 34. Os membros da directoria poderão ser reeleitos e quando não sejam conservar-se-hão nella emquanto não tomarem posse os novos nomeados.

## TITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 35. A companhia terá um conselho, ou commissão de tres fiscaes e igual numero de supplentes, que substituirão aquelles pela ordem da votação ou por sorteio, quando esta for igual, eleitos annualmente em sessão ordinaria, podendo a escolha recahir em individuos não accionistas.

Art. 36. Incumbe-lhes quanto prescreve o art. 119 e mais disposições e em sua falta ou impedimento observar-se-ha a disposição do art. 125.

## TITULO VI

### DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 37. O fundo de reserva será constituido com a quota de 10 %, deduzida semestralmente em 30 de junho e 30 de dezembro de cada anno, depois de encerrados os respectivos balanços dos lucros liquidos até prefazer 50 % do capital realizado, fundo que será restabelecido sempre que desfalcado.

Art. 38. As quantias destinadas a esse fundo poderão ser convertidas em titulos publicos ou commerciaes.

Art. 39. Deduzida aquella quota e a destinada aos honorarios da administração, do restante dos referidos lucros far-se-ha o dividendo, de accordo com o conselho fiscal.

Art. 40. Os dividendos não reclamados não vencerão juros e prescreverão no fim de cinco annos, depois de annunciados, sendo as respectivas importancias — verificadas a prescrição — levadas á conta do fundo de reserva.

## TITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 41. Os casos omissos nos presentes estatutos serão regulados pelas disposições em vigor concernentes ás sociedades anonymas.

Art. 42. São directores da companhia durante os seis primeiros annos :

Afonso Pedreira de Cerqueira, negociante residente nesta capital e que será presidente ;

Alfredo Carneiro da Silva, da Feira de Sant'Anna, que servirá de secretario ;

José Freire de Lima, da Feira de Sant'Anna, que servirá de caixa.

E membros do conselho fiscal durante o 1º anno :

Banco da Bolsa ;

Dr. Joaquim de Assis Freitas ;

Geraldo Damemaun.

#### *Suplentes*

Pedro Francolino de Oliveira ;

Dr. Manoel Ribeiro Lima ;

Leoneio Jonathas Benjamin.



#### DECRETO N. 965 — DE 30 DE JULHO DE 1892

Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para um engenho central em Mutupiranga, de que é cessionaria a Companhia Industrial e de Melhoramentos da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, verificando que a Companhia Industrial e de Melhoramentos da Bahia, cessionaria, por decreto n.1347 de 7 de fevereiro de 1891, da garantia de juros sobre o capital de 750:000\$ e mais favores para um engenho central de assucar e alcool de canna na fazenda Mutupiranga, no Estado da Bahia, deixou que fossem excedidos os prazos estipulados para execução da concessão e desempenho das respectivas obrigações, sem que para tal houvesse caso de força maior, plenamente justificado, resolve declarar caduca a mencionada concessão.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, assim fará executar.

Capital Federal, 30 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*





## DECRETO N. 965 A — DE 30 DE JULHO DE 1892

Concede autorisação ao subdito inglez Eduard William Parsoné para transferir, na qualidade de duplo procurador da *India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company Limited* e da *South American Cable Company, Limited* a concessão da primeira para a segunda destas companhias, mediante as clausulas que com este baixam.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o subdito inglez Eduard William Parsoné, na qualidade de duplo procurador legalmente habilitado da *India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company Limited* e da *South American Cable Company Limited*:

Resolve, de conformidade com a clausula 13<sup>a</sup> do contracto celebrado com o requerente, em virtude do decreto n. 128 de 11 de abril de 1891, que concedeu autorisação para lançar cabos submarinos partindo de quaesquer estações na costa occidental da Africa, a terminar no ponto conveniente do littoral do Estado de Pernambuco, e tocando na ilha de Fernando de Noronha, permittir a transferencia da referida concessão da primeira para a segunda destas companhias, mediante as seguintes clausulas:

## I

A cessionaria obriga-se a não fazer fusão com outra qualquer empreza telegraphica para a exploração do seu serviço, sem permissão do Governo.

## II

A admittir, retribuindo-o á sua custa, o fiscal que for nomeado pelo Governo.

## III

A pagar por todos os telegrammas, que passarem pelo seu cabo, a taxa terminal de dez centimos (de franco) pelos originados ou destinados ao Brazil e a taxa de transito de seis centimos pelos que atravessarem o cabo, qualquer que seja a sua origem ou destino, além das taxas devidas pela transmissão das mesmas.

## IV

A fazer a redução de dez por cento sobre as tarifas das outras emprezas telegraphicas submarinas, para todos os telegrammas que receber das linhas do Estado ou lhe forem entregues com destino ás mesmas.

## V

A cessionaria fica subrogada em todos os direitos e obrigações do contracto feito com a Companhia *Gutta Percha and Telegraph Company Limited*, em virtude do decreto n. 128 de 11 de abril de 1891, e não alterados pelas presentes clausulas.

Capital Federal, 30 de julho de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 966 — DE 1 DE AGOSTO DE 1892

Proroga por dous annos o prazo marcado na clausula 6ª das que baixaram com o decreto n. 520 de 23 de junho de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Matte Laranjeira, devidamente representada, resolve prorogar por dous annos o prazo marcado na clausula 6ª das que baixaram com o decreto n. 520 de 23 de junho de 1890, pelo qual foi concedida permissão a Thomaz Laranjeira para explorar herva matte no Estado de Matto Grosso.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 967 — DE 1 DE AGOSTO DE 1892

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho do anno passado, decreta :

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Paraná.

Capital Federal, 1 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 968 — DE 1 DE AGOSTO DE 1892

Modifica a primeira parte da clausula 8ª do decreto n. 397 de 20 de junho de 1891 que transfere para a Companhia União Industrial dos Estados do Brazil o trecho da via ferrea de Cruz Alta a Itararé e seus ramaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia União Industrial dos Estados do Brazil, resolve substituir a primeira parte da clausula 8ª das que acompanham o decreto n. 397 de 20 de junho de 1891 pela que com este baixa assignada pelo tenente-coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de agosto de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

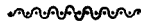
*Serzedello Corrêa.*

**Clausula a que se refere o decreto n. 968  
desta data**

Fica substituida a primeira parte da clausula 8ª das que acompanharam o decreto n. 397 de 20 de junho de 1891 pela clausula 4ª do de n. 462 de 7 de junho de 1890 seguinte:

O cambio a que se refere a clausula 2ª do decreto n. 305 de 7 de abril do corrente anno será de 27 dinheiros por 1\$000.

Capital Federal, 1 de agosto de 1892. — *Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 969 — DE 2 DE AGOSTO DE 1892

Eleva a categoria de batalhão a 4ª secção do batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca da Lapa, no Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica elevada a categoria de batalhão, com seis companhias e a designação de 9º, a 4ª secção do batalhão da re-

serva da Guarda Nacional da comarca da Lapa, no Estado do Paraná, o qual será organizado com os guardas qualificados nas freguezias da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 970 — DE 2 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Palmas, no Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica desligada da comarca de Guarapuava a força da Guarda Nacional qualificada na de Palmas, ambas no Estado do Paraná, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá do 12º corpo de cavallaria, já organizado, do 3º esquadrão da referida arma, ora elevado a corpo com quatro esquadrões e a designação de 18º, e de mais um corpo de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 19º, e um batalhão da reserva, com seis companhias, sob o n. 9º, ora creados, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 971 — DE 2 DE AGOSTO DE 1892

Crea novos corpos de guardas nacionaes na comarca de Paranaguá, no Estado do Piahy.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Paranaguá, no Estado do Piahy, mais dous batalhões de infantaria e um corpo de cavallaria de guardas nacionaes, tendo os corpos de infantarie

quatro companhias e o de cavallaria quatro esquadrões, e com as designações de 44º do serviço activo, 8º do da reserva e 8º de cavallaria, devendo todos os corpos organizar-se nas freguezias da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DEC ETO N. 972 — DE 2 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Corrente, no Estado do Piahy.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Paranaguá a força da Guarda Nacional qualificada na de Corrente, ambas no Estado do Piahy, e com ella organizado o commando superior da mesma guarda, que ficará constituido com os batalhões de infantaria ns. 28º, 33º e 43º e com os de ns. 7º da reserva e 7º corpo de cavallaria, ora creados, este com quatro esquadrões e aquelle com igual numero de companhias, organizados nas freguezias da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 973 — DE 2 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Espirito Santo de Batataes, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca do Espirito Santo de Batataes, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do

serviço activo, com as designações de 137º e 138º, de um batalhão da reserva sob n. 65, com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nas freguezias da referida comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 974 — DE 2 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Novo do Parapanema, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca do Rio Novo do Parapanema, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e a designação de 139º e 140º, de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 66º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, sob n. 51, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da referida comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 975 — DE 2 DE AGOSTO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Bananal, no Estado de São Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo, ficará organizada do seguinte modo :

Dos actuaes 24º e 62º batalhões de infantaria, reduzidos a quatro companhias cada um ;

Da actual 10ª secção da reserva, ora elevada a batalhão, com quatro companhias e a designação de

Do batalhão de infantaria, ora creado, com quatro companhias, e que se constituirá com os guardas nacionaes qualificados na 5ª e 6ª companhias do 24º batalhão e na 5ª e 6ª companhias do 62º;

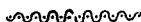
Do actual 5º corpo de cavallaria, com quatro esquadrões.

Art. 2.º Revogam-se as disposições emcontrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 976 — DE 2 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 127ª, e que deverá organizar-se no termo de Sant'Anna dos Brejos ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 977 — DE 5 DE AGOSTO DE 1892

Concede á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação autorisação para construir, usar e gosar o prolongamento de sua linha de Resaca ao porto de Santos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á resolução tomada pelo Congresso Nacional, de sujeitar ao Poder Executivo o julgamento do pedido feito pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, resolve conceder á mesma companhia autorisação para construir, usar e gosar o prolongamento de sua estrada, da estação da Resaca, ou

de ponto mais conveniente de sua linha, ao porto de Santos, servindo directamente, ou por meio de um ramal, a cidade de Mogy das Cruzes, respeitadas os direitos de outras estradas existentes, dentro de cujas zonas privilegiadas não poderá, salvo accordo, receber ou deixar passageiros e cargas, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo tenente-coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 977  
desta data**

**I**

E' concedida á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação authorisação para prolongar sua estrada, da estação da Resaca, ou de ponto mais conveniente de sua linha, ao porto de Santos, servindo directamente, ou por meio de um ramal, a cidade de Mogy das Cruzes, respeitadas os direitos de outras estradas existentes, dentro de cujas zonas privilegiadas não poderá, salvo accordo, receber e deixar passageiros e cargas.

**II**

E' concedido á companhia o direito de desapropriação, na fôrma do decreto n. 816 de 10 de julho de 1855, applicado aos terrenos e mais propriedades indispensaveis á construcção da estrada.

**III**

A companhia obriga-se a concluir todas as obras e inaugurar o trafego da estrada no prazo de quatro annos a contar desta data, salvos casos de força maior a juizo do Governo.

**IV**

Os estudos definitivos poderão ser apresentados ao Governo em trechos nunca inferiores a cinco kilometros de extensão, os quaes serão offerecidos em tres vias, das quaes uma em original.

**V**

No prazo de 60 dias, depois da entrega de cada trecho da estrada ao engenheiro fiscal, serão elles considerados approvados. Si, porém, o Governo tiver de fazer alguma objecção, a inter-



rupção proveniente de qualquer demora será accrescida ao prazo da clausula 3ª, salvo o caso em que a objecção seja devida à imperfeição dos referidos estudos.

## VI

A linha será de via dupla, raio minimo de 150 metros, e a declividade maxima de 2 ‰, excepto na serra do Mar onde a companhia poderá applicar systema especial, approved pelo Governo, ultrapassando o declive de 2 ‰.

## VII

Os preços de transporte serão fixados em tarifas approvadas pelo Governo, não podendo exceder os fretes ao do trecho correspondente de Campinas a Santos, pelas linhas Paulista e Ingleza.

## VIII

Logo que os dividendos excedam a 12 ‰ durante dous annos consecutivos, a companhia reduzirá as tarifas, applicando tarifas differenciaes sobretudo para distancias longinquas.

## IX

O Governo poderá encampar a estrada de que faz objecto o presente contracto além dos casos de utilidade publica, depois de 20 annos contados da data da inauguração de todo o trafego, regulando a renda dos cinco ultimos annos e juro official de 5 ‰, e nunca menos do que o custo da estrada.

## X

E' considerada de interesse geral da União a Estrada de Ferro Mogyana, de Santos a Catalão, e todas as suas ramificações.

## XI

A Companhia Mogyana obriga-se a estabelecer trafego mutuo com a Estrada de Ferro Central do Brazil.

## XII

Depois de concluida a estrada referente ao presente contracto, a companhia se obriga a aceitar os prazos para transportes fixados nos regulamentos que o Governo expedir sobre a materia para as estradas de ferro, sujeitando-se a todas as disposições dos mesmos regulamentos.

## XIII

A companhia terá a faculdade de augmentar seu material, edificios e linhas, sempre que for necessario, e justificada a despesa que será computada no seu capital.

## XIV

No caso de desaccordo entre o Governo e a companhia sobre a intelligencia das presentes clausulas, a duvida será decidida por meio de arbitramento na fôrma das leis, sem mais recurso algum.

## XV

A companhia entrará semestralmente para o Thesouro Federal com a quantia de 25:000\$ destinada ás despezas de fiscalização de suas linhas.

## XVI

Em tudo quanto não estiver estipulado no presente contracto, regulará, no que for applicavel, o que se contém nas clausulas ns. V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XXIV, XXV, LII e LIII do decreto n. 8888 de 17 de novembro de 1883.

Capital Federal, 5 de agosto de 1892.— *Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 978 — DE 5 DE AGOSTO DE 1892

Abre um credito de 500:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos de telegraphistas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi dada pela lei n. 70 de 1 de agosto do corrente anno, decreta :

Artigo unico. Fica aberto um credito de 500:000\$ para occorrer, no actual exercicio de 1892, ás despezas com o pagamento do augmento de vencimentos concedido aos telegraphistas de 1ª, 2ª e 3ª classes, que foram equiparados aos officiaes do Correio de iguaes categorias pelo art. 3º, n. VIII, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, e de accôrdo com a tabella que a este acompanha.

Capital Federal, 5 de agosto de 1892, 4º da Republica.

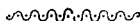
FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

**Tabella demonstrativa do augmento de vencimentos dos telegraphistas de 1ª, 2ª e 3ª classes**

| NÚMERO                                                          | CATEGORIAS                       | VENCIMENTOS FIXADOS<br>PELO DECRETO N. 372 A<br>DE 2 DE MAIO DE 1890 | VENCIMENTOS<br>DOS OFFICIAES DO CORREIO<br>DE IGUAES CATEGORIAS | CREDITO VOTADO<br>PELA LEI N. 26 DE 30 DE<br>DEZEMBRO DE 1891 | CREDITO NECESSARIO<br>EM VIRTUDE<br>DA EQUIPARAÇÃO | AUGMENTO DE VENCIMENTOS<br>VERIFICADO |
|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|---------------------------------------|
| 60                                                              | Telegraphistas<br>de 1ª classe.. | 3:600\$000                                                           | 4:800\$000                                                      | 216:000\$000                                                  | 238:000\$000                                       | 72:000\$000                           |
| 100                                                             | Telegraphistas<br>de 2ª classe.. | 2:400\$000                                                           | 3:800\$000                                                      | 240:000\$000                                                  | 380:000\$000                                       | 140:000\$000                          |
| 240                                                             | Telegraphistas<br>de 3ª classe.. | 1:800\$000                                                           | 3:000\$000                                                      | 432:000\$000                                                  | 720:000\$000                                       | 288:000\$000                          |
| Total do augmento verificado pela equiparação de vencimentos... |                                  |                                                                      |                                                                 |                                                               |                                                    | 500:000\$000                          |

3ª Secção da Secretaria de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, 5 de agosto de 1892. — O director, *José Rodrigues Barbosa*. — *Pedro Vellozo Rebello*, director geral.



### DECRETO N. 979 — DE 5 DE AGOSTO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes, ficará organizada com os seguintes batalhões:

O actual 39º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias;

O de n. 128, ora creado, que se comporá da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias do 39º batalhão;

O de n. 120, ora creado, que se comporá dos guardas alistados nas freguezias das comarcas;

O actual 24º batalhão da reserva, tambem com quatro companhias;

O de n. 76 do mesmo serviço, ora creado, com quatro companhias, ficará organizado com a 5ª e 6ª companhias do referido 24º batalhão e dos guardas alistados nas freguezias da comarca;

O corpo de cavallaria n. 17, ora creado, com quatro esquadções e organizado na freguezia da comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 980 — DE 8 DE AGOSTO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Frigorifica e Pastoril Brasileira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Frigorifica e Pastoril Brasileira, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assemblea geral de accionistas de 30 de junho proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

### Alterações dos estatutos da Companhia Frigorifica e Pastoril Brasileira, a que se refere o decreto n. 980 de 8 de agosto de 1892

Art. 3º § 3.º O anno social decorre de 1 de abril a 31 de março do anno seguinte.

Art. 5.º Substitua-se pelo seguinte: « O capital da companhia, que era de sessenta mil contos de réis (60.000:000\$), representado em 300.000 acções do valor nominal de 200\$ cada uma, fica reduzido à importancia de dezoito mil contos (18.000:000\$), actualmente realizado, dividido em 90.000 acções do mesmo valor.»

Paraphrasso unico. Deste capital a quota de 10.000:000\$ será empregada no desenvolvimento e custeio da industria frigorifica, e a restante de 8.000:000\$, na da industria pastoril.

Art. 6.º Elimine-se.

Art. 15. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros eleitos pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 16 paragrapho unico. Supprima-se desde — o superintendente servirá — até ao fim.

Art. 17 paragrapho unico. Substitua-se pelo seguinte: «Nos logares onde a companhia exercer a actividade das industrias a que se propõe desenvolver, terá a directoria delegados, gerentes, prepostos e mais agentes que julgar necessarios aos interesses dos serviços, marcando a todos elles as respectivas attribuições e vencimentos, e tambem as fianças, nos casos em que se fizerem ellas necessarias.»

Art. 20. Supprima-se desde — o superintendente geral terá o vencimento tambem annual de 18:000\$ — e diga-se em substituição ao final — estes vencimentos, bem como os dos demais empregados da companhia, serão pagos mensalmente.

Paragrapho unico. Supprima-se — e o superintendente geral.

Art. 21. Diga-se — 50 acções — em lugar de — 200 acções — onde houver.

Art. 23. Diga-se — O director que por espaço de 60 dias consecutivos deixar. (O mais como no artigo.)

Art. 26. Elimine-se.

Art. 27. Em vez de — sete — diga-se — tres — e em vez de — cinco supplentes — diga-se — tres supplentes.

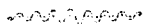
§ 1.º Diga-se — pelo menos 25 acções —, em vez de — pelo menos 100 acções.

Art. 29. Elimine-se.

Art. 30. Onde diz — depositar as suas acções no escriptorio da companhia até 31 de dezembro — diga-se — depositar as suas acções no escriptorio da companhia até 31 de março.

Art. 31. Em vez de — mez de março — diga-se — no mez de maio.

Art. 33. Accrescente-se — e outro de 5 % para deterioração e conservação do material fixo e fluctuante.



#### DECRETO N. 981 — DE 8 DE AGOSTO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Agricola e Commercial do Brazil, devidamente representada, resolve approvar a reforma

de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assemblea geral de accionistas de 30 de abril do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de agosto de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

## Alterações dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil, a que se refere o decreto n. 981 de 8 de agosto de 1892

Art. 13. Em vez de—cinco—diga-se — seis.

Mesmo artigo, § 6.<sup>o</sup> Substitua-se pelo seguinte : Os directores vencerão o honorario annual de 6:000\$, cada um, percebendo mais a gratificação de 500\$ mensaes cada um os que occuparem os cargos de presidente, de director da secção commercial, de director da secção agricola e de director da succursal de Santos.

Mesmo artigo, § 7.<sup>o</sup> Substitua-se pelo seguinte: O movimento das operações diarias, na sede da companhia, será dirigido por um director.

Tratando-se, porém, de assumpto que não seja de mero expediente, é necessaria a presença de tres directores, pelo menos, sendo válidas as deliberações accordes que elles tomarem.

Na impossibilidade de se reunir numero legal, poderão os ausentes, no paiz, votar por escripto, fazendo-se disso expressa menção na acta respectiva.

Mesmo artigo, § 8.<sup>o</sup> Substitua-se pelo seguinte : A directoria escolherá dentre si, no acto de ser empossada, o presidente, o secretario e o director da secção commercial, o director da secção agricola e o director da succursal de Santos.

Art. 14, § 11. As palavras—e por maioria de votos—substitua-se pelas seguintes—e de conformidade com o disposto no § 7.<sup>o</sup> do artigo anterior.

Art. 16. Supprima-se, alterando-se em conformidade a ordem numeral dos artigos subsequentes.

Art. 17, § 5.<sup>o</sup> Em vez de—vice-presidente—diga-se—presidente.

Art. 19, § 5.<sup>o</sup> Em vez de—duzentos—diga-se—cem.

Art. 30. Em vez de—5 a 10 %—diga-se — 5 % no minimo.

Art. 31. As palavras—da assemblea geral—substitua-se pelas seguintes—da directoria, de accordo com o conselho fiscal.

Art. 33. Em vez de—à do capital realizado—diga-se—a 50 % do capital realisado.

Art. 36. Supprima-se.



## DECRETO N. 982 — DE 8 DE AGOSTO DE 1892

Modifica o plano de uniforme para o Batalhão Academico.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve determinar que o plano de uniforme para o Batalhão Academico, approvado pelo decreto n. 242 de 4 de março de 1890, seja observado com as modificações que com este baixam assignadas pelo general de brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 8 de agosto de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco Antonio de Moura.*

Modificações feitas no plano de uniforme para o  
Batalhão Academico, a que se refere o decreto  
n. 982 desta data

KEPI

De panno azul ferrete, tendo 0<sup>m</sup>,085 de altura na frente e 0<sup>m</sup>,105 na parte posterior, com a cinta de velludo azul da Prussia entre vivos daquelle panno; os quartos guarnecidos de tres tranças de ouro de 0<sup>m</sup>,002 de largura e no fundo um enfeite tambem da mesma trança em tres ordens parallelas. Na frente o emblema, dentro de uma cercadura formada por dous ramos de louro e carvalho com a altura de 0<sup>m</sup>,04 e largura maxima de 0<sup>m</sup>,055 e encimado de uma estrella com 0<sup>m</sup>,01 de diametro, sendo o distinctivo duas carabinas cruzadas com as boccas voltadas para cima, tudo bordado a ouro sobre o mesmo velludo.

DOLMAN

O actual, tendo nas mangas, em vez de facha azul, carcella do mesmo velludo. Nas extremidades da gola tera duas carabinas cruzadas em vez de barretes phrygios. As passadeiras serão de velludo da mesma côr com 0<sup>m</sup>,01 de largura. Platinas sobre velludo da mesma côr e charlateiras as actuaes, tendo em vez de barretes phrygios, uma estrella.

Capital Federal, 8 de agosto de 1892. — *Francisco Antonio de Moura.*



## DECRETO N. 983 — DE 8 DE AGOSTO DE 1892

Autorisa a Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes a prolongar sua linha ao porto de S. Sebastião.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, e de accordo com a deliberação do Congresso Nacional, resolve conceder autorisação a mesma companhia para prolongar sua estrada, de Jundiahy ou de ponto mais conveniente ao porto de S. Sebastião, com um ramal para o de Santos, no Estado de S. Paulo, respeitados os direitos das outras estradas existentes, dentro de cujas zonas privilegiadas não poderá, salvo accordo, receber ou deixar passageiros e cargas, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo tenente-coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de agosto de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 983  
desta data**

I

E' concedida á Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes autorisação para prolongar sua estrada, de Jundiahy ou de ponto mais conveniente, ao porto de S. Sebastião, no Estado de S. Paulo, com um ramal para o porto de Santos, respeitados os direitos de outras estradas existentes, dentro de cujas zonas não poderá, salvo accordo, receber ou deixar passageiros e cargas.

II

E' concedido á companhia o direito de desapropriação, na forma do decreto n. 816 de 10 de julho de 1855, applicado aos terrenos e mais propriedades, indispensaveis á construcção da estrada.

III

A companhia obriga-se a concluir todas as obras e inaugurar o trafego da estrada no prazo de cinco annos, a contar da data da approvação dos estudos, salvo caso de força maior a juizo do Governo.



## IV

Os estudos definitivos serão apresentados à aprovação do Governo no prazo de dous annos, a contar da data do presente contracto, salvo caso de força maior a juízo do Governo.

## V

No prazo de sessenta dias depois da entrega dos estudos ao Governo, serão elles considerados approvados. Si, porém, o Governo tiver de fazer alguma objecção, a demora será accrescida ao prazo da clausula 4ª, salvo o caso em que a objecção seja devida a imperfeição dos estudos.

## VI

A linha será de via singela, podendo ser opportunamente dobrada, o raio minimo de 180 metros e a declividade maxima de 2 ‰, podendo estes limites ser ultrapassados na travessia da serra do Mar, onde a companhia, si julgar conveniente, poderá applicar systema especial, approvedo pelo Governo.

## VII

Os preços de transporte serão fixados em tarifas approvadas pelo Governo, não podendo exceder os fretes aos que actualmente vigoram nas linhas em tra fego da companhia.

## VIII

As tarifas serão revistas de cinco em cinco annos, e, quando se verificar que os dividendos tenham excedido de 12 % em dous annos consecutivos, a companhia reduzirá as tarifas, de preferencia para distancias longinquas.

## IX

O Governo poderá encampar a estrada que faz o objecto do presente contracto, além dos casos de utilidade publica, depois de 20 annos contados da data da inauguração do trafego de toda a linha, tomando por base a renda dos cinco ultimos annos e o juro official de 5 ‰, nunca pagando, porém, menos do que o custo da estrada.

## X

Depois de concluida a estrada, a companhia se obriga a acceitar os prazos para transportes fixados nos regulamentos que o Governo expedir para as estradas de ferro, sujeitando-se às demais disposições regulamentares das mesmas.

## XI

No caso de desacordo entre o Governo e a companhia sobre a intelligencia das presentes clausulas, a duvida será decidida por meio de arbitragem, na fórma das leis, sem mais recurso algum.

## XII

A companhia entrará semestralmente para o Thesouro Federal com a quantia de 5:000\$, destinada á despeza da fiscalização de suas linhas.

## XIII

A companhia fica autorizada a construir no porto de S. Sebastião, como dependencia da sua estrada e a ella directamente ligada uma ou mais pontes maritimas, para facilitar o serviço de descarga de materiaes para a sua estrada, podendo mais tarde utilizar-se das ditas pontes para o serviço de embarque e desembarque de quaesquer mercadorias, mediante a recepção de taxas approvadas pelo Governo, não constituindo esta concessão privilegio de especie alguma.

## XIV

Em tudo quanto não estiver estipulado no presente contracto, regularão, no que lhe forem applicaveis, as disposições dos decretos n. 7959 de 29 de dezembro de 1880 e n. 6995 de 10 de agosto de 1878.

Capital Federal, 8 de agosto de 1892.—*Serzedello Corrêa*.



## DECRETO N. 984 — DE 8 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional da Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na Guarda Nacional da Capital Federal mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro

companhias e a designação de 13º, o qual será organizado com os guardas qualificados no curato de Santa Cruz.

Art. 2.º O referido batalhão ficará pertencendo à 4ª brigada de infantaria da mesma guarda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 984 A — DE 10 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

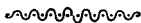
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 52º, que se organizará com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 985 — DE 10 DE AGOSTO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 53º, que se comporá dos guardas alistados na freguezia de Bariry ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 986 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Concede autorização á Companhia de seguros contra fogo Hamburgo Magdeburgo para estender as suas operações ao Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia de seguros contra fogo Hamburgo Magdeburgo, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para estender as suas operações ao Estado de S. Paulo, continuando sujeita ás clausulas que baixaram com o decreto n. 6547 de 13 de abril de 1877 e devendo preencher as formalidades prescriptas no art. 47 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 987 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Approva, com modificação, as alterações feitas nos estatutos da Companhia Commercio e Industrial do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que requereu a Companhia Commercio e Industrial do Brazil, com séde nesta Capital, e representada por seu presidente Manoel da Veiga Menezes, e thesoureiro José Manoel Teixeira, resolve approvar as alterações feitas nos respectivos estatutos, e adoptadas unanimemente por seus accionistas em assembléa geral extraordinaria de 5 de julho do corrente anno; reduzindo-se, porém, o art. 5º, de accordo com os arts. 33 e 34 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*

# Alterações feitas nos estatutos da Companhia Commercio e Industrial do Brazil, a que se refere o decreto n. 987 desta data.

## TITULO I

### DA COMPANHIA E SEUS FINS

Art. 1.º § 5.º Explorar, comprar, vender cacão, baunilha, canella, cêra, etc., animando o cultivo desses productos e outros nacionaes, e estabelecer agencias de seus negocios onde lhe convier.

§ 6.º Fazer operações bancarias.

Art. 3.º Seu capital é de 1.000:000\$, dividido em cinco mil acções de 200\$, cada uma.

Art. 5.º Augmentem-se os juros da môra a 2 % ao mez.

## TITULO II

### DOS ACCIONISTAS

Art. 8.º Altere-se—com quinze dias de antecedencia.

Art. 9.º Substitua-se—o accionista terá por cada dez acções um voto.

## TITULO III

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A companhia será administrada por dous membros, sendo—presidente e thesoureiro.

Art. 11. A directoria será eleita de tres em tres annos, podendo ser reeleita.

Art. 16. As deliberações da directoria serão mencionadas nas actas respectivas e lavradas pelo secretario.

Art. 17. Os directores perceberão mensalmente 500\$ cada um.

Art. 18. Compete ao director e presidente.:

§ 1.º Assignar os balancetes e balanços, por o—pague-se—em todas as contas, assignar os cheques e titulos de responsabilidade com o thesoureiro.

Art. 19. Compete ao director-theoureiro :

§ 1.º Substituir interinamente ao presidente na falta deste nos casos de impedimento ou ausencia temporaria.

§ 2.º Accrescente-se:— assim como assignar os cheques firmados pelo presidente.

§ 3.º A administração technica dos estabelecimentos da companhia, e para este fim, indicará á directoria a nomeação e demissão dos empregados, que tiverem de servir sob sua direcção

technica, bem como a designação dos respectivos vencimentos e gratificações, e finalmente proporá todas as medidas necessarias ao bom andamento da companhia nos estabelecimentos sob sua direcção ou gerencia.

#### TITULO IV

##### DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. Os membros effectivos do conselho fiscal servirão gratuitamente.

#### TITULO V

##### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 25. Diga-se—cujas acções estejam inscriptas em seus nomes pelo menos 15 dias antes da reunião.

Art. 26. O accionista poderá fazer-se representar em assembléa geral por outro accionista com poderes especiaes.

#### TITULO VI

##### DOS LUCROS, DIVIDENDOS E FUNDO DE RESERVA

Art. 34. Crear-se-ha um fundo de reserva, que não se elevará a mais de 50 % do capital da companhia, tirando-se para esse fim todos os annos dos lucros liquidos 25 %, até ser preenchido esse fundo de reserva.



#### DECRETO N. 988 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Approva os estudos definitivos da linha entre Jaraguá e a cidade de Palmeira dos Indios, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana, resolve approvar os estudos definitivos, pela

mesma apresentados, da linha entre Jaraguá e a cidade de Palmeira dos Índios, de accordo com as alterações feitas a traço verde nas plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da 1.<sup>a</sup> Directoria das Obras Publicas.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 989 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Proroga por tres mezes o prazo marcado na clausula 6.<sup>a</sup> do decreto n. 9741 de 9 de abril de 1887.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil attendendo ao que requereu a Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas, cessionaria, por decreto n. 1078 de 28 de novembro de 1890, do privilegio concedido pelo decreto n. 9741 de 9 de abril de 1887, para construção, uso e gozo de um canal de navegação entre a Laguna e Porto Alegre, resolve prorogar por tres mezes o prazo marcado na clausula 6.<sup>a</sup> do alludido decreto n. 9741, para apresentação dos estudos definitivos.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 990 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da Capital de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar :

Art. 1.<sup>o</sup> A Guarda Nacional da Capital do Estado de S. Paulo ficará constituida com os batalhões de infantaria do serviço activo ns. 1 e 2 e do 1.<sup>o</sup> do serviço da reserva, já organizados; do de n. 107 a que fica elevada a 1.<sup>a</sup> secção do serviço activo, e dos de ns. 108, 109, 110, 111 e 112 do mesmo serviço e 47, 48 e 49 do

da reserva e 1.º de artilharia de posição ; dos regimentos de cavallaria sob ns. 37 e 38 e do de artilharia de campanha sob n. 1, ora creados.

Art. 2.º Os referidos corpos de infantaria terão quatro companhias, os de cavallaria quatro esquadrões e os de artilharia quatro baterias cada um e serão organizados :

O 1.º batalhão de infantaria, no districto de N. S. da Assumpção da Sé ;

O 2.º, no do Senhor Bom Jesus de Mattosinhos do Braz ;

O 3.º, no de N. S. do O' ;

O n. 108, no de N. S. da Conceição de S. Bernardo ;

O n. 109, nos de N. S. da Conceição de Santa Epligenia e N. S. da Penha de França ;

O n. 110, nos de N. S. da Conceição dos Guarulhos e N. S. da Consolação ;

O n. 111, nos de S. João Baptista e N. S. do Desterro de Juquery ;

O n. 112, nos de Santo Amaro, N. S. dos Prazeres e Sant'Anna.

Art. 3.º Os batalhões da reserva serão organizados :

O 1.º, nos districtos do 1.º e 2.º do serviço activo ;

O 2.º, nos de ns. 107 e 108 ;

O 3.º, nos de ns. 109 e 110 ;

O 4.º, nos de ns. 111 e 112.

Art. 4.º Os regimentos de cavallaria e os corpos de artilharia serão organizados nos districtos da referida comarca.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 991 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Gurupá, no Estado do Pará, um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 16.º, que se organizará nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 992 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macapá, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Macapá, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 89º, que se comporá dos guardas nacionaes qualificados na freguezia de Bailique; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 993 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão do serviço activo da Guarda Nacional da Capital do Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 90º, a 3ª secção de batalhão do serviço activo já organizado com os guardas nacionaes qualificados na freguezia de N. S. da Conceição de Bemfica, na Capital do Estado do Pará; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 994 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca de Bragança, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com

quatro companhias cada um e as designações de 146º e 147º, de um batalhão da reserva, igualmente com quatro companhias, sob n. 69, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 58º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 995 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Solimões, no Estado do Amazonas.

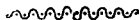
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Solimões, no Estado do Amazonas, um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 23º, que se comporá dos guardas nacionaes qualificados na freguezia do Rio Juruá ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 996 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itaporanga, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

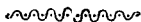
Artigo unico. Fica creado na comarca de Itaporanga, no Estado de Sergipe, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo,

com quatro companhias e a designação de 36º, de um batalhão da reserva, também com quatro companhias e a designação de 5º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e o n. 3, que se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 997 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Buquim, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca de Buquim, no Estado de Sergipe, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, sob n. 37, de um batalhão da reserva e a designação de 6º, com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 4º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Revogam-es as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 998 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Icó, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Ficam creados na comarca do Icó, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com

quatro companhias cada um e as designações de 74º e 75º, os quaes serão organizados, o primeiro no municipio de Aurora e o segundo no de Tracema, pertencentes à mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 999 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Baturité, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 88º, que se organizará com os guardas qualificados nas freguezias do municipio de Baturité, pertencente à referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1000 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Ficam creados na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 81º e 82º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 25º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados :

O 81º batalhão de infantaria, na freguezia de S. Bernardo das Russas ;

O 82º batalhão de infantaria, na do Limoeiro ;

O regimento de cavallaria, nas freguezias da comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1001— DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Ipú, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Ipú, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 85º, o qual se organizará com os guardas qualificados nas freguezias da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1002 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará !

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 84º, o qual será organizado com os guardas qualificados no municipio da Varzea Alegre, da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1003 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.

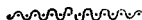
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Jardim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 83º, que será organizado com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1004 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e um da reserva de guardas nacionaes na comarca do Itapipoca, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Ficam creados na comarca do Itapipoca, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 86º e 87º, e um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 41º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados :

O 86º batalhão de infantaria, no municipio do Arraial ;

O 87º batalhão de infantaria, na freguezia do Paracurú ;

O 41º batalhão da reserva, nas freguezias da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1005 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e dous batalhões da reserva de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 76º e 77º, e dous batalhões do serviço da reserva, tambem com quatro companhias cada um e as designações de 38º e 39º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1006 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Ficam creados na comarca de Baturité, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de serviço activo, com quatro companhias e a designação de 78º, e um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 40º, e que serão organizados, o primeiro no municipio de Aracoyaba e o segundo nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo,*



## DECRETO N. 1007 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais dous batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficam creados na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 79º e 80º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 24º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados:

O 79º batalhão de infantaria, no municipio de Missão Velha ;

O 80º batalhão de infantaria, no de Barbalha ;

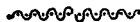
O 24º regimento de cavallaria, nas freguezias da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1008 — DE 12 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 26º, o qual se organizará com os guardas qualificados na freguezia de S. Benedito da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 1009 — DE 16 DE AGOSTO DE 1892

Eleva á categoria de regimento o 15º esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes da comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica elevado á categoria de regimento, com quatro esquadrões e a designação de 57º, o 15º esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes da comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo, o qual será organizado com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1010 — DE 16 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 56º, que se organizará com os guardas qualificados nas freguezias da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1011 — DE 16 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica desligada da comarca de Sorocaba a força da Guarda Nacional qualificada na de Tatuhy, ambas no Estado de

S. Paulo, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá do 6º batalhão de infantaria do serviço activo e 4º batalhão da reserva, já organizados e ora reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais tres batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 141º, 142º e 143º, de dous batalhões da reserva, tambem com igual numero de companhias cada um e as designações de 67º e 68º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 54º, ora creados, os quaes serão organizados nas frequezias da referida comarca.

Art. 2.º O local da parada dos corpos novamente creados será determinado pelo respectivo commandante superior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1012 — DE 16 DE AGOSTO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.

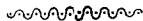
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 55º, que se organizará com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1013 — DE 16 DE AGOSTO DE 1892

Declara que os empregados das Inspectorias de Portos Maritimos são contribuintes do Montepio obrigatorio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, e considerando que as Inspectorias dos Districtos de Portos Maritimos, creadas pelo de-

creto n. 1109 de 29 de novembro de 1890, são repartições legalmente constituídas e subordinadas áquelle Ministerio, resolve:

Artigo unico. Os empregados das Inspectorias dos Districtos de Portos Maritimos são considerados contribuintes do Montepio obrigatorio creado pelo decreto n. 1045 de 21 de novembro de 1890, observadas as disposições deste decreto e do regulamento que baixou com o de n. 942 A de 31 de outubro do dito anno, a que o mesmo se refere.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 1014 — DE 16 DE AGOSTO DE 1892

Approva os estudos de 96.674<sup>m</sup>,30 de linha de Barra Mansa a Catalão, apresentados pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, resolve approvar os estudos de 96.674<sup>m</sup>,30 de linha de Barra Mansa a Catalão, apresentados pela mesma companhia, de accordo com as modificações indicadas a traço azul nas plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da Primeira Directoria de Obras Publicas.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencie Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça cumprir.

Capital Federal, 16 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 1015 — DE 16 DE AGOSTO DE 1892

Declara sem effeito o decreto n. 474 de 1 de agosto de 1891 que concede privilegio para construcção, uso e gozo de ramaes ferreos convergentes á Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo que a concessão com privilegio para construcção, uso e gozo de ramaes ferreos convergentes á Estrada de Ferro Cen-

tral do Brazil, effectivada pelo decreto n. 474 de 1 de agosto de 1891, ao tenente-coronel Joaquim Ignacio Pereira de Siqueira e engenheiro Oscar Pinto, não cabia ao Poder Executivo effectual-a, não só por encerrar favores que unicamente podiam ser conferidos pelo Congresso Nacional, mas tambem por não se achar incluído em nenhum dos casos estipulados pelo decreto n. 524 de 26 de junho de 1890 ; resolve declarar sem effeito o referido decreto n. 474 de 1 de agosto de 1891, ficando annullados todos os actos d'elle consequentes.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça cumprir.

Capital Federal, 16 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 1016 — DE 20 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Paraizo, no Estado de S. Paulo.

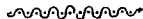
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. E' creado na comarca de Santa Rita do Paraizo, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com oito companhias e a designação de 136º, e um dito da reserva, tambem com oito companhias e a designação de 64º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1017 — DE 20 DE AGOSTO DE 1892

Declara effectiva a transferencia da concessão constante do decreto n. 1060 de 22 de novembro de 1890 á Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco, resolve declarar effectiva a transfe-

rencia que foi feita pelo decreto n. 585 de 3 de outubro de 1891, da concessão constantes dos ns. 1060 e 1235, de 22 de novembro de 1890 e 3 de janeiro de 1891, para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Caruarú ao Crato, contando que o seu ponto inicial seja Nazareth, e regulando as clausulas que acompanharam os citados decretos.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça cumprir.

Capital Federal, 20 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



# DECRETO N. 1017 A — DE 20 DE AGOSTO DE 1892

Approva, com modificações, os estudos da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo, na extensão de 72 kilometros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os engenheiros Manoel Caetano da Silva Lara e Roberto Normanton, commissarios da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo, resolve approvar os estudos da mesma estrada, na extensão de 72 kilometros, com as seguintes modificações: supressão do desvio na estaca 184—7,17, entroncamento duplo na Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba, de accordo com o *croquis* junto aos mesmos estudos e, apresentar uma variante para substituição do traçado entre as estacas 425 e 595, ou 290 e 500, de conformidade com as plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da Primeira Directoria de Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



Sr. Vice-Presidente da Republica — O conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro, em officio de 6 do mez proximo findo, que apresento a V. Ex., depois de referir-se ac do dia 10 de igual mezdo anno passado, em que sujeitou à approvação do Governo uma tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados, submetteu á

metteu á minha apreciação nova tabella, pela qual pretende substituir a que se acha em vigor em virtude do decreto n. 10.263, de 6 de julho de 1889.

Propõe ainda a extinção do logar de perito avaliador, cujas funções serão desempenhadas por um dos fleis do thesoureiro, que tenha a necessaria aptidão profissional.

Actou no espirito do conselho, para suggerir esta providencia, o ser difficil discriminar a responsabilidade dos dous cargos — thesoureiro e perito — no caso de erro ou falta premeditada do cumprimento do dever, por parte de qualquer desses empregados, visto que, avaliado o penhor pelo perito, fica sob a guarda do thesoureiro (Reg. de 2 de abril de 1887, arts. 62 e 63); si depois reconhecer-se que o valor do objecto existente no estabelecimento é menor do que o mencionado na cautela e o perito contestar que o mesmo objecto seja o que fôra por elle avaliado, não tem a administração dados positivos para verificar si a falta ou a má fé proveiu do perito na avaliação do penhor, ou si houve abuso de confiança por parte do thesoureiro.

O progressivo augmento que tem tido as operações reclama que seja elevado, de quatro a cinco, o numero de 1<sup>as</sup> escripturarios, e de oito a 10 o de 2<sup>as</sup>; por isso, e mantendo a proposta de crear-se o logar de archivista, que será nomeado pelo conselho, *ex vi* do citada reg., art. 53, n. 3, em vez de o ser pelo gerente, dentre os demais empregados, como dispõe o art. 59, n. 12; bem assim, a elevação dos vencimentos, justificada pelo excessivo preço dos meios de subsistencia e das habitações nesta cidade, o conselho organizou a nova tabella, na qual addicionou ao vencimento do thesoureiro 700\$, em compensação da responsabilidade que elle assume na avaliação dos penhores por seu fiel.

Sendo approvada, o accrescimo de despesa ficará distribuido assim :

|                                                        |             |
|--------------------------------------------------------|-------------|
| Gerente .....                                          | 1:000\$000  |
| Contador .....                                         | 500\$000    |
| Ajudante do contador.....                              | 600\$000    |
| 4 1 <sup>as</sup> escripturarios a 400\$000.....       | 1:600\$000  |
| 1 dito dito (emprego novo.....)                        | 4:000\$000  |
| 8 2 <sup>as</sup> ditos a 400\$000 .....               | 3:200\$000  |
| 2 ditos ditos (empregos novos) a 3:200\$000.....       | 6:400\$000  |
| Thesoureiro (com o novo augmento agora proposto) ..... | 1:200\$000  |
| 4 fleis a 400\$000.....                                | 1:600\$000  |
| 1 dito (emprego novo).....                             | 3:600\$000  |
| Archivista (emprego novo).....                         | 2:400\$000  |
| Porteiro .....                                         | 300\$000    |
| 2 continuos a 40\$000 .....                            | 80\$000     |
|                                                        | <hr/>       |
|                                                        | 26:480\$000 |
| Deduz-se o vencimento do logar de perito.....          | 6:000\$000  |
|                                                        | <hr/>       |
|                                                        | 20:480\$000 |

Da exposição do conselho fiscal e da demonstração do movimento de depositos nos annos de 1889, 1890, 1891 e primeiro semestre de 1892, verá V. Ex. não só que a proposta não onera o orçamento do Estado, porque aquelles estabelecimentos teem renda propria, como que o extraordinario movimento de depositos justifica perfeitamente a sua acceitação.

Nestas condições, tenho a honra de apresentar á aprovação de V. Ex. o decreto e tabella juntos.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4º da Republica.— *F. de Paula Rodrigues Alves.*

#### DECRETO N. 1018 — DE 23 DE AGOSTO DE 1892

Altera o regulamento approved por decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887 e dá nova tabella de empregados da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro desta cidade, resolve:

Art. 1.º F' extinto o logar de perito, cujas obrigações serão desempenhadas por um dos fies do thesoureiro, o qual tenha a necessaria aptidão profissional para servir de avaliador do Monte de Soccorro, e creado o emprego de archivista, que será provido pelo Conselho Fiscal, de conformidade com o art. 55, n. 3, do regulamento expedido por decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887.

Art. 2.º O numero, classes e vencimentos dos empregados são os da tabella annexa, pela qual fica substituida a que baixou com o decreto n. 10.263 de 6 de julho de 1889.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*F. de Paula Rodrigues Alves.*

**Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro, a que se refere o decreto n. 1013 desta data**

|                                                       |                     |
|-------------------------------------------------------|---------------------|
| 1 gerente .....                                       | 9:000\$000          |
| 1 contador .....                                      | 6:300\$000          |
| 1 ajudante do contador .....                          | 4:800\$000          |
| 5 1 <sup>as</sup> escripturarios, a 4:000\$000 .....  | 20:000\$000         |
| 10 2 <sup>as</sup> escripturarios, a 3:200\$000 ..... | 32:000\$000         |
| 1 thesoureiro .....                                   | 7:200\$000          |
| 5 fleis, a 3:600\$000 .....                           | 18:000\$000         |
| 1 archivista .....                                    | 2:400\$000          |
| 1 porteiro .....                                      | 2:700\$000          |
| 2 continuos, a 1:440\$000 .....                       | 2:880\$000          |
| <b>28</b>                                             | <b>105:280\$000</b> |

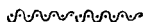
#### OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> A terça parte dos vencimentos será considerada gratificação devida pelo effectivo exercicio, sendo a importancia de dous terços ordenado.

2.<sup>a</sup> O fiel que servir de pagador vencerá de gratificação mais 600\$000.

3.<sup>a</sup> O que exercer as funcções de perito-avaliador terá, em vez de gratificação, uma porcentagem deduzida dos premios auferidos dos emprestimos, arbitrada annualmente pelo conselho fiscal, tendo em vista a média dos tres ultimos annos, de modo a produzir approximadamente um terço do vencimento marcado nesta tabella áquelle emprego.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892.— *F. de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 1019 — DE 23 DE AGOSTO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 36<sup>o</sup>; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 1021 (\*) — DE 23 DE AGOSTO DE 1892

Approva a variante ao traçado da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço, na parte relativa ao ramal da Tablada.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul, cessionaria da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço, resolve approvar a variante ao traçado da mesma estrada, na parte relativa ao ramal da Tablada, para que a linha tenha o seu ponto inicial na estaca O, igual a estaca 165+17, entre a praça da Constituição e a estação da Estrada de Ferro Rio Grande a Bagé, de accordo com a planta que com este baixa rubricada pelo chefe interino da primeira Directoria de Obras Publicas.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1022 — DE 23 DE AGOSTO DE 1892

Innova o contracto com a *Ceará Harbour Corporation, limited*, de accordo com a lei n. 48 de 7 de junho de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de conformidade com o art. 1º da lei n. 48 de 7 de junho de 1892, resolve innovar com a *Ceará Harbour Corporation, limited* o contracto approvado por decreto n. 8943 A de 12 de maio de 1883, mediante as clausulas que com este baixam assignados pelo Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

---

(\*) Com o n. 1020 não houve acto.

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1022 desta data**

**I**

Dentro do prazo de tres annos, no maximo, deverão ficar concluidas todas as obras de melhoramentos referentes a quebramar, viaducto, dragagem do ancoradouro, bem como as obras accrescidas e indicadas nos planos apresentados pela companhia aqui annexos, além de outras que se tornarem necessarias por observações posteriores, ficando a mesma companhia responsavel pela restituição das profundidades de agua necessarias a facilitar no porto da Fortaleza não só o embarque de mercadorias, como o movimento de manobras de todos os navios que demandarem aquelle porto.

**II**

No prazo de seis mezes, a contar desta data, deverão ser submettidas á approvação do Governo as plantas e nivelamentos, com todos os detalhes e orçamentos das obras accrescidas e que forem necessarias, de accordo com a clausula primeira.

**III**

Para a execução das obras e para os respectivos materiais serão adoptados os preços inseridos na memoria justificativa apresentada pela companhia ao Congresso Nacional em 24 de setembro de 1891, nas paginas 49 e 51 (annexos A e B).

**IV**

O Governo poderá mandar demolir, modificar ou mesmo sobrestar qualquer dos trabalhos relativos ás obras accrescidas, conforme os resultados obtidos pela experiencia e pratica do local, as quaes servirão ainda para determinar a extensão de cada obra, inclusive dragagem, sem mais onus para o Estado.

A companhia apresentará ao respectivo inspector do districto maritimo, trimensalmente e em duas cópias, com todos os detalhes, os desenhos das obras executadas, sendo uma dessas cópias devolvida e rubricada pelo mesmo inspector, depois das verificações a que tiver de proceder.

**V**

A companhia terá em serviço uma ou mais dragas aperfeiçoadas e de força conveniente, assim como material necessario para excavar e remover, no prazo estipulado no presente contracto, toda a área de dentro do ancoradouro e o canal, tendo em vista igualmente a satisfação das necessidades das embarcações empregadas no serviço de cabotagem.

## VI

A garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital maximo de 4.874:000\$ será paga por semestres, na forma até agora observada e pelo tempo de 25 annos, de accordo com o art. 1º da lei n. 48 de 7 de julho de 1892 e disposições vigentes.

## VII

Caducará este contracto, sem direito a indemnização alguma, si dentro do prazo de tres annos estipulados não estiver entregue ao trafego o porto da Fortaleza e concluidas todas as obras necessarias, de modo a tornal-o efficiente e mantido com este caracter, conformè foi proposto ao Governo da Republica pelo representante da companhia.

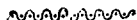
## VIII

Será, desde logo, suspensa a garantia de juros, si dentro do prazo de um anno não estiverem funcionando as dragas e na falta de cumprimento de qualquer das clausulas estabelecidas.

## IX

Ficam em inteiro e pleno vigor todas as disposições anteriores não revogadas pelas presentes clausulas.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892.— *Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1023 — DE 23 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria, de quatro companhias e a designação de 1300, que se comporá dos guardas nacionaes qualificados no municipio de Palmeiras; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1024 — DE 23 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe, mais tres batalhões de infantaria do serviço activo, de quatro companhias cada um e as designações de 38º, 39º e 40º, que se organizarão com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1025 — DE 23 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de tres batalhões de infantaria, de quatro companhias cada um e as designações de 128º e 129º do serviço activo e 31º do da reserva, que serão organizados nas freguezias da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1026 — DE 23 DE AGOSTO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo nas comarcas da Capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas.

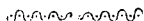
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. E' creado nas comarcas da Capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas, um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com oito companhias e a designação de 22º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1027 — DE 26 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de S. José dos Pinhães, no Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica desligada do commando superior da comarca da Capital a força da Guarda Nacional qualificada na de S. José dos Pinhães, ambas no Estado do Paraná, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com a designação de 5º, um batalhão da reserva sob n. 10, com seis companhias cada um, e um corpo de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 19º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de agosto de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1028 — DE 26 DE AGOSTO DE 1892

Dispensa a apresentação de attestados de frequencia nos cursos praticos das Faculdades de Medicina.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à representação de varios alumnos das Faculdades de Medicina sobre a impossibilidade em que se acham de poderem apresentar os attestados de frequencia nos cursos praticos de que trata o art. 143 dos estatutos que acompanharam o decreto n. 1270 de 10 de janeiro de 1891, resolve, de accordo com a authorisação conferida pelo art. 3º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891 :

Dispensar a apresentação de attestados de frequencia nos cursos praticos das cadeiras a que pelos estatutos vigentes são obrigados, na fórma do art. 143, os alumnos matriculados e os candidatos a exames livres, com excepção, porém, das cadeiras de chimica analytica e toxicologia, de clinica propedeutica e de clinicas especiaes para os alumnos de curso medico, os quaes se poderão ser admittidos à inscripção de exames independentemente da apresentação dos mesmos attestados, si declararem sujeitar-se a exames das mesmas cadeiras; continuando, entretanto, dispensados da apresentação dos attestados nessas clinicas os alumnos que forem internos das clinicas das mesmas Faculdades e dos serviços do Hospital da Misericordia.

Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de agosto de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1029 — DE 30 DE AGOSTO DE 1892

Altera as clausulas 1ª, 5ª e 9ª do decreto n. 155 de 18 de abril de 1891, relativo à concessão da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os engenheiros Manoel Caciuno da Silva Lara e Roberto Normanton, concessionarios da Estrada de Ferro entre as cidades de Taubaté e Amparo, no Estado de S. Paulo, a que se refere o decreto n. 155 de 18 de abril de 1891, resolve restringir para cincoenta annos o prazo do privilegio e

substituir as clausulas 1ª, 5ª e 9ª que acompanham o referido decreto, pelas que com este baixam assignadas pelo tenente-coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado do Negocio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de agosto de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1029 desta data.**

I

Fica reduzido a cincoenta annos o prazo do privilegio fixado na clausula 1ª das que acompanham o decreto n. 155 de 18 de abril de 1891 para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre as cidades de Taubaté e Amparo, no Estado de S. Paulo, passando o mais proximo possivel por Boquira e Jaguary, no Estado de Minas Geraes.

II

A clausula 5ª do citado decreto n. 155 de 18 de abril de 1891 fica substituida pela seguinte :

« O Governo terá o direito de resgatar a estrada depois de decorridos 25 annos, a contar da inauguração do trafego. O preço do resgate será regulado, em falta de accordo, pelo termo médio do rendimento liquido do ultimo quinquennio e tendo-se em consideração a importancia das obras, material e dependencias no estado em que estiverem então, si o resgate effectuar-se antes de expirar o privilegio.

Si, porém, o resgate effectuar-se depois do prazo do privilegio, o Governo só pagara á companhia o valor das obras e do material, no estado em que se achar, contanto que a somma a despendar não excederá a que se tiver effectivamente empregado na construcção da mesma estrada.

A importancia do resgate poderá ser paga em titulos da divida publica interna.

Fica entendido que a presente clausula só é applicavel aos casos ordinarios e que não abroga o direito de desapropriação, por utilidade publica, que tem o Governo Federal.»

III

Continuam em inteiro vigor todas as demais clausulas do citado decreto n. 155 de 18 de abril de 1891, que não tenham sido alteradas ou substituidas pelas presentes.

Capital Federal, 30 de agosto de 1892.— *Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1029 A — DE 30 DE AGOSTO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Bom Sucesso, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Bom Sucesso, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 139ª, e de um outro da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 84ª; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de agosto de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1030 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia do Beberibe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia do Beberibe, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações que com esto baixam e que foram approvadas pela assembléa geral dos accionistas em reuniões realizadas em 8 de abril e 27 de junho do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de setembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## Estatutos da Companhia do Beberibe, com as alterações a que se refere o decreto n. 1030 de 1 de setembro de 1892.

### CAPITULO I

Art. 1.º A Companhia do Beberibe, estabelecida nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco em 20 de dezembro de 1838, passa a reger-se por estes estatutos.

Art. 2.º O fim desta companhia é abastecer de agua a esta cidade e seus arrabaldes.

Art. 3.º A duração desta companhia será de 58 annos, podendo ser prorogada.

Art. 4.º A sede e fóro juridico desta companhia são nesta cidade do Recife.

Art. 5.º O capital social será de 4.500:000\$, dividido em quinze mil acções no valor de trezentos mil réis cada uma integralizadas.

Art. 6.º As actuaes acções serão substituidas por novas.

Art. 7.º As acções serão nominativas, e constarão de titulos assignados pela directoria da companhia.

Art. 8.º As acções são indivisiveis; si alguma acção pertencer a mais de uma pessoa, escolherão entre si quem deve exercer os direitos de accionista, exceptuando-se as associações, corporações e firmas sociaes, que serão representadas por quem competir de direito.

Art. 9.º Os accionistas teem direito a uma parte dos lucros sociaes, correspondente ao numero de acções que possuirem, e bem assim quinhão proporcional na propriedade dos bens sociaes.

Art. 10. A responsabilidade do accionista é limitada ao valor das acções que possuir.

Art. 11. As transferencias das acções effectuar-se-hão por termo lavrado no livro de registro, assignado pelo cedente e cessionario ou por seus legitimos procuradores.

Art. 12. O accionista só será reconhecido como tal si estiver devidamente inscripto no registro das acções.

### CAPITULO II

#### ASSEMBLÉA GERAL

Art. 13. A assembléa geral é a reunião dos accionistas da companhia, legalmente convocados na sede social, accionistas que tenham suas acções devidamente registradas com antecedencia de 30 dias, no minimo, e representando as acções exigidas pela lei.

Art. 14. A assembléa geral é o poder soberano para conhecer, resolver sobre todos os negocios sociaes, observadas todas as prescripções legais, obrigando suas deliberações a todos os accionistas.

Art. 15. Tem direito de votar o accionista possuidor de cinco ou mais acções, contando-se um voto por cinco acções, até ao maximo de vinte votos.

Art. 16. As deliberações ou resoluções da assembléa geral serão tomadas *per capita*, excepto quando reclamarem tres ou mais accionistas para que o sejam pela representação de acções, em cujo caso será a votação por escrutinio secreto.

Art. 17. Os accionistas ausentes ou impedidos poderão constituir procuradores especiaes, que os representem nas assembléas geraes, contanto que esses procuradores sejam accionistas na forma da lei.

Art. 18. Os accionistas que não tenham direito de votar podem no entretanto comparecer ás assembléas geraes e nellas tomar parte, quer discutindo quer propondo o que julgarem mais conveniente aos interesses sociaes.

Art. 19. As procurações para a representação de accionistas serão entregues no escriptorio da companhia, com tres dias de antecedencia, mediante recibo, sob pena de não produzir effeito. A ciação não retira o direito de representação como accionista.

Art. 20. As convocações das assembléas geraes serão feitas com antecedencia de 15 dias para as reuniões ordinarias e de oito dias para as reuniões extraordinarias.

Art. 21. No decurso do mez de julho de cada anno haverá uma reunião ordinaria da assembléa geral para a tomada de contas da gestão dos negocios sociaes, para eleição, assim como para tratar de qualquer assumpto, que não exija convocação especial.

Art. 22. A assembléa geral ordinaria só terá lugar com a primeira convocação, si comparecerem tres accionistas que representem um quarto do capital social, não sendo esses accionistas directores, nem membros do conselho fiscal. Si a reunião não tiver lugar com a primeira convocação, far-se-ha segunda, a qual realizar-se-ha com qualquer que seja o numero de accionistas presentes.

Art. 23. Na assembléa geral ordinaria serão presentes o relatorio da directoria, parecer da commissão fiscal, balanços e contas, sendo estes os assumptos da primeira discussão e deliberação.

Art. 24. A approvação dos balanços e contas annuaes importa a extincção da responsabilidade da directoria, na forma da lei.

Art. 25. As assembléas geraes extraordinarias terão sempre lugar quando occorrer qualquer facto que deva ser sujeito a deliberação dos accionistas, quando a directoria ou a commissão fiscal julgar conveniente, ou quando o requererem accionistas que representem um quinto do capital social, e em numero não inferior a sete.

Art. 26. As convocações das assembléas geraes extraordinarias serão sempre motivadas e nellas não se poderá tratar de assumpto alheio á materia da convocação.

Art. 27. Os trabalhos das assembléas geraes serão dirigidos por um presidente eleito annualmente, na assembléa geral ordinaria anterior, e as actas serão escriptas por um secretario tambem eleito com o presidente. Em cada uma das reuniões o presidente convidará um dos accionistas presentes para servir de 2º secretario.

Art. 28. As eleições da directoria e da commissão fiscal serão por escrutinio secreto.

### CAPITULO III

#### DIRECTORIA

Art. 19. A administração da companhia será confiada a uma directoria composta de tres membros.

Art. 30. Os directores serão eleitos dentre os accionistas pela assembléa geral ordinaria, por escrutinio secreto e maioria relativa de votos de accionistas presentes.

§ 1.º A nova directoria porém será eleita em assembléa geral extraordinaria, que será convocada em seguida á approvação destes estatutos.

Art. 31. Nenhum director poderá assumir o exercicio do cargo sem ter caucionado cincoenta acções da companhia, livres e desembaraçadas, como garantia de sua gestão dos negocios sociaes, cujas acções serão de propriedade do proprio director.

Art. 32. O mandato da directoria será por tres annos, podendo qualquer dos directores ou todos ser reeleitos, ou substituidos segundo a lei.

Art. 33. Só se preencherá a vaga do director ausente, no caso de haver negocio urgente a resolver e não estarem de accordo os outros directores.

Art. 34. O preenchimento da vaga de qualquer director será feito por escolha dos outros directores e membros da commissão fiscal.

Art. 35. A directoria reunir-se-ha uma vez por mez, e extraordinariamente, quando for necessario.

Art. 36. As deliberações da directoria constarão das actas de suas sessões, as quaes serão lavradas em livro especial e assignadas por todos os directores presentes.

Art. 37. A directoria poderá convidar a commissão fiscal para assistir a qualquer de suas sessões, quando se tratar de assumpto muito importante, cabendo á commissão dar parecer, o que será mencionado na acta, e esta deverá ser assignada por todos que estiverem presentes.

Art. 38. Um dos directores será o presidente, outro secretario e outro adjunto, sendo a designação dos cargos por occasião da eleição.

Art. 39. A directoria poderá escolher qualquer de seus membros para servir de gerente, ou nomear pessoa estranha para desempenhar o cargo, e a quem conferirá os poderes que julgar conveniente.

**Art. 40. Compete á directoria:**

- a) Assignar e dar regulamento aos serviços da companhia;
- b) Nomear suspender ou demittir o gerente;
- c) Fixar os vencimentos e fianças do pessoal da companhia;
- d) Marcar o dividendo a ser distribuido;
- e) Deliberar sobre a convocação da assembléa geral, quando não tenha sido feita nas épocas competentes, extraordinariamente, quando julgar conveniente;
- f) Assignar os titulos de acções;
- g) Contrahir empréstimos, quer por meio de emissão de obrigações, quer por outros meios diversos;
- h) Cumprir fielmente as resoluções da assembléa geral, as disposições dos estatutos, e contractos com os poderes publicos;
- i) Auxiliar e fiscalizar o presidente da directoria, na gestão e administração da companhia;
- j) Tomar contas mensalmente da receita e despesa.

**Art. 41. Ao presidente da directoria compete:**

- a) Representar a companhia perante os poderes publicos nacionaes e estrangeiros, demandar e ser demandado, constituir advogados e procuradores, que por ella compareçam em qualquer parte ou tribunal, assim como representar a companhia em todos os actos em que seus direitos e interesses estejam envolvidos.
- b) Celebrar contractos, tanto com o Governo Federal, como com o deste Estado, com quaesquer companhias, corporações e sociedades particulares;
- c) Exercer todos os actos de gestão, com livre e geral administração, de accordo com a lei e os presentes estatutos, quer por si, quer por meio de preposto, para o que lhe são conferidos os poderes necessarios em direito;
- d) Organizar o relatorio, balanço e contas da administração;
- e) Convocar as assembléas geraes.

**Art. 42. Ao secretario incumbe:**

- a) Lavrar as actas das sessões da directoria, subscrever os contractos e certidões;
  - b) Substituir o presidente nas faltas e impedimentos;
  - c) Assignar com o presidente as convocações da assembléa geral;
  - d) Auxiliar o presidente em seus trabalhos.
- O secretario será substituido pelo adjunto.

**Art. 43.** O director que exercer as funcções de gerente perceberá dous contos de réis annualmente, pelo exercicio dos dous cargos, e si não accumular os dous cargos descontar-se-ha o que se pagar ao gerente, de modo que a somma dos dous vencimentos não exceda a quota estipulada.

O secretario vencerá annualmente dous contos de réis, e o adjunto dous contos de réis.

## CAPITULO IV

## COMISSÃO FISCAL

Art. 44. A comissão fiscal será composta de tres membros, accionistas, eleitos annualmente na assembléa geral ordinaria.

Outrosim, na mesma reunião serão eleitos tres supplentes.

Art. 45. As attribuições da comissão fiscal são reguladas pela lei e por estes estatutos, competindo-lhe :

a) Tomar conhecimento da gestão dos negocios sociaes na época devida, examinando a escripturação, documentos e valores, do que lavrará parecer emittindo sua opinião, para ser apresentado á assembléa geral ;

b) Dar seu parecer quando for consultada pela directoria;

c) Convocar a assembléa geral ordinaria quando o não tenha sido pela directoria, na época legal, e extraordinariamente quando julgar conveniente aos interesses sociaes, motivando sempre seu procedimento, tanto na convocação, como perante a assembléa geral.

Art. 46. Cada um dos membros da comissão fiscal perceberá trezentos mil réis, annualmente, depois de ter dado o respectivo parecer.

## CAPITULO V

## APPLICAÇÃO DOS LUCROS

Art. 47. Dos lucros liquidos verificados em cada semestre social deduzir-se-hão 10 % para constituir o fundo de reserva.

Art. 48. Farão parte do fundo de reserva os lucros que excederem a 10 % do dividendo até que o fundo de reserva esteja completo.

Art. 49. Considerar-se-ha como completo o fundo de reserva, quando elle houver attingido a quinhentos contos de réis.

Art. 50. Quando o fundo de reserva for desfalcado por qualquer razão, será de novo completado com as quotas acima estabelecidas.

Art. 51. O fundo de reserva será empregado em titulos que offereçam a precisa confiança.

Art. 52. Em 15 de maio e em 15 de novembro de cada anno serão feitos os dividendos semestraes aos accionistas cujas acções tenham sido averbadas quinze dias antes daquellas datas.

Art. 53. Os dividendos consistirão nos lucros liquidos effectivamente realizados dentro do semestre, depois de feita a deducção para o fundo de reserva.

Art. 54. Os dividendos não excederão de 12 % ao anno, emquanto não estiver completado o fundo de reserva.

## CAPITULO VI

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 55. O anno social da companhia continúa a ser de 1 de maio a 30 de abril.

Art. 56. O producto da conta de autorisação dos empréstimos, e quaesquer vantagens na liquidação dos mesmos, será levado à conta do capital.



## DECRETO N. 1031—DE 1 DE SETEMBRO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.

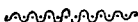
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado no commando superior da comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 60<sup>a</sup>, o qual se organizará com os guardas qualificados nas freguezias da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de setembro de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1032 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.

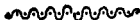
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Urubú, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de , que se organizará com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de setembro de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1033 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1892

Dá nova organização á brigada policial da Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo art.18 da lei n. 76, de 16 do corrente mez, decreta :

Art. 1.º A brigada policial da Capital Federal será organizada do modo constante dos quadros annexos, assignados pelo Ministro de Estado dos Negocios da Justiça.

Art. 2.º Ficam derogados o decreto n. 958 de 6 de novembro de 1890 e mais disposições em vigor, na parte em que não se conformarem ás disposições do presente decreto.

Capital Federal, 1 de setembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Quadro geral da organização da brigada policial, a que se refere o decreto n. 1033 desta data

|                                                       |       |       |
|-------------------------------------------------------|-------|-------|
| Officiaes do estado-maior do commando da brigada..... | ..... | 24    |
| REGIMENTO DE CAVALLARIA                               |       |       |
| Estado-maior.....                                     | 6     |       |
| Estado-menor.....                                     | 6     |       |
| Officiaes dos esquadroes.....                         | 20    |       |
| Preços.....                                           | 392   | 424   |
| REGIMENTO DE INFANTARIA                               |       |       |
| Estado-maior.....                                     | 7     |       |
| Estado-menor.....                                     | 45    |       |
| Officiaes das companhias.....                         | 80    |       |
| Preços.....                                           | 1,920 | 2,052 |
| Total.....                                            | ..... | 2,500 |

Capital Federal, 1 de setembro de 1892.— *Fernando Lobo.*

Quadro discriminativo da organização da brigada policial,  
a que se refere o decreto n. 1033 desta data

## ESTADO-MAIOR

|                                                                         |       |
|-------------------------------------------------------------------------|-------|
| General de brigada ou coronel.....                                      | 1     |
| Assistente encarregado do detalhe (tenente-coronel ou major).....       | 1     |
| Ajudante de ordens (capitão, tenente ou alferes).....                   | 1     |
| Secretario (capitão, tenente ou alferes).....                           | 1     |
| Inspector da contadoria e do material (tenente-coronel ou coronel)..... | 1     |
| Thesoureiro da contadoria (major ou capitão).....                       | 1     |
| Primeiro auxiliar da contadoria (capitão).....                          | 1     |
| Segundos auxiliares (tenentes ou alferes).....                          | 2     |
| Chefe do serviço sanitario (tenente-coronel).....                       | 1     |
| Medicos (maiores).....                                                  | 2     |
| Medicos (capitães).....                                                 | 4     |
| Medicos (tenentes).....                                                 | 6     |
| Pharmaceutico (tenente).....                                            | 1     |
| Pharmaceutico (alferes).....                                            | 1     |
|                                                                         | <hr/> |
|                                                                         | 24    |

## REGIMENTO DE CAVALLARIA (QUATRO ESQUADRÕES)

## ESTADO-MAIOR

|                                               |       |
|-----------------------------------------------|-------|
| Tenente-coronel commandante.....              | 1     |
| Major fiscal.....                             | 1     |
| Capitão ajudante.....                         | 1     |
| Secretario (tenente ou alferes).....          | 1     |
| Quartel-mestre (tenente ou alferes).....      | 1     |
| Veterinario (com a graduação de alferes)..... | 1     |
|                                               | <hr/> |
|                                               | 6     |

## ESTADO-MENOR

|                                                  |       |
|--------------------------------------------------|-------|
| Sargento ajudante.....                           | 1     |
| Sargento quartel-mestre.....                     | 1     |
| Clarim-mór (com a graduação de 1º sargento)..... | 1     |
| Armeiro (idem).....                              | 1     |
| Mestre de ferradores (idem).....                 | 1     |
| Mestre de correio (idem).....                    | 1     |
|                                                  | <hr/> |
|                                                  | 6     |



## ESQUADRÕES

|                        |       |
|------------------------|-------|
| Capitão.....           | 1     |
| Tenente.....           | 1     |
| Alferes.....           | 3     |
| 1º sargento.....       | 1     |
| 2ºs sargentos.....     | 5     |
| Forriel.....           | 1     |
| Cabos de esquadra..... | 12    |
| Soldados.....          | 75    |
| Clarins.....           | 2     |
| Correeiro.....         | 1     |
| Ferrador.....          | 1     |
|                        | <hr/> |
|                        | 103   |

*Recapitulação*

|                               |       |
|-------------------------------|-------|
| Estado-maior.....             | 6     |
| Estado-menor.....             | 6     |
| Officiaes dos esquadrões..... | 20    |
| Praças.....                   | 392   |
|                               | <hr/> |
|                               | 424   |

## REGIMENTO DE INFANTARIA ( DEZESEIS COMPANHIAS )

## ESTADO-MAIOR

|                                             |       |
|---------------------------------------------|-------|
| Coronel ou tenente-coronel commandante..... | 1     |
| Major fiscal da ala direita.....            | 1     |
| Major fiscal da ala esquerda.....           | 1     |
| Capitão ajudante da ala direita.....        | 1     |
| Capitão ajudante da ala esquerda.....       | 1     |
| Secretario ( tenente ou alferes ).....      | 1     |
| Quartel mestre ( tenente ou alferes ).....  | 1     |
|                                             | <hr/> |
|                                             | 7     |

## ESTADO-MENOR

|                                                               |       |
|---------------------------------------------------------------|-------|
| Sargentos ajudantes.....                                      | 2     |
| Sargentos quarteis-mestres.....                               | 2     |
| Corneta-mór (com a graduação de 1º sargento).....             | 1     |
| Mestre da musica (com a graduação de 1º sargento).....        | 1     |
| Contra-mestre da musica (com a graduação de 2º sargento)..... | 1     |
| Musicos.....                                                  | 36    |
| Armeiros.....                                                 | 2     |
|                                                               | <hr/> |
|                                                               | 45    |

## COMPANHIAS

|                                 |       |
|---------------------------------|-------|
| Capitão.....                    | 1     |
| Tenente.....                    | 1     |
| Alferes.....                    | 3     |
| 1. <sup>o</sup> sargento.....   | 1     |
| 2. <sup>os</sup> sargentos..... | 6     |
| Forriel.....                    | 1     |
| Cabos de esquadra.....          | 16    |
| Soldados.....                   | 94    |
| Cornetas.....                   | 2     |
|                                 | <hr/> |
|                                 | 125   |

*Recapitulação*

|                               |       |
|-------------------------------|-------|
| Estado-maior.....             | 7     |
| Estado-menor.....             | 45    |
| Officiaes das companhias..... | 80    |
| Praças.....                   | 1.920 |
|                               | <hr/> |
|                               | 2.052 |

Capital Federal, 1 de setembro de 1892.— *Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1034 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1892

Torna extensivas á Armada as disposições do decreto n. 901, de 18 de outubro de 1890, relativas á maioridade dos filhos varões dos officiaes do Exercito para a percepção do montepio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que são applicaveis á marinha as disposições contidas no decreto n. 901, de 18 de outubro de 1890, relativas á maioridade dos filhos varões dos officiaes do Exercito para a percepção do montepio, e a que, pelo art. 85 da Constituição Federal, os officiaes do quadro e das classes annexas da Armada terão as mesmas patentes e vantagens que os do Exercito, nos cargos de categoria correspondente; resolve, tornando extensivas á marinha as mesmas disposições, que se observe o seguinte:

Art. 1.<sup>o</sup> E' elevada a 21 annos a idade fixada no decreto n. 1258 A, de 20 de abril de 1866, para a perda do direito á pensão do montepio de que tratam o mesmo decreto e o de n. 426 de 24 de maio de 1890.

Art. 2.<sup>o</sup> Perdem tambem o direito á pensão, antes de completarem aquella idade, os filhos varões que perceberem pelos cofres publicos outros vencimentos, pelo menos equivalentes á referida pensão.

Art. 3.º O presente decreto é applicavel aos filhos que actualmente se acham no goso de pensões.

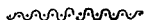
Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Marinha assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*



## DECRETO N. 1034 A — DE 1 DE SETEMBRO DE 1892

Regula a execução da lei n. 76 de 16 de agosto anterior, que reorganiza o serviço policial do Districto Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pela lei n. 76 de 16 de agosto do corrente anno, que reorganiza o serviço policial do Districto Federal, resolve decretar que na execução da sobredita lei se observe o regulamento annexo.

Capital Federal, 1 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Regulamento do serviço policial do Districto Federal, de que trata o decreto n. 1034 A, desta data.

## TITULO I

### CAPITULO I

#### DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL

Art. 1.º A organização policial do Districto ou Capital Federal é a constituição systematica dos agentes indispensaveis para a protecção dos direitos individuaes e manutenção da ordem publica.

Art. 2.º O ministro da justiça da União é o centro superior da Policia da Capital Federal, sob a inspecção suprema do Presidente da Republica.

Art. 3.º A Policia da Capital Federal é confiada a :

Um chefe de policia ;  
Dous delegados auxiliares ;  
Vinte delegados de circumscripções urbanas ;  
Oito delegados de circumscripções suburbanas ;  
Duzentos inspectores seccionaes urbanas ;  
Sessenta e quatro inspectores seccionaes suburbanos ;  
Cincoenta agentes de segurança publica de 1ª classe ;  
Cem ditos ditos de 2ª classe ;  
Cento e cincoenta ditos ditos de 3ª classe ;  
Um inspector de agentes.

Art. 4.º O chefe de policia é o centro da actividade policial e unidade administrativa ; dirige todo o respectivo serviço, e tem sob suas immediatas ordens as demais autoridades e agentes policiaes.

Art. 5.º Os dous delegados auxiliares coadjuvam o chefe de policia em sua administração.

Art. 6.º Os delegados urbanos dirigem o serviço policial em suas circumscripções, e teem sob suas ordens os inspectores seccionaes.

Art. 7.º Os agentes de 1ª classe servirão perante o chefe de policia, e os de 2ª e 3ª serão distribuidos pelas diversas circumscripções, segundo designação do mesmo chefe de policia.

Art. 8.º A Capital Federal fica dividida em vinte circumscripções urbanas e oito suburbanas, com attenção á densidade da população respectiva.

Art. 9.º Cada uma destas circumscripções será subdividida em outras, sempre com attenção á densidade da população, formando um total de 264 secções policiaes.

## CAPITULO II

### DOS EMPREGADOS DA POLICIA

Art. 10. Como empregados da Policia servirão :

Seis medicos ;  
Um administrador do deposito ;  
Um inspector de vehiculos ;  
Dous officiaes de visita do porto ;  
Dous escrivães e dous escreventes dos delegados auxiliares ;  
Um escrivão perante cada um dos delegados urbanos e suburbanos .

## CAPITULO III

### DAS NOMEAÇÕES

Art. 11. O chefe de policia será nomeado pelo Presidente da Republica, sob proposta do ministro da justiça.

Art. 12. Os delegados auxiliares e os delegados urbanos e suburbanos serão nomeados pelo chefe de policia.

Art. 13. Os inspectores seccionaes serão nomeados pelo chefe de policia, sob proposta dos delegados urbanos e suburbanos, perante os quaes houverem de servir.

Art. 14. Os agentes serão nomeados pelo chefe de policia.

Art. 15. Os escrivães serão providos pelo chefe de policia, sob proposta das autoridades perante as quaes tenham de servir.

Art. 16. Os medicos serão nomeados pelo Presidente da Republica, sob proposta do chefe de policia.

Art. 17. O administrador do deposito e o inspector de vehiculos serão nomeados pelo chefe de policia. Os officiaes de visita do porto serão designados pelo chefe de policia, dentre os officiaes internos da Secretaria Central da Policia.

## CAPITULO IV

### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 18. Na falta ou impedimento do chefe de policia servirá um dos delegados ou outro qualquer cidadão, que for designado pelo Governo.

Paragrapho unico. No caso de ausencia, servirá qualquer dos delegados que for indicado pelo chefe de policia.

Art. 19. Os delegados urbanos e suburbanos terão, cada um, tres supplentes, que os substituirão em seus impedimentos.

## CAPITULO V

### DOS VENCIMENTOS

Art. 20. Os vencimentos das autoridades e empregados da Policia são os marcados na tabella annexa ao presente regulamento, sendo dous terços de ordenado e um a titulo de gratificação.

Paragrapho unico. A gratificação só compete á autoridade ou funcionario que estiver em effectivo serviço; em seu impedimento passará áquelle que o substituir.

Art. 21. Os escrivães poderão perceber, pelos actos que praticarem a requerimento de parte, as respectivas custas, de conformidade com o regulamento de custas judiarias.

## TITULO II

### DAS ATTRIBUIÇÕES DAS AUTORIDADES E OBRIGAÇÕES DOS EMPREGADOS DA POLICIA

#### CAPITULO I

##### DAS ATTRIBUIÇÕES DO CHEFE DE POLICIA

Art. 22. Compete ao chefe de policia, entre outras attribuições:  
§ 1.º Fazer respeitar, por todos os meios legais, os direitos individuaes, e manter a ordem publica;

§ 2.º Vigiar e providenciar, na fôrma das leis, sobre tudo que pertencer à prevenção de sinistros, riscos, perigos e crimes, que affectem a segurança publica ;

§ 3.º Empregar a força armada policial nas diligencias necessarias á manutenção da ordem e socego da população ;

§ 4.º Indagar dos crimes e descobrir os criminosos ;

§ 5.º Formar auto de corpo de delicto ;

§ 6.º Prender os delinquentes em flagrante delicto, mandando lavrar os respectivos autos ;

§ 7.º Prender preventivamente, com mandado da autoridade judiciaria competente, os individuos em crimes inafiançaveis ;

§ 8.º Dar busca para a apprehensão de objectos furtados e instrumentos dos crimes, ou para a prisão dos delinquentes ;

§ 9.º Proceder summariamente — *ex-officio* ou a requerimento de partes — ás diligencias necessarias para descobrimento de factos criminosos e suas circumstancias, remettendo com breve relatório ao promotor publico, por intermedio do juiz competente, para os effeitos legais, os esclarecimentos obtidos, com indicação das testemunhas, que por ventura ainda não tenham sido inqueridas ;

§ 10. Processar e julgar os termos de bem-viver e de segurança ;

§ 11. Prender os vadios, mendigos, bebados por habito e vagabundos, para sujeital-os aos respectivos processos ;

§ 12. Exercer as attribuições que, acerca das sociedades secretas e ajuntamentos illicitos, concedem as leis em vigor ;

§ 13. Dar instrucções aos seus auxiliares para o bom desempenho dos deveres a seu cargo ;

§ 14. Tomar conhecimento das pessoas que de novo vierem habitar na Capital Federal e providenciar a respeito, sendo desconhecidas ou suspeitas ;

§ 15. Conceder passaportes ás pessoas que os requererem ;

§ 16. Inspeccionar os theatros, espectaculos e divertimentos publicos ;

§ 17. Inspeccionar as prisões e fiscalizar sobre a sorte dos detidos ;

§ 18. Organizar a estatística criminal ;

§ 19. Organizar, por meio de seus delegados e inspectores seccionaes, o arrolamento da população ;

§ 20. Remetter ao Ministerio da Justiça as participações e relatorios que os regulamentos exigirem, nas épocas e pelos modos nelles marcados ;

§ 21. Ter sob sua severa vigilancia as mulheres de má vida, providenciando contra ellas, na fôrma da lei, quando offenderem publicamente a moral e bons costumes ;

§ 22. Inspeccionar e fiscalizar as casas de emprestimo sob penhores, e providenciar a respeito das irregularidades encontradas ;

§ 23. Superintender os serviços de inspecção de vehiculos e visita do porto.

## CAPITULO II

## DOS DELEGADOS AUXILIARES

Art. 23. Compete a cada um dos delegados auxiliares :

§ 1.º Cooperar com o chefe de policia em todo o serviço policial ;

§ 2.º Fazer lavrar auto de prisão em flagrante e proceder a inquerito, quando lhe for determinado pelo chefe de policia, ou a requerimento de parte ;

§ 3.º Mandar proceder a exames de corpos de delicto que forem requisitados pelas autoridades competentes ;

§ 4.º Permanecer na repartição central, diariamente, depois da retirada do chefe de policia, e durante a noite, alternadamente, providenciando sobre os casos occurrentes, e dando solução a correspondencia official.

## CAPITULO III

## DOS DELEGADOS URBANOS E SUBURBANOS

Art. 24. Aos delegados urbanos e suburbanos, em suas respectivas circumscripções, compete:

§ 1.º Todas as attribuições conferidas ao chefe de policia no art. 22, com excepção das dos §§ 5º, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 23 ;

§ 2.º Requisitar do chefe de policia os respectivos exames e corpos de delicto ;

§ 3.º Presidir aos theatros e mais espectaculos publicos, segundo designação, por escala do chefe de policia ;

§ 4.º Dar posse aos escrivães e aos inspectores sectionaes.

Art. 25. Os delegados são obrigados a residir na circumscripção de sua jurisdicção e a permanecer nas delegacias respectivas, de modo a poderem attender ás partes que os procurarem e communicarão diariamente ao chefe de policia todas as occurrencias que se derem em suas circumscripções, com informação das providencias tomadas, e bem assim a remessa de quaesquer inqueritos, com succinta noticia da procedencia da prova colhida.

Art. 26. A jurisdicção dos delegados urbanos e suburbanos é limitada ás respectivas circumscripções, podendo todavia essas autoridades ordenar citações e outras diligencias fora de suas circumscripções, independentemente de precatorias e requisições, uma vez que taes citações e diligencias se prendam a inquerito em que lhes caiba funcionar.

## CAPITULO IV

## DOS INSPECTORES DE SECÇÕES

Art. 27. Cada um dos inspectores de secções é obrigado a:

§ 1.º Velar constantemente e com assiduidade sobre tudo que possa interessar à prevenção dos delictos ;

§ 2.º Dar parte ao seu superior immediato do que occorrer o dos delictos que forem commettidos ;

§ 3.º Prender os criminosos em flagrante delicto ;

§ 4.º Observar e cumprir com zelo e actividade todas as ordens e instrucções que receber de seus superiores.

Art. 28. Os inspectores de secções serão obrigados a residir nas respectivas secções.

## CAPITULO V

## DOS AGENTES DE SEGURANÇA PUBLICA

Art. 29. Os agentes de segurança publica são funcionarios de ordem subalterna, incumbidos de pesquisas policiaes, de commissões secretas e vigilancias especiaes.

Paragraphe unico. O corpo de agentes de segurança publica será dividido em tres classes, os quaes terão direito à promoção, segundo o seu merecimento.

## CAPITULO VI

## DOS MEDICOS

Art. 30. A' secção medica, composta dos seis medicos da repartição central, compete proceder a :

Corpos de delicto ;

Autopsias ;

Exhumações ;

Verificações de obitos ;

Analyses toxicologicas, e a quaesquer exames precisos.

Art. 31. A secção medica se dividirá em turmas de dous, servindo a 1ª das 6 horas da manhã às 2 da tarde ; a 2ª das 2 horas da tarde às 10 horas da noite ; e a 3ª das 10 horas da noite às 6 horas da manhã do dia seguinte.



## CAPITULO VII

## DOS OUTROS EMPREGADOS

Art. 32. Ao administrador do deposito cabe a fiscalização, guarda e asseio dos xadrezes da repartição central e o deposito, sob sua responsabilidade, dos objectos que, arrecadados a presos, não possam ser guardados no cofre do thesoureiro.

Art. 33. Os deveres do thesoureiro da Repartição Central são os que se acham consignados nos arts. 50, 51 e 52 do decreto n. 463 de 7 de junho de 1890.

Art. 34. O inspector de vehiculos tem a seu cargo a respectiva inspecção, e a exercita com os seus auxiliares, pelos modos estabelecidos nos arts. 59 a 62 do decreto n. 463 de 7 de junho de 1890.

Art. 35. As funcções dos officiaes de visita do porto são regidas pelo art. 12 do decreto citado no artigo anterior.

## TITULO III

## DISPOSIÇÕES GERAES

## CAPITULO UNICO

Art. 36. Para tomarem posse de seus cargos prestarão a promessa de bem servir: o chefe de policia perante o ministro da justiça, os delegados e auxiliares urbanos e suburbanos perante o chefe de policia, e os inspectores seccionaes e escrivães perante os respectivos delegados.

Art. 37. Nos casos de negligencia e simples falta de cumprimento de deveres, que não impliquem crime de responsabilidade, os escrivães serão punidos pelas autoridades perante as quaes servirem, com advertencia, reprehensão ou suspensão até 30 dias, com perda de todos os seus vencimentos.

Art. 38. Nos crimes de responsabilidade serão processados e julgados os mesmos serventuarios pelas autoridades judicias competentes, por denuncia do Ministerio Publico, em vista do inquerito fornecido pelos respectivos delegados.

Art. 39. Em cada circumscripção policial haverá um destacamento de força armada à disposição da respectiva autoridade. Salvo caso urgente, nenhuma autoridade policial poderá requisitar auxilio de maior força armada, sinão por intermedio do chefe de policia.

Art. 40. As subdivisões das circumscripções da Capital Federal, em secções, serão feitas pelos delegados respectivos, com approvação do chefe de policia.

Art. 41. Os delegados das circumscripções terão cuidado em que os inspectores seccionaes exerçam continua vigilancia sobre os hotéis, casas de pensão e outros estabelecimentos congêneres, obtendo dos respectivos donos ou administradores as listas dos hospedes, com designação dos nomes, profissões e nacionalidades.

Art. 42. No frontespicio de cada delegacia haverá uma taboleta com o distico—Delegacia de Policia da ... circumscripção.

Art. 43. O exercicio dos cargos policiaes, a que se refere este decreto, é incompativel com o de qualquer outro emprego ou função publica.

Art. 44. Os escriptães dos delegados auxiliares servirão perante o chefe de policia.

Art. 45. Os escreventes dos escriptães contraes funcionarán nos exames e corpos de delicto, sob a responsabilidade daquelles serventuarios.

Art. 46. As autoridades policiaes são amoviveis e demissiveis *ad nutum*, pelo chefe de policia.

Art. 47. Fica abolido o inquerito policial com as fórmulas creadas pelo regulamento de 22 de novembro de 1871, e restabelecida em sua precisa integridade a disposição do § 1º do art. 10 da lei de 20 de setembro daquelle anno.

Art. 48. O inquerito de crime, em que não caiba a acção publica, será entregue à parte que o reclamar, independente do traslado, si disso não resultar inconveniente.

Art. 49. O crime de furto é sempre de acção official da justiça do Districto Federal, sem embargo da excepção do n. 1 do § 2º do art. 407 do Cod. Penal.

Art. 50. As autoridades policiaes usarão, na lapella da casaca ou de outra veste, dos seguintes distinctivos :

§ 1.º O chefe de policia : de uma estrella de ouro, contendo a legenda—Segurança publica, escripta em circulo azul ferrete, sobre relevo esmaltado de vermelho e no centro a constellação do Cruzeiro ;

§ 2.º Os delegados : do mesmo distinctivo com o centro em relevo, esmaltado de branco ;

§ 3.º Os inspectores seccionaes : do mesmo distinctivo, de prata com o centro liso ;

§ 4.º Os medicos : do mesmo distinctivo, esmaltado de verde, substituida a legenda por duas serpentes ;

§ 5.º Os agentes de segurança publica trarão, occulta sobre o peito, uma chapa redonda de um metal branco, só a podendo deixar ver quando tiverem necessidade de provar a qualidade de seu emprego. Essa chapa será numerada, contendo a mesma legenda—Segurança publica.

Art. 51. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de setembro de 1892.— *Fernando Lobo.*

**Tabella dos vencimentos do pessoal da Policia da Capital  
Federal**

|                                                     |         |           |
|-----------------------------------------------------|---------|-----------|
| 1 chefe de policia.....                             |         | 15:000\$  |
| 2 delegados auxiliares.....                         | 7:200\$ | 14:400\$  |
| 20 ditos de circumscripções urbanas....             | 4:800\$ | 96:000\$  |
| 20 escrivães dos mesmos.....                        | 3:600\$ | 72:000\$  |
| 8 delegados de circumscripções subur-<br>banas..... | 2:400\$ | 19:200\$  |
| 8 escrivães dos mesmos.....                         | 1:000\$ | 8:000\$   |
| 200 inspectores seccionaes urbanos.....             | 1:800\$ | 360:000\$ |
| 64 ditos idem suburbanos.....                       | 1:000\$ | 64:000\$  |
| 2 escrivães dos delegados auxiliares...             | 3:600\$ | 7:200\$   |
| 2 escreventes para os mesmos.....                   | 1:200\$ | 2:400\$   |
| 6 medicos.....                                      | 4:800\$ | 28:800\$  |
| 50 agentes de 1ª classe.....                        | 2:400\$ | 120:000\$ |
| 100 ditos de 2ª dita.....                           | 1:800\$ | 180:000\$ |
| 150 ditos de 3ª dita.....                           | 1:200\$ | 180:000\$ |
| 1 inspector de agentes.....                         |         | 3:000\$   |

**Secretaria :**

|                       |         |          |
|-----------------------|---------|----------|
| 1 secretario .....    |         | 7:200\$  |
| 1 official-maior..... |         | 5:000\$  |
| 5 officiaes .....     | 4:800\$ | 24:000\$ |
| 5 escripturarios..... | 3:600\$ | 18:000\$ |
| 7 amanuenses.....     | 2:600\$ | 18:200\$ |
| 5 praticantes .....   | 1:200\$ | 6:000\$  |
| 1 thesoureiro.....    |         | 4:800\$  |
| 1 porteiro.....       |         | 2:000\$  |
| 1 continuo.....       |         | 1:500\$  |

**Administração do deposito da Policia :**

|                                |       |         |
|--------------------------------|-------|---------|
| 1 administrador.....           |       | 3:600\$ |
| 8 officiaes do expediente..... | 960\$ | 4:800\$ |

**Inspecção de vehiculos :**

|                   |       |         |
|-------------------|-------|---------|
| 1 inspector ..... |       | 2:160\$ |
| 1 escrevente..... |       | 1:000\$ |
| 8 auxiliares..... | 720\$ | 5:760\$ |

Total..... 1.274:020\$

Capital Federal, 1 de setembro de 1892.— *Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1034 B — DE 1 DE SETEMBRO DE 1892

Marca as delimitações das circumscripções policiaes do Districto Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 2º da lei n. 76 de 16 de agosto ultimo, resolve decretar :

Art. 1.º O Districto Federal será dividido em 20 circumscripções policiaes urbanas e oito suburbanas.

Art. 2.º As circumscripções urbanas são:

- 1.ª Candelaria.
- 2.ª Santa Rita (1º districto).
- 3.ª Santa Rita (2º districto).
- 4.ª Sacramento
- 5.ª S. José (1º districto).
- 6.ª S. José (2º districto).
- 7.ª Santo Antonio.
- 8.ª Sant'Anna (1º districto).
- 9.ª Sant'Anna (2º districto).
- 10.ª Sant'Anna (3º districto).
- 11.ª Espirito Santo (1º districto).
- 12.ª Espirito Santo (2º districto).
- 13.ª Gloria.
- 14.ª Engenho Velho (1º districto).
- 15.ª Engenho Velho (2º districto).
- 16.ª Engenho Novo (1º districto).
- 17.ª Engenho Novo (2º districto).
- 18.ª S. Christovão.
- 19.ª Lagóa.
- 20.ª Gavea.

Art. 3.º As circumscripções suburbanas são :

- 1.ª Inhauma.
- 2.ª Jacarepaguá.
- 3.ª Campo Grande.
- 4.ª Curato de Santa Cruz.
- 5.ª Guaratiba.
- 6.ª Irajá.
- 7.ª Paquetá.
- 8.ª Ilha do Governador.

Art. 4.º As delimitações das circumscripções urbanas são

1ª — CANDELARIA

Ruas : do Mercado ; Ouvidor, de baixo para cima até à dos Ourives ; Sete de Setembro, idem ; Rosario, idem ; Hospicio, idem ; Alfandega, idem ; General Camara, idem ; S. Pedro, idem ; Theophilo Ottoni, idem ; Visconde de Inhauma ; do

Carmo, desde Sete de Setembro à do Ouvidor; da Candelaria, desde a do Hospício à do Visconde de Inhauma; da Quitanda, desde Sete de Setembro à do Visconde de Inhauma; Primeiro de Março, desde a praça Quinze de Novembro até à rua do Visconde de Inhauma; Visconde de Itaborahy, toda; e Nova do Ouvidor.

Beccos: dos Adellos, dos Barbeiros, das Cancellas e do Carmo.

Travessa do Commercio.

Praças: do Mercado, das Marinhas, Quinze de Novembro (em todas as suas faces).

Praia dos Mineiros.

Ilhas: das Cobras e Fiscal.

### 2ª — SANTA RITA (1º districto)

Ruas: de Theophilo Ottoni, desde a dos Ourives até à da Uruguayana; do Conselheiro Saraiva; Primeiro de Março, desde a do Visconde de Inhauma até ao fim; da Quitanda, desde a do Visconde de Inhauma até ao fim; da Uruguayana, desde a de Theophilo Ottoni até ao fim; de S. Bento, Municipal, dos Benedictinos, da Prainha, da Conceição, desde a de Theophilo Ottoni até ao fim; Estreita de S. Joaquim, Nova do Principe; da Candelaria, desde a do Visconde de Inhauma até ao fim; Eduardo de Lemos e de S. Bento.

Beccos: de Bragança, de João Baptista e outros que existam nos limites da circumscripção.

Travessas: do Oliveira, da Conceição e outras.

Morros: de S. Bento e da Conceição.

Caes da Prainha.

Largo de Santa Rita.

Ladeira de S. Bento.

Ilha das Enxadas.

### 3ª — SANTA RITA (2º districto)

Ruas: da Saude, S. Francisco da Prainha, Prainha, Livramento, Harmonia, Proposito, Pedra do Sal, Escorrega, Boa-Vista; Gambôa, da esquina da do Livramento até ao fim; Cunha Barbosa, Cunha Brito, Matto Grosso, Jogo da Bola, Antonio Prado (na Harmonia), do Monte e Funda.

Beccos: João José, Canôas, Cleto, Pedra do Sal, Adro de S. Francisco da Prainha, Trapiche João Ignacio, Escadinhas, Suspiro, Sem Sahida, Patriota e Quebra-Bunda (no Livramento).

Travessas: Moreira, Mangueiras, Matto Grosso, Boa Vista e Sereno.

Largo de S. Francisco da Prainha.

Morros: Saude, Livramento e Boa Vista.

Ladeiras: Felipe Nery, João Homem, Livramento, Valongo, Moreira, Ferreirinha, João Gomes, Cunha Mattos, Pedra do Sal e Escorrega.

Caes da Imperatriz.

#### 4ª — SACRAMENTO

Ruas : Sete de Setembro, da dos Ourives até ao fim ; Ouvidor, idem ; Rosario, idem ; Hospicio, idem ; Alfandega, idem ; General Camara, idem ; S. Pedro, idem ; Senhor dos Passos, Constituição, Conceição, até á do Theophilo Ottoni, Gonçalves Dias, Andradas, Sacramento, S. Jorge, Regente, Nuncio, Theatro, Leopoldina, Luiz de Camões, S. Francisco de Assis, Club Gymnastico e Espirito Santo.

Travessas : S. Domingos, Barreira, S. Francisco de Paula, Rosario, Bom Jesus, Bellas Artes, Moeda e Theatro.

Beccos : Carioca, Rosario, Moeda, Afflictos, Theatro, Fisco e Dias da Costa.

Largos : da Carioca, S. Francisco de Paula, Rosario, S. Domingos, General Osorio e Praça da Constituição.

#### 5ª — S. JOSÉ (1º districto)

Ruas: Fresca, D. Manoel, Misericordia, Cotovello, S. José ; Ourives, desde Sete de Setembro até á de S. José ; Quitanda, idem ; Carmo, idem ; Assembléa, Santa Luzia, Anna Nery (no Castello), D. Constança (na praia de Santa Luzia).

Travessas : Santa Luzia, Costa Velho, Natividade, Santo Ignacio, S. Sebastião, Paço, Guindaste, Meirelles, Moura, D. Manoel e Castello.

Morros : Castello e Pão da Bandeira.

Beccos : Moura, Theatro, Ferreiros, S. José, Torres, Fidalga, Musica, Boa Morte, Trem, Arsenal, Asylo, Calabouço e Desembargador Viriato.

Largos : Batalha, Misericordia, Assembléa, Moura e Santa Luzia.

Ladeira do Castello.

Ilha de Willegaignon.

#### 6ª — S. JOSÉ (2º districto)

Ruas: Ajuda, Passeio, Mangueiras, Evaristo da Veiga, Marrecas, Santa Thereza, Luiz de Vasconcellos ; Aqueducto, até ao largo dos Guimarães e dali para cima até aos segundos dous irmãos (lado das vertentes) ; Guarda Velha, Santo Antonio, Senador Dantas, D. Luiza (em Santa Thereza), Aprazivel, Corrêa de Sá, D. Manoel, Mauá, Aurea, Petropolis, Marques de Castro, Therezina e Arcos.

Beccos : Imperio, Proposito, Mosqueira, Cayrú e Manoel de Carvalho.

Largos : Lapa, Ajuda e Mãe do Bispo.

Ladeiras : Seminario e Santo Antonio.

Morros : de Santa Thereza, desde a rua Evaristo da Veiga até além do largo dos Guimarães, Lagoinha inclusive.

Travessas : Maia, Boqueirão, Passeio, Irineo e S. Gonçalo.

#### 7ª — SANTO ANTONIO

Ruas : Conde d'Eu, da praça da Republica à do Visconde de Sapucahy ; Senado, Riachuelo, Lavradio, Invalidos, Visconde do Rio Branco, Relação, Rezende, Silva Manoel, Paraíso, Paula Mattos, Fluminense, Oriente, Monte Alegre ; General Caldwell, da rua do Conde d'Eu à do Senado ; Torres, S. Sebastião, Progresso, Felizes, Neves, Costa Bastos, José de Alencar, D. Augusta, Fonseca Guimarães, Triumpho e Constante Jardim.

Travessa do Senado.

Praças : Neves e Santo Antonio.

Morros : Paula Mattos, Castro e Zig-zag.

#### 8ª — SANT'ANNA (1º districto)

Ruas : Larga de S. Joaquim, Marquez da Gavea, Costa, Imperatriz, Barão de S. Felix, Senador Pompêo, Cajueiros, Gambôa, Livramento, Chichorra, De traz dos Quarteis, União ; Dr. João Ricardo, até à estação central inclusive ; Santo Christo, D. Anna Marinho (ladeira do Barroso), Felicidade, Major Pinto Sayão e Commendador Leonardo.

Travessas : Partilhas, Leandro e Chichorro.

Largos : Imperatriz e Santo Christo.

Ladeiras : do Barroso até as vertentes a confinar com a do Livramento.

Praia do Chichorro ou Santo Christo e beccos adjacentes que vão ter a ella.

Morro de S. Lourenço.

Ilhas : das Moças, Melões e Pombeba.

#### 9ª — SANT'ANNA (2º districto)

Ruas : Barão de Paranapiacaba ; General Caldwell, desde a do Conde d'Eu à do General Pedra ; Visconde de Itaúna, Senador Euzebio até à do Commandante Maurity, Sant'Anna, Marquez de Pombal, Barão de Capanema até à do Commandante Maurity ; Alcantara, idem ; Nova do Alcantara, idem.

Praças : da Republica em suas quatro faces e Onze de Junho. Becco da Mooda.

## 10ª — SANT'ANNA (3º districto)

Ruas : America, Providencia, Visconde de Sapucahy, Affonso Celso ; João Caetano, desde a do Visconde de Itaúna até á do Barão de Capanema ; D. Feliciano, da do Visconde de Itaúna até á travessa do Bom Jardim ; Senador Euzebio, General Pedra, João Caetano, Commandante Maurity até ao final, acompanhando o espaço em que se acha o Canal do Mangue, Pinto, Santa Theresza (no morro do Nheco), S. Martinho, Sara (morro do Pinto), Serpa Pinto, Silva Bayão, Vidal de Negreiros, Deolinda, Castorina e D. Delfina.

Morros : S. Diogo, Pinto, Nheco, Providencia e Formiga.

Praia Formosa.

Travessas : Bom Jardim e ruas novas a ella adjacentes, Porto, S. João, Ferreiros, Saudades, Pedregaes, Pereira de Aguiar, Pinheiro, S. Diogo, S. Martinho, Silva Bayão, Deolinda, Affonso Celso, Aguiar, Brito Teixeira, Capitão Senna e Carneiro Leão.

Becco dos Melões.

## 11ª — ESPIRITO SANTO (1º districto)

Ruas : Conde d'Eu, desde a do Visconde de Sapucahy á do Estacio de Sá ; Estacio de Sá, S. Carlos, S. Roberto, S. Claudio, S. Diniz, S. Frederico, S. Nicoláo, Santos Rodrigues, Colina, S. Luiz, S. João, S. Sebastião, Maria José, Haddock Lobo desde o largo de Estacio de Sá até á rua Malvino Reis ; Serafim, Malvino Reis, Leste, Paz, Morro, Estrella, Barão de Petropolis, Prazeres, Santa Alexandrina, Paula Ramos, Catumby, Itaipú, Vista Alegre, Floresta, Concordia, Chichorro, Cunha, Santo Alfredo, Gonçalves, Coqueiros, S. Sebastião, Commendador João Ventura, Vianna, Doria, D. Albina, D. Cecilia, D. Elisa Guimarães, D. Emilia Guimarães, Ermelinda, Eugenia, Maria Adelaide, Eleone de Almeida, Jequitinhonha, Herculano, Frankim, Idalina, Iracema, Isabel, José Bernardino, Laura, Laurindo Rabello, Leite, Lino Coutinho, Magalhães, Maria Adelaide, Miguel de Paiva, Navarro, Papa-Couve e Paula Isabel.

Largos : Catumby, Rio Comprido, Coqueiros e Estacio de Sá.

Travessas : Andrade, Vista Alegre, S. Carlos, Carroceiro, Estacio de Sá, Rio Comprido e Santa Rosa.

Ladeiras : Pinheiro e Vianna.

Beccos : Paulino e Salgueiro.

Morros : Santos Rodrigues e Caminho do Morro.

Avenidas : França e Magalhães.

## 12ª — ESPIRITO SANTO (2º districto)

Ruas : Visconde de Itaúna, desde a do Commandante Maurity até á de Miguel de Frias ; Barão de Capanema e Alcantara, desde a do Commandante Maurity á de Miguel de Frias ; Conselheiro



Pereira Franco, Onze de Maio, Viscondessa da Pirassinunga ; S. Christovão, desde o largo de Estacio da Sá até Miguel de Frias ; D. Laura de Araujo, Machado Coelho, Doutor Souza Neves, Minervina, Doutor Rodrigues dos Santos, João Pereira, D. Julia, Barroso, Mattosinhos, Castro, D. Maria, Sebastião, Thomaz Rabello, D. Feliciano e D. Rosa.

Travessas : Bastos e Guedes.

Campo de Marte e as ruas que ali se abrirem.

### 13ª — GLORIA

Ruas : Lapa; Desterro, desde o becco do Imperio ; Doutor Joaquim Silva, idem ; Taylor, Conde de Lages, Moraes e Valle, Carmelitas, Gloria, D. Luiza, Cassiano, Fialho, Santa Isabel, Santa Christina, Silva, Cattete, Santo Amaro, Guaratiba, Pedro Americo, Bento Lisboa, Princeza Imperial, Henrique de Sá, Silveira Martins, Ferreira Vianna, Corrêa Dutra, Buarque de Macedo, Dous de Dezembro, Carvalho de Sá, Pinheiro, Almirante Tamandaré, Senador Vergueiro, Marquez de Abrantes, Paysandú, S. Salvador, Conde de Baependy, Senador Correia, Laranjeiras, Ypiranga, Guanabara, Roso, Leão, Alice, Passos Manoel, Pereira da Silva, Senador Octaviano, Indiana, Pedreira da Gloria e Pedreira da Candelaria.

Largos : Gloria, Machado, Cattete, Barão do Flamengo.

Cães : Lapa e Gloria.

Praias : Flamengo, Russell, Gloria e Botafogo na parte comprehendida entre a rua do Marquez de Abrantes e o morro da Viuva inclusive.

Ladeiras : Gloria, Acurra, Andrada, Durão, Guararapes, Serro Corá e Paula Candido.

Becco do Guarda-Mór.

Travessas : Cruz Lima, Marquez de Paraná e Tamoyos.

Morros : Corcovado, Inglez, Alto da Lã, Viuva, Boa-Vista, Cantagallo e Mundo Novo.

### 14ª — ENGENHO VELHO (1º districto)

Ruas : Haddock Lobo, Luz, Conselheiro Sampaio Vianna, Mattoso, S. Vicente de Paula, Bispo, S. Salvador, Avenida Bandeira Junior, Barão de Ubá, Pereira de Almeida, Dr. Araujo, Santa Amelia, Saldanha da Gama, Barão de Igatemy, S. Valentim, Cabido ; S. Christovão, desde a do Miguel de Frias á do Fonseca Telles ; Caixa d'Agua, Souza Lima, Pereira, Lopes de Souza, Barcellos, Oliveira Fausto, Francisco Eugenio, Mello e Souza, Consultorio, Figueira de Mello, Capitão Barros, Itapagipe, Sertorio, Conselheiro Barros, Visconde do Cruzeiro, Principe do Gram-Pará, Pedreira Imperial, Imperador, Duque de Saxe, Souto, Piahy, Barão de Ibituruna, Mariz e Barros

S. Francisco Xavier desde o largo da Segunda Feira até à ponte do Maracanã.

Travessas: D. Catharina, Angustura e Capitão Senna.

Becco do Motta.

Praia dos Lazaros.

Boulevard do Imperador.

Villa Guarany.

Quinta da Boa-Vista.

Quarteis de artilharia e cavallaria.

#### 15ª — ENGENHO VELHO (2º districto)

Ruas: Conde de Bomfim, S. Miguel, S. Raphael, Santa Carolina, Santo Agostinho, D. Anna, Pinto Guedes, Rademaker, Uruguay, D. Affonso, Pinto de Figueiredo, Gratidão, Major Avila, Moura Brito, Alzira Brandão, Conde de Figueiredo, Club Athletico, Araujos, Conselheiro Salgado Zenha, Desembargador Isidro, Barão do Pilar, Silva Guimarães, Barão de Pirassinunga, D. Bibiana, Santo Henrique, D. Feliciano, Serra do Andarahy, Visconde de Bom Retiro, Barão de Mesquita, Braça de Ouro, Paula Brito, Leopoldo, Patrocinio, Souza Cruz, S. Justino, Aleggre, D. Amelia, Vasconcellos, D. Florinda, Estevão, José da Cunha, Outeiro, Gomes Braga, Duqueza de Bragança, Avenida de S. Salvador de Mattosinhos, Feliz Lembrança, Visconde de S. Vicente, S. Luiz, Dr. Gonzaga Bastos, Possolo, Maxwell, Visconde de Santa Isabel, Senador Nabuco, Torres Homem, Conselheiro Autran, Bezerra de Menezes, Dr. Silva Pinto, Barão de S. Francisco Filho, Visconde de Abaeté, Affonso Celso, Jorge Rudge, Felipe Camarão, D. Elisa, Rufino de Almeida, Duque de Caxias, Souza Franco, Bella Vista, Petronilho, Oito de Dezembro, Visconde de Ouro Preto, D. Maria, Artistas, Universidade, Pereira Nunes, Thomaz Coelho; Conselheiro Costa Pereira, da ponte de Maracanã ao Boulevard Vinte e Oito de Setembro; Itamaraty, Pereira de Siqueira, Barão do Amazonas e Barão de Drummond.

Travessas: Affonso, Bambiua, Caminha e Soares da Costa.

Praça Sete de Março.

Boulevard Vinte e Oito de Setembro.

Avenida Senador Soares.

Largo da Boa Vista.

Estradas: Nova e Velha da Tijuca.

Morro de S. João.

#### 16ª — ENGENHO NOVO (1º districto)

Ruas: S. Luiz Gonzaga, desde o alto do Pedregulho até à Praia Pequena; Pereira Lopes, Dias Lopes, Dias da Silva, Nora, D. Anna Nery, Douro, Cavalcante, Jockey Club, Vinte e Quatro de Maio, Bemfica; S. Francisco Xavier, da ponte do Maracanã; Jaguaribe, Magalhães Castro, Henrique Dias, Dr. Garnier, S. Fe-

lippe, Victor Meirelles, Francisco Manoel, Cerqueira Dias, Anna Guimarães, Alice, Tavares Ferreira, Figueira, Carlos Gomes, Souza Ramos, Alzira Valdetaro, Flake, Antonio Padua, Grunewald, Paim Pamplona, Boa Vista, Guimarães, Souto Carvalho, Perseverança, Cerqueira, Honório, Engenho de Dentro, Ida, Sophia, Conde de Porto Alegre, Gonçalves, Conceição, Engenho Novo, General Carvalho, Bethencourt da Silva, Malvino, Bráulio Cardoso, Jansen Muller, Vieira da Silva e Souza Barros.

Largos: Pedregulho, Bemfica, Matriz e Praça Funda.

Estações: Mangueira, S. Francisco, Rocha, Riachuelo e Sampaio.

Ladeira do Martim.

#### 17ª — ENGENHO NOVO (2º districto)

Ruas: Cabuçú, Bom Retiro, Araujo Leitão, Francisco Augusto, Gram-Pará, D. Romana, General Bellegarde, Pelotas, Barão de Uruguayana, Costa Ferraz, Mangueira, Aquidaban, Pedro Alvares Cabral, S. Paulo, Vinte e Cinco de Março, D. José, Felix (Engenho Novo), Niemeyer, Adelaide, Lopes da Cruz, Nobrega, Carolino, Dolores, Zeferino, Wenceslão, Medeiros, Conde de Figueiredo, Santos Titara, Bella, Getulio, Bazitas, Adriano, Basilio, Curupaity, Alto, E. Durão, Borges Monteiro, João Barros, João de Barros, Thereza, Padilha, Cornelio, S. Braz, Silveira Moura, D. Clara, Tenente França, S. Gabriel, Eulina, Cachamby, Gloria, S. José, Amelia Cardoso, Christina, S. João, Maria, Imperial, Leopoldina, Aurelia, Lucidio Lago, Torres Sobrinho, Barcelona, Vinte e Um de Maio, Hespanha, Viuva Claudio, Miguel Angelo, Mauá, Cervantes, Marques Leão, Fernando Pinto, Tocantins, Aurora, Angelica, José Bonifacio, Saudades, Major Mascarenhas, Augusto Neves, Pedro II, Gregorio Neves, Alvaro, Visconde de Santa Cruz e Conselheiro Jobim.

Estações: Engenho Novo, Meyer e Todos os Santos.

Largo do Engenho Novo e ruas adjacentes.

Travessas: Moreira, Imperial e Engenho Novo.

Serras: Pretos Forros e Nazareth Zizi.

Morro da Formiga.

Estrada de Santa Cruz.

#### 18ª — S. CHRISTOVÃO

Ruas: S. Christovão, da de Fonseca Telles à praia; Figueira de Mello, da de S. Christovão ao Campo; Escobar, Fonseca Telles; Vallim, da de Fonseca Telles à Figueira de Mello; Santos Lima, Igrejinha, Praia, Pau-Ferro, Vinte e Cinco de Março, Almirante Mariath; S. Luiz Gonzaga, do Campo ao alto do Pedregulho; S. Januario, Bomfim, General Argollo, General Bruce, Senador Alencar, Bella de S. João, Alegria, José Clemente, Teixeira Junior, Abilio, Argentina, Lima Barros, Cor-

nelio, Chaves Faria, Emancipação, Coronel Cabrita, Firmo de Moura, D. Carlos, Vieira Bueno, Caridade, Coronel Carneiro de Campos, Curuzú, Mijor Fonseca, Tres Bocas, Tuyuty, Villota, Esperança, Ameliu, Progreso, D. Anna, Avila, Pereira Lopes, Capitão Felix, General Sampaio, Retiro Saudoso, General Gurjão e Tavares Guerra.

Largos : da Igrejinha, Cancellia, Vianna e Visconde do Rio Branco.

Campo de S. Christovão.

Travessas : Souza Valente, Santa Catharina, Ayres Pinto e Flores.

Praias : S. Christovão, Cajú e Retiro Saudoso.

Caixa d'agua do Pedregulho.

#### 19ª — LAGÔA

Ruas : Marquez de Olinda, Farany, Itamby, D. Anna, D. Carlota, Commandante Tamborim, Assumpção, S. Clemente, Dezenova, de Fevereiro, Marianna, Palmeiras, Matriz, Humayta; até a primeira lagôa ; Real Grandeza, Conde de Irajá, Martins Ferreira, Honorina, Voluntarios da Patria, Andrade Figueira, Elvira Machado, Thereza Guimarães, Delim, Sorocaba, S. João Baptista, Todos os Santos, Pinheiro Guimarães, Visconde de Caravellas, Visconde de Silva, Passagem, General Polydoro, S. Manoel, Fernandes Guimarães, Polixena, Carolina, Oliveira Fausto, Assis Bueno, Marciana, General Severiano, Barão do Rio Bonito, e Bernardo de Vasconcellos.

Praias : Botafogo, da rua do Marquez de Abrantes até a praia Vermelha ; esta, Saudade ; Copacabana, até a Igrejinha.

Subida e descida do Leme até ao Arco, subida da Villa Rica.

Travessas : Figueiredo, Marques e Fernandes.

Morro do Mundo Novo.

Beccos : S. Domingos e Leandro.

Largo dos Leões.

Fortalezas : S. João e Lage.

#### 20ª — GAVEA

Ruas : Humaytá, desde a primeira lagôa ; Jardim Botânico, Faro, Lopes Quinta, D. Castorina, Duque Estrada, Marquez de S. Vicente, Sapé, Pão, Fonte da Saudade.

Largos : Tres Vendas e Memoria.

Travessa da Floresta.

Ladeira do Vidigal.

Estradas : Macacos, Velha do Jardim Botânico, D. Castorina, Gavea e Boa Vista.

Praias : Gavea, Fonte da Saudade, Funda, Pinto, Leblon, Arpoadouro, Barra da Tijuca, e Restinga, até a divisa com Jacarepaguá.

Art. 5.º As delimitações das suburbanas são as actuaes, formando, porém, a de Jacarepaguá uma só circumscripção policial.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1035 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1892

Altera provisoriamente a disposição da observação 4ª da tabella n. 4 annexa ao decreto n. 406, de 17 de maio de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que propoz o director da Estrada de Ferro Central do Brazil, resolve que a disposição constante da observação quarta da tabella numero quatro que acompanha o regulamento da dita estrada, approvado pelo decreto n. 406, de 17 de maio de 1890, seja provisoriamente substituida pela seguinte :

Aos chefes de depositos, machinistas e foguistas que durante cada trimestre não tiverem commettido faltas que prejudiquem ao serviço e á disciplina e conservação do material, a juizo do director da estrada, serão abonadas as gratificações :

De 10 dias de vencimentos, aos primeiros ;

De oito réis por kilometro de percurso de locomotiva rebocando carros, aos segundos ;

De quatro réis, por kilometro de percurso de locomotivas rebocando trens, aos ultimos.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 6 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1036 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1892

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Rio Grande do Norte.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438, de 11 de julho de 1891,

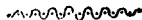
Decreta:

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Rio Grande do Norte.

Capital Federal, 6 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1037 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1892

Approva os contractos apresentados pela Companhia *The North Brazilian Sugar Factories, limited*, para o fornecimento de cannas á sua fabrica de S. Lourenço da Matta.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *The North Brazilian Sugar Factories, limited*, resolve approvar os contractos apresentados e celebrados com agricultores para fornecimento de cannas destinadas ao engenho central de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco, para as safras de 1890 a 1891 e 1891 a 1892.

O Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 6 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1038 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1892

Approva os contractos apresentados pela Companhia *The North Brazilian Sugar Factories, limited*, para fornecimentos de cannas para suas fabricas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, na forma do art. 20 do decreto n. 8357, de 24 de dezembro de 1881, resolve approvar os contractos celebrados, por escriptura publica, em 5 de fevereiro ultimo, entre a Companhia *The North Brazilian Sugar Factories, limited* e diversos fornecedores de cannas da freguezia de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco, para as safras de 1892 a 1894 nos engenhos centraes da mencionada companhia.

O Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 6 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1039 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1892

Torna extensiva aos portos do norte da Republica a disposição do art. 7º do decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Resolve tornar extensiva aos portos do norte da Republica a disposição do art. 7º do decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872, que dispensa os capitães dos vapores das linhas regulares de navegação transatlantica da assignatura do termo de responsabilidade pelas baldeações ou reexportações de volumes.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 6 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1040 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Auxiliar do Commercio e Lavoura.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Auxiliar do Commercio e Lavoura, com séde na cidade da Bahia, devidamente representada por seu bastante procurador, resolve approvar a reforma de seus estatutos de accordo com as alterações que a este acompanharam e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas realizada em 5 de abril do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de setembro de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

### Alterações dos estatutos da Companhia Auxiliar do Commercio e Lavoura, a que se refere o decreto n. 1040, de 11 de setembro de 1892

Art. 4.º O capital social fica reduzido a 800:000\$, dividido em 16.000 acções de 50\$ cada uma.

Art. 6.º As entradas serão realizadas de accordo com as leis em vigor e a juizo da directoria até 40 %, depois do que só a assembléa geral poderá autorisar novas chamadas.

Art. 7.º Os accionistas que não fizerem as entradas nos prazos estipulados ficarão sujeitos ao disposto no art. 4.º do decreto n. 850, de 13 de outubro de 1890.

Art. 8.º Quando não se consiga vender em leilão as acções sujeitas ás disposições do referido decreto, será levado a fundo de reserva o valor das entradas feitas sobre ellas.

Art. 10. A companhia estabelecerá depósitos onde receba, armazene e beneficie os productos da lavoura por meio de machinas de systema aperfeiçoado, cuja acquisição a directoria, de accordo com a commissão fiscal, fica autorisada a fazer; assim como fazer contracto de locação ou arrendamento dos predios necessarios.

Art. 13. Tanto as compras como as vendas serão feitas de pleno accordo da directoria, ou pelo menos de sua maioria, devendo o director discordante motivar no livro das actas das sessões da directoria a negação do seu accordo.



Art. 14. A administração da companhia será feita por tres directores, servindo um de presidente, um de caixa e o terceiro de gerente; a cargo deste ficará a administração da fabrica e depositos. A designação destes cargos será feita pela direcção entre si.

Art. 16. A directoria será eleita pela assemblea geral, de entre os accionistas que possuirem pelo menos 10 acções e deverá garantir sua administração com a caução de tantas acções quantas representarem 5:000\$ de entradas realizadas.

Art. 17. Cada director terá a remuneração de 3:000\$ e uma gratificação de 10 % sobre os lucros liquidos, de conformidade com o art. 20, podendo ao director gerente ser abonada uma gratificação de 1:200\$ pelo excesso de trabalho de que fica sobre-carregado.

Art. 18. O conselho fiscal será composto de tres accionistas eleitos pela assemblea geral; seu mandato não retribuido será annuo e terá as attribuições definidas por lei.

Art. 20. Dos lucros liquidos obtidos no semestre serão distribuidas as quotas de 10 % para fundo de reserva, 10 % para gratificação da directoria e 10 % para depreciação dos machinismos.

Art. 23. A assemblea geral é a reunião dos accionistas no goso de suas acções, convocados ordinariamente no mez de março de cada anno e extraordinariamente, de accordo com o art. 18 e legislação em vigor, mas só poderão tomar parte em suas deliberações os accionistas que:

- a) Tiverem pago integralmente as chamadas do capital social;
- b) Possuirem acções averbadas até tres mezes antes de cada reunião;
- c) Apresentarem-se pessoalmente ou fizerem-se representar na forma determinada no § 8º do art. 15 do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, e mais os que tiverem representantes legais;
- d) Possuirem pelo menos 10 acções, sendo, contudo, permitido discutir nas reuniões os accionistas que tiverem menos do referido numero de acções.

Art. 25. Nas assembleas geraes os votos serão contados por grupo de 10 acções, proporcional a tantos votos quantas vezes 10 acções possuir o accionista.

Art. 27. Compete á directoria :

- a) A direcção mediata e immediata de todos os negocios da companhia;
- b) A nomeação dos empregados necessarios;
- c) A destituição dos mesmos;
- d) A fixação dos ordenados;
- e) A escolha de banco para abrir conta corrente e de credito;
- f) A contrahir emprestimo quando for necessario aos negocios da companhia, mas solicitando approvação da commissão fiscal;
- g) Supprimir o logar de administrador em observancia ao art. 14.

Onde convier — Approvados pelo Governo Federal estes artigos dos estatutos da companhia, proceder-se-ha 15 dias depois à eleição de directores, fiscaes e supplentes, e mesa da assembléa geral.

Ficam em vigor todos os artigos que não são mencionados nesta proposta.

Rio, 8 de agosto de 1892.—Por procuração, *Antonio José Dario*.



#### DECRETO N. 1041 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1892

Manda proceder nos Estados durante os mezes de dezembro e janeiro proximos vindouros a exames geraes de preparatorios, de accordo com as instrucções que com este baixam.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás representações dos Governos de varios Estados, bem como à necessidade de facultar-se a grande numero de alumnos que se propoem á matricula nos cursos de instrucção superior, os meios de se habilitarem para tal fim, emquanto os Institutos officiaes de ensino secundario existentes nos mesmos Estados não se reorganizam de modo a preencher as condições determinadas no art. 38, paragrapho unico, do decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890,

Decreta:

Art. 1.º São validos para a matricula nos cursos de ensino superior os exames preparatorios a que nos mezes de dezembro e janeiro proximos futuros se proceder nos Institutos officiaes de ensino secundario dos Estados, onde não existirem cursos annexos ás Faculdades, de accordo com os programmas do Gymnasio Nacional e de conformidade com as instrucções que a este accompanham, correndo as despezas por conta dos Estados.

Art. 2.º Serão os ditos exames fiscalizados por um commissario nomeado pela fórma e investido das attribuições determinadas nos arts. 3º e 4º do decreto n. 1389 de 21 de fevereiro ultimo, devendo o mesmo commissario, terminado que seja o processo dos exames, enviar ao Governo Federal, além de um relatorio circumstanciado dos trabalhos feitos, as provas escriptas dos examinandos.

Art. 3.º Nos Estados em que não houver Instituto official de ensino secundario, poderá o commissario, de que trata o art. 2º, formar as mesas examinadoras com os lentes e professores dos estabelecimentos officiaes de instrucção que existirem nesse Estado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça constar.

Capital Federal, 11 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Instruções para os exames geraes de preparatorios nos Estados, a que se refere o decreto n. 1041 de 11 de setembro de 1892

Art. 1.º Os exames de preparatorios para a matricula nos cursos de instrucção superior realizar-se-hão nos Estados, durante os mezes de dezembro e janeiro proximos vindouros.

Art. 2.º As mesas examinadoras organizadas pela directoria do Lyceu estadual e fiscalizadas pelo commissario do Governo Federal, compor-se-hão do pessoal docente do estabelecimento.

Paragrapho unico. Dado o caso de ser este pessoal insufficiente, convidará o Commissario Federal professores estranhos.

Art. 3.º A directoria do lyceu estadual serão apresentados os requerimentos para a inscripção dos candidatos estranhos ao estabelecimento, os quaes exhibirão um *curriculum-vitæ*, assignado pelo director do estabelecimento particular em que tiverem estudado, ou pelos professores que os tiverem doutrinado no seio da familia, de onde possam colher informações sobre seus precedentes collegiaes, seu procedimento moral e aproveitamento nos estudos.

§ 1.º Nos Estados em que não houver Instituto de ensino secundario, os requerimentos para a inscripção serão apresentados ao commissario do Governo.

§ 2.º Bastará que apresente um só documento deste genero o candidato que requerer inscripção em mais de uma materia.

§ 3.º Será paga por materia a taxa de 5\$ em estampilhas.

§ 4.º Encerrada a inscripção ninguem mais será a ella admittido, sob qualquer pretexto que seja.

§ 5.º As mesas examinadoras serão as seguintes: portuguez, francez, inglez, allemão, latim, arithmetica e algebra, geometria e trigonometria, geographia, especialmente do Brazil, historia universal, especialmente do Brazil, physica e chimica, historia natural; podendo ser organziadas duas ou mais mesas para a mesma disciplina, conforme a conveniencia do serviço.

§ 6.º Nesta conformidade a approvação em portuguez será condição indispensavel para que o candidato preste exame de qualquer outra materia; o candidato ao exame de geometria e trigonometria deverá ter approvação em arithmetica e algebra; para physica e chimica será exigida a approvação em mathematica elemental; para historia natural a approvação em physica e chimica; para historia a approvação em geographia.

Art. 4.º A prova escripta de portuguez constará de uma redacção, fornecidos os elementos pela commissão examinadora, e da analyse lexiologica e logica de um trecho de classico portuguez, tirado á sorte.

A prova oral constará de leitura expressiva de um trecho sorteado de prosador de nota, resumo do seu conteúdo a livro fechado, explicação de termos e analyses.

Art. 5.º As provas escriptas de francez, inglez e allemão constarão de duas partes: versão de um pequeno trecho sorteado

de prosa portugueza, corrente e facil, e traducção de um trecho poetico francez, inglez ou allemão, tirado á sorte, nunca menor de 15 linhas.

As provas oraes constarão de leitura, traducção e analyse de um trecho de prosador facil, sem auxilio de dicionario.

Art. 6.º A prova escripta de latim constará de traducção de um trecho tirado á sorte, nunca menor de 20 linhas.

A oral constará de leitura, traducção e analyse de um trecho facil de prosador, sem auxilio de dicionario.

Art. 7.º As provas escriptas de arithmetica e algebra, geometria e trigonometria versarão sobre problemas e questões formulados pelas commissões, no acto do exame, sobre a materia do ponto sorteado.

As oraes, sobre a materia do ponto sorteado e generalidades da sciencia, com demonstrações no quadro preto.

Art. 8.º As provas escriptas de geographia, historia universal, physica e chimica e historia natural, versarão sobre pontos formulados no acto do exame pela commissão, abrangendo cada ponto as diversas partes da materia, comprehendida no programma de estudos do Gymnasio Nacional. As provas oraes consistirão de arguição dos examinandos sobre o ponto sorteado e generalidades da materia.

Art. 9.º Os pontos a que se referem os artigos antecedentes, serão em numero de doze, formulados differentemente cada dia, antes de começar o acto de exame e de maneira que cada um dos pontos comprehenda varias partes da sciencia.

Art. 10. A prova escripta durará no maximo duas horas; a oral, para cada examinando, nunca menos de vinte minutos em lingua, e meia hora em sciencia.

A prova pratica de physica e chimica e historia natural durará 15 minutos.

Art. 11. O presidente da mesa poderá arguir o examinando quando lhe parecer conveniente, sem prejuizo do tempo concedido aos examinadores.

Art. 12. Cada membro da commissão examinadora dará, por escripto, sua nota na prova escripta : optima, boa, soffrivel ou má. A maioria de notas más inhabilita o candidato a comparecer á prova oral.

Art. 13. Concluido o exame oral e prova pratica nos que a teem, cada membro da commissão formulará seu juizo na prova escripta do candidato, declarando si o approva com distincção, plenamente, simplesmente, ou si o reprova.

§ 1.º A maioria de notas, assim exaradas, dará o seguinte resultado final do exame:

approvado com distincção si reunir totalidades de notas optimas em todas as provas;

plenamente si reunir totalidade de notas boas;

simplesmente si reunir maioria de notas favoraveis;

reprovado si reunir maioria de notas más.

§ 2.º Findo o trabalho de cada dia será feito um succinto

relatorio dos acontecimentos, servindo de secretario o examinador mais moço, e será entregue ao commissario federal.

Art. 14. Serão chamados diariamente seis examinandos em exames de linguas e quatro nos de sciencias.

Art. 15. O exame escripto será feito a portas fechadas e o oral publico.

Art. 16. O examinando que for surprehendido no acto de servir-se de apontamentos particulares ou quaesquer livros não permittidos pela commissão perderá os seus direitos de inscripção nesta época de exames.

Art. 17. O candidato que não comparecer á chamada por motivo justificado perante a directoria do Lyceo ou o commissario do Governo, poderá ser chamado mais uma só vez, esgotada a lista da inscripção.

Art. 18. A commissão examinadora fornecerá os livros e os dictionarios precisos para as provas de que tratam os artigos 4º, 5º e 6º.

Art. 19. Para os exames de portuguez servirão os livros seguintes : Fausto Barreto e Vicente de Souza — *Seleccão Litteraria*; Silva Tulio — *Estudinhos da lingua patria*.

Para versão franceza : Fausto Barreto e Vicente de Souza — *Seleccão Litteraria*; para traducção, Charles André — *Petits cours de litterature française* e Racine — *Britannicus*, *Bérénice* e *Athalie*.

Para versão ingleza : Fausto Barreto e Vicente de Souza — *Seleccão Litteraria*; para traducção : James Hewit — *The graduated english reader* e Herrig — *The british classical authors. Select specimens*.

Para versão allemã : o mesmo que para a ingleza e para traducção : Excerptos de Schiller, Goethe e Lessing.

Para prova escripta de latim : Horacio — *Satyras e Odes* e para a prova oral : Tacito e Tito Livio.

Art. 20. As certidões de exame serão passadas, mediante o sello de 200 réis, pela directoria do Lyceo estadual, subscriptas pelo commissario federal com a assignatura deste devidamente authenticada por tabellião.

Art. 21. Nos Estados em que não houver Instituto de ensino secundario as certidões serão passadas pelo presidente da mesa examinadora, com as formalidades exigidas no art. 20.

Art. 22. Findos os exames deverão ser remettidas ao Ministerio da Instrucção Publica as relações nominaes dos approvados, afim de serem publicadas no *Diario Official*.

Capital Federal, 11 de setembro de 1892.—*Fernando Lobo*.



## DECRETO N. 1042 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1892

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Paranahyba, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Paranahyba, no Estado de Goyaz, se comporá dos seguintes corpos:

Do actual 10º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias;

Do 24º batalhão de infantaria, ora creado, e que se organizará com a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias do referido 10º batalhão;

Da 3ª secção do batalhão de infantaria, ora elevada à categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 25º;

E de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 4º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organisados com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1043 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1892

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Corumbá, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar:

Art. 1.º O Commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Corumbá, no Estado de Goyaz, se comporá dos seguintes corpos:

Do actual 6º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias;

Do 26º batalhão de infantaria, ora creado, e que se organizará com a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias do referido 6º batalhão:

De um batalhão da reserva com quatro companhias e a designação de 5º ;

E do 1º esquadrão de cavallaria, ora elevado á categoria de corpo, com quatro esquadrões e a designação de 7º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1044 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1892

Approva os estudos definitivos para construcção do ramal de Alagoinhas ao Jacú, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve approvar os estudos definitivos para construcção do ramal de Alagoinhas ao Jacú, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, os quaes com este baixam rubricados pelo chefe interino da Primeira Directoria de Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de Setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 1045 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1892

Ap prova a reforma dos estatutos da Companhia Matte Larangeira

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil attendendo ao que requereu a Companhia Matte Laranjeira, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus

estatutos de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas realizada em 19 de agosto do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

### Alterações dos estatutos da Companhia Matte Laranjeira, a que se refere o decreto n. 1045 de 14 de setembro de 1892.

#### TITULO III

Art. 8.º Substitua-se pelo seguinte:

Dos lucros liquidos de cada semestre serão deduzidos:

1.º Seis por cento para o fundo de reserva que se destina a refazer o capital porventura desfalcado em consequencia de perdas e a recompor o material da companhia, o qual ficará completo quando attingir a 20 % do capital social realizado;

2.º Dez por cento ou mais, conforme o lucro que houver, a juizo da directoria, para o fundo de amortização, que se considerará inteirado quando profizer 60 % do capital social realizado.

Paragrapho unico. O restante dos lucros, feitas as deducções acima especificadas, será distribuido em dividendo aos accionistas e no que em seguida se designa:

a) Um por cento do dividendo para porcentagem de cada director, sem prejuizo do honorario de que trata o art. 26;

b) Até 10 % do dividendo para gratificações a empregados da companhia, ficando, porém, a juizo da directoria a respectiva distribuição, total ou parcial;

c) A somma que entender a directoria dever levar á conta de lucros a passar para o semestre seguinte.

Art. 9.º Substitua-se pelo seguinte:

«A directoria, sempre que julgar conveniente, poderá empregar o fundo de reserva e o de amortização em apolices da divida publica geral e outros titulos com garantia do Governo Federal e em *debentures* da propria companhia, podendo nos mesmos casos vender os referidos titulos ou realizar com elles qualquer outra operação.»



## TITULO IV

Art. 10. Substitua-se pelo seguinte:

« As reuniões ordinarias da assembléa geral effectuar-se-hão em dia dos mezes de abril ou maio, designado pela directoria com 15 dias de antecedencia.»

Art. 11, paragrapho unico. Substitua-se pelo seguinte:

« Qualquer acccionista poderá comparecer ás assembléas geraes e discutir, mas só terá o direito do voto o que possuir 10 acções ou mais averbadas no livro de registro, com 30 dias de antecedencia.

Si estas acções forem ao portador, deverão ser depositadas no escriptorio da companhia até ao dia 1 de março, quando se tratar da assembléa geral ordinaria e até dous dias antes da reunião, quando se tratar de assembléa extraordinaria, regulando então este prazo para a averbação das acções nominativas.»

## TITULO V

Art. 26. Substitua-se pelo seguinte:

« Cada director perceberá o honorario annual de 6:000\$, pagos em prestações mensaes de 500\$, podendo sempre ser augmentado ou reduzido por qualquer assembléa geral.»

Art. 27, segundo periodo. Substitua-se pelo seguinte:

« Cada membro effectivo ou em exercicio perceberá a gratificação annual de 1:200\$, pagos em prestações semestraes de 600\$, podendo sempre ser augmentada ou reduzida por qualquer assembléa geral.»

Está conforme.—*Manoel Martins Torres.*—*F. B. Marques Pinheiro.*—*João Nunes de Carvalho.*—*Jacques Duarte Murtinho.*—*Alvaro de Souza Neves.*

Rio, 27 de agosto de 1892.—Pela Companhia Matte Laranjeira, *Francisco Murtinho*, director-presidente.



## DECRETO N. 1046 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1892

Faz extensivo ao pessoal de fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União o Monte-pio obrigatorio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o pessoal de fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União e tendo ouvido o Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas,

Decreta :

Art. 1.º E' extensivo ao pessoal de fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União, de nomeação effectiva, o monte-

pio obrigatorio instituido pelo decreto n. 1045 de 21 de novembro de 1890 para os funcionarios que compoem as diversas repartições do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 1047 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araraquara no Estado, de S. Paulo.

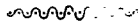
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 145º, que se organizará nos municipios de Ibitinga e Boa Vista das Pedras; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1048 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria, de quatro companhias e a designação de 144º, que se constituirá dos guardas alistados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1049 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1892

Dá nova interpretação á clausula 15<sup>a</sup> do decreto n. 977 de 5 de agosto do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Mogyana de Estrada de Ferro e Navegação, resolve declarar que a importancia de vinte e cinco contos com que a mesma companhia tem de entrar para o Thesouro Nacional, em virtude da clausula 15<sup>a</sup> das que baixaram com o decreto n. 977 de 5 de agosto ultimo, deve ser paga em duas prestações semestraes.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de setembro de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1050 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1892

Declara caduca a concessão de favores para o engenho central de Terra Nova no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, verificando que a Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia cessionaria da garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna em Terra Nova, municipio de Santo Amaro, Estado da Bahia, deixou que fosse excedido o prazo de 24 mezes para inauguração do dito engenho, sem ter dado começo á respectiva construção, e sem ter apresentado caso de força maior plenamente justificado, resolve declarar caduca a mencionada concessão.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 14 de setembro de 1892, 4<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1051 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1892

Concede autorisação à sociedade anonyma *The Rio de Janeiro City Improvements Company limited* para continuar a funcção no Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requeru a sociedade anonyma *The Rio de Janeiro City Improvements Company, limited*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para continuar a funcção no Brazil, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas ; ficando a companhia igualmente obrigada ao que dispõe o art. 1º, § 2º, ns. 2 e 3, do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1051 desta data**

I

A Companhia *Rio de Janeiro City Improvements Company, limited* é obrigada a conservar no Brazil um representante com plenos e illimitados poderes para tratar e resolver definitivamente as questões que se suscitarem, quer com o Governo quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e à jurisdicção de seus tribunaes, judiciaes ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia, fundada em seus estatutos, reclamar qualquer excepção, nem recorrer à intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente concessão.

III

Nenhum artigo dos estatutos poderá ser entendido ou interpretado em sentido contrario ás clausulas dos contractos celebrados pela companhia com o Governo, os quaes prevalecerão sempre, quaesquer que sejam os termos e a intelligencia das disposições dos mesmos estatutos.

## IV

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos, sendo-lhe cassada a autorisação para continuar a funcionar no Brazil si infringir esta clausula.

## V

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 16 de setembro de 1892. — *Sersedello Corrêa*.

Luiz Campos, interprete commercial e corretor de fundos e de navios, matriculado na meritissima Junta Commercial desta praça:

Certifico pela presente que me foi apresentado um livro dos estatutos da *The Rio de Janeiro City Improvements Company, limited*, impresso em inglez, que a pedido da parte traduzi para a lingua vernacula, e vertido diz o seguinte :

**(Tradução)**

*The Rio de Janeiro City Improvements Company, limited*, incorporada em 20 de fevereiro de 1862.

Memorandum, artigos e resoluções especiaes da associação.

Memorandum de associação da «*The Rio de Janeiro City Improvements Company, limited*»

1.º O nome da companhia é — *The Rio de Janeiro City Improvements Company limited*.

2.º O escriptorio registrado da companhia será na Inglaterra.

3.º Os fins para os quaes a companhia foi estabelecida são: a execução dos trabalhos da drenagem das casas e aguas pluvias da cidade do Rio de Janeiro, autorisada por uma concessão dada pelo Governo Imperial do Brazil, datada de 25 de abril de 1857, e alterada por um decreto imperial do mesmo Governo, datado de 12 de outubro de 1861, e todos os mais trabalhos que possam ser autorisados por esta concessão, ou por qualquer concessão ou decreto do mesmo Governo Imperial, supplementar ou ampliativo da dita concessão, ou autorisando a execução de quaesquer obras publicas no Imperio do Brazil, e a execução de todos os negocios que a companhia de tempos em tempos julgue occasional ou conducente ao alcance de taes fins.

4.º A responsabilidade dos accionistas é limitada.

5.º O capital nominal da companhia é de £ 850.000 em 34.000 ações de £ 25 cada uma.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes e endereços estão subscriptos, desejamos formar uma companhia de accordo com este

memorandum de associação ; e concordamos por isto em tomar o numero de acções, no capital da companhia, indicado ao lado dos nossos respectivos nomes.

| NOMES E ENDEREÇOS DOS SUBSCRIPTORES                                    | NUMERO DE ACÇÕES<br>TOMADAS POR<br>CADA SUBSCRIPTOR |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| John Addis, Preemans Harf, Southwar & C.....                           | 100                                                 |
| Henry Wollaston Blake, 18, London Street, London.....                  | 100                                                 |
| Ross Donnelly Mangies, Woodbridge, Guildford.....                      | 100                                                 |
| Alm Bramley-Moore, Liverpool.....                                      | 100                                                 |
| Erasmus Wilson, 19, Henrietta Street, Cavendish Square,<br>London..... | 100                                                 |
| Walter Thomas Javocett, 29, Hreadneedle Street, London..               | 100                                                 |
| Edward Gotto, 35 A, Great George Street, Westminster...                | 100                                                 |

Datado aos 18 dias de fevereiro de 1862.

Testemunha das assignaturas acima, *Charles Burt*, 46, Parliament Street.

### ARTIGOS DA ASSOCIAÇÃO

O Governo Imperial do Brazil outorgou aos Srs. Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior e John Frederic Russell por uma concessão datada de 25 de abril de 1857, alterada pelo decreto imperial de 12 de outubro de 1861, o privilegio exclusivo, durante o prazo de 90 annos, de executar as obras necessarias á drenagem da cidade do Rio de Janeiro, conforme os planos que foram já approvados pelo Governo Imperial.

O Governo Imperial obriga-se a pagar aos concessionarios, durante o prazo, a quantia annual de 60\$ por cada casa actualmente construida, ou que for construida de ora em deante, quer occupada, quer não, as quaes gosarão dos beneficios dessas obras; e a requisitar da Camara Municipal desta cidade o pagamento annual de 24:000\$ aos concessionarios para despeza da manutenção e limpeza dos canos de esgoto das aguas pluviaes.

As obras devem ser construidas por secções, e o Governo Imperial tem o direito de annullar a concessão si as obras do primeiro districto, quando experimentadas, não derem prova efficaz. Os concessionarios teem além disto o direito exclusivo de executar todas as obras particulares de drenagem na cidade do Rio de Janeiro, conjunctamente com as obras publicas de drenagem. Pelas clausulas da concessão, os concessionarios teem o direito de transferir os privilegios concedidos, á qualquer companhia. A companhia é formada com o fim de tomar a transferencia da concessão dos Srs. Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior e John Frederic Russell e executar as obras autorisadas pela mesina, ou as que possam ser autorisadas por qualquer concessão ou decreto supplementar ou ampliativo desta concessão.

Os planos das obras foram cuidadosamente preparados pelos Srs. Gotto & C. e os Srs. Brassey e Ogilvie fizeram um contracto para executar, dentro de quatro annos, todas as obras de accordo com aquelles planos, pela quantia de £ 839.858. Desta quantia, a somma de £ 170.858 deve ser posta de lado para o pagamento das diversas despesas mencionadas na primeira lista junto a esta.

Os Srs. Brassey e Ogilvie entraram tambem em um ajuste para a manutenção das obras, e o trabalho do systema de drenagem depois da conclusão do seu contracto de construcção.

Os Srs. Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior e John Frederick Russell combinaram em transferir á companhia a concessão feita a elles pelo Governo Imperial, com a condição de lhes ser paga pela companhia a quantia de £ 89.000, das quaes a importancia de £ 59.000 deve ser paga dos primeiros depositos das acções, e a quantia de £ 30.000 dentro de um mez depois que o Governo Imperial tenha officialmente approved a drenagem do primeiro districto.

Uma escriptura de transferencia já foi preparada, e será executada logo que a companhia esteja encorporada.

O Sr. Gotto foi nomeado para o cargo de engenheiro em chefe da companhia no Rio de Janeiro, nos termos de um contracto que já foi preparado, e será executado logo que a companhia for encorporada.

Elle deverá receber a quantia de £ 30.000 pelos seus serviços durante a execução das obras, e deverá pagar todas as despesas do pessoal de engenheiros necessario e da repartição de engenheiros em geral.

Os Srs. Bircnam, Dakymple, e Drake foram nomeados procuradores da companhia na Inglaterra, e concordaram em acceitar a quantia de £ 3.000 pelos serviços profissionais e outros que já prestaram com relação á mesma concessão e formação da companhia ; e concordaram mais em desempenhar todos os negocios legaes da companhia, á excepção dos litigiosos, durante os quatro annos seguintes, pela somma de £ 500 por anno.

Foi preparado um contracto neste sentido, que será executado logo que a companhia for encorporada.

Pôde ser conveniente que a companhia seja registrada no Rio de Janeiro como « sociedade anonyma » ; e pretende-se dar poderes aos directores para registral-a, si assim o julgarem conveniente.

Fica portanto combinado, como segue :

## I

### INTERPRETAÇÃO

Art. 1.º Na interpretação destes estatutos as seguintes palavras e expressões tem as seguintes significações, a menos que excluidas pelo assumpto ou contracto :

a) « A companhia » significa « The Rio de Janeiro City Improvements Company, limited ».

b) « O Reino Unido » significa o Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda.

c) « O Governo Imperial » significa o Governo Imperial do Brazil.

d) « Os estatutos » significa e incluye os actos de companhias anonymas por acções, de 1856, 1857 e 1858, e todos e quaesquer actos de tempos a tempos em vigor, relativamente a companhias anonymas por acções e necessariamente affectando a companhia.

e) « Estes estatutos » significam e incluem o memorandum de associação da companhia, e estes artigos de associação, e os regulamentos da companhia de tempos a tempos em vigor.

f) « Resolução especial » significa uma resolução especial da companhia, decretada de conformidade com a secção 34 das companhias anonymas de 1856.

g) « Capital » significa o capital de tempos a tempos da companhia.

h) « Acções » significa as acções de tempos a tempos do capital.

i) « Directores » significa os directores de tempos a tempos da companhia, ou, como o caso exija, os directores reunidos em assembléa.

k) « Fiscal », « banqueiros », « secretario », significa aquelles respectivos empregados de tempos a tempos da companhia.

l) « Assembléa ordinaria » significa uma assembléa geral ordinaria da companhia, devidamente convocada e constituida, e qualquer assembléa adiada.

m) « Assembléa extraordinaria » significa uma assembléa geral extraordinaria da companhia, devidamente convocada e constituida, e qualquer adiação com referencia á mesma.

n) « Assembléa geral » significa uma assembléa ordinaria ou uma assembléa extraordinaria.

o) « Conselho » significa uma assembléa dos directores, devidamente convocada e constituida, ou, conforme o caso exija, os directores reunidos em conselho ou sessão.

p) « Escriptorio » significa o escriptorio de tempos a tempos da companhia.

q) « Sello » significa o sello commun de tempos a tempos da companhia.

r) « Mez » significa mez calendario.

s) Palavras exprimindo o numero no singular sómente, incluem o numero no plural.

t) Palavras exprimindo o numero no plural sómente, incluem o numero no singular.

u) Palavras exprimindo o genero masculino sómente, incluem o genero feminino.

## II

### CONSTITUIÇÃO

Art. 2.º Os artigos da tabella B dos actos das companhias anonymas por acções de 1856, não serão applicados; porém, em



logar disso, o que se segue será o regulamento da companhia, porém sujeito à revogação e alteração conforme está previsto nestes estatutos.

### III

#### NEGOCIO

Art. 3.º Os misteres da companhia comprehenderão todos os negocios mencionados no memorandum de associação e todas as materias accidentaes, e poderão ser principiados logo que o conselho julgue conveniente, embora todo o capital não tenha sido subscripto.

Art. 4.º Os negocios serão effectuados sob a gerencia dos directores, sujeitos sómente à fiscalização das assembleas geraes, como está previsto por estes estatutos.

Art. 5.º Nenhuma pessoa, excepto os directores, terá autorisação para fazer, acceitar, ou endossar qualquer nota promissoria ou letra de cambio, com relação à companhia, ou de outro modo empenhar o credito da companhia.

Art. 6.º Nenhuma pessoa, excepto os directores e pessoas para isso expressamente autorisadas pelo conselho, e operando dentro dos limites da autorisação conferida pelo conselho, terá qualquer autorisação para fazer qualquer contracto ou engajamento de modo a impor por essa razão qualquer responsabilidade à companhia.

Art. 7.º A directoria não fará, acceitará, ou endossará qualquer nota promissoria ou letra de cambio com relação à companhia, excepto em qualquer caso no curso diario dos negocios da companhia, ou, na consecução de uma resolução especial da directoria, declarando ser na opinião della necessario para os interesses da companhia.

Art. 8.º Todos os dinheiros pagaveis à companhia serão recebidos pelos directores ou banqueiros, ou por alguma pessoa autorisada pela directoria, e serão pagos aos banqueiros por conta da companhia.

Art. 9.º Os recibos de dous dos directores ou dos banqueiros, ou de pessoa assim autorisada, serão quitações efficazes de todos os dinheiros nelles declarados como recebidos, e de toda a responsabilidade, reclamações e questões relativas a isto.

Art. 10. Todos os pagamentos da companhia (excepto a conta da caixa pequena) serão feitos por meio de cheques sobre os banqueiros, feitos em virtude de uma resolução da directoria ou de uma commissão operando dentro da sua autorisação e assignados por dous dos directores, contra-assignados pelo secretario com o seu nome ou iniciaes.

## IV

## ESCRITORIO

Art. 11. O escriptorio será em Gresham House, Old Broad Street, na cidade de Londres, ou em qualquer outro lugar em Londres ou Middlesex, conforme a directoria designe de tempos a tempos.

## V

## PRIMEIROS EMPREGADOS

Art. 12. Os Srs. John Addis, Henry Wollaston Blake, Ross Donnelly Mangles, John Bamley Moore, M. P., e Erasmus Wilson, serão os primeiros e actuaes directores.

Art. 13. Os Srs. Glyn, Millo & Companhia serão os primeiros e actuaes banqueiros.

Art. 14. Os Srs. Birckam, Dalnymple, e Durake, serão os primeiros e actuaes procuradores.

Art. 15. O Sr. John Cater será o primeiro e actual fiscal.

## VI

## CAPITAL

Art. 16. A companhia de tempos a tempos, com a sanção de uma resolução especial, poderá augmentar o capital original de £ 850.000 — por meio de novas acções.

Art. 17. Qualquer capital levantado por meio de novas acções, excepto o que a companhia na ocasião da criação determinar em contrario, será considerado como parte do capital original, e será sujeito ás mesmas provisões em todos os sentidos, quer com referencia ao pagamento das chamadas, ou multa de acções pelo não pagamento de chamadas ou de outro modo, como si tivesse sido parte do capital original.

Art. 18. A quantia de tempos a tempos do novo capital, excepto o que a companhia quando for creada determinar em contrario, será dividida de modo a permittir a quantia a ser dividida proporcionadamente entre os accionistas então existentes.

Art. 19. As novas acções, em primeiro lugar, salvo si a companhia quando for creada determinar o contrario, serão offerecidas pelos directores aos accionistas, em proporção ao numero de suas respectivas acções; e, tantas das novas acções quantas não forem tomadas pelos accionistas, poderão ser cedidas a outras pessoas que os directores indicarem.

Art. 20. Mas si a companhia, depois de ter ligado a quaesquer novas acções qualquer preferencia, ou garantias, ou outro privilegio especial, crear quaesquer novas acções além destas, os

possuidores das novas acções, ás quaes o privilegio especial esteja ligado, com respeito a taes acções novas, salvo si a companhia determinar de outro modo, não terão direito a uma offerta das demais novas acções.

Art. 21. Com a autorisação de uma resolução especial, e o consentimento de tres quartos em valor dos possuidores de todas as acções, todas as acções de qualquer classe, como o caso exija, podem ser consolidadas em um numero menor de acções, ou divididas em um numero maior de acções, ou por este ou de outro modo augmentadas ou reduzidas em quantia nominal, ou em quantia nominal aggregada.

Art. 22. Os directores podem, de tempos a tempos, si elles julgarem justo, tomar emprestado qualquer somma ou sommas de dinheiros sobre bonds ou debentures, ou sobre hypotheca, por tal taxa de juros e em taes condições que julgarem conveniente.

## VII

### CONTRACTOS

Art. 23. Os contractos iniciados com os Srs. Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior e John Frederic Russell, Brassey e Ogilvie, Eduard Gotto, Brickam, Dalnymple e Drake, estão adoptados e ratificados e a escriptura de transferencia e contractos mencionados na seguinte lista junto a este, serão logo executados pela companhia.

Art. 24. Os directores terão poderes de tempos a tempos, conforme julguem proprio, de alterar qualquer dos contractos mencionados na segunda lista, porém não de modo a lançar qualquer responsabilidade maior sobre a companhia, do que a que está sujeita actualmente com aquelles contractos.

## VIII

### FUNDO DE RESERVA

Art. 25. Tal porção (si houver) das rendas da companhia, e conforme uma assembléa geral possa determinar de tempos a tempos, será posta de parte como fundo de reserva para o fim de igualar os dividendos.

Art. 26. Para o fim de igualar os dividendos, a directoria de tempos a tempos poderá applicar qualquer parte do fundo de reserva por conta da renda.

Art. 27. A directoria pôde de tempos a tempos botar de parte, dos dinheiros da companhia as sommas que julgue necessarias para fazer face a reclamações contra a companhia.

## IX

## FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

Art. 28. Os directores, salvo si for determinado de outro modo por meio de uma resolução especial, deverão botar de parte annualmente a somma de £ 1.690 (mil seiscentas e noventa libras), e empregar e accumular os juros disto, afim de prevenir-se para o reembolso do capital na expiração do tempo pelo qual a concessão foi feita.

## X

## EMPREGO DOS DINHEIROS

Art. 29. Todos os dinheiros passados para o fundo de reserva, ou para o fundo de amortização, e todos os outros dinheiros da companhia que não forem immediatamente applicaveis a qualquer pagamento a fazer pela companhia, podem ser empregados pelos directores em titulos do Governo ou reaes, ou pessoas ou outros titulos ou empregos conforme a directoria de tempos a tempos julgue conveniente, e quando a directoria julgue proprio, pôde fazer-se empregos nos nomes dos fleis.

Art. 30. A directoria pôde conservar nos banqueiros o saldo que ella julgue conveniente de tempos a tempos, e não obstante quaesquer dos banqueiros podem ser directores, ou um director.

Art. 31. O dinheiro da companhia pôde ser empregado, conforme previsto por estes estatutos, na compra de acções da companhia; porém nenhuma destas acções será comprada com dinheiros passados para o fundo de amortização, excepto acções integralizadas, e no caso de que taes acções sejam compradas com dinheiro, passados para o fundo de amortização, taes acções não serão annulladas, mas serão consideradas como acções existentes, e os dividendos pagaveis a ellas serão levados a credito do fundo de amortização. Quaesquer acções compradas para o fundo de amortização podem ser vendidas si os directores julgarem conveniente, porém os productos de taes vendas serão levados para o fundo de amortização.

## XI

## ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 32. A assembléa geral terá logar annualmente no logar em Londres ou Middlesex, na hora, e no dia de cada anno, que os directores de tempos a tempos designarem.

Art. 33. Porém, até que a companhia designe de outro modo, a assembléa ordinaria terá logar no mez de março de cada anno.

Art. 34. A primeira assembléa ordinaria terá logar no mez de março de 1863.

Art. 35. Uma assembléa geral poderá em qualquer tempo ser convocada pelos directores de seu proprio accordo.

Art. 36. Uma assembléa geral será convocada pelos directores em qualquer tempo que uma requisição de qualquer numero de accionistas, nunca menor de cinco, e possuindo na totalidade nunca menos de duas mil acções, e declarando amplamente o fim da assembléa, e assignada pelos peticionarios, seja entregue ao secretario, ou deixada no escriptorio para os directores.

Art. 37. Em qualquer tempo que os directores deixarem por quinze dias, depois da entrega de qualquer requisição, de convocar uma assembléa de conformidade com a mesma, os peticionarios, ou quaesquer accionistas, nunca menos de cinco, e possuindo na totalidade nunca menos de duas mil acções, poderão convocar uma assembléa.

Art. 38. Cada assembléa geral terá logar no logar conveniente, em Londres ou Middlesex, conforme os directores ou os accionistas que convocarem a assembléa designarem.

Art. 39. Tres accionistas serão um *quorum* para uma assembléa geral para a escolha de um presidente da assembléa, a declaração de um dividendo, e o adiamento da mesma.

Art. 40. Excepto para a escolha de um presidente da assembléa, ou a declaração de um dividendo, ou o adiamento da assembléa, o *quorum* de qualquer assembléa geral deve ser de dez accionistas.

Art. 41. Nenhum negocio será tratado em nenhuma assembléa geral, sem que o *quorum* para este fim esteja presente no começo.

Art. 42. Si, dentro de uma hora depois do tempo designado para ter logar uma assembléa geral, o *quorum* não estiver presente, a assembléa, si for convocada á requisição dos accionistas, será dissolvida, e em outro caso, ficará adiada até o seguinte dia útil no mesmo logar, e para reunir-se no mesmo tempo que tenha sido designado para ter logar a assembléa original.

Art. 43. Si em qualquer assembléa geral adiada o *quorum* não estiver presente dentro de uma hora depois do tempo em que deverá ter logar a assembléa, esta será dissolvida.

Art. 44. O presidente, com o consentimento da assembléa, pôde adiar qualquer assembléa geral de tempos a tempos, e de logar para logar.

Art. 45. Nenhum negocio será tratado em qualquer assembléa geral adiada sinão o negocio que tenha sido deixado por concluir na assembléa geral em que o adiamento tenha tido logar, e que tenha sido tratado naquella assembléa.

Art. 46. Os directores convocando qualquer assembléa geral, e os accionistas convocando qualquer assembléa extraordinária, darão respectivamente pelo menos um aviso de sete dias e nunca maior de 15 dias.

Art. 47. Quando qualquer assembléa geral for adiada por mais de sete dias, os directores darão pelo menos um aviso de quatro dias, da assembléa adiada.

Art. 48. O aviso convocando uma assembléa geral será contado exclusive o dia em que se der o aviso, porém inclusive o dia da assembléa.

Art. 49. Os avisos convocando assembléas geraes, ou o seu adiamento, serão feitos por circulares aos accionistas registrados como residentes no Reino Unido, designando o tempo e logar da assembléa.

Art. 50. Os directores ou accionistas convocando uma assembléa geral podem tambem, si julgarem conveniente, dar aviso por meio de annuncio.

Art. 51. Nenhum negocio será tratado em qualquer assembléa extraordinaria, excepto aquelles que tenham sido especificados no aviso de convocação.

Em qualquer caso em que por meio destes estatutos tenha de ser dado aviso de qualquer negocio para ser tratado em uma assembléa geral, a circular e o annuncio, si houver, deverá especificar o fim.

Art. 52. Qualquer circular destas pôde ser enviada pelo correio como carta, dirigida ao accionista, conforme o seu endereço registrado, e assim enviada, será julgada entregue a elle no dia em que, no tempo regular do correio, seria entregue no logar.

## XII

### PODERES DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 53. Qualquer assembléa geral, quando se tenha dado aviso neste sentido, pôde demittir qualquer director ou fiscal por causa de procedimento irregular, negligencia, incapacidade, ou outra causa julgada sufficiente pela assembléa, e pôde supprir qualquer vaga no logar de director ou fiscal, e pôde alterar o numero de directores, mas de modo que, até á conclusão das obras incluidas no contracto de construcção dos Srs. Brassey & Ogilvie, o numero não excederá de cinco; e, sujeito ás provisões destes estatutos, pôde em geral decidir sobre quaesquer negocios relativos á companhia.

Art. 54. Nenhuma assembléa ordinaria, sem aviso neste sentido, pôde eleger directores e fiscaes, e receber, ou rejeitar inteira ou parcialmente, ou adoptar e confirmar as contas, o balanço e relatorios dos directores e fiscal respectivamente, e pôde decidir sobre qualquer recommendação dos directores, e sobre ou relativamente a qualquer dividendo, e, sujeito ás provisões destes estatutos, discutir geralmente quaesquer negocios relativos á companhia.

Art. 55. Quando quaesquer assembléas geraes, por meio de resolução especial, tenham determinado qualquer augmento de capital, as assembléas, ou quaesquer outras assembléas geraes, podem, por meio de resolução especial, determinar a extensão em que o augmento será effectuado por meio de emissão de novas acções, e as condições em que o capital deva ser assim augmen-

tado, e o tempo, modo, e termos em que as novas acções serão emittidas, e como o premio, si houver, será applicado ás novas acções.

Art. 56. Quaesquer assembléas geraes determinando as condições em que quaesquer acções novas tenham de ser emittidas, podem determinar que as novas acções serão emittidas em uma classe, ou em diversas classes, e podem juntar ás novas acções, ou ás novas acções de todas ou quaesquer das classes, algum privilegio especial com referencia a preferencias, garantidas, determinadas, fluctuantes, redimiveis, ou outros dividendos, ou juros, ou de outro modo, ou quaesquer condições ou restricções especiaes.

Art. 57. Si, depois de quaesquer assembléas geraes tiverem por meio de resolução especial determinado sobre a emissão de novas acções, todas as novas acções não forem emittidas regularmente, qualquer assembléa geral pôde determinar que as novas acções por emittir não sejam emittidas, porém cancelladas, ou determinar qualquer alteração nas condições em que as acções novas por emittir, serão emittidas, ou os privilegios ou restricções especiaes ligados ás novas acções por emittir.

Art. 58. A companhia pôde, em assembléas geraes, de tempos a tempos, por meio de resolução especial, alterar e fazer novas provisões substitutivas ou additionaes a qualquer regulamento da companhia, quer contidos ou não nestes artigos da associação.

Art. 59. A autorisação das assembléas geraes de tempos a tempos por uma resolução especial, de alterar e fazer novas provisões em logar de ou em addição a quaesquer dos regulamentos da companhia, estender-se-ha a autorisar qualquer alteração destes estatutos, excepto sómente o regulamento da companhia, o qual prove o limite da responsabilidade dos accionistas, e a igualdade proporcional da responsabilidade dos accionistas, e o seu interesse nos lucros da companhia, e a menor remuneração dos directores, até á conclusão das obras incluídas no contracto dos Srs. Brassey & Ogilvie, cujo regulamento exceptuado será julgado o unico regulamento fundamental e inalteravel da companhia; mas a companhia será obrigada por todas as suas resoluções especiaes, pelas quaes quaesquer novas acções forem emittidas, com privilegios especiaes, e todos os novos regulamentos da companhia terão effeito de accordo.

Art. 60. Duas assembléas geraes extraordinarias successivas tendo logar dentro de tres mezes por meio de resolução, approvada pelo menos por tres quartos dos votos dos accionistas votando em cada assembléa, podem resolver a dissolução da companhia, e o tempo, modo, termos e condições em que a dissolução terá logar.

Art. 61. Quando qualquer resolução por escripto recommendada pela directoria, e depois de avisar-se disso todos os accionistas registrados como residentes no Reino Unido, adoptada ou sancionada por escripto pelo menos por tres quintos em valor, dos accionistas, será, excepto pela dissolução da companhia, tão válida e efficaz como uma resolução de uma assembléa geral, ou de uma resolução especial.

## XIII

## PROCEDIMENTO NAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 62. Em cada assembléa geral o presidente dos directores, ou, durante a sua ausencia, o vice-presidente (si houver), ou, durante a sua ausencia, um director eleito pelos accionistas presentes, ou durante a ausencia, de todos os directores, um accionista eleito pelos accionistas presentes, tomará a presidencia.

Art. 63. Em cada assembléa ordinaria na qual qualquer director tenha de deixar o seu cargo, se conservará até á dissolução da assembléa, quando deixará o seu cargo.

Art. 64. O primeiro assumpto, em cada assembléa geral depois que a presidencia esteja occupada, será a leitura das actas da ultima assembléa geral; e si as actas não parecerem á assembléa geral foram assignadas de conformidade com os estatutos, sendo julgada correctá ou corrigida, serão assignadas pelo presidente da assembléa na qual foram lidas.

Art. 65. Excepto quando de outro modo previsto por estes estatutos, cada questão a decidir-se por qualquer assembléa geral, salvo si for resolvida com dissidencia, será decidida por uma simples maioria dos accionistas pessoalmente presentes; e, salvo quando o escrutinio for necessario, será decidido por meio de gestos da mão.

Art. 66. Cada resolução especial, e cada questão exigida pelos estatutos para ser decidida por outra cousa além da simples maioria dos accionistas pessoalmente presentes em uma assembléa geral, salvo resolvida sem dissidencia, será decidida por escrutinio.

Art. 67. Em cada questão por decidir por simples maioria dos accionistas pessoalmente presentes em qualquer assembléa geral, cada accionista pessoalmente presente e qualificado de accordo com estes estatutos para votar, terá o direito de voto.

Art. 68. Em qualquer assembléa geral, salvo quando seja exigido immediatamente um escrutinio para qualquer resolução, á vista da declaração do presidente da assembléa, do resultado dos gestos da mão, pelo menos por dous accionistas, e tambem antes da dissolução ou adiamento da assembléa, em requisição por escripto, assignada por accionistas formando juntos pelo menos cem acções, e entregue ao presidente ou secretario, uma declaração pelo presidente de que uma resolução será apresentada e um lançamento neste sentido nas actas dos andamentos da assembléa, será evidencia sufficiente do facto assim declarado, sem prova do numero a proporção dos votos em favor ou contra a resolução.

Art. 69. Si for exigido um escrutinio, elle será feito de tal modo, em tal logar, e immediatamente, ou em tal tempo, dentro de sete dias depois, conforme o presidente da assembléa ordenar, e o resultado do escrutinio será julgado como resolução da assembléa geral na qual for exigido o escrutinio.



## XIV

## VOTAÇÃO NAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 70. Quando qualquer questão tenha de ser decidida por escrutinio, cada accionista presente, em pessoa ou por meio de procuração, e com direito a votar, terá um voto por cada acção que elle possuir.

Art. 71. Si mais pessoas do que uma tiverem conjuntamente direito a uma acção, a pessoa cujo nome estiver em primeiro logar no registro dos accionistas, como um dos possuidores da acção e nenhum outro, terá direito a votar à vista disto.

Art. 72. Todas as vezes que um pae, tutor, curador, marido, testamenteiro, ou administrador, de qualquer criança, lunatico, idiota, mulher, ou accionista fallecido, deseje votar com relação à acção do accionista incapacitado ou fallecido, poderá ficar, conforme está previsto nestes estatutos, um accionista em relação à acção, e poderá votar de accordo.

Art. 73. Um accionista pessoalmente presente em qualquer assembléa geral, poderá recusar de votar sobre qualquer questão, porém não será, por causa de sua recusa, considerado como ausente da assembléa.

Art. 74. Um accionista com direito a votar poderá de tempos a tempos nomear qualquer outro accionista seu procurador, quando tiver de votar em escrutinio.

Art. 75. Cada instrumento de procuração será por escripto, conforme a formula seguinte e assignado pelo outorgante, e será depositado no escriptorio, pelo menos quarenta e oito horas antes do dia em que tenha de effectuar-se a assembléa geral, na qual será representado, e será guardado nos archivos da companhia, porém será apresentado a cada pedido razoavel e à custa (si houver) do accionista ou do seu procurador.

Art. 76. A formula do instrumento da procuração será a seguinte:

Eu (A. B.) accionista da *The Rio de Janeiro, City Improvements Company, Limited*, por meio desta nomeie (C. D.) outro accionista da companhia, para fazer as minhas vezes como meu procurador na assembléa geral da companhia que terá logar no dia de de 18 , e em qualquer outro adiamento que se seguir a esta. Testemunho com o meu punho aos de de 18 . (Assignado)

Art. 77. A pessoa presidindo a assembléa geral, em qualquer caso de igualdade de votos em escrutinio, ou de outro modo, terá um voto adicional ou preponderante.

## XV

## ACTAS DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 78. Cada lançamento no livro das actas sobre os procedimentos das assembléas geraes, tendente à ser lançado e assi-

gnado de accordo com os estatutos, na ausencia de prova em contrario, será julgado como registro correcto e procedimento original da companhia, e, em todo o caso, encargo da prova do erro recahirá na pessoa que fizer qualquer objecção ao assentamento.

## XVI

## DIRECTORES

Art. 79. O numero dos directores não excederá a cinco.

Art. 80. Para ser director é necessaria a posse de cem acções pelo menos.

Art. 81. Cada director será possuidor de um numero de acções que o habilite pelo menos por seis mezes, excepto os accionistas originarios, e os recommendados pela directoria para eleição.

Art. 82. Na assemblea ordinaria, no anno de 1867, e na assemblea ordinaria em cada anno subsequente, um dos directores deixará o seu cargo; e a assemblea elegerá um accionista habilitado para preencher o seu lugar.

Art. 83. A occasião para a retirada dos primeiros e actuaes directores será determinada entre elles mesmos, em conselho que tenha logar no fim do mez de dezembro de 1866, por meio de estipulação, ou na falta de estipulação retirar-se-hão em ordem alphabetica.

Art. 84. Toda vez que suscitar-se qualquer questão quanto á occasião para a retirada de qualquer dos directores, será decidida pela directoria.

Art. 85. Um director retirado, estando habilitado, pôde ser reeleito.

Art. 86. Um accionista, não sendo um director retirado, salvo si for recommendado pela directoria para eleição, não será qualificado para ser eleito director, a menos que dê ao secretario, ou deixe no escriptorio, nunca menos de vinte e um dias nem mais de dous mezes antes do dia da eleição dos directores, aviso por escripto, por seu proprio punho, do seu consentimento em ser eleito director.

Art. 87. Um accionista não estará habilitado para continuar como director, sem que possua em seu proprio nome o numero de acções sufficiente para a sua habilitação.

Art. 88. Todas as vezes que nas assembleas ordinarias em qualquer anno deixarem de eleger um director, em logar do director que tenha de retirar-se, o director a retirar-se será considerado como tendo sido reeleito.

Art. 89. Cada director deixará vago o seu cargo quando cessar de possuir o numero sufficiente de acções para a sua habilitação, ou quando fallir ou tornar-se insolvente, ou suspender pagamento, ou quando compuzer-se com os seus credores, ou sendo julgado lunatico, ou possuindo qualquer escriptorio ou logar de livro na companhia, excepto o de banqueiro, ou excepto como accionista de uma companhia encorporada, em que seja inter-

essado, ou participando nos lucros de qualquer contracto com a companhia, ou excepto como tal accionista participando nos lucros de qualquer obra feita para a companhia.

Art. 90. Um director pôde em qualquer tempo dar aviso por escripto de que deseja retirar-se, entregando-o ao presidente dos directores, ou ao secretario, ou deixando-o no escriptorio, e com a acceitação da sua resignação pela directoria, e não antes, o seu cargo ficará vago.

Art. 91. Qualquer vaga occasional do cargo de director pôde ser preenchida pela directoria, nomeando um accionista habilitado, o qual occupará em todos os sentidos o lugar do seu antecessor.

## XVII

### SESSÕES E COMISSÕES

Art. 92. As sessões terão logar quando os directores julguem conveniente.

Art. 93. Uma sessão extraordinaria pôde, em qualquer tempo, ser convocada por quaesquer dous directores, por meio de aviso de dous dias aos outros directores.

Art. 94. O *quorum* de cada sessão será de tres directores.

Art. 95. Na primeira sessão depois de cada assembléa ordinaria o presidente dos directores e o vice-presidente poderão ser eleitos por um anno.

Art. 96. Quando a presidencia ou vice-presidencia ficarem vagas durante um anno, a primeira sessão elegerá um presidente, ou, conforme o caso exija, pôde eleger um vice-presidente para o resto do anno.

Art. 97. Em todo caso, na ausencia do presidente na sessão, um substituto temporario do presidente será nomeado pelo conselho; porém o vice-presidente, estando presente, será o substituto.

Art. 98. O procedimento da sessão será regulado, tanto quanto determinam as ordens existentes do conselho, pelas suas ordens existentes e em outros sentidos, conforme os directores presentes julgarem conveniente.

Art. 99. Cada questão em sessão será determinada por uma maioria de votos dos directores presentes, cada director tendo um voto.

Art. 100. No caso de igualdade de votos em uma sessão, o presidente que presidir a mesma terá um segundo voto ou voto de qualidade.

Art. 101. Os directores poderão nomear e demittir as comissões de seu proprio numero conforme julguem conveniente e poderão determinar e regular o seu *quorum*, deveres e procedimento.

Art. 102. Cada comissão fará actas de seu procedimento, e dará conta dellas de tempos em tempos á directoria.

Art. 103. Actas das sessões de cada conselho e do comparecimento dos directores respectivamente, serão registradas com toda a brevidade possível pelo secretario em um livro para este fim; e serão assignadas pelo presidente da assemblea perante a qual forem lidas.

Art. 104. Cada acta, quando assim registrada e assignada, será, na falta de prova de erro, considerada um procedimento original.

Art. 105. O conselho pôde adiar para tal tempo e logar, conforme os directores presentes determinarem.

## XVIII

### PODERES E OBRIGAÇÕES DA DIRECTORIA

Atr. 106. A directoria será encarregada e poderá exercer e executar os seguintes poderes e obrigações, a saber :

a) O andamento geral e gerencia dos negocios da companhia ;  
b) A nomeação e demissão, e a determinação das obrigações e salarios ou outras remunerações do gerente secretario, engenheiros, inspectores, caixeiros, agentes e criados da companhia, e as garantias a tomar delles respectivamente ;

c) A nomeação e a demissão dos procuradores e banqueiros ;  
d) A convocação das assembleas geraes ;

e) A instituição, direcção, defesa, compromisso e abandono dos procedimentos legaes em favor e contra a companhia e os empregados e de outro modo com relação aos negocios da companhia ;

f) Recorrer e acceitar ou recusar outras concessões ou variações da presente concessão do Governo Imperial, conforme os directores julgarem conveniente, e a compra, com o consentimento de uma assemblea geral, de qualquer concessão, para a execução das obras publicas garantidas pelo Governo Imperial.

g) A applicação de taes estatutos, leis, ou decretos do Governo Imperial, conforme os directores julguem necessario para a segurança da propriedade e direitos da companhia, e a limitação das responsabilidades dos accionistas ;

h) Registrar esta companhia no Rio de Janeiro como uma sociedade anonyma.

i) Encetar e levar a effeito, ou abandonar negociações e disposições com o Governo Imperial com relação á continuação ou dissolução da companhia, e os interesses dos accionistas com relação a isto ;

k) Mandar ao Rio de Janeiro, e outro logar qualquer, um ou mais dos directores, com poderes de inspecção, fiscalização, e de regular os negocios da companhia, e com mais outros poderes e instrucções, e sujeito a taes condições e restricções, e com a remuneração que os directores julgarem conveniente, e a suspensão ou revogação de qualquer destas nomeações ;

l) Nomear e mandar, quer temporaria ou permanentemente, para o Rio de Janeiro, ou outro qualquer logar, quaesquer pessoas como empregados ou criados da companhia, quer como engenheiros, inspectores, ou chefe, ou outros gerentes, ou como agentes geraes ou locaes, ou em qualquer outro cargo que os directores julgarem vantajoso para qualquer fim ou negocio da companhia, e com taes poderes e instrucções, e sujeitas a taes condições e restricções, e com a remuneração que os directores julgarem conveniente;

m) Delegar por meio de sello ou por escripto, sem sello, a quaesquer directores, engenheiros, inspectores ou chefe, ou outros gerentes, agentes, e outros empregados respectivamente, quaesquer poderes da directoria, e investil-os de quaesquer outros poderes que os directores em sua discreção julgarem necessarios para a conveniente direcção, administração e ordem de qualquer dos fins ou negocios da companhia;

n) O emprestimo sobre hypotheca, bonds, ou sobre caução de chamadas não pagas, ou de outro modo, de quaesquer sommas necessarias, na opinião da directoria, para o negocio da companhia, e a encetação de outros contractos para a companhia, e contractar, em favor da companhia, taes dividas e responsabilidades que, no juizo da directoria, sejam necessarias para as transacções da companhia;

o) Fazer e dar recibos, quitações, e outras descargas de dinheiros pagaveis á companhia, e pelas reclamações e questões da companhia;

p) O ajuste de quaesquer dividas devidas á companhia, e de quaesquer reclamações e questões da mesma;

q) A referencia de quaesquer reclamações e questões a favor ou contra companhia, a arbitramento, e haver e cumprir as decisões dos arbitros;

r) Tratar em favor da companhia em todos os assumptos relativamente a quebras e insolvencias;

s) A applicação dos dinheiros da companhia em titulos com as garantias e rendimento autorisados por estes estatutos, conforme os directores de tempos em tempos approvarem;

t) Conservar em boa ordem os recibos, credits, pagamentos, responsabilidades, lucros, prejuizos, propriedade, effeitos, reclamações e questões da companhia;

u) Fazer as contas até ao dia 31 de dezembro de cada anno;

v) Fazer com que as contas sejam devidamente saldadas e encerradas annualmente, conforme estes estatutos;

w) Fazer para cada assembléa ordinaria um relatorio dos negocios e projectos da companhia, incluindo todos os detalhes que forem sufficientes á explicação das contas;

x) Fazer chamadas dos accionistas;

y) Aceitar pagamentos adeantados das chamadas e determinar as condições em que taes pagamentos serão acceptos;

z) Recomendar á approvação das assembléas geraes os assumptos a serem determinados por meio de resolução especial;

aa) Ter em ordem o registro dos accionistas e o registro de transferencias;

bb) Aquisição de um logar de negocio para a companhia, e de conformidade com isto, a compra ou arrendamento de quaesquer terrenos ou legados;

cc) A compra, arrendamento, construcção, ou de outro modo, a aquisição de todos os necessarios escriptorios na cidade do Rio de Janeiro, e outro logar qualquer para o negocio da companhia.

dd) Determinar o expediente do sello, e autorisar o uso do sello, porém de modo que cada instrumento, ao qual seja affixado o sello, seja assignado pelo menos por um dos directores, e contra-assignado ou com as iniciaes do secretario;

ee) Providenciar para que o sello seja guardado com segurança;

ff) Fazer tudo que for necessario para o cumprimento das requisições dos estatutos;

gg) A verificação, ajuste e pagamento de todas as despesas do incidente da formação, estabelecimento e registro da companhia;

hh) Fiscalizar, gerir e regular em todos os sentidos, salvo si pelos estatutos for determinado de outro modo, de todos os outros assumptos referentes á companhia e aos negocios da mesma.

Art. 107. A directoria, em addição a estes poderes e obrigações, exercerá e executará todos os outros poderes e obrigações que por meio destes estatutos estejam directa ou indirectamente conferidos e impostos aos directores.

Art. 108. Cada conta da directoria, quando examinada e approvada por uma assemblea geral, será conclusiva, excepto quanto a qualquer erro nella descoberto dentro de dous mezes, depois da approvação da mesma.

Art. 109. Toda vez que seja descoberto um erro dentro deste periodo, a conta será logo corrigida, e será dalli em diante conclusiva.

Art. 110. A menor remuneração dos directores será de (£ 2.000), duas mil libras por anno, contada do dia primeiro de março de 1862, e será dividida entre os directores, conforme elles de tempo a tempo determinarem.

## XIX

### COMMISSÕES LOCAES E OUTRAS

Art. 111. A directoria póde nomear e demittir as commissões locaes na cidade do Rio de Janeiro, consistindo de tal numero de accionistas ou outros, ou de ambos, conforme a directoria julgar conveniente, e póde determinar e regular o seu *quorum*, obrigações, modo de proceder e remuneração.

Art. 112. A directoria póde delegar a qualquer commissão local na cidade do Rio de Janeiro os poderes, autorisações e

discreção do conselho, conforme ella julgue necessario para executar qualquer negocio da companhia. Cada commissão local fará e fornecerá todas as contas á directoria ou ao Governo Imperial, conforme a directoria de tempo a tempo prescrever ou exigir.

Art. 113. As commissões locaes estarão em todos os sentidos sujeitas á fiscalização da directoria.

Art. 114. A directoria pôde de tempos em tempos nomear qualquer pessoa, ou pessoas, para ser o representante ou representantes da companhia na cidade do Rio de Janeiro, com os poderes, e sujeitas as restricções e á remuneração, que a directoria julgue conveniente, e pôde de tempos a tempos demittir tal pessoa ou pessoas.

## XX

### FISCAL

Art. 115. Um fiscal, não sendo necessario ser accionista, será nomeado pela assembléa ordinaria em cada anno, para o anno seguinte.

Art. 116. A sua remuneração será fixada pela assembléa.

Art. 117. Ella fiscalizará as contas da companhia, de conformidade com estes estatutos.

Art. 118. Qualquer vaga casual no cargo de fiscal será soffrida por uma assembléa extraordinaria convocada para este fim.

Art. 119. Pelo menos vinte e oito dias antes do dia de cada assembléa ordinaria serão entregues pela directoria ao fiscal as contas semestraes e folha do balanço, para serem apresentadas á assembléa, e o fiscal receberá e examinará as mesmas.

Art. 120. Dentro de quatorze dias, depois do recebimento das contas e da folha do balanço, o fiscal as confirmará, ou si não julgar conveniente confirmal-as, informará especialmente sobre isto, e entregará aos directores a conta e a folha do balanço, com a sua informação (si houver).

Art. 121. Dez dias antes de cada assembléa ordinaria, uma cópia impressa das contas e folha do balanço fiscalizadas, e a informação (si houver) do fiscal, será enviada pela Directoria á cada accionista registrada como residente no Reino Unido, conforme o seu endereço registrado.

Art. 122. Em cada assembléa ordinaria, a informação do fiscal (si houver) será lida na assembléa com o relatorio dos directores.

Art. 123. Todo o anno, e em todos os tempos razoaveis do dia, o fiscal terá accesso para inspecionar os livros de contas e livros do registro da companhia, com o auxilio dos caixeiros e dos outros, e demais facilidades de que o fiscal razoavelmente precisar.

## XXI

## DIRECTORES, FIEIS E EMPREGADOS

Art. 124. Quando a directoria julgar conveniente, haverá tantos fieis para qualquer dos fins da companhia, quantos a directoria julgar conveniente, e serão nomeados pela directoria, e terão poderes e indemnizações, e cumprirão as obrigações e estarão sujeitos aos regulamentos que a directoria determinar.

Art. 125. Os Directores, fieis, fiscal, secretario e outros empregados, serão indemnizados pela companhia, de todos os prejuizos e despesas incorridas por elles no desempenho de suas respectivas obrigações, excepto aquellas que occorram de seu proprio acto ou falta proposital.

Art. 126. Nenhum director, fiel ou empregados será responsavel por qualquer outro director, fiel, ou empregado, ou por junção em qualquer recibo ou outro acto, ou por qualquer prejuizo ou despesa occorrida para a companhia, salvo si a mesma occorrer de seu proprio acto, descuido ou defeito.

Art. 127. As contas de quaesquer fieis ou empregados podem ser liquidadas ou rejeitadas, quer totalmente, quer em parte pela directoria.

Art. 128. Um empregado que fallir ou ficar insolvente, ou publicamente compuzer-se com os seus credores, tornar-se-ha por isto incapaz de operar e deixará de ser empregado.

Art. 129. Comtanto que, até que o lançamento da incapacidade seja feito nas actas dos directores, os seus actos em seu cargo produzirão tanto effeito como si elle operasse como empregado capaz.

Art. 130. O secretario guardará os relatorios, livros e papeis da companhia, e permittirá, entre as 10 da manhã e as 12 da tarde, a inspecção do registro dos accionistas conforme está previsto pelos estatutos, para que cada accionista ou outra pessoa, antes de inspeccional-o, assigne seu nome num livro destinado a este fim; e permittirá, antes de cada assembléa ordinaria, a inspecção (si houver) de quaesquer livros de contas da companhia, que a directoria ache conveniente, porém não permittirá qualquer outra inspecção dos relatorios, livro ou papeis.

Art. 131. O secretario affixará o sello, com autorisação da directoria, e na presença de um director, em todos os instrumentos que precisem de sello, e contra-assignará todos esses instrumentos.

Art. 132. A directoria pôde nomear um substituto temporario do secretario, o qual será para todos os fins destes estatutos julgado o secretario.

## XXII

## ACÇÕES

Art. 133. Cada acção será bem pessoal e transmissivel como tal, e será indivisivel.



Art. 134. A companhia não será obrigada a reconhecer qualquer interesse justo, contingente, futuro ou parcial em qualquer acção, ou qualquer outro direito com relação a uma acção, excepto um direito absoluto á mesma na pessoa de tempos a tempos registrada como o possuidor da mesma; e, excepto também em relação a qualquer pae, tutor, commissario, marido, testamenteiro, ou administrador ou procurador de um fallido ou insolvente o seu respectivo direito conforme estes estatutos, de tornar-se accionista com relação a transferir uma acção.

## XXIII

## TRANSFERENCIAS DE ACÇÕES

Art. 135. As transferencias de acções serão sómente effectuadas de conformidade com os estatutos.

Art. 136. O registro das transferencias será guardado pelo secretario sob a fiscalização da directoria.

Art. 137. O pae, ou tutor, commissario, marido, testamenteiro, ou administrador, de qualquer menor, lunatico, idiota, mulher, ou accionista fallecido, não serão como tal um accionista.

Art. 138. Qualquer pai, tutor, commissario, marido, testamenteiro, ou administrador, pôde transferir qualquer acção do respectivo accionista incapaz ou fallecido, ou tornar-se accionista por causa disto, depois de mostrar ao director a prova do seu titulo, que razoavelmente os satisfaça, e um lançamento da prova será feito nas actas de suas sessões.

Art. 139. O procurador de um accionista fallido ou insolvente não será como tal um accionista.

Art. 140. Os procuradores de um accionista fallido ou insolvente, poderão transferir qualquer acção do fallido ou insolvente, depois de mostrarem aos directores a prova do seu titulo, como razoavelmente os satisfaça, e um lançamento da prova será feito nas actas de suas sessões.

Art. 141. A transferencia de uma acção não será feita por qualquer pessoa sinão depois que ella tenha dado ao secretario, ou deixado no escriptorio, aviso por escripto do numero de cada acção que deseje ser transferida, e o nome, residencia e descripção da pessoa proposta a ser transferida.

Art. 142. A transferencia de uma acção integralizada não será feita sem a approvação dos directores.

## XXIV

## ACCIONISTAS

Art. 143. Uma pessoa não será registrada como transferente de uma acção, sem que tenha deixado o instrumento da transferencia da acção, executado de conformidade com os estatutos,

no escriptorio para ficar guardado nos archivos da companhia, porém para ser mostrado à vista de qualquer pedido razoavel, e à custa si houvesse do transferente, ou os seus respectivos representantes, porém, em qualquer caso em que, no juizo de directoria este artigo não seja exigido, poderão dispensal-o.

Art. 144. O registro dos accionistas será feito pelo secretario, sob a fiscalização da directoria.

Art. 145. Cada accionista declarará de tempos a tempos ao secretario o seu endereço no Reino Unido, para ser registrado como sua residencia, e o logar assim registrado de tempos a tempos será, para os fins destes estatutos, julgado como o da sua residencia.

Art. 146. Cada aviso a um accionista será sufficiente sendo assignado pelo secretario, e enviado pelo correio, ou de outro modo ao endereço registrado do accionista; e si elle então tiver fallecido, e quer a companhia tenha ou não aviso de sua morte, o serviço do aviso, será para todos os fins destes estatutos julgado serviço sufficiente para os seus herdeiros, testamenteiros, e administradores, e cada um delles. Quando mais pessoas do que uma estiverem registradas como possuidoras de uma acção, cada aviso será enviado à pessoa cujo nome estiver em primeiro logar no registro dos accionistas, e o aviso a tal pessoa será considerado como um aviso a todos os possuidores juntos de tal acção.

## XXV

### CERTIDÕES OU CAUTELAS

Art. 147. As certidões ou cautelas de acções com o sello serão assignadas por um director e contra-assignadas pelo secretario.

Art. 148. Cada accionista terá direito a uma certidão ou cautela de todas as suas acções, ou á diversas certidões, cada uma de uma parte de suas acções, cada certidão especificando o numero das acções.

Art. 149. Si qualquer cautela ou certidão ficar estragada ou perder-se, póde ser renovada sendo apresentada a prova que satisfaça aos directores de que estragou-se ou perdeu-se, ou na falta de tal prova, sendo dada a indemnisação que os directores julgarem adequada, e um lançamento da prova ou indemnização será feito nas actas de suas sessões.

Art. 150. Cada accionista originario terá direito a uma cautela ou certidão por cada acção gratuitamente; porém, em qualquer outro caso, um *schilling* será pago por cada certidão ou cautela á companhia, quando os directores o julgarem conveniente.

## XXVI

### DIVIDENDOS

Art. 151. Todos os dividendos das acções serão declarados nas assembléas ordinarias e serão tirados sómente dos lucros reaes

da companhia, e (sem prejuizo de qualquer dividendo preferencial ou garantido) nenhum dividendo excederá a somma recomendada á assembléa pelos directores.

Art. 152. Mas, de modo a igualar os dividendos, poder-se-ha fazer pagamentos de tempos a tempos de accordo com estes estatutos com o fundo de reserva.

Art. 153. Quando, na opinião da directoria, os lucros da companhia permittirem, haverá um dividendo em cada semestre, e, em virtude disto, poder-se-ha declarar um dividendo semestral no anno, e pago pela directoria por meio de dividendo por conta.

Art. 154. Cada dividendo, logo depois de ter sido declarado, será pago em cheques sobre os banqueiros, para serem entregues ou enviados pela directoria aos accionistas.

Art. 155. O possuidor de uma acção que receba, ou tenha direito a receber um dividendo por conta, a respeito da acção, terá direito a isto, não obstante ter elle cessado de ser o possuidor da acção antes da declaração do dividendo, com relação ao qual o dividendo por conta foi declarado.

Art. 156. Com a condição de que quando qualquer accionista esteja em debito para com a companhia, todos os dividendos pagaveis a elle, ou uma parte sufficiente dos mesmos, poderá ser applicada pela companhia em ou contra o pagamento na satisfação da divida.

Art. 157. A companhia terá um primeiro e permanente direito de hypotheca e deposito válido perante a lei e a equidade em cada acção de cada pessoa que seja o possuidor, ou um dos diversos possuidores conjunctamente, de todas as suas dividas, quer só, ou conjunctamente com qualquer outra pessoa, quer seja accionista ou não, a companhia em qualquer tempo, emquanto elle for o possuidor registrado, ou um dos possuidores registrados da acção.

Art. 158. Todos os dividendos de qualquer acção que não tenha um dono legal e registrado com direito a pedir o pagamento disto, ficarão suspensos, até que alguma pessoa seja registrada como possuidora da acção.

Art. 159. Os dividendos que não forem pagos não vencerão juros da companhia.

Art. 160. Os dividendos que não forem reclamados dentro de tres annos, depois da declaração dos mesmos, por alguma pessoa com direito a elles, e competente para receber e dar recibo válido pelos mesmos, no fim deste tempo, recahirão em beneficio da companhia, e serão levados ao fundo de amortização.

Art. 161. Mas, em casos especiaes, a directoria, pôde, em sua discreção, perdoar esta perda.

## XXVII

### CHAMADAS

Art. 162. Todas as chamadas relativas ás acções serão feitas á discreção dos directores, e uma chamada será julgada como

feita no tempo em que a resolução autorizando a mesma tenha passado em uma sessão.

Art. 163. Os possuidores conjuntamente de uma acção serão separados, assim como conjuntamente responsaveis pelo pagamento de todas as chamadas respectivas.

Art. 164. Toda á vez que qualquer chamada seja feita, um aviso de vinte e um dias do tempo e logar do pagamento será dado a cada accionista, responsavel pelo pagamento. Comtanto que, no caso de mais do que uma pessoa tenha conjuntamente direito a uma acção, um aviso á pessoa cujo nome estiver em primeiro logar no registro dos accionistas, será considerado como aviso á todos os possuidores de acção conjuntamente.

Art. 165. Não havendo pagamento de qualquer chamada relativa á uma acção, depois de sete dias, repetir-se-ha o aviso da chamada, e, si depois de mais de sete dias não for feito o pagamento, a companhia pôde obrigar judicialmente o accionista remisso pela quantia não paga, a qual vencerá dez libras por cento de juros por anno, a contar do dia indicado para o pagamento.

Art. 166. Um accionista não votará, nem exercerá nenhum privilegio como tal, emquanto qualquer chamada devida por elle não for paga.

Art. 167. Os directores terão a faculdade, de tempos a tempos, como julgarem conveniente, receberem pagamentos por inteiro das sommas não pagas, com referencia a qualquer numero de acções da companhia, comtanto que a opção do pagamento por inteiro de taes acções seja offerecida sem preferencia a todos os accionistas.

Art. 168. Até a conclusão das obras incluidas no contrioto de construcção dos Srs. Brassey e Ogilvie, os directores, de quaesquer dinheiros da companhia que possam chegar ás suas mãos pagarão juros sobre todas as sommas recebidas com referencia a acções, na razão de sete por cento ao anno.

## XXVII

### CONFISCAÇÃO DAS ACÇÕES

Art. 169. Si depois de quarenta e dous dias não for effectuado o pagamento de qualquer chamada com relação a qualquer acção, os directores podem declarar a acção confiscada em beneficio da companhia.

Art. 170. Quando qualquer pessoa com direito a reclamar uma acção, e não se tendo habilitado conforme estes estatutos, para ser registrada como o possuidor della, deixar por seis mezes depois de ter sido requisitada por mais de um aviso dos directores, de habilitar-se assim, os directores logo depois da expiração deste periodo podem declarar cada acção confiscada em beneficio da companhia.

Art. 171. As acções de qualquer accionista que, directa ou indirectamente, sustentar, começar, favorecer, ou tentar qualquer acção, demanda ou outro procedimento em justiça, ou equidade contra a companhia, ou contra os directores, ou qualquer delles na sua capacidade de directores, pôde, e não obstante a pendencia de qualquer procedimento semelhante e qualquer que seja o motivo ou motivos allegados de qualquer procedimento desta ordem, ser com recommendação da directoria, e com a sanção de uma assembléa geral, absolutamente confiscadas em beneficio da companhia; porém, em qualquer destes casos, a companhia dentro de quatorze dias depois da confiscação, lhe pagará por inteiro o valor das acções na occasião da confiscação, e no caso de differença o valor será regulado por arbitramento.

Art. 172. A confiscação de uma acção envolverá a extincção no tempo da confiscação, de todos os juros, reclamações e questões em favor e contra a companhia, com relação á acção, e todos os outros direitos accidentaes á acção, excepto sómente aquellas cujos direitos, segundo estes estatutos, estiverem expressamente resalvados.

Art. 173. A confiscação de uma acção estará sujeita, e sem prejuizo, a todas as reclamações e questões da companhia, pelas chamadas que estivessem atrasadas, si houverem, e juros sobre os atrasados, e todas as outras reclamações e questões da companhia contra o possuidor da acção quando foi confiscada, e ao direito da companhia de demandar em virtude do mesmo.

Art. 174. Porém a companhia não accionará assim, a menos que elles, em tal tempo e tal modo, como a directoria ache razoavel, primeiramente venderem a acção confiscada, e o producto liquido disto seja menor do que a importancia de sua reclamação, e então accionará sómente pelo saldo não satisfeito pelo producto liquido.

Art. 175. No caso de que a confiscação de qualquer acção possa em qualquer tempo, dentro de doze mezes depois que a confiscação da mesma seja declarada, ser remettida pelos directores em sua discreção, o pagamento pelo que estiver em falta, de todas as sommas devidas por elle á companhia, e de todas as despesas occasionadas pelo não pagamento das mesmas e da multa que os directores julgarem razoavel, mas a remissão não poderá ser reclamada como questão de direito.

Art. 176. A confiscação de uma acção não prejudicará o direito de qualquer dividendo, ou dividendo por conta, já declarado sobre isto.

Art. 177. As vendas e outras disposições de acções confiscadas podem ser feitas pelos directores nos tempos e condições que julgarem convenientes.

Art. 178. Uma certidão por escripto, com o sello e pelo punho de um Director, e contra-assignada pelo secretario, de que uma acção tenha sido devidamente confiscada em consequencia destes estatutos, e mencionando o tempo em que foi confiscada, em

favor de cada pessoa que reclamar depois ser o possuidor da acção, será evidencia conclusiva do facto assim certificado; e um lançamento da entrega de cada certidão destas será feito nas actas do expediente dos directores.

## XXIX

### ACÇÕES CONFISCADAS E COMPRADAS

Art. 179. As acções confiscadas ou compradas em beneficio da companhia podem, á juizo da directoria, ser vendidas ou dispos-tas, ou ser absolutamente extinctas, como elles julguem mais vantajoso para a companhia, excepto as acções compradas como fundo de amortização.

Art. 180. As acções assim confiscadas ou compradas (de outro modo que não seja pelo fundo de amortização), até que sejam vendidas, dispostas ou extinctas, formarão parte do fundo de reserva, e os dividendos declarados nellas serão levados ao fundo de reserva.

## XXX

### DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA

Art. 181. A dissolução da companhia póde ser determinada por qualquer facto, e quer o motivo seja a dissolução absoluta da companhia, ou a reconstituição ou a modificação da mesma, ou a fusão da companhia com qualquer outra, ou qualquer outro fim.

Art. 182. A dissolução da companhia terá logar quando seja determinada, conforme indicado nestes estatutos e de conformi-dade com os termos e condições assim determinados.

Art. 183. Comtanto que nenhuma dissolução absoluta da companhia tenha logar, não sendo uma resolução do Tribunal, de accordo com estes estatutos, perante ou antes da assembléa geral na qual a resolução especial de dissolver a companhia seja confirmada, qualquer dos accionistas poderá entrar em con-tracto obrigatorio e sufficiente para comprar ao par ou em taes condições, conforme sejam convencionadas, as acções de todos os accionistas, os quaes desejam retirar-se da compa-nhia, e façam provisão sufficiente pela sua indemnização contra as responsabilidades da companhia.

## XXXI

### ARBITRAMENTO

Art. 184. Todas as vezes que qualquer differença surja entre a companhia, de uma parte, e qualquer dos accionistas, seus herdeiros, testamenteiros, administradores ou procuradores na

outra parte, acerca do verdadeiro intento ou construcção, ou dos incidentes ou consequencia destes estatutos, ou acerca de qualquer cousa feita ou por fazer-se, executada, omitida, ou soffrida em consequencia destes estatutos, ou acerca de qualquer infracção ou infracção allegada nos estatutos, ou de outro modo com relação a pro-missas ou a estes estatutos ou a qualquer dosnegocios da companhia qualquer differença será submettida á arbitramento de duas pessoas.

Art. 185. Um dos arbitros será nomeado por cada uma das partes em differença, e com relação a cada uma parte, quer consista ella de uma ou mais pessoas.

Art. 186. A directoria operará em favor da companhia, nomeando um dos arbitros.

Art. 187. Si qualquer das partes, depois de ter sido pedida por escripto dentro de sete dias, ou pelo agente da outra parte, nomear um arbitro, então ambos os arbitros serão nomeados pela parte, pela qual ou por cujo agente o pedido foi feito.

Art. 188. Os arbitros, antes de entrarem no assumpto submettido, nomearão por escripto, de seu proprio punho, uma pessoa imparcial e habilitada como seu desempatador.

Art. 189. Si os arbitros, dentro de quatorze dias depois da sua nomeação, não nomearem um desempatador, então, á vista da requisição das partes em disputa, ou qualquer uma dellas, um desempatador pôde ser nomeado pelo chefe do Banco da Inglaterra (Bank of England), ou por um juiz de accordo com a lei do processo commum, art. 1854.

Art. 190. Si os arbitros, dentro de trinta dias seguintes, depois que o assumpto em disputa, tenha sido submettido a elles, não concordarem na decisão, então será submettido ao desempatador.

Art. 191. A decisão dos arbitros, ou do desempatador, si feita por escripto dos seus proprios punhos ou punho, e prompta para ser entregue ás partes em disputa, ou qualquer dellas que o deseje, seus herdeiros, testamenteiros, administradores, ou procuradores, dentro de trinta dias depois do assumpto em discussão ter sido submettido aos arbitros, ou conforme o caso exija, ao desempatador, será obrigatoria e conclusiva para todas as partes interessadas, seus herdeiros, testamenteiros, administradores e procuradores, e todas as cousas serão feitas, emitidas e soffridas como a decisão determinar.

Art. 192. Os arbitros e o desempatador podem fazer diversas decisões em logar de uma, e cada uma destas decisões será obrigatoria e conclusiva quanto a todos os assumptos, aos quaes ella se estende, e como si o assumpto decidido fosse todo o assumpto referido.

Art. 193. Os arbitros e o desempatador respectivamente terão o poder de examinar os livros, contas, e papeis da companhia, com relação ao assumpto em discussão, e examinar as partes em disputa, e os seus respectivos agentes e testemunhas sob juramento ou affirmacção, ou sob declaracção estabelecida por lei em

logar de juramento, si for pedido por qualquer dos arbitros ou pelo desempatador.

Art. 194. Os arbitros e o desempatador respectivamente terão o poder de proceder na ausencia de cada uma ou de ambas as partes, em cada caso em que, depois de ter dado aviso neste sentido a ambas as partes, elles ou elle julgue conveniente de assim proceder.

Art. 195. Os arbitros e o desempatador, respectivamente, podem tratar do negocio da disputa, do modo que elles julgarem conveniente.

Art. 196. O desempatador terá o poder, de tempos a tempos, de augmentar por escripto, pelo seu proprio punho, o tempo dentro do qual tem de ser feita a sua decisão, e si estiver feita e prompta para ser entregue como precede, dentro do tempo augmentado, será tão válida e efficaz como si fosse feita dentro de 30 dias.

Art. 197. Os gastos e incidentes do arbitramento e desempate serão conforme a discreção dos arbitros e do desempatador.

Art. 198. Si, e tanto quanto a decisão não determinar doutro modo, os gastos e incidentes do arbitramento e do desempate serão limitados e pagos pelas duas partes em disputa em partes iguaes, e além disto ellas farão e pagarão as suas respectivas despesas.

Art. 199. A submissão à referencia feita por este meio pôde em qualquer tempo ser considerada como lei de qualquer tribunal judiciario ou de equidade na applicação de qualquer parte interpassada e o Tribunal pôde remetter o assumpto aos arbitros ou ao desempatador, com quaesquer instrucções que o Tribunal ache conveniente.

Art. 200. Em qualquer caso em que qualquer ponto de lei se suscitar, os arbitros ou o desempatador podem tomar a opinião sobre isto, de conselheiros doutos na lei, conforme elles ou elle julguem conveniente, e podem adoptar qualquer opinião assim tomada.

Art. 201. Dar-se-ha effeito completo de accordo com a lei de processo commum de 1854, e cada um ou qualquer outro acto de tempos a tempos em rigor e applicavel neste sentido às provisões destes estatutos ácerca de arbitramento.

#### *A primeira lista*

Os Srs. de Lima e Russell, pela transferencia da concessão neste mencionada : Aos Srs. Gotto, pelo corpo de engenharia, superintendencia, e pessoal no Rio de Janeiro, conforme neste mencionado ; Aos Srs. Brischem & Comp., por despesas legais, conforme neste mencionado ; Pelas despesas da directoria, secretario e escriptorios em Londres ; pela agencia e despesas de escriptorio no Rio de Janeiro, consultar engenheiros e inspecção de materiaes em Londres, e despesas com as obras de systema



de drenagem, e juros em excesso de pagamentos do Governo, durante a construção das obras, e corretagem e outras despesas pela formação da companhia, £ s. d. 170.858-0-4.

*A segunda lista*

Um contracto feito entre Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior e John Frederic Russell de uma parte e a *The Rio de Janeiro City Improvements Company, limited*, de outra parte.

Artigos de contracto, sendo o contracto para a execução das obras entre Thomas Brassey e Alexander Ogilvie, de uma parte e a *The Rio de Janeiro City Improvements Company limited*, de outra parte.

Contracto de Thomas Brassey e Alexander Ogilvie pela conservação das obras e o trabalho do systema de drenagem depois da conclusão de seu contracto de construção.

Artigos do contracto entre a *The Rio de Janeiro City Improvements Company limited*, de uma parte, e Eduard Gotto, E. C. de outra parte.

Artigos de contracto entre a *The Rio de Janeiro City Improvements Company limited*, de uma parte e Srs. Bridhen Dalrymple, e Drake, da outra parte.

NOMES E ENDEREÇOS DOS SUBSCRIPTORES

Solm Addis, Preemaris Nharf, Southwark.

Henry Wollaston Blake, 18 London Street, London.

Ross Donnelly Mangles, Woodbridge, Guildford.

Erasmus Wilson, 17 Henrietta Street, Cavendish Square London.

Walter Thomas Paucett, 29, Threadneedle Street, London.

Eduard Gotto, 35<sup>a</sup> Great George Street, Westminster.

John Bramley, Moore Liverpool.

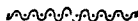
Datado, 18 de março de 1862.

Testemunha das assignaturas acima — *Charles Brut*, 46, Parliament Street.

Nada mais me foi indicado no dito livro, que fielmente verti do proprio original impresso em inglez, ao qual me reporto, e que depois de conferido com esta tornei a entregar á parte que m'o apresentou.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o meu sello de officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos 22 dias de setembro de 1891.

Estava sellada com quatro estampilhas no valor de 8\$600.



## DECRETO N. 1052 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1892

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Mogy-mirim,  
Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Mogy-mirim, no Estado de S. Paulo, se comporá do 34º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, da 14ª secção da reserva, ora elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 71º, e mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 152º e 153º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, sob o n. 60, que se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1053 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1892

Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Propriá, no  
Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe, um corpo de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 5º, o qual será organizado com os guardas qualificados nas freguezias do municipio de Aquidabam, pertencente á referida comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1054—DE 20 DE SETEMBRO DE 1892

Estabelece algumas regras sobre a habilitação e contribuição para o meio soldo e montepio dos officiaes do Exercito.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado dos Negocios da Guerra sobre a necessidade de harmonisar não só o modo de fazer-se a contribuição para o montepio dos officiaes do Exercito, com o que está estipulado para o montepio dos officiaes da Armada Nacional, como a habilitação para as pensões do meio soldo e montepio e considerando que, em virtude do disposto no art. 85 da Constituição Federal, os officiaes dessas duas corporações devem ter vantagens iguaes ;

Resolve:

Art. 1.º Os herdeiros dos officiaes effectivos do Exercito, inclusive os da Repartição Sanitaria, que fallecerem contando mais de 35 annos de serviço, perceberão o montepio correspondente ao posto immediatamente superior áquelles em que os mesmos officiaes fallecerem.

Art. 2.º Para que seus herdeiros gosem da vantagem do art. 1.º, os officiaes do Exercito, logo que contarem 35 annos de serviço, poderão pagar as quotas correspondentes á contribuição de 13 mezes para o montepio do posto immediatamente superior.

Art. 3.º Si, depois de feita esta contribuição, forem os officiaes promovidos, poderão elles fazer nova contribuição, de accordo com o artigo anterior.

Art. 4.º A's viúvas e herdeiros dos officiaes que estiverem nas condições dos arts. 1.º e 2.º, e fallecerem sem ter feito a contribuição facultada pelos referidos artigos, se fará, no primeiro pagamento do montepio, o desconto das quotas correspondentes a treze mezes de contribuição do posto immediatamente superior ao em que tiver fallecido o official.

Art. 5.º A's viúvas e herdeiros dos officiaes do Exercito que fallecerem com menos de 35 annos de serviço e não houverem contribuido com as quotas correspondentes a treze mezes para o montepio do posto que tinham ao tempo de sua morte, descontar-se-hão, no pagamento que se lhes houver de fazer, as quotas que faltarem para completar essa contribuição, afim de terem direito ao montepio desse posto.

Art. 6.º As habilitações para a percepção do meio soldo e montepio serão feitas nas Auditorias de Guerra, tanto no caso de terem os officiaes deixado as declarações de que tratam as instrucções mandadas observar pelo decreto n. 471, de 1 de agosto de 1891, como foi determinado pelo decreto n. 785, de 1 de abril do corrente anno, como no caso de não existirem taes declarações,

conforme se pratica na Armada Nacional, procedendo-se neste caso de accordo com o disposto no art. 8º do decreto n. 3607, de 10 de fevereiro de 1866.

Art. 7.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O General de Brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 20 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco Antonio de Moura.*



DECRETO N. 1055 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1892

Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento de mais trinta kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, concernentes aos trinta primeiros kilometros, a partir de Sete Lagoas, do mesmo prolongamento, entre as estacas zero e mil e quinhentos, estudos que com este baixam acompanhados do respectivo orçamento e rubricados pelo director da 1ª Directoria das Obras Publicas, da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 24 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1056 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1892

Abre um credito supplementar de quarenta e tres contos de réis ás verbas 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Externatos do Gymnasio Nacional e Museo Nacional, do orçamento da despesa do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe foi dada pela lei n. 88 de 20 de setembro do corrente anno, decreta :

Artigo unico. Fica aberto um credito supplementar de quarenta e tres contos de réis que será distribuido pelas seguintes verbas do orçamento do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, do corrente exercicio, sendo : dezoito contos de réis repartidamente ás verbas — Primeiro e Segundo Externatos do Gymnasio Nacional — para pagamento do augmento de vencimentos aos lentes ; vinte e cinco contos de réis á verba — Museo Nacional — para a despesa feita com a mudança desse estabelecimento para a Quinta da Boa Vista.

Capital Federal, 24 de setembro de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1057 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1892

Proroga até 31 de dezembro do corrente anno o prazo para conclusão das obras da Companhia Estrada de Ferro da Tijuca.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Estrada de Ferro da Tijuca, resolve prorogar até 31 de dezembro do corrente anno o prazo fixado na clausula 4.<sup>a</sup> das que baixaram com o decreto n. 9550 de 23 de janeiro de 1896, para conclusão das obras da referida estrada de ferro.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de setembro de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1058 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1892

Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 540:000\$ para despesas do n. 17 do art. 7º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 90 de 27 deste mez, resolve abrir ao Ministerio da Guerra um credito supplementar da quantia de 540:000\$, para occorrer às despesas da rubrica 17ª — Fardamento — do art. 7º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Guerra assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 30 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco Antonio de Moura.*



## DECRETO N. 1060 (\*) — DE 30 DE SETEMBRO DE 1892

Fixa provisoriamente o capital garantido da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, resolve fixar provisoriamente em quatro mil e duzentos contos de réis (4.200:000\$) o capital garantido para a construcção das obras da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão a que se refere o decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, correspondente a 140 kilometros de estudos definitivos já approvados pelo decreto n. 569 de 24 de setembro de 1891.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



---

(\*) Com o n. 1059 não houve acto.

## DECRETO N. 1061 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1892

Dá instrucções para execução dos arts. 60 e seguintes da lei n. 85 de 20 do corrente mez.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar que, para execução dos arts. 60 e seguintes da lei n. 85 de 20 do corrente mez, sejam observadas na primeira eleição municipal do Districto Federal as instrucções seguintes:

Art. 1.º No dia 30 de outubro proximo se procederá no Districto Federal á eleição para os cargos de intendentes municipaes (lei n. 85, art. 60).

Art. 2.º Não poderão ser votados (lei n. 85, art. 4º):

- 1º, os que não forem eleitores do Districto Federal ;
- 2º, os que não tiverem pelo menos seis mezes de residencia no municipio ;
- 3º, as autoridades judiciarias ;
- 4º, os commandantes de força naval e de districto militar ;
- 5º, os commandantes de força policial ;
- 6º, os chefes, delegados e subdelegados de policia que tiverem exercido seus cargos dentro de seis mezes anteriores á eleição ;
- 7º, os que tiverem litigio com a Municipalidade ;
- 8º, os empreiteiros de obras municipaes ;
- 9º, os engenheiros de obras comprehendidas no municipio, por conta ou em virtude de contracto com o Governo Municipal ou Federal ;
- 10, os directores, sub-directores, officiaes-maiores, chefes de secção e quaesquer outros funcçionarios que dirijam ou administrem repartições municipaes e federaes ou suas dependencias ;

11, os que estiverem directamente interessados em qualquer contracto oneroso com a Municipalidade por si ou como fiadores.

Esta incompatibilidade não attinge os possuidores de acções de sociedades anonymas que tenham contracto com a Municipalidade, salvo si forem gerentes ou fizerem parte da directoria das mesmas sociedades ;

12, os apresentados em cargos municipaes ;

13, os cidadãos que fizeram parte das Intendencias Municipaes, depois da promulgação da Constituição Federal (lei n. 85, art. 5º).

Art. 3.º O Conselho Municipal compor-se-ha de 27 intendentes, sendo 21 districtaes (um por cada freguezia) e mais seis geraes, que serão os mais votados em todas as freguezias (lei n. 85, art. 7º).

Art. 4.º Vinte dias antes do marcado para a eleição, os pretores dividirão suas respectivas freguezias em secções, que não poderão ter menos de 50 nem mais de 250 eleitores, e designarão os edificios onde devem funcçionar as mesas eleitoraes, nomeando

para cada uma dellas cinco eleitores, dos quaes um expressamente para presidente (lei n. 85, arts. 61 a 63).

Paragrapho unico. Essas nomeações e designações serão communicadas ao actual Conselho de Intendencia Municipal e a cada um dos nomeados, devendo tambem ser publicadas por editaes e pela imprensa (ibid.)

Art. 5.º Os pretores, quando impedidos, deverão ser substituidos pelos outros pretores, pela ordem da proximidade dos respectivos districtos, na fôrma do art. 51, primeira parte, do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890 e da classificação annexa ao mesmo decreto.

Art. 6.º A Intendencia Municipal, tendo em vista essa communição, remetterá ao pretor, com a possivel brevidade, os livros, urnas e mais objectos necessarios á eleição (lei n. 85, art. 64).

Paragrapho unico. Si a Intendencia não remetter os objectos precisos para o acto, o presidente da mesa eleitoral providenciará sobre o que faltar e mandará, por um eleitor, que lhe servirá de secretario, lavrar os competentes termos de abertura e de encerramento, em livros que serão numerados e rubricados pelo mesmo presidente, devendo tudo constar da respectiva acta (ibid.)

Art. 7.º Os cidadãos que devem formar as mesas eleitoraes, não podendo comparecer por qualquer motivo, deverão participar seu impedimento até ás 3 horas da tarde da vespera da eleição ao pretor, que providenciará sobre a substituição (lei n. 85, art. 65).

Art. 8.º No dia da eleição os membros da mesa eleitoral que faltarem serão substituidos do seguinte modo (lei n. 85, art. 66):

1º, o presidente pelo cidadão cujo nome se seguir immediatamente na lista dos nomeados pelo pretor;

2º, qualquer outro mesario por um eleitor da secção, a convite do presidente da mesa.

Art. 9.º Os trabalhos eleitoraes começarão ás 10 horas da manhã, depois de reunida a mesa, que deverá ser installada na vespera, a igual hora (lei n. 85, art. 67).

§ 1.º Si a installação da mesa não se tiver effectuado na vespera, deverá sel-o no dia da eleição até ás 9 horas da manhã.

§ 2.º O escrivão do pretor, ou, em sua falta, um cidadão nomeado *ad hoc* pelo presidente da mesa, lavrará logo a acta de installação no livro que tiver de servir para a eleição.

Art. 10. O logar onde deve funcionar a mesa eleitoral será separado por uma divisão do recinto destinado á reunião dos eleitores, de modo que não se impossibilite a inspecção e a fiscalização dos trabalhos (decreto n. 3029 de 9 de janeiro de 1881, art. 15 § 4º).

Paragrapho unico. Dentro desse espaço só poderão entrar os eleitores, á proporção que forem chamados para votar (ibid.)

Art. 11. Compete ao presidente da mesa regular a policia da assembléa eleitoral, chamando á ordem os que della se desviarem, fazendo sahir os que não forem eleitores e aquelles que injuriarem aos membros da mesa ou a qualquer eleitor, mandando



lavar neste caso auto de desobediencia e remettendo-o á autoridade competente (decreto. n. 3029, art. 15, § 5º).

Paragrapho unico. No caso de offensas physicas contra qualquer mesario ou eleitor, o presidente poderá prender o aggressor e remettê-lo ao juiz competente para ulterior procedimento (ibid.)

Art. 12. Não será válida qualquer eleição feita perante mesa que não for organizada pela forma estabelecida nestas instruções, nem em local diverso daquella que tiver sido designado pelo pretor (decreto. n. 3029, art. 15, § 12).

Art. 13. Cada candidato á eleição, até ao numero de tres, poderá apresentar um eleitor para o fim de fiscalizar os trabalhos em cada uma das mesas eleitoraes da freguezia. Na ausencia de candidato, a apresentação poderá ser feita por qualquer eleitor (decreto n. 3029, art. 15, § 16).

§ 1.º Havendo mais de tres candidatos, terão preferencia os fiscaes daquelles que apresentarem maior numero de assignaturas de eleitores, declarando que adoptam sua candidatura.

§ 2.º A apresentação dos fiscaes será feita por escripto aos presidentes das mesas eleitoraes, quando estas se installarem.

§ 3.º Os fiscaes terão assento nas mesas eleitoraes e assignarão as actas com os respectivos membros, mas não terão voto deliberativo nas questões que se suscitarem ácerca do processo da eleição.

§ 4.º O não comparecimento dos fiscaes, ou sua recusa de assignatura nas actas, não trará interrupção dos trabalhos nem os annullará.

Art. 14. Antes de começarem os trabalhos eleitoraes, estando reunida a mesa, o presidente nomeará um dos mesarios secretario e designará outro para fazer a chamada e um terceiro para examinar os titulos dos eleitores (decreto n. 8213 de 13 de agosto de 1881, art. 126, § 4º).

Art. 15. Haverá uma só chamada; mas finda esta e não estando ainda aberta a urna que contiver os votos, serão recebidas as cédulas dos eleitores que não tiverem votado (decreto n. 3029, art. 15, § 17).

Art. 16. Nenhum eleitor será admittido a votar sem apresentar seu titulo, nem poderá ser recusado o voto do que exhibir o dito titulo, embora não incluído na lista da chamada, não competindo á mesa entrar no conhecimento da identidade da pessoa do eleitor em qualquer desses casos (decretos. n. 3029, art. 15, § 18 e n. 648 de 9 de agosto de 1890).

Paragrapho unico. Si, porém, a mesa reconhecer que é falso o titulo apresentado ou que pertence a eleitor notoriamente ausente ou fallecido, ou si houver reclamação de outro eleitor que apresente provas de pertencer-lhe o titulo, a mesa tomará em separado o voto do portador do titulo e assim também do reclamante, si exhibir novo titulo, afim de ser a questão examinada em juizo competente, ao qual serão remettidos os mesmos titulos, bem como os documentos apresentados (decreto n. 3029, artigo cit.)

Art. 17. Cada eleitor, á proporção que for chamado, depositará na urna uma cedula, contendo um só nome, e assignará seu nome no livro proprio (lei n. 85, art. 7º, § 1º, e decreto n. 3029, art. 15, § 19).

Paragrapho unico. Quando o eleitor não souber ou não puder assignar o seu nome, assignará outro em seu logar, por elle indicado e convidado para esse fim pelo presidente da mesa (decreto n. 3029, art. 15, § 19).

Art. 18. O voto será manuscripto, em papel branco ou anilado, não devendo ser transparente, nem ter marca, signal ou numeração (decreto n. 3029, art. 15, § 19).

Paragrapho unico. As cedulas que contiverem signaes exteriores ou interiores, ou forem escriptas em papel de outras côres ou transparente, serão apuradas em separado e remetidas ao poder verificador competente com as respectivas actas (ibid.)

Art. 19. A cedula deverá conter um só nome, por extenso, sem abreviaturas nem emendas, e será fechada por todos os lados (lei n. 85, art. 7º, § 1º, e decreto n. 3029, art. 15, § 19).

Paragrapho unico. Das cedulas que contiverem mais de um nome, só se apurará o primeiro, sendo desprezados os outros (decreto n. 8213, art. 147, § 1º).

Art. 20. Finda a votação e em seguida á assignatura do ultimo eleitor, a mesa lavrará e assignará um termo, declarando o numero de eleitores que tiverem votado (decreto n. 3029, art. 15, § 19).

Art. 21. Lavrado o termo de que trata o artigo antecedente, o presidente da mesa annunciará que se vae proceder á apuração e designará um dos membros para fazer a leitura das cedulas, dividindo pelos outros as letras do alphabeto para o trabalho da apuração, e depois disso abrirá a urna e fará a contagem das cedulas (decreto n. 8213, art. 146).

§ 1.º As cedulas serão lidas, uma a uma, pelo mesario disso encarregado, o qual tambem as receberá uma a uma das mãos do presidente (ibid.)

§ 2.º Os mesarios escrutadores annunciarão em voz alta a votação que for obtendo cada um dos candidatos, á proporção da leitura das cedulas (ibid.)

Art. 22. Finda a apuração, o mesario que servir de secretario organizará uma lista de todos os cidadãos que houverem obtido votos pela ordem numerica da votação (decreto n. 8213, art. 148).

Paragrapho unico. Esse resultado será immediatamente publicado por meio de edital, que o presidente da mesa mandará affixar na porta do edificio onde se tiver effectuado a eleição e será assignado por todos os membros da mesa (ibid.)

Art. 23. A votação deverá ficar terminada até ás 7 horas da noute, mas a apuração de votos e a confecção das actas poderão prolongar-se o tempo necessario para conclusão dos trabalhos, que não serão interrompidos (lei n. 85, art. 68).

Art. 24. Concluida a apuração dos votos, será lavrada pelo secretario da mesa e assignada pelos membros desta e pelos

eleitores que o quizerem, a acta dos trabalhos eleitoraes, logo em seguida á da installação, devendo conter os nomes dos eleitores que não tiverem comparecido e os de todos os cidadãos que houverem alcançado votação, pela ordem numerica desta, bem como a designação minuciosa de todos os factos occorridos durante a eleição (lei n. 85, art. 69, e decreto n. 3029, art. 15, § 20).

Art. 25. Essa acta será transcripta em livro especial por tabellião ou pelo escrivão da pretoria ou, na falta deste, por qualquer cidadão, a convite do presidente da mesa (lei n. 85, art. 69).

Art. 26. A mesa fará extrahir duas cópias dessa acta, bem como das assignaturas dos eleitores que tiverem votado, devendo todas ser assignadas pela mesa e concertadas por tabellião ou pelo escrivão do pretor (lei n. 85, art. 70).

Paragrapho unico. Uma dessas cópias será remettida ao pretor e outra á secretaria do Governo Municipal; esta ultima será acompanhada da cópia authentica da acta de installação da mesa eleitoral (ibid.)

Art. 27. Os livros de assignatura dos eleitores e das actas eleitoraes serão enviados pelos presidentes das mesas á secretaria do Governo Municipal, juntamente com as cópias a que se refere o paragrapho unico do artigo antecedente (lei n. 85, art. 71).

Art. 28. Todos os livros que tiverem de servir na eleição serão rubricados pelo pretor, salvo o caso do paragrapho unico do art. 6º destas instrucções (lei n. 85, art. 72).

Art. 29. Oito dias depois da eleição, os pretores se reunirão no edificio da Intendencia Municipal e, depois de elegerem de entre si um para presidir os trabalhos, darão começo á apuração geral (lei n. 85, art. 73).

Art. 30. Os trabalhos deverão principiar ás 10 horas da manhã; findos elles, lavrar-se-ha uma acta circunstanciada, que contenha os nomes de todos os cidadãos votados em cada freguezia, pela ordem numerica de votação, e em seguida os dos seis candidatos que tiverem obtido maior numero de votos em todas as freguezias (lei n. 85, art. 74), excluidos os intendentes districtaes (lei citada, art. 7º, § 1º).

Paragrapho unico. Essa acta será enviada ao Tribunal Civil e Criminal, onde ficará archivada; della se extrahirá uma cópia para ser remettida á secretaria do Governo Municipal.

Art. 31. A cada um dos 27 intendentes eleitos dirigirá o pretor presidente um officio communicando-lhe o resultado da apuração na parte que lhe disser respeito (lei n. 85, art. 75).

Art. 32. O pretor que não puder comparecer aos trabalhos da apuração fará a devida communicação ao presidente, remetendo-lhe as actas de sua freguezia (lei n. 85, art. 76).

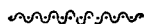
Art. 33. A apuração só se fará achando-se reunidos mais da metade dos pretores (lei n. 85, art. 77).

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1062 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1892

Eleva á categoria de batalhões as 33<sup>a</sup> e 34<sup>a</sup> secções de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de S. Luiz, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam elevadas á categoria de batalhões, com quatro companhias cada uma e a designação de 52º e 53º, as 33<sup>a</sup> e 34<sup>a</sup> secções de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de S. Luiz, no Estado do Rio Grande do Sul, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nas freguezias ou districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1063 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1892

Manda executar os ajustes postaes, concluidos em Vienna em 4 de julho de 1891 entre o Brazil e varios Estados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Tendo o Congresso Nacional approvado os ajustes postaes concluidos em Vienna em 4 de julho de 1891 entre o Brazil e outros Estados, cujo theor se segue, e tendo sido as respectivas ratificações trocadas na mesma cidade em 19 do corrente, mando que sejam observados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de setembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*

## UNION POSTALE UNIVERSELLE

## I

## CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

Conclue entre l'Allemagne et les protectorats allemands, les Etats-Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la République de Colombie, l'Etat indépendant du Congo, la République de Costa Rica, le Danemark et les colonies danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne et les colonies espagnoles, la France et les colonies françaises, la Grande-Bretagne et diverses colonies britanniques, les colonies britanniques d'Australasie, le Canada, l'Inde Britannique, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, le Royaume d'Hawai, la République de Honduras, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, le Mexique, le Monténégro, la Nicaragua, la Norvège, le Paraguay, les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, le Pérou, la Perse, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, la Russie, le Salvador, la Serbie, le Royaume de Siam, la République Sud-Africaine, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Vénézuëla.

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements des pays ci-dessus énumérés, s'étant réunis en Congrès à Vienne, en vertu de l'article 19 de la Convention Postale Universelle conclue à Paris le 1<sup>er</sup> juin 1878, ont, d'un commun accord, et sous réserve de ratification, révisé la dite Convention, ainsi que l'acte additionnel y relatif conclue à Lisbonne le 21 mars 1885, conformément aux dispositions suivantes:

Article 1<sup>er</sup>

Les pays entre lesquels est conclue la présente Convention, ainsi que ceux qui y adhéreront ultérieurement, forment, sous la dénomination d'*Union Postale Universelle*, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances entre leurs bureaux de poste.

Article 2<sup>e</sup>

Les dispositions de cette Convention s'étendent aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée, aux imprimés de toute nature, aux papiers d'affaires et aux réchantillons de marchandises originaires de l'un des pays de l'Union et à destination d'un autre de ces pays. Elles s'appliquent également à

l'échange postal des objets ci-dessus entre les pays de l'Union et les pays étrangers à l'Union, toutes les fois que cet échange emprunte les services de deux des partis contractantes, au moins.

### Article 3°

1.— Les administrations des postes de pays limitrophes ou aptes à correspondre directement entre eux sans emprunter l'intermédiaire des services d'un tierce administration, déterminent, d'un commun accord, les conditions du transport de leurs dépêches réciproques à travers la frontière ou d'une frontière à l'autre.

2.— A moins d'arrangement contraire, on considère comme services tiers les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de paquebots ou bâtiments dépendants de l'un d'eux, et ces transports, de même que ceux effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermédiaire de services maritimes ou territoriaux dépendant d'un autre pays, sont régis par les dispositions de l'article suivant.

### Article 4°

1.— La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

2.— En conséquence, les diverses administrations postales de l'Union peuvent s'expédier réciproquement, par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles, tant des dépêches closes que des correspondances à découvert, suivant les besoins du trafic et les convenances du service postal.

3.— Les correspondances échangées, soit à découvert, soit en dépêches closes, entre deux administrations de l'Union, au moyen de services d'une ou de plusieurs autres administrations de l'Union, sont soumises au profit de chacun des pays traversés ou dont les services participent au transport aux frais de transit suivants, savoir :

1<sup>re</sup>, pour les parcours territoriaux, 2 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales, et 25 centimes par kilogramme d'autres objets ;

2<sup>e</sup>, pour les parcours maritimes, 15 francs par kilogramme et lettres ou cartes postales, et 1 franc par kilogramme d'autres objets.

4.— Il est toutefois entendu :

1<sup>er</sup>, que partout où le transit est déjà actuellement gratuit ou soumis à des conditions plus avantageuses, ce régime est maintenu, sauf dans le cas prévu au chiffre 3° ci-après ;

2<sup>e</sup>, que partout où les frais de transit maritime sont fixés actuellement à 5 francs par kilogramme de lettres ou de cartes postales, et à 50 centimes par kilogrammes d'autres objets, ces prix sont maintenus ;

3<sup>e</sup>, que tout parcours maritime n'excédant par 300 milles marins est gratuit si l'administration intéressée a déjà droit, du chef des dépêches ou correspondances bénéficiants de ce parcours, à la rémunération afférente au transit territorial; dans le cas contraire, il est rétribué à raison de 2 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales et de 25 centimes par kilogramme d'autres objets;

4<sup>e</sup>, que, en cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs administrations, les frais du parcours total ne peuvent dépasser 15 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets; ces frais, le cas échéant, sont répartis entre ces administrations au *pro-rata* des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents entre les parties intéressées;

5<sup>e</sup> que les prix spécifiés au présent article ne s'appliquent, ni aux transports au moyen de services dépendant d'administrations étrangères à l'Union, ni aux transports dans l'Union au moyen de services extraordinaires spécialement créés ou entretenues par une administration, soit dans l'intérêt, soit sur la demande d'une ou de plusieurs autres administrations. Les conditions des ces deux catégories de transports sont réglées de gré à gré entre les administrations intéressées.

5. — Les frais de transit sont à la charge de l'administration du pays d'origine.

6. — Le décompte général de ces frais a lieu sur la base de relevés établis tous les trois ans, pendant une période de 28 jours à déterminer dans le règlement d'exécution prévu par l'article 20 ci-après.

7. — Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime, la correspondance des administrations postales entre elles, les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine, les objets réexpédiés ou mal dirigés, les rebuts, les avis de réception, les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal.

#### Article 5<sup>e</sup>

1. — Les taxes pour le transport des envois postaux dans toute l'étendue de l'Union, y compris leur remise au domicile des destinataires dans les pays de l'Union où le service de distribution est ou sera organisé, sont fixées comme suit:

1<sup>o</sup> pour les lettres, à 25 centimes en cas d'affranchissement, et au double dans le cas contraire, par chaque lettre et par chaque poids de 15 grammes ou fraction de 15 grammes;

2<sup>o</sup> pour les cartes postales, à 10 centimes pour la carte simple ou pour chacune des deux parties de la carte avec réponse payée; les cartes postales non affranchies sont soumises à la taxe de lettres non affranchies;

3<sup>o</sup> pour les imprimés de toute nature, les papiers d'affaires et les échantillons de marchandises, à 5 centimes par chaque objet

ou paquet portant une adresse particulière et par chaque poids de 50 grammes ou fraction de 50 grammes, pourvu que cet objet ou paquet ne contienne aucune lettre ou note manuscrite ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle, et soit conditionné de manière à pouvoir être facilement vérifié.

La taxe des papiers d'affaires ne peut être inférieure à 25 centimes par envoi, et la taxe des échantillons ne peut être inférieure à 10 centimes par envoi.

2. — Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par le paragraphe précédant :

1<sup>o</sup> pour tout envoi soumis à des frais de transit maritime de 15 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales et de 1 franc par kilogramme d'autres objets et dans toutes les relations auxquelles ces frais de transit sont applicables, une surtaxe uniforme qui ne peut pas dépasser 25 centimes par port simple pour les lettres, 5 centimes par carte postale et 5 centimes par 50 grammes ou fraction de 50 grammes pour les autres objets ;

2<sup>o</sup> pour tout objet transporté par des services dépendant d'administrations étrangères à l'Union ou par des services extraordinaires dans l'Union, donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

3. — En cas d'insuffisance d'affranchissement, les objets de correspondance de toute nature sont passibles, à la charge des destinataires, d'une taxe doublé du montant de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse dépasser celle qui est perçue dans le pays de destination sur les correspondances non affranchies de même nature, poids et origine.

4. — Les objets autres que les lettres et les cartes postales doivent être affranchis au moins partiellement.

5. — Les paquets d'échantillons de marchandises ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande ; ils ne doivent pas dépasser le poids de 250 grammes, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longueur, 20 centimètres en largeur et 10 centimètres en épaisseur ou, s'ils ont la forme de rouleau, à 30 centimètres de longueur et 15 centimètres de diamètre. Toutefois, les administrations des pays intéressés sont autorisées à adopter de commun accord, pour leurs échanges réciproques, des limites de poids ou de dimensions supérieures à celles fixées ci-dessus.

6. — Les paquets de papiers d'affaires et d'imprimés ne peuvent pas dépasser le poids de 2 kilogrammes, ni présenter, sur aucun de leurs côtés, une dimension supérieure à 45 centimètres. On peut, toutefois, admettre au transport par la poste les paquets en forme de rouleau dont le diamètre ne dépasse pas 10 centimètres et dont la longueur n'excede pas 75 centimètres.

#### Article 6<sup>o</sup>

1. — Les objets désignés dans l'article 5<sup>o</sup> peuvent être expédiés sous recommandation.



2.— Tout envoi recommandé est passible, à la charge de l'envoyer :

1<sup>o</sup>, du prix d'affranchissement ordinaire de l'envoi, selon sa nature ;

2<sup>o</sup>, d'un droit fixe de recommandation de 25 centimes au maximum, y compris la délivrance d'un bulletin de dépôt à l'expéditeur.

3.— L'envoyeur d'un objet recommandé peut obtenir un avis de réception de cet objet, en payant d'avance un droit fixe de 26 centimes au maximum.

#### Article 7<sup>o</sup>

1.— Les correspondances recommandées peuvent être expédiées gravées de remboursement jusqu'au montant de 500 francs dans les relations entre les pays dont les administrations conviennent d'introduire ce service. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

2.— Le montant encaissé du destinataire doit être transmis à l'envoyeur au moyen d'un mandat de post après déduction de la taxe des mandats ordinaires et d'un droit d'encaissement de 10 centimes.

#### Article 8<sup>o</sup>

1.— En cas de perte d'un envoi recommandé et sauf le cas de force majeure, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire a droit à une indemnité de 50 francs.

2.— L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette administration le recours contre l'administration responsable, c'est-à-dire, contre l'administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte a eu lieu.

3.— Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire ni s'il y a lieu, la transmission régulière à l'administration suivante. Pour les envois adressés poste restante, la responsabilité cesse par la délivrance et une personne qui a justifié, suivant les règles en vigueur dans le pays de destination, que ses noms et qualité sont conformes aux indications de l'adresse.

4.— Le paiement de l'indemnité par l'office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation. L'office responsable est tenu de rembourser sans retard à l'office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci. Dans le cas où l'office responsable aurait notifié à l'office expéditeur de ne point effectuer le paiement, il devrait rembourser à ce dernier office les frais qui seraient la conséquence du non-paiement.

5.— Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an, à partir du dépôt à la poste de l'envoi recommandé; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

6.— Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire de quel pays le fait s'est accompli, les administrations en cause supportent le dommage par parts égales.

7.—Les administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont les ayant droit ont donné reçu et pris livraison.

#### Article 9°

1.—L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

2.—La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, savoir :

1°, pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée ;

2°, pour toute demande par voie télégraphique, la taxe d'un télégramme d'après la tarification ordinaire.

3.—Les dispositions du présent article ne sont pas obligatoires pour les pays dont la législation ne permet pas à l'expéditeur de disposer d'un envoi au cours de transport.

#### Article 10

Ceux des pays de l'Union qui n'ont pas le franc pour unité monétaire fixent leurs taxes à l'équivalent, dans leur monnaie respective, des taux déterminés par les articles 5° et 6° précédents. Ces pays ont la faculté d'arrondir les fractions conformément au tableau inséré ou règlement d'exécution mentionné à l'article 20 de la présente Convention.

#### Article 11

1.—La franchise de tout envoi quelconque ne peut être opérée qu'au moyen de timbres-postes valables dans le pays d'origine pour la correspondance des particuliers. Toutefois, sont légalement considérées comme dûment affranchies les cartes-réponse portant des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes.

2.—Les correspondances officielles relatives au service des postes et échangées entre les administrations postales sont seules exemptées de cette obligation et admises à la franchise.

3.—Les correspondances déposées en pleine mer à bord d'un paquebot ou entre les mains des commandants de navires peuvent être affranchies au moyen des timbres-poste et d'après le tarif du pays auquel appartient ou dont dépend le dit paquebot. Si le dépôt à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du pays dans les eaux duquel se trouve le paquebot.

#### Article 12

1.—Chaque administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues en exécution des articles 5°, 6°, 7°, 10 et 11 précédents, sauf la bonification que pour les mandats prévus au paragraphe 2° de l'article 7°.

2.—En conséquence, il n'y a pas lieu, de ce chef, à un décompte entre les diverses administrations de l'Union, sous réserve de la bonification prévue au paragraphe 1 du présent article.

3.—Les lettres et autres envois postaux ne peuvent, dans le pays d'origine, comme dans celui de destination, être frappés, à la charge des expéditeurs ou des destinataires, d'aucune taxe ni d'aucun droit postal autres que ceux prévus par les articles susmentionnés.

#### Article 13

1.—Les objets de correspondance de toute nature sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les pays de l'Union qui consentent à se charger de ce service dans leurs relations réciproques.

2.—Ces envois, qui sont qualifiés « exprès », sont soumis à une taxe spéciale de remise à domicile ; cette taxe est fixée à 30 centimes et doit être acquittée complètement et à l'avance par l'expéditeur, en sus du port ordinaire. Elle est acquise à l'administration du pays d'origine.

3.—Lorsque l'objet est destiné à une localité où il n'existe pas de bureau de poste, l'administration des postes destinataire peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixe pour la remise par exprès dans son service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

4.—Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par moyens ordinaires.

#### Article 14

1.—Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition d'envois postaux dans l'intérieur de l'Union.

2. — Les correspondances tombées en rebut ne donnent pas lieu à restitution des droits de transit revenant aux administrations intermédiaires, pour le transport antérieur des dites correspondances.

3. — Les lettres et les cartes postales non affranchies et les correspondances de toute nature insuffisamment affranchies, qui font retour au pays d'origine par suite de réexpédition ou de mise en rebut, sont passibles, à la charge des destinataires ou des expéditeurs, des mêmes taxes que les objets similaires directement adressés du pays de la première destination au pays d'origine.

#### Article 15

1. — Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même pays en station à l'étranger, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres pays.

2. — Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majeurs et des équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches ; les tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'administration des postes du pays auquel appartiennent les bâtiments.

3. — Sauf arrangement contraire entre les offices intéressés, l'office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 4°.

#### Article 16

1. — Il n'est pas donné cours :

a) aux papiers d'affaires, échantillons et imprimés qui ne sont pas affranchis au moins partiellement ou qui ne sont pas conditionnés de façon à permettre une vérification facile du contenu ;

b) aux objets de mêmes catégories qui dépassent les limites du poids et de dimensions fixées à l'article 5 ;

c) aux échantillons de marchandises ayant une valeur marchande.

2. — Le cas échéant, les envois mentionnés au paragraphe précédent doivent être renvoyés au timbre d'origine et remis, s'il est possible, à l'expéditeur.

3. — Il est interdit :

1° d'expédier par la poste :

a) des échantillons et autres objets qui, par leur nature, peuvent présenter du danger pour les agents postaux, salir ou détériorer les correspondances ;

b) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses ; des animaux et insectes, vivants ou morts, sauf les exceptions prévues au règlement de détail ;

2°, d'insérer dans les correspondances ordinaires ou recommandées consignées à la poste :

a) des pièces de monnaie ayant cours ;

b) des objets passibles des droits de douane ;

c) des matières d'or ou d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux, mais seulement dans le cas où leur insertion ou expédition serait défendue d'après la législation de pays intéressés.

4. — Les envois tombant sous les prohibitions du paragraphe 3 qui précède et qui auraient été à tort admis à l'expédition doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'administration du pays de destination serait autorisée par sa législation ou par ses règlements intérieurs à en disposer autrement.

5. — Est d'ailleurs réservé le droit du gouvernement de tout pays de l'Union de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport ou la distribution, tant des objets jouissant de la modération de taxe à l'égard des quels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui régissent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce pays, que des correspondances de toute nature qui portent ostensiblement des inscriptions, dessins, etc., interdits par les dispositions légales ou réglementaires en vigueur dans le même pays.

## Article 17

1. — Les offices de l'Union qui ont des relations avec des pays situés en dehors de l'Union admettent tous les autres offices de l'Union à profiter de ces relations pour l'échange des correspondances avec les dits pays.

2. — Les correspondances échangées à découvert entre un pays de l'Union et un pays étranger à celle-ci, par l'intermédiaire d'un autre pays de l'Union sont traitées pour ce qui concerne le transport en dehors de limite de l'Union d'après les conventions, arrangements ou dispositions particulières régissant les rapports postaux entre ce dernier pays et le pays étranger à l'Union.

3. — A l'égard des frais de transit dans le ressort de l'Union, les correspondances originaires ou à destination d'un pays étranger sont assimilées à celles de ou pour le pays de l'Union qui entretient les relations avec ce premier pays.

4. — A l'égard des frais de transit en dehors des limites de l'Union, les correspondances à destination d'un pays étranger soumises, au profit du pays de l'Union qui entretient les relations

avec le pays étranger à celle-ci, aux frais de transit suivants, savoir :

a) pour les parours maritimes en dehors de l'Union, 20 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales, et 1 franc par kilogramme d'autres objets ;

b) par les parours territoriaux en dehors de l'Union, s'il y a lieu, les frais par kilogramme notifiés par le pays de l'Union qui entretient les relations avec le pays étranger servant d'intermédiaire.

5.— En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs administrations, les frais du parours maritime total dans les ressorts de l'Union et en dehors de l'Union, ne peuvent dépasser 20 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets ; le cas échéant, ces frais sont répartis entre ces administrations au *pro-rata* des distances parcourus, sans préjudice des arrangements différents entre les parties intéressées.

6.— Les frais de transit en dehors de l'Union mentionnés ci-dessus sont à la charge de l'administration du pays d'origine. Ils s'appliquent à toutes les correspondances expédiées soit à découvert, soit en dépêches closes. Mais dans le cas de dépêches closes envoyées d'un pays de l'Union à destination d'un pays étranger à celle-ci, ou d'un pays de l'Union, un arrangement préalable concernant le mode de paiement des frais de transit devra être conclu entre les administrations intéressées.

7.— Le décompte général des frais de transit des correspondances échangées entre un pays de l'Union et un pays étranger, par l'intermédiaire d'un autre pays de l'Union, a lieu sur la base de relevés qui sont établis en même temps que les relevés dressés, en vertu de l'article 4 précédent, pour la fixation des frais de transit dans l'Union.

8.— Les taxes à percevoir dans un pays de l'Union sur les correspondances à destination ou provenant d'un pays étranger à l'Union et empruntant l'intermédiaire d'un autre pays de l'Union, ne pourront jamais être inférieures au tarif normal de l'Union. Ces taxes restent acquises en entier au pays qui les perçoit.

#### Article 18

Les hautes parties contractantes s'engagent à prendre, ou à proposer à leurs législatures respectives, les mesures nécessaires pour punir l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement de correspondances, de timbres-poste et contrefaits ou ayant déjà servi. Elles s'engagent également à prendre, ou à proposer à leurs législatures respectives, les mesures nécessaires pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente, colportage ou distribution de vignettes et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'administration d'un des pays adhérents.

## Article 19

Le service des lettres et boîtes avec valeur déclarée, *et ceux* \* des mandats de poste, des colis postaux, des valeurs à recouvrir, des livrets d'identité, des abonnements aux journaux, etc., font l'objet d'arrangements particuliers entre les divers pays ou groupes de pays de l'Union.

## Article 20

1.—Les administrations postales des divers pays qui composent l'Union sont compétentes pour arrêter d'un commun accord, dans un règlement d'exécution, toutes les mesures d'ordre et de détail qui sont jugées nécessaires.

2.—Les différentes administrations peuvent, en outre, prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui ne concernent pas l'ensemble de l'Union, pourvu que ces arrangements ne dérogent pas à la présente Convention.

3.—Il est toutefois permis aux administrations intéressées de s'entendre mutuellement pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

## Article 21

1.—La présente Convention ne porte point altération à la législation de chaque pays dans tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans cette Convention.

2.—Elle ne restreint pas le droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des traités, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de l'amélioration des relations postales.

## Article 22

1.—Est maintenue l'institution sous le nom de Bureau international de l'Union postale universelle, d'un office central qui fonctionne sous la haute surveillance de l'administration des postes suisses, et dont les frais sont supportés par toutes les administrations de l'Union.

2.—Ce Bureau demeure chargé de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes ; d'émettre, à la demande des parties en cause, un avis sur les questions liti-

---

\* Dans le texte signé, on a omis par erreur les mots *et ceux* avant les mots : des mandats de poste...

gieuses ; d'instruire les demandes en modification des actes du Congrès ; de notifier les changements adoptés, et, en général, de procéder aux études et aux travaux dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union postale.

### Article 23

1. — En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union, relativement à l'interprétation de la présente Convention ou à la responsabilité d'une administration en cas de perte d'un envoi recommandé, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

2. — La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

3. — En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différent, une autre administration également désintéressée dans le litige.

4. — Les dispositions du présent article s'appliquent également à tous les arrangements conclus en vertu de l'article 19 précédent.

### Article 24

1. — Les pays qui n'ont point pris part à la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande.

2. — Cette adhésion est notifiée, par la voie diplomatique, au gouvernement de la Confédération Suisse et, par ce gouvernement, à tous les pays de l'Union.

3. — Elle importe, de plein droit, accession à toutes les clauses et admission à tous les avantages stipulés par la présente Convention.

4. — Il appartient au gouvernement de la Confédération Suisse de déterminer, d'un commun accord avec le gouvernement du pays intéressé, la part contributive de l'administration de ce dernier pays dans les frais du Bureau international, et, s'il y a lieu, les taxes à percevoir par cette administration en conformité de l'article 10 précédent.

### Article 25

1. — Des Congrès de plénipotentiaires des pays contractants ou de simples conférences administratives, selon l'importance des questions à résoudre, sont réunis lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers, au moins, des gouvernements ou administrations, suivant le cas.

2. — Toutefois, un Congrès doit avoir lieu au moins tous les cinq ans.



3. — Chaque pays peut se faire représenter, soit par un ou plusieurs délégués, soit par la délégation d'un autre pays. Mais il est entendu que le délégué ou les délégués d'un pays ne peuvent être chargés que de la représentation de deux pays, y compris celui qu'ils représentent.

4. — Dans les délibérations, chaque pays dispose d'une seule voix.

5. — Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du prochain Congrès.

6. — Pour les conférences, les administrations fixent les lieux de réunion sur la proposition du Bureau international.

#### Article 26

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le régime de l'Union.

2. — Toute proposition est soumise au procédé suivant :

Un délai de cinq mois est laissé aux administrations de l'Union pour examiner les propositions et pour faire parvenir au Bureau international, le cas échéant, leurs observations, amendements ou contre-propositions. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau international et communiquées aux administrations avec l'invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau internationale leur notifiant les observations apportées, sont considérés comme s'abstenant.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1<sup>re</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15 et 18 ;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la Convention autres que celles des articles 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 18 et 26 ;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la Convention, hors le cas de litige prévu à l'article 23 précédent.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, que le gouvernement de la Confédération Suisse est chargé d'établir et de transmettre à tous les gouvernements des pays contractants, et dans le troisième cas, par une simple modification du Bureau international à toutes les administrations de l'Union.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après sa notification.

## Article 27

Sont considérés comme formant, pour l'application des articles 22, 25 e 26 précédents, un seul pays ou une administration, suivant le cas :

- 1<sup>er</sup>, l'Empire de l'Inde Britannique ;
- 2<sup>e</sup>, le Dominion du Canada ;
- 3<sup>e</sup>, l'ensemble des colonies britanniques de l'Australasie ;
- 4<sup>e</sup>, l'ensemble des colonies danoises ;
- 5<sup>e</sup>, l'ensemble des colonies espagnoles ;
- 6<sup>e</sup>, l'ensemble des colonies françaises ;
- 7<sup>e</sup>, l'ensemble des colonies néerlandaises ;
- 8<sup>e</sup>, l'ensemble des colonies portugaises.

## Article 28

La présente Convention sera mise à exécution le 1<sup>er</sup> juillet 1892 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé ; mais chaque partie contractante a le droit de se retirer de l'Union, moyennant un avertissement donné une année à l'avance par son gouvernement au gouvernement de la Confédération Suisse.

## Article 29

1. — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution de la présente Convention, toutes les dispositions des traités, conventions, arrangements ou autres actes conclues antérieurement entre les divers pays ou administrations, pour autant que ces dispositions ne serait pas conciliables avec les termes de la présente convention, et sans préjudice des droits réservés par l'article 21 ci-dessus.

2. — La présente convention sera ratifiée aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Vienne.

3. — En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention à Vienne, le quatre juillet mil huit cent quatre-vingt-onze.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands : Dr. V. *Stephan*. — *Sachse*. — *Fritsch*.

Pour les Etats-Unis d'Amérique : N. M. *Brooks*. — William *Potter*.

Pour la République Argentine : *Carlos Calvo*.

Pour l'Autriche : *Obentrant*. — Dr. *Hofmann*. — Dr. *Lilienau*. — *Habberger*.

Pour la Hongrie : P. *Helm*. — S. *Schrumpf*.

Pour la Bolivie :

Pour le Brésil : *Luiz Betim Paes Leme*.

Pour la Bulgarie : P. M. *Mattheeff*.

Pour le Chili :

Pour la République de Colombie : G. *Michelsen*.

- Pou l'Etat Indépendant du Congo : *Stassin*.—*Lichtervelde*.—*Garant*.—*De Craene*.  
 Pour la République de Costa Rica :  
 Pour la Belgique : *Lichtervelde*.  
 Pour le Danemark et les colonies danoises : *Lund*.  
 Pour la République Dominicaine :  
 Pour l'Egypte : *Y. Saba*.  
 Pour l'Equateur :  
 Pour l'Espagne et les colonies espagnoles : *Frederico Bas*.  
 Pour la France : *Montmarin*.—*J. de Salves*.—*Ansault*.  
 Pour les colonies françaises : *G. Gabrié*.  
 Pour la Grande Bretagne et diverses colonies britanniques :  
*S. A. Blackwood*.—*H. Buxton Forman*.  
 Pour les colonies britanniques d'Australasie :  
 Pour le Canada : *A. B. Paget*.<sup>\*</sup>  
 Pour l'Inde britannique : *H. M. Kisch*.  
 Pour la Grèce : *J. Georgantas*.  
 Pour le Guatemala : *Dr. Gotthelf Meyer*.  
 Pour les colonies néerlandaises : *John J. Perh*.  
 Pour le Pérou : *D. C. Urrea*.  
 Pour le Perse : *Genl. N. Semino*.  
 Pour le Portugal et les colonies portugaises : *Guilhermino Augusto de Barros*.  
 Pour la Roumanie : *Colonel A. Gorjean*.—*S. Dimitrescu*.  
 Pour la Russie : *Général de Besack*.—*A. Schulkevsky*.  
 Pour la République d'Haiti :  
 Pour le Royaume d'Hawai : *Eugène Borel*.  
 Pour la République du Honduras :  
 Pour l'Italie : *Emidio Chiaradia*.—*Felice Salivetto*.  
 Pour le Japon : *Indo*.—*Fujita*.  
 Pour la République de Libéria : *Bn. de Stein*.—*W. Koentzer*.—*C. Goedelt*.  
 Pour le Luxembourg : *Mongenast*.  
 Pour le Mexique : *L. Breton y Vedra*.  
 Pour le Monténégro : *Obentraut*.—*Dr. Hofmann*.—*Dr. Lilienau*.—*Hubberger*.  
 Pour le Nicaragua :  
 Pour la Norvège : *Thb. Hezerdahl*.  
 Pour le Paraguay :  
 Pour les Pays-Bas : *Hofstede*.—*Baron van der Feltz*.  
 Pour le Royaume de Siam : *Luang Suriya Nuvatr*.—*H. Keuchenius*.  
 Pour la République Sud-Africaine :  
 Pour la Suède : *E. von Krusenstjerna*.  
 Pour la Suisse : *Ed. Hohn*.—*C. Delessert*.  
 Pour la Régence de Tunis : *Montmarin*.

---

<sup>\*</sup> Signature apposée, le 24 août 1891, par S. Ex. M. l'Ambassadeur de S.M. Britannique à Vienne.

Pour la Turquie : *E. Petacci. — A. Fahri.*  
 Pour le Salvador : *Louis Kehlmann.*  
 Pour la Serbie : *Svetozar J. Gvozditich. — Et. W. Popovitch.*  
 Pour l'Uruguay : *Federico Susviela. — Guarch. — José G. Busto*  
 Pour les Etats-Unis de Vénézuëla : *Carlos Matzenauer.*

## II

### PROTOCOLLE FINAL

Au moment de procéder à la signature des Conventions arrêtées par le Congrès postal universel de Vienne, les plénipotentiaires sousignés sont convenus de ce qui suit :

#### I

En dérogation à la disposition de l'article et de la Convention, qui fixe à 25 centimes au maximum le droit de recommandation, il est convenu que les Etats hors d'Europe sont autorisés à maintenir ce maximum à 50 centimes, y compris la délivrance d'un bulletin de dépôt à l'expéditeur.

#### II

En dérogation aux dispositions de l'article 8 de la Convention, il est convenu que, par mesure de transition, les administrations des pays hors d'Europe, dont la législation est actuellement contraire au principe de la responsabilité, conservent la faculté d'ajourner l'application de ce principe jusqu'au jour où elles auront pu obtenir du pouvoir législatif l'autorisation de l'introduire. Jusqu'à ce moment, les autres administrations de l'Union ne sont pas astreintes à payer une indemnité pour la perte, dans leurs services respectifs, d'envois recommandés à destination ou provenant des dits pays.

#### III

La Bolivie, le Chili, Costa Rica, la République Dominicaine, l'Equateur, Haiti, Honduras, et Nicaragua, qui font partie de l'Union postale, ne s'étant pas fait représenter au Congrès, le protocole leur reste ouverte pour adhérer aux Conventions qui ont été conclues ou seulement à l'une ou à l'autre d'entre elles.

Le protocole reste également ouvert en faveur des colonies britanniques de l'Australasie, dont les délégués au Congrès ont déclaré l'intention de ces pays d'entrer dans l'Union postale universelle à partir du 1 octobre 1891.

Il demeure aussi ouvert à la République Sud-Africaine, dont le délégué au Congrès a manifesté l'intention de ce pays d'adhérer à l'Union postale universelle, en se réservant de fixer ultérieurement la date de son entrée dans cette Union.

Enfin, dans le but de faciliter aux autres pays qui sont encore en dehors de l'Union postale universelle leur entrée dans celle-ci, le protocole leur reste également ouvert.

## IV

Le protocole demeure ouvert en faveur des pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la Convention principale, ou un certain nombre seulement des Conventions arrêtées par le Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres Conventions signées ce jour, ou à l'une ou l'autre d'entre elles.

## V

Les adhésions prévues à l'article III ci-dessus devront être notifiées au gouvernement impérial et royal de l'Autriche-Hongrie, par les gouvernements respectifs, en la forme diplomatique. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le 1 juin 1892.

## VI

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes aux Conventions postales signées aujourd'hui à Vienne ne ratifieraient pas l'une ou l'autre de ces Conventions, cette Convention n'en sera pas moins valable pour les Etats qui l'auront ratifiée.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même des Conventions auxquelles il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux archives du gouvernement autrichien et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Vienne, le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands: Dr. V. Stephan.— *Sachse*.— *Fritsch*.

Pour les Etats-Unis d'Amérique: N. M. Brooks.— William Potter.

Pour la République Argentine: Carlos Calvo.

Pour la Bolivie:

Pour le Brésil: Luiz Betim Paes Leme.

Pour la Bulgarie: P. M. Mattheeff.

Pour le Chili:

Pour la République de Colombie: G. Michelsen.

Pour l'Etat indépendant du Congo: Stassin.— Lichtervelde.— Garant.— De Craenc.

Pour la République de Costa-Rica:

Pour le Danemarck et les colonies danoises: Lund.

Pour la République Dominicaine:

Pour l'Egypte: Y. Saba.

Pour l'E'quateur:

Pour l'E'spagne et les colonies espagnoles: Federico Bas.

- Pour la France: *Montmarin*.— *J. de Selves*.— *Ansoult*.  
 Pour les colonies françaises: *G. Gabrié*.  
 Pour l'Autriche: *Obentraut*.— *Dr. Hoffmann*.— *Dr. Lilienau*.  
 — *Habberger*.  
 Pour l'Hongrie: *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.  
 Pour la Belgique: *Lichterfeld*.  
 Pour le Guatemala: *Dr. Gotthelf Meyer*.  
 Pour la République d'Haiti:  
 Pour le Royaume d'Hawai: *Eugène Borel*.  
 Pour la République du Honduras:  
 Pour l'Italie: *Emidio Chiaradia*.— *Felice Salivetto*.  
 Pour le Japon: *Indo*.— *Fujita*.  
 Pour la République de Libéria: *Bn. de Stein*.— *W. Koentzer*.  
 — *C. Goedelt*.  
 Pour le Luxembourg: *Mongenast*.  
 Pour le Mexique: *L. Breton y Vedra*.  
 Pour le Monténégro: *Obentraut*.— *Dr. Hofmann*.— *Dr. Li-*  
*lienau*.— *Habberger*.  
 Pour le Nicaragua:  
 Pour la Norvège: *Thb. Hezerdahl*.  
 Pour le Paraguay:  
 Pour les Pays-Bas: *Hofstede*.— *Baron van der Feltz*.  
 Pour la Grande-Bretagne et diverses colonies britanniques :  
*S. A. Blackwood*.— *H. Buxton Forman*.  
 Pour les colonies britanniques d'Australasie :  
 Pour le Canada: *A. B. Paget*. \*  
 Pour l'Inde Britannique: *H. M. Kisch*.  
 Pour la Grèce: *J. Georgantas*.  
 Pour la Russie: *Général de Besack*.— *A. Skalkovshy*.  
 Pour le Salvador: *Louis Kehlmann*.  
 Pour la Serbie: *Svetozar J. Gvozditich*.— *Et. W. Popovitch*.  
 Pour le Royaume de Siam: *Luang Suriya Nuvatr*.— *H. Keu-*  
*chenius*.  
 Pour la République Sud-Africaine :  
 Pour la Suède: *E. von Krusenstjerna*.  
 Pour les colonies néerlandaises: *Johs. J. Perk*.  
 Pour le Pérou: *D. C. Urrea*.  
 Pour la Perse: *Genl. N. Semino*.  
 Pour le Portugal et les colonies portugaises: *Guilhermino*  
*Augusto de Barros*.  
 Pour la Roumanie: *Colonel A. Gorjean*.— *S. Dimitrescu*.  
 Pour la Suisse: *Ed. Hohn*.— *C. Delesse*.  
 Pour la Régence de Tunis: *Montmarin*.  
 Pour la Turquie: *E. Petacci*.— *A. Fahri*.  
 Pour l'Uruguay: *Federico Susviela*.— *Guarch*.— *José G.*  
*Busto*.  
 Pour les États-Unis de Vénézuëla: *Carlos Matzenauer*.

---

\* Signature apposée, le 24 août 1891, par S. Ex. M. l'Embassadeur de S. M. Britannique à Vienne.

## III

REGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR L'EXÉCUTION DE LA  
CONVENTION

Conclue entre l'Allemagne et les protectorats allemands, les Etats Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la République de Colombie, l'Etat Indépendant du Congo, la République de Costa-Rica, le Danemark et les colonies danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne et les colonies espagnoles, la France et les colonies françaises, la Grande-Bretagne et diverses colonies britanniques, les colonies britanniques d'Australasie, le Canada, l'Inde Britannique, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, le Royaume d'Hawaï, la République de Honduras, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, le Mexique, le Monténégro, le Nicaragua, la Norvège, le Paraguay, les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, le Pérou, la Perse, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, la Russie, le Salvador, la Serbie, le Royaume de Siam, la République Sud-Africaine, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 20 de la Convention Postale Universelle conclue à Vienne le 4 juillet 1891, ont, au nom de leurs administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes, pour assurer l'exécution de la dite Convention.

## I

## DIRECTION DES CORRESPONDANCES

1.— Chaque administration est obligée d'expédier, par les voies les plus rapides dont elle peut disposer pour ses propres envois, les dépêches closes et les correspondances à découvert qui lui sont livrées par une autre administration.

2.— Les administrations qui usent de la faculté de percevoir des taxes supplémentaires, en représentation des frais extraordinaires afférentes à certaines voies, sont libres de ne pas diriger par ces voies, lorsqu'il existe d'autres moyens de communication, celles des correspondances insuffisamment affranchies pour laquelle l'emploi des dites voies n'a pas été réclamé expressément par les envoyeurs.

## II

## ÉCHANGE EN DÉPÊCHES CLOSES

1.— L'échange des correspondances en dépêches closes, entre les administrations de l'Union, est réglé d'un commun accord et selon les nécessités du service entre les administrations en cause.

2.— S'il s'agit d'un échange à faire par l'entremise d'un ou plusieurs pays tiers, les administrations de ces pays doivent en être prévenues en temps opportun.

3.— Il est, d'ailleurs, obligatoire, dans ce dernier cas, de former des dépêches closes toutes les fois que le nombre des correspondances est de nature à entraver les opérations d'une administration intermédiaire, d'après la déclaration de cette administration.

4.— En cas de changement dans un service d'échange en dépêches closes, établi entre deux administrations par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, l'administration qui a provoqué la changement en donne connaissance aux administrations des pays pour l'entremise desquels cet échange s'effectue.

## III

## SERVICES EXTRAORDINAIRES

Les services extraordinaires de l'Union donnent lieu à des frais spéciaux dont la fixation est réservée, par l'article 4 de la Convention, à des arrangements entre les administrations intéressées, sont exclusivement :

1<sup>er</sup>, ceux qui sont entretenus pour le transport territorial accéléré de la Malle dite des Indes ;

2<sup>e</sup>, celui que l'administration des postes [des Etats-Unis d'Amérique] entretient sur son territoire pour le transport des dépêches closes entre l'océan Atlantique et l'océan Pacifique ;

3<sup>e</sup>, celui qui est établi pour le transport des dépêches par chemin de fer entre Colon et Panama.

## IV

## FIXATION DES TAXES

1.— En exécution de l'article 10 de la Convention, les administrations des pays de l'Union qui n'ont pas le franc pour unité monétaire perçoivent leurs taxes d'après les équivalents ci-dessous :



## CONVENCION PRINCIPALE — RÈGLEMENT D'EXÉCUTION

| PAYS DE L'UNION                     | 25 CENTIMES     | 10 CENTIMES     | 5 CENTIMES     |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Allemagne.....                      | 20 pfennig....  | 10 pfennig....  | 5 pfennig.     |
| Protectorats allemands :            |                 |                 |                |
| Territoire de Cameroun, Compa-      |                 |                 |                |
| gnie de la Nouvelle-Guinée, Ter-    |                 |                 |                |
| ritoire de Kogo, Territoire de      |                 |                 |                |
| l'Afrique de Sud-Ouest, Terri-      |                 |                 |                |
| toire de l'Afrique Orientale, Ter-  |                 |                 |                |
| ritoire des Iles Marshall.....      | 20 pfennig....  | 10 pfennig....  | 5 pfennig.     |
| Argentine (République).....         | 8 centavos....  | 4 centavos....  | 2 centavos.    |
| Autriche-Hongrie.....               | 10 keuzer....   | 5 keuzer....    | 3 keuzer..     |
| Bolivie.....                        | 5 centavos....  | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Bésil.....                          | 100 reis.....   | 50 reis.....    | 25 reis.       |
| Canada.....                         | 5 cents.....    | 2 cents.....    | 1 cent.        |
| Chili.....                          | 5 centavos....  | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Colombie.....                       | 5 centavos....  | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Costa-Rica.....                     | 5 centavos....  | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Danemark.....                       | 20 ore.....     | 10 ore.....     | 5 ore.         |
| Colonies Danoises :                 |                 |                 |                |
| Grœnland.....                       | 20 ore.....     | 10 ore.....     | 5 ore.         |
| Antilles danoises.....              | 5 cents.....    | 2 cents.....    | 1 cent.        |
| Dominicaine (République).....       | 5 centavos....  | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Egypte.....                         | 1 piastre.....  | 5 millions de   | 2 millions de  |
|                                     |                 | livre.....      | livre.         |
| Équateur.....                       | 5 centavos....  | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Colonies espagnoles :               |                 |                 |                |
| Cuba, Porto-Rico, Iles Philippines  |                 |                 |                |
| et dépendances, et établissements   |                 |                 |                |
| du Golfe de Guinée.....             | 5 centavos....  | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Etats-Unis d'Amérique.....          | 5 cents.....    | 2 cents.....    | 1 cent.        |
| Grande-Bretagne.....                | 2 ½ pence....   | 1 penny.....    | ½ penny.       |
| Colonies britanniques :             |                 |                 |                |
| Antigua, Bahamas (Iles), Barbade,   |                 |                 |                |
| Bermudes, Côte-d'Or, Dominique,     |                 |                 |                |
| Falkland (Iles), Gambie, Grenade,   |                 |                 |                |
| Jamaïque, Lagos, Malte, Mont-       |                 |                 |                |
| serrat, Nevis, St. Christophe,      |                 |                 |                |
| Ste. Lucie, St. Vincent, Sierre-    |                 |                 |                |
| Leone, Tabago, Trinité, Tur-        |                 |                 |                |
| quies (Iles) et Niorges (Iles)..... | 2 ½ pence....   | 1 penny.....    | ½ penny.       |
| Guiane anglaise, Hong-Kong, La-     |                 |                 |                |
| hoon, Straits-Settlements et Terre  |                 |                 |                |
| Neuve.....                          | 5 cents.....    | 2 cents.....    | 1 cent.        |
| Bornéo du Nord britannique.....     | 6 cents de dol- | 3 cents de dol- | 1 cent de dol- |
|                                     | lar.....        | lar.....        | lar.           |
| Honduras.....                       | 6 cents.....    | 3 cents.....    | 1 cent.        |
| Maurice (Ile) et dépendances.....   | 10 cents de     | 4 cents de rou- | 2 cent de rou- |
|                                     | roupie.....     | pie.....        | pie.           |
| Chypre.....                         | 2 piastres ou   | 1 piastre ou    | ½ piastre ou   |
|                                     | 80 paras....    | 50 paras....    | 20 paras.      |
| Ceylan.....                         | 14 cents de     | 5 cent de rou-  | 2 ½ cent. de   |
|                                     | roupie.....     | pie.....        | roupie.        |
| Australasie.....                    | 2 ½ pence....   | 1 penny.....    | ½ penny.       |
| Guatemala.....                      | 5 cents.....    | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Haiti.....                          | 5 centavos de   | 2 centavos de   | 1 centavo de   |
|                                     | piastre.....    | piastre.....    | piastre.       |
| Hawaï.....                          | 5 cents.....    | 2 cents.....    | 1 cent.        |
| Honduras (République).....          | 5 centavos....  | 2 centavos....  | 1 centavo.     |
| Inde britannique.....               | 2 annas.....    | 3 ¼ anna....    | ½ anna.        |
| Japon.....                          | 5 sen.....      | 2 sen.....      | 1 sen.         |
| Libéria.....                        | 5 cents.....    | 2 cents.....    | 1 cent.        |

| PAYS DE L'UNION                                               | 25 CENTIMES                 | 10 CENTIMES                | 5 CENTIMES             |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------|
| Mexique.....                                                  | 5 centavos...               | 2 centavos...              | 1 centavo.             |
| Monténégro.....                                               | 10 soldi.....               | 5 soldi.....               | 3 soldi.               |
| Nicaragua.....                                                | 5 centavos.....             | 2 centavos.....            | 1 centavo.             |
| Norvège.....                                                  | 20 ore.....                 | 10 ore.....                | 5 ore.                 |
| Paraguay.....                                                 | 5 centavos de peso.....     | 2 centavos de peso.....    | 1 centavo de peso.     |
| Pays-Bas et colonies néerlandaises.....                       | 12 $\frac{1}{2}$ cents..... | 5 cent.....                | 2 $\frac{1}{2}$ cents. |
| Pérou.....                                                    | 5 centavos.....             | 2 centavos.....            | 1 centavo.             |
| Persé.....                                                    | 7 shahis.....               | 3 shahis.....              | 1 shahi.               |
| Portugal et colonies portugaises, sauf l'Inde Portugaise..... | 50 réis.....                | 20 réis.....               | 10 réis.               |
| Inde Portugaise.....                                          | 2 tangas.....               | 10 réis.....               | 5 réis.                |
| Russie.....                                                   | 10 kopeks.....              | 4 kopeks.....              | 2 kopeks.              |
| Salvador.....                                                 | 5 centavos de peso.....     | 2 centavos de peso.....    | 1 centavo de peso.     |
| Siam.....                                                     | 7 $\frac{1}{2}$ atts.....   | 3 atts.....                | 1 $\frac{1}{2}$ att.   |
| Suède.....                                                    | 20 ore.....                 | 10 ore.....                | 5 ore.                 |
| Turquie.....                                                  | 40 paras.....               | 20 paras.....              | 10 paras.              |
| Uruguay.....                                                  | 5 centavos de piastre.....  | 2 centavos de piastre..... | 1 centavo de piastre.  |

2 — En cas de changement de système monétaire dans l'un des pays sus-mencionnés, l'administration de ce pays doit s'entendre avec l'administration des postes suisses pour modifier les équivalents ci-dessus; il appartient à cette dernière administration de faire notifier la modification à tous les autres offices de l'Union par l'intermédiaire du Bureau international.

3. — Toute administration a la faculté de recourir, si elle le juge nécessaire, à l'entend prévue au paragraphe précédent en cas de modification importante dans la valeur de sa monnaie.

4. — Les fractions monétaires résultant, soit du complément de taxe applicable aux correspondances insuffisamment affranchies, soit de la fixation des taxes des correspondances, échangées avec les pays étrangers à l'Union, ou de la combinaison des taxes de l'Union avec les surtaxes prévues par l'article 5 de la Convention, peuvent être arrondies par les administrations qui en effectuent la perception. Mais la somme à ajouter de ce chef ne peut dans aucun cas, excéder la valeur d'un vingtième de franc (cinq centimes).

## V

### CORRESPONDANCE AVEC LES PAYS ÉTRANGERS 'A L'UNION

Les offices de l'Union qui ont des relations avec des pays étrangers à l'Union fournissent aux autres offices de l'Union la liste de ces pays, avec l'indication des conditions d'envoi auxquelles les correspondances sont soumises dans les relations dont il s'agit.

## VI

## APPLICATION DES TIMBRES

1. — Les correspondances originaires des pays de l'Union sont frappés d'un timbre indiquant le lieu d'origine et la date du dépôt à la poste.

2. — A l'arrivée, le bureau de destination applique son timbre à date au verso des lettres et au recto des cartes postales.

3. — L'application des timbres sur les correspondances déposées sur les paquebots dans les boîtes mobiles ou entre les mains des commandants incombe, dans les cas prévus par le paragraphe 3 de l'article II de la Convention, à l'agent des postes embarqué, ou, s'il n'y en a pas, au bureau de poste auquel ces correspondances sont livrées.

4. — Les correspondances originaires des pays étrangers à l'Union sont frappées, par l'office de l'Union qui les a recueillies, d'un timbre indiquant le point et la date d'entrée dans le service de cet office.

4. — Les correspondances non affranchies ou insuffisamment affranchies sont, en outre, frappées du timbre T (taxe à payer), dont l'application incombe à l'office du pays d'origine s'il s'agit de correspondances originaires de l'Union, et à l'office du pays d'entrée s'il s'agit de correspondances originaires des pays étrangers à l'Union.

6. — Les envois à remettre par exprès sont frappés d'un timbre portant en gros caractères le mot «Exprès». Les Administrations sont toutefois autorisées à remplacer ce timbre par une inscription manuscrite et soulignée en crayon de couleur.

7. — Tout objet de correspondance ne portant pas le timbre T est considéré comme affranchi et traité en conséquence, sauf erreur évidente.

## VII

## INDICATION DU NOMBRE DE PORTS

1. — Lorsqu'une lettre ou tout autre objet de correspondance est passible, en raison de son poids, de plus d'un port simple, l'office d'origine ou d'entrée dans l'Union suivant le cas, indique, à l'angle gauche supérieur de la suscription, en chiffres ordinaires, le nombre des ports perçus ou à percevoir.

2. — Cette mesure n'est pas de rigueur pour les correspondances dûment affranchies.

## VIII

## AFFRANCHISSEMENT INSUFFISANT

1. — Lorsqu'un objet est insuffisamment affranchi au moyen de timbres-poste, l'office expéditeur indique en chiffres noirs, apposés à côté des timbres-poste, le montant de l'insuffisance en l'exprimant en francs et centimes.

2. — D'après cette indication, le bureau d'échange du pays de destination taxe l'objet au double de l'insuffisance constatée.

3. — Dans le cas où il a été fait usage de timbres-poste non valables pour l'affranchissement, il n'en est tenu aucun compte. Cette circonstance est indiquée par le chiffre zéro (0), placé à côté des timbres-poste.

## IX

## AVIS DE RÉCEPTION

1. — Les envois dont l'expéditeur demande un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente : *avis de réception* ou l'empreint d'un timbre portant : A. R.

2. — Les avis de réception doivent être établis par les bureaux de destination sur une formule conforme ou analogue au modèle A ci-annexé, et transmis par ces bureaux aux bureaux d'origine, chargés de les faire parvenir aux expéditeurs des envois auxquels ils se rapportent. Les avis de réception doivent être formulés en français ou porter une traduction sublinéaire en cette langue.

## X

## FEUILLES D'AVIS

1. — Les feuilles d'avis accompagnant les dépêches échangées entre deux administrations de l'Union sont conformes au modèle B joint au présent règlement. Elles sont placées sous des enveloppes de couleur portant distinctement l'indication « *Feuille d'avis* ».

Dans les relations par mer qui, bien que périodiques et régulières, ne comportent pas d'échange quotidien ou à jour fixe, les bureaux expéditeurs doivent numéroter leurs feuilles d'avis d'après une série annuelle par chaque bureau d'origine et pour chaque bureau de destination, en mentionnant autant que possible sur la feuille d'avis, le nom du paquebot ou du bâtiment qui emporte la dépêche.

2. — Les objets recommandés sont inscrits au tableau n. 1 de la feuille d'avis avec les détails suivants : le nom du bureau d'origine et le numéro d'inscription de l'objet à ce bureau, ou le nom du bureau d'origine, le nom du destinataire et le lieu de destination.

Dans la colonne «*Observations*», la mention «*Remb.*» est ajoutée en regard de l'inscription des envois recommandés gravés de remboursement.

Les envois à faire remettre par exprès sont inscrits en nombre au tableau 1 de la feuille d'avis.

Les avis de réception sont inscrits au tableau précité, soit individuellement, soit en bloc, suivant que ces avis son plus ou moins nombreux.

La partie de la feuille d'avis intitulée *Recommandations d'office* est destinée à recevoir l'inscription de bulletins de vérification, des lettres de service ouvertes adressées par le bureau d'échange à son correspondant ainsi que des communications du bureau expéditeur.

3. — Lorsque le nombre des objets recommandés expédiés habituellement d'un bureau d'échange à un autre le comporte, il peut être fait usage d'une liste spéciale et détachée, pour remplacer le tableau n. 1 de la feuille d'avis.

Le nombre des envois recommandés inscrits sur cette liste et le nombre de paquets ou de sacs qui renferment ces envois doivent être portés sur la feuille d'avis.

4. — Au tableau n. 11 on inscrit, avec les détails que ce tableau comport, les dépêches closes insérées dans l'envoi direct auquel la feuille d'avis se rapporte.

5. — On indique, à l'angle droit supérieur de la feuille d'avis, le nombre de paquets ou de sacs détachés dont se compose chaque expédition pour une même destination.

6. — Lorsqu'il est jugé nécessaire, pour certaines relations, de créer d'autres tableaux ou rubriques sur la feuille d'avis, la mesure peut être réalisée d'un commun accord entre les administrations intéressées.

7. — Lorsqu'un bureau d'échange n'a aucun objet à livrer à un bureau correspondant, il n'en doit pas moins envoyer, dans la forme ordinaire, une dépêche qui se compose uniquement de la feuille d'avis.

8. — Quand des dépêches closes sont confiées par une administration à une autre, pour être transmises au moyen de bâtiments de commerce, le nombre de lettres ou autres objets est indiqué à la feuille d'avis ou sur l'adresse de ces dépêches.

## XI

### TRANSMISSION DES OBJETS RECOMMANDÉS

1. — Les objets recommandés, les avis de réception, les envois exprès et, s'il y a lieu, la liste spéciale prévue au paragraphe 3

de l'article X, sont réunis en un paquet distinct, que doit être convenablement enveloppé et cacheté de manière à en préserver le contenu.

2.— A' ce paquet est attaché extérieurement, par un croisé de ficelle, l'enveloppe spéciale contenant la feuille d'avis. Le paquet est ensuite placé au centre de la dépêche.

3.— La présence, dans la dépêche, d'un paquet d'objets recommandés dont la description est faite sur la liste spécial mentionnée au paragraphe 1<sup>er</sup> ci-dessus, doit être annoncée par l'application, en tête de la feuille d'avis, d'une annotation spéciale, soit de l'étiquette du timbre de recommandation en usage dans le pays d'origine.

4.— Il est entendu que le mode d'emballage et transmission des objets recommandés, prescrit par les paragraphes 1 et 2 ci-dessus, s'applique seulement aux relations ordinaires. Pour les relations importantes, il appartient aux administrations intéressées de prescrire, d'un commun accord, des dispositions particulières, sous réserve, dans l'un comme dans l'autre cas, des mesures exceptionnelles à prendre par les chefs des bureaux d'échange lorsqu'ils ont à assurer la transmission d'objets recommandés qui, par leurs nature, leur forme ou leur volume, ne seraient pas susceptibles d'être insérés dans la dépêche.

Toutefois, les bureaux d'échange expéditeurs indiquent en tête de la feuille d'avis, le cas échéant, le nombre des objets recommandés qui se trouvent dans la dépêche en dehors du paquet ou sac spécial, parmi les correspondances ordinaires, et font figurer sur les listes, dans la colonne «*Observation*», la mention «*en dehors*» en regard de l'inscription de chacun de ces objets.

Ceux-ci sont autant que possible réunis en paquets ficelés munis d'une étiquette portant, en caractères apparents, les mots «*Recommandés en dehors*» précédés d'un chiffre indiquant le nombre d'objets que contient chaque paquet.

5.— Les avis de réception sont placés dans une enveloppe, par l'office distributeur des objets recommandés auxquels ces avis se rapportent. Ces enveloppes, revêtues de la mention: «*Avis de réception; Bureau de poste de... (Pays)...*», sont soumises aux formalités de la recommandation et acheminées sur leur destination comme des objets recommandés ordinaires.

## XII

### INDÉMNITÉ POUR LA PERTE D'UN ENVOI RECOMMANDÉ

Lorsque l'indemnité due pour la perte d'un envoi recommandé a été payée par une administration pour le compte d'une autre administration, réduite responsable, celle-ci est tenue d'en rembourser le montant dans le délai de trois mois après avis du paiement. Ce remboursement s'effectue, soit au moyen d'un

mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créateur. Lorsque le remboursement de l'indemnité comporte des frais, ils sont toujours à la charge de l'office débiteur.

### XIII

#### CONFECTION DES DÉPÊCHES

1.— En règle générale, les objets qui composent les dépêches doivent être classés et enliassés par nature de correspondances, en séparant les objets affranchis des objets non ou insuffisamment affranchis.

2.— Toute dépêche, après avoir été ficelée, est enveloppée de papier fort en quantité suffisante pour éviter toute détérioration du contenu, puis ficelée extérieurement et cachetée à la cire ou au moyen d'un cachet en papier gommé, avec l'empreinte du cachet du bureau. Elle est munie d'une suscription imprimée portant, en petits caractères, le nom du bureau expéditeur et, en caractères plus forts, le nom du bureau destinataire : « de... pour... »

3.— Si le volume de la dépêche le comporte, elle est renfermée dans un sac convenablement fermé, cacheté ou plombé et étiqueté.

4.— Les paquets ou sacs renferment des envois à remettre par exprès doivent porter extérieurement une désignation signalant ces objets à l'attention des agents postaux.

5.— Lorsqu'il est fait usage d'étiquettes en papier, elles doivent être collées sur des planchettes.

6.— Le poids de chaque sac ne doit pas dépasser 40 kilogrammes.

7.— Les sacs doivent être renvoyés vides au bureau expéditeur par le prochain courrier, sauf autre arrangement entre les offices correspondants.

### XIV

#### VÉRIFICATION DES DÉPÊCHES

1.— Le bureau d'échange qui reçoit une dépêche constate si les inscriptions sur la feuille d'avis et, s'il y a lieu, sur la liste des objets recommandés, sont exactes.

Les dépêches doivent être livrées en bon état. Cependant, la réception d'une dépêche ne peut pas être refusée à cause de son mauvais état. S'il s'agit d'une dépêche pour un autre bureau que celui qui en a pris livraison, elle doit être emballée de nouveau, tout en conservant, autant que possible, l'emballage original. Le remballage est précédé de la vérification du contenu, s'il est à présumer que celui-ci n'est pas resté.

2.— Lorsque le bureau d'échange reconnaît des erreurs ou des omissions, il opère immédiatement les rectifications nécessaires sur les feuilles ou listes, en ayant soin de biffer, d'un trait de plume, les indications erronées, de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives.

3.— Ces rectifications s'effectuent par le concours de deux agents. A moins d'une erreur évidente, elles prévalent sur la déclaration originale.

4.— Un bulletin de vérification, conforme au modèle C annexé au présent règlement, est dressé par le bureau destinataire et envoyé sans délai sous recommandation d'office, au bureau expéditeur. En même temps, un duplicata du bulletin de vérification est envoyé par le bureau destinataire à l'administration dont relève le bureau expéditeur.

Dans le cas prévu au paragraphe 1 du présent article, une copie du bulletin de vérification est insérée dans la dépêche remballée.

5.— Le bureau expéditeur, après examen, renvoie le bulletin avec ses observations, s'il y a lieu.

6.— En cas de manque d'une dépêche, objet recommandé, de la feuille d'avis ou de la liste spéciale, le fait est constaté immédiatement dans la forme voulue par deux agents du bureau d'échange destinataire, et porté à la connaissance du bureau d'échange expéditeur au moyen du bulletin de vérification. Si le cas le comporte, ce dernier bureau peut, en outre, être avisé par télégramme aux frais de l'office expéditeur du télégramme.

7.— En cas de perte d'une dépêche close, les offices intermédiaires sont rendus responsables des objets recommandés que renfermait la dépêche, dans les limites de l'article 8 de la Convention, à condition que la non-réception de cette dépêche leur ait été signalée aussitôt que possible.

8.— Lorsque le bureau destinataire n'a pas fait parvenir par le premier courrier, au bureau expéditeur, un bulletin de vérification, constatant des erreurs ou des irrégularités quelconques, l'absence de ce document vaut comme accusé de réception de la dépêche et de son contenu, jusqu'à preuve du contraire.

## XX

### CONDITIONNEMENT DES OBJETS RECOMMANDÉS

1.— Les objets de correspondance adressés sous des initiales et ceux qui portent une adresse écrite au crayon ne sont pas admis à la recommandation.

2.— Aucune condition spéciale de forme ou de fermeture n'est exigée pour les objets recommandés. Chaque office a la faculté d'appliquer à ces envois les règles établies dans son service intérieur.

3.— Des objets recommandés doivent porter une étiquette conforme ou analogue au modèle D annexé au présent règlement



avec l'indication du nom du bureau d'origine et du numero d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau.

Toutefois, il est permis aux administrations dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquettes, d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et de continuer à employer des timbres pour la désignation des objets recommandés.

4. — Les envois recommandés grevés de remboursement doivent être revêtus d'une annotation manuscrite, d'une empreinte de timbre ou d'une étiquette portant le mot : « *Remboursement* ».

5. — Les envois recommandés non affranchis ou insuffisamment affranchis sont transmis aux destinataires sans taxe, mais le bureau qui reçoit un envoi dans ces conditions est tenu de signaler le cas à son administration, afin qu'elle en informe l'administration dont relève le bureau d'origine. Cette administration procède d'après les règles suivies dans son service intérieur.

## XVI

### CARTES POSTALES

1. — Les cartes postales doivent être expédiées à découvert. Le recto est réservé aux timbres d'affranchissement, aux indications relatives au service postal (recommandé, avis de réception, etc.) et à l'adresse du destinataire, laquelle peut être écrite à la main ou figurer sur une étiquette collée n'excédant pas deux centimètres sur cinq.

En outre, l'expéditeur a la faculté d'indiquer au recto ou au verso son nom et son adresse, soit par écrit, soit au moyen d'un timbre, d'une griffe ou de tout autre procédé typographique.

Des vignettes ou réclames peuvent être imprimées sur le verso.

A l'exception des timbres d'affranchissement et des étiquettes mentionnées au premier alinéa et au paragraphe 6 du présent article, il est interdit de joindre ou d'attacher aux cartes postales des objets quelconques.

2. — Les cartes postales ne peuvent excéder les dimensions suivantes : longueur, 14 centimètres ; largeur, 9 centimètres.

3. — Autant que possible, les cartes postales émises spécialement en vue de la circulation dans l'Union postale doivent porter, au recto, en langue française ou avec traduction surlinéaire en cette langue, le titre suivant :

### CARTE POSTALE

#### *Union Postale Universelle*

( Côté réservé à l'adresse )

4. — Le timbre-poste représentant l'affranchissement figure à l'un des angles supérieurs du recto ; il en est de même du timbre supplémentaire qui pourrait être ajouté.

5. — En règle générale, les cartes postales avec réponse payée doivent présenter, au recto, comme titre imprimé, sur la première partie : « Carte postale avec réponse payée » ; sur la seconde partie : « Carte postale-réponse ». Les deux parties doivent d'ailleurs remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte postale simple ; elles sont repliées l'une sur l'autre et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

6. — Il est loisible à l'expéditeur d'une carte postale avec réponse payée d'indiquer son nom et son adresse au recto de la partie « Réponse », soit par écrit, soit en y collant une étiquette.

7. — L'affranchissement de la partie « Réponse » au moyen du timbre poste du pays que a émis la carte n'est valable que si elle est expédiée à destination de ce pays. Dans le cas contraire, elle est soumise à la taxe des lettres non affranchies.

8. — Les cartes postales simples et celles avec réponse payée, émanant de l'industrie privée, sont admises à la circulation internationale, pourvu que la législation du pays d'origine le permette et qu'elles soient conformes, au moins en ce qui concerne le format et la consistance du papier, aux cartes postales émises par l'office des postes d'origine.

9. — Les cartes postales ne remplissant pas, quant aux dimensions, à la forme extérieure, etc., les conditions imposées par le présent article à cette catégorie d'envois, sont traitées comme lettres.

## XVII

### PAPIERS D'AFFAIRES

1. — Sont considérés comme papiers d'affaires, et admis comme tels à la modération de port consacrée par l'article 5 de la Convention, toutes les pièces et tous les documents, écrits ou dessinés en tout ou partie à la main, qui n'ont pas le caractère d'une correspondance actuelle et personnelle, tels que les pièces de procédure, les actes, de tout genre dressés par les officiers ministériels, les lettres de voiture ou connaissements, les factures, les différents documents de service des compagnies d'assurance, les copies ou extraits d'actes sous seing privé écrits sur papier timbré ou non timbrés les partitions ou feuilles de musique manuscrites, les manuscrits d'ouvrages ou de journaux expédiés isolément, etc.

2. — Les papiers d'affaires sont soumis, en ce qui concerne la forme et le conditionnement, aux dispositions prescrites pour les imprimés (article XVIII ci-après).

## XVIII

### IMPRIMÉS DE TOUT NATURE

1. — Sont considérés comme imprimés, et admis comme tels à la modération de port consacrée par l'article 5 de la Con-

vention, les journaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les brochures, les papiers de musique, les cartes de visite, les cartes adressés, les épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les papiers revêtus de points en relief à l'usage des aveugles, les gravures, les photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la lithographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique facile à reconnaître, hormis le décalque et la machine à écrire.

Sont considérés comme faciles à reconnaître les procédés mécaniques désignés par les noms de chromographie, polygraphie, hectographie, papyrographie, vélocigraphie, etc.; mais pour jouir de la modération de port, les reproductions obtenues au moyen de ces procédés doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt exemplaires parfaitement identiques.

2. — Sont exclus de la modération de port, les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur.

3. — Ne peuvent être expédiés à la taxe réduite les imprimés dont le texte a été modifié, après tirage, soit à la main soit à l'aide d'un procédé mécanique, ou a été revêtu de signes quelconques de manière à constituer un langage conventionnel.

4. — Comme exception à la règle déterminée par le paragraphe 3 précédent, il est permis :

a) d'indiquer à l'extérieur de l'envoi le nom, la raison de commerce et le domicile de l'expéditeur ;

b) d'ajouter à la main, sur les cartes de visite imprimées, l'adresse de l'expéditeur, son titre, ainsi que des initiales conventionnelles (p. f., etc.) ;

c) d'indiquer ou de modifier sur l'imprimé même, à la main, ou par un procédé mécanique, à la date de l'expédition, la signature ou la raison de commerce et la profession, ainsi que le domicile de l'expéditeur ;

d) d'ajouter aux épreuves corrigées le manuscrit et de faire à ces épreuves les changements et additions qui se rapportent à la correction, à la forme et à l'impression. En cas de manque de place, ces additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales ;

e) de corriger les fautes d'impression aussi sur les imprimés autres que les épreuves ;

f) de biffer certaines parties d'un texte imprimé pour les rendre illisibles ;

g) de faire ressortir au moyen de traits les passages du texte sur lesquels on désire attirer l'attention ;

h) de porter ou de corriger à la plume ou par un procédé mécanique les chiffres, de même que le nom du voyageur et la

date de son passage, sur les listes de prix-courants, les offres d'annonces, les cotes de bourse et circulaires de commerce ;

i) d'indiquer à la main, sur les avis concernant les départs de navires, la date de ces départs ;

k) d'indiquer sur les cartes d'invitation et de convocation le nom de l'invité, la date, le but et le lieu de la réunion ;

l) d'ajouter une dédicace sur les livres, papiers de musique, journaux, photographies et gravures, ainsi que d'y joindre la facture se rapportant à l'ouvrage lui-même ;

m) dans les bulletins de commande de librairie (imprimés et ouverts, ayant pour objet la commande de livres, journaux, gravures, pièces de musique), d'indiquer au verso, à la main, les ouvrages demandés ou offerts, et de biffer ou de souligner au recto tout ou partie des communications imprimées ;

n) de peindre les images de mode, les cartes géographiques, etc.

5.— Sont interdites les additions faites à la plume ou au moyen d'un procédé mécanique qui enlèveraient à l'imprimé son caractère de généralité et lui donneraient celui d'une correspondance individuelle.

6.— Les imprimés doivent être, soit placés sous bande, sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert des deux côtés ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit simplement pliés de manière à ne pas dissimuler la nature de l'envoi, soit enfin entourés d'une ficelle à dénouer.

7.— Les cartes-adresses et tous imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte non pliée peuvent être expédiés sans bande, enveloppe, lien ou pli.

8.— Les cartes portant le titre « carte-postal » ne sont pas admises au tarif des imprimés.

## XIX

### ÉCHANTILLONS

1.— Les échantillons de marchandises ne sont admis à bénéficier de la modération de port qui leur est attribuée par l'article 5 de la Convention que sous les conditions suivantes :

2.— Ils doivent être placés dans des sacs, des boîtes ou des enveloppes mobiles de manière à permettre une facile vérification.

3.— Ils ne peuvent avoir aucune valeur marchand, ni porter aucune écriture à la main que le nom ou la raison sociale de l'expéditeur, l'adresse du destinataire, une marque de fabrique ou de marchand, des numéros d'ordre, des prix et des indications relatives au poids, au mètre et à la dimension, ainsi qu'à la quantité disponible, ou celles qui sont nécessaires pour préciser la provenance et la nature de la marchandise.

4.— D'un commun accord entre les administrations intéressées, c'est-à-dire, entre les administrations du pays d'origine et du pays de destination et, s'il y a lieu, du ou des pays effectuant le

transit à découvert ou en dépêches closes, les envois de liquides, huiles, corps gras, poudres sèches, colorantes ou non, ainsi que les envois d'abeilles vivantes, peuvent être admis au transport comme échantillons de marchandises, pourvu qu'ils conditionnés de la manière suivante :

1<sup>re</sup>, les liquides, huiles et corps gras facilement liquéfiables doivent être insérés dans des flacons en verre hermétiquement bouchés. Chaque flacon doit être placé dans une boîte en bois suffisamment garnie de sciure de bois, de coton ou de matière spongieuse en quantité suffisante pour absorber le liquide en cas de bris du flacon. Enfin, la boîte elle-même doit être enfermée dans un étui ou métal en bois avec couvercle vissé ou en cuir fort et épais ;

2<sup>e</sup>, les corps gras difficilement liquéfiables, tels les onguents, le savon mou, les résines, etc., dont le transport offre moins d'inconvénients, doivent être enfermés sous une première enveloppe (boîte, sac en toile, parchemin, etc.), placée elle-même dans une seconde boîte en bois, en métal ou en cuir fort et épais ;

3<sup>e</sup>, les poudres sèches, colorantes ou non, doivent être placées dans des boîtes en carton, lesquelles elles-mêmes sont enfermées dans un sac en toile ou en parchemin ;

4<sup>e</sup>, les abeilles vivantes doivent être renfermées dans des boîtes disposées de façon à éviter tout danger et à permettre la vérification du contenu.

## XX

### OBJETS GROUPÉS

Il est permis de réunir dans un même envoi des échantillons de marchandises, des imprimés et des papiers d'affaires, mais sous réserve :

1<sup>re</sup>, que chaque objet pris isolément ne dépasse pas les limites qui lui sont applicables quant au poids et quant à la dimension ;

2<sup>e</sup>, que le poids total ne dépasse pas 2 kilogrammes par envoi ;

3<sup>e</sup>, que la taxe soit au minimum de 25 centimes s'il l'envoi contient des papiers d'affaires, et de 10 centimes s'il se compose d'imprimés et d'échantillons.

## XXI

### CORRESPONDANCES REEXPÉDIÉES

1. — En exécution de l'article 14 de la Convention, et sauf les exceptions prévues au paragraphe 2 suivant, les correspondances de toute nature adressées, dans l'Union, à des destinataires

ayant changé de résidence, sont traitées par l'office distributeur comme si elles avaient été adressées directement du lieu d'origine au lieu de la nouvelle destination.

2.—A l'égard des envois du service interne de l'un des pays de l'Union qui entrent, par suite de réexpédition, dans le service d'un autre pays de l'Union, on observe les règles suivantes :

1.<sup>re</sup> Les envois non affranchis ou insuffisamment affranchis pour leur premier parcours sont traités comme correspondance internationale et frappés, par l'office distributeur, de la taxe applicable aux envois de même nature directement adressés du pays d'origine dans le pays où se trouve le destinataire ;

2.<sup>e</sup> Les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours, et dont le complément de taxe afférent au parcours ultérieur n'a pas été acquitté avant leur réexpédition, sont frappés, suivant leur nature, par l'office distributeur, d'une taxe égale à la différence entre le prix d'affranchissement déjà acquitté et celui qui aurait été perçu si les envois avaient été expédiés primitivement sur la nouvelle destination. Le montant de cette différence doit être exprimé en francs et centimes, à côté des timbres-poste, par l'office réexpéditeur.

Dans l'un et l'autre cas, les taxes prévues ci-dessus restent exigibles du destinataire, alors même que, par suite de réexpéditions successives, les envois reviennent dans le pays d'origine.

3.— Lorsque des objets primitivement adressés à l'intérieur d'un pays de l'Union et affranchis en numéraire sont réexpédiés à un autre pays, l'office réexpéditeur doit indiquer, sur l'objet, le montant de la taxe perçue en numéraire.

4. Les objets de toute nature mal dirigés sont, sans aucun délai, réexpédiés par la voie la plus prompte sur leur destination.

5.— Les correspondances de toute nature, ordinaires ou recommandées, qui portant une adresse incomplète ou erronée sont renvoyées aux expéditeurs pour qu'ils la complètent ou la rectifient, ne sont pas, quand elles sont remises dans le service avec une suscription complétée ou rectifiée considérées comme des correspondances réexpédiées, mais bien comme de nouveaux envois, et deviennent, par suite, passibles d'une nouvelle taxe.

## XXII

### REBUTS

1.— Les correspondances de toute nature qui sont tombées en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être renvoyées, aussitôt après les délais de conservation voulus par les règlements du pays destinataire, et au plus tard dans un délai de six mois dans les relations avec les pays d'outre-mer et de deux mois pour les autres relations, par l'intermédiaire des

bureaux d'échange respectifs et en une liasse spéciale étiquetée : « Rebut » et portant l'indication du pays d'origine des correspondances. Les termes de deux mois et de six mois comptent à partir de la fin du mois dans lequel les correspondances sont parvenues au bureau de destination.

2.— Toutefois, les correspondances recommandées tombées en rebut sont renvoyées au bureau d'échange du pays d'origine comme s'il s'agissait de correspondances recommandées à destination de ce pays, sauf qu'en regard de l'inscription nominative au tableau n. 1 de la feuille d'avis ou sur la liste détachée, la mention « Rebut » est consignée dans la colonne « Observations » par le bureau réexpéditeur.

3.— Par exception, deux offices correspondantes peuvent, d'un commun accord, adopter un autre mode de renvoi de rebuts, ainsi que se dispenser de se renvoyer réciproquement certains imprimés considérés comme dénués de valeur.

4.— Avant de renvoyer à l'office d'origine les correspondances non distribuées pour un motif quelconque, l'office destinataire doit indiquer d'une manière claire et concise, en langue française, au verso de ces objets, la cause de la non-remise sous la forme suivante: inconnu, refus, parti, non réclamé, décédé, etc. Cette indication est fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque office a la faculté d'ajouter la traduction, dans sa propre langue, de la cause de non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

### XXIII

#### STATISTIQUE DES FRAIS DE TRANSIT

1.— Les statistiques à effectuer une fois tous les trois ans, en exécution des articles 4 et 17 de la Convention, pour le décompte des frais de transit dans l'Union et en dehors des limites de l'Union, sont établies d'après les dispositions des articles suivants, pendant les vingt-huit premiers jours du mois de mai ou de novembre (alternativement) de la deuxième année de chaque période triennale, pour sortir leurs effets rétroactivement à partir de la première année.

2.— La statistique de novembre 1893 s'appliquera aux années 1892, 1893 et 1894 ; la statistique de mai 1896 s'appliquera aux années 1895, 1896 et 1897, et ainsi de suite.

3.— Si, pendant la période d'application de la statistique, il vient à entrer dans l'Union un pays ayant des relations importantes, les pays de l'Union dont la situation pourrait, par suite de cette circonstance, se trouver modifiée sous le rapport du paiement des droits de transit, ont la faculté de réclamer une statistique spéciale se rapportant exclusivement au pays nouvellement entré.

5. — En règle générale, les cartes postales avec réponse payée doivent présenter, au recto, comme titre imprimé, sur la première partie : « Carte postale avec réponse payée » ; sur la seconde partie : « Carte postale-réponse ». Les deux parties doivent d'ailleurs remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte postale simple ; elles sont repliées l'une sur l'autre et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

6. — Il est loisible à l'expéditeur d'une carte postale avec réponse payée d'indiquer son nom et son adresse au recto de la partie « Réponse », soit par écrit, soit en y collant une étiquette.

7. — L'affranchissement de la partie « Réponse » au moyen du timbre poste du pays que a émis la carte n'est valable que si elle est expédiée à destination de ce pays. Dans le cas contraire, elle est soumise à la taxe des lettres non affranchies.

8. — Les cartes postales simples et celles avec réponse payée, émanant de l'industrie privée, sont admises à la circulation internationale, pourvu que la législation du pays d'origine le permette et qu'elles soient conformes, au moins en ce qui concerne le format et la consistance du papier, aux cartes postales émises par l'office des postes d'origine.

9. — Les cartes postales ne remplissant pas, quant aux dimensions, à la forme extérieure, etc., les conditions imposées par le présent article à cette catégorie d'envois, sont traitées comme lettres.

## XVII

### PAPIERS D'AFFAIRES

1. — Sont considérés comme papiers d'affaires, et admis comme tels à la modération de port consacrée par l'article 5 de la Convention, toutes les pièces et tous les documents, écrits ou dessinés en tout ou partie à la main, qui n'ont pas le caractère d'une correspondance actuelle et personnelle, tels que les pièces de procédure, les actes, de tout genre dressés par les officiers ministériels, les lettres de voiture ou connaissements, les factures, les différents documents de service des compagnies d'assurance, les copies ou extraits d'actes sous seing privé écrits sur papier timbré ou non timbrés les partitions ou feuilles de musique manuscrites, les manuscrits d'ouvrages ou de journaux expédiés isolément, etc.

2. — Les papiers d'affaires sont soumis, en ce qui concerne la forme et le conditionnement, aux dispositions prescrites pour les imprimés (article XVIII ci-après).

## XVIII

### IMPRIMÉS DE TOUT NATURE

1. — Sont considérés comme imprimés, et admis comme tels à la modération de port consacrée par l'article 5 de la Con-



vention, les journaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les brochures, les papiers de musique, les cartes de visite, les cartes adressés, les épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les papiers revêtus de points en relief à l'usage des aveugles, les gravures, les photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la lithographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique facile à reconnaître, hormis le décalque et la machine à écrire.

Sont considérés comme faciles à reconnaître les procédés mécaniques désignés par les noms de chromographie, polygraphie, hectographie, papyrographie, vélocigraphie, etc.; mais pour jouir de la modération de port, les reproductions obtenues au moyen de ces procédés doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt exemplaires parfaitement identiques.

2. — Sont exclus de la modération de port, les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur.

3. — Ne peuvent être expédiés à la taxe réduite les imprimés dont le texte a été modifié, après tirage, soit à la main soit à l'aide d'un procédé mécanique, ou a été revêtu de signes quelconques de manière à constituer un langage conventionnel.

4. — Comme exception à la règle déterminée par le paragraphe 3 précédent, il est permis :

a) d'indiquer à l'extérieur de l'envoi le nom, la raison de commerce et le domicile de l'expéditeur ;

b) d'ajouter à la main, sur les cartes de visite imprimées, l'adresse de l'expéditeur, son titre, ainsi que des initiales conventionnelles (p. f., etc.) ;

c) d'indiquer ou de modifier sur l'imprimé même, à la main, ou par un procédé mécanique, à la date de l'expédition, la signature ou la raison de commerce et la profession, ainsi que le domicile de l'expéditeur ;

d) d'ajouter aux épreuves corrigées le manuscrit et de faire à ces épreuves les changements et additions qui se rapportent à la correction, à la forme et à l'impression. En cas de manque de place, ces additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales ;

e) de corriger les fautes d'impression aussi sur les imprimés autres que les épreuves ;

f) de biffer certaines parties d'un texte imprimé pour les rendre illisibles ;

g) de faire ressortir au moyen de traits les passages du texte sur lesquels on désire attirer l'attention ;

h) de porter ou de corriger à la plume ou par un procédé mécanique les chiffres, de même que le nom du voyageur et la

4.— Les frais incombant à l'office expéditeur du chef du transit territorial et du transport maritime sont fixés invariablement d'après la statistique pour toute la période qu'elle embrasse, sauf le cas prévu à l'alinéa précédent.

Mais lorsqu'il se produit une modification importante dans le cours des correspondances, et pour autant que cette modification affecte une période de six mois au moins, les offices intermédiaires s'entendent pour régler entre eux le partage de ces frais, proportionnellement à la part d'intervention des dits offices dans le transport des correspondances auxquelles ces frais se rapportent.

## XXIV

### CORRESPONDANCES À DÉCOUVERT

1.— L'office servant d'intermédiaire pour la transmission des correspondances échangées à découvert, soit entre deux pays de l'Union, soit entre un pays de l'Union et un pays étranger et celle-ci, dresse d'avance, pour chacun de ces correspondants de l'Union, un tableau conforme au modèle E annexé au présent règlement et dans lequel il indique, en distinguant s'il y a lieu, les diverses voies d'acheminement, les prix de port au poids lui revenant pour le transport dans l'Union de l'une et de l'autre catégorie de ces correspondances au moyen des services dont il dispose, ainsi que les prix de port au poids à bonifier, le cas échéant, par lui-même, à d'autres offices de l'Union, pour le transport ultérieur des dites correspondances dans l'Union. Au besoin, il se renseigne en temps utile, auprès des offices des pays à traverser, sur les voies que devront suivre les correspondances et sur les prix à leur appliquer.

2.— Lorsque plusieurs comportant chacune des frais de transit différents applicables aux voies que l'office intermédiaire utilise, sont ouvertes à la transmission des correspondances pour un même pays, l'office expéditeur rétribue l'office intermédiaire d'après un tarif unique basé sur la moyenne des différents prix de transit.

3.— Un exemplaire du tableau E est remis par le dit office à l'office correspondant intéressé et sert de base à un décompte spécial à établir entre eux, du chef du port intermédiaire dans l'Union des correspondances dont il s'agit. Ce décompte est dressé par l'office qui reçoit les correspondances et soumis à la vérification de l'office expéditeur.

4.— L'office expéditeur établit, d'après les données de la formule E fournie par son correspondant, des tableaux conformes au modèle F ci-annexé et destinés à relater, pour chaque dépêche, les frais de port intermédiaire des correspondances sans distinction d'origine, comprises dans la dépêche pour être acheminées par l'intermédiaire du dit correspondant. A cet effet, le

bureau d'échange expéditeur inscrit dans un tableau F, qu'il joint à son envoi, le poids total, selon leur nature, des correspondances de l'espèce qu'il livre à découvert au bureau d'échange correspondant, et celui-ci, après vérification, prend livraison de ces correspondances, pour les acheminer vers leurs destinations, ou les confondant avec les siennes propres pour le payement, s'il y a lieu, des prix de port ultérieurs.

Sur la demande des offices intéressés, il a lieu de distinguer sur le tableau F l'origine des correspondances soumises à des frais de transit maritime de 14 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales et de un franc par kilogramme d'autres objets à répartir entre plusieurs administrations.

5. — Toute erreur dans la déclaration du bureau d'échange expéditeur du tableau F est signalée immédiatement à ce bureau au moyen d'un bulletin de vérification, non obstant la rectification opérée sur le tableau lui-même.

6. — A défaut de correspondances passibles d'un port intermédiaire ou étranger, il n'est pas dressé de tableau F et le bureau expéditeur inscrit en tête de la feuille d'avis la mention: « Pas de tableau F. » Dans le cas de l'omission non justifiée de ce tableau, l'irrégularité est également signalée, au moyen d'un bulletin de vérification, au bureau en faute, et doit être réparée immédiatement par ce dernier.

## XXV

### DÉPÊCHES CLOSES

1. — Les correspondances échangées en dépêches closes, entre deux offices de l'Union ou entre un office de l'Union et un office étranger à l'Union, à travers le territoire ou au moyen des services d'un ou de plusieurs autres offices, font l'objet d'un relevé conforme au modèle G annexé au présent règlement, et qui est établi d'après les dispositions suivantes :

2. — En ce qui concerne les dépêches d'un pays de l'Union pour un autre pays de l'Union, le bureau d'échange expéditeur inscrit, à la feuille d'avis pour le bureau d'échange destinataire de la dépêche, le poids net des lettres et des cartes postales et celui des autres objets sans distinction de l'origine ni de la destination des correspondances. Ces indications sont vérifiées par le bureau destinataire, lequel dresse, à la fin de la période de statistique, le relevé mentionné ci-dessus, en autant d'expéditions qu'il y a d'offices intéressés, y compris celui du lieu de départ.

3. — Dans les quatre jours qui suivent la clôture des opérations de statistique, les relevés G sont transmis, par les bureaux d'échange qui les ont établis, aux bureaux d'échange de l'office débiteur pour revêtus de leur acceptation. Ceux-ci, après avoir accepté ces relevés, les transmettent à l'Administration centrale dont ils relèvent, chargée de les répartir entre les offices intéressés.

4. — En ce qui concerne les dépêches closes échangées entre un pays de l'Union, et un pays étranger à l'Union, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs offices de l'Union, les bureaux d'échange du pays de l'Union dressent, pour les dépêches expédiées ou reçues, un relevé G qu'ils transmettent à l'office de sortie ou d'entrée, lequel établit, à la fin de la période de statistique, un relevé général en autant d'expéditions qu'il y a d'offices intéressés, y compris lui-même et l'office de l'Union débiteur. Une expédition de ce relevé est transmise à l'office débiteur, ainsi qu'à chacun des offices qui ont pris part au transport des dépêches.

Sur la demande des offices intéressés, les bureaux d'échange doivent distinguer sur la feuille d'avis l'origine et la destination des correspondances soumises à des frais de transit maritime de 15 francs et de un franc, à répartir entre plusieurs administrations.

5. — Après chaque période de statistique, les administrations qui ont expédié des dépêches en transit envoient la liste de ces dépêches aux différentes administrations dont elles ont emprunté l'intermédiaire.

6. — Le simple entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot, ne donne pas lieu au paiement de frais de transit territorial au profit de l'office des postes du lieu d'entrepôt.

## XXVI

### DÉPÊCHES ECHANGÉES AVEC DES BÂTIMENTS DE GUERRE

1. — L'établissement d'un échange, aux dépêches closes, entre un office postal de l'Union et des divisions navales ou bâtiments de guerre de même nationalité, doit être notifié, autant que possible à l'avance, aux offices intermédiaires.

2. — La suscription de dépêches est rédigée comme suit:

Du bureau de.....

Pour la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à....

De la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à...

Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à...

Pour le bureau de...

(Pays)

3. — Les dépêches à destination ou provenant de divisions navales ou de bâtiments de guerre sont acheminées, sauf indication d'une voie spéciale sur l'adresse, par les voies les plus rapides et dans les mêmes conditions que les dépêches échangées entre bureaux de poste.

4.—Si les bâtiments ne se trouvent pas au lieu de destination quand les dépêches à leur adresse y arrivent, ces dépêches sont conservées au bureau de poste, en attendant leur retrait par le destinataire ou leur réexpédition sur un autre point. La réexpédition peut être demandée, soit par l'office postal d'origine, soit par le commandant de la division navale ou du bâtiment destinataire, soit enfin par un consul de la même nationalité.

5.—Celles des dépêches dont il s'agit qui portent la mention «Aux soins du consul de...» sont consignées au Consulat du pays d'origine. Elles peuvent être ultérieurement, à la demande du consul, réintégrées dans le service postal et réexpédiées sur le lieu d'origine ou sur une *autre* \* destination.

6.—Les dépêches à destination d'un bâtiment de guerre sont considérées comme étant en transit jusqu'à leur remise au commandant de ce bâtiment de guerre, alors même qu'elles auraient été primitivement adressées aux soins d'un bureau de poste ou à un consul chargé de servir d'agent de transport intermédiaire; elles ne sont donc pas considérées comme étant parvenues à leur adresse, tant qu'elles n'auront pas été délivrées au bâtiment de guerre respectif.

7.—Il incombe à l'administration du pays dont les bâtiments de guerre relèvent de dresser les tableaux G pour les dépêches échangées. Ces dépêches doivent, pendant la période de statistique, porter sur des étiquettes les indications suivantes :

- a) le poids net des lettres et cartes postales ;
- b) le poids net des autres objets, et
- c) la route suivie ou à suivre.

Dans le cas où une dépêche à l'adresse d'un bâtiment de guerre est réexpédiée pendant la période de statistique, l'office réexpéditeur en informe l'office du pays dont le bâtiment relève.

## XXVII

### COMPTE DES FRAIS DE TRANSIT

1.—Les tableaux F et G sont résumés dans un compte particulier par lequel on établit, en francs et centimes, le prix annuel de transit revenant à chaque office, en multipliant les totaux par 13. Dans le cas où le multiplicateur ne se rapporte pas à la périodicité du service, ou lorsqu'il s'agit d'expéditions extraordinaires faites pendant la période statistique, les administrations intéressées s'entendent pour l'adoption d'un autre multiplicateur. Le soin d'établir ce compte incombe à l'office créditeur, qui le transmet à l'office débiteur. Le multiplicateur admis fait chaque fois règle pour les trois années d'une même période de statistique.

---

\* Dans le texte signé, ce mot « *autre* » a été omis par erreur.

2.—Le solde résultant de la balance des comptes réciproques entre deux offices est payé par l'office débiteur à l'office créancier, en francs effectifs et au moyens de traites tirées sur une place du pays créancier au gré de l'office débiteur. Les frais du paiement, y compris les frais d'escompte, restent le cas échéant, à la charge de l'office débiteur.

3.— L'établissement, l'envoi et le paiement des comptes des frais de transit, afférents à un exercice devant être effectuée dans le plus bref délai possible, et, au plus tard, avant l'expiration du premier semestre de l'exercice suivant. En tout cas, si l'office qui a envoyé le compte n'a reçu dans cet intervalle aucune observation rectificative, ce compte est considéré comme admis de plein droit. Cette disposition s'applique également aux observations non contestées faites par un office à un autre. Office sont productives d'intérêts, à raison de 5 pour cent l'an et à dater du jour d'expiration dudit délai.

Les paiements des frais de transit pour la première et au besoin pour la seconde année de chaque période triennale s'effectuent provisoirement, à la fin de l'année, sur les bases de la statistique précédent, sauf règlement ultérieur des comptes d'après les résultats de la statistique nouvelle.

4.— Est réservée, toutefois, aux offices intéressés la faculté de prendre d'un commun accord d'autres dispositions que celles qui sont formulées dans le présent article.

## XXVIII

### EXCEPTIONS EN MATIÈRE DE POIDS

Il est admis, par mesure d'exception, que les Etats qui, à cause de leur régime intérieur, ne peuvent adopter le type de poids decimal métrique, ont la faculté d'y substituer l'once *avoir du pois* (28 gr. 3465), en assimilant une demi-once à 15 grammes et deux onces à 50 grammes, et d'élever, au besoin, la limite du port simple des journaux à quatre onces, mais sous la condition expresse que, dans ce dernier cas, le port des journaux ne soit pas inférieur à 10 centimes et qu'il soit perçu un port entier par numéro de journal, alors même que plusieurs journaux se trouveraient groupés dans un même envoi.

## XXIX

### RÉCLAMATION D'OBJETS ORDINAIRES NON PARVENUS

1.— Toute réclamation relative à un objet de correspondance ordinaire non parvenu à destination donne lieu au procédé suivant :

1.<sup>re</sup> Il est remis au réclamant une formule conforme au modèle H ci-annexé, avec prière d'en remplir, aussi exactement que possible, la partie qui le concerne ;

2.° Le bureau où la réclamation s'est produit transmet la formule directement au bureau correspondant. La transmission s'effectue d'office et sans aucun écrit ;

3.° Le bureau correspondant fait présenter la formule au destinataire ou à l'expéditeur, selon le cas, avec prière de fournir des renseignements à ce sujet ;

4.° Munie des ces renseignements, la formule est renvoyée d'office au bureau qui l'a dressée ;

5.° Dans le cas où la réclamation est reconnue fondée, elle est transmise à l'administration centrale pour servir de base aux investigations ultérieures ;

6.° A moins d'entente contraire, la formule est rédigée en français ou porte une traduction française.

2.— Toute administration peut exiger, par une notification adressée au bureau international, que l'échange des réclamations, en ce qui la concerne, soit effectué par l'entremise des administrations centrales, ou par l'intermédiaire d'un bureau spécialement désigné.

### XXX

#### RETRAIT DE CORRESPONDANCE ET RECTIFICATION D'ADRESSES

1.— Pour les demandes de renvoi ou de réexpédition des correspondances, ainsi que pour les demandes de rectification d'adresses, l'expéditeur doit faire usage d'une formule conforme au modèle I annexé au présent règlement. En remettant cette réclamation au bureau de poste, l'expéditeur doit y justifier de son identité et produire, s'il y a lieu, le bulletin du dépôt. Après la justification, dont l'administration du pays d'origine assume la responsabilité, il est procédé de la manière suivante :

1.° Si la demande est destinée à être transmise par voie postale, la formule, accompagnée d'un *fac-simile* parfait de l'enveloppe ou suscription de l'envoi, est expédiée directement, sous pli recommandé, au bureau de poste destinataire ;

2.° Si la demande doit être faite par voie télégraphique, la formule est déposée au service télégraphique chargé d'en transmettre les termes au bureau de poste destinataire.

2.— A' la réception de la formule I ou du télégramme en tenant lieu, le bureau de poste destinataire recherche la correspondance signalée et donne à la demande la suite nécessaire.

Toutefois, s'il s'agit d'un changement d'adresse demandé par voie télégraphique, le bureau destinataire se borne à retenir la lettre et attend, pour faire droit à la demande, l'arrivée du *fac-simile* nécessaire.

Si la recherche est infructueuse, si l'objet a déjà été remis au destinataire, ou si la demande par voie télégraphique n'est pas assez explicite pour permettre de reconnaître sûrement l'objet de correspondance indiqué, le fait est signalé immédiatement au bureau d'origine, qui en prévient le réclamant.

3.— A' moins d'entent contraire, la formule I est rédigée en français ou porte une traduction surlinéaire en cette langue, et, dans le cas d'emploi de la voie télégraphique, le télégramme est formulé en langue française.

4.— Une simple correction d'adresse (sans modification du nom ou de la qualité du destinataire) peut aussi être demandée directement au bureau destinataire, c'est-à-dire, sans l'accomplissement des formalités prescrites pour le changement d'adresse proprement dit.

5.— Toute administration peut exiger, par une notification adressée au bureau international, que l'échange des réclamations, en ce qui la concerne, soit effectué par l'entremise des administrations centrales ou d'un bureau spécialement désigné.

Dans le cas où l'échange des réclamations s'effectue par l'entremise des administrations centrales, il doit être tenu compte des demandes expédiées directement par les bureaux d'origine aux bureaux de destination, dans ce sens que les correspondances y relatives sont exclues de la distribution jusqu'à l'arrivée de la réclamation de l'administration centrale.

Les administrations qui usent de la faculté prévue par le premier alinéa du présent paragraphe prennent à leur charge les frais que peut entraîner la transmission, dans leur service intérieur, par voie postale ou télégraphique, des communications à échanger avec le bureau destinataire.

### XXXI

#### EMPLOI, POUR L'AFFRANCHISSEMENT, DE TIMBRES-POSTE PRÉ-SUMÉS FRAUDULEUX

1.— Sous réserve des dispositions que comporte la législation de chaque pays, même dans les cas où cette réserve n'est pas expressément stipulée dans les dispositions du présent article, le procédé ci-après est suivi pour la constatation de l'emploi, pour l'affranchissement de timbres-poste frauduleux.

a) Lorsque la présence, sur un envoi quelconque, d'un timbre-poste frauduleux (contrefait ou ayant déjà servi) est constatée au départ, par un office dont la législation particulière n'exige pas la saisie immédiate de l'envoi, la figurine n'est altérée d'aucune façon, et l'envoi, inséré dans une enveloppe à l'adresse du bureau destinataire, est acheminé sous recommandation d'office;

b) Cette formalité est notifiée, sans délai, aux administrations des pays d'origine et de destination, au moyen d'un avis conforme au modèle K annexé au présent règlement. Un exemplaire de cet avis et, en outre, transmis au bureau de destination dans l'enveloppe qui renferme l'objet revêtu du timbre-poste réputé frauduleux;

c) Le destinataire est convoqué pour constater la contrevention.



La remise de l'envoi n'a lieu que dans le cas où le destinataire ou son fondé de pouvoirs consent à faire connaître le nom et l'adresse de l'expéditeur, et à mettre à la disposition de la poste, après avoir pris connaissance du contenu, l'objet entier s'il est inséparable du corps du délit ou bien la partie de l'objet (enveloppe, bande, portion de lettre, etc.) qui contient la suscription et le timbre signalé comme frauduleux;

d) Le résultat de la convocation est constaté par un procès-verbal conforme au modèle L annexé au présent règlement et où il est fait mention des incidents survenus, tels que non-comparution, refus de recevoir l'envoi, de l'ouvrir ou d'en faire connaître l'expéditeur, etc. Ce document est signé par l'agent des postes et par le destinataire de l'envoi ou son fondé de pouvoirs; si ce dernier refuse de signer, le refus est constaté aux lieux et place de la signature.

Le procès-verbal est transmis, avec pièces à l'appui et par l'intermédiaire de l'administration du pays de destination, à l'administration des postes du pays d'origine, qui, à l'aide de ces documents, fait poursuivre, s'il y a lieu, la répression de l'infraction d'après sa législation intérieure.

## XXXII

### RÉPARTITION DES FRAIS DU BUREAU INTERNATIONAL

1.— Les frais communs du bureau international ne doivent pas dépasser, par année, la somme de 125.000 francs, non compris les frais spéciaux auxquels donne lieu la réunion d'un congrès ou d'une conférence.

2.— L'administration des postes suisses, surveille les dépenses du bureau international, fait les avances nécessaires et établit le compte annuel, qui est communiqué à toutes les autres administrations.

3.— Pour la répartition des frais, les pays de l'Union sont divisés en sept classes, contribuant chacune dans la proportion d'un certain nombre d'unités, savoir:

|                        |            |
|------------------------|------------|
| 1 <sup>re</sup> classe | 25 unités. |
| 2 <sup>e</sup> »       | 20 »       |
| 3 <sup>e</sup> »       | 15 »       |
| 4 <sup>e</sup> »       | 10 »       |
| 5 <sup>e</sup> »       | 5 »        |
| 6 <sup>e</sup> »       | 3 »        |
| 7 <sup>e</sup> »       | 1 unité.   |

4.— Ces coefficients sont multipliés par le nombre des pays de chaque classe, et la somme des produits ainsi obtenus fournit le nombre d'unités par lequel la dépense totale doit être divisée. Le quotient donne le montant de l'unité de dépense.

5.— Les pays de l'Union sont classés ainsi qu'il suit, en vue de la répartition des frais :

1<sup>re</sup> classe : Allemagne, Autriche-Hongrie, Etats-Unis d'Amérique, France, Grande-Bretagne, Inde Britannique, colonies britanniques de l'Australasie, ensemble des autres colonies et protectorats britanniques, moins le Canada, Italie, Russie, Turquie ;

2<sup>e</sup> classe : Espagne ;

3<sup>e</sup> classe : Belgique, Brésil, Canada, Egypte, Japon, Pays-Bas, Roumanie, Suède, colonies ou provinces espagnoles d'outre-mer, colonies françaises, Indes Orientales néerlandaises ;

4<sup>e</sup> classe : Danemark, Norvège, Portugal, Suisse, colonies portugaises ;

5<sup>e</sup> classe : Argentine (République), Bulgarie, Chili, Colombie, Grèce, Mexique, Pérou, Serbie, Tunisie ;

6<sup>e</sup> classe : Bolivie, Costa-Rica, République Dominicaine, Equateur, Guatemala, Haiti, République du Honduras, Luxembourg, Nicaragua, Paraguay, Perse, protectorats allemands, Salvador, Royaume de Siam, Uruguay, Vénézuëla, colonies danoises, colonie de Curaçao (ou Antilles Néerlandaises), colonie de Surinam (ou Guyane Néerlandaise) ;

7<sup>e</sup> classe : Etat indépendant du Congo, Hawaii, Liberia, Montenegro.

### XXXIII

#### COMMUNICATIONS À ADRESSER AU BUREAU INTERNATIONAL

1.— Le bureau international sert d'intermédiaire aux notifications régulières et générales qui intéressent les relations internationales.

2.— Les administrations faisant partie de l'Union doivent se communiquer, notamment, par l'intermédiaire du bureau international :

1.<sup>re</sup>, l'indication des surtaxes qu'elles perçoivent, par application de l'article 5 de la Convention, en plus de la taxe de l'Union, soit pour port maritime, soit pour frais de transport extraordinaire, ainsi que la nomenclature des pays par rapport auxquels ces surtaxes sont perçues, et, s'il y a lieu, la désignation de voies qui en motivent la perception ;

2<sup>e</sup>, la collection en cinq exemplaires de leurs timbres-poste ;

3<sup>e</sup>, l'avis si elles entendent user de la faculté qui est laissée aux administrations d'appliquer ou de ne pas appliquer certaines dispositions générales de la Convention et du présent règlement.

3.— Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre de trois points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard de la même manière.

4.— Le bureau international reçoit également de toutes les administrations de l'Union des exemplaires de tous les documents qu'elles publient, tant sur le service intérieur que sur le service international.

5.— Les correspondances adressées par les administrations de l'Union au bureau international et vice-versa, sont assimilées, pour la franchise de port, aux correspondances échangées entre les administrations.

### XXXIV

#### STATISTIQUE GENERAL

1.— Chaque administration fait parvenir, à la fin du mois de juillet de chaque année, au bureau international, une série aussi complète que possible de renseignements statistiques se rapportant à l'année précédente, sous forme de tableaux conformes ou analogues aux modèles ci-annexés M et N.

2.— Les opérations de service qui donnent lieu à enregistrement font l'objet de relevés périodiques, d'après les écritures effectuées.

3.— Pour toutes les autres opérations il est procédé à un dénombrement, pendant une semaine au moins pour les échanges quotidiens, et pendant quatre semaines pour les échanges non quotidiens, avec faculté pour chaque administration de faire un dénombrement séparé pour chaque catégorie de correspondances.

4.— Est réservé à chaque administration le droit de procéder à ce dénombrement aux époques qui se rapprochent le plus de la moyenne de son trafic postal.

5.— Le bureau international est chargé de faire imprimer et de distribuer les formules de statistiques à remplir par chaque administration. Il est chargé, en outre, de fournir aux administrations qui en feront la demande toutes les indications nécessaires sur les règles à suivre pour assurer, autant que possible, l'uniformité des opérations de statistique.

### XXXV

#### ATTRIBUTIONS DU BUREAU INTERNACIONAL

1.— Le bureau international dresse une statistique générale pour chaque année.

2.— Il rédige, à l'aide des documents qui sont mis à sa disposition, un journal spécial en langues allemande, anglaise et française.

3.— Tous les documents publiés par le bureau international sont distribués aux administrations de l'Union, dans la proportion du nombre d'unités contributives assignées à chacune d'elles par l'article XXXII précédent.

4.— Les exemplaires et documents supplémentaires qui seraient réclamés par ces administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

5. — Le bureau international doit, d'ailleurs, se tenir en tout temps à la disposition des membres de l'Union, pour leur fournir, sur les questions relatives au service international des postes, les renseignements spéciaux dont ils pourraient avoir besoin.

6. — Le bureau international instruit les demandes des modifications ou d'interprétations des dispositions qui régissent l'Union. Il notifie les résultats de chaque instruction, et toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après sa notification.

7. — Le bureau international opère la balance et la liquidation des décomptes de toute nature entre les administrations de l'Union qui déclarent vouloir emprunter l'intermédiaire de ce bureau dans les conditions déterminées par l'article XXXVI ci-après.

8. — Le bureau international prépare les travaux des congrès ou conférences. Il pourvoit aux copies et impressions nécessaires, à la rédaction et à la distribution des amendements, procès-verbaux et autres renseignements.

9. — Le directeur de ce bureau assiste aux séances des congrès ou conférences et prend part aux discussions sans voix délibérative.

10. — Il fait sur sa gestion un rapport annuel qui est communiqué à toutes les administrations de l'Union.

11. — La langue officielle du bureau international est la langue française.

12. — Le bureau international est chargé de publier un dictionnaire alphabétique de tous les bureaux de poste du monde avec, une mention spéciale pour ceux de ces bureaux chargés de services qui ne sont pas encore généralisés. Ce dictionnaire est tenu au courant au moyen de suppléments ou de toute autre manière que le bureau international jugera convenable.

Le dictionnaire mentionné au présent paragraphe est livré au prix de revient aux administrations qui en font la demande.

## XXXVI

### OFFICE CENTRAL DE COMPTABILITÉ ET DE LIQUIDATION DES COMPTES ENTRE LES ADMINISTRATIONS DE L'UNION

1. — Le bureau international de l'Union Postale Universelle est chargé d'opérer la balance et la liquidation des décomptes de toute nature relatifs au service international des postes entre les administrations des pays de l'Union qui ont le franc pour unité monétaire ou qui se sont mis d'accord sur le taux de conversion de leur monnaie en francs et centimes métalliques.

Les administrations qui ont l'intention de réclamer, pour ce service de liquidation, le concours du bureau international, se concertent, à cet effet, entre elles et avec ce bureau.

Malgré son adhésion, chaque administration conserve le droit d'établir à son choix des décomptes spéciaux pour diverses branches du service et d'en opérer à sa convenance le règlement avec ses correspondants, sans employer l'intermédiaire du bureau international, auquel, à teneur de l'alinéa qui précède, elle se borne à indiquer pour quelles branches de service et pour quels pays elle réclame ses offices.

Sur la demande des administrations intéressées les décomptes télégraphiques peuvent aussi être indiqués au bureau international pour entrer dans la compensation des soldes.

Les administrations qui auront emprunté l'intermédiaire du bureau international pour la balance et la liquidation des décomptes peuvent cesser d'user de cet intermédiaire trois mois après qu'ils en auront averti ledit bureau.

2. — Après avoir débattu et arrêté leurs comptes, les administrations se font parvenir réciproquement une reconnaissance de leur doit, établi en francs et centimes, en y constatant l'objet, la période et le résultat du décompte.

3. — Chaque administration adresse mensuellement, au bureau international, un tableau indiquant son avoir du chef des décomptes particuliers, ainsi que le total des sommes dont elle est créditrice envers chacune des administrations contractantes; chaque créance figurant dans ce tableau doit être justifiée par une reconnaissance de l'office débiteur.

Ce tableau doit parvenir au bureau international le 19 de chaque mois au plus tard, sous peine de n'être compris que dans la liquidation du mois suivant.

4. — Le bureau international constate, en rapprochant les reconnaissances, si les tableaux sont exacts. Toute rectification nécessaire est notifiée aux offices intéressés.

Le doit de chaque administration envers une autre est reporté dans un tableau récapitulatif; afin d'établir le total dont chaque administration est débitrice, il suffit d'additionner les diverses colonnes de ce tableau récapitulatif.

5. — Le bureau international réunit les tableaux et les récapitulations en une balance général indiquant :

a) le total du doit et de l'avoir de chaque administration ;  
b) le solde débiteur ou le solde créditeur de chaque administration, représentant la différence entre le total de doit et le total de l'avoir ;

c) les sommes à payer par une partie des membres de l'Union à une administration, ou réciproquement les sommes à payer par cette dernière à l'autre partie.

Les totaux des deux catégories de soldes sous *a* et *b* doivent nécessairement être égaux.

On pourvoira autant que possible à ce que chaque administration n'ait à effectuer, pour se libérer, qu'un ou deux paiements distincts.

Toutefois, l'administration que se trouve habituellement à découvert *vis-à-vis* d'une autre administration pour une somme supérieure à 50.000 francs a le droit de réclamer des acomptes.

Ces acomptes sont inscrits, tant par l'administration créditrice que par l'administration débitrice, au bas des tableaux à adresser au bureau international (voir § 3).

6.—Les reconnaissances (voir § 3) transmises au bureau international avec les tableaux sont classées par administration.

Elles servent de base pour l'établissement de la liquidation de chacune des administrations intéressées. Dans cette liquidation doivent figurer :

a) Les sommes afférentes aux décomptes spéciaux portant sur les divers échanges ;

b) Le total des sommes résultant de tous les décomptes spéciaux par rapport à chacune des administrations intéressées ;

c) Les totaux des sommes dues à toutes les administrations créditrices pour chaque branche du service, ainsi que leur total général.

Ce total doit être égal au total du doit qui figure dans la récapitulation.

Au bas de la liquidation, la balance est établie entre le total du dois et le total de l'avoir résultant des tableaux adressés par les administrations au bureau international (voir § 3). Le montant net du doit ou de l'avoir doit être égal au solde débiteur ou au solde créditeur porté dans la balance générale. En outre, la liquidation statue sur le mode de liquidation, c'est-à-dire, qu'elle indique les administrations en faveur desquelles le paiement doit être effectué par l'administration débitrice.

Les liquidations doivent être transmises aux administrations intéressées par le bureau international, au plus tard, le 22 de chaque mois.

7.—Les soldes débiteurs ou créditeurs n'excédant pas 500 francs peuvent être reportés à la liquidation du mois suivant, à la condition toutefois que les administrations intéressées soient en rapport mensuel avec le bureau international. Il est fait mention de ce rapport dans les récapitulations et dans les liquidations pour les administrations créditrices et débitrices. L'administration débitrice fait parvenir, le cas échéant, à l'administration créditrice, une reconnaissance de la somme due, pour être portée au prochain tableau.

## XXXVII

### LANGUE

1.—Les feuilles d'avis, tableaux, relevés et autres formules à l'usage des administrations de l'Union pour leurs relations réciproques doivent, en règle générale, être rédigés en langue française, à moins que les administrations intéressées n'en disposent autrement par une entente directe.

2.—En ce qui concerne la correspondance de service, l'état de choses actuel est maintenu, sauf autre arrangement à intervenir ultérieurement et d'un commun accord entre les administrations intéressées.

## XXXVIII

## RESSORT DE L'UNION

Sont considérés comme appartenant à l'Union Postale Universelle:

1<sup>re</sup>, les bureaux de poste allemands établis à Apia (îles Samoa) et à Chang-Hai (Chine) comme relevant de l'administration des postes d'Allemagne;

2<sup>e</sup>, la principauté de Liechtenstein, comme relevant de l'administration des postes d'Autriche;

3<sup>e</sup>, l'Islande et les îles Féroë, comme faisant partie du Danemark;

4<sup>e</sup>, les possessions espagnoles de la côte septentrionale d'Afrique, comme faisant partie de l'Espagne; la République du Val d'Andorre, les établissements de poste de l'Espagne sur la côte occidentale du Maroc, comme relevant de l'administration des postes espagnoles;

5<sup>e</sup>, l'Algérie, comme faisant partie de la France; la principauté de Monaco et les bureaux de poste français établis à Tanger (Maroc), à Shang-Hai (Chine) et à Zanzibar, comme relevant de l'administration des postes de France; le Cambodge, l'Annam et le Tonkin, comme assimilés, quant au service postal, à la colonie française de Cochinchine;

6<sup>e</sup>, les agences postales que l'administration des postes de Gibraltar entretient à Tanger, Laraïche, Rabat, Casa-blanca, Saffi, Mazagan et Mogador (Maroc);

7<sup>e</sup>, les bureaux de poste que l'administration de la colonie anglaise de Hong-Kong entretient à Hoihow (Kiung-Schow), Canton, Swatow, Amoy, Foo-Chow, Ningpo, Shang-Hai et Hankow (Chine);

8<sup>e</sup>, les établissements de poste indiens d'Aden, de Zanzibar, de Mascate, du Golfe Persique et de Guadur, comme relevant de l'administration des postes de l'Inde Britannique;

9<sup>e</sup>, la République de Saint-Marin et les bureaux italiens de Tunis et de Tripoli, de barbarie, comme relevant de l'administration des postes d'Italie;

10<sup>e</sup>, les bureaux de poste que l'administration japonaise a établis à Shang-Hai (Chine), à Fusanpo, à Genzanshin et à Jinsen (Corée);

11<sup>e</sup>, le Grand-Duché de Finlande, comme faisant partie intégrante de l'Empire de Russie.

## XXXIX

## PROPOSITIONS FAITES DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser

aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent règlement.

2.— Toute proposition est soumise au procédé suivant:

Un délai de cinq mois est laissé aux administrations de l'Union pour examiner les propositions et pour faire parvenir au bureau international, le cas échéant, leurs observations, amendements ou contre-propositions. Les réponses sont réunies par les soins du bureau international et communiquées aux administrations avec l'invitation de se prononcer. Les administrations qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la seconde circulaire du bureau international leur notifiant les observations apportées, sont considérées comme s'abstenant.

3.— Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1<sup>re</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles III, IV, V, XII, XXVII, XXX, XXXI et XL;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles I, II, VIII, IX, XI, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII, XXXIV, XXXVI, XXXVII et XXXVIII;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit, soit de la modification des dispositions autres que celles indiquées ci-dessus, soit de l'interprétation des diverses dispositions du règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention.

4.— Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du bureau international à toutes les administrations de l'Union.

5.— Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après sa notification.

## XL

### DURÉE DU RÈGLEMENT

Le présent règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention du 4 juillet 1891. Il aura la même durée que cette Convention, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à Vienne, le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands: Dr. V. Stephan.— *Sachse.*— *Fritsch.*

Pour les États-Unis d'Amérique: N. M. Brooks.— William Potter.

Pour la République Argentine: Carlos Calvo.

Pour l'Autriche: Obentraut.— Dr. Hofmann.— Dr. Lilienau.— Habberger.



- Pour la Hongrie: *P. Heim.*— *S. Schrimpf.*  
 Pour la Belgique: *Lichtervelde.*  
 Pour la Bolivie:  
 Pour le Brésil: *Luis Betim Paes Leme.*  
 Pour la Bulgarie: *P. M. Mattheeff.*  
 Pour le Chili:  
 Pour la République de Colombie: *G. Michelsen.*  
 Pour l'Etat indépendant du Congo: *Stassin.*— *Lichtervelde.*—  
*Garant.*— *De Craenc.*  
 Pour la République de Costa-Rica:  
 Pour le Danemark et les colonies danoises: *Lund.*  
 Pour la République Dominicaine:  
 Pour l'Egypte: *Y. Saba.*  
 Pour l'Equateur:  
 Pour l'Espagne et les colonies espagnoles: *Federico Bas.*  
 Pour la France: *Montmarin.*— *J. de Selves.*— *Ansault.*  
 Pour les colonies françaises: *J. Gabrié.*  
 Pour la Grande-Bretagne et diverses colonies britanniques:  
*S. A. Blachwood.*— *H. Buxton Forman.*  
 Pour les colonies Britanniques d'Australasie:  
 Pour le Canada: *A. B. Paget.*  
 Pour l'Inde Britannique: *H. M. Kisch.*  
 Pour la Grèce: *J. Georgantas.*  
 Pour le Guatemala: *Dr. Gotthelf Meyer.*  
 Pour la République d'Haïti:  
 Pour le Royaume d'Hawai: *Eugène Borel.*  
 Pour la République du Honduras:  
 Pour l'Italie: *Emidio Chiaradia.*— *Felice Salivetto.*  
 Pour le Japon: *Indo.*— *Fujita.*  
 Pour la République de Libéria: *Bm. de Steim.*— *W. Koen-*  
*tzer.*— *C. Goedelt.*  
 Pour le Luxembourg: *Mongenast.*  
 Pour le Mexique: *L. Breton y Vedra.*  
 Pour le Monténégro: *Obentraut.*— *Dr. Hofmann.*— *Dr. Li-*  
*lienau.*— *Habberger.*  
 Pour le Nicaragua:  
 Pour la Norvège: *Thb. Heyerdahl.*  
 Pour le Paraguay:  
 Pour les Pays-Bas: *Hofstedc.*— *Baron van der Feltz.*  
 Pour les colonies neerlandaises: *Johs I. Perk.*  
 Pour le Pérou: *D. C. Urrea.*  
 Pour la Perse: *Genl. N. Semino.*  
 Pour le Portugal et les colonies portugaises: *Guilhermino Au-*  
*gusto de Barros.*  
 Pour la Roumanie: *Colonel A. Gorjean.*— *S. Dimitrescu.*  
 Pour la Russie: *Général de Besach.*— *A. Skalkowsky.*

---

\* Signature apposée, le 24 août 1891, par S. Ex. Mr. l'Ambassadeur de S. M. Britannique à Vienne.

Pour le Salvador : *Louis Kehlmann*.  
 Pour la Serbie : *Svetozar I. Gvozditich*. — *Et. W. Popovitch*.  
 Pour le Royaume de Siam : *Luang Suriya Nuvatr*. — *H. Keuchenius*.

Pour la République Sud-Africaine :  
 Pour la Suède : *E. von Krusenstjerna*.  
 Pour la Suisse : *Ed. Höhn*. — *C. Delessert*.  
 Pour la Régence de Tunis : *Montmarin*.  
 Pour la Turquie : *E. Petacci*. — *A. Fahri*.  
 Pour l'Uruguay : *Federico Susviela Guarch*. — *José G. Busto*.  
 Pour les États-Unis de Vénézuëla : *Carlos Matzenauer*.

## IV

### ARRANGEMENT CONCERNANT L'ÉCHANGE DES LETTRES ET DES BOÎTES AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Conclu entre l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, la République de Costa-Rica, le Danemark et les colonies danoises, l'Égypte, l'Espagne, la France et les colonies françaises, l'Italie, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, la Russie, le Salvador, la Serbie, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis et la Turquie.

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 19 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'arrangement suivant :

#### Article 1

1. — Il peut être expédié, de l'un des pays mentionnés ci-dessus pour un autre de ces pays, des lettres contenant des valeurs-papier déclarées et des boîtes contenant des bijoux et objets précieux déclarées avec assurance du montant de la déclaration.

La participation au service des boîtes avec valeur déclarée est limitée aux échanges entre ceux des pays adhérents dont les administrations sont convenues d'établir ce service dans leurs relations réciproques.

2. — Le poids maximum de boîtes est fixé à un kilogramme par envoi.

3. — Les divers offices, pour leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximum de déclaration de valeur qui, dans aucun cas, ne peut être inférieur à 10.000 francs par envoi, et il est entendu que les diverses administrations intervenant dans le transport ne sont engagées que jusqu'à concurrence du maximum qu'elles ont respectivement adopté.

4. — Les lettres et boîtes expédiées avec déclaration de valeur peuvent être grevées de remboursement jusqu'au montant de 500 francs, aux conditions admises par l'article 7 de la Convention principale.

## Article 2

1. — La liberté du transit est garantie sur le territoire de chacun des pays adhérents, et la responsabilité des offices qui participent à ce transport est engagée dans les limites déterminées par l'article 11 ci-après.

Il en est de même à l'égard du transport maritime effectué ou assuré par les offices des pays adhérents, pourvu toutefois que ces offices soient en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des paquebots ou bâtiments dont ils font emploi.

2. — A moins d'arrangement contraire entre les offices d'origine et de destination, la transmission des valeurs déclarées échangées entre pays non limitrophes s'opère à découvert et par les voies utilisées pour l'acheminement des correspondances ordinaires.

3. — L'échange de lettres et de boîtes contenant des valeurs déclarées entre deux pays qui correspondent, pour les relations ordinaires, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs pays non participant au présent arrangement, ou au moyen de services maritimes dégagé de responsabilité, est subordonné à l'adoption de mesures spéciales à concerter entre les administrations des pays d'origine et de destination, telles que l'emploi d'une voie détournée, l'expédition en dépêches closes, etc.

## Article 3

1. — Les frais de transit prévus par l'article 4 de la Convention principale sont payables par l'office d'origine aux offices qui participent au transport intermédiaire, à découvert ou en dépêches closes, des lettres contenant de valeurs déclarées.

2. — En port de 50 centimes par envoi est payable par l'office d'origine des boîtes de valeur déclarée à l'administration du pays de destination et, s'il y a lieu, à chacune des administrations participant au transport territorial intermédiaire. L'office d'origine doit payer, en outre, le cas échéant, un port de un franc à chacune des administrations participant au transport maritime intermédiaire.

3. — Indépendamment de ces frais et ports, l'administration du pays d'origine est redevable, à titre de droit d'assurance, envers l'administration du pays de destination et, s'il y a lieu, envers chacune des administrations participant au transit territorial avec garantie de responsabilité, d'un droit proportionnel de 5 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

4.— En outre s'il y a transport par mer avec la même garantie, l'administration d'origine est redevable, envers chacun des offices participant à ce transport, d'un droit d'assurance maritime de 10 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

#### Article 4

1.— La taxe des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées doit être acquittée à l'avance et se compose :

1<sup>o</sup>, pour les lettres, du port et du droit fixe applicables à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination, — port et droit acquis en entier à l'office expéditeur ; — pour les boîtes, d'un port de 50 centimes par pays participant au transport territorial et le cas échéant, d'un port de un franc par pays participant au transport maritime ;

2<sup>o</sup>, pour les lettres et les boîtes, d'un droit proportionnel d'assurance calculé, par 300 francs ou fraction de 300 francs déclarés à raison de 10 centimes pour les pays limitrophes ou reliés entre eux par un service maritime direct, et à raison de 25 centimes pour les autres pays ; avec addition, s'il y a lieu, dans l'un et l'autre cas, du droit d'assurance maritime prévu au dernier alinéa de l'article 3 précédent.

Toutefois, comme mesure de transition, est réservée à chacune des parties contractantes, pour tenir compte de ses convenances monétaires ou autres, la faculté de percevoir un droit autre que celui indiqué ci-dessus, moyennant que ce droit ne dépasse pas 1/2 pour cent de la somme déclarée.

2.— L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit, sans frais, au moment du dépôt, un récépissé sommaire de son envoi.

3.— Il est formellement convenu que, sauf dans le cas de ré-expédition prévu au paragraphe 2 de l'article 9 ci-après, les lettres et les boîtes renfermant des valeurs déclarées ne peuvent être frappées à la charge des destinataires d'aucun droit postal autre que celui de remise à domicile, s'il y a lieu.

#### Article 5

Les lettres de valeur déclarée échangées par les administrations postales entre elles sont admises à la franchise de port et de droit d'assurance dans les conditions déterminées par l'article 11, § 2, de la Convention principale.

#### Article 6

1.— L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées peut obtenir, aux conditions déterminées par l'article 6 de la Con-

vention principale en ce qui concerne les objets recommandés, qu'il lui soit donné avis de la remise de cet envoi au destinataire.

2.— Le produit du droit applicable aux avis de réception est acquis en entier à l'office du pays d'origine.

#### Article 7

1.— L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut le retirer du service ou en faire modifier l'adresse pour réexpédier cet envoi soit à l'intérieur du pays de destination primitif, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aussi longtemps qu'il n'a pas été livré au destinataire, aux conditions et sous les réserves déterminées, pour les correspondances ordinaires et recommandées, par l'article 9 de la Convention principale. Ce droit est limité, en ce qui concerne la modification des adresses, aux envois dont la déclaration ne dépasse pas 500 francs.

2.— Il peut de même demander la remise à domicile par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée, aux conditions et sous les réserves fixées par l'article 13 de ladite Convention.

Est toutefois réservée à l'office du lieu de destination la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivée de l'envoi au lieu de l'envoi lui-même, lorsque ses règlements intérieurs le comportent.

#### Article 8

1.— Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réellement insérée dans une lettre ou dans une boîte est interdite.

En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à l'indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

2.— Il est également interdit d'insérer dans les boîtes avec valeur déclarée, des lettres ou notes pouvant tenir lieu de correspondance, des monnaies ayant cours, des billets de banque ou valeurs quelconques au porteur, des titres et des objets rentrant dans la catégorie des papiers d'affaires.

Il n'est pas donné cours aux objets tombant sous le coup de cette interdiction.

#### Article 9

1.— Une lettre ou boîte de valeur déclarée réexpédiée, par suite du changement de résidence du destinataire, à l'intérieur du pays de destination, n'est passible d'aucune taxe supplémentaire.

2.— En cas de réexpédition sur un des pays contractants autre que le pays de destination, les droits d'assurance fixés par les paragraphes 3 et 4 de l'article 3 du présent arrangement sont perçus sur le destinataire, du chef de la réexpédition, au profit de chacun des offices intervenant dans le nouveau transport. Quand il s'agit d'une boîte avec valeur déclarée, il est perçu en outre le port fixé au § 2 de l'article 3 susvisé.

3.— La réexpédition par suite de fausse direction ou de mise en rebut ne donne lieu à aucune perception postale supplémentaire à la charge du public.

#### Article 10

1.— Les boîtes avec valeur déclarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou de destination, en ce qui concerne, à l'exportation, la restitution des droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2.— Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation, sont perçus sur les destinataires lors de la distribution. Si par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre cause, une boîte de valeur déclarée vient à être réexpédiée sur un autre pays participant à l'échange ou renvoyée au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas remboursables à la réexportation sont répétés d'office à l'office pour être recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

#### Article 11

1.— Sauf le cas de force majeure, lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire, a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, à moins que le dommage n'ait été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou ne provienne de la nature de l'objet, et sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas la somme déclarée.

2.— Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure, sont autorisés à percevoir de ce chef une surtaxe dans les limites tracées par le dernier alinéa du § 1 de l'article 4 du présent arrangement.

3.— L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette administration le recours contre l'administration responsable, c'est-à-dire, contre l'administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte ou la spoliation a eu lieu.

Dans le cas où l'office responsable aurait notifié à l'office expéditeur de ne point effectuer le paiement, il devrait rembourser à ce dernier office les frais qui seraient la conséquence du non-paiement.

4. — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

5. — Le paiement de l'indemnité par l'office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation. L'office responsable est tenu de rembourser, sans retard et au moyen d'une traite ou d'un mandat de poste, à l'office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

6. — Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du dépôt à la poste de la lettre portant déclaration; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7. — L'administration, pour le compte de laquelle est opéré le remboursement du montant des valeurs déclarées non parvenues à destination, est subrogée dans tous les droits du propriétaire.

8. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en cours de transport entre les bureaux d'échange de deux pays limitrophes, sans qu'il soit possible d'établir sur lequel des deux territoires le fait s'est accompli, les deux administrations en cause supportent le dommage par moitié.

Il en est de même en cas d'échange en dépêches closes, si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu sur le territoire ou dans le service d'un office intermédiaire non responsable.

9. — Les administrations cessent d'être responsables des valeurs déclarées continuées dans les envois dont les ayants droit ont donné reçu.

## Article 12

1. — Est réservé le droit de chaque pays d'appliquer, aux envois contenant des valeurs déclarées à destination ou provenant d'autres pays, ses lois ou règlements intérieurs, en tant qu'il n'y est pas dérogé par le présent arrangement.

2. — Les stipulations du présent arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de l'amélioration du service des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées.

## Article 13

Chacune des administrations des pays contractants peut, dans des circonstances extraordinaires de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des valeurs déclarées, tant à l'expédition qu'à la réception et d'une manière générale ou

partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'administration ou aux administrations intéressées.

#### Article 14

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 24 de la Convention principale, en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postale Universelle.

#### Article 15

Les administrations des postes des pays contractants règlent la forme et le mode de transmission des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées et arrêtent toutes les autres mesures de détail ou d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution du présent arrangement.

#### Article 16

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant le service des lettres et des boîtes avec valeur déclarée.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11 et 17;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent arrangement, autres que celles des articles 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16 et 17;

3°, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent arrangement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après sa notification.



## Article 17

1.— Le présent arrangement entrera en vigueur le 1<sup>er</sup> juillet 1892 et il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit, réservé à chaque pays, de se retirer de cet arrangement moyennant un avis donné un an à l'avance, par son gouvernement au gouvernement de la Confédération Suisse.

2.— Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers pays contractants ou entre leurs administrations, pour autant qu'elles ne sont pas conciliables avec les termes du présent arrangement, et sans préjudice des dispositions de l'article 12 précédent.

3.— Le présent arrangement sera ratifié aussitôt que faire so pourra. Les actes de ratification seront échangés à Vienne. En foi de quoi les plenipotentiaires des pays ci-dessous énumérés ont signé présent le arrangement à Vienne, le 4 juillet 1891

Pour l'Allemagne: *Dr. V. Stephan.*— *Sachse.*— *Fritsch.*

Pour la République Argentine: *Carlos Calvo.*

Pour la Belgique: *Lichtervelde.*

Pour le Brésil: *Luiz Betim Paes Leme.*

Pour la Bulgarie: *P. M. Mottheeff.*

Pour la République de Costa-Rica:

Pour le Danemark et les colonies danoises: *Lund.*

Pour l'Égypte: *Y. Saba.*

Pour l'Espagne: *Federico Bas.*

Pour l'Autriche: *Obentraut.*— *Dr. Hofmann.*— *Dr. Lilienau.*— *Habberger.*

Pour la Hongrie: *R. Heim.*— *S. Schrimpf.*

Pour la Norvège: *Thb. Heyerdahl.*

Pour les Pays-Bas: *Hofede.*— *Baron van der Feltz.*

Pour le Portugal et les colonies portugaises: *Guilhermino Augusto de Barros.*

Pour la Roumanie: *Colonel A. Gorjean.*— *S. Dimitrescu.*

Pour la Russie: *General de Besuch.*— *A. Skalkovski.*

Pour le Salvador: *Louis Kehlmann.*

Pour la France: *Montmarin.*— *J. de Selves.*— *Ansault.*

Pour les colonies françaises: *C. Gabriel.*

Pour l'Italie: *Emidio Chiaradia.*— *Felice Salivetto.*

Pour la République de Libéria: *B. de Stein.*— *W. Kocntzer.*— *C. Goedelt.*

Pour le Luxembourg: *Mongenast.*

Pour la Serbie: *Svetozar J. Gvozditich.*— *Et. W. Popovitch.*

Pour la Suède: *E. von Krusenstjerna.*

Pour la Suisse: *Ed. Höhn.*— *C. Delessert.*

Pour la Régence de Tunis: *Montmarin.*

Pour la Turquie: *E. Petacci.*— *A. Fahri.*

## V

## RÈGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR L'EXECUTION DE L'ARRANGEMENT, CONCERNANT L'ÉCHANGE DES LETTRES ET DES BOÎTES AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Conclue entre l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, la République de Costa-Rica, le Danemark et les colonies danoises, l'Égypte, l'Espagne, la France et les colonies françaises, l'Italie, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas, le Portugal et les colonies portugaises, La Roumanie, la Russie, le Salvador, la Serbie, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis et la Turquie.

Les soussignés, vu l'article 19 de la Convention principale et l'article 15 de l'arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclaré, ont au nom de leurs administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes pour assurer l'exécution du dit règlement.

## I

1.— Les administrations postales des pays adhérents qui entretiennent des services maritimes réguliers utilisés pour le transport des correspondances ordinaires, dans les ressorts de l'Union, désignent aux offices des autres pays adhérents ceux de ces services qui peuvent être affectés au transport des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées, avec garantie de responsabilité.

2.— Les administrations des pays contractantes se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé, savoir :

1<sup>o</sup>, la nomenclature des pays par rapport auxquelles elles peuvent respectivement servir d'intermédiaires pour le transport des lettres et des boîtes de valeur déclarés ;

2<sup>o</sup>, les voies ouvertes à l'acheminement desdits envois, à partir de leur entrée sur les territoires ou dans leurs services ;

3<sup>o</sup>, le montant, pour chaque destination, des sommes à leur bonifier, à titre de frais de transport, par l'office qui le transmet des boîtes ;

4<sup>o</sup>, le montant des droits d'assurance qui doivent leur être également bonifiés pour chaque destination, par l'office qui leur livre des lettres ou des boîtes à découvert.

3.— Des administrations des pays hors d'Europe et l'office ottoman ont la faculté de restreindre à certains bureaux le service des envois avec valeur déclarée. Des administrations

qui usent de cette faculté doivent notifier, aux autres offices participants, la liste de ceux de leurs bureaux à destinations desquels il peut être admis des envois avec valeur déclarée.

4.— Au moyen des tableaux A reçu de ses correspondants, chaque administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses valeurs déclarées et les droits à percevoir sur les expéditeurs d'après les conditions dans lesquelles s'effectue le transport intermédiaire.

5.— Chaque administration doit faire connaître directement, au premier office intermédiaire, quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer à découvert des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées.

## II

1.— Les lettres contenant des valeurs déclarées ne peuvent être admises que sous une enveloppe fermée au moyen de cachets en cire fine, espacés, reproduisant un signe particulier et appliquées en nombre suffisant pour retenir tous les plis d'enveloppe. Il est interdit d'employer des enveloppes à bords colorés.

2.— Chaque lettre doit, d'ailleurs, être conditionnée de manière qu'il ne puisse être porté atteinte à son contenu sans endommager extérieurement et visiblement l'enveloppe ou les cachets.

3.— Les timbres-poste employés à l'affranchissement doivent être espacés, afin qu'ils ne puissent servir à cacher les lésions de l'enveloppe. Ils ne doivent pas non plus être repliés sur les deux faces de l'enveloppe de manière à couvrir la bordure.

4.— Les bijoux ou objets précieux sont renfermés dans des boîtes en bois n'excédant pas 30 centimètres en longueur, 10 centimètres en largeur et 10 centimètres en hauteur, et dont les parois doivent avoir au moins 8 millimètres d'épaisseur.

5.— Les boîtes de valeur déclarée doivent être entourées d'un croisé de ficelle solide, sans nœuds, en dont les deux bouts sont réunis sous un cachet en cire fine portant une empreinte particulière. Les boîtes sont, en outre, scellées, sur les quatre faces latérales, de cachets identiques. Les faces supérieure et inférieure doivent être recouvertes de papier blanc, pour recevoir l'adresse du destinataire, la déclaration de la valeur et l'empreinte des timbres de service.

6.— Les lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées adressées sous des initiales, ou dont l'adresse est indiquée au crayon, ne sont pas admises.

## III

1.— La déclaration des valeurs doit être exprimée en francs et centimes ou dans la monnaie du pays d'origine, et être inscrite par l'expéditeur sur l'adresse de l'envoi en toutes lettres et en chiffres, sans rasure ni surchargé, même approuvés.

2.— Lorsque la déclaration est formulée en une monnaie autre que la monnaie de franc, l'office du pays d'origine est tenu d'en opérer la réduction en cette dernière monnaie, au pair en indiquant, par de nouveaux chiffres, placés à côté ou au-dessous des chiffres représentatifs du montant de la déclaration, l'équivalent de celle-ci en francs et centimes. Cette disposition n'est pas applicable aux relations directes entre pays ayant une monnaie commune.

3.— Les boîtes de valeur déclarée doivent être accompagnées de déclarations en douane conformes ou analogues au modèle Bici-joint, dans les relations qui comportent l'emploi de semblables déclarations. Il appartient aux administrations intéressées d'adresser une notification à ce sujet aux offices correspondants, et de leur indiquer le nombre des déclarations en douane à joindre aux envois.

#### IV

Les dispositions de l'article 13 de la Convention principale et de l'article XXX de son règlement de détail et d'ordre sont respectivement applicables en cas de demande, soit de remise par exprès, soit de retrait ou de changement d'adresse d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée.

#### V

Lorsque des circonstances fortuites ou les réclamations des intéressés viennent à révéler l'existence d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle insérée dans une lettre ou boîte, avis en est donné à l'administration du pays d'origine, dans le plus bref délai possible et, le cas échéant, avec les pièces de l'enquête à l'appui.

#### VI

1.— Le poids exact, en grammes, de chaque lettre ou boîte contenant des valeurs déclarées doit être inscrit sur l'envoi, par l'office d'origine à l'angle gauche supérieur de la suscription.

2.— L'envoi est, en outre, frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt et, le cas échéant, du timbre spécial en usage dans le pays d'origine pour les lettres ou boîtes contenant des valeurs déclarées.

3.— Le bureau destinataire applique, au verso, son propre timbre à la date de la réception.

#### VII

1.— La transmission des envois contenant des valeurs déclarées, entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen

d'un service maritime direct, est effectuée par ceux des bureaux d'échange que les deux offices correspondants désignent d'un commun accord à cet effet.

2.— Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs intermédiaires, les lettres et boîtes de valeur déclarée doivent toujours suivre la voie la plus directe et être livrées à découvert au premier office intermédiaire, si cet office est à même d'assurer la transmission dans les conditions déterminées par l'article 1 du présent règlement.

3.— Toutefois, est réservée aux offices correspondants la faculté de s'entendre, soit pour échanger des valeurs déclarées en dépêches closes au moyen des services d'un ou de plusieurs pays intermédiaires participant ou non à l'arrangement, soit pour assurer la transmission à découvert par des voies détournées, au cas où ce mode de transmission ne comporte pas, par la voie directe, la garantie de responsabilité sur tout le parcours.

### VIII

1.— Les lettres et les boîtes contenant des valeurs déclarées sont inscrites par le bureau d'échange expéditeur sur des feuilles d'envoi spéciales, conformes au modèle C annexé au présent règlement, avec tous les détails que ces formules comportent.

2.— Elles forment avec cette feuille un ou deux paquets spéciaux qui sont ficelés et enveloppés de papier solide, plus ficelés extérieurement et cachetés à la cire fine sur tous les plis, au moyen du cachet du bureau d'échange expéditeur. Ces paquets portent pour suscription les mots « valeurs déclarées » ou « lettres de valeur déclarées » et « boîtes de valeur déclarée », avec indication, au-dessous, du poids brut en grammes. Ils doivent être insérés au centre de la dépêche.

3.— La présence ou, s'il y a lieu, l'absence de tels paquets dans une dépêche est constatée au bas du tableau n. 1 de la feuille d'avis, sous le titre « Recommandation d'office » et, suivant le cas, par une note ainsi conçue : « Un paquet de valeurs déclarées, un paquet de lettres de valeur déclarée, un paquet de boîtes de valeur déclarée pesant... grammes » ; ou bien « Pas de valeurs déclarées à expédier ».

4.— Le paquet ou les paquets de valeur déclarée sont réunis par un crisé de ficelle au paquet des objets recommandés ; à ces paquets réunis est attachée extérieurement l'enveloppe spéciale renfermant la feuille d'avis.

5.— Toutes les fois qu'un des deux offices correspondants réclame la séparation, les boîtes de valeur déclarée doivent être décrites sur des formules C distinctes et être emballées séparément. En pareil cas, les paquets ou sacs renfermant les deux catégories d'envois de valeur déclarée sont réunis au paquet ou sac des objets recommandés.

6. — Les avis de réception des envois de valeur déclarée sont traités conformément aux dispositions des articles IX et XI du règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de la Convention principale.

7. — Les dispositions du présent article peuvent être modifiées d'un commun accord entre deux offices correspondants, dans les relations où ces dispositions seraient incompatibles avec le régime particulier de l'un d'eux.

## IX

1. — A la réception d'un paquet de valeur déclarée, le bureau d'échange destinataire commence par rechercher si ce paquet ne présente aucune irrégularité, soit dans son état ou sa confection extérieure, soit dans l'accomplissement des formalités auxquelles la transmission est soumise par l'article précédent. Il vérifie également le poids brut du paquet.

2. — Ce bureau procède ensuite à la vérification particulière des envois contenant des valeurs déclarées et, s'il y a lieu, à la constatation des manquants ou autres irrégularités, ainsi qu'à la rectification des feuilles d'envoi, en se conformant aux règles tracées pour les objets recommandés par l'article XIV du règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

3. — La constatation soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des administrations respectives, est opérée au moyen d'un procès-verbal qui est transmis, accompagné des enveloppes, ficelles et cachets du paquet, à l'administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange destinataire. Un double de ce document est en même temps adressé, sous recommandation d'office, à l'Administration centrale à laquelle ressortit le bureau d'échange expéditeur indépendamment du bulletin de vérification à transmettre immédiatement à ce bureau.

4. — Sans préjudice de l'application des dispositions du § 3, le bureau d'échange qui reçoit d'un bureau correspondant un envoi insuffisamment emballé ou avarié doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, en conservant autant que possible l'emballage primitif. En pareil cas, le poids de l'envoi doit être constaté avant et après le nouvel emballage.

## X

1. — Les lettres et les boîtes de valeur déclarée réexpédiées par suit de fausse direction sont acheminées sur leur destination par la voie la plus rapide dont peut disposer l'office réexpéditeur.

Lorsque la réexpédition entraîne restitution des envois de l'espèce à l'office expéditeur, les bonifications inscrites à la

feuille d'envoi de cet office sont annulées et le bureau d'échange réexpéditeur livre ces envois pour mémoire à son correspondant, après avoir signalé l'erreur par un bulletin de vérification.

Dans le cas contraire, et si les droits bonifiés à l'office réexpéditeur sont insuffisants pour couvrir sa part de ces droits et les frais de réexpédition qui lui incombent, il se crédite de la différence en forçant la somme inscrite à son avoir sur la feuille d'envoi du bureau d'échange expéditeur. Le motif de cette rectification est notifié audit bureau au moyen d'un bulletin de vérification.

2.— Les lettres et boîtes de valeur déclarée réexpédiées, par suite du changement de résidence des destinataires, sur un des pays contractants, sont frappées du timbre T par l'office réexpéditeur et grevées à la charge du destinataire, par l'office distributeur, d'une taxe représentant le droit revenant à ce dernier office et, s'il y a lieu, à chacun des offices intermédiaires.

Dans ce dernier cas, le premier office intermédiaire qui reçoit une valeur déclarée reexpédiée se crédite du montant de son droit *vis-à-vis* de l'office auquel il livre cet envoi, et ce dernier, à son tour, s'il n'est lui-même qu'un intermédiaire, répète sur l'office suivant son propre droit cumulé avec celui dont il a tenu compte à l'office précédent. La même opération se poursuit dans les rapports entre les différents offices participant au transport jusqu'à ce que l'envoi parvienne à l'office distributeur.

Toutefois, si les droits exigibles pour le parcours ultérieur d'un envoi réexpédié sont acquittés au moment de la réexpédition, cet envoi est traité comme s'il était adressé directement du pays reexpéditeur dans le pays de destination, et remis sans taxe au destinataire.

3.— Toute lettre ou boîte de valeur déclarée dont le destinataire est parti pour un pays non participant au présent arrangement, est renvoyée immédiatement en rebut au pays d'origine, pour être rendue à l'expéditeur, à moins que l'office de la première destination ne soit en mesure de la faire parvenir.

4.— Les envois de valeur déclarée qui sont tombés en rebut, pour quelque cause que ce soit, sont réciproquement renvoyés aussitôt après leur mise en rebut et par l'intermédiaire des bureaux d'échange respectifs. Ces envois sont inscrits pour mémoire sur la feuille spéciale C avec la mention « Rebut » dans la colonne d'observations et compris dans le paquet intitulé « Valeurs déclarées ».

5.— Si des boîtes de valeur déclarée réexpédiées sur un autre pays par suite de changement de résidence du destinataire, ou tombées en rebut, sont grevées de frais accessoires de vérification non remboursables lors de la réexpédition, le montant en est porté au débit de l'office correspondant, dans la colonne 9 de la feuille d'envoi, avec indication sommaire en regard, dans la colonne 10, de la nature des frais de l'espèce à recouvrer sur le destinataire ou sur l'expéditeur (droit de timbre, frais d'es-syage, etc.)

## XI

Jusqu'à preuve du contraire, l'administration qui a transmis une lettre ou une boîte contenant de valeurs déclarées à une autre administration, est déchargée de toute responsabilité par rapport à ces valeurs, si le bureau d'échange auquel la lettre ou la boîte a été livrée n'a pas fait parvenir, par le premier courrier, à l'administration expéditrice, un procès-verbal constatant l'absence ou l'altération soit du paquet entier des valeurs déclarées, soit de la lettre ou de la boîte elle-même.

## XII

Les prix dus à chaque office participant, conformément au premier paragraphe de l'article 3 de l'arrangement, pour le transit territorial ou maritime des lettres avec valeur déclarée, sont calculés dans les conditions fixées par l'article XXIV du règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

## XIII

1.— Chaque administration fait établir mensuellement, par chacun de ces bureaux d'échange et pour tous les envois reçus des bureaux d'échange d'un seul et même office, un état, conforme au modèle D annexé au présent règlement, des sommes inscrites sur chaque feuille d'envoi, soit à son crédit, pour sa part et celle de chacune des administrations intéressées, s'il a lieu, dans les taxes de transport (boîtes seulement) et dans les droits d'assurance perçus par l'office expéditeur ; soit à son débit, pour la part revenant aux offices intermédiaires, en cas de réexpédition ou de mise en rebut, dans les droits postaux et les frais de vérification à recouvrer sur les destinataires ou sur les expéditeurs.

2.— Les états D sont ensuite récapitulés par le soins de la même administration dans un compte conforme au modèle E, également annexé au présent règlement.

3.— Ce compte, accompagné des états partiels, des feuilles d'envoi et, s'il y a lieu, des bulletins de vérification y afférents, est soumis à l'examen de l'office correspondant dans le courant du mois qui suit celui auquel il se rapporte.

4.— Les comptes mensuels, après avoir été vérifiés et acceptés de part et d'autre, sont résumés dans un compte général annuel par les soins de l'administration créditrice, sauf autre arrangement à prendre par les offices intéressés.

5.— La liquidation du compte général des valeurs déclarées s'opère en même temps que celle du compte annuel des frais de transit afférents aux correspondances ordinaires ; les soldes des deux comptes dont il s'agit sont réduits par balance, toutes les fois qu'ils sont respectivement contraires.



## XIV

1.— Les administrations se communiquent réciproquement par l'intermédiaire du bureau international et trois mois avant la mise à exécution de l'arrangement, savoir :

1<sup>re</sup>, le tarif des droits d'assurance applicable dans leur service aux lettres et aux boîtes de valeur déclarée pour chacun des pays contractants, en conformité de l'article 4 de l'arrangement et de l'article I du présent règlement ;

2<sup>e</sup>, le cas échéant, l'empreinte du timbre spécial en usage dans leur service pour les valeurs déclarées ;

3<sup>e</sup>, le maximum jusqu'à concurrence duquel elles admettent les valeurs déclarées, par application de l'article premier de l'arrangement.

2.— Toute modification apportée ultérieurement à l'égard de l'un ou l'autre des trois points ci-dessus mentionnés doit être notifiée, sans retard, de la même manière.

## XV

1.— Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par intermédiaire du bureau international, des propositions pour la modification ou l'interprétation du présent règlement.

2.— Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XXXIX du règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

3.— Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1<sup>re</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de addition de nouveaux articles, de la modification du présent article ou de l'article XVI ;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles II, III, VI, VII, VIII, IX, XI et XII ;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4.— Les résolutions valables sont consacrées par une simple modification du bureau international à toutes les administrations de l'Union.

5.— Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois au moins après sa modification.

## XVI

Le présent règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'arrangement. Il aura la même durée que cet arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à Vienne, le 4 juillet 1891.

- Pour l'Allemagne: *Dr. V. Stephan.*— *Sachse.*— *Fritsch.*  
 Pour la République Argentine: *Carlos Calvo.*  
 Pour l'Autriche: *Obentraut.*— *Dr. Hofmann.*— *Dr. Lilienau.*  
 — *Habberger.*  
 Pour la Hongrie: *P. Heim.*— *S. Schrimpf.*  
 Pour la Belgique: *Lichtervelde.*  
 Pour la France: *Montmarin.*— *J. de Selves.*— *Ansault.*  
 Pour les colonies françaises: *G. Gabrié.*  
 Pour l'Italie: *Emidio Chiaradia.*— *Felice Salivetto.*  
 Pour la République de Libéria: *B. de Stein.*— *W. Koentzer.*  
 — *C. Goedelt.*  
 Pour le Luxembourg: *Mongenast.*  
 Pour la Norvège: *Thh. Heyerdahl.*  
 Pour les Pays-Bas: *Hofstede.*— *Baron van der Feltz.*  
 Pour le Portugal et les colonies portugaises: *Guilhermino Augusto de Barros.*  
 Pour le Brésil: *Luiz Betim Paes Leme.*  
 Pour la Bulgarie: *P. M. Mattheeff.*  
 Pour la République de Costa-Rica:  
 Pour le Danemark et les colonies danoises: *Lund.*  
 Pour l'Egypte: *Y. Saba.*  
 Pour l'Espagne: *Federico Bas.*  
 Pour la Roumanie: *Colonel A. Gorgean.*— *S. Dimitrescu.*  
 Pour la Russie: *Général de Besch.*— *A. Shalkovsky.*  
 Pour le Salvador: *Louis Kehlmann.*  
 Pour la Serbie: *Svetozar J. Gozvlitch.*— *Et. W. Popovitch.*  
 Pour la Suède: *E. von Krusenstjerna.*  
 Pour la Suisse: *Ed. Hühn.*— *C. Delessert.*  
 Pour la Régence de Tunis: *Montmarin.*  
 Pour la Turquie: *E. Petacci.*— *A. Fahri.*

## VI

## ARRANGEMENT CONCERNANT LE SERVICE DES MANDATS DE POSTE

Conclu entre l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la République de Costa-Rica, le Danemark et les colonies danoises, l'Égypte, la France et les colonies françaises, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, le Salvador, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie et l'Uruguay.

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements des pays ci-dessus dénommés,

Vu l'article 19 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'arrangement suivant:

## Article 1

L'échange des envois de fonds par la voie de la poste et au moyen de mandats, entre ceux des pays contractants dont les administrations conviennent d'établir ce service, est régi par les dispositions du présent arrangement.

## Article 2

1. — En principe, le montant des mandats doit être versé par les déposants et payé aux bénéficiaires en numéraire; mais chaque administration a la faculté de recevoir et d'employer, elle-même, à cet effet, tout papier-monnaie ayant cours légal dans son pays, sous réserve de tenir compte, le cas échéant, de la différence de cours.

2. — Aucun mandat ne peut excéder la somme de 500 francs effectifs ou une somme approximative dans la monnaie respective de chaque pays.

3. — Sauf arrangement contraire les administrations intéressées, le montant de chaque mandat est exprimé dans la monnaie métallique du pays où le paiement doit avoir lieu.

L'administration du pays d'origine détermine également, s'il a lieu, le cours à payer par l'expéditeur, lorsque ce pays et le pays de destination possèdent le même système monétaire.

4. — Est réservé à chacun des pays contractants le droit de déclarer transmissible par voie d'endossement, sur son territoire, la propriété de mandats de poste provenant d'un autre de ces pays.

## Article 3

1. — La taxe générale à payer par l'expéditeur pour chaque envoi de fonds effectué en vertu de l'article précédent est fixée, valeur métallique, à 25 centimes par 25 francs ou fraction de 25 francs, ou à l'équivalent dans la monnaie respective des pays contractants, avec faculté d'arrondir les fractions, le cas échéant.

Sont exempts de toute taxe les mandats d'office relatifs au service des postes et échangés entre les administrations postales.

2. — L'administration qui a délivré des mandats tient compte, à l'administration que les a acquittés, d'un droit de 1/2 pour cent du montant total des mandats payés, abstraction faite des mandats d'office.

3. — Les mandats de poste et les acquits donnés sur ces mandats, de même que les récépissés délivrés aux déposants, ne peuvent être soumis, à la charge des expéditeurs ou des destinataires des fonds, à un droit ou à une taxe quelconque en sus de la taxe perçue en vertu du paragraphe 1<sup>er</sup> du présent article, sauf toutefois le droit de factage pour le payement à domicile, s'il y a lieu.

4. — L'expéditeur d'un mandat peut obtenir un avis de payement de ce mandat, en acquittant d'avance, au profit exclusif de l'administration du pays d'origine, un droit fixe égal à celui qui est perçu dans ce pays pour les avis de réception des correspondances recommandées.

5. — L'expéditeur d'un mandat de poste peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse tant que ce mandat n'a pas été livré au destinataire, aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires par l'article 9 de la Convention principale.

6. — L'expéditeur peut également demander la remise des fonds à domicile, par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée du mandat, aux conditions fixées par l'article 13 de la dite Convention.

7. — Est toutefois réservée à l'office du pays de destination la faculté de faire remettre par exprès, au lieu des fonds, un avis d'arrivée du mandat ou le titre lui-même, lorsque ses règlements intérieurs le comportent.

## Article 4

1. — Les mandats de poste peuvent être transmis par le télégraphe, dans les relations entre les offices dont les pays sont reliés par un télégraphe d'Etat ou qui consentent à employer à cet effet la télégraphie privée ; ils sont qualifiés, en ces cas, de mandats télégraphiques.

2. — Les mandats télégraphiques peuvent, comme les télégrammes ordinaires et aux mêmes conditions que ces derniers, être soumis aux formalités de l'urgence, de la réponse payée, du

collationement, de l'accusé de réception, de la transmission par la poste ou de la remise par exprès. Ils peuvent, en outre, donner lieu à des demandes d'avis de paiement à délivrer et à expédier par la poste.

3.— L'expéditeur d'un mandat télégraphique doit payer :

a) la taxe ordinaire des mandats de poste et, si un avis de paiement est demandé, le droit fixe de cet avis ;

b) la taxe du télégramme.

4.— Les mandats télégraphiques ne sont grevés d'aucuns frais autres que ceux prévus au présent article, ou que ceux qui peuvent être perçus en conformité des règlements télégraphiques internationaux.

#### Article 5

Par suite du changement de résidence du bénéficiaire, les mandats ordinaires peuvent être réexpédiés d'un des pays participant à l'arrangement sur un autre de ces pays. Lorsque le pays de la nouvelle destination a un autre système monétaire que le pays de la destination primitive, la conversion du montant du mandat en monnaie du premier de ces pays est opérée par le bureau réexpéditeur, d'après le taux convenu pour les mandats à destination de ce pays et émanant du pays de la destination primitive. Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition, mais le pays de la nouvelle destination touche en tout cas à son profit la quote-part de taxe qui lui serait dévolue si le mandat lui avait été primitivement adressé, même dans le cas où, par suite d'un arrangement spécial conclu entre le pays d'origine et le pays de la destination primitive, la taxe effectivement perçue serait inférieure à la taxe prévue par l'article 3 du présent arrangement.

#### Article 6

1.— Les administrations des postes des pays contractants dressent, aux époques fixées par le règlement ci-après, les comptes sur lesquels sont récapitulées toutes les sommes payées par leurs bureaux respectifs, et ces comptes, après avoir été débattus et arrêtés contradictoirement, sont soldés, sauf arrangement contraire, en monnaie d'or du pays créancier, par l'administration qui est reconnue redevable envers une autre, dans le délai fixé par le même règlement.

2.— A cet effet, lorsque les mandats ont été payés dans des monnaies différentes, la créance la plus faible est convertie en même monnaie que la créance la plus forte, en prenant pour base de la conversion le taux moyen du change dans la capitale du pays débiteur, pendant la période à laquelle le compte se rapporte.

3.— En cas de non-paiement du solde d'un compte dans les délais fixés, le montant de ce solde est productif d'intérêts, à

dater du jour de l'expiration desdits délais, jusqu'au jour où le paiement a lieu. Ces intérêts sont calculés à raison de 5 % l'an et son portés au débit de l'administration retardataire sur le compte suivant.

#### Article 7

1.— Les sommes converties en mandats de poste sont garanties aux déposants, jusqu'au moment où elles ont été régulièrement payées aux destinataires ou aux mandataires de ceux-ci.

2.— Les sommes encaissées par chaque administration, en échange de mandats de poste dont le montant n'a pas été réclamé par les ayants droit dans les délais fixés par les lois ou règlements du pays d'origine, sont définitivement acquises à l'administration qui a délivré ces mandats.

#### Article 8

Les stipulations du présent arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de l'amélioration du service des mandats de poste internationaux.

#### Article 9

Chaque administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des mandats internationaux, d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'administration ou aux administrations intéressées.

#### Article 10

Les pays de l'Union qui n'ont pris point part au présent arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande, et dans la forme prescrite par l'article 24 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postale Universelle.

#### Article 11

Les administrations des postes des pays contractants désignent, chacune pour ce qui la concerne, les bureaux qui doivent délivrer et payer les mandats à émettre en vertu des articles précédents. Elles régissent la forme et le mode de transmission des mandats, la forme des comptes désignés à l'article 6, et tout autre mesure de détail ou d'ordre nécessaire pour assurer l'exécution du présent arrangement.

## Article 12

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant le service des mandats de poste.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1<sup>re</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles, ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 6 et 13 ;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles des articles précités ;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent arrangement, sauf le cas de litige prévu par l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après notification.

## Article 13

1. — Le présent arrangement entrera en vigueur le 1 juillet 1892.

2. — Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé à chaque pays de se retirer de cet arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son gouvernement au gouvernement de la Confédération Suisse.

3. — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers gouvernements ou administrations des parties contractantes, pour autant qu'elles ne seraient pas conciliables avec les termes du présent arrangement, le tout sans préjudice des droits réservés par l'article 8.

4. — Le présent arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Vienne.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent arrangement à Vienne le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne : Dr. V. *Stephan*. — *Sachse*. — *Fritsch*.

Pour la République Argentine : *Carlos Calvo*.

Pour la Belgique : *Lichterfeldt*.

Pour le Brésil : *Luis Betim Paes Leme*.

- Pour la Bulgarie : *P. M. Mattheeff*.  
 Pour le Chili :  
 Pour la République de Costa-Rica :  
 Pour le Danemark et les colonies danoises : *Lund*.  
 Pour l'Égypte : *Y. Saba*.  
 Pour la France : *Montmarin*.— *J. de Selves*.— *Ansault*.  
 Pour les colonies françaises : *G. Gabrié*.  
 Pour l'Italie : *Emidio Chiaradia*.— *Felice Salivetto*.  
 Pour le Japon : *Indo*.— *Fujita*.  
 Pour la République de Libéria : *B. de Steim*.— *W. Koentzer*.  
 — *C. Goedelt*.  
 Pour le Luxembourg : *Mongenast*.  
 Pour l'Autriche : *Obentraut*.— *Dr. Hofmann*.— *Dr. Lilienau*.— *Habberger*.  
 Pour la Hongrie : *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.  
 Pour la Norvège : *Thb. Heyerdahl*.  
 Pour les Pays-Bas : *Hofstede*.— *Baron von der Feltz*.  
 Pour les colonies néerlandaises : *Johs I. Perk*.  
 Pour le Portugal et les colonies portugaises : *Guilhermino Augusto de Barros*.  
 Pour la Roumanie : *Colonel A. Gorjean*.— *S. Dimitrescu*.  
 Pour le Salvador : *Louis Kehlmann*.  
 Pour le Royaume de Siam : *Luang Suriya Nuvatr*.— *H. Keuchenius*.  
 Pour la Suède : *E. von Krusenstjerna*.  
 Pour la Suisse : *Ed. Höhn*.— *C. Delessert*.  
 Pour la Régence de Tunis : *Montmarin*.  
 Pour la Turquie : *E. Petacci*.— *A. Fahri*.  
 Pour l'Uruguay : *Federico Susviela Guarch*.— *José G. Busto*.

## VII

### RÈGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR L'EXÉCUTION DE L'ARRANGEMENT

Conclu entre l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la République de Costa-Rica, le Danemark et les colonies danoises, l'Égypte, la France et les colonies françaises, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, le Salvador, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie et l'Uruguay.

Les soussignés, vu l'article 19 de la Convention principale et l'article 11 de l'arrangement concernant l'échange des mandats de poste, ont, au nom de leurs administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes pour assurer l'exécution dudit arrangement :



## I

Un récépissé, bulletin de dépôt ou déclaration de versement des sommes en échange desquelles un mandat de poste international est émis, doit être délivré sans frais au déposant, dans la forme adoptée par chaque administration.

## II

1.— Les mandats de poste internationaux sont établis sur une formule conforme ou analogue au modèle A annexé au présent règlement.

2.— Les formules de mandats qui ne sont pas imprimées en langue française doivent porter une traduction sublinéaire dans cette langue, et les inscriptions manuscrites que leur texte comporte doivent être formulés en chiffres arabes et en caractères romains, suivant le cas, sans rasure ni surcharge, même approuvées.

3.— Il est interdit de consigner sur les mandats d'autres annotations que celles que comporte la contexture des formules. Par contre, l'expéditeur a le droit d'ajouter, sur le coupon, des communications quelconques destinées au bénéficiaire du mandat.

## III

1.— Les mandats télégraphiques sont rédigés par le bureau de poste qui a reçu le dépôt des fonds, et adressés au bureau de poste qui doit en opérer le paiement.

2.— Ils peuvent porter une communication particulière de l'expéditeur au destinataire.

3.— Les mandats télégraphiques sont rédigés comme suit:

|                                                                                                                  |              |                                                                                                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Indications éventuelles (en toutes lettres ou d'après les abréviations autorisées dans le service télégraphique) |              | Urgent (D), Réponse payée (R P), Collationnement (T C), Accusé de réception (C R), Poste recommandée (P R), Exprès payé (X P). Exprès. |
| Mandat                                                                                                           |              | (Numéro postal d'émission.)                                                                                                            |
| Postes.....                                                                                                      |              | (Nom du bureau de poste de destination.)                                                                                               |
|                                                                                                                  |              | (Avis de paiement s'il a lieu.)                                                                                                        |
| Monsieur                                                                                                         | paie         | (Nom de l'envoyeur et montant de la somme transmise exprimé en chiffres en toutes lettres dans la monnaie du pays de destination.)     |
| Madame                                                                                                           |              |                                                                                                                                        |
| Mademoiselle                                                                                                     |              |                                                                                                                                        |
|                                                                                                                  | Monsieur     | (Désignation exacte du ou de la destinataire, de sa résidence et, s'il est possible, de son domicile.)                                 |
| Pour                                                                                                             | Madame       |                                                                                                                                        |
|                                                                                                                  | Mademoiselle |                                                                                                                                        |

Les indications qui précèdent doivent toujours figurer dans les formules de mandats télégraphiques dans l'ordre ci-dessus.

Lorsque les mandats télégraphiques sont émis par des bureaux de poste de localités non dotées d'un service télégraphique, le lieu d'émission de ces mandats doit être indiqué dans les télégrammes immédiatement après le numéro d'émission, de la manière suivante : « Mandat . . . . . de . . . . . »

De même, les mandats télégraphiques originaires de localités pourvues de plusieurs bureaux de poste doivent porter la désignation précise du bureau de poste d'origine, lorsque ce bureau n'est pas chargé du service télégraphique.

4.— Les divers offices, pour leurs services respectifs, ont la faculté d'autoriser les bureaux télégraphiques de localités pourvues d'un ou de plusieurs bureaux de poste à recevoir de l'envoyeur et à payer au lieu de destination le montant des mandats télégraphiques.

5.— La répétition partielle est obligatoire (répétition de bureau à bureau des noms propres et des nombres).

6.— Le bureau de poste expéditeur adresse sous enveloppe, à titre confirmatif et par le plus prochain courrier postal, au bureau de poste destinataire, une copie ou un avis d'émission du mandat télégraphique, conforme ou analogue au modèle B annexé au présent règlement. Cette copie est rattachée, par ce dernier bureau, à l'original acquitté par le bénéficiaire.

#### IV

1.— Les mandats sont transmis à découvert, ou, sur la demande de l'office destinataire, dans une enveloppe conforme au modèle C annexé au présent règlement.

2.— Les mandats à comprendre dans chaque dépêche sont réunis en un seul paquet, après subdivision, s'il y a lieu, en autant de liasses qu'il y a de pays destinataires.

#### V

1.— Lorsqu'un mandat est soumis à la réexpédition dont il fait mention à l'article 5 de l'arrangement et que le pays de la destination primitive et le pays de la nouvelle destination ont des systèmes monétaires différents, le bureau réexpéditeur biffe d'un trait de plume les indications du montant du mandat, y compris l'indication supérieure de la rubrique *Bon pour*, de manière, toutefois, à laisser reconnaître les inscriptions primitives. Après avoir réduit la valeur d'émission en monnaie du pays de la nouvelle destination, ledit bureau inscrit le montant résultant de la conversion, en toutes lettres et à un endroit convenable de la formule du mandat, mais autant que possible immédiatement au-dessus de l'indication primitive de ce montant en toutes lettres. La nouvelle inscription portée sur le mandat est signée par l'agent de service. Ce même procédé doit être suivi en cas de réexpéditions ultérieures.

2.— Les demandes de réexpédition ou de renvoi son enregistrées, pour mémoire, par le premier bureau de destination, et, le cas échéant, par les bureaux destinataires ultérieurs. Le bureau qui opère la réexpédition d'un mandat dans les conditions prévues ci-dessus en donne avis au bureau d'émission.

## VI

Les dispositions de l'article 13 de la Convention principale et de l'article XXX du règlement de détail et d'ordre de la Convention principale son respectivement applicables, en cas de demande, soit de remise par exprès, soit de retrait ou de changement d'adresse d'un mandat de poste.

Toutefois, la reproduction exacte des notes écrites sur le coupon n'est pas requise pour le *fac-simile* du mandat.

## VII

1.— Les mandats de poste dont le paiement n'a pu être effectué par l'une des causes suivantes :

1<sup>re</sup>, indication inexacte, insuffisante ou douteuse du nom ou domicile des bénéficiaires ;

2<sup>e</sup>, différences ou omissions de noms ou de sommes ;

3<sup>e</sup>, ratures ou surcharges dans les inscriptions ;

4<sup>e</sup>, omissions de timbres, de signatures ou d'autres indications de service ;

5<sup>e</sup>, indication du montant à payer dans une monnaie autre que celle du pays de destination ou, le cas échéant, que la monnaie admise à cet effet par les administrations correspondantes ;

6<sup>e</sup>, emploi de formules non réglementaires ;

7<sup>e</sup>, absence, pour les mandats télégraphiques, de l'accomplissement de l'une ou de plusieurs des formalités prévues par l'article III du présent règlement ;

sont régularisés par les soins de l'administration qui les a émis.

2.— A cet effet, ces mandats sont renvoyés sous recommandation d'office, le plus tôt possible au bureau d'origine par le bureau de destination. Les deux administrations postales en cause doivent être averties de ce renvoi et de la suite donnée.

3.— Si le destinataire d'un mandat irrégulier, ordinaire ou télégraphique, le désire et offre de payer tous les frais, les irrégularités qui s'opposent au paiement de ce mandat peuvent être régularisées par la voie télégraphique.

4.— Les mandats télégraphiques dont le titre confirmatif seul est parvenu, mais dont le télégramme fait défaut, ne doivent pas être payés au simple vu de la première de ces pièces. Avant tout, il y a lieu de réclamer le télégramme.

5.— Dans le cas où les télégrammes rectificatifs ont été motivés par une erreur imputable au service, la taxe de ces télégrammes doit être remboursée à qui de droit.

## VIII

1.—Les mandats sont valables pendant un délai de deux mois à partir du premier jour du mois qui suit le mois de leur émission. Ce délai est porté à six mois dans les relations avec les pays hors d'Europe ou de ces pays entre eux, sauf arrangement contraire entre les offices intéressés.

2.—Passé ce terme, ils ne peuvent plus être payés que sur un visa pour date donné par l'administration qui les a émis et à la requête de l'administration dont dépend le bureau destinataire.

3.—Le visa pour date doit être inscrit sur le titre même, et donne au mandat une nouvelle durée de validité égale à celle prévue au § 1 du présent article.

4.—Les mandats dont le paiement n'a pas été réclamé en temps utile sont renvoyés aussitôt après l'expiration du délai de validité ordinaire par l'administration qui en est dépositaire à l'administration du pays d'origine.

## IX

1.—Les mandats non payés aux destinataires sont remboursés aux envoyeurs aussitôt que l'administration du pays d'origine est rentrée en possession de ces mandats.

2.—Les mandats égarés, perdus ou détruits peuvent être remplacés, sur la demande de l'envoyeur ou du destinataire, par des autorisations de paiement que délivre l'administration du pays d'origine, après avoir constaté, d'accord avec l'administration du pays de destination, que le mandat n'a été ni payé, ni remboursé.

Aucune nouvelle taxe n'est exigée pour les autorisations de paiement.

3.—Lorsque le remboursement d'un mandat égaré, perdu ou détruit est demandé par l'envoyeur, celui-ci doit fournir, avec son récépissé, bulletin de dépôt ou déclaration de versement, une attestation du destinataire portant que le mandat n'a pas été aliéné, qu'il ne lui est pas parvenu ou qu'il a été adiré ou détruit après réception.

L'administration du pays d'origine accorde le remboursement après s'être assurée que l'office de destination n'a pas payé et ne payera pas le mandat.

## X

1.—Le paiement des mandats est régi par les dispositions en vigueur dans le service intérieur de l'office de destination, auquel incombe la responsabilité des paiements sur faux acquit.

2.—Pour dégager sa responsabilité à l'égard de tout mandat payé par lui, cet office doit être en mesure d'établir: 1<sup>re</sup>, que ses règlements comportent toutes les garanties nécessaires pour la constatation de l'identité du destinataire; 2<sup>e</sup>, que le paiement a eu lieu dans les conditions prescrites par lesdits règlements.

## XI

1.— Lorsque l'expéditeur d'un mandat ordinaire demande à recevoir avis du paiement de ce mandat, le bureau d'origine oppose sur le titre le timbre-poste représentant le droit fixe perçu de ce chef. Il annule ce timbre-poste par l'inscription très apparente des mots: «Avis de paiement».

2.— S'il s'agit d'un mandat télégraphique, le timbre-poste représentant la taxa due de ce chef est appliqué sur la copie ou l'avis d'émission.

3.— Le bureau payeur adresse, le jour même du paiement, au bureau d'origine, chargé d'en faire la remise au déposant, un avis conforme ou analogue au modèle D annexé au présent règlement.

## XII

1.— Chaque administration dresse, à la fin de chaque mois, pour chacune des autres administrations, un compte particulier conforme au modèle E annexé au présent règlement et sur lequel sont récapitulés et, autant que possible, classés par ordre alphabétique des noms des bureaux d'émission, tous les mandats payés par ces propres bureaux, pour le compte de l'office correspondant, pendant le mois précédent.

2.— Elle inscrit également sur ce compte le montant du droit qui lui revient, en vertu du § 2 de l'article 3 de l'arrangement, sur les mandats payés par ses bureaux.

3.— Le compte particulier, accompagné des mandats payés et quittancés, est transmis sans retard à l'administration correspondante.

4.— A défaut des mandats payés, un compte particulier négatif est adressé à l'administration correspondante.

## XIII

1.— Quinze jours, au plus tard, après la vérification et l'acceptation des comptes réciproques, la balance est faite dans un compte général que dresse l'administration créditrice (sauf autre arrangement entre les offices intéressés), en se conformant pour la conversion des monnaies, s'il y a lieu, au § 2 de l'article 6 de l'arrangement.

2.— Le compte général doit être arrêté dans un délai de deux mois après l'expiration du mois auquel il se rapporte. Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays situés hors d'Europe ou de ces pays entre eux.

3.— Sauf arrangement contraire, la différence formant le solde du compte est payée au moyen des traites payables à vue ou à courte échéance sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créateur, en monnaie métallique de ce pays et sans aucune perte pour lui, les frais du paiement restant à la charge de l'office débiteur.

Ces traites peuvent être exceptionnellement tirées sur un autre pays, à la condition que les frais d'escompte soient à la charge de l'office débiteur.

4.— Ce paiement doit être effectué, au plus tard, quinze jours après que le compte général a été contradictoirement arrêté. Toute administration qui se trouve à découvert, *vis-à-vis* d'une autre administration, d'une somme supérieure à 50.000 francs, a le droit de réclamer, même avant la clôture du compte, un acompte ou solde provisoire jusqu'à concurrence des trois quarts du montant de sa créance. Le cas échéant il doit être satisfait à sa demande dans le délai de huit jours.

#### XIV

1.— Les administrations des pays contractants doivent se communiquer réciproquement, par l'intermédiaire du bureau international de l'Union Postale Universelle et trois mois, au moins, avant la mise à exécution de l'arrangement, savoir:

1<sup>re</sup>, le tarif et, s'il y a lieu, le taux de conversion monétaire ou le cours qu'elles appliquent en exécution de l'article 2 de l'arrangement ;

2<sup>e</sup>, la nomenclature de ceux de leurs bureaux respectifs qu'elles autorisent à émettre et à payer des mandats internationaux ou l'avis que tous leurs bureaux participent à ce service ;

3<sup>e</sup>, un exemplaire du mandat qu'elles emploient ;

4<sup>e</sup>, l'orthographe des noms de nombre, de 1 à 500, qui peuvent être écrits en toutes lettres, dans leur langue respective, sur les mandats émis par elles ;

5<sup>e</sup>, la durée des délais après lesquels leur législation respective attribue définitivement à l'Etat le montant des mandats dont le paiement n'a pas été réclamé par les ayants droit ;

6<sup>e</sup>, le cas échéant, l'avis de leur participation, à l'échange des mandats télégraphiques ;

7<sup>e</sup>, la liste des pays avec lesquels elles échangent des mandats de poste.

2.— Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre des sept points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard de la même manière.

#### XV

1.— Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau internationaux des propositions, concernant les dispositions du présent règlement.

2.— Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XXXIX du règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1<sup>re</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles II, X et XVI du présent règlement ;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles I, III, IV, V, VI, IX et XI ;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du bureau international à toutes les administrations de l'Union.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après sa notification.

## XVI

1. — Le présent règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'arrangement.

2. — Il aura la même durée que cet arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé, d'un commun accord, entre les parties intéressées.

Fait à Vienne, le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne: Dr. V. Stephan. — *Sachse.* — *Fritsch.*

Pour la République Argentine: *Carlos Calvo.*

Pour l'Autriche: *Obentraut.* — Dr. *Hofmann.* — Dr. *Lilienau.*  
— *Hubberger.*

Pour la Hongrie: *P. Heim.* — *S. Schrimpf.*

Pour la Belgique: *Lichtervelde.*

Pour le Brésil: *Luiz Betim Paes Leme.*

Pour la Bulgarie: *P. M. Matheeff.*

Pour le Chili:

Pour la République de Costa Rica:

Pour le Danemark et les colonies danoises: *Lund.*

Pour l'Égypte: *Y. Saba.*

Pour la France: *Montmarin.* — *J. de Selves.* — *Ansault.*

Pour les colonies françaises: *G. Gabrié.*

Pour l'Italie: *Emidio Chiaradia.* — *Felice Salivetto.*

Pour le Japon: *Indo.* — *Fujita.*

Pour la République de Liberia: *B. de Steim.* — *W. Koentzer.*  
— *C. Goedelt.*

Pour le Luxembourg: *Mongenast.*

Pour la Norvège: *Thb. Heyerdahl.*

Pour les Pays-Bas: *Hofstede.* — *Baron van der Feltz.*

Pour les colonies néerlandaises: *Johs I. Perk.*

Pour le Portugal et les colonies portugaises: *Guilhermino Augusto de Barros.*

Pour la Roumanie: Colonel A. Gorjean. — *S. Dimitrescu.*

Pour le Salvador: *Louis Kehlmann*.

Pour le Royaume de Siam: *Luang Suriya Nuvatr*.— *H. Kucheni*.

Pour la Suède: *E. von Krusenstjerna*.

Pour la Suisse: *Ed. Höhn*.— *C. Delessert*.

Pour la Régence de Tunis: *Montmarin*.

Pour la Turquie: *E. Petacci*.— *A. Fahri*.

Pour l'Uruguay: *Federico Susviela Guarch*.— *José G. Busto*.

## VIII

### CONVENTION CONCERNANT L'ÉCHANGE DES COLIS POSTAUX

Conclue entre l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, le Danemark et les colonies danoises, l'Égypte, l'Espagne, la France et les colonies françaises, la Grèce, l'Italie, la République de Libéria, le Luxembourg, le Monténégro, la Norvège, le Paraguay, les Pays Bas et les colonies néerlandaises, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, le Salvador, la Serbie, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie, l'Uruguay et les États-Unis de Vénézuéla.

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements ci-dessus énumérés, vu l'article 19 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté la Convention suivante:

#### Article 1

I.— Il peut être expédié, sous la denomination de colis postaux de l'un des pays mentionnés ci-dessus par un autre de ces pays, des colis avec ou sans valeur déclaré, jusqu'à concurrence de 5 kilogrammes. Les colis peuvent être gravés de remboursement.

Par exception, il est loisible à chaque pays:

a) de limiter à 3 kilogrammes le poids des colis à admettre dans son service;

b) de ne pas se charger des colis avec déclaration de valeur, des colis grevés de remboursement, ni des colis encombrants.

Chaque pays fixe, en ce qui le concerne, la limite supérieure de déclaration de valeur et du remboursement, laquelle ne peut, en aucun cas, descendre au-dessous de 500 francs.

Dans les relations entre deux ou plusieurs pays qui ont adopté des *maxima* différents, c'est la limite la plus basse qui doit être réciproquement observée.

2.— Le règlement d'exécution détermine les autres conditions auxquelles les colis sont admis au transport, et définit notamment les colis qui doivent être considérés comme encombrants.



## Article 2

1.— La liberté du transit est garantie sur le territoire de chacun des pays adhérents, et la responsabilité des offices qui participent au transport est engagée dans les limites déterminées par l'article 13 ci-après.

2.— A moins d'arrangement contraire entre les offices intéressés, la transmission des colis postaux échangés entre pays non limitrophes s'opère à découvert.

## Article 3

1.— L'administration d'un pays d'origine est redevable, envers chacune des administrations participant au transit territorial, d'un droit de 50 centimes par colis.

2.— En outre, s'il a un ou plusieurs transports maritimes, l'administration du pays d'origine doit à chacun des offices dont les services participent au transport maritime un droit dont le taux est fixé, par colis, savoir :

à 25 centimes, pour tout parcours n'excédant pas 500 milles marins;

à 50 centimes, pour tout parcours supérieur à 500 milles marins, mais n'excédant pas 1.000 milles marins ;

à 1 franc, pour tout parcours supérieur à 1.000 milles marins, mais n'excédant pas 3.000 milles marins ;

à 2 francs, pour tout parcours supérieur à 3.000 milles marins, mais n'excédant pas 6.000 marins ;

à 3 francs, pour tout parcours supérieur à 6.000 milles marins.

Ces parcours sont calculés, le cas échéant, d'après la distance moyenne entre les ports respectifs des deux pays correspondants.

3.— Pour les colis encombrants, les bonifications fixées par les paragraphes 1 et 2 précédents sont augmentées de 50 %.

4.— Indépendamment de ces frais de transit, l'administration du pays d'origine est redevable, à titre de droit d'assurance par les colis avec valeur déclarée, envers chacune des administrations participant au transit territorial ou maritime avec responsabilité, d'un droit proportionnel égal à celui perçu pour les lettres avec valeur déclarée.

## Article 4

L'affranchissement des colis postaux est obligatoire.

## Article 5

1.— Le taxe des colis postaux se compose d'un droit comprenant, pour chaque colis, autant de fois 50 centimes, ou l'équivalent dans la monnaie respective de chaque pays, qu'il y a d'offices participant au transport territorial, avec addition, s'il

y a lieu, du droit maritime prévu par le § 2 de l'article 3 précédent et des taxes et droits mentionnés dans les paragraphes ci-après. Des équivalents sont fixés par le règlement d'exécution.

2. — Les colis encombrants sont soumis à une taxe additionnelle de 50 % qui est arrondie, s'il y a lieu, par 5 centimes.

3. — Pour les colis avec valeur déclarée, il est ajouté un droit d'assurance égal à celui qui est perçu pour les lettres avec valeur déclarée.

4. — Il est perçu, sur l'expéditeur d'un colis grevé de remboursement, une taxe spéciale qui ne peut pas dépasser 20 centimes par fraction indivisible de 20 francs du montant de remboursement.

L'office d'origine bonifie à l'office de destination un demi pour cent du montant de chaque remboursement, en forçant des fractions de demi-décime (5 centimes) au demi-décime entier. La quote-part de l'office destinataire ne doit jamais être inférieure à 10 centimes par remboursement.

5. — Comme mesure de transition, chacun des pays contractants a la faculté d'appliquer aux colis postaux provenant ou à destination de ses bureaux une surtaxe de 25 centimes colis.

Exceptionnellement, cette surtaxe peut être élevée à 75 centimes au *maximum* pour la République Argentine, le Brésil, le Chili, la Colombie, les colonies néerlandaises, le Paraguay, la Perse, Salvador, Siam, la Suède, la Turquie d'Asie, l'Uruguay et la Vénézuëla.

6. — Le transport entre la France continentale, d'une part, l'Algérie et la Corse, de l'autre, donne également lieu à une surtaxe de 25 centimes par colis.

7. — L'envoyeur d'un colis postal peut obtenir un avis de réception de cet objet, en payant d'avance un droit fixe de 25 centimes, au *maximum*. Ce droit est acquis en entier à l'administration du pays d'origine.

## Article 6

L'office expéditeur bonifie pour chaque colis :

a) à l'office destinataire, 50 centimes, avec addition, s'il y a lieu, des surtaxes prévues aux paragraphes 2, 5 et 6 de l'article 5 précédent, de la quote-part du droit de remboursement fixée au paragraphe 4 de cet article et d'un droit de 5 centimes pour chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs de valeur déclarée ;

b) éventuellement, à chaque office intermédiaire, les droits fixés par l'article 3.

## Article 7

Il est loisible au pays de destination de percevoir, pour le factage et pour l'accomplissement des formalités en douane, un

droit dont le montant total ne peut pas excéder 25 centimes par colis. Sauf arrangement contraire entre les offices intéressés, cette taxe est perçue du destinataire au moment de la livraison du colis.

#### Article 8

1. — Les colis sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après leur arrivée, dans les pays de l'Union dont des administrations conviennent de se charger de ce service dans leurs relations réciproques.

Ces envois, qui sont qualifiés «*expres*,» sont soumis à une taxe spéciale; cette taxe est fixée à 59 centimes et doit être entièrement acquittée d'avance par l'expéditeur, en sus du port ordinaire, que le colis puisse, ou non, être remis en destination ou seulement signalé par *expres* dans le pays de destination. Elle fait partie des bonifications dévolues à ce pays.

2. — Lorsque le colis est destiné à une localité dépourvue de bureau de poste, l'office destinataire peut percevoir, pour la remise du colis ou pour l'avis invitant le destinataire à venir le retirer, une taxe supplémentaire pouvant s'élever jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par *expres* dans son service intérieur, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur ou de son équivalent dans la monnaie du pays que perçoit cette taxe supplémentaire.

3. — La remise ou l'envoi d'un avis d'invitation au destinataire n'est essayé qu'une seule fois. Après un essai infructueux, le colis cesse d'être considéré comme *expres* et sa remise s'effectue dans les conditions requises pour les colis ordinaires.

4. — Si un colis de l'espèce est, par suite de changement de domicile du destinataire, réexpédié à un autre pays sans que la remise par *expres* ait été tentée, la taxe fixe payée par l'expéditeur est bonifiée au nouveau pays de destination, si celui-ci a consenti à se charger de la remise par *expres*; dans le cas contraire, cette taxe reste acquise à l'office du pays de la première destination, de même qu'en ce qui concerne les colis tombés en rebut.

#### Article 9

1. — Les colis auxquels s'applique la présente Convention ne peuvent être frappés d'aucun droit postal autre que ceux prévus par les articles 3, 5 et 7 précédents et par l'article 11 ci-après.

2. — Les droits de douane doivent être acquittés par les destinataires des colis. Toutefois, dans les relations entre offices qui se sont mis d'accord à cet égard, les expéditeurs peuvent prendre à leur charge les droits dont il s'agit, moyennant déclaration préalable au bureau de départ. Dans ce cas, ils doivent payer successivement, sur la demande qu'en fera le bureau de destination, les sommes indiquées par ce dernier.

## Article 10

1.— L'expéditeur d'un colis postal peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances par l'article 9 de la Convention principale avec cette addition que, si l'expéditeur demande le renvoi ou la réexpédition d'un colis, il est tenu à garantir d'avance le paiement du port dû pour la nouvelle transmission.

2.— Chaque administration est autorisée à restreindre le droit de modification d'adresse aux colis dont la déclaration de valeur ne dépasse pas 500 francs.

## Article 11

1.— La réexpédition d'un pays sur un autre de colis postaux, par suite de changement de résidence des destinataires, ainsi que le renvoi des colis postaux tombés en rebut, donne lieu à la perception supplémentaire des taxes fixées par les §§ 1, 2, 3, 5 et 6 de l'article 5, à la charge des destinataires ou, le cas échéant, des expéditeurs, sans préjudice du remboursement des droits de douane ou autres frais spéciaux (frais de magasinage, frais de formalités en douane, etc.)

2.— En cas de réexpédition d'un colis brevété de remboursement, à bonifier par l'office d'origine à l'office de la première destination, doit être attribuée par le dit office à celui de la destination définitive.

## Article 12

1.— Il est interdit d'expédier par la voie de la poste des colis contenant, soit des lettres ou des notes ayant le caractère de correspondance, soit des objets dont l'admission n'est pas autorisée par les lois ou règlements de douane ou autres. Il est également interdit d'expédier des espèces monnayées, des matières d'or et d'argent et autres objets précieux, dans les colis sans valeur déclarée à destination des pays qui admettent la déclaration de valeur. Toutefois, il est permis d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite aux énonciations constitutives de la facture.

2.— Dans le cas où un colis tombant sous l'une de ces prohibitions est livré par l'une des administrations de l'Union à une autre administration de l'Union, celle-ci procède de la manière et dans les formes prévues par sa législation et par ses règlements intérieurs.

## Article 13

1.— Sauf le cas de force majeure, lorsqu'un colis postal a été perdu, spolié ou avarié, l'expéditeur et, à défaut ou sur la de-

mande de celui-ci, le destinataire a droit à une indemnité correspondant au moment réel de la perte ou de l'avarie, sans toutefois que cette indemnité puisse dépasser, pour les colis ordinaires, 15 francs ou 25 francs suivant que leur poids n'excède pas ou excède trois kilogrammes, et pour les colis avec valeur déclarée, le montant de cette valeur.

L'expéditeur d'un colis perdu a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition.

2.— Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à prélever de ce chef, sur les colis avec valeur déclarée, une surtaxe dans les conditions déterminées par l'article 11, § 2, de l'arrangement concernant l'échange des lettres et boîtes de valeur déclarée.

3.— L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette administration le recours contre l'administration responsable, c'est-à-dire, contre l'administration sur le territoire où dans le service de laquelle la perte, spoliation ou avarie a eu lieu.

Dans le cas où l'office responsable aurait notifié à l'office expéditeur de ne point effectuer le paiement, il devrait rembourser à ce dernier office les frais qui seraient la conséquence du non-paiement.

4.— Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'administration qui, ayant reçu le colis sans faire d'observation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'administration suivante.

5.— Le paiement de l'indemnité par l'office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an, à partir du jour de la réclamation. L'office responsable est tenu de rembourser sans retard, à l'office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

6.— Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du dépôt du colis à la poste ; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7.— Si la perte ou l'avarie a eu lieu en cours de transport entre les bureaux d'échange de deux pays limitrophes, sans qu'il soit possible d'établir sur lequel des deux territoires le fait s'est accompli, les deux administrations en cause supportent le dommage par moitié.

8.— Les administrations cessent d'être responsables des colis postaux dont les ayants droit ont pris livraison.

#### Article 14

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu d'un colis est interdite. En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à une indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

## Article 15

Chaque administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des colis postaux d'une manière générale ou partielle, à la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'administration ou aux administrations intéressées.

## Article 16

La législation intérieure de chacun des pays contractants demeure applicable en tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans la présente Convention.

## Article 17

1.— Les stipulations de la présente Convention ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des conventions spéciales, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de l'amélioration du service des colis postaux.

2.— Toutefois les offices des pays participant à la présente Convention, qui entretiennent un échange de colis postaux avec des pays non contractants, admettent tous les autres offices participants à profiter de ces relations pour l'échange des colis postaux avec ces derniers pays.

## Article 18

1.— Les pays de l'Union Postale Universelle qui n'ont point pris part à la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 23 de la Convention principale, en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postal Universelle.

2.— Toutefois, si le pays qui désire adhérer à la présente Convention réclame la faculté de percevoir une surtaxe supérieur à 25 centimes par colis, le gouvernement de la Confédération Suisse soumet la demande d'adhésion à tous les pays contractants. Cette demande est considérée comme admise si, dans le délai de six mois, aucune objection n'a été présentée.

## Article 19

Les administrations des postes des pays contractants désignent les bureaux ou localités qu'elles admettent à l'échange international des colis postaux ; elles règlent le mode de transmission

de ces colis et arrêtent toutes les autres mesures de détail et d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution de la présente Convention.

#### Article 20

La présente Convention est soumise aux conditions de revision déterminées par l'article 25 de la Convention principale.

#### Article 21

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant le service des colis postaux.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé au § 2 de l'article 26 de la convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, ces propositions doivent réunir, savoir :

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles 1, 2, 3, 4; 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 20 et 22 de la présente Convention ;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la présente Convention autres que celles des articles précités et du présent article ;

c) la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la présente Convention, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une déclaration administrative, selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

Toute modification ou résolution n'est exécutoire que deux mois au moins après sa notification.

#### Article 22

1. — La présente Convention sera mise à exécution le 1<sup>er</sup> juillet 1892.

2. — Elle aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit laissé à chaque partie contractante de se retirer de cette Convention moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son gouvernement ou gouvernement de la Confédération Suisse.

3. — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution de la présente Convention, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers pays contractants ou entre

leurs administrations, pour autant qu'elles ne seraient pas conciliables avec les termes de la présente Convention, et sans préjudice des droits réservés par les articles 16 et 17 précédents.

4.— La présente Convention sera ratifiée aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Vienne.

En foi de quoi les plénipotentiaires des pays ci-dessous énumérés ont signé la présente Convention à Vienne le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne: Dr. V. Stephan.— *Sachse*.— *Fritsch*.

Pour la République Argentine: *Carlos Calvo*.

Pour l'Autriche: *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*.

— *Habberger*.

Pour la Hongrie: *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.

Pour le Danemark et les colonies danoises: *Lund*.

Pour l'Égypte: *Y. Saba*.

Pour l'Espagne: *Federico Bas*.

Pour la France: *Montmarin*.— *J. de Selves*.— *Ansault*.

Pour les colonies françaises: *G. Gabrić*.

Pour la Grèce: *J. Georgantas*.

Pour l'Italie: *Emidio Chiaradia*.— *Felice Salivetto*.

Pour la République de Libéria: *B. de Steim*.— *W. Koentzer*.

*C. Goedelt*.

Pour le Luxembourg: *Mongenast*.

Pour le Monténégro: *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*.— *Habberger*.

Pour la Norvège: *Thb. Heyerdahl*.

Pour le Paraguay:

Pour la Belgique: *Lichtervelde*.

Pour le Brésil: *Luiz Betim Paes Leme*.

Pour la Bulgarie: *P. M. Mattheeff*.

Pour le Chili:

Pour la République de Colombie: *G. Michelsen*.

Pour la République de Costa-Rica:

Pour les Pays-Bas: *Hofstede*.— *Baron van der Feltz*.

Pour les colonies néerlandaises: *John I. Perk*.

Pour le Portugal et les colonies portugaises: *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour la Roumanie: Colonel *A. Gorjean*.— *S. Dimitrescu*.

Pour le Salvador: *Louis Kehlmann*.

Pour la Serbie: *Stetozar J. Gvozditich*.— Et. *W. Popovitch*.

Pour le Royaume de Siam: *Luang Suriya Nuvatr*.— *H. Keuchenius*.

Pour la Suède: *E. von Krusenstjerna*.

Pour la Suisse: *E. Höhn*.— *C. Delessert*.

Pour la Régence de Tunis: *Montmarin*.

Pour la Turquie: *E. Petacci*.— *A. Fahri*.

Pour l'Uruguay: *Federico Susviela Guarch*.— *José G. Busto*.

Pour les États-Unis de Venezuela: *Carlos Matzenauer*.



## IX

## PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature de la Convention conclue à la date de ce jour, relativement à l'échange des colis postaux, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit.

Tout pays où la poste ne se charge pas actuellement du transport des petits colis et qui adhère à la Convention susmentionnée, aura la faculté d'en faire exécuter les clauses par les entreprises de chemins de fer et de navigation. Il pourra en même temps limiter ce service aux colis provenant ou à destination de localités desservies par ces entreprises.

L'administration postale de ce pays devra s'entendre avec les entreprises de chemins de fer et de navigation pour assurer la complète exécution, par ces dernières, de toutes les clauses de la Convention, spécialement pour organiser le service d'échange à la frontière.

Elle leur servira d'intermédiaire pour toutes leurs relations avec les administrations postales des autres pays contractants et avec le bureau international.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent protocole final, qui aura la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans la Convention, et ils l'ont signé sur un exemplaire qui restera déposé aux archives du gouvernement autrichien et dont une copie sera remise à chaque partie.

Vienne, le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne: Dr. V. Stephan. — Sachse. — Fritsch.

Pour la République Argentine: Carlos Calvo.

Pour l'Autriche: Obentraut. — Dr. Hofmann. — Dr. Lilienau. — Habberger.

Pour la Hongrie: P. Heim. — S. Schrimpf.

Pour la Belgique: Lichtervelde.

Pour le Brésil: Luiz Betim Paes Leme.

Pour la Bulgarie: P. M. Mattheeff.

Pour le Chili:

Pour la République de Colombie: G. Michelsen.

Pour la République de Costa Rica:

Pour le Danemark et les colonies danoises: Lund.

Pour l'Egypte: Y. Saba.

Pour l'Espagne: Federico Bas.

Pour la France: Montmarin. — J. de Selves. — Ansault.

Pour les colonies françaises: G. Gabrié.

Pour la Grèce: J. Georgantas.

Pour la Serbie: Svetozar J. Gvozditich. — Et. W. Popovitch.

Pour le Royaume de Siam: Luang Suriya Nuvatr. — H. Keuchentius.

Pour la Suède: E. von Krusenstjerna.

- Pour la Suisse : *Ed. Hohn.* — *C. Delessert.*  
 Pour l'Italie : *Emidio Chiaradia.* — *Felice Salivetto.*  
 Pour la République de Libéria : *B. de Stein.* — *W. Koentzer.*  
 — *C. Goedelt.*  
 Pour le Luxembourg : *Mongenast.*  
 Pour le Montenegro : *Obentraut.* — *Dr. Hofmann.* — *Dr. Lilienau.*  
 — *Habberger.*  
 Pour la Norvège : *Thb. Heyerdahl.*  
 Pour le Paraguay :  
 Pour les Pays-Bas : *Hofstede.* — *Baron van der Feltz.*  
 Pour les colonies néerlandaises : *Johs I. Perk.*  
 Pour le Portugal et les colonies portugaises : *Guilhermino Augusto de Barros.*  
 Pour la Roumanie : *Colonel A. Gorjean.* — *S. Dimitrescu.*  
 Pour le Salvador : *Louis Kehlmann.*  
 Pour la Régence de Tunis : *Montmarin.*  
 Pour la Turquie : *E. Petacci.* — *A. Fahri.*  
 Pour l'Uruguay : *Federico Susviela Guarch.* — *José G. Busto.*  
 Pour les E'tats-Unis de Venezuela : *Carlos Matsenaüer.*

## X

### RÈGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR L'EXÉCUTION DE LA CONVENTION CONCERNANT L'ÉCHANGE DES COLIS POSTAUX

Conclu entre l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la République de Colombie, la République de Costa Rica, le Danemark et les colonies danoises, l'Égypte, l'Espagne, la France et les colonies françaises, la Grèce, l'Italie, la République de Libéria, le Luxembourg, le Montenegro, la Norvège, le Paraguay, les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, le Salvador, la Serbie, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie, l'Uruguay, et les E'tats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 19 de la Convention principale et l'article 19 de la Convention concernant l'échange des colis postaux, ont, au nom de leurs administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de la dite Convention :

## I

1. — Les administrations postales des pays contractants qui entretiennent des services maritimes réguliers désignent, aux offices des autres pays contractants, ceux de ces services qui peuvent être affectés au transport des colis postaux, en indiquant les distances.

2.— Les administrations des pays contractants se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé, savoir :

a) la nomenclature des pays par rapport auxquels elles peuvent respectivement servir d'intermédiaires pour le transport des colis postaux ;

b) les voies ouvertes à l'acheminement des dits colis, à partir de l'entrée sur leurs territoires ou dans leurs services ;

c) le total des frais qui doivent leur être bonifiés de ce chef, pour chaque destination, par l'office qui leur livre les colis.

3.— Au moyen des tableaux A reçus de ces correspondants, chaque administration détermine les voies à employer pour la transmission de ces colis postaux et les taxes à percevoir sur les expéditeurs, d'après les conditions dans lesquelles s'effectue le transport intermédiaire.

4.— Chaque administration doit, en outre, faire connaître directement au premier office intermédiaire quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer des colis postaux.

5.— Chaque administration doit communiquer aux administrations contractants quels sont les objets dont l'admission dans son pays n'est pas autorisée par les lois ou règlements.

## II

1.— En exécution de l'article 5, paragraphe 1, de la Convention concernant les colis postaux, les administrations des pays contractants qui n'ont pas le franc pour unité monétaire perçoivent leurs taxes d'après les équivalents ci-dessous :

| PAYS                        | 50 CENTIMES              | 25 CENTIMES         |
|-----------------------------|--------------------------|---------------------|
| Allemagne.....              | 40 pfennig.....          | 20 pfennig.         |
| Protectorats allemands:     |                          |                     |
| Afrique Orientale.....      |                          |                     |
| Camérout.....               | 40 pfennig.....          | 20 pfennig.         |
| Nouvelle Guinée.....        |                          |                     |
| Togo.....                   |                          |                     |
| République Argentine.....   | 16 centavos.....         | 8 centavos.         |
| Autriche-Hongrie.....       | 35 keuzer.....           | 13 keuzer.          |
| Brésil.....                 | 200 réis.....            | 100 réis.           |
| Chili.....                  | 10 centavos.....         | 5 centavos.         |
| Colombie.....               | 10 centavos.....         | 5 centavos.         |
| Danemark.....               | 35 øre.....              | 18 øre.             |
| Antilles Danoises.....      | 10 cents.....            | 5 cents.            |
| Egypte.....                 | 2 piastres.....          | 1 piastre.          |
| Liberia.....                | 10 cents.....            | 5 cents.            |
| Montenegro.....             | 20 soldi.....            | 10 soldi.           |
| Norvège.....                | 35 øre.....              | 18 øre.             |
| Pays-Bas.....               | 25 cents.....            | 12 1/2 cents.       |
| Colonies néerlandaises..... | 25 cents.....            | 12 1/2 cents.       |
| Paraguay.....               | 10 centavos.....         | 5 centavos.         |
| Portugal.....               | 100 réis.....            | 50 réis.            |
| Salvador.....               | 10 centav. de peso.....  | 5 centav. de peso   |
| Siam.....                   | 15 atts.....             | 7 1/2 atts.         |
| Suède.....                  | 35 øre.....              | 10 øre.             |
| Turquie.....                | 2 piast. (80 paras)..... | 1 piast. (40 paras) |
| Uruguay.....                | 10 centesimos.....       | 5 centesimos.       |

2. — En cas de changement du système monétaire dans l'un des pays susmentionnés, l'administration de ce pays doit s'entendre avec l'administration des postes suisses pour modifier les équivalents ci-dessus ; il appartient à cette dernière administration de faire notifier la modification à tous les autres offices de l'Union par l'intermédiaire du bureau international.

3. — Toute administration a la faculté de recourir, si elle le juge nécessaire, à l'entente prévue au paragraphe précédent en cas de modification importante dans la valeur de sa monnaie.

### III

1. — Sont considérés comme encombrants :

- a) les colis dépassant 1<sup>m</sup>,50<sup>cm</sup> dans un sens quelconque ;
- b) les colis qui, par leur forme, ne se prêtent pas facilement au chargement avec d'autres colis qui sont volumineux ou qui demandent des précautions spéciales, tels que : plantes et arbustes en paniers, cages vides ou refermant des animaux vivants, boîtes à cigares vides en fardeaux, cartons et boîtes à chapeaux en bois, meubles, vannerie, jardinières, voitures d'enfants, rouets, vélocipèdes, etc.

2. — Est réservée aux administrations intéressées la faculté de limiter à 60 centimètres le *maximum* de dimension dans un sens quelconque des colis postaux échangés avec les pays qui n'admettent pas les colis encombrants. Est réservée, en outre, aux offices qui assurant des transports par mer la faculté de limiter à 20 décimètres cubes le volume des colis destinés à être transmis par leurs services maritimes.

3. — En ce qui concerne le calcul exact du volume, du poids ou de la dimension des colis postaux, la manière de voir du bureau expéditeur doit être considérée comme prévalant, sauf erreur évidente.

### IV

Sont exclus du transport les colis contenant des matières explosibles ou inflammables, etc., en général, les articles dangereux.

Est réservée aux administrations intéressées la faculté de s'entendre sur le transport des capsules et des cartouches métalliques chargées pour les armes à feu portatives et des éléments de fusées d'artillerie inexplosibles.

Ces objets doivent être solidement emballés à l'intérieur et à l'extérieur dans des caisses ou des barils et être déclarés tant sur le bulletin d'expédition que sur l'envoi même.

### V

1. — Pour être admis au transport, tout colis doit :

- 1<sup>er</sup>, porter l'adresse exacte du destinataire ; les adresses au crayon ne sont pas admises. Lorsqu'il s'agit de colis contenant

des espèces monnayées, des matières d'or ou d'argent ou d'autres objets précieux, cette adresse doit être écrite sur l'emballage même du colis ;

2<sup>e</sup>, être emballé d'une manière qui réponde à la durée du transport et qui preserve suffisamment le contenu. L'emballage doit être tel qu'il soit impossible de porter, atteinte au contenu, sans laisser une trace apparente de violation ;

3<sup>e</sup>, être scellé par un cachet à la cire, par un plomb ou par un autre moyen, avec empreinte ou marque spéciale de l'expéditeur ;

4<sup>e</sup>, en cas de déclaration de valeur, porter cette déclaration sur l'adresse en francs et centimes ou dans la monnaie du pays d'origine, sans rature ni surcharge, même approuvées. Lorsque la déclaration est formulée en une monnaie autre que la monnaie de franc, l'expéditeur ou l'office du pays d'origine est tenu d'en opérer la réduction en cette dernière monnaie, au pair, en indiquant, par des nouveaux chiffres placés à côté ou au-dessous des chiffres représentatifs du montant de la déclaration, l'équivalent de celle-ci en francs et centimes.

2.—Les liquides et les corps gras facilement liquéfiables sont expédiés dans un double récipient. Entre le premier (bouteille, flacon, pot, boîte, etc.) et le second (boîte en métal ou en bois résistant) est ménagé, autant que possible, un espace qui doit être rempli de sciure, de son ou de toute autre matière absorbante. Cet emballage se recommande particulièrement pour les envois à destination de pays d'outre-mer.

## VI

1.— Chaque colis doit être accompagné d'un bulletin d'expédition et de déclarations en douane conformes ou analogues aux modèles B et C ci-joints. Les administrations se renseignent réciproquement sur le nombre de déclarations en douane à fournir pour chaque destination.

L'expéditeur peut ajouter sur le coupon du bulletin d'expédition des communications relatives à l'envoi, à la condition, toutefois que la législation du pays d'origine ou de destination n'y soit pas contraire.

2.— Un seul bulletin d'expédition et, si les lois douanières ne s'y opposent pas, une seule déclaration en douane peuvent servir à plusieurs colis, jusqu'au nombre de trois, émanant du même expéditeur et destinés à la même personne, à condition qu'aucun de ces colis ne soit de remboursement et que les colis avec déclaration de valeur ne soient pas réunis à des colis sans valeur déclarée.

3.— Les formules de bulletins d'expédition qui ne sont pas imprimées en langue française doivent porter une traduction sublinéaire dans cette langue.

4.— Les bulletins d'expédition accompagnant les colis avec valeur déclarée doivent porter, pour chaque colis, l'empreinte du cachet qui a servi à fermer l'envoi, ainsi que l'indication de la

valeur déclarée d'après les règles mentionnées sous le chiffre 4° de l'article V du présent règlement.

Le poids exact en kilogrammes et grammes de chaque colis avec valeur déclarée doit être inscrit, par l'office d'origine, tant sur l'adresse du colis que sur le bulletin d'expédition à la place à ce réservée dans cette formule.

5.— Les administrations contractantes déclinent toute responsabilité quant à l'exactitude des déclarations en douane.

## VII

1.— Chaque colis, ainsi que le bulletin d'expédition qui s'y rapporte, doit être revêtu d'une étiquette conforme ou analogue au modèle D ci-annexé, et indiquant le numéro de l'enregistrement et le nom du bureau de dépôt.

2.— Le bulletin d'expédition est, en outre, frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt.

3.— Chaque colis avec valeur déclarée ou remboursement doit porter une étiquette rouge, avec indication « Valeur déclarée » ou « Remboursement » en caractères latins.

4.— Les colis à remettre par exprès sont, de même que leur bulletin d'expédition, frappés d'un timbre ou revêtus d'une étiquette portant en gros caractères le mot: « Exprès ».

5.— Lorsque les colis contiennent des espèces monnayées, des matières d'or ou d'argent ou d'autres objets précieux, les étiquettes prescrites par les §§ 1, 3 et 4 précédents doivent être espacées, afin qu'elles ne puissent servir à cacher des lésions de l'emballage. Elles ne doivent pas non plus être repliées sur les deux faces de l'emballage, de manière à couvrir la bordure.

## VIII

1.— Les colis à remettre aux destinataires francs de droits doivent porter, sur l'adresse ainsi que sur les bulletins d'expédition, l'indication « à remettre franc de droits ».

2.— Les bureaux d'expédition perçoivent des envoyeurs des arrhes suffisantes; ils joignent aux documents de route un bulletin d'affranchissement du modèle conforme ou analogue au modèle E ci-annexé. Après la livraison de l'envoi, le bureau destinataire complète le bulletin d'affranchissement par le détail des frais dus et se crédite de son avance sur le bureau d'expédition en suivant la marche tracée par l'article XIV du présent règlement pour les colis réexpédiés; le bulletin de l'affranchissement doit être annexé à la feuille de reprise créée par l'office destinataire et, s'il y a lieu, par chacun des offices intermédiaires.

## IX

1.— L'échange des colis postaux entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct est effectué par les bureaux désignés par les offices intéressés.

2.— Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs territoires intermédiaires, les colis postaux doivent suivre les voies dont les offices intéressés sont convenus; ils sont livrés à découvert au premier office intermédiaire, à moins que les offices intéressés ne se soient entendus pour établir des échanges en sacs, paniers ou compartiments clos avec feuilles de route directes.

## X

1.— Les colis postaux sont inscrits par le bureau d'échange expéditeur sur une feuille de route conforme au modèle F annexé au présent règlement, avec tous les détails que cette formule comporte. Les bulletins d'expédition et les déclarations en douane, ainsi que les avis de réception, son attachés à la feuille de route.

2.— Le montant des remboursements n'est indiqué que pour mémoire sur la feuille de route. Le décompte des remboursements est effectué directement entre les offices de départ et d'arrivée.

## XI

Quand un colis postal est l'objet d'une demande d'avis de réception, le bureau d'origine inscrit à la main sur ce colis, d'une manière très apparente, la mention « Avis de réception » ou y appose l'empreinte d'un timbre portant « A. R. »

Les avis de réception sont établis par les bureaux de destination, qui les transmettent, soit directement, soit par l'intermédiaire des bureaux d'échange, aux bureaux d'origine, qui les font parvenir aux destinataires.

## XII

A la réception d'une feuille de route, le bureau d'échange destinataire procède à la vérification des colis postaux et des divers documents qui y sont inscrits, et, s'il y a lieu, opère la constatation des manquants ou autres irrégularités au moyen d'une formule conforme au modèle G annexé au présent règlement et en se conformant aux règles tracées pour les envois avec valeur déclarée, par l'article IX du règlement d'exécution de l'arrangement concernant les valeurs déclarées.

Les différences de peu d'importance en ce qui concerne le volume, la dimension et le poids sont seulement signalées par bulletin de vérification.

## XIII

1. — Le montant d'un remboursement doit être énoncé dans l'amonnaie du pays d'origine sur l'adresse des colis et sur le bulletin d'expédition, sans rature ni surcharge même approuvées. Une étiquette rouge « Remboursement » doit être collé sur le bulletin et sur l'avis.

2. — Tout colis expédié contre remboursement doit être accompagné d'un avis conforme ou analogue au modèle H annexé au présent règlement.

3. — Immédiatement après avoir encaissé le remboursement, le bureau destinataire renvoie cet avis au bureau d'échange expéditeur.

4. — Dans le cas où le destinataire ne paye pas le montant du remboursement dans un délai de sept jours dans les relations entre pays d'Europe, et dans un délai de quinze jours dans les relations des pays d'Europe avec les pays hors d'Europe et de ces derniers pays entre eux, à partir du jour de l'arrivée du colis, ce dernier est traité comme étant tombé en rebut ; conformément aux dispositions de l'article XIV, § 3, du présent règlement.

## XIV

1. — Les colis postaux réexpédiés par suite de fausse direction sont acheminés sur leur destination par la voie la plus directe dont peut disposer l'office réexpéditeur. Lorsque cette réexpédition entraîne restitution des colis à l'office expéditeur, les bonifications inscrites à la feuille de route de cet office sont annulées, et le bureau d'échange réexpéditeur livre ces objets pour mémoire à son correspondant, après avoir signalé l'erreur par un bulletin de vérification. Dans le cas contraire, et si le montant bonifié à l'office réexpéditeur est insuffisant pour couvrir les frais de réexpédition qui lui incombent, il se crédite de la différence en forçant la somme inscrite à son avoir sur la feuille de route du bureau d'échange expéditeur. Le motif de cette rectification est notifié audit bureau au moyen d'un bulletin de vérification.

2. — Les colis postaux réexpédiés par suite de changement de résidence des destinataires doivent, autant que possible (\*), être accompagnés du bulletin d'expédition créé par le bureau d'origine ou, en cas de perte, d'un bulletin supplémentaire. Ces colis sont grevés à la charge des destinataires, par l'office distributeur, d'une taxe représentant la quote-part revenant à ce dernier l'office, à l'office réexpéditeur et, s'il y a lieu, à chacun des offices intermédiaires.

---

(\*) L'exemplaire signé porte par erreur : « doivent toujours être accompagnés. » Voir le procès-verbal de la troisième séance du congrès, page 677.



L'office réexpéditeur se crédite de sa quote part sur l'office intermédiaire ou sur l'office de la nouvelle destination. Dans le cas où le pays de réexpédition et celui de la nouvelle destination ne sont pas limitrophes, le premier office intermédiaire qui reçoit un colis postal réexpédié se crédite du montant de sa quote-part, et celle de l'office réexpéditeur, *vis-à-vis* de l'office auquel il livre cet objet ; et ce dernier, à son tour, s'il n'est lui-même qu'un intermédiaire, répète, sur l'office suivant, sa propre quote-part accumulée avec celle dont il a tenu compte à l'office précédent. La même opération se poursuit dans les rapports entre les différents offices participant au transport, jusqu'à ce que le colis postal parvienne à l'office distributeur.

Toutefois, si la taxe exigible pour le parcours ultérieur d'un colis à réexpédier est acquittée au moment de la réexpédition, cet objet est traité comme s'il était adressé directement du pays réexpéditeur dans le pays de destination, et remis sans taxe postale au destinataire.

3.— Les expéditeurs de colis tombés en rebut seront consultés sur la manière dont ils entendent en disposer, à moins qu'ils n'aient demandé le retour immédiat ou la remise à un autre destinataire par un avis (modèle I ci-joint) libellé dans une langue connue dans le pays de destination (avec traduction sublinéaire, éventuellement, dans la langue du pays d'origine) et apposé tant sur le bulletin d'expédition que sur le colis lui-même.

Cette disposition peut aussi s'étendre à l'abandon de l'envoi à l'office du pays de destination, mais à la condition que l'expéditeur supporte, le cas échéant, les frais de réexpédition et autres et les droits de douane accessoires dont le colis est grevé jusqu'à concurrence du montant dont l'office susmentionné resterait à découvert après la vente du colis.

Les demandes d'avis sont échangées entre les administrations centrales des pays de destination et d'origine, ou entre les bureaux de poste désignés à cet effet par ces administrations.

Si, dans le délai de deux mois, à partir de l'expédition de l'avis, le bureau de destination n'a pas reçu des instructions suffisantes, le colis est renvoyé au bureau d'origine. Ce délai est porté à six mois pour les relations avec les pays d'outre-mer. Le renvoi du colis doit être aussi effectué pour le cas où sa remise à une nouvelle adresse ne pourrait pas non plus avoir lieu, sauf toutefois, le cas où l'expéditeur aurait ajouté à sa nouvelle disposition une seconde disposition éventuelle (autre adresse, abandon, etc.)

Toutefois, les articles sujets à détérioration ou à corruption peuvent seuls être vendus immédiatement, même en route à l'aller ou au retour, sans avis préalable et sans formalité judiciaire, au profit de qui de droit, il est dressé procès-verbal de la vente.

Les colis à renvoyer à l'expéditeur sont inscrits sur la feuille de route avec la mention « Rebut » dans la colonne d'observations. Ils sont traités et taxés comme les objets réexpédiés par suite de changement de résidence des destinataires.

4. — Tout colis dont le destinataire est parti pour un pays non participant à la Convention concernant les colis postaux est traité comme rebut, à moins que l'office de la première destination ne soit en mesure de le faire parvenir.

5. — Si l'une des prohibitions prévues à l'article 12 de la Convention est constatée au cours des opérations d'échange, le colis est purement et simplement rendu au bureau d'échange expéditeur dans la forme prévue par le paragraphe 1 du présent article.

## XV

Les demandes de retrait de colis postaux et de changement d'adresse sont soumises aux règles et formalités prescrites par l'article XXX du règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de la Convention principale.

## XVI

1. — Chaque administration fait établir mensuellement, par chacun de ses bureaux d'échange et pour tous les envois reçus des bureaux d'échange d'un seul et même office, un état, conforme au modèle J annexé au présent règlement, des sommes inscrites sur chaque feuille de route, soit à son crédit, pour sa part et celle de chacune des administrations intéressées, s'il y a lieu, dans les taxes perçues par l'office expéditeur, soit à son débit, pour la part revenant à l'office réexpéditeur et aux offices intermédiaires, en cas de réexpédition et de rebut, dans les taxes à recouvrer sur les destinataires.

2. — Les états J sont ensuite recapitulés par les soins de la même administration dans un compte K également annexé au présent règlement.

3. — Ce compte, accompagné des états partiels, des feuilles de route et, s'il y a lieu, des bulletins de vérification y afférents, est soumis à l'examen de l'office correspondant, dans le courant du mois qui suit celui auquel il se rapporte.

4. — Les comptes mensuels, après avoir été vérifiés et acceptés de part et d'autre, sont résumés dans un compte général trimestriel par les soins de l'administration créditrice.

5. — Le solde résultant de la balance des comptes réciproques entre deux offices est payé par l'office débiteur à l'office créateur en francs effectifs et au moyen de traites tirées sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier, les frais du paiement restant à la charge de l'office débiteur. Ces traites peuvent être exceptionnellement tirées sur un autre pays, à la condition que les frais d'escompte soient à la charge de l'office débiteur.

6. — L'établissement, l'envoi et le paiement des comptes doivent être effectués dans le plus bref délai possible et, au plus tard, avant l'expiration du trimestre suivant. Passé ce délai, les

sommes dues par un office à un autre office sont productives d'intérêts, à raison de 5 % l'an, à dater du jour de l'expiration dudit délai.

7.— Est réservée toutefois, aux offices intéressés, la faculté de prendre, d'un commun accord, d'autres dispositions que celles qui sont formulées dans le présent article, notamment en ce qui concerne les remboursements.

## XVII

1.— Les administrations se communiquent réciproquement par l'intermédiaire du bureau international et trois mois au moins avant la mise à exécution de la Convention, savoir:

a) les dispositions qu'elles auront prises en ce qui concerne la limite de poids, la déclaration de valeur, les colis encombrants, les remboursements, le nombre de colis qui peuvent être accompagnés d'une seule déclaration en douane et l'admission de communications manuscrites sur le bulletin d'expédition;

b) s'il y a lieu, les limites de dimension et de volume prévues au paragraphe 2 de l'article III du présent règlement;

c) le tarif applicable dans leur service aux colis postaux pour chacun des pays contractants, en conformité de l'article 5 de la Convention concernant les colis postaux et de l'article I du présent règlement;

d) les noms des bureaux ou localités qui participeront à l'échange des colis postaux;

e) un extrait, en langue allemande, anglaise ou française, des dispositions de leurs lois ou règlements intérieurs applicables au transport des colis postaux.

2.— Toute modification apportée ultérieurement à l'égard des cinq points ci-dessus mentionnés doit être notifiée sans retard de la même manière.

## XVIII

1.— Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévus à l'article 25 de la Convention principale, toute administration d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent règlement.

2.— Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XXXIX du règlement d'exécution de la Convention principale.

3.— Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles, de la modification du présent article ou de l'article XIX;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII et XIV ;

c) la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4.—Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du bureau international à toutes les administrations participantes.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois au moins après sa notification.

## XIX

Le présent règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention.

Il aura la même durée que cette Convention, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties contractantes.

Fait à Vienne, le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne : *Dr. V. Stephan.*—*Sachse.*—*Fritsch.*

Pour la République Argentine : *Carlos Calvo.*

Pour l'Autriche : *Obentraut.*—*Dr. Hofmann.*—*Dr. Lilienau.*—*Habberger.*

Pour le Chili :

Pour la République de Colombie : *G. Michelsen.*

Pour la République de Costa Rica :

Pour le Danemark et les colonies danoises : *Lund.*

Pour l'Égypte : *Y. Saba.*

Pour l'Espagne : *Federico Bas.*

Pour la France : *Montmarin.*—*J. de Selves.*—*Ansault.*

Pour les colonies françaises : *G. Gabrié.*

Pour la Grèce : *J. Georgantas.*

Pour l'Italie : *Emidio Chiaradia.*—*Felice Salivetto.*

Pour la République de Libéria : *B. de Steim.*—*W. Koentzer.*  
*C. Gædelt.*

Pour le Luxembourg : *Mongenast.*

Pour la Suède : *E. von Krusenstjerna.*

Pour la Suisse : *Ed. Höhn.*—*C. Delessert.*

Pour la Régence de Tunis : *Montmarin.*

Pour la Hongrie : *P. Heim.*—*S. Schrimpf.*

Pour la Belgique : *Lichtervelde.*

Pour le Brésil : *Luiz Betim Paes Leme.*

Pour la Bulgarie : *P. M. Matheeff.*

Pour le Monténégro : *Obentraut.*—*Dr. Hofmann.*—*Dr. Lilienau.*—*Habberger.*

Pour la Norvège : *Thb. Heyerdahl.*

Pour le Paraguay :

Pour les Pays-Bas : *Hofstede.*—*Baron van der Feltz.*

Pour les colonies néerlandaises : *Johs I. Perh.*

Pour le Portugal et les colonies portugaises : *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour la Roumanie : Colonel A. Gorgean.— S. Dimitrescu.

Pour le Salvador : *Louis Kehlmann*.

Pour la Serbie : *Svetozar J. Gvozditich*.— Et. W. Popovitch.

Pour le Royaume de Siam : *Luang Suriya Nuvatr*.— H. Kewchenius.

Pour la Turquie : E. Petacci.— A. Fahri.

Pour l'Uruguay : *Federico Susviela Guarch*.— José G. Busto.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla : *Carlos Matzenauer*.

## XII

### RÈGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR L'EXÉCUTION DE L'ARRANGEMENT CONCERNANT LE SERVICE DES RECOUVREMENTS

Conclu entre l'Allemagne, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la République de Costa Rica, l'Égypte, la France, l'Italie, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas et les Indes Orientales Néerlandaises, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, le Salvador, la Suisse, la Régence de Tunis et la Turquie.

Les soussignés, vu l'article 17, § 2, de l'arrangement concernant le service des recouvrements, ont, au nom de leurs administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution dudit arrangement:

#### I

1.—Toute valeur mise en recouvrement doit :

a) porter l'énonciation de la somme à recouvrer en toutes lettres (caractères latins) et en monnaie du pays de destination, du nom et de l'adresse du débiteur, ainsi que la signature pour acquit du déposant, s'il y a lieu ;

b) avoir été soumise au droit de timbre dans le pays d'origine, si elle est sujette à ce droit ;

c) être inscrit sur un bordereau conforme au modèle A annexé au présent règlement ;

d) être adressé avec le bordereau de recouvrement au bureau de poste de destination, sous une enveloppe conforme ou analogue au modèle B ci-annexé et revêtu de timbres-poste représentant la taxe fixée par l'article 5 ou l'article 8 de l'arrangement.

2.— Les annexes d'une valeur à recouvrer doivent y être attachées.

## II

1.—Il est interdit de consigner sur le bordereau de recouvrement, d'autres annotations que celles que comporte la contexture de cette formule, ou de joindre aux valeurs à recouvrer des lettres ou de notes pouvant tenir lieu de correspondance entre le créancier et le débiteur. Le cas échéant, il n'est pas tenu compte des annotations illicites consignés sur le bordereau de recouvrement; quant aux lettres ou notes séparées, elles sont renvoyées sans frais au déposant, par l'intermédiaire du bureau d'origine, avec un fiche indiquant le motif du renvoi, par exemple par les mots : *Transmission interdite*.

Ne tombent pas sous le coup de cette interdiction les pièces justificatives (connaissances, comptes de retour, actes de protêt, etc.) qui ne doivent être remises au débiteur qu'en cas de paiement de la valeur qu'elles accompagnent.

2.—Il n'est pas permis de réunir dans un même envoi des valeurs à différents jours d'échange.

## III

1.—L'enveloppe contenant les valeurs à recouvrer, avec le bordereau de recouvrement, est fermée par l'expéditeur et déposée au guichet; elle doit porter le nom et l'adresse exacte de l'expéditeur et être soumise à la formalité de la recommandation.

2.—Si l'enveloppe a été trouvée à la boîte dûment affranchie, elle est traitée comme si elle avait été déposée au guichet. En cas de non affranchissement ou d'affranchissement insuffisant, il n'est pas donné cours à l'envoi.

## IV

1.—Le préposé du bureau de destination fait l'ouverture du pli recommandé et vérifie le nombre des pièces jointes au bordereau de recouvrement, ainsi que leur montant. Le résultat de la vérification est constaté sur le bordereau de recouvrement et certifié par la signature du préposé.

2.—Lorsque le nombre des pièces annoncé par le bordereau n'est pas trouvé dans l'enveloppe, le préposé informe immédiatement du fait le bureau expéditeur, chargé d'en aviser le déposant; il procède néanmoins au recouvrement des valeurs reconnues régulières, après avoir constaté le manquant en regard de l'inscription.

## V

Les valeurs insérées dans une enveloppe trouvée à la boîte (article III, § 2, ci-dessus) sont mises en recouvrement, alors même que le nom et l'adresse de l'envoyeur ne seraient pas

indiqués, soit sur l'enveloppe, soit sur le bordereau de recouvrement, soit sur les valeurs elles-mêmes.

Mais, dans ce cas, le préposé, une fois le recouvrement opéré, s'il n'a pas pu recueillir, auprès du débiteur, les renseignements qui lui sont défaut, prévient du fait l'administration à laquelle il appartient. Celle-ci demande à l'administration du pays d'origine le nom et l'adresse de l'envoyeur.

## VI

Les valeurs sont présentées aux débiteurs le plus tôt possible, et, s'il a lieu, le jour de l'échéance.

## VII

1.— Les titres non payés à première présentation sont rapportés au bureau de poste chargé du recouvrement et laissés pendant un délai de sept jours à la disposition des débiteurs, qui peuvent encore venir se libérer. Ils sont prévenus de ce fait par le facteur ou par le bureau destinataire.

Le délai de sept jours compte à partir du jour qui suit celui de la première présentation.

2.— Lorsque le déposant a demandé par une annotation sur le bordereau qu'après une présentation infructueuse, les titres lui soient renvoyés immédiatement ou remis à des personnes nominativement désignées à cet effet, il doit être fait droit à sa demande.

## VIII

Les sommes recouvrées, déduction faite de la rétribution prévue à l'article 7, § 1, ou, suivant le cas, à l'article 8 de l'arrangement, des droits fiscaux, s'il y a lieu, et de la taxe ordinaire des mandats de poste, sont converties en un mandat de poste établi en conformité du règlement d'exécution de l'arrangement concernant le service des mandats de poste et portant en tête le mot *Recouvrement*. La taxe du mandat précité est toujours calculée sur le total de la somme encaissée.

## IX

1.— La réexpédition, dans l'intérieur du pays de destination des valeurs à recouvrer, par suite de changement de résidence des destinataires, est effectuée sans frais.

2.— Si la réexportation comprend toutes les valeurs à recouvrer formant un même envoi, le bureau de la nouvelle résidence procède comme si les valeurs lui avaient été primitivement adressées. Il est fait mention de la réexpédition sur le bordereau spécial (voir article XI), de la manière suivante: « Réexpédié par le bureau N. N. »

3. — Par contre, s'il s'agit d'un envoi contenant plusieurs valeurs recouvrables sur des débiteurs différents, dont une ou plusieurs pièces seulement sont réexpédiées par suite du changement de résidence d'un débiteur, le bureau de la nouvelle résidence doit, si faire se peut, envoyer d'office, par mandat de poste, la somme encaissée ou, à défaut, les valeurs impayées, au bureau auquel le bordereau (article 1) a été adressé; ce dernier bureau reste seul chargé de la liquidation des comptes avec l'expéditeur.

## X

Les valeurs qui n'ont pu être recouvrées pour un motif quelconque sont renvoyées au déposant dans la forme prévue par l'article XI ci-après.

Il est fait mention de la cause du non-recouvrement, sans autre constatation, soit sur une fiche jointe aux titres, soit sur le verso du bordereau spécial (C) mentionné à l'article XI.

Les bureaux se conforment, à cet égard, aux dispositions du § 4 de l'article XXII du règlement du détail, et d'ordre pour l'exécution de la Convention principale.

## XI

1. — Les valeurs impayées, ainsi que les mandats émis pour les valeurs encaissées, doivent être accompagnées d'un bordereau spécial (modèle C) et adressés au bureau de dépôt, recommandés d'office, sous une enveloppe conforme ou analogue au modèle D annexé au présent règlement. Dans les cas où l'envoi ne contient pas de valeur impayée, la recommandation d'office n'est pas nécessaire, et il y a lieu de biffer sur l'enveloppe (modèle D) les mots superflus. Dans les relations qui comportent, pour le service des mandats, l'intervention de bureaux d'échange, les envois prévus au présent paragraphe se font également par l'intermédiaire de ces bureaux.

2. — Le bordereau mentionné au § 1 précédent doit contenir:

a) l'empreinte du timbre à date du bureau chargé du recouvrement ;

b) le nom et l'adresse du déposant, la date du dépôt et le montant des valeurs déposées ;

c) le montant du mandat ;

d) le montant détaillé des frais ;

e) le montant des valeurs recouvrées ;

f) le nombre et le montant des valeurs non recouvrées.

3. — Le total du mandat et des frais doit égaler le montant des valeurs recouvrées.

4. — La réunion des sommes recouvrées et non recouvrées doit former le montant exact des valeurs originairement déposées.

5. — Les indications inutiles du bordereau sont barrées.

6. — Les bordereaux de liquidation manquants ou irréguliers sont réclamés ou renvoyés directement de bureau à bureau.



## XII

1. — Les administrations des pays contractants se communiquent réciproquement, par l'intermédiaire du bureau international et trois mois au moins avant la mise à exécution de l'arrangement, un extract des dispositions de leurs lois ou règlements intérieurs applicables au service des recouvrements.

2. — Toute modification ultérieure devra être notifiée sans retard de la même manière.

## XIII

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute administration des postes d'un pays contractant a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent règlement.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XXXIX du règlement d'exécution de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1<sup>er</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles I, II, III, VI, VIII, IX, X et XIV du présent règlement ;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles V, VII et XI ;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent règlement, sauf les cas de litige prévus à l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées par une notification du bureau international à toutes les administrations participantes.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après sa notification.

## XIV

1. — Le présent règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'arrangement.

2. — Il aura la même durée que cet arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé, d'un commun accord, entre les parties intéressées.

Fait à Vienne, le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne: Dr. V. Stephan. — Sachse. — Fritsch.

Pour l'Autriche: Obentraut. — Dr. Hofmann. — Dr. Liliénau. — Habberger.

Pour la République de Costa-Rica:

Pour l'Égypte: Y. Saba.

- Pour la France: *Montmarin*.— *J. de Selves*.— *Ansault*.  
 Pour l'Italie: *Emidio Chiaradia*.— *Felice Salivetto*.  
 Pour la République de Libéria: *B. de Steim*.— *W. Koentzer*.  
 — *C. Goedelt*.  
 Pour le Luxembourg: *Mongenast*.  
 Pour la Norvège: *Thb. Heyerdahl*.  
 Pour la Hongrie: *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.  
 Pour la Belgique: *Lichtervelde*.  
 Pour le Brésil: *Luis Betim Paes Leme*.  
 Pour les Pays-Bas: *Hofstede*.— *Baron van der Feltz*.  
 Pour les Indes Orientales Néerlandaises: *Johs I. Perk*.  
 Pour le Portugal et les colonies portugaises: *Guilhermino Augusto de Barros*.  
 Pour la Roumanie: Colonel *A. Gorgean*.— *S. Dimitrescu*.  
 Pour le Salvador: *Louis Kehlmann*.  
 Pour la Suisse: *Ed. Höhn*.— *C. Delessert*.  
 Pour la Régence de Tunis: *Montmarin*.  
 Pour la Turquie: *E. Petacci*.— *A. Fahri*.

## XI

### ARRANGEMENT CONCERNANT LE SERVICE DES RECOUVREMENTS

Conclu entre l'Allemagne, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la République de Costa-Rica, l'Égypte, la France, l'Italie, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas et les Indes Orientales Néerlandaises, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, le Salvador, la Suisse, la Régence de Tunis et la Turquie.

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements des pays ci-dessus dénommés, vu l'article 10 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'arrangement suivant:

#### Article 1

L'échange des valeurs à recouvrer par la poste entre ceux des pays contractants dont les administrations postales conviennent de se charger réciproquement de ces services, est régi par les dispositions du présent arrangement.

#### Article 2

1. — Sont admis à l'encaissement les quittances, factures, billets à l'ordre, traites et généralement toutes les valeurs commerciales ou autres, payables sans frais, et dont le montant n'excède pas, par envoi, 1.000 francs effectifs ou une somme équivalente dans la monnaie de chaque pays. Les administrations des postes de deux pays correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un *maximum* plus élevé.

2.— Les administrations des postes des pays contractants peuvent également se charger de faire protester les effets de commerce et prendre, d'un commun accord, les dispositions nécessaires au sujet de ce service. Elles peuvent de même admettre à l'encaissement les coupons d'intérêts et de dividendes et les titres amortis.

### Article 3

Le montant des valeurs à recouvrer par la poste doit être exprimé en monnaie du pays chargé du recouvrement.

### Article 4

1.— L'envoi des valeurs à recouvrer est fait sous forme de lettre recommandée, adressée directement par le déposant au bureau de la poste qui doit encaisser les fonds.

2.— Le même envoi peut contenir plusieurs valeurs recouvrables par un même bureau de poste sur des débiteurs différents, au profit d'une même personne.

### Article 5

1.— La taxe d'un envoi, fait en conformité de l'article 4 précédent, est celle d'une lettre recommandée du poids de cet envoi. Cette taxe appartient en entier à l'administration des postes du pays d'origine.

2.— Un récépissé de l'envoi est remis gratuitement à l'intéressé au moment du dépôt.

### Article 6

Il n'est pas admis de paiement partiel. Chaque valeur doit être payée intégralement et en une seule fois; sinon, elle est tenue comme refusée.

### Article 7

1.— L'administration des postes chargée de l'encaissement prélève, sur le montant de chaque valeur encaissé, une rétribution de 10 centimes ou l'équivalent dans la monnaie du pays de destination.

2.— Le produit de cette rétribution ne donne lieu à aucun décompte entre les administrations intéressées.

### Article 8

Dans les relations qui comportent actuellement la perception d'un droit d'encaissement supérieur à celui fixé par l'article précédent, les administrations intéressées ont la faculté de con-

server provisoirement le droit en vigueur, pourvu que, dans ces mêmes relations, la taxe de dépôt prévue à l'article 5 soit limitée à un droit fixe de 25 centimes.

#### Article 9

1. — La somme recouvrée, après déduction :  
a) de la rétribution fixée à l'article 7 ou à l'article suivant le cas ;  
b) de la taxe ordinaire des mandats de poste, etc. ;  
c) s'il y a lieu, des droits fiscaux appliqués aux valeurs ;  
est convertie, par le bureaux qui a fait le recouvrement, en un mandat de poste au profit du déposant. Ce mandat lui est envoyé sans frais.

2. — Les valeurs qui n'ont pu être recouvrées sont renvoyées au bureau de dépôt en franchise de port et sans être grevées d'un droit quelconque. L'administration des postes chargée du recouvrement n'est tenue à aucune mesure conservatoire ou constatation de nature quelconque du non-payement.

#### Article 10

1. — Les dispositions de l'arrangement concernant l'échange des mandats de poste sont applicables, en tout ce qui n'est pas contraire au présent arrangement, aux mandats de poste délivrés en vertu de l'article 9 précédent, pour la liquidation des valeurs recouvrées par la poste.

Toutefois, les mandats de reconvrement tombés en rebut ne sont pas remboursés, mais ils restent à la disposition de l'office du pays expéditeur des valeurs mises en recouvrement.

2. — Ces mandats son admis jusqu'au *maximum* fixé en vertu du premier paragraphe de l'article 2.

#### Article 11

1. — Sauf le cas de force majeure, en cas de perte d'une lettre recommandée contenant des valeurs à recouvrer, il est payé au déposant une indemnité de 50 francs dans les conditions déterminées par la Convention principale et sans que la réserve contenue dans le protocole final de cette Convention soit applicable aux envois de recouvrements.

2. — En cas de perte de sommes encaissées, l'administration au service de laquelle la perte est attribuable, est tenue au remboursement intégral des sommes perdues.

#### Article 12

Les administrations ne sont tenues à aucune responsabilité du chef de retards dans la transmission, soit des lettres recommandées contenant les valeurs à recouvrer, soit de ces valeurs elles-mêmes ou des mandats de payement.

## Article 13

Les stipulations du présent arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue d'améliorer le service des recouvrements internationaux.

## Article 14

En outre, le présent arrangement ne porte pas atteinte à la législation intérieure des pays contractants, dans tout ce qui n'est pas prévu par cet arrangement.

## Article 15

1. — Il est entendu qu'à défaut de dispositions formelles du présent arrangement, chaque administration a faculté d'appliquer les dispositions régissant la matière dans son service intérieur.

2. — Il est toutefois formellement interdit de percevoir, soit dans le pays d'origine, soit dans le pays de destination, une taxe ou rétribution quelconque autre que celles qui sont prévues par le présent arrangement.

## Article 16

Chaque administration peut, dans des circonstances extraordinaires de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des recouvrements, d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, ou besoin par voie télégraphique, à l'administration ou aux administrations intéressées.

## Article 17

1. — Les administrations des postes des pays contractants admettent au service des recouvrements tous les bureaux chargés du service des mandats de poste internationaux.

2. — Elles règlent d'un commun accord, le mode du dépôt et de l'envoi des valeurs à recouvrer, ainsi que tous les autres mesures de détail ou d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution du présent arrangement.

## Article 18

Les Etats de l'Union qui n'ont point pris part au présent arrangement seront admis à y adhérer sur leur demande, et dans la forme prescrite par la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postale Universelle.

## Article 19

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues par la Convention principale, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant le service des recouvrements.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1<sup>er</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18 et 20 du présent arrangement ;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de l'article 17 ;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent arrangement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme prévue par la Convention principale.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après sa notification.

## Article 20

1. — Le présent arrangement entrera en vigueur le 1<sup>er</sup> juillet 1892.

2. — Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé à chaque pays, de se retirer de cet arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son gouvernement au gouvernement de la Confédération Suisse. Pendant cette dernière année, l'arrangement continuera d'avoir son exécution pleine et entière, sans préjudice de la liquidation et du solde des comptes après l'expiration dudit terme.

3. — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers gouvernements ou administrations des parties contractantes, pour autant qu'elles ne seraient pas conciliables avec les termes du présent arrangement, le tout sans préjudice des droits réservés par l'article 13.

4. — Le présent arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Vienne.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessous dénommés ont signé le présent arrangement, à Vienne, le 4 juillet 1891.

- Pour l'Allemagne : Dr. V. *Stephan*.— *Sachse*.— *Fritsch*.  
 Pour l'Autriche : *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*.  
 — *Habberger*.  
 Pour la République de Costa-Rica :  
 Pour l'Égypte : Y. *Saba*.  
 Pour la France : *Montmarin*.— J. de *Selves*.— *Ansault*.  
 Pour l'Italie : *Emidio Chiaradia*.— *Felice Salivetto*.  
 Pour la République de Libéria : B. de *Steim*.— W. *Koentzer*.  
 C. *Goedelt*.  
 Pour le Luxembourg : *Mongenast*.  
 Pour la Norvège : *Thb. Heyerdahl*.  
 Pour les Pays-Bas : *Hofstede*.— *Baron van der Feltz*.  
 Pour la Hongrie : P. *Heim*.— S. *Schrumpf*.  
 Pour la Belgique : *Lichtervelde*.  
 Pour le Brésil : *Luiz Betim Paes Leme*.  
 Pour les Indes Orientales Néerlandaises : *Johs I. Perk*.  
 Pour le Portugal et les colonies portugaises : *Guilhermino Augusto de Barros*.  
 Pour la Roumanie : Colonel A. *Gorjean*.— S. *Dimitrescu*.  
 Pour le Salvador : *Louis Kehlmann*.  
 Pour la Suisse : *Ed. Höhn*.— C. *Delessert*.  
 Pour la Régence de Tunis : *Montmarin*.  
 Pour la Turquie : E. *Petacci*.— A. *Fahri*.

### XIII

#### ARRANGEMENT CONCERNANT L'INTRODUCTION DES LIVRETS D'IDENTITÉ DANS LE TRAFIC POSTAL INTERNATIONAL

Conclu entre la République Argentine, le Brésil, la Bulgarie, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, l'Égypte, la France, la Grèce, l'Italie, la République de Libéria, le Luxembourg, le Mexique, le Paraguay, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, le Salvador, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie et les États-Unis de Vénézuëla.

Les gouvernements des pays signataires du présent arrangement, désirant aplanir, autant que possible, les difficultés qu'éprouve le public à se faire remettre, dans le ressort de l'Union Postale Universelle, les envois postaux ou le montant des mandats de poste, et usant de la faculté qui leur est réservée par l'article 19 de la Convention principale,

Les soussignés, munis à cet effet de pleins pouvoirs trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

### Article 1

1.— Les administrations postales des pays contractants peuvent délivrer, aux personnes qui en font la demande, des livrets d'identité aux conditions indiquées dans le présent arrangement.

2.— La disposition qui précède ne porte pas restriction au droit du public, de justifier de son identité au moyen de tous autres modes de preuve admis par les lois ou règlements concernant le service intérieure du pays destinataire.

### Article 2

1.— Le livret d'identité doit être conforme au modèle (\*) joint au présent arrangement.

2.— Chaque livret porte une couverture de couleur verte et se compose d'un feuillet portant les indications personnelles du titulaire, et dix feuillets à quittance.

La couverture porte au recto, en langue du pays d'origine, le titre suivant :

## UNION POSTALE UNIVERSELLE

### LIVRET D'IDENTITÉ

#### *Numéro*

Au verso de la couverture, la carte-photographie du titulaire, revêtue de sa signature, est attachée au moyen d'un ruban dont les deux bouts, ramenés sur la photographie, y sont fixés à l'aide d'un cachet officiel à la cire, sans préjudice de tous autres moyens que les administrations pourront admettre ultérieurement d'un commun accord.

Au bas de la photographie est inscrite la déclaration suivante :

Les administrations des postes sont dégagées de toute responsabilité en cas de perte du présent livret.

---

(\*) Pour le livret, voir page 547 du tome second des documents du Congrès de Lisbonne.



De feuillet contenant les indications personnelles du titulaire porte les mentions suivantes :

Au recto :

Administration des postes d....

Livret d'identité n....

Valable du.... au

Le soussigné déclare que la signature figurant ci-dessous et sur la photographie ci-contre a été apposé de sa propre main par M. (prénom, nom, âge, profession et domicile), dont il a dûment constaté l'identité.

En foi de quoi, le présent livret lui a été délivré, pour valoir pendant trois ans à partir de la date de la présente déclaration.

A..... le..... 189..

Signature du titulaire.....

Signature du fonctionnaire.....

Au verso :

La description du signalement du titulaire et une case destinée à l'apposition du visa pour date.

Chaque feuillet à quittance se compose de deux souches et deux quittances. Chaque souche porte l'inscription :

Coupon n°.... le..... 189..

|      |                          |                                |                       |      |
|------|--------------------------|--------------------------------|-----------------------|------|
| J'ai | retiré<br>ou<br>encaissé | au bureau de<br>la poste de un | envoi<br>ou<br>mandat | .... |
|------|--------------------------|--------------------------------|-----------------------|------|

Signature du titulaire....

La souche est réunie à la quittance par une frise transversale portant les mots : Union Postale Universelle.

Livret d'identité.

Entre les mots «Universelle» et «Livret» est réservé un espace pour l'application du timbre sec de l'office d'émission.

Au recto de la quittance figure la mention suivante :

« Sur la présentation de ce livret et contre la remise de cette quittance, les bureaux de poste des pays contractants sont tenus de livrer à son titulaire tout envoi postal sujet à décharge, et de lui payer tout mandat à son adresse, si la signature apposée sur la souche et sur la quittance est reconnue identique à celle ci-devant. »

Au verso de la souche figure la déclaration suivante :

« Les coupons doivent être détachés de la souche l'un après l'autre, dans l'ordre de la pagination. Le bureau de poste qui reçoit le dernier coupon retient la souche. »

Au verso de la quittance figure la déclaration suivante :

« Sur la présentation de ce coupon a été remis l'envoi postal n....

Ou :

payé le mandat de poste.... originaire du bureau de poste de....

Signature du destinataire....

Signature de l'employé des postes....»

3.— Les feuillets des livrets dûment numérotés sont reliés à la couverture par un ruban aux couleurs nationales du pays d'origine, et les deux bouts de ce ruban sont fixés par un cachet officiel à la cire, sur la partie finale intérieure de la couverture.

#### Article 3

1.— Les formules des livrets d'identité sont rédigées dans la langue du pays qui les émet.

2.— A la suite du dernier feuillet de quittances est intercalée une instruction sommaire reproduite dans la langue de chacun des pays qui adhèrent à l'arrangement, dans le but de fournir aux bureaux les explications essentielles à l'exécution de cette branche du service.

#### Article 4

1.— Les administrations des postes des pays contractants désignent, chacune pour ce qui la concerne, les fonctionnaires qui doivent délivrer les livrets d'identité.

2.— Elles déterminent également, chacune pour ce qui la concerne, quels sont les documents propres à la justification de l'identité des requérants, lorsque ceux-ci ne sont pas personnellement connus des fonctionnaires appelés à délivrer les livrets d'identité.

#### Article 5

1.— Les envois ordinaires sont délivrés aux titulaires des livrets contre la seule présentation de ceux-ci.

2.— Les envois à distribuer contre reçu ou quittance sont délivrés, et les paiements de mandats de poste sont faits, aux destinataires porteurs d'un livret, contre remise de quittances détachées du livret et dûment signées.

3.— Toutefois, quand le porteur est notoirement connu à la poste, il n'est pas obligatoire d'exiger de lui la présentation de son livret, ni d'en détacher des quittances, s'il prend livraison d'objets comportant reçu ou s'il touche des mandats.

#### Article 6

1.— Les envois postaux et le montant des mandats doivent être remis aux titulaires des livrets en personne.

2.— Ils peuvent toutefois être remis à un tiers dûment autorisé, contre production du livret, s'il s'agit d'envois postaux ordinaires, et contre remise de quittances signées par le titulaire et détachées du livret, dans les autres cas ; mais le bureau destinataire est autorisé à ne délivrer les envois à un tiers porteur et à ne lui payer le montant d'un mandat de poste que contre au acquit, dûment motivé, donné par celui-ci.

## Article 7

Les lois ou règlements du pays destinataire déterminent les envois postaux qui sont considérés comme envois ordinaires, ainsi que ceux qui ne peuvent être remis que contre reçus ou quittances spéciales.

## Article 8

1.— Le prix du livret d'identité est fixé à 50 centimes, non compris le coût de la carte-photographie, qui doit être remise au bureau de poste par la personne qui demande un livret d'identité.

2.— Toutefois, il est loisible aux administrations qui ne se trouvent pas suffisamment rémunérées d'élever ce prix jusqu'au *maximum* d'un franc.

3.— Les quittances remises au bureau de poste destinataire ne peuvent être frappées, à la charge du titulaire du livret, d'une taxe postale quelconque.

## Article 9

Chaque administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues en exécution de l'article qui précède.

## Article 10

Les quittances du livret d'identité sont détachées de la souche l'une après l'autre et en suivant rigoureusement l'ordre de la pagination.

## Article 11

1.— Les livrets d'identité sont valables pendant trois ans à partir du jour de la remise aux titulaires.

2.— A l'expiration de ce délai, ils peuvent être l'objet d'un visa pour date qui leur donne une nouvelle durée de validité pour un an.

## Article 12

Le bureau de poste qui reçoit la dernière quittance d'un livret d'identité doit en retenir la souche et provoquer au profit du titulaire, s'il le demande, la délivrance, par son administration, d'un nouveau livret, sans exiger d'autres preuves d'identité.

## Article 13

Les administrations des postes des pays contractants sont dégagées de toute responsabilité, dès que le paiement d'un mandat

ou la livraison d'un envoi postal a eu lieu contre la remise d'une quittance détachée du livret d'identité et signée par le titulaire.

#### Article 14

1. — En cas de perte d'un livret, le titulaire est tenu de signaler ce fait :

1<sup>er</sup>, au bureau de poste de la localité où il se trouve, ou au bureau de poste le plus proche ;

2<sup>e</sup>, à l'office qui a émis le livret.

2. — Dans tous les cas, il demeure responsable des conséquences de la perte de son livret.

#### Article 15

Sur la dénonciation à lui faite, le bureau de poste précité refuse provisoirement toute remise d'un envoi postal ou tout paiement d'un mandat qui lui serait réclamé au moyen du livret perdu.

#### Article 16

Il appartient à l'administration du pays d'émission de prendre toutes les mesures nécessaires pour l'annulation du livret perdu, d'après les renseignements fournis par le titulaire.

#### Article 17

Les administrations des pays contractants se communiquent réciproquement, par l'intermédiaire du bureau international, la liste de ceux de leurs bureaux respectifs qu'elles autorisent à délivrer des livrets d'identité.

#### Article 18

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent arrangement seront admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 24 de la Convention principale concernant les adhésions à l'Union Postale Universelle.

#### Article 19

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant le service des livrets d'identité.

2.— Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3.— Pour devenir exécutoires, ces propositions doivent réunir, savoir :

1<sup>re</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 18 et 20 du présent arrangement ;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des autres articles ;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent arrangement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4.— Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

5.— Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois au moins après sa notification.

## Article 20

1.— Le présent arrangement entrera en vigueur le 1<sup>er</sup> juillet 1892.

2.— Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit, réservé à chaque pays, de ce retirer de cet arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son gouvernement au gouvernement de la Confédération Suisse.

3.— Le présent arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Vienne.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessous énumérés ont signé le présent arrangement à Vienne le 4 juillet 1891.

Pour la République Argentine : *Carlos Calvo*.

Pour le Brésil : *Luiz Betim Paes Leme*.

Pour la Bulgarie : *P. M. Mattheeff*.

Pour la République de Colombie : *G. Michelsen*.

Pour la République de Costa-Rica : *Y. Saba*.

Pour la France : *Montmarin*. — *J. de Selves*. — *Ansault*.

Pour la Grèce : *J. Georgantas*.

Pour l'Italie : *Emidio Chiaradia*. — *Felice Salivetto*.

Pour la République de Libéria : *B. de Steim*. — *W. Koentzer*. — *C. Guedelt*.

Pour le Luxembourg : *Mongenast*.

Pour le Mexique : *L. Breton y Vedra*.

Pour le Paraguay :

Pour le Portugal et les colonies portugaises : *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour la Roumanie : Colonel *A. Gorgean*. — *S. Dimitrescu*.

Pour le Salvador : *Louis Kehlmann*.  
 Pour la Suisse : *Ed. Höhn*. — *C. Delessert*.  
 Pour la Régence de Tunis : *Montmarin*.  
 Pour la Turquie : *E. Petacci*. — *A. Fahri*.  
 Pour les Etats-Unis de Vénézuëla : *Carlos Matsenauer*.

## XIV

### ARRANGEMENT CONCERNANT L'INTERVENTION DE LA POSTE DANS LES ABONNEMENTS AUX JOURNAUX ET PUBLICATIONS PÉRIODIQUES

Conclu entre l'Allemagne, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, la République de Colombie, le Danemark, l'Égypte, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, la Perse, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, la Suède, la Suisse, la Turquie et l'Uruguay.

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 19 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'arrangement suivant :

#### Article 1

Le service postal des abonnements aux journaux et publications périodiques entre ceux des pays contractants dont les administrations postales s'entendent pour établir réciproquement ce service, est régi par les dispositions du présent arrangement.

#### Article 2

Les bureaux de poste de chaque pays reçoivent les souscriptions du public aux journaux et ouvrages périodiques publiés dans les divers pays contractants.

Ce service s'étend également à des publications de tous autres pays, qui certaines administrations seraient en mesure de fournir, sous réserve de l'application des dispositions de l'article 16 de la Convention principale.

#### Article 3

1. — Le prix de l'abonnement est exigible au moment de la subscription et pour toute la période d'abonnement.

2. — Les abonnements ne peuvent être demandés que pour les périodes fixées aux listes officielles.

## Article 4

Les administrations des postes, en se chargeant des abonnements à titre d'intermédiaires, n'assument aucune responsabilité quant aux charges et obligations qui incombent aux éditeurs.

Elles ne sont tenues à aucun remboursement en cas de cessation ou d'interruption d'une publication en cours d'abonnement.

## Article 5

Le service international des abonnements s'effectue par l'entremise de bureaux d'échange à désigner respectivement par chaque administration.

## Article 6

1.— Chaque administration fixe les prix auxquels elle fournit aux autres administrations ses publications nationales et, s'il a lieu, les publications de toute autre origine.

Toutefois ces prix ne peuvent, dans aucun cas, être supérieurs à ceux qui sont imposés aux abonnés à l'intérieur, sauf addition, pour ce qui concerne les relations entre des pays non limitrophes, des droits de transit dus aux offices intermédiaires.

2.— Les droits de transit sont établis d'avance à forfait, en prenant pour base le degré de périodicité combiné avec le poids moyen des journaux.

## Article 7

1.— L'administration des postes du pays destinataire fixe le prix à payer par l'abonné en ajoutant, au prix de revient établi en vertu de l'article 6 précédent, telle taxe, droit de commission ou de factage qu'elle juge utile d'adopter, mais sans que ces redevances puissent dépasser celles qui sont perçues pour ses abonnements à l'intérieur. Elle y ajoute, le cas échéant, le droit de timbre fixé par la législation de son pays.

2.— Lorsque deux pays en relation n'ont pas le même système monétaire, le prix de revient est converti par l'office du pays de destination en monnaie de ce pays. Si les administrations ont adhéré à l'arrangement concernant les mandats, la conversion se fait d'après le taux applicable aux mandats de poste, à moins qu'elles ne conviennent d'un taux moyen de conversion.

## Article 8

Les taxes ou droits établis en vertu des articles 6 et 7 précédents ne donnent lieu aucun décompte spécial entre les offices correspondants.

## Article 9

Lors de la formation des relevés statistiques destinés à établir les comptes des frais de transit (articles XXIV e XXV du règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de la convention principale), les journaux fournis par abonnement postal sont compris dans les pesées avec les journaux et imprimés de toute nature.

## Article 10

Les administrations postales sont tenues de donner suite, sans frais pour les abonnés, à toute réclamation fondée concernant des retards ou des irrégularités quelconques dans le service des abonnements.

## Article 11

1.— Les comptes des abonnements fournis et demandés sont dressés trimestriellement. Après avoir été débatus et arrêtés contradictoirement, ces comptes sont soldés en monnaie métallique du pays créancier.

2.— A cet effet, sauf entente contraire entre les offices intéressés, lorsque deux pays en relation n'ont pas le même système monétaire, la créance la plus faible est convertie en la monnaie de la créance la plus forte, conformément à l'article 6 de l'arrangement concernant les mandats, et la différence est liquidée le plus tôt possible par mandat de poste.

3.— Les mandats de poste émis à cette fin ne sont soumis à aucun droit et ils peuvent excéder le *maximum* déterminé par cet arrangement.

4.— Les soldes en retard portent intérêt à 5 % l'an, au profit de l'administration créditrice.

## Article 12

Les stipulations du présent arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir de conclure des arrangements spéciaux en vue d'améliorer, de faciliter ou de simplifier le service des abonnements internationaux.

## Article 13

Les pays de l'Union, qui n'ont pas pris part au présent arrangement, sont admis à y adhérer sur leur demande, et dans la forme prescrite par l'article 24 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postale Universelle.



## Article 14

Les administrations des postes des pays contractants arrêtent la forme des comptes désignées à l'article 11 précédent, fixent les époques auxquelles ils doivent être dressés et règlent toutes les autres mesures d'ordre et de détail nécessaires pour assurer l'exécution du présent arrangement.

## Article 15

Il est entendu qu'à défaut de dispositions formelles du présent arrangement, chaque administration a la faculté d'appliquer les dispositions regissant la matière dans son service intérieur.

## Article 16

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues par la Convention principale, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant le service des abonnements aux journaux.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1<sup>er</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17 et 18 du présent arrangement ;

2<sup>e</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification de l'article 14 ;

3<sup>e</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent arrangement, sauf le cas de litige prévu par l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois, au moins, après sa notification.

## Article 17

Ce présent arrangement entrera en vigueur le 1<sup>er</sup> juillet 1892. Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé, à chaque pays, de se retirer de

cet arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son gouvernement au gouvernement de la Confédération Suisse.

Le cas échéant, les abonnements courants devront être servis dans les conditions prévues par le présent arrangement, jusqu'à l'expiration du terme pour lequel ils ont été demandés.

### Article 18

Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent arrangement, toutes les dispositions sur la matière convenues antérieurement entre les gouvernements ou administrations des parties contractantes, pour autant qu'elles ne seraient pas conciliables avec les termes de cet arrangement, le tout sans préjudice des droits réservés par l'article 12.

Le présent arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Vienne.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessous énumérés ont signé le présent arrangement à Vienne, le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne : Dr. V. Stephan.— *Sachse.*— *Fritsch.*

Pour l'Autriche : *Obentraut.*— Dr. *Hofmann.*— Dr. *Lilienau.*  
— *Habberger.*

Pour la Hongrie : *P. Heim.*— *S. Schrimpf.*

Pour la Belgique : *Lichterfeld.*

Pour le Brésil : *Luiz Betim Paes Leme.*

Pour la Bulgarie : *P. M. Mattheeff.*

Pour la République de Colombie : *G. Michelsen.*

Pour le Danemark : *Lund.*

Pour l'Egypte : *Y. Saba.*

Pour la République de Libéria : *B. de Steim.*— *W. Koen-  
tzer.*— *C. Goedelt.*

Pour le Luxembourg : *Mongenast.*

Pour la Norvège : *Thb. Heyerdahl.*

Pour la Perse : *Genl. N. Semino.*

Pour le Portugal et les colonies portugaises : *Guilhermino  
Augusto de Barros.*

Pour la Roumanie : Colonel *A. Gorjean.*— *S. Dimitrescu.*

Pour la Suède : *E. von Krusenstjerna.*

Pour la Suisse : *Ed. Höhn.*— *C. Delessert.*

Pour la Turquie : *E. Petacci.*— *A. Fahri.*

Pour l'Uruguay : *Federico Susviela Guarch.*— *José G. Busto.*

**XV****RÈGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR L'EXÉCUTION DE L'ARRANGEMENT CONCERNANT L'INTERVENTION DE LA POSTE DANS LES ABONNEMENTS AUX JOURNAUX ET PUBLICATIONS PÉRIODIQUES**

Conclu entre l'Allemagne, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, la République de Colombie, le Danemark, l'Égypte, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, la Perse, le Portugal et les colonies portugaises, la Roumanie, la Suède, la Suisse, la Turquie et l'Uruguay.

Les soussignés, vu l'article 19 de la Convention principale et l'article 14 de l'arrangement concernant l'intervention de la poste dans les abonnements aux journaux et publications périodiques, ont, au nom de leurs administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution dudit arrangement :

**I**

Chaque administration fait connaître aux autres administrations intéressées des bureaux d'échange qu'elle a désignés pour les relations avec chacune d'elles.

**II**

Les bureaux d'échange correspondent directement entre eux pour tout ce qui concerne le service des abonnements.

**III**

1. — Les administrations des postes en relation se communiquent réciproquement une fois par an la liste (modèle A ci-joint) des publications dont l'abonnement peut être servi par leur intermédiaire, avec indication des conditions de souscription et des prix de revient en monnaie d'or, droit de transit compris, en appliquant au besoin un taux moyen de conversion de leur monnaie courante en monnaie d'or.

2. — Les modifications à apporter, par la suite, à cette liste sont modifiées immédiatement d'office, par l'entremise de bureaux d'échange, à mesure que ces changements se produisent.

## IV

Chaque administration dresse, au moyen des listes fournies en exécution de l'article III précédent, un tarif général indiquant, par pays, les journaux, les conditions de l'abonnement et les prix à payer par l'abonné. Ces prix, établis conformément à l'article 7 de l'arrangement, sont énoncés dans la monnaie nationale du pays qui publie le tarif.

## V

Dans les cas où il serait demandé un abonnement à une publication qui ne figurerait pas à la liste, il devrait en être référé à l'office en cause par l'intermédiaire du bureau d'échange, à l'effet d'obtenir les renseignements nécessaires. Il pourra néanmoins être donné suite immédiatement à la demande d'abonnement, sous réserve du règlement de compte ultérieur avec l'intéressé, lequel sera tenu de déposer des arrhes, au besoin.

## VI

Les frais de transit à acquiter en sus du prix normal de l'abonnement sont établis conformément à l'article 4 de la Convention principale en prenant pour base le poids moyen du journal, multiplié par le nombre de fois que celui-ci doit paraître rendant le cours de l'abonnement.

## VII

1. — Les abonnements prennent cours :  
pour un an, au 1<sup>er</sup> janvier ;  
pour six mois, au 1<sup>er</sup> janvier et au 1<sup>er</sup> juillet ;  
pour trois mois, au janvier, au 1<sup>er</sup> avril, au 1<sup>er</sup> juillet et au 1<sup>er</sup> octobre.

2. — Les administrations intéressées peuvent s'entendre pour admettre des abonnements de quinze jours, d'un mois, d'un mois et demi, de deux mois, et de deux mois et demi, pour compléter le trimestre en cours.

## VIII

1. — Vers la fin de chaque trimestre, les bureaux d'échange récapitulent, sur une liste conforme au modèle B annexé au présent règlement, les demandes d'abonnement qui leur sont parvenues de l'intérieur.

Cette liste doit parvenir au bureau d'échange correspondant en temps utile, pour que celui-ci soit mis à même de faire servir les abonnements à la date pour laquelle ils ont été demandés.

2.— Les demandes qui parviennent après l'envoi de la liste générale font l'objet de listes spéciales.

Il en est de même pour les demandes qui sont faites en dehors des périodes ordinaires de renouvellement.

Ces listes sont revêtues de numéros d'ordre non interrompus pendant une année.

Les abonnés qui n'ont pas fait leur demande en temps utile n'ont aucun droit aux numéros parus depuis le commencement de l'abonnement.

## IX

1.— Les journaux sont expédiés en paquets adressés, soit directement aux bureaux de destination, soit en bloc à des bureaux intermédiaires, selon que les administrations en conviendront.

2.— Les paquets doivent porter l'indication « Abonnements-poste » ou une mention équivalente.

3.— La distribution est effectuée sur liste aux abonnés.

4.— Par exception, les journaux devront être placés sous des bandes à l'adresse des abonnés, quand les bureaux d'échange du pays destinataire le demanderont.

Les bandes porteront la mention: « Abonnements-poste ».

## X

1.— Les retards, interruptions, fausses directions ou irrégularités quelconques qui se produisent dans le service de l'abonnement sont signalés immédiatement, soit au bureau intermédiaire ou, s'il y a lieu, au bureau d'origine, soit aux administrations centrales qui l'auront demandé.

2.— Il doit être donné suite sans retard aux réclamations.

## XI

1.— Les abonnés, en cas de changement de résidence, peuvent obtenir la mutation du journal pour l'intérieur du pays. Il peut être perçu de ce chef un droit spécial.

2.— Si l'abonné transfère sa résidence hors du pays, les numéros sont expédiés à l'adresse personnelle du destinataire et dûment affranchis en timbres-poste, soit par l'éditeur, après l'intervention des bureaux d'échange, soit par le bureau de première destination, moyennant paiement préalable de l'affranchissement par l'abonné.

## XII

1.— En cas d'interruption ou de cessation, de la part de l'éditeur, dans la publication d'un journal les administrations

prêtent leurs bons offices à l'effet d'obtenir, autant que possible, le remboursement, aux abonnés, du prix du journal pour la période pendant laquelle l'abonnement n'a pas été servi.

2.— Les offices se font connaître réciproquement les journaux frappés d'interdiction.

### XIII

1.— Sauf arrangement contraire, dès que les commandes trimestrielles peuvent être considérées comme closes, et au plus tard le 20 du premier mois du trimestre, chaque bureau d'échange dresse pour le bureau correspondant un compte particulier (modèle C) sur lequel il inscrit, par ordre alphabétique et par période d'abonnement, en commençant par la durée la moins longue, les journaux demandés au bureau correspondant jusqu'à la date dudit compte, depuis la formation du compte précédent.

Les abonnements demandés après la formation de ce compte sont portés au compte du trimestre suivant.

2.— Sauf arrangement contraire, les comptes dressés de part et d'autre sont débattus et liquidés avant l'expiration du second mois du trimestre auquel ces comptes se rapportent. Ce délai est prolongé de quatre mois pour les pays hors d'Europe.

3.— Les différences sont réglées dans le compte trimestriel suivant.

4.— Au besoin, il peut être réclamé des comptes mensuels.

### XIV

1.— Les administrations des pays contractants se communiquent réciproquement, par l'intermédiaire du bureau international et trois mois au moins avant la mise à exécution de l'arrangement, un extrait des dispositions de leurs lois ou règlements intérieurs applicables au service des abonnements.

2.— Toute modification ultérieure doit être notifiée sans retard de la même manière.

### XV

1.— Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute administration des postes d'un pays contractant a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent règlement.

2.— Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XXXIX du règlement d'exécution de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1<sup>er</sup>, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouveaux articles ou de la modification des dispositions du présent article et des articles I, II, III, IV, VI, VIII e XVI du présent règlement ;

2<sup>o</sup>, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles VII, IX, X, XII et XIII ;

3<sup>o</sup>, la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des divers dispositions du présent règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées par une notification du bureau international à toutes les administrations participantes.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que deux mois au moins après sa notification.

## XVI

Le présent règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'arrangement.

Il aura la même durée que cet arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé, d'un commun accord, entre les parties intéressées.

Fait à Vienne, le 4 juillet 1891.

Pour l'Allemagne : Dr. V. Stephan. — *Sachse.* — *Fritsch.*

Pour l'Autriche : *Obentraut.* — Dr. *Hofmann.* — Dr. *Lilienau.*  
— *Habberger.*

Pour la Hongrie : *P. Heim.* — *S. Schrimpf.*

Pour la Belgique : *Lichtervelde.*

Pour le Brésil : *Luiz Betim Paes Leme.*

Pour la Bulgarie : *P. M. Mattheeff.*

Pour la République de Colombie : *G. Michelsen.*

Pour la Suède : *E. von Krusenstjerna.*

Pour la Suisse : *Ed. Höhn.* — *C. Delessert.*

Pour le Danemark : *Lund.*

Pour l'Egypte : *Y. Saba.*

Pour la République de Libéria : *B. de Steim.* — *W. Koentzer.*  
— *C. Goedelt.*

Pour le Luxembourg : *Mongenast.*

Pour la Norvège : *Thb. Heyerdhal.*

Pour la Perse : *Gent. N. Semino.*

Pour le Portugal et les colonies portugaises : *Guilhermino Augusto de Barros.*

Pour la Roumanie : Colonel *A. Gorjean.* — *S. Dimitrescu.*

Pour la Turquie : *E. Petacci.* — *A. Fahri.*

Pour l'Uruguay : *Federico Susviela Guarch.* — *José G. Busto.*

## UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

## I

## CONVENÇÃO POSTAL UNIVERSAL

Convenção Postal Universal concluída entre a Alemanha e os protectorados allemães, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brazil, Bulgaria, Chile, Republica de Colombia, Estado independente do Congo, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Hespanha e colonias hespanholas, França e colonias francezas, Gran-Bretanha e diversas colonias britannicas, colonias britannicas da Australasia, Canada, India Britannica, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Reino de Hawai, Republica de Honduras, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Nicaragua, Noruega, Paraguay, Paizes Baixos e colonias neerlandezas, Perú, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Russia, Salvador, Servia, Reino de Sião, Republica Sul-Africana, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia, Uruguay e Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes acima enumerados, reunidos em congresso em Vienna, em virtude do art. 19 da Convenção Postal Universal concluída em Paris no 1º de junho de 1878, reviram, de commun accordo e sob reserva de ratificação, a dita Convenção, assim como o acto adicional que a ella se refere, concluido em Lisboa a 21 de março de 1885, de conformidade com as seguintes disposições :

## Art. 1º

Os paizes entre os quaes se conclue a presente Convenção, assim como os que a ella adherirem ulteriormente, formam, sob a denominação de *União Postal Universal*, um só territorio postal para a permutação reciproca das correspondencias entre as respectivas repartições do correio.

## Art. 2º

As disposições desta Convenção applicam-se ás cartas, aos bilhetes postaes simples e com resposta paga, aos impressos de qualquer natureza, aos papeis de negocio (manuscriptos), e ás amostras de mercadorias procedentes de um dos paizes da União e com destino a qualquer outro desses paizes. Applicam-se igualmente á permutação postal dos objectos supra mencionados entre os paizes da União e os estranhos a ella, sempre que esta permutação se faça mediante os serviços de duas das partes contractantes, pelo menos.



## Art. 3º

1.— As administrações dos correios dos paizes limitrophes ou aptos para se corresponderem directamente entre si, sem se utilisarem dos serviços de uma terceira administração, determinarão, de commun accordo, as condições do transporte de suas malas reciprocas pela fronteira ou de uma fronteira a outra.

2.— Salvo ajuste em contrario, considerar-se-hão serviços de terceiro os transportes maritimos effectuados directamente entre dous paizes, por meio de paquetes ou embarcações dependentes de um delles, e esses transportes, assim como os que se fizerem entre duas repartições postaes de um só paiz, por meio de serviços maritimos ou territoriaes dependentes de outro paiz, serão regulados pelas disposições do artigo seguinte.

## Art. 4º

1.— A liberdade de transito é garantida em todo o territorio da União.

2.— Nesta conformidade, as diversas administrações postaes da União poderão expedir reciprocamente, por intermedio de uma ou mais dentre ellas, não só malas fechadas, como correspondencias a descoberto, conforme as necessidades do trafico e as conveniencias do serviço postal.

3.— As correspondencias permutadas, quer a descoberto, quer em malas fechadas, entre duas administrações da União por meio dos vehiculos de uma ou varias outras administrações da União, ficarão sujeitas, em proveito de cada um dos paizes que atravessarem, ou de cujos vehiculos se aproveitarem no transporte, às seguintes despesas de transito :

1ª, pelo transito terrestre, 2 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes, e 25 centimos por kilogramma de outros objectos ;

2ª, pelo transito maritimo, 15 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes, e 1 franco por kilogramma de outros objectos.

4.— Fica todavia entendido :

1º, que, onde o transito é actualmente gratuito ou sujeito a condições mais vantajosas, se manterá esse regimen, excepto no caso previsto no § 3º, que abaixo se segue ;

2º, que, onde as despesas de transito maritimo estiverem actualmente fixadas em 5 francos por kilogramma de cartas ou de bilhetes postaes e em 50 centimos por kilogramma de outros objectos, esses preços serão conservados ;

3º, que todo o transito maritimo que não exceder a 300 milhas maritimas será gratuito, si a administração interessada já tiver direito, pelas malas ou correspondencias que della se utilisarem,

à remuneração pertencente ao transito terrestre; no caso contrario, será retribuido à razão de 2 francos por kilogramma de carta ou bilhetes postaes, e de 25 centimos por kilogramma de outros objectos;

4º, que, em caso de transporte maritimo effectuado por duas ou mais administrações, as despesas do percurso total não poderão exceder a 15 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes, e a 1 franco por kilogramma de outros objectos; estas despesas, em tal caso, serão repartidas entre essas administrações na proporção das distancias percorridas, sem prejuizo de outros ajustes entre as partes interessadas;

5º, que os preços especificados no presente artigo não se applicarão nem aos transportes, por meio de serviços dependentes de administrações estranhas à União, nem aos transportes na União por meio de serviços extraordinarios especialmente creados ou mantidos por uma administração, quer no interesse, quer a pedido de uma ou de varias outras administrações. As condições dessas duas categorias de transportes serão reguladas amigavelmente entre as administrações interessadas.

5. — As despesas de transito ficarão a cargo da administração do paiz de procedencia.

6. — A conta geral dessas despesas será baseada em extractos feitos de tres em tres annos, durante um periodo de 28 dias, que se determinará no regulamento de execução, previsto pelo art. 20 da presente Convenção.

7. — Serão isentos de quaesquer despesas de transito territorial ou maritimo a correspondencia das administrações postaes entre si, os bilhetes postaes de resposta reenviados ao paiz de procedencia, os objectos reexpedidos ou mal dirigidos, os refugos, os avisos de recepção, os vales postaes, e quaesquer outros documentos relativos ao serviço postal.

#### Art. 5º

1. — As taxas pelo transporte de objectos postaes em toda a extensão da União, comprehendida a sua entrega no domicilio dos destinatarios nos paizes da União onde o serviço de distribuição estiver ou for organizado, são as seguintes :

1º, para as cartas, 25 centimos em caso de franqueamento, e o dobro no caso contrario, por carta e por peso de 15 grammas ou fracção de 15 grammas;

2º, para os bilhetes postaes, 10 centimos por bilhete simples ou por cada uma das duas partes do bilhete com resposta paga; os bilhetes postaes não franqueados estão sujeitos á taxa das cartas não franqueadas;

3º, para os impressos de qualquer natureza, papeis de negocio (manuscriptos) e amostras de mercadorias, 5 centimos por objecto ou maço com endereço particular e por peso de 50 grammas ou fracção de 50 grammas, comtanto que o objecto ou pacote não contenha nenhuma carta ou nota manuscrita com caracter de

correspondencia actual ou pessoal, e seja acondicionado de maneira que se possa verificar facilmente.

A taxa de papeis de negocio (manuscriptos) não pôde ser inferior a 25 centimos por maço, e a taxa das amostras a 10 centimos por maço.

2. — Além das taxas e dos minimos fixados pelos paragraphos precedentes, poder-se-ha cobrar :

1º, por qualquer maço sujeito a despesas de transito maritimo de 15 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e de 1 franco por kilogramma de outros objectos, e em todas as relações sujeitas a taes despesas, uma taxa adicional que não exceda a 25 centimos por porte simples para as cartas, 5 centimos por bilhete postal e 5 centimos por 50 grammas ou fracção de 50 grammas para os outros objectos ;

2º, por qualquer objecto transportado por meio de serviços dependentes de administrações estranhas à União ou de serviços extraordinarios na União, que occasionem despesas especiaes, uma taxa adicional em relação com essas despesas.

3. — Em caso de franqueamento insufficiente, os objectos de correspondencia de qualquer natureza serão sujeitos, por conta dos destinatarios, a uma taxa dupla da somma da insufficiencia, sem que essa taxa exceda a que é cobrada no paiz de destino pelas correspondencias não franqueadas da mesma natureza, peso e procedencia.

4. — Os objectos que não forem cartas e bilhetes postaes devem ser franqueados pelo menos parcialmente.

5. — Os maços de amostras de mercadorias não podem conter objecto algum com valor mercantil : não devem exceder o peso de 250 grammas, nem apresentar dimensões superiores a 30 centimetros de comprimento, 20 de largura e 10 de espessura, ou, si tiverem a fôrma de rolo, a 30 centimetros de comprimento e 15 de diametro. Todavia, as administrações dos paizes interessados são autorizadas a adoptar, de commun accordo, para as suas permutas reciprocas, limites de peso ou de dimensões superiores aos que estão fixados acima.

6. — Os maços de papeis de negocios (manuscriptos) e de impressos não podem exceder o peso de dous kilogrammas, nem apresentar, sobre nenhum dos lados, dimensão superior a 45 centimetros. Porem-se admittir, contudo, no transporte pelo correio maços com a fôrma de cylindro, cujo diametro não exceda a 10 centimetros e cujo comprimento não ultrapasse de 75 centimetros.

#### Art. 6º

1. — Os objectos designados no art. 5º poderão ser expedidos sob registro.

2. — Todo objecto registrado está sujeito, por conta do remetente :

1º, ao preço de franqueamento ordinario, segundo a natureza da remessa ;

2º, a um premio fixo de registro de 25 centimos, no maximo, inclusive a entrega de um certificado ao remettente.

3. — O remettente de um objecto registrado pôde ter aviso do recebimento desse objecto, pagando adeantadamente uma taxa fixa de 25 centimos no maximo.

#### Art. 7º

1. — As correspondencias registradas podem ser expedidas sujeitas a cobrança até à quantia de 500 francos nas relações entre os paizes a cujas administrações convenha introduzir esse serviço. Taes objectos estão sujeitos ás formalidades e ás taxas dos objectos registrados.

2. — A importancia cobrada do destinatario deve ser devolvida ao remettente por meio de um vale postal, depois de deduzida a taxa dos vales ordinarios e um premio de cobrança de 10 centimos.

#### Art. 8º

1. — Em caso de perda de objecto registrado e salvo o caso de força maior, o remettente ou, a seu pedido, o destinatario, terá direito a uma indemnização de 50 francos.

2. — A obrigação de pagar a indemnização competirá á administração de que depender o correio remettente.

Fica reservado a essa administração o recurso contra a administração responsavel, isto é, contra a administração em cujo territorio ou serviço se tiver dado a perda.

3. — Até prova em contrario, a responsabilidade pertencerá á administração que, tendo recebido o objecto sem fazer observação, não puder provar nem a entrega ao destinatario, nem, si a tiver effectuado, a transmissão regular á administração seguinte. Quanto aos objectos dirigidos á « posta-restante », a responsabilidade cessará com a entrega a uma pessoa que, segundo as regras em vigor no paiz de destino, houver provado que seu nome e seus titulos estão de accordo com as indicações do endereço.

4. — O pagamento da indemnização pela administração expedidora deverá effectuar-se o mais cedo possivel, e, o mais tardar, no prazo de um anno, contado do dia da reclamação.

A administração responsavel será obrigada a pagar sem demora á administração expedidora a somma da indemnização paga por esta. No caso em que o correio responsavel communique ao correio remettente que não effectue o pagamento, deverá aquelle pagar a este ultimo as despesas que proviriam do não pagamento.

5. — Fica entendido que a reclamação só será admittida no prazo de um anno contado da entrega, ao correio, do objecto registrado; passado este termo, o reclamante não terá direito a indemnização alguma.

6.— Si a perla se tiver dado no curso do transporte, sem que seja possível determinar em que territorio se deu o facto, as administrações interessadas repartirão entre si o prejuizo.

7.— As administrações cessarão de ser responsaveis pelos objectos registrados, quando os interessados os tiverem recebido e delles passado recibo.

#### Art. 9º

1.— O remetente de um objecto de correspondencia póde fazer retiral-o do correio ou modificar-lhe o endereço, uma vez que tal objecto não tenha sido entregue ao destinatario.

2.— O pedido para este fim formulado será transmittido por via postal ou telegraphica, á custa do remetente, que pagará:

1º, por qualquer pedido por via postal, a taxa applicavel a uma carta simples registrada ;

2º, por qualquer pedido por via telegraphica, a taxa do telegramma segundo a tarifa ordinaria.

3.— As disposições do presente artigo não são obrigatorias para os paizes cuja legislação não permite ao remetente dispor de um objecto em via de transporte.

#### Art. 10

Os paizes da União que não tiverem o franco por unidade monetaria, fixarão as suas taxas em suas respectivas moedas no equivalente das taxas determinadas pelos precedentes arts. 5º e 6º. Terão a faculdade de arredondar as fracções conforme o quadro inserto no regulamento de execução, mencionado no art. 20 da presente Convenção.

#### Art. 11.

1.— O franqueamento de todo e qualquer objecto só poderá ser effectuado por meio de sellos postaes válidos no paiz de procedencia para a correspondencia dos particulares. Todavia, serão igualmente considerados como devidamente franqueados os bilhetes postaes — resposta que tiverem sellos do paiz de emissão respectivo.

2.— As correspondencias officiaes relativas ao serviço dos correios, e trocadas entre as administrações postaes, são as unicas exceptuadas desta obrigação e isentas de taxa.

3.— As correspondencias postadas em pleno mar na caixa de um navio, ou entregues em mão dos commandantes de navio, poderão ser franqueadas por meio dos sellos e segundo a tarifa do paiz a que pertencer ou de que depender o navio. Si a entrega a bordo effectuar-se durante a estada nos dous pontos extremos da carreira, ou em uma das escalas intermediarias, o franqueamento só terá valor quando feito por meio de sellos e segundo a tarifa do paiz em cujas aguas achar-se o navio.

## Art. 12

1.— Cada administração reterá por inteiro para si as quantias cobradas em execução dos precedentes arts. 5º, 6º, 7º, 10 e 11, salvo a importancia dos vales previstos no § 2º do art. 7º.

2.— Consequentemente, quanto a estas quantias, não haverá contas entre as diversas administrações da União, excepto no tocante aos vales de que trata o § 1º do presente artigo.

3.— Pelas cartas e outros objectos postaes não pôde, tanto no paiz de procedencia como no de destino, ser exigida dos remetentes ou dos destinatarios taxa alguma ou direito postal, além daquelles que são estabelecidos pelos artigos supra mencionados.

## Art. 13

1.— Os objectos de correspondencia de qualquer natureza serão, a pedido dos remetentes, entregues no domicilio por portador especial, immediatamente depois da chegada, nos paizes da União que consentirem em encarregar-se desse serviço nas suas relações reciprocas.

2.— Esses objectos, que são qualificados « expressos », serão sujeitos a uma taxa especial pela entrega no domicilio. Esta taxa é fixada em 30 centimos e deverá ser paga completa e adeantadamente pelo remetente, além da taxa ordinaria, pertencendo á administração do paiz de origem.

3.— Quando o objecto for destinado a uma localidade onde não exista agencia de correio, a administração dos correios do destinatario poderá receber uma taxa complementar, até á importancia do preço fixado para a entrega por expresso no seu serviço interno, deduzida a taxa fixa paga pelo remetente ou o seu equivalente na moeda do paiz que receber este complemento.

4.— Os objectos expressos incompletamente franqueados quanto ás taxas que devem pagar adeantadas, serão distribuidos pelos meios ordinarios.

## Art. 14

1.— Nenhuma taxa supplementar será cobrada pela reexpedição de objectos postaes no interior da União.

2.— As correspondencias cahidas em refugio não darão logar á restituição dos direitos de transito pertencentes ás administrações intermediarias pelo transporte anterior das ditas correspondencias.

3.— As cartas e os bilhetes postaes não franqueados e as correspondencias de qualquer natureza insufficientemente franqueadas, que voltarem ao paiz de origem, em consequencia de reexpedição ou por terem cahido em refugio, estarão sujeitos, por conta dos destinatarios ou dos remetentes, ás mesmas taxas que os objectos similares dirigidos directamente do paiz do primeiro destino ao paiz de procedencia.

## Art. 15

1. — Poderão ser trocadas malas fechadas entre as repartições postaes de um dos paizes contractantes aos commandantes de divisões navaes ou navios de guerra desse mesmo paiz estacionados no estrangeiro, por intermedio dos serviços territoriaes ou maritimos dependentes de outros paizes.

2. — As correspondencias de qualquer natureza contidas em taes malas deverão ter o endereço ou ser procedentes dos estados-maiores e das equipagens dos navios destinatarios ou expedidores das malas; as tarifas e as condições de transporte que lhes são applicaveis serão determinadas, segundo seus regulamentos internos, pelas administrações dos correios do paiz a que pertencerem os navios.

3. — Salvo ajuste em contrario entre as repartições interessadas, a repartição postal expedidora ou destinataria das malas de que se trata será devedora, para com as repartições intermediarias, das despesas de transito calculadas conforme as disposições do art. 4º.

## Art. 16

1. — Não terão curso :

a) papeis de negocios (manuscriptos), amostras e impressos, não franqueados pelo menos parcialmente, ou que não estiverem acondicionados de maneira que não se possa verificar facilmente o conteúdo ;

b) objectos das mesmas categorias que ultrapassem os limites de peso e de dimensões fixados no art. 5º ;

c) amostras de mercadorias com um valor mercantil.

2. — Em tal caso os objectos mencionados no paragrapho precedente deverão ser devolvidos ao correio de origem e entregues, si possível for, ao remettente.

3. — E' prohibido :

1º, expedir pelo correio :

a) amostras e outros objectos que, por sua natureza, possam apresentar perigo para os empregados postaes, sujar ou deteriorar as correspondencias ;

b) materias explosivas, inflammaveis ou perigosas, animaes e insectos, vivos ou mortos, salvo as excepções previstas no regulamento.

2º, inserir nas correspondencias ordinarias ou registradas :

a) moedas com curso corrente ;

b) objectos sujeitos a direitos de alfandega ;

c) artigos de ouro ou prata, pedrarias, joias e outros objectos preciosos, mas sómente no caso de ser a sua inserção ou expedição vedada pela legislação dos paizes interessados.

4.— Os objectos comprehendidos nas prohibições do precedente § 3, e que erradamente tiverem sido admittidos à expedição, deverão ser devolvidos ao correio de origem, salvo o caso em que a administração do paiz de destino esteja autorizada por sua legislação ou por seus regulamentos internos a dispor delles de outro modo.

5.— Fica além disso reservado o direito ao governo de qualquer paiz da União de não effectuar, em seu territorio, o transporte ou a distribuição, quer dos objectos que gosam da redução de taxa, a respeito dos quaes não tiverem sido cumpridas as leis, ordens ou decretos que regulem as condições de sua publicação ou de sua circulação nesse paiz, quer das correspondencias de qualquer natureza que tragam ostensivamente inscripções, desenhos, etc., prohibidos pelas disposições legais ou regulamentares em vigor no mesmo paiz.

### Art. 17

1.— As administrações da União que tiverem relações com paizes situados fóra della permittirão que todas as outras administrações se aproveitem destas relações para a permutação da correspondencia com os ditos paizes.

2.— As correspondencias trocadas entre um paiz da União e um paiz a ella estranho, por intermedio de outro paiz da União, serão tratadas, pelo que toca ao transporte fóra dos limites da União, segundo as convenções, accordos ou disposições particulares que regerem as relações postaes entre este ultimo paiz e o paiz estranho à União.

3.— Quanto às despesas de transito na União, as correspondencias procedentes de um paiz estranho, ou a elle destinadas, serão igualadas às provenientes ou destinadas ao paiz da União que mantiver relações com esse primeiro paiz.

4.— Quanto às despesas de transito fóra dos limites da União, as correspondencias destinadas a um paiz estranho ficarão sujeitas, em proveito do paiz da União que mantiver relações com o paiz estranho, às seguintes despesas de transito :

a) pelo percurso maritimo fóra da União, 20 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes, e 1 franco por kilogramma de outros objectos ;

b) pelo percurso territorial fóra da União, si este se der, às despesas por kilogramma indicadas pelo paiz da União que mantiver relações com o paiz estranho que servir de intermediario.

5.— Em caso de transporte maritimo effectuado por duas ou mais administrações, as despesas do percurso maritimo total, na União e fóra della, não poderão exceder a 20 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e a 1 franco por kilogramma de outros objectos. Neste caso, taes despesas serão repartidas entre essas administrações, na proporção das distancias percorridas, sem prejuizo dos differentes accordos entre as partes interessadas.



6.—As despesas de transito fóra da União, acima mencionadas, correrão por conta da administração do paiz de procedencia, e applicar-se-hão a todas as correspondencias expedidas tanto a descoberto, como em malas fechadas. Mas, no caso de malas fechadas enviadas de um paiz da União com destino a um paiz a ella estranho ou de um paiz estranho com destino a um paiz da União, deverá ser previamente firmado, entre as administrações interessadas, um accordo relativo ao modo do pagamento das despesas de transito.

7.—A conta geral das despesas de transito das correspondencias trocadas entre um paiz da União e um paiz estranho, por intermedio de outro paiz da União, far-se-ha sobre a base de quadros que serão feitos ao mesmo tempo que os quadros organizados em virtude do art. 4º precedente, para a avaliação das despesas de transito na União.

8.—As taxas a cobrar em um paiz da União pelas correspondencias destinadas a um paiz a ella estranho ou procedentes deste paiz, e que transitarem por intermedio de outro paiz da União, não poderão nunca ser inferiores à tarifa normal da União. Essas taxas pertencerão integralmente ao paiz que as cobrar.

#### Art. 18

As altas partes contractantes se obrigarão a tomar, ou a propôr às suas legislaturas respectivas, as medidas necessarias para punir o emprego fraudulento, na franquia de correspondencias, de sellos falsificados ou já servidos. Ellas se obrigarão igualmente a tomar ou a propôr às suas legislaturas respectivas, as medidas necessarias para impedir e reprimir as operações fraudulentas de fabrico, venda, troca (*colportage*), ou distribuição de vinhetas e sellos em uso no serviço dos correios, falsificados ou imitados de tal maneira que possam ser confundidos com as vinhetas e sellos emitidos pela administração de um dos paizes adherentes.

#### Art. 19

O serviço das cartas e encomendas com valor declarado e o dos vales postaes, das encomendas, da cobrança de valores, dos livretes de identidade, das assignaturas de jornaes, etc., constituirão materia de accordos particulares entre os diversos paizes ou grupos de paizes da União.

#### Art. 20

1.—As administrações postaes dos diversos paizes que compoem a União serão competentes para estabelecer, de commun accordo, em um regulamento de execução, todos os promenores que forem julgados necessarios.

2.— As diferentes administrações poderão além disso fazer entre si os accordos necessarios sobre os pontos que não interessarem a toda a União, comtanto que esses accordos não deroguem a presente Convenção.

3.— E' todavia permittido ás administrações interessadas entenderem-se mutuamente para a adopção de taxas reduzidas em um raio de 30 kilometros.

#### Art. 21

1.— A presente Convenção não altera a legislação de cada paiz na parte que não está prevista pelas estipulações nella contidas.

2.— Não restringe o direito que teem as partes contractantes de manter e celebrar tratados, assim como de manter e estabelecer uniões mais intimas para o melhoramento das relações postaes.

#### Art. 22

1.— Será mantida, sob o nome de *Secretaria Internacional da União Postal Universal*, uma repartição central, que funcionará sob a alta inspecção da administração dos correios suissos e cujas despesas serão pagas por todas as administrações da União.

2.— Esta secretaria fica encarregada de reunir, coordenar, publicar e distribuir as informações de qualquer natureza que interessem ao serviço internacional dos correios; de dar parecer, a pedido das partes interessadas, sobre as questões litigiosas; de informar sobre propostas de modificação dos actos dos congressos; de communicar as concessões adoptadas, e, em geral, de proceder aos estudos e trabalhos que forem necessarios no interesse da União Postal.

#### Art. 23

1.— Em caso de desaccordo entre dous ou mais membros da União, relativamente á interpretação da presente Convenção ou á responsabilidade de uma administração em caso de perda de um objecto registrado, a questão suscitada será resolvida por juizo arbitral. Para este fim, cada uma das administrações litigantes escolherá outro membro da União que não seja directamente interessado no litigio.

2.— A decisão dos arbitros será dada por maioria absoluta de votos.

3.— Em caso de empate dos votos, os arbitros escolherão, para decidir, outra administração igualmente desinteressada no litigio.

4.— As disposições do presente artigo applicar-se-hão igualmente a todos os accordos firmados em virtude do precedente art. 19.

## Art. 24

1.— Os paizes que não tomarem parte na presente Convenção serão admittidos a adherir-lhe, si o pedirem.

2.— Esta adhesão será communicada, por via diplomatica, ao governo da Confederação Suissa, e por esse governo a todos os paizes da União.

3.— Ella importará, de pleno direito, accessão a todas as clausulas e admissão a todas as vantagens estipuladas pela presente Convenção.

4.— Compete ao governo da Confederação Suissa determinar, de commun accordo com o governo do paiz interessado, a parte contributiva da administração deste ultimo paiz, nas despesas da secretaria internacional, e, si preciso for, as taxas que esta administração possa cobrar em conformidade do precedente art. 10.

## Art. 25

1.— Reunir-se-hão congressos de plenipotenciarios dos paizes contractantes ou simples conferencias administrativas, conforme a importancia das questões que se devam resolver, sempre que houver pedido feito ou approvado por dous terços, pelo menos, dos governos ou administrações, segundo o caso.

2.— Contudo, dever-se-ha reunir um congresso, pelo menos todos os cinco annos.

3.— Cada paiz poderá ser representado, quer por um ou mais delegados, quer pela delegação de outro paiz; mas fica entendido que o delegado ou os delegados de um paiz não poderão ser encarregados simultaneamente da representação de dous paizes, comprehendendo o que representarem.

4.— Nas deliberações, cada paiz disporá de um só voto.

5.— Cada congresso fixará o logar da reunião do proximo congresso.

6.— Para as conferencias, as administrações fixarão os logares de reunião, sob proposta da secretaria internacional.

## Art. 26

1.— No intervallo que decorrer entre as reuniões, qualquer administração de correios de um paiz da União terá direito de dirigir ás outras administrações participantes, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas ao regimen da União.

2.— Toda proposta terá o seguinte processo:

A's administrações da União será dado um prazo de cinco mezes para examinarem as propostas e fazerem chegar á secretaria internacional, si for caso para isso, suas observações, emendas e contra-propostas. As respostas serão reunidas pela secretaria

internacional e communicadas ás administrações, convidando-as a se pronunciarem *pro* ou contra. As administrações que não fizerem chegar seu voto no prazo de seis mezes, a contar da data da segunda circular da secretaria internacional, communicando-lhes as observações a respeito, serão consideradas como se tendo absterido de dar o referido voto.

3. — Para se tornarem executórias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13, 15 e 18 ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições da Convenção que não sejam as dos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18 e 26 ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições da Convenção, excepto o caso de litigio previsto no precedente art. 23.

4. — As resoluções válidas serão confirmadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, que o governo da Confederação Suissa é encarregado de redigir e transmittir a todos os governos dos paizes adherentes ; e, no terceiro caso, por uma simples communicação da secretaria internacional a todas as administrações da União.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será posta em pratica dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

#### Art. 27

São considerados como formando, para a applicação dos precedentes arts. 22, 25 e 26, um só paiz ou uma só administração, segundo o caso :

- 1.º O imperio da India Britannica ;
- 2.º O dominio do Canadá ;
- 3.º O conjuncto das colonias britannicas da Australasia ;
- 4.º O conjuncto das colonias dinamarquezas ;
- 5.º O conjuncto das colonias hespanholas ;
- 6.º O conjuncto das colonias francezas ;
- 7.º O conjuncto das colonias hollandezas ;
- 8.º O conjuncto das colonias portuguezas.

#### Art. 28

A presente Convenção entrará em execução em 1 de julho de 1892, e vigorará durante tempo indeterminado ; mas cada parte contractante terá o direito de se retirar da União, mediante aviso dado um anno antes por seu governo ao governo da Confederação Suissa.

## Art. 29

1. — Serão derogadas a partir do dia em que a presente Convenção for posta em execução, todas as disposições dos tratados, convenções, accordos ou outros actos firmados anteriormente entre os diversos paizes ou administrações, as quaes não se conciliem com os termos da presente Convenção, sem prejuizo dos direitos reservados pelo art. 21 precedente.

2. — A presente Convenção será ratificada logo que possivel for. Os actos de ratificação serão trocados em Vienna.

3. — Em fé do que, os plenipotenciarios dos paizes acima enumerados assignaram a presente Convenção em Vienna aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha e protectorados allemães : Dr. *V. Stephan*. — *Sachse*. — *Fritsch*.

Pelos Estados Unidos da America: *N. M. Brooks*. — *William Potter*.

Pela Republica Argentina: *Carlos Calvo*.

Pela Austria : *Obentraut*. — Dr. *Hoffmann*. — Dr. *Lilienau*. — *Habberger*.

Pela Hungria : *P. Heim*. — *S. Schrimpf*.

Pela Belgica : *Lichtervelde*.

Pela Bolivia:

Pelo Brazil : *Luiz Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria: *P. M. Mattheeff*.

Pelo Chile :

Pela Republica da Colombia: *G. Michelsen*.

Pelo Estado Independente do Congo: *Stassin*. — *Lichtervelde*.

— *Garant*. — *De Craene*.

Pela Republica de Costa Rica:

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas : *Lund*.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto: *Y. Saba*.

Pelo Equador:

Pela Hespanha e colonias hespanholas : *Federico Bas*.

Pela França : *Montmarin*. — *J. de Selves*. — *Ansault*.

Pelas colonias francezas: *G. Gabrié*.

Pela Gran-Bretanha e diversas colonias britannicas: *S. A. Blackwood*. — *H. Buxton Forman*.

Pelas colonias britannicas da Australasia :

Pelo Canada:

Pela India britannica : *H. M. Kisch*.

Pela Grecia : *J. Georgantas*.

Por Guatemala: Dr. *Gothelf Meyer*.

Pela Republica do Haiti :

Pelo Reino de Hawai: *Eugène Borel*.

Pela Republica de Honduras:

Pela Italia : *Emilio Chiaradia*. — *Felice Salivetto*.

Pelo Japão : *Indo*. — *Fujita*.

Pela Republica da Liberia: *B. de Steim.*—*W. Ko ntzer.*—*C. Goedelt.*

Pelo Luxemburgo: *Mongenast.*

Pelo Mexico: *L. Breton y Vedra.*

Pelo Montenegro: *Obentraut.*—*Dr. Hofmann.*—*Dr. Lilienau.*  
—*Habberger.*

Pela Nicaragua:

Pela Noruega: *Thb. Heyerdahl.*

Pelo Paraguay:

Pelos Paizes Baixos: *Hofstede.*—*Baron van der Feltz.*

Pelas colonias neerlandezas: *Johs I. Perk.*

Pelo Perú: *D. C. Urrea.*

Pela Persia: *Genl. N. Semino.*

Por Portugal e colonias portuguezas: *Guilhermino Augusto de Barros.*

Pela Romania: *Coronel A. Gorjean.*—*S. Dimitrescu.*

Pela Russia: *General de Besach.*—*A. Shalkovsky.*

Pelo Salvador: *Luis Kehlmann.*

Pela Servia: *Svetozar J. Gvozditich.*—*Et. W. Popovotch.*

Pelo Reino de Sião: *Luang Surya Nuvatr.*—*H. Keuchenius.*

Pela Republica Sul-Africana:

Pela Suecia: *E. von Kruzenstjerna.*

Pela Suissa: *Ed. Höhn.*—*C. Delessert.*

Pela Regencia de Tunis: *Mmtmarin.*

Pela Turquia: *E. Petacci.*—*A. Fahri.*

Pelo Uruguay: *Federico Susviela Guarach.*—*José G. Busto.*

Pelos Estados Unidos de Venezuela: *Carlos Matzenauer.*

## II

### PROTOCOLLO FINAL

No momento de procederem á assignatura das Convenções firmadas pelo Congresso Postal Universal de Vienna, os plenipotenciarios abaixo assignados convieram no seguinte:

#### I

Em revogação do disposto no art. 6º da Convenção, que fixa em 25 centimos no maximo a taxa do registro, fica ajustado que os Estados fôr da Europa são autorisados a manter o maximo de 50 centimos, inclusive a entrega de um certificado ao remetente.

#### II

Em revogação das disposições do art. 8º da Convenção, fica ajustado, como medida transitoria, que as administrações dos paizes fôra da Europa, cuja legislação é actualmente contraria

ao principio da responsabilidade, conservarão a faculdade de adiar a applicação desse principio até á data em que obtiverem do Poder Legislativo a respectiva autorisação.

Até então as outras administrações da União não serão obrigadas a pagar indemnização pela perda, em seus respectivos serviços, de objectos registrados destinados aos ditos paizes ou delles procedentes.

### III

A' Bolivia, Chile, Costa Rica, Republica Dominicana, Equador, Haiti, Honduras e Nicaragua, que fazem parte da União Postal, mas não foram representadas no congresso, ficará aberto o protocollo afim de adherirem ás convenções que foram alli concluidas ou sómente a qualquer dellas.

O protocollo ficará igualmente aberto ás colonias britannicas da Australasia, cujos delegados no congresso declararam a intenção desses paizes de adherirem á União Postal Universal a contar de 1 de outubro de 1891.

Semelhantemente fica aberto á Republica Sul-Africana, cujo delegado no congresso manifestou a intenção desse paiz de adherir á União Postal Universal, reservando-se fixar ulteriormente a data da sua entrada nessa União.

Finalmente, para facilitar aos outros paizes que ainda estão fóra da União Postal Universal a sua entrada nesta, fica-lhes o protocollo igualmente aberto.

### IV

O protocollo fica aberto em favor dos paizes cujos representantes só assignaram hoje a Convenção principal ou um certo numero apenas das convenções acceitas pelo congresso, afim de que possam adherir ás demais convenções firmadas nesta data ou a qualquer dellas.

### V

As adhesões previstas no artigo III precedente deverão ser notificadas ao governo imperial e real da Austria-Hungria, em forma diplomatica, pelos respectivos governos. O prazo que lhes é concedido para essa notificação findará em 1 de junho de 1892.

### VI

Si uma ou algumas das partes contractantes das convenções postaes firmadas nesta data em Vienna, não ratificarem qualquer outra dessas convenções, esta convenção não deixará por isso de vigorar para os Estados que a tiverem ratificado.

Em fé do que, os plenipotenciarios, abaixo assignados, lavraram o presente protocollo final que terá a mesma força e

valor como si suas disposições estivessem inseridas no proprio texto das convenções a que elle se refere e o firmaram em um exemplar que ficará depositado nos archivos do governo austriaco e do qual será remetida uma cópia a cada um dos paizes contractantes.

Feito em Vienna aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha e protectorados allemães : Dr. V. *Stephan*.  
— *Sachse*.— *Fritsch*.

Pelos Estados Unidos da America: N. M. *Brooks*.— *William Potter*.

Pela Republica Argentina: *Carlos Calvo*.

Pela Austria : *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*.— *Habberger*.

Pela Hungria : *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.

Pela Belgica : *Lichtervelde*.

Pela Bolivia :

Pelo Brazil: *Luiz Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria : *P. M. Mattheeff*.

Pelo Chile :

Pela Republica da Colombia: *G. Michelsen*.

Pelo Estado independente do Congo: *Stassin*.— *Lichtervelde*.— *Garant*.— *De Craene*.

Pela Republica de Costa Rica :

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas: *Lund*.

Pela Republica Dominicana :

Pelo Egypto: *Y. Saba*.

Pelo Equador:

Pela Hespanha e colonias hespanholas : *Federico Bas*.

Pela França: *Montmarin*.— *J. de Selves*.— *Ansault*.

Pelas colonias francezas : *G. Gabrié*.

Pela Gran-Bretanha e diversas colonias britannicas : *S. A. Blachwood*.— *H. Buxton Forman*.

Pelas colonias britannicas da Australasia :

Pelo Canadá :

Pela India Britannica : *H. M. Kisch*.

Pela Grecia : *I. Georgantas*.

Pela Guatemala : Dr. *Gothelt Meyer*.

Pela Republica do Haiti :

Pelo Reino de Hawai : *Eugène Borel*.

Pela Republica de Honduras :

Pela Italia : *Emidio Chiaravia*.— *Felice Salivetto*.

Pelo Japão : *Indo*.— *Fujita*.

Pela Republica da Liberia : *B. de Steim*.— *W. Koentzer*.— *C. Goedelt*.

Pelo Luxemburgo : *Mongenast*.

Pelo Mexico : *L. Breton y Vedra*.

Pelo Montenegro: *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*.— *Habberger*.

Pela Nicaragua :

Pela Noruega : *Thb. Heyerdahl*.



Pelo Paraguay :

Pelos Paizes Baixos : *Hoßtede*.— *Barão van der Feltz*.

Pelas colonias dinamarquezas : *John I. Perk*.

Pelo Perú : *D. C. Urrea*.

Pela Persia : *Genl. N. Semino*.

Por Portugal e colonias portuguezas : *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania : *Coronel A. Gorgean*.— *S. Dimitrescu*.

Pela Russia : *General de Bésach*.— *A. Skalkovsky*.

Pelo Salvador : *Luiz Kehlmann*.

Pela Servia : *Svetozar I. Geoditch*.— *Et. W. Popovitch*.

Pelo Reino de Sião : *Luang Suriya Nuvatr*.— *II. Keuchenius*.

Pela Republica Sul-Africana :

Pela Suecia : *E. von Krusenstjerna*.

Pela Suissa : *Ed. Köhn*.— *C. Delessert*.

Pela Regencia de Tunis : *Montmarin*.

Pela Turquia : *E. Petacci*.— *A. Fahri*.

Pelo Uruguay : *Federico Susviela Guarch*.— *José G. Busto*.

Pelos Estados Unidos de Venezuela : *Carlos Matzenauer*.

### III

#### REGULAMENTO DE DETALHE E DE ORDEM PARA A EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO

Concluida entre a Allemanha e protectorados allemães, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brazil, Bulgaria, Chile, Republica da Colombia, Estado independente do Congo, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, França e colonias francezas, Gran-Bretanha e diversas colonias britannicas, colonias britannicas da Australasia, Canada, India Britannica, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Reino de Hawai, Hespanha e colonias hespanholas, Republica de Honduras, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Nicaragua, Noruega, Paraguay, Paizes Baixos e colonias neerlandezas, Perú, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Russia, Salvador, Servia, Reino de Sião, Republica Sul-Africana, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia, Uruguay e Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assignados, de conformidade com o art. 20 da Convenção Postal Universal concluida em Vienna em 4 de junho de 1891, convieram de *commun accord* em nome das suas respectivas administrações nas seguintes medidas que asseguram a execução da dita Convenção:

#### I

##### DIRECÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS

1. — Cada administração é obrigada a expedir, pelas mais rapidas vias de que possa dispor para as suas proprias remessas,

as malas fechadas e as correspondencias avulsas que lhe forem entregues por outra administração.

2. — As administrações que usarem da faculdade de cobrar taxas supplementares, que representem despesas extraordinarias inherentes a certas vias, poderão deixar de dirigir por essas vias, quando haja outros meios de comunicação, as correspondencias insufficientemente franqueadas para as quaes o emprego das ditas vias não tenha sido expressamente reclamado pelos remetentes.

## II

### TROCA EM MALAS FECHADAS

1. — A troca das correspondencias em malas fechadas entre as administrações da União será regulada de commun accordo e segundo as necessidades do serviço entre as administrações interessadas.

2. — Si se tratar de troca que tenha de ser feita por intermedio de um ou mais paizes, as administrações desses paizes deverão ser prevenidas em tempo opportuno.

3. — E' além disso obrigatorio, neste ultimo caso, organizar malas fechadas, sempre que o numero das correspondencias for tal que embarace as operações de uma administração intermedia, segundo a declaração desta administração.

4. — Em caso de mudança num serviço de trocas de malas fechadas, estabelecido entre duas administrações, por intermedio de um ou de varios outros paizes, a administração que provocar a mudança deverá dar conhecimento às administrações dos paizes por cujo intermedio ella se effectuar.

## III

### SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Os serviços extraordinarios da União, que dão logar às despesas especiaes, cuja fixação, pelo art. 4º da Convenção, é reservada a accordo entre as administrações interessadas, são exclusivamente:

1º, os que são mantidos para o transporte territorial accelerado da mala *das Indias*;

2º, o que a administração dos correios dos Estados Unidos da America mantem em seu territorio para o transporte das malas fechadas entre o Oceano Atlantico e o Oceano Pacifico;

3º, o que está estabelecido para o transporte das malas pela estrada de ferro entre Colon e Panamá.

## IV

### FIXAÇÃO DAS TAXAS

1. — Em execução do art. 10 da Convenção, as administrações dos paizes da União que não tiverem o franco por unidade monetaria, cobrarão suas taxas conforme os seguintes equivalentes:

| PAIZES DA UNIÃO                                                                                                                                                                                                                                                | 25 CENTIMOS             | 10 CENTIMOS            | 5 CENTIMOS             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|
| Allemanha.....                                                                                                                                                                                                                                                 | 20 pfennig.             | 10 pfennig.            | 5 pfennig.             |
| Protectorados allemães :                                                                                                                                                                                                                                       |                         |                        |                        |
| Territorio de Cameroun, Companhia da Nova Guiné, Territorio do Fogo, Territorio da Africa do Sud-Oeste, Territorio da Africa Oriental, Territorio das Ilhas Marshall.....                                                                                      | 20 pfennig.             | 10 pfennig.            | 5 pfennig.             |
| Argentina (Republica).....                                                                                                                                                                                                                                     | 8 centavos.             | 4 centavos.            | 2 centavos.            |
| Austria-Hungria.....                                                                                                                                                                                                                                           | 10 keuzer.              | 5 keuzer.              | 3 keuzer.              |
| Bolivia.....                                                                                                                                                                                                                                                   | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Bosnia-Herzegovina.....                                                                                                                                                                                                                                        | 10 keuzer.              | 5 keuzer.              | 3 keuzer.              |
| Brazil.....                                                                                                                                                                                                                                                    | 100 réis.               | 50 réis.               | 25 réis.               |
| Canada.....                                                                                                                                                                                                                                                    | 5 cents.                | 2 cents.               | 1 cent.                |
| Chile.....                                                                                                                                                                                                                                                     | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Colombia.....                                                                                                                                                                                                                                                  | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Costa-Rica.....                                                                                                                                                                                                                                                | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Dinamarca.....                                                                                                                                                                                                                                                 | 20 ore.                 | 10 ore.                | 5 ore.                 |
| Colonias dinamarquezas :                                                                                                                                                                                                                                       |                         |                        |                        |
| Groenlandia.....                                                                                                                                                                                                                                               | 20 ore.                 | 10 ore.                | 5 ore.                 |
| Antilhas dinamarquezas.....                                                                                                                                                                                                                                    | 5 cents.                | 2 cents.               | 1 cent.                |
| Dominicana (Republica).....                                                                                                                                                                                                                                    | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Egypto.....                                                                                                                                                                                                                                                    | 1 piastra.              | 5 millesimos de libra. | 2 millesimos de libra. |
| Equador.....                                                                                                                                                                                                                                                   | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Colonias hespanholas :                                                                                                                                                                                                                                         |                         |                        |                        |
| Cuba, Porto Rico, Ilhas Philipinas e dependencias e estabelecimentos do golpho de Guiné....                                                                                                                                                                    | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Estados Unidos da America.....                                                                                                                                                                                                                                 | 5 cents.                | 2 cents.               | 1 cent.                |
| Gran-Bretanha.....                                                                                                                                                                                                                                             | 2 ½ pence.              | 1 penny.               | ½ penny.               |
| Colonias britannicas :                                                                                                                                                                                                                                         |                         |                        |                        |
| Antigua, Bahamas (ilhas), Barbada, Bermudas, Costa d'Ouro, Dominica, Falkland (ilhas), Gambia, Granada, Jamaica, Lagos, Malta, Montserrat, Nevis, S. Christovão, Santa Lucia, S. Vicente, Serra Leoa, Tabago, Trindade, Turcas, (ilhas) e Virgens (ilhas)..... | 2 ½ pence.              | 1 penny.               | ½ penny.               |
| Colonias britannicas da Australasia : Nova Galles do Sul, Victoria, Queensland, Australia Occidental, Australia Meridional, Tasmania, Nova Zelandia e Nova Guiné britannica.....                                                                               | 2 ½ pence.              | 1 penny.               | ½ penny.               |
| Guyana ingleza, Hong-Kong, Labaoan, Straits-Settlements, e Terra Nova.....                                                                                                                                                                                     | 5 cents.                | 2 cents.               | 1 cent.                |
| Bornáo do Norte britannico.....                                                                                                                                                                                                                                | 6 cents de dollar.      | 3 cents de dollar.     | 1 cent de dollar.      |
| Honduras.....                                                                                                                                                                                                                                                  | 6 cents.                | 3 cents.               | 1 cent.                |
| Mauricia (ilha) e dependencias....                                                                                                                                                                                                                             | 10 cent de rupia.       | 4 cents de rupia.      | 2 cent. de rupia.      |
| Chypre.....                                                                                                                                                                                                                                                    | 2 piastras ou 80 paras. | 1 piastra ou 40 paras. | ½ piastra ou 20 paras. |
| Ceylão.....                                                                                                                                                                                                                                                    | 14 cents de rupia.      | 5 cents de rupia.      | 2 ½ cents. de rupia.   |
| Australasia.....                                                                                                                                                                                                                                               | 2 ½ pence.              | 1 penny.               | ½ penny.               |
| Guatemala.....                                                                                                                                                                                                                                                 | centavos.               | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Haity.....                                                                                                                                                                                                                                                     | 5 centavos de piastra.  | 2 centavos de piastra. | 1 cent. de piastra.    |
| Hawai.....                                                                                                                                                                                                                                                     | 5 cents.                | 2 cents.               | 1 cent.                |
| Honduras (Republica).....                                                                                                                                                                                                                                      | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |

| PAISES DA UNIÃO                                                  | 25 CENTIMOS             | 10 CENTIMOS            | 5 CENTIMOS             |
|------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|
| Ilhas Fidji.....                                                 | 2 $\frac{1}{2}$ pence.  | 1 penny.               | $\frac{1}{2}$ penny.   |
| India Britannica.....                                            | 2 $\frac{1}{2}$ annas.  | 1 anna.                | $\frac{1}{2}$ anna.    |
| Japão.....                                                       | 1 sen.                  | 2 sen.                 | 1 sen.                 |
| Liberia.....                                                     | 5 cents.                | 2 cents.               | 1 cent.                |
| México.....                                                      | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Montenegro.....                                                  | 10 soldi.               | 5 soldi.               | 3 soldi.               |
| Nicaragua.....                                                   | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Noruega.....                                                     | 20 öre.                 | 10 öre.                | 5 öre.                 |
| Paraguay.....                                                    | 5 centavos de peso.     | 2 centavos de peso.    | 1 centavo de peso.     |
| Países Baixos e colónias neerlandesas.....                       | 12 $\frac{1}{2}$ cents. | 5 cents.               | 2 $\frac{1}{2}$ cents. |
| Perú.....                                                        | 5 centavos.             | 2 centavos.            | 1 centavo.             |
| Persia.....                                                      | 7 shahis.               | 3 shahis.              | 1 shahi.               |
| Portugal e colónias portuguezas, excepto a Índia Portugueza..... | 50 réis.                | 20 réis.               | 10 réis.               |
| India Portugueza.....                                            | 2 tangas.               | 10 réis.               | 5 réis.                |
| Rússia.....                                                      | 10 kopeks.              | 4 kopeks.              | 2 kopeks.              |
| Salvador.....                                                    | 5 centavos de peso.     | 2 centavos de peso.    | 1 centavo de peso.     |
| São.....                                                         | 7 $\frac{1}{2}$ atts.   | 3 atts.                | 1 $\frac{1}{2}$ atts.  |
| Suecia.....                                                      | 20 öre.                 | 10 öre.                | 5 öre.                 |
| Turquia.....                                                     | 40 paras.               | 20 paras.              | 10 paras.              |
| Uruguay.....                                                     | 5 centavos de piastra.  | 2 centavos de piastra. | 1 centavo de piastra.  |

2. — Em caso de mudança de systema monetario num dos paizes supra mencionados, a administração desse paiz deverá entender-se com a administração dos correios suíços para modificar os equivalentes. Compete a esta ultima administração notificar a modificação a todas as outras administrações da União por intermedio da secretaria internacional.

3. — Qualquer administração tem a faculdade de recorrer, si o julgar necessario, ao accordo previsto no paragrapho precedente, em caso de modificação importante no valor da sua moeda.

4. — As fracções monetarias resultantes não só do complemento de taxa applicavel ás correspondencias insufficientemente franqueadas, como da fixação das taxas das correspondencias trocadas com paizes estranhos á União ou das combinações das taxas da União com as taxas adicionais previstas pelo art. 5º da Convenção, poderão ser arredondadas pelas administrações que effectuarem a sua cobrança; mas a somma que por esse motivo se accrescentar, em nenhum caso poderá exceder ao valor de um vigesimo de franco (cinco centimos).

## V

### CORRESPONDENCIA COM OS PAISES ESTRANHOS Á UNIÃO

As administrações da União que tiverem relações com paizes a ella estranhos fornecerão ás outras administrações da União a

lista desses paizes, indicando as condições de remessa a que as correspondencias estão sujeitas nas relações de que se trata.

## VI

### APPLICAÇÃO DOS CARIMBOS

1. — As correspondencias procedentes dos paizes da União serão marcadas com um carimbo que indique o lugar de procedencia e a data em que forem postadas no correio.

2. — A' chegada das correspondencias, o correio de destino applicará seu carimbo de data no verso das cartas e na frente dos bilhetes postaes.

3. — A applicação dos carimbos nas correspondencia postadas em paquetes nas caixas moveis ou em mãos dos commandantes incumbira nos casos previstos pelo § 3 do art. 11 da Convenção, ao empregado postal embarcado ou, si não o houver, á repartição do correio a que as correspondencias forem entregues.

4. — As correspondencias procedentes dos paizes estranhos á União serão marcadas pelo correio da União, que as receber, com um carimbo que indique o ponto e a data de entrada no serviço do dito correio.

5. — As correspondencias não franqueadas ou insufficientemente franqueadas, serão além disso marcadas com o carimbo **T** (taxa a pagar), cuja applicação competirá ao correio do paiz de procedencia, si se tratar de correspondencias procedentes da União, e ao correio do paiz de entrada, si se tratar de correspondencias procedentes dos paizes estranhos á União.

6. — Os objectos que tiverem de ser enviados por expresso serão marcados com um carimbo, tendo em grandes letras a palavra *Express*. As administrações são contudo autorizadas a substituir este carimbo por um letreiro impresso, ou por uma inscripção manuscripta e sublinhada por lapis de côr.

7. — Todo objecto de correspondencia sem o carimbo **T** será considerado como franqueado e tratado nessa conformidade, salvo erro evidente.

## VII

### INDICAÇÃO DO NUMERO DE PORTES

1. — Quando uma carta, ou qualquer outro objecto de correspondencia estiver sujeito, em razão de seu peso, a mais de um porte simples, o correio de procedencia ou de entrada na União, conforme o caso, indicará, no angulo esquerdo superior do sobrescripto, em algarismos ordinarios, o numero dos portes cobrados ou por cobrar.

2. — Esta medida não é de rigor para as correspondencias devidamente franqueadas.

## VIII

## FRANQUIA INSUFICIENTE

1. — Quando um objecto estiver insufficientemente franqueado por meio de sellos, o correio expedidor indicará em algarismos pretos, postos ao lado dos sellos, o importe da insufficiencia, exprimindo-o em francos e centimos.

2. — Segundo esta indicação, o correio do paiz destinatario taxará o objecto no dobro da insufficiencia verificada.

3. — Quando os sellos empregados não tiverem valor para o frâqueamento, não serão tomados em consideração. Esta circumstancia será indicada pelo algarismo zero (0), posto ao lado dos sellos.

## IX

## AVISOS DE RECEPÇÃO

1. — Os objectos cujo remettente exigir aviso de recepção deverão conter a inscripção bem visivel « Aviso de recepção » ou a impressão de um carimbo contendo: A. R.

2. — Os avisos de recepção deverão ser preparados pelos correios de destino em uma formula conforme ou analoga ao modelo **A** annexo, e transmittidos por estes correios aos correios de procedencia, incumbidos de fazel-os chegar aos remettentes dos objectos a que se referirem. Os avisos de recepção deverão ser formulados em francez ou conter uma traducção sublinear nessa lingua.

## X

## FOLHAS DE AVISO

1. — As *folhas de aviso* que acompanharom as malas trocadas entre duas administrações da União serão iguaes ao modelo **B** junto ao presente regulamento. Serão incluidas em sobre-cartas de cor contendo distinctamente a indicação « *Folha de aviso* ».

Nas relações por mar que, embora periodicas e regulares, não admittirem troca quotidiana ou em dia fixo, os correios expedidores deverão numerar suas folhas de aviso em serie annual de cada correio de procedencia e para cada correio de destino, mencionando tanto quanto seja possivel, na folha de aviso, o nome do paquete ou do navio que levar a mala.

2. — Os objectos registrados serão inscriptos no quadro n. 1 da folha de aviso com os promenores seguintes: o nome do correio de procedencia e o numero do objecto, ou o nome do correio de procedencia, o nome do destinatario e o logar do destino.

Na columna *Observações* a indicação *Remb.* será accrescentada em frente do lançamento dos objectos registrados sujeitos à cobrança.

Os objectos que tiverem de ser enviados por expresso serão mencionados pelo seu numero total no quadro I da folha de aviso.

Os avisos de recepção serão lançados no quadro supra mencionado, quer isoladamente, quer em globo, conforme esses avisos forem mais ou menos numerosos.

A parte da folha de aviso intitulada *Recommendation d'office* será destinada ao lançamento dos boletins de verificação, dos officios abertos dirigidos pelo correio de permuta ao seu correspondente e bem assim das communicações do correio remittente.

3. — Quando o numero dos objectos registrados, expedidos habitualmente de um correio para outro, assim o permittir, poder-se-ha fazer uso de uma lista especial e avulsa, para substituir o quadro n. I da folha de aviso.

O numero dos objectos registrados, mencionados nessa lista, e o numero de pacotes ou saccoes que contenham taes objectos, deverão ser lançados na folha de aviso.

4. — No quadro n. II mencionar-se-hão, com os promenores que esse quadro permittir, as malas fechadas incluídas na remessa directa a que a folha de aviso se referir.

5. — Indicar-se-ha no angulo direito superior da folha de aviso o numero de pacotes ou de saccoes separados de que se compuzer cada expedição para o mesmo destino.

6. — Quando se julgar necessario, para certas relações, crear outros quadros ou rubricas na folha de aviso, esta medida poderá ser realizada de commun accordo entre as administrações interessadas.

7. — Quando algum correio não tiver objecto a remetter para outro correspondente, não deixará por isso de enviar-lhe, na forma ordinaria, mala que se componha unicamente da folha de aviso.

8. — Em caso de malas fechadas confiadas por uma administração à outra, para serem transmittidas por meio de navios mercantes, o numero de cartas e outros objectos será indicado na folha de aviso ou no endereço dessas malas.

## XI

### TRANSMISSÃO DE OBJECTOS REGISTRADOS

1. — Os objectos registrados, os avisos de recepção que lhes disserem respeito, os objectos expressos, e, dado o caso, a lista especial prevista no § 3 do artigo X, serão reunidos num pacote distincto, que deverá ser convenientemente envolvido e lacrado de modo que preserve o seu conteúdo.

2.— A esse pacote será ligada exteriormente, por meio de barbante em cruz, a sobre-carta especial contendo a folha de aviso. Em seguida o pacote será collocado no centro da mala.

3.— A existencia, na mala, de um pacote de objectos registrados, cuja descripção for feita na lista especial, mencionada no precedente § 1, deverá ser annunciada pela applicação, no alto da folha de aviso, ou de uma nota especial, ou do lettreiro ou do carimbo de registro em uso no paiz de procedencia.

4.— Fica entendido que o modo de empacotar e transmittir objectos registrados, prescripto pelos precedentes §§ 1 e 2, somente se applica ás relações ordinarias.

Para as relações importantes, cumpre ás administrações interessadas prescrever, de common accordo, disposições particulares, sob reserva, num como noutro caso, das medidas excepcionaes que devam ser tomadas pelos chefes dos correios de troca, quando tenham de assegurar a transmissão de objectos registrados que, por sua natureza, forma ou volume, não possam ser incluídos na mala.

Todavia, os correios expedicionarios indicarão, no alto da *folha de aviso*, o numero de objectos registrados que se remetterem na mala por fora do pacote ou sacco especial, misturados com a correspondencia ordinaria, e farão figurar nas *listas supplementares*, na columna das *observações*, as palavras « *Por fóra* » (*en dehors*) em frente de cada objecto.

Esses objectos serão, tanto quanto possivel, reunidos em pacotes amarrados com barbante trazendo um lettreiro com as palavras, em caracteres bem visiveis, « Registrados por fóra » (*Recommandés en dehors*) precedidas de um algarismo indicando o numero dos objectos contidos em cada pacote ».

5. — Os avisos de recepção serão collocados num envoltorio pelo correio distribuidor dos objectos registrados a que esses avisos se referirem. Esses envoltorios, revestidos da menção : « *Avis de réception — Bureau de Poste de* (nome do paiz) » serão submettidos ás formalidades do registro e encaminhados ao seu destino como objectos registrados ordinarios.

## XII

### INDEMNIZAÇÃO POR PERDA DE OBJECTO REGISTRADO

Quando a indemnização devida pela perda de um objecto registrado tiver sido paga por uma administração, por conta de outra tornada responsavel, esta será obrigada a reembolsar a quantia, no prazo de tres mezes, depois de aviso de pagamento. Este reembolso se effectuará, quer por meio de um vale postal ou de uma letra, quer em especies que tenham curso no paiz credor. Quando o reembolso da indemnização comportar despezas, estas correrão sempre por conta do correio devedor.



## XIII

## ORGANIZAÇÃO DAS MALAS

1. — Em regra geral, os objectos que compuzerem as malas deverão ser classificados e emmaçados segundo a natureza da correspondencia, separando-se os objectos franqueados dos objectos não ou insufficientemente franqueados.

2. — Toda correspondencia, depois de atada com barbante, será envolvida em quantidade de papel forte sufficiente para evitar qualquer deterioração do conteúdo, atada exteriormente, applicando-se-lhe então o sinete do correio sobre lacre ou papel gommado. Será munida de um sobrescripto impresso indicando, em pequenos caracteres, o nome do correio remetente e, em caracteres maiores, o nome do correio destinatario: « do... para... »

3. — Si o volume da correspondencia o admittir, deverá ser esta incluída num sacco, convenientemente fechado, lacrado e rotulado.

4. — Os pacotes ou saccos que contiverem objectos expressos deverão ter exteriormente uma designação que chame para esses objectos a attenção dos empregados postaes.

5. — Quando se empregarem rotulos de papel, deverão estes ser collados sobre pranchetas.

6. — O peso de cada sacco não deverá exceder a 40 kilogrammas.

7. — Os saccos deverão ser devolvidos vãos ao correio remetente na primeira remessa, salvo outro accordo entre os correios correspondentes.

## XIV

## VERIFICAÇÃO DAS MALAS

1. — O correio que receber uma mala, verificará em primeiro logar si são exactos os lançamentos feitos na folha de aviso e, dado o caso, na lista dos objectos registrados.

As malas deverão ser entregues em bom estado. Entretanto, o recebimento de uma mala não poderá ser recusado por causa do seu má estado. Si se tratar de uma mala para outro correio, que não aquella a que foi entregue, deverá ella ser envolvida de novo, conservando o quanto possível o envoltorio original. Antes de ser a mala novamente envolvida, dever-se-ha verificar o seu conteúdo, si se presumir que este não chegou intacto.

2. — Quando o correio de destino encontrar erros ou omissões, fará immediatamente as rectificações necessarias nas folhas ou listas, tendo o cuidado de inutilisar as indicações erroneas com um traço de penna, de modo que se possam reconhecer os lançamentos primitivos.

3. — Estas rectificações serão effectuadas por dous empregados em commun. Salvo erro evidente, prevalecerão sobre a declaração original.

4. — Um boletim de verificação, conforme ao modelo **C** anexo ao presente regulamento, será organizado pelo correio destinatario e enviado sem demora, sob registro *ex-officio*, ao correio expedidor.

Na mesma occasião, uma duplicata do boletim de verificação será enviada pelo correio destinatario à administração a que pertencer o correio expedidor.

No caso previsto no § 1 do presente artigo, uma cópia do boletim de verificação será incluída na mala que for de novo envolvida.

5. — O correio expedidor, depois de o examinar, devolverá o boletim com as suas observações, si para estas houver motivo.

6. — Faltando alguma mala, objecto registrado, folha de aviso ou lista especial, o facto será immediatamente testemunhado na forma competente por dous empregados do correio destinatario e levado ao conhecimento do correio expedidor por meio do boletim de verificação. Sendo necessario, este ultimo poderá além disso ser avisado por telegramma á custa do correio que o expedir.

7. — Em caso de perda de uma mala fechada, as repartições intermediarias serão responsaveis pelos objectos registrados contidos na mala, nos limites do art. 8º da Convenção, sob condição de que lhes tenha sido communicado o mais breve possivel o não recebimento da referida mala.

8. — Quando o correio destinatario não fizer chegar pelo primeiro correio à repartição expedidora um boletim de verificação, mencionando quaesquer erros ou irregularidades, a falta desse documento valerá como certificado de recepção da mala e do seu conteúdo, até prova em contrario.

## XV

### ACONDITIONAMENTO DOS OBJECTOS REGISTRADOS

1. — Os objectos de correspondencia dirigidos sob iniciaes e os que trouxerem endereço escripto a lapis não serão admittidos a registro.

2. — Nenhuma condição especial de forma ou de fechamento se exige para os objectos registrados. Cada correio terá a faculdade de applicar a essas remessas as regras estabelecidas em seu serviço interno.

3. — Os objectos registrados deverão levar um rotulo conforme ou analogo ao modelo **D** anexo ao presente regulamento, com indicação do nome do correio de procedencia e do numero de ordem sob o qual a remessa for inscripta no registro do mesmo correio.

Todavia, é permittido ás administrações, cujo regimen interno se oppõe actualmente ao emprego de rotulos, adiar a execução

dessa medida e continuar a empregar os carimbos para a designação dos objectos registrados.

4.— As remessas registradas sujeitas à cobrança deverão conter uma nota manuscrita, signal de carimbo ou um rotulo com a palavra: *Remboursement*.

5.— As remessas registradas não franqueadas ou insufficientemente franqueadas serão remettilas aos destinatarios sem taxa, mas o correio que receber alguma remessa nessas condições será obrigado a communicar o caso à sua administração, além de que esta o informe a administração de que depender o correio de procedencia. Essa administração procederá segundo as regras seguidas em seu serviço interno.

## XVI

### BILHETES POSTAES

1.— Os bilhetes postaes deverão ser expedidos a descoberto. O anverso será reservado para os sellos de franquia, as indicações relativas ao serviço postal (registrado, aviso de recepção, etc.) e para o endereço do destinatario, o qual poderá ser escripto à mão ou figurar em um rotulo collado que não exceda a dous centimetros sobre cinco.

Além disso, o remettente terá a faculdade de indicar no anverso ou no verso o seu nome e o seu endereço, quer por escripto quer por meio de carimbo, de chancellia ou de qualquer outro processo typographic.

No verso poderão ser impressas vinhetas ou annuncios (*réclamés*).

A' excepção dos sellos de franquia e dos rotulos mencionados nos §§ 1 e 6 do presente artigo, será prohibido juntar ou ligar aos bilhetes postaes quaesquer objectos.

2.— Os bilhetes postaes não poderão exceder as dimensões seguintes: comprimento, 14 centimetros; largura, nove centimetros.

3.— Sempre que seja possivel, os bilhetes postaes emittidos especialmente para circularem na União Postal deverão trazer, no anverso, em lingua franceza ou com traducção sublinear nessa lingua, o titulo seguinte:

### CARTE POSTALE

#### Union Postale Universelle

(*Coté réservé à l'adresse*)

4.— O sello destinado a representar o franqueamento será posto em um dos angulos superiores do anverso; e do mesmo modo o sello supplementar que tiver de ser adicionado.

5.— Em regra geral, os bilhetes postaes com resposta paga deverão apresentar, no anverso, como titulo impresso, na primeira parte: *Carte Postale avec réponse payée*; na segunda parte: *Carte Postale réponse*. Cada uma das duas partes, além disso, deverá preencher as outras condições impostas ao bilhete postal simples; serão dobradas uma sobre a outra e não poderão ser fechadas por qualquer fôrma.

6.— Será permittido ao remetente de um bilhete postal, com resposta paga, mencionar seu nome e endereço no anverso da parte *Réponse*, quer por escripto, quer collando nella um rotulo.

7.— O franqueamento da parte *Réponse* por meio do sello do paiz que emittiu o bilhete só será válido, si este for destinado a esse paiz. No caso contrario, ficará sujeito à taxa das cartas não franqueadas.

8.— Os bilhetes postaes simples e os de resposta paga provenientes da industria particular serão admittidos à circulação internacional, contanto que a legislação do paiz de procedencia o permita e que elles sejam conformes, ao menos quanto ao formato e à consistencia do papel, aos bilhetes postaes emittidos pelo correio de procedencia.

9.— Os bilhetes postaes que não satisfizerem, quanto às dimensões, a fôrma exterior, etc., as condições impostas pelo presente artigo a esta categoria de remessas, serão tratados como cartas.

## XVII

### PAPEIS DE NEGOCIO

#### (*Manuscriptos*)

1.— São considerados como papeis de negocio (manuscriptos), e como taes gosarão da moderação de taxa prescripta pelo art. 5º da Convenção, todas as peças e os documentos escriptos ou desenhados à mão no todo ou em parte, que não tiverem o caracter de *correspondencia actual e pessoal*, como: os autos judiciaes, os actos de qualquer genero lavrados por agentes ministeriaes, as guias de carga ou conhecimentos, as facturas, os diferentes documentos de serviço das companhias de seguro, as cópias ou extractos de escripturas particulares passadas em papel sellado ou não sellado, as partituras ou folhas de musica manuscriptas, os manuscriptos de obras ou de jornaes expedidos isoladamente.

2.— Os papeis de negocio (manuscriptos) estarão sujeitos, no que diz respeito à fôrma e ao acondicionamento, às disposições prescriptas para os impressos (artigo XVIII seguinte).

## XVIII

## IMPRESSOS

1.— São considerados como impressos, e como taes gosarão da moderação de taxa prescripta pelo art. 5º da Convenção : os jornaes e obras periodicas, os livros brochados ou encadernados, as brochuras, os papeis de musica, os cartões de visita, os cartões de endereço, as provas de imprensa com ou sem os manuscriptos a ellas relativos, os papeis com signaes em relevo para uso dos cegos, as gravuras, as photographies, as imagens, os desenhos, planos, cartas geographicas, catalogos, prospectos, annuncios e avisos diversos, impressos, gravados, lithographados ou autographados, e, em geral, quaesquer impressões ou reproducções, obtidas sobre papel, pergaminho ou cartão, por meio da typographia, da gravura, da lithographia e da autographia, ou de qualquer outro processo mecanico facil de reconhecer, excepto a contra-prova e a machina de escrever.

São considerados como facéis de reconhecer os processos mecanicos designados pelos nomes de chromographia, polygraphia, hectographia, papyrographia, velocographia, etc., mas, para gosar da moderação de taxa, as reproducções obtidas por meio desses processos devem ser postadas no correio no numero minimo de 20 exemplares, perfeitamente identicos.

2.— São excluidos da moderação de taxa os sellos ou formulas de franquia, obliterados ou não, assim como quaesquer impressos que representem um valor.

3.— Não poderão ser expedidos com redução de taxa os impressos cujo texto tenha sido modificado depois da tiragem, quer á mão, quer com o auxilio de um processo mecanico, ou tenha sido revestido de quaesquer signaes constitutivos de uma linguagem convencional.

4.— Como excepção á regra determinada pelo § 3 precedente, será permitido :

a) indicar no exterior da remessa o nome, a firma commercial e o domicilio do remettente ;

b) acrescentar á mão, nos cartões de visita impressos, o endereço do remettente, seu titulo, bem como iniciaes convencionaes ;

c) indicar ou modificar no proprio impresso, á mão ou por um processo mecanico, a data da expedição, a assignatura ou a firma commercial e a profissão, assim como o domicilio do remettente ;

d) acrescentar nas provas corrigidas o manuscripto e fazer nessas provas as mulanças e addições relativas á correcção, á forma e á impressão. No caso em que não haja espaço, essas addições poderão ser feitas em folhas especiaes ;

e) corrigir erros de impressão em outros impressos que não forem provas ;

f) riscar certos trechos de um texto impresso para tornal-os illegiveis ;

g) fazer sobresalirem por meio de traços as passagens de um texto para as quaes se deseje chamar a attenção ;

h) mencionar ou corrigir com a penna ou processo mecanico, algarismos, bem como o nome do viajante e a data da sua passagem, nas listas de preços correntes, annuncios, cotações da praça e circulares do commercio ;

i) indicar á mão, nos avisos relativos ás sahidas de navios, a data dessas sahidas ;

k) indicar nos cartões de convite e de convocação o nome do convidado, a data, o fim e o logar da reunião ;

l) acrescentar uma dedicatoria nos livros, papeis de musica, jornaes, photographias e gravuras, e bem assim a factura relativa á propria obra ;

m) nos boletins de encomendas de livreria (impressos e abertos, tendo por fim encomendas de livros, jornaes, gravuras, peças de musica), indicar no verso, á mão, as obras pedidas ou offerecidas, e riscar ou sublinhar no avverso, no todo ou em parte, as communicações impressas ;

n) pintar figurinos, cartas geographicas, etc.

5.— Serão prohibidas addições feitas á penna ou por meio de um processo mecanico que tirem ao impresso o seu character de generalidade e lhe deem o de uma correspondencia individual.

6.— Os impressos deverão ser, quer cintados ou enrolados, ou postos em cartões, ou num estojo aberto dos dous lados ou nas duas extremidades, ou num envoltorio não fechado, quer simplesmente dobrados de maneira que não se dissimule a natureza da remessa, ou, enfim, ligados por um barbante facil de desatar.

7.— Os cartões de endereço e quaesquer impressos que apresentem a fórma e a consistencia de um cartão não dobrado, poderão ser expedidos sem cinta, envoltorio, atadura ou dobra.

8.— Os cartões que tiverem o titulo « bilhete postal » não serão admittidos á tarifa dos impressos.

## XIX

### AMOSTRAS

1.— As amostras de mercadorias só gosarão da moderação de taxa que lhes é concedida pelo art. 5º da Convenção, nas condições seguintes:

2.— Deverão ser collocadas em saccoes, caixas ou envoltorios moveis, de maneira que permittam facil verificação.

3.— Não poderão ter valor mercantil, nem levar nota manuscrita que não seja o nome ou a firma social do remettente, o endereço do destinatario, uma marca de fabrica ou de negociante, numeros de ordem, preços e indicações relativas ao peso, á medida e á dimensão, assim como á quantidade disponível, ou as que forem necessarias para precisar a proveniencia ou a natureza da mercadoria.

4.— De commum accordo entre as administrações interessadas, isto é, entre as administrações do paiz de procedencia e do paiz de destino e, si se der o caso, do paiz ou paizes que effectuem o transito a descoberto ou em malas fechadas, as remessas de liquidos, oleos, corpos gordurosos, pós seccos, colorantes ou não, assim como as remessas de abelhas vivas, poderão ser admittidas ao transporte como amostras de mercadorias, contanto que sejam acondicionadas da seguinte maneira :

1.º Os liquidos, oleos e corpos gordurosos de facil liquefacção deverão ser inseridos em frascos de vidro hermeticamente fechados. Cada frasco deverá ser collocado em uma caixa de madeira sufficientemente guarnecida de serradura de madeira, de algodão, ou de substancia esponjosa em quantidade sufficiente para absorver o liquido no caso de quebrar-se o frasco. Finalmente, a propria caixa deverá ser encerrada em um estojo de metal, de madeira com tampa de parafusos ou de couro forte e espesso ;

2.º Os corpos gordurosos de difficil liquefacção, taes como unguentos, sabão, resinas, etc., cujo transporte apresenta menores inconvenientes, deverão ser postos em um primeiro envoltorio (caixa, sacco de panno, pergaminho, etc.), o qual será collocado em uma segunda caixa de madeira, metal ou couro forte e espesso ;

3.º Os pós seccos, colorantes ou não, deverão ser collocados em caixas de papelão, as quaes por sua vez serão collocadas em um sacco de panno ou de pergaminho.

4.º As abelhas vivas deverão ser encerradas em caixas dispostas de maneira que evitem qualquer perigo e permitam a verificação do conteúdo.

## XX

### OBJECTOS AGRUPADOS

E' permittido reunir numa mesma remessa amostras de mercadorias, impressos e papeis de negocio (manuscriptos), mas sob reserva das condições seguintes:

1.ª Que cada objecto tomado isoladamente não exceda os limites que lhe são applicaveis quanto ao peso e quanto à dimensão ;

2.ª Que o peso total não exceda a dois kilogrammas em cada remessa ;

3.ª Que a taxa seja no minimo de 25 centimos, si a remessa contiver papeis de negocio (manuscriptos), e de 10 centimos, si se compuzer de impressos e amostras.

## XXI

### CORRESPONDENCIAS REEXPEDIDAS

1.— Em execução do art. 14 da Convenção, salvo as excepções previstas no § 2 do presente artigo, as correspondencias de

qualquer natureza dirigidas, na União, a destinatarios que tenham mudado de residencia, serão tratadas pelo correio distribuidor como si tivessem sido endereçadas directamente do lugar da procedencia ao lugar do novo destino.

2.— A respeito das correspondencias internas de um dos paizes da União que entrarem em consequencia de reexpedição no territorio de outro paiz da União, serão observadas as regras seguintes:

1.ª As correspondencias não franqueadas, ou insufficientemente franqueadas para o primeiro transporte, serão tratadas como correspondencias internacionaes, e sujeitas pelo correio distribuidor a taxa applicavel ás correspondencias da mesma natureza directamente endereçadas do paiz de procedencia ao paiz onde se ache o destinatario ;

2.ª As correspondencias, regularmente franqueadas para o primeiro transporte, e cujo complemento de taxa pertencente ao transporte ulterior não tenha sido satisfeito antes da reexpedição, serão sujeitas, segundo a sua natureza, pelo correio distribuidor, a uma taxa igual à differença entre o preço de franqueamento já pago e o que teria sido cobrado, si tivessem sido endereçadas primitivamente ao novo destino. A importancia dessa differença deverá ser expressada em francos e centimos ao lado dos sellos pelo correio reexpedidor.

Em ambos os casos, as taxas acima previstas deverão ser pagas pelo destinatario, ainda quando, em consequencia de reexpedições successivas, as correspondencias voltem ao paiz de procedencia.

3.— Quando objectos primitivamente dirigidos ao interior de um paiz da União e franqueados a dinheiro forem reexpedidos a outro paiz, deverá a repartição indicar, sobre o objecto, a importancia da taxa cobrada em numerario.

4.— Os objectos de qualquer natureza mal dirigidos serão, sem nenhuma demora, reexpedidos pela via mais prompta ao seu destino.

5.— As correspondencias de qualquer natureza, ordinarias ou registradas, que, tendo um endereço incompleto ou erroneo, forem reenviadas aos expedidores para que o completem ou o rectifiquem, não serão, quando forem de novo postadas com um sobrescripto completado ou rectificado, consideradas como correspondencias reexpedidas, porém como novas remessas, e serão, por conseguinte, sujeitas a nova taxa.

## XXII

### REFUGOS

1.— As correspondencias de qualquer natureza cahidas em refugo, por qualquer motivo que seja, deverão ser devolvidas, logo depois dos prazos de espera exigidos pelos regulamentos do paiz destinatario, e, o mais tardar, num prazo de seis mezes nas



relações com os paizes de além-mar e de dous mezes para as outras relações, por meio dos respectivos correios e em um maço especial, com o distico *Rebuts*, levando a indicação do paiz de origem das correspondencias. Os prazos de dous e seis mezes contam-se a partir do fim do mez em que as correspondencias tenham chegado ao correio de destino.

2.— Comtudo, as correspondencias registradas, cahidas em refugo, serão reenviadas ao correio de procedencia, e como si se tratasse de correspondencias registradas com destino a esse paiz, uma vez que, em frente da inscripção nominativa do quadro n. 1 da folha de aviso ou na lista avulsa, a menção *Refugos* seja feita na columna de observações pelo correio reexpedidor.

3.— Por excepção, duas repartições correspondentes poderão, de cominun accordo, adoptar outro modo de devolução de refugos, assim como eximir-se de devolver reciprocamente certos impressos considerados como destituídos de valor.

4.— Antes de devolver ao correio de procedencia as correspondencias não entregues por qualquer motivo, devera o correio destinatario indicar de uma maneira clara e concisa, em lingua franceza, no verso dos mesmos objectos, o motivo da não entrega, sob a fórma seguinte: *inconnu, refusé, parti, non réclamé, décélé*, etc. Esta declaração deve ser feita por meio de carimbo, ou de um rotulo.

Cada administração tem a faculdade de accrescentar uma traducção, em sua lingua, do motivo da não entrega e as outras indicações que lhe convierem.

### XXIII

#### ESTATISTICA DAS DESPEZAS DE TRANSITO

1.— As estatisticas que se effectuam uma vez todos os tres annos, em execução dos arts. 4.º e 17 da Convenção, para a conta das despesas de transito da União, e fóra dos limites da União, serão reguladas segundo as disposições dos artigos seguintes durante os vinte e oito primeiros dias do mez de maio ou de novembro ( alternativamente ) do segundo anno de cada periodo triennal, para produzir seus effeitos retroactivamente, a contar do primeiro anno.

2.— A estatistica de novembro de 1893 se applicará aos annos de 1892, 1893 e 1894 ; a estatistica de maio de 1896 se applicará aos annos de 1895, 1896 e 1897, e assim por deante.

3.— Si durante o periodo da applicação da estatistica, entrar na União algum paiz que tenha relações importantes, os paizes da União, cuja situação puder, em consequencia dessa circumstancia, achar-se modificada a respeito do pagamento dos direitos de transito, terão a faculdade de reclamar uma estatistica especial exclusivamente relativa ao paiz recentemente admittido.

4.— As despesas pertencentes ao correio expedidor em virtude do transitio territorial e do transporte maritimo serão fixadas invariavelmente segundo a estatística para todo o período por esta abraçado, salvo o caso previsto no parographo precedente.

Mas quando se der uma modificação importante no curso das correspondencias, e essa modificação abranja um período de seis mezes pelo menos, os correios intermediarios se entenderão para regular entre si a partilha dessas despesas, proporcionalmente à parte da intervenção dos ditos correios no transporte das correspondencias a que essas despesas se referirem.

## XXIV

### CORRESPONDENCIAS A DESCOBERTO

1.— O correio que servir de intermediario para transmissão das correspondencias a descoberto, trocadas não só entre dous paizes da União, como também entre um paiz da União e um paiz a ella estranho, organizará antecipadamente, para cada um de seus correspondentes da União, um quadro conforme ao modelo **IE** anexo ao presente regulamento, no qual indicará, distinguindo, si assim for preciso, as diversas vias de expedição, as taxas de porte, segundo o peso, que lhe competirem pelo transporte da União de ambas as categorias dessas correspondencias por meio dos serviços de que dispõe, assim como as taxas de porto que elle tiver de abonar, em caso de necessidade, a outros correios da União, pelo transporte ulterior das ditas correspondencias na União. Havendo necessidade, pedirá em tempo opportuno aos correios dos paizes, que as correspondencias tiverem de atravessar, esclarecimentos sobre as vias que ellas deverão seguir e sobre as taxas que lhes forem applicaveis.

2.— Quando muitas vias, comportando cada uma despesas de transitio diferentes applicaveis às vias que o correio intermediario utiliza, forem abertas à transmissão das correspondencias para um mesmo paiz, o correio expedidor retribuirá ao intermediario, conforme uma tarifa unica baseada na média dos diferentes preços de transitio.

3.— Um exemplar do quadro **IE** será remettido pelo dito correio ao correio correspondente interessado, e servirá de base à conta especial entre elles por motivo da taxa intermediaria na União das correspondencias de que se trata. Esta conta será feita pelo correio que receber as correspondencias e ficará sujeita à verificação do correio expedidor.

4.— O correio expedidor organizará, segundo os dados da formula **IE**, fornecida por seu correspondente, quadros conformes ao modelo **F** anexo e destinados a mencionar para cada mala as despesas de porte intermediario das correspondencias, sem distincção de procedencia, comprehendidas na mala para serem encaminhadas por meio do dito correspondente. Para este fim,

o correio expedidor notará no quadro **F'**, que juntará á sua remessa, o peso total, segundo sua natureza, das correspondencias da especie que entregar não registradas ao correio correspondente, e este, feita a devida verificação, receberá essas correspondencias para as encaminhar aos seus destinos, confundindo-as com as suas proprias para o pagamento, si for necessario, das taxas ultteriores.

A pedido dos correios interessados, poder-se-ha distinguir no quadro **F'** a procedencia das correspondencias sujeitas a despezas de transito maritimo de 15 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e de um franco por kilogramma de outros objectos a repartir entre varias administrações.

5.— Qualquer erro na declaração do correio expedidor do quadro **F'** será communicado immediatamente a esse correio por meio de um boletim de verificação, não obstante a rectificação effectuada no proprio quadro.

6.— Na falta de correspondencias sujeitas a um porte intermediario ou estrangeiro, não se organizará o quadro **F'** e o correio expedidor escreverá no alto da folha de aviso : « *Pas de tableau F'* ».

No caso de omissão não justificada desse quadro, a irregularidade será igualmente communicada, por meio de um boletim de verificação, ao correio que tiver commettido a falta, que devera ser reparada immediatamente por este ultimo.

## XXV

### MALAS FECHADAS

1.— Das correspondencias trocadas em malas fechadas entre dous correios da União ou entre um correio da União e um correio a ella estranho, pelo territorio ou por meio dos serviços de um ou de varios outros correios, se fará um extracto conforme o modelo **G** annexo ao presente regulamento, e que será organizado segundo as disposições seguintes :

2.— No que diz respeito ás malas de um paiz da União para outro paiz da União, o correio expedidor lançará na folha de aviso para o correio destinatario da mala, o peso liquido das cartas e dos bilhetes postaes e o dos outros objectos sem distincção de procedencia nem do destino das correspondencias. Estas indicações serão verificadas pelo correio destinatario, o qual fará, no fim do periodo da estatistica, o extracto supra mencionado, em tantos exemplares quantos forem os correios interessados, inclusive o do lugar de partida.

3.— Nos quatro dias que se seguirem ao encerramento das operações de estatistica, os extractos **G** serão transmittidos pelos correios que os tiverem organizado ás repartições do correio devalor, para serem revestidos do seu acceite. Estas, depois de acceitarem taes extractos, os transmittirão á administração

central de que dependam, encarregada de os distribuir pelos correios interessados.

4.— No que diz respeito ás malas fechadas, trocadas entre um paiz da União e um paiz a ella estranho, por meio de um ou mais correios da União, as repartições postaes desse paiz farão para cada mala expedida ou recebida um extracto **G** que transmittirão ao correio de sahida ou entrada, o qual organizará, no fim do periodo de estatistica, um quadro geral em tantos exemplares quantos forem os correios interessados, inclusive elle proprio e o correio da União devedor. Um exemplar desse quadro será transmittido ao correio devedor, assim como a cada um dos correios que tiverem tomado parte nos transportes das malas.

A pedido dos correios interessados, as repartições postaes deverão distinguir na folha de aviso a procedencia e o destino das correspondencias sujeitas a despezas de transito maritimo de 15 francos e de um franco, a repartir entre varias administrações.

5.— Depois de cada periodo de estatistica, as administrações que tiverem expedido malas em transito enviarão a lista dessas malas ás diferentes administrações de que se servirem como intermediarias.

6.— O simples deposito, num porto, de malas fechadas trazidas por um paquete e destinadas a ser retomadas por outro paquete, não dará logar ao pagamento de despezas de transito territorial em proveito da repartição postal do logar do deposito.

## XXVI

### MALAS TROCADAS COM OS NAVIOS DE GUERRA

1.— A troca, em malas fechadas, entre uma repartição postal da União e divisões navaes ou navios de guerra da mesma nacionalidade, deverá ser notificada, com a maior antecedencia possivel, aos correios intermediarios.

2.— O sobrescripto dessas malas será redigido do seguinte modo :

Do correio de.....

Para :

a divisão naval (nacionalidade) de (designação da divisão) em...  
o navio (nacionalidade) tal (nome do navio) em...

ou

Da divisão naval (nacionalidade) de (designação da divisão) em.....

Do navio (nacionalidade) tal (nome do navio) em.....

Para o correio de.....

3.— As malas com destino ou procedentes de divisões navaes ou de navios de guerra serão encaminhadas, salvo indicação de uma via especial no endereço, pelas vias mais rapidas e nas mesmas condições que as malas trocadas entre repartições postaes.

4.— Quando os navios não se achem no logar de destino, ao chegarem ahí as malas que lhes forem endereçadas, essas malas serão conservadas na repartição postal, aguardando que sejam retiradas pelo destinatario ou reexpedidas para outro ponto. A reexpedição poderá ser pedida, quer pelo correio de procedencia, quer pelo commandante da divisão naval ou do navio destinatario, quer finalmente por um consul da mesma nacionalidade.

5.— As malas de que se trata que tiverem a indicação :

« Aos cuidados do consul de.... » serão consignadas ao Consulado do paiz da procedencia. Poderão ser ulteriormente, a pedido do consul, readmittidas no serviço postal e reexpedidas para a sua procedencia ou para outro destino.

6.— As malas destinadas a um navio de guerra serão consideradas como em transito até serem entregues ao commandante desse navio de guerra, ainda mesmo que tenham sido primitivamente endereçadas aos cuidados de uma repartição postal ou a um consul encarregado de servir de agente do transporte intermediario; não serão, pois, consideradas como tendo chegado a seu destino, emquanto não tiverem sido entregues ao navio de guerra respectivo.

7.— Incumbe á administração do paiz a que pertençam os navios de guerra organizar os quadros **G** para as malas permutadas. Estas malas deverão, durante o periodo estatístico, trazer em rotulos as seguintes indicações:

- a) o peso liquido das cartas e bilhetes postaes;
- b) o peso liquido dos outros objectos; e
- c) o caminho percorrido ou a percorrer.

No caso em que uma mala endereçada a um navio de guerra seja reexpedida durante o periodo estatístico, o correio reexpedidor informará a tal respeito ao correio do paiz a que pertencer o navio.

## XXVII

### CONTA DAS DESPEZAS DE TRANSITO

1.— Os quadros **F** e **G** serão resumidos numa conta particular pela qual se determine, em francos e centimos, o preço annual de transito que deva tocar a cada correio, multiplicando os totaes por 13. No caso em que o multiplicador não esteja de accordo com a periodicidade do serviço, ou quando se tratar de expedições

extraordinarias feitas durante o periodo estatistico, as administrações interessadas entender-se-hão para a adopção de outro multiplicador. O cuidado de organizar essa conta incumbe ao correio credor, que a transmittirá ao correio devedor. O multiplicador admittido servirá de regra para os tres annos de um mesmo periodo estatistico.

2.— O saldo resultante do balanço das contas reciprocas entre dous correios será pago pelo correio devedor ao correio credor em francos effectivos e por meio de letras sacadas sobre uma praça commercial do paiz deste ultimo correio, á vontade do correio devedor. As despezas com o pagamento, inclusive as despezas de saque de letras, ficarão a cargo do correio devedor.

3.— A organização, remessa e pagamento das contas das despezas de transito, pertencentes a um exercicio, deverão ser effectuados no mais curto prazo possivel, e, o mais tardar, antes de expirar o primeiro semestre do exercicio seguinte. Em todo caso, si o correio que tiver enviado a conta não tiver recebido nesse intervallo nenhuma observação rectificativa, essa conta será considerada como admittida de pleno direito. Esta disposição applicar-se-ha igualmente ás observações não contestadas feitas por um correio sobre as contas apresentadas por outro. Passado esse prazo de seis mezes, as quantias devidas por um correio a outro vencerão juros na razão de 5 % ao anno e a datar do dia em que terminar o dito prazo.

Os pagamentos das despezas de transito para o primeiro anno e em caso de necessidade para o segundo de cada periodo triennial, effectuar-se-hão provisoriamente, no fim do anno, sobre as bases da estatistica precedente, salvo ulterior ajuste de contas, conforme os resultados da nova estatistica.

4.— Fica todavia reservada aos correios interessados a faculdade de adoptarem, de commun accordo, outras disposições que não as formuladas no presente artigo.

## XXVIII

### EXCEPÇÕES EM MATERIA DE PESO

Permitte-se, por excepção, que os Estados que, por causa do seu regimen interno, não puderem adoptar o typo de peso decimal metrico, o substituam pela onça de peso (28,3465 grammas), equiparando uma meia onça a 15 grammas e duas onças a 50 grammas, e que elevem, sendo necessario, o limite do porte simples dos jornaes a quatro onças, mas sob a condição expressa de que, neste ultimo caso, a taxa dos jornaes não seja inferior á taxa de 10 centimos, e que se cobre taxa integral por numero de jornal, ainda quando muitos jornaes se achem reunidos em uma mesma remessa.

## XXIX

## RECLAMAÇÃO DE OBJECTOS ORDINARIOS NÃO RECEBIDOS

1. — Toda reclamação, relativa a um objecto de correspondencia ordinaria que não chegue ao seu destino, dá lugar ao processo seguinte :

1.º Entregar-se-ha ao reclamante uma formula conforme ao modelo II annexo, pedindo-se-lhe que nella encha, o mais exactamente possível, a parte que lhe diz respeito ;

2.º O correio, onde a reclamação for feita, transmittirá a formula directamente ao correio correspondente. A transmissão será feita *ex-officio* e sem nenhum escripto ;

3.º A repartição correspondente fará apresentar a formula ao destinatario ou ao expedidor, conforme o caso, pedindo-lhe que forneça informações sobre o assumpto ;

4.º Munida dessas informações, será a formula reenviada *ex-officio* ao correio que a tiver organizado ;

5.º Quando se reconhecer que a reclamação é fundada, será ella transmittida á administração central para servir de base ás investigações ultteriores ;

6.º Salvo accordo em contrario, a formula será redigida em francez ou acompanhada de uma traducção franceza.

2. — Qualquer administração pôde exigir, por uma communição dirigida á secretaria internacional, que a troca das reclamações, no que lhe diz respeito, seja effectuada por intermedio das administrações centraes ou de uma repartição especialmente designada.

## XXX

## RETIRADA DE CORRESPONDENCIAS E RECTIFICAÇÃO DE ENDEREÇOS

1. — Para os pedidos de devolução ou de reexpedição de correspondencias, assim como para os pedidos de rectificação de endereços, o expedidor deverá servir-se de uma formula conforme ao modelo I annexo ao presente regulamento. Remettendo essa reclamação á repartição postal, o expedidor deverá justificar a sua identidade e exhibir o certificado de registro, si for caso disso. Depois da justificação, cuja responsabilidade será assumida pela administração do paiz de origem, proceder-se-ha da maneira seguinte :

1.º Si o pedido for destinado a ser transmittido por via postal, a formula, acompanhada de um *fac-simile* perfeito da sobre-carta ou endereço da remessa, será expedita directamente, sob capa registral, á repartição destinataria ;

2.º Si o pedido tiver de ser feito por via telegraphica, a formula será entregue na estação telegraphica encarregada de transmittir os seus termos á repartição postal destinataria.

2. — Ao receber a formula **I** ou o telegramma que a substituir, a repartição postal destinataria procurará a correspondencia assignalada e dará ao pedido o andamento necessario.

Todavia, si se tratar de uma mudança de endereço, pedida por via telegraphica, a repartição destinataria limitar-se-ha a reter a carta, e esperará, para attender ao pedido, a chegada do *factum* necessario.

Si a busca for infructuosa, si o objecto já tiver sido entregue ao destinatario, ou si o pedido por via telegraphica não for tão explicito que permita reconhecer, com segurança, o objecto de correspondencia indicado, o facto será communicado immediatamente ao correio de procedencia, que provenirá ao reclamante.

3. — Salvo accordo em contrario, a formula **I** será redigida em francez ou conterà uma traducção sublinear nessa lingua e, no caso de se empregar a via telegraphica, o telegramma será redigido em lingua franceza.

4. — Uma simples correcção (sem modificação do nome ou da qualidade do destinatario), poderá também ser pedida ao correio destinatario, isto é, sem o preenchimento das formalidades prescriptas para a mudança de endereço propriamente dita.

5. — Qualquer administração poderá exigir, por uma notificação dirigida a Secretaria Internacional, que a troca das reclamações, no que lhe disser respeito, seja effectuada por intermedio das administrações centraes ou de uma repartição especialmente designada.

No caso em que a troca das reclamações se effectue por intermedio das administrações centraes, deverá tomar-se conhecimento dos pedidos directamente expedidos pelos correios de procedencia aos correios de destino, afim de que as respectivas correspondencias não sejam distribuidas até a chegada da reclamação da administração central.

As administrações que usarem da faculdade prevista pela primeira parte do presente paragrapho, tomarão a si asdespezas que podem occasionar a transmissão, em seu serviço interno, por via postal ou telegraphica, das communicações a trocar com o correio destinatario.

## XXXI

### EMPREGO NO FRANQUEAMENTO, DE SELLOS PRESUMIDOS FRAUDULENTOS

1. — Sob reserva das disposições pertencentes à legislação de cada paiz, mesmo nos casos em que essa reserva não seja expressamente estipulada nas disposições do presente artigo, o processo abaixo indicado será seguido para a verificação do emprego, no franqueamento, de sellos fraudulentos :

a) Quando a presença, em qualquer remessa, de um sello fraudulento (falsificado ou já servido) for verificada na ocasião



da expedição, por um correio cuja legislação particular não exija a apprehensão immediata do objecto, o referido sello não será alterado de forma alguma e o objecto, mettido em uma sobre-carta endereçada ao correio destinatario, será encaminhado sob registro *ex-officio*;

b) Esta formalidade será communicada, sem demora, às administrações dos paizes de procedencia e de destino, por meio de um aviso conforme ao modelo **K** annexo ao presente regulamento.

Um exemplar desse aviso será, além disso, transmittido ao correio de destino na sobre-carta que contiver o objecto com o sello reputado fraudulento;

c) O destinatario será convidado para verificar a contravenção.

A entrega do objecto só será feita no caso em que o destinatario, ou quem for por elle investido de poderes para isso, consinta em fazer conhecer o nome e o endereço do remettente, e ponha à disposição do correio, depois de ter tomado conhecimento do conteúdo, todo o objecto, si este for inseparavel do corpo do delicto, ou a parte do objecto (sobre-carta, cinta, pedaço de carta, etc.) que contenha o endereço e o sello considerado fraudulento;

d) O resultado do convite ao destinatario será documentado por um auto conforme ao modelo **L** annexo ao presente regulamento e onde se fará menção dos incidentes sobrevindos, taes como o não comparecimento, recusa em receber o objecto, abri-lo, ou fazer conhecer qual o remettente, etc. Esse documento será assignado pelo empregado do correio e pelo destinatario do objecto ou seu procurador; si este ultimo recusar-se a assignar, a recusa será certificada no lugar competente da assignatura.

O auto será remettido, com documentos comprobatorios e por intermedio da administração do paiz de destino, à administração do paiz de procedencia, que, com o auxilio desses documentos, fará proceder, si for caso para isso, à repressão da infracção segundo a sua legislação interna.

## XXXII

### DISTRIBUIÇÃO DAS DESPEZAS DA SECRETARIA INTERNACIONAL

1.— As despesas communs da secretaria internacional não deverão exceder, por anno, a quantia de 125.000 francos, não comprehendidas as despesas especiaes a que dá logar a reunião de um congresso ou de uma conferencia.

2.— A administração dos correios suíços fiscalizará as despesas da secretaria internacional, fará os adeantamentos necessarios e organizará a conta annual, a qual será communicada a todas as outras administrações.

3.— Para a distribuição das despesas, os paizes da União são divididos em sete classes, contribuindo cada uma na proporção de um certo numero de unidades, a saber :

|                |             |
|----------------|-------------|
| 1ª classe..... | 25 unidades |
| 2ª » .....     | 20 »        |
| 3ª » .....     | 15 »        |
| 4ª » .....     | 10 »        |
| 5ª » .....     | 5 »         |
| 6ª » .....     | 3 »         |
| 7ª » .....     | 1 »         |

4.— Estes coefficients são multiplicados pelos numeros dos paizes de cada classe, e a somma dos productos assim obtidos fornecerá o numero de unidades pelo qual a despesa total deve ser dividida. O quociente dá a importancia da unidade da despesa.

5.— Para a distribuição das despesas, os paizes da União são classificados como se segue :

1ª classe : Allemanha, Austria-Hungria, Estados Unidos da America, França, Gran-Bretanha, India Britannica, colonias britannicas da Australasia, o conjuncto das outras colonias e protectorados britannicos menos o Canadá, Italia, Russia e Turquia ;

2ª classe : Hespanha ;

3ª classe : Belgica, Brazil, Canadá, Egypto, Japão, Paizes Baixos, Romania, Suecia, colonias ou provincias hespanholas d'além-mar, colonias francezas, Indias Orientaes Neerlandezas ;

4ª classe : Dinamarca, Noruega, Portugal, Suissa, colonias portuguezas ;

5ª classe : Argentina (Republica), Bulgaria, Chile, Colombia, Grecia, Mexico, Perú, Servia, Tunisia ;

6ª classe : Bolivia, Costa Rica, Republica Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Republica de Honduras, Luxemburgo, Nicaragua, Paraguay, Persia, protectorados allemães, Salvador, Reino de Sião, Uruguay, Venezuela, colonias dinamarquezas, colonia de Curaçao (ou Antilhas Neerlandezas), colonia de Surinam (ou Guyana Neerlandeza).

7ª classe : Estado independente do Congo, Hawaii, Liberia e Montenegro.

### XXXIII

#### COMMUNICAÇÕES À SECRETARIA INTERNACIONAL

1.— A secretaria internacional servirá de intermediaria para as notificações regulares e geraes que interessarem às relações internacionaes.

2.— As administrações que fizerem parte da União deverão communicar, umas ás outras, por intermedio da secretaria internacional, especialmente :

1.º A indicação das taxas additionaes que cobrarem pela applicação do art. 5º da Convenção, além da taxa da União, quer pelo transporte marítimo, quer por despesas de transporte extraordinario, e a nomenclatura dos paizes em relação aos quaes se cobrarem essas taxas additionaes, e, si for caso para isso, a designação das vias que motivarem a sua cobrança;

2.º A collecção dos seus sellos em cinco exemplares;

3.º Si usam da faculdade permittida ás administrações de applicarem ou não applicarem certas disposições geraes da Convenção e do presente regulamento.

3.— Qualquer modificação feita, ulteriormente, a respeito de um ou outro dos pontos supra-mencionados, deverá ser notificada da mesma maneira e sem demora.

4.— A secretaria internacional receberá igualmente de todas as administrações da União dous exemplares de todos os documentos que ellas publicarem, tanto sobre o serviço interno, como sobre o serviço internacional.

5.— As correspondencias dirigidas pelas administrações da União á secretaria internacional, e *vice-versa*, são equiparadas, quanto á isenção da taxa, ás correspondencias trocadas entre as administrações.

## XXXIV

### ESTATISTICA GERAL

1.— Cada administração remetterá, no fim do mez de julho de cada anno, á secretaria internacional, uma serie, a mais completa possivel, de informações estatisticas, relativas ao anno precedente, em forma de quadros conformes ou analogos aos modelos aqui annexos **M** e **N**.

2.— As operações de serviços que derem logar a registro farão o objecto de extractos periodicos, segundo os lançamentos effectuados.

3.— Pelo que respeita a todas as outras operações, far-se-ha uma relação, durante uma semana pelo menos, para as trocas quotidianas, e durante quatro semanas para as trocas não quotidianas, tendo cada administração a faculdade de fazer uma relação separada de cada categoria de correspondencias.

4.— Reserva-se cada administração o direito de fazer essa relação nas épocas que mais se approximarem da média do seu trafico postal.

5.—A secretaria internacional é encarregada de fazer imprimir e distribuir as formulas de estatística que cada administração deverá encher. Fica além disso incumbida de fornecer às administrações que lhe pedirem, todas as indicações necessarias sobre as regras que devem ser seguidas para assegurarem, tanto quanto for possível, a uniformidade das operações de estatística.

### XXXV

#### ATTRIBUIÇÕES DA SECRETARIA INTERNACIONAL

1.—A secretaria internacional organizará uma estatística geral para cada anno.

2.—Redigirá, com o auxilio dos documentos postos á sua disposição, um jornal especial nas linguas allemã, ingleza e franceza.

3.—Todos os documentos publicados pela secretaria internacional serão distribuidos ás administrações da União, na proporção do numero de unidades contributivas determinadas para cada uma dellas pelo precedente artigo XXXII.

4.—Os exemplares e documentos supplementares pedidos por essas administrações serão pagos á parte e pelo seu custo.

5.—Além disso, a secretaria internacional deverá estar sempre á disposição dos membros da União, para lhes fornecer, sobre as questões relativas ao serviço internacional dos correios, as informações especiaes de que precisarem.

6.—A secretaria internacional informará sobre os pedidos de modificação ou de interpretação das disposições que regem a União. Notificará os resultados de cada informação, e nenhuma modificação ou resolução adoptada será executoria sinão dous mezes, pelo menos, depois de notificada.

7.—A secretaria internacional fará o balanço e a liquidação das contas de qualquer natureza entre as administrações da União que declarem querer servir-se do intermedio dessa secretaria nas condições determinadas pelo artigo XXXVI seguinte.

8.—A secretaria internacional preparará os trabalhos dos congressos ou conferencias. Encarregar-se-ha das cópias e impressões necessarias, da redacção e da distribuição das emendas, actas e outras informações.

9.—O director desta secretaria assistirá ás sessões dos congressos ou conferencias e tomará parte nas discussões, sem voto deliberativo.

10.—Fará a respeito da sua gerencia um relatorio annual, que será communicado a todas as administrações da União.

11.—A lingua official da secretaria internacional é a franceza.

12.— A secretaria internacional será encarregada de publicar um dicionario alphabetico de todas as repartições postaes do mundo, com uma menção especial daquellas de taes repartições encarregadas de serviços que não se achem ainda generalizados. Esse dicionario estará sempre em dia, por meio de supplementos ou de qualquer outra maneira que a secretaria internacional julgar conveniente.

O dicionario mencionado no presente paragrapho será remetido pelo preço do custo ás administrações que o pedirem.

## XXXVI

### REPARTIÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE E DE LIQUIDAÇÃO DAS CONTAS ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES DA UNIÃO

1.— A secretaria internacional da União Postal Universal será encarregada de proceder ao balanço e liquidação das contas de qualquer natureza, relativas ao serviço internacional dos correios entre as administrações dos paizes da União, que toem o franco por unidade monetaria ou que estejam de accordo sobre as taxas de conversão de sua moeda em francos e centimos metallicos.

As administrações que quizerem reclamar, para esse serviço de liquidação, o concurso da secretaria internacional, combinarão, nesse sentido, entre si e com a mesma secretaria.

Não obstante a sua adhesão, cada administração conservará o direito de organizar à sua vontade contas especiaes para diversos ramos de serviço e de effectuar, como lhe convenha, o modo de regular-as com os seus correspondentes, sem se servir do intermedio da secretaria internacional, à qual, nos termos do paragrapho precedente, limitar-se-ha a indicar para que ramos de serviço e para que paizes pediu o seu auxilio.

A pedido das administrações interessadas, as contas telegraphicas poderão ser tambem indicadas à secretaria internacional para entrarem na compensação dos saldos.

As administrações que se servirem do intermedio da secretaria internacional para o balanço e liquidação das contas poderão deixar de usar desse intermedio tres mezes depois que o tiverem communicado à referida secretaria.

2.— Depois de verificadas e acceitas as suas contas, as administrações remetterão umas ás outras um reconhecimento de seu debito, em francos e centimos, declarando no mesmo o objecto, periodo e resultado da conta.

3.— Cada administração enviará mensalmente, à secretaria internacional, um quadro indicando o seu debito em virtude de contas particulares, assim como o total das sommas de que é

credora para com cada uma das administrações contractantes ; cada credito que figurar nesse quadro deverá ser justificado por um reconhecimento do correio devedor.

Esse quadro deverá chegar á secretaria internacional a 19 de cada mez o mais tardar, sob pena de só ser admittido na liquidação do mez seguinte.

4. — A secretaria internacional verificará, confrontando os reconhecimentos, si os quadros são exactos. Toda a rectificação necessaria será notificada aos correios interessados.

O debito de cada administração para com outra será levado a um quadro recapitulativo ; além de conhecer o total de que é devedora cada administração, basta sommar as diversas columnas desse quadro recapitulativo.

5. — A secretaria internacional reunirá os quadros e as recapitulações em um balanço geral indicando :

a) o total do debito e do credito de cada administração ;  
b) o saldo devedor ou o saldo credor de cada administração representando a differença entre o total do debito e o total do credito ;

c) as sommas a pagar por uma parte dos membros da União a uma administração, ou reciprocamente as sommas a pagar por esta ultima á outra parte.

Os totaes das duas categorias de saldos designados pelas letras a e b deverão necessariamente ser iguaes.

Dar-se-hão providencias, o quanto possivel, para que cada administração não tenha de effectuar, para quitar-se, sinão um ou dous pagamentos distinctos.

Todaya, a administração que habitualmente dever á outra uma somma superior a 50.000 francos terá o direito de effectuar parcialmente o pagamento.

Esses pagamentos parciaes serão mencionados, tanto pela administração credora, como pela administração devedora, embaixo dos quadros que tenham de ser enviados á secretaria internacional. ( Vide § 3. )

6. — Os reconhecimentos ( vide § 3 ) transmittidos á secretaria internacional com os quadros serão classificados por administração.

Servirão de base para ser procedida a liquidação de cada uma das administrações interessadas. Nessa liquidação deverão figurar :

a) as sommas relativas ás contas especiaes sobre os diversos serviços ;

b) o total das importancias resultantes de todas as contas especiaes relativamente a cada uma das administrações interessadas ;

c) os totaes das importancias devidas a todas as administrações credoras por cada ramo de serviço, bem como a sua importancia total.

Este total deverá ser igual ao total do *Debito* que figura na recapitulação.

Em baixo da liquidação, o balanço será escripto entre o total do debito e o total do credito resultante dos quadros dirigidos pelas administrações á secretaria internacional. (Vide § 3.) A somma liquida do debito ou do credito deverá ser igual ao saldo devedor ou ao saldo credor transportado para o balanço geral. Além disso, a liquidação estipulará o modo de liquidação, isto é, indicará as administrações em favor das quaes o pagamento deverá ser effectuado pela administração devedora.

As liquidações deverão ser remetidas ás administrações interessadas pela secretaria internacional, o mais tardar a 22 de cada mez.

7.— Os saldos devedores ou credores que não excederem a 500 francos poderão ser levados á liquidação do mez seguinte, sob a condição, porém, de que as administrações interessadas tenham relações mensaes com a secretaria internacional. Desse transporte far-se-ha menção nas recapitulações e nas liquidações para as administrações credoras e devedoras. A administração devedora fará chegar, quando se der o caso para isso, á administração credora um reconhecimento da somma devida, para ser levada ao proximo quadro.

## XXXVII

### LINGUA

1.— As folhas de aviso, quadros, extractos e outras formulas para uso das administrações da União em suas relações reciprocas deverão, em regra geral, ser redigidas na lingua franceza, salvo si as administrações interessadas dispuzerem de outro modo por meio de accordo directo.

2.— Pelo que diz respeito á correspondencia de serviço, manter-se-ha o actual estado de cousas, salvo outro ajuste feito ulteriormente e de commum accordo entre as administrações interessadas.

## XXXVIII

### TERRITORIO DA UNIÃO

São considerados pertencentes á União Postal Universal:

1.º Os correios allemães estabelecidos em Apia (ilhas Samoa) e em Shang-Hai (China) como dependentes da administração postal da Allemanha;

2.º O principado de Lichtenstein, como dependente da administração dos correios da Austria;

3.º A Islandia e as ilhas Feroê, como parte da Dinamarca;

4.º As possessões hespanholas da costa septentrional da Africa, como parte da Hespanha; a Republica do Valle de Andorra, os estabelecimentos postaes de Hespanha, na costa occidental de Marrocos, como dependentes da administração dos correios hespanhóes;

5.º A Algeria, como parte da França; o principado de Monaco e as agencias de correio francezas estabelecidas em Tanger (Marrocos), em Shang-Hai (China) e em Zanzibar, como dependentes da administração dos correios de França; Cambodge, Annam e Tonkin, como igualadas, quanto ao serviço postal, à colonia franceza da Cochinchina;

6.º As agencias postaes que a administração dos correios de Gibraltar mantem em Tanger, Laraiche, Rabat, Casa Blanca, Saffi, Mazagan e Mogador (Marrocos);

7.º As agencias postaes que a administração da colonia ingleza de Hong-Kong mantem em Hoihow (Kiung-Schow), Cantão, Swatow, Amoy, Foo-Chow, Ningpó, Shang-Hai e Hankou (China);

8.º Os estabelecimentos de correio indianos de Aden, de Zanzibar, de Mascate, do Golfo Persico e de Guadur, como dependentes da administração dos correios da India Britannica;

9.º A Republica de S. Marino e as agencias italianas de Tunis e de Tripoli (de Barbaria) como dependentes da administração dos correios da Italia;

10. As agencias postaes que a administração japoneza estabeleceu em Shang-Hai (China), em Fusampo, em Gensanshat e em Jinsen (Coréa);

11. O gram-ducado de Finlandia, como parte integrante do Imperio da Russia.

### XXXIX

#### PROPOSTAS FEITAS NO INTERVALLO DAS REUNIÕES

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões, qualquer administração dos correios de um paiz da União terá o direito de dirigir ás outras administrações co-participantes, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas ás disposições do presente regulamento.

2. — Toda proposta será sujeita ao processo seguinte:

Será concedido um prazo de cinco mezes ás administrações da União para examinarem as propostas e para fazerem chegar á secretaria internacional, quando for caso para isso, suas observações, emendas e contra-propostas. As respostas serão reunidas pela secretaria internacional e communicadas ás administrações afim de que estas se pronunciem a respeito. As administrações que não fizerem chegar seu voto em um prazo de seis mezes, a contar da data da segunda circular da secretaria internacional, communicando-lhes as observações feitas, serão consideradas como se tendo abtido.



3. — Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos ou da modificação do presente artigo e dos artigos III, IV, V, XII, XXVII, XXX, XXXI e XL ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições dos artigos I, II, VIII, IX, XI, XIV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII, XXXIV, XXXVI, XXXVII e XXXVIII ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar ou da modificação das disposições que não sejam as acima indicadas, ou da interpretação das diversas disposições do regulamento, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção.

4. — As resoluções válidas serão sancionadas por uma simples notificação da secretaria internacional a todas as administrações da União.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## XL

### DURAÇÃO DO REGULAMENTO

O presente regulamento começará a ser executado desde o dia em que for posta em vigor a Convenção de 4 de julho de 1891. Terá a mesma duração dessa Convenção, excepto si for renovado de *commun accord* pelas partes interessadas.

Feito em Vienna aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha e protectorados allemães: Dr. V. *Stephan*.—*Sachse*.—*Fritsch*.

Pelos Estados Unidos da America : N. M. *Brooks*.—*William Potter*.

Pela Republica Argentina : *Carlos Calvo*.

Pela Austria : *Obentraut*.—Dr. *Hofmann*.—Dr. *Lilienau*.—*Habberger*.

Pela Hungria: P. *Heim*.—S. *Schrimpf*.

Pela Belgica: *Lichtervelde*.

Pela Bolivia:

Pelo Brazil : *Luiç Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria: P. M. *Mattheeff*.

Pelo Chile:

Pela Republica de Colombia : G. *Michelsen*.

Pelo Estado independente do Congo: *Stassin*.—*Lichtervelde*.—*Garant*.—*De Craenc*.

Pela Republica de Costa Rica :

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas: *Lund*.

- Pela Republica dominicana:  
 Pelo Egypto: *Y. Saba*.  
 Pelo Equador:  
 Pela Hespanha e colonias hespanholas: *Federico Bas*.  
 Pela França: *Montmarin*.—*J. de Selves*.—*Ansault*.  
 Pelas colonias francezas: *G. Gabrié*.  
 Pela Gran-Bretanha e diversas colonias britannicas: *S. A. Blackwood*.—*H. Buxton Forman*.  
 Pelas colonias britannicas da Australasia:  
 Pelo Canadá:  
 Pela India Britannica: *H. M. Kisch*.  
 Pela Grecia: *I. Georgantas*.  
 Pela Guatemala: *Dr. Gotthelf Meyer*.  
 Pela Republica do Haiti:  
 Pelo Reino de Hawaï: *Eugène Borel*.  
 Pela Republica de Honduras:  
 Pela Italia: *Emidio Chiaradia*.—*Felice Salivetto*.  
 Pelo Japão: *Indo*.—*Fujita*.  
 Pela Republica da Liberia: *B. de Stein*.—*W. Koentzer*.—  
*C. Goedelt*.  
 Pelo Luxemburgo: *Mongenast*.  
 Pelo Mexico: *Luis Breton y Vedra*.  
 Pelo Montenegro: *Obentraut*.—*Dr. Hofmann*.—*Dr. Lilienau*.  
 — *Habberger*.  
 Pela Nicaragua:  
 Pela Noruega: *Thb. Heyerdahl*.  
 Pelo Paraguay:  
 Pelos Paizes Baixos: *Hofstede*.—*Baron von der Feltz*.  
 Pelas colonias neerlandezas: *John I. Perk*.  
 Pelo Perú: *D. C. Urrea*.  
 Pela Persia: *Genl N. Semino*.  
 Por Portugal e colonias portuguezas: *Guilhermino Augusto de Barros*.  
 Pela Romania: *Coronel A. Gorjean*.—*S. Dimitrescu*.  
 Pela Russia: *General de Besach*.—*A. Shalkovsky*.  
 Pelo Salvador: *Luis Kehlmann*.  
 Pela Servia: *Svetozar I. Gvozditich*.—*Et. W. Popovitch*.  
 Pelo Reino de Sião: *Luang Suryia Nuvatr*.—*H. Keuchenius*.  
 Pela Republica Sul-Africana:  
 Pela Suecia: *E. von Krusenstjerna*.  
 Pela Suissa: *Ed. Höhn*.—*C. Delessert*.  
 Pela Regencia de Tunis: *Montmarin*.  
 Pela Turquia: *E. Petacci*.—*A. Fahri*.  
 Pelo Uruguay: *Federico Susviela Guarch*.—*José G. Busto*.  
 Pelos Estados Unidos de Venezuela: *Carlos Matzenauer*.

## IV

ACCORDO RELATIVO À PERMUTAÇÃO DE CARTAS E ENCOMMENDAS  
COM VALOR DECLARADO

Concluido entre a Allemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Egypto, França e colonias francezas, Hespanha, Italia, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes Baixos, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Russia, Salvador, Servia, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis e Turquia.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos acima enumerados, em virtude do art. 19 da Convenção principal, convieram de commun accordo, e sob reserva de ratificação, no seguinte ajuste :

## Art. 1

1. — Podem-se expedir, de um dos paizes acima mencionados para outro desses paizes, cartas contendo papel-moeda com valor declarado e encommendas contendo joias e objectos preciosos com valor declarado, mediante seguro da importancia da declaração.

A comparticipação no serviço das encommendas com valor declarado limita-se ás permutas entre os paizes adherentes, cujas administrações convencionarem em estabelecer esse serviço em suas relações reciprocas.

2. — O peso maximo das encommendas é fixado em um kilogramma por objecto.

3. — As diversas administrações, nas suas relações respectivas, terão a faculdade de determinar um maximo de declaração de valor, que, em nenhum caso, poderá ser inferior a 10.000 francos por objecto, ficando entendido que as diversas administrações que intervierem no transporte serão obrigadas a indemnizar somente até ao maximo que adoptaram.

4. — As cartas e encommendas com valor declarado poderão ser sujeitas á cobrança até á importancia de 500 francos, nas condições admittidas pelo art. 7º, da Convenção principal.

## Art. 2

1. — A liberdade de transito será garantida no territorio de cada um dos paizes adherentes, e a responsabilidade das administrações que tomarem parte nesse transporte limitar-se-ha ao que determina o art. 11 abaixo mencionado.

O mesmo succederá relativamente ao transporte maritimo effectuado ou garantido pelas administrações dos paizes adherentes, uma vez que essas administrações estejam em condições de acceitar a responsabilidade dos valores a bordo dos vapores ou navios de que se servirem.

2. — Salvo accordo em contrario entre as administrações de origem e de destino, a transmissão dos valores declarados, permutados entre paizes não limitrophes, effectuar-se-ha a descoberto e pelas vias empregadas para remessa das correspondencias ordinarias.

3. — A permutação de cartas e de encomendas com valor declarado entre dous paizes que se correspondem em suas relações ordinarias, por intermedio de um ou de mais paizes que não tomam parte no presente accordo, ou por meio de serviços maritimos isentos de responsabilidade, estará subordinada á adopção de medidas especiaes por estabelecer entre as administrações dos paizes de origem e de destino, taes como o emprego de uma via indirecta, a expedição em malas fechadas, etc.

## Art. 3

1. — As despesas de transito previstas pelo art. 4º da Convenção principal serão pagas pela administração de procedencia ás administrações que tomaram parte no transporte intermediario, a descoberto ou em malas fechadas, das cartas com valor declarado.

2. — Pela administração de procedencia das encomendas com valor declarado será paga uma taxa de 50 centimos por objecto á administração do paiz de destino, e, si for caso para isso, a cada uma das administrações que tomaram parte no transporte territorial intermediario. A administração de procedencia deverá pagar, além disso, si for caso, a taxa de um franco a cada uma das administrações que tomarem parte no transporte maritimo intermediario.

3. — Independentemente dessas despesas e taxas, a administração do paiz de procedencia será devedora, a titulo de premio de seguro, á administração do paiz de destino, e, si for caso para isso, a cada uma das administrações que tomarem parte no transito territorial com garantia de responsabilidade, de um premio proporcional de cinco centimos por cada somma de 300 francos ou fracção de 300 francos.

4. — Além disso, si houver transporte por mar com a mesma garantia, a administração de origem será devedora, a cada uma

das administrações que tomarem parte nesse transporte, de um premio de seguro marítimo de 10 centimos por cada somma de 300 francos ou fracção de 300 francos.

#### Art. 4

1. — A taxa das cartas e das encomendas com valor declarado deverá ser recebida alevantadamente, e compôr-se-ha :

1º, para as cartas, da taxa e do premio fixo applicaveis a uma carta registrada do mesmo peso e para o mesmo destino, taxa e premio pagos integralmente à administração expedidora ; para as encomendas, de uma taxa de 50 centimos por paiz que tomar parte no transporte territorial, e, si for caso para isso, de uma taxa de um franco por paiz que tomar parte no transporte marítimo ;

2º, para as cartas e as encomendas, de um premio proporcional de seguro calculado, por 300 francos ou fracção de 300 francos, à razão de 10 centimos para os paizes limitrophes ou ligados entre si por um serviço marítimo directo, e à razão de 25 centimos para os outros paizes ; accrescendo, si houver cabimento, em um e outro caso, o premio de seguro marítimo previsto no ultimo paragrapho do art. 3 precedente. Todavia, como medida de transição, fica reservada a cada uma das partes contractantes, em consideração às suas conveniencias monetarias ou outras, a faculdade de cobrar outro premio, além do acima indicado, contanto que esse premio não exceda a 1/2 por cento da somma declarada.

2. — O remetente de um objecto com valor declarado receberá gratuitamente, no momento do deposito, um recibo summario da sua remessa.

3. — Fica formalmente estabelecido que, salvo no caso de reexpedição, previsto no § 2 do art. 9 abaixo mencionado, as cartas e as encomendas contendo valores declarados não poderão ser oneradas, por conta do destinatario, de outra taxa postal que não a da entrega a domicilio, si for caso disso.

#### Art. 5

As cartas com valor declarado, permutadas entre as administrações postaes, serão admittidas à franquia de taxa e de premio de seguro nas condições determinadas pelo art. 11, § 2º, da Convenção principal.

#### Art. 6

1. — O remetente de um objecto com valor declarado poderá exigir, nas condições determinadas pelo art. 6º da Convenção

principal, no que diz respeito aos objectos registrados, que lhe seja dado um aviso da entrega desse objecto ao destinatario.

2.— O producto da taxa applicavel ao aviso de recepção pertencerá, integralmente, á administração do paiz de origem.

#### Art. 7

1.— O remettente de um objecto com valor declarado poderá retirar-o do correio ou fazer modificar-lhe o endereço para reexpedir esse objecto, quer para o interior do primitivo paiz de destino, quer para qualquer dos paizes adherentes, emquanto não tiver sido entregue ao destinatario, nas condições e com as formalidades determinadas, para as correspondencias ordinarias e registradas, no art. 9º da Convenção principal. Esse direito limita-se, no que diz respeito á modificação dos endereços, aos objectos cujo valor declarado não exceda a 500 francos.

2.— Poderá igualmente pedir entrega no domicilio por portador especial, logo depois da chegada, nas condições e com as formalidades fixadas no art. 13 da dita Convenção.

E', todavia, reservada á repartição do lugar do destino a faculdade de fazer remetter por expresso um aviso de chegada do objecto, em lugar do proprio objecto, quando seus regulamentos internos o autorizem.

#### Art. 8

1.— E' prohibida qualquer declaração fraudulenta de valor superior ao valor realmente incluído em uma carta ou em uma encomenda.

No caso de declaração fraudulenta desta natureza, o remettente perderá todo o direito á indemnização, independentemente da acção judicial que a legislação do paiz de origem possa permittir.

2.— E' igualmente prohibido incluir nas encomendas com valor declarado cartas ou notas com o caracter de correspondencia, moedas com curso legal, bilhetes de banco ou quaesquer valores ao portador, titulos e objectos pertencentes á categoria de manuscritos.

Não transitarão pelo correio os objectos comprehendidos nesta prohibição.

#### Art. 9

1.— Uma carta ou encomenda com valor declarado reexpedida, em virtude de mudança de residencia do destinatario, para o interior do paiz de destino, não estará sujeita a nenhuma outra taxa adicional.

2.— No caso de reexpedição para um dos paizes adherentes, que não seja o paiz do destino, os premios de seguro fixados nos

§§ 3 e 4 do art. 3 do presente accordo, serão cobrados do destinatario, por effeito da reexpedição, a favor de cada uma das administrações que tomaram parte no novo transporte. Quando tratar-se de uma encomenda com valor declarado, cobrar-se-ha, além disso, a taxa fixada no § 2 do citado art. 3.

3.— A reexpedição por motivo de direcção errada, ou por haver o objecto cahido em refugio, não dará direito a cobrar-se do publico quantia alguma supplementar.

#### Art. 10

1.—As encomendas com valor declarado estarão sujeitas á legislação do paiz de procedencia ou de destino, no que respeita á exportação, á restituição dos premios de seguro ; e, no tocante á importação, ao exercicio da verificação do seguro e da alfandega.

2.— Os direitos fiscaes e outras despesas, exigiveis pela importação, serão cobrados dos destinatarios na occasião da distribuição. Si, por motivo de mudança de residencia, recusa, ou outra causa qualquer, uma encomenda com valor declarado tiver de ser reexpedida para outro paiz que tomar parte na permuta, ou devolvida ao paiz de origem, aquellas das despesas de que se trata que não forem susceptiveis de reembolso, em virtude da reexpedição, serão adicionadas de correio em correio, afim de serem cobradas do destinatario ou do remetente.

#### Art. 11

1.— Salvo caso de força maior, quando uma carta ou uma encomenda com valor declarado perder-se, for subtrahida ou avariada, o remetente ou, a pedido deste, o destinatario, terá direito a uma indemnização correspondente á importancia real da perda, subtracção ou avaria, excepto si o prejuizo tiver sido causado por culpa ou negligencia do remetente, ou provenha da natureza do objecto, sem que, comtudo, a indemnização possa exceder em caso algum á importancia declarada.

2.— Os paizes dispostos a encarregar-se dos riscos que possam originar-se do caso de força maior ficarão autorizados a cobrar por esse serviço uma taxa adicional nos limites traçados pelo ultimo *alinea* do § 1 do art. 4 do presente accordo.

3.— A obrigação de pagar a indemnização caberá á administração de que depender o correio remetente. Fica reservado a essa administração o recurso para a administração responsavel, isto é, para a administração em cujo territorio ou em cujo serviço houver-se dado a perda ou a subtracção.

No caso do correio responsavel communicar ao correio expedidor que não effectue o pagamento, deverá aquelle reembolsar a este ultimo das despesas consequentes do não pagamento.

4.— Até prova em contrario, a responsabilidade caberá á administração que, tendo recebido o objecto sem fazer observação, não puder provar nem a entrega ao destinatario, nem, si for caso disso, a transmissão regular á administração seguinte.

5.— O pagamento da indemnização pela administração expedidora deverá effectuar-se o mais cedo possivel, e, o mais tardar, no prazo de um anno, a contar do dia da reclamação. A administração responsavel será obrigada a reembolsar, sem demora, e por meio de uma letra ou de um vale postal, á administração expedidora, a importancia da indemnização paga por esta.

6.— Fica entendido que a reclamação só será admittida no prazo de um anno, a contar da entrega ao correio, da carta com declaração de valor; findo esse prazo o reclamante não terá direito a indemnização alguma.

7.— A administração, por cuja conta effectuar-se o reembolso da importancia dos valores declarados que não chegarem a seu destino, será subrogada em todos os direitos do proprietario.

8.— Si a perda, subtracção ou avaria der-se durante o percurso entre repartições de permuta de dous paizes limitrophes, sem que seja possivel determinar em qual dos dous territorios succedeu o facto, as duas administrações respectivas repartirão entre si o prejuizo.

O mesmo será no caso de permuta em malas fechadas, si a perda, subtracção ou avaria realizar-se no territorio ou no recinto de uma repartição intermediaria, não responsavel.

9.— As administrações deixarão de ser responsaveis pelos valores declarados incluídos em objectos, quando os interessados passem recibo.

#### Art. 12

1.— Fica reservado a cada paiz o direito de applicar ás remessas com valor declarado destinadas a outros paizes, ou delles procedentes, suas leis ou regulamentos internos, na parte que não for contraria ao presente accordo.

2.— As disposições do presente accordo não restringem o direito das partes contractantes de manter ou celebrar accordos especiaes, bem como de manter e estabelecer uniões mais intimas, com o fim de melhorar o serviço das cartas e encomendas com valor declarado.

#### Art. 13

Cada administração dos paizes adherentes poderá, em circumstancias extraordinarias que justifiquem essa medida, suspender temporariamente o serviço dos valores declarados, tanto



para a expedição como para a recepção de uma maneira geral ou parcial, contanto que o communique immediatamente, si necessario for pelo telegrapho, á administração ou administrações interessadas.

#### Art. 14

Os paizes da União que não tomaram parte no presente accordo poderão a elle adherir, a pedido e na fôrma prescripta pelo art. 24 da Convenção principal, relativamente ás adhesões á União Postal Universal.

#### Art. 15

As administrações dos correios dos paizes adherentes regularão a fôrma e o modo de transmissão das cartas e encommendas com valor declarado e estabelecerão todas as outras medidas necessarias para assegurar a execução do presente accordo.

#### Art. 16

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer administração postal de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras administrações que participam do mesmo serviço, por intermedio da secretaria internacional, propostas concernentes ao serviço das cartas e encommendas com valor declarado.

2. — Toda proposta será sujeita ao processo determinado no § 2 do art. 26 da Convenção principal.

3. — Para se tornarem executórias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade dos votos, si se tratar da addição de novos artigos ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11 e 17 ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições do presente accordo, que não sejam as dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16 e 17 ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente accordo, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção principal.

4. — As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a fôrma indicada no art. 26 da Convenção principal.

5. — Qualquer modificação ou resolução só será executória dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## Art. 17

1. — O presente accordo entrará em vigor em 1 de julho de 1892 e terá a mesma duração que a Convenção principal, independentemente do direito, reservado a cada paiz, de retirar-se deste accordo mediante comunicação feita, com um anno de antecedencia, por seu governo ao governo da Confederação Suissa.

2. — Serão derogadas, a partir do dia em que o presente accordo for posto em execução, todas as disposições estabelecidas anteriormente entre os diversos paizes contractantes ou entre suas administrações, as quaes não se conciliem com os termos do presente accordo, e sem prejuizo do precedente art. 12.

3. — O presente accordo será ratificado logo que for possível. Os actos de ratificação serão trocados em Vienna.

Em fé do que os plenipotenciarios dos paizes supra mencionados assignaram o presente accordo em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha : Dr. V. *Stephan*.— *Sachse*.— *Fritsch*.

Pela Republica Argentina : *Carlos Calvo*.

Pela Austria : *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*.— *Habberger*.

Pela Hungria : *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.

Pela Belgica : *Lichtervelde*.

Pelo Brazil : *Luis Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria : *P. M. Mattheeff*.

Pela Republica de Costa Rica :

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas : *Lund*.

Pelo Egypto : *Y. Saba*.

Pela Hespanha : *Federico Bas*.

Pela França : *Montmarin*.— *J. de Selves*.— *Ansault*.

Pelas colonias francezas : *G. Gabrié*.

Pela Italia : *Emidio Chiaradia*.— *Felice Salivetto*.

Pela Republica da Liberia : *B. de Steim*.— *W. Koentzer*.— *C. Goedelt*.

Pelo Luxemburgo : *Mongenast*.

Pela Noruega : *Thb. Heyerdahl*.

Pelos Paizes Baixos : *Hofstede*.— *Barão van der Feltz*.

Por Portugal e colonias portuguezas : *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania : Coronel *A. Gorjean*.— *S. Dimitrescu*.

Pela Russia : General *de Besach*.— *A. Skalkowsky*.

Pelo Salvador : *Luis Kehlmann*.

Pela Servia : *Svetoazar I. Gvozditich*.— *Et. W. Popovitch*.

Pela Suecia : *E. von Krusenstjerna*.

Pela Suissa : *Ed. Höhn*.— *C. Delessert*.

Pela Regencia de Tunis : *Montmarin*.

Pela Turquia : *E. Petacci*.— *A. Fahri*.

## V

REGULAMENTO DE DETALHE E DE ORDEM PARA EXECUÇÃO DO  
ACCORDO RELATIVO À PERMUTAÇÃO DE CARTAS E ENCOMMENDAS  
COM VALOR DECLARADO

Concluido entre a Alemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Republica de Costa-Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Egypto, França e colonias francezas, Hespanha, Italia, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes Baixos, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Russia, Salvador, Servia, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis e Turquia.

Os abaixo assignados, em virtude do art. 19 da Convenção principal e do art. 15 do accordo relativo à permutação de cartas e encommendas com valor declarado, convieram de commum accordo, e em nome das suas respectivas administrações, nas seguintes medidas, que asseguram a execução do dito regulamento:

## I

1.— As administrações postaes dos paizes adherentes que mantem serviços maritimos regulares para o transporte das correspondencias ordinarias, dentro do territorio da União, designarão aos correios dos outros paizes adherentes quaes desses serviços que podem ser utilizados no transporte das cartas e encommendas com valor declarado, com garantia de responsabilidade.

2.— As administrações dos paizes adherentes communicarão umas às outras, por meio de quadros conforme ao modelo A, annexo:

- 1º, a nomenclatura dos paizes para os quaes ellas podem servir de intermediarias no transporte das cartas e encommendas com valor declarado ;
- 2º, as vias de expedição das ditas remessas, desde a entrada destas nos seus territorios ou nas suas repartições ;
- 3º, a importancia das quantias que lhes deverão ser abonadas como despesas de transporte, pelo correio que lhes transmittir encommendas, segundo o paiz a que estas se destinem ;
- 4º, a importancia das porcentagens que lhes deverão igualmente ser abonadas pelo correio que lhes entregar cartas ou encommendas a descoberto, segundo o paiz a que taes objectos se destinem.

3.— As administrações dos paizes fóra da Europa e o correio ottomano teem a faculdade de restringir a certas repartições postaes o serviço dos objectos com valor declarado. As administrações que usarem dessa faculdade deverão notificar aos outros correios, que participarem do mesmo serviço, a lista das suas repartições, a cujo destino seja permittido remetter objectos com valor declarado.

4.— Em vista dos quadros A, recebidos dos correios correspondentes, cada administração determinará as vias que empregará para a transmissão dos seus valores declarados e os premios que cobrará dos expedidores, segundo as condições em que effectuar-se o transporte intermediario.

5.— Cada administração deverá fazer conhecer directamente á primeira administração intermediaria quaes os paizes para onde ella se encarrega de lhe enviar a descoberto cartas e encomendas com valor declarado.

## II

1.— As cartas com valor declarado só serão acceitas em sobre-carta fechada por meio de sinetes applicados sobre lacre, separados, reproduzindo um signal particular, e applicados em numero sufficiente para prender todas as dobras da sobre-carta. E' prohibido empregar sobre-cartas com as margens coloridas.

2.— Cada carta deverá, além disso, ser acondicionada de maneira que não possa ser devassado o seu conteúdo, sem danificar-se exterior e visivelmente o envoltorio ou os sinetes.

3.— Os sellos empregados na franquia deverão ser collocados espaçadamente, afim de que não possam encobrir os estragos do envoltorio. Não deverão tambem ser dobrados sobre as duas faces da sobre-carta, de maneira que encubram a respectiva borda.

4.— As joias ou objectos preciosos serão encerrados em caixas de madeira, que não excedam a 30 centimetros de comprimento, 10 centimetros de largura e 10 centimetros de altura, e cujas paredes deverão ter, pelo menos, 8 millimetros de espessura.

5.— As encomendas com valor declarado deverão ser amarradas com barbante forte, em cruz, sem nós, e cujas duas pontas deverão ser unidas por meio de lacre, onde será applicado um sinete com um signal particular. Além disso, as encomendas serão marcadas nas quatro faces lateraes com sinetes identicos applicados sobre lacre. As faces superior e inferior deverão ser cobertas de papel branco, para receber o endereço do destinatario, a declaração do valor e o signal dos carimbos de serviço.

6.— As cartas e encomendas com valor declarado endereçadas por meio de iniciaes, ou cujo endereço seja escripto a lapis, não serão admittidas.

## III

1.— A declaração dos valores deverá ser expressa em francos e centimos ou na moeda do paiz de procedencia, e escripta pelo

remettente no sobrescripto do objecto por extenso e em algarismos, sem rasura nem entrelinhas, embora ressalvadas.

2.—Quando a declaração for feita em moeda differente do franco, a administração do paiz de procedencia será obrigada a reduzi-la a esta ultima moeda, ao par, indicando, por meio de novos algarismos collocados ao lado ou abaixo dos algarismos representativos do total da declaração, o equivalente deste em francos e centimos. Esta disposição não será applicavel ás relações directas entre paizes que tenham uma moeda commum.

3.—As encomendas com valor declarado deverão ser acompanhadas de declarações para a alfandega (manifesto) conformes ou analogas ao modelo B annexo, nas relações que admittirem o emprego de taes declarações.

Cumpra ás administrações interessadas dirigir uma notificação a este respeito aos correios correspondentes, e indicar-lhes o numero de taes declarações, que devam acompanhar os mesmos objectos.

#### IV

As disposições do art. 13 da Convenção principal e do artigo XXX do seu regulamento são respectivamente applicaveis em caso de pedido, quer de entrega por expresso, quer de retirada ou mudança de endereço de uma carta ou encomenda com valor declarado.

#### V

Quando circumstancias fortuitas ou reclamações dos interessados revelarem a existencia de uma declaração fraudulenta de valor superior ao valor real incluido numa carta ou encomenda, avisar-se-ha neste sentido a administração do paiz de procedencia, com a maior brevidade, e, si possível for, remettendo os documentos comprobativos da fraude.

#### VI

1.—O peso exacto em grammas de cada carta ou encomenda com valor declarado deverá ser mencionado no objecto, pelo correio de procedencia, no angulo esquerdo superior do endereço.

2.—Além disso, o objecto será marcado pela repartição de procedencia, do lado do endereço, com o carimbo indicando o logar e a data da entrega ao correio, e, si for possível, com o carimbo especial usado no paiz de procedencia, para as cartas ou encomendas com valor declarado.

3.—A repartição destinataria applicará no verso do objecto o seu proprio carimbo, com a data da recepção.


## VII

1.—A transmissão dos objectos com valor declarado, entre paizes limitrophes ou ligados entre si por meio de um serviço marítimo directo, será feita pelas repartições postaes das que as duas administrações correspondentes designarem de common accordo para esse fim.

2.— Nas relações entre paizes separados por um ou mais serviços intermediarios, as cartas e encommendas com valor declarado deverão sempre seguir a via mais directa e ser entregues a descoberto á primeira administração intermediaria, si esta administração estiver no caso de effectuar a transmissão nas condições determinadas pelo art. 1.<sup>o</sup> do presente regulamento.

3.— Fica, todavia, reservada ás administrações correspondentes a faculdade de se entenderem, quer para permutar valores declarados em malas fechadas, por meio dos serviços de um ou mais paizes intermediarios, que tenham tomado parte, ou não, neste accordo, quer para effectuar a transmissão a descoberto por vias indirectas, no caso em que este modo de transmissão não offereça, pela via directa, a garantia de responsabilidade em todo o percurso.

## VIII

1.—As cartas e encommendas com valor declarado serão lançadas pelo correio expedidor em facturas especiaes, conformes ao modelo  annexo ao presente regulamento, com todos os promenores que estas formulas admittem.

2.— Os referidos objectos formarão com essa factura um ou dous maços especiaes, que serão atados e embrulhados em papel consistente, e depois atados exteriormente e lacrados em todas as dobras com o sinete do correio expedidor.

Estes maços terão como inscripção as palavras: « Valeurs déclarées » ou « Lettres de valeur déclarée » e « Boites de valeur déclarée », com a indicação, em baixo, do peso bruto em grammas. Deverão ser collocados no centro da mala.

3.— A presença ou a falta de taes maços em uma mala será mencionada em baixo do quadro n. 1 da folha de aviso sob o titulo « Recommendation d'office » e, segundo o caso, por uma nota assim concebida: « Un paquet de valeurs déclarées, un paquet de lettres de valeur déclarée, un paquet de boites de valeur déclarée, pesant... grammes »; ou então « Pas de valeurs déclarées à expédier ».

4.— O maço ou maços de valor declarado serão ligados por meio de um barbante em cruz ao maço dos objectos registrados; a esses maços assim reunidos será ligada a sobre-carta especial contendo a folha de aviso.

5.— Todas as vezes que uma das duas administrações correspondentes reclamar a separação, as encomendas com valor declarado deverão ser mencionadas nas formulas C distintas e ser embrulhadas separadamente. Em tal caso, os maços ou saccos contendo as duas categorias de objectos de valor declarado serão ligados ao maço ou sacco dos objectos registrados.

6.— Os avisos de recepção dos objectos com valor declarado serão tratados conforme as disposições dos artigos IX e XI do regulamento para a execução da Convenção principal.

7.— As disposições do presente artigo poderão ser modificadas de common accordo entre duas administrações correspondentes, na parte em que essas disposições sejam incompatíveis com o regimen particular de uma dellas.

## IX

1.— Na occasião do recebimento de um pacote com valor declarado, o correio destinatario examinará si o dito pacote apresenta alguma irregularidade, quer no seu estado ou organização exterior, quer em observancia das formalidades a que a transmissão está sujeita pelo artigo precedente. Verificará igualmente o peso bruto do pacote.

2.— O mesmo correio procederá em seguida á verificação particular dos objectos com valor declarado, consignando quaesquer faltas ou irregularidades, quando as haja, e rectificará as facturas, conformando-se com as regras estabelecidas pelo artigo XIV do regulamento para a execução da Convenção principal.

3.— A falta de objectos, ou qualquer alteração ou irregularidade que possa envolver a responsabilidade das administrações respectivas, serão consignadas em um auto que será transmitido, acompanhado dos sobrescriptos, barbantes e sinotes do maço, á administração central do paiz a que pertencer o correio destinatario. Uma duplicata desse documento será ao mesmo tempo enviada, sob registro official, á administração central a que pertencer o correio expedidor, independentemente do boletim de verificação, que será remettido immediatamente a este correio.

4.— Sem prejuizo da applicação das disposições do § 3, o correio que receber de um correio correspondente um objecto insufficientemente embrulhado ou avariado, deverá dar-lhe curso depois de tel-o embrulhado de novo, conservando tanto quanto possível o envoltorio primitivo. Em tal caso, o peso do objecto deverá ser verificado antes e depois de ser novamente embrulhado.

## X

1.— As cartas e as encomendas com valor declarado, reexpedidas em virtude de direcção errada, serão encaminhadas ao seu destino pela via mais rapida de que puder dispor a administração reexpedidora.

Quando a reexpedição der lugar á restituição dos objectos dessa especie á administração expedidora, annullar-se-hão os abonos lançados na factura desta administração, e o correio reexpedidor enviará esses objectos, mencionando-os, para scienciação, depois de ter indicado o engano por meio de um boletim de verificação.

No caso contrario, e si as porcentagens abonadas á administração reexpedidora forem insufficientes para cobrir a parte dessas porcentagens e as despesas de reexpedição que lhe pertencem, será ella creditada pela differença, augmentando-se a quantia lançada em seu credito na factura da repartição expedidora. O motivo dessa rectificação será notificado á dita repartição por meio de um boletim de verificação.

2.— As cartas e encomendas com valor declarado, reexpedidas por motivo de mudança de residencia dos destinatarios, para um dos paizes adherentes, serão marcadas com carimbo **T** pela administração reexpedidora, e sujeitas pela administração que as distribuir a uma taxa a cobrar do destinatario, representativa do premio que compete a esta ultima administração, e a cada uma das administrações intermediarias, si as houver.

Neste ultimo caso, a primeira administração intermediaria que receber um valor declarado reexpedido se creditará pela totalidade da sua porcentagem para com a administração a que entregar o objecto; e esta ultima, por sua vez, si apenas servir de intermediaria, creditar-se-ha para com a administração seguinte pela sua propria porcentagem, adicionada com aquella por que foi debitada pela administração precedente. A mesma operação se repetirá nas relações entre as differentes administrações que tomarem parte no transporte até chegar o objecto á administração que o tenha de distribuir.

Contudo, si as porcentagens que forem exigidas para o percurso ulterior de um objecto reexpedido forem pagas no momento da reexpedição, esse objecto será considerado como si fosse dirigido directamente do paiz reexpedidor para o paiz do destino, e entregue livre de taxa ao destinatario.

3.— Qualquer carta ou encomenda com valor declarado, cujo destinatario tiver partido para um paiz que não tenha tomado parte no presente accordo, será devolvida immediatamente como refugo ao paiz de procedencia, afim de ser entregue ao remittente, a não ser que a administração do primeiro destino esteja no caso de fazel-a chegar ao destinatario.

4.— Os objectos com valor declarado cahidos em refugo, por qualquer motivo, serão reciprocamente devolvidos logo depois de cahirem em refugo, por intermedio das respectivas repartições postaes. Esses objectos serão mencionados, para scienciação, na factura especial **C** com a declaração « Rebut » na columna das observações e incluídos no maço intitulado « Valeurs déclarées ».

5.— Si as encomendas com valor declarado reexpedidas para outro paiz por motivo de mudança de residencia do destinatario, ou cahidas em refugo, estiverem sujeitas a despesas accessorias de verificação que não tenham sido cobradas na occasião da



reexpedição, a importancia respectiva será levada ao debito da administração correspondente, na columna 9 da factura, com indicação summaria em frente, na columna 10, da natureza das despesas a cobrar do destinatario ou do remetente (imposto do sello, etc.)

## XI

Até prova em contrario, a administração que transmittir uma carta ou encomenda com valor declarado á outra administração ficará isenta de qualquer responsabilidade relativamente a esse valor, si a repartição postal a que a carta ou a encomenda for entregue não enviar, na primeira expedição, á administração remetente, um auto consignando a falta ou alteração, quer do maço inteiro dos valores declarados, quer da propria carta ou encomenda.

## XII

Os premios devidos a cada administração, conforme o § 1 do art. 3 deste accordo, pelo transito territorial ou maritimo das cartas com valor declarado, serão calculados segundo as condições estabelecidas pelo artigo XXIV do regulamento da Convenção principal.

## XIII

1. — Cada administração fará organizar mensalmente por cada uma das suas repartições, relativamente a todos os objectos de correspondencia recebidos das repartições de uma mesma administração, uma conta, conforme ao modelo **D** annexo ao presente regulamento, das quantias lançadas em cada factura, quer a seu credito pela parte que lhe pertencer e pela parte que pertencer a cada uma das administrações interessadas, si as houver, nas taxas de transporte (encomendas sómente) e nas porcentagens recebidas pela administração expedidora ; quer a seu debito pela parte que pertencer ás administrações intermediarias, em caso de reexpedição ou de refugo, nos premios postaes e despesas de verificação a receber dos destinatarios ou dos remetentes.

2. — As contas **D** serão em seguida recapituladas pela referida administração em uma conta conforme ao modelo **E** igualmente annexo ao presente regulamento.

3. — Essa conta, acompanhada das contas parciaes, das facturas e dos boletins de verificação, quando os haja, que a ella se referirem, será submittida ao exame da administração correspondente, no correr do mez seguinte áquelle a que a mesma conta se referir.

4. — As contas mensaes, depois de terem sido verificadas e aceitas de parte a parte, serão resumidas numa conta geral annual pela administração credora, salvo outro accordo estabelecido pelas administrações interessadas.

5. — A liquidação da conta geral dos valores declarados far-se-ha ao mesmo tempo que a da conta annual das despesas de transito relativas ás correspondencias ordinarias; os saldos das duas contas de que se trata serão balanceados, sempre que sejam respectivamente contrarios.

#### XIV

1. — As administrações communicarão umas ás outras, por intermedio da secretaria internacional e tres mezes, pelo menos, antes de entrar em execução o accordo, o seguinte :

1º, a tabella das porcentagens applicaveis em seu serviço ás cartas e encomendas com valor declarado para cada um dos paizes adherentes, de conformidade com o art. 4 do accordo e do artigo I do presente regulamento;

2º, o *fac-simile* do carimbo especial, quando o haja, usado em seu serviço para os valores declarados;

3º, o limite maximo admittido para os valores declarados pela applicação do art. 1 do accordo.

2. — Qualquer modificação, feita ulteriormente com relação a qualquer dos tres pontos acima mencionados, deverá ser, sem demora, notificada do mesmo modo.

#### XV

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer administração dos correios de um paiz da União terá o direito de dirigir ás outras administrações adherentes, por intermedio da secretaria internacional, propostas para a modificação ou interpretação do presente regulamento.

2. — Toda proposta será sujeita ao processo determinado pelo artigo XXXIX do regulamento da Convenção principal.

3. — Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos, da modificação do presente artigo ou do art. 16;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação dos arts. 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11 e 12;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente regulamento, salvo o caso de litigio, previsto no art. 23 da Convenção principal.

4.— As resoluções que forem tomadas serão sancionadas por uma simples notificação da secretaria internacional a todas as administrações da União.

5.— Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## XVI

O presente regulamento terá execução a contar do dia em que for posto em vigor o accordo. Terá a mesma duração que esse accordo, de commum harmonia entre as partes interessadas.

Feito em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha : Dr. V. Stephan.— *Sachse*.— *Fritsch*.

Pela Republica Argentina : *Carlos Calvo*.

Pela Austria : *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*. — *Habberger*.

Pela Hungria : *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.

Pela Belgica : *Lichtervelde*.

Pelo Brazil : *Luiz Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria : *P. M. Mattheeff*.

Pela Republica de Costa Rica :

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas : *Lund*.

Pelo Egypto : *Y. Saba*.

Pela Hespanha : *Federico Bas*.

Pela França : *Montmarin*.— *J. de Selves*.— *Ansault*.

Pelas colonias francezas : *G. Gabrić*.

Pela Italia : *Emidio Chiaradia*.— *Felice Salivetto*.

Pela Republica da Liberia : *B. de Steim*.— *W. Koentzer*. — *C. Goedelt*.

Pelo Luxemburgo : *Mongenast*.

Pela Noruega : *Thb. Heyerdahl*.

Pelos Paizes Baixos : *Hofstede*.— *Barão van der Feltz*.

Por Portugal e colonias portuguezas : *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania : *Coronel A. Gorjean*.— *S. Dimitrescu*.

Pela Russia : *General de Besach*.— *A. Shalkowsky*.

Pelo Salvador : *Luiz Kehlmann*.

Pela Servia : *Svetozar I. Gvozditich*.— *Et. W. Popovitch*.

Pela Suecia : *E. von Krusenstjerna*.

Pela Suissa : *Ed. Höhn*.— *C. Delessert*.

Pela Regencia de Tunis : *Montmarin*.

Pela Turquia : *E. Petacci*.— *A. Fahri*.

## VI

## ACCORDO RELATIVO AO SERVIÇO DE VALES POSTAES

Concluido entre a Allemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Chile, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Egypto, França e colonias francezas, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes Baixos e colonias neerlandezas, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Salvador, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia e Uruguay.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes supra mencionados, em virtude do art. 19 da Convenção principal, ajustaram em commum accordo e sob reserva de notificação o seguinte accordo :

## Art. 1

A permuta de fundos por intermedio do correio e por meio de vales, entre os paizes adherentes cujas administrações concordaram em estabelecer este serviço, será regida pelas disposições do presente accordo.

## Art. 2

1.— Como regra, a importancia dos vales deve ser entregue pelos tomadores e paga aos destinatarios em numerario; mas cada administração terá a faculdade de receber e de empregar para esse fim qualquer papel-moeda que tenha curso legal em seu paiz, sob a condição de levar em conta, neste caso, a differença de cambio.

2.— Nenhum vale poderá exceder à importancia de 500 francos effectivos ou uma importancia approximada na moeda respectiva de cada paiz.

3.— Salvo accordo em contrario entre as administrações interessadas, a importancia de cada vale será expressa na moeda metallica do paiz em que o pagamento se deva effectuar. Para este fim, a administração do paiz de origem determinará, si for caso para isso, a taxa de conversão de sua moeda na moeda metallica do paiz de destino.

A administração do paiz de procedencia determinará igualmente, si houver cabimento, o cambio que o tomador deverá pagar, quando esse paiz e o paiz de destino possuam o mesmo systema monetario.

4. — Fica reservado a cada um dos paizes contractantes o direito de declarar transmissivel, por meio de endosso, em seu territorio, a propriedade dos vales postaes procedentes de outro desses paizes.

### Art. 3

1. — O premio geral a pagar pelo tomador por cada remessa de fundos effectuada em virtude do artigo precedente será fixado em um valor metallico de 25 centimos por 25 francos ou fracção de 25 francos, ou no equivalente em moeda respectiva dos paizes adherentes, com a faculdade de arredondar as fracções neste caso.

Serão isentos de qualquer taxa os vales officiaes relativos ao serviço dos correios e trocados entre as administrações postaes.

2. — A administração que pagar vales terá direito a haver, da administração que os emittiu, um premio de 1/2 por cento da somma total dos vales pagos, excepção feita dos vales officiaes.

3. — Os vales postaes e as quitações passadas nesses vales, bem como os certificados entregues aos tomadores, não poderão estar sujeitos, por conta dos remettentes ou dos destinatarios de fundos, a qualquer premio ou imposto além do premio cobrado em virtude do § 1 do presente artigo, sobre a taxa de distribuição domiciliaria (*factage*), si a houver.

4. — O tomador de um vale poderá obter um aviso de pagamento desse vale, pagando adeantadamente, em beneficio exclusivo da administração do paiz de procedencia, uma taxa fixa igual á que for cobrada nesse paiz pelos avisos de recepção das correspondencias registradas.

5. — O tomador de um vale postal poderá fazel-o retirar do correio ou fazer modificar-lhe o endereço, enquanto esse vale não tiver sido entregue ao destinatario, nas condições e com as formalidades determinadas para as correspondencias ordinarias pelo art. 9º da Convenção principal.

6. — O tomador poderá igualmente pedir a entrega de dinheiros em domicilio, por portador especial, logo depois da chegada do vale, nas condições fixadas no art. 13 da dita Convenção.

7. — Fica, todavia, reservada ao correio do paiz de destino a faculdade de fazer remetter por expresso, em lugar de dinheiro, um aviso de chegada do vale ou o proprio titulo, quando os seus regulamentos internos o permittam.

## Art. 4

1.— Os vales postaes poderão ser transmittidos pelo telegrapho entre os correios cujos paizes são ligados em suas relações pelo telegrapho do Estado ou que concordem em empregar para esse fim a telegraphia particular; serão denominados, neste caso, vales telegraphicos.

2.— Os vales telegraphicos poderão, como os telegrammas ordinarios e nas mesmas condições que estes ultimos, ser sujeitos ás formalidades de urgencia, resposta paga, verificação, aviso de recepção, transmissão pelo correio ou entrega por expresso. Poderão, além disso, dar logar a pedidos de avisos de pagamento a entregar e a expedir pelo correio.

3.— O tomador de um vale telegraphico deverá pagar :

- a) o premio ordinario dos vales postaes e, si for pedido aviso de pagamento, o premio fixo desse aviso ;
- b) a taxa do telegramma.

4.— Os vales telegraphicos não serão sobrecarregados de outras despesas além das previstas no presente artigo, ou as que possam ser cobradas de conformidade com os regulamentos telegraphicos internacionaes.

## Art. 5

Por motivo de mudança de residencia do destinatario, os vales ordinarios poderão ser reexpedidos de um dos paizes pertencentes ao accordo para outro desses paizes. Quando o paiz do novo destino tiver outro systema monetario que o primitivo paiz de destino, a conversão da importancia do vale em moeda do primeiro desses paizes será feita pelo correio reexpedidor, segundo o premio convencionado para os vales destinados a esse paiz e emanados do paiz de primitivo destino.

Não será cobrado nenhum supplemento de premio pela reexpedição, mas o paiz de novo destino perceberá, em todo caso, em seu beneficio, a quota-parte do premio que lhe caberia, si o vale lhe tivesse sido dirigido primitivamente, mesmo no caso em que, por effeito de um accordo especial, celebrado entre o paiz de procedencia e o paiz de primitivo destino, o premio effectivamente cobrado fosse inferior ao premio previsto no art. 3 do presente accordo.

## Art. 6

1.— As administrações dos correios dos paizes adherentes formularão, nas épocas fixadas pelo regulamento junto, as contas

em que se acham recapituladas todas as importancias pagas pelas suas respectivas repartições postaes ; e essas contas, depois de terem sido verificadas e acceitas reciprocamente, serão saldadas, salvo accordo em contrario, em moeda de ouro do paiz credor, pela administração devedora, do prazo fixado pelo mesmo regulamento.

2.— Para esse fim, quando os vales forem pagos em moedas differentes, o credito menor será convertido na moeda do credito maior, tomando-se por base da conversão a taxa média do cambio na capital do paiz devedor, durante o periodo a que essa conta se referir.

3. — No caso de falta de pagamento do saldo de uma conta nos prazos fixados, a importancia desse saldo vencerá juros, a contar do dia em que expirarem os ditos prazos até ao dia em que se effectuar o pagamento. Esses juros serão calculados na razão de 5 % ao anno e levados ao debito da administração retardataria na sua conta proxima.

#### Art. 7

1.— As quantias convertidas em vales postaes serão garantidas aos tomadores, até ao momento em que sejam regularmente pagas aos destinatarios ou aos mandatarios destes.

2.— As quantias recebidas por cada administração, em troca de vales postaes cuja importancia não tenha sido reclamada pelos interessados nos prazos fixados pelas leis ou regulamentos do paiz de procedencia, ficarão pertencendo definitivamente à administração que emittiu esses vales.

#### Art. 8

As estipulações do presente accordo não restringem ás partes contractantes o direito de manter e celebrar accordos especiaes, assim como de manter e estabelecer uniões mais intimas no sentido de melhorar o serviço dos vales de correio internacionaes.

#### Art. 9

Cada administração poderá, em circumstancias extraordinarias que justifiquem esta medida, suspender temporariamente o serviço dos vales internacionaes, de um modo geral ou parcial, contanto que o communique immediatamente, si necessario for, pelo telegrapho, à administração ou administrações interessadas.

## Art. 10

Os paizes da União que não tomaram parte no presente accordo serão admittidos a adherir a elle, a seu pedido e na fôrma prescripta pelo art. 24 da Convenção principal, no que respeita ás adhesões à União Postal Universal.

## Art. 11

As administrações dos correios dos paizes adherentes designarão, cada uma na parte que lhe disser respeito, as repartições que devem emitir e pagar vales a emitir em virtude dos artigos precedentes. Ellas regularão a fôrma e o modo de transmissão dos vales, a fôrma das contas designadas no art. 6 e qualquer outra medida necessaria para assegurar a execução do presente accordo.

## Art. 12

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer administração dos correios de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras administrações que participam do mesmo serviço, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas ao serviço dos vales postaes.

2. — Toda proposta será sujeita ao processo determinado no § 2 do art. 26 da Convenção principal.

3. — Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos, ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 2, 3, 4, 6 e 13 ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições que não sejam as dos artigos precitados ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente accordo, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção principal.

4. — As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a fôrma indicada no art. 26 da Convenção principal.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## Art. 13

1. — O presente accordo entrará em vigor em 1 de julho de 1892.

2. — Terá a mesma duração que a Convenção principal, sem prejuizo do direito reservado a cada paiz de retirar-se deste



acordo, mediante comunicação feita, com um anno de antecedencia, pelo seu governo ao governo da Confederação Suissa.

3.— Serão derogadas, a partir do dia em que o presente accordo for posto em execução, todas as disposições estabelecidas anteriormente entre os diversos governos ou administrações das partes adherentes, as quaes não se conciliem com os termos do presente accordo, sem prejuizo, contudo, dos direitos reservados pelo art. 8.

4.— O presente accordo será ratificado logo que for possível. Os actos de ratificação serão trocados em Vienna.

Em fé do que os plenipotenciarios dos paizes acima mencionados firmaram a presente Convenção em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha e protectora los allemães : Dr. V. *Stephan*. — *Sachse*. — *Fritsch*.

Pela Republica Argentina : *Carlos Calvo*.

Pela Austria : *Obentraut*. — Dr. *Hofmann*. — Dr. *Lilienau*. — *Habberger*.

Pela Hungria : *P. Heim*. — *S. Schrimpf*.

Pela Belgica : *Lichtervelde*.

Pelo Brazil : *Luiz Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria : *P. M. Mattheeff*.

Pelo Chile :

Pela Republica da Colombia : *G. Michelsen*.

Pela Republica de Costa Rica :

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas : *Lund*.

Pelo Egypto : *Y. Saba*.

Pela Hespanha : *Federico Bas*.

Pela França : *Montmarin*. — *J. de Selves*. — *Ansault*.

Pelas colonias francezas : *G. Gabrié*.

Pela Grecia : *J. Georgantas*.

Pela Italia : *Emidio Chiaradia*. — *Felice Salivetto*.

Pela Republica da Liberia : *B. de Steim*. — *W. Koentzer*. — *C. Goedelt*.

Pela Noruega : *Thb. Heyerdahl*.

Pelos Paizes-Baixos : *Hofstede*. — *Barão van der Feltz*.

Pelas colonias neerlandezas : *Johs I. Perk*.

Por Portugal e colonias portuguezas : *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania : *Coronel A. Gorjean*. — *S. Dimitrescu*.

Pelo Salvador : *Luiz Kehlmann*.

Pelo Reino de Sião : *Luang Suriya Nuvatr*. — *H. Keuchenius*.

Pela Suecia : *E. von Krusenstjerna*.

Pela Suissa : *Ed. Höhn*. — *C. Delessert*.

Pela Regencia de Tunis : *Montmarin*.

Pela Turquia : *E. Petacci*. — *A. Fahri*.

Pelo Uruguay : *Federico Susviela Guarch*. — *José G. Busto*.

## VII

REGULAMENTO DE DETALHE E DE ORDEM PARA A EXECUÇÃO DO  
ACCORDO RELATIVO AO SERVIÇO DOS VALES POSTAES

Concluido entre a Allemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Chile, Republica de Costa-Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Egypto, França e colonias francezas, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes Baixos e colonias neerlandezas, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Salvador, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia e Uruguay.

Os abaixo assignados, em virtude do art. 19 da Convenção principal e do art. 15 do accordo relativo á permutação dos vales postaes, e em nome das suas respectivas administrações e de commum harmonia, convieram nas medidas seguintes que asseguram a execução do dito accordo :

## I

Pelas quantias entregues para emissão de um vale internacional, será dado ao tomador, livre de despeza o segundo a forma adoptada por cada administração, um recibo, boletim de deposito ou declaração da entrega das ditas quantias.

## II

1.— Os vales de correio internacionaes serão organizados segundo uma formula identica ou analoga ao modelo A annexo ao presente regulamento.

2.— As formulas de vales que não forem impressas em lingua franceza deverão ter uma tradução sublinear nessa lingua, e as indicações manuscriptas feitas no seu texto deverão ser formuladas em algarismos arabes e em caracteres romanos, segundo o caso, sem rasura nem entrelinhas, embora resalvadas.

3.— E' prohibido escrever nos vales outras annotações que não sejam as admittidas pelo texto das formulas respectivas. Comtudo, o tomador terá o direito de acrescentar no talão quaesquer communicações ao destinatario do vale.

## III

1.— Os vales telegraphicos serão redigidos pela repartição postal que tiver recebido as importancias, e remetidos á repartição postal que deve effectuar o pagamento.

2.— Os mesmos vales poderão conter uma communicação particular do tomador ao destinatario.

### 3.— Os vales telegraphicos serão redigidos do seguinte modo:

|                                                                                                    |                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Indicações eventuaes (por extenso ou segundo as abreviaturas autorisadas no serviço telegraphico.) | { Urgente (De), Resposta paga (R. P.), Conferencia (T. C.), Aviso de recepção (C. R.), Posta registrada (P. R.), Expresso pago (X. P.), Expresso. |
| Mandat.....                                                                                        | (Numero postal da emissão.)                                                                                                                       |
| Postes.....                                                                                        | (Nome da repartição postal destinataria.)                                                                                                         |
| .....                                                                                              | (Aviso de pagamento, si houver.)                                                                                                                  |
| Monsieur.....                                                                                      | { (Nome do tomador e importancia da quantia transmittida, expressa em algarismos e, por extenso, na moeda do paiz do destino.                     |
| Madame.....                                                                                        |                                                                                                                                                   |
| Mademoiselle.....                                                                                  |                                                                                                                                                   |
| Pour....                                                                                           | { Monsieur ..... (Indicação exacta do destinatario ou destinataria, da sua residência e, si for possível, do seu domicilio.                       |
|                                                                                                    | { Madame.....                                                                                                                                     |
|                                                                                                    | { Mademoiselle.....                                                                                                                               |

As indicações precedentes deverão figurar sempre nas formulas dos vales telegraphicos na ordem acima.

Quando os vales telegraphicos forem emitidos por correios de localidades onde não haja serviço telegraphico, o logar da emissão dos mesmos vales deverá ser indicado nos telegrammas immediatamente depois do numero postal da emissão, da seguinte maneira: «Mandat... de...»

Do mesmo modo, os vales telegraphicos procedentes de localidades que possuam diversas repartições postaes deverão conter a indicação exacta da repartição postal de procedencia, quando esta repartição não for encarregada do serviço telegraphico.

4.— As diversas administrações terão a faculdade de autorisar as repartições telegraphicas de localidades que possuam um ou mais correios, a receber do tomador e a pagar no logar de destino a importancia dos vales telegraphicos.

5.— A conferencia parcial será obrigatoria (repetição de correio a correio dos nomes proprios e dos numeros).

6.— Para comprovar a expedição do vale telegraphico a repartição postal emissora remetterá em sobre-carta, e pela mais proxima expedição, á repartição postal destinataria, uma cópia ou aviso de emissão do mesmo vale, conforme ou analogo ao modelo **B** annexo ao presente regulamento. Pela repartição destinataria será junta esta cópia ao original onde achar-se o recibo do destinatario.

## IV

1.— Os vales serão transmittidos a descoberto, ou a pedido da administração destinataria, em uma sobre-carta conforme ao modelo **C** annexo ao presente regulamento.

2.— Os vales que tiverem de ser incluídos em cada mala serão reunidos em um só maço, depois de subdivididos, si para isso houver motivo, em tantos pacotes quantos forem os paizes destinatarios.

## V

1. — Quando um vale estiver sujeito á reexpedição de que trata o art. 5º do accordo e o paiz de primitivo destino e o de novo destino tenham systemas monetarios differentes, o correio reexpedidor riscará com um traço de penna as indicações da importancia do vale, inclusive a indicação superior da rubrica *Bon pour*, de modo, porém, que fiquem visiveis as inscrições primitivas. Depois de ter reduzido o valor da emissão á moeda do paiz de novo destino, o dito correio escreverá a somma resultante da conversão, por extenso e em um logar conveniente da formula do vale, mas tanto quanto possivel immediatamente acima da indicação primitiva da referida quantia por extenso. O novo lançamento feito no vale será assignado pelo empregado do correio. Este mesmo processo deverá ser seguido nos casos de reexpedições ultteriores.

2. — Os pedidos de reexpedição ou de devolução serão consignados para scientificação, pela primeira repartição destinataria, e pelos correios destinatarios ultteriores, si os houver. O correio que effectuar a reexpedição de um vale nas condições acima previstas communicará o facto ao correio emissor.

## VI

As disposições do art. 13 da Convenção principal e do artigo XXX do regulamento da mesma Convenção serão respectivamente applicaveis, em caso de pedido, quer de entrega por expresso, quer de retirada ou mudança de endereço de um vale postal.

Todavia, a reproducção exacta das notas escriptas no talão não será exigida para o *fac-simile* do vale.

## VII

1. — Os vales cujo pagamento não se puder effectuar por uma das causas seguintes :

1º, indicação inexacta, insufficiente ou duvidosa do nome ou do domicilio dos destinatarios ;

2º, differenças ou omissões de nomes ou de quantias ;

3º, rasuras ou entrelinhas nas indicações ;

4º, omissões de carimbos, de assignaturas ou de outras indicações de serviço ;

5º, indicação da importancia a pagar em moeda que não seja a do paiz de destino ou, quando se der o caso, a que tenha sido para esse fim admittida pelas administrações correspondentes ;

6º, emprego de formulas não regulamentares ;

7º, falta, nos vales telegraphicos, do preenchimento de uma ou mais formalidades previstas pelo artigo III do presente regulamento ;

Serão regularisados pela administração que os houver emitido.

2.— Para esse fim, os vales de que se trata serão devolvidos, como correspondencia official e no mais curto prazo, pela repartição destinataria á repartição emissora. As duas administrações postaes respectivas deverão ser avisadas dessa devolução e de seu curso.

3.— Si o destinatario de um vale irregular, ordinario ou telegraphico, desejar obtel-o, offerecendo-se para pagar todas as despesas, as irregularidades que se opponham ao pagamento do mesmo vale poderão ser regularisadas por via telegraphica.

4.— Os vales, telegraphicos, dos quaes tenha sido enviado apenas o titulo confirmativo, mas de que falte o telegramma, não deverão ser pagos á simples vista do primeiro de taes documentos. Antes de tudo, cumprirá reclamar-se o telegramma.

5.— No caso em que os telegrammas rectificativos tenham sido motivados por engano devido ao correio, a taxa dos mesmos telegrammas deverá ser restituída a quem de direito.

## VIII

1.— Os vales serão válidos durante o prazo de dous mezes, a contar do primeiro dia do mez que seguir-se ao mez da sua emissão. Este prazo será elevado a seis mezes para as relações com os paizes fóra da Europa ou para as relações desses paizes entre si, salvo accordo contrario entre as administrações interessadas.

2.— Terminado esse prazo, os vales só poderão ser pagos em vista de uma declaração da administração que os tiver emitido, requisitada pela administração a que pertencer a repartição destinataria.

3.— A declaração deverá ser feita no proprio vale, ao qual conferirá um novo prazo de validade igual ao previsto no § 1 do presente artigo.

4.— Os vales, cujo pagamento não for reclamado no tempo devido, serão devolvidos logo depois de terminado o prazo de validade ordinaria pela administração que delles for depositaria á administração do paiz de procedencia.

## IX

1.— Os vales não pagos aos destinatarios serão reembolsados aos tomadores, logo que a administração do paiz de procedencia tenha entrado na posse dos mesmos vales.

2.— Os vales extraviados, perdidos ou destruidos poderão ser substituidos, a pedido do tomador ou do destinatario, por auto-

risações de pagamento fornecidas pela administração do paiz de procedencia, depois de verificado, de accordo com a administração do paiz de destino, que o vale não foi pago, nem reembolsado.

Pelas autorisações de pagamento não será exigida nenhuma nova taxa.

3.— Quando o reembolso de um vale extraviado, perdido ou destruido for reclamado pelo tomador, deverá este apresentar, com o respectivo recibo, boletim de deposito ou declaração de entrega da importancia, um attestado do destinatario declarando que o vale não foi alienado, que o não recebeu ou que foi extraviado ou destruido depois de recebido.

A administração do paiz de procedencia concederá o reembolso depois de certificar-se de que a administração destinataria não pagou nem pagará o vale.

## X

1.— O pagamento dos vales será regulado pelas disposições em vigor no serviço interno da administração de destino, a qual será responsavel pelos pagamentos de vales cujos recibos forem falsos.

2.— Para salvar a sua responsabilidade por qualquer vale por ella pago, a referida administração deverá achar-se habilitada a declarar :

1.º Que os seus regulamentos contem todas as garantias necessarias para comprovação da identidade do destinatario;

2.º Que o pagamento effectuou-se nas condições prescriptas pelos ditos regulamentos.

## XI

1.— Quando o tomador de um vale ordinario reclamar aviso do seu pagamento, a repartição de procedencia affixará sobre o vale o sello representativo do premio fixo cobrado por este motivo.

O referido sello será obliterado pela inscripção, bem visivel, das palavras: «Avis de payement.»

2.— Si se tratar de um vale telegraphico, o sello que representar o premio devido por este motivo será applicado na cópia ou no aviso de emissão.

3.— A repartição que effectuar o pagamento remettermá, no mesmo dia deste, à repartição de procedencia, encarregada de entregal-o ao remettente, um aviso conforme ou analogo ao modelo D annexo ao presente regulamento.

## XII

1. — Cada administração organizará no fim de cada mez, para cada uma das outras administrações, uma conta particular conforme ao modelo E annexo ao presente regulamento, na qual serão recapitulados e, tanto quanto possível, classificados, por ordem alphabetica dos nomes das repartições emissoras, todos os vales pagos pelas suas repartições, por conta da administração correspondente, durante o mez anterior.

2. — Mencionará igualmente nessa conta a importancia do premio que lhe couber, em virtude do § 2 do art. 3 do accordo, pelos vales pagos pelos seus correios.

3. — A conta particular, acompanhada dos vales pagos com as competentes quitações, será remettida sem demora á administração correspondente.

4. — Na falta de vales pagos, uma conta particular negativa será dirigida á administração correspondente.

## XIII

1. — Quinze dias, o mais tardar, depois de verificadas e reciprocamente acceitas as contas, será feito o balanço em uma conta geral organizada pela administração credora (salvo outro accordo entre as administrações interessadas), a qual se conformará, para a conversão das moedas, si para isso houver motivo, com o § 2 do art. 6 do accordo.

2. — A conta geral deverá ser approvada no prazo de dous mezes depois de terminado o mez a que ella se referir. Este prazo será elevado de quatro mezes para as relações com os paizes situados fóra da Europa ou para as relações desses paizes entre si.

3. — Salvo accordo em contrario, a differença que formar o saldo da conta será satisfeita por meio de letras pagaveis á vista ou a curto prazo na capital ou em uma praça commercial do paiz credor, na moeda metallica desse paiz e sem onus algum para elle, ficando as despesas do pagamento a cargo da administração devedora.

Essas letras poderão ser excepcionalmente saccadas sobre outro paiz, com a condição de que as despesas de desconto fiquem a cargo da administração devedora.

4. — Este pagamento deverá effectuar-se, o mais tardar, quinze dias depois de ter sido reciprocamente approvada a conta geral. Qualquer administração que for credora de outra por uma quantia superior a 50.000 francos terá o direito de reclamar um pagamento, por conta ou saldo provisório, que não exceda a tres quartos da importancia do seu credito. Quanto isto se dê, deverá a sua reclamação ser satisfeita no prazo de oito dias.

## XIV

1. — As administrações dos paizes adherentes deverão comunicar umas ás outras, por intermedio da secretaria internacional da União Postal Universal e tres mezes, pelo menos, antes de entrar em execução o accordo, o seguinte :

1º, a tabella e, quando seja caso disso, a taxa da conversão monetaria ou o curso que ellas applicuem em virtude do art. 2 do accordo ;

2º, a nomenclatura das suas repartições postaes autorizadas a emittir e pagar vales internacionaes, ou o aviso de que todas as suas repartições tomam parte neste serviço ;

3º, um exemplar da formula do vale que empregarem ;

4º, a orthographia dos nomes dos numeros de 1 a 500, que possam ser escriptos por extenso, na lingua respectiva, nos vales por ellas emittidos ;

5º, a duração dos prazos findos os quaes a sua respectiva legislação fará entrar definitivamente nos cofres do Estado a importancia dos vales cujo pagamento não tiver sido reclamado pelos interessados ;

6º, quando apresentar-se o caso, o aviso da sua participação na permutação dos vales telegraphicos ;

7º, a lista dos paizes com os quaes trocarem vales de correio.

2. — Qualquer modificação ulteriormente adoptada, com relação a um ou outro dos sete pontos acima mencionados, deverá ser notificada, sem demora, pela mesma forma.

## XV

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer administração dos correios de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras administrações que tomarem parte neste serviço, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas ás disposições do presente regulamento.

2. — Toda proposta será sujeita a processo determinado pelo artigo XXXIX do regulamento da Convenção principal.

3. — Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos ou da modificação das disposições do presente artigo e dos artigos II, X e XVI do presente regulamento ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições dos artigos I, III, IV, V, VI, IX e XI ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente regulamento, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção principal.



4.— As resoluções que se tomarem serão sancionadas por uma simples notificação da secretaria internacional a todas as administrações da União.

5.— Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## XVI

1.— O presente regulamento entrará em execução a contar do dia em que o accordo começar a vigorar.

2.— Terá a mesma duração que o accordo, salvo si for renovado, de commun harmonia, entre as partes interessadas.

Feito em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha : Dr. V. *Stephan*.— *Sachse*.— *Fritsch*.

Pela Republica Argentina : *Carlos Calvo*.

Pela Austria : *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*.— *Habberger*.

Pela Hungria : *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.

Pela Belgica : *Lichtervelde*.

Pelo Brazil : *Luiz Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria : *P. M. Mattheeff*.

Pelo Chile :

Pela Republica de Costa Rica :

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas : *Lund*.

Pelo Egypto : *Y. Saba*.

Pela França : *Montmarin*.— *J. de Selves*.— *Ansault*.

Pelas colonias francezas : *G. Gabrié*.

Pela Italia : *Emidio Chiaradia*.— *Felice Salivetto*.

Pelo Japão : *Indo*.— *Fujita*.

Pela Republica da Liberia : *B. de Stein*.— *W. Koentzer*.— *C. Goedelt*.

Pelo Luxemburgo : *Mongenast*.

Pela Noruega : *Thb. Heyerdahl*.

Pelos Paizes Baixos : *Hofstede*.— *Barão van der Feltz*.

Pelas colonias neerlandezas : *Johs I. Perk*.

Por Portugal e colonias portuguezas : *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania : Coronel A. *Gorjean*.

Pelo Salvador : *Luiz Kehlmann*.

Pelo Reino de Sião : *Luang Suriya Nuvatr*.— *H. Keuchenius*.

Pela Suecia : *E. von Krusenstjerna*.

Pela Suissa : *Ed. Höhn*.— *C. Delessert*.

Pela Regencia de Tunis : *Montmarin*.

Pela Turquia : *E. Petacci*.— *A. Fahri*.

Pelo Uruguay : *Federico Susviela Guarch*.— *José G. Busto*.

## VIII

## CONVENÇÃO RELATIVA À PERMUTAÇÃO DE ENCOMMENDAS POSTAES

Concluida entre a Allemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Chile, Republica da Colombia, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Egypto, França e colonias francezas, Grecia, Hespanha, Italia, Republica da Liberia, Luxemburgo, Montenegro, Noruega, Paraguay, Paizes Baixos e colonias neerlandezas, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Salvador, Servia, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia, Uruguay e Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos acima mencionados, em vista do art. 19 da Convenção principal, convieram, de *commun accord* e sob reserva de ratificação, na seguinte Convenção:

## Art. 1

1.— Podem ser expedidas, com a denominação de *encommendas postaes* de um dos paizes acima mencionados para outro dos mesmos paizes, *encommendas* com ou sem valor declarado, até ao peso de cinco kilogrammas. Essas *encommendas* poderão estar sujeitas à cobrança.

Por excepção, é lícito a cada paiz :

a) limitar a tres kilogrammas o peso das *encommendas* admittidas em seu correio ;

b) não se encarregar de *encommendas* com declaração de valor, *encommendas* sujeitas a cobrança nem de *encommendas* de difficil acondicionamento.

Cada paiz fixará, na parte que lhe disser respeito, o limite maximo da declaração de valor e de cobrança, o qual não poderá, em caso algum, ser inferior a 500 francos.

Nas relações entre dous ou mais paizes que tenham adoptado limites maximos diferentes, o limite menos elevado é o que deverá ser seguido reciprocamente.

2.— O regulamento de execução determinará as outras condições em que as *encommendas* serão admittidas ao transporte, e designará principalmente as *encommendas* que deverão ser consideradas de difficil acondicionamento.

## Art. 2

1.— A liberdade de transito será garantida no territorio de cada um dos paizes adherentes, e a responsabilidade das administrações limitar-se-ha ao que determina o art. 13, abaixo mencionado.

2.— Salvo *accord* em contrario entre as administrações interessadas, a transmissão das *encommendas postaes* permutadas entre paizes não limitrophes far-se-ha a descoberto.

## Art. 3

1. — A administração do paiz de procedencia pagará a cada uma das administrações que tomarem parte no transito terrestre um premio de 50 centimos por encomenda postal.

2. — Além disso, si houver um ou mais transportes maritimos, a administração do paiz de procedencia será devedora, a cada uma das repartições postaes que tomaram parte no transporte maritimo, de um premio cuja importancia será fixada, por encomenda, em :

25 centimos, por qualquer percurso que não exceda a 500 milhas maritimas;

50 centimos, por qualquer percurso superior a 500 milhas maritimas, mas que não exceda a 1.000 milhas maritimas;

1 franco, por qualquer percurso superior a 1.000 milhas maritimas, mas que não exceda a 3.000 milhas maritimas;

2 francos, por qualquer percurso superior a 3.000 milhas maritimas, mas que não exceda a 6.000 milhas maritimas;

3 francos, por qualquer percurso superior a 6.000 milhas maritimas.

Esses percursos serão calculados, quando os haja, segundo a distancia média entre os portos respectivos dos dous paizes correspondentes.

3. — Para as encomendas de difficil acondicionamento, os abonos fixados nos §§ 1 e 2 precedentes soffrerão o augmento de 50 %.

4. — Independentemente destas despezas de transito, a administração do paiz de procedencia será devedora, a titulo de premio de seguro, pelas encomendas com valor declarado, a cada uma das administrações que tomarem parte no transito terrestre ou maritimo com responsabilidade, de um premio proporcional igual ao que é cobrado pelas cartas com valor declarado.

## Art. 4

A franquia das encomendas postaes será obrigatoria.

## Art. 5

1. — A taxa das encomendas postaes compor-se-ha, por cada encomenda, de um premio que represente tantas vezes 50 centimos, ou o equivalente na moeda respectiva de cada paiz, quantas forem as repartições postaes que tomarem parte no transporte maritimo; addicionando-se, si for caso para isso, o premio maritimo previsto pelo § 2 do art. 3 precedente e as taxas e premios mencionados nos paragraphos seguintes.

Os equivalentes serão fixados pelo regulamento de execução.

2. — As encomendas de difficil acondicionamento serão sujeitas a uma taxa indivisivel de 50 %, que será arredondada, quando para isso haja motivo, por cinco centimos.

3. — A's encomendas com valor declarado será adicionado um premio de seguro igual ao que é cobrado pelas cartas com valor declarado.

4. — Do remettente de uma encomenda sujeita à cobrança será cobrada uma taxa especial, que não poderá exceder a 20 centimos por fracção indivisivel de 20 francos da importancia a cobrar.

A' administração de procedencia abonará a administração de destino meio por cento da importancia de cada cobrança, convertendo as fracções de meio decimo (cinco centimos) em meio decimo integral. A quota-parte da administração destinataria não deverá nunca ser inferior a 10 centimos por cobrança.

5. — Como medida de transição, cada um dos paizes adherentes terá a faculdade de applicar às encomendas postaes procedentes das suas repartições, ou a ella destinadas, uma taxa adicional de 25 centimos por encomenda.

Por excepção, essa taxa adicional poderá ser elevada a 75 centimos no maximo para a Republica Argentina, Brazil, Chile, Colombia, colonias neerlandezas, Paraguay, Persia, Salvador, São, Suecia, Turquia d'Asia, Uruguay e Venezuela.

6. — O transporte entre a França continental por um lado, a Algeria e a Corsega por outro, dará igualmente logar a uma taxa adicional de 25 centimos por encomenda.

7. — O remettente de uma encomenda postal poderá exigir um aviso de recepção, pagando adeantadamente um premio fixo de 25 centimos no maximo. Esse premio pertencerá integralmente à administração do paiz da procedencia.

#### Art. 6

A administração expedidora creditará por cada encomenda :

a) à administração destinataria 50 centimos, com o accrescimo, si for caso para isso, das taxas addicionaes previstas nos §§ 2, 5 e 6 do art. 5 precedente, da quota-parte do premio de cobrança, fixada no § 4 deste artigo e de um premio de cinco centimos por cada somma de 300 francos ou fracção de 300 francos de valor declarado ;

b) eventualmente, a cada administração intermediaria os premios fixados pelo art. 3.

#### Art. 7

Ao paiz de destino será permittido cobrar, pela entrega em domicilio e para cumprimento das formalidades da alfandega, um premio cuja importancia total não poderá exceder a 25 centimos por encomenda. Salvo accordo em contrario entre as administrações interessadas, essa taxa será cobrada do destinatario na occasião da entrega da encomenda.

#### Art. 8

1. — A pedido dos remettentes, as encomendas serão entregues em domicilio por um portador especial, immediatamente

depois da sua chegada, nos paizes da União cujas administrações convenham em se encarregar desse serviço em suas relações reciprocas.

Esses objectos, que serão qualificados « expressos », ficarão sujeitos a uma taxa especial ; esta taxa será fixada em 50 centimos e deverá ser integral e adeantadamente paga pelo remetente, além da taxa ordinaria, quer a encomenda possa, ou não, ser entregue ao destinatario, ou sómente avisada pelo expresso no paiz de destino. Ella fará parte das vantagens pertencentes a esse paiz.

2.— Quando a encomenda for destinada a uma localidade que não possua correio, a administração destinataria poderá cobrar, pela entrega da encomenda ou pelo aviso convidando o destinatario a vir retiral-a, uma taxa suplementar que poderá elevar-se até ao preço fixado para a entrega por expresso em seu serviço interno, deduzida a taxa fixa paga pelo remetente ou o seu equivalente na moeda do paiz que cobrar essa taxa suplementar.

3.— A entrega ou remessa de um aviso convidando o destinatario só será experimentada uma unica vez. Si o resultado for infructifero, a encomenda deixará de ser considerada como expresso e sua entrega effectuar-se-ha nas condições estipuladas para as encomendas ordinarias.

4.— Si uma encomenda de tal especie for, por motivo de mudança de domicilio do destinatario, reexpedida a outro paiz, sem que a entrega por expresso tenha sido tentada, a taxa fixa paga pelo remetente será abonada ao novo paiz de destino, si este conveio em se encarregar da entrega por expresso ; no caso contrario, essa taxa pertencerá á administração do paiz de primeiro destino, como si se tratasse de encomendas cahidas em refugo.

#### Art. 9

1.— As encomendas a que se applica a presente Convenção não poderão ser oneradas de nenhum outro premio postal, além dos previstos pelos arts. 3, 5 e 7 precedentes e pelo art. 11 abaixo mencionado.

2.— Os direitos de alfandega deverão ser pagos pelos destinatarios das encomendas. Todavia, nas relações entre administrações que se acharem de accordo a esse respeito, os remetentes poderão tomar sob sua conta os direitos de que se trata, mediante declaração prévia ao correio de origem. Neste caso, deverão pagar successivamente, a pedido do correio de destino, as quantias indicadas por este ultimo.

#### Art. 10

1.— O remetente de uma encomenda postal poderá fazer retiral-a do correio ou modificar-lhe o endereço, nas condições e com as formalidades determinadas para as correspondencias pelo art. 9 da Convenção principal, accrescendo que, si o re-

mettente pedir a devolução ou a reexpedição de uma encomenda, será obrigado a garantir adeantadamente o pagamento da taxa devida para a nova transmissão.

2.— Cada administração ficará autorisada a restringir o direito de modificação de endereço ás encomendas cuja declaração de valor não exceda a 500 francos.

#### Art. 11

1.— A reexpedição, de um paiz para outro, de encomendas postaes, por motivo de mudança de residencia dos destinatarios, bem como a devolução das encomendas postaes cahidas em refugo, dará logar á cobrança supplementar das taxas fixadas pelos §§ 1, 2, 3, 5 e 6 do art. 5, por conta dos destinatarios, ou, si for caso para isso, dos remettentes, sem prejuizo do reembolso dos direitos de alfandega ou de outras despesas especiaes (despesas de armazenagem, despesas de formalidades de alfandega, etc.)

2.— Em caso de reexpedição de uma encomenda sujeita á cobrança, a quota-parte do premio da cobrança, a abonar pelo correio de origem ao correio de primitivo destino, deverá ser creditada pelo dito correio ao de destino definitivo.

#### Art. 12

1.— E' prohibido expedir por intermedio do correio encomendas contendo quer cartas ou notas com caracter de correspondencia, quer objectos cuja admissão não seja autorisada pelas leis ou regulamentos de alfandega ou outros. E' igualmente prohibido expedir dinheiro em metal, artigos de ouro e prata, e outros objectos preciosos, nas encomendas sem valor declarado, destinados a paizes que admittem a declaração de valor. Todavia é permittido inserir no objecto a factura aberta reduzida ás enunciações constitutivas da factura.

2.— No caso em que uma encomenda comprehendida em uma destas prohibições seja entregue por uma das administrações da União a outra administração da União, esta procederá de modo e nas formas previstas por sua legislação e por seus regulamentos internos.

#### Art. 13

1.— Salvo caso de força maior, quando uma encomenda postal perder-se, for subtrahida ou avariada, o remettente, e, na sua falta ou a pedido deste, o destinatario terá direito a uma indemnização correspondente á importancia real da perda ou da avaria, sem que essa indemnização possa exceder, nas encomendas ordinarias, a 15 ou 25 francos, conforme seu peso exceda ou não a tres kilogrammas, e nas encomendas com valor declarado, á importancia do valor.

O remettente de uma encomenda perdida terá, além disso, direito á restituição das despesas de expedição.

2.— Os paizes dispostos a se encarregarem dos riscos que possam resultar do caso de força maior, são autorizados por esse motivo a cobrar, das encomendas com valor declarado, uma taxa adicional nas condições determinadas pelo art. 11 § 2 do accordo relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado.

3.— A obrigação de pagar a indemnização caberá á administração de que depender o correio expedidor. A esta administração ficará reservado o recurso para a administração responsável, isto é, para a administração em cujo territorio ou serviço succedeu a perda, subtracção ou avaria.

No caso em que o correio responsável notifique ao correio expedidor que não effectue o pagamento, deverá reembolsar a este ultimo das despesas que resultem da falta de pagamento.

4.— Até prova em contrario, a responsabilidade pertencerá á administração que, tendo recebido a encomenda sem fazer observação, não puder provar nem a entrega ao destinatario, nem, quando a houver, a transmissão regular á administração seguinte.

5.— O pagamento da indemnização pela administração expedidora deverá realizar-se o mais cedo possivel, e, o mais tardar, no prazo de um anno, a contar do dia da reclamação. A administração responsável será obrigada a reembolsar, sem demora, á administração expedidora, a importancia da indemnização paga por esta.

6.— Fica entendido que a reclamação só será admittida durante o prazo de um anno, a contar da entrega da encomenda no correio; passado esse prazo, o reclamante não terá direito a indemnização alguma.

7.— Si a perda ou avaria deu-se durante o transporte entre as repartições de permuta de dous paizes limitrophes, sem que se possa precisar em qual dos dous territorios succedeu o facto, as duas administrações em questão repartirão entre si o prejuizo.

8.— As administrações deixarão de ser responsaveis pelas encomendas postaes, desde que os interessados as recebam.

#### Art. 14

Será prohibida qualquer declaração fraudulenta de valor superior ao valor real do conteúdo de uma encomenda. Em caso de declaração fraudulenta desta natureza, o remettente perderá todo o direito á indemnização, sem prejuizo das diligencias judiciais estipuladas pela legislação do paiz de origem.

#### Art. 15

Cada administração poderá, em circumstancias extraordinarias, que tal medida justifiquem, suspender temporariamente o serviço das encomendas postaes, de uma maneira geral ou parcial, com a condição de dar disso immediatamente aviso, si necessario for, pelo telegrapho, á administração ou administrações interessadas.

## Art. 16

A legislação interna de cada um dos paizes adherentes continuará a ser applicada a tudo que não estiver previsto pelas estipulações contidas na presente Convenção.

## Art. 17

1.— As estipulações da presente Convenção não restringem o direito que tem as partes contractantes de manter e celebrar convenções especiaes, bem como de manter e estabelecer uniões mais intimas, no sentido de melhorar o serviço das encomendas postaes. .

2.— Todavia, as administrações dos paizes que tomaram parte na presente Convenção e que entreteem troca de encomendas postaes com paizes não adherentes, poderão consentir que todas as outras administrações que tomaram parte se aproveitem dessas relações para a permuta das encomendas postaes com esses ultimos paizes.

## Art. 18

1.— Os paizes da União Postal Universal que não tomaram parte na presente Convenção são admittidos a adherir a esta, mediante pedido e na forma prescripta pelo art. 24 da Convenção principal, na parte relativa ás adhesões á União Postal Universal.

2.— Todavia, si o paiz que desejar adherir á presente Convenção exigir a faculdade de cobrar uma taxa addicional superior a 25 centimos por encomenda, o governo da Confederação Suissa submeterá o pedido de adhesão a todos os paizes adherentes. Este pedido será considerado com admittido, si, durante o prazo de seis mezes, não se tiver apresentado objecção alguma.

## Art. 19

As administrações dos correios dos paizes adherentes designarão as repartições ou localidades que admittirem para a permutação internacional de encomendas postaes ; regularão o modo de transmissão de taes encomendas e prescreverão todas as outras medidas necessarias para assegurar a execução da presente Convenção.

## Art. 20

A presente Convenção ficará sujeita ás condições de revisão determinadas pelo art. 25 da Convenção principal.

## Art. 21

1.— No intervallo que decorer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer administração dos



correios de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras administrações que tomam parte no mesmo serviço, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas concernentes ao serviço das encomendas postaes.

2.— Toda proposta estará sujeita ao processo determinado no § 2 do art. 26 da Convenção principal.

3.— Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

a) unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos, da modificação do presente artigo ou das disposições dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 20 e 22 da presente Convenção;

b) dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições da presente Convenção que não sejam as dos artigos citados e do presente artigo;

c) simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições da presente Convenção, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção principal.

4.— As resoluções que forem tomadas serão sancionadas, nos dous primeiros casos por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a forma indicada no art. 26 da Convenção principal.

Qualquer modificação ou resolução só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## Art. 22

1.— A presente Convenção será posta em execução em 1 de julho de 1892.

2.— Terá a mesma duração que a Convenção principal, sem prejuizo do direito reservado a cada paiz adherente de retirar-se desta Convenção mediante aviso dado com um anno de antecedencia por seu governo ao governo da Confederação Suissa.

3.— Serão derogadas, a partir do dia em que a presente Convenção for posta em execução, todas as disposições estabelecidas anteriormente entre os diversos paizes adherentes ou entre suas administrações, uma vez que não se conciliem com os termos da presente Convenção, sem prejuizo dos direitos reservados pelos precedentes arts. 16 e 17.

A presente Convenção será ratificada logo que seja possível.

Em fé do que, os plenipotenciarios dos paizes acima enumerados firmaram o presente accordo em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha. Dr. V. Stephan.— Sachse.— Fritsch.

Pela Republica Argentina: Carlos Calvo.

Pela Austria: Obentraut.— Dr. Hofmann.— Dr. Lilienau.— Habberger.

Pela Hungria: P. Heim.— S. Schrimpf.

Pela Belgica: Lichtervelde.

Pelo Brazil: Luiz Betim Paes Leme.

- Pela Bulgaria: *P. M. Mattheeff.*  
 Pelo Chile:  
 Pela Republica de Costa Rica:  
 Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas: *Lund.*  
 Pelo Egypto: *Y. Saba.*  
 Pela França: *Montmarin.*— *J. de Selves.*— *Ansault.*  
 Pelas colonias francezas: *G. Gabriè.*  
 Pela Italia: *Emilio Chiaradia.*— *Felice Salivetto.*  
 Pelo Japão: *Indo.*— *Fujita.*  
 Pela Republica da Liberia: *B. de Steim.*— *W. Koentzer.*—  
*C. Goedelt.*  
 Pelo Luxemburgo: *Mongenast.*  
 Pelo Montenegro: *Obentraut.*— *Dr. Hofmann.*— *Dr. Lilienau.*  
 — *Habberger.*  
 Pela Noruega: *Thb. Heyerdahl.*  
 Pelo Paraguay:  
 Pelos Paizes Baixos: *Hofstede.*— *Barão van der Feltz.*  
 Pelas colonias neerlandezas: *Jhos I. Perk.*  
 Por Portugal e colonias portuguezas: *Guilhermino Augusto de Barros.*  
 Pel: Romania: *Coronel A. Gorjean.*— *S. Dimitrescu.*  
 Pelo Salvador: *Luis Kehlmann.*  
 Pela Servia: *Svetozar I. Gvozditich.*— *Et. W. Popovitch.*  
 Pelo Reino do Sião: *Luang Suriya Nuvatr.*— *H. Keuchenius.*  
 Pela Suecia: *E. von Krusenstjerna.*  
 Pela Suissa: *Ed. Höhn.*— *C. Delessert.*  
 Pela Regencia de Tunis: *Montmarin.*  
 Pela Turquia: *E. Petacci.*— *A. Fahri.*  
 Pelo Uruguay: *Federico Susviela Guarch.*— *José G. Busto.*  
 Pelos Estados Unidos de Venezuela: *Carlos Matzenauer.*

## IX

### PROTOCOLLO FINAL

Ao procederem à assignatura da Convenção firmada nesta data relativamente à permutação de encomendas postaes, os plenipotenciarios convieram no seguinte:

O paiz cujo correio se não encarrega do transporte das pequenas encomendas e que adherir à Convenção acima mencionada, terá a faculdade de fazer executar as suas clausulas pelas emprezas de estradas de ferro e de navegação. Poderá ao mesmo tempo limitar esse serviço às encomendas procedentes ou destinadas a localidades servidas por essas emprezas.

A administração postal desse paiz deverá entender-se com as emprezas de estradas de ferro e de navegação, afim de assegurar a completa execução por parte dellas, de todas as clausulas da convenção, especialmente afim de organizar o serviço de permutação na fronteira.

Ella lhes servirá de intermediaria em todas as relações com as administrações postaes dos outros paizes contractantes e com a secretaria internacional.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios lavraram o presente protocollo final que terá a mesma força e valor como si as disposições nelle contidas estivessem inseridas na Convenção, e o firmaram em um exemplar que ficará depositado nos archivos do governo austriaco e do qual será enviada uma cópia a cada uma das partes.

Vienna, 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha e protectorados allemães: Dr. V. *Stephan*.—*Sachse*.—*Fritsch*.

Pela Republica Argentina: *Carlos Calvo*.

Pela Austria: *Obentraut*.—Dr. *Hofmann*.—Dr. *Lilienau*.—*Habberger*.

Pela Hungria: *P. Heim*.—*S. Schrimpf*.

Pela Belgica: *Lichtervelde*.

Pelo Brazil: *Luiz Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria: *P. M. Mattheeff*.

Pelo Chile:

Pela Republica da Colombia: *G. Michelsen*.

Pela Republica de Costa Rica:

Pela Dinamarca e colonia dinamarquezas: *Lund*.

Pelo Egypto: *Y. Saba*.

Pela Hespanha: *Federico Bas*.

Pela França: *Montmarin*.—*J. de Selves*.—*Ansault*.

Pelas colonias francezas: *G. Gabrić*.

Pela Grecia: *J. Georgantas*.

Pela Italia: *Emidio Chiaradia*.—*Felice Salivetto*.

Pela Republica da Liberia: *B. de Stein*.—*W. Koentser*.—*C. Goedelt*.

Pelo Luxemburgo: *Mongenast*.

Pelo Montenegro: *Obentraut*.—Dr. *Hofmann*.—Dr. *Lilienau*.—*Habberger*.

Pela Noruega: *Thb. Heyerdahl*.

Pelo Paraguay:

Pelos Paizes Baixos: *Hofstede*.—*Barão van der Feltz*.

Pelas colonias neerlandezas: *Johs I. Perk*.

Por Portugal e colonias portuguezas: *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania: Coronel *A. Gorjean*.—*S. Dimitrescu*.

Pelo Salvador: *Luiz Kehlmann*.

Pela Servia: *Svetozar I. Gvosditch*.—*Et. W. Popovitch*.

Pelo Reino de Sião: *Luang Suriya Nuvat*.—*H. Keuchenius*.

Pela Suecia: *E. von Krusenstjerna*.

Pela Suissa: *Ed. Höhn*.—*C. Delessert*.

Pela Regencia de Tunis: *Montmarin*.

Pela Turquia: *E. Petacci*.—*A. Fahri*.

Pelo Uruguay: *Federico Susviela Guarach*.—*José G. Busto*.

Pelos Estados Unidos de Venezuela: *Carlos Matzenauer*.

## X

## REGULAMENTO DE DETALHE E DE ORDEM PARA A EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO RELATIVA À PERMUTAÇÃO DAS ENCOMMENDAS POSTAES

Concluido entre a Allemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Chile, Republica da Colombia, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Egypto, França e colonias francezas, Grecia, Hespanha, Italia, Republica da Liberia, Luxemburgo, Montenegro, Noruega, Paraguay, Paizes Baixos e colonias neerlandezas, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Salvador, Servia, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia e Estados Unidos de Venezuela.

## I

1.— As administrações postaes dos paizes adherentes, que tiverem serviços maritimos regulares, designarão às administrações dos outros paizes adherentes quaes desses serviços poderão ser utilizados para o transporte das encommendas postaes, indicando as respectivas distancias.

2.— As administrações dos paizes adherentes communicarão umas às outras, por meio de quadros conformes ao modelo **A** annexo a este regulamento, o seguinte :

a) a nomenclatura dos paizes para os quaes poderão servir de intermediarias no transporte das encommendas postaes ;

b) as vias de expedição para as ditas encommendas, desde a entrada destas em seus territorios ou em seus correios ;

c) a totalidade das despezas que lhes deverão ser abonadas por esse motivo, pela administração que lhes entregar as encommendas, segundo o paiz a que estas se destinem.

3.— Em vista dos quadros **A** recebidos das administrações correspondentes, cada administração determinará as vias que empregará para a transmissão das suas encommendas e as taxas que deverá receber dos remittentes, segundo as condições em que for effectuado o transporte intermediario.

4.— Cada administração deverá, além disso, fazer conhecer directamente à primeira administração intermediaria quaes os paizes para onde se propõe expedir-lhe encommendas.

5.— Cada administração deverá communicar às administrações adherentes quaes os objectos cuja entrada em seu paiz não é autorisada pelas leis ou regulamentos.

## II

1.— Em cumprimento do art. 5, § 1, da Convenção relativa às encommendas postaes, as administrações dos paizes adhe-

rentes que não tiverem o franco como unidade monetaria co-brarão as suas taxas conforme os seguintes equivalentes :

| PAIZES                      | 50 CENTIMOS             | 25 CENTIMOS            |
|-----------------------------|-------------------------|------------------------|
| Allemanha .....             | 40 pfennig.             | 20 pfennig.            |
| Protectorados allemães :    |                         |                        |
| Africa oriental.....        | 40 pfennig.             | 20 pfennig.            |
| Cameroun.....               |                         |                        |
| Nova Guiné.....             |                         |                        |
| Togo.....                   |                         |                        |
| Republica Argentina.....    | 16 centavos.            | 8 centavos.            |
| Austria Hungria.....        | 25 kenzer.              | 13 kenzer.             |
| Brazil.....                 | 200 réis.               | 100 réis.              |
| Chile.....                  | 10 centavos.            | 5 centavos.            |
| Colombia.....               | 10 centavos.            | 5 centavos.            |
| Dinamarca.....              | 36 ore.                 | 18 ore.                |
| Antilhas dinamarquezas..... | 10 cents.               | 5 cents.               |
| Egypto.....                 | 2 piastras.             | 1 piastra.             |
| Liberia.....                | 10 cents.               | 5 cents.               |
| Montenegro.....             | 20 soldi.               | 10 soldi.              |
| Noruega.....                | 33 ore.                 | 18 ore.                |
| Paizes Baixos.....          | 25 cents.               | 12 ½ cents.            |
| Colonias neerlandezas.....  | 25 cents.               | 12 ½ cents.            |
| Paraguay.....               | 10 centavos.            | 5 centavos.            |
| Portugal.....               | 100 réis.               | 50 réis.               |
| Salvador.....               | 10 centavos de peso.    | 5 centavos de peso.    |
| Sião.....                   | 15 atts.                | 7 ½ atts.              |
| Suecia.....                 | 33 ore.                 | 18 ore.                |
| Turquia.....                | 2 piastras (80 pa-ras). | 1 piastra (40 pa-ras). |
| Uruguay.....                | 10 centesimos.          | 5 centesimos.          |

2. — Em caso de mudança de systema monetario em um dos paizes acima mencionados, a administração desse paiz deverá entender-se com a administração dos correios suíços a fim de modificar os equivalentes supra indicados; a esta ultima administração incumbirá notificar a modificação a todas as outras administrações da União, por intermedio da secretaria internacional.

3. — Qualquer administração terá a faculdade de usar, si julgar necessario, do disposto no paragrapho precedente, em caso de modificação importante no valor de sua moeda.

### III

1. — Serão consideradas de difficil acondicionamento:

a) as encomendas que excederem a 1<sup>m</sup>,50 em qualquer dos seus lados ;

b) as encomendas que, pelo formato, não se prestem facilmente a reunir-se com as outras que forem volumosas, ou que exigirem precauções especiaes, taes como: plantas e arbustos em cestos, gaiolas vãs ou contendo animaes vivos, fardos de caixas vãs para charutos, caixas para chapéo, de papelão ou madeira, peças de mobília, obras de verga, jardineiras, carruagens de crianças, arcos, velocipedes, etc.

2. — A's administrações interessadas ficará reservada a faculdade de limitar a 60 centímetros o maximo de dimensão, em qualquer sentido, das encomendas postaes permutadas entre paizes que não admittem encomendas de difficil accomodação. Ficará reservada, além disso, às administrações que empregarem transportes marítimos, a faculdade de limitar a 20 decímetros cubicos o volume das encomendas destinadas a ser expedidas por seus serviços marítimos.

3. — Quanto ao calculo exacto do volume, do peso ou da dimensão das encomendas postaes, deverá prevalecer o que disser a repartição expedidora, salvo erro evidente.

#### IV

Serão excluidas do transporte as encomendas contendo materias explosivas ou inflammaveis e, em geral, os objectos que offereçam perigo na expedição.

A's administrações interessadas ficará reservada a faculdade de entenderem-se sobre o transporte das capsulas e cartuchos metallicos para as armas de fogo portateis e artefactos inexplorativos de artilharia.

Esses objectos deverão ser fortemente amarrados, no interior e exterior, em caixas ou barris, e ser indicados tanto no boletim de expedição como nos respectivos sobrescriptos.

#### V

1. — Para ser admittida ao transporte qualquer encomenda, deverá:

1º, indicar o endereço exacto do destinatario; os endereços a lapis não serão permittidos. Quando se tratar de encomendas contendo moedas, objectos de ouro ou prata ou outros objectos preciosos, o referido endereço deverá ser escripto na propria capa da encomenda;

2º, ser embrulhada de modo que resista durante o percurso e preserve, convenientemente, o seu conteúdo. Esta operação será feita em condições taes que se torne impossivel devassar o conteúdo sem que fiquem vestigios apparentes de violação;

3º, ser marcada com sinete applicado sobre lacre, ou chumbo, ou de outro modo qualquer que tenha a marca ou signal particular do remettente;

4º, em caso de declaração de valor, indicar essa declaração no endereço em francos e centimos ou na moeda do paiz de procedencia, sem rasura nem entrelinhas, embora resalvadas. Quando a declaração for indicada em uma moeda que não seja o franco, o remettente ou o correio do paiz de procedencia será obrigado a reduzir-a a esta ultima moeda, ao par, indicando, por meio de novos algarismos collocados ao lado ou em baixo dos algarismos representativos da importancia da declaração, o equivalente desta em francos e centimos.

2.— Os liquidos e os corpos gordurosos de facil liquefacção serão expedidos em um recipiente duplo. Entre o primeiro (garrafa, frasco, vaso, caixa, etc.) e o segundo (caixa de metal ou de madeira consistente) será reservado um espaço que será cheio de serradura, farelo ou de qualquer outra materia absorvente. Este modo de acondicionamento será usado, particularmente, nas remessas destinadas a paizes de além-mar.

## VI

1.— Cada encomenda deverá ser acompanhada de um boletim de expedição e de declarações para a alfandega, conformes ou analogas aos modelos **B** e **C** juntos. As administrações informarão umas ás outras sobre o numero de taes declarações, que deverá ser fornecido, segundo o paiz de destino de cada encomenda.

O remettente poderá accrescentar no talão do boletim de expedição communicações relativas à remessa, com a condição, porém, de que a legislação do paiz de procedencia ou de destino a isso não se opponha.

2.— Um só boletim de expedição e, quando as leis da alfandega o permittam, uma só declaração para a alfandega (manifesto), poderão servir para tres encomendas, no maximo, procedentes do mesmo remettente e dirigidas ao mesmo destinatario, contanto que nenhuma de taes encomendas esteja sujeita á cobrança, nem as encomendas com declaração de valor sejam reunidas a encomendas sem valor declarado.

3.— As formulas dos boletins de expedição que não forem impressas em lingua franceza deverão conter uma traducção sublinear nessa lingua.

4.— Os boletins de expedição que acompanharem as encomendas com valor declarado deverão levar, com relação a cada encomenda, a impressão do sinete que serviu para fechar o volume, bem como a indicação do valor declarado, segundo as regras mencionadas no n. 4 do artigo VI do presente regulamento.

O peso exacto em kilogrammas e grammas de cada encomenda com valor declarado deverá ser escripto, pelo correio de procedencia, tanto no endereço da encomenda, como no boletim de expedição, no logar da formula reservado para esse fim.

5.— As administrações interessadas não se responsabilisarão pela exactidão das declarações para a alfandega (manifesto).

## VII

1.— A cada encomenda, bem como ao seu respectivo boletim de expedição, deverá ser collado um rotulo conforme ou analogo ao modelo **D** annexo ao presente regulamento, no qual serão indicados o numero do registro e o nome da repartição de procedencia.

2.— Além disso, o boletim de expedição será marcado pela repartição de procedencia, do lado do endereço, com o carimbo indicando o logar e a data da entrega da encomenda.

3.— A cada encomenda com valor declarado ou sujeita á cobrança dever-se-ha collar um rotulo vermelho com a declaração « Valeur déclarée » ou « Remboursement » em caracteres latinos.

4.— As encomendas que tenham de ser remetidas por expressos serão marcadas, do mesmo modo que o respectivo boletim de expedição, com um carimbo, e se lhes collará um rotulo com a palavra, em grandes caracteres: « *Exprès* ».

5.— Quando as encomendas contiverem moedas, objectos de ouro ou prata, ou outros objectos preciosos, os rotulos prescriptos pelos §§ 1, 3 e 4 precedentes deverão ser collocados espaçadamente, afim de que não possam servir para occultar qualquer estrago da encomenda. Outrosim, os referidos rotulos não deverão ser dobrados sobre as duas faces do envoltorio, de modo que cubram a respectiva borda.

## VIII

1.— As encomendas que tiverem de ser entregues aos destinatarios, livres de direitos, deverão ter no endereço e nos respectivos boletins de expedição a indicação: « *A' remettre franc de droits* ».

2.— As repartições de expedição cobrarão dos remetentes um signal sufficiente ; reunirão aos documentos que tenham de ser enviados um boletim de franquia do modelo conforme ou analogo ao modelo **E** annexo ao presente regulamento. Depois da entrega do objecto, a repartição destinataria completará o boletim de franquia com a discriminação das despezas devidas e se creditará adeantadamente para com a repartição de expedição, segundo o disposto no artigo XIV do presente regulamento, relativamente ás encomendas reexpedidas ; o boletim de franquia deverá ser annexo á folha organizada pela administração destinataria e por cada uma das administrações intermediarias, quando as haja.

## IX

1.— A troca das encomendas postaes entre paizes limitrophes, ou ligados entre si por um serviço maritimo directo, effe-



ctuar-se-ha pelas repartições que as administrações interessadas designarem.

2. — Nas relações entre paizes separados por um ou mais territorios intermediarios, as encomendas postaes deverão seguir as vias estabelecidas pelas administrações interessadas; as ditas encomendas serão entregues a descoberto á primeira administração intermediaria, a não ser que as administrações interessadas se tenham combinado para remettel-as dentro de saccos, cestos ou compartimentos fechados, acompanhadas de guias directas.

## X

1. — As encomendas postaes serão mencionadas pelo correio remetente em uma guia conforme ao modelo F' annexo ao presente regulamento, com todos os promenores que esta formula admittir.

Os boletins de expedição e as declarações para a alfandega (manifesto), bem como os avisos de recepção, serão appensos á guia.

2. — A importancia dos reembolsos só será indicada na guia para scientificação. A conta dos reembolsos será feita directamente entre as administrações de partida e de chegada.

## XI

Quando uma encomenda postal for sujeita á reclamação de aviso de recepção, o correio de procedencia escreverá na mesma encomenda, de modo bem visivel, a declaração « Avis de réception » ou a marcará com um carimbo contendo as lettras « A. R. »

Os avisos de recepção serão organizados pelos correios de destino, que os transmittirão quer directamente, quer por intermedio dos correios de permuta, aos correios de procedencia, que os farão chegar aos remittentes.

## XII

Por occasião de receber uma guia, o correio destinatario procederá á verificação das encomendas postaes e dos diversos documentos mencionados na mesma guia, e accusará as faltas de encomendas ou outras irregularidades, si as houver, por meio de uma formula conforme ao modelo G' annexo ao presente regulamento, seguindo as regras estabelecidas, para os objectos com valor declarado, no artigo IX do regulamento para o accordo relativo aos valores declarados.

As diferenças de pouca importancia quanto ao volume, dimensão e peso serão apenas assinaladas pelo boletim de verificação.

## XIII

1.— A importancia a receber de uma encommenda sujeita á cobrança deverá ser indicada, na moeda do paiz de procedencia, no endereço da dita encommenda e no seu boletim de expedição, sem rasura nem entrelinhas, embora resalvadas. Tanto no boletim, como no aviso, será collado um rotulo vermelho com a palavra « Remboursement ».

2.— Qualquer encommenda sujeita á cobrança deverá ser expedida acompanhada de um aviso, conforme ou analogo ao modelo **II** anexo ao presente regulamento.

3.— Immediatamente depois de ter sido cobrada a importancia de uma encommenda sujeita á cobrança, o correio destinatario devolverá o referido aviso ao correio remetente.

4.— No caso que o destinatario não satisfaça a importancia de uma encommenda sujeita á cobrança no prazo de sete dias nas relações entre paizes da Europa, e no prazo de quinze dias nas relações dos paizes da Europa com os paizes fóra da Europa e destes ultimos paizes entre si, a contar do dia da chegada da encommenda, esta será considerada como cahida em refugo, de conformidade com o artigo XIV, § 3, do presente regulamento.

## XIV

1.— As encommendas postaes reexpedidas por motivo de direcção errada serão encaminhadas a seu destino pela via mais directa de que possa dispor a administração reexpedidora. Quando esta reexpedição der logar á restituição das encommendas á administração expedidora, os abonos lançados na guia desta administração serão annullados, e a repartição reexpedidora entregará esses objectos á repartição sua correspondente, depois de ter indicado o erro por meio de um boletim de verificação. No caso contrario, e si a importancia abonada á administração reexpedidora for insufficiente para cobrir as despesas que lhe pertencem pela reexpedição, ella se creditará pela differença, augmentando a quantia lançada em seu credito na guia da repartição expedidora. O motivo desta rectificação será notificado á repartição alludida por meio de um boletim de verificação.

2.— As encommendas postaes reexpedidas em virtude de mudança de residencia dos destinatarios deverão, tanto quanto possivel, ser acompanhadas do boletim de expedição instituido pela repartição de procedencia ou, em caso de perda, de um boletim suplementar. Taes encommendas serão sobrecarregadas pela administração que as entregar, e por conta dos destinatarios, com uma taxa representando a quota-parte pertencente a esta ultima administração, á administração reexpedidora, e a cada uma das administrações intermediarias, si as houver.

A administração reexpedidora se creditará pela sua quota-parte na conta da administração intermediaria ou da adminis-

tração do novo destino. No caso em que o paiz da reexpedição e o do novo destino não sejam limitrophes, a primeira administração intermediária que receber uma encomenda postal reexpedida, se creditará, para com a administração a que ella entregar esse objecto, tanto pela importancia da sua quota-parte, como da que pertencer á administração reexpedidora; e esta ultima, por seu turno, si servir apenas de intermediaria, debitará a administração immediata pela sua propria quota-parte accumulada com as outras lançadas em seu debito pela administração precedente. A mesma apuração será repetida nas relações entre as differentes administrações que tomarem parte no transporte, até que a referida encomenda chegue á administração que deva entregal-a.

Todavia, si a taxa exigida para o percurso ulterior de uma encomenda, que tenha de ser reexpedida, for paga no momento da reexpedição, a encomenda será considerada como si fosse remetida directamente do paiz reexpedidor para o paiz de destino, e entregue ao destinatario, livre de qualquer taxa postal.

3.— Os remetentes de encomendas cahidas em refugio serão consultados sobre o modo por que desejem dispôr dos mesmos objectos, a não ser que tenham pedido a volta immediata ou entrega das mesmas encomendas a outro destinatario, por meio de um aviso (modelo I junto) formulado em lingua conhecida do paiz de destino (com uma traducção sublinear, eventualmente, na lingua do paiz de procedencia) e reunido ao boletim de expedição e á propria encomenda.

Esta disposição poderá tambem ser extensiva ao caso de abandono do objecto na administração do paiz de destino, comtanto que o remetente pague as despesas de reexpedição, quando as haja, e outras, bem como os direitos de alfandega accessorios a que a encomenda estiver sujeita, até perfazer a importancia que for devida, depois da venda da encomenda, á administração acima indicada.

Os pedidos de avisos serão trocados entre as administrações contraes dos paizes de destino e de procedencia, ou entre as repartições postaes designadas para tal fim por essas administrações.

Si no prazo de dous mezes, a contar da expedição do aviso, a repartição de destino não tiver recebido instrucções sufficientes, a encomenda será devolvida ao correio de procedencia. Este prazo será elevado a seis mezes nas relações com os paizes de além-mar. A devolução da encomenda deverá tambem realizar-se no caso em que a sua entrega, sob um novo endereço, não tenha podido effectuar-se, salvo, comtudo, o caso em que o remetente tenha accrescentado á sua nova disposição uma segunda disposição eventual (outro endereço, abandono, etc.)

Os artigos, porém, sujeitos a se deteriorarem ou a corromperem-se poderão ser vendidos immediatamente, mesmo no trajecto de ida ou de volta, sem aviso prévio nem formalidade judiciaria, em proveito de quem de direito. Da venda será lavrado o competente auto.

As encomendas que tenham de ser devolvidas ao remittente serão mencionadas na guia sob declaração « Rebut », na columna das observações. As mesmas encomendas serão consideradas e porteadas como objectos reexpedidos em virtude de mudança de residencia dos destinatarios.

4.— Qualquer encomenda cujo destinatario tenha partido para um paiz que não pertença á Convenção relativa ás encomendas postaes, será considerada como refugo, salvo si a administração de primeiro destino queira encarregar-se de fazel-a chegar ao destinatario.

5.— Si durante o respectivo percurso verificar-se que uma encomenda está incluída em qualquer das prohibições previstas no art. 12 da Convenção, a referida encomenda será pura e simplesmente devolvida ao correio remittente, nos termos do § 1 do presente artigo.

## XV

Os pedidos de retirada de encomendas postaes e de mudança de endereço serão sujeitos ás regras e formalidades prescriptas pelo artigo XXX do regulamento para a execução da Convenção principal.

## XVI

1.— Cada administração fará organizar mensalmente, por cada uma de suas repartições de permuta e com relação a todos os objectos recebidos das repartições de permuta de uma mesma administração, uma nota, conforme ao modelo J annexo ao presente regulamento, das importancias mencionadas em cada guia, quer a seu credito, pela parte que lhe couber e pela que couber ás administrações interessadas, quando as haja, pelas taxas cobradas pela administração expedidora, quer a seu debito pela parte pertencente á administração reexpedidora, e ás administrações intermediarias, em caso de reexpedição e de refugo, pelas novas taxas a cobrar dos destinatarios.

2.— As notas J serão em seguida recapituladas pela mesma administração em uma conta K igualmente annexa ao presente regulamento.

3.— Esta conta, acompanhada das notas parciaes, das guias e dos respectivos boletins de verificação, si os houver, será submettida ao exame da administração correspondente, no decurso do mez que se seguir áquelle a que ell'ase referir.

4.— As contas mensaes, depois de conferidas e acceitas de parte a parte, serão resumidas em uma conta geral trimestral pela administração credora.

5.— O saldo que resultar do balanço das contas reciprocas entre duas administrações será pago pela administração devedora

à administração credora em francos effectivos e por meio de letras saccadas sobre a capital ou sobre uma praça commercial do paiz credor, correndo as despesas do pagamento por conta da administração devedora. Estas letras poderão, excepcionalmente, ser saccadas sobre outro paiz, comtanto que as despesas de desconto fiquem a cargo da administração devedora.

6.—A organização, remessa e pagamento das contas deverão realizar-se no mais curto prazo possível, e, o mais tardar, antes de terminado o trimestre seguinte. Findo este prazo, as quantias devidas por uma administração à outra vencerão juros, na razão de 5 % ao anno, a contar do dia em que terminar o dito prazo.

7.—Ficará, comtudo, reservada às administrações interessadas a faculdade de adoptarem, de commum accordo, quaesquer outras disposições além das que se acham estipuladas no presente artigo, e especialmente no que diz respeito às encomendas sujeitas à cobrança.

## XVII

1.—Tres mezes, pelo menos, antes de ser posta em execução a Convenção, as administrações communicarão umas às outras o seguinte, por intermedio da secretaria internacional:

a) as disposições que adoptarem com relação ao limite de peso, à declaração de valor, às encomendas de difficil acondicionamento, às encomendas sujeitas a cobrança, ao numero de encomendas que poderão ser acompanhadas de uma só declaração para a alfandega e à admissão de communicações manuscritas no boletim de expedição;

b) quaes os limites de dimensão e de volume previstos pelo § 2 do artigo III do presente regulamento;

c) a tarifa que nas suas repartições será applicada às encomendas postaes, para cada um dos paizes adherentes, de conformidade com o art. 5º da Convenção relativa às encomendas postaes e com o artigo 1 do presente regulamento;

d) os nomes das repartições ou localidades que tomarem parte na permutação das encomendas postaes;

e) um extracto, em lingua allemã, ingleza ou franceza, das disposições de suas leis ou regulamentos internos, sobre o transporte das encomendas postaes.

2.— Qualquer modificação ulteriormente feita, relativamente aos cinco pontos acima mencionados, deverá ser do mesmo modo notificada sem demora.

## XVIII

1.— No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer administração de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir às outras admi-

nistrações que tomarem parte no mesmo serviço, por intermedio da secretaria internacional, propostas acerca das disposições do presente regulamento.

2. — Toda proposta será sujeita ao processo determinado pelo artigo XXXIX do regulamento para a execução da Convenção principal.

3. — Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

a) unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos, da modificação do presente artigo ou do artigo XIX;

b) dous terços dos votos, si se tratar da modificação dos artigos II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV;

c) simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente regulamento, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção principal.

4. — As resoluções que se tomarem serão sancionadas por uma simples notificação da secretaria internacional a todas as administrações interessadas.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## XIX

O presente regulamento entrará em execução a partir do dia em que a Convenção for posta em vigor.

Terá a mesma duração que essa Convenção, salvo si for renovado de commun accord entre as partes contractantes.

Vienna, 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha: Dr. V. Stephan.—Sachse.—Fritsch.

Pela Republica Argentina: Carlos Calvo.

Pela Austria: Obentraut.—Dr. Hofmann.—Dr. Lilienau.—Haberger.

Pela Hungria: P. Heim.—S. Schrimpf.

Pela Belgica: Lichtervelde.

Pelo Brazil: Luiz Retim Paes Leme.

Pela Bulgaria: P. M. Mattheeff.

Pelo Chile:

Pela Republica da Colombia: G. Michelsen.

Pela Republica de Costa Rica:

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas: Lund.

Pelo Egypto: Y. Saba.

Pela Hespanha: Federico Bas.

Pela França: Montmarin.—J. de Selves.—Ansault.

Pelas colonias francezas: G. Gabrié.

Pela Grecia: J. Georgantas.

Pela Italia: Emidio Chiaradia.—Felice Salivetto.

Pela Republica da Liberia: B. de Steim.—W. Koentzer.—C. Goedelt.

Pelo Luxemburgo: Mongenast.

Pelo Montenegro: *Obentraut*.—Dr. *Hofmann*.—Dr. *Lilienau*.—*Habberger*.

Pela Noruega: *Thb. Heyerdahl*.

Pelo Paraguay:

Pelos Paizes Baixos: *Hofstede*.—*Barão van der Feltz*.

Pelas colonias neerlandezas: *Johs I. Perk*.

Por Portugal e colonias portuguezas: *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania: Coronel *A. Gorjean*.—*S. Dimitrescu*.

Pelo Salvador: *Luiz Kehlmann*.

Pela Servia: *Svetozar I. Gvosditch*.—*Et. W. Popovitch*.

Pelo Reino de Sião: *Luang Suriya Nuvatr*.—*H. Keuchenius*.

Pela Suecia: *E. von Krusenstjerna*.

Pela Suissa: *Ed. Höhn*.—*C. Delessert*.

Pela Regencia de Tunis: *Montmarin*.

Pela Turquia: *E. Petacci*.—*A. Fahri*.

Pelo Uruguay: *Federico Susviela Guarch*.—*José G. Busto*.

Pelos Estados Unidos de Venezuela: *Carlos Matzenauer*.

## XI

### ACCORDO RELATIVO AO SERVIÇO DE COBRANÇAS

Concluido entre a Allemanha, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Republica de Costa Rica, Egypto, França, Italia, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes Baixos e Indias Orientaes Neerlandezas, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Salvador, Suissa, Regencia de Tunis e Turquia.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes acima denominados, em virtude do art. 19 da Convenção principal, convieram em commum harmonia, e sob reserva de ratificação, no seguinte accordo:

#### Art. 1

A permutação dos valores a cobrar pelo correio entre os paizes adherentes cujas administrações postaes concordaram em encarregar-se reciprocamente desse serviço, serão regidas pelas disposições do presente accordo.

#### Art. 2

1.— Serão admittidos á cobrança os recibos, facturas, ordens de pagamento, letras de cambio e, em geral, todos os valores commerciaes ou outros quaesquer, pagaveis sem despesas, e cuja importancia não exceda, por cada remessa, a 1.000 francos effectivos ou a uma quantia equivalente na moeda de cada paiz.

As administrações dos correios dos paizes correspondentes poderão, de commum accordo, adoptar um maximo mais elevado.

2.— As administrações dos correios dos paizes adherentes poderão igualmente encarregar-se de fazer protestar os titulos commerciaes, e tomar, de commum accordo, as disposições necessarias relativas a este serviço. Poderão tambem admittir á cobrança os coupons para recebimento de juros e de dividendos, e os titulos amortizados.

### Art. 3

A importancia dos valores a cobrar pelo correio deverá ser indicada em moeda do paiz incumbido da cobrança.

### Art. 4

1.—A remessa de valores a cobrar será feita em fôrma de carta registrada, dirigida directamente pelo remettente á repartição postal que tenha de cobrar as importancias respectivas.

2.—A mesma remessa poderá conter diversos valores a cobrar por uma mesma repartição postal de diferentes devedores, em proveito de uma mesma pessoa.

### Art. 5

1.—A taxa de uma remessa feita de conformidade com o art. 4 precedente será a de uma carta registrada de peso igual ao dessa remessa. Essa taxa pertencerá integralmente á administração dos correios do paiz de procedencia.

2.—Será dado gratuitamente ao interessado um recibo da remessa, na occasião da entrega desta ao correio.

### Art. 6

Não será admittido pagamento parcial. Cada titulo deverá ser pago integralmente e de uma só vez ; do contrario, será considerado como recusado.

### Art. 7

1.—A administração dos correios encarregada da cobrança perceberá, sobre a importancia de cada valor cobrado, uma retribuição de 10 centimos ou o equivalente na moeda do paiz de destino.

2.—O producto dessa retribuição não dará logar a conta alguma entre as administrações interessadas.



## Art. 8

Nas relações entre paizes onde actualmente a retribuição de cobrança é superior à fixada no artigo precedente, as administrações interessadas terão a faculdade de conservar, provisoriamente, essa retribuição, contanto que, nas referidas relações, a taxa de entrega prevista no art. 5 se limite a um premio fixo de 25 centimos.

## Art. 9

1.—A importancia cobrada, depois de deduzidos :

- a) a retribuição fixada no art. 7 ou no art. 8, segundo o caso ;
  - b) o premio ordinario dos vales postaes ;
  - c) os direitos fiscaes, si os houver, applicaveis aos valores ;
- será convertida, pela repartição que fez a cobrança, em um vale de correio a favor do remettente. Este vale ser-lhe-ha enviado sem despesa alguma.

2.— Os valores que puderem ser cobrados serão devolvidos ao correio remettente, francos de porte e de qualquer outro premio. A administração dos correios encarregada da cobrança não será obrigada a processo algum judiciario, nem a provar de qualquer fôrma a falta de pagamento.

## Art. 10

1.—As disposições do accordo relativo à permutação dos vales postaes serão applicaveis, em tudo que não for contrario ao presente accordo, aos vales postaes emittidos, em virtude do art. 9 precedente, para a liquidação dos valores cobrados por meio do correio.

Todavia, os vales de cobrança cahidos em refugo não serão pagos, mas ficarão à disposição da administração do paiz expedidor dos vales a cobrar.

2.— Estes vales serão admittidos até ao maximo, fixados em virtude do primeiro paragrapho do art. 2.

## Art. 11

1.— Salvo caso de força maior, quando perder-se uma carta registrada contendo valores a cobrar, será paga ao remettente uma indemnização de 50 francos, nas condições determinadas pela Convenção principal, e sem que a excepção contida no protocollo final da mesma Convenção seja applicavel ás remessas de valores a cobrar.

2.— No caso da perda de quantias cobradas, a administração onde se attribua a perda será obrigada a reembolsar integralmente as quantias perdidas.

## Art. 12

A's administrações não caberá responsabilidade alguma pelas demoras na transmissão, quer de cartas registradas contendo valores a cobrar, quer desses proprios valores ou dos vales de pagamento.

## Art. 13

As estipulações do presente accordo não restringirão o direito nos paizes adherentes de manter e celebrar accordos especiaes, bem como de manter e estabelecer uniões mais intimas afim de melhorar o serviço de cobranças internacionaes.

## Art. 14

Além disso, o presente accordo não alterará a legislação interna dos paizes adherentes, na parte não prevista por este accordo.

## Art. 15

1.—Fica entendido que, na falta de disposições formaes do presente accordo, cada administração terá a faculdade de applicar as disposições que regem a materia em seu serviço interno.

2.—Comtudo, será formalmente prohibido cobrar, quer no paiz de procedencia, quer no paiz de destino, qualquer taxa ou retribuição que não as previstas pelo presente accordo.

## Art. 16

Cada administração poderá, em circumstancias extraordinarias, que justifiquem essa medida, suspender temporariamente o serviço das cobranças de uma maneira geral ou parcial, comtanto que immediatamente o communique, si necessario for pelo telegrapho, á administração ou administrações interessadas.

## Art. 17

1.—As administrações dos correios dos paizes adherentes admittirão ao serviço das cobranças todas as repartições encarregadas dos serviços dos vales de correio internacionaes.

2.—Regularão de commum accordo o modo de receber e remetter os valores a cobrar, bem como todas as outras medidas necessarias para assegurar a execução do presente accordo.

## Art. 18

Os Estados da União que não tomaram parte no presente accordo serão admittidos a adherir a este, sob pedido, e na fôrma prescripta pela Convenção principal, no que respeita às adhesões à União Postal Universal.

## Art. 19

1.— No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas pela Convenção principal, qualquer administração postal de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir às outras administrações que tomaram parte neste accordo, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas ao serviço das cobranças.

2.— Toda proposta estará sujeita ao processo determinado pelo § 2 do art. 26 da Convenção principal.

3.— Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar de novos artigos ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18 e 20 do presente accordo ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições do art. 17 ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente accordo, salvo o caso do litigio previsto no art. 23 da Convenção principal.

4.— As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica e no terceiro caso por uma notificação administrativa segundo a fôrma prevista pela Convenção principal.

5.— Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## Art. 20

1.— O presente accordo entrará em vigor em 1 de julho de 1892.

2.— Terá a mesma duração que a Convenção principal, sem prejuizo do direito reservado a cada paiz de se retirar deste accordo, mediante aviso dado, com um anno de antecedencia, por seu governo ao governo da Confederação Suissa. Durante este ultimo anno, o accordo continuará a ter inteira e plena execução, sem prejuizo da liquidação e do saldo das contas depois de expirar o dito prazo.

3.— Serão derogadas, a partir do dia em que o presente accordo for posto em execução, todas as disposições anteriormente estabelecidas entre os diversos governos ou administrações dos

paizes adherentes, uma vez que taes disposições não se harmonisem com os termos do presente accordo, sem prejuizo, porém, dos direitos reservados pelo art. 13.

4.— O presente accordo será ratificado logo que possível for. Os actos de ratificação serão trocados em Vienna.

Em fé do que, os plenipotenciarios dos paizes acima enumerados firmaram o presente accordo em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha : Dr. *V. Stephan.*— *Sachse.*— *Fritsch.*

Pela Austria : *Obentraut.*— Dr. *Hofmann.*— Dr. *Lilienau.*— *Habberger.*

Pela Hungria : *H. Heim.*— *S. Schrimpf.*

Pela Belgica : *Lichtervelde.*

Pelo Brazil : *Luiz Betim Paes Leme.*

Pela Republica de Costa Rica :

Pelo Egypto : *Y. Saba.*

Pela França : *Montmarin.*— *J. de Selves.*— *Ansault.*

Pela Italia : *Emidio Chiaradia.*— *Felice Salivetto.*

Pela Republica da Liberia : *B. de Steim.*— *W. Koentzer.*— *C. Goedelt.*

Pelo Luxemburgo : *Mongenast.*

Pela Noruega : *Thb. Heyerdahl.*

Pelos Paizes Baixos : *Hofstede.*— *Barão van der Feltz.*

Pelas Indias Orientaes Neerlandezas : *John I. Perk.*

Por Portugal e colonias portuguezas : *Guilhermino Augusto de Barros.*

Pela Romania : Coronel *A. Gorjean.*— *S. Dimitrescu.*

Pelo Salvador : *Lui: Kehlmann.*

Pela Suissa : *Ed. Höhn.*— *C. Delessert.*

Pela Regencia de Tunis : *Montmarin.*

Pela Turquia : *E. Petacci.*— *A. Fuhri.*

## XII

### REGULAMENTO DE DETALHE E DE ORDEM PARA A EXECUÇÃO DO ACCORDO RELATIVO AO SERVIÇO DAS COBRANÇAS

Concluido entre a Allemanha, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Republica de Costa-Rica, Egypto, França, Italia, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega. Paizes Baixos e Indias Orientaes Neerlandezas, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Salvador, Suissa, Regencia de Tunis e Turquia.

Os abaixo assignados, em virtude do art. 17, § 2, do accordo relativo ao serviço das cobranças, convieram, em nome das suas

administrações respectivas e em commum harmonia, nas seguintes medidas que asseguram a execução do dito accordo:

## I

1.— Qualquer titulo admittido ao serviço das cobranças deverá:

- a) designar, por extenso (caracteres latinos) e em moeda do paiz de destino, a quantia a cobrar, o nome e a morada do devedor, assim como apresentar recibo assignado pelo credor, si houver motivo para isso;
- b) ter satisfeito o imposto do sello no paiz de procedencia, si estiver sujeito a esse imposto;
- c) ser descripto em uma lista conforme ao modelo **A** anexo ao presente regulamento;
- d) ser dirigido à repartição postal destinataria, acompanhado da respectiva lista dos valores a cobrar, dentro de uma sobre-carta conforme ou analogaa ao modelo **B** anexo ao presente regulamento, na qual serão affixados os sellos representativos da taxa estabelecida pelos arts. 5 ou 8 do accordo.

2.— Os documentos relativos a um titulo de cobrança deverão ser reunidos ao mesmo titulo.

## II

1.— Será prohibido escrever na lista de cobrança outras indicações que não sejam as admittidas pelo texto desta formula, ou juntar aos titulos respectivos cartas ou notas com caracter de correspondencia entre o credor e o devedor. Dado este caso, serão consideradas de nenhum effeito as indicações illicitas escriptas na lista de cobrança; quanto ás cartas ou ás notas separadas, serão devolvidas gratuitamente ao remettente, por intermedio da repartição de procedencia, com um rotulo indicando o motivo da devolução, onde se leiam, por exemplo, estas palavras: *Transmissão prohibida*.

Nesta prohibição não estarão comprehendidos os documentos justificativos (conhecimentos, actos de protesto de letras, etc.) que só deverão ser entregues ao devedor, quando este satisfaça o pagamento do valor a que se referir o titulo que os mesmos documentos acompanharem.

2.— Não será permittido reunir em uma mesma remessa titulos de differentes dias de vencimentos.

## III

1.— A sobre-carta contendo os titulos de valores a cobrar, acompanhada da respectiva lista, será fechada pelo remettente e entregue no correio; a mesma sobre-carta deverá indicar o

nome e a morada exacta do remettente e ser submittida á officialidade do registro.

2.— Si a sobre-carta tiver sido encontrada dentro de uma caixa de correio devidamente franqueada, será considerada como si tivesse sido entregue no proprio correio. Caso não esteja franqueada, ou esteja insufficientemente franqueada, não será effectuada a sua expedição.

#### IV

1.— O encarregado da repartição destinataria procederá á abertura da sobre-carta registrada e verificará o numero de documentos juntos á lista de cobrança, bem como a sua importancia. O resultado da verificação será mencionado na referida lista de cobrança e confirmado pela assignatura do encarregado.

2.— Quando na sobre-carta não for encontrado o numero dos documentos descriptos na lista, o encarregado informará immediatamente sobre o caso á repartição expedidora, que avisará ao remettente; o dito encarregado procederá, apesar disso, á cobrança dos titulos que forem julgados regulares, depois de ter devidamente indicado a falta em frente á inscripção.

#### V

Os titulos incluidos em uma sobre-carta encontrada dentro de uma caixa de correio (art. III, § 2º, precedente) serão mandados cobrar, ainda mesmo que o nome e a morada do remettente não se achem indicados, quer na sobre-carta, quer na lista de cobrança, quer nos proprios titulos a cobrar. Em tal caso, porém, o encarregado, realizada que seja a cobrança, si não puder obter do devedor os esclarecimentos de que carecer, prevenirá desta circumstancia á administração de que depender. Esta indagará da administração do paiz de procedencia o nome e a morada do remettente.

#### VI

Os titulos de valores a cobrar serão apresentados aos devedores no mais curto prazo possivel, e no proprio dia do vencimento, si para isso houver motivo.

#### VII

1. — Os titulos que não forem pagos no acto da apresentação voltarão á repartição postal encarregada da sua cobrança e ahi ficarão durante sete dias á disposição dos devedores, que poderão ainda apresentar-se para effectuar o pagamento. Estes ultimos serão prevenidos a tal respeito pelo carteiro ou pela repartição destinataria.

O prazo de sete dias será contado a partir do dia que se seguir ao do acto da apresentação.

2. — Quando o credor solicitar por meio de uma indicação feita na lista que, no caso de apresentação sem resultado, os títulos lhe sejam immediatamente devolvidos ou entregues a pessoas para esse fim designadas nominalmente, tal pedido deverá ser attendido.

### VIII

As quantias cobradas, depois de deduzida a retribuição prevista no art. 7, § 1, ou, segundo o caso, no art. 8 do accordo, os direitos fiscaes, si os houver, e o premio ordinario dos vales do correio, serão convertidos em um vale postal organizado de conformidade com o regulamento de execução do accordo relativo ao serviço dos vales do correio, e terão no alto a palavra *Recouvrement*. O premio do referido vale será sempre calculado sobre a importancia total da quantia cobrada.

### IX

1. — A reexpedição para o interior do paiz de destino, dos titulos de valores a cobrar, por motivo de mudança dos destinatarios, será feita gratuitamente.

2. — Si a reexpedição comprehender todos os titulos de valores a cobrar formando uma só remessa, a repartição da nova residencia procederá como si os titulos lhe tivessem sido primitivamente dirigidos. A referida reexpedição será mencionada na lista especial (vide artigo XI), do seguinte modo :

« Réexpédié par le bureau N. N. »

3. — Si, ao contrario, tratar-se de uma remessa contendo diversos titulos de valores a cobrar de devedores differentes, e dos quaes um ou mais documentos sejam reexpedidos em virtude de mudança de residencia de um dos devedores, a repartição da nova residencia deverá, si o puder, enviar officilmente, por meio de vale postal, a quantia cobrada, ou, na falta destas, os titulos não pagos, á repartição a que a lista (artigo I) foi dirigida ; esta ultima repartição será então incumbida da liquidação das contas com o remettente.

### X

Os titulos que não puderem ser cobrados, por qualquer motivo, serão devolvidos ao credor nos termos do artigo XI seguinte.

Será declarada a causa da não cobrança, sem outra indicação, quer em um rotulo appenso aos titulos, quer no verso da lista especial (C) mencionada no artigo XI.

As repartições se regerão neste sentido, pelas disposições do § 4 do artigo XXII do regulamento para a execução da Convenção principal.

## XI

1.— Os titulos de valores incobráveis, assim como os vales emittidos pelos titulos cobrados, deverão ser acompanhados de uma lista especial (modelo **C**) e dirigidos officialmente à repartição da procedencia dentro de uma sobre-carta conforme ou analogo ao modelo **D** annexo ao presente regulamento. No caso de não conter a remessa valores incobráveis, não será necessario o registro official, e na sobre-carta serão riscadas (modelo **D**) as palavras superfluas. Nas relações que admittirem, para o serviço dos vales, a intervenção de repartições de permuta, as remessas previstas no presente paragrapho serão feitas por intermedio dessas repartições.

2.— A lista mencionada no § 1 precedente deverá conter :

a) o signal do carimbo de data da repartição encarregada da cobrança;

b) o nome e a morada do remettente, a data da entrega no correio e a importancia dos titulos;

c) a importancia do vale ;

d) a importancia discriminada das despesas ;

e) a importancia dos titulos cobrados ;

f) o numero e a importancia dos titulos não cobrados.

3.— A importancia total do vale e das despesas deverá ser igual à importancia dos titulos cobrados.

4.— A somma das quantias cobradas e não cobradas deverá perfazer, exactamente, a somma dos titulos primitivamente entregues para a cobrança.

5.— As indicações inuteis da lista serão riscadas.

6.— As listas de liquidação que faltarem ou que sejam irregulares serão reclamadas ou devolvidas directamente de correio a correio.

## XII

1.— Tres mezes, pelo menos, antes de entrar em execução o accordo, as administrações dos paizes adherentes deverão transmittir umas às outras, por intermedio da secretaria internacional, um extracto das disposições das suas leis ou regulamentos internos, applicaveis ao serviço das cobranças.

2.— Qualquer modificação ulterior deverá, sem demora, ser communicada, pelo mesmo modo.

## XIII

1.— No intervallo que decorrer entre as reuniões, qualquer administração dos correios de um paiz adherente terá o direito de dirigir às outras administrações que tomarem parte no mesmo serviço, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas às disposições do presente regulamento.

2.— Toda proposta será sujeita ao processo determinado pelo artigo XXXIX do regulamento de execução da Convenção principal.



3.— Para se tornarem executórias, as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos ou da modificação das disposições do presente artigo e dos artigos I, II, III, VI, VIII, IX, X e XIV do presente regulamento;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação dos arts. V, VII e XI;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente regulamento, salvo o caso de litigio, previsto no art. 23 da Convenção principal.

4.— As resoluções que forem tomadas serão sancionadas por uma notificação da secretaria internacional a todas as administrações interessadas.

5.— Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executória dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

#### XIV

1.— O presente regulamento entrará em execução a partir do dia em que o accordo comece a vigorar.

2.— Terá a mesma duração que esse accordo, salvo si for renovado de commum harmonia entre as partes interessadas.

Feito em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha: Dr. V. Stephan.— *Sachse.*— *Fritsch.*

Pela Austria: Obentraut.— Dr. Hofmann.— Dr. Lilienau.  
— Habberger.

Pela Hungria: P. Heim.— S. Schrimpf.

Pela Belgica: Lichtervelde.

Pelo Brazil: Luiz Betim Paes Leme.

Pela Republica de Costa Rica:

Pelo Egypto: Y. Saba.

Pela França: Montmarin.— J. de Selves.— Ansault.

Pela Italia: Emidio Chiaradia.— Felice Salivetto.

Pela Republica da Liberia: B. de Steim.— W. Koentzer.—  
C. Goedelt.

Pelo Luxemburgo: Mongenast.

Pela Noruega: Thb. Heyerdahl.

Pelos Paizes Baixos: Hofstede.— Barão van der Feltz.

Pelas Indias Orientaes Neerlandezas: Johs I. Perk.

Por Portugal e colonias portuguezas: Guilhermino Augusto  
de Barros.

Pela Romania: Coronel A. Gorjean.— S. Dimitrescu.

Pelo Salvador: Luiz Kehlmann.

Pela Suissa: Ed. Höhn.— C. Delessert.

Pela Regencia de Tunis: Montmarin.

Pela Turquia: E. Petacci.— A. Fahri.

**XIII****ACCORDO RELATIVO À INTRODUÇÃO DE LIVRETES DE IDENTIDADE  
NO SERVIÇO POSTAL INTERNACIONAL**

Concluido entre a Republica Argentina, Brazil, Bulgaria, Republica da Colombia, Republica de Costa Rica, Egypto, França, Grecia, Italia, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Paraguay, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Salvador, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia e Estados Unidos de Venezuela.

Os governos dos paizes assignatarios do presente accordo, desejando facilitar ao publico, quanto for possivel, a remessa de objectos postaes e da importancia de vales postaes, e usando da faculdade que lhes é reservada pelo art. 19 da Convenção principal:

Os abaixo assignados, munidos para esse fim de plenos poderes que foram achados em boa e devida fôrma, convieram nas disposições seguintes:

**Art. 1**

1.— As administrações postaes dos paizes adherentes poderão facultar, ás pessoas que os pedirem, livretes de identidade nas condições indicadas no presente accordo.

2.— A disposição precedente não restringe o direito que assistirá ao publico de justificar sua identidade de outra qualquer fôrma admittida pelas leis ou regulamentos concernentes ao serviço interno do paiz destinatario.

**Art. 2**

1.— O livrete de identidade deverá ser conforme ao modelo annexo ao presente accordo.

2.— Cada livrete terá uma capa de côr verde e compôr-se-ha de uma folha contendo as indicações pessoas do proprietario do livrete, e dez folhas destinadas aos recibos.

A capa terá na frente, em lingua do paiz de procedencia, titulo seguinte :

## UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

### LIVRETE DE IDENTIDADE

N.....

O retrato photographico do proprietario do livrete, contendo a sua assignatura, será appenso ao verso da referida capa, por meio de uma fita, cujas duas extremidades prender-se-hão á photographia com um sinete official applicado sobre lacre, independentemente de quaesquer outros meios que, de commum accordo, possam as administrações admittir ulteriormente.

Por baixo da photographia será inscripta a seguinte declaração:

As administrações dos correios estarão isentas de qualquer responsabilidade em caso de perda do presente livrete.

A folha onde se acharem as indicações pessoas do proprietario do livrete conterá as seguintes declarações:

#### NA FRENTE

*Administração dos correios d.....*

*Livrete de identidade n.....*

*Válido de.....a.....*

O abaixo assignado declara que a assignatura que figura abaixo, bem como a que figura na photographia ao lado, foi firmada pelo proprio punho do Sr. (nome, appellido, idade, profissão e domicilio), cuja identidade foi devidamente reconhecida.

Em firmeza do que foi-lhe entregue o presente livrete, que será válido durante tres annos, a contar da data desta declaração.

*.....de.....de 189...*

*Assignatura do proprietario do livrete.....*

*Assignatura do empregado.....*

#### NO VERSO :

Descripção dos signaes do proprietario do livrete de identidade e um espaço destinado ao visto para nova validade.

Cada folha de recibos compor-se-ha de dous talões e de dous recibos. Cada talão terá a inscripção seguinte :

*Coupon n..... de..... de 189*

*Recebi da repartição postal de..... um..... (objecto de correspondencia, vale ou importancia do vale).*

*Assignatura do proprietario do livrete.*

A parte transversal entre o talão e o recibo conterá as palavras :

*União Postal Universal*

*Livrete de identidade*

Entre as palavras « universal » e « livrete » haverá um espaço para a applicação do sinete, em branco, da repartição emissora.

Na frente do recibo ler-se-ha a declaração seguinte :

« Em vista do presente livrete, e em troca deste recibo, as repartições postaes dos paizes adherentes são obrigadas a entregar ao proprietario do mesmo livrete qualquer objecto de correspondencia postal que lhe seja destinado e que tenha de dar recibo, bem como de lhe pagar qualquer vale que lhe for tambem destinado, desde que se verifique que a assignatura do talão e do recibo é identica á assignatura anterior.»

O verso do talão terá a seguinte declaração :

« Os recibos devem ser destacados dos talões um após outro e pela ordem da paginação. A repartição postal que recebe o ultimo recibo guardará o talão.»

No verso do recibo haverá a seguinte declaração :

*A' vista deste recibo foi entregue o objecto de correspondencia postal n..... ou : pago o vale do correio..... procedente da repartição postal de...*

*Assignatura do destinatario.....*

*Assignatura do empregado do correio.....*

3.— As folhas dos livretes, devidamente numeradas, serão presas á capa por uma fita com as cores nacionaes do paiz de procedencia, sendo as duas extremidades da fita fixadas por um sinete official sobre lacre na parte interior das costas da capa.

## Art. 3

1. — As formulas dos livretes de identidade serão redigidas na lingua do paiz que os emittir.

2. — Em seguimento da ultima folha de recibos achar-se-ha uma instrucção summaria reproduzida na lingua de cada paiz adherente ao presente accordo, com o fim de ministrar às repartições postaes as explicações essenciaes para a execução deste ramo de serviço.

## Art. 4

1. — As administrações postaes dos paizes adherentes designarão, na parte que a cada um competir, os funcionarios que deverão emittir livretes de identidade.

2. — Determinarão igualmente, na parte que a cada uma competir, quaes os documentos competentes para provar a identidade dos requerentes, quando estes não sejam pessoalmente conhecidos dos funcionarios acima mencionados.

## Art. 5

1. — Os objectos de correspondencia ordinaria serão entregues aos proprietarios de livretes, mediante a simples apresentação dos mesmos livretes.

2. — A entrega de objectos dependentes de recibo e o pagamento de vales do correio serão feitos aos destinatarios portadores de livretes, mediante recibos tirados dos mesmos livretes e devidamente assignados.

3. — Todavia, quando o portador for notoriamente conhecido no correio, não será obrigatorio exigir-se-lhe a exhibição do livrete, nem deste tirar recibos, si for caso de entrega de objectos sujeitos a recibo, ou de pagamento de vales.

## Art. 6

1. — Os objectos postaes e a importancia dos vales deverão ser entregues pessoalmente aos proprietarios dos livretes.

2. — Poderão, contudo, ser entregues a um terceiro devidamente autorizado, mediante apresentação do livrete, os objectos postaes ordinarios, e mediante recibos assignados pelo proprietario do livrete e tirados deste, os objectos de outras categorias; ficando, porém, a repartição destinataria autorizada a entregar os objectos a terceiro e satisfazer-lhe a importancia de vales somente em troca de recibo, devidamente motivado, passado por esse terceiro.

## Art. 7

As leis ou regulamentos do paiz destinatario determinarão quaes os objectos de correspondencia postal que devem ser considerados como objectos de correspondencia ordinaria, bem como aquelles que só podem ser entregues mediante recibos especiaes.

## Art. 8

1. — O preço do livrete de identidade será fixado em 50 centimos, não incluindo o custo do retrato photographico, que deverá ser entregue á repartição postal pelo requisitante do livrete de identidade.

2. — Comtudo, será licito ás administrações que não se considerarem sufficientemente remuneradas, elevar esse preço até ao maximo de um franco.

3. — Os recibos entregues á repartição postal do destinatario não poderão ser onerados de outra taxa postal qualquer, por conta do proprietario do livrete.

## Art. 9

Cada administração guardará por inteiro as importancias que receber, em virtude do artigo precedente.

## Art. 10

Os recibos de que se compõe o livrete de identidade serão des-tacados do respectivo talão um após outro, seguindo rigorosamente a ordem da paginação.

## Art. 11

1. — Os livretes de identidade serão válidos durante tres annos, a contar do dia em que forem entregues aos proprietarios.

2. — Findo esse prazo, poderão os mesmos livretes ser sujeitos a um *Visto*, o que lhes dará nova validade por um anno.

## Art. 12

A repartição postal que receber o ultimo recibo de um livrete de identidade deverá conservar o respectivo talão e proporcionar, ao proprietario do livrete, si este o pedir, a entrega, por intermedio de sua administração, de um novo livrete, sem exigir outras provas da identidade.

## Art. 13

As administrações dos correios dos paizes adherentes ficarão isentas de qualquer responsabilidade, logo que o pagamento de

um vale ou a entrega de um objecto de correspondencia se effectue, mediante o recibo tirado do livrete de identidade e assignado pelo respectivo proprietario.

#### Art. 14

1.— No caso de perda de um livrete, o proprietario deste deverá participar esse facto :

1º, á repartição postal da localidade onde se achar ou á repartição postal mais proxima ;

2º, á administração que emittiu o livrete.

#### Art. 15

Em virtude da participação que lhe for dirigida, a repartição postal mencionada no artigo precedente não fará, provisoriamente, nem entrega de objecto de correspondencia postal, nem qualquer pagamento de vale, que lhe forem reclamados por meio do livrete perdido.

#### Art. 16

A' administração do paiz da emissão cumprirá tomar todas as medidas necessarias, a fim de que, segundo as informações prestadas pelo proprietario do livrete de identidade, seja annullado o mesmo livrete.

#### Art. 17

As administrações dos paizes adherentes enviarão, reciprocamente, por intermedio da secretaria internacional, a lista das suas repartições autorizadas a emittir livretes de identidade.

#### Art. 18

Os paizes da União, que não tomaram parte no presente accordo, serão admittidos a adherir a este, a pedido e na forma prescripta pelo art. 24 da Convenção principal, no tocante a adhesões á União Postal Universal.

#### Art. 19

1.— No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer administração postal de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras administrações, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas ao serviço dos livretes de identidade.

2.— Toda proposta será sujeita ao processo determinado pelo § 2 do art. 26 da Convenção principal.

3. — Para se tornarem executórias, essas propostas deverão reunir :

1.<sup>a</sup>, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 18 e 20 do presente accordo;

2.<sup>a</sup>, dous terços de votos, si se tratar da modificação dos outros artigos;

3.<sup>a</sup>, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente accordo, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção principal.

4. — As resoluções que forem tomadas serão sancionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a forma indicada no art. 26 da Convenção principal.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executória dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## Art. 20

1. — O presente accordo entrará em vigor a 1 de julho de 1892.

2. — Terá a mesma duração que a Convenção principal, independentemente do direito que a cada paiz assistirá de retirar-se deste accordo, mediante um aviso dado, com um anno de antecedencia, por seu governo ao governo da Confederação Suissa.

3. — O presente accordo será ratificado logo que possível for. Os actos de ratificação trocar-se-hão em Vienna.

Em fé do que, os plenipotenciarios dos paizes acima enumerados firmaram o presente accordo em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Republica Argentina: *Carlos Calvo*.

Pelo Brazil: *Luiz Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria: *P. M. Mattheeff*.

Pela Republica da Colombia: *G. Michelsen*.

Pela Republica de Costa Rica:

Pelo Egypto: *Y. Saba*.

Pela França: *Montmarin*. — *J. de Selves*. — *Ansaull*.

Pela Grecia: *I. Georgantas*.

Pela Italia: *Emidio Chiaradia*. — *Felice Salivetto*.

Pela Republica da Liberia: *B. de Steim*. — *W. Koentzer*. — *C. Goedelt*.

Pelo Luxemburgo: *Mongenast*.

Pelo Mexico: *L. Breton y Vedra*.

Pelo Paraguay:

Por Portugal e colonias portuguezas: *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania: Coronel *A. Gorjean*. — *S. Dimitrescu*.

Pelo Salvador: *Luiz Kehlmann*.

Pela Suissa: *Ed. Hölm*. — *C. Delessert*.

Pela Regencia de Tunis: *Montmarin*.

Pela Turquia: *E. Petacci*. — *A. Fuhri*.

Pelos Estados Unidos da Venezuela: *Carlos Matzenauer*.



**XIV****ACCORDO RELATIVO À INTERVENÇÃO DO CORREIO NAS ASSIGNATURAS DE JORNAES E PUBLICAÇÕES PERIODICAS**

Concluido entre a Allemanha, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Republica da Colombia, Dinamarca, Egypto, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Suecia, Suissa, Turquia e Uruguay.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes supra mencionados, em virtude do art. 15 da Convenção principal, e de commun accordo e sob reserva de ratificação, ajustaram o seguinte:

**Art. 1**

O serviço postal das assignaturas de jornaes e publicações periodicas entre os paizes adherentes, cujas administrações concordaram em estabelecer reciprocamente o mesmo serviço, reger-se-ha pelas disposições do presente accordo.

**Art. 2**

As repartições postaes de cada paiz receberão subscrições do publico para jornaes e periodicos que se publiquem nos diversos paizes adherentes.

Este serviço estender-se-ha, igualmente, à publicação de quaesquer outros paizes, que possam ser feitas por certas administrações, com excepção da applicação das disposições do art. 16 da Convenção principal.

**Art. 3**

1.— O preço da assignatura será exigido na occasião da subscripção e para todo o periodo da assignatura.

2.— As assignaturas só poderão ser feitas para os periodos fixados nas listas officiaes.

## Art. 4

As administrações postaes, encarregando-se das assignaturas na qualidade de intermediarias, não assumirão responsabilidade alguma quanto às obrigações que incumbem aos editores.

Não serão obrigadas a nenhum reembolso no caso de cessar ou ser interrompida uma publicação durante a respectiva assignatura.

## Art. 5

O serviço internacional das assignaturas effectuar-se-ha por intermedio das repartições de permuta, designadas respectivamente por cada administração.

## Art. 6

1.— Cada administração fixará os preços por que fornecerá às outras administrações suas publicações nacionaes, e, quando for caso disso, as publicações de outra origem qualquer.

Todavia, esses preços não poderão, em caso algum, ser superiores aos que forem marcados aos assignantes do interior, salvo accrescimo, no que diz respeito às relações entre paizes não limítrophes, de direitos de transitio devidos às administrações intermediarias.

2.— Os direitos de transitio serão estipulados anticipada e proporcionalmente, tomando-se por base o grão de periodicidade combinado com o peso médio dos jornaes.

## Art. 7

1.— A administração postal do paiz destinatario fixará o premio que o assignante deve pagar, accrescentando ao premio estabelecido pelo art. 6 precedente a taxa, premio de commissão ou de entrega a domicilio que julgar util adoptar, mas sem que essa importancia possa exceder às que forem cobradas pelas suas assignaturas no interior. Accrescentará a isso, quando for necessario, o imposto do sello fixado pela legislação de seu paiz.

2.— Quando dous paizes que se relacionem não possuam o mesmo systema monetario, o premio de que trata o art. 6 precedente será convertido pela administração do paiz de destino em moeda desse paiz. Si as administrações adheriram ao accordo relativo a vales, a conversão far-se-ha segundo o premio applicavel aos vales do correio, salvo si ellas estabelecerem uma taxa média de conversão.

## Art. 8

As taxas ou premios estabelecidos pelo disposto nos arts. 6 e 7 precedentes não darão logar a conta alguma especial entre as administrações correspondentes.

## Art. 9

Na época da organização dos quadros estatísticos destinados a formular as contas das despesas de transitio (artigos XXIV e XXV do regulamento para a execução da Convenção principal), os jornaes fornecidos por assignatura postal serão incluídos nos pesos com os jornaes e impressos de qualquer natureza.

## Art. 10

As administrações postaes serão obrigadas a dar andamento, sem despesa por parte dos assignantes, a qualquer reclamação fundada relativa a demoras ou quaesquer irregularidades no serviço das assignaturas.

## Art. 11

1.— As contas das assignaturas fornecidas e pedidas serão organizadas trimensalmente. Depois de verificadas, e reciprocamente acceitas, essas contas serão saldadas na moeda metallica do paiz credor.

2.— Para esse fim, salvo accordo em contrario entre as administrações interessadas, quando dous paizes que se relacionem não tenham o mesmo systema monetario, o credito menor será convertido na moeda do credito maior, de conformidade com o art. 6 do accordo relativo aos vales, e a differença será liquidada, o mais cedo possivel, por meio de vale do correio.

3.— Os vales do correio emittidos para este fim não estarão sujeitos a premio algum e poderão exceder ao maximo determinado neste accordo.

4.— Os saldos atrazados vencerão o juro de 5 % ao anno, a favor da administração credora.

## Art. 12

As estipulações do presente accordo não restringem o direito que tem os paizes adherentes de manter ou de celebrar accordos especiaes para melhorar, facilitar ou simplificar o serviço das assignaturas internacionaes.

## Art. 13

Os paizes da União que não tomaram parte no presente accordo serão admittidos a adherir a elle, a pedido e na fôrma prescripta pelo art. 24 da Convenção principal no que diz respeito ás adhesões á União Postal Universal.

## Art. 14

As administrações postaes dos paizes adherentes determinarão a fôrma das contas designadas no art. 11 precedente, fixando as épocas em que deverão ser organizadas, e regularão todas as outras medidas necessarias para assegurar a execução do presente accordo.

## Art. 15

Fica entendido que, em falta de disposições formaes do presente accordo, cada administração terá a faculdade de applicar as disposições que regem a materia em seu serviço interno.

## Art. 16

1.— No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas pela Convenção principal, qualquer administração postal de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras administrações, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas ao serviço das assignaturas de jornaes.

2.— Toda proposta será sujeita ao processo determinado pelo § 2 do art. 26 da Convenção principal.

3.— Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17 e 18 do presente accordo ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação do art. 14 ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente accordo, salvo o caso de litigio previsto pelo art. 23 da Convenção principal.

4.— As resoluções que forem tomadas serão sancionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa segundo a fôrma indicada no art. 26 da Convenção principal.

5.— Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## Art. 17

O presente accordo começará a vigorar em 1 de julho de 1892. Terá a mesma duração que a Convenção principal, independentemente do direito reservado a cada paiz de retirar-se deste accordo, mediante aviso dado, com um anno de antecedencia, por seu governo ao governo da Confederação Suissa.

Em tal caso, as assignaturas correntes deverão servir, nas condições previstas pelo presente accordo, até expirar o prazo para que foram feitas.

## Art. 18

Serão derogadas, a contar do dia em que o presente accordo for posto em execução, todas as disposições sobre a materia estabelecidas anteriormente entre os governos ou as administrações dos paizes adherentes, as quaes não se conciliem com os termos deste accordo, sem prejuizo, contudo, dos direitos reservados pelo art. 12.

O presente accordo será ratificado logo que for possível. Os actos de ratificação serão trocados em Vienna.

Em fê do que, os plenipotenciarios dos paizes acima enumerados firmaram o presente accordo, em Vienna, aos 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha: Dr. V. *Stephan*.— *Sachse*.— *Fritsch*.

Pela Austria: *Obentraut*.— Dr. *Hofmann*.— Dr. *Lilienau*.— *Habberger*.

Pela Hungria: *P. Heim*.— *S. Schrimpf*.

Pela Belgica: *Lichtervelde*.

Pelo Brazil: *Luiz Betim Paes Leme*.

Pela Bulgaria: *P. M. Mattheeff*.

Pela Republica da Colombia: *G. Michelsen*.

Pela Dinamarca: *Lund*.

Pelo Egypto: *Y. Saba*.

Pela Republica da Liberia: *B. de Steim*.— *W. Koentzer*.— *C. Godelt*.

Pelo Luxemburgo: *Mongenast*.

Pela Noruega: *Thb. Heyerdahl*.

Pela Persia: *Genl. N. Semino*.

Por Portugal e colonias portuguezas: *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Romania: Coronel *A. Gorjean*.— *S. Dimitrescu*.

Pela Suecia: *E. von Krusenstjerna*.

Pela Suissa: *Ed. Höhn*.— *C. Delessert*.

Pela Turquia: *E. Petacci*.— *A. Fahri*.

Pelo Uruguay: *Federico Susviela Guarch*.— *José G. Busto*.

## XV

## REGULAMENTO PARA A EXECUÇÃO DO ACCORDO RELATIVO Á INTERVENÇÃO DO CORREIO NAS ASSIGNATURAS DE JORNAES E PUBLICAÇÕES PERIODICAS

Concluido entre a Allemanha, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Republica da Colombia, Dinamarca, Egypto, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Romania, Suecia, Suissa, Turquia e Uruguay.

## I

Cada administração indicará ás outras administrações interessadas quaes as repartições por ella designadas para se relacionarem com as mesmas administrações.

## II

As repartições de permuta se corresponderão directamente com relação a tudo quanto se referir ao serviço de assignaturas.

## III

1.— As administrações postaes que mantenham relações entre si remetterão reciprocamente, uma vez cada anno, a lista (modelo A annexo ao presente regulamento) das publicações para cuja assignatura poderão servir de intermediarias, indicando as condições da referida assignatura e os preços do custo em moeda de ouro, inclusive os direitos de transito, e applicando, si necessario for, uma taxa média de conversão de sua moeda corrente em moeda de ouro.

2.— As modificações que forem feitas posteriormente nessa lista serão notificadas immediatamente de administração a administração, por via das repartições de permuta, à medida que taes mudanças se derem.

## IV

Cada administração organizará, por meio das listas fornecidas em observancia ao artigo III precedente, uma tarifa geral indicando, por paizes, os jornaes, as condições de assignatura e os preços que deverão pagar os assignantes. Esses preços estabelecidos de conformidade com o art. 7 do accordo, serão expressos na moeda nacional do paiz que publicar a tarifa.

## V

No caso de ser pedida uma assignatura para uma publicação que não figure na lista, deverá o pedido ser referido á administração em questão por intermedio da repartição de permuta, afim de serem obtidas as necessarias informações. Não obstante, o mesmo pedido poderá ser attendido, sob reserva de ulterior ajuste de contas com o interessado, que será obrigado a depositar um signal, si necessario for.

## VI

As despezas de transito a cobrar além do preço normal da assignatura serão reguladas de conformidade com o art. 4 da Convenção principal, tomando-se por base o peso médio do jornal multiplicado pelo numero de vezes que este deverá ser publicado durante o tempo da assignatura.

## VII

1.— As assignaturas abrir-se-hão:

por um anno, em 1 de janeiro ;  
por seis mezes, em 1 de janeiro e em 1 de julho ;  
por tres mezes, em 1 de janeiro, em 1 de abril, em 1 de julho e em 1 de outubro.

2.— As administrações interessadas se entenderão afim de admittir assignaturas de quinze dias, de um mez, de mez e meio, de dous mezes e de dous mezes e meio para completar o trimestre não terminado.

## VIII

1.— Nos fins de cada trimestre, as repartições de permuta recapitularão, em uma lista conforme ao modelo B anexo ao presente regulamento, os pedidos de assignatura que lhes tenham sido dirigidos do interior.

Esta lista deverá chegar á repartição de permuta no devido tempo, afim de que esta possa mandar satisfazer as assignaturas na mesma data para a qual foram pedidas.

2.— Os pedidos que chegarem depois de ter sido remettida a lista geral farão objecto de listas especiaes.

O mesmo se dará relativamente aos pedidos que forem feitos fóra dos periodos ordinarios de reforma de assignaturas.

As ditas listas serão designadas por numeros de ordem seguidos durante um anno.

Os assignantes que não fizerem o seu pedido no devido tempo não terão direito algum aos numeros publicados desde o começo da assignatura.

## IX

1.— Os jornaes serão expedidos em maços, quer directamente ás repartições de destino, quer englobadamente ás repartições intermediarias, conforme as administrações combinarem a tal respeito.

2.— Os maços deverão ter a indicação « Abonnements-poste » ou uma declaração equivalente.

3.— A distribuição aos assignantes será feita de accordo com a lista.

4.— Por excepção, os jornaes deverão ser cintados, escrevendo-se na cinta o endereço dos destinatarios, quando os correios de permuta do paiz destinatario assim o pedirem.

As cintas terão a declaração: « Abonnements-poste ».

## X

1.— Os atrasos, interrupções, direcções erradas ou quaesquer irregularidades que se deem no serviço de assignaturas serão communicados immediatamente quer á repartição intermedia ou, quando para isso haja motivo, á repartição da procedencia, quer ás administrações centraes que assim o pedirem.

2.— As reclamações deverão ser encaminhadas sem demora.

## XI

1.— Os assignantes, no caso de mudança de residencia, poderão obter a remessa do jornal para o interior do paiz. Por esse serviço poderá ser cobrado um premio especial.

2.— Si o assignante ausentar-se do paiz, os exemplares do jornal serão expedidos com o endereço pessoal do destinatario e devidamente franqueados por meio de sellos, quer pelo editor, mediante intervenção das repartições de permuta, quer pelo correio de primeiro destino, mediante prévio pagamento da franquia pelo assignante.

## XII

1.— Em caso de interrupção ou de cessação, por parte do editor, da publicação de um jornal, as administrações procurarão obter, tanto quanto possivel, o reembolso, aos assignantes, da importancia da assignatura relativa ao tempo em que o jornal não foi entregue.

2.— As administrações communicarão reciprocamente quaes os jornaes cuja publicação esteja prohibida.



## XIII

1.— Salvo accordo em contrario, desde que os pedidos de assignatura trimestraes possam ser considerados como terminados, e o mais tardar, no dia 20 do primeiro mez do trimestre, cada repartição de permuta organizará para a repartição correspondente uma conta particular (modelo C) onde mencionará, por ordem alphabetica e por tempo de assignatura, a começar pelo menor, os jornaes pedidos á repartição correspondente até á data da dita conta, desde a organização da conta anterior.

As assignaturas pedidas depois da organização dessa conta serão levadas á conta do trimestre seguinte.

2.— Salvo accordo em contrario, as contas organizadas de parte a parte serão verificadas e liquidadas antes de terminar o segundo mez do trimestre a que as mesmas contas se referirem. Esse prazo será elevado a quatro mezes para os paizes fora da Europa.

3.— As diferenças serão regularisadas na conta trimestral seguinte.

4.— Si for necessario, poderão ser reclamados pagamentos parciaes por mez.

## XIV

1.— As administrações dos paizes adherentes, tres mezes pelo menos, antes de entrar em execução o accordo, enviarão reciprocamente, por intermedio da secretaria internacional, um extracto das disposições de suas leis ou regulamentos internos applicaveis ao serviço das encomendas.

2.— Qualquer modificação ulterior deverá, sem demora, ser notificada pela mesma fôrma.

## XV

1.— No intervallo que decorrer entre as reuniões, qualquer administração dos correios de um paiz adherente terá o direito de dirigir ás outras administrações que tomarem parte no mesmo serviço, por intermedio da secretaria internacional, propostas relativas ás disposições do presente regulamento.

2.— Toda proposta será sujeita ao processo determinado pelo artigo XXXIX do regulamento de execução da Convenção principal.

3.— Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novos artigos ou da modificação das disposições do presente artigo e dos artigos I, II, III, IV, VI, VIII e XVI do presente regulamento ;

2º, dous terços de votos, si se tratar da modificação dos artigos VII, IX, X, XII e XIII;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente regulamento, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção principal.

4.— As resoluções que se tomarem serão sancionadas por uma notificação da secretaria internacional a todas as outras administrações interessadas.

5.— Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria dous mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

## XVI

O presente regulamento entrará em execução a partir do dia em que o accordo começar a vigorar.

Terá a mesma duração que esse accordo, salvo si for renovado de commum harmonia, entre as partes interessadas.

Vienna, 4 de julho de 1891.

Pela Allemanha: Dr. V. Stephan.— Sachse.— Fritsch.

Pela Austria: Obentraut.— Dr. Hofmann.— Dr. Lilienau.  
— Habberger.

Pela Hungria: P. Heim.— S. Schrimpf.

Pela Belgica: Lichtevelde.

Pelo Brazil: Luiz Betim Paes Leme.

Pela Bulgaria: P. M. Mattheeff.

Pela Republica da Colombia: G. Michelsen.

Pela Dinamarca: Lund.

Pelo Egypto: Y. Saba.

Pela Republica da Liberia: B. de Steim.— W. Koentzer.—  
C. Goedelt.

Pelo Luxemburgo: Mongenast.

Pela Noruega: Thb. Heyerdahl.

Pela Persia: Genl. N. Semino.

Por Portugal e colonias portuguezas: Guilhermino Augusto  
de Barros.

Pela Romania: Coronel A. Gorjean.— S. Dimitrescu.

Pela Suecia: E. von Krusenstjerna.

Pela Suissa: Ed. Höhn.— C. Delessert.

Pela Turquia: E. Petacci.— A. Fahri.

Pelo Uruguay: Federico Susviela Guarch.— José G. Busto.



## DECRETO N. 1063 A — DE 30 DE SETEMBRO DE 1892

Crea um commando superior da Guarda Nacional na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica desligada do commando superior da comarca do Araxá a força de Guarda Nacional, qualificada na do Sacramento, ambas no Estado de Minas Geraes, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá do 71º batalhão de infantaria, do 49º batalhão da reserva, já organizados, e ora reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, tambem com quatro companhias cada um e as designações de 146º e 147º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 28º, ora creados, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1063 B — DE 30 DE SETEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista de Atibaia, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. João Baptista de Atibaia, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 154º e 155º, de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 72º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 62º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1064 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1892

Crea mais um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul, mais um corpo de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de        que se organizará com os guardas alistados no 4º districto da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1065 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1892

Declara caduca a concessão constante do decreto n. 1980 de 28 de setembro de 1857.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que Luiz de Carvalho Paes de Andrade, Antonio Marques de Amorim e Henrique Augusto Millet, concessionarios da estrada de ferro entre o porto de Tamandaré e o rio Una, no Estado de Pernambuco, a que se refere o decreto n. 1980 de 28 de setembro de 1857, deixaram de apresentar os planos dentro de seis mezes, começar os trabalhos em um anno e concluil-os em tres annos, segundo os termos da clausula 6ª das que baixaram com o referido decreto; resolve declarar caduca essa concessão, pelos fundamentos da clausula 7ª do supradito decreto n. 1980 de 28 de setembro de 1857.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1066 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João do Piahy, no Estado do Piahy.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado na comarca de S. João do Piahy, no Estado do Piahy, um commando superior de guardas nacionaes que se constituirá do modo seguinte:

Dos actuaes batalhões ns. 16 e 42, ambos reduzidos a quatro companhias e desligados do commando superior da mesma guarda da comarca de S. Raymundo Nonato, no mesmo Estado ; dos de ns. 45 do serviço activo e 9 do da reserva, ambos de quatro companhias e organizados, o da activa com os guardas qualificados na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias do 16º batalhão, e o da reserva com os qualificados nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1067 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de S. Raymundo Nonato, no Estado do Piahy.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de S. Raymundo Nonato, no Estado do Piahy, constituirá um commando superior organizado do modo seguinte:

Do actual 15º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias ;

Do de n. 46, ora creado, que se formará com a guarda qualificada na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias do 15º batalhão ;

Dos de ns. 47 do serviço activo e 10 do da reserva, ambos de quatro companhias, organizados nas freguezias da comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1068 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1892

Reorganiza o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Bragança, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Bragança, no Estado do Pará, ficará constituido do modo seguinte :

Dos actuaes batalhões de infantaria ns. 11, 12, 38 e 65, reduzidos a quatro companhias cada um ;

Dos de ns. 90, 91 e 92, ora creados e que se formarão, os dous primeiros com os guardas qualificados na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias dos 11º e 12º batalhões, e o ultimo com os alistados na 5ª e 6ª companhias dos de ns. 38 e 65.

Do batalhão da reserva n. 17, ora creado com quatro companhias que se organizarão com os guardas desse serviço alistados nos districtos da comarca.

Art. 2.º A 1ª secção da reserva é elevada á categoria de batalhão, com a designação de 18º.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de outubro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1069 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1892

Approva o orçamento de mais cinco armazens para o serviço do caes de Santos, apresentado pela Empreza de Obras e Melhoramento desse porto.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de estabelecerem-se novos armazens no porto de Santos, resolve approvar o orçamento, apresentado pela Empreza de Obras e Melhoramentos do porto de Santos, de mais cinco armazens com dimensões identicas aos de ns. 1 e 2 de que tratam os decretos ns. 813 de 7 de maio e 913 de 15 de julho do corrente anno, na importancia total de 890:638\$795, ou 178:127\$759 cada um, a qual será addicionada ao capital da empreza, de accordo com as disposições dos decretos anteriores relativos ás obras de que se trata, devendo taes armazens ser con-

struidos no trecho do caes entre o Arsenal de Marinha e o enrocamento que precede á ponte da *S. Paulo Railway Company*.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



# DECRETO N. 1070 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Lacticínios.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Lacticínios, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas realizada em 21 de julho do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

## **Relação das alterações da Companhia de Lacticínios a que se refere o decreto n. 1070 de 5 de outubro de 1892.**

Art. 5.º Substituido pelo seguinte :— As entradas a effectuar terão logar quando o entender a directoria, com approvação da assembléa geral, previamente consultada.

Art. 10. Substituiu-se pelo seguinte :— A administração da companhia será exercida por uma directoria de tres membros que dentre si escolherão o presidente, o qual representará a companhia em todos os actos em juizo ou fóra d'elle e em todas as relações officiaes e contractos que tenham de ser celebrados.

Art. 12. Supprimido.

Art. 17. Substituido pelo seguinte :— Art. 16. Cada director terá o vencimento mensal de 400\$ e mais 5 % dos lucros liquidos para cada director da Capital Federal e 10 % para o director da

Mantiqueira. Estas porcentagens só serão retiradas depois das quotas de 5 % para o fundo de reserva e de 12 % para os accionistas (art. 18 C).

Art. 19 C. Passou a ser art. 18 C. O resto, si o houver, depois de deduzidas as porcentagens para os directores, conforme o art. 16, será dividido em duas partes iguaes, sendo uma para os accionistas e outra para os incorporadores da companhia, a titulo de bonificação, e durante todo o prazo de duração da companhia.

Art. 24. Passou a ser art. 23. E onde dizia — uma quarta parte das acções emittidas, diz-se — mais de metade das acções emittidas.

Art. 25. Passou a ser :— Art. 24. A constituição das assembleas ordinarias e extraordinarias será feita de accordo com as disposições da lei vigente das sociedades anonymas.

Art. 26. Ficou sendo :— Art. 25. A assemblea geral ordinaria deverá reunir-se annualmente no Rio de Janeiro ( Capital Federal) no mez de agosto e as assembleas geraes extraordinarias, sempre que o exigirem os interesses da companhia, a juizo da directoria, ou quando requerida por accionistas, de accordo com a lei das sociedades anonymas.

Art. 28. Passou a ser :— Art. 27. Em regra geral decide nas votações a maioria absoluta dos votos presentes, contando-se um voto por grupo completo de cinco acções inscriptas nas condições do art. 23, até 40 votos — maximo de que um accionista poderá dispor, qualquer que seja o numero das acções que represente por si ou por outrem.

Paragrapho unico. Onde dizia—nove acções— diz-se — quatro acções.

Disposições transitorias. Ficaram assim substituidas :— O conselho fiscal será gratuito até ao fim do corrente anno, devendo, de janeiro de 1893 em deante, receber cada membro 50\$ mensaes.

Nota — Tendo sido supprimido o art. 12, os que a elles se seguirem tem já a numeração immediatamente inferior.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1892. Pela Companhia de Lactinios, o director — Dr. *Arthur da Silva Pereira*.



#### DECRETO N. 1071 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1892

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca da Franca, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Franca, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 42º, 56º e 57º batalhões de infantaria, 16º batalhão da reserva, reduzidos



a quatro companhias cada um, e mais um batalhão de infantaria, também com quatro companhias e a designação de 154º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 61º, ora creados, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



# DECRETO N. 1072 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1892

Altera a clausula 5ª, ns. 1, 2 e 5, do decreto n. 9979 de 12 de julho de 1888.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requererem os concessionarios das obras de melhoramentos do porto de Santos e a conveniencia de abreviar e facilitar o expediente das mercadorias que transitam pelo caes e armazens da empresa respectiva e as vantagens que de tal brevidade advirão ao commercio, resolve modificar a clausula 5ª das que baixaram com o decreto n. 9979 de 12 de julho de 1888, pela seguinte fórma: Os ns. 1, 2 e 5 da referida clausula ficam substituidos pelas seguintes disposições:

Pela carga e descarga de mercadorias e quaesquer generos nos caes que possuirem, em virtude da presente concessão, os concessionarios terão o direito de cobrar um e meio reaes por kilogramma.

A cobrança das taxas relativas aos generos effectivamente recolhidos aos armazens dos concessionarios, far-se-ha de accordo com os que estão ou forem adoptados na Alfandega de Santos, para o serviço de armazenagem.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1073 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1892

Concede permissão ao Banco de Credito Brasileiro, com séde nesta Capital, para transferir a José Rabello e Francisco Marcellino Pinto a faculdade que lhe assiste de effectuar operações de empréstimos hypothecarios nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito Brasileiro, com séde nesta Capital e representado por sua directoria devidamente autorisada pelo art. 30 dos respectivos estatutos, approvados pelos decretos n. 662 de 12 de novembro de 1891 e n. 774 de 22 de março do corrente anno, resolve conceder-lhe permissão para transferir a José Rabello e Francisco Marcellino Pinto, commerciantes matriculados, residentes, este na dita Capital e aquelle no Estado de S. Paulo, a faculdade que tem pelo art. 9º dos mesmos estatutos, de effectuar operações de empréstimos hypothecarios nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes, ficando os cessionarios obrigados ás seguintes condições;

Obter do Governo da União ou dos referidos Estados a approvação dos estatutos das sociedades que organizarem para esse fim ;

Sujeitar-se a todas as disposições dos decretos n. 169 A de 19 de janeiro e n. 370 de 7 de maio de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1075 (\*) — DE 13 DE OUTUBRO DE 1892

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Urubú, no Estado da Bahia, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes,

---

(\*) Com o n. 1074 não houve acto.

com quatro esquadões e a designação de 14º, que se comporá dos guardas qualificados no termo de Macalubas, da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1076 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanhões, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Miguel de Guanhões, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá dos batalhões ns. 144 e 145 do serviço activo e 88 do da reserva, todos com quatro companhias e que serão organizados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1077 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Grão Mogol, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado na comarca do Grão Mogol, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá : dos batalhões ns. 85 do serviço activo e 59 do da

reserva, reduzidos a quatro companhias e desannexados do commando superior da mesma guarda da comarca do Rio Pardo ;

Dos de ns. 143 do serviço activo e 87 do da reserva, e do regimento de cavallaria sob n. 27, ora creados, este com quatro esquadrões e aquelles com igual numero de companhias, e que deverão organizar-se no districto da comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1078 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 26º, que será organizado nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1079 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Alcoolica da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Alcoolica da Bahia, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham

e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas realizada em 15 de julho do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Alterações dos estatutos da Companhia  
alcoolica da Bahia, a que se refere o de-  
creto n. 1079 de 13 de outubro de 1892.**

Art. 4.º O capital social é de 1.000:000\$000, divididos em 10.000 acções de 100\$000 cada uma.

§ 1.º Será realizado o capital em quotas de 10 % com intervallos nunca menores de sessenta dias, sendo a primeira quota recolhida no Banco Emissor da Bahia, no acto de serem assignados os estatutos.

Na reforma ficou pela maneira seguinte :

« Art. 4.º O capital social é de 300:000\$000, divididos em 3.000 acções de 100\$000 cada uma.

§ 1.º Será realizado o capital em quotas da seguinte maneira: a primeira, na importancia de 100:000\$000 effectuou-se na occasião da installação que ao capital reduzido corresponde a 33 <sup>33</sup>/<sub>100</sub>; a segunda, que, realizada agora, será na importancia de 50:000\$000 que corresponde a 16 <sup>67</sup>/<sub>100</sub>, ficando assim realizados 50 %, e as demais entradas serão chamadas quando tornarem-se necessarias, em quotas nunca menores de 10 % e com intervallos de 60 dias pelo menos.»

Art. 9.º Dos estatutos :

A companhia será administrada por tres directores e um conselho fiscal, composto igualmente de tres membros eleitos na sessão ordinaria da assembléa geral, por escrutinio secreto e maioria relativa de votos ; na mesma época e pela mesma fôrma serão eleitos os respectivos supplentes.

Os directores distribuirão entre si o serviço de administração, de fôrma que sempre um dos directores faça gerencia e residencia na cidade de Santo Amaro, onde são domiciliados grande numero de productores.

Este artigo foi substituido na reforma pelo seguinte :

« Art. 9.º A companhia será administrada por dous directores e um conselho fiscal composto de tres membros eleitos na assembléa geral ordinaria, por escrutinio secreto e maioria relativa de votos ; na mesma época e pela mesma fôrma serão eleitos os respectivos supplentes.

Paragrapho unico. Os directores distribuirão entre si o serviço da administração, de fórma que um faça gerencia e residencia em Santo Amaro, onde tem grande numero de productores, e o outro na sêde da companhia.»

O § 2º do art. 12 dos estatutos, do theor seguinte : — Eleger entre seus membros o presidente que servirá de thesoureiro, bem como eleger os dous gerentes, um com residencia em Santo Amaro e o outro nesta Capital, na reforma ficou pela maneira seguinte :

« Art. 12, § 2.º O director residente na sêde da companhia exercerá o cargo de caixa e tratará da gerencia na mesma sêde, encarregando-se o outro da gerencia em Santo Amaro. »

O paragrapho unico do art. 15 dos estatutos, do seguinte theor : — « Quer o fundo de reserva quer o fundo de integralização de acções terão a applicação que a assembléa geral determinar, foi suppresso na reforma.

Os arts. 16, 17 e 18, do seguinte theor :

Art. 16. Na assembléa geral de constituição da companhia será marcado o honorario e a commissão da directoria e conselho fiscal.

Art. 17. Serão reconhecidos incorporadores desta companhia os Srs. João Alves Cardoso e Antonio Gomes Leite, e nesta qualidade lhes cabe a commissão de 2 % de capital social, paga de uma só vez, em compensação das despesas de incorporação, bem como do trabalho na realização do contracto de consignação feito com a maioria dos productos de alcools e seus preparavos.

Art. 18. Durante os primeiros cinco annos servirão os cargos de directores : João Alves Cardoso, Francisco Maria Riappe, Dr. José Moreira Coelho ; supplentes : Antonio Gomes Leite, Augusto da Matta e Silva, Manoel Pereira da Silva ; membros do conselho fiscal : Banco Emissor da Bahia, Dr. Antonio Joaquim de Cerqueira Mendes, coronel Aristides Novis ; supplentes : João Gualberto de Freitas, Miguel Francisco Rodrigues de Moraes, commendador Manoel José Bastos — foram suppressos, por serem disposições geraes já praticadas. Os mais artigos e paragraphos foram conservados na reforma.

Bahia, 15 de julho de 1892. — A directoria, *João Alves Cardoso*. — Dr. *João Moreira Coelho*. — *Manoel Pereira da Silva*.



#### DECRETO N. 1080 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Pastoral Industrial Sul do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Pastoral Industrial Sul do Brazil, devidamente representada, resolve approvar a reforma

de seus estatutos de accordo com as alterações que a este accompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas realizada a 5 de setembro proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Correia.*

**Alterações dos estatutos da Companhia  
Pastoril Industrial Sul do Brazil, a que  
se refere o decreto n. 1080 de 13 de ou-  
tubro de 1892.**

Capitulo 2º, art. 1.º Substitua-se pelo seguinte:

O fundo de reserva será constituido no minimo com 5 % dos lucros liquidos e verificados em balanços semestraes, até attingir a 25 % do capital social.

Art. 11. Substitua-se pelo seguinte:

Aos accionistas será distribuido como dividendo o excedente do que for destinado ao fundo de reserva.

Capitulo 3º, art. 13. Substitua-se pelo seguinte:

A companhia será administrada por dous directores presidente e thesoureiro eleitos em assembléa geral de tres em tres annos, por maioria de votos e reelegiveis.

Serão directores durante tres annos os Srs. : conselheiro José Bento de Araujo, presidente, e Juan Capllonch y Puerto, thesoureiro.

Paragrapho unico. Terá tambem dous gerentes no Estado do Rio Grande do Sul, de nomeação da assembléa geral, de tres em tres annos, os quaes serão obrigados a observar o regulamento expedido pela directoria, nodendo esta suspender os e nomear sub-gerentes até á reunião da primeira assembléa geral, si assim julgar conveniente e mesmo em caso de vaga ou renuncia.

Serão gerentes nos primeiros annos os Srs. Laurence W. Hislop e Junius Brutus C. de Almeida, e fiscal os Srs. Conceição & C.ª

Quando se julgar necessaria a reforma do regulamento serão ouvidos os gerentes.

Art. 15. Substitua-se pelo seguinte:

Os directores e membros do conselho fiscal serão remunerados pela fórma por que for estipulado pela assembléa geral.

Art. 19. No caso de vaga na directoria o conselho fiscal designará accionista ou accionistas para preenchimento até á primeira assembléa geral.

Art. 2º. Substitua-se pelo seguinte:

A gerencia administrará os estabelecimentos do Rio Grande do Sul, de accordo com a directoria e regulamento.

Capitulo 4º, art. 26. A assembléa geral reunir-se ha ordinariamente até ao mez de outubro e extraordinariamente quando convocada.

Art. 26. §§ 1º e 2.º Substitua-se pelo seguinte:

Compor-se-ha sómente de accionistas que tenham suas acções inscriptas pelo menos 30 dias antes da reunião e observadas as disposições legais quanto aos prazos de convocação e ao numero necessario para funcionar.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1892.—*João Bento de Araujo*, director.



#### DECRETO N. 1081 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1892

Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes na Capital do Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados na Capital do Estado de Sergipe mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias cada um e as designações de 41º, 42º e 43º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma Capital ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1082 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, constará de um commando superior composto dos actuaes 11º e 12º batalhões de infantaria, 5º e 6º da re-



serva, reduzidos a quatro companhias cada um, 6º regimento de cavallaria, 2ª secção do batalhão de infantaria, ora elevada a batalhão com quatro companhias e a designação de , e de mais dous batalhões de infantaria, tambem com quatro companhias cada um e a designação de , e um dito da reserva, com a designação de .

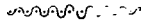
Art. 2.º Os batalhões, ora creados, serão organizados com as companhias excedentes dos batalhões existentes.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



### DECRETO N. 1083 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1892

Concede ao Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e Luiz Geraldo Albernaz nova prorrogação de prazo quanto à concessão a que se refere o decreto n. 329 de 16 de maio de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representaram o Dr. Joaquim Anselmo Nogueira e Luiz Geraldo Albernaz afim de levarem a effeito a concessão que lhes foi dada por decreto n. 329 de 16 de maio de 1891 para edificar na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes casas destinadas á habitação de operarios e classes pobres ;

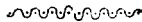
Decreta :

Fica novamente prorogado, até 31 de dezembro do corrente anno, o prazo de que trata a clausula 3ª das que acompanharam o decreto n. 213 de 2 de maio do anno findo e a que se refere o de n. 329 acima citado, para a organização da companhia.

Capital Federal, 18 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



### DECRETO N. 1084 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1892

Concede autorisação á Companhia Ceres Brasileira para reformar os seus estatutos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Ceres Brasileira, devi-

damente representada, resolveu conceder-lhe autorisação para reformar os seus estatutos de accordo com as alterações votadas pela assembléa geral dos accionistas em 15 de junho ultimo, que com este baixam; ficando outrossim a companhia obrigada a preencher as formalidades exigidas pelo art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Relação das alterações dos estatutos da  
Companhia Ceres Brasileira, a que se  
refere o decreto n. 1084 de 18 de outubro  
de 1892.**

O art. 1º fica redigido do seguinte modo:

« Fica estabelecida nesta Capital Federal uma sociedade anonyma com a denominação de Companhia Ceres Brasileira, para os fins declarados nestes estatutos, de conformidade com o decreto n. 700 de 29 de agosto de 1890. »

O art. 4º é substituído pelo seguinte:

« O anno social decorrerá de 1 de julho a 30 de junho. »

O § 8º do art. 5º fica assim redigido:

« Emitter *debentures*, de conformidade com o art. 32 do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, precedendo consulta e voto affirmativo da assembléa geral dos accionistas *ad hoc* convocada. »

O art. 6º substitue-se pelo seguinte:

« O capital da companhia é de 5.000:000\$, dividido em 25.000 acções de 200\$ cada uma. »

O art. 7º é eliminado.

Ao art. 8º acrescenta-se o seguinte:

« Paragrapho unico. As resoluções sobre commissão se entenderão subordinadas ás leis vigentes. »

O art. 12. Fica do seguinte modo redigido:

« As acções depois de integralizadas poderão ser ao portador ou nominativas, á vontade do possuidor.

Paragrapho unico. As acções ao portador poderão tornar-se nominativas ou vice-versa, pagando o seu possuidor a taxa de 200 réis por acção, taxa que será levada á conta de lucros sociaes, e mais os impostos exigidos pelo Estado para esse fim. »

O art. 16 fica substituído pelo seguinte:

« A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente todos os annos, dentro de dous mezes, depois de terminado o anno social, e extraordinariamente, quando a directoria julgar necessario, ou nos casos previstos pela lei. »

O art. 18 fica assim redigido:

« Poderão votar os tutores por seus pupillos, os maridos por suas mulheres, um dos socios pela firma, os prepostos de corporações e os procuradores. Em caso algum, porém, terá a mesma pessoa, por si e como procurador, direito a mais de cincoenta votos.

Parapho unico. Nas eleições de directores e fiscaes serão admittidos votos por procuração, comtanto que os procuradores se apresentem munidos de poderes especiaes e não exerçam na occasião algum desses cargos.»

O art. 21 fica substituido pelo seguinte:

« A companhia sera administrada pelos quatro directores actuaes, que entre si escolherão um presidente, um secretario, um thesoureiro e um director gerente.

§ 1.º Não será provida a vaga que, porventura, venha a dar-se até esgotar-se o prazo do art. 42, enquanto o numero dos directores for superior a tres.

§ 2.º Logo, que o numero dos actuaes directores venha a reduzir-se a tres, um delles servirá de presidente, outro de secretario e thesoureiro, e outro de gerente, incumbido da secção agricola, para o que deverá ter pratica e habilitações especiaes.»

O art. 27 fica redigido do seguinte modo:

« A directoria reunir-se-ha todas as vezes que o exigirem os interesses da companhia, mas, pelo menos, uma vez por semana. De cada reunião se lavrará uma acta, da qual constarão em detalhe as resoluções tomadas.

Para haver sessão requer-se o comparecimento da maioria dos directores.»

O § 4.º do art. 28 fica redigido assim:

« Constituir por seu presidente mandatario com plenos poderes, inclusive o de substabelecimento, para requerer do Governo Geral e dos Governos dos Estados tudo quanto for de interesse da companhia, para contractar, receber e dar quitação, e representar a companhia nas questões judiciaes em que for parte, podendo o mandato ser conferido a qualquer dos directores.»

O art. 32 é substituido pelo seguinte:

« Ao director gerente compete a immediata direcção e fiscalização da parte agricola e pastoril ».

O art. 33 é substituido pelo seguinte :

« Os honorarios da directoria serão de 12:000\$ annuaes, para cada director, pagos mensalmente. Além dos honorarios terão os directores a percentagem de 5 %, repartida igualmente entre si e calculada sobre a quota destinada ao dividendo.»

O art. 37 fica assim redigido :

« Todos os semestres, depois de apurado o lucro liquido, deduzir-se-hão delle 10 % para o fundo de reserva, e o excedente, deduzida a percentagem de que trata o art. 33, será dividido entre os accionistas até 15 %. Verificando-se ainda sobras, serão levadas á conta de lucros suspensos.»

O art. 40 foi supprimido.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1892.— *M. G. de Paiva Coutinho*, director.



## DECRETO N. 1085 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1892

Approva os estudos definitivos para a construcção do ramal do kilometro 42, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia á cidade da Feira de Santa Anna, passando pela villa da Purificação.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos definitivos para a construcção do ramal do kilometro 42, do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia á cidade da Feira de Sant'Anna, passando pela villa da Purificação, os quaes com este baixam rubricados pelo chefe interino da 1.<sup>a</sup> Directoria das Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de outubro de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1086 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1892

Abre ao Ministerio da Justiça um credito de 1.255:888\$597.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 19 da lei n. 76 de 16 de agosto do corrente anno, que reorganizou o serviço policial do Districto Federal, resolve abrir o credito de 1.255:888\$597, para occorrer ás despezas accrescidas com o alludido serviço no actual exercicio, a saber:

*Repartição da Policia*

|               |              |
|---------------|--------------|
| Pessoal ..... | 363:920\$350 |
| Material..... | 42:530\$011  |

*Brigada policial*

|               |              |
|---------------|--------------|
| Pessoal ..... | 679:289\$745 |
|---------------|--------------|

*Casa de Detenção*

|                                                 |              |
|-------------------------------------------------|--------------|
| Material.....                                   | 39:304\$586  |
| Reformados da brigada.....                      | 6:843\$902   |
| Diligencias policiaes e condução de presos..... | 124:000\$000 |

Capital Federal, 18 de outubro de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1087 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1892

Modifica o plano de uniformes para os officiaes do estado-maior do commando superior e das brigadas da Guarda Nacional da Capital Federal.

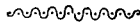
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve :

Artigo unico. Os officiaes dos estados-maiores do commando superior e das brigadas da Guarda Nacional da Capital Federal usarão do uniforme approved pelo decreto n. 1167 de 13 de dezembro de 1890, tendo alamaras de cordão de seda verde e de ouro com agulhetas de metal branco, pendentes do hombro esquerdo; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1088 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1892

Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta, e comprehendido entre esta cidade e o rio Uruguay, apresentados pela Companhia União Industrial dos Estados do Brazil.

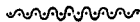
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia União Industrial dos Estados do Brazil, resolve approvar os estudos definitivos apresentados pela mesma companhia e relativos ao trecho da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta, comprehendido entre esta cidade e o rio Uruguay, de accordo com as plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da 1ª Directoria das Obras Publicas.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1089 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1892

Approva, com restricção, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Torres, apresentados pela Companhia União Industrial dos Estados do Brazil.

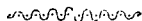
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia União Industrial dos Estados do Brazil, resolve approvar os estudos definitivos apresentados pela mesma companhia e relativos a Estrada de Ferro de Porto Alegre a Torres, de accordo com as plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da 1.<sup>a</sup> Directoria das Obras Publicas; com ressalva, porém, da apresentação de uma variante com o fim de fazer o traçado da alludida estrada passar pela villa de Gravatahy.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de outubro de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1090 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1892

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito e Garantia Real.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito e Garantia Real, representado por sua directoria, resolve approvar as alterações abaixo transcriptas, feitas nos estatutos do mesmo banco, por deliberação da assembléa geral extraordinaria dos respectivos accionistas, effectuada em 22 de junho do corrente anno; a saber:

« Fica a directoria autorizada a entender-se com os possuidores das nove mil quinhentas e setenta e duas acções que ficarão a cargo do syndicato, e saldar a conta corrente do mesmo syndicato, recebendo em pagamento as ditas acções deste banco que lhe pertencem e que por tal fôrma serão resgatadas. Em tais termos, fica o capital reduzido ás quinze mil quatrocentas e vinte e oito acções, podendo mais tarde ser reemittidas as referidas nove mil quinhentas e setenta e duas acções assim resgatadas, por deliberação da assembléa geral especialmente convocada para tal fim.

« O capital do banco fica reduzido a mil quinhentos e quarenta e dois contos e oitocentos mil réis (1.542:800\$), represen-

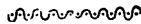
tado por quinze mil quatrocentas e vinte e oito acções de cem mil réis (100\$) cada uma. Os vinte mil réis (20\$) restantes serão pagos em cinco prestações de quatro mil réis (4\$) cada uma, com intervallos, a juizo da directoria, sendo a primeira chamada de dous por cento (2 %) trinta dias depois desta assembléa.»

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 21 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



# DECRETO N. 1091 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1892

Concede autorisação á *Imperial Fire Insurance Company* para continuar a funcionar sob a denominação de *Imperial Insurance Company, limited*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requeru a *Imperial Fire Insurance Company*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para continuar a funcionar sob a denominação de *Imperial Insurance Company, limited*, ficando, porém, a companhia obrigada a continuar a observar as condições contidas no decreto n. 3154 de 18 de setembro de 1893, que a autorisou a funcionar, e bem assim a satisfazer as formalidades exigidas no art. 1º, § 2º, n. 203, do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 21 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Eu abaixo assignado, Johannes Jochim Christian Voigt, corretor de navios, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no Meritissimo Tribunal do Commercio desta praça, para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola, escriptorio á rua de S. Pedro n. 4, sobrado:

Certifico pela presente em como me foram apresentados uns estatutos e actas escriptos na lingua ingleza, afim de os traduzir

litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertidos dizem o seguinte :

## TRADUÇÃO

### LEI DA COMPANHIA IMPERIAL INSURANCE, DE 1891

( Armas de Inglaterra.)

#### CAPITULO CXII

*Lei para revogar as leis relativas à Imperial Fire Insurance Company desde a data do seu registro como companhia limitada, renovar parte das ditas leis, mudar o nome da companhia e para outros fins, 21 de julho de 1891.*

Considerando que a *Imperial Fire Insurance Company* foi constituida sob o titulo de *Imperial Insurance Company* por um instrumento de organização datado de 12 de fevereiro de mil oitocentos e tres para o seguro de « navios e outras embarcações no porto ou em doca em construcção ou reparos e generos a bordo dos mesmos, bem como saveiros e outros barcos em rios e canaes navegaveis, generos a bordo dos mesmos, edificios, fazendas, mercadorias e effeitos na Gran-Bretanha e Irlanda, ou em outra qualquer parte do mundo contra perda ou damno por fogo », com o capital de um milhão e duzentas mil libras, dividido em duas mil e quatrocentas acções de quinhentas libras cada uma ;

Considerando que pela lei local e pessoal passada no quinto anno do reinado de Sua Magestade actual ; secção duas, capitulo sessenta e seis (nesta lei referida como a lei de 1842), foram feitas varias alterações no dito instrumento de organização e outros poderes foram conferidos á companhia ;

Considerando que antes da passagem da lei por ultimo acima mencionada foi paga sobre cada uma das ditas duas mil e quatrocentas acções a quantia de cincoenta libras e foram transferidas ou accrescentadas outras importancias de dinheiro, em diferentes datas depois da formação da companhia, ao seu capital realiado que, incluindo os ditos pagamentos de cincoenta libras por acção, attingiu á importancia de quinhentas e tres mil novecentas e trinta libras, um schilling e sete pence ;

Considerando que pela lei de 1869 da *Imperial Fire Insurance Company* (nesta lei referida como a lei de 1869), o nome da companhia foi mudado de *Imperial Insurance Company* para o de *Imperial Fire Insurance Company* (aqui em seguida denominada — a companhia) — e foram creadas outras disposições relativamente á administração da companhia ;

Considerando que pela dita lei foi decretado entre outras cousas que, desde e depois dessa lei, cada acção de quinhentas libras da



companhia seria dividida em cinco acções de cem libras cada uma e que fosse levada ao credito de cada acção de cem libras uma quinta parte do pagamento original de cincoenta libras sobre cada acção original, e que as quantias então lançadas ao credito do capital da companhia, importando como acima dito, em quinhentas e tres mil novecentas e trinta libras, um schilling e sete pence, juntamente com as importancias que fossem depois transferidas ou accrescentadas ao dito capital, fossem recebidas pela companhia afim de fazer face ás exigencias da companhia na transacção de suas operações e não fossem divididas entre os proprietarios, porém, que nada na lei impediria a divisão entre os proprietarios do juro ou dividendo sobre o dito capital, em conformidade com as disposições do dito instrumento de organização e das citadas leis;

Considerando que, pouco depois da passagem da dita ultima citada lei, a quantia de dezeseis mil e sessenta e nove libras, dezoito schillings e cinco pence, foi além dos haveres da companhia, accrescentada á dita quantia de quinhentas e tres mil novecentas e trinta libras, um schilling e sete pence, perfazendo assim a importancia de quinhentas e vinte mil libras;

Considerando que, pela lei da *Imperial Fire Insurance*, de 1889, foram creadas disposições para inscrever ou registrar memoriaes dos nomes dos fidei-commissarios da companhia nos respectivos Supremos Tribunaes de Justiça da Inglaterra e Irlanda e nos livros do Conselho e Sessão na Escocchia, e para o encargo de garantias e propriedades nos nomes desses fidei-commissarios e foram feitas posteriores emendas no dito instrumento de organização e nas citadas leis;

Considerando que se pretende registrar a companhia como companhia limitada, de accordo com as leis de companhias de 1862 a 1890;

Considerando que o *memorandum* da associação e estatutos que se acham contidos no annexo a esta lei, foram approvados pela companhia em assembléa geral;

Considerando que, depois da passagem da lei de 1869, foi accrescentada ao dito capital a quantia do cento e oitenta mil libras e as ditas doze mil acções estão presentemente realizadas até ao importe de vinte e cinco libras por acção;

Considerando que as ditas doze mil acções são possuidas por oitocentos e nove accionistas, dos quaes setecentos e setenta e oito, possuindo por tudo onze mil trezentas e dezenove acções, deram o seu assentimento por escripto a esta lei, e dous accionistas sómente, possuindo juntos trinta e quatro acções, negaram a sua approvação a ella e a estes ultimos, foi mandado um aviso especial, porém, nenhum delles compareceu para apresentar quaesquer outras objecções ao *bill*;

Considerando ser conveniente revogar as citadas leis desde a data do seu registro e renovar taes de suas disposições como contidas nesta lei, e declarar que os ditos *memorandum* da associação e estatutos serão os *memorandum* e estatutos da companhia;

Considerando que os supraditos objectos não podem ser alcançados sem a autorisação do parlamento ;

Queira Vossa Magestade haver por bem que seja decretado pela Excellentissima Magestade a Rainha, por conselho e consentimento dos Lords Espirituaes e Temporaes e Camaras na presente sessão reunidos e pela autorisação dos mesmos, como segue (a saber) :

### I

Esta lei deve ser citada como a lei da *Imperial Insurance Company*, de 1891.

### II

#### *Revogação de leis citadas e instrumento de organização*

Da data do registro da companhia, de accordo com as leis de companhias de 1862 a 1890, a companhia continuará incorporada pelo nome de *Imperial Insurance Company, limited*, pelas leis de 1812, de 1869 e de 1889, e o citado instrumento de organização e quaesquer resoluções que as emendas serão revogadas sem prejuizo de qualquer cousa feita ou permitida em virtude dellas e em particular os fidei-comissarios funcionando em virtude da lei de 1889 possuirão as garantias e propriedades nelles empregadas respectivamente na data do registro da companhia em deposito para a companhia e tratarão a respeito dellas pela maneira que a companhia, pelos seus directores, determinar.

### III

#### *Substituição de memorandum de associação, estatutos em annexo por instrumento de organização*

Da data do registro da companhia, segundo as leis de companhias de 1862 a 1890, o *memorandum* e os estatutos, dos quaes se acha contida uma cópia no annexo a esta lei, serão sujeitos às disposições das ditas leis de companhias, os *memorandums* de associação e estatutos da companhia em substituição do citado instrumento de organização e resoluções que o emendem.

### IV

#### *Distribuição de acções a accionistas da companhia*

1) Cada accionista da companhia receberá em substituição por cada acção de cem libras que elle possuir no capital da companhia immediatamente antes do seu registro, segundo as leis de companhias, cinco das acções de vinte libras nas quaes o capital da companhia se acha dividido pelo *memorandum* de associação annexo a esta lei.

2) Essas cinco acções de vinte libras representarão e serão substituídas, para todos os intentos e fins, por uma acção de cem libras e as ditas acções de vinte libras serão sujeitas e expostas ás mesmas cauções, poderes, disposições, declarações, convenções, encargos, compromissos e responsabilidades que immediatamente antes desse registro affectaram as antigas correspondentes acções e toda a escriptura, contracto ou outro instrumento e toda a disposição testamentaria ou qualquer outra terão effeito referentemente a toda ou proporcional parte das acções substituídas, segundo seja o caso.

3) Os directores passarão ou mandarão passar certificados das ditas acções de vinte libras, sob as condições, quanto á evidencia do titulo ou outra cousa a respeito das antigas acções, que elles possam determinar.

## V

### *Transferencia de bens á companhia*

Todos os bens moveis, incluindo quaesquer interesses e direitos a bens moveis e immoveis e incluindo obrigações e cousas, em acção, que possam pertencer á companhia ou estejam ao seu cargo na data do seu registro, segundo as leis de companhias, no registro passarão e ficarão a cargo da companhia como incorporada sob aquellas leis em toda a propriedade e interesses.

## VI

### *O registro não affectará obrigações contrahidas anteriormente a elle*

O registro da companhia, de accordo com as ditas leis de companhias e a sua mudança de nome, não affectará nem prejudicará as obrigações da companhia, nada provará contra ella ou contra o seu direito de reclamar qualquer divida ou obrigação contrahida ou qualquer contracto com ella celebrado antes desse registro.

## VII

### *Continuação das acções existentes*

Não obstante essa revogação acima e a mudança de nome da companhia ou outras disposições quaesquer desta lei, quaesquer acções ou outros processos legaes que possam ter sido iniciados na época do registro da companhia por ella ou contra ella, ou official publico ou qualquer membro della, podem proseguir da mesma maneira como si esse registro não tivesse tido logar, não podendo, porém, haver execução contra os titulos de qualquer

membro individual da companhia por qualquer sentença, decreto ou ordem obtida em qualquer acção ou processo iniciado como acima dito, porém no caso que os bens e efeitos da companhia sejam insufficientes para satisfazer essa sentença, decreto ou ordem, pôde-se obter uma ordem para liquidar-se a companhia.

### VIII

#### *Retenção de £ 400.000 para o fundo especial de reserva*

A quantia de quatrocentas mil libras sendo a importancia que das sommas actualmente lançadas ao credito do capital da companhia excede do capital realizado da companhia, será considerada como um fundo de reserva especial e retida pela companhia afim de fazer face ás reclamações contra ella na transacção dos seus negocios e não será divisivel entre os membros da companhia, porém nada nesta lei impedirá a divisão entre os membros da companhia, dos juros ou dividendos do dito fundo de reserva especial, de accordo com os regulamentos então em vigor da companhia.

### IX

#### *Registro desta lei*

A companhia fará archivar uma cópia impressa desta lei no registrador de companhias anonymas, o qual a receberá e archivará, e si essa cópia não for entregue ao registrador dentro de tres mezes depois de passada esta lei, a companhia incorrerá em uma multa que não excederá a dez libras por cada dia depois da expiração dos ditos tres mezes, durante os quaes a companhia deixar de entregar a dita cópia, e qualquer director e gerente da companhia que com conhecimento e voluntariamente autorisar ou permittir essa falta, incorrerão em igual pena, e essa pena será cobrada por acção da corôa e não por outra fórma.

### X

#### *As leis de companhias de seguros de vida, de 1870 e 1871, terão applicação a esta companhia*

Nada do contido nesta lei será considerado impedir a applicação a esta companhia das leis de companhias de seguros de vida, de 1870 e 1871, e de outra qualquer lei que possa ser creada, emendando-as sempre que a companhia realize negocios de seguros de vida.

## XI

*Custas por esta lei*

Todas as custas, encargos e despesas relativas ao preparo para obter a passagem desta lei ou outra cousa em relação a ella serão pagos pela companhia.

## ANNEXO ACIMA REFERIDO

*Memorandum de associação da « Imperial Insurance Company, limited »*

## I

O nome da companhia é *The Imperial Insurance Company, limited*.

## II

O jscriptorio registrado da companhia é e será sito na Inglaterra.

## III

Os fins para os quaes se estabelece a companhia são :

1, realizar operações de seguros de fogo em todos os seus ramos ;

2, realizar operações de seguros maritimos em todos os seus ramos ;

3, realizar operações de seguros de accidentes em todos os seus ramos ;

4, realizar operações de uma companhia de garantia em todos os seus ramos ;

5, realizar, no caso de fusão com qualquer companhia em funcções, operações de seguro de vida, compra, absorpção ou tomada a si, das operações de tal companhia, porém sômente neste caso e até esse ponto, operações de seguros de vida ;

6, em geral, porém, com a excepção acima, realizar toda especie de seguros ;

7, re-segurar ou contra-segurar todo ou qualquer risco e emprehender toda especie de re-seguro ou contra-seguro em relação com qualquer das operações supraditas ;

8, conceder e vender annuidades de toda especie quer sobre a vida humana quer sobre outra cousa, e perpetuas ou terminaveis, e quer contingentes ou por outra fôrma ;

9, contractar com arrendatarios, emprestadores, rendeiros de annuidade e outros o estabelecimento, accumulção, fornecimento e pagamento de fundos de amortizaçção, de resgate, de depreciaçção, de renovaçção, de dotaçção e quaesquer outros fundos espe-

ciaes, e isto mediante uma somma redonda ou de um premio annual ou de outra fôrma, e em geral nos termos e condições que possam ser convencionados ;

10, comprar e negociar interesses de sobrevivencia absolutos ou contingentes e bens vitalicios quer determinaveis quer não em propriedades de toda especie, e adquirir ou extinguir por compra ou cessão qualquer apolice, garantia ou concessão passada pela companhia ;

11, applicar qualquer dos haveres da companhia como um fundo especial ou fundos especiaes para garantia de quaesquer possuidores de apolices da companhia ou para outros quaesquer fins, e dar a qualquer classe ou secção daquelles que segurarem ou tiverem negociações com a companhia, quaesquer direitos sobre ou em relação a quaesquer fundos assim applicados, ou dar a qualquer classe ou secção supra dita um direito de participar dos lucros da companhia ou dos lucros de qualquer ramo particular dos seus negocios ou quaesquer privilegios, vantagens ou beneficios especiaes ;

12, adquirir ou tomar a si, nos termos e condições que possam ser convencionados, todos ou qualquer parte dos negocios, bens e compromissos de qualquer companhia que realize ou seja formada para realizar no Reino Unido ou outra parte qualquer negocio que esta companhia esteja autorizada a realizar ou que possua propriedades ou direitos convenientes aos fins da companhia ;

13, em geral, adquirir, arrendar, trocar, alugar, ou de qualquer fôrma adquirir quaesquer bens moveis ou immoveis em qualquer parte do mundo e quaesquer direitos ou privilegios que a companhia possa julgar neecessario ou conveniente, com referencia a qualquer destes fins e capazes de serem com proveito negociaes em relação com qualquer dos bens ou direitos da companhia então em vigor ;

14, fazer sociedade ou celebrar qualquer ajuste para participar de lucros, funcção de interesses, concessão reciproca, empreza ou cooperação com qualquer pessoa ou companhia, realizando ou empenhada ou prestes a realizar ou a empenhar-se em quaesquer negocios ou capazes de serem dirigidas de maneira directa ou indirectamente, beneficiar esta companhia, e tomar ou por outra fôrma adquirir e possuir acções ou capital ou titulos e subsidiar, garantir as apolices ou contractos, ou por outra fôrma auxiliar essa dita companhia e vender, possuir, reemitir com ou sem garantia ou de qualquer fôrma negociar com essas acções ou garantias e dirigir ou fiscalizar ou tomar parte na gerencia ou fiscalização dos negocios de qualquer dessas companhias e agir como agentes ou fidei-commissarios de quaesquer dessas companhias ;

15, vender a empreza da companhia ou qualquer parte della pelo preço que a companhia possa julgar conveniente e em particular, por acções, *debentures* ou titulos de qualquer outra companhia tendo fins inteiramente ou em parte semelhantes aos desta companhia ;

16, promover e estabelecer qualquer companhia ou companhias

para qualquer fim que possa parecer directa ou indirectamente calculado para beneficiar esta companhia ;

17, estabelecer e ajudar ou auxiliar no estabelecimento e ajuda de associações, instituições ou conveniências calculadas para beneficiar pessoas empregadas pela companhia ou que tenham negocios com a companhia e pagar pensões e dar gratificações a empregados e ex-empregados e outros dependentes della ou em relação com ella, e a subscrever ou garantir dinheiro para fins de caridade ou de beneficencia ;

18, empregar e negociar com os dinheiros da companhia não immediatamente precisos, nos bens moveis ou immoveis onde quer que estejam situados e nos titulos e da maneira que possa a todo tempo ser determinada ;

19, emprestar, depositar ou adeantar dinheiros, titulos e bens ás ou com as pessoas e nos termos que possam parecer convenientes ;

20, levantar, tomar a emprestimo ou garantir o pagamento de dinheiros pela maneira e nos termos que possam parecer convenientes e em particular pela emissão de *ordem* ou *debenture* quer perpetuos ou outros e onerados ou não sobre todos ou qualquer parte dos bens da companhia, presentes e futuros, incluindo o seu capital a realizar ;

21, succar, acceitar, endossar, passar e emittir letras de cambio, notas promissorias, *debentures*, conhecimentos e outros instrumentos ou titulos negociaveis ou transferiveis ;

22, pagar, satisfazer ou concordar em quaesquer reclamações feitas contra a companhia, que parecer conveniente pagar, satisfazer ou concordar, não obstante não serem ellas validas em lei e reemittir e effectuar contra garantias ;

23, fazer todas ou quaesquer das cousas acima em qualquer parte do mundo e como principaes, agentes, fidei-commissarios ou outra cousa e quer só ou juntamente com outros e ou por agentes, sub-companhias ou por outra fôrma ;

24, fazer registrar a companhia ou reconhecê-la em qualquer paiz, Estado ou logar no estrangeiro e fazer quaesquer empregos ou depositos e cumprir quaesquer condições necessarias ou convenientes de fôrma a realizar alli os seus negocios ;

25, vender, melhorar, desnvolver, arrendar, hypothecar, dispôr, beneficiar, ou por outra fôrma negociar com todas ou quaesquer partes dos bens e direitos da companhia ;

26, fazer outras quaesquer cousas incidentaes ou que conduzam ao conseguimento dos fins acima e de fôrma que a palavra *companhia* nesta clausula seja considerada incluir quaesquer sociedade ou associação de pessoas incorporadas ou não e quer domiciliadas no Reino Unido quer em outra parte.

#### IV

A responsabilidade dos membros é limitada.

## V

O capital da companhia é de um milhão e duzentas mil libras, dividido em sessenta mil acções de vinte libras cada uma, das quaes foi paga a quantia de cinco libras com poderes para subdividir as acções do capital de então e annexar a qualquer uma ou mais das acções resultantes dessa subdivisão quaesquer direitos e privilegios preferenciaes ou especiaes sobre ou comparados com as outras acções que então resultarem e com poderes para augmentar o capital e emittir novas acções creadas sobre qualquer augmento com quaesquer direitos ou privilegios preferenciaes, qualificados especiaes ou deferidos a ellas ligados.

## VI

Sendo a quantia de quatrocentas mil libras pela qual excedem as sommas lançadas na data do registro da companhia, o capital realizado será retido pela companhia como um fundo de reserva especial para fazer face ás reclamações da companhia nas transacções dos seus negocios e não será divisivel entre os membros, porém nada disto impedirá a divisão entre os membros, dos juros ou dividendos desse fundo de reserva especial, de accordo com os regulamentos então em vigor, da companhia.

## Estatutos da « The Imperial Insurance Company, limited »

### PREFACIO

Considerando que a *The Imperial Insurance Company* foi originalmente constituida por escriptura de organização, datada de 12 de fevereiro de 1803;

Considerando que foram passadas as leis seguintes relativas á dita companhia (a saber):

Lei do Rei George, n. 54, 3, capitulo XII;

5 e 6 Victoria, cap. I XVI (aqui adeante referida como lei de 1842);

Lei da *The Imperial Fire Insurance* de 1869;

32. Victoria, cap. XVI (aqui adeante referida como lei de 1869);

Lei da *The Imperial Fire Insurance*, de 1889, 52 e 53, Victoria, cap. CXLIV (aqui adeante referida como lei de 1889);

Lei da *The Imperial Fire Insurance*, de 1891 (aqui adeante referida como lei de 1891);

Considerando que diversas resoluções modificando até certo ponto as disposições da dita escriptura de organização foram ha tempos approvadas antes da lei de 1891;



Considerando que pela lei de 1891 se dispoz que da data do registro da companhia segundo as leis de companhias de 1862 a 1890, a companhia continuaria incorporada pelo nome *The Imperial Insurance Company limited*, e as leis de 1842, de 1869 e de 1889, a citada escriptura de organização e quaesquer resoluções que as emendem seriam revogadas sem prejuizo do que tivesse sido feito ou permittido por elles e que foi tambem decretado que da data do registro da companhia, segundo as leis de companhias de 1862 a 1890, o *memorandum* de associação e os estatutos, uma cópia dos quaes se achá expressa no segundo annexo á lei de 1891, sujeitos ás disposições das leis de companhias, seriam os *memorandum* e estatutos da companhia em substituição á dita escriptura de organização e resoluções que a emendam;

Considerando que pouco depois da approvação da lei de 1891 a dita companhia foi devidamente registrada segundo as leis de companhias de 1862 a 1890, como companhia limitada por acções;

E considerando que estes são os estatutos a que se refere a lei de 1891, fica, por conseguinte, convencionado e declarado o que segue:

## PRELIMINARES

### I

#### *Interpretação*

As notas marginaes ou titulos não affectarão a interpretação destes, salvo havendo alguma cousa no assumpto ou conteúdo incompativel com ellas.

A companhia entende-se *The Imperial Insurance Company limited*.

#### *Resoluções especiaes e extraordinarias*

«Resolução especial» e «resolução extraordinaria» teem as intelligencias que lhes são respectivamente attribuidas pela lei de companhias de 1862, arts. 51 e 129.

#### *Escriptorio*

O escriptorio entende-se o escriptorio registrado de então da companhia.

#### *Directores*

Os directores entende-se os directores de então da companhia.

#### *O registro*

O registro entende-se o registro dos membros, escripturado de accordo com o art. 25 da lei de companhias de 1862.

*Mez*

Mez entende-se mez do calendario.

*Por escripto*

Por escripto entende-se escripto ou impresso, ou parte escripta parte impressa.

As palavras expressas no numero singular sòmente, incluem o plural e vice-versa.

As palavras expressas no genero masculino sòmente, incluem o feminino.

As palavras designando pessoas incluem corporações, *mutatis mutandis*.

## II

*A tabella A não tem applicação*

Os regulamentos contidos na tabella A no primeiro annexo da lei de companhias, de 1862, não teem applicação à companhia.

## III

*As acções da companhia não serão compradas por ella*

Nenhum dos fundos da companhia será empregado na compra ou emprestimo sobre acções da companhia.

## IV

*Emissão de acções sujeita a diversas condições quanto a chamadas, etc.*

A companhia pódo fazer ajustes sobre a emissão de acções por uma differença entre os possuidores dessas acções na importancia de chamadas a realizar e a data do pagamento dessas chamadas.

## V

*Prestações a pagar sobre as acções. Responsabilidade de possuidores collectivos de acções*

Si pelas condições da distribuição de qualquer acção, toda ou parte da importancia della tiver de ser paga por prestações, essas prestações serão, quando vencidas, pagas à companhia pelo possuidor da acção.

Os possuidores collectivos de uma acção serão, tanto separada como conjunctamente, responsaveis pelo pagamento de todas as prestações e chamadas devidas relativamente a essa acção.

## VI

*Não reconhece fiduciarios*

A companhia terá o direito de considerar o possuidor registrado de qual puer acção como o proprietario absoluto della e nessa conformidade não será obrigada a reconhecer nenhuma reclamação de equidade ou outra, ou interesses sobre essa acção, da parte de qualquer outra pessoa a não ser a aqui disposta.

## VII

*Posse limitada*

A não ser com a sanção de uma assembléa geral, nenhum membro terá direito de possuir acções de capital da companhia, de mais de £ 10.000 no valor nominal.

## VIII

*Certificados*

Os certificados de direito a acções serão passados sob o sello da companhia e assignados por dous directores e rubricados pelo secretario ou outra pessoa designada pelos directores. Cada membro terá direito a um certificado pelas acções registradas no seu nome ou a diversos certificados, cada um por uma parte dessas acções.

## IX

*O certificado especificará o numero das acções*

Todo certificado de acções especificará o numero da acção a cujo respeito elle é passado e a importancia sobre ella paga.

## X

*Certificado novo em lugar de outro perdido ou destruido*

Si se inutilisar ou destruir-se qualquer certificado, então á apresentação do mesmo aos directores, estes podem ordenar que elle seja cancellado e emittir um novo em logar daquelle e si se perder ou se destruir, então, sob prova que satisfaça aos directores e pela indemnização que estes julgarem adequada, dar-se-ha novo certificado á parte, com direito a esse certificado perdido ou destruido.

## XI

*Custas do certificado*

Pelo certificado passado de accordo com a ultima clausula precedente a companhia receberá a quantia de 2 sch. e 6 d. ou menor quantia que os directores possam designar.

## XII

*Chamadas*

Os directores podem, a todo tempo, fazer as chamadas que elles julgarem conveniente dos membros a respeito de quaesquer quantias por pagar sobre as acções por elles respectivamente possuidas, e não pelas condições da distribuição dellas a pagar em taxas fixas, e cada membro pagará a importancia da chamada a elle feita ás pessoas, nas datas e logares nomeados pelos directores.

Uma chamada poderá ser pagavel por prestações.

## XIII

*Disposições restrictivas*

Uma chamada será considerada como tendo sido feita na data em que a resolução dos directores que a autorisarem for approvada.

Nenhuma chamada excederá a um quinto da importancia nominal da acção ou terá de ser paga dentro de dous mezes depois de ter de se pagar a ultima precedente chamada.

Dar-se-ha aviso com 14 dias de antecedencia de qualquer chamada especificando a data e o logar de pagamento e a quem essa chamada será paga.

## XIV

*Pagamento de juro sobre chamada ou prestação*

Si a quantia a pagar-se a respeito de qualquer chamada ou prestação não for satisfeita no dia marcado para o seu pagamento, o possuidor de então da acção sobre a qual se faz a chamada ou for devida a prestação pagará juros pela mesma razão de 6 % ao anno, a contar da data indicada para o seu pagamento até á do pagamento actual.

## XV

*Pagamento adiantado de chamadas*

Os directores poderão, si o julgarem conveniente, receber de qualquer membro que o queira adiantar todo ou parte do dinheiro devido sobre as acções que elles possuirem, além das quantias actualmente chamadas, e pelas importancias assim pagas adiantadamente ou tanto quanto dellas a todo tempo exceder da importancia das chamadas então feitas sobre as acções, a cujo respeito esse adiantamento tiver sido feito, a companhia poderá pagar juros á taxa que o membro que pagar adiantado essa somma e os directores convencionarem.

## XVI

## CONFISCO E HYPOTHECA

*Não sendo paga a chamada ou a prestação dar-se-ha aviso*

Deixando qualquer membro de pagar qualquer chamada ou prestação, ou na data designada para o pagamento, os directores poderão a qualquer tempo depois, enquanto ella estiver por pagar, mandar um aviso a esse membro reclamando-lhe o pagamento juntamente com qualquer juro que tenha accrescido e todas as despesas que tenham sido feitas pela companhia, pela falta do pagamento.

## XVII

*Formula de aviso*

O aviso mencionará um dia (não sendo menos de 14 dias da data do aviso) e um ou mais logares em que essa chamada ou prestação e os supraditos juros e despesas devem ser pagos.

O aviso tambem declarará que no caso de falta de pagamento na ou antes da data e no logar designados, as acções das quaes se fez a cobrança da ou se tenha de pagar a prestação, ficarão sujeitas a confisco.

## XVIII

*Não sendo cumprido o aviso as acções poderão ser confiscadas*

Si não forem cumpridas as requisições como acima dito, quaesquer acções sobre as quaes foi dado o aviso poderão a qualquer tempo depois, ou antes de pagas todas as chamadas ou prestações, juros e despesas devidas a respeito dellas, ser confiscadas

por uma resolução dos directores para este fim. Esse confisco incluíra todos os dividendos declarados sobre as acções confiscadas e não então pagos antes do confisco.

## XIX

### *Aviso depois do confisco*

Quando qualquer acção for assim confiscada dar-se-ha aviso da resolução ao membro em cujo nome ella estava inscripta antes do confisco, e far-se-ha immediatamente no registro um lançamento do confisco com a sua data.

## XX

### *Acções confiscadas tornam-se propriedade da companhia*

As acções assim confiscadas serão consideradas propriedade da companhia e os directores poderão vendel-as, distribuil-as de novo e de qualquer outra fôrma dispôr dellas, da maneira que julgarem conveniente.

## XXI

### *Poderes para annullar confisco*

Os directores poderão, em qualquer tempo, antes que qualquer acção então confiscada seja vendida, re-distribuida ou de outra fôrma disposta, annullar o seu confisco sob as condições que julgarem conveniente.

## XXII

### *Os atrasados deverão ser pagos não obstante o confisco*

Os membros, cujas acções tiverem sido confiscadas, serão, contudo, responsaveis pelo pagamento e pagarão immediatamente à companhia todas as chamadas, prestações, juros e despesas que estiverem devendo por ellas na occasião do confisco, juntamente com os juros desde o tempo do confisco até à data do pagamento à razão de seis por cento ao anno, e os directores poderão obrigar-os ao pagamento, si o julgarem conveniente.

## XXIII

### *Hypotheca sobre as acções da companhia*

A companhia terá um primeiro e primordial direito de hypotheca sobre todas as acções (não sendo acções já integralizadas)

registradas no nome desse membro (quer por si só, quer collectivamente com outro) pelas suas dividas, responsabilidades e compromissos só, ou juntamente com qualquer outra pessoa ou com a companhia, quer o periodo do pagamento, cumprimento ou desempenho já tenha ou não chegado.

E essa hypotheca se estenderá a todos os dividendos, a todo tempo declarados sobre essas acções.

## XXIV

### *Obrigar ao cumprimento da hypotheca pelas vendas*

Afim de obrigar ao cumprimento dessa hypotheca, os directores poderão vender as acções a ella sujeitas pela maneira que julgarem conveniente, porém não se realizara venda alguma sem que o periodo acima dito tenha chegado, e sem que aviso por escripto da intenção de se vender tenha sido mandado a esse membro, aos seus testamenteiros ou representantes, e tenha havido falta por parte delle ou delles do pagamento, cumprimento ou desempenho dessas dividas, responsabilidades ou compromisso, por sete dias depois desse aviso.

## XXV

### *Aplicação do producto da venda*

O producto liquido dessa venda será applicado ao pagamento das dividas, responsabilidades ou compromissos, e o restante (caso haja) restituído ao dito membro, seus testamenteiros ou representantes.

## XXVI

### *Validade das vendas*

Effectuada qualquer venda depois do confisco ou por uma hypotheca obrigada no exercicio dos poderes acima conferidos, os directores poderão fazer inscrever o nome do comprador no registo, relativamente ás acções ou capital vendidas, e o comprador não será responsavel pela regularidade do processo ou pela applicação da importancia da compra, e, tendo o seu nome inscripto no registo, a validade não será contestada por pessoa alguma e o recurso de qualquer pessoa affectada pela venda será por damnos sómente e contra a companhia exclusivamente.

## TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

## XXVII

*Processo de transferencia, etc.*

O instrumento de transferencia de qualquer acção será assignado tanto pelo transferente como pelo transferido, e o transferente continuará a ser considerado como o possuidor dessa acção até que esteja inscripto no registro o nome do transferido.

## XXVIII

*Formula da transferencia*

O instrumento de transferencia de qualquer acção será por escripto na forma commum usual ou pouco mais ou menos como as circumstancias o admittam:

Eu... de... pela quantia de... a mim paga por... de... aqui abaixo designado por «o dito transferido» pelo presente transfiro ao dito transferido as acções numeradas... a... inclusive na empresa denominada *The Imperial Insurance Company, limited* para que seja possuida pelo dito transferido, seus testamenteiros, representantes ou procuradores, sujeito ás diversas condições sob as quaes eu as possuia immediatamente antes de executada a presente, e eu, o dito transferido, pelo presente concordo ficar com as ditas acções, sujeito ás supraditas condições.

Em testemunho do que assignamos em... de... de...

## XXIX

*Caso em que os directores podem recusar registro da transferencia*

Os directores poderão, no caso de acções não integralmente pagas, recusar registrar uma transferencia a um transferido que elles não approvem.

## XXX

*A transferencia será depositada no escriptorio e apresentada a prova ao titulo*

Todo instrumento de transferencia será deixado no escriptorio para ser registrado, acompanhado do certificado das acções que se tem de transferir e outra qualquer prova que a companhia possa reclamar para provar o titulo do transferente ou o seu direito de transferir as acções.



## XXXI

*Restituição das transferencias*

Os instrumentos de transferencia que forem registrados serão retidos pela companhia, porém, qualquer instrumento de transferencia, que os directores possam recusar registrar, será restituído á pessoa que o depositar.

## XXXII

*Despezas da transferencia*

Poder-se-ha levar por cada transferencia um emolumento que não excederá a 2 sch. 6 d., o que, si os directores o reclamarem, será pago antes do seu registro.

## XXXIII

*Quando se devem encerrar os livros de transferencias e o registro*

Os livros de transferencias e o registro de membros poderão ser encerrados durante o tempo que os directores julgarem conveniente, não excedendo, no todo, de 30 dias em cada anno.

## XXXIV

*Transmissão de acções registradas*

Os testamenteiros ou representantes de um membro fallecido (não sendo um dos diversos possuidores collectivos) serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo qualquer direito ás acções ou capital registrados no nome desse membro, ou, no caso do fallecimento de qualquer um ou mais possuidores collectivos de quaesquer acções registradas ou capital, os sobreviventes serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo direito ou interesse nessas acções ou capital.

## XXXV

*Sobre a transferencia de acções de membros fallecidos, fallidos, etc.*

Qualquer pessoa que venha a adquirir direito a acções em consequencia do fallecimento, fallencia ou liquidção de qualquer membro, depois de apresentar a prova que os directores julgarem sufficiente de que elle sustenta o character a cujo respeito elle propõe agir de accordo com esta clausula ou do seu titulo, poderá, com o consentimento dos directores, ser registrado como

o possuidor das acções ou poderá, sujeito aos regulamentos sobre transferencias acima contidos, transferir essas acções a si mesmo ou a outra qualquer pessoa. Esta clausula acha-se adiante referida como « a clausula de transmissão ».

### XXXVI

#### *Conversão de acções em capital*

A companhia poderá em assembléa geral converter quaesquer acções realizadas em capital.

Quando quaesquer acções forem convertidas em capital, os diversos possuidores desse capital poderão, dahi por deante, transferir os seus respectivos interesses nelle ou qualquer parte desses interesses da mesma maneira e sujeitos aos mesmos regulamentos com que podem ser transferidas as acções de capital da companhia ou mais ou menos como as circumstancias admittir-m.

Porém os directores poderão a todo tempo, si o julgarem conveniente, fixar a importancia minima do capital transferivel e determinar que fracções de uma libra não poderão ser negociadas, com poderes, porém, á sua discreção, de renunciar a esses regulamentos, em qualquer caso particular.

O capital conferirá aos seus possuidores respectivamente os mesmos privilegios e vantagens relativamente ás participações nos lucros, a votação em assembléas da companhia e para outros fins, que teriam sido conferidos por acções de igual importancia do capital da companhia, porém de fórma que nenhum desses privilegios ou vantagens, excepto a participação nos lucros da companhia, será conferido por nenhuma parte aliquota de capital consoridado que não teria, si existindo em acções, conferido esses privilegios ou vantagens. E, salvo como acima dito, todas as disposições aqui contidas, tanto quanto as circumstancias o admittir-m, terão applicação tanto ao capital como ás acções.

Essa conversão não affectará nem prejudicará qualquer preferencia ou outro privilegio especial.

### XXXVII

#### *Secções preferidas e deferidas*

Qualquer capital ordinario poderá ser por meio de resolução especial subdividido em secções preferidas ou deferidas, e quaesquer direitos preferenciaes podem ser annexados á secção preferida sobre a secção deferida.

## AUGMENTO E REDUCÇÃO DE CAPITAL

## XXXVIII

*Poderes para augmentar o capital*

A companhia poderá a todo tempo, em assembléa geral, augmentar o capital pela criação de novas acções da importancia que possa ser julgada conveniente.

## XXXIX

*Condições em que podem ser emittidas novas acções sobre preferencias, etc.*

As novas acções poderão ser emittidas nos termos e condições e com os direitos e privilegios a ellas annexos como a assembléa geral que resolver sobre a sua criação possa determinar, e, si não for dada direcção, como os directores determinarem e em particular, essas acções poderão ser emittidas com um direito preferencial ou qualificado a dividendos e na distribuição do activo da companhia e com um direito especial de votar ou sem direito algum.

## XL

*Poderes para modificar direitos*

Sempre que o capital, em razão da emissão de acções de preferencia ou por outra causa, for dividido em diferentes classes de acções, todo ou quaesquer dos direitos e privilegios ligados a e da classe poderão ser modificados por contracto entre a companhia e qualquer pessoa que pretenda contractar a respeito dessa classe, contanto que esse contracto seja confirmado por uma resolução extraordinaria da companhia a favor da qual votem os possuidores de dous terços em valor nominal das acções da classe.

## XLI

*Quando se deve offerecer aos membros existentes*

A companhia, em assembléa geral, poderá, antes da emissão de quaesquer acções novas, determinar que ellas ou quaesquer dellas sejam offerecidas em primeiro logar aos membros existentes, em proporção á importancia do capital por elles pessuido ou fazer quaesquer outras disposições sobre a emissão e distri-

buição das acções novas ; porém, na falta dessa determinação, ou a tanto quanto ella não se estenda, as novas acções poderão ser negociadas como si formassem parte das acções do capital primitivo.

## XLII

### *Como serão as novas acções igualadas ás acções do capital primitivo*

Salvo disposição contraria pelas condições da emissão ou pelos presentes, todo o capital levantado pela criação de novas acções será considerado parte do capital primitivo e sujeito ás disposições aqui contidas em referencia ao pagamento de chamadas e prestações, transference e transmissão, confisco, hypotheca e cessão e o mais.

## XLIII

### *Reducção de capital*

A companhia poderá a todo tempo, por meio de resolução especial, reduzir o seu capital, pagando ou annullando capital que tenha sido perdido, ou não for representado por activo de valor ou reduzindo as obrigações sobre as acções ou de outra forma que possa parecer conveniente, e o capital poderá ser pago sobre o motivo de que poderá ser de novo realizado ou de outra forma, e a companhia poderá tambem subdividir ou consolidar as suas acções ou qualquer dellas.

## XLIV

### *Subdivisão em acções preferidas e ordinarias*

A resolução especial, pela qual qualquer acção for subdividida, pôde determinar que entre os possuidores das acções resultantes dessa subdivisão, uma dessas acções tenha uma preferencia sobre a outra ou outras e que os lucros applicaveis ao pagamento dos dividendos respectivos sejam de conformidade apropriados.

## XLV

### *Poderes de contrahir emprestimo*

Os directores poderão a todo tempo, á sua vontade, levantar ou tomar a emprestimo quaesquer importancias de dinheiro para os fins da companhia, porém isto de forma que a somma a qualquer tempo devida a respeito dos dinheiros levantados ou tomados a emprestimo não exceda, sem a sancção de uma assembléa

geral, a importancia nominal do capital. Porém, nenhum emprestador ou outra pessoa que negocie com a companhia terá que ver ou informar-se si este limite é observado.

## XLVI

*Condições sob as quaes se poderá tomar a emprestimo dinheiro*

Os directores poderão levantar ou garantir o repagamento desses dinheiros da maneira, nos termos e condições, a todos os respeito, que elles julgarem conveniente e particularmente pela emissão de *debentures* da companhia, onerando todos ou qualquer parte dos bens da companhia (tanto presentes como futuros), incluindo o seu capital não realizado nessa occasião.

## XLVII

*Titulos poderão ser transferiveis livres de quaesquer equidades*

As *debentures*, capital de *debentures* e outros titulos creados pela companhia poderão ser transferiveis livres de quaesquer equidades entre a companhia e a pessoa a quem elles possam ser passados.

## XLVIII

*Termos da emissão*

Quasquer *debentures*, obrigações ou outros titulos poderão ser emittidos com um desconto, premio ou por outra fôrma e com quaesquer privilegios especiaes para o resgate, cessão, sorteios, distribuição de acções, comparecimento e votação em assembléas geraes da companhia, nomeação de directores ou outros quaesquer direitos.

## XLIX

*Escripturação do registro de hypothecas*

Os directores farão escripturar um registro conveniente, de accordo com o art. 43 da lei de companhias de 1862, de todas as hypothecas e onus, especialmente affectando os bens da companhia.

## L

*Hypotheca de capital não realizado*

Si qualquer capital não realizado da companhia estiver incluido ou onerado por qualquer hypotheca ou outra garantia, os dire-

ctores podem por escriptura com o sello autorisar a pessoa, a cujo favor essa hypotheca ou garantia é feita ou outra qualquer pessoa como representante daquella, fazer chamadas dos membros a respeito de-se capital não realizado e essa authorisação pôde ser exequivel condicional ou incondicionalmente e presente ou contingentemente e quer com exclusão dos poderes dos directores ou por outra forma, e as disposições acima contidas sobre chamadas applicar-se-hão, *mutatis mutandis*, a chamadas feitas por essa authorisação que sera transferivel si for expresso assim sel-o.

#### ASSEMBLÉAS GERAES

##### LI

*Quando terá logar a primeira assembléa geral*

A primeira assembléa geral terá logar na época (não sendo mais de quatro mezes depois do registro da companhia) e no logar que os directores possam designar.

##### LII

*Quando terão logar as assembléas geraes subseqüentes*

Se realizarão assembléas geraes no anno de 1892 e em cada anno subseqüente na época e logar que a companhia possa prescrever em assembléa geral e si nenhum outro logar ou época forem prescriptos pelos directores.

##### LIII

*Distincção entre assembléas ordinarias e extraordinarias*

As assembléas geraes acima mencionadas serão denominadas assembléas geraes ordinarias, quaesquer outras assembléas da companhia serão denominadas assembléas geraes extraordinarias.

##### LIV

*Quando deverá ser convocada a assembléa extraordinaria*

Os directores podem, sempre que julgarem conveniente e fal-o-hão a requerimento feito por escripto por membros que possuam conjunctamente um decimo do capital emittido, convocar uma assembléa extraordinaria.

## LV

*Formula de requerimento para assembléa*

O supradito requerimento especificará o fim da assembléa requerida, será assignado pelos membros que o fizerem e será depositado no escriptorio. Póde consistir de diversos documentos da mesma forma, cada um assignado por um ou mais requerentes. A assembléa poderá ser convocada para os fins especificados no requerimento, e si convocada, de outra forma, a não ser pelos directores, para estes fins sómente.

## LVI

*Quando os requerentes podem convocar assembléas*

No caso que os directores dentro em quatorze dias, depois de feito esse deposito, deixem de convocar uma assembléa extraordinaria, deverá realizar-se dentro de vinte e um dias depois desse deposito; os requerentes ou outros quaesquer membros possuindo igual porção de capital, podem por si convocar uma assembléa, a realizar-se dentro de seis semanas depois desse deposito.

## LVII

*Aviso de assembléa*

Dar-se-ha aviso por annuncio ou pelo correio, ou por outra forma, salvo como abaixo disposto, com sete dias de antecedencia, designando o lugar, dia e hora da assembléa, e no caso de assumpto especial, a natureza desse assumpto.

## LVIII

*Sobre omissão de aviso*

A omissão accidental de qualquer aviso a qualquer dos membros não invalidará nenhuma resolução tomada em qualquer dessas assembléas.

## PROCEDIMENTO DAS ASSEMBLÉAS GERAES

## LIX

*Assumpto das assembléas ordinarias*

Os assumptos de uma assembléa ordinaria serão receber e verificar as contas de lucros e perdas, o balanço, os relatorios dos directores e do conselho fiscal, eleger directores e outros funcio-

narios no logar dos que se retirarem por meio de votação, declarar dividendos e tratar de quaesquer outros assumptos que, de accordo com os presentes, devam ser tratados em assemblea ordinaria.

#### *Assumptos especiaes*

Quaesquer outros assumptos tratados em uma assemblea ordinaria e os tratados em uma assemblea extraordinaria serão considerados especiaes.

### LX

#### *Quorum*

Quinze membros pessoalmente presentes formarão um *quorum* para uma assemblea geral.

Em nenhuma assemblea geral se tratará de nenhum assumpto sem que no começo da sessão esteja formado o *quorum*.

### LXI

#### *Presidente da assemblea geral*

O presidente da directoria terá o direito de occupar a cadeira da presidencia em todas as assembleas geraes ou na sua ausencia o presidente delegado pela directoria, e não havendo presidente ou delegado ou si em qualquer assemblea estes não estiverem presentes dentro de quinze minutos, depois da hora marcada para se realizar essa assemblea, os membros presentes escolherão outro director para presidente, e si não houver director presente ou si todos elles recusarem tomar a presidencia, então os membros presentes escolherão um de entre si para presidir.

### LXII

*Quando, não havendo quorum, deve ser dissolvida a assemblea e quando adiada*

Si dentro de meia hora marcada para a reunião não se achar formado *quorum*, a assemblea, sendo convocada á requisição supradita, será dissolvida, porém, em outro qualquer caso ella será adiada para o mesmo dia da proxima semana, mesma hora e logar, e si nessa assemblea adiada não houver *quorum*, os membros presentes formarão *quorum* e poderão tratar dos assumptos para os quaes foi convocada esta assemblea.



## LXIII

*Como se decidirão as questões nas assembleas. Voto de desempate*

Toda questão submettida a uma assemblea será decidida da primeira vez pelo levantamento de mãos e, no caso de uma igualdade de votos, o presidente da assemblea terá direito, tanto na decisão por levantamento de mãos como no escrutinio, a um voto de desempate além dos votos a que elle possa ter direito como membro.

## LXIV

*O que provará a approvação de uma resolução quando não for pedido escrutinio*

Em qualquer assemblea geral, salvo sendo pedido um escrutinio por tres membros pelo menos ou por um ou mais membros possuidores ou representantes por procuração ou com direito de votar, de pelo menos uma decima parte do capital representado na assemblea, uma declaração feita pelo presidente da assemblea de que uma resolução foi ou não approvada por uma maioria particular ou foi prejudicada, e um lançamento a este respeito feito no livro de actas da companhia, serão provas concludentes do facto sem prova do numero ou porção dos votos collidos a favor ou contra essa resolução.

## LXV

*Escrutinio*

Si for pedido um escrutinio como acima dito, elle terá logar da maneira, na data e logar que o presidente da assemblea determinar, e quer logo ou depois de um intervallo ou adeantamento ou outra forma e o resultado do escrutinio será considerado ser a resolução da assemblea em que foi pedido o escrutinio.

## LXVI

*Poderes para adiar assembleas geraes*

O presidente de uma assemblea geral poderá, com o consentimento da assemblea, adiar-a de uma para outra data e logar, porém, em nenhuma assemblea adiada se tratará de outros assumptos que os que ficaram por concluir na assemblea em que teve logar o adiamento.

## LXVII

*Pode-se tratar, em continuação, de assumptos, não obstante o pedido de escrutínio*

O pedido de um escrutínio não impedirá a continuação de uma assembléa para tratar-se de quaesquer assumptos a não ser a questão sobre a qual se pedia o escrutínio.

## LXVIII

*Casos em que deve ter logar o escrutínio na assembléa*

Qualquer escrutínio pedido sobre a eleição de um presidente de uma assembléa ou sobre qualquer questão de adiamento será realizado na assembléa ou seu adiamento.

## VOTAÇÃO DOS MEMBROS

## LXXI

*Votos dos membros a respeito de acções de membros fallecidos ou fallidos, etc.*

Todo membro terá um voto por cada acção que elle possuir. Qualquer pessoa habilitada, segundo a clausula de transmissão, a transferir quaesquer acções, poderá votar em qualquer assembléa geral a respeito della, da mesma maneira que si ella fosse o possuidor registrado dessas acções, contanto que, quarenta e oito horas pelo menos antes da hora marcada para a assembléa em que ella pretende votar, satisfaça os directores do seu direito de transferir essas acções ou salvo si os directores tiverem previamente admittido o seu direito de votar nessa assembléa a respeito della.

## LXX

*Possuidores collectivos*

Quando houver possuidores collectivos registrados de quaesquer acções, qualquor um delles poderá votar em qualquer assembléa, ou pessoalmente ou por procuração a respeito dessas acções, como si elle fosse o unico com direito a ella e si mais de um desses possuidores collectivos estiverem presentes em qualquor assembléa pessoalmente ou por procuração, aquelle de entre elles cujo nome estiver inscripto em primeiro logar no registro relativamente a essas acções, será o unico habilitado a votar a respeito dellas.

Diversos testamenteiros ou representantes de um membro fallecido, em cujo nome estejam inscriptas acções, serão, para os fins desta clausula, considerados possuidores collectivos dessas acções.

## LXXI

*São permitidas as procurações*

Os votos podem ser dados pessoalmente ou por procuração.

O instrumento nomeando procurador será por escripto assignado pelo outorgante ou seu procurador ou, si esse outorgante é uma corporação, deverá trazer o respectivo sello commum.

Nenhuma pessoa que não seja membro da companhia e habilitado a votar poderá ser nomeado procurador.

## LXXII

*As procurações serão depositadas no escriptorio*

O instrumento nomeando procurador e a procuração (si houver) serão depositados no escriptorio registrado da companhia, nunca menos de quarenta e oito horas antes da hora da assembléa na qual a pessoa nomeada propõe votar, porém, nenhum instrumento nomeando procurador será válido depois de passados doze mezes da data da sua outorga e nenhuma procuração que não tenha sido usada na assembléa primitiva poderá ser usada em uma assembléa adiada.

## LXXIII

*Quando é válido um voto por procuração apesar de revogada a autoridade*

O voto dado de accordo com os termos de um instrumento de procuração será válido não obstante o prévio fallecimento do outorgante ou revogação da procuração ou transferencia da acção a cujo respeito foi dado o voto, comtanto que o escriptorio não tenha recebido antes da assembléa comunicação escripta do fallecimento, revogação ou transferencia.

## LXXIV

*Formula da procuração*

Todo instrumento de procuração, quer para uma assembléa especificada ou outra, será, tão approximadamente quanto as

circunstancias o permittirem, da fôrma ou para o fim seguinte:

*The Imperial Insurance Company, limited*

Eu.... de... no condado de... membro da *Imperial Insurance Company, limited*, nomeio.... de... ou na sua falta... ou na falta deste.... de... meu procurador para votar por mim na assembléa geral ordinaria (ou extraordinaria) da companhia, que se deve realizar em... de... e em qualquer adiamento da mesma.

Em testemunho do que assigno aos... de... de...

## LXXV

*Nenhum membro poderá votar, etc., enquanto dever chamadas á companhia*

Nenhum membro poderá se achar presente ou votar em qualquer questão, quer pessoalmente, quer por procuração, ou como procurador de outro membro em qualquer assembléa geral ou em escrutinio, ou ser contado em um *quorum*, enquanto qualquer chamada ou outra importancia for devida e pagavel á companhia a respeito de quaesquer acções desse membro.

## DIRECTORES

## LXXVI

*Numero de directores*

O numero dos directores não será inferior a onze, nem superior a vinte e um, porém quando fallecer um dos directores ou vagar o cargo, de accordo com o art. 82 destes, o numero de directores será de então por deante de vinte.

## LXXVII

*Directores actuaes*

Os directores actuaes são:

1. Sr. Horace Brand Townsend Farquhar.
2. Sr. George Henry Chambers.
3. Sr. Edward Huth.
4. Sr. Percival Bonsaque.
5. Sr. Thomas George Barcelay.
6. Sr. James Brand.
7. O muito honrado Lord Cheylesmore.

8. Sr. Martin Ridley Smith.
9. Sr. Francis Augustus Beran.
10. Sr. Alexander Lawre.
11. Sr. Richard James Ashton.
12. Sr. George Hambury Field.
13. Sr. John Samiders Guliat, M. P.
14. Sr. John Hampton Hale.
15. Sr. James Dalison Alexander.
16. Sr. Charles Townshand Mundock, M. P.
17. Sr. Thomas Holdsworth Newman.
18. Sr. Richard Tivining.
19. Sr. John Sheriff Hill.
20. Sr. Charles Barclay.
21. Sr. Francis Frederick Lidderdale.

## LXXVIII

*Poderes aos directores para nomearem mais directores*

Os directores terão poderes para a qualquer tempo preencherem qualquer vaga casual entre si.

## LXXIX

*Qualificação dos directores*

A qualificação do director será a posse de acções ou capital da companhia do valor nominal de mil libras.

## LXXX

*Remuneração dos directores*

Os directores serão pagos dos fundos da companhia por meio de remuneração dos seus serviços, na somma annual que for igual a 500 libras para o presidente, 400 para o presidente-delegado e 300 para cada um dos outros directores de então, e mais as sommas que forem determinadas pela companhia em assembléa geral e essa remuneração será dividida entre elles nas proporções e da maneira que os directores possam determinar, e na falta 500 libras para o presidente, 400 para o presidente-delegado e igualmente a respeito dos outros directores.

## LXXXI

*Os directores podem funcconar não obstante vaga*

Os directores que continuarem podem funcconar não obstante se dê qualquer vaga entre si.

## LXXXII

*Quando é considerado vago o cargo de director*

Vagará o cargo de director :

1.º Si acceitar ou occupar qualquer outro cargo na companhia, excepto o de director-gerente ;

2.º Si fallir ou suspender pagamento ou computar-se com os seus credores ;

3.º Si for julgado idiota ou se tornar de espirito insano ;

4.º Si deixar de possuir a precisa somma de acções ou capital para qualificarem-no para o cargo ou não adquiril-as dentro de um mez depois da eleição ou nomeação ;

5.º Si ausentar-se das assembleas da directoria durante um periodo de seis mezes do calendario, sem licença especial de ausencia dos directores ;

6.º Si por aviso escripto á companhia elle resignar o seu cargo ;

7.º Si vier a ser governador, governador-delegado, director, representante, fiscal, gerente ou outro qualquer cargo de qualquer outra companhia, que não seja companhia de seguro maritimo que segure contra perda ou damno por fogo.

## LXXXIII

*Os directores podem celebrar contractos com a companhia*

Nenhum director ou pretendente a director perderá a sua qualificação para o seu cargo por contractar com a companhia como vendedor, comprador ou de outra forma, nem será annullado qualquer contracto ou ajuste celebrado pela companhia em que qualquer director esteja por qualquer forma interessado, nem nenhum director que assim contractar ou for interessado será obrigado a prestar contas á companhia de qualquer lucro realzado por esse contracto ou ajuste, pela razão de occupar esse director o cargo ou das relações de confiança por elle estabelecidas, deve, porém, declarar a natureza do seu interesse na reunião dos directores em que o contracto ou ajuste é determinado si então exista o seu interesse ou em qualquer outro caso na primeira reunião da directoria depois de obtido o seu interesse. Ficando, porém, entendido que nenhum director votará a respeito de qualquer contracto ou ajuste em que elle estiver interessado como acima fica dito, e si votar, o seu voto não será contado.

## RETIRADA DOS DIRECTORES

## LXXXIV

*Retirada de outros directores*

Na assembléa geral ordinaria, que será realizada no anno de 1892 e na assembléa geral ordinaria em cada anno seguinte, os cinco directores que occuparem por mais tempo o cargo retirar-se-hão delle.

## LXXXV

*Directores reelegiveis*

Um director que se retira, si conservar a sua qualificação, será elegivel em reeleição.

## LXXXVI

*O director que se retira se conservará temporariamente no cargo*

Um director que se retira se conservará no cargo até á dissolução ou adiamento da assembléa em que é eleito o seu successor.

## LXXXVII

*Conta do tempo no cargo*

A duração do tempo em que um director occupou o seu cargo será contada da sua ultima nomeação ou eleição em que elle previamente deixou o cargo, e para os fins deste artigo os directores nomeados no art. 7º destes serão considerados terem sido nomeados na ordem em que os seus nomes se acham naquelle artigo.

## LXXXVIII

*As questões sobre retirada serão decididas pelos directores*

Si se suscitar qualquer duvida ou questão sobre a ordem de retirada de qualquer director que possa ter occupado o cargo por igual tempo ou sobre quaesquer outros assumptos que affectem a retirada de directores, essa duvida ou questão será resolvida pelos directores e essa resolução será em todo caso obrigatoria e concludente para todos os intentos e fins.

## LXXXIX

*As assembleias preencherão as vagas*

A companhia em assembleia geral em que se retirarem quaesquer directores, como prescreve o art. 84 destes, preencherá os cargos vagos, elegendo numero igual de pessoas para directores e, sujeita ao art. 76 destes, poderá preencher quaesquer outras vagas.

## XC

*Os directores que se retiram se conservarão no cargo até à nomeação dos seus successores*

Si em qualquer assembleia geral em que deveria ter logar uma eleição de directores, os logares dos directores que se retiram não forem preenchidos, estes ou aquelles que não tiverem os seus logares preenchidos, si o quizerem continuarão no cargo até à assembleia ordinaria do anno proximo e assim de anno para anno até que os seus logares sejam preenchidos, salvo si for resolvido nessa assembleia diminuir-se o numero de directores.

## XCI

*Poderes da assembleia geral para augmentar ou reduzir o numero de directores*

A companhia em assembleia geral poderá a todo tempo por meio de resolução extraordinaria augmentar ou diminuir o numero de directores e poderá alterara sua qualificação, bem como determinar em que vez de retirada esse numero augmentado ou diminuido se deve retirar do cargo.

## XCH

*Poderes para demittir director por meio de resolução extraordinaria*

A companhia pôde, por uma resolução extraordinaria, demittir qualquer director antes de expirado o tempo de seu cargo e nomear outra pessoa qualificada em seu logar.

A pessoa então nomeada occupará o cargo sómente durante o tempo em que o director em cujo logar ella é nomeada o teria occupado si não tivesse sido demittido.



## XCII

*Quando o candidato ao logar de director deve dar aviso*

Ninguém, a não ser um director que se retira, será, salvo sendo recomendado pelos directores, elegivel para o cargo de director em qualquer assembléa geral sem que por si ou por qualquer outro membro que pretenda propôl-o tenha quatorze dias pelo menos antes da assembléa deixado, no escriptorio da companhia, um aviso por escripto por elle assignado communicando a sua candidatura ao cargo ou a intenção desse membro de propol-o.

## DIRECTORES GERENTES

## XCIV

*Poderes para nomear director gerente*

Os directores poderão a todo tempo nomear um ou mais dentre si para director-gerente ou directores-gerentes da companhia, quer por um prazo fixo ou sem limite de prazo em que elle ou elles deverão occupar o cargo e nomear outros em seus logares, porém estes poderes não serão exercidos quando e por tanto tempo em que um gerente geral tenha sido official-chefe executivo da companhia.

## XCV

*A que disposições fica sujeito um director-gerente*

Um director-gerente emquanto continuar no exercicio do seu cargo não estará sujeito á retirada por meio de votação e não será comprehendido na resolução da retirada dos directores, porém, sujeito ás disposições de qualquer contracto entre elle e a companhia, ficará sujeito ás mesmas disposições quanto á resignação e demissão que as dos outros directores da companhia, e si deixar o cargo de director por qualquer causa, cessará *ipso facto* e immediatamente de ser director-gerente.

## XCVI

*Remuneração do director-gerente*

A remuneração de um director-gerente será a qualquer tempo marcada pelos directores ou pela companhia em assembléa geral e pôde por meio de salario, commissão ou participação em lucros ou por todos ou quaesquer destes modos.

## XCVII

*Poderes e deveres do director-gerente*

Os directores poderão a qualquer tempo confiar e conferir a um director-gerente de então os poderes que pelos presentes teem de ser exercidos pelos directores, como julgarem conveniente, e conferir esses poderes pelo tempo, para os fins, nos termos e condições, e com as restricções que elles julgarem opportunas, e poderão conferir-os collateralmente com os dos directores a este respeito ou com exclusão ou em substituição de todos ou quaesquer dos mesmos poderes, e poderão a todo tempo revogar, retirar, alterar ou variar todos ou quaesquer desses poderes.

## PROCEDIMENTO DOS DIRECTORES

## XCVIII

*Reuniões de directores, quorum, etc.*

Os directores podem-se reunir para o despacho dos negocios, adiar e de outra fôrma regular as suas reuniões e procedimentos, como julgarem conveniente, e poderão determinar o *quorum* necessario para tratar dos negocios, porém, até que seja de outra fôrma resolvido, cinco directores formarão um *quorum*.

Um director poderá a qualquer tempo e o secretario, a pedido de um director, convocar uma reunião dos directores. As questões que se suscitarem em qualquer assembléa serão decididas por uma maioria de votos; no caso de um empate de votos, o presidente terá um segundo voto ou voto de desempate. Um director que não se achar no Reino Unido não terá direito a receber aviso de reunião da directoria.

## XCIX

*Presidente e vice-presidente*

Os directores poderão eleger um presidente e vice-presidente das suas reuniões e determinar o prazo que elles devem respectivamente occupar o cargo, e, si não forem nomeados esses funcionarios ou si em qualquer reunião nenhum estiver presente na hora marcada para ser ella realzada, os directores presentes escolherão um de entre si para presidir a reunião.

## C

*Poderes da reunião*

Uma reunião da directoria de então em que houver *quorum* será competente para exercer todos ou quaesquer dos poderes,

autorisações e discreções de accordo com os regulamentos da companhia então em vigor conferidos aos directores em geral ou por elles exerciveis.

## CI

*Poderes de nomear commissões e delegar*

1.º Os directores poderão delegar qualquer dos seus poderes a commissões consistindo de um ou mais membros dentre si. Qualquer commissão assim formada conformar-se-ha, no exercicio dos poderes assim delegados, a quaesquer regulamentos que a todo tempo possam ser impostos a ella pelos directores.

2.º As reuniões e procedimentos de qualquer dessas commissões consistindo de dous ou mais membros serão governados pelas disposições aqui contidas para regularem as assembleas e procedimentos dos directores tanto quanto possam ser-lhes applicaveis e não serão substituidos por nenhum regulamento feito pelos directores de accordo com a ultima clausula precedente.

Os directores poderão fixar o *quorum* de qualquer commissão que consista de dous ou mais membros, e, si o *quorum* não estiver fixado, a commissão pôde fixal-o de outra maneira; uma maioria dos membros de uma commissão de mais de tres, formará *quorum*.

## CII

*Quando serão válidos os actos dos directores ou commissão, não obstante nomeação defeituosa*

Quaesquer actos praticados por qualquer reunião dos directores ou de uma commissão de directores ou por qualquer pessoa funcionando como director, serão, não obstante mais tarde se descubra que houve defeito na nomeação desses directores ou pessoa funcionando como dito acima, ou que elles ou qualquer um delles estavam desqualificados, serão tão válidos como si cada uma dessas pessoas tivesse sido devidamente nomeada e estivesse qualificada para ser director.

## CIII

*Remuneração de serviços extraordinarios*

Si qualquer director que o queira for convidado para praticar serviço extra ou quaesquer disposições especiaes, partindo ou residindo fóra ou de outra fôrma, para quaesquer dos fins da companhia, esta remunerará o director que assim o praticar, quer por uma somma fixa, quer por uma porcentagem de lucros ou de outra fôrma que possa ser determinada pelos directores, e essa remuneração poderá ser, ou em acrescimo ou em substituição de sua parte na remuneração aqui acima disposta.

## ACTAS

## CIV

*Lançamento de actas*

Os directores farão devidamente lançar as actas em livros apropriados para este fim :

- A) De todas as nomeações de funcionarios superiores ;
- B) Dos nomes dos directores presentes em cada reunião dos directores e de qualquer commissão de directores ;
- C) De quaesquer ordens dadas pelos directores e commissão de directores ;
- D) De todas as resoluções e procelimentos de assembléas geraes e de reuniões de directores e commissões ; e essas actas de qualquer reunião dos directores ou de qualquer commissão ou da companhia, si assignadas pelo presidente dessa reunião ou pelo da proxima seguinte, poderão ser recebidas como prova *prima facie* dos factos contidos nellas.

## PODERES DOS DIRECTORES

## CV

*Poderes geraes da companhia conferidos aos directores*

A direcção dos negocios da companhia ficará a cargo dos directores que, além dos poderes e autorisações que pelos presentes lhes são expressamente conferidos, poderão exercer aquelles e praticar os actos e cousas que possam ser exercidos pela companhia, e que não se acham por este ou por lei determinados e exigidos serem exercidos ou feitos pela companhia em assembléa geral, porém sujeitos, todavia, ás disposições das leis de companhias, de 1862 a 1890, e dos presentes e a quaesquer regulamentos a todo tempo estabelecidos pela companhia em assembléa geral, comtanto que nenhum desses regulamentos annulle acto algum anterior dos directores, que seriam válidos si elle não fosse estabelecido.

## CVI

*Poderes especificados dados aos directores*

Sem prejuizo dos poderes geraes conferidos pelo ultimo artigo precedente e de forma que, de maneira alguma, limite ou restrinja esses poderes e sem prejuizo dos outros poderes pelos

presentes conferidos, fica expressamente declarado que os directores terão os seguintes poderes, a saber :

*Adquirir bens*

1) Comprar, ou de outra fôrma adquirir, para a companhia quaesquer bens, direitos ou privilegios que a companhia esteja autorisada a adquirir, pelo preço, e em geral nos termos e condições que elles julgarem conveniente.

*Garantir contractos por hypotheca*

2) Garantir o cumprimento de quaesquer contractos ou ajustes celebrados pela companhia, por hypotheca ou onus de todos ou quaesquer dos bens da companhia e de seu capital não realizado então ou de qualquer outra maneira que elles possam julgar conveniente.

*Nomear funcionarios, etc.*

3) Nomear ou à sua vontade demittir ou suspender os gerentes, secretarios, empregados, caixeiros, agentes e criados de serviços permanentes, provisorios ou especiaes, como elles possam a todo tempo julgar conveniente, e determinar os seus deveres e poderes e fixar-lhes os salarios ou emolumentos, e exigir garantia nas occasiões e da importancia que elles julgarem conveniente.

*Intentar e defender acções*

4) Intentar, dirigir, defender, compôr ou abandonar quaesquer processos legaes pela ou contra a companhia ou seus empregados, ou de qualquer fôrma concernentes aos negocios da companhia e tambem concordar e conceder tempo para pagamento ou satisfação de quaesquer dividas ou de quaesquer reclamações ou exigencias pela ou contra a companhia.

*Passar recibos*

5) Passar e assignar recibos, quitações e outras desonerações de dinhelro que for pago á companhia, e de suas reclamações e exigencias.

*Providenciar sobre a guarda do sello*

6) Providenciar sobre a salva-guarda do sello commum da companhia e formular os regulamentos que julgarem conveniente sobre a sua applicação em quaesquer documentos, porém de maneira que (excepto quanto a apolices e certificados de titulos

e acções) cada instrumento, em que for opposto o sello, será rubricado por tres directores pelo menos, um dos quaes deve ser o presidente ou o vice-presidente.

*Acceitar ou rejeitar propostas, etc.*

7) Acceitar ou rejeitar propostas para seguro e outros contractos como e quando julgar conveniente.

*Passar apolices*

8) Passar apolices nos casos, sob as considerações e em geral nos termos e sujeito ás condições que elles julgarem conveniente.

*Fixar taxas de premios*

9) Fixar taxas geraes de premios de seguro e a todo tempo variar e fixar outras especiaes quando julgarem conveniente assim fizerem-no.

*Variar seguros e outros contractos*

10) Variar a todo tempo, com o consentimento das pessoas que tiverem direito ao respectivo beneficio, qualquer contracto de seguro ou outro contracto de qualquer maneira, porém de fôrma que essa variação seja provada por um *memorandum* ou endossada na apolice, salvo sendo uma nova apolice emittida e assignada pelas pessoas que possam ser autorisadas a isso fazer pelos directores.

*Reformar ou passar novas apolices*

11) Reformar qualquer apolice que possa ter-se tornado nulla ou decahida, nos termos e condições e nos casos que possam ser considerados opportunos, ou, em logar de reformar essa apolice, passar uma nova ou fazer qualquer outra concessão em favor das pessoas ou de qualquer das pessoas que tenham direito á apolice decahida ou nulla.

*Acceitar cessões de apolices*

12) Acceitar cessão de qualquer apolice ou de parte della nos termos ou condições que possam parecer convenientes e particularmente mediante um pagamento em dinheiro ou a emissão de uma nova apolice ou de algum outro contracto, privilegio ou beneficio.

*Emprestar sobre apolices*

13) Empréstar ou adeantar qualquer dinheiro sobre qualquer apolice que convier sem mais garantia até ao ponto, nos termos e para os fins que possam julgar conveniente.

*Effectuar re-seguros, etc.*

14) Effectuar contra-seguros ou re-seguros com qualquer outro escriptorio ou companhia ou pessoas com o fim de diminuir o risco ou compromisso da companhia sobre quaesquer contractos feitos por parte della a respeito dos quaes ella for responsavel.

*Fazer concessões especiaes*

15) Fazer a todo tempo quaesquer concessões especiaes aos, a favor ou em beneficio dos possuidores de apolices da companhia ou qualquer classe dellas, e gratuitamente ou por outra fórma, como possa parecer conveniente.

*Adquirir negocios de outras companhias*

16) Adquirir e tomar a si, nos termos e considerações que possam ser ajustados, todos ou qualquer parte dos negocios, activo, emprehendimentos e compromissos de qualquer outra companhia que realize operações que esta companhia está autorizada a realizar e os termos e condições supraditos podem incluir disposição de pagamento por esta companhia das despesas de e incidentes à liquidação e dissolução da companhia vendedora e disposição para satisfação de qualquer parte do preço ou importancia para a venda em acções no capital desta companhia creditadas como integralizadas ou em parte integralizadas e podem providenciar sobre as concessões aos possuidores de apolices, si quaesquer credores, directores, empregados e membros da companhia vendedora de quaesquer direitos especiaes, privilegios e vantagens e podem incluir quaesquer outras disposições que os directores possam julgar conveniente.

*Si quizerem, organizar contas distinctas e negociar com os lucros*

17) A todo tempo, com o consentimento de uma assembléa geral extrordinaria, determinar qual a parte, caso haja, dos lucros da companhia a respeito de cada um ou de qualquer dos diversos fundos, caso haja, que tiverem sido ou possam ser estabelecidos e conservados distinctos, que deverá ser dividida entre os possuidores das apolices garantidas por esses fundos respectivamente e determinar de que maneira esses lucros serão distribuidos e si qualquer augmento das sommas garantidas pela apolice ou qualquer redução do premio futuro pagavel a respeito dellas ou de uma somma, será paga em dinheiro ou no todo ou

qualquer desses modos ou outro modo qualquer e quer dando ou não uma opção ao possuidores dessas apolices para escolher a maneira particular pela qual elles receberão esses lucros.

*Dar garantia por meio de indemnização*

18) Fazer no nome e por parte da companhia em favor de qualquer director ou outra pessoa que possa incorrer ou esteja por incorrer em qualquer responsabilidade pessoal a beneficio da companhia, as hypothecas dos bens desta (presentes e futuros) que elles julgarem convenientes e qualquer dessas hypothecas poderá conter um poder de venda e outros poderes, convenções e disposições que forem convencionadas.

*Das percentagens*

19) Dar a qualquer funcionario, ou outra pessoa empregada pela companhia, uma commissão sobre os lucros de qualquer negocio particular, transacção ou parte nos lucros geraes da companhia e essa commissão ou parte de lucros será considerada como parte das despesas de custeio da companhia.

*Formar, etc., regulamentos*

20) A todo tempo formar, variar e revogar regulamentos para regularisar os negocios da companhia ou qualquer secção delles e dos seus funcionarios e criados ou dos membros da companhia ou qualquer secção delles ou de qualquer directoria local ou commissão.

*Celebrar contractos, negociações, etc., passar e lavrar instrumentos, etc.*

21) Fazer as negociações e contractos, rescindir e variar esses contractos e passar os instrumentos, escripturas e cousas no nome e da parte da companhia, como elles possam julgar conveniente ou em relação a qualquer dos assumptos supraditos ou de outra fôrma para os fins da companhia.

CVII

*Reserva—Fundo de reserva*

Os directores, antes de recommendarem qualquer dividendo, poderão apartar dos lucros da companhia as sommas que elles julgarem convenientes, como um fundo de reserva para fazer face a contingencia ou compromisso providente para igualar dividendo ou pagar *bonus* ou para concertar, melhorar e conservar quaesquer dos bens da companhia, para a protecção



dos credores da companhia e para outros fins que os directores, em sua absoluta discreção, julgarem conducentes aos interesses da companhia ; e sujeitos à clausula 3ª destes, podem empregar as diversas quantias assim postas de parte como julgarem conveniente e a todo tempo negociar e variar esses empregos e dispor de todos ou de qualquer parte delles em beneficio da companhia e dividir o fundo de reserva em fundos especiaes, que elles julgarem conveniente, com amplos poderes para empregar o activo que constitue ou representa o fundo de reserva ou qualquer parte delle nos negocios da companhia, ou por outra fôrma utilisal-os como possa parecer conveniente e isto sem ser obrigados a terem-no separado do outro activo.

O fundo de reserva, que for estabelecido de accordo com esta clausula, deverá ser em additamento ao fundo de reserva especial referido no art. 8º da lei de 1891.

### CVIII

#### *Depositarios*

1) Os directores poderão, si o julgarem conveniente, a todo e qualquer tempo nomear qualquer pessoa que acceite e guarde em deposito para a companhia quaesquer bens que a ella pertençam ou nos quaes ella seja interessada, ou para quaesquer outros fins, e poderão passar as escripturas e cousas que possam ser exigidas em relação a esses depositos.

Qualquer director pôde funcionar como depositario.

2) Quando os directores julgarem conveniente, qualquer estrangeiro ou outra pessoa fôra da jurisdicção poderá ser nomeado depositario para qualquer desses fins.

3) Quando os directores julgarem conveniente, qualquer depositario da companhia, poderá ser autorizado a delegar quaesquer dos poderes ou discreções de depositario delles investido.

4) As diversas pessoas que então tiverem em deposito bens da companhia (incluindo aquellas que funcionarem sob a lei de 1889, quando estes regulamentos começarem a vigorar) procederão a todos os respeitos sob as determinações da companhia.

### GERENCIA LOCAL

### CIX

#### *Gerencia local*

Os directores poderão a todo tempo providenciar sobre a gerencia e transacção dos negocios da companhia no estrangeiro, ou em qualquer localidade especificada no Reino Unido, da maneira que elles julgarem conveniente, e as disposições contidas nos tres proximos seguintes artigos serão, sem prejuizo dos poderes geraes, conferidas por este artigo.

## CX

*Juntas locais*

Os directores poderão a todo e qualquer tempo estabelecer qualquer junta local ou agencia para dirigir quaesquer dos negocios da companhia no estrangeiro e nomear quaesquer pessoas como membros dessa junta local, ou gerentes ou agentes, e fixar-lhes as remunerações.

Poderão a todo e qualquer tempo delegar a qualquer pessoa, assim nomeada, quaesquer dos poderes, autorisações e discreções então nelles investidas, excepto os poderes de fazer chamadas, e poderão autorisar os membros dessa junta local, ou qualquer delles, a preencher quaesquer vagas que nella se deem e funcionar, não obstante essas vagas, e essa nomeação ou delegação poderá ser feita nos termos e sujeita ás condições que os directores possam julgar conveniente, e poderão a qualquer tempo demittir quaesquer dessas pessoas nomeadas e annullar ou variar qualquer delegação.

## CXI

*Procurações*

Os directores poderão a qualquer tempo, por meio de procuração contendo o sello, nomear qualquer pessoa ou pessoas procuradores da companhia, para os fins e com os poderes, autorisações e discreções (não excedendo as que, a elles directores, são conferidas pelos presentes) e pelo prazo e sujeitas ás condições que os directores possam a todo tempo julgar conveniente e qualquer dessas nomeações poderá (si os directores julgarem conveniente) ser feita em favor dos membros ou de qualquer um delles de qualquer directoria local estabelecida como acima dito ou em favor de qualquer companhia ou dos membros, directores, representantes ou gerentes de qualquer companhia ou firma, ou de outra fórma em favor de qualquer corporação de pessoas quer nomeadas directa, quer indirectamente pelos directores, e essa procuração poderá conter os poderes para protecção ou conveniencia de pessoas que negociem com esses procuradores como os directores julgarem conveniente.

## CXII

*Subdelegação e lei de sellos, de 1861*

Qualquer desses delegados ou procuradores, como acima dito, poderá ser autorisado pelos directores ou subdelegar todos ou quaesquer dos poderes, autorisações e discreções de que estiverem investidos.

A companhia poderá exercer os poderes conferidos pela lei de sellos de companhias, de 1864, e esses poderes serão de conformidade investidos nos directores.

#### DIVIDENDOS

#### CXIII

##### *Declaração de dividendos*

A companhia poderá em assembléa geral declarar um dividendo para ser pago aos membros na proporção do capital realzado pelas acções por elles possuidas, porém de fôrma que quando o capital for pago em adeantamento de chamadas sob o motivo de que é para vencer juro, esse capital, emquanto vencer juros, não dará direito ao dividendo de que trata esse artigo.

#### CXIV

##### *Restricção da importancia do dividendo*

Não será declarado dividendo maior do que o recommendado pelos directores, porém a companhia pôde declarar em assembléa geral um dividendo menor.

#### CXV

##### *Os dividendos só podem ser pagos dos lucros*

Não se pagará dividendos sinão tirados dos lucros da companhia.

#### CXVI

##### *O que deve ser considerado producto liquido*

A declaração dos directores da importancia do producto liquido será concludente.

#### CXVII

##### *Dividendos interinos*

Os directores poderão a todo tempo pagar aos membros, por conta do proximo futuro dividendo, os dividendos interinos que, em sua opinião, a posição da companhia justificar.

## CXVIII

*As dividas deverão ser deduzidas*

Os directores poderão reter quaesquer dividendos sobre os quaes a companhia tenha direito de hypotheca e applical-os na satisfação das dividas, compromissos ou responsabilidades a cujo respeito existe direito.

## CXIX

*Poderes de reter dividendos ou acções de menor, lunatico, etc.*

Os directores poderão reter os dividendos a pagar sobre as acções ou capital, a cujo respeito se ache qualquer pessoa, em virtude da clausula de transmissão, habilitada a vir a ser membro ou que qualquer pessoa é habilitada, em virtude daquella clausula, a transferir até que essa pessoa venha a tornar-se membro a respeito dessas acções ou capital ou devidamente as transfira.

## CXX

*Os dividendos não vencerão juros*

Nenhum dividendo vencerá juros contra a companhia.

## CXXI

*Pagamento por meio de cheque*

Qualquer dividendo poderá ser pago por meio de cheque remettido pelo Correio ao endereço registrado da pessoa habilitada, ou, no caso de possuidores collectivos, ao endereço registrado daquelle cujo nome estiver em primeiro logar inscripto no registro, relativamente à posse colectiva, e todo cheque assim remettido deverá ser pago á ordem da pessoa á qual elle é remettido.

## CONTABILIDADE

## CXXII

*Escripturação da contabilidade*

Os directores farão escripturar a contabilidade exacta das importancias recebidas e despendidas pela companhia e das causas que derem logar a esses recebimentos e despezas e do activo, creditos e compromissos da companhia. Os livros da contabili-

dade serão escripturados no escriptorio registrado da companhia, ou em outro ou outros quaesquer logares que os directores julgarem conveniente.

### CXXIII

#### *Exames pelos membros*

Os directores poderão a todo tempo, como, a que ponto, em que data e logares e sob que condições ou regras, as contas e livros da companhia serão expostos ao exame dos membros, e nenhum membro terá direito algum de examinar qualquer conta, livro ou documento da companhia, excepto como conferido por lei ou autorizado pelos directores ou por uma resolução da companhia em assembléa geral.

### CXXIV

#### *Conta e balanço annuaes*

Em cada assembléa ordinaria os directores apresentarão á companhia uma conta de lucros e perdas e um balanço contendo um resumo dos bens e compromissos da companhia, extrahidos até uma data nunca excedendo de oito mezes antes da assembléa, do tempo em que foram feitos a ultima conta e balanço precedente.

### CXXV

#### *Relatorio annual dos directores*

Essa conta e esse balanço serão acompanhados de um relatorio dos directores sobre o estado e condições da companhia e sobre a somma que elles recommendarem que seja paga dos lucros, por meio de dividendos aos membros; a importancia (si houver) que elles propoem seja levada ao fundo de reserva, conforme as disposições a este respeito acima contidas, e a conta, o relatorio e o balanço serão assignados por dous directores e rubricados pelo secretario.

### CXXVI

#### *Mandar-se-hão cópias aos membros*

Sete dias antes da assembléa mandar-se-ha uma cópia impressa dessa conta, balanço e relatorio aos accionistas registrados, da maneira por que se determina aqui abaixo a remessa de avisos; porém, o membro que não tiver endereço registrado, não terá direito a remessa da cópia.

## CONSELHO FISCAL

## CXXVII

As contas da companhia serão a todo tempo examinadas e a exactidão da conta de lucros e perdas e o balanço annuaes verificados por um ou mais fiscaes.

## CXXVIII

*Fiscaes*

O numero de fiscaes será de quatro: Charles Rugge Price, Henry Warnea Prescoff e Robert Lydston Newman serão os tres primeiros fiscaes e, pela companhia na assembléa ordinaria annual, serão nomeados fiscaes subseqentes. A remuneração dos fiscaes será fixada pela companhia em assembléa geral. O fiscal que deixar o cargo poderá ser reeleito. Si só for nomeado um fiscal, todas as disposições aqui contidas relativas a fiscaes ser-lhes-hão applicaveis. Os fiscaes podem ser membros da companhia, porém, pessoa nenhuma poderá ser eleita fiscal quando tiver outro interesse que não o de membro da companhia em qualquer transacção della, a não ser como possuidor de apolice, e nenhum director ou outro funcionario será eleito emquanto continuar no seu cargo.

## CXXIX

*Vaga casual*

Sobrevindo qualquer vaga casual no cargo de fiscal os directores preencher-a-hão immediatamente.

## CXXX

*Os fiscaes apresentarão conta e balanço annuaes*

Os fiscaes serão providos de cópias da conta de lucros e perdas e do balanço que tiverem de apresentar á companhia em assembléa geral, 14 dias pelo menos antes da assembléa á qual ellas devem ser submettidas, e será do seu dever conferil-as com as contas e notas que lhes forem relativas e relatar á companhia em assembléa geral a esse respeito.

## CXXXI

*Exame dos livros pelos fiscaes*

Os fiscaes terão, em occasiões razoaveis, direito de ver os livros e contas da companhia e podem, em relação a ellos, informar-se dos directores ou outros funcionarios da companhia.

## CXXXII

*Quando as contas serão consideradas finalmente exactas*

Todas as contas dos directores, quando examinadas e approvadas por uma assembléa geral, serão concludentes, excepto si for descoberto erro dentro de tres mezes proximos depois da sua approvação.

Quando esse erro for descoberto dentro desse periodo, a conta será immediatamente corrigida e então será concludente.

## AVISOS

## CXXXIII

*Como devem ser remettidos os avisos a membros*

Um aviso pôde ser entregue pela companhia a qualquer membro pessoalmente ou mandando-o pelo Correio em envelope ou envoltorio dirigido a esse membro em sua residencia registrada, com o porte já pago.

## CXXXIV

*Membros residentes no estrangeiro*

Cada possuidor de acções registradas, cuja residencia registrada não for no Reino Unido, poderá a todo tempo avisar por escripto á companhia de uma residencia no Reino Unido que será considerada sua residencia registrada, na intelligencia do ultimo precedente artigo.

## CXXXV

*Avisos para onde não houver endereço registrado*

Quanto aos membros que não tiverem residencia registrada no Reino Unido, um aviso com sello do Correio no escriptorio será considerado ter sido bem entregue a elles á expiração de 24 horas depois de sellado.

## CXXXVI

*Quando o aviso pôde ser dado por annuncio*

Qualquer aviso que a companhia precise dar aos membros e que não se ache aqui disposto expressamente pelos presentes, será sufficientemente dado por annuncio.

Qualquer aviso que seja preciso ser dado por annuncio será annunciado uma vez em dous jornaes diarios de Londres.

## CXXXVII

*Avisos a possuidores collectivos*

Quaesquer avisos relativos a acções registradas de possuidores collectivos serão dados á pessoa que em primeiro logar estiver inscripta no registro, e o aviso assim dado será sufficiente para todos os possuidores dessas acções.

## CXXXVIII

*Quando o aviso pelo Correio é considerado ter sido entregue*

Todo aviso remettido pelo Correio será considerado ter sido entregue no dia seguinte áquelle em que o envelope ou envoltorio contendo o nome é posto no Correio, e provando-se essa entrega será sufficiente provar que o envelope ou envoltorio contendo o aviso, foi convenientemente dirigido e posto no Correio.

## CXXXIX

*Transferidos, etc. obrigados por avisos prévios*

Toda pessoa que por operação da lei de transferencia ou outro meio qualquer vier a adquirir direito a qualquer acção ou capital, será responsavel por todo aviso relativo a essa acção ou capital que, antes de ser o seu nome e residencia lançados no registro, for devidamente dado á pessoa de quem provém o seu titulo a essa acção ou capital.

## CXL

*Validade do aviso apesar de ser o membro fallecido*

Qualquer aviso ou documento entregue ou enviado pelo Correio ou deixado na residencia registrada de qualquer membro, de conformidade com os presentes será, não obstante ter esse membro fallecido e quer ou não a companhia tenha aviso do seu fallecimento, considerado ter sido devidamente entregue a respeito de quaesquer acções registradas possuidas só ou conjunctamente com outras pessoas pelo membro até que alguma outra pessoa seja registrada em seu logar como o possuidor ou possuidor colectivo dellas, e essa entrega será, para todos os fins dos presentes, considerada uma entrega sufficiente desse aviso ou documento a seu ou seus herdeiros, testamentarios ou representantes e quaesquer pessoas si estiverem conjunctamente interessadas com ella nessas acções.



## CXLI

*Qual o tempo que se deve contar*

Quando for preciso dar-se aviso com um numero dado de dias ou aviso estendendo-se por qualquer outro periodo, o dia da entrega será contado nesse numero de dias ou outro periodo.

## INDEMNIZAÇÃO

## CXLII

*Indemnização*

Todo director, gerente, secretario e outro funcionario ou criado da companhia, serão indemnizados pela companhia e será dever dos directores pagar dos fundos da companhia todas as custas, perdas e despesas em que esse funcionario ou criado possa incorrer ou aviar a seu responsavel, por qualquer contracto celebrado ou instrumento ou escriptura feita por elle como funcionario ou criado, ou de qualquer forma no desempenho de seus deveres.

## CXLIII

*Responsabilidade individual dos directores*

Nenhum director ou outro funcionario da companhia responderá pelos actos, recebimentos, negligencia ou faltas de outro qualquer director ou funcionario, ou por juntar-se em qualquer recibo ou outro acto de conformidade ou por quaesquer prejuizos ou despesas que sobrevenham à companhia pela insufficiencia ou deficiencia de titulo a quaesquer bens adquiridos por ordem dos directores para a companhia, ou pela insufficiencia ou deficiencia de qualquer garantia sobre a qual qualquer dos dinheiros da companhia esteja empregado ou por qualquer prejuizo ou damno proveniente da fallencia, insolvencia ou acto prejudicial de qualquer pessoa com a qual quaesquer dinheiros, garantias ou effeitos estiverem depositados ou por outro qualquer prejuizo, damno ou infortunio que sobrevenha no desempenho das obrigações do seu respectivo cargo ou em relação a elles, salvo sendo elles succedidos por sua vontade, acto ou falta voluntaria.

B) Em uma assembléa geral especial dos accionistas da *The Imperial Fire Insurance Company*, realizada no escriptorio da companhia, n. 1 Old Brood Street, cidade de Londres, quarta-feira, 15 de janeiro de 1891, á 1 hora e 45 minutos da tarde precisamente;

*Presentes*

Os Srs. Martin Redley Smith, presidente; John Hampton Hale, vice-presidente; mais 16 directores e 44 accionistas;

Foi lido o annuncio da *London Gazette* de sexta-feira, 2 de janeiro de 1891, pelo qual foi convocada esta assembléa especial.

O presidente expoz que, em cumprimento dos desejos dos accionistas, como se acham expressos em precedentes assembléas de proprietarios, os directores, como já annuciado, resolveram registrar a companhia com responsabilidade limitada e subdividir as acções para cujos fins de requerer á proxima sessão do Parlamento um *bill* conferindo (*inter alia*) poderes para cancelar a escriptura de organização da companhia e actos existentes, manter o fundo de reserva especial de £ 400.000 e registrar, de accordo com as leis de 1862 a 1890, com responsabilidade limitada e estatutos de um character moderno e pratico.

O solicitador, Sr. John Hollams, tendo plenamente explicado o fim e a intenção do *bill* e os *memorandum* de associação e estatutos propostos;

O presidente propoz e o vice-presidentes devidamente apoiou a seguinte resolução:

« Que o *bill* agora pendente do Parlamento, intitulado: *Bill* para revogar as leis relativas á *The Imperial Fire Insurance Company* desde a data do seu registro como companhia limitada e renovar partes daquellas leis e para outros fins, seja, e é por este permitido, sujeitos aos accrescimos, alterações e modificações que o Parlamento possa julgar conveniente fazer nelle.»

O que passou por unanimidade.

Foi proposto e apoiado unanimemente.

Resolvido que esta assembléa apresentasse os seus agradecimentos aos presidente, vice-presidente e directores pela habil e zelosa attenção que empregaram no interesse desta companhia.

Certifico que o que precede é uma cópia fiel das actas da assembléa acima referida—. Assignado, *E. Cozens Smith*, gerente geral e secretario.

C) Em uma assembléa geral especial dos accionistas da *The Imperial Fire Insurance Company*, realizada no escriptorio da companhia, em n. 1 *Old Broad Street*, cidade de Londres, quinta-feira, 5 de fevereiro de 1891, á 1/2 hora da tarde precisamente;

*Presentes*

Sr. John Hampton Hale, presidente.

Sr. Alex. Laurie, vice-presidente, e quatorze directores e 19 proprietarios;

O gerente geral leu o annuncio da *London Gazette*, de terça-feira, 20 de janeiro de 1891, pelo qual esta assembléa geral especial foi convocada;

Foi proposto, apoiado e unanimemente resolvido que a seguinte resolução, que foi passado na assembléa geral especial da companhia, realizada em 15 de janeiro de 1891, fosse confirmada, a saber :

« Que o *bill* agora pendente do Parlamento, intitulado *bill* para revogar as leis relativas à *The Imperial Fire Insurance Company*, desde a data do seu registro como companhia imitada e renovar partes daquellas leis e para outros fins seja, e fica por este permitido, sujeito aos accrescimos, alterações e modificações que o Parlamento possa julgar conveniente nelle fazer. »

Certifico que o que precede é uma cópia fiel das actas da assembléa acima referida. — Assignado, *E. Cozens Smith*, gerente geral e secretario.

D) Em uma assembléa geral extraordinaria da *The Imperial Fire Insurance Company*, realizada no escriptorio da companhia, n. 1 *Old Broad Street*, cidade de Londres, quinta-feira, 12 de novembro de 1891, á 1 hora da tarde;

#### *Presentes*

Os Srs. John Hampton Hale, presidente; Alexandre Laurie, vice-presidente; 11 directores e 36 membros;

O gerente geral procedeu á leitura do annuncio da *London Gazette*, de sexta-feira, 30 de outubro de 1891, pelo qual foi convocada esta assembléa geral extraordinaria.

O presidente propoz e o vice-presidente devidamente apoiou a seguinte

#### *Resolução*

1. « Que a companhia seja registrada sob as leis de companhias, de 1862 a 1890, como companhia limitada por acções. »

O que foi unanimemente resolvido.

O presidente tambem propoz e o vice-presidente apoiou a seguinte

#### *Resolução*

2. « Que o nome da companhia seja mudado para o de *The Imperial Insurance Company, limited.* »

O que foi unanimemente resolvido.

Certifico que o que precede é uma cópia fiel das actas da assembléa acima referida. — *E. Cozens Smith*, gerente geral e secretario.

E) Em uma assembléa geral extraordinaria da companhia, realizada no seu escriptorio, em n. 1 *Old Broad Street*, na cidade de Londres, quinta-feira, 3 de dezembro de 1891, ás 10 horas precisamente;

*Presentes*

Os Srs. John Hampton Hale, presidente; 14 directores e 27 proprietarios;

O gerente geral procedeu á leitura do aviso da *London Gazette*, de terça-feira, 17 de novembro de 1891, pelo qual esta assembléa geral extraordinaria foi convocada.

O presidente declarou que os negocios perante a assembléa eram confirmar as duas resoluções passadas pela assembléa geral extraordinaria, realizada em 12 de novembro de 1891, e leu a seguinte primeira resolução especial, a saber :

« Que a companhia fosse registrada de accordo com as leis de 1862 a 1890, como companhia limitada por accções. »

A qual foi proposta, apoiada e unanimemente resolvida.

O presidente procedeu então á leitura da segunda especial resolução, a saber :

« Que o nome da companhia fosse mudado para o de *The Imperial Insurance Company, limited.* »

A qual foi tambem proposta, apoiada e unanimemente resolvida.

Certifico que o que precede é uma cópia fiel das actas da assembléa acima referida. — *E. Cozens Smith*, gerente geral e secretario.

A todos quantos o presente virem, eu, *John William Peter Jauralde*, da cidade de Londres, tabellião publico, devidamente nomeado e juramento, certifico que o impresso aqui annexo, marcado — A — é uma cópia tirada pela *Queen's Printer* de uma lei intitulada: *Imperial Insurance Company's Act 1891* (lei da Companhia *Imperial Insurance* de 1891) passada no 54º anno do reinado de Sua Magestade Britannica, e a qual dita lei recebeu a sanção real em 21 de junho de 1891, e outrosim certifico que essa cópia feita pela *Queen's Printer*, como acima dito, é admittida como prova nos tribunaes desse reino.

E certifico mais que os documentos aqui tambem annexos, marcados B, C, D e E, são as respectivas cópias das actas das assembléas dos proprietarios da *Imperial Fire Insurance Company*, respectivamente realizadas em 15 de janeiro de 1891, 5 de fevereiro de 1891, 12 de novembro de 1891 e 13 de dezembro de 1891, e que eu cuidadosamente examinei e conferi as referidas cópias com os correspondentes lançamentos, á paginas 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127 e 128 do livro de actas da assembléa dos proprietarios da *Imperial Fire Insurance Company*, hoje a mim exhibido.

E que a assignatura *E. Cozens Smith*, subscripta em cada um dos ditos documentos annexos, é a assignatura fiel e verdadeira de *Edward Cozens Smith*, gerente geral e secretario da dita *The Imperial Insurance Company, limited.*

Em fô e testemunho do que assignei o presente e affixei o meu sello de officio em Londres, aos dous dias de maio do anno de

Nosso Senhor, de 1892. — Assignado — *J. W. P. Jauralde*, tabellião publico.

(Sello do tabellião.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra de John William Peter Jauralde, tabellião publico desta cidade, que liguei com os documentos ns. 1 a 5, numerados e rubricados por mim, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil e Londres aos 3 de maio de 1892.

Assignado — *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul.

(Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1892. — Pelo Director Geral — (Assignado sobre duas estampilhas no valor de 5\$400) *L. C. Fernandes Pinheiro*.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores.)

Nada mais continham os ditos estatutos e actas que fielmente verti dos proprios originaes aos quaes me reporto.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 6 de julho de 1892. — *Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.



#### DECRETO N. 1092 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes, na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo, um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de , o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1093 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1892

Dá uma nova organização á Guarda Nacional da comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 56.º batalhão de infantaria e 38.º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, do 10.º esquadrão de cavallaria, elevado á categoria de regimento, com quatro esquadrões e a designação de 30.º, e mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com igual numero de companhias e a designação de 149.º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo,*



## DECRETO N. 1094 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 27.º, que se organizará nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo,*



## DECRETO N. 1095 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.

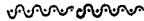
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Icó, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 94º, que será organizado no municipio de Umary ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1096 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1892

Crea na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará, mais cinco batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.

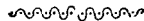
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará, mais cinco batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 89, 90, 91, 92 e 93, que serão organizados nos districtos da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1097 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, se comporá de um commando superior organi-

zado com os actuaes 72º batalhão de infantaria e 50º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 148º, um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 89º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 29º.

Art. 2.º Os batalhões ora creados serão organizados com a força excedente dos actuaes batalhões.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1098 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1892

Approva com restricções os estudos definitivos dos cinco primeiros kilometros da linha de Santos para o interior e a directriz geral do traçado apresentado pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, resolveu approvar os estudos definitivos dos cinco primeiros kilometros da linha de Santos ao interior e a directriz geral do traçado, apresentados pela mesma companhia de accordo com as plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da 1ª Directoria das Obras Publicas; resalvados, porém, os direitos da Empreza do Cacs de Santos, não só quanto a seus terrenos, como à construcção de pontes nesse porto.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 25 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*





## DECRETO N. 1099 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de 87:335\$ destinado a occorrer ás despesas com a desapropriação dos terrenos da rua Dr. Dias Ferreira, necessarios ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgotos do bairro do Jardim Botânico.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, autorisado pela disposição do § 2º do art. 8º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o credito extraordinario de oitenta e sete contos trescentos sessenta e cinco mil réis (87:365\$), destinado ás despesas com a desapropriação autorisada pelo decreto n. 705 A, de 31 de dezembro de 1891, dos terrenos da rua Dr. Dias Ferreira, necessarios ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgoto do bairro do Jardim Botânico, desta Capital.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1100 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 35º batalhão de infantaria e 21º da reserva, e de mais um dito de infantaria, com quatro companhias e a designação de 155º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1101 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um; commando superior de guardas nacionaes na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá dos actuaes batalhões ns. 36 de infantaria e 22 da reserva, que serão desligados da comarca do Rio Novo, e de mais um dito de infantaria, com quatro companhias e a designação de 154º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1892, 4º da Republica

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1102 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 152º e 153º, um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 91º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 31º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1103 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1892

Crea mais dous batalhões, um do serviço activo e outro do da reserva, de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo, mais dous batalhões, sendo um do serviço activo e outro do da reserva, de guardas nacionaes, com quatro companhias cada um e as designações, do batalhão da activa, de 156º, e do da reserva, de 73º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos de Pitangueiras e Bebedouro ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1104 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo.

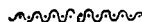
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporã de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 159º e 160º, de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias, sob o n. 76º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 64º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1105 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um batalhão de infantaria do serviço activo e um dito da reserva na comarca de S. Luiz de Cacéres, no Estado de Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de S. Luiz de Cacéres, no Estado de Matto Grosso, um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 11º, e um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 4º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1106 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 125º, 126º e 127º, e um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 75º, os quaes se organizarão com os guardas alistados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1107 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Approva a nova tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o conselho fiscal da Caixa Economica do Estado do Rio Grande do Sul, resolve approvar a nova tabella, que a este acompanha e vae assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, do numero, classes e vencimentos dos respectivos empregados, considerada a terça parte dos mesmos vencimentos como gratificação devida pelo effectivo exercicio do emprego.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Estado do Rio Grande do Sul, a que se refere o decreto n. 1107 desta data.

|                         |            |             |
|-------------------------|------------|-------------|
| 1 gerente.....          |            | 4:800\$000  |
| 1 guarda-livros.....    |            | 3:000\$000  |
| 1 thesoureiro.....      |            | 4:000\$000  |
| 3 escripturarios a..... | 1:800\$000 | 5:400\$000  |
| 1 porteiro.....         |            | 1:200\$000  |
|                         |            | <hr/>       |
|                         |            | 18:400\$000 |

Capital Federal, 1 de novembro de 1892.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1108 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca da Capital do Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço, resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados na comarca da Capital do Estado de Sergipe mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 44º, e um regimento de

cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 6º, os quaes serão organizados com guardas qualificados nos distritos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1109 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, compor-se-ha de um commando superior, organizado com os actuaes 26º batalhão de infantaria e 13º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, do 13º regimento de cavallaria, com quatro esquadões, e de mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 40º, e um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 19º.

Art. 2.º Os batalhões ora creados serão organizados com as companhias excedentes dos actuaes.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1110 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com

a designação de 15º, o qual se comporá dos guardas qualificados na mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1111 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um regimento de cavallaria [de guardas nacionaes na comarca de Chique-Chique, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Chique-Chique, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadões e a designação de 17º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1112 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

rea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte-Santo, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Monte-Santo, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 150º e 151º, e um dito da reserva tambem com quatro companhias e a designação de 90º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1113 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço, resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 19º, 20º e 21º batalhões de infantaria, 8º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, da 7ª secção do serviço activo, ora elevada a batalhão, tambem com quatro companhias, sob o n. 161º, da 6ª secção da reserva, elevada á categoria de batalhão, igualmente com quatro companhias e a designação de 77º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrones e a designação de 65º, ora creado, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.ª Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1114 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Lençoes, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Lençoes, no Estado de S. Paulo, um batalhão do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 74º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 1115 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Patrocinio do Sapucahy, no Estado de S. Paulo

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca do Patrocinio do Sapucahy, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, o qual se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 157º e 158º, de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 75º, e um regimento de cavallaria; com igual numero de esquadrões e a designação de 63º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1116 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1895

Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de infantaria de Guarda Nacional das comarcas da Capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com a designação de 34º, a 2ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional das comarcas da Capital e Rio Negro, no Estado do Amazonas; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1117 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Solimões, no Estado do Amazonas

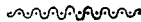
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. A 3ª secção de batalhão de infantaria, organizada com quatro companhias no districto de N. S. da Fonte Boa, na comarca de Solimões, no Estado do Amazonas, fica elevada á categoria de batalhão com a designação de 25ª; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1118 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Solimões no Estado do Amazonas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Solimões, no Estado do Amazonas, um batalhão de artilharia, com quatro baterias e a designação de 9ª, e que será organizado no districto de Caiçara; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1119 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Parintins no Estado do Amazonas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas, um batalhão de artilharia, com quatro baterias e a

designação de 10º, que será organizado nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1120 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro, compor-se-ha de um commando Superior organizado com o 27º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, e de mais dous batalhões da mesma arma, com quatro companhias cada um e as designações de 41º e 42º, e um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 20º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1121 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1892

Concede ao Lyceo Paraense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que são executados no Lyceo Paraense, resolve conceder a este estabelecimento de instrucção, na fôrma do disposto no decreto n.1389, de 21 de fevereiro de 1891 as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891, e 38, paragrapho unico, do de n. 981, de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 1 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1122 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 156º, um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 92º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 32º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1123 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1892

Concede autorisação á *Alliance Marine and General Assurance Company Limited*, ora *Alliance Marine Assurance Company, limited*, para continuar a funcionar no Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Alliance Marine Assurance Company, limited*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para continuar a funcionar no Brazil com as alterações feitas nos seus estatutos, entre as quaes se acha a da mudança de sua denominação para *Alliance Marine and General Assurance Company, limited* continuando, porém, a ser observadas as clausulas que baixaram com o decreto n. 9594, de 8 de maio de 1886, e ficando igualmente obrigada á execução do Decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Eu abaixo assignado John Venn, tabellião de notas nesta cidade de Londres por alvará régio devidamente encartado e juramentado, certifico que neste dia 5 de abril de 1892, a pedido da companhia anonyma de responsabilidade limitada denominada *Alliance Marine and General Assurance Company, limited* estabelecida nesta cidade, me apresentei na sua séde social situada em Capel Court Bartholomeo Lane, onde me foram apon-tados para serem traduzidos ao portuguez varios assentos nos livros de actas da dita companhia que foi antes a *Alliance Marine Assurance Company, limited* cujo theor, por mim traduzido literalmente, é o seguinte :

Na reunião geral extraordinaria que teve lugar na séde da companhia na quarta-feira 28 de janeiro de 1891 pelas 12 horas e 15 minutos da tarde depois de terem sido intimados os Membros segundo prescreve o regulamento e debaixo da presidencia de S. Ex. Lord Rothschild, a seguinte deliberação foi proposta, apoiada e unanimemente adoptada a saber: Que sejam alteradas as disposições da escriptura de constituição da companhia no que diz respeito aos fins da companhia e que se annuncie que são os seguintes os fins para os quaes se estabelece a companhia :

a) Segurar quaesquer navios e barcos que se achem a nado, ou estão sendo construidos, concertado ou de outra fórmas e quaesquer bens e materiaes de qualquer especie que possam segurar-se durante o transito por mar ou por terra ou por vias aquaticas internas, e bem assim os que se achem em quaesquer caes, trapiches, armazens e outros logares antes ou depois de transitarem, contra os riscos ordinariamente enumerados ou contemplados nas apolices de seguros maritimos e contra as inundações, ondas de maré, terremotos e outros actos da Divina Providencia, demoras, roubos, commoções civis, *greecs*, ligas de operarios, actos de violencia e damnos que delles resultarem.

b) Segurar a vida de todas as pessoas que vijgem ou estejam para viajar e quaesquer gados e animaes que transitem contra todos ou quaesquer dos riscos mencionados no dito paragrapho a) e bem assim contra a morte, lesões, prejuizos, accidentes ou doenças.

c) Segurar quaesquer caes, armazens, trapiches e bens de qualquer genero que uelles se achem contra todas ou quaesquer consequencias de inundações, ondas de maré, terremotos e outros actos da Divina Providencia, *gréves*, ligas de operarios, actos de violencia, disputas e commoções civis.

d) Segurar Contractos de transportes maritimos e outros, fretamentos e quaesquer lucros, emolumentos e pagamentos que delles emanarem contra todos ou quaesquer dos riscos indicados no dito paragrapho (a).

e) Indemnizar aos proprietarios de navios, conductores aquaticos e outras pessoas encarregadas do transporte aquatico de quaesquer bens contra as responsabilidades que incorrerem no decurso dos seus negocios relativamente a perdas ou prejuizos de bens, soffrimentos pessoas ou perdas de vida.

f) Emprestar dinheiro sobre cascos de navios e mercadorias

embarcadas, prestar fiança e dar garantias por escriptura de obrigação ou por outra fórma a fim de impedir o arresto ou desembargar o arresto de navios, cargas e fretos cujos seguros tenham sido no todo ou em parte effectuados pela companhia.

g) Segurar quaesquer mercadorias ou bens que em terra possam ser segurados contra incendios e todos ou quaesquer dos riscos especificados nos ditos paragraphos a) e c) quando forem cobertos estes riscos juntamente com os riscos maritimos ou de transito para ou dos logares em que os mesmos bens ou mercadorias susceptiveis de seguro tenham de ser desembarcados, armazenados ou depositados.

h) Praticar tudo mais que for accessorio ou conducente aos objectos expostos ou quaesquer delles.» O presidente disse que se convocaria outra reunião geral extraordinaria no dia e hora que se notificaram aos membros para confirmar esta deliberação — A sessão foi então encerrada. — *Danglas Owen*, secretario. — *Rothschild*.

Na reunião geral extraordinaria que teve lugar na sêde da companhia na quarta-feira 18 de fevereiro de 1891 pelas 12 horas e 15 minutos da tarde, depois de terem sido intimados os membros segundo prescreve o regulamento e debaixo da presidencia de S. Ex. o Lord Rothschild, se deu por lida a intimação convocando a reunião e foi proposto pelo presidente, apoiado e unanimemente adoptado :

Que a seguinte deliberação votada na reunião geral extraordinaria que teve lugar em 28 de janeiro de 1891 fosse agora confirmada, a saber :

Que sejam alteradas as disposições de escriptura da constituição da companhia no que diz respeito aos fins da companhia e que se annuncie que são os seguintes os fins para os quaes se estabelece a companhia :

a) Segurar quaesquer navios e barcos que se achem a nado ou estão sendo construidos, concertados ou de outra forma, e quaesquer bens e materiaes de qualquer especie que possam segurar-se durante o transito por mar ou por terra ou por vias aquaticas internas e bem assim os que se achem em quasquer caes, trapiches, armazens e outros logares antes ou depois de transitarem, contra os riscos ordinariamente enumerados ou contemplado nas apolices de seguros maritimos e contra as inundações, ondas de maré, terremotos e outros actos da Divina Providencia, demoras, roubos, commoções civis, *grèves*, ligas de operarios, actos de violencia e damnos que delles resultarem.

b) Segurar a vida de todas as pessoas que viajem ou estejam para viajar e quaesquer gados e animaes que transitem contra todos ou quaesquer dos riscos mencionados no dito paragrapho e bem assim contra a morte, lesões, prejuizos, accidentes ou doença.

c) Segurar quaesquer caes, armazens, trapiches e bens de qualquer genero que nelles se achem contra todas ou quaesquer consequencias de inundações, ondas de maré, terremotos e outros actos da Divina Providencia, *grèves*, ligas de operarios, actos de violencia, disputas e commoções civis.

d) Segurar contractos de transportes maritimos e outros, fretamentos e quaesquer lucros, emolumentos e pagamentos que delles emanarem contra todos ou quaesquer dos riscos indicados no dito paragrapho a).

e) Indemnizar aos proprietarios de navios, conductores aquaticos e outras pessoas encarregadas do transporte aquatico de quaesquer bens contra as responsabilidades em que incorrerem no decurso de seus negocios relativamente a perdas ou prejuizos de bens, soffrimentos pessoaes, ou perdas de vida.

f) Empréstar dinheiro sobre cascos de navios e mercadorias embarcadas, prestar fiança e dar garantias por escriptura de obrigação ou por outra forma afim de impedir o arresto ou desembargar o arresto de navios, cargas e fretes cujos seguros tenham sido no todo ou em parte effectuados pela companhia.

g) Segurar quaesquer mercadorias ou bens que em terra possam ser segurados contra incendios e todos ou quaesquer dos riscos especificados nos ditos paragraphos a) e b) quando forem cobertos estes riscos juntamente com os riscos maritimos ou de transito para ou dos logares em que os mesmos bens ou mercadorias susceptíveis de seguro tenham de ser desembarcados, armazenados ou depositados.

h) Praticar tudo mais que for accessorio ou conducente aos objectos expostos ou quaesquer delles. O presidente disse que tendo sido votada e confirmada a deliberação ante-exarada com o caracter de deliberação especial, se apresentaria immediatamente um requerimento ao Tribunal da Chancellaria, na conformidade da lei de 1890 relativa ás actas de constituição de companhias, afim de obter a approvação da alteração que forma o objecto desta deliberação. A sessão foi então encerrada.

Na reunião geral extraordinaria que teve lugar na séde da companhia, situada em Capel Court Bartholomeo Lane, na quarta-feira 23 de dezembro de 1891 pelas 12 h. 15 m. da tarde, depois de terem sido intimados os membros segundo prescreve o regulamento e debaixo da presidencia de S. Ex. o Lord Rothschild, lido pelo secretario o aviso convocando a reunião, foi proposto pelo presidente, apoiado e unanimemente adoptado: Que o nome da companhia passe a ser *The Alliance Marine and General Assurance Company limited*. O presidente disse que se convocaria outra reunião geral extraordinaria no dia e hora que se notificaria aos membros para confirmar esta deliberação e a sessão foi então encerrada.

Na reunião geral extraordinaria que teve lugar na séde da companhia, situada em Capel Court Bartholomeo Lane, na quarta-feira 13 de janeiro de 1892, pelas 12 h. 15 m. da tarde; depois de terem sido intimados os membros segundo prescreve o regulamento debaixo da presidencia de S. Ex. Lord Rothschild, lido que foi pelo secretario o aviso convocando a reunião foi proposto pelo presidente, apoiado e unanimemente adoptado.» Que seja confirmada a seguinte deliberação votada na reunião geral extraordinaria que teve lugar em 23 de dezembro de 1891 a saber: Que o nome da companhia passe a ser *The Alliance*

*Marine and General Assurance Company limited* A sessão foi então encerrada.

Tambem certifico que traduzida por mim fielmente a certidão original de registro que me foi apresentada nessa occasião, devidamente assignada pelo Illm. Sr. John Samuel Purcell, registrador de companhias anonyms, é o seu theor o seguinte:

Certidão de registro de uma ordem do Tribunal approvando a alteração dos fins ou da forma de constituição, na conformidade do § 2(1) da lei do reinado 53 54 de Vict. Cap. 62. *Alliance Marine and General Assurance Company, limited* havendo alterado os seus fins em virtude d'uma deliberação especial que foi approvada por uma ordem do Supremo Tribunal de Justiça em data do dia 27 de janeiro de 1892. Certifico pela presente ter registrado a citada ordem, assim como uma cópia impressa da escriptura de constituição assim alterada.

Dada debaixo de minha assignatura em Londres aos dez dias de fevereiro de mil oitocentos noventa e dous (assignado) J. S. Purcell registrador de companhias anonyms. (Lei de 1890 § 2 relativa as actas de constituição de companhias.

Nada mais se contém nos assentos e certidão acima traduzidos e para os fins convenientes dou a presente que subscrevo, rubrico e sello no dia, mez e anno acima declarados.—*John Venn*, notario publico.



#### DECRETO N. 1124 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1892

Desliga da comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, a Guarda Nacional da de Itaguahy, no mesmo Estado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, a Guarda Nacional da comarca de Itaguahy e nesta creado um commando superior que será composto do actual 27º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, e do 43º do mesmo serviço, ora creado e organizado com as quatro companhias excedentes daquelle, e de mais um dito da reserva, tambem ora creado, com quatro companhias e a designação de 21º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 1125 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas realizada a 27 de setembro proximo passado ; ficando, porém, a companhia obrigada ao cumprimento das formalidades ultteriores de que trata o art. 6º do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Relação dos artigos que se teem de modificar nos estatutos da  
Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias.**

Quanto ao art. 3º que diz— o capital da companhia é de mil contos de réis, divididos em cinco mil acções de duzentos mil réis cada uma, o qual já foi alterado por decreto n. 235, de 28 de fevereiro de 1890, ficando assim reduzido a quinhentos contos de réis— Diga-se :

O capital da companhia será de seiscentos contos de réis divididos em tres mil acções de duzentos mil réis cada uma.

Ao art. 18 que diz,— A cada um dos membros do conselho fiscal compete a remuneração correspondente annualmente a 100 acções, as quaes lhes serão abonadas no acto da entrega do respectivo parecer sobre as condições de contas annuaes de administração,— diga-se :

O conselho fiscal não venderá honorarios.

Capital Federal, 19 de outubro de 1892.— *Diogo José da Silva*, director secretario.



## DECRETO N. 1126 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1892

Autorisa a alterar o contracto celebrado com a *United States and Brasil Mail Steam Ship Company, limited*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a *United States and Brasil Mail Steam Ship Company, limited* resolve alterar o contracto que em virtude do decreto n. 9799 de 5 de novembro de 1887 foi celebrado com a referida companhia, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de novembro de 1892, 4.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1126 desta data**

I

§ 1.º O serviço continuará a ser feito pelos paquetes *Finance*, *Advance*, *Alliance*, *Segurança* e *Vigilancia*, já acceito pelo Governo.

§ 2.º Si algum destes navios perder-se ou tornar-se innavegavel, a empresa o substituirá por outro inteiramente novo, de 1.ª classe, de 3.000 toneladas metricas, pelo menos, com os melhoramentos que, na época em que for apresentado ao Governo, tiverem sido adoptados na construcção naval, com a marcha de quatorze milhas por hora e com o calado preciso para que possa frequentar facilmente os portos das escalas.

§ 3.º Além da viagem mensal, a que a empresa fica obrigada, poderá ella fazer quaesquer outras para os portos brasileiros deste contracto e outros portos brasileiros, gosando então seus navios das regalias de paquetes, sem ficarem sujeitos ao regimen do mesmo contracto, sejam os vapores que fizerem taes viagens extraordinarias, de propriedade da companhia ou fretados por ella.

§ 4.º Cs vapores novos, apresentados em substituição dos actuaes, deverão ter compartimentos estanques e os objectos constantes da tabella organizada pelo inspector da navegação para cada um e approvada pelo Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Terão tambem o numero de tripolantes e o pessoal de bordo que for fixado no acto da acceitação do navio para o serviço da linha.

§ 5.º No caso de innavegabilidade dos paquetes, o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas autorisa a empresa a empregar na navegação, por prazo que será fixado, outros vapores que estiverem nas ou se approximarem das condições exigidas para os da linha.

## II

O porto inicial da viagem serão de Nova-York e o da terminação o de Santos. Tanto na vinda como na volta os paquetes farão escala pelos portos de S. Thomaz, Barbadas, Belém, S. Luiz do Maranhão, Recife, Bahia e Rio de Janeiro.

Haverá, pelo menos, duas escalas annuaes ao porto de Maceió.

## III

O prazo para cada viagem será de 31 dias e o dia do começo da viagem será fixado em tabella approvada pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Serão tambem fixados em tabellas approvadas pelo mesmo Ministerio os preços das passagens e fretes, devendo a companhia apresentar as ditas tabellas á approvação do Governo, em prazo determinado.

## IV

A empresa obrigar-se-ha :

§ 1.º A elaborar e entregar ao inspector da navegação, em cada viagem redonda, o mappa dos passageiros e cargas que transportar, com designação das procedencias e nacionalidades daquelles e procedencia e especificação destas, de conformidade com o modelo que for adoptado pelo mesmo inspector. em 31 de março de cada anno, o mappa geral do serviço a seu cargo, com as informações exigidas no modelo approved e em vigor.

§ 2.º A dar passagem e comedorias, quer ao inspector da navegação, quando tenha de percorrer a linha sob sua fiscalização, quer aos empregados do Correio que forem em serviço ou acompanharem as malas de correspondencia.

§ 3.º A reduzir de 30 % o preço da tabella o valor da passagem do colono ou immigrante que transportar para a Republica, desde que este lhe apresentar documento de autoridade brasileira que confirme sua intenção de domiciliar-se na Republica.

§ 4.º A reduzir de 25 % o preço das passagens dos funcionarios publicos e suas familias que embarcarem por conta do Governo Federal ou dos Governos dos Estados e de 30 % das passagens dos officiaes, soldados e suas familias que tiverem de seguir para alguns dos portos das escalas brasileiras.

Do mesmo abate de 30 % da tabella gozarão as munições de guerra e as machinas e instrumentos destinados á lavoura.

§ 5.º A transportar gratuitamente em cada viagem até uma tonelada metrica de objectos remettidos dos ou para os museos da Republica.

A transportar tambem gratuitamente os objectos destinados ás exposições officiaes ou auxiliadas pelo Governo e as sementes e mudas de plantas destinadas aos estabelecimentos publicos.

§ 6.º A transportar gratuitamente as malas do Correio e a correspondencia official, devendo mandal-as buscar e entregar nas respectivas estações, passando os convenientes recibos e exigindo-os dos funcionarios das mesmas estações que forem para isso autorizados pelos chefes.

§ 7.º A transportar tambem gratuitamente quaesquer sommas de dinheiro do Estado que tiverem de ser remettidas pelo The-souro Nacional ás Thesourarias de Fazenda ou vice-versa.

Estas remessas serão encaixotadas na fórma das instrucções do Theouro de 4 de setembro de 1865, e entregues os volumes que as contiverem aos commandantes dos paquetes, sem obrigação de procederem á contagem e conferencia das mesmas, assignados previamente os conhecimentos de embarque, segundo os estylos commerciaes.

A entrega destes volumes, sem signal de violação, isenta os commandantes de toda responsabilidade.

## V

A empresa obrigar-se-ha :

§ 1.º A entregar tres dos cinco vapores já acceitos pelo Governo para o serviço do Estado, quando o exigirem circumstancias imperiosas, das quaes sómente apreciará o Ministerio da Agricultura, que lhe pagará, ou o preço do navio, ou o frete mensal que for pactuado, sob as bases seguintes:

O frete será regulado pelo rendimento liquido da viagem redonda mais vantajosa á empresa que tiver havido dentro do anno que findar no dia em que o Governo tomar posse do navio.

O preço da compra do vapor terá por base o do seu custo primitivo e será effectuado mediante prévio accordo do preço ou arbitramento, no caso de desacordo, observando-se, neste caso, as regras da clausula 6ª deste contracto.

A empresa communicará ao Ministerio da Agricultura o preço dos seus paquetes em serviço, isto é, daquelles de que ainda o não tenha feito, declarando o tempo que tiverem de serviço e bem assim o preço por que adquiriu cada um dos novos vapores, comprovados com documentos.

§ 2.º A fretar vapor, em qualquer das hypotheses do paragrapho anterior, nos termos do § 5º da clausula 1ª para não interromper o serviço a seu cargo, devendo, na hypothesis da venda do paquete, declarar o prazo de que carecer para apresentar vapor novo em substituição do que for vendido.

## VI

A empresa terá na cidade do Rio de Janeiro agente ou representante com os poderes necessários para tratar e decidir amigavelmente ou judicialmente todas as questões que se suscitarem entre o Governo e a empresa ou entre esta e terceiros, residentes na Republica, ficando entendido que todas serão tratadas e resolvidas no Brazil pelos tribunaes da Republica.

No caso de desaccordo entre a empresa e o Governo sobre os preços de fretamento ou de compra e venda dos vapores, nos termos da clausula 5ª, ou sobre a intelligencia deste contracto, a questão será resolvida por arbitros.

O juizo arbitral organizar-se-ha da seguinte fôrma:

Si as partes contractantes não concordarem em um só arbitro, cada uma nomeará o seu.

Os arbitros nomeados começarão seus trabalhos por designar o terceiro, que desempatará entre si e cujo voto será definitivo. Si os arbitros não chegarem a accordo a respeito do arbitro desempassador, a sorte o designará.

## VII

No caso de fretamento dos paquetes da empresa para o serviço de guerra, o Governo a indemnizará do premio do seguro de risco de guerra, continuando a cargo da mesma empresa os riscos marítimos.

## VIII

A empresa entrará para o Thesouro Nacional com quantia correspondente a 1 % da subvenção do contracto, a cargo do inspector da navegação.

## IX

As estações fiscaes dos portos da Republica expedirão os despachos necessários para se proceder ao embarque ou desembarque da carga ou das encomendas que elles transportarem, com preferencia á carga ou descarga de qualquer outro navio, e sem embargo de ser domingo ou dia feriado, admittindo, por consequente, a despachos anticipados a carga e as encomendas que tiverem de ser transportadas nos paquetes da empresa ou por ella fretados.

## X

Dado o caso de que qualquer navio da linha chegue em qualquer porto em baixa-mar e não possa transpôr a barra por falta d'agua,

ficando assim privado da comunicação da visita e não podendo, portanto, descarregar e fazer o demais serviço, por falta da visita, o navio será visitado pelas autoridades publicas, de modo a permittir continuar immediatamente o serviço de descarga ou receber malas, fretes ou passageiros e seguir a sua viagem.

## XI

As estações postaes apromptarão em tempo as malas da correspondencia, afim de não demorarem a viagem dos paquetes.

## XII

Os paquetes da linha ficam sujeitos ás vistorias que possa exigir o inspector da navegação subvencionada.

## XIII

A empresa fica sujeita ás seguintes multas, salvo os casos de força maior:

§ 1.º Da quantia de 8:000\$, além da perda da subvenção respectiva, si não effectuar alguma das viagens.

§ 2.º De 1:000\$ a 4:000\$, além da perda da subvenção respectiva, si a viagem encetada for interrompida. Sendo a interrupção por força maior, não terá logar a multa, e a empresa perceberá a quota da subvenção correspondente ao numero de milhas que tiverem sido navegadas.

§ 3.º De 200\$, por prazo de 12 horas que exceder á fixada para a sahida do paquete dos portos iniciaes.

§ 4.º De 100\$, por cada hora que anticipar a sahida nos portos iniciaes, salvo precedendo licença por escripto do Ministerio da Agricultura.

A igual multa ficará sujeito o Governo, si demorar o paquete além do prazo da tabella, não sendo por motivo de perturbação da ordem publica imminente ou realizada.

§ 5.º De 100\$ a 500\$, pela demora na entrega das malas, extravio ou máo acondicionamento das mesmas.

§ 6.º De 200\$, por infracção ou inobservancia das clausulas do contracto para a qual não haja multa especial.

§ 7.º O prazo de 12 horas será contado somente quando a demora for maior de tres horas.

## XIV

O Governo subvencionará a empresa com a quantia annual de cento e noventa contos de réis (190:000\$000).

A subvenção será paga por trimestres no Rio de Janeiro, em moeda corrente do Brazil, ao agente da empresa, devidamente autorizado.

## XV

Este contracto vigorará até ao dia 13 de novembro de 1897. O Governo mantém e reconhece todos os direitos resultantes do contracto anterior.

Capital Federal, 8 de novembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1127 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1892

Autorisa a transferencia da concessão constante do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Catalão a Palmas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu o engenheiro Vicente Alves de Paula Pessoa Filho e Augusto José Ferreira, concessionarios da Estrada de Ferro de Catalão a Palmas, segundo os decretos ns. 862, de 16 de outubro de 1890, 463, de 25 de julho de 1891, e 524, de 11 de setembro do mesmo anno, resolve autorisar a transferencia da alludida concessão à Companhia Estrada de Ferro Alto Tocantins.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1128 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1892

Approva as plantas de ligação das linhas ns. 1 e 2 ao tunnel n. 2 do ramal da Gambôa, da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar as plantas de ligação das linhas ns. 1 e 2 ao tunnel n. 2 do ramal da Gambôa, da Estrada de Ferro Central

do Brazil, plantas que com este baixam acompanhadas do respectivo orçamento e rubricadas pelo chefe da 1.<sup>a</sup> Directoria das Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de novembro de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 1129 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Approva os orçamentos para a construcção de 384,0<sup>m</sup> de caes e o da casa de machinas, guindastes hydraulicos, trilhos e accessorios, apresentados pela Companhia Docas de Santos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao disposto nos decretos ns. 790, de 8 de abril e 813, de 7 de maio de 1892, resolve approvar o orçamento de 384,0<sup>m</sup> de caes, na importancia de 2.568:747\$770, e o da casa de machinas, guindastes hydraulicos, trilhos e accessorios, na importancia de 624:294\$258, de accordo com as plantas e orçamentos apresentados pela Companhia Docas de Santos, concessionaria das obras de melhoramento do mesmo porto, devendo taes importancias ser adicionadas ao capital da companhia.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4.<sup>o</sup> da Republica

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 1130 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.<sup>o</sup> O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas, ficará reorganizado do seguinte modo :

Do actuaes batalhões ns. 12, 13 e 43 do serviço activo e 14 da reserva, aquelles reduzidos a quatro companhias;



Do 5º regimento de cavallaria, dos batalhões do serviço activo ns. 46 e 47 e da reserva sob n. 17, ora creados, o regimento com quatro esquadrões e os batalhões com quatro companhias.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados :

O 46º e 47º batalhões, com os guardas alistados nas companhias ns. 5 a 8 do 12º e 13º batalhões.

O 17º batalhão da reserva no districto da Soledade, e o regimento de cavallaria nos da comarca.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1131 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Queluz, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Queluz, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 31º batalhão de infantaria e 13º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, da 9ª secção do serviço activo, ora elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 163º, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 67ª, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1132 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Crêa mais tres batalhões de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados no commando superior da Guarda Nacional da Capital do Estado de S. Paulo mais tres batalhões

de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 164º, 165º e 166º, e um batalhão da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 79º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma Capital ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1133 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Amparo, no Estado de S. Paulo.

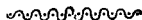
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Amparo, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 167º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1134 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional das comarcas de Paracanjuba e Santa Cruz, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

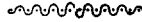
Artigo unico. A Guarda Nacional das comarcas de Paracanjuba e Santa Cruz, no Estado de Goyaz, compor-se-ha de um commando superior que será organizado com os actuaes 9º batalhão de infantaria reduzido a quatro companhias e 2º regimento de cavallaria com quatro esquadrões, e mais um batalhão de infan-

taria, com quatro companhias e a designação de 27º, e um dito da reserva, também com quatro companhias e a designação de 6º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1135 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Rio das Almas, no Estado do Goyaz.

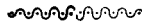
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca do Rio das Almas, no Estado de Goyaz, compor-se-ha de um commando superior que será organizado com os actuaes 3º e 4º batalhões de Infantaria, reduzidos a quatro companhias cada um, e mais um dito de infantaria, com quatro companhias e a designação de 28º, e um dito da reserva, também com quatro companhia, e a designação de 7º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1136 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ouro Fino, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º Fica creado na comarca de Ouro Fino, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e as designações de 135º, 136º e 158º, de um batalhão de reserva, também com quatro companhias e a desi-

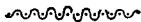
gnação de 89º, e um regimento de cavallaria n. 21, com quatro esquadrões, que se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1137 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Boa Vista das Pedras, no Estado de S. Paulo.

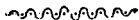
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Boa Vista das Pedras, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 162º, um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 78º, o um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 66º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1138 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Autorisa a *Alagoas Railway Company, limited* a construir, por conta do custeio da sua estrada de ferro, um novo armazem para recebimento de mercadorias na estação de Jaraguá.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Alagoas Railway Company, limited*, resolve conceder-lhe autorisação para construir na estação ter-

minal de Jaraguá, por conta do custeio da sua estrada de ferro, um novo armazem destinado ao recebimento de mercadorias, de accordo com o plano e orçamento que apresentou.

O Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 1139 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Concede autorisação á *Austrian Lloyd's Steam Navigation Company*, sucessora do *Lloyd Austro-Hungaro*, para funcionar no Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Austrian Lloyd's Steam Navigation Company*, sucessora do *Lloyd Austro-Hungaro*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para funcionar no Brazil, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

#### **Clausulas a que se refere o decreto n. 1139 desta data**

##### I

A Companhia *Austrian Lloyd's Steam Navigation Company*, sucessora do *Lloyd Austro-Hungaro*, é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com os particulares.

##### II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciaes ou administrativos, sem que em tempo algum possa a

referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer à intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente authorisação.

### III

A companhia tambem é obrigada a cumprir o disposto no art. 1.º, § 2º, ns. 1, 2 e 3 do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

### IV

Fica dependente de authorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a authorisação para funcionar no Brazil si infringir esta clausula.

### V

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892. — *Serzedello Corrêa.*

Eu abaixo assignado, professor Achilles Biolchini, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado na Meritissima Junta Commercial desta praça do Rio de Janeiro, para a lingua italiana, com escriptorio à rua de S. Pedro n. 4, etc.

Certifico pela presente que igualmente foi-me apresentado um documento escripto na lingua italiana afim de o traduzir fielmente para a lingua vernacula, o que cumpro em razão do meu officio. O qual documento acha-se escripto em uma folha de papel sellado com um sello de um florim, inutilisado com o carimbo do I. e R. Tribunal Commercial e Maritimo de Trieste, contendo tambem duas legalisações de firma em lingua vernacula, que aqui se transcrevem em seguida da traducção.

### (Traducção)

N. 12.298.

### DECRETO

Em solução da presente que fica archivada restituo-se à apresentante rubrica com a attestação de :

Que apparece inscripta no registro de commercio, guardado junto deste I. e R. Tribunal Commercial e Maritimo, a *Companhia de navegação a vapor do Lloyd Austriaco* (Dampfschiffahrt — Gesellschaft des oesterreichischen Lloyd:) primeiro debaixo da razão social *Società di Navigazioni a Vapor del Lloyd Austro-Ungarico* ;

Que o capital da companhia consiste em dezoito milhões (18.000.000) de florins moeda de convenção, correspondente a dezoito milhões e novecentos mil (18.900.000) florins valor austriaco, dividido em trinta e seis mil (36.000) acções na importância de florins 525. Val. Austs. cada uma;

Que dessas acções foram emitidas duas terças partes, isto é, vinte e quatro mil (24.000) totalmente versado; enquanto ficam para emitir ainda uma terça parte, isto é, doze mil (12.000) acções;

Que a companhia é representada pelos Srs.:

Victorio Barão de Kalchberg I. R. chefe de secção, domiciliado em Trieste, como presidente do conselho de administração;

Ottone Barão de Bruck, proprietario domiciliado em Trieste, como substituto do presidente, e pelos conselheiros de administração, os Srs.:

Francesco Cav. Dinnuer, negociante domiciliado em Trieste;

Fortunato Cav. Vivante, director do banco, domiciliado em Trieste;

Salvatore Ventura, negociante domiciliado em Trieste;

Ermanno Gerhadus, negociante domiciliado em Vienna;

Emilio Cav. Skoda, industrial domiciliado em Praga;

Egone Principe de Hohenlohe, proprietario domiciliado em Duino; e

Massimo Cav. Mauthner, commerciante domiciliado em Vienna;

Que os directores de exercicio são os Srs.:

Edoardo Thart;

Louis Cav. Ptak; e

Felice Nob, de Kodolitsch;

Que todos os documentos e papeis da companhia devem ser assignados pelo presidente ou pelo substituto e por um dos conselheiros de administração;

Que para a correspondencia em negocios correntes e para assumir obrigações de cambio, é bastante a assignatura de um conselheiro de administração e de um dos directores do exercicio, os quaes fazem preceder a sua assignatura pelas palavras « por procuração » (p. p.)

Do G. R. Tribunal Commercial e Maritimo.

Trieste, 9 de agosto de 1892.—Pelo presidente (assignado),  
*P. Burla.*

Estava o carimbo do Tribunal Commercial e Maritimo de Trieste.

(Fim da traducção)

*N. 452—Rs. 3\$000*

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. Pietro, barão de Burla i. r. conselheiro e dirigente o I. R. Tribunal Commercial e Maritimo, em Trieste; e para constar onde convier, a pe-

dido do mesmo passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Trieste, 11 de agosto de 1892. Pagou 3\$ de emolumentos — *Fred. Fitz Gibbon*, vice-consul encarregado do Consulado Geral em Trieste. Estava o sello do Consulado Geral do Brazil em Trieste.

Reconheço verdadeira a assignatura retro do Sr. Frederico Fitz Gibbon, vice-consul do Brazil em Trieste.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1892.—Pelo director geral, *L. L. Fernandes Pinheiro*.

Estavam tres estampilhas no valor de 900 réis, devidamente inutilisadas, e o sello do Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Nada mais se continha no mencionado documento que aqui fielmente traduzi do proprio original italiano que me foi apresentado, ao qual me reporto, bem como pelo que delle transcrevi em lingua vernacula. O qual documento restitui á mesma pessoa que m'o tinha apresentado.

Em fô do que passei o presente certificado que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta Capital Federal, em 26 de setembro de 1892.—*Achilles Biolchini*, traductor publico.

Eu abaixo assignado, Joannes Jochim Christian Voigt, corretor do navios, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no Meritissimo Tribunal do Commercio desta praça, para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola, com escriptorio á rua de S. Pedro n. 34, sobrado.

Certifico pela presente em como me foram apresentados uns estatutos escriptos na lingua allemã afim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertidos dizem o seguinte :

### (Tradução)

#### N. 8

Estatutos da *Austrian Lloyd's Steam Navigation Company* (sociedade de navegação a vapor Lloyd Austriaco), approvados pela assembléa geral ordinaria dos accionistas, realizada em Trieste no dia 6 de maio de 1891, e por decreto n. 14.817 do Imperial e real ministerio do interior, datado de 1 de agosto de 1891.

#### CAPITULO I

##### EXISTENCIA, FINS, RAZÃO SOCIAL, SÊDE E DURAÇÃO

Art. 1.º A sociedade existe sob a base dos seus estatutos originaes de 2 de agosto de 1836 e das deliberações tomadas nas assembléas geraes.



Art. 2.º Em logar dos anteriores entram em vigor os presentes estatutos, de accordo com as deliberações tomadas na assembléa geral de 6 de maio de 1891.

Art. 3.º Os fins da sociedade são melhorar e estender as communicações com as cidades maritimas mais importantes, por meio de regular navegação a vapor, já existente entre os portos nacionaes e estrangeiros, emquanto forem mantidas e concedidas as necessarias facilitações pelo respectivo governo.

A sociedade é outrosim autorisada tambem a emprehender as seguintes operações:

1.ª O exercício da navegação livre com navios proprios ou tomados a frete.

2.ª A construcção e o reparo de navios e machinas por conta propria e de terceiros.

3.ª A construcção e goso de proprios armazens de deposito.

4.ª O goso do proprio arsenal para fins industriaes.

5.ª Estipulação de todos os negocios que tiverem relação com o transporte de pessoas e mercadorias.

Art. 4.º A sociedade tem a séde em Trieste e funciona sob a firma *Austrian Lloyd's Steam Navigation Company* inscripta no Imperial e Real Tribunal Commercial e Maritimo de Trieste.

Todos os documentos e escriptos da sociedade devem ser assignados pelo presidente ou por seu substituto e por um conselheiro de administração.

Para a correspondencia em negocios correntes e para compromissos de obrigações de cambio bastará a firma de um conselheiro de administração e de um dos directores em exercício. Estes antepoem á sua firma as palavras — por procuração (p. p.)

Art. 5.º A duração da sociedade é illimitada, de accordo com a resolução da assembléa geral de 25 de novembro de 1873, approvada pelo governo por decreto n. 14.320, de 30 de setembro de 1875.

Si sobrevierem, porém, prejuizos que diminuam de um terço o capital da sociedade, dever-se-ha neste caso convocar uma assembléa geral que decidirá sobre a dissolução ou continuação da sociedade.

## CAPITULO II

### CAPITAL E ACÇÕES

Art. 6.º O capital da sociedade consiste presentemente em dezoito milhões de florins, moeda de convenção, igual a dezoito milhões e novecentos mil florins, valor austriaco, dividido em trinta e seis mil acções da importancia de quinhentos vinte e cinco florins, valor austriaco, cada uma, a saber:

a) 6.000 (seis mil) acções da emissão a mais antiga ;

b) 2.000 (duas mil) acções em seguida á autorisação da assembléa geral de 15 de dezembro de 1851 ;

c) 4.000 (quatro mil) acções em virtude da autorização das assembleias geraes de 15 de dezembro de 1851 e 28 de maio de 1853;

d) 6.000 (seis mil) acções em virtude da autorização da assembleia geral de 31 de maio de 1854;

e) 6.000 (seis mil) acções em virtude da autorização das assembleias geraes de 26 de setembro de 1855 e 10 de fevereiro de 1858;

f) 12.000 (doze mil) acções em virtude da autorização de assembleia geral de 9 de maio de 1883, que ainda estão por emittir.

Art. 7.º Cada acção dá direito a uma parte igual no fundo social e aos beneficios da empresa.

Todo accionista, pelo facto de ser possuidor de acções, fica sujeito ás disposições dos estatutos sociaes e ás deliberações da assembleia geral tomadas de conformidade com os estatutos.

Art. 8.º A sociedade reconhece um unico proprietario para cada acção.

Os accionistas são responsaveis sómente até á importancia das suas acções.

Art. 9.º As acções são emittidas nominalmente ou ao portador; tanto umas como outras podem ser convertidas contra pagamento de um florim e cinco soldos, valor austriaco, por acção além do sello. Enquanto a conversão de uma acção nominal na de ao portador não for registrada nos livros da sociedade, a pessoa inscripta será reconhecida como proprietaria da mesma; será, porém, quando reclamado, obrigada a legitimar a sua posse real.

As acções são munidas de coupons pagaveis em Trieste. Os juros e dividendos a serem recebidos pelos possuidores das acções são propriedade destes, e em que não se pôde tocar.

As acções e coupons que se extraviarem serão substituidos após amortização judicial.

Art. 10. A sociedade gosa, por quaesquer dividas dos possuidores de acções a ella devidas na qualidade de accionistas, do direito de compensação, tanto sobre a importancia das proprias acções, como sobre todos os proventos relativos.

Art. 11. Sómente por deliberação da assembleia geral e com approvação do governo, poderá ser augmentado o capital e contrahir-se empréstimos.

Os accionistas não são obrigados a ficar com acções da nova emissão; gosam porém do direito de preferencia á aquisição das mesmas em proporção ao numero de acções por elles possuidas.

### CAPITULO III

#### ADMINISTRAÇÃO

Art. 12. A assembleia geral, constituida de accordo com os estatutos, delibera sobre todos os negocios sociaes em seguimento

à proposta do conselho de administração ou quando a decisão relativa lhe seja reservada pelos estatutos.

Art. 13. As assembleas geraes teem logar em Trieste. A assemblea geral ordinaria tem logar cada anno no mez de maio.

Ella toma conhecimento do relatorio sobre a gestão do anno precedente e nomeia os membros do conselho de administração.

O conselho de administração pôde convocar uma assemblea geral extraordinaria, sempre que o julgar necessario aos interesses da sociedade. Deve-se convocar uma assemblea geral extraordinaria, si pelo menos cinco accionistas cujas accões representem uma decima parte das accões emitidas, a requererem por escripto ao conselho de administração com indicação do fim e dos motivos e depositarem ao mesmo tempo as accões com os respectivos coupons na caixa da sociedade.

Neste caso a convocação deve realizar-se dentro de seis semanas da apresentação do dito requerimento. A data designada para uma assemblea geral deve ser notificada aos accionistas trinta dias antes, mediante aviso inserto por tres vezes no sentido do art. 31, no qual devem estar indicados os assumptos que teem de ser discutidos.

Devem-se inserir no aviso propostas apresentadas ao conselho de administração antes da convocação da assemblea geral por cinco accionistas pelo menos, os quaes, mediante deposito de não menos 500 accões no complexo, justificarão o direito de voto.

A assemblea geral não pôde discutir nem deliberar sobre assumptos não mencionados no aviso de convocação, excepto por deliberação sobre proposta feita em uma assemblea geral por convocação de uma assemblea geral extraordinaria.

Todo accionista que tenha direito a voto tem o direito de fazer propostas especiaes tambem á assemblea geral; esta, porém, não pôde deliberar a respeito, mas sómente e comtanto que a proposta seja apoiada por 10 accionistas pelo menos, estabelecer-se quando se deve tratar do assumpto.

A prestação de contas e o balanço annuaes, assim como o teor das propostas por tratar-se, ficarão expostos á inspecção dos accionistas na séde da sociedade, quatorze dias antes da reunião da assemblea geral.

Art. 14. Cinco accões dão direito a um voto. Nenhum accionista, quer por conta propria, quer por procuração, poderá reunir mais de 100 votos. Todo accionista, tendo direito a voto, pôde conferir, mediante procuração, o seu direito a outro accionista habilitado a votar na respectiva assemblea geral.

O conselho de administração indica a fôrma da procuração no aviso da convocação.

Os representantes legaes de menores e curatelados, chefes de communas, instituições publicas e corporações podem tomar parte em assembleas geraes como procuradores, ainda quando não sejam accionistas habilitados a votar. Por meio de procura-

dores também as mulheres poderão exercer o direito de voto que lhes compete.

Aquelle que quizer exercer o seu direito de voto deve justificar a posse real das acções mediante deposito das mesmas, dez dias pelo menos antes da assembléa geral, na caixa da sociedade em Trieste, também em Vienna, Francfort sobre o Meno, Paris, Londres, Berlin, Hamburgo, Amsterdam, Genebra e Inricho, nas mãos das pessoas que forem indicadas pelo conselho de administração.

Depois da assembléa geral serão restituídas as acções.

Art. 15. A presença pessoal de 25 acções mixtas, pelo menos, e que representem, pelo menos, 2.500 (duas mil e quinhentas) acções, é necessaria para a legal constituição de uma assembléa geral.

Si a assembléa não for legal, se convocará outra que, sem respeito ao numero dos accionistas presentes e das acções por esses representadas, delibera legalmente sobre os assumptos comprehendidos na ordem do dia da assembléa precedente, do que se deve fazer menção no aviso de convocação.

Esta assembléa geral deve realizar-se 20, e, ao mais tardar, 25 dias depois da receber publicação do aviso.

O voto dá-se vocalmente; as eleições se fazem por meio de cédulas.

As deliberações da assembléa geral tem logar por maioria de votos; no caso de empate de votos, o presidente tem direito ao voto de desempate.

Para deliberar-se validamente sobre assumptos indicados no art. 16, letras *d*) e *e*), é necessaria uma maioria de dous terços de votos.

Art. 16. São reservadas á deliberação da assembléa geral :

*a*) a approvação dos balanços annexos e do dividendo proposto pelo conselho de administração, o recebimento do relatório dos revisores e a absolutoria;

*b*) a nomeação dos revisores e substitutos (art. 23) para o exame das contas do anno corrente;

*c*) a nomeação dos membros do conselho de administração e a eleição suppletoria para membros do conselho de administração sahidos antes da expiração do tempo de suas funcções;

*d*) o augmento ou a redução do capital social e a tomada de empréstimos;

*e*) a alteração dos estatutos;

*f*) a approvação do contracto de navegação e postal, a celebrar-se com o governo;

*g*) a decisão sobre proposta feita em uma assembléa geral, para a convocação de uma assembléa geral extraordinaria;

*h*) a decisão sobre continuação e sobre dissolução da sociedade no caso do art. 5º.

E' necessaria a approvação do governo, para a execução das deliberações estipuladas nos pontos *d*., *e* e *h*.

Art. 17. O presidente do conselho de administração preside á

reunião da assembléa geral. No caso de impedimento, elle será substituido por um membro do conselho de administração, que este nomear.

O presidente designa para o escrutinio dous accionistas habilitados a votar.

As deliberações da assembléa geral serão lançadas em acta. A acta será assignada pelo presidente e pelos escrutinadores, ficando reservada ao commissario do governo a apposição de sua assignatura.

O relatorio, a prestação de contas e o balanço, bem como as deliberações tomadas pela assembléa geral, serão publicados por impresso.

Art. 18. O conselho de administração do Lloyd se compõe do presidente e de oito membros com iguaes direitos e obrigações, e será reconstituído quando entrar em vigor o tratado de navegação e postal celebrado com a imperial e real administração do Estado.

O presidente é nomeado por Sua Magestade Imperial e Real Apostolica.

Dous dos membros são nomeados pelo imperial e real ministerio do commercio entre os que exercem empresas industriaes, commerciaes e de transporte; os outros membros são eleitos pela assembléa geral.

Todos os membros do conselho de administração devem ser cidadãos austriacos e ter o seu domicilio ordinario nos reinos e paizes representados no conselho do Imperio.

Cada conselheiro de administração, eleito pela assembléa geral, deve depositar na caixa da sociedade, pelo tempo de duração de suas funcções, 20 acções, as quaes, durante aquelle tempo e depois da expiração do mesmo até à approvação da gestão referente às suas funcções, não poderão ser dispostas pelo depositante, oneradas ou alienadas.

Não realizando o deposito dentro de um mez da notificação da eleição, esta sera considerada como renunciada. A acta legitima a eleição seguinte.

O presidente e os membros nomeados pelo imperial e real ministerio do commercio não são obrigados a provar a posse de acções.

As sessões do conselho de administração teem logar, como regra, na séde da sociedade.

A duração do cargo dos seis conselheiros de administração eleitos pela assembléa geral é fixada em seis annos continuos. Cada anno retira-se um.

Todo membro depois de completado o seu tempo de exercicio poderá ser logo reeleito.

Art. 19. O conselho de administração é o preposto da sociedade, elle a representa para com terceiros e decide, sob a responsabilidade estabelecida pela lei, sobre todos os objectos que não são reservados à assembléa geral.

A elle competem a duração suprema dos negocios, a nomeação e demissão de todos os empregados, agentes e caixeiros da socie-

dado, a fixação dos seus salarios e emolumentos, as disposições relativas ás construcções, concertos e o serviço dos vapores, fornecimento de todo o necessário, a conclusão dos contractos, etc. etc.

Para alterar, alienar, hypothecar ou por outra forma onerar de passivos os vapores e bens immoveis da sociedade, como tambem para a aquisição de navios no estrangeiro, é necessario o consentimento do governo.

O conselho de administração pôde para fins determinados e por tempo marcado passar procuração especial a conselheiros ou empregados da sociedade. As procurações são revogaveis.

O conselho de administração constitue do seu seio em Trieste uma comissão composta de quatro membros para a direcção superior e para velar sobre o serviço corrente e em Vienna uma comissão composta de quatro membros para receberem as communicações e servir de intermediaria nas relações com a autoridade central e tambem, conforme a necessidade, com as espheras, commerciaes e com as referentes aos transportes.

Os membros da comissão de Trieste devem ter o seu domicilio ordinario em Trieste.

De cada uma das duas comissões, como tambem de qualquer outra que actualmente se constituir, deve fazer parte um dos membros do conselho de administração nomeado pelo imperial e real ministerio do commercio.

O presidente tem direito de assistir com voto deliberativo á sessão das comissões.

Para desempenho do serviço executivo é instituida em Trieste uma directoria de exercicio, a qual consta de um ou mais directores.

Antes da nomeação dos mesmos o conselho de administração deve certificar-se de que nada se oppõe da parte do imperial e real ministerio do commercio.

A comissão existente em Vienna terá annexa para o desempenho dos negocios della exigidos um escriptorio, o qual será munido dos necessarios poderes para tratar directamente com as autoridades e com as partes.

Art. 20. O conselho de administração reúne-se em sessão, como regra, cada mez.

Para a validade das deliberações é necessaria a presença de cinco membros pelo menos.

As deliberações se tomam por maioria de votos ; no caso de igualdade de votos, o presidente tem o voto de desempate.

O regulamento interno do conselho de administração e das comissões estabelecidas em Trieste e em Vienna, como tambem o regulamento do serviço da directoria em exercicio e do escriptorio annexo á comissão de Vienna, devem ser approvados pelo imperial e real ministerio do commercio.

O conselho de administração percebe a titulo de emolumento a quantia de 45.000 florins, moeda austriaca, cuja distribuição entre os seus membros é estabelecida com a approvação do imperial e real ministerio do commercio.

## CAPITULO IV

## CONTABILIDADE, PRESTAÇÃO DE CONTAS E LUCROS

Art. 21. A caixa principal na qual serão depositadas as sommas de qualquer importancia, as letras, qualquer escripto de valor e documentos, ficará sob a guarda, com tres chaves, de dous membros do conselho de administração e de um director e no fim de cada mez o balancete assignado pelos mesmos deverá ser apresentado ao conselho de administração e se juntará á acta das sessões.

O conselho de administração é obrigado a empregar utilmente e com a possível segurança os meios pecuniarios existentes e tomará sentido em que não se accumule importancia muito grande nas proprias agencias ou em mãos estranhas.

Art. 22. A sociedade tem os seus registros e contas em moeda austriaca.

O anno social corre de 1 de janeiro ao fim de dezembro.

No fim de dezembro de cada anno as agencias deverão prestar as suas contas e remettel-as ao conselho de administração, o qual então, sob a base das mesmas e dos proprios registros, no mez de abril seguinte apresenta a conta geral do balanço.

Art. 23. A assembléa geral elege annualmente uma commissão de revisão, composta de quatro membros e dous substitutos entre os accionistas que não tenham parte na administração e domiciliados em Trieste, os quaes, examinando a contabilidade communicando as suas observações ao conselho de administração para que este, de accordo com os mesmos, possa determinar o valor das propriedades sociaes e fazer o balanço geral. Tanto este balanço como a acta da seguinte assembléa geral deverão ser assignados pelos mesmos.

Os substitutos funcionam no caso de impellimento de outro dos revisores, segundo o numero dos votos obtidos na eleição ; no caso de empate, decide a sorte.

A commissão de revisão percebe em remuneração dos seus serviços a quantia de 2.000 florins a dividir em partes iguaes entre os membros da mesma, os quaes tenham de facto exercido as funções de revisores.

Ao fechar os valores dos bens sociaes se deverá observar, com referencia ás reduções annuaes, as seguintes normas :

a) do valor dos vapores se deduzirão annualmente pelo menos 5 % ;

b) do valor das outras embarcações se deduzirão annualmente pelo menos 8 % ;

c) do valor dos utensilios se deduzirão annualmente pelo menos 15 % ;

d) como valor de que se tem de fazer as deducções a), b), c) será considerado o preço do custo.

As deducções para a) e b) cessam quando o valor reduzido dos vapores e das outras embarcações corresponde ao valor real dos mesmos.

Para fixar o limite maximo das deducções serão nomeados de vez em quando um perito pelo Imperial e Real Tribunal Commercial e Maritimo e um pela sociedade, os quaes deverão dar o valor real dos vapores e das outras embarcações.

No caso de divergencia de opiniões o Imperial e Real Tribunal Commercial e Maritimo nomea outro perito, o qual decidirá definitivamente e sem appellação, em Trieste.

Art. 24. Uma importancia não superior a um por mil do capital das acções será annualmente destinada á contribuição ao Instituto Beneficente dos Empregados do Lloyd Austriaco.

Para fazer face ás despesas causadas por sinistros maritimos eventuaes ou elementares fica formado um fundo de seguro, cuja dotação é fixada na importancia annual de 1 % (um por cento) do valor que pelo balanço do anno precedente constar lançado para vapores e para as outras embarcações.

No caso que o fundo de seguro consiga ter uma somma excedente ás necessidades presumiveis, elle passará o seu excedente para o fundo de reserva.

Art. 26. O prejuizo que pelo balanço se verificar em 31 de dezembro de 1891 será distincto de maneira que, antes da distribuição de um dividendo aos accionistas, devera ser tirada dos lucros dos annos que se seguem a importancia que for calculada, necessaria para extingui-los, sem computo de juros, nos proximos 15 annos, a começar de 1 de janeiro de 1892, em porções iguaes annuaes.

Art. 27. Dos lucros annuaes sociaes entrantes, deduzida toda a despesa de exercicio, serão antes de tudo pagos os juros estabelecidos para os emprestimos de prioridade. O que restar depois destes pagamentos, depois das reduções (art. 23), depois das dotações ao instituto de pensões (art. 24), depois das contribuições para o fundo de seguros (art. 25) e depois da contribuição para a extincção do prejuizo expresso na base do balanço de 31 de dezembro de 1891 (art. 26), forma o lucro liquido social.

Art. 28. Do lucro liquido annual que ficar tira-se o dividendo aos accionistas.

Sendo distribuido aos accionistas um dividendo maior de 4 %, toca aos membros do conselho de administração em partes iguaes entre si os 5 % do lucro liquido que resultar depois de feito o supradito pagamento do dividendo.

Art. 29. No caso que o lucro liquido de um anno exceda de 4 % do capital de acções, o excedente que resultar será repartido entre a Imperial e Real Administração do Estado e a sociedade, de modo que á Imperial e Real Administração do Estado toque um terço e á sociedade dous terços.

Art. 30. Sem autorisação do governo o conselho de administração não poderá distribuir um dividendo maior de 4 %.

Art. 31. O que restar depois de distribuido o dividendo, respectivamente depois de paga a *tantième* ao conselho de adminis-



tração no sentido do art. 28, bem como a quota que toca à Imperial e Real Administração do Estado, o teor do art. 29, no caso de um lucro liquido excedente a 4 % do capital de acções, entra para o fundo de reserva.

Este fundo é destinado, quando os resultados do anno não chegarem, a fazer face aos juros estabelecidos para os empréstimos de prioridade, às despesas do exercicio social, às reduções (art. 23), à dotação ao instituto de pensões (art. 24), à contribuição ao fundo de amortização (art. 25) e, depois de satisfeitos estes *itens*, ao pagamento de um dividendo aos accionistas.

## CAPITULO V

### PUBLICAÇÕES — DIVERGENCIAS

Art. 32. As publicações da sociedade se fazem nos jornaes officiaes de Vienna e Trieste.

Art. 33. Todas as divergencias entre a sociedade e os accionistas, que se suscitarem das relações sociaes, serão sem appellação decididas em Trieste por juizo arbitral, renunciando as partes a toda acção judicial e a toda reclamação contra o *laudo*.

Cada parte elege um arbitro e estes entre si nomeam um terceiro para julgar, reunidos e por maioria de votos.

Si uma das partes não nomea e não avisa o arbitro oito dias depois que lhe é notificada pela outra parte a nomeação do primeiro arbitro, ou si os arbitros eleitos não puderem chegar a um accordo dentro de oito dias da sua nomeação sobre a nomeação do terceiro, se officiará ao Imperial e Real Tribunal Commercial e Maritimo de Trieste para nomear o segundo e eventualmente o terceiro arbitro.

Nenhum dos tres arbitros deverá ter interesse algum no objecto da divergencia.

## CAPITULO VI

### INGERENCIA POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Art. 34. O imperial e real ministerio do commercio exerce segundo o seu criterio, por meio dos órgãos para isso instituidos, a ingerencia sobre tudo quanto diz respeito à sociedade, especialmente sobre a exacta observancia dos contractos com ella. Elle tem a faculdade de fazer examinar o que pertencer ao Lloyd, e inspecionar os livros, bem como exigir os necessarios esclarecimentos e documentos.

O imperial e real ministerio do commercio se reserva o direito de nomear junto á sociedade um commissario governativo, e, sendo necessario, indicar-lhe um substituto em Vienna e um em Trieste.

Não se poderá tomar nenhuma resolução administrativa importante, sem que o commissario do Governo ou os seus substitutos sejam previamente informados. O commissario do Governo ou os seus substitutos tem o direito de assistir a todas as sessões do conselho de administração e das respectivas commissões deste e ás assembleas geraes, e tem o direito de suspender as eventuaes decisões contrarias ás leis, aos estatutos da sociedade ou aos contractos celebrados com a Imperial e Real Administração do Estado, como também aos interesses geraes, dando comunicação ao imperial e real ministerio do commercio para as ulteriores providencias. Ao commissario do governo ou aos seus substitutos se permittira, quando elles o exigirem, a inspecção da correspondencia do Lloyd com a autoridade governativa, bem como dos respectivos elencos.

Em referencia á remuneração aos órgãos de ingerencia que forem designados pelo imperial e real ministerio do commercio e ao pagamento das despesas inherentes ao exercicio da inspecção do governo, a sociedade depositará na caixa do Estado, que for designada pelo imperial e real ministerio do commercio, uma somma annual que será fixada pela administração do Estado.

---

N. 18.317 — Os presentes estatutos foram approvados por Sua Magestade o Imperador, em substituição aos estatutos anteriormente approvados sob a data de 6 de fevereiro de 1889.

N 22.537 — de 1888.

Vienna, 4 de setembro de 1891. — O ministro *Tuaiffe*.

(Sello do ministerio.)

---

Uma estampilha de 50 kreuzer inutilizada.

Pelo presente, attesto que este traslado é inteira e verbalmente conforme ao original apresentado pelas partes e a ellas restituído sellado com o sello de um florim.

Trieste, 6 de agosto de 1892. — Dr. *Johan Lichtenstern*, imperial e real tabellião.

(Sello do tabellião.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. Giovanni, Barão de Lichtenstern, imperial e real tabellião, e para constar

onde convier, a pedido do mesmo passei o presente que assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Trieste em 11 de agosto de 1892. — *Fred. Fitz Gibbons*, vice-consul.

(Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Fred. Fitz Gibbons, vice-consul do Brazil em Trieste.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1892. — Pelo director geral — (Assignado sobre tres estampilhas no valor colectivo de 2\$900), *L. L. Fernandes Pinheiro*.

Nada mais continham os ditos estatutos que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

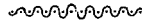
Em fé do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos 28 de setembro de 1892. — *Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.

N. 21.303 — No original estavam colladas cinco estampilhas do valor colectivo de sete mil e setecentos réis e devidamente inutilisadas.

Recebi :

|                        |         |
|------------------------|---------|
| Pelos emolumentos..... | 70\$000 |
| Estampilhas.....       | 7\$000  |
| Augmento.....          | \$700   |
|                        | <hr/>   |
|                        | 77\$700 |
|                        | <hr/>   |

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1892. — *Johannes Jochim Christian Voigt*.



#### DECRETO N. 1140 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Declara caducas as concessões de tres engenhos contraes de que é cessionaria a Companhia de Melhoramentos em Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, reconhecendo que a Companhia de Melhoramentos em Sergipe, cessionaria da garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de tres engenhos contraes de assucar e alcool de canna

no Estado de Sergipe, de que tratam os decretos ns. 772 de 20 de setembro de 1890 e 930 de 24 de outubro do mesmo anno, cujas transferencias foram feitas pelos de ns. 119 e 120 de 4 de abril de 1891, deixou que fossem excedidos os prazos marcados para a conclusão das obras, resolve declarar caducas as mencionadas concessões, em observancia ao art. 25 do regulamento approved pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 1141 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1892

Declara caduca a concessão dos dous engenhos centraes da Companhia Industria e Construção, constantes do primeiro grupo de que trata a clausula 2ª do decreto n. 888 de 18 de outubro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, reconhecendo que a Companhia Industria e Construção, concessionaria da garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de oito engenhos centraes de assucar e alcool de canna nos Estados da Parahyba e Alagôas, deixou que fosse excedido o prazo marcado para a conclusão das obras de dous engenhos do primeiro grupo de que trata a clausula 2ª do decreto n. 888 de 18 de outubro de 1890, resolveu declarar caduca esta parte da concessão, em observancia à alludida clausula e ao art. 25 do regulamento approved pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1141 A — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1892

Declara de utilidade publica municipal a desapropriação do terreno da rua do acramento, correspondente aos antigos predios ns. 224 e 226.

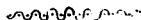
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz a Municipalidade em officio de 12 do corrente mez, decreta :

E' declarada de utilidade publica municipal a desapropriação do terreno existente à rua do Sacramento, entre as do Hospicio e do Senhor dos Passos, e comprehendido no trecho correspondente aos antigos predios ns. 224 e 226, aos quaes se referem os decretos ns. 718 de 27 de janeiro do corrente anno e 9892 de 7 de março de 1888.

Capital Federal, 18 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1141 B — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1892

Declara de utilidade publica municipal a desapropriação dos terrenos da freguezia de Inhaúma pertencentes a Alexandrina Rosa de Carvalho.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o presidente da Municipalidade da Capital Federal em officio de 31 de outubro proximo findo, decreta :

E' declarada de utilidade publica municipal, nos termos do decreto n. 602 de 24 de julho de 1890, visto serem necessarios à construção de uma bateria de fornos de incineração de lixo, a desapropriação dos terrenos pertencentes a Alexandrina Rosa de Carvalho, sitos na freguezia de Inhaúma e que teem por limites, de um lado a estrada que se dirige ao porto de Inhaúma, e do outro o canal dos Manguinhos até ao mar, os quaes se acham descriptos na planta que acompanhou o citado officio.

Capital Federal, 18 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1142 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1892

Dá regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação contida nas leis ns. 23 de 30 de outubro de 1891 e 126 B de 21 do corrente, resolve approvar o regulamento que com este baixa assignado pelo Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o fará executar.

Capital Federal, 22 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Regulamento approved pelo decreto n. 1142  
desta data

CAPITULO I

Art. 1.º A Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas é dividida em quatro Directorias Geraes:

Directoria de Contabilidade ;  
Directoria da Industria ;  
Directoria de Viação ;  
Directoria de Obras Publicas.

Art. 2.º A Directoria Geral de Contabilidade terá:

1 director geral ;  
2 chefes de secção ;  
2 primeiros officiaes ;  
4 segundos officiaes ;  
3 amanuenses ;  
2 praticantes ;  
1 porteiro ;  
1 ajudante do porteiro ;  
2 continuos, tendo um exercicio no Gabinete ;  
4 correios.

Art. 3.º A Directoria Geral da Industria terá:

- 1 director geral ;
- 2 chefes de secção ;
- 3 primeiros officiaes ;
- 2 segundos officiaes ;
- 3 amanuenses ;
- 2 praticantes ;
- 1 continuo.

Art. 4.º A Directoria Geral de Viação terá:

- 1 director geral ;
- 2 chefes de secção ;
- 3 primeiros officiaes ;
- 2 segundos officiaes ;
- 3 amanuenses ;
- 2 praticantes ;
- 1 continuo.

Art. 5.º A Directoria Geral de Obras Publicas terá:

- 1 director geral ;
- 2 chefes de secção ;
- 2 primeiros officiaes ;
- 2 segundos officiaes ;
- 3 amanuenses ;
- 3 praticantes ;
- 1 continuo.

## CAPITULO II

### DOS TRABALHOS COMMUNS ÁS DIRECTORIAS GERAES

Art. 6.º A todas as Directorias Geraes, na parte relativa aos serviços de sua competencia, incumbe:

§ 1.º O registro da entrada de todos os papeis.

§ 2.º O registro por extracto dos negocios, com indicação do processo que forem seguindo e das divisões que tiverem.

§ 3.º A organização do quadro dos empregados e de seus vencimentos, com as observações relativas ao exercicio e procedimento de cada um delles.

§ 4.º O inventario dos moveis e de quaesquer outros objectos.

§ 5.º A preparação das bases para os contractos.

§ 6.º A organização do orçamento e da tabella de distribuição dos creditos abertos para os diversos serviços.

§ 7.º Os trabalhos preliminares para a abertura dos creditos extraordinarios.

§ 8.º A fiscalização das despesas ordenadas pelo Ministro.

§ 9.º As certidões.

§ 10. O indice das leis e decisões do Governo.

## CAPITULO III

## DOS NEGOCIOS ESPECIAES A CADA DIRECTORIA GERAL

Art. 7.º A Directoria Geral de Contabilidade constará de duas Secções.

I. A' 1ª Secção incumbe :

§ 1.º Registrar e distribuir pelas diversas Directorias Geraes todos os papeis que lhe forem enviados pelo Gabinete.

§ 2.º Distribuir o relatório annual do Ministerio.

§ 3.º Redigir a correspondencia sobre posses de funcionarios publicos não dependentes do Ministerio.

§ 4.º Redigir os contractos que forem celebrados pelo Ministerio, guiando-se pelas notas fornecidas pelas Directorias Geraes respectivas ; consultar sobre a interpretação dos mesmos e fornecer ás partes contractantes a primeira cópia dos contractos por ellas assignados.

§ 5.º O assentamento dos proprios nacionaes a cargo do Ministerio.

§ 6.º Expediente relativo ao Montepio dos empregados do Ministerio.

§ 7.º Guarda do archivo e da bibliotheca da Secretaria.

II. A' 2ª Secção compete :

§ 1.º Organizar o orçamento geral do Ministerio.

§ 2.º A expedição das ordens de pagamento.

§ 3.º Propôr a abertura de creditos supplementares extraordinarios.

§ 4.º Propôr tudo quanto interessar á fiscalização e economia dos dinheiros do Estado.

§ 5.º Fazer a escripturação de todas as despesas ordenadas, de modo que em qualquer época se possa saber a importancia de cada uma.

§ 6.º Verificar todas as contas que forem apresentadas ao Ministerio pelas repartições delle dependentes.

Art. 8.º A Directoria Geral da Industria terá duas Secções :

I. A' 1ª Secção incumbe:

§ 1.º Estabelecimentos e institutos agricolas e industriaes, escolas praticas de agricultura, sociedades de acclimação e outras que se proponham ao melhoramento e progresso da lavoura.

§ 2.º Exposições agricolas e industriaes.

§ 3.º Jardins botanicos, aquisição e distribuição de plantas e sementes.

§ 4.º Introducção e melhoramento de raças de animaes e escolas de veterinaria.



§ 5.º Registro dos animaes importados ou nascidos no territorio da União, na conformidade do decreto n. 1414 de 21 de fevereiro de 1891.

§ 6.º Os diversos ramos de industria e seu ensino profissional.

§ 7.º Caixas economicas, montes de soccorro particulares, sociedades anonymas, bancos de credito real e quaesquer outras instituições de credito que tenham por fim favorecer a uma classe de productores ou a um ramo especial de industria.

§ 8.º Serviços concernentes a patentes de invenção, desenhos e modelos industriaes, marcas de fabrica e de commercio.

§ 9.º Conservação das florestas e execução dos regulamentos concernentes á pesca nos mares territoriaes.

II. A' 2ª Secção compete :

§ 1.º Negocios concernentes ao commercio, salvo os da competencia dos Ministerios da Fazenda e Justiça.

§ 2.º Correios, terrestres e maritimos.

§ 3.º O que for attinente ás terras pertencentes á União.

§ 4.º A immigração e colonisação.

§ 5.º A estatistica dos serviços da Directoria Geral.

Art. 9.º A Directoria Geral de Viação se comporá de duas Secções :

I. A' 1ª Secção incumbe:

§ 1.º Estradas de ferro custeadas pela União Federal.

§ 2.º Navegação subvencionada.

II. A' 2ª Secção compete :

§ 1.º Concessão e fiscalização de estradas de ferro pertencentes a empresas particulares, quer sejam ou não auxiliadas pelos cofres publicos.

§ 2.º Estatistica dos serviços da Directoria Geral.

Art. 10. A Directoria Geral de Obras Publicas constará de duas Secções:

I. A' 1ª Secção compete :

§ 1.º Obras publicas geraes, exceptuadas as que se destinarem ao serviço especial dos outros Ministerios.

§ 2.º Estradas e caminhos communs ou de rodagem.

§ 3.º Pontes e outras construcções civis.

§ 4.º Exploração e navegabilidade dos rios no que for da competencia do Governo Federal.

§ 5.º Canaes, cães, docas e outras obras hydraulicas.

§ 6.º Abertura e desobstrucção e melhoramento dos portos e bahias.

§ 7.º Revisão dos trabalhos de fiscalização das Obras Publicas affectas á Directoria Geral.

II. A' 2ª Secção incumbe :

§ 1.º Telegraphos e telephonos.

§ 2.º Directoria Geral de Estatistica.

§ 3.º Providencias relativas ao systema de pesos e medidas.

§ 4.º Registro de titulos e outros diplomas scientificos.

§ 5.º Guarda, conservação e arrecadação dos instrumentos de engenharia.

Nenhum instrumento será entregue sem que o engenheiro que o receber assigne termo na Directoria Geral, obrigando-se a restituil-o logo que terminar a sua commissão, ou responsabilizando-se pelo respectivo valor, no caso de perda por culpa sua.

Art. 11. O ministro designará um director geral ou qualquer outro empregado para organizar e submeter a sua consideração o relatório annual do Ministerio.

## CAPITULO IV

### GABINETE DO MINISTRO

Art. 12. O ministro designará por aviso, para os trabalhos do respectivo Gabinete, um funcionario de sua confiança, tirado das Repartições do Ministerio ou estranho a ellas, com a denominação de secretario, e chamará para auxiliares empregados da Secretaria ou pessoas estranhas.

Art. 13. Incumbe aos empregados do Gabinete :

I. Receber e fazer registrar na Directoria Geral de Contabilidade, para distribuição ás outras Directorias Geraes, todos os papeis que entrarem na Secretaria para serem processados ;

II. Receber das Directorias Geraes, e fazer chegar á presença do ministro, os papeis que por elle tiverem de ser despachados ;

III. Providenciar sobre a expedição dos actos que, depois de assignados pelo ministro, devam ser logo expedidos, fazendo as devidas communicações ;

IV. Transmittir ás Directorias Geraes, por escripto, as ordens que, á vista da urgencia, não lhes possam ser communicadas directamente pelo ministro ;

V. Auxiliar o ministro nos trabalhos que este reservar para si ;

VI. Dar ao ministro todas as informações que lhe forem necessarias para o despacho das partes em audiencia ;

VII. Organizar as pastas para despacho do ministro e do Chefe do Estado ;

VIII. Incumbir-se da correspondencia epistolar e telegraphica do Gabinete e do archivo desses actos ;

IX. Restituir ás Directorias Geraes, devidamente classificados, os papeis que ficarem no Gabinete sem despacho ou assignatura, por occasião de exoneração do ministro, e aos seus successores ou ao novo ministro o registro dos reservados do Gabinete.

## CAPITULO V

DAS NOMEAÇÕES, DEMISSÕES, SUBSTITUIÇÕES E EXERCICIO INTERINO  
DOS EMPREGADOS

Art. 14. Serão nomeados por decreto os directores geraes, os chefes de secção, os primeiros e segundos officiaes, e por portaria do ministro todos os outros empregados.

§ 1.º As nomeações dos directores geraes serão de exclusiva escolha do Governo.

§ 2.º Será de accessão, attendendo-se ao merecimento e à antiguidade, a nomeação dos chefes de secção e dos primeiros e segundos officiaes.

§ 3.º As dos amanuenses e praticantes dependerão de concurso.

Art. 15. Ninguém será nomeado praticante, sem provar sua qualidade de cidadão brasileiro, idade superior a 18 annos e bom procedimento, apresentando, para este fim, attestações das autoridades policiaes da respectiva circumscripção ou de pessoas conhecidas, bem como folha corrida.

Art. 16. As provas no concurso para o logar de praticante serão escriptas e oraes, e versarão sobre as seguintes materias :

Calligraphia ;  
Grammatica nacional ;  
Arithmetica, até á theoria das proporções inclusivamente ;  
Francez.

Art. 17. Para o logar de amanuense exige-se idade de 21 annos, bom procedimento e concurso ou exame escripto e oral sobre as seguintes materias :

Linguas portugueza, franceza e ingleza ;  
Arithmetica, algebra e geometria ;  
Geographia, chorographia e historia do Brazil ;  
Noções de direito publico e administrativo ;  
Redacção official.

Art. 18. Poderão ser nomeados amanuenses, sem prestação de concurso, os que occuparem em outras repartições empregos de igual categoria, para os quaes tenham sido nomeados em virtude de approvação obtida em concurso, nas materias de que trata o art. 17.

Art. 19. Os concursos serão annunciados com antecedencia de 30 dias, em edital publicado pela imprensa.

Art. 20. Os directores geraes, chefes de secção, primeiros e segundos officiaes, e mais empregados do Ministerio, que tiverem mais de 10 annos de effectivo serviço, só poderão ser demittidos no caso de haver provas de terem praticado qualquer dos crimes de revelação de segredo, traição, abuso de confiança, suborno, concussão, peculato e prevaricação, ou de reconhecida falta de

zelo no serviço publico, comprovada já pela ausencia frequente á Secretaria, sem causa que a justifique, já pelo abandono dos serviços de que forem encarregados. Os empregados que tiverem menos de 10 annos de serviço poderão ser demittidos, quando comprovada estiver a sua inaptidão ou deixarem de bem servir, faltando sem causa frequentemente á Secretaria ou descurando dos serviços de que forem encarregados.

Art. 21. Serão substituidos em seus impedimentos e faltas:

1.º O director geral pelo chefe de secção que o ministro designar, ou, em falta de designação, pelo mais antigo que se achar presente;

2.º Os chefes de secção pelos primeiros officiaes que o director geral designar;

3.º O porteiro pelo seu ajudante e este pelo continuo que o director geral competente designar.

Art. 22 Ao substituto caberá, além do respectivo vencimento integral, uma gratificação igual á differença entre este e o do logar substituido.

Art. 23. O empregado que exercer interinamente logar vago, perceberá todos os vencimentos deste, sem accumulção.

## CAPITULO VI

### DAS ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 24. A cada um dos directores geraes compete:

1.º Distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos ;

2.º Manter e fazer manter, pelos meios a seu alcance, a observancia das ordens em vigor ;

3.º Exigir por despacho assignado, nas petições, o preenchimento dos requisitos e formalidades legais, sem o que não remetterão os papeis á presença do ministro ;

4.º Cumprir as determinações verbaes ou escriptas do ministro ;

5.º Propôr ao ministro, verbalmente ou por escripto, as providencias que julgar convenientes, e consultal-o no que parecer a bem do serviço publico ;

6.º Crear os livros necessarios para a escripturação, protocollos especiaes e registros da Directoria Geral ;

7.º Designar os empregados que deverão auxiliar a secção onerada por affluencia de trabalhos, podendo removel-os de uma para outra secção, quando o exigir o bem do serviço ;

8.º Ter sob sua responsabilidade as cifras telegraphicas e a correspondencia, que por sua natureza não tenha de ser distribuida ás secções ;

9.º Preparar e fazer preparar os regulamentos e instruções para a execução das leis e bem assim as instruções para a direcção, processo, ordem e economia dos serviços da sua Directoria;

10. Apresentar ao ministro, na época conveniente, o relatório annual dos trabalhos da sua Directoria Geral;

11. Mandar passar, por despacho assignado, não havendo inconveniente, e authenticar as certidões requeridas;

12. Assignar, quando não for dirigida aos ministros de estado e as Mesas das Camaras Legislativas Federaes, a correspondencia feita em nome do ministro, relativamente as informações e esclarecimentos para instrução e decisão dos negocios, e as communicações, recebimento ou remessa de papeis;

13. Conferenciar, sempre que for necessario, com os outros directores geraes;

14. Prestar-lhes, ou a quaesquer autoridades, espontaneamente, ou mediante requisição, os esclarecimentos precisos;

15. Dar audiencia todos os dias uteis, em hora previamente annunciada, ás partes que o procurarem para negocios affectos á sua Directoria;

16. Dar posse á seus subordinados;

17. Impôr as penas disciplinares de conformidade com o capitulo X;

18. Assignar a folha dos vencimentos dos empregados de sua Directoria, julgando ou não justificadas as faltas, que contarem durante o mez, á vista do livro do ponto e requisitar o respectivo pagamento;

19. Providenciar sobre o encerramento do ponto e sobre as notas que no livro respectivo devam ser lançadas;

20. Enviar por escripto, todos os trimestres, uma communicação reservada ao ministro sobre a assiduidade dos empregados sob sua direcção, acompanhada de seu juizo sobre cada um e dos trabalhos mais importantes que tenham feito;

21. Revêr todo o expediente e lançar o seu — visto — quando não tiver de dar parecer, em todos os papeis que tenham de ser levados á presença do ministro;

22. Dar licença até 30 dias aos empregados na conformidade do capitulo 8.º;

23. Representar ao ministro sobre irregularidades ou delictos commettidos pelos empregados, quando a penalidade não caiba em sua alçada;

24. Ordenar as despesas com o expediente e mais objectos necessarios á Directoria Geral, dentro do credito distribuido;

25. Visitar os estabelecimentos dependentes de sua Directoria, prestando informações ao ministro sobre o que verificar em taes visitas;

26. Exercer quaesquer outras attribuições que lhe couberem por este regulamento e mais disposições em vigor.

Art. 25. A cada um dos chefes de secção incumbem:

1.º Auxiliar a direcção dos trabalhos segundo as instruções do director geral;

2.º Dirigir, examinar, fiscalizar e promover todos os trabalhos que competirem á respectiva secção, e entregal-os ao director geral convenientemente feitos;

3.º Ter em dia os registros de sua secção e a classificação das minutas dos avisos e officios da secção ;

4.º Prestar aos outros chefes de secções da mesma Directoria as informações necessarias aos trabalhos respectivos;

5.º Apresentar ao director geral, até ao dia 31 de janeiro, as notas e elementos para o relatorio annual da Directoria, com os documentos em que se basearem, bem assim para o orçamento das despezas do Ministerio na parte que lhe competir ;

6.º Propor ao director geral as medidas que julgar convenientes, assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos como sobre a insufficiencia do pessoal da secção ou sobre a falta de cumprimento de deveres por parte dos empregados ;

7.º Legalizar as cópias e documentos que hajam de ser expedidos pela secção depois de conferidos e que devam ser autenticados pelo director geral;

8.º Propôr ao director geral a remessa de papeis findos ao archivo ;

9.º Organizar a synopse e indice das leis, regulamentos, instruções e decisões peculiares aos assumptos tratados na secção.

Art. 26. Os officiaes, amanuenses e praticantes :

1.º Executarão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos chefes de secção ;

2.º Coadjuvar-se-hão prestando informações reciprocas e communicando uns aos outros o que for adequado á perfeita execução dos diferentes serviços.

Art. 27. No archivo da Secretaria os empregados respectivos, além dos serviços extraordinarios que lhes caibam, são obrigados ao seguinte :

1.º Conservar o archivo em ordem e com asseio ;

2.º Guardar todos os livros e papeis findos, classificar-os com rotulos ou indicações ;

3.º Organizar por classes correspondentes aos varios ramos de serviços da Secretaria o catalogo dos livros manuscritos e o indice dos papeis, cartas, memorias, planos, orçamentos, mappas, jornaes, folhetos e outros documentos existentes no archivo ;

4.º Entregar qualquer livro, papel ou documento exigido pelos directores geraes ou pelos chefes de secção, mediante nota, que será restituída para ser inutilisada quando se recolher ao archivo o papel, livro ou documento ;

5.º Colleccionar e fazer expedir os impressos que devam ser distribuidos por ordem do director geral competente ;

6.º Catalogar os livros e objectos da bibliotheca.

Art. 28. E' da attribuição do porteiro :

1.º Abrir e fechar a Secretaria ;

2.º Cuidar na segurança e asseio do edificio ;

3.º Comprar, de ordem dos directores geraes, pelo methodo que mais conveniente parecer, os objectos necessarios para o serviço da Secretaria, e apresentar as contas documentadas das despesas ;

4.º Expedir toda a correspondencia official ;

5.º Pôr o sello da Secretaria nos actos que exigirem esta formalidade ;

6.º Determinar o serviço dos correios e fiscalizar a despeza com o transporte dos mesmos para a entrega da correspondencia ;

7.º Ordenar e fiscalizar o trabalho dos serventes, propondo ao director geral competente a dispensa do que não servir bem ;

8.º Encerrar o ponto do seu ajudante, dos continuos e dos correios ;

9.º Representar aos directores geraes sobre o procedimento dos continuos.

Art. 29. Ao ajudante do porteiro incumba coadjuvar o porteiro, substitui-lo em suas faltas ou impedimentos.

Art. 30. Aos correios cabe fazer entrega da correspondencia e auxiliar o serviço do porteiro, quando se achem na Secretaria.

Art. 31. Aos continuos compete o serviço de transmissão dos papeis e recados dentro da Secretaria.

## CAPITULO VII

### DOS VENCIMENTOS E DOS DESCONTOS POR FALTAS

Art. 32. Competem aos empregados os vencimentos marcados na tabella annexa a este regulamento.

Art. 33. Não terá direito a vencimento algum o empregado que, ainda mesmo com autorização do ministro, deixar temporariamente o exercicio de seu logar pelo de qualquer commissão estranha ao Ministerio.

Art. 34. Não soffrerá desconto o empregado que deixar de comparecer á Secretaria por se achar incumbido:

1.º De qualquer trabalho ou commissão, de ordem do ministro ;

2.º De serviço da Secretaria que exija trabalho fóra della, quer durante as horas do expediente quer nas demais horas do dia ;

3.º De qualquer trabalho gratuito obrigatorio em virtude de lei.

Em qualquer destas hypotheses se fará declaração no livro do ponto e na folha mensal do vencimento.

Art. 35. O empregado que faltar ao serviço fóra das hypotheses do artigo antecedente, soffrerá perda total dos vencimentos :

1.º Si não justificar o motivo da falta ;

2.º Si retirar-se sem autorização do director geral ou de quem suas vezes fizer, antes de findos os trabalhos.

Art. 36. Perderá toda a gratificação o que faltar com causa justificada, a saber : por molestia, nojo ou gala de casamento.

A molestia será provada com attestado medico, si as faltas excederem a tres dias.

Art. 37. Soffrerá o desconto de metade da gratificação o empregado que comparecer depois de encerrado o ponto, nas tres primeiras faltas durante o mez ; e si houver excesso, dahi em deante, de toda a gratificação.

Art. 38. As faltas se contarão á vista do livro do ponto, que deve haver em cada Directoria Geral e sera assignado pelos empregados, assim durante o primeiro quarto de hora que se seguir á marcação para começo dos trabalhos, como na occasião de se retirarem, findo o expediente do dia.

Art. 39. O desconto por faltas interpoladas não comprehendêrã os dias feriaes ; sendo, porém, successivas, comprehendêrã todos os dias.

Art. 40. A excepção dos directores geraes, que todavia deverão comparecer regularmente á Secretaria, e dos funcionarios do Gabinete, todos os empregados estão sujeitos ao ponto.

## CAPITULO VIII

### DAS LICENÇAS

Art. 41. As licenças serão concedidas aos empregados, ou por molestia provada que os inhabilita de exercerem os cargos, ou qualquer outro motivo justo e attendivel.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito á percepção do ordenado até seis mezes e de metade do ordenado por mais de seis mezes até doze.

§ 2.º A licença por motivo que não seja molestia importa o desconto da quarta parte do ordenado até tres mezes ; da metade por mais de tres até seis ; de tres quartas partes por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dahi por deante.

§ 3.º Em nenhuma hypothese a licença dara direito á percepção da gratificação de exercicio.

Art. 42. O tempo da licença prorogada ou de novo concedida dentro de um anno, contado do dia em que houver termino a primeira, será junto ao da antecedente ou autecedentes, a fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo anterior.

Art. 43. Para formar o maximo de seis mezes, de que trata o art. 41 § 1º, deverá ser levado em conta o tempo das licenças concedidas pelos directores geraes.

Art. 44. Esgotado o tempo de um anno, maximo dentro do qual podem as licenças ser concedidas com vencimento, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 41, só se concedêrã nova licença com ordenado ou parte d'elle depois que tiver decorrido um anno contado do termo da ultima.

Art. 45. Toda a licença entender-se-ha concedida com a clausula de poder ser gosiada aonde a prouver ao licenciado, dentro do paiz. Quando for fóra do paiz, a licença especificará.



Art. 46. Não se concederá licença ao empregado que ainda não tiver entrado no exercício do logar.

Art. 47. Ficará sem effeito a licença, si o empregado que a tiver obtido não entrar no goso della dentro do prazo de um mez, a contar da data da sua publicação no *Diario Official*.

Art. 48. E' permittido ao empregado que se acha no goso de licença, renuncial-a pelo resto do tempo, contanto que reassuma o exercício do seu logar.

Art. 49. O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simples mente gratificação ou cujo vencimento for de uma só natureza, do qual duas terças partes sómente serão consideradas como ordenado.

Art. 50. Não se considerarão renunciadas as licenças cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem superior, ou de qualquer outro motivo independente da vontade do empregado.

Art. 51. Ainda quando apresente parte de doente não tem direito a vencimento algum o empregado que, depois de findo o prazo da licença com ordenado ou sem elle, permanecer fôra do exercício do logar.

No caso de continuar impossibilitado de reassumir o exercício, deverá pedir nova licença, que só lhe será concedida, si justificar as faltas correspondentes ao tempo que houver excedido o da anterior.

## CAPITULO IX

### APOSENTADORIA E MONTEPIO

Art. 52. Os empregados da Secretaria só poderão ser aposentados quando se invalidarem no serviço da Nação, por molestia ou idade avançada, nos termos do decreto legislativo n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 53. Perderá a aposentadoria o empregado que em qualquer tempo, por sentença passada em julgado, for convencido de haver, durante o exercício de algum dos empregos, commettido os crimes de peita e de suborno, ou praticado qualquer acto de traição, abuso de confiança ou revelação de segredo.

Art. 54. O montepio dos empregados será regulado pelo decreto n. 1045 de 21 de novembro de 1890, emquanto pelo Poder Legislativo não for revista a materia.

## CAPITULO X

### DAS PENAS DISCIPLINARES

Art. 55. Os empregados da Secretaria, nos casos de negligencia, falta de cumprimento de deveres ou ausencia sem causa justificada por oito dias consecutivos ou por quinze dias interpolada-

mente durante um mez ou em dous seguidos, ficarão sujeitos ás seguintes penas disciplinares :

- 1ª, simples advertencia ;
- 2ª, reprehensão ;
- 3ª, suspensão até oito dias.

Estas penas serão impostas pelos directores geraes, a ultima com recurso para o ministro, podendo a primeira ser tambem infligida pelos chefes de secção.

Art. 56. Só pelo ministro poderá ser determinada a suspensão, que exceda de oito dias, do empregado comprehendido em algum dos seguintes casos :

- 1.º Prisão por motivo não justificavel ;
- 2.º Cumprimento de pena que obste o desempenho das funções do empregado ;
- 3.º Exercício de qualquer cargo, industria ou occupação que prive o empregado do exacto cumprimento de seus deveres ;
- 4.º Pronuncia em crime commum ou de responsabilidade, quer o empregado se livre solto ou preso ;
- 5.º Necessidade da suspensão como medida preventiva ou de segurança.

Art. 57. A suspensão, excepto a preventiva, determinará a perda de todos os vencimentos.

## CAPITULO XI

### TEMPO DE TRABALHO E PROCESSO DO EXPEDIENTE

Art. 58. O trabalho das diversas Directorias Geraes começará ás 10 horas da manhã e findará ás 3 da tarde, em todos os dias uteis.

Art. 59. Poderão os directores geraes, por urgencia do serviço, prorogar as horas do expediente, ou mandar executar, em horas ou dias exceptuados, na Directoria ou fóra della, por quaesquer empregados, trabalhos que lhes compitam.

Art. 60. Para a verificação da entrada e destino dos papeis haverá protocollos necessarios, comprehendendo :

- I. Numero de ordem e data da entrada ;
- II. Indicação do assumpto e procedencia ;
- III. Distribuição ao empregado encarregado do processo ;
- IV. Data da remessa ao ministro depois de preparado completamente ;
- V. Nota do despacho e data da expedição do acto respectivo.

Art. 61. Os papeis serão processados e levados ao conhecimento do ministro :

I. Immediatamente, si contiverem assumpto urgente ;

II. Em prazo não excedente de 15 dias, salvo quando tiver de ser ouvida qualquer outra Repartição, ou quando a gravidade do assumpto ou accumulacão de serviço exigir maior espaço, caso em que o director geral deverá participar ao ministro.

Art. 62. No processo dos papeis além do extracto ou resumo, quando for preciso, à vista da complexidade ou extensão da materia, e das informações e pareceres, os empregados referir-se-hão aos precedentes e estylos ou tradição da Directoria Geral, juntando quaesquer papeis, mesmo findos, para esclarecimento do assumpto.

Art. 63. Os pareceres deverão ser claros, concisos, isentos de prevenção ou animosidades pessoais e de incidentes estranhos ao objecto em estudo, cabendo aos directores geraes mandar, por despacho, cancellar os que forem oppostos a esta indicação.

Art. 64. As communicacões de nomeações, demissões, aposentadorias e licenças serão substituidas pelas publicações feitas no *Diario Official* e as de posse e exercicio pelas verbas ou declarações escriptas nos respectivos titulos, além do competente lançamento das notas respectivas nos livros de assentamento, e os attestados de exercicio, quando requeridos.

Art. 65. E' dispensado o registro :

I. Das leis e dos decretos numerados, dos regulamentos e instrucções ;

II. Dos avisos e officios, cujas minutas serão classificadas systematicamente e encadernadas.

Art. 66. Incumbe às secções na parte relativa aos assumptos de sua competencia:

§ 1.º O registro da entrada de todos os papeis e distribuição destes pelos empregados.

§ 2.º A guarda dos livros e papeis relativos a negocios pendentes.

§ 3.º O exame dos negocios e as informações e pareceres, afim de subirem à presença do ministro.

§ 4.º A redacção dos actos e correspondencia official, segundo a decisão dos poderes competentes.

§ 5.º A organização das bases para os contractos.

§ 6.º A colleccão das minutas dos actos officiaes.

§ 7.º As certidões de papeis que ainda não se acharem no archivo.

§ 8.º Os elementos para a organização do orçamento do Ministerio, e em geral para os trabalhos da contabilidade e para o relatorio do ministro.

§ 9.º Os actos relativos à nomeação e demissão dos empregados respectivos e das repartições dependentes.

§ 10. A remessa, para o archivo da Secretaria, dos papeis relativos a negocios findos.

## CAPITULO XII

## NORMAS E FORMULAS RELATIVAS AOS ACTOS EMANADOS DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO E AOS ACTOS DO MINISTERIO

Art. 67. As leis e resoluções adoptadas pelo Congresso Nacional serão publicadas por decreto (Constituição, art. 48, § 1º), assim redigido :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

« Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte : etc. »

Art. 68. As leis e resoluções da competencia privativa do Congresso Nacional serão igualmente publicadas sob a seguinte formula :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou a lei ou resolução seguinte : etc. »

Art. 69. Na correspondencia do Poder Executivo com o Legislativo observar-se-hão as seguintes normas :

§ 1.º Tratando-se de actos de natureza politica ou propostas do Governo Federal, a Mensagem do Presidente da Republica será transmittida ao presidente da Camara ou do Senado com uma nota do ministro.

§ 2.º Nos casos em que o Presidente da Republica haja de prestar informações exigidas pelo Congresso, e estas dependendo do Ministerio, serão transmittidas em aviso e em nome do mesmo Presidente.

§ 3.º A remessa de papeis relativos a simples expediente e demais communicações do ministro far-se-hão por aviso ao secretario de qualquer das Camaras.

Art. 70. Serão numerados os decretos do Poder Executivo, excepto os referentes á nomeação, demissões e aposentadorias de empregados.

Art. 71. Os actos do Poder Executivo que deverem ter a forma de decretos, numerados ou não, serão expedidos com a assignatura do Presidente da Republica e do ministro.

Art. 72. Os decretos de nomeação ou demissão serão redigidos do seguinte modo :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :  
Resolve, etc. »

Nos titulos do Ministerio observar-se-ha a formula :

« O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve, etc. »

## CAPITULO XIII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 73. O ministro, por despacho em expediente, designará as Directorias Geraes em que devam servir os empregados da Secretaria e essa designação será considerada definitiva.

Art. 74. Não se concederão mais as gratificações autorisadas pela regra 7.<sup>a</sup> do art. 28 do decreto n. 2748, de 16 de fevereiro de 1861, aos empregados que, depois de 30 annos de serviço publico, continuarem no exercicio de seus logares.

Art. 75. As Directorias Geraes são repartições distinctas e independentes entre si, immediatamente subordinadas ao ministro.

Art. 76. De 15 de dezembro de cada anno até 15 de fevereiro subsequente, os directores geraes poderão dividir o respectivo pessoal em turmas para o gozo de 15 dias de fêrias.

Art. 77. Os empregados actuaes que não forem incluídos no quadro do pessoal da Secretaria, ficarão addidos e deverão ser readmittidos nas vagas que forem occorrendo nas classes respectivas, preferindo-se, para isto, os que por accesso puderem ser nomeados, attenta a pratica do ramo especial do serviço a que pertencer o logar vago.

Art. 78. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de novembro de 1892.—*Serzedello Corrêa*.



## DECRETO N. 1143 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1892

Approva os planos e orçamento das obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás disposições do decreto n. 1233 de 3 de janeiro de 1891 que autorisou a construcção das obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia, e de accordo com o decreto n. 935, de 9 de junho de 1892, resolve approvar os planos e orçamento dos referidos melhoramentos, na importancia de 33.599:347\$, apresentados pela Companhia de Docas e Melhoramentos da Bahia, cessionaria do respectivo contracto, ficando, porém, dependente de approvação dos Ministerios da Marinha e Guerra o traçado em planta do quebra-mar exterior, que no pro-

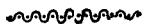
jecto começa no Arsenal de Marinha e passa pelo forte S. Marcello, na parte que interessar directamente aquelles estabelecimentos nacionaes.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 1144 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1892

Revoga o decreto n. 154 de 18 de abril de 1891, na parte em que autorizou a desapropriação por utilidade publica do engenho Bulhões, no Estado de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve declarar sem effeito a desapropriação por utilidade publica do engenho Bulhões, autorisada, juntamente com a de outros, pelo decreto n. 154 de 18 de abril do anno passado, para o alargamento da área do nucleo colonial de Suassuna, no Estado de Pernambuco.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 1145 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1892

Abre ao Ministerio do Interior um credito extraordinario para continuação das despesas com recenseamento.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro dos Negocios do Interior relativamente á insufficiencia do credito de que trata o decreto n. 775 de 16 de setembro de 1890, para as despesas com o segundo recenseamento a que se procedeu no dia 31 de dezembro do referido anno, resolve, de conformidade com a disposição do art. 4º, § 3º, da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, abrir novo credito extraordinario, na importancia de sessenta e nove contos

setecentos e quatorze mil quinhentos e oitenta e cinco réis (69:714\$585), destinado à construcção das despesas daquelle natureza até ao fim do corrente exercicio.

Capital Federal, 22 de novembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1146 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1892

Elimina as clausulas 3ª e 4ª das que baixaram com o decreto n. 919 de 2 de julho do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The D. Pedro Gold Mining Company, limited*, devidamente representada, resolve eliminar as clausulas 3ª e 4ª das que baixaram com o decreto n. 919 de 2 de julho do corrente anno, pelo qual foi a mesma autorisada a funcionar nesta Republica.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 1147 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais dous batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro da reserva, de guardas nacionaes na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 46º, e um batalhão do serviço da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 7º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1148 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Desliga das brigadas de infantaria da Guarda Nacional desta Capital o 1º, 2º, 3º e 4º batalhões do serviço da reserva, e com elles constitue uma brigada do mesmo serviço.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe representou o general commandante superior da Guarda Nacional desta Capital, decreta:

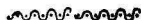
Art. 1.º Ficam desligados das brigadas de infantaria da Guarda Nacional desta Capital, o 1º, 2º, 3º e 4º batalhões do serviço da reserva, e com elles constituida uma brigada do mesmo serviço; continuando os referidos corpos a pertencer ás respectivas regiões, de conformidade com o disposto no art. 9º, ultima parte, do decreto n. 1121, de 5 de dezembro de 1890.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica,

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1149 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais dous batalhões de guardas nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.

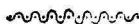
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Granja, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 95º e 97º, os quaes serão organizados, o primeiro no termo de Granja e o segundo no districto de Acarahú, pertencentes á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## DECRETO N. 1150 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camocim, no Estado do Ceará.

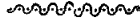
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Camocim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 98º, o qual será organizado no termo de Camocim, pertencente á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1151 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Ficam creados na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 98º e 102º, os quaes serão organizados, o primeiro no districto de Barbalha e o segundo no de S. Pedro do Crato, pertencentes á referida comarca, revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1152 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais cinco batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficam creados na comarca do Jardim, no Estado do Ceará, mais cinco batalhões de infantaria de guardas nacionaes.

do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 103°, 104°, 105°, 106° e 107°, os quaes serão organizados:

O 103°, no municipio do Jardim ;

Os 104° e 105° no municipio de Milagres ;

O 106° no municipio de Brejo dos Santos ; e

O 107° no municipio de Porteiros, todos pertencentes à referida comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1153 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados mais tres batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 99°, 100° e 101°, os quaes serão organizados no districto de Ipú, pertencente à mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1154 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Réorganiza a Guarda Nacional da comarca de Itaborahy, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Itaborahy, no Estado do Rio de Janeiro, compor-se-ha de um commando superior que será organizado com os actuaes 3º batalhão de infantaria e 2º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e mais dous batalhões de infantaria, ora creados, tambem com quatro companhias cada um e as designações de 44° e 45°, e um dito da reserva, com quatro companhias e a designação de 22°.

Art. 2.º Os batalhões ora creados serão organizados com a força excedente dos actuaes.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1155—DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892.

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Jundiaby, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica organizada a Guarda Nacional da comarca de Jundiaby, no Estado de S. Paulo, a qual se comporá do batalhão de infantaria n. 134, do 62º batalhão da reserva e do 41º regimento de cavallaria, já creados, e de mais um batalhão de infantaria com a designação de 16.º, com quatro companhias, que se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1156—DE 25 DE NOVEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Capella, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 45º, o qual será organizado com os guardas qualificados no municipio de Seriri, da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1157 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1892

Regula o processo dos embargos ao accordão na Côrte de Appellação.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da attribuição que lhe compete pelo art. 48, § 1º, da Constituição, resolve decretar:

Art. 1.º Nos embargos aos accordãos da Côrte de Appellação serão guardados os termos do art. 663 do decreto n. 737 de 25 de novembro de 1850.

Art. 2.º Não são admissíveis segundos embargos, salvo os de declaração e de restituição *in integrum*.

Art. 3.º Os accordãos podem ser embargados dentro do tempo de cinco dias, contados da data da intimação.

Art. 4.º Cada uma das partes terá vista dos autos por 10 dias, para impugnação e sustentação.

Art. 5.º Os embargos, sendo de nullidade da sentença, serão julgados pelas camaras reunidas (decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890, art. 148).

Art. 6.º Sendo os embargos infringentes do julgado, o julgamento se fará pelos mesmos juizes que proferiram o accordão embargado.

Art. 7.º Si nos embargos se allegar cumulativamente nullidade e materia infringente da sentença, o julgamento não se scindirá, e será nos termos do art. 5º deste decreto.

Capital Federal, 2 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



Sr. Marechal Vice-Presidente da Republica — Da exposição que vos foi presente a 22 de março do corrente anno, e precedeu ao decreto n. 770, constam os motivos pelos quaes foi de mister abrir um credito extraordinario, visto não poder, em consequencia da disposição do art. 20, § 1º, da lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882, adoptar-se naquella época a providencia de um credito supplementar à verba — Soccorros publicos, — a qual havia tido applicação logo depois de decorridos os primeiros mezes do exercicio, como sóe acontecer, attento o character imprevisto, sempre revestido pelas occorrencias administrativas, a que com tal verba tem de attender o Ministerio a meu cargo.

Além das providencias mencionadas no relatorio que vos dirigi a 22 de abril seguinte, executadas, como sabeis, outras que directa ou indirectamente se relacionavam com o possivel melhoramento das condições sanitarias desta Capital, felizmente obtido no decurso do anno, foi tambem prestado irrefragavelmente aavultado

auxílio á Municipalidade para attenuar os effeitos da crise produzida pela carestia dos generos alimenticios de primeira necessidade e adoptadas varias medidas com o intuito de prevenir a invasão do cholera-morbus que no meiado do anno se propagava por varios paizes da Europa, em facil e constante communicação com o nosso.

Foi por isso despendida quasi a totalidade da quantia do alludido credito, não obstante ter sido levada á conta do da verba — Soccorros publicos — a despeza que igualmente foi preciso effectuar em varios pontos do territorio nacional, especialmente no littoral de alguns Estados, como Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, para attender ao serviço sanitario maritimo custeado pela União; o que tudo se verifica pelas demonstrações juntas.

Ora, não podendo deixar de ser paga, até ao fim do exercicio, a despeza feita nos Estados, nem devendo ser adiadas algumas das medidas iniciadas nesta Capital, sob pena de improficuidade, neste ultimo caso, dos resultados promovidos com sacrificio dos cofres publicos, taes como: as que se referem a obras autorisadas e que estão em andamento nos lazaretos, hospitaes de isolamento, hospitaes maritimos, Hospicio de Alienados, ao serviço de irrigação das ruas desta cidade, enquanto não se verifica a sua transferencia para a Municipalidade, e a outras: cabe-me propor-vos, em conformidade do art. 1º, § 2º, da lei n. 33, de 26 de janeiro ultimo, combinada com a de n. 3140, de 30 de outubro de 1882, a abertura de um credito supplementar á referida verba — Soccorros publicos —, na importancia de 3.000:000\$ atim de cobrir o excesso de despeza nella verificado e occorrer até ao encerramento do exercicio vigente a varios serviços urgentes, classificados no citado decreto n. 770 de 22 de março.

A' vossa assignatura, tenho, pois, a honra de submitter o acto respectivo.

Capital Federal, de dezembro de 1892. — *Fernando Lobo.*

#### DECRETO N. 1158 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1892

Abre, por conta do Ministerio do Interior, o credito supplementar de 3.000:000\$ á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado dos Negocios do Interior, relativamente á deficiencia não só do credito votado no § 15 do art. 2º da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, mas tambem do de que trata o decreto n. 770, de 22 de março do corrente anno, resolve, na conformidade da autorisação conferida no § 2º do art. 1º da lei n. 36, de 26 de janeiro ultimo, combinado com a de n. 3140, de 30 de outubro de 1892, abrir o credito supplementar

de 3.000:000\$ á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1892, alim de cobrir o excesso de despeza verificado nessa verba e occorrer, até ao fim do exercicio vigente, a algumas de caracter urgente e inadiavel com providencias autorisadas por conta do citado decreto n. 770 e já iniciadas.

Capital Federal, 2 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

**Demonstração do estado do credito da verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1892, a contar de 1 de janeiro até á presente data.**

|                                                                                                                                                                                              |             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Adiantamento feito ao almoxarife do lazareto da ilha Grande para occorrer ao pagamento do pessoal extraordinario, durante o exercicio.....                                                   | 1:600\$000  |
| Idem, idem, ao inspector geral de saude dos portos para occorrer, mensalmente, ao pagamento do pessoal empregado no serviço de remoção e incineração do lixo na ilha da Sapucaia....         | 12:000\$000 |
| Gratificação ao Dr. Joaquim Q. Netto Machado, fiscal dos serviços da limpeza das praias, remoção e incineração do lixo na ilha da Sapucaia, na razão de 100\$ mensaes, tolo o exercicio..... | 1:200\$000  |
| Quantia posta á disposição do Ministerio da Agricultura para as obras de aterro de varios pontos do antigo leito do rio Macaeos e prolongamento dos boeiros da estrada de D. Castorina.....  | 5:000\$000  |
| Idem paga a J. H. Lang, proveniente de despezas com a remessa deapparelhos destinados á installação de poços artesianos.....                                                                 | 1:144\$037  |
| Despezas feitas por bordo do retocador <i>Lomba</i> e da lancha da capitania do porto do Estado de Santa Catharina.....                                                                      | 1:033\$062  |
| Fornecimento de materiaes para a installação do serviço provisorio de embarque e desembarque de enfermos no cnes da praia de D. Manoel, nos fundos do Desinfectorio Central, em janeiro..... | 10:000\$000 |
| Idem, idem, para a construcção de uma ponte, na praia de D. Manoel, de embarque de enfermos que se destinam ao hospital de isolamento, em janeiro.....                                       | 7:900\$000  |
| Indemnização ao Ministerio da Marinha da importancia, de sobressalentes, despendida pela                                                                                                     |             |

|                                                                                                                                                                                                                                                   |          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| lança da flotilha do Amazonas, durante a viagem que fez à foz do rio Solimões.....                                                                                                                                                                | 612\$500 |
| Ajuda de custo para despesas de viagem e de primeiro estabelecimento concedida ao inspector sanitario de navios, Dr. Alfredo de Mello e Alvim, designado para exercer em commissão o logar de inspector de saude do porto do Estado da Bahia..... | 500\$000 |

## Hospital de Santa Barbara :

|                                                                                                                                                            |            |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Folhas dos medicos auxiliares e servent's de pharmacia, de janeiro a março.....                                                                            | 4:137\$068 |            |
| Folha do pessoal de mergulhadores encarregado de concertar o encanamento da agua, submarino, e respectivo aluguel do aparelho, dous dias de fevereiro..... | 172\$500   |            |
| Fornecimentos feitos para as diversas obras do hospital, em janeiro e fevereiro.....                                                                       | 7:076\$360 | 8:385\$928 |

## Hospital de S. Sebastião :

|                                                                                   |            |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| Folha do pessoal extraordinario, em janeiro e fevereiro.....                      | 6:645\$392 |             |
| Fornecimento de uma bomba para melhorar o abastecimento de agua, em janeiro.      | 1:045\$000 |             |
| Despeza com o augmento da parte do edificio do hospital a rouparia, em março..... | 4:000\$000 | 11:690\$392 |

## Hospital de Santa Isabel :

|                                                                                                                                                                  |             |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--|
| Folha do pessoal superior extraordinario, em fevereiro..                                                                                                         | 3:536\$799  |  |
| Idem do pessoal subalterno extraordinario, em janeiro e fevereiro.....                                                                                           | 2:758\$026  |  |
| Fornecimentos extraordinarios feitos em janeiro.....                                                                                                             | 12:298\$640 |  |
| Féria de operarios que trabalharam nas obras de abastecimento de agua, reconstrução das enfermarias da ala esquerda e construção do desinfectorio, em fevereiro. | 1:388\$350  |  |
| Idem, idem, nas obras de construção da enfermaria de madeira destinada a convalescentes, em janeiro e fevereiro.....                                             | 6:755\$000  |  |

|                                                                                                                                                           |             |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Fornecimentos feitos para as<br>ditas obras, em janeiro e fe-<br>vereiro.....                                                                             | 8:184\$910  |             |
| Construção da ponte necessa-<br>ria ao serviço do hospital,<br>primeira prestação.....                                                                    | 10:000\$000 |             |
| Aluguel de uma lancha, em<br>janeiro e fevereiro.....                                                                                                     | 7:200\$000  | 52:121\$725 |
| <hr/>                                                                                                                                                     |             |             |
| Lazareto da ilha Grande:                                                                                                                                  |             |             |
| Folha do pessoal extranume-<br>rario do serviço sanitario e<br>administrativo, em janeiro e<br>fevereiro.....                                             | 933\$332    |             |
| Idem do pessoal jornaleiro, em<br>janeiro e fevereiro.....                                                                                                | 960\$000    |             |
| Fornecimentos extraordinarios<br>feitos em janeiro e feve-<br>reiro.....                                                                                  | 3:248\$465  |             |
| Aluguel do rebocador <i>Daum-<br/>tles</i> em serviço quarentena-<br>rio, em janeiro e fevereiro..                                                        | 15:300\$000 | 20:441\$797 |
| <hr/>                                                                                                                                                     |             |             |
| Enfermarias fluctuantes e<br>lanchas <i>Felipe Martins</i> e <i>Miloca</i> :                                                                              |             |             |
| Folha do pessoal, em janeiro e<br>fevereiro.....                                                                                                          |             | 4:050\$402  |
| Serviço da irrigação da<br>cidade:                                                                                                                        |             |             |
| Acquisição de 10 parelhas de<br>bestas, em março.....                                                                                                     |             | 6:000\$000  |
| Serviço de lavagem das<br>galerias de aguas pluviaes:                                                                                                     |             |             |
| Folha do pessoal, em janeiro<br>e fevereiro.....                                                                                                          | 1:446\$250  |             |
| Transporte de materiaes, em<br>fevereiro.....                                                                                                             | 665\$000    | 2:111\$250  |
| <hr/>                                                                                                                                                     |             |             |
| Instituto Bacteriologico:                                                                                                                                 |             |             |
| Folha de operarios que traba-<br>lharam nas obras do insti-<br>tuto, em janeiro....                                                                       | 356\$000    |             |
| Fornecimentos feitos em ja-<br>neiro .....                                                                                                                | 798\$180    | 1:154\$180  |
| <hr/>                                                                                                                                                     |             |             |
| Inspectoria Geral de Hygiene:                                                                                                                             |             |             |
| Folha das gratificações extraordi-<br>narias, na razão de 1/3 dos re-<br>spectivos vencimentos, do pessoal<br>da secretaria, em fevereiro e<br>março..... | 1:475\$548  |             |



|                                                                                                                                                              |             |                     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------------|
| Folha das gratificações dos delegados de hygiene em commissão extraordinaria, em fevereiro...                                                                | 3:974\$131  |                     |
| Fornecimento de uma lancha, em fevereiro.....                                                                                                                | 30:000\$000 | 35:449\$670         |
| Serviço de transporte de doentes:                                                                                                                            |             |                     |
| Folha do pessoal extraordinario, em janeiro e fevereiro.....                                                                                                 |             | 1:524\$859          |
| Aluguel de um hote para conducção de enfermos de febre amarella, que do caes Pharoux são removidos para a enfermaria fluctuante, em janeiro e fevereiro..... |             | 960\$000            |
| Estação central de desinfecção:                                                                                                                              |             |                     |
| Folha do pessoal extraordinario, em janeiro e fevereiro.....                                                                                                 |             | 4:819\$995          |
| Ilha de Paquetá — Serviço de desinfecção, limpeza das praias e enterramento de algas :                                                                       |             |                     |
| Folha de empregados, em fevereiro.....                                                                                                                       |             | 62\$068             |
| Ilha de Sapucaia — Serviço de remoção e incineração do lixo:                                                                                                 |             |                     |
| Féria de operarios, em janeiro e fevereiro.....                                                                                                              |             | 17:542\$146         |
| Item item que trabalharam nas obras de canalisação de agua para a ilha, em fevereiro.....                                                                    |             | 246\$000            |
|                                                                                                                                                              |             | <u>207:520\$021</u> |

## Creditos

|                          |             |              |                     |
|--------------------------|-------------|--------------|---------------------|
| Aprovados:               |             |              |                     |
| Pará.....                | 10:264\$080 |              |                     |
| Maranhão.....            | 5:000\$000  |              |                     |
| Parahyba.....            | 5:000\$000  |              |                     |
| Pernambuco.....          | 16:905\$417 |              |                     |
| Alagoas.....             | 1:711\$860  |              |                     |
| Sergipe.....             | 10:000\$000 |              |                     |
| Bahia.....               | 51:139\$415 |              |                     |
| S. Paulo.....            | 8:200\$000  |              |                     |
| Paraná.....              | 33:906\$775 |              |                     |
| Santa Catharina.....     | 1:254\$705  | 143:332\$252 |                     |
| Autorizados :            |             |              |                     |
| Pará.....                | 80:000\$000 |              |                     |
| Ceará.....               | 2:000\$000  |              |                     |
| Bahia.....               | 80:000\$000 | 162:000\$000 | 335:382\$252        |
| Creditos em Londres..... |             |              | 9:563\$284          |
|                          |             |              | <u>522:465\$557</u> |
| Credito da lei.....      |             |              | <u>100:000\$000</u> |
| Defici: nesta data.....  |             |              | 422:465\$557        |

Terceira secção da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, 24 de novembro de 1892. — O 2º official, *João de Carvalho e Souza*. — Visto — O director de secção, *Pedro Guedes*. — Visto — O director geral, *Copertino do Amaral*.

**Demonstração, na presente data, do estado do credito extraordinario de que trata o decreto n. 770, de 22 de março do corrente anno, destinado a occorrer a todas as despesas que por sua natureza entendam directa ou indirectamente com o melhoramento do estado sanitario desta cidade. inclusive os reparos nos hospitaes de isolamento e no lazareto da ilha Grande, outrossim ás que se referem ao auxilio que o Governo da União tam de prestar á Municipalidade do Districto Federal, na realização de providencias tendentes a attenuar os effeitos da carestia dos generos alimenticios.**

**Diversas despesas :**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Gratificações extraordinarias concedidas, por uma só vez, ao Dr. Francisco da Costa Barros Pereira das Neves, a Antonio Garcia Gil Pimentel e a João José de Lima, em remuneração dos serviços prestados, pelo primeiro na qualidade de medico e pelos outros na de auxiliares do mesmo doutor, por occasião de serem recolhidos ao lazareto da ilha Grande os passageiros do paquete <i>Andréa Doria</i> , no qual se desenvolveu a dyphtheria, sendo : 1:000\$ ao primeiro, 500\$ ao segundo e 250\$ ao terceiro..... | 1:750\$000 |
| Quantia paga, por uma só vez, ao engenheiro mecanico John D. Roberts, como indemnização correspondente ao periodo decorrido de janeiro a abril ultimos, para o fim de se incumbirem, elle e seu ajudante, da experiencia que o Governo pretendia fazer com os machinismos especiaes, relativamente á perfuração de poços instantaneos.....                                                                                                                                                                              | 3:000\$000 |
| Gratificação concedida, por uma só vez, ao tenente-coronel de engenheiros Francisco Marcellino de Souza Aguiar, pelos serviços que prestou na organização do projecto do novo quartel do Corpo de Bombeiros, na parte relativa á accommodation do material que se destina á irrigação da cidade.....                                                                                                                                                                                                                    | 206\$451   |
| Idem ao engenheiro Evaristo Xavier da Veiga, incumbido não só de examinar todas as construcções que se estão fazendo em varios pontos da cidade por emprezas concessionarias de favores para edificação de casas destinadas á habitação de operarios e classes pobres, <b>mas tambem</b> de dar parecer sobre o estado das mesmas construcções e a execução dos respectivos contractos, na razão de 500\$ mensaes, até ao fim do exercicio.....                                                                         | 3:150\$000 |
| <b>Adeantamento ao capitão ajudante e fiscal interino do Corpo de Bombeiros, Antonio</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |            |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Vasconcellos de Menezes, para occorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal empregado no serviço de irrigação da cidade (16:000\$) e ás despesas de prompto pagamento (1:000\$000).....                                                                                                        | 17:000\$000 |
| Adeantamento ao Dr. José Augusto da Rocha Almeida, director do Hospital Maritimo de Santa Isabel, para occorrer, mensalmente, ao pagamento dos vencimentos do pessoal subalterno fixo e extraordinario do hospital.....                                                                           | 414\$000    |
| Idem ao almoxarife do lazareto da ilha Grande, para occorrer ao pagamento do pessoal extraordinario.....                                                                                                                                                                                          | 5:000\$000  |
| Indemnização ao Ministerio das Relações Exteriores, da quantia despendida com a expedição de telegraphmas dirigidos ao ministro do interior pelo consul geral do Brazil em Paris, sobre o estado sanitario da cidade.....                                                                         | 124\$487    |
| Quantia posta á disposição do Ministerio da Agricultura para pagamento da fêria dos operarios que trabalharam, nos mezes de junho e julho ultimos, nas obras de aterro do antigo leito do rio Macacos e prolongamento dos boeiros da estrada D. Castorina e para a conclusão das ditas obras..... | 10:278\$861 |
| Aluguel da casa, no curato de Santa Cruz, onde funciona o lazareto de indigentes accommettidos de variola, de janeiro a 21 de maio.....                                                                                                                                                           | 233\$870    |
| Fornecimentos, inclusive medicamentos, de janeiro a maio.....                                                                                                                                                                                                                                     | 4:067\$960  |
| Fornecimento feito para o tratamento dos indigentes accommettidos de variola em Guaratiba, em janeiro.....                                                                                                                                                                                        | 537\$523    |
| Idem idem e febre amarella, em Inhaúma, de janeiro a abril.....                                                                                                                                                                                                                                   | 2:995\$160  |
| Tratamento, no Hospital da Santa Casa de Misericordia, de quatro individuos victimas da explosão de uma das machinas da Estrada de Ferro Central do Brazil, em março e abril.....                                                                                                                 | 213\$300    |
| Folha das gratificações extraordinarias do interprete e do telegraphista da fortaleza de S. João, no periodo de 18 de julho a 31 de outubro.....                                                                                                                                                  | 517\$741    |
| Fornecimento de 90 saccos com cal para cobrir o lixo accumulado na praça Quinze de Novembro, por occasião de achar-se paralysado o serviço particular, em maio.....                                                                                                                               | 151\$500    |
| Idem de materiaes para as obras da ponte do lixo, em Botafogo, em maio.....                                                                                                                                                                                                                       | 347\$000    |

|                                                                                                                                                                                             |                       |                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------|
| Calçamento de alvenaria, feito na ponte do lixo, na praia de S. Christovão, em agosto.....                                                                                                  | 9:000\$000            |                |
| Construção de uma ponte para embarque do lixo, no caes do cemiterio do Cajú, 2ª e 3ª prestações.....                                                                                        | 11:700\$000           |                |
| Reparos na ponte que recebe o lixo da cidade, na Gambôa, 1ª, 2ª, 3ª e ultima prestações.....                                                                                                | 32:000\$000           |                |
| Transporte de machinismo para os poços instantaneos, vindos de Buenos-Aires.....                                                                                                            | 903\$000              |                |
| Fornecimento de aterro na nesga de terreno comprehendida entre o leito da Estrada de Ferro Central do Brazil e a rua Mariz e Barros, em março.....                                          | 1:113\$800            |                |
| Aluguel de botes e lancha para condução de doentes acommettidos de febre amarella e varíola, que do caes Pharoux são removidos para a enfermaria fluctuante, de janeiro a março e maio..... | 1:525\$000            |                |
| Folha da tripolação do vapor<br><i>Paula Candido</i> , de maio.....                                                                                                                         | 2:078\$062            |                |
| Fornecimento feito ao mesmo vapor em junho.....                                                                                                                                             | <u>1:398\$780</u>     | 3:476\$842     |
| Folha das gratificações dos empregados encarregados do serviço de desinfecção, limpeza das praias e enterramento das algas na ilha de Paqueta, de março a outubro.....                      |                       | 761\$606       |
| Fornecimento feito para a instalação de uma enfermaria permanente, na freguezia de Jacarépaguá, para tratamento de indigentes de molestias transmissiveis, em agosto.....                   | 2:085\$100            |                |
| Aluguel da casa onde funciona a enfermaria de Jacarépaguá e salario do servente, de junho a agosto.....                                                                                     | <u>300\$000</u>       | 2:385\$100     |
| Intendencia Municipal:                                                                                                                                                                      |                       |                |
| Adeantamento feito para occorrer ao pagamento de generos alimenticios.....                                                                                                                  | 298:818\$454          |                |
| Idem idem para compra de gado.....                                                                                                                                                          | <u>1.300:000\$000</u> | 1.598:818\$454 |
| Ilha da Sapucaia — Serviço da remoção e incineração do lixo:                                                                                                                                |                       |                |
| Folha do pessoal, de março a setembro.....                                                                                                                                                  | 75:021\$018           |                |
| Fornecimentos feitos de janeiro a agosto.....                                                                                                                                               | <u>99:962\$935</u>    | 174:984\$003   |

|                                                                                                                                       |             |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Prolongamento da muralha de<br>segurança existente na ilha<br>— 4ª, 5ª e 6ª prestações....                                            | 12:600\$000 |             |
| Concerto do vapor <i>Echo</i> , em<br>serviço de reboque de sa-<br>veiros com lixo para a<br>ilha, em abril.....                      | 3:244\$860  |             |
| Serviço da remoção do lixo,<br>feito p. lo Corpo de Bombeiros:<br>Acquisição de 21 carroças, em<br>maio.....                          | 31:500\$000 |             |
| Frete de tres caminhões, em<br>maio.....                                                                                              | 30\$000     | 31:530\$000 |
| <hr/>                                                                                                                                 |             |             |
| Limpeza publica:                                                                                                                      |             |             |
| Acquisição de 30 muares, em<br>outubro.....                                                                                           |             | 5:950\$000  |
| Serviço provisorio de lava-<br>gem das galerias de aguas plu-<br>viaes:                                                               |             |             |
| Folha do pessoal, de março a<br>outubro.....                                                                                          | 7:178\$250  |             |
| Fornecimentos feitos de março<br>a julho.....                                                                                         | 11:572\$550 |             |
| Construção de cinco caixas<br>automaticas de carga <i>Flus-<br/>tungs tanks</i> .....                                                 | 5:210\$000  |             |
| Transporte de materiaes, de<br>março a agosto.....                                                                                    | 1:820\$000  | 25:780\$000 |
| <hr/>                                                                                                                                 |             |             |
| Serviço de transporte de<br>doentes:                                                                                                  |             |             |
| Folha do pessoal fixo, em ou-<br>tubro.....                                                                                           | 1:290\$000  |             |
| Idem do pessoal extraordinario,<br>de março a junho.....                                                                              | 3:102\$339  |             |
| Fornecimentos feitos de feve-<br>reiro a junho.....                                                                                   | 17:793\$980 |             |
| Aluguel do aparelho tele-<br>phonico, do 1º semestre.....                                                                             | 37\$500     | 22:223\$819 |
| <hr/>                                                                                                                                 |             |             |
| Construção, nos terrenos do<br>antigo matadouro, de um bar-<br>ração destinado a deposito do<br>material de transporte de<br>doentes: |             |             |
| Féria de operarios, de março a<br>abril.....                                                                                          | 2:089\$050  |             |
| Fornecimentos feitos em março<br>e abril.....                                                                                         | 3:226\$030  | 5:315\$080  |
| <hr/>                                                                                                                                 |             |             |

|                                                                                                                               |                    |              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------|
| Serviço da irrigação da cidade :                                                                                              |                    |              |
| Folha do pessoal, de março a setembro.....                                                                                    | 57:661\$831        |              |
| Fornecimentos feitos de março a setembro e novembro (inclusive aquisição de animais, etc.).....                               | 167:961\$800       |              |
| Despezas miudas feitas pelo fiscal do serviço, de março a outubro .....                                                       | 993\$700           |              |
| Acquisição de uma victoria...                                                                                                 | 1:500\$000         |              |
| Obras de assentamento e encanamento de esgoto no prédio da rua do Senado n. 68, em julho e agosto.....                        | <u>1:975\$500</u>  | 230:092\$837 |
| Inspeccoria Geral de Hygiene :                                                                                                |                    |              |
| Folha das gratificações extraordinarias, na razão de 1/3 dos respectivos vencimentos, do pessoal da secretaria, em abril..... | 735\$107           |              |
| Fornecimentos feitos em agosto.....                                                                                           | 451\$500           |              |
| Despezas de prompto pagamento feitas pelo porteiro, em julho.....                                                             | 111\$400           |              |
| Folha das gratificações dos delegados de hygiene em commissão extraordinaria, de março a outubro.....                         | 22:007\$515        |              |
| Acquisição de 55 filtros nickelandos (Hamberland) do systema Pasteur.....                                                     | 1:008\$500         |              |
| Publicações feitas em diversos jornaes e relativas a serviços a cargo da Inspeccoria, em agosto.....                          | 609\$550           |              |
| Aluguel do apparelho telephonic, do 1º semestre.....                                                                          | <u>37\$500</u>     | 24:961\$072  |
| Inspeccoria Geral de Saude dos Portos :                                                                                       |                    |              |
| Fornecimentos feitos ás lanchas.....                                                                                          | 4:807\$860         |              |
| Aluguel da lancha a vapor <i>Maria Augusta</i> , para o serviço da visita externa, 28 dias de setembro.....                   | 3:360\$000         |              |
| Idem do rebocador <i>Valente</i> , em serviço quarentenario junto à fortaleza de Santa Cruz, em agosto e setembro.....        | <u>10:800\$000</u> | 18:967\$860  |

|                                                                                                                                                                                |             |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|
| Hospital de Santa Isabel :                                                                                                                                                     |             |              |
| Folha do pessoal superior extra-ordinario, de março a outubro..                                                                                                                | 4:687\$567  |              |
| Idem do pessoal subalterno extra-ordinario, de março a setembro.                                                                                                               | 1:664\$415  |              |
| Fornecimentos extraordinarios feitos de fevereiro a julho.....                                                                                                                 | 29:219\$834 |              |
| Folha de operarios que trabalharam nas obras de construcção da enfermaria de madeira destinada a convalescentes, de março a outubro.....                                       | 15:079\$275 |              |
| Fornecimentos feitos para as ditas obras, de março a julho.....                                                                                                                | 6:181\$229  |              |
| Folha de operarios que trabalharam nas obras de abastecimento de agua, reconstrucção das enfermarias da ala esquerda e construcção do desinfectorio, de fevereiro a julho..... | 7:400\$700  |              |
| Fornecimentos feitos para as mesmas obras, de janeiro a junho...                                                                                                               | 9:068\$750  |              |
| Féria de operarios que trabalharam em diversas obras em janeiro e de julho a outubro.....                                                                                      | 10:919\$325 |              |
| Fornecimentos feitos para essas obras em junho e de julho a setembro.....                                                                                                      | 24:911\$430 |              |
| Construcção da ponte ao serviço do hospital — 2ª, 3ª, 4ª e 5ª prestações .....                                                                                                 | 51:000\$900 | 160:132\$525 |
| Hospital de Santa Barbara :                                                                                                                                                    |             |              |
| Fornecimentos feitos de janeiro a março.....                                                                                                                                   | 6:648\$700  |              |
| Folhas das gratificações do machinista da estufa e do servente de pharmacia, de abril a outubro..                                                                              | 1:005\$000  |              |
| Obras executadas nos telhados, pintura, vidros e outros concertos reclamados pelos estragos produzidos por máo tempo, em fevereiro.....                                        | 2:336\$000  |              |
| Reconstrucção da cozinha e refeitório dos empregados do hospital e outras obras, em janeiro.                                                                                   | 2:300\$000  |              |
| Despesa com installação de um reservatorio de agua com os apparelhos e depositos indispensaveis, construcção do pavilhão, etc., de fevereiro a setembro.....                   | 32:535\$205 |              |

|                                                                                                                                                                             |             |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Aluguel do aparelho de mergulhão, para concertar o encanamento de agua, submarino, e respectivo pessoal, dous dias de maio, e de 21 a 30 de setembro..                      | 346\$300    |             |
| Féria de operarios que trabalharam em diversas obras, de fevereiro a outubro.....                                                                                           | 9:188\$515  |             |
| Fornecimentos feitos para as ditas obras, de março a setembro.                                                                                                              | 7:539\$530  |             |
| Aluguel das lanchas <i>Angelina</i> e <i>Mathilde</i> , em janeiro, fevereiro (23 dias), março (20 dias) e abril (16 dias).....                                             | 11:205\$000 |             |
| Concertos feitos nas lanchas <i>Felix Martins</i> e <i>Alice</i> , em janeiro, março e maio.....                                                                            | 7:445\$000  | 80:10\$250  |
| <hr/>                                                                                                                                                                       |             |             |
| Hospital de S. Sebastião:                                                                                                                                                   |             |             |
| Folha do pessoal extraordinario, de março a julho.....                                                                                                                      | 13:061\$502 |             |
| Fornecimentos feitos de janeiro a agosto.....                                                                                                                               | 94:414\$70  |             |
| Gaz consumido no 1º trimestre do corrente anno.....                                                                                                                         | 2:287\$612  |             |
| Concerto e estanho de um alam-bique de cobre, em janeiro.....                                                                                                               | 32\$000     |             |
| Construção de uma casa para convalescentes, 1ª e 2ª prestações..                                                                                                            | 22:400\$000 |             |
| Idem da casa dos enfermeiros e criados, 1ª e 2ª prestações.....                                                                                                             | 21:900\$000 |             |
| Augmento da parte do edificio do hospital, occupado pela rouparia, ultima prestação.....                                                                                    | 4:500\$000  |             |
| Diversas obras, inclusive pintura, etc., de janeiro a julho.....                                                                                                            | 1:841\$750  | 160:17\$164 |
| <hr/>                                                                                                                                                                       |             |             |
| Lazareto da ilha Grande :                                                                                                                                                   |             |             |
| Folha do pessoal extraordinario do serviço sanitario e administrativo, em março, julho (9 dias), agosto e setembro.....                                                     | 4:814\$242  |             |
| Idem do pessoal jornaleiro, inclusive o que trabalhou durante a estadia no lazareto do paquete <i>Andréa Doria</i> , em janeiro, de março a maio e de julho a setembro..... | 10:687\$907 |             |
| Idem do chefe de desinfecção, em abril e maio.....                                                                                                                          | 532\$258    |             |



|                                                                                                                                                                                                                |             |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|
| Fornecimentos extraordinarios feitos de fevereiro a agosto.                                                                                                                                                    | 19:209\$485 |              |
| Folha de operarios que trabalharam nas obras reclamadas pela Inspectoria Geral de Saude dos Portos e das complementares necessarias a perfeita conservação dos edificios construidos, de julho a setembro..... | 6:401\$175  |              |
| Fornecimentos feitos para as ditas obras, de julho a setembro.....                                                                                                                                             | 23:806\$700 |              |
| Féria de operarios que trabalharam em diversas obras, de março a setembro.....                                                                                                                                 | 30:948\$375 |              |
| Fornecimentos feitos de fevereiro a setembro.....                                                                                                                                                              | 52:982\$262 |              |
| Despezas minudas feitas pelo almoxarife, de maio a julho                                                                                                                                                       | 533\$040    |              |
| Aluguel dos rebocadores <i>Esperto, Portichol, Conceição</i> o <i>Duantes</i> , em serviço quarentenario, de março a agosto.....                                                                               | 35:200\$000 |              |
| Idem da barca de agua <i>Nereyd</i> , de 8 a 30 de setembro                                                                                                                                                    | 5:366\$660  |              |
| Idem de um rebocador, de um casco de patacho e de um brigue para transporte de materiais destinados ao lazareto, em julho e setembro                                                                           | 6:600\$000  |              |
| Medicamentos fornecidos para o tratamento dos immigrantes do paquete <i>Andréa Doria</i> , em quarentena em março..                                                                                            | 1:772\$690  |              |
| Restabelecimento do serviço telephonico, em julho e agosto.....                                                                                                                                                | 2:453\$800  | 201:321\$404 |

Instituto Bacteriologico:

|                                                               |         |
|---------------------------------------------------------------|---------|
| Fornecimento de vidros e respectiva collocação, em abril..... | 18\$000 |
|---------------------------------------------------------------|---------|

Enfermarias fluctuantes, lanchas *Felix Martins* e *Ibituruna*:

|                                                                              |            |
|------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Folha do pessoal, de março a outubro.....                                    | 19:70\$516 |
| Fornecimentos feitos ás enfermarias fluctuantes, em janeiro e fevereiro..... | 689\$670   |

Concertos feitos em uma das  
enfermarias fluctuantes, em  
junho e julho.....

4:510\$000

24:900\$486

Assistencia Publica :

Carretos de materiaes para as obras, em abril..

132\$000

Serviço de desinfecção:

Folha do pessoal extraordi-  
nario da estação central,  
de março a junho e julho  
(15 dias), setembro e ou-  
tubro.....

12:490\$306

Fornecimentos feitos para os  
differentes serviços a cargo  
da estação central, de abril  
a outubro, e curativo de um  
animal.....

27:664\$060

Aluguel do aparelho telefo-  
nico, do 1º semestre.....

37\$500

Gaz consumido no 2º trimestre.

918\$046

Aquisição de dous carros e  
mais pertences para a con-  
dução e transporte dos re-  
spectivos empregados, em  
janeiro e março.....

3:619\$100

44:720\$012

Fornecimento de materiaes para a construcção  
de um barracão nos fundos da Estação Cen-  
tral de Desinfecção.....

7:000\$000

Despeza com a installação do serviço provisório  
de embarque e desembarque de enfermos no  
cas da praia de D. Manoel, nos fundos da  
Estação Central de Desinfecção, em abril....

10:198\$000

Folha do desinfectador extraordinario em com-  
missão na freguezia de Inhaúma, em agosto.

74\$193

Creditos em Londres.....

2.956:814\$380

42:310\$899

Total das despesas realizadas.....

2.999:125\$279

Credito do decreto n. 770.....

3.000:000\$000

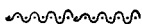
Saldo existente.....

874\$721

Terceira secção da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior,  
24 de novembro de 1892. — O 2º official, *João de Carvalho e Souza*.

— Visto — O director de secção, *Pedro Guedes de Carvalho*. —

— Visto — O director geral, *Copertino do Amaral*.



## DECRETO N. 1159 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva o código das disposições communs ás instituições de ensino superior dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe faculta o art. 3º n. III da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, e á vista do disposto no art. 2º do decreto n. 1340 de 6 de fevereiro do dito anno, resolve approvar, para as instituições de ensino superior, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o código que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado, Dr. Fernando Lobo.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

**Código das disposições communs ás instituições de ensino superior dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores**

**TITULO I**

**Faculdades e Escolas Federaes**

Art. 1.º Para diffusão da instrução publica superior manterá o Governo duas Faculdades de Direito, uma em S. Paulo e outra em Pernambuco; duas Faculdades de Medicina e Pharmacia, uma na Capital Federal e outra na Bahia; uma Escola Polytechnica na Capital Federal; uma Escola de Minas em Minas Geraes.

**CAPITULO I**

**DOS DIRECTORES**

Art. 2.º Cada um dos estabelecimentos terá um director de livre nomeação do Governo, podendo ser um dos lentes, o qual exercerá esta função sem prejuizo da regencia de sua cadeira; e um vice-director escolhido dentre os lentes cathedromaticos.

No impedimento do director e vice-director, servirá provisoriamente o lente mais antigo que estiver em exercicio; e, no impedimento ou recusa deste, cabe a jurisdição a outro lente effectivo em exercicio, respeitada sempre a ordem da antiguidade.

Art. 3.º O director é o presidente da congregação ; regula e determina, de conformidade com os estatutos, tudo quanto pertence ao estabelecimento, e não estiver encarregado especialmente à congregação.

Devem ser-lhe dirigidos todos os requerimentos e representações, cuja decisão lhe pertença ; e por seu intermedio levados ao conhecimento do Governo, da congregação o das commissões os que versarem sobre objecto de sua respectiva competencia.

Art. 4.º Incumbe ao director, além das outras attribuições mencionadas no presente regulamento:

1º, convocar a congregação dos lentes, não só nos casos expressamente determinados, como naquelles em que, ou por deliberação sua, ou requisição de qualquer lente, feita por escripto e com declaração do objecto da convocação, o mesmo director a julgar necessaria, marcando a hora da reunião, de forma que evite, sempre que for possível, a interrupção das aulas, dos exames ou de quaesquer actos do estabelecimento ;

2º, transferir, em circumstancias graves, para outra occasião a reunião da congregação já convocada, ainda mesmo nos casos em que ella deve verificar-se em épocas certas ; e suspender a sessão, quando se torne indispensavel esta medida, dando, em qualquer das hypotheses, immediatamente parte ao Governo, dos motivos de seu procedimento ;

3º, dirigir as sessões da congregação, observando as disposições deste regulamento ;

4º, nomear commissões, quando o objecto destas for de simples solemnidade, ou pelo regulamento não estiver expressamente declarado que a nomeação pertence à congregação ;

5º, assignar com os lentes presentes as actas das sessões da congregação ; assignar tambem a correspondencia official, assim como todos os termos e despachos lavrados em nome ou por deliberação da congregação, ou em virtude deste regulamento ou por ordem do Governo ;

6º, executar e fazer executar as decisões da congregação, podendo, porém, suspender sua execução, si forem illegaes ou injustas, dando parte immediatamente ao Governo ;

7º, organizar o orçamento annual, rubricar os pedidos mensaes das despesas do estabelecimento, e solicitar do Governo a quantia que parecer necessaria para occorrer ás despesas de prompto pagamento durante um mez ;

8º, determinar, de conformidade com as leis e com as ordens do Governo, a realização das despesas que tenham sido autorisadas, inspecionando e fiscalizando o emprego das quantias para ellas decretadas ;

9º, informar e remetter ao Governo os recursos interpostos dos actos e decisões da congregação e os pedidos de gratificações, premios de obras e trocas de cadeiras ;

10, determinar e regular o serviço da secretaria e da bibliotheca, e providenciar sobre tudo quanto for necessario para as sessões da congregação, celebração dos actos e serviço das aulas ;

11, visitar as aulas e assistir, todas as vezes que lhe for possível, aos actos e exercicios escolares, de qualquer natureza que sejam, e inspecionar os cursos livres, admittidos no recinto dos estabelecimentos ;

12, velar na observancia deste regulamento, propôr ao Governo tudo quanto for conducente ao aperfeiçoamento do ensino e ao regimen do estabelecimento não só na parte administrativa, que lhe é pertencente, como ainda na parte scientifica, devendo neste ultimo caso ouvir previamente a congregação ;

13, exercer a policia no recinto do edificio do estabelecimento, procedendo pelo modo prescripto neste regulamento contra os que perturbarem a ordem, e empregando ao mesmo tempo a maior vigilancia na manutenção dos bons costumes ;

14, suspender por um a quinze dias, com privação dos vencimentos, os empregados ;

15, nomear e demittir o porteiro, conservadores, continuos, bedéis e guardas ; admittir os serventes ;

16, conceder aos empregados, dentro de um anno, até 15 dias de licença, sem prejuizo do respectivo ordenado ;

17, designar os lentes cathedromaticos e substitutos ou professores que devam dirigir os exercicios praticos nos estabelecimentos em que os houver e inspecionar os mesmos exercicios.

Art. 5.º O director, além das informações que deve dar opportunamente ao Governo sobre as occurrencias mais importantes, remetterá, no fim de cada anno lectivo, um relatorio circumstanciado sobre todos os trabalhos do estabelecimento, occupando-se especialmente do adeantamento do ensino e apresentando uma lista com os nomes dos lentes cathedromaticos, substitutos e preparadores do estabelecimento e dos professores dos cursos livres, que mais se tiverem esforçado pelo progresso da sciencia e do ensino ; informará tambem sobre o procedimento civil e moral dos alumnos.

Art. 6.º Os actos do director ficam debaixo da exclusiva inspecção do ministro.

## CAPITULO II

### DAS CONGREGAÇÕES

Art. 7.º A congregação de cada um dos estabelecimentos compõe-se de todos os lentes cathedromaticos e substitutos em exercicio de cathedromaticos.

Art. 8.º A congregação não pôde exercer as suas funcções, sem a presença de mais de metade dos lentes que estiverem em serviço effectivo do magisterio, salvo o caso do art. 170.

Art. 9.º A convocação dos lentes para as sessões da congregação será feita por officio do director, com antecedencia pelo menos de 24 horas, salvo os casos que não admittam demora. Neste officio se communicará o fim principal da reunião, quando não houver inconveniente. Além disto, sempre que for possível,

o director declarará, antes de terminarem os trabalhos da congregação, o dia e a hora em que deverá realizar-se a proxima sessão.

Art. 10. No dia e hora designados, os lentes se apresentarão na sala destinada para as sessões. Si acontecer que, até meia hora depois da marcada, não se ache presente a maioria dos que estiverem em exercicio, o director mandará o secretario lavrar uma acta, que será assignada por elle e pelos lentes presentes, contendo os nomes dos que, tendo sido avisados, com justa causa ou sem ella deixaram de comparecer.

Art. 11. Os lentes que comparecerem, depois de assignada a referida acta, não poderão fazer numero para a sessão e incorrerão em falta igual á que dariam si deixassem de comparecer.

Art. 12. Nas sessões servirá de secretario o dos estabelecimentos.

Art. 13. Tomada a nota dos lentes que não tiverem comparecido, o director declarará aberta a sessão, e o secretario procederá á leitura da acta da ultima sessão, a qual, depois de discutida e approvada com emendas ou sem ellas, será assignada pelo director e pelos lentes presentes. O director exporá em resumo o objecto da reunião e, pondo-o em discussão, dará a palavra aos lentes pela ordem em que a pedirem. No caso de conter o objecto partes distinctas, poderá qualquer dos lentes requerer que cada uma seja votada e discutida separadamente.

Art. 14. Durante a discussão, nenhum lente poderá fallar mais de meia hora de uma vez, nem mais de duas vezes sobre cada materia, salvo si tiver por fim requerer que se mantenha a ordem dos trabalhos ou dar alguma explicação. No primeiro caso limitar-se-ha a reclamar em poucas palavras o cumprimento das disposições em vigor ou propôr e desenvolver alguma questão de ordem, sem discutir a principal; e no segundo, aos termos razoaveis de uma explicação.

Art. 15. Finda a discussão de cada objecto, o director o sujeitará á votação que, quando nominal, principiará pelo lente substituto mais moderno.

As deliberações da congregação serão tomadas por maioria dos lentes presentes e, no caso de tratar-se de questões de interesse particular de algum dos lentes, se votará sempre por escrutinio secreto, em que não haverá voto de qualidade, prevalecendo a opinião mais favoravel.

Art. 16. O director votará tambem e, em caso de empate, terá o voto de qualidade. O lente que assistir á sessão de congregação não pôde deixar de votar, e o que retirar-se antes de terminados os trabalhos sem justificação apreciada pelo director, incorre em falta igual á que daria si deixasse de comparecer.

Art. 17. Nas questões em que for particularmente interessado algum lente, poderá este assistir á discussão e nella tomar parte; abster-se-ha, porém, de votar e retirar-se-ha da sala nessa occasião.

Art. 18. Resolvendo a congregação que fique em segredo alguma de suas decisões, lavrar-se-ha della uma acta especial,

que será fechada e sellada com o sello do estabelecimento. Sobre a capa o secretario lançará a declaração, assignada por elle e pelo director, de que o objecto é secreto, e notará o dia em que assim se deliberou. Esta acta ficará sob a guarda e responsabilidade do secretario.

Art. 19. Antes, porém, de se fechar a acta do que trata o artigo antecedente, se extrahirá uma cópia, para ser immediatamente levada ao conhecimento do Governo, que poderá ordenar a sua publicação por intermedio da congregação. A mesma congregação poderá igualmente, quando lhe parecer opportuno, ordenar a publicação.

Art. 20. O lente que, em sessão, afastar-se das conveniencias admittidas em taes reuniões será chamado à ordem pelo director, que, si o não puder conter, o convidará a retirar-se da sala, e em ultimo caso levantará a sessão, dando de tudo conta circumstanciada ao Governo.

Art. 21. Esgotado o objecto principal da sessão, os lentes terão o direito de propôr, si restar tempo, o que lhes parecer conveniente à boa execução dos estatutos do estabelecimento, ao desempenho do servico, ao progresso e aperfeiçoamento do ensino e à repressão de abusos introduzidos ou praticados por lentes, empregados ou estudantes.

Art. 22. Si alguma das questões propostas não puder ser decidida na mesma sessão por falta de tempo, ficará adiada; marcando nesse caso a congregação o dia em que a discussão deve continuar, avisando-se para isso os lentes que não estiverem presentes.

Art. 23. O secretario deverá lançar por extenso na acta de cada sessão as indicações propostas e o resultado das votações, e por extracto os requerimentos das partes e mais papeis submettidos ao conhecimento da congregação, assim como as deliberações tomadas por ella, as quaes serão, além disto, transcriptas em forma de despacho nos proprios requerimentos para serem archivados ou restituídos às partes, conforme o seu objecto. Não obstante esta disposição, poderá a congregação mandar inserir por extenso os papeis que por sua importancia entender que estão no caso de ficar assim registrados.

Art. 24. Compete à congregação, além de outras attribuições que por este regulamento lhe são conferidas:

1º, organizar annualmente os programmas das lições de cada cadeira e aula e dos exercicios praticos, regular o horario para as lições das cadeiras de todos os cursos, para as aulas, trabalhos praticos de laboratorios e gabinetes, observações e calculos astronomicos;

2º, organizar as listas de pontos para os concursos;

3º, propôr ao ministro, no caso de vaga, as pessoas que por sua moralidade e aptidão scientifica estejam em condições de exercer o magisterio interinamente;

4º, exercer inspecção scientifica, por si só ou por intermedio de comissões, sobre os methodos de ensino; e exercer, conjuntamente com o director, a precisa vigilancia, para que os programmas das lições não sejam modificados;

5º, propôr ao ministro todas as medidas que forem aconselhadas pela experiencia, quer para melhorar a organização scientifica do estabelecimento, quer para aperfeiçoar os methodos de ensino ;

6º, informar ao Governo sobre o merito dos lentes contractados, quando tiverem elles de ser submettidos aos mesmos onus e vantagens dos outros membros do corpo docente ;

7º, informar ao Governo sobre a conveniencia e vantagens da troca de cadeiras entre lentes effectivos do mesmo curso ou entre lentes effectivos de cursos differentes, sempre que for isto reclamado pelas necessidades do ensino ;

8º, propôr ao Governo, quando ninguém se inscrever para o concurso ou não queira elle contractar, a pessoa que deva preencher interinamente a vaga annunciada ;

9º, eleger todas as commissões que forem reclamadas pelas exigencias do ensino e necessidades dos concursos ;

10, eleger em sua primeira reunião, depois da abertura dos cursos, aquelle de seus membros que deva redigir a *Memoria historica* dos mais notaveis acontecimentos escolares de cada anno ;

11, prestar todo auxilio ao director para que se mantenha no estabelecimento um excellent regimen disciplinar e para que a policia academica seja exercida com a maxima regularidade ;

12, organizar todos os regulamentos especiaes na parte docente e quaesquer programmas, que forem necessarios para boa intelligencia destes estatutos.

Art. 25. A congregação corresponder-se-ha com o Governo por intermedio do director.

### CAPITULO III

#### DOS LENTES E AUXILIARES DO ENSINO

Art. 26. O corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior compõe-se dos lentes cathedraticos e substitutos, e dos professores naquelles estabelecimentos em que existir esta classe.

Os lentes substitutos e professores serão distribuidos por seções, conforme o disposto nos regulamentos especiaes de cada um dos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 27. Os lentes cathedraticos e substitutos, bem como os professores, são vitalicios desde a data da posse e exercicio, e não poderão perder seus logares sinão na fórma das leis penaes e das disposições deste regulamento.

Art. 28. O lente cathedratico é obrigado:

1º, a reger sua cadeira conforme o horario e o programma adoptados ;

2º, a dirigir os trabalhos praticos relativos à sua cadeira em dias alternados com as lições oraes, bem como as excursões scientificas nas escolas em que estas se fizerem.



**Art. 29. Ao substituto incumbe:**

1º, substituir os lentes da respectiva secção nos casos de seus impedimentos ;

2º, fazer cursos complementares, theoreticos ou praticos, sobre as materias que a congregação designar, quando taes cursos forem julgados necessarios, conforme indicação do respectivo lente, que designará o assumpto sobre que devem elles versar, bem como o programma a seguir ;

3º, auxiliar os lentes nos trabalhos de laboratorio e nas excursões scientificas dos alumnos, ou dirigil-os, si forem para isto designados ;

4º, desempenhar-se das outras obrigações exaradas nos regulamentos especiaes de cada um destes estabelecimentos.

Paragrapho unico. O lente substituto não deixará de fazer os cursos complementares para que tiver sido designado, ainda quando esteja na regencia de cadeira.

**Art. 30.** O professor é obrigado a regencia da respectiva aula e a direcção dos exercicios praticos correspondentes.

**Art. 31.** Os lentes cathedraticos e substitutos, bem como os professores, são obrigados a tomar parte nos outros actos escolares, de accordo com as disposições dos regulamentos respectivos ; nesses actos terão prececlencia os cathedraticos aos substitutos, estes aos professores, e entre uns e outros os mais antigos, contada a antiguidade do dia em que começaram a fazer parte do corpo docente.

Paragrapho unico. Tendo havido mais de uma posse no mesmo dia, regulará para a antiguidade a data do decreto, e, sendo esta a mesma, regulará a data da graduação e por ultimo a idade.

**Art. 32.** O lente cathedratico, substituto ou professor que, além do desempenho do seu cargo, reger interinamente uma cadeira ou aula, em virtude do impedimento ou falta do respectivo cathedratico, terá direito a um acrescimo igual á gratificação mesma da cadeira do substituido.

**Art. 33.** O lente cathedratico, substituto ou professor que reger cadeira ou aula vaga, perceberá o respectivo vencimento integral.

Paragrapho unico. Si o substituto accumular ao exercicio de funcções proprias o da regencia de cadeira, perceberá, além do seu vencimento integral de substituto, o que lhe competir pela mesma regencia.

**Art. 34.** Os lentes cathedraticos e substitutos e os professores que se tornarem invalidos e contarem mais de 10 annos de serviço, terão direito á jubilação nos seguintes termos:

§ 1.º Os que contarem 25 annos de serviço effectivo no magisterio, ou 30 de serviços geraes, terão direito á jubilação com o ordenado por inteiro.

§ 2.º Os que contarem 30 annos de exercicio effectivo ou 40 de serviços geraes terão direito á jubilação com todos os vencimentos.

§ 3.º As gratificações concedidas por antiguidade e serviços prestados na forma do art. 295, acompanharão os vencimentos do jubilado.

**Art. 35.** Os lentes cathedraticos, substitutos e professores que

se jubilarem com menos de 25 annos de exercicio, terão direito ao ordenado proporcional ao tempo de serviço.

**Art. 36.** Os lentes cathedrauticos, os substitutos, professores e preparadores não perceberão as gratificações, sem o exercicio dos respectivos logares, salvo os casos do art. 308 e as gratificações obtidas por antiguidade.

**Art. 37.** Os lentes cathedrauticos, substitutos e professores contarão, como tempo de serviço effectivo no magisterio, para os effectos da jubilação :

1º, o tempo de serviço publico em commissões scientificas ;

2º, o numero de faltas por motivo de molestia não excedentes de 20 por anno, ou 60 por triennio ;

3º, todo o tempo de suspensão judicial, quando for o lente ou professor julgado innocente ;

4º, serviço gratuito e obrigatorio por lei ;

5º, serviço de guerra ;

6º, o de exercicio de membro da representação da União ou de qualquer Estado, agente diplomatico extraordinario, o de ministro de estado, presidente ou vice-presidente da União, governador ou vice-governador do Estado ou de cargos de magistratura ;

7º, tempo de serviço de preparador e de magisterio publico.

**Art. 38.** Qualquer membro do magisterio, que compuzer tratados, compenlios e memorias scientificas importantes sobre as doutrinas ensinadas no estabelecimento, terá direito à impressão do seu trabalho por conta do Governo, si a congregação o julgar de utilidade para o ensino, não excedendo de 3.000 o numero de exemplares impressos á custa dos cofres publicos.

**Art. 39.** Si a obra apresentada for considerada pela congregação como sendo de grande merito e de grande vantagem para o progresso do ensino e da sciencia, além da impressão em numero maior de exemplares, terá o autor direito a um premio arbitrado pelo Governo, mediante informação do director, premio nunca inferior a 2:000\$ nem superior a 5:000\$000.

**Art. 40.** Poderá o Governo, como recompensa ao merecimento, mandar um membro do corpo docente de algum estabelecimento em viagem de instrucção aos paizes mais adelantados, concedendo-lhe os meios necessarios a sua subsistencia, transporte e pesquisas. A indicação será sempre feita pelo director, competindo a este dar as devidas instrucções.

**Art. 41.** É licito aos lentes cathedrauticos permutarem entre si as cadeiras que regerem, comtanto que haja requerimento ao Governo e approvação da congregação, quanto á vantagem e conveniencia da permuta.

**Art. 42.** Os lentes cathedrauticos e substitutos usarão das suas insignias magistraes e doutoraes nas seguintes solemnidades :

1ª, nas visitas do chefe do Estado, oficialmente annunciadas ao estabelecimento ;

2ª, na collação de grãos ;

3ª, na posse do director e dos lentes ;

4ª, nos concursos ;

5ª, nos actos de defesa de theses.

**Art. 43.** São incumbencias do preparador:

1º, dispôr o necessario para as demonstrações em aula e investigações do cathedratice ou de quem o substituir;

2º, exercitar os alumnos no manejo dos instrumentos, e guial-os nos exercicios praticos, segundo as instruções do lente da cadeira.

**Art. 44.** No impedimento do preparador, o director nomeará quem o substitua interinamente.

**Art. 45.** Os preparadores são vitalicios nos seus cargos, e só os perderão na conformidade das disposições dos regulamentos especiaes.

**Art. 46.** Haverá nas Faculdades de Medicina um chefe dos trabalhos anatomicos e do museo anatomo-pathologico, assistentes, internos de clinica e parteiras, cujo numero, deveres e direitos serão consignados nos regulamentos especiaes.

**Art. 47.** Os lentes cathedraticeos, substitutos e professores que deixarem de comparecer para exercer as respectivas funcções por espaço de tres mezes, sem que justifiquem as suas faltas, na conformidade deste regulamento, incorrerão nas penas marcadas peloCodigo Penal.

**Art. 48.** Si a ausencia exceder de seis mezes, reputar-se-ha terem renunciado o magisterio, e os seus logares serão julgados vagos pelo Governo, ouvida a congregação.

**Art. 49.** O lente ou professor nomeado, que, dentro de dous mezes, não comparecer para tomar posse sem comunicar ao director a razão justificativa da demora, perderá a cadeira para a qual foi nomeado, sendo-lhe a pena imposta pelo Governo, depois de ouvida a congregação.

**Art. 50.** Expirado o prazo na hypothese do art. 47, o director convocará a congregação, a qual, tomando conhecimento do facto e de todas as suas circumstancias, decidirá promover ou não o processo, expondo minuciosamente os fundamentos da decisão que tomar.

Si for affirmativa, o director a remetterá por cópia extrahida da acta, com todos os documentos que lhe forem concernentes, ao promotor publico respectivo, para intentar a accusação judicial por crime de responsabilidade, e dará parte ao Governo assim do que resolveu a congregação, como da marcha e resultado do processo, quando este tiver logar.

Na hypothese do art. 48, o director dará parte ao Governo, do occorrido, affirm de proceder-se na conformidade do mesmo artigo.

**Art. 51.** Na hypothese do art. 49, verificada a demora da posse, e decidida pela congregação a procedencia ou improcedencia da justificação, si tiver havido, o director participará ao Governo o que occorrer para sua final decisão.

**Art. 52.** Qualquer divergencia que a respeito do serviço do estabelecimento houver entre o director e algum lente cathedraticeo, substituto ou professor, deve por aquelle ser presente à congregação.

**Art. 53.** Si algum lente, nos actos do estabelecimento, faltar aos seus deveres, o director levará ao conhecimento da congregação o facto ou factos praticados.

Art. 54. Neste caso a congregação nomeará uma comissão para syndicar dos ditos factos e mandará que o accusado responda dentro de 15 dias.

Art. 55. Dentro de igual prazo, com a resposta do lente ou sem ella, deverá a comissão apresentar o seu parecer motivado.

Art. 56. A' vista do parecer da comissão e da resposta do accusado, a congregação deliberará si este deve ser advertido acanharariamente, ou soffrer as penas do artigo seguinte.

Art. 57. Si não for bastante esta advertencia, o director, ouvindo a congregação, o communicará ao Governo, propondo que sejam applicadas as penas de suspensão de tres mezes a um anno com privação dos vencimentos, e observará o que a tal respeito for pelo mesmo Governo determinado, com audiencia da congregação.

Art. 58. Os lentes e professores farão as prelecções sobre compendios de sua livre escolha, e poderão ensinar quaesquer doutrinas, uma vez que não offendam as leis e bons costumes.

Art. 59. Quando os alumnos não comprehenderem algum ponto poderão propôr ao lente, verbalmente ou por escripto, as duvidas que lhes occorrerem. O lente as resolverá no mesmo dia ou na seguinte lição.

## CAPITULO IV

### DO PROVIMENTO DOS LOGARES DO CORPO DOCENTE E DE SEUS AUXILIARES

#### SECÇÃO I

##### LENTES CATHEDRATICOS

Art. 60. As cadeiras serão divididas em secções, na fôrma das disposições especiaes de cada um dos estabelecimentos.

Art. 61. Vagando alguma cadeira, será para ella nomeado, por decreto do Governo, o substituto mais antigo da respectiva secção.

#### SECÇÃO II

##### LENTES SUBSTITUTOS E PROFESSORES

Art. 62. Os logares de lentes substitutos e professores serão providos por decreto do Governo, mediante concurso.

#### § 1º

##### *Regras geraes do provimento por concurso*

Art. 63. Tres dias depois da verificação da vaga, mandará o director annunciar o concurso nas folhas officiaes da Capital

Federal e do Estado em que estiver situado o estabelecimento, marcando para a inscripção do concurso o prazo de quatro mezes. A publicação do edital será renovada e pelo mesmo modo repetida em cada um dos ultimos oito dias do prazo da inscripção; e, si este expirar durante as ferias, conservar-se-ha aberta nos tres primeiros dias uteis que se seguirem ao termo dellas, procedendo-se ao encerramento no terceiro, ás 2 horas da tarde.

Art. 64. No caso de haver mais de uma vaga, a congregação resolverá qual a ordem em que devem ser postas a concurso.

O prazo de inscripção do segundo começará a correr dous mezes depois da abertura da inscripção do primeiro, e assim por diante, de sorte que haja um concurso especial para cada vaga.

Art. 65. A congregação proporá ao Governo o concurrente mais votado na qualificação por ordem de merecimento.

Si, porém, o Governo entender que o concurso deve ser annullado por se terem nelle preterido formalidades essenciaes, o fará por meio de um decreto contendo os motivos dessa decisão, e mandará proceder a novo concurso.

## § 2º

### *Das habilitações para o concurso*

Art. 66. Poderão ser admittidos a concurso os brasileiros que estiverem no gozo dos direitos civis e politicos e possuirem o grão de doutor, bacharel ou engenheiro pelos estabelecimentos onde houver a vaga ou por outros áquelles equiparados; ou que, tendo esses grãos por academias estrangeiras, se houverem habilitado perante algum dos referidos estabelecimentos.

Art. 67. Poderão tambem inscrever-se os estrangeiros que, possuindo alguns daquelles grãos, fallarem correctamento o portuguez. No caso de serem graduados por academias estrangeiras, ficam, porém, sujeitos á habilitação prévia, salvo si tiverem sido professores de Faculdades ou Escolas estrangeiras reconhecidas pelos respectivos Governos ou si, mediante parecer da congregação, o Governo julgar-os habilitados.

Art. 68. Para provarem as condições exigidas, os candidatos deverão apresentar á secretaria do estabelecimento, no acto da inscripção, seus diplomas e titulos, ou publicas-fôrmas destes, justificando a impossibilidade da apresentação dos originaes, e folha corrida. Aos estrangeiros, que forem nomeados lentes cathedraes ou substitutos, não se expedirá o titulo de nomeação sem que hajam previamente obtido carta de naturalisação.

Art. 69. Si, no exame dos documentos exigidos, suscitar-se duvida sobre a validade ou importancia de qualquer delles, ouvido o interessado, o director convocará immediatamente a congregação, que decidirá no prazo de tres dias. A deliberação da congregação será sem demora transmittida pelo secretario a todos os candidatos e publicada pela imprensa.

Art. 70. Da decisão da congregação a respeito das habilitações poderá recorrer para o Governo qualquer dos candidatos que se achar prejudicado, não só em relação ao que for resolvido a seu respeito, como também em relação aos outros candidatos.

Art. 71. O candidato que quizer inscrever-se irá á secretaria assignar o seu nome no livro destinado á inscripção dos concorrentes. Neste livro o secretario lavrará para cada concurso um termo de abertura e outro de encerramento, no tempo proprio, os quaes serão assignados pelo director.

Art. 72. Na mesma occasião da inscripção poderão os candidatos, além dos documentos especificados no art. 68, apresentar quaesquer outros que julgarem convenientes, como titulos de habilitação, ou prova de serviços prestados á sciencia e ao Estado, passando-lhes o secretario um recibo, no qual declare o numero e a natureza de taes documentos.

Art. 73. A inscripção se poderá fazer por procuração, si o candidato tiver justo impedimento.

Art. 74. No dia fixado para o encerramento da inscripção, reunir-se-ha a congregação ás 2 horas da tarde, e, lidos pelo secretario os nomes dos candidatos e os documentos respectivos, será decidido, por maioria de votos, si existem todas as condições scientificas e moraes nos concorrentes, corrento a votação nominal sobre cada um. Nesta occasião, lavrará o secretario o termo de encerramento, que será logo assignado pelo director.

Art. 75. O director fará extrahir pelo secretario duas listas dos candidatos habilitados pela congregação, uma das quaes mandará publicar e a outra remetterá ao Governo.

Art. 76. Findo o prazo da inscripção nenhum candidato será a ella admittido.

Art. 77. Si, terminado o prazo, ninguém se houver inscripto, a congregação deoerá espacal-o por igual tempo, e si, terminado o novo prazo, ninguém apresentar-se, o Governo poderá fazer, por proposta da congregação ou do director, a nomeação dentro as pessoas que reunam as condições mencionadas nos arts. 66 e 67.

Art. 78. Si não for possível para os actos do concurso reunir congregação por falta de numero de lentes, o director o communicará ao Governo, para ser autorisado a convidar os lentes jubilados que puderem comparecer; na falta destes, os doutores ou bachareis que regerem cursos particulares; e de tudo dará immediatamente parte ao Governo.

Art. 79. Si algum concorrente for accommettido de molestia antes de tirar o ponto, de modo que fique inhabilitado para fazer qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante a congregação, que, si o julgar legitimo, espacará o acto até oito dias.

Da decisão em contrario poderá haver recurso para o Governo, interposto dentro de 24 horas.

Art. 80. Havendo um só candidato, o concurso será adiado pelo tempo que á congregação parecer sufficiente, até 30 dias.

Art. 81. No caso de já haver sido tirado o ponto, dar-se-ha outro em ocasião opportuna, observando-se novamente o processo respectivo.

Art. 82. O candidato que, mesmo por motivo de molestia, retirar-se de qualquer das provas depois de começadas, ou não completar o tempo marcado para a prova oral, ficará excluído do concurso.

Art. 83. Aos concorrentes bachareis que forem habilitados nas provas do concurso ou nomeados sem concurso, conferirá a congregação o grão de doutor.

### § 3º

#### *Das provas e da votação nos concursos*

Art. 84. As provas de concurso são as seguintes :

1ª, theses e dissertação ;

2ª, prova escripta ;

3ª, prelecção ;

4ª, prova pratica, a qual será feita segundo as disposições especiaes de cada um dos estabelecimentos.

#### *Das theses e dissertação*

Art. 85. No dia seguinte ao do encerramento das inscripções, salvo si estiver pendente de decisão algum recurso, cada um dos candidatos apresentará na secretaria do estabelecimento 100 exemplares de um trabalho original impresso, comprehendendo tres proposições sobre cada uma das materias da secção onde se der a vaga e uma dissertação, tambem à escolha do candidato, sobre uma das mesmas materias.

Art. 86. No dia da entrega das theses, o secretario lavrará um termo, que o director assignará, declarando quaes os candidatos que as apresentaram.

Art. 87. Serão excluídos do concurso os que não apresentarem as theses no dia marcado.

Art. 88. Logo depois de lavrado o termo a que se refere o art. 86, o secretario mandará entregar a todos os candidatos um exemplar das theses de seus competidores, e remetterá um exemplar a cada lente cathedratico e substituto.

Art. 89. O secretario officiará igualmente aos candidatos, participando, com antecedencia de 48 horas, o dia, logar e hora em que deve effectuar-se cada uma das provas do concurso.

Art. 90. Oito dias depois da apresentação das theses realizar-se-ha a defesa.

Art. 91. A defesa das theses será feita por arguição reciproca entre os candidatos, e, no caso de haver um só concorrente, será elle arguido por cinco lentes eleitos pela congregação.

Art. 92. No caso de arguição reciproca nas theses de concurso ou de arguição feita pelos lentes, nenhuma arguição e a respectiva defesa poderão durar mais de uma hora.

Art. 93. Si o numero dos concurrentes exceder de dous, continuará a arguição nos dias seguintes.

Art. 94. A arguição será sempre feita segundo a ordem da inscripção dos candidatos e em presença da congregação.

Da prova escripta

Art. 95. No segundo dia depois da defesa das theses, reunida a congregação, os lentes da secção onde se der a vaga formularão uma lista de 20 pontos sobre cada uma das materias da mesma secção.

Art. 96. Em seguida submetterão á congregação os pontos que houverem organizado ; e, approvados ou substituídos por esta, serão pelo director numerados, escrevendo o secretario os numeros correspondentes em pequenas tiras de papel, iguaes em tamanho e fôrma, as quaes, depois de dobradas, serão lançadas em uma urna.

Art. 97. Lançará em seguida em outra urna tiras de papel com os nomes dos lentes que se acharem presentes ; dessa urna o lente mais antigo extrahirá oito tiras, escrevendo-se os nomes dos lentes á proporção que forem sorteados.

Art. 98. Serão logo depois admittidos os candidatos ; o primeiro na ordem da inscripção tirará um numero da urna dos pontos, e lido pelo director em voz alta o ponto correspondente, o secretario dará uma cópia delle a cada candidato.

Art. 99. Os candidatos recolher-se-hão immediatamente a uma sala, onde terão para dissertarem sobre o ponto sorteado o prazo marcado pelas disposições especiaes e deixando em cada meia folha de papel uma pagina em branco.

Art. 100. A cada hora desse trabalho assistirão dous lentes dos oito sorteados, na ordem em que estiverem os seus nomes, afim de observar-se o silencio necessario, e evitar-se que qualquer dos concurrentes consulte livros ou papeis (salvo os volumes de legislação) que lhe possam servir de adjutorio, ou tenha comunicação com quem quer que seja.

Art. 101. Terminado o prazo, serão todas as folhas da prova de cada um rubricadas no verso pelos dous lentes que tiverem assistido ao trabalho da ultima hora e pelos outros candidatos.

Art. 102. Fechada e lacerada cada uma das provas e escripto no envoltorio o nome do seu autor, serão todas encerradas pelo secretario em uma urna de tres chaves, uma das quaes será guardada pelo director, e as outras duas pelos dous lentes a que se refere o artigo antecedente.

Art. 103. A urna será tambem cerrada com o sello do estabelecimento, impresso em lacre sobre uma tira de papel rubricada pelo director e pelos dous referidos lentes.



## Da prelecção

Art. 104. No segundo dia depois da prova escripta reunir-se-ha a congregação e observar-se-ha quanto a esta prova o processo indicado nos arts. 95 a 97, menos quanto ao numero de pontos, que será de 30.

Art. 105. A prelecção se realizará em plena publicidade 24 horas depois de tirado o ponto, dando-se ao candidato o espaço de uma hora para fazel-a, sempre na ordem da inscripção. Enquanto fallar um candidato, os que se lhe seguirem estarão recolhidos a uma sala donde não possam ouvir-o e onde estarão incommunicaveis.

Art. 106. No caso de haver mais de tres candidatos, serão estes divididos em duas ou mais turmas, que tirarão pontos diversos.

Art. 107. A divisão das turmas se fará por sorte no dia em que a primeira deva tirar ponto.

Art. 108. A turma designada pela sorte para 2º lugar tirará ponto no dia da prelecção da 1ª, seguindo-se em tudo as mesmas disposições.

## Do julgamento dos concursos

Art. 109. Concluida a ultima prova, reunir-se-ha a congregação no primeiro dia util, em sessão publica, e na sua presença abrir-se-ha a urna das provas escriptas, e, recebendo cada candidato a que lhe pertence, a lerá em voz alta, guardada a ordem da inscripção.

Art. 110. O candidato que nessa ordem se seguir ao que estiver lendo, velará sobre a fidelidade da leitura, fiscalizando o primeiro inscripto a do ultimo. Si houver um só candidato, a fiscalização caberá a um dos lentes que o director designar.

Art. 111. Finda a leitura retirar-se-hão os candidatos e espectadores, e se procederá à votação, em que tomarão parte todos os lentes.

Art. 112. Não poderão tomar parte na votação os lentes que tenham faltado a alguma das provas oraes, incluída a de defesa de theses, ou não tenham ouvido a leitura da prova escripta.

Art. 113. O julgamento se fará por votação nominal e versará primeiramente sobre a habilitação de cada candidato, ficando excluidos os que não obtiverem a maioria dos votos presentes.

Art. 114. Quando houver um só candidato, deverá este reunir dois terços dos votos presentes, para que seja considerado habilitado.

Art. 115. Julgará depois a congregação, igualmente por votação nominal, mas sem que seja precisa maioria absoluta de votos, qual dos candidatos habilitados deva ser proposto ao Governo.

Art. 116. No caso de empate de dous candidatos, por haver cada um obtido igual numero de votos, serão ambos submettidos a segunda votação e, verificado novo empate, o director terá voto de qualidade.

Art. 117. Finda a votação o secretario livrará em seguida uma acta, em que se achem referidas todas as circumstancias occorridas.

Art. 118. No dia seguinte reunir-se-ha a congregação para assignar o officio da proposta.

Art. 119. Este officio será acompanhado da cópia authentica das actas do processo do concurso, das provas escriptas, e, além disto, de uma informação particular do director, ou de quem fizer as suas vezes, sobre todas as circumstancias occorridas, com especial menção da maneira porque se houveram os concurrentes durante as provas, da sua reputação litteraria, de quaesquer titulos de habilitação que tenham apresentado e dos serviços que por ventura hajam prestado.

### SECÇÃO III

#### AUXILIARES DO ENSINO

Art. 120. Os logares de auxiliares do ensino serão providos segundo as disposições especiaes de cada um dos estabelecimentos. O cargo de preparador será sempre provido mediante concurso.

### CAPITULO V

#### DOS EMPREGADOS

Art. 121. Haverá em cada um dos estabelecimentos os seguintes empregados :

Um secretario,

Um sub secretario,

Um bibliothecario,

Um sub-bibliothecario,

Amanuenses, conservadores, guardas, continuos e bodeis em numero marcado pelas disposições especiaes de cada um dos estabelecimentos,

Um porteiro.

Art. 122. São funcionarios providos por decreto do Governo, mediante proposta do director, o secretario e sub-secretario, o bibliothecario e sub-bibliothecario, e por portaria do ministro os amanuenses.

Art. 123. Os secretarios e sub-secretarios, bibliothecarios e sub-bibliothecarios deverão ser doutores ou bachareis, ou engenheiros pelos estabelecimentos onde exercem os cargos ou por outros aquelles equiparados.

Art. 124. Na vaga dos logares de secretario e bibliothecario, terão accesso o sub-secretario e sub-bibliothecario.

Art. 125. Ao director compete nomear e demittir todos os mais empregados mencionados no art. 121, determinando a collocação e o serviço de cada um delles.

Art. 126. Os empregados que provarem invalidez teem direito á aposentação nos termos da lei n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 127. Para o serviço interno do estabelecimento o director admittirá os serventes que forem precisos.

## CAPITULO VI

### DA SECRETARIA

Art. 128. Haverá em cada estabelecimento uma secretaria que, com excepção dos domingos e dias ferials, estará aberta, das nove horas da manhã ás duas da tarde, desde o dia da abertura até ao do encerramento dos trabalhos do anno lectivo.

Art. 129. Poderá o director, ou o secretario, prorogar as horas do serviço pelo tempo que for necessario, caso haja assumpto urgente a resolver, ou não esteja em dia a respectiva escripturação.

Art. 130. A um dos lados da porta da secretaria haverá uma caixa propria para receber todos os requerimentos, a qual será aberta duas vezes por dia, e cuja chave estará sempre em poder do secretario.

Art. 131. A secretaria, além do necessario para o expediente, terá os seguintes livros:

1º, para os termos de posse do director, lentes e empregados ;  
2º, para o registro dos titulos do pessoal do estabelecimento ;  
3º, para a inscripção de matricula em cada uma das series e para a dos respectivos exames ;

4º, para os termos de exames ;

5º, para o registro dos diversos diplomas, cartas, titulos ou licenças, expedidos pelo estabelecimento ;

6º, para os termos de defesas de theses ;

7º, para os concursos ;

8º, para os termos de admoestação e outras penas impostas aos estudantes ;

9º, para os termos de admoestação e suspensão aos membros do corpo docente e seus auxiliares, e aos empregados do estabelecimento ;

10, para apontamento das faltas dos lentes ;

11, para apontamento das faltas dos empregados ;

12, para inventario dos moveis do estabelecimento ;

13, para lançamento dos livros e papeis entregues pela secretaria á bibliotheca ;

14, para lançamento do inventario do archivo ;

15, para registro das licenças concedidas pelo Governo ;

16, para registro de termos de posse e graus.

Art. 132. Além dos livros especificados, poderá o director por si, por deliberação da congregação ou sob proposta do secretario, crear os que julgar convenientes ao serviço do estabelecimento.

Art. 133. A entrada da secretaria não é facultada aos alumnos, nem a pessoas estranhas, sinão em caso de necessidade, com licença do respectivo chefe.

Art. 134. Quando algum estudante quizer retirar os originaes de quaesquer documentos essenciaes, existentes na secretaria, podel-o-ha fazer, deixando certidão, pela qual pagará o sello marcado no respectivo regulamento.

Art. 135. O pessoal da secretaria constará de um secretario e de um sub-secretario. O director designará os amanuenses, continuos e guardas para o serviço da secretaria.

Art. 136. Ao secretario compete fazer ou mandar fazer a escripturação propria da secretaria; guardar, conservar e arrecadar convenientemente os moveis e objectos a ella pertencentes.

Art. 137. Compete-lhe, além disso :

1º, mandar no fim de cada anno encadernar os avisos e ordens do Governo, a minuta dos editaes e das portarias do director, dos officios por elle expedidos, quer ao Governo, quer ás diversas autoridades do paiz e aos lentes, e as actas das sessões da congregação ;

2º, copiar ou mandar copiar em livro proprio, com titulos distinctos, o inventario do material da secretaria, das aulas, dos exames, e em geral de tudo que disser respeito ao serviço do estabelecimento, exceptuando sómente o que pertencer á bibliotheca ;

3º, exercer a policia não só dentro da secretaria, fazendo sahir os que perturbarem a boa ordem dos trabalhos, como em geral em todo o edificio do estabelecimento, fiscalizando o serviço de todos os empregados, afim de dar circunstanciadas informações ao director ;

4º, redigir e fazer expedir a correspondencia do director, inclusive os officios de convocação para as sessões da congregação ;

5º, comparecer ás sessões da congregação, cujas actas lavrará e das quaes fará a leitura nas occasiões opportunas ;

6º, abrir e encerrar, assignando-os com o director, todos os termos referentes a concurso e inscrições para a matricula e exames dos alumnos ;

7º, lavrar e assignar com o director todos os termos, não só de grãos, como de posse dos empregados ;

8º, lavrar os termos de posse do director e lentes do estabelecimento ;

9º, lavrar todos os termos de exames ;

10, fazer a folha do vencimento do director, lentes e empregados, apresentando-a no ultimo dia de cada mez ou no primeiro do seguinte ;

11, organizar sob as ordens do director, até ao dia 25 de cada mez, o orçamento das despesas do estabelecimento para o mez seguinte ;

12, providenciar sobre o asseio do edificio do estabelecimento e inspecionar o serviço do porteiro, amanuenses, guardas, continuos, bedéis e serventes, tendo sempre em attenção a natureza e qualidade do objecto e a categoria do emprego de cada um ;

13, encarregar-se de toda a correspondencia do estabelecimento que não for da exclusiva competencia do director ;

14, informar, por escripto, todas as petições que tiverem de ser submettidas a despacho do director ou da congregação ;

15, lançar e subscrever todos os despachos da congregação ;

16, prestar nas sessões da congregação as informações que lhe forem exigidas, para o que o director lhe dará a palavra quando julgar conveniente, não podendo entretanto discutir nem votar.

Art. 138. Os actos do secretario ficam sob a immediata inspecção do director do estabelecimento, a quem explicará o motivo das suas faltas.

Art. 139. Ao sub-secretario compete auxiliar o secretario no desempenho das suas obrigações, seguindo a este respeito as prescripções que delle receber. Na falta e impedimento do secretario, todas as suas funcções e encargos passarão para o sub-secretario.

Art. 140. Quando o sub-secretario houver substituido o secretario por tempo excedente de tres mezes, preparará para apresentar-lhe, quando terminar a substituição, um relatorio circumstanciado de todos os factos occorridos na secretaria na ausencia daquelle.

Art. 141. O secretario é o chefe da secretaria e lhe são subordinados não só os empregados desta como todos os mais empregados subalternos do estabelecimento.

Art. 142. Na ausencia do director, ou de quem suas vezes fizer, nenhum dos empregados a quo se refere o artigo antecedente poderá abandonar o serviço antes de terminar a hora, sem consentimento do secretario, ao qual dará os motivos por que precisa retirar-se, afim de que este, quando comparecer o director, possa fazer-lhe a necessaria communicação.

Art. 143. Além das obrigações especificadas neste capitulo, o secretario cumprirá quaesquer outras que lhe incumba este regulamento.

Art. 144. Compete ao porteiro: ter a seu cargo as chaves do edificio, abrindo-o e fechando-o ás horas ordenadas; cuidar do asseio interno de toda a casa, empregando para esse fim os serventes que forem designados; receber os officios, requerimentos e mais papeis dirigidos à secretaria e entregal-os ás partes quando assim for ordenado; velar na guarda e conservação dos moveis e objectos que estiverem fóra da secretaria e da bibliotheca; entregar ao secretario uma relação delles para transmittir ao director, e cumprir quaesquer ordens, relativas ao serviço, que lhe forem dadas pelo director ou pelo secretario.

## CAPITULO VII

## DA BIBLIOTHECA

Art. 145. Haverá em cada estabelecimento uma bibliotheca destinada especialmente ao uso dos lentes e alumnos, mas que será franqueada a todas as pessoas decentes que alli se apresentarem.

Art. 146. A bibliotheca será de preferencia formada de livros, mappas, memorias e quaesquer impressos ou manuscritos relativos ás sciencias professadas nos estabelecimentos.

Art. 147. Haverá na bibliotheca um livro em que se inscreverão os nomes de todas as pessoas que fizerem donativo de obras, com indicação do objecto sobre que versarem.

Art. 148. A bibliotheca estará aberta todos os dias uteis das nove horas da manhã ás duas da tarde e das seis ás dez da noite.

Nos dias em que houver sessão da congregação, a bibliotheca não será fechada sinão depois de terminados os trabalhos da sessão.

Art. 149. Haverá na bibliotheca quatro catalogos:

das obras, pelas especialidades de que tratarem ;

das obras, pelos nomes de seus autores ;

dos dictionarios ;

das publicações periodicas.

O catalogo pelos nomes dos autores será organizado de modo que, em frente do nome pelo qual cada autor é mais conhecido, se achem inscriptas todas as suas obras existentes na bibliotheca.

Art. 150. O catalogo dos dictionarios comprehenderá todos os glossarios, vocabularios e encyclopedias, distincção das especialidades, ainda que estejam incluídos em outros catalogos.

Art. 151. No catalogo das publicações periodicas se mencionarão as revistas, theses, bibliographias, memorias, relatorios e quaesquer impressos que tenham o caracter de periodicos.

Art. 152. Haverá na bibliotheca tantas estantes competente-mente numeradas quantas forem necessarias para a boa guarda e conservação dos livros, folhetos, impressos e manuscritos.

Art. 153. Os livros da bibliotheca serão todos encadernados e terão, assim como os folhetos, impressos e manuscritos, o carimbo do estabelecimento.

Art. 154. Em hypothese alguma sahirão da bibliotheca livros, folhetos, impressos ou manuscritos.

Art. 155. Haverá na bibliotheca um livro de registro para se lançar o título de cada obra que for adquirida, com indicação da época da entrada e do numero dos volumes, além de conhecer-se o total dos volumes obtidos.

Art. 156. Na bibliotheca propriamente dita só é facultado o ingresso aos membros do corpo docente e seus auxiliares e aos em-

pregados da Faculdade; para os estudantes e pessoas que queiram consultar obras haverá uma sala contigua, onde se acharão apenas, em logar apropriado, os catalogos necessarios, e as mesas e cadeiras para accomodação dos leitores.

Art. 157. Um dos guarda; do estabelecimento deve permanecer na sala de leitura e será responsavel, si não avisar, por todos os estragos que se derem nos livros e objectos alli existentes.

Art. 158. O pessoal da bibliotheca constará de um bibliothecario e de um sub-bibliothecario, um amanuense, um guarda e um servente.

Art. 159. Ao bibliothecario compete :

1º, conservar-se na bibliotheca, enquanto estiver aberta ;

2º, velar sobre a conservação das obras ;

3º, organizar os catalogos especificados neste regulamento segundo o systema que estiver em uso nas bibliothecas mais adeantadas, de accordo tambem com as instrucções que a congregação, ou o director do estabelecimento, lhe transmittir ;

4º, observar e fazer observar este regulamento em tudo que lhe disser respeito ;

5º, communicar diariamente ao director as occurrencias que se derem na bibliotheca ;

6º, apresentar o orçamento mensal das despesas da bibliotheca ;

7º, propôr ao director a compra de obras e a assignatura, de jornaes, dando preferencia ás publicações periodicas que versarem sobre materias ensinadas no estabelecimento e procurando sempre completar as obras ou collecções existentes ;

8º, empregar o maior cuidado para que não haja duplicatas desnecessarias e se conserve a conveniente harmonia na enca-dernação dos tomos de uma mesma obra ;

9º, providenciar para que as obras sejam immediatamente entregues ás pessoas que as pedirem ;

10, fazer observar o maior silencio na sala de leitura, providenciando para que se retirem as pessoas que perturbarem a ordem, e recorrendo ao director, quando não for attendido ;

11, apresentar mensalmente ao director um mappa dos leitores da bibliotheca, das obras consultadas e das que deixarem de ser ministradas, por não existirem ; outrosim uma relação das obras, que mensalmente entrarem para a bibliotheca, acompanhada de noticia, embora perfunctoria, da doutrina de cada uma dellas ;

12, organizar e remetter annualmente ao director um relatório dos trabalhos da bibliotheca e do estado das obras e moveis, indicando as modificações que a pratica lhe tiver suggerido e julgar conveniente ;

13, encerrar diariamente o ponto dos empregados da bibliotheca, notando a hora do comparecimento e da retirada dos que o fizerem antes de terminar a hora do expediente ;

14, dar noticia ao director do estabelecimento de todas as novas publicações feitas na Europa e America, para o que se munirá dos catalogos das principaes livrarias.

Art. 160. Organizados os catalogos da bibliotheca, serão os livros collocados nas estantes por ordem numerica, tendo cada volume no dorso um rotulo ou cartão indicativo do numero que tem no respectivo catalogo.

Art. 161. O bibliothecario reorganizará, de cinco em cinco annos, os catalogos, alim de nelles contemplar as publicações accrescidas.

Art. 162. Sempre que concluir os catalogos, o bibliothecario os fará imprimir, com prévia authorisação do director, para serem enviados ao Ministerio e aos lentes e empregados graduados de todos os estabelecimentos de ensino superior, ficando sempre archivado um exemplar na secretaria.

Art. 163. Ao sub-bibliothecario compete não só transcrever, em livro para esse fim destinado, e na primeira columna de cada pagina, os pedidos de obras para consultas, ficando a outra columna em branco, para nella mencionar-se a entrega do livro, a sua falta ou deterioração, mas também executar os trabalhos que pelo bibliothecario lhe forem designados.

Art. 164. Quando o sub-bibliothecario servir de bibliothecario, o director designará quem o substitua.

Art. 165. Os empregados da bibliotheca ficam sujeitos, no que lhes for applicavel, ás mesmas obrigações dos da secretaria.

## CAPITULO VIII

### DA CORRESPONDENCIA E DA POSSE DO DIRECTOR, DOS LENTES E SEUS AUXILIARES, E DOS EMPREGADOS

Art. 166. A correspondencia entre o director e os lentes cathedrauticos e substitutos será feita por meio de officio; a daquelle com os auxiliares do ensino e empregados, por portaria.

Art. 167. O director tomará posse de seu cargo perante a congregação.

Para esse fim deverá enviar uma petição a quem estiver exercendo o cargo de director.

Este convocará a congregação para o primeiro dia util, e participará ao nomeado o dia e a hora em que deverá comparecer para ser-lhe dada a posse.

No dia e hora indicados, recebido o novo director á porta do edificio pelo secretario e mais empregados, e á porta da sala das sessões da congregação pelo director em exercicio e lentes presentes, tomará assento á direita do presidente da congregação, e, lido pelo secretario o acto de nomeação, tomará posse, do que se lavrará um termo, que será assignado por elle e pelos ditos lentes.

Tomará logo depois o logar que lhe compete, e dar-se-ha por terminado o acto da posse, que será communicado ao Governo.

Art. 168. As mesmas formalidades serão observadas em relação á posse do vice-director.



Art. 169. Os lentes tomarão posse dos seus cargos em sessão da congregação, que será convocada para este fim em dia e hora designados pelo mesmo director.

Art. 170. Si em qualquer dos casos dos artigos antecedentes não puder reunir-se a maioria da congregação, verificar-se-ha o acto da posse com os lentes presentes, qualquer que seja o numero.

Disto se fará menção na acta e se dará parte ao Governo.

Art. 171. Os novos lentes serão recebidos á porta do edificio pelo porteiro, guardas e continuos, e na sala das sessões da congregação pelo secretario.

Lavrados os termos, que serão assignados pelo director e pelos nomeados, virão estes tomar assento nos logares que lhes competirem.

Art. 172. Si, apesar do disposto no art. 169, não for possível reunir a congregação, tomarão posse os lentes perante a directoria do estabelecimento.

Art. 173. Os empregados tomarão posse perante o director, do que se lavrará o competente termo.

Art. 174. No acto da posse farão os referidos funcçionarios as promessas constantes do annexo sob n. 3.

## CAPITULO IX

### DA REVISTA

Art. 175. Será creada em cada um dos estabelecimentos uma *Revista* dos cursos da Faculdade ou Escola.

Esta *Revista* será redigida por uma commissão de cinco lentes, nomeada pela congregação na primeira sessão de cada anno. A commissão elegerá o redactor principal e promoverá a troca da *Revista* com os periodicos da mesma natureza na Europa e America.

Art. 176. A impressão será feita na typographia em que se publicarem os actos officiaes ou na que offerecer maiores vantagens.

Art. 177. E' obrigatoria a acceitação do cargo de redactor.

Art. 178. Cada numero da *Revista* será publicado annualmente.

Art. 179. Dar-se-ha na *Revista* um summario das decisões da congregação que, a juizo do director, possam ser publicadas, e terão preferencia nas publicações as memorias originaes ácerca de assumptos concernentes ás materias ensinadas no estabelecimento.

## CAPITULO X

### DA INSCRIPÇÃO PARA MATRICULA

Art. 180. As matriculas para os cursos se farão nas épocas marcadas pelas disposições especiaes dos respectivos estabeleci-

mentos. Fora dessas épocas, só a congregação poderá admittir a matricula os candidatos, que allegarem motivo attendivel, antes de decorridos quarenta dias uteis.

Art. 181. Nos cursos de sciencias sociaes e juridicas, no curso geral de medicina e nos cursos especiaes das escolas Polytechnica e de Minas, ninguem será admittido a matricula sem que exhiba certificado de estudos secundarios ou titulo de bacharel, de accordo com os arts. 38 e 39 do decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, podendo, todavia, os que tenham feito exames de preparatorios em paizes estrangeiros, ser dispensados, a juizo do Governo, ouvida a congregação.

Paragrapho unico. Esta disposição só começará a vigorar no prazo fixado pelo art. 81 do citado decreto.

Art. 182. Nas escolas Polytechnica e de Minas os referidos certificados ou titulos poderão ser substituidos pelo certificado de approvação em todas as materias do curso fundamental, que será organizado nessas escolas.

Art. 183. Para os cursos comprehendidos nestes e outros estabelecimentos de ensino superior deverá o matriculando exhibir certidão de haver sido approvado nas materias exigidas pelas disposições especiaes desses cursos.

Art. 184. As matriculas serão annunciadas por editaes affixados nos logares mais frequentados do estabelecimento e publicados pela imprensa oito dias antes das épocas determinadas neste regulamento.

Art. 185. Para a matricula em alguma ou em todas as cadeiras da 1ª serie dos mencionados cursos o estudante deverá provar, em requerimento ao director:

- 1º, achar-se habilitado, na forma dos arts. 181 a 183;
- 2º, ter sido vaccinado com bom resultado;
- 3º, haver pago a taxa de 40\$000;
- 4º, identidade da pessoa.

Art. 186. Para matricula em alguma ou em todas as cadeiras das series seguintes o alumno deverá apresentar:

- 1º, certidão de approvação nas materias da serie anterior;
- 2º, conhecimento de haver pago a referida taxa.

Art. 187. E' facultada a matricula aos individuos do sexo feminino, para os quaes haverá nas aulas logar separado.

Paragrapho unico. A inscripção de matricula poderá ser feita por procurador, si o alumno tiver justo impedimento, a juizo do director.

Art. 188. O secretario, logo que lhe for apresentado despacho do director mandando matricular algum estudante, abrirá termo de matricula no livro respectivo, fazendo menção de seu nome, filiação, naturalidade e idade, e o assignará com o matriculado ou seu procurador no caso do artigo antecedente.

Art. 189. Os termos de inscripção de matricula serão lavrados seguidamente e sem que fiquem de permeio linhas em branco.

Art. 190. A inscripção será feita pela ordem em que forem recebidos os requerimentos, e, si dous ou mais estudantes se apresentarem simultaneamente com despacho do director para

se inscreverem na mesma cadeira ou na mesma serie, guardar-se-ha na inscripção a precedencia determinada pela ordem alphetica de seus nomes.

Art. 191. No dia determinado para se fecharem as matriculas escreverá o secretario em seguida ao ultimo termo o de encerramento e o assignará com o director.

Art. 192. Finda a inscripção da matricula, o secretario mandará organizar uma lista geral dos matriculados em cada uma das series, com declaração da filiação e naturalidade, e a fará imprimir, sem demora, para ser distribuida pelas lentes e enviada ao Ministerio.

Art. 193. A taxa de inscripção de matricula só dá direito a esta no anno lectivo em que houver sido paga.

Art. 194. E' nulla a inscripção de matricula feita com documento falso, assim como nullos são todos os actos que a ella se seguirem, e aquelle que por esse meio a pretender ou obtiver, além da perda da importancia das taxas pagas, fica sujeito a pena doCodigo Criminal e inhibido, pelo tempo de dous annos, de se matricular ou prestar exame em qualquer dos estabelecimentos de instrucção superior federaes ou a elles equiparados.

Art. 195. Cada alumno que se houver matriculado receberá do secretario um cartão impresso, assignado pelo director, contendo o seu nome e a designação da serie ou cadeira em que se houver inscripto.

Art. 196. Sómente serão considerados alumnos dos estabelecimentos os individuos matriculados.

Art. 197. Poderão fazer cursos livres no recinto dos estabelecimentos os proffsionaes que tiverem diploma conferido pelos mesmos estabelecimentos ou outros equivalentes, nacionaes ou estrangeiros.

Paragrapho unico. Ficam excluidos desta permissão os laboratorios, os gabinetes e as clinicas.

Art. 198. Os pretendentes a cursos livres deverão dirigir ao respectivo director, na sessão de abertura dos trabalhos escolares, um requerimento acompanhado do diploma, ou sua publicafoma, folha corrida e o programma que se propõe a seguir.

Estes documentos serão sujeitos á apreciação da congregação, que votará nominalmente sobre a petição.

Paragrapho unico. A autorisação concedida para os cursos livres não constitue titulo, nem confere regalia official alguma.

Art. 199. No caso de ser attendido o candidato, o director designará a sala em que deve ser feito o curso, marcando-lhe o respectivo horario.

Art. 200. Os cursos livres ficarão sob a immediata inspecção do director, que os visitará sempre que lhe for possivel.

Art. 201. Quando os cursos livres não preencherem os seus fins, forem desprezados os programmas, professadas doutrinas contrarias á lei e á moral, ou derem-se disturbios e desordens, o director levará o facto ao conhecimento da congregação, á qual compete cassar a licença concedida.

Art. 202. Os professores de cursos livres deverão remetter ao director, no fim do anno lectivo, uma informação circumstanciada sobre os respectivos cursos.

Art. 203. As concessões para os cursos livres não deverão exceder de um anno, podendo, entretanto, ser renovadas, si assim convier ao ensino.

Nas petições para a continuação os candidatos só deverão apresentar o seu programma.

Art. 204. Para os actos solemnes do estabelecimento todos os professores particulares serão convidados, havendo para elles logar especial.

Art. 205. No relatorio annual, remettido ao Governo pelo director, se fará sempre menção dos professores particulares que mais tiverem contribuido para o adeantamento do ensino.

Art. 206. Os professores particulares poderão publicar em cartazes os programmas dos seus cursos com o horario respectivo, o logar em que tiverem de fazel-os, e outras explicações que julgarem convenientes, sendo esses cartazes affixados nos logares mais frequentados do estabelecimento.

Art. 207. Os cursos dos professores particulares serão diurnos ou nocturnos, mas estes ultimos não poderão funcçãoar depois das 9 horas.

Art. 208. Os professores de cursos livres são responsaveis pelas despesas que fizerem, assim como pelos damnos que causarem nos objectos pertencentes ao estabelecimento, sendo tambem obrigados a gratificar o porteiro e os serventes pelo trabalho extraordinario que taes cursos acarretam.

Art. 209. Os lentes cathedraicos e substitutos, professores e preparadores não poderão abrir cursos retribuidos das materias professadas nos estabelecimentos de cujos corpos docentes fazem parte.

## CAPITULO XI

### DA INSCRIÇÃO PARA EXAMES

Art. 210. As inscrições para exames se farão nas épocas marcadas nas disposições especiaes de cada um dos estabelecimentos.

Art. 211. Haverá duas épocas de exames: a 1ª, a partir do terceiro dia do encerramento das aulas; a 2ª, a começar no terceiro dia da abertura dos trabalhos, devendo terminar, salvo o caso de força maior, antes do começo das aulas.

Art. 212. As pessoas que quizerem inscrever-se para exames dos cursos dos estabelecimentos deverão dirigir um requerimento ao director, satisfazendo as seguintes condições:

1ª, apresentar certidão de habilitação na fôrma das disposições especiaes de cada um dos estabelecimentos ou de approvação nas

materias que antecedem as dos exames requeridos, segundo a ordem do programma official;

2ª, provar a identidade de pessoa;

3ª, pagar a importancia da taxa, que será de 40\$ por cadeira ou serie para os que tiverem pago a de matricula, de 80\$ para os que não se houverem matriculado;

4ª, apresentar attestado de vaccina.

§ 1.º A prova da identidade far-se-ha por meio de attestação escripta de algum dos lentes do estabelecimento, ou de duas pessoas conceituadas no logar.

§ 2.º O candidato em nome de quem e com cujo consentimento algum outro individuo houver obtido inscripção ou feito exame, perderá esse e todos os mais exames prestados até aquella data, sem embargo do procedimento criminal que no caso couber contra as pessoas implicadas no facto. Para esse effeito o director do respectivo estabelecimento dará conhecimento do facto ao Governo e aos directores dos outros estabelecimentos.

§ 3.º As condições 1ª, 2ª e 4ª não serão exigidas dos alumnos do estabelecimento, salvo na parte relativa á exhibição de certidões de approvação nas materias da serie anterior.

Art. 213. Ao director compete ordenar que o secretario faça as inscripções de exames dos estudantes, cujos requerimentos estejam conformes ás disposições antecedentes.

Art. 214. As inscripções para exames serão lançadas, como as inscripções para a matricula, em livros especiaes para cada cadeira ou serie, com termos de abertura e de encerramento lavrados pelo secretario e assignados pelo director.

Os lançamentos serão feitos de modo que fique uma margem no livro respectivo, em que se possa mencionar o resultado do exame de qualquer materia ou serie em que o estudante tenha sido examinado.

Art. 215. O alumno poderá requerer inscripção de exame para uma ou mais series, ou para uma ou algumas cadeiras, mas não poderá prestar exame de qualquer materia de uma serie sem ter sido approvado em todas as materias da serie anterior.

Art. 216. Os examinandos serão chamados pela ordem da respectiva inscripção de exames, tendo direito de prioridade os alumnos matriculados.

Art. 217. Os reprovados não poderão prestar novo exame da serie ou cadeira em que tiverem sido inhabilitados sinão na outra época propria marcada no art. 211.

Guardado, porém, esse intervallo, poderão repetil-o quantas vezes quizerem.

Art. 218. O pagamento da taxa para inscripção de exame só dá direito a este na época em que tiver sido requerido.

Art. 219. E' extensivo, no que for applicavel, á inscripção de exames o disposto nos artigos relativos ás matriculas.

## CAPITULO XII

## DOS EXAMES

Art. 220. Os exames serão prestados por cadeiras.

Art. 221. As mesas examinadoras serão constituídas segundo as disposições especiaes de cada um dos estabelecimentos.

Art. 222. Tanto na prova escripta como na oral ou pratica, nenhum lente será obrigado a examinar mais de uma turma por dia, podendo porém fazel-o, si o quizer, a convite do director.

Para os impedimentos que occorrerem no decurso dos exames o director determinará a substituição.

Em falta de lentes, assim cathedricos como substitutos, levará o director nomear para os exames os professores jubilados ou de outros estabelecimentos publicos ou particulares.

Art. 223. O secretario organizará uma lista das pessoas que se houverem inscripto de conformidade com as disposições do art. 212 e mandará affixal-a em logar conveniente.

Diariamente remetterá á mesa examinadora a relação dos que devam ser chamados a exame e de mais alguns nomes que se lhes seguirem, em igual numero, a fim de preencher as faltas dos que não comparecerem.

Art. 224. São prohibidas as trocas de logares para exames entre os estudantes.

Art. 225. O exame constará de provas: escripta e oral em cada uma das cadeiras, e uma pratica nas cadeiras que tiverem laboratorios e gabinetes.

O processo das provas de exame será regulado pelas disposições especiaes de cada um dos estabelecimentos.

Art. 226. Terminados os exames, a commissão julgadora, tendo presentes as provas escriptas dos mesmos estudantes, procederá em seguida ao julgamento, que se fará por votação nominal e separadamente sobre as materias de cada cadeira.

Art. 227. A qualificação do julgamento se fará do seguinte modo: 1º, será considerado reprovado o que não tiver a maioria dos votos favoraveis; 2º, será approvado plenamente aquelle que, tendo obtido unanimidade de votos favoraveis, merecer igual resultado em segunda votação, a que immediatamente se procederá; 3º, será approvado com distincção o que for proposto por algum dos membros da commissão julgadora e em nova votação alcançar todos os votos favoraveis. Nos demais casos de julgamento, a nota será approvada simplesmente.

Art. 228. Será permittido aos estudantes approvados simplesmente inscreverem-se de novo para o mesmo exame na época seguinte, mas neste caso prevalecerá a nota do segundo exame, quer seja de approvação, quer de reprovação.

Art. 229. A reprovação em uma ou algumas cadeiras não importa a perda do exame nas outras cadeiras da mesma serie;

o reprovado poderá requerer exame sobre as materias da cadeira ou das cadeiras em que tiver sido inhabilitado.

Art. 230. O resultado do julgamento será escripto e assignado pelos membros da commissão julgadora, e tudo será reduzido a termo no livro competente.

### CAPITULO XIII

#### DO TEMPO DOS TRABALHOS E EXERCÍCIOS ESCOLARES

Art. 231. Os trabalhos de cada um dos estabelecimentos principiarão e terminarão nas épocas marcadas nas respectivas disposições especiaes.

Art. 232. Quinze dias antes da abertura das aulas, a congregação se reunirá para distribuir as horas das aulas, verificar a presença dos lentes, designar os substitutos e, na falta destes, os que devam reger as cadeiras cujos lentes se acharem impedidos. A distribuição das horas, que for approvada no principio do anno lectivo, só pôde ser alterada com approvação da congregação, si assim o exigirem as conveniencias do ensino.

O director fará publicar por edital e pela imprensa o resultado desta sessão da congregação.

Quando a vaga ou impedimento occorrer no decurso do anno, qualquer que seja o motivo que a determine, cabe ao director fazer, em qualquer hypothese, a designação de quem deva reger as cadeiras.

Art. 233. O horario das aulas de cada estabelecimento será marcado pelas disposições especiaes do mesmo estabelecimento.

Art. 234. Cada lente cathedratico ou quem o estiver substituindo será obrigado a apresentar á congregação, na sessão de abertura dos trabalhos, para ser por ella approvado, o programma do ensino de sua cadeira, dividido em partes ou artigos distinctos.

Sem haver cumprido essa obrigação, nenhum lente assumirá o exercicio da respectiva cadeira, cuja regencia será confiada ao competente substituto.

Art. 235. Apresentados os programmas, o director nomeará uma commissão de tres membros para uniformisal-os, de modo que exprimam o ensino completo das materias professadas no estabelecimento.

Art. 236. A commissão apresentará o seu parecer motivado em sessão da congregação, que deverá effectuar-se 10 dias antes da abertura das aulas, e esse parecer será discutido e approvado na mesma sessão.

Art. 237. Os programmas, depois de approvados pela congregação, serão impressos e distribuidos.

Art. 238. Os programmas, depois de adoptados pela congregação com modificações ou sem ellas, só poderão ser alterados na primeira sessão do seguinte anno lectivo. Os lentes deverão preencher-os até ao dia do encerramento das aulas.

Art. 239. O director providenciara para que os substitutos em cursos complementares completem o preenchimento dos programma das cadeiras, cujos lentes não possam fazel-o.

Art. 240. Os programma approvados em um anno poderão servir para os annos seguintes, si a congregação, por si ou por proposta dos respectivos lentes, não julgar necessario alteral-os.

Em todo caso, devera o lente proceder á leitura do respectivo programma, afim de ser remettido á commissão de que trata o art. 235.

Art. 241. A frequencia dos alumnos em cada um dos estabelecimentos sera regulada pelas disposições especiaes do mesmo estabelecimento.

Art. 242. Os cathedraticos, quando impedidos, habilitarão os substitutos com os esclarecimentos necesarios sobre o estado do ensino da respectiva cadeira.

## CAPITULO XIV

### DAS COMMISSÕES E INVESTIGAÇÕES EM BENEFICIO DA SCIENCIA E DO ENSINO

Art. 243. De dous em dous annos a congregação de cada um dos estabelecimentos indicara ao Governo um lente cathedratico ou substituto para ser encarregado de fazer investigações scientificas e observações praticas, ou para estudar nos paizes estrangeiros os melhores methodos do ensino e as materias das respectivas cadeiras, e examinar os estabelecimentos e instituições das nações mais adeantadas da Europa e da America.

Art. 244. A congregação dara por escripto ao nomeado instrucções adequadas para o bom desempenho da commissão, designando a época, a duração das viagens e os logares que devera visitar, e impondo-lhe a obrigação de informar o estabelecimento de tudo que possa interessar ao ensino.

Art. 245. Os estabelecimentos transmittirão uns aos outros as instrucções dadas aos commissionados e os relatorios por estes apresentados, dividindo entre si os objectos uteis que adquirirem, sempre que dos mesmos houver duplicata.

Art. 246. Os directores se corresponderão com os commissionados acerca de todas as descobertas e melhoramentos importantes para a sciencia, e poderão incumbil-os da compra e remessa de objectos para uso dos estabelecimentos.

Art. 247. Os directores velarão pelo cumprimento das instrucções, que forem dadas aos commissionados, levando ao conhecimento da congregação e do Governo o que occorrer durante a commissão, assim como o resultado final desta. O Governo, ouvida a congregação, cassara a nomeação do commissionado que não cumprir suas obrigações, e o mandará regressar dentro de prazo determinado, findo o qual cessarão os supprimentos que lhe forem concedidos.



Art. 248. O alumno que tiver completado os estudos e for classificado pela congregação como o primeiro estudante entre os que com elle frequentaram o curso, terá direito ao premio de viagem á Europa ou America, afim de se applicar aos estudos por que tiver predilecção ou áquelles que forem designados pela congregação, arbitrando-lhe o Governo a quantia que julgar sufficiente para a sua manutenção.

Art. 249. A classificação, a que se refere o artigo antecedente, será feita por uma commissão, nomeada pela congregação e composta de tres lentes, a qual, colligindo com a maior imparcialidade todos os titulos que puderem revelar a capacidade dos alumnos e attendendo ao seu procedimento moral, apresentará um relatorio, que será em suas conclusões votado em sessão da congregação.

Art. 250. Não poderá ter esse premio o alumno a quem tenham sido infligidas penas escolares que desabonem sua reputação. O direito de estudar em paiz estrangeiro por conta do Estado passará para o segundo alumno classificado, e assim successivamente, o que também se observará no caso de recusa por parte do alumno designado.

Art. 251. Os alumnos que fizerem a viagem de instrucção continuarão a ser considerados como pertencendo ao estabelecimento e serão obrigados a remetter semestralmente um relatorio do que tiverem estudado, o qual será julgado por uma commissão do mesmo estabelecimento.

Art. 252. Si os relatorios não forem remettidos regularmente ou demonstrarem pouco aproveitamento da parte de seus autores, a congregação poderá reduzir os prazos concedidos e até dal-os por findos, participando sua resolução ao Governo, afim de que este suspenda a respectiva pensão.

## CAPITULO XV

### DA POLICIA ACADEMICA

Art. 253. O alumno que perturbar o silencio, causar desordem dentro da aula ou nella proceder mal, será reprehendido pelo lente.

Si não se contiver, o lente o fará immediatamente sahir da sala e levará o facto ao conhecimento do director. Si o lente vir que a ordem não pôde ser restabelecida, suspenderá a lição, e dará parte do occorrido ao director.

Art. 254. O director, assim que tiver noticia do facto nas duas ultimas hypotheses do artigo precedente, fará vir á sua presença o culpado ou culpados, e, depois de ler publicamente a parte dada pelo lente, e o termo lavrado pelo guarda, convocará immediatamente a congregação, que imporá por votação nominal, depois de ouvido o delinquente, a pena de perda de um ou dous annos de estudos, conforme a gravidade do facto.

Art. 255. Si a desordem realizar-se dentro do edificio, porém fóra da aula, qualquer lente ou empregado que presente se achar procurará conter os autores. No caso de não serem attendidas as admoestações, ou si o successo for de natureza grave, o lente ou o empregado que o presenciar deverá immediatamente communicar o facto ao director.

Art. 256. O director, logo que receber a participação ou *ex-officio* tiver noticia do occorrido, tomará de tudo conhecimento, fazendo comparecer, na secretaria, perante si o alumno ou alumnos indigitados.

Art. 257. Si, depois das indagações a que proceder, o director achar que o alumno merece maior correcção do que uma simples advertencia feita em particular, o reprehenderá publicamente.

Art. 258. A reprehensão será neste caso dada na secretaria em presença de dous lentes, dous empregados e de quatro ou seis alumnos pelo menos, ou na aula a que o estudante pertencer, presentes o lente e os outros estudantes da mesma aula, que se conservarão nos respectivos logares.

A todos estes actos assistirá o secretario, e de todos elles, bem como dos casos referidos nos arts. 254 e 256, se lavrará um termo, que será presente na primeira sessão da congregação e transcripto nas informações dadas ao Governo sobre o procedimento dos estudantes.

Art. 259. Si a perturbação do silencio, a falta de respeito ou a desordem for praticada em acto de exame ou em qualquer acto publico do estabelecimento, se procederá pela maneira declarada nos citados artigos.

Art. 260. Si algum dos factos de que se trata no artigo antecedente e na primeira parte do art. 255 for praticado por estudante que já tenha feito a sua ultima serie de exames, o lente ou director deverá levar tudo ao conhecimento da congregação, a qual poderá substituir a pena de reprehensão publica pela do espaçamento da época para a collação do grão, ou pela retenção do diploma até um anno.

Art. 261. Si o director entender que o delicto declarado no art. 253 merece, pelas circumstancias que o acompanharam, mais severa punição do que a do art. 258, mandará lavrar termo de tudo pelo secretario, com as razões que o estudante allegar a seu favor e com os depoimentos das testemunhas que souberem do facto, e o apresentará á congregação; esta, depois de empregar os meios necessarios para conhecer a verdade, condemnará o delinquente á pena de perda de um a dous annos de estudos, conforme a gravidade do delicto.

Art. 262. O alumno que intencionalmente quebrar, estragar, inutilisar os instrumentos, apparelhos, molelos, mappas, livros ou moveis será obrigado a restituir o objecto por elle estragado; e na reincidencia, além da restituição, será admoestado pelo director, á vista da participação do lente ou autoridade competente, ou sujeito á pena de perder um a tres annos de estudos, segundo a gravidade do delicto.

Art. 263. Sempre que verificar-se qualquer desaparecimento do objectos, tanto da secretaria, como das demais dependencias do estabelecimento, o secretario, recebida a comunicação, participará por escripto ao director, o qual nomeará uma commissão para proceder a minuciosa syndicancia do facto.

O bibliothecario levará igualmente ao conhecimento do director quaesquer subtrações occorridas na bibliotheca e, a tal respeito, se praticará o que fica acima determinado.

Art. 264. Descoberto o autor do delicto de que trata o artigo antecedente, será reprehendido pelo director e obrigado à restituição do objecto subtraído e se promoverá o processo criminal, si no caso couber.

Art. 265. Os estudantes que arrancarem editaes dentro do edificio do estabelecimento ou praticarem actos de injuria dentro do mesmo edificio por palavras, por escripto ou por qualquer outro modo contra o director ou contra os lentes, serão punidos com a pena de perda de um até dous annos de estudos, conforme a gravidade do caso.

Art. 266. Si praticarem dentro do edificio da Faculdade actos offensivos da moral publica, ou por qualquer modo que seja dirigirem ameaças, tentarem aggressão ou vias de facto contra as pessoas indicadas no artigo antecedente, serão punidos com o dobro das penas alli declaradas.

Si effectuarem as ameaças ou realizarem as tentativas, serão punidos com a exclusão dos estudos em qualquer dos estabelecimentos de instrucção superior federaes ou a estes equiparados.

As penas deste artigo e do antecedente não excluem aquellas em que incorrerem os delinquentes segundo a legislação penal.

Art. 267. Si os delictos dos artigos antecedentes forem praticados por estudantes da ultima serie, serão estes punidos com a suspensão do exame ou, si este já tiver sido feito, com a demora da collação do grão, ou com a retenção do diploma, pelo tempo correspondente ao das penas marcadas nos mesmos artigos.

Art. 268. Das penas de perda de anno de estudo, de suspensão do acto, demora da collação de grão, retenção do diploma, se admittirá recurso para o Governo, sendo interposto dentro de oito dias, contados da data da intimação.

O recurso será suspensivo nos casos de perda de anno de estudos ou de exclusão.

O Governo, a quem serão presentes todos os papeis que formarem o processo, resolverá confirmando, revogando ou modificando a decisão da congregação.

Art. 269. O estudante que, chamado pelo director, não comparecer, será coagido a vir á sua presença, depois de lavrado o termo de desobediencia pelo empregado que o for chamar, requisitando o mesmo director auxilio da autoridade policial.

Art. 270. Os lentes exercerão a policia dentro das respectivas aulas, e nos actos academicos que presidirem deverão auxiliar o director na manutenção da ordem e do respeito dentro do edificio do estabelecimento.

Art. 271. Não estando presente o director, deverão substituí-lo na manutenção da ordem os lentes cathedráticos e substitutos por ordem de antiguidade, e, na falta de todos elles, o secretario, quando da continuação de qualquer falta possam resultar inconvenientes graves.

Art. 272. O porteiro e os guardas velarão na manutenção da boa ordem e do asseio dentro do edificio do estabelecimento, procurando advertir com toda a urbanidade os que infringirem esta disposição.

Si as suas advertencias não bastarem, tomarão os nomes dos infractores e darão parte do occorrido immediatamente ao director, e em sua ausencia a qualquer lente ou ao secretario a fim de providenciarem.

Art. 273. Si qualquer pessoa estranha ao estabelecimento praticar algum dos actos puniveis por este regulamento, será o facto levado ao conhecimento do director a fim de que faça tomar por termo o occorrido e dê de tudo conhecimento à competente autoridade policial, para proceder na conformidade das leis. Poderá tambem o director prohibir ao autor daquelles actos a entrada no edificio do estabelecimento.

## CAPITULO XVI

### DAS LICENÇAS E FALTAS

Art. 274. O director de cada estabelecimento de ensino superior poderá conceder, dentro de um anno, até 15 dias de licença aos empregados, sem prejuizo do respectivo ordenado.

Art. 275. As licenças de 15 dias a um anno serão concedidas aos membros do magisterio e seus auxiliares por portaria do Ministro, em caso de molestia provada ou por outro qualquer motivo justo e attendivel, mediante requerimento convenientemente informado pelo director do estabelecimento respectivo.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito à percepção do ordenado até seis mezes, e de metade por mais de seis mezes até um anno; e por outro qualquer motivo, dará logar ao desconto da quarta parte do ordenado até tres mezes, da metade por mais de tres até seis, das tres quartas partes por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dali por deante.

§ 2.º A licença em caso algum dará direito à gratificação do exercicio do cargo, não se podendo, porém, fazer desconto algum dos acrescimos de vencimentos obtidos por antiguidade.

Art. 276. O tempo de prorrogação de uma licença, concedida uma ou mais vezes dentro de um anno, será contado do dia em que terminou a primeira, a fim de ser feito o desconto de que trata o § 1.º do artigo anterior.

Art. 277. Esgotado o tempo maximo dentro do qual poderão ser concedidas as licenças com vencimento, a nenhum funcionario será permittida nova licença com ordenado ou parte

delle, sem que haja decorrido o prazo de um anno contado da data em que houver expirado o ultimo.

Paragrapho unico. O membro do magisterio poderá gosar onde lhe aprouver a licença que lhe for concedida; esta, porém, ficará sem effeito, si della não se aproveitar dentro de um mez contado da data da concessão.

Art. 278. Não poderá obter licença alguma o membro do magisterio que não tiver entrado em exercicio do logar em que haja sido provido.

Art. 279. Nos Estados, o prazo das licenças começará a correr do dia em que tiver o devido *Cumpra-se*.

Art. 280. O membro do magisterio licenciado poderá renunciar ao resto do tempo que tiver obtido, uma vez que entrar immediatamente no exercicio do seu cargo; mas, si não tiver feito a renuncia antes de começarem as ferias, só depois de terminada a licença poderá apresentar-se.

Art. 281. As disposições dos artigos antecedentes applicam-se ao funcionario que perceber simples gratificação, ou cujo vencimento for de uma só natureza e do qual duas terças partes sejam consideradas como ordenado.

Art. 282. Aos funcionarios contractados, quando requererem licença, serão applicadas as disposições referentes aos effectivos, quando deste assumpto não cogitarem os respectivos contractos.

Art. 283. Dado o caso de licença concedida a um lente cathedratico, assim como no de vaga da cadeira, será chamado pelo director um substituto da respectiva secção para reger-a. Quando não haja substituto da secção, ou esteja este impedido, será convidado por ordem de preferencia um outro cathedratico da mesma secção, um substituto de outra secção, um professor, e por ultimo um cidadão que tiver o grão ou titulo do mesmo estabelecimento, preferindo-se nestas circumstancias os lentes das Faculdades ou Escolas livres.

Art. 284. E' obrigado a ponto de entrada e sahida todo o pessoal do corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior, seus auxiliares, bem como todo o pessoal administrativo.

Art. 285. A presença dos membros do corpo docente será verificada pela sua assignatura nas cadernetas das aulas e nas actas da congregação.

Paragrapho unico. A presença dos auxiliares do corpo docente, bem como a de todos os empregados, será verificada pela sua assignatura no livro do ponto, indicando a hora da entrada e da sahida; a dos preparadores, porém, se verificará na caderneta das aulas.

Art. 286. O secretario, à vista das notas das cadernetas, das que haja tomado sobre quaesquer actos escolares, e do livro do ponto, organizará no fim de cada mez a lista completa das faltas e a apresentará ao director do estabelecimento, que attendendo aos motivos poderá considerar justificadas até ao numero de oito.

Art. 287. As faltas devem ser justificadas até ao ultimo dia do mez.

Art. 288. As faltas dos lentes às sessões de congregação ou a quaesquer actos e funcções a que forem obrigados pelos regulamentos serão contadas como as que deram nas aulas.

§ 1.º Coincidindo no mesmo dia trabalho de aula e de congregação, a abstenção de um destes serviços importará uma falta.

§ 2.º O trabalho de congregação prefere a qualquer outro.

Art. 289. Terão direito só ao ordenado os lentes, professores e preparadores que faltarem por motivo justificado, não lhes sendo abonadas, independentemente de justificação, mais de duas faltas em cada mez.

Art. 290. O lente director estará sujeito às prescripções desta lei, como qualquer outro membro do corpo docente.

## CAPITULO XVII

### PATRIMONIO

Art. 291. Aos estabelecimentos é permittido constituir patrimonio com o que lhes provier de doações, legados e sub-scripções.

Este patrimonio será administrado pelo director, na fôrma do regulamento organizado pela congregação.

O patrimonio será convertido em apolices da divida publica, e os seus rendimentos serão applicados aos estabelecimentos e melhoramentos do ensino e do edificio.

Art. 292. As doações e legados com applicação especial serão, porém, empregados na fôrma determinada nas respectivas doações e legados.

## CAPITULO XVIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 293. O logar de lente e professor é compativel com as funcções, que, em virtude do mesmo cargo, tenha elle de exercer durante o anno lectivo. Podem os lentes cathedraticos, substitutos, professores e preparadores exercer commissões do Governo, relativas ao ensino.

Art. 294. Os directores, os lentes cathedraticos e substitutos, os professores, preparadores e mais empregados mencionados neste regulamento perceberão os vencimentos marcados na tabella annexa sob n. 1. As taxas de matriculas e de exames, bem como os emolumentos dos diplomas, constam da tabella annexa sob n. 2. As formulas das promessas para posse dos funcionarios constam da tabella annexa sob n. 3.

Art. 295. Os lentes cathedrauticos, substitutos, professores e secretarios, que houverem bem cumprido suas funcções, terão periodicamente direito, mediante informação do director, a um acrescimo de vencimento, nos seguintes termos :

Os que contarem de serviço effectivo do magisterio 10 annos, 5 % ; 15 annos, 10 % ; 20 annos, 20 % ; 25 annos, 33 % ; 30 annos, 40 % ; 35 annos, 50 % e 40 annos, 60 %.

A percentagem acima marcada será calculada sobre os vencimentos da tabella vigente.

Art. 296. Os diplomas serão passados segundo os modelos juntos a este regulamento e impressos em pergaminho, a expensas daquelles a quem pertencerem.

Art. 297. Os diplomas de pessoas que não se acharem presentes para assignal-os perante o secretario serão enviados pelo director á autoridade do logar em que estiverem residindo os diplomados, afim de serem por estes assignados em sua presença.

Si, porém, o diplomado não se achar no Estado em que tem sua sêde o estabelecimento, o director enviará a carta ao Governo do Estado em que elle residir, afim de ter aquelle destino.

Art. 298. As formulas para a collação dos grãos e os modelos dos diplomas e titulos serão determinados nos regulamentos especiaes a cada estabelecimento.

Art. 299. Não se passará segundo diploma sinão no caso de justificada perda do primeiro e com a competente ressalva lançada pelo secretario e assignada pelo director.

Art. 300. Haverá em cada estabelecimento um sello grande que servirá para os diplomas academicos, e sómente poderá ser empregado pelo director, e outro pequeno para os papeis que forem expeditos pela secretaria.

A fôrma dos sellos continúa a ser a mesma.

Art. 301. A borla e as fitas das cartas para o sello pendente terão a mesma fôrma e côr até agora seguidos.

O capello será da côr adoptada nos estabelecimentos e do feito usado actualmente.

Art. 302. No edificio do estabelecimento, além das salas para as aulas, para as sessões de congregação, para a secretaria, para a bibliotheca, para o director e para os lentes, haverá um salão especial para a collação dos grãos e mais actos sollemnes.

Art. 303. O director, lentes, secretario e bibliothecario usarão, nos actos sollemnes do estabelecimento, do vestuario actualmente adoptado.

Art. 304. O porteiro e os guardas usarão diariamente, no recinto do estabelecimento e no exercicio de suas funcções, de um distinctivo, que consistirá em uma chapa de metal collocada no lado esquerdo da gola, com a designação de seus empregos.

Art. 305. Não poderão servir de examinadores os lentes que tiverem com os examinandos parentesco até 2º grão, nas linhas ascendentes e descendentes ou na linha transversal.

Nas questões de interesse particular não podem votar conjunctamente lentes que tenham entre si o referido parentesco.

Art. 306. Quando, entre dous ou mais lentes, se verificar o impedimento de que trata o artigo antecedente, só será admittido a votar o lente mais antigo.

Quando o mesmo impedimento se verificar entre o director e algum ou alguns lentes, votará apenas o director.

Art. 307. *Pantheon.* Sob esta denominação haverá nos estabelecimentos uma sala destinada aos retratos ou photographias dos alumnos que terminarem os seus cursos e mais se houverem distinguido por seu talento, applicação e procedimento.

Paragrapho unico. Os alumnos a que se refere este artigo, e que terão o titulo de — laureados — devem contar pelo menos 2/3 de approvações distinctas.

Art. 308. Durante o tempo feriado o pessoal do corpo docente e administrativo, salvo os funcionarios que estiverem no goso de licença, perceberão integralmente seus vencimentos, sem embargo de quaesquer impedimentos occasionaes que occorrerem no anno lectivo.

## TITULO II

### Instituições de ensino superior fundadas pelos Estados ou por particulares

#### CAPITULO I

##### DAS FACULDADES OU ESCOLAS FUNDADAS PELOS ESTADOS

Art. 309. E' licito aos Estados federados fundar estabelecimentos de ensino superior; mas, para que os grãos por elles conferidos tenham os mesmos effeitos legais que os dos estabelecimentos federaes, é mister:

1º, que as habilitações para matriculas e exames, e os cursos, sejam identicos aos dos estabelecimentos federaes;

2º, que se sujeitem á inspecção do Governo Federal, que para esse fim nomeará delegados que tenham o grão de doutor ou bacharel pelos estabelecimentos que devam fiscalizar ou por outros aquelles equiparados.

#### CAPITULO II

##### DOS CURSOS E ESTABELECIMENTOS PARTICULARES

Art. 310. E' permitido a qualquer individuo ou associação de particulares a fundação de cursos ou estabelecimentos, onde se ensinem as materias que constituem o programma de qual-



quer curso ou estabelecimento federal, salva a inspecção necessaria para garantir as condições de moralidade e hygiene.

§ 1.º Para que essa inspecção possa ser exercida são obrigados, sob pena de multa imposta pelos delegados mencionados no art. 309, § 2º, os professores que mantiverem aulas ou cursos e os directores de quaesquer estabelecimentos :

1º, a communicar, dentro de um mez, a abertura dos mesmos, o local em que elles funcionam, si recebem alumnos internos, semi-internos ou sómente externos, as condições da admissão ou matricula, o programma do ensino e os professores encarregados deste. Esta communicação deverá ser feita aos delegados mencionados no art. 309, § 2º ;

2º, a prestar todas as informações que pelas autoridades competentes lhes forem requisitadas ;

3º, a franquear os estabelecimentos á visita das mesmas autoridades, sempre que se apresentarem para examinal-os ou assistir ás lições e exercicios.

§ 2.º Os professores e directores, a quem faltar a condição de moralidade, ficarão privados de ensinar ou de continuar com os estabelecimentos.

Faltando nos estabelecimentos de ensino a condição de hygiene, será marcado um prazo aos respectivos directores para que a preencham, sob pena de serem obrigados a fechal-os.

§ 3.º Os professores e directores, que, por duas vezes consecutivas, houverem sido multados pela mesma falta, ficam sujeitos a ser-lhes prohibida a continuação do ensino ou dos estabelecimentos.

### CAPITULO III

#### FACULDADES OU ESCOLAS LIVRES

Art. 311. Aos estabelecimentos particulares que funcionarem regularmente poderá o Governo, com audiencia dos delegados mencionados no art. 309, § 2º, conceder o titulo de Faculdade ou Escola livre com todos os privilegios e garantias de que gosarem todos os estabelecimentos federaes.

As Faculdades ou Escolas livres terão o direito de conferir aos seus alumnos os grãos academicos que concedem os estabelecimentos federaes, uma vez que elles tenham obtido as approvações exigidas pelos estatutos destes para a collação dos mesmos grãos.

Art. 312. Os exames das Faculdades ou Escolas livres serão feitos de conformidade com as leis, decretos e instrucções que regularem os dos estabelecimentos federaes e valerão para a matricula nos cursos destes.

O Governo nomeará annualmente commissarios que inspecionem os estabelecimentos e assistam a seus exames, prestando as devidas informações em relatorio.

Art. 313. Em cada Faculdade ou Escola livre ensinar-se-hão pelo menos todas as materias que constituirem o programma do estabelecimento federal.

Art. 314. Cada Faculdade ou Escola livre terá a sua congregação de lentes com as attribuições que lhe forem dadas pelo respectivo regimento.

Art. 315. A infracção das disposições contidas neste titulo sujeita a congregação a uma censura particular ou publica do Governo, o qual, em caso de reincidencia, multará a associação em 500\$ a 1:000\$, e por ultimo poderá suspender a Faculdade ou Escola por tempo não excedente de dous annos, devendo sempre ouvir os delegados mencionados no art. 309, § 2º.

Emquanto durar a suspensão, não poderá a Faculdade ou Escola conferir grãos academicos, sob pena de nullidade dos mesmos.

Art. 316. Constando a pratica de abusos nas Faculdades ou Escolas livres quanto á identidade dos individuos nos exames e na collação dos grãos, cabe ao Governo, ouvindo os delegados mencionados no art. 309, § 2º, o direito de mandar proceder a rigoroso inquerito para averiguação da verdade, e, si d'elle resultar a prova dos abusos arguidos, deverá immediatamente cassar a instituição o titulo de Faculdade ou Escola livre com todas as prerogativas ás mesmas inherentes.

Art. 317. A Faculdade ou Escola livre que houver sido privada deste titulo não poderá recuperá-lo sem provar que reconstituiu-se de maneira a offerecer inteira garantia de que os abusos commettidos não se reproduzirão.

### TITULO III

#### Disposições transitorias

Art. 318. A exigencia do grão de doutor ou bacharel, ou outras condições, para o exercicio dos cargos ou empregos que, por este regulamento, dependem daquellas condições, será dispensada aos actuaes serventuarios dos mencionados cargos ou empregos que não as possuirem. Não terão, porém, elles direito de accesso aos cargos ou empregos superiores, para as quaes se exijam as condições referidas.

Paragrapho unico. O cargo de agente thesoureiro da Escola Polytechnica será conservado omquanto for exercido pelo actual serventuario.

Art. 319. Os actuaes substitutos nomeados por decreto sem o respectivo concurso para o cargo, só poderão ter accesso a lente cathedratico mediante concurso no qual poderão inscrever-se quaesquer diplomados por Faculdades ou Escolas congeneres, sendo, porém, aquelles sempre preferidos em igualdade de condições.

Art. 320. Ficam revogadas as disposições em contrario.—  
*Fernando Lobo.*

**Tabella a que se refere o decreto n. 1159  
desta data**

**N. 1**

**Vencimentos**

| LOGARES                                                                                        | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|--------------|------------|
| Director.....                                                                                  | 7:200\$000 | 7:200\$000   | 7:200\$000 |
| Lente cathedratice.....                                                                        | 4:000\$000 | 2:000\$000   | 6:000\$000 |
| Lente cathedratico que dirige laboratorio, gabinete ou clinica.....                            | 4:000\$000 | 3:200\$000   | 7:200\$000 |
| Lente substituto.....                                                                          | 2:800\$000 | 1:400\$000   | 4:200\$000 |
| Professor.....                                                                                 | 2:800\$000 | 1:400\$000   | 4:200\$000 |
| Preparador.....                                                                                | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000 |
| Chefe dos trabalhos anatomicos e do museo anatomo-pathologico.....                             | 3:200\$000 | 1:600\$000   | 4:800\$000 |
| Profissional para o ensino da clinica odontologica.....                                        | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Parteiro.....                                                                                  | 1:200\$000 | 600\$000     | 1:800\$000 |
| Auxiliar de gabinete.....                                                                      | 920\$000   | 400\$000     | 1:320\$000 |
| Assistente de clinica.....                                                                     | 1:800\$000 | 600\$000     | 2:400\$000 |
| Agente-thesoureiro.....                                                                        | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000 |
| Interno de clinica.....                                                                        | 720\$000   | 720\$000     | 720\$000   |
| Secretario.....                                                                                | 4:000\$000 | 2:000\$000   | 6:000\$000 |
| Sub-secretario.....                                                                            | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000 |
| Bibliothecario.....                                                                            | 3:200\$000 | 1:600\$000   | 4:800\$000 |
| Sub-bibliothecario.....                                                                        | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000 |
| Amanuense.....                                                                                 | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Conservador.....                                                                               | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Porteiro.....                                                                                  | 1:800\$000 | 900\$000     | 2:700\$000 |
| Continuo.....                                                                                  | 980\$000   | 420\$000     | 1:400\$000 |
| Bedel.....                                                                                     | 980\$000   | 420\$000     | 1:400\$000 |
| Guarda.....                                                                                    | 980\$000   | 420\$000     | 1:400\$000 |
| Gratificação ao continuo ou guarda da bibliotheca (*).....                                     |            | 600\$000     | 600\$000   |
| Gratificação mensal aos directores das escolas e aos de turnas de exercicios praticos (**). .. |            | 200\$000     | 200\$000   |
| Guarda servindo de ajudante do porteiro (***). ..                                              | 980\$000   | 720\$000     | 1:700\$000 |
| Guarda servindo de archivista (***). ..                                                        | 980\$000   | 780\$000     | 1:760\$000 |
| Guarda servindo de continuo (***). ..                                                          | 980\$000   | 720\$000     | 1:700\$000 |
| <hr/>                                                                                          |            |              |            |
| (*) Nas Faculdades de Direito.....                                                             |            | 400\$000     | 400\$000   |
| (**) Nas Escolas Polytechnica e de Minas. ....                                                 |            |              |            |
| (***) Na Escola Polytechnica. ....                                                             |            |              |            |

As gratificações mencionadas no art. 295 serão consideradas em vigor desde 1 de janeiro de 1893.— *Fernando Lobo*.

**N. 2****Taxa e emolumentos**

|                                                                               |          |
|-------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Diploma de doutor ou bacharel.....                                            | 200\$000 |
| Apostilla de medico estrangeiro.....                                          | 200\$000 |
| Diploma de pharmaceutico.....                                                 | 150\$000 |
| Titulo de engenheiro.....                                                     | 80\$000  |
| Titulo de cirurgião dentista.....                                             | 150\$000 |
| Titulo de notario.....                                                        | 100\$000 |
| Titulo de parteira.....                                                       | 100\$000 |
| Titulo de agrimensor.....                                                     | 40\$000  |
| Apostilla de pharmaceutico estrangeiro.....                                   | 150\$000 |
| Apostilla de parteira estrangeira.....                                        | 100\$000 |
| Apostilla de dentista estrangeiro.....                                        | 150\$000 |
| Certidão de approvação em uma ou em todas as cadeiras de cada serie.....      | 5\$000   |
| Taxa de exame de agrimensor.....                                              | 80\$000  |
| Taxa de matricula.....                                                        | 40\$000  |
| Taxa de exame para quem tiver pago matricula....                              | 40\$000  |
| Taxa de exame para quem não tiver pago matricula                              | 80\$000  |
| Inscrição para defesa de theses fóra da época marcada pelos regulamentos..... | 150\$000 |

*Fernando Lobo.***N. 3****FORMULAS DAS PROMESSAS PARA A POSSE****DO DIRECTOR E DO VICE-DIRECTOR**

Prometto respeitar as leis da Republica, observar e fazer observar os regulamentos..... cumprindo, quanto em mim couber, os deveres do cargo de director (ou vice-director).

**DOS LENTES**

Prometto respeitar as leis da Republica, observar os regulamentos..... e cumprir os deveres de lente, com zelo e dedicação, promovendo o adeantamento dos alumnos que forem confiados aos meus cuidados.

**DO SECRETARIO, DO BIBLIOTHECARIO E DOS MAIS EMPREGADOS**

Prometto cumprir fielmente os deveres do cargo de.....

Capital Federal, 3 de dezembro de 1892.— *Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1159 A — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1892

Declara caduca a concessão feita a José de Villa-Flôr pelo decreto n. 143 de 18 de abril de 1891, para a collocação de boias de segurança no porto desta Capital.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve declarar caduca a concessão feita a José de Villa-Flôr pelo decreto n. 143, de 18 de abril de 1891, para a collocação de boias de segurança no porto desta Capital, visto não ter o concessionario cumprido o disposto na clausula V do respectivo contracto.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1160 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1892

Dá regulamento á Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo não só a que, em virtude do art. 1º da lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, foram fundidos em uma só repartição os Ministerios da Justiça, do Interior e da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, mas tambem a que o art. 4º fixou a competencia do novo Ministerio e o art. 5º dispoz sobre a organização da Secretaria respectiva; outrosim, usando da autorisação contida no art. 11 da dita lei, resolve expedir o regulamento annexo, assignado pelo ministro de estado Dr. Fernando Lobo.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

## Regulamento annexo ao decreto n. 1160 desta data

Art. 1.º A Secretaria da Justiça e Negocios Interiores comprehenderá tres Directorias Geraes: da Justiça, do Interior e da Instrução; e uma Secção Geral de Contabilidade, todas immediatamente subordinadas ao ministro.

Art. 2.º A Directoria da Justiça terá duas secções.

§ 1.º A 1ª se incumbirá:

I. Da organização e administração da Justiça Federal e da local no Districto Federal ;

II. Das queixas e representações contra magistrados e empregados das justiças a que se refere o numero antecedente ;

III. Das nomeações, e quaesquer actos relativos aos magistrados e empregados dessas justiças, bem assim o respectivo assentamento ;

IV. Da matricula annual dos bachareis formados e doutores em direito, com as notas fornecidas pelas Directorias das Faculdades que os houverem diplomado ;

V. Das listas de antiguidade dos juizes federaes e dos membros do Tribunal Civil e Criminal ;

VI. Do *exequatur* das sentenças e precatorias de jurisdicção estrangeira ;

VII. Da matricula e assentamento do pessoal da Junta Commercial da Capital Federal ;

VIII. Do registro civil dos nascimentos e obitos e do casamento civil ;

IX. Dos recursos de graça interpostos para o Presidente da Republica ;

X. Da extradicção, moeda falsa e reclamações diplomaticas.

§ 2.º A 2ª secção terá por objecto o que se referir :

I. A' policia e segurança publica do Districto Federal, comprehendendo a divisão policial ;

II. A' organização e constituição da Brigada Policial da Capital Federal, comprehendida a matricula dos officiaes da brigada ;

III. A tudo quanto disser respeito á organização e movimento do pessoal da Guarda Nacional, e ao serviço, armamento e disciplina da mesma guarda ;

IV. A's Casas de Correcção e de Detenção da mesma Capital, incluida a matricula do pessoal ;

V. A's colonias penaes mantidas pela União.

Art. 3.º A Directoria do Interior se comporá de duas secções.

§ 1.º A 1ª secção tratará do que for concernente :

I. A' organização politica da Republica e dos Estados ;

II. Ao Congresso Nacional, ás eleições em geral, e á convocação extraordinaria do mesmo Congresso ;

III. A's nomeações dos ministros de estado ;

IV. A's relações com a administração municipal do Districto Federal ;

V. A' naturalização ;

VI. A's festas nacionaes ;

VII. Ao palacio da Presidencia da Republica ;

VIII. A' manutenção da liberdade e igualdade dos cultos e ás questões decurrentes da separação da igreja e do Estado ;

IX. A' numeração e data das omentas de todos os actos dos Poderes Legislativo e Executivo que exijam esta formalidade ;

X. A's medalhas de distincção humanitarias ;

XI. Ao Archivo Publico Nacional ;

XII. Ao expediente, na parte que competir a este Ministerio, relativo ás pensões concedidas pelo Congresso Nacional.

§ 2.º A 2ª secção se occupará do que for attinente :

I. Ao serviço sanitario da Republica, a cargo da Inspectoria Geral de saude dos portos ;

II. Aos lazaretos e hospitaes maritimos ;

III. A's repartições federaes que se dediquem aos estudos theoricos ou praticos concernentes à saude publica ;

IV. Ao exercicio da medicina e da pharmacia ;

V. A' Assistencia Medico-Legal de Alienados ;

VI. Aos soccorros publicos ;

VII. A's instituições subsidiadas, a saber: Policlinica, Instituto Pasteur, Instituto Bacteriologico *Dr. Domingos Freire*, Asylo de N. S. do Amparo, Asylo de Orphãs da Sociedade Amante da Instrução, e outras de character sanitario ou de assistencia, que de futuro forem auxilliadas por este Ministerio.

Art. 4.º A Directoria da Instrução terá duas secções e tratará do que pertencer :

§ 1.º A 1ª secção :

I. A' instrução superior e secundaria no Districto Federal, inclusive exames geraes de preparatorios ;

II. Aos estabelecimentos de taes ramos de ensino a cargo da União, nos Estados ;

III. A's Faculdades livres ;

IV. Aos theatros Normal e Lyrico ;

V. A's commissões scientificas na Europa ;

VI. A' Bibliotheca Nacional.

§ 2.º A 2ª secção :

I. A' estatistica concernente à instrução primaria e normal ;

II. Ao Pedagogium ;

III. Aos Institutos dos Cegos e Surdos-Mudos mantidos pela União ;

IV. Ao Museo Nacional ;

V. A' Academia Nacional de Medicina ;

VI. Aos institutos, academias, estabelecimentos e sociedades que se deliquem às sciencias, lettras e artes, mantidos ou subvencionados pelo Estado ;

VII. A' catechese dos indios.

Art. 5.º A Secção Geral de Contabilidade terá a seu cargo :

I. A organização do orçamento geral do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e da tabella explicativa da distribuição das quotas para os diferentes serviços ;

II. A abertura de creditos supplementares ou extraordinarios ;

III. A escripturação e classificação de todas as despesas do dito Ministerio, de modo que se conheça facilmente a importancia de cada uma dellas ;

IV. As demonstrações do estado das verbas orçamentarias ;

V. A tomada de contas e fiscalização das despesas, cujo conhecimento couber à Secretaria ;

VI. O exame e processo de todas as contas e folhas, quer relativas à Secretaria de Estado, quer às repartições subordinadas

ao mesmo Ministerio; outrosim o preparo, redacção e a expedição de todas as ordens de pagamento, subscriptas pelo ministro; adiantamento, restituição ou recebimento de quaesquer quantias, inclusive as relativas a depositos, cauções, sellos e emolumentos devidos à Fazenda Nacional;

VII. A distribuição, no principio do exercicio, da quota que couber a cada Directoria e à Secção Geral para despezas com objectos de expediente e outras comprehendidas na parte — Material — da verba — Secretaria de Estado;

VIII. O expediente relativo ao monte-pio dos funcionarios do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores;

IX. O tombamento dos proprios nacionaes ao serviço do mesmo Ministerio;

X. O archivo da Secretaria e as certidões de papeis findos;

XI. A organização de um quadro annual dos empregados da Secretaria, com as observações relativas ao tempo de serviço, tiradas dos livros de assentamento, que devem existir em cada Directoria Geral e na Secção Geral.

XII. A systematização e publicação no *Diario Official* do extracto do expediente diario, remettido pelas Directorias Geraes.

Art. 6.º O pessoal da Secretaria será o seguinte:

§ 1.º Na Directoria da Justiça :

- 1 director geral.
- 2 directores de secção.
- 3 primeiros officiaes.
- 4 segundos officiaes.
- 8 amanuenses.
- 2 continuos.

§ 2.º Na Directoria do Interior :

- 1 director geral.
- 2 directores de secção.
- 2 primeiros officiaes.
- 5 segundos officiaes.
- 6 amanuenses.
- 2 continuos.

§ 3.º Na Directoria da Instrucção :

- 1 director geral.
- 2 directores de secção.
- 2 primeiros officiaes.
- 5 segundos officiaes.
- 6 amanuenses.
- 2 continuos.

§ 4.º Na Secção Geral de Contabilidade :

- 1 director de secção.
- 4 primeiros officiaes.
- 4 segundos officiaes.
- 3 amanuenses.
- 2 continuos.

§ 5.º Haverá mais um porteiro da Secretaria e seu ajudante, um continuo para o gabinete do ministro, e sete correios.



§ 6.º No archivo terão exercício empregados pertencentes à Secção Geral de Contabilidade.

Art. 7.º São de livre escolha do Governo os directores geraes, e o director da Secção Geral de Contabilidade da Secretaria.

Art. 8.º Será de accesso, attendendo-se ao merecimento, a nomeação dos directores de secção, dos 1.ºs e 2.ºs officiaes.

Art. 9.º A nomeação dos amanuenses precederá concurso, ao qual serão admittidos os que provarem ter: a idade de 18 annos, pelo menos; bom procedimento moral e civil, calligraphia, exame official da lingua portugueza e de geographia geral.

Art. 10. As provas no concurso a que se refere o artigo antecedente serão escriptas e oraes, e versarão sobre as seguintes materias:

- Linguas franceza e ingleza;
- Arithmetica, algebra e geometria;
- Chorographia e historia do Brazil;
- Noções de direito publico e administrativo;
- Redacção official.

Art. 11. No concurso a que se refere o art. 10 será condição de preferencia a apresentação de certificado: I — de graduação scientifica; II — de exames dos outros preparatorios.

Art. 12. Os concursos serão annunciados com antecedencia de trinta dias, em edital publicado pela imprensa.

Art. 13. Serão feitas por decreto as nomeações dos directores geraes, director da Secção Geral de Contabilidade, directores de secção, 1.ºs e 2.ºs officiaes. As demais nomeações, por titulo do ministro.

Art. 14. Os directores de secção, 1.ºs e 2.ºs officiaes e amanuenses que tiverem mais de dez annos de publico serviço só poderão ser demittidos no caso de haverem incorrido em algum crime verificado por processo judicial ou administrativo.

Art. 15. A cada um dos directores geraes e ao da Secção Geral de Contabilidade, equiparado aos primeiros em categoria e vencimentos, compete:

1.º Distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos da respectiva Directoria ou Secção Geral;

2.º Manter e fazer manter pelos meios a seu alcance a observancia das leis e regulamentos em vigor;

3.º Exigir, por despacho assignado, o preenchimento dos requisitos e formalidades legais, sem o que não remetterão os papeis á presença do ministro;

4.º Cumprir as determinações verbaes ou escriptas do ministro;

5.º Verificar e participar ao ministro, verbalmente ou por escripto, os factos que possam interessar á sua Directoria ou Secção Geral e cheguem ao seu conhecimento pela imprensa ou por qualquer outra fórma;

6.º Propôr ao ministro, verbalmente ou por escripto, as providencias que julgar convenientes, e consultal-o no que parecer a bem do serviço publico;

7.º Crear os livros necessarios para a escripturação, protocolos especiaes e registros da Repartição;

8.º Ter sob sua responsabilidade a correspondência que por sua natureza não tenha de ser distribuída às secções ;

9.º Preparar e fazer preparar os regulamentos e instrucções para execução das leis, bem assim as instrucções para a direcção, processo, ordem e economia dos serviços da sua Directoria ou Secção Geral ;

10. Apresentar ao ministro, na época conveniente, o relatório annual dos trabalhos da sua Directoria ou Secção Geral ;

11. Mandar passar por despacho assignado, não havendo inconveniente, as certidões requeridas, que serão authenticadas pelo director da secção respectiva ;

12. Assignar, quando não for dirigida aos ministros de estado e ao Congresso Nacional, toda correspondência, relativamente às informações e esclarecimentos para instrucção e decisão dos negocios, às communicações, recebimento ou remessa de papeis e aos inteirados que não importem autorisação ou approvação de actos ;

13. Conferenciar, sempre que for necessario, com os outros directores geraes e director da Secção Geral de Contabilidade ;

14. Prestar-lhes, ou a quaesquer autoridades, espontaneamente, ou mediante requisição, os esclarecimentos precisos ;

15. Assignar os termos de posse dos empregados de sua Directoria ;

16. Impór as penas disciplinares de conformidade com o art. 29 ;

17. Assignar a folha dos vencimentos dos empregados de sua Directoria ou Secção Geral, julgando ou não justificadas as faltas que contarem durante o mez, à vista do livro do ponto, e requisitar o respectivo pagamento.

Os empregados que tiverem exercicio no archivo serão incluídos na folha da Secção Geral de Contabilidade ;

18. Assignar os contractos lavrados na sua Directoria ou Secção Geral mediante prévia autorisação do ministro, à vista da minuta que tiver sido approvada ;

19. Providenciar sobre o encerramento do ponto e sobre as notas que no livro respectivo devam ser lançadas ;

20. Rever todo o expediente e pôr o visto, quando não tiverem de dar parecer, em todos os papeis que tenham de ser levados à presença do ministro ;

21. Visar as cópias ou extractos dos actos que tenham de ser publicados ;

22. Dar licença aos empregados respectivos até trinta dias ;

23. Representar ao ministro sobre irregularidades ou delictos commettidos pelos empregados, quando a penalidade não caiba em sua alçada ;

24. Ordenar, dentro da quota distribuída, as despezas com o expediente e mais objectos necessarios de cujo fornecimento é incumbido o porteiro ;

25. Attender às partes que carecerem de sua audiencia, sendo os proprios interessados nos negocios, ou seus procuradores legaes ;

26. Admittir os serventes para o asseio da Directoria e outros misteres peculiares a taes jornaleiros ;

27. Visitar os estabelecimentos dependentes de sua Directoria, prestando informações ao ministro sobre o que verificar em taes visitas ;

28. Exercer quaesquer outras attribuições que lhes couberem por este regulamento e mais disposições em vigor.

Art. 16. Aos directores das secções das Directorias incumbe :

1.º Auxiliar a direcção dos trabalhos, segundo as instrucções do director geral respectivo ;

2.º Dirigir, examinar, fiscalizar e promover todos os trabalhos que competirem às secções, e entregal-os ao director geral convenientemente feitos ;

3.º Ter em dia os registos de suas secções e a classificação das minutas dos avisos e officios da secção ;

4.º Prestar aos outros directores as informações necessarias aos trabalhos da secção ;

5.º Apresentar ao director geral, até ao dia 31 de janeiro, as notas e elementos para o relatorio annual da Directoria, com os documentos em que se basearem, bem assim para o orçamento das despesas do Ministerio, na parte que lhes competir ;

6.º Propôr ao director geral as medidas que julgar convenientes, assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos, como sobre a insufficiencia do pessoal da secção, ou sobre a falta de cumprimento de deveres por parte dos empregados ;

7.º Legalisar as cópias e documentos que hajam de ser expedidos das secções depois de conferidos ;

8.º Remetter os papeis findos ao archivo da Secretaria ;

9.º Organizar a synopse e indice das leis, regulamentos, instrucções e decisões peculiares aos assumptos tratados nas secções.

Art. 17. Os officiaes e amanuenses :

1.º Executarão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos directores de secção ;

2.º Coadjuvar-se-hão, prestando informações reciprocas e communicando uns aos outros o que for adequado à perfeita execução dos differentes serviços.

Art. 18. No archivo da Secretaria aos empregados respectivos cabe :

1.º Conservar o archivo em ordem e com asseio ;

2.º Guardar todos os livros e papeis findos, classificar-os com rotulos ou indicações ;

3.º Organizar por classes, correspondentes aos varios ramos de serviços da Secretaria, o catalogo, dos livros manuscritos e o indice dos papeis, cartas, memorias, planos, orçamentos, mappas, jornaes, folhetos e outros documentos existentes no archivo ;

4.º Ministras qualquer livro, papel ou documento exigido pelos directores geraes ou pelos directores de secção, mediante nota, que será restituída para ser inutilisada quando se recolher ao archivo o papel, livro ou documento ;

5.º Collecconar e fazer expedir os impressos que devam ser distribuidos por ordem do director competente ;

6.º Catalogar os livros e objectos da bibliotheca.

Art. 19. É da attribuição do porteiro :

1.º Abrir e fechar a Secretaria ;  
 2.º Cuidar na segurança e asseio do edificio ;  
 3.º Comprar, de ordem dos directores geraes e do director da Secção Geral de Contabilidade, pelo methodo que mais conveniente parecer, os objectos necessarios para o serviço da Secretaria, e apresentar-lhes as contas documentadas da despesa respectiva ;

4.º Expedir toda a correspondencia official ;

5.º Pôr o sello da Secretaria nos actos que exigirem esta formalidade ;

6.º Determinar o serviço dos correios ;

7.º Ordenar e fiscalizar o trabalho dos serventes, propondo aos directores geraes a dispensa do que não servir bem ;

8.º Encerrar o ponto do seu ajudante, dos continuos e dos correios ;

9.º Representar aos directores geraes e ao director da Secção Geral de Contabilidade sobre o procedimento dos continuos.

Art. 20. Ao ajudante do porteiro incumbe coadjuvar o porteiro, e substitui-lo em suas faltas ou impedimentos.

Art. 21. Aos correios cabe fazer entrega da correspondencia o auxiliar o serviço do porteiro, quando se achem na Secretaria.

Art. 22. Aos continuos compete o serviço da transmissão dos papeis e recados dentro da Secretaria.

Art. 23. Não terá direito a vencimento algum o empregado que, ainda mesmo com autorisação do ministro, deixar temporariamente o exercicio do seu logar pelo de qualquer commissão estranha ao Ministerio.

Art. 24. Não soffrerá desconto o empregado que deixar de comparecer á Secretaria por achar-se incumbido :

I. De qualquer trabalho ou commissão pelo Ministerio ;

II. De serviço da Secretaria que exija trabalho fóra della, quer durante as horas do expediente, quer nas demais horas do dia ;

III. De qualquer trabalho gratuito obrigatorio em virtude de lei.

Em qualquer destas hypotheses se fará declaração no livro do ponto e na folha mensal do vencimento.

§ 1.º O empregado que faltar ao serviço, fóra das hypotheses do artigo antecedente, soffrerá perda total dos vencimentos :

I. Si não justificar o motivo da falta ;

II. Si retirar-se sem autorisação do director geral respectivo, ou de quem suas vezes fizer, antes de findos os trabalhos.

§ 2.º Perderá toda a gratificação o que faltar com causa justificada.

São causas justificadas: molestia do empregado ou de pessoa de familia, hojo ou casamento.

A molestia será provada com attestado medico, si as faltas excederem de tres dias em cada mez.

§ 3.º Soffrerá o desconto de metade da gratificação o empregado que comparecer depois de encerrado o ponto.

§ 4.º As faltas se contarão á vista do livro do ponto, que deve haver em cada Directoria Geral e na Secção Geral de Contabilidade, e será assignado pelos empregados, assim durante o primeiro quarto de hora que se seguir á marcada para começo dos trabalhos, como na occasião de se retirarem, findo o expediente do dia.

Art. 25. A' excepção dos directores geraes e do director da Secção Geral de Contabilidade, que todavia deverão comparecer regularmente na Secretaria, e dos funcionarios do Gabinete, todos os empregados estão sujeitos ao ponto.

Art. 26. Serão substituidos em seus impedimentos e faltas :

1.º O director geral de Directoria, ou o da Secção Geral de Contabilidade, pelo director da secção que o ministro designar, ou, em falta deste, pelo mais antigo que estiver em exercicio;

2.º Os directores de secção pelo primeiro official, quando for unico na secção, ou pelo mais antigo naquella em que houver mais de um; e na falta de funcionarios desta categoria, pelo segundo official que o director geral ou director da Secção Geral designar;

3.º O porteiro pelo seu ajudante e este pelo continuo que os directores geraes o director da Secção Geral de commun accordo designarem.

Parapho unico. Ao substituto caberá, além do respectivo vencimento integral, uma gratificação igual á differença entre este e o do logar substituido.

Art. 27. As licenças serão concedidas aos funcionarios effectivos, ou por molestia provada que os iniba de exercerem os cargos, ou por qualquer outro motivo justo e attendivel.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito á percepção do ordenado até seis mezes e da metade do ordenado por mais de seis mezes até doze.

§ 2.º A licença, por motivo que não seja molestia, importa o desconto da quarta parte do ordenado, até tres mezes; da metade, por mais de tres até seis; das tres quartas partes, por mais de seis até nove, e de todo o ordenado, dahi por diante;

§ 3.º Em nenhuma hypothese a licença dará direito á percepção da gratificação de exercicio.

§ 4.º O tempo da licença prorogada ou de novo concedida dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto ao da antecedente ou antecedentes, assim de fazer-se o desconto de que trata o artigo anterior.

§ 5.º Para formar o maximo de seis mezes, de que trata o § 1.º, deverá ser levado em conta o tempo das licenças concedidas pelos chefes de estabelecimentos que tenham tal attribuição.

§ 6.º Esgotado o tempo de um anno, maximo dentro do qual podem as licenças ser concedidas com vencimento, nos termos dos §§ 1.º e 2.º, só se concederá nova licença com ordenado ou parte d'elle depois que tiver decorrido um anno contado do termo da ultima.

§ 7.º Toda a licença entender-se-ha concedida com a clausula de poder ser gosada onde aprouver ao licenciado.

§ 8.º Não se concederá licença ao empregado que ainda não houver entrado no exercicio do logar.

§ 9.º Ficará sem effeito a licença, si o funcionario que a tiver obtido não entrar no goso della dentro do prazo de um mez, a contar da data de sua concessão.

Nos Estados o dito prazo correrá da data do — cumpra-se — do chefe da Repartição; e, si a licença se entender com este, do dia em que, por intermedio do presidente ou governador do Estado, for-lhe entregue o titulo respectivo.

§ 10. E' permittido ao funcionario que se acha no goso de licença renuncial-a pelo resto do tempo, comtanto que reassuma o exercicio do seu logar.

§ 11. O disposto nos paragraphos antecedentes tambem se applicará ao empregado que perceber simplesmente gratificação, ou cujo vencimento for de uma só natureza, do qual duas terças partes sómente serão consideradas como ordenado.

§ 12. Não se considerarão renunciadas as licenças cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem superior, ou de qualquer outro motivo independente da vontade do empregado.

§ 13. Aos funcionarios interinos, os quaes não terão direito a vencimento quando não se acharem em effectivo exercicio, só pôde ser concedida, qualquer que seja o motivo allegado, licença sem vencimento.

§ 14. O — cumpra-se — do chefe da Repartição, ou, quanto ao empregado que não tiver Repartição, do superior hierarchico, é clausula essenlial para a execução das portarias de licença concedidas pelo Governo Federal aos funcionarios geraes nos Estados e sua falta importa a perda do ordenado durante o tempo de ausencia do logar, além das outras penas em que possa incorrer o funcionario.

§ 15. O empregado, que depois de terminada a licença continuar impossibilitado de reassumir o exercicio, deverá pedir nova licença, que só lhe será concedida, si justificar as faltas correspondentes ao periodo decorrido do termo da mesma licença até á data em que requerer nova.

§ 16. Aos funcionarios contractados são applicaveis as disposições deste capitulo relativas aos effectivos, quando nos respectivos contractos não se tenha providenciado sobre a concessão de licenças.

§ 17. Ao funcionario licenciado, sem vencimento, que deixar de apresentar o respectivo titulo ao chefe da Repartição no prazo de que trata o § 9º, serão applicadas as disposições regulamentares que se referem á ausencia não justificada.

§ 18. Os titulos de licença, embora mencionem a data de que se deverá contar o respectivo tempo, não poderão produzir effeito sem que tenham sido apresentados á autoridade competente para o — cumpra-se.

Art. 28. As vantagens relativas á aposentadoria e ao monte-

pio obrigatorio dos empregados da Secretaria regular-se-hão pela legislação em vigor.

Art. 29. Os empregados da Secretaria, nos casos de negligencia, falta de cumprimento de deveres ou ausencia sem causa justificada, ficarão sujeitos ás seguintes penas disciplinares:

- 1.<sup>a</sup> Simples advertencia;
- 2.<sup>a</sup> Reprehensão;
- 3.<sup>a</sup> Suspensão até 15 dias;
- 4.<sup>a</sup> Demissão.

§ 1.<sup>o</sup> As tres primeiras serão impostas pelos directores geraes e director da Secção Geral de Contabilidade, a penultima com recurso voluntario para o ministro, podendo a advertencia ser tambem infligida pelos directores de secção.

§ 2.<sup>o</sup> Só pelo ministro poderá ser determinada a suspensão por tempo que exceda de quinze dias.

Art. 30. O trabalho na Secretaria começará ás 10 da manhã e findará ás 3 horas da tarde, em todos os dias uteis.

Poderão os chefes das Repartições, por urgencia do serviço, prorogar as horas do expediente, ou mandar executar quaesquer trabalhos em horas ou dias exceptuados, na Repartição ou fóra della, por quaesquer empregados.

Art. 31. As communicações de nomeações, demissões, aposentadorias e licenças ás Repartições ou funcionarios dependentes do Ministerio, continuam substituidas pelas publicações feitas no *Diario Official*, e as de posse e exercicio, pelas verbas ou declarações escriptas nos respectivos titulos, além do registro das notas competentes nos livros de assentamento, e os attestados de exercicio quando requeridos.

Art. 32. Continua dispensado o registro:

I. Das leis e dos decretos numerados, dos regulamentos e instrucções;

II. Dos avisos e officios, cujas minutas serão classificadas systematicamente e encadernadas.

Art. 33. Incumbe ás secções, na parte relativa aos assumptos de sua competencia:

§ 1.<sup>o</sup> O registro da entrada de todos os papeis, a distribuição destes pelos empregados e o respectivo andamento até á nota do despacho e data da expedição dos actos por estes ocasionados.

§ 2.<sup>o</sup> A guarda dos livros e papeis relativos a negocios pendentes.

§ 3.<sup>o</sup> O exame dos negocios e as informações e pareceres, assim de subirem á presença do ministro.

§ 4.<sup>o</sup> A redacção dos actos e correspondencia official, segundo a decisão dos poderes competentes.

§ 5.<sup>o</sup> A organização das bases para os contractos.

§ 6.<sup>o</sup> A collecção das minutas dos actos officiaes.

§ 7.<sup>o</sup> As certidões de papeis que ainda não se acharem no archivo da Secretaria.

§ 8.<sup>o</sup> Os elementos para a organização do orçamento do Ministerio, e em geral para os trabalhos da contabilidade, e para o relatorio do ministro.

§ 9.º Os actos relativos à nomeação e demissão dos empregados respectivos e das Repartições dependentes.

§ 10. A remessa, para o archivo da Secretaria, dos papeis relativos a negocios findos.

Art. 34. No processo dos papeis, além do extracto ou resumo quando for preciso, à vista da complexidade e extensão da materia, e das informações e pareceres, os empregados referir-se-hão aos precedentes e estylos ou tradição da Repartição, juntando quaesquer papeis, mesmo findos, para esclarecimento do assumpto.

Art. 35. Os pareceres deverão ser claros, concisos, isentos de prevenção ou animosidades pessoais, e de incidentes estranhos ao objecto em estudo, cabendo aos directores geraes mandar, por despacho, cancelar os que forem oppostos a esta indicação.

Art. 36. Os autographos de leis que houverem de ser submettidos à sanção terão entrada em protocollo especial em cada uma das Directorias Geraes.

Art. 37. As leis e resoluções adoptadas pelo Congresso Nacional serão publicadas por acto (Constituição, art. 48, § 1º), assim redigido:

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte, etc. »

As leis e resoluções da competencia privativa do Congresso Nacional serão igualmente publicadas sob a seguinte formula:

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou a lei ou resolução seguinte, etc. »

Art. 38. Dar-se-ha o nome de leis às resoluções que contiverem normas geraes e disposições de natureza organica ou que tenham por fim crear direito novo, e de decretos legislativos às que consagrarem medidas de character administrativo ou politico, como as de que tratam os ns. 2, 11, 13, 14, 19, 20, 21, etc. do art. 34 da Constituição.

Art. 39. Na correspondencia do Poder Executivo com o Legislativo observar-se-hão as seguintes normas:

§ 1.º Salvas as propostas ou projectos de lei, que sempre são enviados à Camara dos Deputados, as Mensagens do Presidente da Republica serão transmittidas ao presidente da Camara ou do Senado, com uma nota do ministro.

§ 2.º Nos casos em que o Presidente da Republica haja de prestar informações exigidas por alguma das Camaras do Congresso, o ministro transmittir-as-ha por aviso e em nome do mesmo Presidente.

§ 3.º A remessa de papeis relativos a simples expediente e demais communicações do ministro far-se-hão por aviso aos secretarios de qualquer das Camaras.



Art. 40. Os actos do Poder Executivo que deverem ter a fôrma de decretos, numerados ou não, serão expedidos com a assignatura do Presidente da Republica e do ministro.

Art. 41. Serão numerados os decretos dos poderes Legislativo e Executivo, excepto os referentes a nomeações, demissões e aposentadorias de funcionarios federaes.

Os decretos de nomeação ou demissão serão redigidos do seguinte modo :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:  
« Resolve, etc.»

Nos titulos ministeriaes observar-se-ha a formula :

« O ministro de... em nome do Presidente da Republica, resolve, etc.»

Art. 42. Os avisos ministeriaes não poderão versar sobre interpretação de lei ou regulamento, cuja execução estiver exclusivamente a cargo do Poder Judiciario.

Paragraphe unico. Nos actos officiaes a direcção será dada antes do contexto dos mesmos quando se referirem aos ministros de estado, membros das Mesas das Camaras Legislativas Federaes, presidentes ou governadores dos Estados, presidente do Supremo Tribunal Federal e Prefeito do Districto Federal. Nos demais casos a direcção será escripta em linha inferior á da assignatura do ministro.

Art. 43. O ministro designará por aviso, para os trabalhos do respectivo gabinete, um funcionario de sua confiança, tirado da Repartição, ou pessoa estranha a ella, com a denominação de secretario; bem assim os precisos auxiliares.

Art. 44. Incumbe aos empregados do Gabinete :

I. Receber, abrir e distribuir, pelas Directorias Geraes, os papeis entrados na Secretaria;

II. Transmittir por escripto, em nome do ministro, aos directores geraes as ordens que, á vista da urgencia, não lhes possam ser communicadas directamente pelo mesmo ministro;

III. Providenciar sobre os actos que, depois de assignados pelo ministro, devam, á vista da urgencia do assumpto, ser logo expedidos, fazendo as devidas communicações á Secretaria;

IV. Auxiliar o ministro nos trabalhos que este reservar para si;

V. Fazer annunciar audiencias e durante estas prestar ao ministro as informações que lhe forem precisas para o despacho das partes;

VI. Receber os papeis enviados da Secretaria para o despacho e assignatura do ministro, e preparar convenientemente os que devam ser levados a despacho ou assignatura do Chefe do Estado;

VII. Incumbir-se da correspondencia epistolar ou telegraphica do Gabinete, e do archivo desses actos;

VIII. Restituir á Secretaria, devidamente classificados, os papeis, que ficarem no Gabinete sem despacho ou assignatura, por occasião de exoneração do ministro, e aos novos empregados do Gabinete, o registro dos actos reservados.

§ 1.º Aos empregados da Secretaria, que tiverem exercicio temporario no Gabinete, quer como secretario, quer na qualidade de auxiliares, será arbitrada uma gratificação não excedente de 300\$ mensaes, addicional aos respectivos vencimentos.

§ 2.º A gratificação ao secretario ou auxiliar estranho á Secretaria será marcada de accordo com as respectivas consignações orçamentarias, si o comissionado não tiver outro emprego. Quando, porém, pertencer a alguma Repartição indopendente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, ser-lhe-ha pago por conta deste, além da gratificação especial da commissão, dentro do maximo indicado no § 1.º, o vencimento do respectivo logar, evado o excesso de despesa á verba — Eventuaes.

Art. 45. O ministro poderá requisitar do Ministerio da Guerra um official para servir em commissão como auxiliar technico nas questões relativas ao expediente militar do Ministerio, sobre as quaes será consultado, quando necessario, pela Directoria Geral da Justiça.

Paragrapho unico. Esse official, quando de patente inferior á de major, terá esta ultima graduação em um dos corpos militares subordinados ao Ministerio, pelo qual lhe serão pagos, na qualidade de addido, os vencimentos militares que lhe competirem e uma gratificação extraordinaria não excedente de 300\$ mensaes.

Art. 46. Será organizado nominalmente o quadro do pessoal da Secretaria, de accordo com o art. 6º, e os que excederem ficarão addidos, até que possam ser aproveitados nas vagas que forem occorrendo nas classes respectivas.

Art. 47. Os directores geraes da Secretaria farão de per si a conveniente distribuição do pessoal da sua Directoria pelas secções, excepto quanto aos directores respectivos; e, de commum accordo, a distribuição dos que devam ter exercicio na portaria.

Art. 48. Ao empregado que tiver exercicio temporario no Gabinete da Directoria Geral será arbitrada uma gratificação addicional na razão de 1:500\$ annuaes.

Art. 49. Ao porteiro, enquanto não puder residir no edificio da Secretaria, continuará a ser abonada a quantia de 1:200\$ para aluguel de casa.

Art. 50. A cada um dos correios será entregue annualmente a quantia de 150\$ para fardamento.

Art. 51. Para as obras e reparos dos edificios ao serviço do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores haverá o pessoal technico e de escriptorio indispensavel, conforme as necessidades dos trabalhos, sob a direcção de um engenheiro-chefe.

§ 1.º Taes logares são considerados de commissão, e o pagamento dos respectivos vencimentos será levado á conta da verba — Obras.

§ 2.º A esses funcionarios compete:

I. A organização dos projectos, plantas e orçamentos de todas as obras do Ministerio e a direcção e fiscalização das que estiverem a seu cargo;

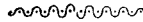
II. A conservação dos edificios e materiaes de obras;

III. As informações por escripto sobre questões technicas, cuja solução dependa do Ministerio, quando solicitadas pela Directoria respectiva.

Art. 52. De 15 de dezembro de cada anno até 15 de fevereiro subsequente, os directores geraes poderão dividir o respectivo pessoal em turmas para o gozo de quinze dias de férias.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1892, 4º da Republica.—  
*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1161 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1892

Declara caduca a concessão de um engenho central no Estado de S. Paulo, feita ao cidadão Firmino Joaquim Ferreira da Veiga.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, reconhecendo que o cidadão Firmino Joaquim Ferreira da Veiga, concessionario da garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna no municipio de Ubatuba, Estado de S. Paulo, deixou que fosse excedido o prazo marcado para conclusão das obras, como determina a clausula 3ª das que acompanharam o decreto n. 617, de 2 de agosto de 1890, resolve declarar caduca a mencionada concessão, em observancia à mesma clausula e ao art. 25 do regulamento approved pelo decreto n. 10.393, de 9 de outubro de 1889.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



#### DECRETO N. 1162 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas

nacionais, o qual se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 141º e 142º, de um batalhão da reserva, classificado com o n.º 86, e de um regimento de cavallaria, também com a designação de 25º, os quaes se organizarão com quatro companhias cada um e com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1163 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1892

Declara caduca a concessão feita á Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brazil para construcção, uso e gozo do prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina, de Itabira a Jatobá, e o trecho entre a estação da Saude e a cidade de Itabira.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brazil, concessionaria, pelo decreto n.º 970 de 8 de novembro de 1890, da construcção, uso e gozo do prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina, de Itabira a Jatobá, deixou de apresentar á approvação do Governo os estudos definitivos no prazo fixado pela clausula 5ª do decreto n.º 862, de 16 de outubro de 1890, como parte integrante da respectiva concessão, e bem assim de executar as obras do trecho comprehendido entre a estação da Saude e a cidade de Itabira, a que allude a clausula 2ª do decreto n.º 970, de 8 de novembro de 1890: resolve declarar caducas as mencionadas concessões, nos termos da clausula 62ª das que acompanham o referido decreto n.º 862 de 16 de outubro de 1890.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1164 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1892

Dá novo regulamento para o serviço a cargo da fiscalização das estradas de ferro da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia de reorganizar o serviço a cargo da fiscalização das estradas de ferro da União, resolve approvar o regulamento que com este baixa, assignado pelo Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

Regulamento approved pelo decreto desta  
data n. 1164

TITULO I

COMPETENCIA E ACÇÃO FISCAL DO GOVERNO

Art. 1.º Compete ao Governo, *ex-vi* dos contractos celebrados e por força do direito, que lhe cabe, de zelar pela policia e segurança das vias ferreas e de attender ás multiplas relações que ellas teem com o publico, acção ampla e directa de fiscalização sobre todas, quer sejam de concessão da União, quer sejam de concessão estadual, desde que estas ultimas tiverem sido ou venham a ser declaradas de interesse geral, tenham sido ou venham a ser afiançadas.

Art. 2.º Representa o Governo no direito de fiscalização, tendo amplos poderes, salvo as restricções e os casos de recurso estabelecidos nos contractos e neste regulamento, a Inspectoria Geral de Estradas de Ferro, Repartições immediatamente subordinadas ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 3.º A sede da Inspectoria Geral será na Capital Federal.

Art. 4.º Os engenheiros fiscaes residirão nas localidades mais proximas das estradas que fiscalizarem e forem previamente designadas pelo inspector geral.

Art. 5.º Os engenheiros fiscaes não poderão afastar-se da zona das estradas sob sua fiscalização, sem prévia autorização.

## TITULO II

## DO PESSOAL

Art. 6.º A Inspectoria Geral de Estradas de Ferro compôr-se-ha do pessoal constante do quadro annexo.

Art. 7.º O escriptorio central da Inspectoria comprehenderá a secretaria propriamente dita, e duas secções, sendo uma de estatistica e outra de trabalhos graphicos, com o pessoal designado no quadro annexo.

Art. 8.º Com excepção do Inspector geral, que será de nomeação do Presidente da Republica, todos os funcionarios serão nomeados pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, sob proposta do inspector geral.

Art. 9.º Só poderão ser nomeados para os cargos de inspector geral, ajudante e engenheiros fiscaes os engenheiros nacionaes que satisfazam as prescripções da lei n. 3001 de 9 de outubro de 1880.

Art. 10. Os engenheiros fiscaes de 1ª e 2ª classes serão nomeados por promoção entre os immediatos em categoria e por merecimento. Em igualdade de condições, se recorrerá á antiguidade, contando o exercicio de todas as commissões do Governo em que haja servido.

Art. 11. O inspector geral será substituido em suas faltas ou impedimentos temporarios pelo seu ajudante, cabendo ao ministro, ouvido o mesmo inspector, designar o substituto interino, si o impedimento prolongar-se por mais de 30 dias.

Art. 12. O inspector geral designará os substitutos do engenheiro-ajudante e dos demais engenheiros fiscaes nas suas faltas ou impedimentos temporarios.

Art. 13. Todo empregado que substituir outro em seu impedimento temporario perceberá a gratificação deste, qualquer que seja o numero de dias em que se der a substituição, contanto que, reunida a importancia da gratificação aos vencimentos, este total não exceda ao do logar substituido.

Art. 14. O empregado que exercer interinamente o logar vago perceberá todos os vencimentos deste, perdendo os de seu proprio emprego.

Art. 15. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todos os vencimentos.

Si justificar as faltas, ser-lhe-ha descontada somente a gratificação correspondente aos dias em que faltar, até ao maximo de oito dias.

Para sua justificação, será sufficiente a simples allegação, por escripto, do empregado, quando o numero das faltas não exceder a tres.

Si, porém, for superior a tres e inferior a nove, será necessario apresentar attestado de medico. Além de oito faltas, só será concedido abono si o empregado obtiver licença.

Art. 16. O desconto por faltas interpoladas será correspondente aos dias em que ellas se derem; no caso de faltas conse-

tivas, serão descontados também os dias foriados comprehendidos neste periodo.

Art. 17. São causas justificativas de faltas : 1.<sup>o</sup>, molestia do empregado ; 2.<sup>o</sup>, nojo ; 3.<sup>o</sup>, gala de casamento.

Paragraphe unico. Compete ao inspector geral julgar da justificação das faltas.

Art. 18. As licenças aos empregados serão concedidas até 30 dias pelo inspector geral, e as de maior prazo pelo ministro, precedendo audiencia do inspector geral e de accordo com as disposições do decreto n. 4484 de 7 de março de 1870.

Art. 19. As licenças serão concedidas com ou sem ordenado, não se abonando em caso algum as gratificações do exercicio.

§ 1.<sup>o</sup> Só por motivo de molestia provada se concederá licença até um anno, podendo ser com ordenado inteiro até seis mezes e de então em diante com metade do ordenado.

§ 2.<sup>o</sup> Por qualquer outro motivo justificado a licença não excederá de seis mezes e, sendo com ordenado, ficará sujeita ao seguinte desconto :

Da quinta parte, sendo a licença até dous mezes ; da terça parte, sendo por mais de dous até quatro mezes ; de duas terças partes, sendo por mais de quatro mezes.

Art. 20. O tempo das licenças concedidas com ordenado, suas reformas e prorrogações, dentro de um anno, a contar do dia em que um empregado entrar no goso da primeira que obtiver, será somnado para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo antecedente.

Da mesma fôrma proceder-se-ha nos periodos annuaes ultteriores.

Art. 21. Em todo caso, findo o prazo maximo da licença, nada mais perceberá o empregado, nem será aquella renovada ou prorogada, sem que este volte ao effectivo exercicio de seu cargo e nelle permaneça por tempo pelo menos igual ao da ausencia determinada pelo goso da licença.

Art. 22. Ficará sem effecto a licença concedida, si o empregado que a tiver obtido não entrar no goso della, dentro do prazo de 30 dias, contado do dia em que o acto da concessão for publicado no *Diario Official* ou lhe for communicado.

Art. 23. Não pôde obter licença o empregado que não tiver tomado posse e entrado em exercicio do seu cargo. Pôde, entretanto, obter licença o empregado, independente da condição antecedente, que adoecer no periodo em que realizar sua remoção de um para outro emprego.

Art. 24. Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado, sem que tenha registrado a respectiva portaria no escriptorio central, com a declaração do dia em que começou a gosar-a, e sem que se achem satisfeitas as exigencias prescriptas nas leis fiscaes.

Art. 25. O empregado que, sem causa justificada, faltar seguidamente mais de quinze dias, será considerado demittido.

Art. 26. As faltas disciplinares, commettidas por empregados, que não constituírem crime definido na legislação vigente, serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes penas :

- 1ª, simples advertencia ;
- 2ª, reprehensão em ordem de serviço ;
- 3ª, suspensão até 30 dias ;
- 4ª, demissão.

Paragrapho unico. O inspector poderá impôr qualquer das penas designadas no artigo antecedente aos empregados de sua nomeação e as de advertencia e suspensão até oito dias aos de nomeação do ministro, a quem dará conhecimento immediato.

#### APOSENTAÇÃO E MONTEPIO

Art. 27. Os empregados da Inspectoria Geral só poderão ser aposentados quando se invalidarem no serviço da nação, por molestia ou idade avançada, nos termos do decreto legislativo n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 28. Perderá a aposentadoria o empregado que em qualquer tempo, por sentença passada em julgado, for convencido de haver durante o exercicio de algum dos empregos commettido os crimes de peita e de suborno, ou praticado qualquer acto de traição, abuso de confiança ou revelação de segredo.

Art. 29. O montepio dos empregados será regulado pelo decreto n. 1045 de 21 de novembro de 1890, emquanto pelo Poder Legislativo não for revista a materia.

### TITULO III

#### DAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 30. São attribuições do inspector geral:

1.º Requisitar directamente da Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria os documentos que se referirem ao serviço tecnico de sua Repartição, devolvendo-os, logo que delles não careça ;

2.º Examinar todas as questões que se prendam às estradas de ferro da União e sobre ellas apresentar parecer ;

3.º Dirigir e regulamentar todo o serviço da fiscalização e distribui-lo pelas secções do escriptorio central, segundo sua especie e exigencias ;

4.º Inspeccionar directamente, quando assim o entenda conveniente, as estradas, quer em construcção, quer em trafego e, bem assim, as respectivas escripturações ;

5.º Multar as companhias por infracção dos contractos e regulamentos actualmente em vigor ou que venham a ser promulgados, a qual só se tornará effectiva depois de approvada pelo ministro ;



6.º Propôr ao Governo a nomeação, suspensão e demissão dos funcionarios de nomeação do ministro, de accordo com o presente regulamento ;

7.º Propôr ao Governo a alteração das tarifas das diversas estradas de ferro ;

8.º Nomear, suspender ou demittir o porteiro e continuo do escriptorio central ;

9.º Propôr ao Governo qualquer medida tendente, quer a reduzir os onus contrahidos pela União, quer a melhorar as condições de segurança, commodidade e policia das vias-ferreas ;

10. Solicitar do ministro requisição de passagens necessarias para os funcionarios da Inspectoria, quando viajarem em serviço publico ;

11. Communicar-se directamente com os encarregados na Europa das liquidações de contas das companhias de estrada de ferro, dos quaes requisitará as informações e esclarecimentos que julgar necessarios ;

12. Observar e fazer executar o presente regulamento em todas as suas disposições ;

13. Autorisar provisoriamente a abertura ao trafego de qualquer trecho de linha e propôr ao Governo a recepção definitiva ;

14. Apresentar, até ao dia 15 de março de cada anno, o relatório circunstanciado de todos os serviços da Inspectoria e os orçamentos da despesa a fazer-se, no exercicio futuro, com o pessoal da Inspectoria e com o pagamento da garantia de juros ás estradas de ferro.

Art. 31. São attribuições do ajudante-secretario do inspector geral:

1.º Dirigir a secção technica da Inspectoria.

2.º Examinar todos os documentos remettidos pelos engenheiros fiscaes, cabendo-lhe verificar si todos os projectos e contas apresentados satisfazem as condições do contracto ;

3.º Dirigir immediatamente os serviços das secções de estatistica e graphica ;

4.º Dirigir o serviço de expediente do escriptorio central ;

5.º Zelar pela boa classificação e guarda do archivo.

Art. 32. São attribuições dos engenheiros fiscaes:

1.º Zelar pelo exacto cumprimento dos contractos relativos ás estradas de ferro que fiscalizarem ;

2.º Propôr ao inspector geral as multas em que tiverem incorrido as companhias, por infração dos contractos e regulamentos ;

3.º Propôr as alterações nas tarifas apresentadas pelas companhias e as modificações a fazer nos casos previstos nos contractos, justificando as suas propostas, quer estejam ellas de accordo com as apresentadas pelas companhias, quer não ;

4.º Propôr todas as medidas tendentes, quer a reduzir os encargos da União, quer a melhorar as condições de segurança, commodidade e policia das vias-ferreas ;

5.º Acompanhar os trabalhos dos estudos das linhas afim de verificar si a directriz estudada é a que melhor satisfaz, quer em

plano, quer em perfil, as condições dos contractos e as de segurança e economia, quer na construção, quer no tráfego, e bem assim aos interesses da zona a servir, informando detalhadamente e propondo as modificações a fazer e variantes a estudar;

6.º Acompanhar os trabalhos da construção, verificando si as linhas são construídas de accordo com os projectos approvados, indicando em detalhada informação as modificações que lhe parecerem convenientes, a razão destas modificações e as economias que ellas produzirem ou tiverem produzido no orçamento approved;

7.º Remetter ao inspector geral, por occasião de abrir-se ao tráfego qualquer trecho de linha, uma relação detalhada e por estaca de todas as obras de arte, indicando as que deixarem de ser construídas, achando-se, todavia, incluídos no projecto approved e as que foram construídas, não obstante não se acharem incluídas no mesmo projecto, e as razões que motivaram estas modificações e economias ou augmento dahi resultantes;

8.º Remetter na mesma occasião uma relação detalhada das pontes e viaductos de superstructura metallica, com os resultados das experiencias feitas em cada uma destas obras, para verificação das condições de resistencia;

9.º Propôr a acceitação provisoria de qualquer trecho de linha em condições de ser entregue ao tráfego;

10. Examinar os horarios propostos pelas administrações das vias-ferreas, approvando-os provisoriamente e submettendo-os à approvação definitiva do inspector geral;

11. Verificar as condições de conservação das linhas e suas dependencias;

12. Verificar mensalmente o estado do material rodante, rubricando os livros de registros das locomotivas, de que trata o art. 68 do regulamento para a fiscalização de segurança, conservação e policia das estradas de ferro, de 26 de abril de 1857;

13. Proceder annualmente, comapparelhos convenientes, a experiencias sobre resistencias dos trens, de modo a deduzir a formula que as exprimam para cada estrada, em alinhamento recto e de nivel; deduzir as resistencias dos mesmos trens nas rampas e nas curvas de diversos raios;

14. Estudar e propôr ao inspector geral medidas tendentes a melhorar as condições economicas das estradas;

15. Providenciar, em caso de accidente, de accordo com o regulamento de 26 de abril de 1857;

16. Cumprir e fazer cumprir os regulamentos existentes ou que venham a ser promulgados;

17. Apresentar até ao dia 15 de fevereiro um relatorio circumstanciado dos serviços das estradas de ferro sob sua fiscalização e orçamento da despesa a effectuar-se, acompanhado de quadros estatísticos, de accordo com os modelos annexos, e bem assim o orçamento da despesa provavel a effectuar com a fiscalização e garantia de juros ás mesmas estradas.

## TITULO IV

## TOMADA DE CONTAS

Art. 33. Este serviço será desempenhado segundo as instruções especiaes que forem approvadas pelo ministro da industria, viação e obras publicas.

## TITULO V

## DOCUMENTOS E DADOS ESTATISTICOS

Art. 34. As companhias são obrigadas a apresentar á fiscalização os seguintes documentos :

1.º Uma classificação de receita e despeza, discriminadas as respectivas verbas por especies, segundo o modelo annexo sob n. 1 ;

2.º Balanço de receita e despeza da parte da estrada já em tráfego, de accordo com o modelo annexo n. 16 ;

3.º Uma conta especial das despezas do primeiro estabelecimento de cada uma das secções da estrada abertas ao tráfego ;

4.º Demonstração do movimento e receita dos transportes effectuados no semestre vencido, de accordo com os modelos annexos sob ns. 9, 10, 11, 12 e 13 ;

5.º Demonstração das rendas das estações no semestre vencido, de accordo com o modelo annexo sob n. 14 ;

6.º Um quadro de classificação e estado do material rodante da linha em tráfego no semestre, de accordo com o modelo annexo sob n. 2 ;

7.º Um quadro de percurso das locomotivas, vagões e trens na linha em tráfego, modelo annexo sob n. 3 ;

8.º Uma demonstração de despeza de tracção e conducção de trens da estrada, modelo annexo sob n. 5 ;

9.º Um quadro da utilização dos trens e vehiculos, modelo annexo n. 6 ;

10. Um quadro de consumo de combustivel, lubrificantes e estopa, com material rodante na linha em tráfego, modelo annexo n. 4 ;

11. Uma demonstração de substituição do material da via permanente e telegrapho, modelo annexo n. 7 ;

12. Uma estatística dos accidentes occorridos na estrada, no semestre, modelo annexo n. 8.

Art. 35. As estradas sem garantia de juros deverão apresentar semestralmente ao fiscal :

1.º Um relatorio circumstanciado dos trabalhos em construção :

2.º Uma demonstração das despezas do primeiro estabelecimento da parte em tráfego, modelo n. 15 ;

3.º Quadros demonstrativos e estatísticos, organizados de accordo com os modelos annexos sob ns. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

Art. 36. Todas as empresas são obrigadas igualmente a apresentar mensalmente ao fiscal, para serem remettidos ao escriptorio central da Inspectoria:

- 1.º O total da receita no mez anterior ;
- 2.º O total da despesa ;
- 3.º O numero total de viajantes transportados ;
- 4.º O peso total das mercadorias despachadas a peso ;
- 5.º O volume total das mercadorias despachadas por volumes ;
- 6.º O numero de animaes transportados ;
- 7.º O numero de carros ;
- 8.º O numero de telegrammas particulares transmittidos ;
- 9.º O numero e percurso total dos trens ;
10. A extensão da estrada em trafego.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 37. O Governo providenciará no sentido de serem remettidos á Inspectoria Geral de Estradas de Ferro pelos delegados na Europa, encarregados dos pagamentos de garantia de juros ás empresas que lá tenham sede, todos os documentos relativos a esses pagamentos.

Art. 38. As empresas serão obrigadas a observar as disposições dos decretos ns. 1930 de 26 de abril de 1857, 5561 de 28 de fevereiro de 1874, 6995 de 10 de agosto de 1878 e 7959 de 29 de dezembro de 1880, em tudo quanto não for contrario ao presente regulamento e instrucções que forem expedidas para a tomada de contas e outros quaesquer serviços attinentes ás estradas de ferro que gosam de garantias de juros de subvenção.

Art. 39. São considerados em completa disponibilidade os empregados que não estiverem incluídos no quadro approved por portaria desta data.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

**Tabella de vencimentos que competem aos empregados da Inspectoria Geral de Fiscalisação de Estradas de Ferro, a que se refere o art. 6º deste regulamento**

| NUMEROS                   | EMPREGADOS                | VENCIMENTOS |              |             |              |
|---------------------------|---------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
|                           |                           | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | SOMMA       | TOTAL        |
| ESCRITORIO CENTRAL        |                           |             |              |             |              |
| 1                         | Inspector geral.....      | 10:000\$000 | 5:000\$000   | 15:000\$000 | 15:000\$000  |
| 1                         | Ajudante-secretario.....  | 5:400\$000  | 2:000\$000   | 8:000\$000  | 8:000\$000   |
| 1                         | Archivista.....           | 2:400\$000  | 1:200\$000   | 3:600\$000  | 3:600\$000   |
| 5                         | Escripturarios.....       | 2:400\$000  | 1:200\$000   | 3:600\$000  | 18:000\$000  |
| 1                         | Porteiro.....             | 1:200\$000  | 600\$000     | 1:800\$000  | 1:800\$000   |
| 1                         | Continuo.....             | 720\$000    | 360\$000     | 1:080\$000  | 1:080\$000   |
| SECÇÃO DE ESTATISTICA     |                           |             |              |             |              |
| 1                         | Chefe.....                | 5:400\$000  | 2:600\$000   | 8:000\$000  | 8:000\$000   |
| 1                         | Auxiliar.....             | 4:000\$000  | 2:000\$000   | 6:000\$000  | 6:000\$000   |
| 2                         | Escripturarios.....       | 2:400\$000  | 1:200\$000   | 3:600\$000  | 7:200\$000   |
| SECÇÃO GRAPHICA           |                           |             |              |             |              |
| 1                         | Chefe.....                | 3:600\$000  | 1:400\$000   | 5:000\$000  | 5:000\$000   |
| 3                         | Desenhistas.....          | 2:800\$000  | 1:400\$000   | 4:200\$000  | 12:600\$000  |
| FISCALIZAÇÃO DAS ESTRADAS |                           |             |              |             |              |
| 8                         | Fiscaes de 1ª classe..... | 8:000\$000  | 4:000\$000   | 12:000\$000 | 96:000\$000  |
| 20                        | Ditos de 2ª classe.....   | 6:700\$000  | 3:300\$000   | 10:000\$000 | 200:000\$000 |
| 11                        | Ditos de 3ª classe.....   | 5:400\$000  | 2:200\$000   | 8:000\$000  | 120:000\$000 |
|                           |                           |             |              |             | 502:280\$000 |

## OBSERVAÇÕES

Haverá um servente no escriptorio central, com a diaria de 2\$500. Ao empregado de Fazenda que servir em junta apuradora de contas das companhias será abonada a ajuda de custo, para as despesas de viagem, da quantia de 600\$ em duas prestações semestres para cada estrada, não excedendo, porém, de 3:600\$ o maximo dessa gratificação, seja qual for o numero de estradas em que sirva.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1165 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1892

Autorisa a reconstituição do Lloyd Brasileiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do que requereu a Empresa de Obras Publicas no Brazil, de que faz parte o Lloyd Brasileiro, por effeito do decreto n. 611 de 22 de outubro de 1891, que autorizou a fusão do dito Lloyd naquella empresa, e mandou observar, com alterações, o decreto n. 857 de 13 de outubro de 1890, resolve autorisar a reconstituição do Lloyd em companhia, à qual será transferido opportunamente o contracto celebrado com o Governo da União.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1166 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Dá regulamento para execução da lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, na parte referente ao Ministerio da Fazenda.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que, pela lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, art. 11, foi o Poder Executivo autorizado a organizar os serviços dos varios Ministerios, melhorando o pessoal, comtanto que resulte maior facilidade no expediente ou redução na despeza;

Considerando que, pela lei n. 26 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 18, foi ainda o Poder Executivo autorizado a reorganizar as repartições de Fazenda, sem augmento de despeza, sujeitando o seu acto á approvação do Congresso ;

Considerando que, para a reorganização do serviço a cargo do Ministerio da Fazenda, enumerado nos arts. 2º e 3º da lei de 30 de outubro de 1891 e reorganização das repartições, é indispensavel que se installe o Tribunal de Contas, incluido naquelle artigo, lettra B, e instituido pelo art. 89 da Constituição da Republica ; tanto que dessa installação resultará a extinção do Tribunal do Thesouro Nacional, cujas attribuições, em parte, tem de passar para o Tribunal de Contas, lei de 30 de outubro de 1891, arts. 10 e 12, lettra B, e não podem ficar suspensas sem graves inconvenientes ;

Considerando que, organizados os serviços e reorganizadas as repartições, haverá redução nas despesas, conforme demonstração feita no Thesouro Nacional ;

Considerando que, em vista desta redução, não devem ser adiadas a organização e a reorganização autorisadas, pois que, si isto se não fizer, continuarão as repartições a cargo do Ministerio da Fazenda a ser custeadas de accordo com as disposições em vigor, o que impedirá de realizar-se a economia ;

Usando da autorização conferida, tanto pelas leis citadas, ns. 23 de 30 de outubro de 1891, art. 10, e 26 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 18, como pela Constituição da Republica, art. 48, n. 1, 2ª parte :

Decreta que, em relação ao Ministerio da Fazenda, se observe provisoriamente, até definitiva approvação do Congresso, o seguinte

## REGULAMENTO

### TITULO I

#### Do Ministerio da Fazenda

#### CAPITULO I

Art. 1.º Correm exclusivamente pelo Ministerio da Fazenda os serviços de ordem federal pertencentes á Fazenda Publica Federal em suas differentes ramificações, taes como :

§ 1.º Thesouro Federal e repartições d'elle dependentes.

§ 2.º Caixa de Amortização.

§ 3.º Casa da Moeda, Imprensa Nacional e *Diario Official*.

Art. 2.º Pelas differentes repartições indicadas se expedirão os serviços da administração publica fiscal concernentes:

a ) A' divida publica, quer interna quer externa ;

b ) A's relações com o Tribunal de Contas na sua parte administrativa ;

c ) A' administração do dominio nacional, quando não pertencente a outros Ministerios ;

d ) Ao lançamento, arrecadação e contabilidade das rendas publicas federaes ;

e ) Ao assentamento relativo a pensionistas, aposentados, reformados e empregados de repartições extinctas ;

f ) Ao orçamento geral da receita e despesa publicas ;

g ) Aos Monte-pios, Caixas Economicas e Montes de Soccorro da União ;

h ) Aos bancos e sociedades anonymas, quando dependentes de fiscalização por parte do poder publico.

Art. 3.º Pelo Ministerio da Fazenda serão expedidas, em forma de regulamento, as regras de contabilidade publica, applicaveis uniformemente a todos os Ministerios.

## CAPITULO II

## DO THESOURO FEDERAL

Art. 4.º O Thesouro Federal, sob a immediata direcção do Ministerio da Fazenda, terá por encargo :

- a) A direcção, inspecção, fiscalização e applicação das rendas federaes, tanto na Capital Federal como nos Estados;
- b) Fazer o tombo e assentamento dos proprios nacionaes, a cargo das repartições de Fazenda federaes;
- c) Organizar a estatística da importação e exportação de toda a Republica, mediante instrucções, que serão expedidas em acto do Poder Executivo, ficando derogado o decreto n. 216, C de 22 de fevereiro de 1890;
- d) Dirigir e inspecionar os trabalhos da Casa da Moeda e Imprensa Nacional;
- e) Organizar os orçamentos e balanços geraes;
- f) Fazer todo o expediente de escripturação e contabilidade;
- g) Escripturnar o grande livro da divida publica;
- h) Liquidar a divida activa e passiva da União e fazer todo o trabalho concernente ao activo e passivo della;
- i) Fazer o assentamento do pessoal activo e inactivo da União, qualquer que seja o Ministerio a que pertença;
- j) Escrever os termos de arrematação, fiança e contracto em que for parte a Fazenda Publica Federal, organizar o quadro de sua divida activa e fazer o seu assentamento;
- k) Promover a cobrança da divida activa em toda a União, perante o Juizo competente;
- l) Acompanhar e ter em dia, formando para isso a competente relação, o andamento das causas em que for interessada a Fazenda Publica Federal, por qualquer forma;
- m) Dizer sobre a organização de companhias anonymas, quando dependentes de acção do Governo.

Paragrapho unico. Para os effeitos das letras *k* e *l* deste artigo, funcçãoarão perante os juizes federaes de secção, como representantes da Fazenda Publica, os procuradores dos feitos, creados pela lei n. 242 de 29 de novembro de 1841, com as attribuições que lhes forem fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 5.º Os serviços indicados no artigo antecedente serão desempenhados por tres directorias, cabendo á 1ª os serviços de contabilidade, á 2ª os das Rendas Publicas e á 3ª os do Contencioso.

§ 1.º A Directoria de Contabilidade dividir-se-ha em duas sub-directorias, competindo á 1ª os trabalhos até agora desempenhados pela 2ª Contadoria, e á 2ª os que o são pela 3ª Contadoria e os da actual 1ª Contadoria que não passarem para o Tribunal de Contas.



§ 2.º A Directoria das Rendas Publicas terá uma só sub-directoria, à qual ficam competindo os trabalhos até agora des-empenhados pelas duas sub-directorias em que se dividia, e o serviço de proprios nacionaes.

§ 3.º A Directoria do Contencioso terá uma sub-directoria como actualmente, e a ella fica competindo tudo que for concernente à organização e administração de bancos, companhias e sociedades anonymas, Caixas Economicas, Montes de Soccorro e Monte-pios, que não sejam os dos funcionarios publicos.

Art. 6.º Cada uma destas directorias será dirigida por um chefe, com a denominação de director, que terá por auxiliares, além dos sub-directores, os empregados que o numero, ordem e natureza dos trabalhos reclamarem.

Paragrapho unico. Todos os empregados de Fazenda, a partir dos escripturarios, serão nomeados por decreto do Presidente da Republica.

Art. 7.º A Pagadoria e Thesouraria do Thesouro ficam a cargo da Directoria de Contabilidade.

Art. 8.º As communicações officiaes do Ministerio da Fazenda com quaesquer outras repartições, quer da União, quer dos Estados, serão preparadas pela directoria por onde tiver corrido o respectivo processo.

### CAPITULO III

Art. 9.º O ministro da fazenda, chefe superior desse ramo de administração publica, expede os negocios que correm pelo Ministerio a seu cargo e sobre elles delibera ou exclusivamente ou ouvindo o Conselho da Fazenda.

§ 1.º Delibera exclusivamente :

a) Sobre os meios de corrigir quaesquer abusos na arrecadação e contabilidade das rendas publicas ;

b) Sobre a decisão de quaesquer duvidas, que possam occorrer, ácerca da intelligencia e execução de leis e regulamentos concernentes à Fazenda Federal ;

c) Sobre a adopção do systema de escripturação e contabilidade que mais convenha seguir-se e das normas pelas quaes devem ser organizados os balanços e orçamentos em todas as repartições fiscaes da União, em que se escripturem, arrecadem ou despendam dinheiros publicos, para que haja em todos esses trabalhos perfeita harmonia ;

d) Sobre o que for relativo a ordenados, tenças, pensões, arrendamento de proprios nacionaes, e contractos feitos com a Fazenda Federal ;

e) Sobre despacho de requerimentos de empregados da Fazenda Federal, que pretenderem aposentadoria ou qualquer remuneração por serviços prestados ;

f) Sobre as regras para arbitramento das fianças de todos aquelles que por qualquer motivo as deverem prestar à Fazenda Federal ;

g) Sobre a permissão, a qualquer devedor à Fazenda Federal, havendo motivo justificado, de pagar seus debitos por prestações e pela maneira prescripta nas leis e regulamentos ;

h) Sobre o pagamento da divida passiva do Thesouro e sua inscripção no grande livro da divida publica.

§ 2.º Delibera com audiencia do Conselho da Fazenda e em grão de recurso :

a) Sobre as decisões dos inspectores das Alfandegas, excedentes das respectivas alçadas ;

b) Sobre as que disserem respeito ao lançamento, applicação, execução, arrecadação e restituição de impostos e quaesquer rendas publicas e sobre quaesquer outras questões entre a administração e os contribuintes, a respeito das ditas imposições ;

c) Sobre apprehensões, multas ou quaesquer penas impostas, por infracção de leis ou regulamentos fiscaes, em virtude de attribuições legaes conferidas a qualquer agente da administração de Fazenda.

Art. 10. O Conselho da Fazenda será composto dos directores indicados nos arts. 5º e 6º e do presidente do Tribunal de Contas, reunindo-se todas as vezes que forem convocados pelo ministro da fazenda.

## CAPITULO IV

### DAS ALFANDEGAS

Art. 11. As Alfandegas continuam a ser estações de arrecadação dos impostos de importação, de navegação e de quaesquer outros que de futuro se venham a estabelecer e dependam de lançamento.

Art. 12. Essas estações fiscaes, quer quanto às attribuições, quer quanto à natureza e ordem do serviço, continuarão a reger-se pelas disposições em vigor, com as seguintes modificações :

§ 1.º A alçada dos inspectores das Alfandegas fica elevada:

A do inspector da Alfandega da Capital Federal, a 3:000\$000;

A dos inspectores das Alfandegas de Santos, Bahia, Pernambuco e Pará, a 2:000\$000 ;

A dos inspectores das de Porto Alegre, Rio Grande, Santa Catharina e Maceió, a 1:000\$000.

Em todas as demais Alfandegas a alçada dos inspectores será de 500\$000.

§ 2.º O serviço nas Alfandegas da Bahia, de Pernambuco e do Pará será dividido por tres secções :

a) A 1ª secção pertencerão os designados no § 1º do art. 9º da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas ;

b) A' 2ª secção os designados no § 2º do mesmo artigo e os mais que vierem da Thesouraria extincta ;

c) A' 3ª secção os designados no § 3º desse artigo e a tomada das contas dos responsaveis.

§ 3.º O serviço, nas Alfandegas de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, de Santos, de Maceió, do Maranhão, do Ceará e de Manaus será dividido por duas secções :

a) A' 1ª secção pertencerão os designados no art. 10, § 1º, da citada Consolidação ;

b) A' 2ª secção os enumerados no § 2º desse artigo, a tomada das contas dos responsaveis, e os mais que vierem da Thesouraria extincta.

§ 4.º Nas outras Alfandegas o serviço será desempenhado sob a immediata direcção do inspector.

Art. 13. Das decisões excedentes da alçada dos inspectores das Alfandegas haverá os recursos determinados no art. 9º, § 2º.

Art. 14. A's partes é lícito, suscitada a contestação sobre a natureza, classificação, valor ou qualquer outra circumstancia com relação á mercadoria importada, provocar, mediante requerimento ao inspector, a reunião de uma commissão mixta, para decidir a controversia.

§ 1.º Essa commissão será composta de arbitros em numero igual, escolhidos dentre os comprehendidos em uma relação formada pela Alfandega em janeiro de cada anno e na qual figurarão empregados fiscaes e negociantes de conceituado merito.

§ 2.º Da decisão da commissão, quando homologada pelo inspector, haverá recurso voluntario interposto pela parte, que tam-  
bem poderá recorrer, quando, no caso de empate, a decisão do inspector for contra ella proferida.

Art. 15. As Alfandegas, substituindo as Thesourarias extinctas, exercem mais as seguintes attribuições :

a) Impôr multas nos casos em que as leis e regulamentos o permittirem ;

b) Julgar as habilitações para a percepção de meio soldo, tendo em vista as disposições em vigor, mandar abrir assentamento e incluir o pensionista em folha, bem como todos os empregados da União, activos e inactivos ;

c) Organizar as folhas de pagamento de todos os empregados e o processo relativo a esse ramo de serviço ;

d) Organizar a relação dos pensionistas do Estado ;

e) Liquidar a divida activa e passiva, e escriptural-as em livros proprios, em fôrma de conta corrente ;

f) Escripturar em livros proprios os dinheiros de orphãos e ausentes ;

g) Examinar as precatorias de embargos e dinheiros de ausentes ou quaesquer outros, cumprindo-as ou não, como for de direito ;

h) Fazer os assentamentos dos proprios nacionaes federaes e a escripturação relativa aos terrenos de marinha ;

i) Organizar os quadros da divida activa e passiva, escripturar os livros auxiliares do grande livro da divida publica e

organizar as folhas para pagamento dos juros das apolices, onde houver caixa filial;

j) Em geral, todas as attribuições que pertenciam às extinctas Thesourarias de Fazenda, quer em relação ao lançamento dos impostos, sua cobrança, isenção, remissão, etc., quer em relação aos serviços de ordens diversas e especificados na legislação anterior por esta attribuidos às estações fiscaes.

Paragrapho unico. As funcções dos thesoureiros serão ampliadas de accordo com as novas attribuições dadas às Alfandegas; continuando em vigor o regimento das Thesourarias compativel com a actual organização.

## CAPITULO V

Art. 16. São creadas, desde já, delegacias fiscaes do Thesouro Federal nas capitães dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Matto Grosso, Paraná, Piauhy e Goyaz, com o pessoal e vencimentos das tabellas annexas e attribuições que serão fixadas em regulamento.

Art. 17. Fora dos districtos fiscaes comprehendidos na competencia administrativa das Alfandegas e delegacias, poderá o Governo crear agencias fiscaes quando e como julgar conveniente.

## TITULO II

### CAPITULO I

Art. 18. Fica creado na Capital Federal o Tribunal de Contas com as attribuições determinadas no art. 89 da Constituição.

Art. 19. O pessoal do Tribunal de Contas compor-se-ha de cinco membros, o presidente e quatro directores, com voto deliberativo, um dos quaes representará o ministerio publico.

Para o serviço do mesmo Tribunal haverá :

3 sub-directores.

1 secretario.

12 1<sup>as</sup> escripturarios.

12 2<sup>as</sup> ditos.

10 3<sup>as</sup> ditos.

1 cartorario.

1 ajudante do cartorario.

4 continuos.

Paragrapho unico. Os vencimentos dos membros e mais empregados do Tribunal serão os constantes da tabella A annexa.

Art. 20. Serão nomeados :

1.º Por decreto do Presidente da Republica, os membros do Tribunal, os sub-directores, o secretario e os escripturarios;

2.º Pelo ministro da fazenda, o cartorário e seu ajudante ;

3.º Pelo presidente do Tribunal, os continuos.

Paragrapho unico. A nomeação dos membros do Tribunal será sujeita á approvação do Senado, e, uma vez dada esta, só poderão o logar por sentença.

Art. 21. Vagando o logar de membro do Tribunal, na ausencia do Congresso, poderá o Presidente da Republica preencher a vaga e o nomeado entrar em exercicio, ficando, porém, a nomeação dependente da approvação do Senado, na sua primeira reunião.

Art. 22. Depois de organizado o Tribunal de Contas, serão os empregados de que trata o n. 1 do art. 20 tirados dentre os empregados da Fazenda, com excepção dos membros e secretario do Tribunal, que ficarão sempre de livre nomeação do Presidente da Republica.

Art. 23. A distribuição dos empregados pelas sub-directorias é da competencia do presidente do Tribunal, attendendo-se sempre a que, num periodo não superior a dous annos, metade dos empregados passe a servir em sub-directoria differente.

Art. 24. Os empregados do Tribunal, excepto o presidente e os directores, serão amoviveis, e concorrerão aos accessos promiscuamente com os demais empregados do Ministerio da Fazenda e, como esses, poderão ser tirados para qualquer commissão.

Art. 25. Nos impedimentos repentinos serão substituidos: o presidente, pelo director mais antigo ; este, pelo sub-director mais antigo ; e os sub-directores e o secretario, pelo 1º escriptuario que for designado pelo presidente.

Nos impedimentos prolongados serão substituidos: o presidente, pelo director designado pelo ministro ; os directores, os sub-directores e o secretario, pelos sub-directores e 1ºs escriptuarios designados pelo presidente.

O director representante do ministerio publico será substituido pelo director do Contencioso do Thesouro Federal.

Art. 26. São applicaveis ao presidente, directores e mais empregados do Tribunal, salvo as disposições do art. 20, paragrapho unico, e art. 24, todas as disposições contidas nas leis organicas do Thesouro, sobre nomeações, demissões, expediente da Repartição, presença dos empregados, pagamento de vencimentos, descontos por faltas, licenças e penas disciplinares, aposentadoria e monte-pio obrigatorio creado pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890.

## CAPITULO II

### DA JURISDIÇÃO, COMPETENCIA E ATTRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 27. A jurisdição do Tribunal de Contas abrange todos os responsaveis por dinheiros e valores pertencentes á Republica, ainda mesmo no caso de residirem fora do paiz.

Art. 28. O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa sobre as pessoas e as materias sujeitas á sua competência; funciona como Tribunal de Justiça, e as suas decisões definitivas teem força de sentença com execução aparelhada.

Art. 29. Compete ao Tribunal de Contes, como Tribunal de Justiça Administrativo:

§ 1.º O exame e revisão das contas ministeriaes.

§ 2.º A tomada das contas dos responsaveis por dinheiros e valores pertencentes á Republica.

Art. 30. Ao Tribunal, no que diz respeito ao exame prévio e revisão das contas ministeriaes, compete:

§ 1.º Examinar todos os decretos, ordens e avisos dos differentes Ministerios, susceptíveis de crear despesas ou interessar ás finanças da Republica.

§ 2.º Verificar todas as ordens e contas de despesas autorizadas pelos differentes Ministerios, registrando as de reconhecida legalidade. No caso contrario, em exposição motivada, indicará á Repartição que ordenou a despesa a causa da recusa do registro.

§ 3.º Examinar mensalmente, á vista dos balancetes, o movimento de receita e despesa, recapitulando e revendo annualmente os resultados mensaes.

§ 4.º Conferir esses resultados com os que lhe forem apresentados pelo Governo, communicando tudo em seu relatório annual.

Art. 31. Compete ao Tribunal, na tomada de contas dos responsaveis por dinheiros e valores pertencentes á Republica:

§ 1.º Julgar, em única instancia, as contas de todas as repartições, empregados e quaesquer outros responsaveis que, singular ou collectivamente, tiverem administrado, arrecadado ou despendido dinheiros publicos ou valores pertencentes á Republica, ou por que esta seja responsavel e estiverem sob sua guarda, e bem assim dos que, por qualquer motivo, as deverem prestar perante o mesmo Tribunal, seja qual for o Ministerio a que pertencerem.

§ 2.º Propôr ao ministro da fazenda a suspensão dos responsaveis, que não satisfizerem a prestação de contas ou não entregarem os livros e documentos de sua gestão dentro dos prazos fixados nas leis e regulamentos, ou quando, não havendo taes prazos, forem intimados para esse fim.

§ 3.º Propôr igualmente, nos termos do decreto n. 657 de 5 de dezembro de 1849, a prisão dos responsaveis que forem remissos ou omissos em fazer as entradas dos dinheiros a seu cargo nos prazos marcados pelas leis, regulamentos, instrucções ou quaesquer outros actos, e á promover contra elles e seus fiadores os sequestros e mais processos civis competentes para segurança e embolso da Fazenda Federal.

§ 4.º Impôr multas aos responsaveis que não apresentarem as contas, ou os livros e documentos de sua gestão, nos prazos

que lhes houverem sido marcados, quando não o tiverem feito nos prescriptos nas leis, regulamentos, instrucções e ordens em vigor.

§ 5.º Fixar e julgar, á revelia, o debito dos responsaveis, que deixarem de apresentar as contas ou os livros e documentos de sua gestão, por quaesquer outras contas e documentos que lhes fizerem carga.

§ 6.º Mandar passar quitação aos thesoureiros, pagadores, recebedores, almoxarifes e a quaesquer outros responsaveis quando correntes em suas contas; julgar desembaraçados os valores depositados e extinctas as cauções de qualquer natureza pela quitação dos responsaveis, e levantar o sequestro áquelles que declarar exonerados para com a Fazenda Federal.

§ 7.º Avaliar as provas de facto, deduzidas por justificações e quaesquer outros documentos, da perda ou arrebatamento do dinheiros e valores publicos, por força maior, que forem apresentadas pelos responsaveis, e á vista dellas, resolver o que for de justiça sobre o abono da somma ou dos valores perdidos ou arrebatados.

§ 8.º Advertir de faltas as repartições, empregados e quaesquer outros responsaveis, quando da omissão se não seguir provavelmente prejuizo publico ou particular.

§ 9.º Rever as contas dos responsaveis, no caso de interposição do recurso de revisão.

§ 10. Requirir das autoridades e funcionarios, que não lhe forem subordinados, e ordenar aos que o forem, a remessa de documentos e informações que tiver por indispensaveis para o exame e julgamento das contas, e providenciar no caso de não ser satisfeita a requisição ou ordem.

§ 11. Decidir si são ou não admissiveis os embargos, e julgal-os afinal.

Art. 32. Como fiscal das leis de receita e despesa publicas, compete ao Tribunal de Contas:

§ 1.º Examinar as tabellas de distribuição de credito, todos os decretos, ordens e avisos dos differentes Ministerios autorizando despezas, e verificar a sua legalidade.

§ 2.º Examinar, pelos respectivos titulos, si as concessões de aposentadoria, jubilação ou reforma de empregados publicos, e bem assim as de meio soldo, monte-pios e pensões, estão dentro das forças orçamentaes ou de algum credito especialmente aberto para tal fim.

§ 3.º Expôr num relatorio annual, dirigido ao ministro, todas as considerações tendentes a demonstrar e tornar bem conhecido o estado da Fazenda Publica Federal, as reformas de que possa carecer e os abusos e omissões, porventura, praticados no fiel cumprimento tanto das leis do orçamento como de todas as que disserem respeito á administração fiscal.

Art. 33. Para desempenho de taes attribuições serão remetidos ao Tribunal todos os elementos necessarios, sem reserva alguma, salvo a limitação do § 2º do art. 34.

Art. 34. O Tribunal poderá tambem, para exame completo

da legalidade de qualquer despesa, determinada por meio de ordem, exigir, quando o julgar conveniente, a apresentação do processo que tiver dado origem á mesma despesa.

§ 1.º O processo, depois de examinado, será devolvido á repartição de contabilidade respectiva.

§ 2.º Exceptuam-se desta disposição as despesas reservadas confidenciaes, as quaes serão submittidas ao Tribunal para examinar si foram feitas dentro dos limites dos creditos consignados, sem entrar elle na apreciação de sua procedencia.

Art. 35. Para a abertura dos creditos extraordinarios e supplementares será ouvido previamente o Tribunal.

Os decretos abrindo taes creditos lhe serão enviados com os competentes relatorios justificativos, afim de alli serem registrados.

Art. 36. O ministro da fazenda fará communicação ao Tribunal de todas as autorisações para emissão de emprestimos e levantamento de fundos, e enviar-lhe-ha cópia de todos os documentos justificativos do uso, que tiver feito, dessas autorisações.

Paragrapho unico. Relativamente ás operações do resgate da divida publica, será tambem enviada ao Tribunal a relação dos bancos, casas bancarias e companhias que as houverem contractado com o Governo e um relatorio minucioso do modo pelo qual se haja cumprido o contracto.

Art. 37. Os contractos de obras publicas, de garantias de juros e subvenções a estradas de ferro, engenhos centraes e navegação, importação de immigrantes, auxilios a empresas de colonisação, construcção de docas e de edificios publicos, e em geral todos os de compra e venda, celebrados por qualquer dos Ministerios, serão submittidos á apreciação do Tribunal.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os contractos para fornecimento de objectos de expediente, compra de generos alimenticios, combustiveis e materia prima, para o serviço dos estabelecimentos e das estradas de ferro.

### CAPITULO III

Art. 58. O Tribunal resolve em sessão por maioria de votos, que serão tomados por precedencia de idade, votando por ultimo o presidente, que tambem terá o voto de qualidade nos casos de empate.

Art. 39. O presidente e os directores, bem que não sujeitos a ponto, deverão comparecer diariamente.

Art. 40. As sessões ordinarias terão logar uma vez por semana, em dia designado pelo presidente, e as extraordinarias quando este as convocar.

Art. 41. O Tribunal só poderá funcionar achando-se presente a maioria de seus membros.



Art. 42. Não poderão ser conjuntamente membros do Tribunal parentes consanguíneos ou affins, na linha ascendente ou descendente, e até 2º grão na collateral.

Art. 43. A nenhum membro do Tribunal é permittido intervir na decisão de negocio seu ou de algum seu parente até ao 2º grão inclusive.

## CAPITULO IV

### SECÇÃO I

#### DOS EMPREGADOS, SUAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES

Art. 44. Compete ao presidente do Tribunal:

§ 1.º Promover que o Tribunal celebre regularmente suas sessões nos dias determinados e executar as suas deliberações.

§ 2.º Dirigir os trabalhos do Tribunal.

§ 3.º Manter a ordem na discussão e votação, e apurar os votos.

§ 4.º Deliberar conjuntamente com os membros do Tribunal.

§ 5.º Designar aos membros do Tribunal os Ministerios que devam ficar a cargo de cada um, nos termos do art. 45.

§ 6.º Assignar as quitações que, em virtude de deliberação do Tribunal, se passarem aos responsaveis.

§ 7.º Fazer expedir em seu nome e assignar as resoluções e ordens, concernentes aos negocios da competencia do Tribunal.

§ 8.º Dar parte ao Governo, quando assim o tiver por necessario, das faltas e irregularidades, que no serviço occorrerem.

§ 9.º Providenciar no sentido de que as contas de todos os responsaveis deem entrada no Tribunal, nas épocas e nos termos estabelecidos neste regulamento.

§ 10. Communicar ao Governo os julgamentos que impuzerem multas por falta de apresentação de contas, ou pela apresentação destas incompletas.

§ 11. Aceitar dos directores e secretario a obrigação de fiel cumprimento de dever e dar-lhes posse.

§ 12. Conceder licença até 30 dias em cada anno.

§ 13. Corresponder-se directamente com os diferentes Ministerios e repartições superiores da Republica.

§ 14. Rubricar os livros das actas das sessões e dos termos de posse dos membros e empregados do Tribunal.

§ 15. Mandar observar, depois de approvado pelo Tribunal, o regulamento interno e os modelos e as instrucções para boa marcha e regularidade do serviço.

§ 16. Designar os empregados para as directorias.

## SECÇÃO II

## DOS DIRECTORES

Art. 45. O presidente do Tribunal designará os directores que devem encarregar-se dos seguintes serviços:

§ 1.º O exame do que concerne ás despesas dos Ministerios da Justiça e dos Negocios Interiores, da Industria, Viação e Obras Publicas.

§ 2.º Identico exame relativo aos Ministerios da Marinha e da Guerra.

§ 3.º Identico exame relativamente aos Ministerios da Fazenda e do Exterior.

§ 4.º O que concerne ao ministerio publico.

Art. 46. Aos directores compete :

§ 1.º Votar e discutir nas sessões do Tribunal e assignar as actas.

§ 2.º Relatar os processos referentes a negocio dos Ministerios a seu cargo.

§ 3.º Escrever as razões justificativas das ordens em reserva.

§ 4.º Dirigir, distribuir ao secretario o serviço de redacção do expediente e inspecionar os trabalhos das sub-directorias respectivas.

§ 5.º Mandar passar as certidões que forem requeridas ao Tribunal.

§ 6.º Aceitar dos empregados designados para a sub-directoria sob sua jurisdicção a obrigação de fiel cumprimento de dever, e dar-lhes posse.

§ 7.º Julgar as faltas de comparecimento dos respectivos empregados.

Art. 47. O director representante do ministerio publico, perante o Tribunal de Contas, deve ser formado em direito, e compete-lhe :

§ 1.º Requerer o que for a bem dos interesses da Fazenda Publica.

§ 2.º Responder nos processos que lhe forem continuados.

§ 3.º Dar parecer sobre os negocios a respeito dos quaes for ouvido o Tribunal, como órgão consultivo do Governo.

§ 4.º Promover a revisão das contas em que houver erro, omissão, falsidade, ou duplicata em prejuizo da Fazenda.

§ 5.º Communicar ao Ministerio da Fazenda qualquer dolo, falsidade, concussão ou peculato, que verificar haver o responsavel praticado no exercicio de suas funcções, para que possa instaurar-se o competente processo criminal.

§ 6.º Promover a imposição de multa nos casos em que ella tenha logar.

Art. 48. Serão continuados ao director representante do ministerio publico :

§ 1.º Os processos em que se tratar de applicar a prescrição.

§ 2.º Os de levantamento de fianças.

§ 3.º Os que accusarem erro, omissão, falsidade ou duplicata em prejuizo da Fazenda.

§ 4.º Os processos em que o Tribunal, ou a repartição que os instaurar, descobrir a existencia de algum crime.

§ 5.º As impugnações e recursos contra o julgamento do Tribunal.

§ 6.º Os processos em que o relator julgar necessaria a audiencia fiscal.

Art. 49. Ao director representante do ministerio publico assiste o direito de promover, verbalmente ou por escripto, que lhe sejam continuados quaesquer outros processos de sua competencia, embora não comprehendidos no artigo antecedente.

Art. 50. Os processos e negocios que forem continuados ao ministerio publico serão remettidos directamente ao presidente do Tribunal.

### SECÇÃO III

#### DOS SUB-DIRECTORES

Art. 51. Aos sub-directores compete :

§ 1.º Dirigir e fiscalizar immediatamente os trabalhos de sua sub-directoria, segundo as instrucções, que lhes forem dadas ou transmitidas pelo respectivo director.

§ 2.º Informar por escripto, de facto e de direito, todos os negocios da competencia da respectiva sub-directoria.

§ 3.º Designar aos empregados o serviço de que devam encarregar-se.

§ 4.º Rubricar os livros das sub-directorias.

§ 5.º Subscrever as certidões.

§ 6.º Cumprir e fazer cumprir as ordens do respectivo director.

§ 7.º Encerrar o ponto dos empregados e assignar os certificados mensaes.

### SECÇÃO IV

#### DO SECRETARIO DO TRIBUNAL

Art. 52. Compete ao secretario :

§ 1.º Assistir ás sessões do Tribunal.

§ 2.º Lavrar as actas.

§ 3.º Escrever os despachos e decisões.

§ 4.º Lavar os termos que forem necessários.

§ 5.º Dar publicidade ás deliberações que forem do interesse das partes.

§ 6.º Subscrever as certidões que se extrahirem dos processos e mais papeis pertencentes ao Tribunal, a requerimento dos interessados e por autorisação do Governo, quando não devam ser passadas nas sub-directorias.

§ 7.º Receber os papeis do expediente, redigil-os quando lhe forem distribuidos pelos directores e examinar os processos antes do distribuidos.

§ 8.º Redigir as consultas que tiverem de subir ao Governo, em harmonia com as resoluções do Tribunal.

§ 9.º Passar quitações.

§ 10. Organizar um assentamento geral de todos os responsaveis, sujeitos a prestações de contas perante o Tribunal, qualquer que seja o Ministerio a que pertençam; fazendo nelle as observações e alterações, que forem occorrendo a respeito dos mesmos responsaveis.

§ 11. Verificar si os responsaveis apresentam as contas, livros e documentos relativos á sua gestão, dentro dos prazos marcados, requisitando a fixação de prazos e a applicação de penas correspondentes áquelles que o não fizerem, afim de proceder-se ulteriormente na fôrma da lei.

## SECÇÃO V

### DAS SUB-DIRECTORIAS

Art. 53. Os serviços a cargo do Tribunal de Contas são distribuidos por tres sub-directorias:

§ 1.º A 1ª sub-directoria occupar-se-ha de tudo quanto respeitar aos Ministerios da Justiça e dos Negocios Interiores, e da Industria, Viação e Obras Publicas.

§ 2.º A 2ª, de tudo quanto respeitar aos Ministerios da Marinha e da Guerra.

§ 3.º A 3ª, de tudo quanto respeitar aos Ministerios da Fazenda e das Relações Exteriores.

Art. 54. Incumbe a cada uma das sub-directorias, a respeito dos Ministerios de cujo serviço se occupar:

§ 1.º O exame e escripturação das ordens de pagamento, dizendo sobre a legalidade dellas o que occorrer.

§ 2.º O registro dos contractos a que se refere o art. 37, e o exame das condições e formalidades com que tiverem sido celebrados.

§ 3.º O exame e verificação do balanço geral do Estado e das contas dos Ministerios e a comparação de sua receita e despeza com as contas individuaes dos responsaveis e com as autorisações legislativas.

§ 4.º A coordenação dos elementos e organização dos mappas demonstrativos dos resultados desses exames e comparações, para servirem de base ás deliberações e relatório do Tribunal sobre as operações realizadas em cada exercício, a que o balanço referir-se.

§ 5.º Os trabalhos da distribuição e escripturação dos créditos o todos os mais relativos a esse ramo do serviço.

§ 6.º O exame moral e arithmetico de todos os documentos, por virtude dos quaes tenha de entrar ou sair qualquer somma dos cofres do Thesouro, e que não sejam relativos a vencimentos correntes abonaveis dentro dos créditos devidamente concedidos.

§ 7.º O recenseamento das ferias pagaveis pelo Thesouro.

§ 8.º Participar as omissões dos agentes da Fazenda, e bem assim indicar os melhoramentos, que lhe forem suggeridos pelo exame das contas, tanto na receita como na despesa.

§ 9.º Apresentar todos os annos, até ao ultimo dia de fevereiro, um relatório circumstanciado dos trabalhos do anno antecedente, demonstrando quaes as contas que se liquidaram e ficaram por liquidar, os alcances reconhecidos, a parte destes arrecadada amigavelmente e a remettida para juizo.

§ 10. Promover a execução das deliberações do Tribunal no que for ordenado, e requerer tudo quanto for a bem da Fazenda Federal no exame e liquidação das contas dos responsaveis.

§ 11. O exame e tomada das contas relativas ás repartições de arrecadação.

§ 12. O exame e tomada das contas concernentes ás repartições de despesa e movimento de fundos.

§ 13. O preparo do expediente resultante dos papeis que processar e forem resolvidos definitivamente pelo Tribunal.

Art. 55. No exame das ordens de pagamento attender-se-ha a todas as disposições, que a respeito dellas estabelecem as leis de contabilidade. Assim, verificar-se-ha:

1.º Si a despesa está comprovada e pertence, com effeito, ao exercício, ao artigo e ás verbas de credito legal a que vem referida e si abrange pagamentos relativos a mais de uma verba;

2.º Si estão assignadas pelo ministro respectivo ou pelos funcionarios em que elle houver delegado;

3.º Si tem a indicação do agente da repartição, que ha de satisfazel-as;

4.º Si tem cabimento nas verbas autorisadas;

5.º Si estão de accordo com os orçamentos que devem acompanhar-as, quando forem provisórias;

6.º Si, pela transferencia de despesa de umas para outras repartições, se ordenou a annullação, nos respectivos créditos, das quantias transferidas.

Art. 56. As ordens de pagamento serão submittidas á apreciação do director respectivo, para verificar a sua legalidade, annotando e registrando as observações que forem suggeridas pelo exame do documento, para o conhecimento do Tribunal.

Paragrapho unico. Essas ordens de pagamento serão acompanhadas de uma relação authenticada pelo sub-director, na qual

serão designados os numeros dellas, a importancia de cada uma, o Ministerio e o exercicio a que pertencerem.

Art. 57. O Tribunal, inteirado, pelo director, da natureza e legalidade das ordens de despeza e pronunciando-se a respeito, as remetterá ao Ministerio da Fazenda, acompanhadas de uma relação assignada pelo sub-director, tendo o numero e importancia dellas e a designação do Ministerio a que pertencerem.

Paragrapho unico. Extrahir-se-hão, além disso, tantas relações quantos os Ministerios, a cada um dos quaes será remettida a que lhe disser respeito, seguida do parecer, e exame, que for emitido sobre as despesas ordenadas.

Art. 58. Si a legalidade do acto offerecer duvida, o director a quem for distribuido apresentará em Tribunal o seu parecer fundamentado, que, uma vez approved, será communicado ao ministro que ordenou a despeza.

Art. 59. Nenhum contracto será registrado sem que a sub-directoria examine si foram cumpridas, a respeito d'elle, todas as disposições da lei de contabilidade.

Art. 60. O exame dos balanços geraes e o das apurações feitas no Tribunal, effectua-se pela comparação entre esses documentos :

1.º Com o julgamento das contas individuaes dos responsaveis ;  
2.º Com as leis do orçamento da Republica, creditos supplementares e extraordinarios, e autorisações especiaes legislativas, concernentes ao exercicio de que se tratar.

Art. 61. Sempre que se reforçar algum artigo com creditos supplementares, ou for autorisada alguma despeza por credito extraordinario, verificar-se-ha, a respeito de uns e outros, si seguiram-se os preceitos das leis de contabilidade publica, isto é :

1.º Si a verba, votada para a despeza de que se trata, estava esgotada ;

2.º Si essa despeza era tão urgente, que não se pudesse esperar pela reunião do Congresso ;

3.º Si a despeza foi effectuada ;

4.º Si decorreram nove mezes do exercicio ;

5.º Si foi ouvido o Tribunal ;

6.º Si, quanto aos creditos extraordinarios, a applicação para que foram autorisados está comprehendida nas hypothses previstas pelas leis de contabilidade para a abertura dos mesmos creditos.

Paragrapho unico. Os resultados desses exames servirão de base ao relatorio que, a respeito desta fiscalização, o Tribunal tem de submeter annualmente ao Ministerio da Fazenda dentro dos primeiros dias do mez de abril.

O relatorio do Tribunal deve ser inserido no do Ministerio da Fazenda.

Art. 62. Os resultados obtidos pelo julgamento do Tribunal devem ser comparados por exercicios e capitulos, segundo as revisões da lei da receita, com as receitas descriptas nos balanços geraes da Republica e por exercicios, artigos e verbas,

segundo as divisões da lei da despesa, com a despesa descripta nos mesmos balanços e com a autorizada por lei.

Art. 63. Pela comparação effectuada na forma dos dous artigos antecedentes, verificar-se-ha :

1.º Si as receitas e despesas publicas, descriptas nos sobreditos balanços, se acham conformes com a recapitulação das que houverem sido justificadas e comprovadas pelos julgamentos das contas individuaes dos responsaveis ;

2.º Si entre os referidos balanços geraes e as contas dos responsaveis, definitivamente julgadas, se manifesta igual conformidade, assim na parte relativa à liquidação, arrecadação e restos por cobrar dos rendimentos autorisados, como a respeito do ordenamento e pagamento das despesas fixadas ;

3.º Si existe do mesmo modo, entre os referidos balanços e contas, o devido accordo quanto às operações da Thesouraria, movimento de fundos e annullações dos direitos activos e passivos da Fazenda Federal, nellas mencionados ;

4.º Si em algum ou alguns dos casos a que se referem os numeros antecedentes se notam differenças, e, sendo assim, qual a natureza e ordem de cada uma dellas ;

5.º Si na arrecadação dos rendimentos, na distribuição dos fundos e no pagamento das despesas da competencia dos Ministerios, se procedeu dentro dos limites das respectivas autorisações legislativas e na conformidade das disposições regulamentares do serviço da contabilidade publica.

Art. 64. No exame dos titulos originaes da despesa, verificar-se-ha :

1.º Si o pagamento se effectuou nos termos da ordem respectiva ;

2.º Si o documento se refere exactamente à ordem que lhe deve corresponder e ao exercício, artigo e verba, a que pertencer a despesa ;

3.º Si está assignado pelo credor ou representante legal ; si está datado competentemente, e o sello, quando devido, pago ou inutilisado na forma do respectivo regulamento ;

4.º Tudo quanto convier aos interesses e garantia da Fazenda Federal.

## CAPITULO V

### DO PROCESSO DA TOMADA DAS CONTAS

Art. 65. Logo que a conta for entregue pelo responsavel, o respectivo sub-director, attenta a natureza da conta, designará o escripturario que deva tomal-a, o qual assignará carga em livro da sub-directoria, para isso destinado, com as declarações convenientes.

Nenhum empregado examinará as contas do mesmo responsavel, pertencentes a annos consecutivos, excepto no caso de

estarem em atraso e de poderem ao mesmo tempo ser tomadas as de diversos annos.

Art. 66. Concluido o primeiro exame da conta, o sub-director, si julgar necessario pela importancia da responsabilidade, ou por encontrar defeito na primeira liquidação, a entregará a outro escriptuario, o qual a examinará de novo e dará a sua opinião acerca das observações do tomador da conta, glosando as que lhe parecerem desarrazoadas, concordando nas que lhe parecerem procedentes e addicionando tudo que entender necessario para o pleno esclarecimento della e decisão final.

Art. 67. Examinada e liquidada a conta, será entregue pelo escriptuario ao sub-director, e este, depois de revel-a e dar sua opinião, a apresentará ao director, que tiver a seu cargo o trabalho do respectivo Ministerio.

Art. 68. Na tomada de contas dos responsaveis, que deixarem de apresentar os livros e documentos de sua gestão, servirá de base para a avaliação da receita proveniente de impostos o termo médio da renda arrecadada nos cinco ultimos exercicios.

Art. 69. Os sub-directores ficam autorizados, não só a ouvir o respectivo responsavel e a outras quaesquer pessoas, todas as vezes que assim for de mister para esclarecimento, como tambem para requisitar de qualquer repartição documentos para o mesmo fim, por intermedio do Tribunal.

Art. 70. O director, depois de examinada e revista a conta, na forma indicada nos artigos antecedentes, considerando-a prompta para ser julgada, a apresentará ao Tribunal.

§ 1.º Havendo alcance, será ordenada a citação do responsavel, fiadores, suas viúvas, herdeiros, tutores ou curadores destes, a fim de allegarem o que for a bem de seu direito, produzirem documentos, e constituírem procurador na séde do Tribunal, e nelle escolherem ou declararem ao secretario do mesmo Tribunal o domicilio, onde hão de ser feitas as intimações das decisões para quaesquer effeitos, com a communicação de serem considerados reveis e não receberem mais intimação, si não fizerem tal declaração.

§ 2.º Não havendo alcance, terá logar o julgamento, independentemente da citação de que trata o paragrapho antecedente.

§ 3.º Os prazos que se concederem aos responsaveis e mais interessados, não excederão de trinta dias, começando a correr desde que a certidão de citação for entregue ao secretario do Tribunal; podendo, porém, ser prorogados, si houver motivo attendivel, até sessenta dias.

§ 4.º A citação se fará nos termos da legislação do processo civil, pelos continuos ou por meio de officio registrado.

Art. 71. Findos os prazos marcados aos responsaveis, ou ás partes interessadas, para dizerem o que houver a bem de sua justiça, si allegarem alguma cousa em sua defesa, devolver-se-ha o processo com a mesma defesa á sub-directoria, para emittir o seu parecer, depois de ouvidos os empregados que tiverem funcionado no processo.



Art. 72. Emittido o parecer de que trata o artigo antecedente, o director apresentará as contas ao Tribunal para a resolução definitiva, depois de ouvido o director representante do ministerio publico.

Art. 73. Terminada a discussão das contas em Tribunal e apurado o vencimento, lavrar-se-ha decisão, declarando-se o nome do responsavel, a natureza de sua responsabilidade, o tempo a que respeita e quaesquer outras circumstancias necessarias.

§ 1.º As decisões do Tribunal sobre a tomada das contas estabelecerão a situação do responsavel, julgando-o quite, em credito ou em debito para com a Fazenda Federal, fixando, neste ultimo caso, o seu verdadeiro debito e condemnando-o ao pagamento.

§ 2.º As decisões serão assignadas pelo presidente do Tribunal e pelos directores presentes à sessão, guardada a ordem da antiguidade.

Art. 74. As decisões do Tribunal serão exequiveis a favor ou contra os responsaveis, sómente nos termos seguintes :

1.º Nos dous primeiros casos de que trata o § 1.º do artigo antecedente, isto é, de achar-se o responsavel quite ou em credito para com a Fazenda Nacional, mandará o Tribunal passar a quitação relativa, levantar os sequestros a que se tiver procedido, e bem assim dar baixa nas fianças e hypothecas, e restituir os depositos, si não continuar a gerencia do mesmo responsavel ;

2.º Verificado o alcance, o Tribunal marcará um prazo dentro do qual o responsavel ou seus fiadores, viúvas, herdeiros ou interessados, ontrem com a respectiva importancia e juros correspondentes para os cofres publicos, e não o fazendo, extrahida a conta corrente, será esta remettida, com cópia da decisão do Tribunal, ao director representante do ministerio publico, para promover a sua execução ;

3.º Os processos serão devolvidos pelo secretario do Tribunal, à directoria, afim de se fazer effectiva a cobrança pelos meios judiciaes, para todos os effeitos declarados neste artigo.

Art. 75. Na revisão das contas dos responsaveis, no caso de interposição de recurso, serão as mesmas contas examinadas em outra sub-directoria e por outros empregados que não houverem funcionado no processo, origem da decisão recorrida.

Art. 76. O Tribunal marcará o prazo, dentro do qual os chefes das repartições e mais estações subordinadas, responsaveis pelos livros e documentos das contas e dos dinheiros e valores da Republica, deverão apresentar os mesmos livros e documentos.

A multa, por falta de apresentação dos livros nos prazos marcados, é applicavel aos mencionados chefes, quando, por facto proprio ou omissão, derem causa á falta de apresentação das contas dentro dos prazos legais.

Art. 77. Si do exame a que se estiver procedendo em qualquer conta reconhecer-se alcance provavel, o empregado della encarregado dará parte immediatamente ao sub-director, e este ao director, para providenciar e por sua vez levar o facto ao conhecimento do Tribunal.

Art. 78. Os sub-directores, logo que lhes constar que o individuo nomeado por algum dos Ministerios para qualquer emprego, se acha prestando contas, e o processo indica alcance provavel, assim o participarão ao presidente do Tribunal, para se providenciar como for acertado.

## CAPITULO VI

### DOS RECURSOS

Art. 79. Das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas é facultado o recurso de embargos e de revisão.

Art. 80. O recurso de embargos terá somente logar nos casos de pagamento, quitação ou declaração, será usado nos termos do direito commum e interposto dentro de 10 dias da intimação ou publicação da sentença no *Diario Official*.

Art. 81. O processo pendente do recurso de embargos será distribuido, examinado e preparado para julgamento, seguindo os tramites do julgamento anterior e ouvido o representante do ministerio publico.

Art. 82. Depois da audiencia do representante do ministerio publico, e submettidos a julgamento do Tribunal os embargos oppostos pelo responsavel, serão elles admittidos ou rejeitados.

§ 1.º No caso de rejeição, será a cópia da decisão entregue ao representante do ministerio publico para fazer proseguir nos termos da execução.

§ 2.º Attendidos, no todo ou em parte, os embargos, proceder-se-ha nos termos do art. 74, n. 1, com audiencia do ministerio publico.

Art. 83. O embargante e o representante do ministerio publico podem juntar aos embargos os documentos que lhes convier até a sessão do julgamento.

Art. 84. Dos julgamentos dos embargos é ainda admissivel o recurso de revisão nos casos de pagamento ou quitação occorridos antes de se dar execução á sentença proferida.

Paragraphe unico. Os factos occorridos posteriormente só podem ser allegados perante o juiz da execução.

Art. 85. O recurso de revisão, interposto perante o mesmo Tribunal, só terá logar nos seguintes casos :

1.º Omissão, duplicata ou errada classificação de qualquer verba de debito ou credito ;

2.º Erro de calculo ;

3.º Falsidade de documento em que se tenha baseado a decisão ;

4.º Superveniencia de novos documentos com efficacia sobre a prova produzida.

§ 1.º Este recurso poderá ser interposto :

1.º Pela parte interessada, enquanto não ficar prescripto o seu direito contra a Republica, nos termos do decreto n. 857 de 12 de novembro de 1851 ;

2.º Pela Fazenda Publica, emquanto não prescrever o seu direito contra o responsavel, nos termos do art. 9º do mesmo decreto.

§ 2.º O recurso será entregue pela parte ao secretario do Tribunal, ou nas Alfandegas, nos Estados onde não houver Delegacia Fiscal, em fôrma de requerimento, acompanhado de documentos legaes e remettido ao presidente do mesmo Tribunal, para dar-lhe destino.

§ 3.º O recurso de revisão poderá ser interposto dentro de cinco annos, contados da decisão recorrida, no caso de ter sido o julgamento da conta baseado em documentos reconhecidos como viciados de falsidade.

Art. 86. Logo que interposto for o recurso de revisão, o Tribunal, sobre parecer da respectiva Directoria e ouvido o director representante do ministerio publico, decidirá si elle deve ou não ser admittido.

§ 1.º Admittido o recurso, fixar-se-ha ao recorrente, sendo necessario, prazo nunca menor de 60 dias, para produzir quaesquer documentos comprobatorios de sua allegação. Findo este prazo, tendo a parte deixado de juntar os documentos, não haverá mais logar a revisão das contas.

§ 2.º O recurso de revisão, admittido pelo Tribunal, suspende os effeitos da decisão anterior.

## CAPITULO VII

Art. 87. O serviço da tomada de contas nos Estados fica a cargo das Delegacias Fiscaes ou das Alfandegas, onde não houver Delegacias Fiscaes, cabendo-lhes as attribuições dos arts. 6º e 7º do decreto n. 2548 de 10 de março de 1860, em virtude dos arts. 15 e 17 do presente decreto.

Art. 88. Os delegados fiscaes ou inspectores de Alfandegas julgarão as contas provisoriamente e submeterão as suas decisões ao Tribunal, que sobre ellas resolverá definitivamente; devendo, porém, este, sempre que entender conveniente, mandar que sejam revistas por empregados do mesmo Tribunal.

Art. 89. Os delegados fiscaes e inspectores das Alfandegas não attenderão ás requisições de despesas que, fôra dos limites dos competentes credits, lhes forem feitas pelos delegados do Governo Federal, devendo solicitar, de quem de direito, a autorisação necessaria por meio de officio instruido de documentos justificativos da mesma despesa, ou, no caso de urgencia, por telegramma.

Si da demora em cumprir a requisição provier perigo imminente, ou damno irreparavel no serviço, attenderão á requisição, dando logo ao superior conta circumstanciada e documentada do seu acto.

## TITULO III

## Disposições geraes

Art. 90. O serviço de arrecadação de rendas internas, nas localidades onde não haja Delegacia Fiscal, Alfandegas ou Mesas de rendas, poderá ser confiado a funcionarios estadoaes ou repartições também estadoaes, na forma do art. 7º da Constituição Federal, ou será feito por agencias fiscaes do Governo Federal, directamente subordinadas ás Alfandegas e Delegacias Fiscaes respectivas.

Art. 91. Os empregados de entrancia que excederem dos novos quadros das repartições de Fazenda, são garantidos em todos os seus direitos adquiridos e ficarão addidos ás Alfandegas, Delegacias e Caixas Economicas, até que possam ser readmittidos nas vagas que forem occorrendo nas classes respectivas e que só por elles poderão ser preenchidas, quando as houver de emprego correspondente e, não havendo, dar-se-ha accessos aos empregados do quadro, de modo a proporcionar a collaboração dos addidos.

Art. 92. Fica expressamente prohibida a admissão de collaboradores ou empregados extraordinarios, de qualquer categoria que sejam, ainda que gratuitos.

Art. 93. Para a inteira fiscalização e garantia dos interesses da Fazenda Federal, o ministro, sempre que julgar conveniente, nomeará comissões, que procedam á inspecção nas repartições de seu Ministerio, dando-lhes as convenientes instrucções e arbitrando a ajuda de custo e gratificação especial dentro da somma para tal fim designada na tabella respectiva, não excedendo esta do vencimento total do empregado.

Art. 94. Extinguem-se :

- a) O Tribunal do Thesouro e a Directoria Geral da Tomada de Contas, logo que for installado o Tribunal de Contas;
- b) A Secretaria da Fazenda;
- c) As Thesourarias de Fazenda e Collectorias, nos logares onde houver Alfandega;
- d) A Pagadoria da cidade do Rio Grande do Sul, cujo serviço passará a ser feito pela Alfandega dessa cidade;
- e) Os logares de procurador fiscal, cujas funções passarão para os procuradores seccionaes, nos termos do art. 24 do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890.

Art. 95. O Laboratorio Nacional de Analyses, que se regulava pelo decreto n. 277 G, de 22 de março de 1890, funcionando em parte do edificio da Alfandega, constituirá estabelecimento dependente do Ministerio da Fazenda, com regulamento especial, tendo por fim o exame das substancias importadas.

Art. 96. O ministro da fazenda fica autorizado :

§ 1.º A consolidar todas as disposições em vigor e de accordo com este decreto, regulando a reorganização dos serviços das diferentes repartições do Ministerio a seu cargo.

§ 2.º A mandar proceder a nova lotação das Mesas de rendas, para o effeito de fixar-se a percentagem que deva ser abonada aos empregados respectivos, tendo em attenção o rendimento de cada uma dellas.

Art. 97. A organização das repartições começará a ter execução, para cada uma dellas, nas épocas fixadas pelo respectivo ministro.

Art. 98. As contas das agencias e repartições do Correio Geral, dos telegraphos e das estradas de ferro custeadas pela Republica, continuam a ser examinadas pelas respectivas Contadorias.

As contas dos responsaveis da marinha e guerra que não tiverem fianças prestadas no Thesouro Federal, ou que a tenham, mas por simples cauções deduzidas dos seus vencimentos, tambem continuarão a ser tomadas pelas respectivas repartições de contabilidade.

Paragrapho unico. Todas essas contas, porém, serão remettidas com os competentes processos ao Tribunal de Contas, para os exames e liquidações finaes.

Art. 99. Os directores nomeados para a installação do Tribunal de Contas entrarão em exercicio, ficando a sua nomeação dependente da approvação do Senado.

Art. 100. Os membros do Tribunal de Contas serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.

Art. 101. O numero, classe e vencimentos dos empregados do Tribunal de Contas, Thesouro Federal, Caixa de Amortização, Casa da Moeda, Imprensa Nacional, *Diario Official*, Recebedoria, Alfandegas da Capital Federal e dos Estados, e Delegacias Fiscaes, será o das tabellas A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V e X.

Paragrapho unico. Na proposta de orçamento para o exercicio de 1894 o Governo pedirá as alterações dessas tabellas, quer quanto à melhoria de vencimentos, quer quanto à distribuição do respectivo pessoal, de modo a satisfazer ás necessidades do serviço.

Art. 102. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

## A

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados do  
Tribunal de Contas

| PESSOAL | EMPREGOS                    | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|---------|-----------------------------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|         |                             | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| 1       | Presidente.....             | 8:000\$000  | 6:000\$000   | 14:000\$000      | 14:000\$000     |
| 4       | Directores.....             | 8:000\$000  | 4:000\$000   | 12:000\$000      | 48:000\$000     |
| 3       | Sub-directores.....         | 6:000\$000  | 3:000\$000   | 9:000\$000       | 27:000\$000     |
| 1       | Secretario.....             | 4:000\$000  | 2:000\$000   | 6:000\$000       | 6:000\$000      |
| 12      | Primeiros escripturarios... | 3:200\$000  | 1:600\$000   | 4:800\$000       | 57:600\$000     |
| 12      | Segundos » ....             | 2:400\$000  | 1:200\$000   | 3:600\$000       | 43:200\$000     |
| 10      | Terceiros » ....            | 1:600\$000  | 800\$000     | 2:400\$000       | 24:000\$000     |
| 1       | Cartorario.....             | 2:000\$000  | 1:000\$000   | 3:000\$000       | 3:000\$000      |
| 1       | Ajudante.....               | 1:000\$000  | 800\$000     | 1:800\$000       | 1:800\$000      |
| 4       | Continuos.....              | 1:000\$000  | 400\$000     | 1:400\$000       | 5:600\$000      |
| 49      |                             |             |              |                  | 230:200\$000    |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## B

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados do  
Thesouro Federal, do gabinete do Ministro e da Delegacia do  
Thesouro em Londres

| PESSOAL                          | EMPREGOS                    | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
|----------------------------------|-----------------------------|------------|--------------|------------------|-----------------|
|                                  | Ministro.....               | \$         | 21:000\$000  | \$               | 24:000\$000     |
| 3                                | Directores.....             | 6:000\$000 | 3:000\$000   | 9:000\$000       | 27:000\$000     |
| 4                                | Sub-directores.....         | 4:800\$000 | 2:400\$000   | 7:200\$000       | 28:800\$000     |
| 2                                | Officiaes do Contencioso... | 3:200\$000 | 1:600\$000   | 4:800\$000       | 9:600\$000      |
| 22                               | Primeiros escripturarios... | 3:200\$000 | 1:600\$000   | 4:800\$000       | 105:600\$000    |
| 18                               | Segundos » ....             | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000       | 64:800\$000     |
| 18                               | Terceiros » ....            | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000       | 43:200\$000     |
| 14                               | Quartos » ....              | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000       | 16:800\$000     |
| 1                                | Thesoureiro.....            | 5:000\$000 | 3:000\$000   | 8:000\$000       | 8:000\$000      |
| 3                                | Fieis.....                  | 2:600\$000 | 1:400\$000   | 4:000\$000       | 12:000\$000     |
| 1                                | Pagador.....                | 3:000\$000 | 2:200\$000   | 5:200\$000       | 5:200\$000      |
| 4                                | Fieis.....                  | 2:600\$000 | 1:400\$000   | 4:000\$000       | 16:000\$000     |
| 1                                | Cartorario.....             | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000       | 3:600\$000      |
| 1                                | Ajudante.....               | 1:200\$000 | 600\$000     | 1:800\$000       | 1:800\$000      |
| 1                                | Porteiro.....               | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000       | 3:600\$000      |
| 1                                | Ajudante.....               | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000       | 2:400\$000      |
| 16                               | Continuos.....              | 960\$000   | 480\$000     | 1:440\$000       | 23:040\$000     |
| 4                                | Correios.....               | 1:200\$000 | 500\$000     | 1:700\$000       | 6:800\$000      |
| GABINETE DO MINISTRO             |                             |            |              |                  |                 |
| 1                                | Official de gabinete.....   | \$         | 2:400\$000   | \$               | 2:400\$000      |
| 2                                | Auxiliares.....             | \$         | 1:000\$000   | \$               | 2:000\$000      |
| DELEGACIA DO THESOURO EM LONDRES |                             |            |              |                  |                 |
|                                  | Delegado.....               | \$         | 5:000\$000   | \$               | 5:000\$000      |
| 2                                | Escrepturarios.....         | \$         | 2:450\$000   | \$               | 4:900\$000      |
|                                  |                             |            |              |                  | 446:540\$000    |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— Serzedello Corrêa.

## C

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da  
Caixa de Amortização

| PESSOAL | EMPREGOS                    | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DE CADA EMPREGO | TOTAL DE CADA CLASSE |
|---------|-----------------------------|------------|--------------|-----------------------|----------------------|
| 1       | Inspector.....              | 6:000\$000 | 3:000\$000   | 9:000\$000            | 9:000\$000           |
| 2       | Chefes de secção.....       | 3:200\$000 | 1:600\$000   | 4:800\$000            | 9:600\$000           |
| 4       | Primeiros escripturarios... | 2:600\$000 | 1:400\$000   | 4:000\$000            | 16:000\$000          |
| 1       | Segundos > .....            | 2:000\$000 | 1:000\$000   | 3:000\$000            | 12:000\$000          |
| 4       | Terceiros > .....           | 1:400\$000 | 700\$000     | 2:100\$000            | 8:400\$000           |
| 3       | Quartos > .....             | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000            | 3:600\$000           |
| 1       | Thesoureiro.....            | 3:600\$000 | 2:400\$000   | 6:000\$000            | 6:000\$000           |
| 5       | Fieis .....                 | 2:100\$000 | 1:200\$000   | 3:300\$000            | 16:500\$000          |
| 1       | Corretor.....               | 3:600\$000 | 1:800\$000   | 5:400\$000            | 5:400\$000           |
| 3       | Ajudantes.....              | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000            | 10:800\$000          |
| 5       | Conferentes.....            | 2:600\$000 | 1:400\$000   | 4:000\$000            | 20:000\$000          |
| 1       | Archivista.....             | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000            | 2:400\$000           |
| 3       | Carimbadores.....           | 1:000\$000 | 500\$000     | 1:500\$000            | 4:500\$000           |
| 1       | Porteiro .....              | 1:800\$000 | 900\$000     | 2:700\$000            | 2:700\$000           |
| 2       | Continuos.....              | 900\$000   | 480\$000     | 1:410\$000            | 2:880\$000           |
| 40      |                             |            |              |                       | 131:280\$000         |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.—*Serzedello Corrêa*•



## D

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados  
da Casa da Moeda

| PESSOAL | EMPREGOS                   | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DE CADA EMPREGO | TOTAL DE CADA CLASSE |
|---------|----------------------------|------------|--------------|-----------------------|----------------------|
| 1       | Director.....              | 6:000\$000 | 3:000\$000   | 9:000\$000            | 9:000\$000           |
| 1       | Primeiro escriptuario..... | 2:600\$000 | 1:400\$000   | 4:000\$000            | 40:000\$000          |
| 8       | Chefes de officinas.....   |            |              |                       |                      |
| 1       | Thesoureiro.....           |            |              |                       |                      |
| 1       | Segundo escriptuario.....  |            |              |                       |                      |
| 1       | Fiel do thesoureiro.....   |            |              |                       |                      |
| 1       | Fiel da balança.....       | 2:000\$000 | 1:000\$000   | 3:000\$000            | 30:000\$000          |
| 4       | Ensaiaadores.....          | 1:800\$000 | 900\$000     | 2:700\$000            | 18:900\$000          |
| 3       | Gravadores.....            |            |              |                       |                      |
| 7       | Ajudantes.....             |            |              |                       |                      |
| 2       | Desenhistas.....           | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000            | 4:800\$000           |
| 1       | Terceiro escriptuario..... | 1:400\$000 | 700\$000     | 2:100\$000            | 2:100\$000           |
| 2       | Quartos ».....             | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000            | 2:400\$000           |
| 1       | Porteiro.....              | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000            | 2:400\$000           |
| 2       | Continuos.....             | 960\$000   | 480\$000     | 1:440\$000            | 2:880\$000           |
| 36      |                            |            |              |                       | 112:480\$000         |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.—*Serzedello Corrêa.*

## E

Tabella do numero e vencimentos dos empregados da Imprensa Nacional, a que se refere o art. 5º, § 1º, do regulamento approved pelo decreto n. 10.269 de 20 de julho de 1889, com o augmento de 40 % de accordo com o decreto legislativo n. 125 de 18 de novembro do corrente anno

| EMPREGOS                     | NUMERO | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL       |
|------------------------------|--------|------------|--------------|-------------|
| Administrador.....           | 1      | 5:600\$000 | 2:800\$000   | 8:400\$000  |
| Chefe da secção central..... | 1      | 3:700\$000 | 1:900\$000   | 5:600\$000  |
| Primeiro escripturario.....  | 1      | 3:000\$000 | 1:480\$000   | 4:480\$000  |
| Segundos » .....             | 2      | 4:300\$000 | 2:140\$000   | 6:440\$000  |
| Terceiros » .....            | 2      | 1:800\$000 | 1:000\$000   | 2:800\$000  |
| Thesoureiro-almoxarife ..... | 1      | 3:600\$000 | 1:860\$000   | 5:460\$000  |
| Fiel.....                    | 1      | 1:500\$000 | 740\$000     | 2:240\$000  |
| Porteiro.....                | 1      | 1:600\$000 | 920\$000     | 2:520\$000  |
| Continuo.....                | 1      | 1:100\$000 | 580\$000     | 1:680\$000  |
|                              | 11     |            |              | 39:620\$000 |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## F

Tabella do numero e vencimentos dos empregados do « Diario Official », a que se refere o art. 5º, § 2º, do regulamento approved pelo decreto n. 10.269 de 20 de julho de 1889, com o augmento de 40 % de accordo com o decreto legislativo n. 125 de 18 de novembro do corrente anno

| EMPREGOS |                     | GRATIFICAÇÃO |
|----------|---------------------|--------------|
| 1        | Director .....      | 7:000\$000   |
| 1        | Redactor.....       | 5:600\$000   |
| 3        | Auxiliares.....     | 10:080\$000  |
| 1        | Agente externo..... | 2:100\$000   |
| 6        |                     | 24:780\$000  |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## G

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados  
da Recebedoria da Capital Federal

| EMPREGOS |                               | ORDENADO     | GRATIFICAÇÃO | TOTAL        |
|----------|-------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| 1        | Administrador.....            | 6:000\$000   | 3:600\$000   | 9:600\$000   |
| 1        | Ajudante do dito.....         | 4:800\$000   | 2:400\$000   | 7:200\$000   |
| 8        | Primeiros escripturarios..... | 25:600\$000  | 12:800\$000  | 38:400\$000  |
| 10       | Segundos » .....              | 24:000\$000  | 12:000\$000  | 36:000\$000  |
| 12       | Terceiros » .....             | 19:200\$000  | 9:600\$000   | 28:800\$000  |
| 18       | Quartos » .....               | 14:400\$000  | 7:200\$000   | 21:600\$000  |
| 1        | Thesoureiro.....              | 4:800\$000   | 2:400\$000   | 7:200\$000   |
| 2        | Fieis do thesoureiro.....     | 4:800\$000   | 2:400\$000   | 7:200\$000   |
| 1        | Recebedor do sello.....       | 3:000\$000   | 1:500\$000   | 4:500\$000   |
| 1        | Fiel do dito.....             | 1:000\$000   | 500\$000     | 1:500\$000   |
| 1        | Porteiro.....                 | 1:800\$000   | 900\$000     | 2:700\$000   |
| 2        | Continuos.....                | 1:920\$000   | 960\$000     | 2:880\$000   |
| 4        | Correios.....                 | 2:880\$000   | 1:440\$000   | 4:320\$000   |
| 62       |                               | 112:200\$000 | 56:700\$000  | 171:900\$000 |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## H

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados  
da Alfandega da Capital Federal

| PESSOAL | EMPREGOS                          | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|---------|-----------------------------------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|         |                                   | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| 1       | Inspector.....                    | 7:200\$000  | 7:200\$000   | 14:400\$000      | 14:400\$000     |
| 1       | Ajudante.....                     | 5:400\$000  | 4:200\$000   | 9:600\$000       | 9:600\$000      |
| 3       | Chefes de secção.....             | 4:800\$000  | 3:800\$000   | 8:600\$000       | 25:800\$000     |
| 24      | Conferentes.....                  | 4:200\$000  | 3:400\$000   | 7:600\$000       | 182:400\$000    |
| 12      | Primeiros escripturarios.....     | 3:200\$000  | 2:200\$000   | 5:400\$000       | 64:800\$000     |
| 30      | Segundos ».....                   | 2:400\$000  | 1:600\$000   | 4:000\$000       | 120:000\$000    |
| 32      | Terceiros ».....                  | 1:600\$000  | 1:000\$000   | 2:600\$000       | 83:200\$000     |
| 20      | Quartos ».....                    | 800\$000    | 600\$000     | 1:400\$000       | 28:000\$000     |
| 1       | Thesoureiro.....                  | 4:000\$000  | 3:200\$000   | 7:200\$000       | 7:200\$000      |
| 4       | Fieis.....                        | 2:400\$000  | 1:200\$000   | 3:600\$000       | 14:400\$000     |
| 1       | Guarda-mór.....                   | 4:800\$000  | 4:200\$000   | 9:000\$000       | 9:000\$000      |
| 2       | Ajudantes.....                    | 3:200\$000  | 2:200\$000   | 5:400\$000       | 10:800\$000     |
| 1       | Porteiro.....                     | 2:400\$000  | 1:600\$000   | 4:000\$000       | 4:000\$000      |
| 1       | Ajudante.....                     | 1:600\$000  | 800\$000     | 2:400\$000       | 2:400\$000      |
| 10      | Continuos.....                    | 960\$000    | 480\$000     | 1:440\$000       | 14:400\$000     |
| 1       | Administrador das capatazias..... | 4:000\$000  | 3:200\$000   | 7:200\$000       | 7:200\$000      |
| 2       | Ajudantes.....                    | 2:400\$000  | 1:600\$000   | 4:000\$000       | 8:000\$000      |
| 16      | Fieis de armazem.....             | 2:400\$000  | 1:600\$000   | 4:000\$000       | 64:000\$000     |
| 162     |                                   |             |              |                  | 669:600\$000    |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## I

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados  
das Alfandegas da Bahia, Pernambuco e Pará

| NUMERO | CLASSE                       | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DE CADA EMPREGO | TOTAL DE CADA CLASSE |
|--------|------------------------------|------------|--------------|-----------------------|----------------------|
| 1      | Inspector.....               | 4:800\$000 | 4:200\$000   | 9:000\$000            | 9:000\$000           |
| 3      | Chefes de secção.....        | 3:200\$000 | 2:800\$000   | 6:000\$000            | 18:000\$000          |
| 8      | Conferentes.....             | 2:800\$000 | 2:800\$000   | 5:600\$000            | 44:800\$000          |
| 8      | Primeiros escripturarios.... | 2:100\$000 | 1:700\$000   | 3:800\$000            | 30:400\$000          |
| 15     | Segundos » ....              | 1:600\$000 | 1:100\$000   | 3:000\$000            | 45:000\$000          |
| 15     | Terceiros » ....             | 1:200\$000 | 900\$000     | 2:100\$000            | 31:500\$000          |
| 14     | Quartos » ....               | 720\$000   | 360\$000     | 1:080\$000            | 15:120\$000          |
| 1      | Thesoureiro.....             | 2:800\$000 | 2:600\$000   | 5:400\$000            | 5:400\$000           |
| 2      | Fieis.....                   | 1:200\$000 | 1:200\$000   | 2:400\$000            | 4:800\$000           |
| 1      | Guarda-mór.....              | 3:200\$000 | 2:800\$000   | 6:000\$000            | 6:000\$000           |
| 1      | Ajudante.....                | 2:000\$000 | 1:600\$000   | 3:600\$000            | 3:600\$000           |
| 1      | Porteiro.....                | 1:800\$000 | 1:400\$000   | 3:200\$000            | 3:200\$000           |
| 1      | Ajudante.....                | 1:000\$000 | 800\$000     | 1:800\$000            | 1:800\$000           |
| 6      | Continuos.....               | 720\$000   | 360\$000     | 1:080\$000            | 6:480\$000           |
| 1      | Administrador das capatazias | 2:600\$000 | 2:400\$000   | 5:000\$000            | 5:000\$000           |
| 1      | Ajudante.....                | 1:600\$000 | 1:200\$000   | 2:800\$000            | 2:800\$000           |
| 7      | Fieis de armazem.....        | 1:600\$000 | 1:200\$000   | 2:800\$000            | 19:600\$000          |
| 86     |                              |            |              |                       | 252:500\$000         |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— Serzedello Corrêa.

## J

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega de Santos

| NÚMERO | CLASSE                        | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DE CADA EMPREGO | TOTAL DE CADA CLASSE |
|--------|-------------------------------|------------|--------------|-----------------------|----------------------|
| 1      | Inspector.....                | 4:800\$000 | 4:200\$000   | 9:000\$000            | 9:000\$000           |
| 2      | Chefes de secção.....         | 3:200\$000 | 2:800\$000   | 6:000\$000            | 12:000\$000          |
| 8      | Conferentes.....              | 2:800\$000 | 2:800\$000   | 5:600\$000            | 44:800\$000          |
| 10     | Primeiros escripturarios..... | 2:400\$000 | 1:700\$000   | 3:800\$000            | 38:000\$000          |
| 12     | Segundos » ....               | 1:600\$000 | 1:400\$000   | 3:000\$000            | 36:000\$000          |
| 12     | Terceiros » ....              | 1:200\$000 | 900\$000     | 2:100\$000            | 25:200\$000          |
| 12     | Quartos » ....                | 720\$000   | 360\$000     | 1:080\$000            | 12:960\$000          |
| 1      | Thesoureiro. ....             | 2:800\$000 | 2:600\$000   | 5:400\$000            | 5:400\$000           |
| 2      | Fieis.....                    | 1:200\$000 | 1:200\$000   | 2:400\$000            | 4:800\$000           |
| 1      | Guarda-môr .....              | 3:200\$000 | 2:800\$000   | 6:000\$000            | 6:000\$000           |
| 1      | Ajudante.....                 | 2:000\$000 | 1:600\$000   | 3:600\$000            | 3:600\$000           |
| 1      | Porteiro.....                 | 1:800\$000 | 1:400\$000   | 3:200\$000            | 3:200\$000           |
| 4      | Continuos.....                | 720\$000   | 360\$000     | 1:080\$000            | 4:320\$000           |
| 1      | Administrador das capatazias. | 2:600\$000 | 2:400\$000   | 5:000\$000            | 5:000\$000           |
| 1      | Ajudante.....                 | 1:600\$000 | 1:200\$000   | 2:800\$000            | 2:800\$000           |
| 10     | Fieis de armazem .....        | 1:600\$000 | 1:200\$000   | 2:800\$000            | 28:000\$000          |
| 79)    |                               |            |              |                       | 241:080\$000         |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## K

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega da cidade de Porto Alegre

| PESSOAL | EMPREGOS                      | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|---------|-------------------------------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|         |                               | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| 1       | Inspector.....                | 3:600\$000  | 3:600\$000   | 7:200\$000       | 7:200\$000      |
| 2       | Chefes de secção.....         | 2:800\$000  | 2:000\$000   | 4:800\$000       | 9:600\$000      |
| 4       | Conferentes.....              | 2:000\$000  | 2:000\$000   | 4:000\$000       | 16:000\$000     |
| 4       | Primeiros escripturarios..... | 1:800\$000  | 1:600\$000   | 3:400\$000       | 13:600\$000     |
| 10      | Segundos > .....              | 1:400\$000  | 1:200\$000   | 2:600\$000       | 26:000\$000     |
| 8       | Terceiros > .....             | 1:000\$000  | 800\$000     | 1:800\$000       | 14:400\$000     |
| 8       | Quartos > .....               | 600\$000    | 360\$000     | 960\$000         | 7:680\$000      |
| 1       | Thesoureiro.....              | 2:200\$000  | 2:200\$000   | 4:400\$000       | 4:400\$000      |
| 2       | Fieis.....                    | 1:200\$000  | 800\$000     | 2:000\$000       | 4:000\$000      |
| 1       | Pagador da Pagadoria central. | 2:600\$000  | 1:800\$000   | 4:400\$000       | 4:400\$000      |
| 1       | Fiel.....                     | 1:200\$000  | 800\$000     | 2:000\$000       | 2:000\$000      |
| 1       | Guarda-mór.....               | 2:400\$000  | 2:000\$000   | 4:400\$000       | 4:400\$000      |
| 1       | Porteiro.....                 | 1:400\$000  | 1:400\$000   | 2:800\$000       | 2:800\$000      |
| 2       | Continuos.....                | 600\$000    | 360\$000     | 960\$000         | 1:920\$000      |
| 1       | Administrador das capatazias. | 2:000\$000  | 1:600\$000   | 3:600\$000       | 3:600\$000      |
| 3       | Fieis de armazem.....         | 1:200\$000  | 800\$000     | 2:000\$000       | 6:000\$000      |
| 50      |                               |             |              |                  | 123:000\$000    |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*



## L

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da  
Alfandega da cidade do Rio Grande do Sul

| EMPREGOS                        | PESSOAL | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|---------------------------------|---------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|                                 |         | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| Inspector .....                 | 1       | 3:600\$000  | 3:600\$000   | 7:200\$000       | 7:200\$000      |
| Chefes de secção .....          | 2       | 2:800\$000  | 2:000\$000   | 4:800\$000       | 9:600\$000      |
| Conferentes .....               | 5       | 2:000\$000  | 2:000\$000   | 4:000\$000       | 20:000\$000     |
| Primeiros escripturarios .....  | 4       | 1:800\$000  | 1:600\$000   | 3:400\$000       | 13:600\$000     |
| Segundos » .....                | 4       | 1:400\$000  | 1:200\$000   | 2:600\$000       | 10:400\$000     |
| Terceiros » .....               | 6       | 1:000\$000  | 800\$000     | 1:800\$000       | 10:800\$000     |
| Quartos » .....                 | 6       | 600\$000    | 360\$000     | 960\$000         | 5:760\$000      |
| Guarda-mór .....                | 1       | 2:400\$000  | 2:000\$000   | 4:400\$000       | 4:400\$000      |
| Ajudante .....                  | 1       | 1:500\$000  | 1:000\$000   | 2:500\$000       | 2:500\$000      |
| Thesoureiro .....               | 1       | 2:200\$000  | 2:200\$000   | 4:400\$000       | 4:400\$000      |
| Fiel .....                      | 1       | 1:200\$000  | 800\$000     | 2:000\$000       | 2:000\$000      |
| Porteiro .....                  | 1       | 1:400\$000  | 1:400\$000   | 2:800\$000       | 2:800\$000      |
| Continuos .....                 | 2       | 600\$000    | 360\$000     | 960\$000         | 1:920\$000      |
| Administrador das capatazias... | 1       | 2:000\$000  | 1:600\$000   | 3:600\$000       | 3:600\$000      |
| Fieis de armazem .....          | 4       | 1:200\$000  | 800\$000     | 2:000\$000       | 8:000\$000      |
|                                 | 40      |             |              |                  | 106:980\$000    |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.—*Serzedello Corrêa.*

## M

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega do Maranhão

| EMPREGOS                      | PESSOAL | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|-------------------------------|---------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|                               |         | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| Inspector.....                | 1       | 3:600\$000  | 3:600\$000   | 7:200\$000       | 7:200\$000      |
| Chefes de secção.....         | 2       | 2:800\$000  | 2:000\$000   | 4:800\$000       | 9:600\$000      |
| Conferentes.....              | 5       | 2:000\$000  | 2:000\$000   | 4:000\$000       | 20:000\$000     |
| Primeiros escripturarios....  | 5       | 1:800\$000  | 1:600\$000   | 3:400\$000       | 17:000\$000     |
| Segundos » ....               | 6       | 1:400\$000  | 1:200\$000   | 2:600\$000       | 15:600\$000     |
| Terceiros » ....              | 8       | 1:000\$000  | 800\$000     | 1:800\$000       | 10:400\$000     |
| Quartos » ....                | 8       | 600\$000    | 350\$000     | 950\$000         | 7:680\$000      |
| Guarda-mór.....               | 1       | 2:400\$000  | 2:000\$000   | 4:400\$000       | 4:400\$000      |
| Ajudante.....                 | 1       | 1:500\$000  | 1:000\$000   | 2:500\$000       | 2:500\$000      |
| Thesoureiro.....              | 1       | 2:200\$000  | 2:200\$000   | 4:400\$000       | 4:400\$000      |
| Fieis.....                    | 2       | 1:200\$000  | 800\$000     | 2:000\$000       | 4:000\$000      |
| Porteiro.....                 | 1       | 1:400\$000  | 1:400\$000   | 2:800\$000       | 2:800\$000      |
| Continuos.....                | 2       | 600\$000    | 360\$000     | 960\$000         | 1:920\$000      |
| Administrador das capatazias. | 1       | 2:000\$000  | 1:600\$000   | 3:600\$000       | 3:600\$000      |
| Fieis de armazem.....         | 4       | 1:200\$000  | 800\$000     | 2:000\$000       | 8:000\$000      |
|                               | 46      |             |              |                  | 119:100\$000    |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## N

Tabela do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega do Ceará

| NUMERO | CLASSE                        | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DE CADA EMPREGO | TOTAL DE CADA CLASSE |
|--------|-------------------------------|------------|--------------|-----------------------|----------------------|
| 4      | Inspector.....                | 3:000\$000 | 3:000\$000   | 6:000\$000            | 6:000\$000           |
| 2      | Chefes de secção.....         | 2:400\$000 | 2:100\$000   | 4:500\$000            | 9:000\$000           |
| 4      | Conferentes.....              | 1:200\$000 | 1:800\$000   | 3:000\$000            | 14:400\$000          |
| 4      | Primeiros escripturarios..... | 1:500\$000 | 1:500\$000   | 3:000\$000            | 12:000\$000          |
| 6      | Segundos > .....              | 1:100\$000 | 1:100\$000   | 2:200\$000            | 13:200\$000          |
| 8      | Terceiros > .....             | 800\$000   | 800\$000     | 1:600\$000            | 12:800\$000          |
| 8      | Quartos > .....               | 600\$000   | 360\$000     | 960\$000              | 7:680\$000           |
| 1      | Thesoureiro.....              | 2:000\$000 | 2:000\$000   | 4:000\$000            | 4:000\$000           |
| 2      | Fieis.....                    | 1:200\$000 | 800\$000     | 2:000\$000            | 4:000\$000           |
| 1      | Guarda-mór.....               | 2:200\$000 | 2:000\$000   | 4:200\$000            | 4:200\$000           |
| 1      | Porteiro.....                 | 1:300\$000 | 1:200\$000   | 2:500\$000            | 2:500\$000           |
| 2      | Continuos .....               | 480\$000   | 360\$000     | 840\$000              | 1:680\$000           |
| 1      | Administrador das capatazias  | 1:800\$000 | 1:400\$000   | 3:200\$000            | 3:200\$000           |
| 3      | Fieis de armazem.....         | 1:000\$000 | 1:000\$000   | 2:000\$000            | 6:000\$000           |
| 44     |                               |            |              |                       | 100:660\$000         |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— Serzedello Corrêa.

0

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados  
das Alfandegas de Maceio e Manãos

| PESSOAL | EMPREGOS                      | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|---------|-------------------------------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|         |                               | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| 1       | Inspector.....                | 3:000\$000  | 3:000\$000   | 6:000\$000       | 6:000\$000      |
| 2       | Chefes de secção.....         | 2:400\$000  | 2:100\$000   | 4:500\$000       | 9:000\$000      |
| 2       | Conferentes.....              | 1:800\$000  | 1:800\$000   | 3:600\$000       | 7:200\$000      |
| 2       | Primeiros escripturarios..... | 1:500\$000  | 1:500\$000   | 3:000\$000       | 6:000\$000      |
| 5       | Segundos » .....              | 1:100\$000  | 1:100\$000   | 2:200\$000       | 11:000\$000     |
| 6       | Terceiros » .....             | 800\$000    | 800\$000     | 1:600\$000       | 9:600\$000      |
| 6       | Quartos » .....               | 600\$000    | 350\$000     | 950\$000         | 5:760\$000      |
| 1       | Thesoureiro.....              | 2:000\$000  | 2:000\$000   | 4:000\$000       | 4:000\$000      |
| 2       | Fieis.....                    | 1:200\$000  | 800\$000     | 2:000\$000       | 4:000\$000      |
| 1       | Guarda-mór.....               | 2:200\$000  | 2:000\$000   | 4:200\$000       | 4:200\$000      |
| 1       | Porteiro .....                | 1:300\$000  | 1:200\$000   | 2:500\$000       | 2:500\$000      |
| 2       | Continuos.....                | 480\$000    | 360\$000     | 840\$000         | 1:680\$000      |
| 1       | Administrador das capatazias  | 1:800\$000  | 1:400\$000   | 3:200\$000       | 3:200\$000      |
| 1       | Fiel de armanem.....          | 1:000\$000  | 800\$000     | 1:800\$000       | 1:800\$000      |
| 33      |                               |             |              |                  | 75:910\$000     |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.—*Serzedello Corrêa.*

## P

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Alfandegas da Parahyba, Espirito Santo, Santa Catharina, Uruguayana, Paranaguá e Corumbá.

| EMPREGOS                      | PESSOAL | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|-------------------------------|---------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|                               |         | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| Inspector.....                | 1       | 3:000\$000  | 3:000\$000   | 6:000\$000       | 6:000\$000      |
| Primeiros escripturarios..... | 6       | 1:500\$000  | 1:500\$000   | 3:000\$000       | 18:000\$000     |
| Segundos > .....              | 8       | 1:100\$000  | 1:100\$000   | 2:200\$000       | 17:600\$000     |
| Thesoureiro.....              | 1       | 2:000\$000  | 2:000\$000   | 4:000\$000       | 4:000\$000      |
| Fiel.....                     | 1       | 1:100\$000  | 1:100\$000   | 2:200\$000       | 2:200\$000      |
| Porteiro e cartorario.....    | 1       | 1:300\$000  | 1:200\$000   | 2:500\$000       | 2:500\$000      |
| Continuo.....                 | 1       | 480\$000    | 360\$000     | 840\$000         | 840\$000        |
| Administrador das capatazias. | 1       | 1:400\$000  | 1:400\$000   | 2:800\$000       | 2:800\$000      |
| Fiel de armazem.....          | 1       | 800\$000    | 800\$000     | 1:600\$000       | 1:600\$000      |
|                               | 21      |             |              |                  | 55:540\$000     |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## Q

**Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Alfandegas de Aracajú, Parnahyba, Rio Grande do Norte e Penedo**

| EMPREGOS                      | PESSOAL | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|-------------------------------|---------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|                               |         | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| Inspector.....                | 1       | 2:400\$000  | 2:400\$000   | 4:800\$000       | 4:800\$000      |
| Primeiros escripturarios..... | 5       | 1:500\$000  | 1:100\$000   | 2:600\$000       | 13:000\$000     |
| Segundos > .....              | 7       | 1:000\$000  | 800\$000     | 1:800\$000       | 12:600\$000     |
| Thesoureiro.....              | 1       | 1:800\$000  | 1:800\$000   | 3:600\$000       | 3:600\$000      |
| Fiel.....                     | 1       | 1:000\$0 0  | 800\$000     | 1:800\$000       | 1:800\$000      |
| Porteiro e cartorario.....    | 1       | 1:200\$000  | 1:000\$000   | 2:200\$000       | 2:200\$000      |
| Continuo.....                 | 1       | 400\$000    | 320\$000     | 720\$000         | 720\$000        |
| .                             | 17      |             |              |                  | 37:720\$000     |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## R

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados  
da Delegacia Fiscal em S. Paulo

| EMPREGOS                     | PESSOAL | VENCIMENTOS |              |                     |                    |
|------------------------------|---------|-------------|--------------|---------------------|--------------------|
|                              |         | ORDE NADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL<br>DO EMPREGO | TOTAL<br>DA CLASSE |
| Delegado.....                | 1       | 3:000\$000  | 2:000\$000   | 5:000\$000          | 5:000\$000         |
| Primeiros escripturarios.... | 2       | 3:000\$000  | 1:600\$000   | 4:600\$000          | 9:200\$000         |
| Segundos » ....              | 2       | 2:000\$000  | 1:000\$000   | 3:000\$000          | 6:000\$000         |
| Terceiros » ....             | 2       | 1:000\$000  | 800\$000     | 1:800\$000          | 3:600\$000         |
| Quartos » ....               | 2       | 600\$000    | 400\$000     | 1:000\$000          | 2:000\$000         |
| Thesoureiro.....             | 1       | 3:000\$000  | 1:800\$000   | 4:800\$000          | 4:800\$000         |
| Fiel.....                    | 1       | 1:400\$000  | 600\$000     | 2:000\$000          | 2:000\$000         |
| Cartorario.....              | 1       | 1:000\$000  | 500\$000     | 1:500\$000          | 1:500\$000         |
| Porteiro.....                | 1       | 1:400\$000  | 600\$000     | 2:000\$000          | 2:000\$000         |
| Continuos.....               | 2       | 600\$000    | 400\$000     | 1:000\$000          | 2:000\$000         |
|                              | 15      |             |              |                     | 38:100\$000        |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## S

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da  
Delegacia Fiscal em Minas Geraes

| EMPREGOS                   | PESSOAL | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|----------------------------|---------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|                            |         | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| Delegado.....              | 1       | 3:000\$000  | 2:000\$000   | 5:000\$000       | 5:000\$000      |
| Primeiro escriptuario..... | 1       | 3:000\$000  | 1:600\$000   | 4:600\$000       | 4:600\$000      |
| Segundo » .....            | 1       | 2:000\$000  | 1:000\$000   | 3:000\$000       | 3:000\$000      |
| Terceiro » .....           | 1       | 1:200\$000  | 600\$000     | 1:800\$000       | 1:800\$000      |
| Quartos » .....            | 2       | 1:000\$000  | 500\$000     | 1:500\$000       | 3:000\$000      |
| Thesoureiro.....           | 1       | 3:000\$000  | 1:800\$000   | 4:800\$000       | 4:800\$000      |
| Porteiro e cartorario..... | 1       | 1:300\$000  | 700\$000     | 2:000\$000       | 2:000\$000      |
| Continuo.....              | 1       | 700\$000    | 300\$000     | 1:000\$000       | 1:000\$000      |
|                            | 9       |             |              |                  | 25:200\$000     |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892. — *Serzedello Corrêa.*



## T

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da  
Delegacia Fiscal em Cuyabá

| EMPREGOS                   | PESSOAL | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|----------------------------|---------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|                            |         | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| Delegado.....              | 1       | 3:200\$000  | 1:600\$000   | 4:800\$000       | 4:800\$000      |
| Primeiro escriptuario..... | 1       | 1:600\$000  | 800\$000     | 2:400\$000       | 2:400\$000      |
| Segundo » .....            | 1       | 1:200\$000  | 600\$000     | 1:800\$000       | 1:800\$000      |
| Terceiro » .....           | 1       | 1:000\$000  | 600\$000     | 1:600\$000       | 1:600\$000      |
| Thesoureiro.....           | 1       | 2:400\$000  | 1:100\$000   | 3:200\$000       | 3:200\$000      |
| Porteiro e cartorario..... | 1       | 1:000\$000  | 600\$000     | 1:600\$000       | 1:600\$000      |
| Continuo.....              | 1       | 700\$000    | 300\$000     | 1:000\$000       | 1:000\$000      |
|                            | 7       |             |              |                  | 16:400\$000     |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892. — *Serzedello Corrêa.*

## U

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Delegacias Fiscaes em Curytiba, Therezina e Goyaz

| EMPREGOS                    | PESSOAL | VENCIMENTOS |              |                  |                 |
|-----------------------------|---------|-------------|--------------|------------------|-----------------|
|                             |         | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO | TOTAL DO EMPREGO | TOTAL DA CLASSE |
| Delegado.....               | 1       | 3:200\$000  | 1:600\$000   | 4:800\$000       | 4:800\$000      |
| Primeiro escripturario..... | 1       | 1:300\$000  | 700\$000     | 2:000\$000       | 2:000\$000      |
| Segundo ".....              | 1       | 1:200\$000  | 600\$000     | 1:800\$000       | 1:800\$000      |
| Thesoureiro.....            | 1       | 2:400\$000  | 1:200\$000   | 3:600\$000       | 3:600\$000      |
| Porteiro e cartorario.....  | 1       | 1:000\$000  | 600\$000     | 1:600\$000       | 1:600\$000      |
| Continuo.....               | 1       | 700\$000    | 300\$000     | 1:000\$000       | 1:000\$000      |
|                             | 6       |             |              |                  | 14:800\$000     |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## V

**Tabella do pessoal e vencimentos da companhia de guardas e mais empregados da guarda-moria da Alfandega da Capital Federal**

| PESSOAL                  | NUMERO DE EMPREGADOS | SOLDO      | ADDITIONAL | ANNUAL     | TOTAL        |
|--------------------------|----------------------|------------|------------|------------|--------------|
| Primeiro commandante...  | 1                    | 2:000\$000 | 1:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000   |
| Segundo » .....          | 1                    | 1:600\$000 | 800\$000   | 2:400\$000 | 2:400\$000   |
| Sargentos.....           | 6                    | 1:266\$566 | 633\$334   | 1:900\$000 | 11:400\$000  |
| Guardas.....             | 180                  | 1:040\$000 | 520\$000   | 1:560\$000 | 280:800\$000 |
| Primeiro machinista..... | 1                    | .....      | .....      | 2:900\$000 | 2:900\$000   |
| Segundos » .....         | 3                    | .....      | .....      | 2:010\$000 | 6:120\$000   |
| Primeiro patrão .....    | 1                    | .....      | .....      | 2:010\$000 | 2:010\$000   |
| Segundos » .....         | 7                    | .....      | .....      | 1:620\$000 | 11:340\$000  |
| Foguistas.....           | 6                    | .....      | .....      | 1:000\$000 | 6:000\$000   |
| Marinheiros.....         | 100                  | .....      | .....      | 850\$000   | 85:000\$000  |

Os 1<sup>os</sup> e 2<sup>os</sup> machinistas, os 1<sup>os</sup> e 2<sup>os</sup> patrões, foguistas e marinheiros vencerão a diaria correspondente ao vencimento annual acima indicado.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

X

Tabella do numero, classe e vencimentos da força dos guardas das Alfandegas nos Estados

| ALFANDEGAS           | COMANDANTES |           |         | SARGENTOS  |              |            | GUARDAS    |              |            | TOTAL        |
|----------------------|-------------|-----------|---------|------------|--------------|------------|------------|--------------|------------|--------------|
|                      | COMANDANTES | SARGENTOS | GUARDAS | SOLDOS     | GRATIFICAÇÃO | VENCIM.    | SOLDOS     | GRATIFICAÇÃO | VENCIM.    |              |
| Santos.....          | 1           | 4         | 65      | 2:000\$000 | 1:000\$000   | 3:000\$000 | 1:000\$000 | 800\$000     | 2:100\$000 | 132:600\$000 |
| Bahia.....           | 1           | 3         | 54      | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:100\$000 | 1:000\$000 | 500\$000     | 1:500\$000 | 69:400\$000  |
| Pernambuco.....      | 1           | 3         | 50      | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:100\$000 | 1:000\$000 | 500\$000     | 1:500\$000 | 69:400\$000  |
| Para.....            | 1           | 3         | 40      | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 | 1:000\$000 | 500\$000     | 1:500\$000 | 55:90\$000   |
| Rio Grande do Sul    | 1           | 2         | 40      | 1:600\$000 | 650\$000     | 2:250\$000 | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 50:750\$000  |
| Uruguayana.....      | 1           | 2         | 45      | 1:600\$000 | 650\$000     | 2:250\$000 | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 56:500\$000  |
| Maranhão.....        | 1           | 2         | 18      | 1:600\$000 | 650\$000     | 2:250\$000 | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 25:450\$000  |
| Ceará.....           | 1           | 2         | 15      | 1:600\$000 | 650\$000     | 2:250\$000 | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 22:600\$000  |
| Porto Alegre.....    | 1           | 2         | 20      | 1:600\$000 | 650\$000     | 2:250\$000 | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 27:750\$000  |
| Manáos.....          | 1           | 1         | 14      | 800\$000   | 650\$000     | 1:450\$000 | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 18:800\$000  |
| Maceió.....          | 1           | 1         | 14      | 800\$000   | 650\$000     | 1:450\$000 | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 18:800\$000  |
| Parahyba.....        | 1           | 1         | 12      | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 13:250\$000  |
| Santa Catharina..... | 1           | 1         | 12      | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 11:250\$000  |
| Aracaju.....         | 1           | 1         | 10      | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 11:250\$000  |
| Parahyba.....        | 1           | 1         | 10      | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 11:250\$000  |
| Corumbá.....         | 1           | 1         | 10      | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 11:250\$000  |
| Paranaguá.....       | 1           | 1         | 10      | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 11:250\$000  |
| Rio Gr. do Norte     | 1           | 1         | 8       | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 9:250\$000   |
| Penedo.....          | 1           | 1         | 8       | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 9:250\$000   |
| Espirito Santo...    | 1           | 1         | 8       | 800\$000   | 450\$000     | 1:250\$000 | 600\$000   | 400\$000     | 1:000\$000 | 9:250\$000   |
|                      |             |           |         |            |              |            |            |              |            | 647:600\$000 |

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Servello Corrêa.*

## DECRETO N. 1167 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Autorisa a fusão do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil com o Banco do Brazil, sob a denominação de Banco da Republica do Brazil, provô ao resgato do papel-moeda do Estado e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a questão financeira exige promptas e amplas medidas e pelo encerramento do Congresso Nacional não foram por elle decretadas ;

Considerando que a fusão dos Bancos do Brazil e da Republica dos Estados Unidos do Brazil impõe-se como uma necessidade de expansão e fortalecimento da riqueza publica no interior e nas relações exteriores do paiz ;

Considerando que, pelo retrahimento temporario do meio circulante, muito soffre o commercio e industrias, que offerecem condições de vitalidade, acham-se atrophiasdas em seu desenvolvimento ;

Considerando que a emissão de *bonus* ao portador até á quantia de cem mil contos não importa em emissão de papel-moeda, uma vez que vencem elles juros, devendo ser resgatados em curto prazo ;

Considerando que a quantidade do meio circulante, além da diversidade, concorre para a respectiva depreciação, sendo necessaria a restricção delle ;

Considerando que deve ser dada ás emissões bancarias uma base segura, e nenhuma outra offerce mais segurança do que a do Estado, representada por titulos de sua divida, decreta :

Art. 1.º E' autorisada a fusão, por maioria de votos nas respectivas assembléas de accionistas, do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil com o Banco do Brazil, denominando-se o novo instituto-Banco da Republica do Brazil.

Art. 2.º O capital do banco será de 190.000:000\$, que ficará reduzido dentro de seis mezes a cento e cincoenta mil contos de réis pelo recebimento e amortização de suas novas acções em pagamento de dividas, para o que fica autorisado. O seu prazo de duração é sessenta annos, podendo ser prorogado.

Art. 3.º Fica extincta a faculdade emissora do Banco da Republica, ao qual, nos termos do art. 4.º do decreto de 7 de dezembro de 1890, foram incorporados os privilegios dos demais bancos emissores, ficando igualmente extincto o direito de emissão do Banco de Credito Popular, creado pelo decreto de 23 de dezembro de 1890.

Art. 4.º E' substituido o lastro metallico em sua integralidade e o de apolices dos bancos emissores por apolices de capital de um conto de réis, ouro, e 2 1/2 % de juros em ouro, pagos semestralmente.

A substituição do ouro pelas apolices far-se-ha pelo cambio do dia em que se fizer effectiva a dita substituição.

Art. 5.º As apolices ouro serão escripturadas em nome do Banco da Republica do Brazil, que assumirá perante os portadores a responsabilidade das notas bancarias em circulação, subordinando-as a um mesmo typo no prazo de doze mezes, que poderá ser ampliado a juizo do Governo.

Art. 6.º Os juros das apolices pagos ao Banco da Republica do Brazil serão escripturados em fundo especial, denominado — garantia da emissão — o destinado a cobrir a differença entre o valor dos depositos e o das notas. Coberta a differença, o Theouro deixará de pagar os juros. O fundo de garantia poderá ser, entretanto, empregado nas transacções do banco.

Art. 7.º O Governo se reserva o direito de determinar com aviso prévio de seis mezes ao Banco da Republica do Brazil o resgate das notas em circulação, quer pelo fundo de garantia, quer pelo deposito existente no Theouro.

§ 1.º Determinado o resgate pelo deposito existente no Theouro, o Governo reporá a differença entre o valor das apolices e o do ouro, depositados pelos bancos emissores, ao cambio do dia da entrega das apolices, bem como a differença entre o valor destas e o das depositadas pelos bancos.

§ 2.º O valor das apolices, que foram depositadas pelos bancos emissores em garantia de suas emissões, será apurado pela média da cotação durante o mez anterior ao em que tiver logar o resgate.

Art. 8.º No caso de liquidação amigavel ou judicial do Banco da Republica do Brazil, o Governo assumirá a responsabilidade das notas emittidas, fazendo-se representar como credor preferencial sobre todos os demais credores pelo fundo de garantia.

Dada a liquidação, serão resgatadas immediatamente as notas em circulação por notas do Theouro ou por moeda metallica, si nesse tempo for metallica a circulação nacional até ao valor dos depositos e o restante pelo que produzir o fundo de garantia. Sendo insufficientes os depositos e o fundo de garantia, o Governo responderá pelo resto da emissão.

Art. 9.º Fica autorizado o Banco da Republica do Brazil, afim de occorrer ás necessidades das industrias nacionaes, que tenham condições de vitalidade, a emittir, até á quantia de 100.000:000\$, *bonus* ao portador no valor de 200\$ a 1:000\$, de 4 % de juros, pagos semestralmente e amortizados no prazo de 20 annos, a começar a amortização no primeiro anno do segundo quinquennio e por quotas previamente determinadas pelo Governo.

§ 1.º Os *bonus* ao portador serão recebiveis nas estações publicas pelo valor nominal.

§ 2.º O Governo approvará o modelo dos *bonus*, que deverão ter a assignatura do presidente e de um director do banco, afim de poderem circular.

§ 3.º O pagamento dos juros semestraes será feito á apresentação do titulo e será comprovado por carimbo no dorso do mesmo titulo.

§ 4.º O excesso de emissão, e qualquer artificio ou processo empregado para a eliminação do carimbo comprobatorio do pagamento semestral dos juros constituirão o crime de moeda-falsa.

Art. 10. O Banco da Republica do Brazil terá uma agencia em Londres. Além dessa, poderá estabelecer agencias nas capitães da Europa e America e nos Estados da Republica do Brazil, logo que reconheça a necessidade ou vantagem da creação dellas.

E', entretanto, obrigatoria a creação de agencias nos Estados em que existiam bancos emissores.

Art. 11. O Banco da Republica do Brazil se encarregará do serviço da divida interna nacional.

Em conta corrente serão recolhidos os saldos do Thesouro ao banco e fará elle ao Governo os adeantamentos de que tiver necessidade, mediante letras do Thesouro até a quantia determinada por lei como antecipação da receita, segundo as condições que forem ajustadas.

Art. 12. A conversibilidade das notas actualmente existentes se fará desde que o cambio durante um anno se conserve a 27 d., ou quando seja decretada a abolição do curso forçado para o papel-moeda do Estado.

Até que possa ser estabelecida a conversibilidade das notas, e no caso de comprovado retrahimento do numerario, vigorará a lei de 29 de maio de 1875, cujo maximo será elevado ao duplo.

Art. 13. O Governo entrará em accordo com o Banco da Republica do Brazil para o resgate ou substituição do papel-moeda do Estado.

O Banco da Republica do Brazil terá o direito exclusivo de emissão de notas ao portador e á vista, na razão do duplo do deposito em ouro, e serão conversiveis em moeda metallica.

Art. 14. Fica rescindido, independentemente de indemnização, o contracto de resgate do papel-moeda do Estado, celebrado com o Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Art. 15. Para liquidação dos debitos dos bancos ao Thesouro Nacional, ser-lhes-hão concedidos prazos e abatimento de juros.

Art. 16. O novo Banco organizará os seus estatutos de accordo com o presente decreto, submettendo-os á approvação do Governo.

A sua directoria será composta de nove membros, dos quaes o presidente, o vice-presidente e mais um director serão nomeados pelo Governo, e exercerão os cargos durante o tempo do mandato dos demais directores.

Art. 17. O presidente terá o direito de *veto* a todas as deliberações da directoria, que se referirem ao serviço de emissão e com os quaes não se conformar.

Deste *veto* haverá recurso para o ministro da fazenda, que decidirá afinal.

Art. 18. Com os lastros depositados no Thesouro — ouro e apolices — e que são substituidos pelas apolices — ouro, será retirada gradativamente da circulação dentro de um anno até á quantia de cem mil contos de papel-moeda do Estado.

O resgate do papel-moeda até á referida quantia começará desde já.

Art. 19. Será submittida á approvação do Congresso Nacional em sua primeira sessão a parte do presente decreto, que excede as faculdades do Poder Executivo.

Art. 20. São revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



### DECRETO N. 1168 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Deroga os arts. 54 e 74 do decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887, e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo a que a lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, autorizando o Governo a reorganizar os serviços a cargo do Ministerio da Fazenda, extinguiu as Thesourarias de Fazenda;

Considerando que a estas se achavam annexadas, por força do art. 24 do decreto n. 9838 de 2 de abril de 1887, expedido de accordó com o art. 36, § 1º, da lei n. 1507 de 26 de setembro de 1867, nas Caixas Economicas creadas nas capitães dos Estados (ex-provincias) pela lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860, art. 2º, §§ 1º, 14, 15 e 16, reguladas pelo decreto n. 5594 de 18 de abril de 1874 e ás quaes não estavam reunidos Montes de Soccorro;

Considerando que, pelo decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887, foram extinctos os Montes de Soccorro, creados nas capitães das ex-provincias pelo decreto n. 5594 de 18 de abril de 1874, excepto os estabelecidos nos actuaes Estados de Pernambuco e Bahia;

Considerando que, segundo o preceito do citado art. 24 do decreto n. 9738 de 1887, nestes dous Estados, pela continuação do Monte de Soccorro, e nos Estados do Rio Grande do Sul e S. Paulo, pela importancia dos depositos, não se achavam as Caixas Economicas annexas ás Thesourarias;

Considerando que, extinctas as Thesourarias, é de necessidade prover ao regimen sob o qual deverão funcionar as Caixas Economicas dos demais Estados;



Resolve:

Art. 1.º As Caixas Economicas dos Estados do Pará, Maranhão, Paraná, Ceará, Amazonas, Goyaz, Matto Grosso, Alagoas, Parahyba, Sergipe, Espirito Santo, Santa Catharina, Piahy, Rio Grande do Norte e Minas Geraes, creadas nas respectivas Thesourarias de Fazenda, em virtude do disposto no art. 24 do decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887, funcionarão independente e autonomamente, como sob o regimen dos decretos anteriores.

Art. 2.º As Caixas Economicas poderão ter caixas filiaes ou agencias nas cidades e villas, no interior dos Estados, onde for conveniente estabelecer-as, sendo para tal fim preferidas as agencias do Correio.

Art. 3.º As quantias recebidas pelas Caixas Economicas e que eram recolhidas às Thesourarias, sel-o-hão às Delegacias Fiscaes e Alfandegas e alli escripturadas como deposito.

Art. 4.º Compete ao Presidente da Republica a nomeação dos gerentes e thesoureiros, e ao ministro da fazenda a dos officiaes e porteiros das Caixas Economicas, que os arts. 63, n. 3, do decreto n. 5594 de 18 de abril de 1874 e 53, n. 3, do decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887 confiavam aos conselhos fiscaes.

Art. 5.º Para os logares de gerentes, thesoureiros, officiaes e porteiros poderão ser designados os empregados das extinctas Thesourarias de Fazenda, que não forem incluidos nos quadros das Alfandegas e Delegacias Fiscaes, os quaes não perceberão vencimentos além dos que percebem como extinctos do Ministerio do Fazenda.

§ 1.º Desde que não haja empregados nas condições deste artigo, poderão ser nomeadas pessoas estranhas, com vencimentos, que serão então marcados.

§ 2.º Os vencimentos dos empregados das Caixas Economicas e Montes de Soccorro da Capital Federal e das capitaes dos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e S. Paulo serão os fixados nas tabellas **A**, **B**, **C** e **D**, annexas.

Art. 6.º São derogados os arts. 54 e 74 do decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887 e todas as disposições em contrario às do presente decreto.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## A

**Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro**

|                                               |                     |
|-----------------------------------------------|---------------------|
| 1 Gerente.....                                | 9:000\$000          |
| 1 Contador.....                               | 6:300\$000          |
| 1 Ajudante do contador.....                   | 4:800\$000          |
| 5 Primeiros escripturarios, a 4:000\$300..... | 20:000\$000         |
| 10 Segundos escripturarios, a 3:200\$300..... | 32:000\$000         |
| 1 Thesoureiro.....                            | 7:200\$000          |
| 5 Fiéis, a 3:600\$000.....                    | 18:000\$000         |
| 1 Archivista.....                             | 2:400\$000          |
| 1 Porteiro.....                               | 2:700\$000          |
| 2 Contínuos, a 1:140\$000.....                | 2:280\$000          |
| <b>28</b>                                     | <b>105:280\$000</b> |

**Observações**

1.ª A terça parte dos vencimentos será considerada gratificação, devida pelo effectivo exercicio, sendo a importancia de dous terços ordenado.

2.ª O fiel que servir de pagador vencerá de gratificação mais 600\$000.

3.ª O que exercer as funções de perito-avaliador terá, em vez de gratificação, uma porcentagem deduzida dos premios auferidos dos empréstimos, arbitrada annualmente pelo conselho fiscal, tendo em vista a média dos tres ultimos annos, de modo a produzir approximadamente um erço do vencimento marcado nesta tabella áquelle emprego.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## B

**Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Estado de S. Paulo.**

|                                     |                    |
|-------------------------------------|--------------------|
| 1 Gerente.....                      | 6:000\$000         |
| 2 Guarda-livros.....                | 4:500\$000         |
| 1 Thesoureiro.....                  | 4:998\$000         |
| — Para quebras.....                 | 360\$000           |
| 1 Fiel do thesoureiro.....          | 3:000\$000         |
| 6 Escripturarios, a 2:700\$000..... | 16:200\$000        |
| 1 Porteiro e continuo.....          | 1:800\$000         |
|                                     | <b>36:858\$000</b> |

**Observação**

A terça parte destes vencimentos será considerada como gratificação devida pelo effectivo exercicio do emprego.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## C

**Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da  
Caixa Economica do Estado do Rio Grande do Sul**

---

|                                     |             |
|-------------------------------------|-------------|
| 1 Gerente.....                      | 4:800\$000  |
| 1 Guarda-livros.....                | 3:000\$000  |
| 1 Thesoureiro.....                  | 4:000\$000  |
| 3 Escripturarios, a 1:800\$000..... | 5:400\$000  |
| 1 Porteiro.....                     | 1:200\$000  |
|                                     | <hr/>       |
|                                     | 18:400\$000 |

**Observação**

A terça parte destes vencimentos será considerada como gratificação devida pelo effectivo exercicio do emprego.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*

## D

**Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados das  
Caixas Economicas e dos Montes de Soccorro nas capitaes  
dos Estados da Bahia e de Pernambuco**

---

|                                                                       |             |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------|
| 1 Gerente.....                                                        | 3:600\$000  |
| 1 Guarda-livros.....                                                  | 2:400\$000  |
| 1 Thesoureiro.....                                                    | 3:600\$000  |
| 1 Fiel.....                                                           | 1:500\$000  |
| 3 Escripturarios, a 1:500\$000.....                                   | 4:500\$000  |
| 1 Porteiro, que desempenhará tambem as obrigações<br>de continuo..... | 1:400\$000  |
|                                                                       | <hr/>       |
|                                                                       | 17:000\$000 |

**Observação**

A terça parte destes vencimentos será considerada como gratificação devida pelo effectivo exercicio do emprego.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1169 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Proroga o contracto a que se refere o decreto n. 9540 de 26 de dezembro do 1885.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do que requereu a *The Amazon Stean Navegation Company, limited*, resolve prorogar o contracto a que se refere o decreto n. 9540 de 26 de dezembro de 1885, nos termos do art. 6º, n. 5, da lei n. 126 B, de 21 de novembro deste anno, contando-se a prorrogação de 1 de novembro ultimo, até que se renove definitivamente o dito contracto por meio de concorrência publica, á qual se procederá immediatamente ao presente decreto.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1170 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Autorisa a *Alagôas Railway Company, limited* a desapropriar as casas e terrenos figurados a tinta azul na planta apresentada.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a *Alagôas Railway Company, limited*, resolve autorisal-a a desapropriar, levando a despeza á conta de custeio, as casas e terrenos figurados a tinta azul na planta que com este baixa rubricada pelo chefe interino da 1ª Directoria das Obras Publicas.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1171 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Organiza o Laboratorio de Bacteriologia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao disposto no art. 58, paragrapho unico, n. 1, da lei n. 85 de 20 de setembro ultimo, resolve reorganizar o serviço até agora commettido ao Instituto de Hygiene, de que trata o decreto n. 372 B, de 2 de maio de 1890, desligando-o da Repartição Federal de saude publica, para o fim de dar aos estudos a que se dedica todo o desenvolvimento compativel com a natureza da instituição; e manda que seja observado o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado Dr. Fernando Lobo.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

## Regulamento do Laboratorio de Bacteriologia, a que se refere o decreto n. 1171 desta data

Art. 1.º O Laboratorio especial a que se refere a disposição do art. 58, paragrapho unico, n. 1, da lei n. 85 de 20 de setembro ultimo, ficará constituido pelo actual Instituto de Hygiene, que, pelo decreto n. 372 B, de 2 de maio de 1890, era annexo á Inspectoria Geral de Hygiene, e terá a denominação de Laboratorio de Bacteriologia.

Art. 2.º O Laboratorio de Bacteriologia, immediatamente subordinado ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, terá por objecto :

I. O estudo da natureza, etiologia, tratamento e prophylaxia das molestias infecto-contagiosas, e das epizootias; bem assim quaesquer pesquisas bacteriologicas que interessem à saude publica, inclusive a preparação de culturas attenuadas, como meio preventivo de molestias, e pesquisas sobre parasitismo;

II. O exame das condições mesologicas em geral, e particularmente o estudo interpretativo, no sentido da hygiene geral:

- a) da microscopia e da micrographia atmospherica;
- b) das aguas potaveis e das do sub-solo, do esgoto e outras;
- c) do solo e da vegetação.

Art. 3.º Constará o pessoal do Laboratorio de :

- 1 Director;
- 4 Auxiliares technicos, dos quaes dous chimicos analysts;
- 2 Escripturarios;
- 1 Porteiro.

O lugar de director será exercido por um medico de provada competencia scientifica nos assumptos que fazem objecto da instituição, e a respectiva nomeação feita por decreto.

Os logares de auxiliares technicos e de escripturarios serão providos mediante proposta do director e a nomeação feita por titulo do ministro.

Art. 4.º Ao director compete :

I. Corresponder-se com o Governo, dando parte ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores dos factos importantes que occorrerem no serviço a seu cargo, da execução de suas ordens, e responder ás consultas que lhe forem feitas pelo Governo ;

II. Distribuir diariamente os trabalhos, que não reservar para si, aos auxiliares e chimicos, fiscalizal-os e dirigil-os, ficando tambem responsavel pelos resultados obtidos ;

III. Elaborar os relatorios e pareceres concernentes aos estudos, experiencias e estatisticas ;

IV. Entender-se com os professores de clinica medica e cirurgica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e especialmente com os directores dos hospitaes de isolamento de molestias epidemicas infecto-contagiosas, sempre que for preciso, afim de não só proceder ao ensaio das descobertas therapeuticas nos doentes por elle indicados, mas tambem colher os liquidos organicos ou peças pathologicas destinados ás pesquisas ;

V. Instituir cursos publicos gratuitos, que serão regidos pelos auxiliares do Laboratorio ;

VI. Redigir um boletim trimensal, completo, dos trabalhos, com a collaboração dos seus auxiliares, e que será impresso e distribuido pelos estabelecimentos publicos, nacionaes e estrangeiros, aos quaes interesse o seu conhecimento ;

VII. Mandar publicar no *Diario Official* e nos jornaes de maior circulação desta Capital o resumo de qualquer trabalho interessante produzido pelo Laboratorio e que por sua importancia exija esse meio rapido de divulgação ;

VIII. Inspeccionar o trabalho dos demais empregados do Laboratorio, advertil-os quando faltarem a seus deveres, suspender-os até oito dias, communicando logo ao ministro, e em casos graves, propôr a demissão ;

IX. Rubricar os pedidos do fornecimentos, as contas de despezas, e assignar as folhas do vencimento dos empregados ;

X. Apresentar, no principio de cada anno, o relatorio dos trabalhos do anno antecedente ;

XI. Nomear o porteiro e admittir os serventes que forem precisos.

Art. 5.º O director será substituido, em suas faltas ou impedimentos temporarios, pelo auxiliar por elle indicado ou pelo mais antigo.

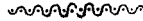
Art. 6.º As funções dos empregados serão determinadas pelo director em regimento interno, que deverá ser sujeito á approvação do ministro.

Art. 7.º A execução do presente regulamento fica dependente da decretação, pelo Congresso Nacional, dos recursos precisos,

e, enquanto não for consignada a respectiva verba, o pessoal do extinto Instituto de Hygiene proseguirá nos trabalhos de que se occupa, sob a superintendencia do director da Directoria Sanitaria, percebendo os vencimentos actuaes.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1172 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Organiza a Directoria Sanitaria na Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com o disposto no art. 58, paragrapho unico, ns. II a IV, da lei n. 85 de 20 de setembro ultimo, resolve que se observe o regulamento annexo, organizando a Directoria Sanitaria nesta Capital e que vae assignado pelo Ministro de Estado Dr. Fernando Lobo.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Regulamento da Directoria Sanitaria, a que se  
refere o decreto n. 1172 desta data

CAPITULO I

ORGANIZAÇÃO DA DIRECTORIA

Art. 1.º A Directoria Sanitaria da Capital Federal terá por objecto :

I. O serviço de estatistica demographo-sanitaria ;  
II. Os assumptos que se prendem ao exercicio da medicina e da pharmacia ;

III. A execução de providencias hygienicas de natureza defensiva em épocas anormaes, a juizo do Governo, contra a invasão de molestias exoticas ou a disseminação das indigenas, na Capital Federal.

Art. 2.º Para o fim de que trata o artigo antecedente a Directoria Sanitaria terá o seguinte pessoal:

- 1 Director, graduado em medicina ;
  - 1 Ajudante do director, idem ;
  - 1 Secretario, idem ;
  - 1 Demographista, idem ;
  - 1 Auxiliar do demographista, idem ;
  - 1 Archivista e bibliothecario, idem ;
  - 2 Amanuenses ;
  - 4 Pharmaceuticos, para a fiscalização das pharmacias e drogarias ;
  - 1 Cartographo ;
  - 1 Escripturario, para os trabalhos de demographia ;
  - 1 Porteiro ;
  - 1 Continuo.
- Além deste pessoal, haverá :
- 2 Directores de hospitaes de isolamento ;
  - 2 Almoxarifes para os ditos hospitaes ;

Os empregados extraordinarios que for de mister commissionar em épocas anormaes.

Art. 3.º Ao director da Repartição compete :

I. Corresponder-se com o Governo, dando parte dos factos que occorrerem no serviço da Repartição, e solicitar as medidas que se tornarem necessarias ;

II. Presidir aos trabalhos de organização do codigo pharmaceutico brasileiro e promover os melhoramentos que convier introduzir no mesmo codigo, depois de organizado ;

III. Organizar, por ordem do Governo, e dirigir o serviço das commissões de soccorros publicos em épocas de perigo sanitario ;

IV. Formular conselhos hygienicos ao povo, nas mesmas épocas, indicando os recursos de preservação nos casos de molestias transmissiveis, e as precauções necessarias para que aquellas não se disseminem, empregando para isso todos os meios de propaganda ;

V. Despachar diariamente o expediente, fiscalizar todas as despesas, rubricar as respectivas contas, e assignar as folhas de vencimentos dos empregados da Repartição ;

VI. Fiscalizar o procedimento dos empregados, advertil-os quando faltarem aos seus deveres ; suspendel-os até 15 dias, communicando immediatamente ao ministro ; e, em casos graves, propôr a demissão dos de nomeação do Governo ;

VII. Conceder as licenças de que trata o art. 9º quanto aos medicos formados por Faculdades ou Escolas estrangeiras, e as relativas á abêrtura de pharmacias e drogarias ;

VIII. Apresentar annualmente ao ministro um relatorio dos trabalhos da Repartição a seu cargo.

Art. 4.º Nas faltas ou impedimentos temporarios do director exercerá as respectivas funcções o secretario.



Art. 5.º As funcções dos demais empregados serão especificadas no regimento interno, que devera ser organizado pelo director e sujeito à approvação do ministro.

Art. 6.º Serão nomeados: por decreto o director, o ajudante, o secretario, o demographista e os directores dos hospitaes; e, por titulo do ministro, os demais empregados da Directoria Sanitaria, com excepção dos continuos e serventes da mesma Directoria, cuja nomeação ou admissão compete ao director.

Paragrapho unico. A nomeação dos enfermeiros, serventes e outros subalternos dos hospitaes cabe aos directores de taes estabelecimentos.

## CAPITULO II

### DA SECRETARIA

Art. 7.º A' Secretaria incumbio :

I. A redacção da correspondencia do director, e a collaboração nos relatorios e pareceres exigidos da Repartição, por meio dos subsidios que puder prestar ;

II. A escripturação de todas as despesas da Repartição em livros especiaes ;

III. A classificação das minutas dos actos expedidos pela Repartição ;

IV. O registro das nomeações de todos os funcionarios da Repartição e suas dependencias e dos actos que lhes disserem respeito ;

V. A organização das notas e extractos para o relatorio do director ;

VI. O resumo do expediente que deva ser publicado no *Diario Official* ;

VII. As providencias para o fornecimento de objectos de expediente e outros destinados à Repartição e suas dependencias ;

VIII. A organização systematica do archivo, de modo a facilitar qualquer consulta, informação ou parecer ;

IX. O catalogo da bibliotheca ;

X. A matricula dos medicos, pharmaceuticos, dentistas e parteiras.

Paragrapho unico. Farão parte da Secretaria: o secretario, o archivista, os amanuenses, o porteiro e o continuo.

## CAPITULO III

### DA ESTATISTICA DEMOGRAPHO-SANITARIA

Art. 8.º A demographia sanitaria comprehenderá :

I. A estatistica dos nascimentos occorridos no Districto Federal e o estudo demographico completo da natalidade, considerada sob os pontos de vista : 1º, da população total e especialmente da população feminina apta para a maternidade ; 2º, da cor dos novi-natos ; 3º, do sexo ; 4º, do estado civil dos progenitores ;

5º, da nacionalidade dos progenitores, ou fecundidade dos casamentos; 6º, da pluri-paridade; 7º, dos mezes e estações; 8º, do logar do districto em que occorreram.

II. A estatística dos casamentos realizados no Districto Federal e o estudo demographico da nupcialidade considerada sob os pontos de vista: 1º, da população total e especialmente da população apta para contrahir casamento; 2º, das côres dos conjuges; 3º, das idades; 4º, do estado civil anterior; 5º, das nacionalidades; 6º, das profissões; 7º, dos mezes e estações; 8º, do logar ou districto em que o facto demographico se realizou.

III. A estatística dos obitos occorridos no districto e o estudo demographico da mortalidade considerada sob os pontos de vista: 1º, da população total; 2º, do sexo dos mortos; 3º, das idades; 4º, das côres; 5º, do estado civil; 6º, das nacionalidades; 7º, das profissões; 8º, da natalidade; 9º, da mortinatalidade; 10º, dos mezes e estações; 11º, do logar do obito; 12º, das causas de morte.

IV. A estatística dos doentes tratados nos hospitaes do Rio de Janeiro, publicos e particulares, civis e militares, e o estudo demographico da morbilidade hospitalar, considerada sob o ponto de vista das idades dos enfermos, do estado civil e nacionalidade, e das molestias.

§ 1.º Será organizado, para publicar-se quinzenalmente, um boletim resumido da mortalidade da quinzena, com designação das idades, estado civil e nacionalidade dos fallecidos, logar do obito, enumeração das causas de morte por ordem de frequencia e indicação do movimento meteorologico daquelle periodo.

§ 2.º Para o mesmo fim será organizada trimeusalmente uma estatística detalhada dos nascimentos, casamentos e obitos.

O respectivo boletim indicará tambem o movimento meteorologico do trimestre, e será acompanhado de cartas epidigraphicas da mortalidade das molestias transmissiveis.

§ 3.º Publicar-se-ha tambem um annuario, no qual não só será indicada a população estatica do districto e sua composição intima, convenientemente discriminada, mas tambem estudadas todas as questões de demographia dinamica, especialmente em suas relações com a hygiene, comprehendendo diagrammas e cartas epidigraphicas.

§ 4.º Occupar-se-hão exclusivamente dos trabalhos a que se refere este artigo: o demographista, seu auxiliar, o cartographo e o escriptuario.

## CAPITULO IV

### DO EXERCICIO DA MEDICINA E DA PHARMACIA

Art. 9.º Só é permittido o exercicio da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas fôrmas:

I. A's pessoas que se mostrarem habilitadas por titulo conferido pelas Faculdades de Medicina da Republica dos Estados Unidos do Brazil;

II. A's que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeira, oficialmente reconhecida, se habilitarem perante as ditas Faculdades, na forma dos respectivos estatutos ;

III. A's que, tendo sido ou sendo professores de universidade ou escola estrangeira, oficialmente reconhecida, requererem à Directoria Sanitaria licença para o exercício da profissão, a qual lhes poderá ser concedida, si apresentarem documentos comprobatorios da qualidade de professor o de terem exercido a clinica, devidamente certificados pelo agente diplomatico da Republica ou, na falta deste, pelo consul brasileiro ;

IV. A's que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeira, oficialmente reconhecida, provarem que são autores de obras importantes de medicina, cirurgia ou pharmacologia, e requererem a necessaria licença à Directoria Sanitaria, que a poderá conceder, ouvida a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ;

V. Aos que, sendo membros effectivos ou jubilados de instituições medicas do estrangeiro, acreditadas no conceito das congregações das Faculdades de Medicina, obtenham dispensa de provas de habilitação, nos termos do art. 39 do decreto n. 1270 de 10 de janeiro de 1891.

Paragrapho unico. As disposições deste artigo serão applicadas ás pessoas que se propuzerem a exercer a profissão pharmaceutica.

Art. 10. Os medicos, cirurgiões, pharmaceuticos, parteiras e dentistas deverão matricular-se, apresentando os respectivos titulos ou licenças, a fim de serem registrados. O registro se fará em livro especial e consistirá na transcripção do titulo ou licença com as respectivas apostillas. Feito o registro, o secretario lançará no verso do titulo ou licença a indicação da folha do livro em que a transcripção tiver sido effectuada, datará, assignará e submeterá ao visto do director.

Paragrapho unico. A Secretaria organizará e publicará uma relação dos profissionais matriculados, a qual será annualmente revista e publicada, com as alterações que se tiverem dado.

Art. 11. Os facultativos escreverão as receitas em portuguez, e por extenso as formulas dos remedios, o nome das substancias componentes, excepto as formulas officinaes, sem abreviaturas, sigmas e algarismos, e segundo o systema decimal. Indicarão as doses e o modo por que se devem usar os remedios, especialmente si interna ou externamente, o nome do dono da casa e, não havendo inconveniente, o da pessoa a quem são destinados ; bem assim a data em que passarem a receita, que será assignada.

Art. 12. As parteiras, no exercício de sua profissão, limitar-se-hão a prestar os cuidados indispensaveis ás parturientes e aos recém-nascidos nos partos naturaes. Em caso de dystocia deverão sem demora reclamar a presença do medico e, até que este se apresente, empregarão tão sómente os meios conhecidos para prevenir qualquer accidente que possa comprometter a vida da parturiente ou a do feto.

São-lhes prohibidos : o tratamento medico ou cirurgico das molestias das mulheres e das crianças, os annuncios de consultas, e as receitas, salvo de medicamentos destinados a evitar ou combater accidentes graves que comprometam a vida da parturiente ou a do feto ou recém-nascido. Taes receitas deverão conter a declaração de — Urgente.

Art. 13. Aos dentistas é prohibido : praticar operação que exija conhecimentos especiaes; applicar qualquer preparação para produzir a anesthesia geral; prescrever remedios internos; vender medicamentos que não sejam dentifricios.

Art. 14. O exercicio simultaneo da medicina e da pharmacia é expressamente prohibido, ainda que o medico possua o titulo de pharmaceutico.

Art. 15. E' prohibida a associação commercial entre medico ou cirurgião e pharmaceutico para a exploração da industria de pharmacia.

Paragrapho unico. Não se comprehendem nesta prohibição as sociedades anonymas.

Art. 16. Nenhuma pharmacia será aberta ao publico na Capital Federal sem licença da Directoria Sanitaria.

§ 1.º Para que a licença de que trata este artigo seja concedida é indispensavel que a pharmacia que se pretende abrir esteja sufficientemente provida de drogas, vasilhame, utensis e livros, na conformidade das tabellas approvadas, e que serão revistas annualmente.

§ 2.º Requerida a licença, cumpre á autoridade sanitaria mandar proceder a rigoroso exame na pharmacia, afim de verificar si está nas condições exigidas; no caso negativo, será adiada a respectiva abertura, até que novo exame, requerido pelo dono, demonstre que foram corrigidas as faltas encontradas no primeiro.

Tanto em um, como em outro caso, a autoridade sanitaria que examinar a pharmacia lavrará em acto continuo dous termos de exame, especificando nellos as faltas que houver, ou declarando não ter encontrado faltas; esses termos deverão ser assignados pela referida autoridade e pelo dono da pharmacia, em poder do qual ficará um delles, sendo o outro remittido á Secretaria.

§ 3.º As licenças a que se refere este artigo são pessoasas e serão renovadas sempre que a pharmacia mudar de proprietario ou responsavel.

Art. 17. Toda pharmacia aberta ao publico deve possuir os remedios officinaes designados na respectiva tabella approvada pelo Governo e ter á entrada o nome do pharmaceutico.

§ 1.º Para a preparação dos ditos remedios seguir-se-ha a pharmacopéa franceza, até que esteja organizada uma pharmacopéa brasileira.

§ 2.º Depois de publicada, com autorisação do Governo, a pharmacopéa brasileira, os pharmaceuticos terão os remedios preparados segundo as formulas desta pharmacopéa, o que não

os inibirá de tel-os segundo as formulas de outras para satisfazer as prescripções dos facultativos, os quaes podem receitar como entenderem.

§ 3.º Os pharmaceuticos terão um livro destinado a registrar as receitas aviadas, e as transcreverão textualmente nos rotulos que devem acompanhar os medicamentos fornecidos. As vasilhas ou envoltorios que contiverem os medicamentos serão lacrados e marcados com o nome e logar de residencia do pharmaceutico, e nos rotulos indicar-se-ha com toda a clareza o nome do medico, o modo de administração dos remedios e o seu uso interno ou externo, havendo rotulo especial para os de uso externo.

§ 4.º Exceptuados os remedios de uso ordinario e inoffensivo, consignados na respectiva tabella, approvada pelo Governo, nenhum outro medicamento ou preparado poderá ser vendido pelo pharmaceutico ou fornecido, a quem quer que seja, sem receita de medico, competentemente habilitado na forma do art. 9º.

§ 5.º E' prohibido ao pharmaceutico alterar as formulas prescriptas ou substituir os medicamentos, ficando-lhe salvo o direito de não aviar as receitas quando lhe parecer que o remedio prescripto pôde ser perigoso ao doente. Neste caso deverá o pharmaceutico transcrever em livro especial a formula da receita não aviada, com declaração de — não aviada, por ser perigosa, — fazendo na mesma receita declaração igual, que será datada e assignada.

§ 6.º Ao medico cuja receita não for aviada pelo pharmaceutico assiste o direito de submettel-a a exame da Directoria Sanitaria, e do resultado do exame se lavrará termo, cujo theor poderá ser dado por certidão a quem o requerer.

§ 7.º E' absolutamente prohibida a venda de remedios secretos, sendo considerados taes os preparados officinaes de formula não consignada nas pharmacopéas e os não approvados pela Directoria Sanitaria.

§ 8.º Todo pharmaceutico que quizer vender preparados officinaes de invenção alheia, sob denominação especial, deverá nos respectivos rotulos indicar a pharmacopéa em que a formula dos preparados se achar inscripta, depois de obtida a necessaria autorisação da Directoria Sanitaria, que determinará as demais declarações que devam e possam ser impressas nos rotulos e prospectos; sendo considerados remedios secretos e sujeitos os pharmaceuticos, que os venderem, ás penas desto regulamento, aquelles em que estas formalidades não tiverem sido cumpridas.

Art. 18. O inventor de qualquer remedio que quizer expô-lo á venda deverá para esse fim requerer licença á Directoria Sanitaria, apresentando um relatorio, no qual declare a composição do remedio e as molestias em que a sua administração será proveitosa. Esse relatorio poderá ser incluído em involucro lacrado, o qual será aberto pelo director da Directoria Sanitaria, que delle dará conhecimento ao pharmaceutico incum-

bido de formular parecer a respeito ; depois do que será novamente lacrado e depositado no archivo da Repartição.

Juntamente com o relatório, o inventor apresentará uma certa quantidade de remédio, que deverá ser remetida ao pharmaceutico e ao competente laboratorio, a fim de emitirem seu parecer sobre elle, podendo a Directoria Sanitaria, si assim entender conveniente, depois de conhecida a composição chimica do medicamento, ordenar experiencias therapeuticas, que serão praticadas em estabelecimento publico hospitalar ou de ensino, a requisição do director.

§ 1.º Obtida a licença, o inventor poderá expôr à venda o remédio, com declaração de ter sido approvado pela Directoria Sanitaria, sendo-lhe, entretanto, absolutamente prohibido annunciar em jornaes, cartazes ou prospectos, qualidades therapeuticas do medicamento que não foram as verificadas ou admittidas pela mesma Directoria.

§ 2.º Da composição da formula dará reservadamente o director da Directoria Sanitaria conhecimento ao director do laboratorio respectivo, quando tiver de ser analysada.

§ 3.º São considerados remedios novos :

I. Os preparados pharmaceuticos em cuja composição entrar alguma substancia de emprego não conhecido na medicina ;

II. Aquelles em que se tiver feito uma associação nova, embora os componentes sejam de acção já conhecida.

Art. 19. Os introductores de melhoramentos em formula já conhecida não poderão expôr à venda o remédio, assim melhorado, sem licença da Directoria Sanitaria, a qual incumbe verificar si o melhoramento allegado é real ; devendo entender-se por — melhoramento — qualquer modificação que torne a formula conhecida mais util, de uso mais facil ou de custo menor.

Concedida a licença para medicamento novo, só poderá ser exposto à venda preparado por pharmaceutico formado.

Art. 20. Nenhum pharmaceutico poderá dirigir mais de uma pharmacia, exercer outra profissão ou emprego que o afaste do seu estabelecimento, nem fazer em sua pharmacia outro commercio que não seja o de drogas e de medicamentos ; e em seus impedimentos temporarios poderá deixar encarregado da administração da pharmacia um pratico de sua inteira confiança, ficando responsavel pelo procedimento do mesmo pratico perante as autoridades sanitarias.

Entender-se-ha por — impedimento temporario — aquelle que não trazer ausencia do pharmaceutico por mais de oito dias ; cumprindo-lhe, si a ausencia se prolongar, deixar encarregado da pharmacia um pharmaceutico legalmente habilitado.

Art. 21. Só a pharmaceuticos formados compete o direito de expôr à venda especialidades pharmaceuticas de invenção propria ou alheia, e só a elles se dará licença para abrir pharmacia dosimetrica, que não poderá installar-se sem exame especial da autoridade sanitaria, com o fim de verificar si ella está ou não sufficientemente provida de medicamentos.

Art. 22. As pharmacias homœopathicas terão por objecto unico e exclusivo aviar as receitas dos médicos homœopathas, sendo-lhes absolutamente prohibida a venda de quaesquer medicamentos além dos preparados pelo systema hahnemanniano; e ficarão submettidas à autoridade e vigilancia das autoridades sanitarias, que verificarão frequentemente si o presente artigo é observado, applicando, no caso contrario, as penas deste regulamento.

Art. 23. Os estabelecimentos publicos, hospitaes, casas de saude, hospicios, corporações religiosas, associações de soccorros industriaes, que tiverem pessoal numerozo, poderão possuir pharmacia destinada a seu uso particular, contanto que seja administrada por pharmaceutico legalmente habilitado, ao qual compete a direcção effectiva da mesma pharmacia.

As pharmacias de taes estabelecimentos só poderão vender ao publico os remedios formulados ou indicados em receita de medico, isso mesmo nos casos em que ellas tiverem a nota de urgente, escripta e assignada pelo medico, fóra do corpo da receita.

Art. 24. Os abusos commettidos no exercicio das profissões do que trata este capitulo serão punidos pelo modo seguinte:

§ 1.º Os profissionais que não registrarem o respectivo titulo na Directoria Sanitaria incorrerão na multa de 100\$ e do dobro na reincidencia.

§ 2.º A pessoa que exercer a profissão medica em qualquer dos seus ramos, a pharmaceutica, ou a arte dentaria, sem titulo legal, incorrerá nas penas comminadas em tal hypothese no art. 156 do Codigo Penal.

§ 3.º O medico que não observar em suas receitas a fórma especificada no art. 11 deste regulamento será multado em 25\$ e no dobro nas reincidencias.

§ 4.º As parteiras e os dentistas que infringirem o disposto nos arts. 12 e 13 pagarão iguaes multas, podendo, além disto, a Directoria Sanitaria, conforme a gravidade do caso, suspender-os do exercicio da profissão por um a tres mezes.

§ 5.º O pharmaceutico que, sem licença da Directoria Sanitaria, abrir pharmacia e exercer a profissão, incorrerá na multa de 200\$ e ser-lhe-ha fechada a pharmacia até que obtenha aquella licença.

§ 6.º O pharmaceutico que alterar as formulas ou substituir os medicamentos prescriptos nas receitas, será multado em 100\$ e no dobro na reincidencia; podendo a autoridade sanitaria, no caso de nova reincidencia, mandar fechar a pharmacia, além das penas em que incorrer o pharmaceutico segundo a legislação criminal.

§ 7.º O pharmaceutico que der seu nome a pharmacia de propriedade alheia e não dirigil-a pessoalmente, incorrerá na multa de 200\$ e será suspenso do exercicio da profissão por tres mezes.

§ 8.º O pharmaceutico que não possuir em sua pharmacia os livros necessarios, ou aquelle que não tiver convenientemente

regularisada a respectiva escripturação, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

Os livros serão rubricados em todas as folhas pelo director da Repartição ou pelo secretario.

§ 9.º O pharmaceutico que aviar receitas de medico não licenciado, e de parteira ou de dentista, excepto nas condições do art. 12, ultima parte, deste regulamento, e aquillo que vender, sem a necessaria receita, medicamentos não indicados na respectiva tabella, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

§ 10. O pharmaceutico que em sua pharmacia der consultas, fizer curativos ou applicarapparelhos, a não ser em casos de desastres, accidentes de rua ou outros semelhantes, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias, além das penas do Código Penal, applicaveis ao exercicio illegal da medicina.

§ 11. O pharmaceutico que vender ou preparar remedios secretos será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

Estas penas serão tambem applicadas ás pessoas estranhas á profissão pharmaceutica ou de droguita e que commetterem a mesma infracção.

§ 12. O pharmaceutico que vender remedios falsificados ou fizer preparações de modo differente do prescripto no Codex francez, ou na Pharmacopéa brasileira, quando for publicada, e ainda os que, na composição dos preparados officinaes, substituirem uma droga por outra, serão multados em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

§ 13. O pharmaceutico que não estiver continuamente de posse das chaves do armario das substancias toxicas ou o que as confiar a qualquer pessoa, salvo a hypothese do art. 20, incorrerá na multa de 100\$ e no dobro nas reincidencias; devendo ser considerado nas condições do § 6º do presente artigo, si a infracção se verificar mais de duas vezes.

§ 14. O pharmaceutico que se oppuzer ao exame da respectiva pharmacia, quando este for exigido pela autoridade sanitaria, incorrerá na multa de 200\$ e será obrigado a fechar o estabelecimento, não podendo reabril-o sem licença do director da Directoria Sanitaria, que mandará proceder na pharmacia a exame semelhante áquelle que o art. 16, § 2º, determina para as pharmacias novas.

Art. 25. Nenhuma drogaria se poderá estabelecer na Capital Federal sem prévia licença do director da Repartição. A licença será requerida pelo dono da drogaria, que apresentará os documentos necessarios para prova de sua idoneidade pessoal.

§ 1.º As drogarias terão por fim o commercio de drogas, preparados officinaes devidamente autorisados, utensis de pharmacia e apparelhos de chimica, sendo-lhes absolutamente interdito todo e qualquer acto que seja privativo da profissão de pharmaceutico, taes como:

I. Aviar receitas medicas, quer de formulas magistraes, quer de preparados officinaes;

II. Vender ao publico qualquer substancia toxica, mesmo em pesos medicinaes;



III. Vender a particulares, em qualquer d6se, substancias medicamentosas.

§ 2.º Os droguistas s6 podem vender su'stancias chimicas a pharmaceuticos e industriaes, exceptuadas as de uso ordinario e inoffensivo, constantes da respectiva tabella, as quaes poder6o ser vendidas ao publico.

§ 3.º Dever6o os droguistas registrar em livro especial, que ser6 rubricado pela autoridade sanitaria, as substancias que venderem para fins industriaes, mencionando o nome, residencia e industria do comprador, data da venda e quantidade da substancia vendida. S6 ser6o v6lidos em Juizo os livros que tiverem a dita rubrica.

§ 4.º Nenhum droguista poder6 annunciar 6 venda preparados officinaes que n6o tenham sido approvados pela Directoria Sanitaria.

§ 5.º Os preparados officinaes importados do estrangeiro n6o poder6o ser vendidos sem licen7a da Directoria Sanitaria, e cumpre aos droguistas solicitar a mesma licen7a, fornecendo 6 Directoria a quantidade dos ditos preparados que for necessaria para a analyse.

Art. 26. As lojas de instrumentos de cirurgia 6 absolutamente interdito o commercio de drogas e remedios.

Art. 27. Nas visitas 6s drogarias, a autoridade sanitaria verificar6 cuidadosamente si o disposto no art. 25, §§ 2º, 3º, 4º e 5º, 6 observado; e, no caso de infrac76o, qualquer que seja ella, impor6 a multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

Art. 28. Si encontrar nas drogarias substancias alteradas ou falsificadas, impor6 a multa do artigo antecodente e mandar6 inutilisar a droga alterada ou falsificada.

Art. 29. Nas lojas de instrumentos de cirurgia a autoridade sanitaria indagar6 si o disposto no art. 26 6 cumprido; e, no caso negativo, impor6 a multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

Art. 30. Nenhum estabelecimento, excepto as pharmacias e drogarias, poder6 vender medicamentos e drogas, sob qualquer pretexto que seja, incorrendo os infractores na multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

Art. 31. Ser6o examinadas, com a maior frequencia possivel, as pharmacias e drogarias existentes na Capital Federal, verificando-se si possuem licen7as legaes e os livros indicados na respectiva tabella, o vazilhame e os medicamentos necessarios, e pronunciando-se sobre a qualidade destes.

§ 1.º Ser6 entregue ao dono da pharmacia ou drogaria visitada um certificado de visita, tirado de livro de tal6o, no qual se declare estar o estabelecimento nas condi76es exigidas pelo presente regulamento, ou n6o satisfazer aos requisitos legaes, caso em que indicar-se-h6o no certificado os factos ou vicios encontrados, marcando prazo dentro do qual dever6o ser corrigidos.

§ 2.º Ser6 fiscalizada a qualidade das drogas e preparados medicinaes importados, fora e dentro da Alfandega, devendo,

neste ultimo caso, quando houver suspeita de falsificação, enviar ao competente laboratorio, para a devida analyse, as amostras dos productos suspeitos, mediante autorisação do inspector da Alfandega.

§ 3.º As attribuições de que trata este artigo, por parte da autoridade sanitaria, serão desempenhadas pelos pharmaceuticos da Directoria.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 32. O director da Directoria Sanitaria organizará e submeterá á approvação do Governo os regimentos internos de sua Repartição e dependencias.

Art. 33. As infracções deste regulamento, a que não estiver comminada pena especial, serão punidas com a multa de 20\$ a 100\$, dobrada nas reincidencias.

Art. 34. Todas as multas comminadas neste regulamento por infracção de suas disposições serão cobradas e processadas de accordo com o disposto nas leis e decretos que regulam o executivo fiscal da Fazenda Federal.

Art. 35. Enquanto não puder ser installado na propria Directoria Sanitaria um laboratorio destinado exclusivamente ás analyses dos productos pharmaceuticos, cujas licenças forem solicitadas, e dos apprehendidos por suspeitos, far-se-hão aquellas no Laboratorio Nacional de Analyses.

Art. 36. O presente regulamento terá plena execução logo que pelo Congresso Nacional for concedido o preciso credito. Neste interim continuarão a ser desempenhados os serviços a cargo dos funcionarios que deixaram de ser transferidos á Municipalidade, e dos que forem nomeados em commissão.

Art. 37. Os directores dos hospitais de isolamento de São Sebastião e Santa Barbara organizarão os respectivos regimentos internos, que serão approvados pelo ministro, mediante informação do director da Directoria Sanitaria.

Art. 38. Ficam revogados o regulamento a que se refere o decreto n. 169 de 18 de janeiro de 1890 e mais disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.—  
*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1173 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Concede á Companhia Brasileira Torrens authorisação para construir obras de melhoramento no porto da Victoria, Estado do Espirito Santo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Brasileira Torrens, concede-lhe authorisação, com os onus e vantagens da lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869, para estabelecer no porto da Victoria, do Estado do Espirito Santo, um systema de caes de atracação para grandes navios, com os respectivos armazens e mais accessorios, observadas em relação á presente concessão as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1173 desta data**

I

E' concedida authorisação á Companhia Brasileira Torrens para estabelecer entre o edificio da Alfandega e o lugar denominado Capixaba, na cidade da Victoria, do Estado do Espirito Santo, um systema de caes de atracação para grandes navios, com os respectivos armazens para guarda das mercadorias,apparelhos aperfeçoados para carga e descarga dos navios e as linhas ferreas necessarias ao serviço dos guindastes e dos armazens e ao transporte das mercadorias ao longo do caes e em ligação com as estradas de ferro que vierem ter ao porto da Victoria.

II

A Companhia Brasileira Torrens fará a dragagem do banco da Barra, abrindo um canal convenientemente balisado na direcção que for aconselhada pelos estudos respectivos e que se prolongará até á entrada do porto em frente á cidade, com a largura minima de cento e cincoenta (150) metros e profundidade nunca inferior a sete metros e cincoenta centimetros (7<sup>m</sup>,50) nas marés minimas.

III

Fará tambem a dragagem de toda a parte do porto fronteiro á cidade, dando-lhe a mesma profundidade referida na clausula II.

## IV

Construirá entre a ilha do Boi e a ponta do Súa as obras que melhor convierem, em vista dos estudos definitivos, para assegurar o maior volume de aguas ao canal da Barra.

## V

A Companhia Brasileira Torrens terá o uso e gozo das obras de que trata a clausula I, pelo prazo de cincoenta (50) annos, a contar da data da conclusão das mesmas obras, com os onus e vantagens estabelecidos pela lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869 e de accordo com as estipulações constantes das presentes clausulas.

## VI

Findo o prazo da presente concessão, reverterão para a União, sem indemnização alguma, em bom e perfeito estado de conservação, todas as obras executadas, predios, terrenos,apparelhos, material fixo e rodante, dragas, batelões, lanchas e mais accessorios dos serviços dos cães e suas dependencias.

## VII

Só serão emprendidas as obras referidas nas clausulas I a IV depois de approvadas pelo Governo Federal as respectivas plantas e orçamento e seus detalhes.

A companhia ministrará a fiscalização por parte do Governo os esclarecimentos e dados complementares, que lhe forem requisitados, para inteira comprehensão dos planos e orçamentos.

## VIII

Os estudos definitivos, a planta geral das obras indicando a direcção, extensão e largura dos cães, edificios, vias ferreas, rampas de accesso, escadas e outras construcções serão submettidos à approvação do Governo, acompanhados dos respectivos orçamentos, especificações, memoria descriptiva e justificativa, e mais detalhes necessarios à perfeita comprehensão do projecto no todo e em suas partes dentro do prazo de seis (6) mezes, contados da data da assignatura do contracto respectivo.

Conjunctamente com a planta geral, e na mesma escala, será apresentada a planta hydrographica do porto desde o riacho de Santa Maria até à bahia do Espirito Santo inclusive.

A escala será de 1:1.000.

As cotas de profundidade serão acompanhadas da indicação do estado e constituição do terreno do fundo.

As plantas, alçados, córtes, projectos detalhados dos caes, armazens,apparelhos hydraulicos e outros, e suas pertencas, serão submettidos á approvação do Governo dentro do prazo de dez (10) mezes, contados da data do contracto.

Os planos e projectos detalhados serão desenhados na escala de 1:100 e 1:10.

Apresentará igualmente a concessionaria uma planta geral das obras na escala de 1:5.000.

## IX

O alinhamento externo dos caes será determinado em vista dos estudos definitivos, de modo que attenda o mais possivel ao regimen do porto.

Junto a esses caes será mantida a mesma profundidade consignada na clausula II.

Os caes serão providos de frades (*bollards*) e escadas de ferro.

Será reservada ao longo do caes uma largura minima de vinte (20) metros destinada ao movimento das mercadorias e servida por linhas ferreas e pelos competentes guindastes hydraulicos, seguindo-se-lhe os galpões e armazens.

Esses galpões e armazens formarão grupos isolados com a extensão maxima de duzentos (200) metros.

A separação dos grupos será feita por meio de ruas da largura minima de quinze (15) metros.

Toda a faixa occupada pelos caes, ruas e armazens será calçada de grossos parallelepipedos, cuja conservação ficará a cargo da concessionaria.

No ponto mais conveniente do caes será construida uma rampa para desembarque e embarque de madeiras, materiaes de construção e outros.

As rochas submarinas comprehendidas na área a dragar e no canal de accesso serão destruidas pela concessionaria dentro do prazo de tres (3) annos, contados da assignatura do contracto.

Para manutenção das profundidades consignadas nas clausulas II, III e IX fará a concessionaria o competente serviço de dragagem.

O producto da dragagem será aproveitado, tanto quanto possivel, no aterramento dos terrenos baixos adjacentes á cidade da Victoria e nos existentes na parte fronteira á cidade, do outro lado do porto.

## X

A expensas suas manterá a concessionaria um systema aperfeiçoado de illuminação na faixa occupada pelas novas construcções, comprehendendo pharoletes e boias illuminantes nos pontos apropriados do ancoradouro.

## XI

Os estudos definitivos serão considerados approvados, si no prazo de seis mezes, depois da sua entrega ao respectivo fiscal, nada houver o Governo resolvido a respeito.

Fica entendido que esse prazo se considera interrompido durante o tempo que a concessionaria levar para satisfazer as requisições de que trata a ultima parte da clausula VII.

## XII

Si os estudos mencionados nas clausulas anteriores não merecerem a approvação do Governo, a concessionaria apresentará novos planos, de accordo com as indicações e alterações por elle exigidas, o que fará dentro do prazo de seis mezes, a contar do despacho a esse respeito publicado no *Diario Official*. Não poderá o Governo exigir alterações nas plantas modificadas conforme as suas indicações, sinão de accordo com a concessionaria, a qual estará no direito de encetar em seguida as obras, segundo os novos planos.

## XIII

As obras terão começo dentro do prazo de dous annos contados da approvação dos estudos e deverão ficar concluidas dentro de cinco annos contados dessa mesma data.

Nenhum trecho de cães poderá ser entregue ao serviço sem prévio consentimento do Governo.

## XIV

A concessionaria fica obrigada a construir armazens apropriados à guarda das mercadorias, gosando esses armazens de todas as vantagens concedidas por lei aos armazens alfandegados, podendo a mesma concessionaria emittir *warrants*.

Osapparelhos para o serviço desses armazens, bem como para o dos cães, serão movidos por força hydraulica.

## XV

Durante o prazo desta concessão é a concessionaria obrigada a manter as obras do porto e dos pharões em perfeito estado de conservação, reconstruindo o que for destruido pelo mar; cabendo ao Governo mandar fazê-lo por conta da concessionaria, caso não cumpra esta esse encargo, e lançando mão, para isso, si necessario for, da receita do porto.

## XVI

A concessionaria empregará, quanto possível, material nacional, inclusive cimento, caso alguma fabrica nacional se proponha fornecer-o em iguaes condições de preço e qualidade, a juizo do fiscal do Governo.

Dos materiaes que possuir, a concessionaria é obrigada a ceder ao Governo, pelo mesmo preço que lhe houver custado, a quantidade que por elle for requisitada para empregar no porto da Victoria.

## XVII

A concessionaria terá o direito de desapropriar, na fórma do decreto n. 1664 de 27 de outubro de 1855, as propriedades e bemfeitorias pertencentes a particulares e que se acharem em terrenos necessarios á construcção das obras.

Cessará este direito oito (8) annos depois da data do decreto desta concessão, dependendo do Governo a sua innovação.

Findo o prazo da concessão reverterão para a União os terrenos desapropriados.

Gosará a concessionaria de isenção de direitos de importação para o material destinado á construcção e conservação das obras constantes dos planos approvados, nos casos previstos na actual tarifa das Alfandegas.

## XVIII

O Governo Federal reserva-se o direito de resgatar as obras de que se trata, na fórma do art. 1º, § 9º, da lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869.

Para esse resgate, bem como para a redução das taxas, de que trata o art. 1º, § 5º, da mesma lei, será deduzida do custo das obras a importância que já houver sido amortizada.

## XIX

A concessionaria terá preferencia, em igualdade de condições, para execução de obras semelhantes, que durante o prazo desta concessão se tornarem necessarias no porto da Victoria.

## XX

Incorrerá a concessionaria na multa de um conto de réis (1:000\$000) por mez de demora em apresentar os estudos ou em encetar a construcção das obras nos prazos fixados.

## XXI

Em multa igual à da clausula anterior incorrerá por mez a concessionaria, si depois de iniciadas as obras for a sua execução suspensa por mais de tres (3) mezes, ou retardada, em vista do prazo para a sua conclusão, salvo caso de força maior, a juízo do Governo.

## XXII

A concessionaria fica sujeita à multa de tres contos de réis (3:000\$000) por mez que exceder do prazo fixado à conclusão das obras.

## XXIII

A concessionaria terá o direito de cobrar pelos serviços prestados em virtude da presente concessão, na fórmula da lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869, as seguintes taxas :

1.º Pela carga e descarga de mercadorias e quaesquer generos nos caes que possuir: desde um até dez réis, no maximo, por kilogramma;

2.º Por dia e por metro linear de caes occupado por navios a vapor: setecentos réis para os dous primeiros dias e novecentos réis para os subsequentes;

3.º Por dia e por metro linear de caes occupado por navios não movidos a vapor: quinhentos réis;

4.º Por tonelada metrica de arqueação dos navios que entram no porto, na razão da carga e descarga que fizerem: cento e cincoenta réis, independente das outras taxas.

5.º Por mez ou fracção de mez e por kilogramma de mercadoria ou quaesquer generos que até ao pôr do sol do dia da carga ou da descarga não houverem sido retirados dos caes pelas partes interessadas: dous réis.

A concessionaria é obrigada a guarda de taes generos ou mercadorias e a recolhel-os aos seus armazens, si dentro de quarenta e oito horas da carga ou descarga não forem reclamados pelos interessados;

6.º Os navios costeiros que entrarem no porto para receber ordens, fazer aguada, ou para outro qualquer fim e não descarregarem, pagarão a taxa de cincoenta mil réis sendo de vela e cem mil réis sendo vapores. Os transatlanticos em tal caso pagarão duzentos mil réis.

São isentos do pagamento de qualquer taxa os navios entrados em arribada, os que conduzirem tropas, mantimentos ou petrechos bélicos do Governo Federal, assim como as embarcações de guerra e as que transportarem somente imigrantes para o territorio nacional.

São isentas de pagamento de taxas relativas à carga e descarga as bagagens de passageiros, assim como de taxas rela-



tivas á atracação os botes, escaleres e outras embarcações miudas de qualquer systema e as que pertencerem a navios em carga ou descarga no porto.

Fica entendido que as taxas autorizadas a cobrar pela presente clausula só poderão ser percebidas á proporção que forem sendo utilizados os trabalhos executados pela concessionaria.

#### XXIV

O Governo não tem responsabilidade alguma para com a concessionaria pela importancia total do producto das taxas autorizadas, quanto á maior ou menor remuneração que dellas resulte para o capital empregado nas obras, reservado porém o seu direito a exigir a redução das tarifas a que se refere a clausula seguinte.

#### XXV

Logo que o juro do capital empregado nas obras exceder a doze por cento (12 %), serão revistas as tarifas da concessionaria para reduzirem-se as taxas cobradas de modo a que o seu maximo attinja apenas aquelle limite de doze por cento de rendimento do capital.

#### XXVI

A concessionaria terá o direito de cobrar a taxa de armazenagem actualmento cobrada pelas repartições fiscaes e bem assim a das capatazias da Alfandega, cujo serviço se obriga a effectuar de conformidade com os regulamentos e instrucções que o Ministerio da Fazenda expedir para estabelecer as relações da concessionaria com os empregados da Alfandega.

Fica expresso que não haverá dupla cobrança de taxas, devendo cessar pela Alfandega a cobrança das que passarem a pertencer á concessionaria.

#### XXVII

Não será permittida a atracação de navios na parte do caes fronteira á Alfandega sinão quando tiverem de descarregar mercadorias destinadas aos armazens dessa repartição publica.

#### XXVIII

A concessionaria poderá fazer todos os serviços referentes a esta concessão, ou qualquer delles, por preços inferiores aos das tarifas approvadas pelo Governo; mas de modo geral e sem excepções em favor, ou prejuizo de quem quer que seja. Essas baixas de preço far-se-hão effectivas com o consentimento do

Governo e depois de publicadas por annuncios affixados nos estabelecimentos da concessionaria e insertos nos jornaes. Si a concessionaria fizer serviços por preços inferiores aos das tarifas approvadas sem preencher todas essas referidas condições, o Governo poderá mandar applicar as mesmas reduções á tarifa dos mesmos serviços, e os preços assim reduzidos não mais poderão ser elevados.

## XXIX

O serviço das mercadorias, uma vez effectuada a carga ou descarga, ficará sujeito á fiscalização da Alfandega, que dará á concessionaria as instrucções convenientes, de accordo com o regulamento do serviço.

Ficará a mesma concessionaria sujeita, além disso, ás obrigações que os regulamentos fiscaes impoem aos administradores de trapiches alfandegados, nas partes em que lhe forem applicaveis, pela guarda, conservação e entrega das mercadorias recebidas nos seus armazens.

## XXX

Serão embarcados e desembarcados gratuitamente nos estabelecimentos da concessionaria quaesquer sommas de dinheiro pertencentes quer á União, quer ao Estado do Espirito Santo, as malas do Correio e as bagagens dos passageiros civis e militares, assim como os immigrants e suas bagagens, correndo por conta da concessionaria o transporte destes ultimos de bordo para os vagoes das vias ferreas que vierem ter ao porto da Victoria.

## XXXI

Em caso de movimento de tropas, poderão estes utilizar-se dos caes e mais estabelecimentos da concessionaria para o embarque e desembarque, sem ficarem sujeitos ao pagamento de taxa alguma.

Deve, outrosim, a concessionaria facilitar por todos os meios o serviço da União ou do Estado, dando-lhe preferencia para o uso dos seus aparelhos do caes; sendo este serviço, todavia, indemnizado.

## XXXII

Os serviços da presente concessão serão fiscalizados por um engenheiro da Inspectoria do Districto de Portos Maritimos respectivo. Para pagamento dessa fiscalização entrará a concessionaria para o Thesouro Federal adeantadamente por semestres com a quantia de quinze contos de réis (15:000\$000) annual.

Essa fiscalização e os *onus* a ella referentes começarão desde que a concessionaria der principio aos estudos de que tratam as clausulas II e IV.

## XXXIII

Para o computo do capital sobre o qual se deverá contar a percentagem da renda que for arrecadada pela concessionaria, em virtude da presente concessão e de modo a satisfazer o disposto no art. 1º, § 5º, da lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869, sempre que for necessario e o requisito o engenheiro fiscal, serão presentes a este e ao representante do Thesouro Federal designado pelo ministro dos negocios da fazenda os balancetes e mais documentos concernentes à receita e despeza. Nessas occasiões serão registradas pelo engenheiro fiscal as actas, que fará lavrar, reproduzindo-as em tres vias, para serem remettidas aos ministros da industria, viação e obras publicas e da fazenda, ficando uma no archivo da concessionaria.

## XXXIV

As questões que se suscitarem entre o Governo e a concessionaria serão decididas por arbitramento, na forma do § 13 do art. 1º da lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869.

## XXXV

A concessionaria fica sujeita, em tudo que lhe for applicavel, aos regulamentos approvados pelos decretos ns. 1930 de 26 de abril de 1857 e 5837 de 26 de dezembro de 1874.

## XXXVI

Na época fixada para terminação desta concessão, as obras do porto e suas dependencias deverão achar-se em bom estado de conservação.

Si, no ultimo quinquennio da concessão, a conservação das vias ferreas, edificios, obras do porto ou a dragagem for descurada, o Governo terá o direito de executar aquelle serviço por conta da receita da companhia.

## XXXVII

Pela inobservancia das clausulas da presente concessão poderão ser impostas à concessionaria, pelo engenheiro fiscal, com approvação do Governo, multas desde duzentos mil réis (200\$000) até cinco contos de réis (5:000\$000) e o dobro na reincidencia, sendo a importancia das multas deduzida da caução de trinta contos de réis (30:000\$000), que, em titulos da divida publica, terá de depositar a concessionaria no Thesouro Federal para garantia da fiel execução do respectivo contracto antes da sua assignatura, caução que a concessionaria integralizará, sob pena de caducidade da concessão.

A caducidade importará a cessação do uso e gozo da concessão em todas as suas partes com relação a todos e quaesquer favores inherentes ; quanto ás obras realizadas, o Governo as adquirirá, nesse caso, si assim julgar conveniente.

## XXXVIII

A concessionaria fará dirigir as obras por um engenheiro de reconhecida capacidade e experiencia.

## XXXIX

Será considerada sem effeito a presente concessão e a concessionaria perderá a caução depositada no Thesouro, si deixar de assignar o respectivo contracto na Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas no prazo de sessenta (60) dias, contados da data da publicação deste decreto no *Diario Official*.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892.— *Serzedello Corrêa*.



## DECRETO N. 1174 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva, com modificações, os estudos definitivos da primeira secção da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio, comprehendida entre a parada da Mangueira e a estação de Belém.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil, cessionaria da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio, resolve approvar os estudos definitivos da 1ª secção, comprehendida entre a parada da Mangueira e a estação de Belém, da Estrada de Ferro Central do Brazil, observadas, porém, na locação da linha as modificações em relação ao traçado e alteração do *grade*, feitas nas plantas que com este baixam rubricadas pelo chefe interino da 1ª Directoria das Obras Publicas, sendo, a contar desta data, fixado em 60 dias o prazo para o inicio das respectivas obras de construcção, sob pena de caducidade.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa*.



## DECRETO N. 1174 A — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1892

Dá nova redacção á clausula X das que baixaram com o decreto n. 977, de 5 de agosto de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia de regularisar os termos da concessão feita pelo decreto n. 977, de 5 de agosto de 1892, á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, para o prolongamento de sua linha ao porto de Santos, resolve substituir a clausula X das que baixaram com o referido decreto, pela seguinte : — E' considerada de interesse geral da União a linha das presentes condições.

O Tenente-Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1175 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Agricola e Commercial do Brazil, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas, realizada em 4 de novembro ultimo e que com este baixam ; ficando, porém, a companhia obrigada a cumprir o disposto no art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*A. P. Limpo de Abreu.*

## Alterações dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil, a que se refere o decreto n. 1175 de 20 de dezembro de 1892.

Art. 1.º Substitua-se pelo seguinte:

A sociedade anonyma denominada Companhia Agricola e Commercial do Brazil, constituida em 11 de março de 1891, reforma os seus estatutos, que são substituidos pelos presentes.

Mesmo artigo, paragrapho unico. Substitua-se a palavra — passa — por — continúa.

Art. 3º, 2.º Supprimam-se as palavras — de generos alimenticios ou outros.

Mesmo artigo. Supprimam-se os ns. 5 e 7 do mesmo artigo, alterando-se a ordem dos respectivos numeros.

Art. 5.º Substitua-se pelo seguinte:

O capital da companhia fica reduzido a 2.000:000\$, dividido em 10.000 acções no valor nominal de 200\$ cada uma, pertencentes aos actuaes accionistas, sendo as cautelas de acções, com 50 % realizados, substituidas por outras de acções integralizadas na proporção de duas daquellas para uma destas.

O referido capital poderá ser elevado por deliberação da assemblea geral e proposta da directoria, de accordo com o conselho fiscal, sendo preferidos nas distribuições das novas acções os accionistas então inscriptos, observadas as prescripções legais.

Mesmo artigo, § 1.º O augmento a que se refere o presente artigo poderá ser realizado de uma só vez ou em prestações de 10 % no minimo, nas épocas determinadas pela directoria.

Art. 8.º Incluir as palavras — e vice-versa.

Art. 10. Supprimam-se as palavras — ou na agencia que a directoria crear na capital do Estado de S. Paulo.

Art. 13. Em vez de — seis — diga-se — tres.

Mesmo artigo, § 6.º Diga-se — Os directores vencerão o honorario mensal de 500\$ cada um.

Mesmo artigo, § 7.º Substitua-se pelo seguinte — O movimento das operações diarias da companhia será fiscalizado por dous directores, sendo válidas as deliberações accordes que elles tomarem.

Mesmo artigo, § 8.º Substitua-se pelo seguinte — A directoria escolherá dentre si, no acto de ser empossada, o presidente, o secretario e o thesoureiro.

Art. 15. Em vez de — tres — diga-se — dous.

Art. 17. Diga-se — Compete ao thesoureiro, além das attribuições do seu cargo.

Mesmo artigo, paragrapho unico. Substituir o secretario nos seus impedimentos momentaneos.

Art. 19. Supprimam-se as palavras — ou na agencia em S. Paulo.

Capitulo 7º, diga-se — Do fundo de reserva e dos dividendos.

Art. 29. Em vez de — 5 % — diga-se — 10 %.

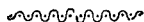
Art. 30. Supprima-se; sendo substituido pelo art. 31, que passa a ser 30, alterando-se tambem a ordem dos artigos seguintes.

Art. 32. Em logar dos dous fundos — diga-se — o fundo attingir.

Art. 34. Em logar de — deduzidas as quotas dos fundos de reserva e do deterioramento — diga-se — deduzida a quota do fundo de reserva — e em logar de — 25 % — diga-se — 20 %.

Em assemblea geral dos accionistas da Companhia Agricola Commercial do Brazil, no Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1892.

Rio, 4 de outubro de 1892. — *Antonio da Silva Ferreira*, presidente. — *José Ferreira Alegria*, secretario. — *Joaquim de Souza Maia*, secretario.



#### DECRETO N. 1176 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1892

Desliga da Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria da Capital Federal o serviço do ensino secundario a cargo da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no art. 58, lettra F, da lei n. 85, de 20 de setembro ultimo, resolve desligar da Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria da Capital Federal, a contar de 1 de janeiro do anno proximo futuro, o serviço do ensino secundario a cargo da União.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1177 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1892

Extingue o Conselho Director da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no art. 58, lettra F, da lei n. 85 de 20 de setembro ultimo, resolve extinguir o Conselho Director da In-

strucção Primaria e Secundaria do Districto Federal, creado e organizado de conformidade com os arts. 52 e 54 do regulamento approved pelo decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1178 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva o regulamento do Pedagogium.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação facultada pelo art. 3º n. III da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve approvar o regulamento do Pedagogium que a este acompanha.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

## Regulamento para o Pedagogium da Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, a que se refere o decreto n. 1178 desta data

### CAPITULO I

#### DO FIM DO PEDAGOGIUM E SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 1.º O Pedagogium tem por fim:

Constituir-se o centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a educação nacional, offerecendo aos professores publicos e particulares os meios de instrucção profissional, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado.

Art. 2.º Conseguirá este fim mediante :

a boa organização e exposição permanente de um museo pedagogico ;

conferencias e cursos scientificos adequados ao fim da instituição ;



gabinetes e laboratorios para o estudo pratico de sciencias physicas e historia natural ;  
concursos para os livros e material classico das escolas publicas primarias ;  
exposições escolares annuaes ;  
instituição de uma classe typo de desenho e de officinas de trabalhos manuaes ;  
publicação de uma *Revista Pedagogica*.

Art. 3.º O estabelecimento é subordinado ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 4.º Terá os seguintes empregados :

1 Director ;  
1 Sub-director secretario ;  
1 Escriptuario ;  
1 Conservador ;  
1 Mestre das officinas de trabalhos manuaes ;  
1 Porteiro ;  
Serventes.

O director, o sub-director secretario, o escriptuario, o conservador e o porteiro serão nomeados pelo Governo.

O mestre das officinas e os serventes serão nomeados pelo director.

Art. 5.º Todos os empregados são subordinados ao director e cumprirão fielmente os deveres marcados no regimento interno, organizado pelo director e approvado pelo Governo.

Art. 6.º Os empregados do Pedagogium perceberão os vencimentos indicados na tabella annexa.

Paragrapho unico. O porteiro residirá no estabelecimento.

## CAPITULO II

### DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO MUSEO PEDAGOGICO

Art. 7.º A exposição permanente do museo pedagogico comprehenderá:

A bibliotheca pedagogica com uma secção circulante ;  
A bibliotheca escolar ;  
A collecção de documentos administrativos, legislativos e estatisticos nacionaes e estrangeiros, concernentes ao ensino primario e secundario ;  
Trabalhos classicos de professores e alumnos ;  
Material de desenho ;  
» geographico ;  
» de sciencias physicas e historia natural ;

Collecções technologicas, museos escolares, modelos, planos ou simples desenhos de edificios, mobílias, utensilios, instrumentos e aparelhos escolares.

Art. 8.º O museo pedagogico poderá ser visitado, durante o anno lectivo, todos os dias uteis das 10 horas da manhã ás 3 da tarde.

Art. 9.º Na sala de leitura, annexa á bibliotheca, haverá jornaes e revistas referentes á instrucção, catalogos de livros, de material de ensino e um guia do visitante do museo.

Art. 10. Nesta sala será permittido aos editores e fabricantes expôr durante um mez as obras de valor didactico, que desejarem tornar conhecidas.

Art. 11. As obras que, no fim do prazo concedido, não forem reclamadas pelos expositores, serão propriedade do museu.

Art. 12. A bibliotheca circulante, para o emprestimo gratuito e temporario, em domicilio, das obras que exigem leitura meditada e reflectida, terá um catalogo especial, que será enviado gratis a todos os professores publicos da Capital.

Art. 13. Para obter o emprestimo bastará que o pretendente offereça sufficiente garantia ao director do Pedagogium.

O prazo do emprestimo será marcado no recibo firmado pelo pretendente, o qual obriga-se á restituicção nesse periodo e a pagar o respectivo valor no caso de extravio ou deterioração da obra.

Art. 14. O director do Pedagogium poderá ceder aos professores publicos ou particulares a sala das conferencias para reuniões de reconhecida utilidade.

### CAPITULO III

#### DOS CURSOS E DAS CONFERENCIAS

Art. 15. As conferencias e os cursos scientificos do Pedagogium serão feitos segundo plano e programma submittidos á approvação do Governo pelo director do estabelecimento.

Art. 16. Versarão sobre methodos de ensino e sobre sciencias mathematicas, physicas e historia natural, cujo conhecimento é indispensavel aos professores para o perfeito desempenho dos programmas escolares modernos.

Art. 17. Serão convidadas pelo director pessoas idoneas para o desempenho desta missão, e o Governo poderá arbitrar-lhes uma gratificação, quando for mister.

Art. 18. Aos individuos, que se distinguirem nesse trabalho durante tres sessões annuaes consecutivas, o Governo concederá o titulo de professor honorario do Pedagogium.

Art. 19. Os cursos e as conferencias realizar-se-hão á noite, em sessões de 1 de maio a 31 de outubro.

Art. 20. A frequencia é livre, reservando-se unicamente os melhores logares para os professores de um e outro sexo.

## CAPITULO IV

## DOS GABINETES E LABORATORIOS

Art. 21. O Pedagogium terá laboratorios e gabinetes de physica, de chimica, de historia natural convenientemente preparados para o estudo pratico dessas materias.

Art. 22. Mediante autorização do director, poderão ser utilizados pelos cidadãos que ahí desejarem entregar-se ao trabalho de manipulações e experiencias, em horas differentes das que são destinadas aos cursos scientificos.

Art. 23. Um dos serventes do estabelecimento será especialmente encarregado da guarda e da conservação do material desses gabinetes e laboratorios, de conformidade com instruções especiaes que receberá do director.

## CAPITULO V

## DOS CONCURSOS PARA OS LIVROS E MATERIAL CLASSICO DAS ESCOLAS PUBLICAS

Art. 24. O Pedagogium abrirá annualmente um concurso com o fim de crear ou melhorar o material classico, mobilias, colleções technologicas, quadros decorativos, mappas, instrumentos e appparelhos das escolas publicas primarias.

Art. 25. O assumpto e o plano desses trabalhos serão propostos pelo director do Pedagogium e approvados pelo Governo.

Art. 26. O director dará instruções para o julgamento dos trabalhos por uma commissão que nomeará.

Art. 27. Do trabalho preferido fará aquisição o museo pedagogico, que lhe dará a applicação mais conveniente, podendo ceder ao autor o direito de exploração durante um certo periodo.

## CAPITULO VI

## DAS EXPOSIÇÕES ESCOLARES ANNUAES

Art. 28. As exposições escolares annuaes realizar-se-hão durante os oito ultimos dias do anno lectivo e terão por principal objecto demonstrar o progresso realizado nas escolas em um certo e determinado periodo.

Art. 29. Não se procurará nestas exposições estabelecer paralelo ou confronto entre os expozitores ; porém verificar e apreciar o zelo, a dedicação e a solitudine de cada professor em beneficio da escola.

Art. 30. O merito dos professores revelado nessas exposições será tido em grande conta, para serem julgados pelo Governo os serviços do magisterio publico e particular.

## Art. 31. A exposição constará de duas secções:

## 1ª secção

|                             |                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                             | dos jardins da infancia.....                                                                       | tecido, trançado, dobrado, picado, bordado, desenho monochromo e polychromo em papel quadriculado, etc.                                                                                                                                                                                                                                |
|                             | das escolas primarias do sexo masculino.....                                                       | 1ª serie: cadernos de escripta, dictado, exercicios especiaes de calligraphia, redacção ou composição, analyses, problemas, planos, cartas geographicas, desenho linear, de ornato e de figura; 2ª serie: brochura, cartonagem, figuras geometricas de papelão, arame ou terra de modelar, productos diversos das officinas escolares. |
|                             | de alumnos.....                                                                                    | das escolas primarias do sexo feminino..... 1ª serie: os mesmos trabalhos indicados na serie correspondente para o sexo masculino; 2ª serie: trabalhos de agulha, moldes, côrtes, roupas simples, applicações da costura, serzidos, marcas, rendas, crivo, tricôt, crochet, bordado, flores, aquarella, pintura a oleo, etc.           |
| 1.ª Trabalhos classicos.... | dos cursos secundarios e normaes....                                                               | cadernos de traducção, significados, analyses, dissertações, problemas, quadros synopticos, chrono e synchronologicos, exercicios cartographicos, preparações de historia natural e de chimica, desenho, aquarella, pintura, productos das officinas de trabalhos manuaes, etc.                                                        |
|                             | de professores: planos e programmas de estudos, emprego do tempo, organização pedagogica especial. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

## 2ª secção

|                             |                                                                                                           |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                             | compendios, cartas, quadros, mappas, instrumentos e aparelhos.                                            |
| 2.ª Material de ensino..... | de preferencia: livros de leitura, quadros historicos, estampas, poesias e canticos de assumpto nacional. |
|                             | A 2ª secção comprehenderá:                                                                                |
|                             | 1º, collecções de animaes, vegetaes, mineraes que interessam ás artes e ás industrias do paiz;            |
|                             | 2º, moveis, utensilios, peças de ornamentação escolar;                                                    |
|                             | 3º, aparelhos de gymnastica apropriados á escola brasileira;                                              |

Art. 32. Os exercícios de calligraphia, desenho linear, redacção, analyse, significados, traducções, dissertações, problemas, cartas geographicas, quadros synopticos, deverão abranger no minimo o periodo lectivo de tres mezes, apresentar uma disposição progressiva, trazer as corrigendas, notas ou observações dos respectivos professores, alim de exprimirem o trabalho real, constante e consciencioso da escola, o methodo, a qualidade e a gradação dos deveres.

Art. 33. Os trabalhos serão recebidos até à vespera da abertura da exposição.

Art. 34. Serão excluidos os que já tiverem figurado em outras exposições, ou forem apresentados depois de inaugurada a exposição.

Art. 35. Devem trazer em caracteres bem legiveis o nome do autor, idade, naturalidade, tempo de frequencia escolar e a indicação do estabelecimento a que pertenciam ou sómente o nome e a naturalidade do expositor, conforme a secção em que devam figurar.

Art. 36. Uma relação em duplicata deverá acompanhar os objectos.

Art. 37. O director do Pedagogium nomeará um jury para estas exposições, o qual apresentará um relatorio, que será enviado ao Governo.

Art. 38. Neste relatorio o jury poderá propôr para cada grupo dos trabalhos indicados no art. 31 tres diplomas de 1ª classe, seis diplomas de 2ª classe e 12 menções honrosas.

Art. 39. Os nomes dos premiados nessas exposições serão incluidos no quadro de honra do Pedagogium.

Art. 40. Os objectos, que não forem reclamados pelos expositores até oito dias depois de encerrada a exposição annual, terão o destino que o director do Pedagogium julgar mais conveniente.

## CAPITULO VII

### DA ESCOLA MODELO

Art. 41. Annexa ao Pedagogium haverá uma escola primaria modelo, sob a immediata fiscalização do director do estabelecimento.

Art. 42. Será regida por um professor e dois adjuntos nomeados dentre os diplomados por qualquer das Escolas Normaes da União.

Art. 43. Nessa escola observar-se-ha fielmente o regulamento organizado pelo director do Pedagogium e nella serão experimentados, sempre que for conveniente, quaesquer modos, methodos, fórmás e processos de ensino.

Art. 44. O professor e os adjuntos da escola modelo terão as mesmas vantagens concedidas aos professores publicos primarios do Districto Federal.

## CAPITULO VIII

## DA CLASSE TYPO DE DESENHO

Art. 45. O Pedagogium terá uma sala que sirva de classe typo de desenho, quanto á organização material.

Art. 46. Com autorização do director poderão ahi trabalhar os alumnos e professores das escolas e collegios publicos ou particulares.

## CAPITULO IX

## DAS OFFICINAS DE TRABALHOS MANUAES

Art. 47. As officinas de trabalhos manuaes servirão de typo, quanto á organização material e pedagogica desta materia do programma das escolas primarias.

Art. 48. Serão dirigidas por um mestre que dará lições praticas duas vezes por semana.

Art. 49. Fabricarão de preferencia objectos, que tenham util applicação nas escolas publicas primarias.

## CAPITULO X

## DA «REVISTA PEDAGOGICA»

Art. 50. A *Revista Pedagogica* publicará os actos officiaes relativos á instrucção primaria e secundaria, as conferencias e lições dos cursos do Pedagogium, memorias de pedagogia, especialmente pratica de autores nacionaes e estrangeiros, juizos criticos sobre os methodos e processos de ensino, todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional.

Art. 51. Dos trabalhos dignos de nota será conservada a composição typographica para imprimirem-se fasciculos ou volumes, destinados a formar a bibliotheca especial do Pedagogium.

Art. 52. A Revista será distribuida gratuitamente aos professores publicos primarios e secundarios, á imprensa e aos estabelecimentos publicos de instrucção nacionaes e estrangeiros.

Art. 53. O director do Pedagogium contractará a publicação da Revista e das Memorias com o editor que mais vantagens offerecer, sob as condições que julgar convenientes no ponto de vista economico.

O contracto será submettido á approvação do Governo.

## CAPITULO XI

## DO PESSOAL

Art. 54. Ao director do Pedagogium, além dos outros deveres geraes do cargo, cumpre :

- 1º, dirigir as conferencias e os cursos scientificos ;
- 2º, fixar a disposição geral do museo e o plano de classificação das collecções ;
- 3º, adquirir livros, periodicos, instrumentos,apparelhos e quizesquer outros objectos applicaveis ao ensino primario e secundario ;
- 4º, acceitar, emprestar, permutar, alienar, eliminar os objectos segundo as necessidades do museo ;
- 5º, mandar imprimir catalogos, noticias, programmas, memorias attinentes ao ensino ;
- 6º, dirigir a *Revista Pedagogica* ;
- 7º, propôr o plano e o assumpto para os concursos de que trata o cap. V ;
- 8º, representar o museo na commissão incumbida de julgar esses concursos ;
- 9º, corresponder-se regularmente com os estabelecimentos congeneres ;
- 10, dirigir as exposições escolares annuaes de que trata o cap. VI ;
- 11, apresentar ao Governo um relatorio annual e o balanço da receita e despeza do Pedagogium ;
- 12, nomear e demittir os serventes.

Art. 55. Ao sub-director secretario, que será escolhido entre os individuos mais distinctos do professorado publico ou particular, cumpre, além dos deveres geraes do cargo :

- 1º, auxiliar o director ;
- 2º, substituil-o nos seus impedimentos ;
- 3º, organizar o catalogo da bibliotheca e das collecções do museo.

Art. 56. Ao conservador, que será nomeado pelo ministro, por proposta do director, incumbe :

- 1º, ter sob sua guarda o material do estabelecimento, pelo qual é responsavel e cujo asseio e boa ordem procurará manter escriptulosamente ;
- 2º, auxiliar o secretario e substituil-o nos seus impedimentos ;
- 3º, ter a seu cargo o serviço das bibliothecas fixa e circulante.

Art. 57. Ao escriptuario, que será tambem nomeado pelo ministro, por proposta do director, compete fazer os trabalhos calligraphicos e outros de que for encarregado pelo director, pelo secretario ou conservador ; catalogos, listas, legendas, rotulos, etc.

Art. 58. O porteiro, que será igualmente nomeado pelo ministro, por proposta do director, é immediatamente responsavel pelos objectos existentes no Pedagogium e compete-lhe :

1º, ter sempre em dia a escripturação do livro dos visitantes, um registro diario da entrada e sahida dos objectos, officios, etc. ;

2º, receber mensalmente do Thesouro Nacional a quantia que for marcada pelo director para despesas de prompto pagamento ;

3º, pagar as despesas que forem autorizadas pelo director ;

4º, apresentar, no ultimo dia de cada mez, uma nota em duplicata das despesas feitas e do saldo existente até essa data.

Art. 59. No caso de infracção de quaesquer disposições do presente regulamento ou do regimento interno, fica o pessoal do Pedagogium sujeito ás seguintes penas :

1ª, admoestação ;

2ª, multa até 50\$000 ;

3ª, suspensão do exercicio e vencimentos até tres mezes ;

4ª, demissão.

Paragrapho unico. As tres primeiras penas serão impostas pelo director e a ultima pelo ministro, no caso de terem sido já applicadas aquellas tres.

## CAPITULO XII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 60. Na Secretaria do Pedagogium haverá os seguintes livros :

1º, o de registro dos empregados ;

2º, o de correspondencia do director ;

3º, o de registro de contas ;

4º, o de movimento de entrada e sahida dos livros e objectos ;

5º, o do inventario com duas secções especiaes: bibliotheca e museu ;

6º, o dos cursos scientificos e conferencias.

§ 1.º Estes livros serão abertos, encerrados e rubricados pelo director.

§ 2.º No Pedagogium e na Bibliotheca Nacional serão archivados os catalogos — *Lima Franco* —, annotados por occasião do inventario, a que procederam o secretario e o conservador do Pedagogium, quando receberam a bibliotheca e o material classico da extincta Associação Mantenedora do Museo Escolar.

Art. 61. O director, o secretario, o conservador, o escripturario e o porteiro terão direito a aposentadoria de accordo com a legislação que vigora para os funcionarios da respectiva Secretaria de Estado.

Art. 62. Fica revogado o regulamento de 16 de agosto de 1890.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1892.— *Fernando Lobo*.



## TABELLA DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DO PEDAGOGIUM

|                              | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL      |
|------------------------------|------------|--------------|------------|
| Director.....                | 4:000\$000 | 2:000\$000   | 6:000\$000 |
| Sub-director secretario..... | 3:200\$000 | 1:600\$000   | 4:800\$000 |
| Conservador.....             | 1:800\$000 | 600\$000     | 2:400\$000 |
| Escripturario.....           | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000 |
| Porteiro.....                | 1:200\$000 | 600\$000     | 1:800\$000 |
| Mestre das officinas.....    | 800\$000   | 400\$000     | 1:200\$000 |

Capital Federal, 23 de dezembro de 1892.— *Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1179 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1892

Dá novo regulamento ao Museo Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 3º, n. III, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve approvar, para o Museo Nacional, o regulamento que a este acompanha assignado pelo Ministro de Estado Dr. Fernando Lobo.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

## Regulamento a que se refere o decreto n. 1179 desta data

### CAPITULO I

#### DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS

Art. 1.º O Museo Nacional tem por fim estudar a historial natural do Globo e em particular do Brazil, cujas produções nas turasas deverá colligir, classificando-as pelos methodos mais

aceitos nos gremios scientificos modernos e conservando-as acompanhadas de indicações quanto possível explicativas ao alcance dos entendidos e do publico.

Art. 2.º O Museo Nacional dividir-se-ha em quatro secções:

- 1.ª De zoologia, anatomia e embryologia comparada.
- 2.ª De botanica.
- 3.ª De mineralogia, geologia e paleontologia.
- 4.ª De anthropologia, ethnologia e archeologia.

## CAPITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3.º A direcção e fiscalização de todos os ramos do serviço do Museo Nacional serão exercidas pelo director geral, com auxilio de um conselho administrativo sob a presidencia do mesmo director.

Art. 4.º Para o regimen administrativo e trabalhos do estabelecimento, haverá o seguinte pessoal:

- 1 Director geral ;
- 4 Directores de secção ;
- 4 Sub-directores, servindo um de secretario ;
- 4 Naturalistas ajudantes ;
- 1 Bibliothecario ;
- 1 Sub-secretario ;
- 5 Preparadores ;
- 1 Porteiro ;
- 1 Ajudante de porteiro ;
- 1 Continuo ;
- 1 Jardineiro chefe ;
- 2 Guardas ;
- 6 Serventes ;
- 20 Trabalhadores.

### DO DIRECTOR GERAL

Art. 5.º O director geral é a primeira autoridade do Museo ; exerce superior fiscalização sobre todos os outros empregados e é o unico responsavel pelas ordens que der fóra das prescripções deste regulamento. Compete-lhe:

1.º Corresponder-se directamente com os ministros, governadores dos Estados e outras autoridades nacionaes o estrangeiras, em assumptos puramente relativos ao desenvolvimento scientifico do Museo ;

2.º Expedir as ordens necessarias á regularidade do serviço de cada secção, applicar aos empregados as penas disciplinares que couberem nas suas attribuições e representar ao ministro, a quem for subordinado, sobre as necessidades de penas maiores ou de outras providencias ;

3.º Convocar e presidir o conselho administrativo, sempre que se tornar necessaria a sua reunião ;

4.º Rever e assignar a folha de pagamento dos empregados e despachar os pedidos de artigos que tenham de ser comprados para o estabelecimento ;

5.º Inspeccionar frequentemente as secções, bibliotheca, secretaria e outras dependencias do Museo ;

6.º Nomear, suspender e demittir os empregados do estabelecimento, quando for isto da sua competencia ;

7.º Julgar justificadas ou não as faltas dos mesmos empregados até oito dias e communicar ao ministro quando excederem de tal prazo ;

8.º Autorisar sob sua responsabilidade as despezas de caracter urgente, cuja importancia não exceda de 200\$000, dando disto conhecimento ao conselho na sua primeira reunião ;

9.º Indicar pessoas idoneas para preenchimento dos cargos que, independente de concurso, tenham de ser providos pelo ministro, assim como os profissionais estrangeiros que, na deficiencia de nacionaes, estejam no caso de ser contractados para o exercicio de qualquer logar do Museo ;

10. Apresentar ao Governo, até ao ultimo dia de fevereiro, um relatório circumstanciado de todo o movimento administrativo e scientifico do anno anterior, com indicação das necessidades a attender a bem da prosperidade da Repartição ;

11. Solicitar do ministro as providencias que julgar necessarias ao estabelecimento e promover relações entre este e instituições analogas nacionaes e estrangeiras ;

12. Organizar os modelos da escripturação do Museo, submettendo-os à approvação do ministro, em seguida à publicação do presente regulamento ;

13. Assignar toda a correspondencia ;

14. Nomear dentre os directores, sub-directores e naturalistas do Museo, as commissões de exame dos candidatos às vagas de naturalistas e solicitar do ministro a nomeação de commissões identicas para provimento dos logares de directores de secção ;

15. Assignar com o secretario os titulos conferidos pelo conselho administrativo, nos termos do art. 6º n. 4 ;

16. Exercer quaesquer outras attribuições que lhe couberem por este regulamento e mais disposições em vigor.

#### DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 6.º O conselho administrativo do Museo será composto do director geral, como presidente, dos directores de secção e dos sub-directores como vogaes.

Ao conselho administrativo incumbe :

1.º Estudar as questões sobre que for consultado, indicando as providencias que julgar mais uteis e necessarias a bem da manutenção e do progresso do Museo ;

2.º Organizar as instrucções destinadas ás commissões technicas, afim de serem colligidos objectos de historia natural, indicando o director de cada secção o que mais convenha ao augmento e riqueza de suas collecções;

3.º Redigir as instrucções e programma dos concursos para os cargos providos por esse meio;

4.º Conferir o título de membro correspondente aos nacionaes e estrangeiros dignos desta distincção, por trabalhos de universal notoriedade;

5.º Organizar e formular o regimento interno para ser apresentado á approvação do ministro;

6.º Reunir-se sempre que for convocado pelo director geral ou a requerimento de tres de seus membros;

7.º Designar os naturalistas que devam ser incumbidos de excursões sciottificas, fixando o tempo de duração destas, zonas em que devem se realizar e a diaria que deve ser abonada nos termos da observação 1.ª da tabella annexa ao presente regulamento;

8.º Resolver sobre a acquisição, de artigos que tenham de ser comprados para o Museo, obras a executar e quaesquer outras medidas que não sejam da privativa competencia do director geral.

#### DAS SESSÕES DO CONSELHO

Art. 7.º A's sessões do conselho administrativo são obrigados a comparecer todos os membros que o compoem, os quaes deverão ser convocados com 24 horas de antecedencia pelo menos.

Art. 8.º A abertura da sessão terá logar logo que, dada a hora marcada, se ache presente a maioria dos membros do mesmo conselho, inclusive o presidente.

§ 1.º Antes de entrar-se na materia para que houver sido convocada a sessão, o secretario procederá a leitura do expediente, que terá o destino designado pelo presidente, conforme a importancia do assumpto.

§ 2.º As discussões versarão exclusivamente sobre a materia que houver motivado a convocação ou assumptos que com ella immediatamente se relacionem.

Art. 9.º O conselho não poderá deliberar sem que se ache reunida a maioria de seus membros, cabendo ao presidente o voto de qualidade no caso de empate.

Paragrapho unico. Incorre na perda da gratificação diaria o membro do conselho que não comparecer á sessão, salvo os casos de impedimento por serviço publico ou de molestia provada por attestado medico.

Art. 10. Para a tomada de contas, o conselho celebrará uma sessão ordinaria, que terá logar até ao dia 10 de cada mez; nesta sessão serão examinados os documentos da receita e despeza do mez antecedente, os quaes, depois de confrontados com os lançamentos feitos, serão enviados á estação competente, ficando uma das vias na secretaria do Museo.

Art. 11. Nenhuma despesa será levada em conta sinão quando for feita em virtude de deliberação do conselho ou autorizada pelo director geral, nos limites do art. 5º n. 8.

Art. 12. No livro das actas do conselho serão escripturados os termos de suas sessões, inclusive os de contractos, as deliberações tomadas e outras occorrencias, devendo taes termos ser lavrados pelo secretario ou seu auxiliar e assignados por todos os membros que tiverem comparecido.

Art. 13. Exercerá as funcções de fiscal do conselho o director de secção mais antigo, a quem incumbe o examo minucioso de todos os documentos da receita e despesa, rubricando-os depois de verificar a sua exactidão e legalidade.

Art. 14. Nos livros de contas do conselho não se fará lançamento algum sem que estejam preenchidas todas as formalidades prescriptas neste regulamento, ficando responsaveis pela preterição de qualquer dessas formalidades o fiscal e o secretario do conselho.

#### DOS DIRECTORES DE SECÇÃO

Art. 15. Aos directores de secção incumbe :

1.º Classificar, segundo os methodos e systemas mais conhecidos nos principaes Museos, os objectos contidos em suas secções, organizando o respectivo catalogo com toda a minuciosidade, mencionando a origem, valor e applicação de cada *specimen*, bem como quaesquer outras informações uteis dadas por convenções graphicas ou por cores explicativas, etc.;

2.º Submitter ao director geral, até ao fim de janeiro, a exposição dos trabalhos realizados na secção durante o anno antecedente, com a indicação das providencias que entender necessarias ao melhoramento do serviço a seu cargo ;

3.º Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento, bem como o regimento interno e quaesquer instrucções a bem do serviço sob sua direcção, que lhes forem transmittidas;

4.º Levár ao conhecimento do director geral as faltas e infracções commettidas por seus subordinados ;

5.º Assignar os pedidos de artigos necessarios á sua secção.

#### DOS SUB-DIRECTORES DE SECÇÃO

Art. 16. Aos sub-directores de secção compete :

1.º Substituir o director em suas faltas e impedimentos ;

2.º Auxiliá-o nos trabalhos da secção, particularmente na inspecção das collecções e objectos da secção, bem como na confecção dos respectivos catalogos ;

3.º Velar pela boa ordem da secção, evitando que pessoas estranhas ao serviço tenham ali ingresso abusivo e prejudicial aos trabalhos em execução.

Paragrapho unico. O sub-director que exercer o cargo de secretário perceberá a gratificação especial de 600\$ annuaes.

## DO SECRETARIO

Art. 17. Ao secretario compete :

1.º Minutar a correspondencia do Museo, de conformidade com as instrucções que receber do director geral, a quem é immediatamente subordinado ; -

2.º Preparar e instruir com os necessarios esclarecimentos todos os papeis que tenham de subir ao conhecimento do director ou ser examinados pelo conselho administrativo, fazendo succinta exposição delles e interpondo a sua opinião, quando parecer isto necessario ;

3.º Lavrar ou fazer lavrar sob suas vistas os termos de exames que tiverem logar no Museo e as actas das sessões do conselho administrativo ;

4.º Preparar os esclarecimentos que devem servir de base ao relatorio do director ;

5.º Fazer registrar no livro competente, sob sua responsabilidade, todas as alterações occorridas com os empregados do Museo ;

6.º Propôr ao director todas as medidas para o bom andamento dos trabalhos da secretaria, fiscalizal-os, e conservar sob sua guarda, devidamente archivados, os livros e documentos relativos á administração do estabelecimento ;

7.º Organizar a lista dos volumes destinados a permutas internacionais e expedil-os, devidamente rotulados, a seus destinos.

## DO SUB-SECRETARIO

Art. 18. Ao sub-secretario compete :

1.º Auxiliar ao secretario em todos os trabalhos da secretaria, substituindo-o nas suas faltas e impedimentos ;

2.º Escripturar, sob direcção e responsabilidade do secretario, o lançamento de toda a receita e despesa da Repartição ;

3.º Auxiliar o serviço de expedição e recepção de quaesquer objectos que saiam da Repartição ou que nella tenham entrada.

## DOS NATURALISTAS AJUDANTES E DOS PREPARADORES

Art. 19. Os naturalistas e preparadores serão distribuidos em numero igual pelas quatro secções, com excepção da de zoologia que terá mais um preparador.

Art. 20. Aos naturalistas ajudantes incumbe :

1.º Auxiliar aos directores de secção nos trabalhos de classificação e em quaesquer outros technicos realizados nas secções ;

2.º Effectuar as excursões de que forem incumbidos para o augmento das collecções do Museo, de accordo com as instrucções que receberem.

Art. 21. Compete aos preparadores :

1.º Realizar todos os trabalhos de preparação e velar pela conservação de todos os objectos da secção em que servirem ;

2.º Auxiliar aos directores, sub-directores e naturalistas das secções na confecção dos catalogos, nos trabalhos de coordenação e em outros technicos;

3.º Assistir ás conferencias feitas no estabelecimento e formular os pedidos dos artigos necessarios á secção, pedidos estes que serão assignados pelo respectivo director, seguindo depois os tramites do art. 31;

4.º O preparador é o responsavel pela guarda e conservação dos objectos do gabinete ou laboratorio a seu cargo, devendo ter sempre em dia o inventario de taes objectos.

#### DO BIBLIOTHECARIO

Art. 22. Ao bibliothecario compete :

1.º Velar pela conservação e boa ordem dos livros, revistas, folhetos, mappas, estampas, etc., confiados á sua guarda;

2.º Organizar devidamente um catalogo, por materia e ordem alphabetica, de todos os livros, revistas, etc. existentes na bibliotheca, tendo sempre em dia esse catalogo de modo a facilitar a consulta;

3.º Apresentar semestralmente ao director geral um relatorio indicando as obras adquiridas, quantas foram consultadas no semestre anterior e um mappa demonstrativo dos volumes existentes na bibliotheca;

4.º Fazer a escripturação de todos os livros da bibliotheca, tendo-os sempre em dia e na melhor ordem;

5.º Propôr por escripto ao director geral as medidas que lhe parecerem acertadas com o fim de melhorar as condições da bibliotheca e de tornar mais proveitosa a sua existencia.

#### AGENTE-THESOUREIRO

Art. 23. O conselho administrativo designará annualmente dentre os empregados do Museo um que não funcione no mesmo conselho, para desempenhar as funcções de agente-thesoureiro, o qual ficará incumbido da acquisição de todos os artigos necessarios ao estabelecimento.

Paragrapho unico. O referido agente será tambem encarregado do recebimento de dinheiros do Thesouro, da organização das folhas de vencimentos, dos pagamentos e de outros serviços que lhe forem determinados pela directoria ou pelo conselho administrativo.

Art. 24. O empregado que exercer as funcções de agente-thesoureiro perceberá uma gratificação especial de 300\$ annuaes.

#### DO PORTEIRO

Art. 25. Ao porteiro, que terá residencia no edificio, incumbe:

1.º Cuidar da segurança e asseio do Museo Nacional e cumprir as ordens e instrucções que lhe forem nesse sentido prescriptas pelo director geral;

2.º Tomar o ponto, dirigir e fiscalizar o serviço dos guardas e serventes;

3.º Verificar a entrada e sahida de volumes e artigos de qualquer natureza, o que só poderá ter lugar de accordo com disposições regulamentares.

Art. 26. Haverá na portaria um livro destinado ao registro das entradas e sahidas de que acima se trata.

#### DO AJUDANTE DO PORTEIRO

Art. 27. O ajudante do porteiro é o immediato auxiliar do porteiro, a quem substituirá na sua ausencia e impedimentos, cabendo-lhe igual responsabilidade pelas faltas de que resultar prejuizo á guarda e conservação do estabelecimento.

#### DO CONTINUO

Art. 28. Ao continuo compete:

Levar ao seu destino a correspondencia official do Museo e executar as ordens que em serviço da Repartição lhe forem prescriptas.

#### DO JARDINEIRO-CHEFE

Art. 29. Ao jardineiro-chefe incumbe:

1.º Tomar o ponto dos trabalhadores, fiscalizando-lhes o respectivo serviço, no que será auxiliado por um dos guardas;

2.º Velar cuidadosamente pela conservação, asseio e embellezamento do parque, horto-botanico e jardins, dirigindo as respectivas culturas, segundo as determinações do director geral e do da secção de botanica.

### CAPITULO III

#### DOS FORNECIMENTOS E CONTRACTOS

Art. 30. A execução de obras e os fornecimentos de artigos necessarios ao Musco, serão feitos por contractos celebrados em sessão do conselho administrativo, mediante concorrência publica, chamada pelos jornaes de maior circulação.

Art. 31. A aquisição dos artigos de pequena importancia e que não sejam da natureza daquelles que possam figurar em contractos semestraes ou annuaes, realizar-se-ha por intermedio do agente-thesoureiro, mediante pedido explicativo com o — visto — do fiscal do conselho e despachado pelo director geral.

Art. 32. Si annunciada a concorrência duas vezes consecutivas, com intervallo de dez dias, não apparecerem proponentes, o conselho resolverá sobre o objecto da mesma concorrência do modo que melhor attenda ás necessidades do Museo e aos interesses da Fazenda Nacional.



Art. 33. Para effectuar-se a compra de qualquer artigo que, pelo director geral ou pelo conselho administrativo, for resolvida, se exigirão do agente-thesoureiro informações por escripto que serão acompanhadas, sempre que for possível, das respectivas amostras para exame da qualidade.

Art. 34. Os fornecimentos feitos ao Museo serão examinados por uma comissão composta de um dos directores ou sub-directores de secção, de um naturalista e do sub-secretario, os quaes, reunidos, verificarão a qualidade, peso ou quantidade dos artigos a receber, devendo recusar-os, si não estiverem em condições de ser aceitos.

Paragrapho unico. A dita comissão dará immediatamente conta ao director geral do resultado do seu exame, a fim de que elle providencie sobre a substituição do artigo ou artigos rejeitados.

Art. 35. O agente-thesoureiro entregará ao fiscal do conselho, até ao dia 5 de cada mez, as contas da receita e despeza do mez anterior, instruindo-as com os respectivos documentos, a fim de serem examinadas pelo conselho na sessão ordinaria de tomada de contas.

#### CAPITULO IV

##### DAS CONFERENCIAS PUBLICAS

Art. 36. Os directores, sub-directores e naturalistas do Museo, sempre que parecer conveniente aos interesses do estabelecimento e do serviço, realizarão conferencias publicas, sobre assumptos concernentes ás especialidades de suas secções.

Além dos respectivos empregados, poderão fazer essas conferencias os membros correspondentes e profissionais illustres que se tenham salientado nas sciencias comprehendidas nas diversas secções do Museo.

#### CAPITULO V

##### DAS PUBLICAÇÕES

Art. 37. O Museo Nacional publicará trimensalmente uma revista intitulada — *Revista do Museo Nacional do Rio de Janeiro* — na qual serão publicadas investigações realizadas sobre as especialidades da Repartição, noticias originaes referentes á historia natural e relatorios interessantes a respeito de excursões scientificas effectuadas no interior do Brazil.

Art. 38. A redacção da Revista ficará a cargo do conselho administrativo, sob a immediata direcção do director geral, e a sua distribuição far-se-ha gratuitamente ás bibliothecas e estabelecimentos scientificos e litterarios, publicos ou de character particular, bem como aos Museos e Institutos estrangeiros, com os quaes convenha manter correspondencia.

Art. 39. A impressão da Revista se fará na Imprensa Nacional ou no estabelecimento typographico que offereça maiores vantagens, devendo neste caso ser contractada semestralmente pelo conselho administrativo.

Art. 40. No contracto se mencionará o formato, numero de paginas e outras condições que sejam reputadas convenientes em relação à Revista.

## CAPITULO VI

### DAS NOMEAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES, LICENÇAS, VENCIMENTOS E APOSENTAÇÕES

Art. 41. As nomeações do director geral, dos directores de secção, sub-directores, naturalistas, secretario, sub-secretario e bibliothecario, serão feitas por decreto; as de preparadores, porteiro, ajudante do porteiro, continuos e jardineiro-chefe, por portaria do ministro. Os demais empregadas serão de livre nomeação do director geral.

§ 1.º Os naturalistas ajudantes serão nomeados por concurso feito perante uma comissão de exame, que será composta do director geral, como presidente, e de dous directores de secção, sendo um destes o da secção em que existir a vaga.

§ 2.º As vagas de sub-directores serão preenchidas por accesso do naturalista da respectiva secção e, na falta deste, por concurso.

Art. 42. Os estrangeiros só poderão occupar os logares de directores de secção, temporariamente e por contracto, na falta de nacionaes.

Art. 43. As demissões, substituições, licenças e frequencia dos empregados, as penas disciplinares e os descontos dos respectivos vencimentos, serão regidos pelo Código approved pelo decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892, em tudo que não estiver especialmente determinado neste regulamento.

Art. 44. A aposentação será concedida nos termos da lei geral que regular a materia para os demais funcionarios federaes.

## CAPITULO VII

### DOS CONCURSOS

Art. 45. Dada a vaga de director de secção ou de naturalista, será aberta a inscripção no prazo maximo de quatro mezes, mandando o director geral proceder aos respectivos annuncios pelo *Diario Official* e outros jornaes de maior circulação.

Art. 46. O concurso constará de dissertação escripta e oral e da prova pratica sobre pontos tirados á sorte, de accordo com o programma previamente organizado pelo conselho administrativo e approved pelo ministro.

Art. 47. São requisitos necessários para a admissão ao concurso :

- 1.º A qualidade de cidadão brasileiro ;
- 2.º Capacidade profissional ;
- 3.º Moralidade provada por folha corrida.

Paragrapho unico. A capacidade profissional será provada por títulos scientificos dos estabelecimentos de ensino superior do Brazil ou de academias ou institutos scientificos estrangeiros devidamente reconhecidos.

Art. 48. A prova escripta constará de um ponto tirado á sorte e durará tres horas, durante as quaes os candidatos se conservarão desacompanhados de pessoas estranhas, de livros ou de notas.

Esta prova, prestada na presença da commissão examinadora, será lida perante todos os membros do conselho administrativo pelo candidato, sob inspecção dos outros ou de um membro do conselho, caso haja um só candidato.

Art. 49. A exposição oral será publica, durará uma hora e constará de um assumpto importante sobre qualquer das materias comprehendidas na respectiva secção e tirado á sorte com duas horas de antecedencia.

Art. 50. As provas praticas serão feitas de conformidade com as disposições estabelecidas nos programmas especiaes.

Art. 51. Satisfeitas as formalidades do concurso, o conselho administrativo procederá á votação por escrutinio secreto, sobre a capacidade de cada candidato, considerando-se excluidos desde logo os que não obtiverem dous terços da votação total.

Em seguida, e da mesma fôrma, far-se-ha a classificação por ordem de merecimento dos candidatos não excluidos.

Art. 52. Concluida a votação e em acto successivo, o conselho organizará a lista dos candidatos aceitos e classificados, conforme o disposto no artigo precedente, a fim de ser apresentada com a proposta do candidato que julgar preferivel.

Art. 53. O director geral enviará ao ministro, com a proposta dos candidatos, cópias das actas do processo do concurso e as provas escriptas, bem como uma informação minuciosa sobre todas as circumstancias occorridas, communicação especial do modo com que se houveram os candidatos nos actos do concurso, do seu procedimento moral, das suas habilitações scientificas, dos seus trabalhos impressos e dos serviços que tenham prestado ao Estado.

Art. 54. Si terminado o prazo da inscripção nenhum candidato se tiver apresentado, o director geral procederá a novos annuncios, espaçando por igual tempo o primeiro prazo ; caso neste segundo ainda ninguem se haja inscripto, communicar-o-ha ao Governo, com uma proposta de tres candidatos para cada logar, organizada pelo conselho administrativo, para que o Governo providencie como melhor convier.

Art. 55. Para as nomeações dos cargos que tenham de ser providos mediante concurso, serão preferidos, em igualdade de condições, os concorrentes que já pertencerem ao quadro dos empregados do Museo.

## CAPITULO VIII

## DA ESCRIPTURAÇÃO

Art. 56. Para a regularidade do serviço, haverá no Museo os seguintes livros :

## NA DIRECTORIA GERAL

1. Registro de officios a diversas autoridades.
2. Registro das ordens expedidas pela Directoria às diversas repartições do estabelecimento.
3. Do ponto dos empregados.
4. Registro dos assentamentos dos mesmos empregados, com todas as alterações que lhes disserem respeito.

## NO CONSELHO ADMINISTRATIVO

5. Registro das actas das sessões do conselho e dos termos de contractos.
6. Registro da receita e despesa.

## NAS SECÇÕES

7. Registros dos pedidos feitos á Directoria.
8. Registro da entrada e sahida de objectos da secção.

## NA BIBLIOTHECA

9. Para o catalogo de que trata o n. 2 do art. 22.
10. Registro de pedidos feitos á Directoria Geral, de artigos que tenham de ser comprados para a bibliotheca, mencionando-se em cada pedido a data do respectivo fornecimento.
11. Para o catalogo especial dos livros que só podem ser consultados na bibliotheca.
12. Registro de entradas e sahidas dos livros, revistas, estampas, mappas, etc.
13. Registro dos recibos dos directores de secções.

## NA PORTARIA

14. Registro das entradas e sahidas de quaesquer antigos, de conformidade com o n. 3 do art. 25.

Art. 57. Os livros mencionados no artigo antecedente serão abertos, encerrados e rubricados pelo director geral e terão o

numero de folhas, formato e dimensões marcados nos respectivos modelos, de conformidade com os quaes deverão ser escripturados.

Paragrapho unico. Serão responsaveis pelo asseio e regularidade da escripturação de taes livros, os seguintes funcionarios:

O secretario, pelos da Directoria Geral e do conselho administrativo; o bibliothecario, pelos da bibliotheca; os directores de secção, pelos da respectiva secção e, finalmente, o porteiro, pelo da portaria.

Art. 58. No fim de cada anno serão encadernados em volumes distinctos os avisos e portarias do ministro, os pedidos feitos á Directoria Geral, de artigos necessarios ao Museo e outras quaesquer obras ou documentos de reconhecida importancia.

## CAPITULO IX

### DAS EXCURSÕES

Art. 59. O pessoal tecnico do Museo realizará as excursões ulgadas necessarias, a fim de adquirir productos naturaes, artefactos indigenas, etc., ou para o exame de qualquer phenomeno cujo estudo aproveite á instituição e á sciencia.

Art. 60. Ao funcionario itinerante será entregue o material necessario aos trabalhos da excursão e uma caderneta rubricada pelo director geral, na qual mencionará as suas pesquisas, devendo essa caderneta ficar archivada na secretaria do Museo.

## CAPITULO X

### DOS LABORATORIOS

Art. 61. Cada secção terá um laboratorio destinado á preparação dos objectos que devem fazer parte das respectivas colleções e a qualquer estudo ou pesquisa sobre assumpto da mesma secção.

Art. 62. Haverá em cada laboratorio um inventario dosapparelhos e instrumentos nelle existentes e que só poderão ser dahi retirados em serviço da Repartição, observado o disposto no paragrapho unico do art. 74.

Art. 63. O fornecimento dos objectos destinados aos laboratorios se fará mediante pedido do director da respectiva secção ao director geral, que providenciará sobre a sua aquisição pelos meios prescriptos neste regulamento. O director de secção poderá, entretanto, indicar o meio que lhe parecer mais vantajoso de realizar a referida aquisição e no proprio pedido passará recibo, logo que tenha sido elle satisfeito.

Art. 64. São immediatamente responsaveis pelos artigos existentes em cada laboratorio o director da secção e o respectivo preparador, cabendo a este a organização do inventario.

## CAPITULO XI

### DO PARQUE, HORTO-BOTANICO E JARDINS

Art. 65. O parque, horto-botanico e jardins teem por fim principal a cultura de especies vegetaes, especialmente indigenas, destinadas a estudos praticos de botanica, aformoseados de modo a fornecer ao publico instructiva e agradável diversão.

Art. 66. O director geral, de accordo com o da secção de botanica, prescreverá ao jardineiro-chefe as ordens necessarias ao cumprimento do artigo precedente.

Art. 67. O terreno pertencente ao Museo Nacional será convenientemente demarcado, fechado e illuminado a bem da necessaria conservação, fiscalização e policiamento.

## CAPITULO XII

### DA POLICIA DO MUSEO

Art. 68. O Museo será aberto ás 8  $\frac{1}{2}$  horas da manhã e fechado ás 4 da tarde.

Art. 69. Tanto na abertura como no fechamento das portas, o porteiro e seu ajudante procederão á mais minuciosa inspecção de todos os salões, gabinetes, laboratorios e mais dependencias internas do Museo.

Art. 70. Ao porteiro cumpre envidar o maior zelo e a mais activa vigilancia de dia, e mais ainda á noite, afim de evitar incendios, roubos ou qualquer outro damno ao Museo.

Art. 71. Para a policia do edificio, parque, horta e jardins, haverá constantemente ás ordens do director geral um destacamento de força publica com o numero sufficiente de praças para perfeito desempenho desse serviço.

## CAPITULO XIII

### DAS EXPOSIÇÕES PUBLICAS

Art. 72. Será franqueada ás pessoas decentemente vestidas a visita do estabelecimento, ás quintas-feiras, sabbados e domingos, das 11 horas da manhã ás 2  $\frac{1}{2}$  da tarde, podendo ser permittida pelo director geral, em outro qualquer dia, sem prejuizo do serviço.

Art. 73. O porteiro fiscalizará a exposição, fazendo-se auxiliar por seu ajudante e quatro serventes. Ao abrir as portas do edificio, recommendará ao commandante da força que fizer a policia do Museo, o maior cuidado para que não tenham ingresso menores sem pessoas que os guiem, individuos ebrios ou acompanhados de animaes e pessoas não decentemente vestidas.

## CAPITULO XIV

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 74. E' prohibida a retirada de qualquer objecto do Museo, salvo havendo mais de dous exemplares.

Paragrapho unico. Nenhum objecto sahirá do estabelecimento sem autorisação escripta do director geral, fazendo-se as devidas notas na repartição a cuja guarda estiver confiado o objecto e bem assim no livro da portaria.

Art. 75. Poderão ser admittidos, á requisição de qualquer dos directores de secção, coadjuvantes gratuitos até ao numero de dez, no maximo, que quizerem dedicar-se ao estudo da historia natural, quando disso não resultar inconveniente ao serviço e disciplina da Repartição, a juizo do director geral.

Art. 76. O regimento interno deverá ser submettido á approvação do ministro, dentro de um mez, a contar da data da publicação deste regulamento.

Art. 77. O director geral será substituido em seus impedimentos pelo director de secção mais antigo, podendo o Governo designar outro substituto, si assim entender conveniente.

Art. 78. Além das obrigações definidas no presente regulamento, os empregados do Museo ficam sujeitos ao desomponho de outras que lhes forem designadas pelo director geral ou pelo conselho administrativo, uma vez que digam respeito ao regimen economico e administrativo do estabelecimento.

Art. 79. Os vencimentos dos empregados do Museo serão os constantes da tabella annexa, a partir de 1 de janeiro de 1893.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1892.— *Fernando Lobo.*

Tabella dos vencimentos que devem perceber os empregados do Museo Nacional, conforme o decreto n. 1179 desta data

|    |                                                                                           | VENCIMENTO ANNUAL |              | TOTAL<br>DA CLASSE |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|--------------|--------------------|
|    |                                                                                           | Ordenado          | Gratificação |                    |
| 1  | Director geral .....                                                                      | 7:200\$000        | 2:800\$000   | 10:000\$000        |
| 4  | Directores de secção.....                                                                 | 4:000\$000        | 2:000\$000   | 24:000\$000        |
| 4  | Sub-directores, servindo um<br>de secretario com a grati-<br>ficação annual de 600\$000.. | 3:000\$000        | 1:500\$000   | 18:600\$000        |
| 4  | Naturalistas ajudantes.....                                                               | 2:400\$000        | 1:200\$000   | 14:400\$000        |
| 1  | Bibliothecario .....                                                                      | 2:400\$000        | 1:200\$000   | 3:600\$000         |
| 1  | Sub-secretario .....                                                                      | 2:000\$000        | 1:000\$000   | 3:000\$000         |
| 5  | Preparadores, sendo dous<br>para a secção de zoologia.                                    | 1:800\$000        | 900\$000     | 13:500\$000        |
| 1  | Porteiro.....                                                                             | 1:800\$000        | 900\$000     | 2:700\$000         |
| 1  | Ajudante de porteiro.....                                                                 | 1:200\$000        | 600\$000     | 1:800\$000         |
| 1  | Continuo .....                                                                            | 1:100\$000        | 500\$000     | 1:600\$000         |
| 1  | Jardineiro-chefe.....                                                                     | .....             | 2:400\$000   | 2:400\$000         |
| 2  | Guardas.....                                                                              | .....             | 1:500\$000   | 3:000\$000         |
| 6  | Serventes (diaria de 3\$000) ..                                                           | .....             | 1:005\$000   | 6:570\$000         |
| 20 | Trabalhadores (diaria 2\$500) ..                                                          | .....             | 912\$500     | 18:250\$000        |
|    | Gratificação ao agente-the-<br>soureiro.....                                              | .....             | 300\$000     | 300\$000           |
|    | Summa.....                                                                                | .....             | .....        | 123:720\$000       |

### Observações

1.<sup>a</sup> Os naturalistas incumbidos do trabalhos fóra do districto federal vencerão uma diaria que será fixada pelo conselho administrativo, nos limites do orçamento.

2.<sup>a</sup> Para os logares de guardas, serventes e trabalhadores serão preferidos operarios que tenham officio de que careça o estabelecimento e, dentre estes, os que tiverem serviços militares.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1892. — *Fernando Lobo*.





## DECRETO N. 1180 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1892

Fixa a taxa de cambio de 27 dinheiros por 1\$ para o pagamento dos juros garantidos para a construcção do prolongamento e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, resolve, na forma da autorisação constante da disposição XVIII, do art. 6º da lei n. 126 B, de 21 de novembro ultimo, fixar a taxa de cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$, para pagamento dos juros garantidos para a construcção do prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná, do porto do Amazonas até á Ponta Grossa e dos ramaes do Rio Negro e de Morretes a Antonina, a que se referem os decretos ns. 10.152 e 907, de 5 de janeiro de 1889 e 18 de outubro de 1890. •

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



## DECRETO N. 1181 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercial e Industrial de Generos Alimenticios.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercial e Industrial de Generos Alimenticios, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral dos accionistas realizada no dia 25 de outubro ultimo, e que com este baixam; ficando a companhia obrigada ao cumprimento das formalidades de que trata o art. 6º do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.

## Alterações dos estatutos da Companhia Commercial e Industrial de Generos Alimenticios, a que se refere o decreto n. 1181 de 26 de dezembro de 1892

Art. 12. O director é obrigado a garantir no prazo de 30 dias a responsabilidade de sua administração com 100 acções da mesma companhia, que ficarão inalienaveis enquanto exercer o cargo e serem approvadas as contas.

Art. 20. O conselho fiscal compor-se-ha de quatro membros effectivos, e quatro supplentes eleitos annualmente pela assemblea geral ordinaria, servindo até á approvação das contas, e poderá a eleição recahir sobre pessoas estranhas, como do art. 118 do regulamento das sociedades anonymas.

Art. 21. Examinar a escripturação da companhia, de conformidade com a lei, devendo para isso reunir-se pelo menos uma vez por mez, de cuja reunião lavrará acta assignada pelos quatro membros effectivos.

Art. 25. As resoluções da assemblea são tomadas por maioria de votos, sendo cinco acções para cada voto.

Art. 28. Supprima-se.

Art. 29. Passa a ser o art. 28.

Art. 30. Passa a ser o art. 29 e reformado pelo seguinte :

As assembleas geraes ordinarias terão lugar annualmente, servindo de base o dia 1 de agosto de 1893, devendo o balanço ser dado em 30 de junho de cada anno.

Art. 31. Passa a ser o art. 30.

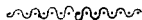
Art. 32. Passa a ser o art. 31.

Art. 33. Supprima-se.

Art. 34. Passa a ser o art. 32.

Art. 35. Passa a ser o art. 33.

Art. 36. Passa a ser o art. 34.



### DECRETO N. 1182 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Declara de utilidade publica a desapropriação de terrenos na enseada de Abrahão, na Ilha Grande.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro da Justiça e Negocios Interiores, de accordo com a representação feita pelo inspector geral de saude dos portos, em officio de 20 de maio ultimo, sobre a necessidade de serem adquiridos pela União os terrenos com respectivas bemeifeitorias, indicados na planta junta, assignada pelo engenheiro das obras do mesmo Ministerio, e sitios aos lados dos armazens da Alfandega na enseada do Abrahão, na Ilha Grande,

para o fim de se estabelecer no Lazareto daquelle ilha um rigoroso cordão sanitario, resolve declarar de utilidade publica a desapropriação dos mesmos terrenos.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1183 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva o regulamento para as enfermarias militares.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com o disposto no art. 11 da lei n. 39 A, de 30 de janeiro do corrente anno, e no art. 5º, § 11, da lei n. 126 B, de 21 de novembro ultimo, resolve approvar o regulamento que com este baixa, assignado pelo general de brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, para as enfermarias militares creadas pelas supracitadas leis, em substituição dos hospitaes de 3ª classe e dos de 2ª classe das cidades do Rio Grande, Jaguarão, Bagé, Uruguayana, S. Gabriel e Cuyabá.

O mesmo Ministro de Estado dos Negocios da Guerra assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco Antonio de Moura.*

## Regulamento para as enfermarias militares a que se refere o decreto n. 1183 desta data

### TITULO I

#### DA ORGANIZAÇÃO DAS ENFERMARIAS MILITARES

#### CAPITULO I

##### DAS ENFERMARIAS MILITARES E DOS SEUS FINS

Art. 1.º As enfermarias militares creadas para substituir os hospitaes de 3ª classe e os de 2ª de S. Gabriel, Uruguayana, Bagé, Jaguarão, Rio Grande e Cuyabá, são destinadas ao tra-

tamento dos officiaes e das praças do Exército, e dos individuos que lhes forem assemelhados e residirem nas localidades em que ellas estiverem estabelecidas.

Art. 2.º As disposições deste regulamento comprehenderão tambem os serviços medico, pharmaceutico e administrativo dos depositos de convalescentes, que forem creados para os militares que, sabendo curados dos hospitales e das enfermarias, não puderem entrar em serviço activo e necessitarem, por algum tempo, do repouso e cuidados hygienicos.

Art. 3.º Por occasião de epidemias serão creadas enfermarias especiaes, de accordo com o que dispõe o regulamento vigente para o serviço sanitario do Exército.

Art. 4.º As enfermarias serão divididas em duas secções : medica e cirurgica ; e estas subdivididas conforme as necessidades do serviço, não devendo cada medico ter a seu cargo, sinão excepcionalmente, mais de trinta doentes.

## TITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO E DO PESSOAL DAS ENFERMARIAS

#### CAPITULO I

##### DO PESSOAL DA ENFERMARIA

Art. 5.º O pessoal da enfermaria será o seguinte :

- 1 Chefe, medico capitão, e major quando for tambem o chefe do serviço no Estado ;
- 1 ou mais medicos coadjuvantes, conforme as necessidades do serviço, capitão, tenente ou adjunto ;
- 1 Pharmaceutico, encarregado da pharmacia, tenente ou alferes ;
- 1 Pharmaceutico coadjuvante, tenente, alferes ou adjunto ;
- 1 Agente, official reformado ou honorario do Exército ;
- 1 Amanuense, praça do Exército, effectiva ou reformada ;
- 1 Fiel do agente, idem ;
- 1 Enfermeiro-mór, idem ;
- 1 Enfermeiro, até 30 doentes, idem ;
- 2 Ajudantes do dito, idem, idem ;
- 1 Cozinheiro, idem ;
- 5 Serventes, idem.

#### CAPITULO II

##### DO CHEFE DA ENFERMARIA

Art. 6.º Nos Estados de pequenas guarnições, os chefes do serviço sanitario accumularão as funcções desse cargo com as de chefe da enfermaria ; e, onde os não houver, exercerá este logar o mais graduado ou o mais antigo.

Art. 7.º O chefe da enfermaria é o primeiro responsável pelo bom andamento do serviço medico, pharmaceutico e administrativo, pelo cumprimento exacto de todas as disposições deste regulamento, assim como das contidas nos regulamentos em vigor para o serviço sanitario do Exército e hospitales militares e não revogadas pelo presente, — quer por si, quer pelos empregados que lhe forem subordinados.

Art. 8.º Ao chefe, como primeira autoridade do estabelecimento, compete :

§ 1.º Fiscalizar a receita e despesa, e observar si são fielmente cumpridas todas as disposições regulamentares, relativas à administração, disciplina, applicação de preceitos scientificos e hygienicos, economia e mais serviços da enfermaria.

§ 2.º Presidir a commissão de exame dos medicamentos, instrumentos' chirurgicos e utensilios que lhe forem remettidos, da qual fará parte um medico ou pharmaceutico militar, conforme a natureza dos objectos a examinar, e mais um official do Exército, sendo todos de nomeação do commandante do districto, ou de quem suas vezes fizer.

§ 3.º Rubricar os livros da escripturação e encerral-os, o mappa geral das dietas e todos os pedidos necessarios à enfermaria, os quaes deverão ser apresentados o assignados pelos respectivos agentes, e assignar as folhas do pagamento dos empregados.

§ 4.º Zelar e conservar o material chirurgico e osapparelhos sob sua guarda, requisitando a substituição dos que estiverem em máo estado e tiverem sido julgados inserviveis por uma commissão para esse fim nomeada, tendo-se em vista as leis em vigor relativas ao exame e consumo desses artigos.

§ 5.º Encerrar o ponto dos medicos e pharmaceuticos.

§ 6.º Dar ao commandante da guarda da enfermaria as instrucções, que julgar convenientes à disciplina e boa ordem do estabelecimento.

§ 7.º Pelos tramites legaes remetter mensalmente à Contadoria da Guerra ou à Repartição de Fazenda os seguintes papeis:

Contas de fornecimento por contracto à enfermaria;

Contas das pequenas despesas, com sua autorisação feitas pelo agente ;

Contas da receita e despesa do agente, extrahidas do livro respectivo, modelo n. 11 ;

Quadro demonstrativo dos generos consumidos durante o mez, modelo n. 20 ;

Relação nominal dos officiaes e das praças tratados durante o mez, modelo n. 22 ;

Folha de gratificações do pessoal, modelo n. 21.

§ 8.º Remetter mensalmente aos commandantes dos corpos as relações das alterações occorridas com as praças empregadas na enfermaria.

§ 9.º Remetter à autoridade militar superior da localidade, diariamente, um mappa (modelo n. 14) dos doentes existentes na enfermaria ; e com o visto dessa autoridade, ao chefe do serviço

sanitario nos Estados, com destino à Inspectoria Geral, pelos tramites legais : no fim de cada trimestre e anno, o mappa nosologico, por ordem alphabetica (modelo n. 13), dos doentes tratados nesse periodo ; semestralmente o mappa de carga e descarga dos instrumentos chirurgicos e que será extrahido do livro respectivo (modelo n. 1) ; e annualmente um relatório circumstanciado sobre o estado da enfermaria, mencionando todas as necessidades e indicando tudo quanto for util ao serviço de saúde em geral, ao bem-estar dos doentes e à economia da Fazenda Nacional. Esse relatório virá acompanhado de uma memoria historica dos casos clinicos mais importantes havidos durante o anno, na qual mencionará o tratamento que mais tiver aproveitado nos referidos casos.

§ 10. Nos Estados em que o chefe da enfermaria for o do serviço sanitario, esses papeis serão entregues directamente ao commandante da guarnição, que lhes dará o destino conveniente.

Art. 9.º O chefe da enfermaria poderá licenciar os seus subordinados por quatro dias, reprehendel-os por portaria ou officio, e ainda suspendel-os por oito dias, dando parte, neste caso, ao commandante da guarnição.

Paragrapho unico. No caso de faltas que exijam, a bem da disciplina, a prisão de algum dos seus subordinados, poderá effectual-a à ordem da mesma autoridade.

Art. 10. O chefe da enfermaria corresponder-se-ha directamente com o commandante da guarnição, sempre que tiver de tratar de assumptos relativos à administração ou disciplina do estabelecimento ; nos outros casos entender-se-ha com essa autoridade por intermedio do chefe do serviço sanitario, si este se achar na mesma localidade.

### CAPITULO III

#### DO PESSOAL MEDICO E DOS SEUS DEVERES

Art. 11. O pessoal medico das enfermarias, ou dos depositos de convalescentes, deverá observar estritamente em suas prescripções, quer therapeuticas, quer dieteticas, o que a respeito determinam o regulamento vigente para o serviço sanitario do Exército e a tabella de dietas (modelo n. 27).

Art. 12. O serviço diario da enfermaria começará às 8 horas da manhã, de 1 de abril a 30 de setembro, e às 7, de 1 de outubro a 31 de março, hora em que principiarão as visitas medicas.

Art. 13. Os medicos em serviço nas enfermarias militares, que não comparecerem até meia hora depois da determinada pelo regulamento para as visitas diarias dos doentes a seu cargo, além da pena em que incorrerem pela falta commettida, perderão a gratificação correspondente ao dia.

Art. 14. O serviço de dia às enfermarias será feito alternadamente pelos coadjuvantes ; no caso, porém, de só haver um, ficarão, tanto este como o chefe, dispensados da permanencia no

estabelecimento, mas promptos para acudir a qualquer eventualidade, revezando-se; devendo a enfermaria ser visitada mais de uma vez por dia.

Art. 15. Os medicos, finda a visita diaria, lançarão de seu proprio punho todo o receituario, por extenso, no respectivo livro (modelo n. 6), para ser enviado à pharmacia.

§ 1.º Quando, porém, por qualquer circumstancia, os medicamentos forem fornecidos por contracto com pharmacia civil, depois de lançado todo o receituario em livro proprio pelos medicos respectivos, o chefe organizará, em duplicata, o competente pedido (modelo n. 15), datando-o e assignando-o por extenso, e o remetters directamente ao fornecedor.

§ 2.º As contas do receituario (modelo n. 16) só serão pagas depois de legalisadas pelo chefe da enfermaria, que attestará de seu proprio punho a sua exactidão.

§ 3.º No caso, porém, de faltas ou abusos no cumprimento do contracto, será imposta ao fornecedor a multa respectiva, communicando-se o occorrido à autoridade competente, para tornal-a effectiva; devendo ser especificados nas mesmas contas os abusos ou as faltas.

Art. 16. Diariamente os medicos lançarão de seu proprio punho no livro (modelo n. 7) todas as alterações, dietas, extraordinarios, diagnosticos e altas, relativos aos seus doentes.

Art. 17. Quando algum doente tiver alta, o medico deverá mencionar na respectiva papeleta (modelo n. 25) o motivo que a determinou: transferencia, cura ou fallecimento; datando e assignando por extenso.

Art. 18. Os medicos rubricarão na primeira visita as papeletas dos doentes entrados, e nellas consignarão o diagnostico, depois de bem firmado; no caso de molestia grave, vulgarmente conhecida, o registrarão só no livro (modelo n. 7), até que o doente tenha alta, ocasião em que o transcreverão na papeleta.

Paragrapho unico. Deverão tambem mencionar todos os dias nas papeletas a marcha da molestia, os medicamentos que prescreverem e o modo de usal-os, as dietas e os extraordinarios que julgarem conveniente administrar.

Art. 19. Quando o medico der alta a um doente que tenha de seguir para o deposito de convalescentes ou que precise de repouso no quartel, escreverá na alta e na papeleta o numero de dias necessarios para o completo restabelecimento, devendo essa prescrição ser estritamente observada por quem de direito.

Art. 20. Quando tiver alta qualquer doente, o medico registrará, de seu proprio punho, o diagnostico no livro (modelo n. 12).

Art. 21. Sempre que o medico tiver em sua secção doentes graves, os visitará, pelo menos, duas vezes por dia.

Art. 22. Os medicos se reunirão em conferencia: todas as vezes que for necessario remover qualquer doente para outro clima, outro hospital ou asylo; sempre que se apresentarem à sua observação molestias graves que ponham a vida em perigo, ou que se tiver de praticar qualquer operação cirurgica importante.

Art. 23. Também ouvirão os seus collegas quando tiverem na sua secção algum doente de molestia chronica e que acreditem incuravel ; e si depois de esgotados os recursos suggeridos nas conferencias não conseguirem a cura, o chefe da enfermaria levará o facto ao conhecimento da autoridade competente, requisitando a respectiva inspecção de saude.

Art. 24. No caso de morte por molestia, cujo diagnostico tenha sido duvidoso, o medico da secção, auxiliado pelo de dia, procederá á autopsia, e bem assim nos casos em que, por qualquer circumstancia, ella for determinada.

Art. 25. Si o fallecimento se der fóra da enfermaria, a autopsia será feita, passadas vinte e quatro horas, pelo medico de dia, auxiliado por um outro designado pelo chefe.

Art. 26. Quando baixar á enfermaria alguma praça victima de ferimento ou outro traumatismo, o medico de dia, auxiliado pelo coadjuvante que for tambem designado pelo chefe, procederá a exame de corpo de delicto, cujo auto, assignado por ambos, será remettido á autoridade competente.

Paragrapho unico. Os termos de exames cadavericos e os autos de corpo de delicto serão registrados em livro especial pelo proprio punho do medico de dia.

Art. 27. Compete mais ao medico de dia.

§ 1.º Receber os doentes, distribuil-os convenientemente e prescrever-lhes a medicação e dietas que as circumstancias exigirem.

§ 2.º Observar as recommendações dos medicos assistentes, podendo modificar o tratamento, segundo as indicações, quando forem necessarios soccorros extraordinarios, explicando na papeleta o motivo das alterações que fizer.

§ 3.º Examinar a qualidade e quantidade dos generos entrados na enfermaria.

§ 4.º Assistir á distribuição das dietas, verificada previamente a sua preparação.

§ 5.º Verificar si os medicamentos são convenientemente applicados e dar aos enfermeiros as necessarias instrucções.

§ 6.º Verificar os obitos, declarando por extenso na papeleta o dia, a hora do fallecimento e a causa deste, quando por molestia intercurrente não mencionada nella ; e mandar proceder á desinfectação da enfermaria, si for necessario.

§ 7.º Manter o asseio e a ordem no estabelecimento, providenciando, na ausencia do chefe, sobre os casos urgentes, podendo admoestar ou prender á ordem dessa autoridade qualquer empregado ou doente que commetter falta, e multar a este em sua dieta, quando o seu estado o permittir.

§ 8.º Assignar as altas, onde escreverá o diagnostico, fazendo declarar nellas o motivo e até que dia foi o doente soccorrido pela enfermaria.

§ 9.º Dar por escripto ao chefe uma parte circumstanciada das occorrencias durante o seu tempo de serviço.



## CAPITULO IV

## DOS PHARMACEUTICOS E SEUS DEVERES

Art. 28. Os encarregados das pharmacias militares serão os responsaveis pela boa direcção das mesmas, conservação e acondicionamento dos medicamentos, drogas e utensilios, e regularidade de todo o serviço.

Art. 29. Ao encarregado compete :

§ 1.º Dirigir e fiscalizar todo o trabalho da pharmacia, communicando quaesquer irregularidades ao chefe da enfermaria para este providenciar.

§ 2.º Ter sempre a pharmacia provida de todas as drogas, medicamentos e utensilios necessarios para aviar com promptidão o receituário interno e externo.

§ 3.º Fazer sempre os seus pedidos com regularidade e em quantidade sufficiente para attender ás necessidades da pharmacia.

§ 4.º Remetter ao chefe da enfermaria, no principio de cada trimestre, o mappa de carga e descarga dos medicamentos e utensilios da pharmacia, existentes e necessarios, extrahido do livro respectivo (modelo n. 8). Esse mappa, que deverá ser remettido á Inspectoria Geral pelos canaes competentes, será conferido e rubricado pelo chefe.

§ 5.º Lançar no livro (modelo n. 8) todos os medicamentos, drogas e utensilios, e mais objectos que entrarem para o supprimento da pharmacia; só o fazendo, porém, depois de tudo examinado e julgado de boa qualidade por uma commissão nomeada de accordo com o que dispõe o § 2º do art. 8º deste regulamento. Depois do lançamento feito, assignarão os membros da commissão o o pharmaceutico encarregado.

Art. 30. O encarregado terá tambem a seu cargo toda a escripturação, e o coadjuvante incumbir-se-hia de aviar todo o receituário da enfermaria.

Art. 31. Os pharmaceuticos não poderão, sob pretexto algum, alterar as formulas prescriptas ou substituir os medicamentos, sem o assentimento, por escripto, do facultativo que os receitou.

Paragrapho unico. Si o pharmaceutico julgar a dosagem perigosa, o communicará, para que resolva como entender conveniente, ao medico, que, no caso de insistir na dose prescripta, deverá declarar no livro do receituário ou na receita avulsa o motivo por que assim procede, assumindo por este modo toda a responsabilidade do que possa advir.

Art. 32. Quando o pharmaceutico não puder aviar alguma formula, por falta do medicamento receitado, fará sua declaração por baixo do receituário, datando-a e assignando-a. Si se tratar, porém, de receita avulsa, procederá do mesmo modo, e a devolverá, si só contiver a formula não aviada; no caso contra-

rio, fará por escripto á pessoa interessada a referida declaração, ficando com a receita, para lhe servir de descarga da formula ou formulas aviadas.

Art. 33. As receitas para os officiaes, as praças e suas familias só poderão ser aviadas quando passadas em meia folha de papel com a margem sufficiente para poderem ser cosidas, no fim de cada mez, em fôrma de caderno, depois de numeradas; sendo rubricadas pelo chefe.

Paragrapho unico. As receitas devem ser escriptas por extenso, inclusive a data, assignatura e graduação do medico, conter o nome do chefe de familia, sua graduação, morada e corpo, o nome da pessoa para quem for feita a prescripção medica e o grão de parentesco, afim de verificar-se si ha direito ao fornecimento gratuito dos medicamentos.

Art. 34. O encarregado da pharmacia não poderá inutilisar os medicamentos deteriorados, sem que sejam examinados e julgados inserviveis por uma commissão para este fim nomeada de conformidade com a ultima parte do § 4º do art. 8º deste regulamento.

Art. 35. Os pharmaceuticos militares ou adjuntos não poderão ter pharmacia sua, nem por sua conta.

Art. 36. O serviço de dia á pharmacia será feito alternadamente pelo encarregado e seu coadjuvante.

Art. 37. Ao pharmaceutico de dia compete:

§ 1.º Aviar o receituário extraordinário da enfermaria e o da guarnição.

§ 2.º Dar ao medico de dia uma parte das occurrencias havidas durante as 24 horas de serviço.

§ 3.º Fazer o desdobramento das formulas aviadas no mesmo periodo, para a devida escripturação.

## CAPITULO V

### DOS ENFERMEIROS, SERVENTES E SEUS DEVERES

Art. 38. O enfermeiro-mór, os enfermeiros, seus ajudantes e serventes para as enfermarias militares serão tirados dos corpos da guarnição por ordem da autoridade competente.

Paragrapho unico. Na falta absoluta de praças idoneas para o serviço de enfermeiros, serão contractados paisanos, com autorização do ministro da guerra, por dous annos, vencendo ordenado e gratificação, de conformidade com a tabella junta, sem direito a fardamento; sendo, entretanto, obrigados ao uso do uniforme dentro do estabelecimento.

Art. 39. Todos os enfermeiros e serventes ficarão sob as immediatas ordens do chefe, que pedirá á autoridade competente a substituição daquelles que não tiverem aptidão e zelo para o serviço da enfermaria.

Art. 40. Para ser enfermeiro é preciso saber ler, escrever e contar, ter boa conducta e aptidão para o serviço.

Art. 41. Os ajudantes de enfermeiros passarão a enfermeiros, quando houver vagas e se distinguirem pelo seu zelo, actividade, humanidade para com os doentes, e pelo fiel cumprimento de seus deveres.

Art. 42. Ao enfermeiro-mór, que terá a graduação de 2º sargento enquanto exercer este cargo, compete :

§ 1.º Commandar os enfermeiros e seus ajudantes, e obrigar-os ao cumprimento exacto de seus deveres.

§ 2.º Fazer a escripturação do livro ( modelo n. 12 ), excepto a declaração da molestia, que compete ao medico da secção como está estabelecido no art. 20 deste regulamento.

§ 3.º Organizar e assignar o mappa geral das dietas ( modelo n. 23 ), o qual será conferido e também assignado pelo agente da enfermaria e rubricado pelo chefe ; sendo o enfermeiro-mór e o agente responsaveis por qualquer engano na qualidade, quantidade e numero das dietas.

§ 4.º Receber do agente ou do fiel do agente as roupas e utensilios necessarios ao serviço da enfermaria, passando de tudo recibo, e entregar as roupas já servidas e inutilisadas para serem substituidas por outras lavadas e boas.

§ 5.º Entregar aos enfermeiros todas as roupas e utensilios necessarios ás secções, devendo ter um livro rubricado pelo chefe para o lançamento não só das roupas e utensilios recebidos do agente ou de seu fiel, mas também dos objectos entregues aos enfermeiros, de quem exigirá recibo, que será passado no mesmo livro.

§ 6.º Assistir na cozinha á distribuição das dietas, e indagar dos doentes si houve faltas da parte dos enfermeiros, afim de remedial-as.

§ 7.º Dar ao medico de dia uma parte das occurrencias havidas durante as 24 horas.

§ 8.º Apresentar, em duplicata, ao chefe, por quem será assignado, o mappa diario (modelo n. 14), para ser uma via remettida ao commandante do districto ou a quem suas vezes fizer, ficando a outra archivada.

§ 9.º Passar revista, depois de fechada a enfermaria, para verificar si os enfermeiros, ajudantes de enfermeiros e serventes estão no estabelecimento, e escalar um enfermeiro ou ajudante e um servente, afim de revezadamente velarem nas enfermarias durante a noite, devendo a vigilia começar ao toque de silencio, e terminar ás 5 horas da manhã no verão e ás 6 no inverno.

§ 10. Receber os doentes que baixarem á enfermaria, recolher o dinheiro e objectos de valor, que porventura trouxeram, e entregal-os ao agente, em cujo poder ficarão até que o doente tenha alta ; devendo ainda escrever no alto da papeleta e no livro de entradas e sahidas (modelo n. 12) o que recebeu, e ler em voz alta o que escreveu, para conhecimento de todos. No caso de obito, os valores serão entregues, com guia do chefe, á autoridade competente.

§ 11. Não permittir a entrada de pessoas estranhas ao estabelecimento, sem licença do medico de dia, nem consentir que os doentes recebam generos alimenticios e outros objectos prohibidos, das pessoas que os forem visitar.

§ 12. Não permittir que doente algum, ainda mesmo os que tenham alta, se retire da enfermaria, sem autorização do medico de dia.

§ 13. Receber os fardamentos dos doentes entrados para a enfermaria e entregal-os ao agente, depois de convenientemente rotulados, com a discriminação de suas differentes peças.

§ 14. Dar immediatamente parte ao medico de dia, sempre que fallecer algum doente, afim de ser removido o cadaver para a casa mortuaria, retirada a roupa da cama, para ser lavada e desinfectada, e queimado o colchão, no caso de molestia transmissivel, quando não for possivel esterilisal-o em estufa a calor humido.

Art. 43. O enfermeiro-mór será responsavel pelo asseio da enfermaria, regularidade dos curativos que lhe forem confiados e boa marcha do serviço respectivo, assim como pelo extravio dos objectos a seu cargo e pelas faltas commettidas por seus subordinados, si não der logo parte.

Art. 44. O enfermeiro-mór só poderá sahir da enfermaria, com licença do chefe e sciencia do medico de dia.

Art. 45. Aos enfermeiros, que terão a graduação de cabos enquanto exercerem esse cargo, compete:

§ 1.º Receber do enfermeiro-mór toda a roupa e utensilios necessarios ao serviço dos doentes a seu cuidado, sendo responsaveis pelos objectos recebidos.

§ 2.º Receber e accommodar os doentes que lhes forem entregues.

§ 3.º Distribuir os medicamentos e dietas e fazer os curativos que lhes forem ordenados.

§ 4.º Velar pelo asseio de suas secções e cumprir fielmente todas as ordens que lhes forem dadas.

§ 5.º Fazer o pedido das dietas de suas secções (modelo n. 24) e entregal-o ao enfermeiro-mór, para que este organize o mappa geral (modelo n. 23).

Art. 46. Os enfermeiros e seus ajudantes serão responsabilizados pelas faltas que commetterem, e punidos de accordo com os regulamentos militares e as penas comminadas no presente.

Art. 47. Os enfermeiros e seus ajudantes poderão ser multados em suas gratificações; os contractados despedidos, e enviados para os corpos os militares, quando se tornarem incorrigiveis.

Art. 48. Os enfermeiros e seus ajudantes, quando presos, perderão a gratificação, e os contractados, quando baixarem a enfermaria, só terão direito á metade do ordenado.

Art. 49. Os enfermeiros praças usarão o fardamento de seus respectivos corpos; e os contractados o especificado no regulamento em vigor para os hospitaes militares.

Art. 50. Os ajudantes de enfermeiros substituirão a estes, em seus impedimentos, e terão enquanto exercerem esse cargo as graduações de anspeçada.

Art. 51. O numero de serventes para as enfermarias militares será o designado no art. 5º deste regulamento, podendo ser augmentado em occasião de epidemias ou quando a necessidade do serviço o exigir ; esse augmento, porém, só poderá ser feito por ordem da autoridade competente.

Art. 52. Os serventes serão distribuidos pelos diversos serviços da enfermaria, conforme as suas aptidões, e serão obrigados a cumprir todas as ordens que receberem.

Art. 53. Os enfermeiros e ajudantes e os serventes, quando praças, serão desarranchados.

## CAPITULO VI

### DO AGENTE E FIEL DO AGENTE

Art. 54. O agente das enfermarias militares será official reformado, capitão ou subalterno, ou honorario, proposto pelo chefe e nomeado por portaria do Ministerio da Guerra.

Paragrapho unico. Na falta absoluta de official reformado ou honorario poderá ser nomeado um subalterno arregimentado, detalhado pela autoridade competente.

Art. 55. Terá para coadjuval-o um fiel, praça do Exercito idonea para esse cargo, nomeado pelo commandante do districto ou da guarnição, sob proposta sua e requisição do chefe da enfermaria.

Art. 56. O agente será encarregado da administração e economia da enfermaria, na parte que lhe for relativa, e responsavel por todo o material que estiver sob sua guarda.

Art. 57. Ao agente da enfermaria compete :

§ 1.º Organizar e assignar diariamente o vale dos viveres para as dietas (modelo n. 9), de accordo com o mappa geral que na vespera lhe será apresentado pelo enfermeiro-mór, e remetel-o ao chefe da enfermaria para rubricar-o.

§ 2.º Receber da repartição competente, todos os mezes, a consignação que o Governo marcar para as despezas inculdas da enfermaria.

§ 3.º Prestar contas todos os mezes das despezas que tiver feito com a enfermaria, acompanhando-as dos respectivos documentos, para serem convenientemente processadas ; não devendo ser-lhe levada em conta nenhuma despesa feita sem ordem do chefe.

§ 4.º Confeccionar no principio de cada mez a folha das gratificações (modelo n. 21) dos empregados da enfermaria, cuja importância será por elle recebida, devendo fazer tambem o pagamento, assim como recolher, com guia do chefe, a repartição competente as quantias que por ventura não tenham sido pagas.

§ 5.º Entregar ao chefe, no fim de cada trimestre, o mappa por ordem alphabetica do material a seu cargo, extrahido do livro respectivo (modelo n. 10), devendo declarar na respectiva casa o estado em que se achar, si houve extravios ou consumo, e quaes os objectos necessarios para o serviço da enfermaria.

§ 6.º Organizar e assignar no fim de cada mez o quadro demonstrativo dos generos recebidos e consumidos (modelo n. 20).

§ 7.º Pedir, em tempo, os objectos necessarios e requisitar a substituição dos que estiverem em mão estado, cujo consumo só poderá ser feito depois de julgados inserviveis por uma commissão nomeada pelo commandante do districto ou da guarnição, tudo de conformidade com as leis em vigor sobre exame e consumo.

§ 8.º Fiscalizar com o maior cuidado todo o serviço da cozinha e dar ao seu fiel as instrucções que julgar convenientes para o bom desempenho de suas obrigações, e tomar-lhe contas quando o julgar necessario.

§ 9.º Fazer de seu proprio punho a escripturação dos livros (modelos ns. 10 e 11), devendo mencionar todas as quantias ou valores que lhe forem entregues, qualquer que seja a sua procedencia.

Art. 58. O agente, quando official arregimentado, ficará dispensado de todo o serviço do quartel, durante o tempo em que servir nas enfermarias.

Art. 59. O agente só poderá recobrar os viveres fornecidos para as enfermarias depois de examinados e julgados de boa qualidade pelo chefe ou pelo medico de dia.

Art. 60. O agente lançará em sua carga tudo que receber na arrecadação.

Art. 61. Ao fiel, que será o ajudante do agente, compete:

§ 1.º Cumprir todas as ordens dadas pelo agente.

§ 2.º Conservar em completo asseio e ordem a arrecadação, e acondicionar todos os objectos nella existentes, de modo que não se estraguem.

§ 3.º Ter a seu cargo a escripturação dos mappas e mais papeis concernentes a agenci.

## CAPITULO VII

### DO AMANUENSE

Art. 62. Ao amanuense compete:

§ 1.º Fazer a escripturação dos livros, mappas e mais papeis da enfermaria, excepto dos que estiverem a cargo dos outros empregados mencionados neste regulamento.

§ 2.º Organizar e ter sob sua guarda o archivo da enfermaria, pelo qual será o responsavel.

## CAPITULO VIII

## DO COZINHEIRO

Art. 63. O cozinheiro será praça do Exercito apta para esse serviço.

Art. 64. Ao cozinheiro cumpre:

§ 1.º Receber todos os dias do fiel do agente, em presença do enfermeiro-mór, todos os generos necessarios para as dietas, o o fará por conta, peso e medida.

§ 2.º Receber do agente todos os utensilios de que necessitar para o serviço da cozinha, devendo conserval-os sempre limpos, na melhor ordem ; e será por tudo responsavel.

§ 3.º Preparar as dietas, conforme as instrucções que receber, com todo o asseio e presteza, afim de serem distribuidas do modo seguinte: o almoço ás 8 horas da manhã, o jantar ao meio-dia e a ceia ás 6 horas.

## CAPITULO IX

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 65. As enfermarias militares são subordinadas, como as demais repartições militares existentes nas guarnições, aos respectivos commandantes.

Art. 66. As enfermarias deverão ser situadas nas proximidades dos quartéis, em edificios confortaveis construidos em logares seccos e elevados, e que tenham as condições hygienicas aconselhadas pela sciencia.

Art. 67. Os depositos de convalescentes serão estabelecidos, sempre que for possivel, em logares elevados e sadios, bem afastados dos centros populosos.

Art. 68. As enfermarias terão os compartimentos necessarios para os diversos serviços, para os empregados que nellas devem residir e para os officiaes de dia.

Art. 69. Os leitos dos doentes serão de ferro e terão entre si o intervallo, pelo menos, de um metro.

Art. 70. Nas enfermarias haverá tantas caixas de retrete com vasos desinfectados e assejados, quantos forem os doentes que pelo seu estado não puderem ir à latrina.

Art. 71. Nos intervallos dos leitos haverá tambem pequenas mesas, onde os doentes possam tomar as suas refeições.

Art. 72. Em cada secção de 30 doentes haverá : duas banheiras, duas meias banheiras, tres bacias pequenas, tres lavatorios com serviço de louça ou ferro esmaltado, e tantas escaradeiras de metal quantos forem os leitos occupados pelos doentes.

Art. 73. Os doentes affectados de molestias transmissiveis deverão ser completamente isolados, afim de evitar-se a propagação do mal.

Art. 74. As enfermarias militares deverão ser lavadas, caídas, ou melhor, pintadas a oleo ; e desinfectadas, bem como os respectivos utensilios, todas as vezes que os directores o julgarem conveniente.

Art. 75. Sendo as enfermarias estabelecimentos inteiramente subordinados ao regimen militar, devem todos os seus empregados apresentar-se no serviço sempre uniformizados ; não podendo empregado algum interno sahir depois do toque de silencio sinão em objecto de serviço urgente e por ordem do medico de dia.

Art. 76. As enfermarias especiaes aos diversos estabelecimentos militares se regerão por este regulamento nas disposições que não forem de encontro ás que vigorarem naquelles ; devendo, porém, os respectivos directores ou commandantes providenciar de modo que a Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exercito ou os chefes do mesmo serviço nos Estados recebam todos os mappas e papeis relativos a esse serviço e que lhes devem ser enviados, pelos tramites legais, nos periodos designados no presente regulamento e no que rege o serviço sanitario do Exercito.

Art. 77. Tambem deverão ser respeitadas as disposições do regulamento para o serviço dos corpos, approvado pelo decreto n. 338 de 23 de maio de 1891 e publicado na ordem do dia da Repartição de Ajudante General n. 214 de 28 de junho do mesmo anno, na parte relativa ao serviço medico, uma vez que não forem de encontro ás do presente regulamento ; devendo porém ficar em pleno vigor a disposição concernente aos officiaes autorisados a fazer a visita periodica aos doentes dos seus corpos, para o que o chefe da enfermaria providenciará.

Art. 78. Nas enfermarias em que houver irmãs de caridade o serviço se fará de accordo com as instrucções de 12 de dezembro de 1868.

Art. 79. As enfermarias militares deverão ter os livros e mais papeis constantes da relação annexa a este regulamento.

Art. 80. Os empregados das enfermarias militares terão os vencimentos especificados na tabella annexa ao presente regulamento.

Art. 81. O Governo poderá fazer neste regulamento as alterações, que a experiencia aconselhar, contanto que dellas não resulte augmento de despesa.

Art. 82. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, 27 de dezembro de 1892.— *Francisco Antonio de Moura.*



**Relação dos livros e diversos papéis para a escripturação das enfermarias militares**

**LIVROS**

*Do chefe da enfermaria*

Modelo n. 1 — Livro de carga e descarga dos instrumentos cirurgicos.

Modelo n. 2 — Livro do protocollo.

» n. 3 — Livro de registro dos termos de obitos.

» n. 4 — Livro do ponto.

» n. 5 — Livro de assentamentos dos empregados.

Livro de registro dos termos de exames e de consumo, com 150 folhas.

Livro de registro de folhas de pagamentos, com 150 folhas.

» de visitas do superior de dia, à enfermaria, com 150 folhas.

*Do medico de dia*

Livro de corpos de delictos e de autopsias, com 150 folhas.

*Do medico encarregado da secção*

Modelo n. 6 — Livro do receituário.

» n. 7 — Livro de entradas e sahidas dos doentes.

*Do pharmaceutico encarregado da pharmacia*

Modelo n. 8 — Livro de carga e descarga das drogas e utensilios da pharmacia.

*Do agente*

Modelo n. 9 — Talão de pedidos diarios.

» n. 10 — Livro de carga e descarga da roupa e utensilios.

Modelo n. 11 — Livro da receita e despeza.

*Do enfermeiro-mór*

Modelo n. 12 — Livro geral de entradas e sahidas dos officiaes e das praças.

Livro de carga com 150 folhas.

## DIVERSOS PAPEIS

*Do chefe*

Modelo n. 13 — Mappa nosologica dos doentes tratados durante o trimestre.

Modelo n. 14 — Mappa do movimento diario da enfermaria.

» n. 15 — Pedido de medicamentos á pharmacia civil.

» n. 16 — Conta geral de medicamentos.

Mappa de carga e descarga do instrumental cirurgico extrahido do livro respectivo (modelo n. 1).

*Do medico de dia*

Modelo n. 17 — Alta da enfermaria.

» n. 18 — Attestado de obito.

» n. 19 — Participação ao Registro Civil.

*Do encarregado da pharmacia*

Mappa de carga e descarga dos medicamentos e utensilios da pharmacia, extrahido do livro respectivo (modelo n. 8).

*Do agente*

Modelo n. 20 — Quadro demonstrativo dos generos consumidos.

Modelo n. 21 — Folha das gratificações dos empregados.

Mappa de carga e descarga da roupa e utensilios, extrahido do livro respectivo (modelo n. 10).

*Do enfermeiro-mór*

Modelo n. 22 — Relação nominal dos officiaes e das praças tratados na enfermaria.

Modelo n. 23 — Mappa geral dos enfermos e das dietas.

*Do enfermeiro*

Modelo n. 24 — Mappa dos enfermos e das dietas da secção.

*Annúncios*

Modelo n. 25 — Papeletas.

» n. 26 — Baixas.

» n. 27 — Tabella de dietas.

## OBSERVAÇÕES

As minutas serão archivadas para serem em tempo encadernadas.

Todos os livros terão as seguintes dimensões : 0<sup>m</sup>,42×0<sup>m</sup>,28.

Para a confecção dos diversos papéis será empregado o papel commum almaço pautado ou liso de 0<sup>m</sup>,33×0<sup>m</sup>,22.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, 27 de dezembro de 1892.— *Francisco Antonio de Moura.*

**Tabella dos vencimentos dos empregados das enfermarias militares a que se refere o decreto n. 1183 desta data**

| EMPREGOS                                          | ORDENADO | GRATIFICAÇÃO<br>MENSAL | GRATIFICAÇÃO<br>DIARIA | OBSERVAÇÕES                      |
|---------------------------------------------------|----------|------------------------|------------------------|----------------------------------|
| Agente, official reformado<br>ou honorario.....   | .....    | 40\$000                | .....                  | E o soldo da reforma<br>e etapa. |
| Dito, official arregimentado                      | .....    | .....                  | .....                  | Os vencimentos do corpo.         |
| Fiel do agente, praça do<br>Exercito.....         | .....    | 20\$000                | .....                  | E os vencimentos mili-<br>tares. |
| Amanuense, idem.....                              | .....    | 25\$000                | .....                  | Idem.                            |
| Enfermeiro-mór, idem.....                         | .....    | 30\$000                | .....                  | Idem.                            |
| Dito, paisano.....                                | 50\$000  | 30\$000                | .....                  | Sem direito a etapa.             |
| Enfermeiro, praça do exer-<br>cito.....           | .....    | 20\$000                | .....                  | E os vencimentos mili-<br>tares. |
| Dito, paisano.....                                | 40\$000  | 20\$000                | .....                  | Sem direito a etapa.             |
| Ajudante de enfermeiro,<br>praça do Exercito..... | .....    | 15\$000                | .....                  | E os vencimentos mili-<br>tares. |
| Dito, paisano.....                                | 30\$000  | 20\$000                | .....                  | Sem direito a etapa.             |
| Cozinheiro, praça do exer-<br>cito.....           | .....    | 30\$000                | .....                  | E os vencimentos mili-<br>tares. |
| Servente, idem.....                               | .....    | .....                  | \$400                  | Idem.                            |

O official honorario nomeado agente deverá prestar fiança de 1:000\$, antes de entrar no exercicio do cargo, e enquanto o exercer perceberá, além das vantagens consignadas nesta tabella, o soldo marcado na tabella de 8 de fevereiro de 1873.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, 27 de dezembro de 1892.— *Francisco Antonio de Moura.*

Poder Executivo 1892

página original em branco

## MODELO N. 1

Enfermaria Militar de.....

Livro de carga e descarga dos instrumentos cirurgicos  
pertencentes á mesma enfermaria

Teve principio em.....

0,28

## Carga e descarga dos instrumentos cirurgicos a cargo do chefe

| Margem 0,02 | 0,42 | ACONDITIONAMENTO | CLASSIFICAÇÃO       | UNIDADES  | CARGA               |              |            |                  |       |
|-------------|------|------------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|------------|------------------|-------|
|             |      |                  |                     |           | Existem actualmente |              |            | Recebido em..... | Somma |
|             |      |                  |                     |           | Em bom estado       | Aproveitavel | Mão estado |                  |       |
| Margem 0,02 | 0,42 | Caixa n. 1       | Facas de amputação. | Quantas.. | 2                   |              |            |                  |       |
|             |      |                  | Ditas pequenas..... | »         | 1                   | ....         | 1          |                  |       |
|             |      |                  | Ditas.....          | »         | 1                   | 1            |            |                  |       |
| Margem 0,02 | 0,42 | Caixa n. 2       |                     |           |                     |              |            |                  |       |
|             |      |                  |                     |           |                     |              |            |                  |       |
|             |      |                  |                     |           |                     |              |            |                  |       |
| Margem 0,02 | 0,42 | Avulsos          |                     |           |                     |              |            |                  |       |
|             |      |                  |                     |           |                     |              |            |                  |       |
|             |      |                  |                     |           |                     |              |            |                  |       |

Enfermaria Militar de..... em..... de..... de 189....

O chefe,

.....



Contém este livro 60 folhas numeradas e rubricadas com a rubrica————de que uso.

Enfermaria militar de————

Dr. F.

chefe.

### Observações

1.<sup>a</sup> O mappa constante deste livro será transcripto semestralmente, salvo si houver substituição de chefe, porque neste caso será encerrado nessa ocasião, assignando ambos o mesmo mappa.

2.<sup>a</sup> Neste caso o que tomar conta abrirá novo mappa, com a carga que houver recebido do seu antecessor.



MODELO N. 2

Enfermaria militar de .....

Livro do protocollo.

Teve principio em.....

0,28

| ENTRADAS     | NÚMERO | NOME<br>E PROCEDENCIA                                    | ASSUMPTO                                                           | MOVIMENTO                                                                 |
|--------------|--------|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| 1892         |        |                                                          |                                                                    |                                                                           |
| 14 janeiro.. | 1      | Aviso do Mi-<br>nisterio da<br>Guerra de 10              | Communicando que<br>os officiaes dos<br>corpos sanitarios,<br>etc. | Communicou-se aos<br>officiaes sanitarios<br>para os devidos fins.        |
| 25        »  | 2      | Requerimento<br>do soldado<br>Antonio Pe-<br>dro Coimbra | Pedindo transferen-<br>cia para um dos<br>corpos do Sul.           | Competentemente in-<br>formado seguiu para<br>o commando da<br>guarnição. |

0,42

Margem 0,02

| ENTRADAS | NÚMERO | NOME<br>E PROCEDENCIA | ASSUMPTO | MOVIMENTO |
|----------|--------|-----------------------|----------|-----------|
|          |        |                       |          |           |

Contém este livro cem folhas numeradas e rubricadas com a rubrica..... de que uso.

Enfermaria militar de .....

Dr. F. ....

Chefe.

## MODELO N. 3

Enfermaria militar de\_\_\_\_\_

Livro de registro dos termos de obitos.

Teve principio em\_\_\_\_\_

0,28

0,42

Soldado Gustavo Ribeiro da Silva.

2º regimento de artilharia, 2ª bateria.

Aos dez dias do mez de maio de mil oitocentos e noventa, na enfermaria..... falleceu, de beri-beri, o soldado da segunda bateria do segundo regimento de artilharia, Gustavo Ribeiro da Silva, natural do Ceará, idade de vinte e oito annos, filho de Paulino Tito da Silva, tendo entrado nesta enfermaria em vinte e dous do mez proximo passado. E para constar se lavrou este termo, assignado pelo chefe e por mim..... Amanuense, que o escrevi.

O chefe,

Margens  
de 0,02

O amanuense,

O chefe,

---

O amanuense,

---

Contém este livro cem folhas numeradas e rubricadas  
com a rubrica..... de que uso.

Enfermaria militar de.....

Dr. F.....

Chefe.



MODELO N. 4

Entermaria militar de.....

Livro do ponto.

Teve principio em.....

0,28

| ASSIGNATURAS                                                                                                                                                                       |                                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| ENTRADAS                                                                                                                                                                           | SAÍDAS                                              |
| Dia ..... de ..... de 189<br>Capitão Dr. José Lopes da Silva.....<br>Adjunto Dr. João Lins de Araujo.....<br>Tenente pharinaceutico José Pio Alves...<br><br>Dr. F. ....<br>Chefe. | Dr. Silva.<br>Dr. Lins.<br>Pharmaceutico Pio Alves. |
| Dia ..... de ..... de 189 ....                                                                                                                                                     |                                                     |

0,42

Margem  
de 0,02

| ASSIGNATURAS |        |
|--------------|--------|
| ENTRADAS     | SAIDAS |
|              |        |

Contém este livro duzentas e cinquenta folhas,  
numeradas e rubricadas com a rubrica..... de  
que uso.

Enfermaria militar de.....

Dr. F.....

Chefe.

MODELO N. 5

Enfermaria militar de.....

Livro de assentamentos dos empregados.

Teve principio em.....

0,28

0, 42

Margem 0.02

| NOMES                               | OBSERVAÇÕES                                                                                            |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Reformado, Manoel Garcia.<br>Agente | Nomeado por portaria de ..... de .....<br>apresentou-se e entrou em exercicio                          |
|                                     | Por portaria de ..... obteve tres mezes de<br>licença, etc. etc.<br>Entrou no gozo da licença em ..... |

| NOMES                                                                                           | OBSERVAÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>2º sargento do 25º batalhão de infantaria José Antonio de Castro.</p> <p>Enfermeiro-mór.</p> | <p>Nomeado pelo commandante da guarnição em detalhe do dia.....</p> <p>Apresentou-se..... e entrou em exercicio em.....</p> <p>Elogiado, etc. etc.</p> <p>Reprehendido, etc. etc.</p> <p>Dispensado por oito dias, etc. etc.</p> <p>Recolheu-se a seu corpo, etc. etc.</p> |

Contém este livro cento e cinquenta folhas numeradas  
e rubricadas com a rubrica .....de que uso.

Enfermaria militar de.....

Dr. F.....

Chefe.



## MODELO N. 6

Enfermaria militar de..... ..

Livro do recceituario.

Teve principio em..... ..

0,28

| NÚMERO<br>DAS PAPELETAS | MEDICAMENTOS                  |                  | QUANTIDADES       |
|-------------------------|-------------------------------|------------------|-------------------|
|                         | Internos                      | Externos         |                   |
|                         | Dia... de..... de 189...      |                  |                   |
| 10                      | Sulfato de sodio.             |                  | Sessenta grammas. |
| 15                      | Sulfato de quinina.           |                  | Uma grammas.      |
|                         | Em duas capsulas.             |                  |                   |
| 20                      | Agua de Vichy.                |                  | Uma garrafa.      |
| 21                      | Xarope de Easton.             | Opodeldoch ..... | Um vidro.         |
|                         | Tres colherinhas por dia.     |                  | Um vidro.         |
|                         | Dr. F..... (nome por inteiro) |                  |                   |
|                         | Dia... de..... de 189...      |                  |                   |

0,42

Margens de 0,02



Contém este livro duzentas folhas numeradas e  
rubricadas com a rubrica..... de que uso.

Enfermaria militar de .....

Dr. F. ....

Chefe.

## MODELO N. 7

Enfermaria militar de\_\_\_\_\_

Livro de entradas e sahidas dos doentes da secção\_\_\_\_\_

da Enfermaria

Teve principio em\_\_\_\_\_

0,28

[illegible]

**Margem 0,02**

[illegible]

Contém este livro duzentas folhas numeradas e rubricadas com a rubrica \_\_\_\_\_ de que uso.

Enfermaria militar de \_\_\_\_\_

Dr. F. \_\_\_\_\_

Chefe.



## MODELO N. 8

Enfermaria militar de.....

Livro de carga e descarga das drogas e utensilios  
a cargo do pharmaceutico da mesma enfermaria.

Teve principio em.....

0,28

Carga e descarga das drogas e utensilios existentes a cargo de 189.... com a declaração dos artigos necessarios para

0.42

| CLASSIFICAÇÃO     | UNIDADES | CARGA                        |                         |           |       |       |
|-------------------|----------|------------------------------|-------------------------|-----------|-------|-------|
|                   |          | Passou do trimestre anterior | Entrado neste trimestre |           |       | Somma |
|                   |          |                              | Janeiro                 | Fevereiro | Março |       |
|                   |          |                              |                         |           |       |       |
| Drogas            |          | Gr . . . . .                 | 23,7                    | 30        |       | 53,7  |
|                   |          | »                            | 100                     |           |       |       |
|                   |          | Caixas .                     | 20                      |           |       |       |
| Ordem alphabetica |          |                              |                         |           |       |       |
| Utensilios        |          |                              |                         |           |       |       |

Margem 0,02

do pharmaceutico da Enfermaria, durante o.... trimestre  
o consumo de tres mezes.

[illegible]

Contém este livro duzentas folhas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que uso.

Enfermaria militar de.....

Dr. F.....

Chefe

### **Observações**

1.<sup>a</sup> No fim de cada trimestre será remettida á Inspectoria Geral cópia do mappa com data de 1 do mez seguinte, carregando-se nesta occasião os artigos necessarios para o consumo de tres mezes, e abrindo-se nova escripturação para o trimestre seguinte. O pharmaceutico assignará tanto o mappa lançado no livro como aquelle, que será rubricado pelo chefe.

2.<sup>a</sup> No caso da substituição do pharmaceutico, será encerrada a escripturação do mappa, assignando-o o que entrega e o que recebe, e será rubricado á esquerda pelo chefe.

3.<sup>a</sup> O pharmaceutico que entra abrirá novo mappa, considerando na 1.<sup>a</sup> casa da carga « Recebido do meu antecessor ».

## MODELO N. 9

Enfermaria militar de.....

Talão de pedidos diários.

Teve principio em.....

página original em branco

0m, 20

Margem  
0m, 02

0,  
Visto.

N. [redacted]

Chefe. 189.....

Enfermaria militar de.....

Vale para o fornecimento de hoje.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Enfermaria militar de..... em.....

de..... de 189.....

Agente,

ENFERMARIA MILITAR DE

Visto.

N. [redacted]

Chefe. 189.....

Enfermaria militar de.....

Vale para o fornecimento de hoje.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Enfermaria militar de..... em..... de..... de 189.....

Agente,

Contém este livro duzentas folhas que serão diariamente pelo chefe rubricadas, á proporção que forem sendo extrahidos os pedidos.

Enfermariá militar de.....

Dr. F. ....

Chefe.



## MODELO N. 10

Enfermaria militar de.....

Livro de carga e descarga da roupa e utensilios a  
cargo do agente da mesma enfermaria.

Tevê principio em.....



no.... trimestre..... de... .. com declaração dos artigos  
tres mezes

| DESCARGA                         |    |    |    |    |    |    |    |    |    | Fica existindo |  | PRECISA-SE<br>PARA CARGA DO<br>MESMO | OBSERVAÇÕES |
|----------------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----------------|--|--------------------------------------|-------------|
| Dado em consumo em 24 de janeiro |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Idem                             |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Inutilizado pelo enfermeiro F... |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Etc.                             |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Etc.                             |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Somma                            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Em bom estado                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Sofrivel                         |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Em máo estado                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| Somma                            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                |  |                                      |             |
| 10                               | .. | 1  | .. | .. | 11 | 12 | 11 | 6  | 29 |                |  |                                      |             |
| 5                                | .. | .. | .. | .. | 5  | 20 | 10 | 5  | 33 |                |  |                                      |             |
| ..                               | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |                |  |                                      |             |

|                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Carga</i>                                                                                                    |
| As peças de roupa foram recebidas do Arsenal de Guerra em 12 de janeiro, documento n. 1.                        |
| Os utensilios foram comprados por esta Agencia ou fornecidos.                                                   |
| <i>Descarga</i>                                                                                                 |
| O avental inutilizado, communicou-se á autoridade competente para mandar fazer carga da respectiva importancia. |
| Os artigos dados em consumo constau do...                                                                       |

*Carga*

As peças de roupa foram recebidas do Arsenal de Guerra em 12 de janeiro, documento n. 1.

Os utensilios foram comprados por esta Agencia ou fornecidos.

*Descarga*

O avental inutilizado, communicou-se á autoridade competente para mandar fazer carga da respectiva importancia.

Os artigos dados em consumo constam do...

O agente,

Contém este livro duzentas e cincoenta folhas numeradas e rubricadas com a rubrica .....de que uso.

Enfermaria militar de.....

Dr. F.....

Chefe.

### **Observações**

1.<sup>a</sup> O mappa constante deste livro será transcripto trimensalmente, salvo si houver substituição de agente, porque neste caso será encerrada a escripturação nessa ocasião, assignando ambos e o chefe.

2.<sup>a</sup> Neste caso o agente que tomar conta abrirá novo mappa com a carga que houver recebido do seu antecessor.

**MODELO N. 11**

**Enfermaria militar de.....**

**Livro da receita e despesa dos dinheiros recebidos  
e despendidos pelo agente da mesma .**

**Teve principio em.....**

0,28

Conta corrente da receita e despesa do mez  
de janeiro de 189...

| 0,42 | NUMERAÇÃO<br>DOS DOCUMENTOS | CLASSIFICAÇÃO                                                                                                       | RECEITA | DESPEZA |
|------|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---------|
|      |                             |                                                                                                                     |         |         |
|      |                             | Saldo que passou do mez de dezembro de 1891.....                                                                    | 20\$000 |         |
|      | 1                           | Recebido da Thesouraria de Fazenda, para despesas miudas.....                                                       | 40\$000 |         |
|      | 1                           | Concerto de tres lampêdes da Enfermaria.....                                                                        |         | 4\$500  |
|      | 2                           | Carreto de tres carroças para transporte de caixões com medicamentos remettidos pelo Laboratorio Pharmaceutico..... |         | 6\$000  |
|      |                             | Saldo.....                                                                                                          |         | 49\$500 |
|      |                             | Summa.....                                                                                                          | 60\$000 | 60\$000 |
|      |                             | Saldo que passa para o mez de fevereiro.....                                                                        | 49\$500 |         |

Margem 0,02

Enfermaria militar de..... 1 de fevereiro de 1892.

Visto.

O chefe,

(Rubrica.)

O agente,

(Assignatura por extenso.)



Contém este livro trinta folhas numeradas e rubricadas com a rubrica .....de que uso.

Enfermaria militar de.....

Dr. F. ....

Chefe.



## MODELO N. 12

Enfermaria militar de.....

Livro geral de entradas e sahidas dos officiaes e  
das praças.

Teve começo em ..... de ..... de 189.....

0,42

0,28

| ENTRADAS |       |      | NÚMERO DAS PAPELETAS | CORPOS                | GRADUAÇÕES | COMPANHIAS | NÚMEROS | NOMES        | FILIAÇÃO        | IDADE | NATURALIDADE | ATÉ QUANDO OCORRIDOS |       |      |
|----------|-------|------|----------------------|-----------------------|------------|------------|---------|--------------|-----------------|-------|--------------|----------------------|-------|------|
| Anno     | Mezes | Dias |                      |                       |            |            |         |              |                 |       |              | Dias                 | Mezes | Anno |
| 1892     | Jan.  | 1    | 1                    | 1º batalh. de infant. | Cabo       | 2ª         | 120     | João da Cruz | Honorio da Cruz | 22    | Bahia        | 1                    | Jan.  | 1892 |

Margem 0,02

| MOLESTIAS | PEÇAS DE FARDAMENTO |          |         |              |          |                |                 |               |         |          | DINHEIRO | SAHIDAS |                    |            |              |       |       |       | OBSERVAÇÕES |      |  |
|-----------|---------------------|----------|---------|--------------|----------|----------------|-----------------|---------------|---------|----------|----------|---------|--------------------|------------|--------------|-------|-------|-------|-------------|------|--|
|           | Bonnets             | Gravatas | Camisas | Sobrecasacas | Platinas | Fardas de brim | Calças de panno | Ditas de brim | Sapatos | Polainas |          | Meias   | DIAS DE TRATAMENTO |            |              |       |       |       |             |      |  |
|           |                     |          |         |              |          |                |                 |               |         |          |          |         | Curados            | Fallecidos | Transferidos | Total | Datas |       |             |      |  |
|           |                     |          |         |              |          |                |                 |               |         |          |          |         |                    |            |              |       | Dias  | Mezes |             | Anno |  |
| Syphilis  | 1                   | 1        | 2       | ..           | ..       | 1              | 1               | 1             | 1       | 1        | 1        | 800     | 21                 | 1          | ..           | ..    | ..    | 21    | Jan.        | 1892 |  |

Contém este livro com folhas numeradas e rubricadas com a rubrica..... de que uso.

Enfermaria militar de.....

Dr. F.....

Chefe.

0.22

## MODELO N. 13

Mappa nosologica dos doentes tratados na Enfermaria militar de.....  
durante o trimestre de.....de 189..

[illegible]

Enfermaria militar de \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 189...

O chefe,



0,22

## MODELO N. 15

Anno de 189... Serviço Sanitario do Exercito. Mez de.....

Enfermaria militar de..... N. ....

Precisa-se que o Sr. ....  
forneça, de conformidade com o seu contracto, o seguinte :

| NUMEROS<br>DAS PAPELETAS | MEDICAMENTOS     |                               | QUANTIDADES | PREÇO | IMPORTANCIA |
|--------------------------|------------------|-------------------------------|-------------|-------|-------------|
|                          | Uso interno      | Uso externo                   |             |       |             |
| 1                        | Agua de Vichy... | .....                         | 2 garrafas  | \$500 | 1\$000      |
|                          |                  | Pomada de bella-<br>dona..... | 60 grammas  | ..... | 1\$000      |
| Total.....               |                  |                               |             |       |             |

0,33

O chefe, .....





0,22

## MODELO N. 47

BATALHÃO

COMPANHIA

Teve alta desta Enfermaria.....  
 idade..... annos, natural de.....  
 filho de..... soccorrido  
 pelo..... até..... e por esta  
 enfermaria até á data desta.

Enfermaria militar de.....  
 de..... de 189.....

Molestia.....

O medico,

.....

O amanuense,

.....

0,47

## INVENTARIO

Bonnet.....

Gravata .....

Camisa .....

Sobrecasaca.....

Platinas .....

Fardeta de brim.....

Calça de panno.....

Dita de brim.....

Sapatos.....

Polainas.....

Enfermaria militar de.....

de..... de 189.....

O amanuense,

.....

0,22

## MODELO N. 18

## SERVIÇO SANITARIO DO EXERCITO

Freguezia de.....

0,33

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| <p>O abaixo assignado, Dr. em medicina pela Faculdade de..... medico de.... classe do Serviço Sanitario do Exercito, etc., etc.</p> <p>ATTESTO que.....</p> <p>Idade .....</p> <p>Estado .....</p> <p>Profissão.....</p> <p>Nação.....</p> <p>Naturalidade.....</p> <p>Côr.....</p> <p>Morada.....</p> <p>Entrado a.... de..... de 189....</p> <p>Falleceu a.... do corrente às.... horas</p> <p>Molestia.....</p> <p>Foi tratado durante a molestia pelo Dr.....</p> <p>Enfermaria militar de..... de..... de 189....</p> <p>O medico de dia,</p> <p>.....</p> | <p>OBSERVAÇÕES</p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|

## MODELO N. 19

Enfermaria militar de .....

Participe-vos, para os fins determinados no regulamento que  
baixou com o decreto n. 9886 de 7 de março de 1888, que  
nesta Enfermaria militar falleceu .....  
às.....horas da.....o.....  
de idade de ..... annos, natural do Estado de.....  
..... estado ..... profissão  
..... residente.....  
.....

Era filho de.....  
O referido é verdade, e para constar faço a presente parti-  
cipação.

Enfermaria militar de ..... de  
..... de 189 .....

Ao .....

O medico de dia,

.....

MARGEM — 0,06.

## MODELO N. 20

..... de 18 l.....

( ) agent's,



## MODELO N. 22

0,22

| Rubrica do director                                                 |            |            |                              |                    |
|---------------------------------------------------------------------|------------|------------|------------------------------|--------------------|
| Enfermaria militar de.....                                          |            |            |                              |                    |
| Relação nominal dos officiaes e praças que tiveram tratamento nesta |            |            |                              |                    |
| Enfermaria durante o mez de..... de 189.....                        |            |            |                              |                    |
| CORPOS                                                              | COMPANHIAS | GRADUAÇÕES | NOMES                        | OBSERVAÇÕES        |
| 1º batalhão de infantaria .....                                     | 2a         | Sargento.  | Manoel Antonio da Silva..... | Baixa... alta a... |
| 7º regimento de cavallaria .....                                    | 1a         | Cabo.....  | Luiz José Pereira....        | » ... » ...        |

0,33

O enfermeiro-mór,

\*\*\*\*\*

## MODELO N. 23

|                                           |                   | 0,22                                                                                                         |        |       |                                                                                    |    |
|-------------------------------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Rubrica do director                       |                   | Enfermaria militar de .....<br>Mapa geral dos enfermos e das dietas para o dia .....<br>de ..... de 189..... |        |       |                                                                                    |    |
|                                           |                   | SECCOES                                                                                                      |        |       | OBSERVAÇÕES                                                                        |    |
| CLASSIFICAÇÕES                            |                   | 1a                                                                                                           | 2a     | Total |                                                                                    |    |
| 0.33<br>Movimento dos enfermos            | Existiam.....     | 20                                                                                                           | 17     | 37    |                                                                                    |    |
|                                           | Entraram.....     | 1                                                                                                            | 3      | 4     |                                                                                    |    |
|                                           | Saliram           |                                                                                                              |        |       |                                                                                    |    |
|                                           | Curados.....      |                                                                                                              | 2      | 2     |                                                                                    |    |
|                                           | Transferidos..... | 1                                                                                                            |        | 1     |                                                                                    |    |
| Existem.....                              |                   | 20                                                                                                           | 17     | 37    |                                                                                    |    |
| Margens de 0,01<br>Dietassegundo a tabela | 2a                | 1                                                                                                            | 2      | 3     | Nove 7as em bifés.<br>Sete 7as guisadas.<br>Cinco 6as assadas.<br>Dez 5as assadas. |    |
|                                           | 4a                | 1                                                                                                            | 1      | 2     |                                                                                    |    |
|                                           | 5a                | 6                                                                                                            | 4      | 10    |                                                                                    |    |
|                                           | 6a                | 3                                                                                                            | 2      | 5     |                                                                                    |    |
|                                           | 7a                | 2                                                                                                            | 8      | 10    |                                                                                    |    |
|                                           | Somma.....        |                                                                                                              | 20     | 17    | 37                                                                                 |    |
|                                           | Extraordinarios   | Biscoutos.....                                                                                               | Grams. | 30    | 20                                                                                 | 50 |
| Leite.....                                |                   | »                                                                                                            | 100    | 100   | 200                                                                                |    |
| Vinho do Porto.....                       |                   | »                                                                                                            | 50     | 50    | 100                                                                                |    |
| Goiabada.....                             |                   | »                                                                                                            | 50     | 40    | 90                                                                                 |    |
| Ovos.....                                 |                   | Quantos                                                                                                      | 1      | 2     | 3                                                                                  |    |
|                                           |                   |                                                                                                              |        |       |                                                                                    |    |

Enfermaria militar de.....

F... \*

Agente.

F...

Enfermeiro-mór.



## MODELO N. 24

|                          |                                                                                                   |                                                                                                 |                                                                                                    |                                                                                     |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Rubrica<br>do<br>medico  |                                                                                                   | Enfermaria militar de.....<br>Mappa dos enfermos e das dietas da..... secção para o<br>dia..... |                                                                                                    |                                                                                     |
| CLASSIFICAÇÃO            |                                                                                                   |                                                                                                 | SECÇÃO                                                                                             | OBSERVAÇÕES                                                                         |
| Movimento dos enfermos   | Existiam.....                                                                                     |                                                                                                 | 20<br>1                                                                                            |                                                                                     |
|                          | Entraram.....                                                                                     |                                                                                                 |                                                                                                    |                                                                                     |
| Saíram                   | Curados.....                                                                                      |                                                                                                 | 1                                                                                                  |                                                                                     |
|                          | Mortos.....                                                                                       |                                                                                                 |                                                                                                    |                                                                                     |
|                          | Transferidos.....                                                                                 |                                                                                                 |                                                                                                    |                                                                                     |
| Existem.....             |                                                                                                   |                                                                                                 | 20                                                                                                 |                                                                                     |
| Dietas segundo a tabella | 2ª<br>4ª<br>5ª<br>6ª<br>7ª                                                                        | Quantas                                                                                         | 1<br>2<br>6<br>3<br>8                                                                              | Cinco 7as em bifes.<br>Tres 7as guisadas.<br>Tres 6as assadas.<br>Seis 5as assadas. |
|                          | Somma.....                                                                                        |                                                                                                 | 20                                                                                                 |                                                                                     |
| Extraordinarios          | Biscontos.....<br>Leite.....<br>Laranjas.....<br>Vinho do Porto....<br>Goiabada.....<br>Ovos..... | Grams.<br>»<br>N.º<br>Grams.<br>»<br>N.º                                                        | Cincoenta grammas.<br>Duzentas grammas.<br>Uma.<br>Cincoenta grammas.<br>Cincoenta grammas.<br>Um. |                                                                                     |

Enfermaria militar em .....

 F.....  
 Enfermeiro.



0,42

## MODELO N. 26

BATALHÃO

COMPANHIA

Baixa á Enfermaria militar de.....  
idade.....annos, natural de.....  
filho de.....soccorrido  
pelo..... até.....

O medico,

.....  
O commandante da companhia,  
.....

0,47

## INVENTARIO

Bonnet.....

Gravata.....

Camisa.....

Sobrecasaca.....

Platinas.....

Fardeta de brim.....

Calça de panno.....

Dita de brim.....

Sapatos.....

Polainas.....

Quartel de..... de..... de 189...

O inferior,  
.....

## Tabella das dietas para uso das Enfermarias militares

33 centímetros

| DIETAS          | ALMOÇO                                                                                               | JANTAR                                                                                                                     | CEIA                                 | OBSERVAÇÕES                                                                                                                                                                                                                    |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. <sup>a</sup> | 150 grammas de leite ou canja de arroz.                                                              | O mesmo que ao almoço.                                                                                                     | O mesmo que ao almoço.               | A canja será preparada com 30 grammas de arroz e 30 de assucar, podendo ser substituída por um mingau de araruta.                                                                                                              |
| 2. <sup>a</sup> | 250 grammas de caldo de gallinha.                                                                    | O mesmo que ao almoço.                                                                                                     | O mesmo que ao almoço.               | Os caldos serão na razão de oito para uma gallinha, ou seis para um frango.                                                                                                                                                    |
| 3. <sup>a</sup> | 250 grammas de caldo de vacca e 70 grammas de pão.                                                   | O mesmo que ao almoço.                                                                                                     | O mesmo que ao almoço.               | A quantidade de carne para um caldo será de 100 grammas.                                                                                                                                                                       |
| 4. <sup>a</sup> | Canja de gallinha.....                                                                               | O mesmo que ao almoço.                                                                                                     | O mesmo que ao almoço.               | Cada canja será preparada com 30 grammas de arroz, 250 de agua e a sexta parte de uma gallinha.                                                                                                                                |
| 5. <sup>a</sup> | Chá, café ou mate, um pão de 140 grammas e 10 grammas de manteiga.                                   | Um quarto de gallinha assada, guisada ou cosida e um pão de 140 grammas                                                    | O mesmo que ao almoço.               | O pão do jantar podera ser substituído por 60 grammas de arroz. O café será preparado com 25 grammas de pó para 250 de agua e 40 de assucar; o mate com 15 grammas de folha e o chá com 3 grammas, podendo ser preto ou verde. |
| 6. <sup>a</sup> | Chá, café ou mate, um pão de 140 grammas e 10 grammas de manteiga.                                   | 300 grammas de carne de vacca ou carneiro assada ou guisada e um pão de 140 grammas.                                       | O mesmo que ao almoço.               | O pão do jantar podera ser substituído por 60 grammas de arroz, ou pirão feito com 120 grammas de farinha. O chá, café ou mate, como na dieta supra.                                                                           |
| 7. <sup>a</sup> | O mesmo que na 6. <sup>a</sup> e mais 200 grammas de carne de vacca ou carneiro, assada ou em bifes. | 300 grammas de carne de vacca cosida, assada ou guisada, um pão de 140 grammas e 120 grammas de batatas cosidas ou fritas. | O mesmo que ao almoço menos a carne. | Poderão ser substituídos o pão ou as batatas do jantar por arroz ou pirão, sendo o mais como acima.                                                                                                                            |

Margens de 0,02

OBSERVAÇÕES — Será permittido aos facultativos substituirem um pão por metade em peso de rosas, biscoitos, bolachas ou pão de ló torrado, assim como abonar em casos bem justificados, nas tres ultimas dietas, os seguintes extraordinarios: 50 grammas de goiabada, 50 de marmellada, 30 de geleia, 30 de aletria e 30 de assucar, uma laranja, lima ou banana, ervas cosidas, 50 grammas de vinho do Porto ou Lisboa; e na 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> dietas um até dous ovos ao almoço, 200 grammas de leite, 20 de chocolate preparado em 150 de agua, ou um mingau com 30 grammas de araruta ou tapioca e 30 de assucar.

Aos officiaes e cadetes se poderá abonar mesmo em casos ordinarios, nas duas ultimas dietas, sopa de arroz ou massas, 30 grammas, ao jantar, e um quarto de gallinha, a juizo do facultativo. Poderão tambem os facultativos, segundo a localidade e as circumstancias especiaes de seus doentes, substituir a carne do jantar da 6.<sup>a</sup> dieta por 150 grammas de peixe fresco. Quando for aconselhado o regimen lacteo exclusivo, poderão prescrever até 3 litros de leite, sem direito a nenhum outro alimento neste caso. As dietas de caldo e canja poderão ser distribuidas conforme determinar o facultativo, sem conservar a regularidade do almoço, jantar e ceia. Só se poderá abonar a cada doente um até tres extraordinarios, sendo este ultimo numero em casos exceptionaes. Com a preparação decada uma das tres ultimas dietas se despendirão até 10 grammas de sal, 15 de banha e meio centilitro de vinagre, além de outros temperos.

## DECRETO N. 1184 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Correntina,  
no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca de Correntina, no Estado da Bahia, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 132º, 133º e 134º, de um batalhão do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 33º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 18º.

Art. 2.º Os referidos corpos, ora creados, se organizarão :

O 132º batalhão de infantaria, na villa de Santa Maria da Victoria;

O 133º batalhão de infantaria, na villa de Sant'Anna dos Brejos;

O 134º batalhão de infantaria, na villa do Bom Jesus da Lapa;

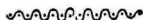
O 33º batalhão da reserva e o 18º regimento de cavallaria, nos districtos da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1185 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Victoria, no Estado da Bahia.

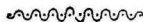
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca da Victoria, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 137º, e que será organizado com os guardas desse serviço qualificados no termo da Victoria; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1186 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na Capital do Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

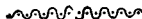
Art. 1.º Fica creado na Capital do Estado da Bahia mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes, quo se comporá de quatro baterias, com a designação de 2º.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1187 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 137º e 138º, de um batalhão de reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 81º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e o numero 22º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1188 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Rio Maranhão, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca do Rio Maranhão, no Estado de Goyaz, compor-se-ha de um commando superior organizado com os actuaes 1º corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, e 5º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, e da 1ª secção de batalhão da reserva, elevada a batalhão, com quatro companhias e a designação de...

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1189 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Lapa, no Estado do Paraná.

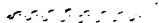
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca da Lapa, no Estado do Paraná, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 4º, o qual será organizado com os guardas qualificados no municipio do Rio Negro, pertencente á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*





## · DECRETO N. 1190 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Reorganiza o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Botucatú, no Estado de S. Paulo.

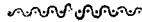
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Botucatú, no Estado de S. Paulo, se comporá do 43º batalhão de infantaria e do 17º batalhão de reserva, já organizados e ora reduzidos a quatro companhias cada um, do 4º corpo de cavallaria, elevado a regimento, com quatro esquadrões, e mais um batalhão de infantaria, com igual numero de companhias e a designação de 169º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1191 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Arauá, no Estado de Sergipe.

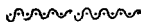
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Arauá, no Estado de Sergipe, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 47º, 48º e 49º, e de um batalhão do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 8º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1192 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1892

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Porto Seguro, no Estado da Bahia.

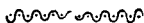
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica desligado do commando superior das comarcas de Alcobaça e Caravellas, no Estado da Bahia, a força de guardas nacionaes qualificada na do Porto Seguro, no mesmo Estado, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá do 59º regimento de infantaria, já organizado e reduzido a quatro companhias, e de mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 135º e 136º, de um batalhão da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 34º, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1193 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1892

Do novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta que se observe o seguinte regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo na mesma Republica:

## CAPITULO I

## DO IMPOSTO E RESPECTIVAS TAXAS

Art. 1.º O imposto de consumo do fumo, de que trata o art. 1º da lei n. 126 A de 21 de novembro de 1892, substituirá o que havia sido creado pelo art. 1º da de n. 25 de 30 de dezembro de 1891, e recahirá sobre o fumo importado, preparado ou em bruto, e no que produzirem as fabricas que, em qualquer parte do territorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, exercerem a industria do fumo e seus preparados.

Paraphrasis unico. Serão equiparados ás fabricas, para os fins deste artigo, os depositos que ellas tiverem com machinas ou

apparelhos de qualquer especie, e, em geral, todas as casas ou estabelecimentos onde forem fabricados cigarros ou quiesquer outros preparados de fumo, com emprego de machinas ou apparelhos, ou mesmo onde taes productos forem manipulados em grande quantidade.

Art. 2.º As taxas do imposto serão as fixadas na referida lei n. 126 **A**, a saber :

|                                                                            |       |
|----------------------------------------------------------------------------|-------|
| Fumo em bruto, de producção estrangeira :                                  |       |
| Por 500 grammas ou fracção desta unidade.....                              | \$100 |
| Fumo picado, desfiado ou migado, por 25 grammas ou fracção desta unidade : |       |
| De producção nacional.....                                                 | \$010 |
| De producção estrangeira.....                                              | \$020 |
| Charutos:                                                                  |       |
| Por um, de fabrico estrangeiro.....                                        | \$100 |
| Cigarros, por maço até 20, e por qualquer fracção excedente de 20 :        |       |
| De fabrico nacional.....                                                   | \$010 |
| De fabrico estrangeiro.....                                                | \$030 |
| Os cigarros de mortalha ou capa de fumo pagarão o dobro dessas taxas.      |       |
| Rapê, por 125 grammas ou fracção desta unidade :                           |       |
| De fabrico nacional.....                                                   | \$020 |
| De fabrico estrangeiro.....                                                | \$060 |

## CAPÍTULO II

### DO LANÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 3.º O imposto será arrecadado, como renda da União, na Capital Federal e em todos os Estados a que for applicavel, á sahida do producto nas Alfandegas e entrepostos aduaneiros e nas fabricas e seus depositos, classificados de accordo com o art. 1.º paragrapho unico.

Art. 4.º Será base do imposto a quantidade, em kilogrammas, de fumo importado e a do sahido para consumo, por qualquer modo preparado, das fabricas e seus depositos.

§ 1.º Os donos ou administradores das fabricas e depositos farão organizar escripta em livros especiaes, pela qual se possa conhecer, de prompto e diariamente, as quantidades produzidas e as sahidas para o consumo, por especies, acompanhando as taxas do imposto.

Por ella serão verificadas as informações que os collectados ficam obrigados a prestar mensalmente ás repartições a que ficarem subordinados; sendo os livros da mesma escripta sellados, authenticados ou rubricados nessas repartições.

§ 2.º A escripturação fiscal da fabrica poderá comprehender a do deposito ou depositos pertencentes á mesma firma ou razão industrial, e então haverá nelles apenas um livro de entradas e sahidas, e a fiscalização será simultânea.

§ 3.º Taes livros, quando exigidos, serão examinados pelos fiscaes do imposto, dos quaes trata o art. 5.º, podendo os mesmos fiscaes, sempre que tiverem motivo para duvidar da exactidão da escripta especial, pedir o exame da escripturação geral do estabelecimento.

§ 4.º A recusa a esse exame ou o reconhecimento da inexactidão nas informações prestadas sujeitarão o collectado a pagar o imposto por arbitramento, e mais uma multa correspondente ao dobro da importancia que á mais se reconhecer devida.

§ 5.º Fóra do caso do § 4.º, o calculo da produção annual para o lançamento assentará no que a fabrica ou deposito tiver produzido no anno anterior.

Art. 5.º Serão nomeados tantos fiscaes da arrecadação do imposto, quantos se reconhecer necessarios, para que a fiscalização seja immediata e constante em todas as fabricas de fumo e respectivos depositos.

§ 1.º Os fiscaes serão nomeados pelos chefes das repartições incumbidas da arrecadação do imposto, mas taes nomeações só serão consideradas definitivas depois de approvadas pelo ministro da fazenda.

§ 2.º Os fiscaes deverão apresentar, nos mezes de janeiro e julho, minucioso relatório da sua inspecção nas fabricas e depositos estabelecidos no districto a que pertencerem; entregando-o ao chefe da repartição a que estiverem subordinados, que o transmittirá ao ministro da fazenda, devidamente informado pelo mesmo chefe.

§ 3.º O vencimento dos fiscaes será fixado sobre proposta dos chefes das repartições a que servirem, proporcionalmente aos serviços que o lançamento indicar que cada um deverá prestar, sendo para o anno de 1893 estabelecido entre o maximo de 300\$000 e o minimo de 100\$000 mensalmente.

### CAPITULO III

#### DA COBRANÇA DO IMPOSTO

Art. 6.º A cobrança do imposto será feita á bocca do cofre na Repartição Fiscal competente, a saber:

Em uma só prestação, no mez de maio, si a quota não exceder de 200\$000 nesta Capital e de 100\$000 nos Estados;

Em duas prestações iguaes, em maio e novembro, si exceder daquellas quantias.

Art. 7.º Os que deixarem de pagar o imposto nos prazos acima fixados incorrerão na multa de 10 %, elevada a 15 %, si demorarem o pagamento além do prazo adicional do respectivo exercicio.

Paragrapho unico. Não se admittirá o pagamento da quota do 2º semestre, ficando em divida a do primeiro.

## CAPÍTULO IV

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 8.º O presente regulamento começará a ser executado desde o 1.º de janeiro de 1893.

Art. 9.º Todos os mercadores de fumo, em bruto ou de qualquer modo preparado, tirarão licença annual para esse negocio, até 31 de janeiro de cada anno, e só a patente da licença lhes dará direito a esse commercio, seja de importação, exportação ou a varejo. O não cumprimento desta disposição sujeitará o mercador a uma multa de 20\$000 a 50\$000 em cada anno que não a requerer.

§ 1.º Cobrar-se-hão 10\$000 por licença expedida, a titulo de emolumentos ou feição do titulo, e dellas se formará na repartição arrecadadora um registro, que indique todas as casas que negociam em fumo e seus preparados, em grande ou pequena escala, como base do lançamento e elemento estatístico.

§ 2.º As importancias das licenças e multas serão escripturadas como deposito, e applicadas ao pagamento ou auxilio do pagamento do vencimento dos fiscaes.

Art. 10. Para o primeiro lançamento em virtude deste regulamento serão aceitas as informações e declarações por escripto, dos que tiverem de ser collectados, segundo o que suas fabricas e depositos tiverem produzido no corrente anno.

Paragrapho unico. Si o rendimento do 1.º semestre de 1893 indicar differença da producção de alguma fabrica ou deposito, tão sensível que possa induzir a suspeita de ter havido intenção de fraudar o imposto sobre a base do anno de 1892, fornecida pelos collectados, será applicavel a pena do art. 4.º; § 3.º, deste regulamento; salvo si o dono ou administrador permittir o exame da escripta geral para verificar-se a exactidão da informação que tiver prestado.

Art. 11. Das decisões das repartições arrecadadoras, quanto ao imposto ou quanto a multa, haverá recurso, interposto pelos que se julgarem prejudicados, no prazo de 30 dias, contados da data da decisão, por meio de petição ao ministro da fazenda, transmitida pela repartição que houver proferido a decisão recorrida.

§ 1.º Ao recurso acompanhará o processo original.

§ 2.º O recurso sobre imposição de multa só poderá ser acceito depois de depositada a respectiva importancia.

§ 3.º Os recursos peremptos não serão encaminhados á instancia superior, salvo si houver motivo para duvidar-se do modo de contar o prazo.

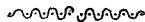
Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1892, 4.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1194 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 3º, n. 3, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve approvar, para o Gymnasio Nacional, o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado Dr. Fernando Lobo.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

## Regulamento do Gymnasio Nacional

## TITULO I

## Do Gymnasio Nacional e seu plano de estudos

Art. 1.º O Gymnasio Nacional tem por fim proporcionar á mocidade brasileira a instrução secundaria e fundamental, necessaria e sufficiente assim para a matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social.

Art. 2.º O Gymnasio Nacional ficará sob a immediata jurisdição de funcionarios da escolha e confiança do Governo, com os titulos de director e vice-director.

Art. 3.º O curso integral de estudos do Gymnasio Nacional será de sete annos, constando das seguintes disciplinas :

Portuguez,  
Latim,  
Grecz,  
Franczsz,  
Inglez,  
Allemão,  
Mathematica,  
Astronomia,  
Physica,  
Chimica,  
Historia natural,  
Biologia,

Sociologia e moral, noções de economia politica e direito patrio,

Geographia,

Historia universal,

Historia do Brazil,

Litteratura nacional,

Desenho,

Musica,

Gymnastica, evoluções militares e esgrima.

Art. 4.º O magisterio do Gymnasio Nacional compor-se-ha do seguinte pessoal:

17 lentes, a saber:

1 de lingua portugueza;

1 de lingua latina;

1 de lingua grega;

1 de lingua franceza;

1 de lingua ingleza;

1 de lingua allemã;

1 de mathematica elementar;

1 de geometria geral, calculo e geometria descriptiva;

1 de mecanica e astronomia;

1 de physica e chimica;

1 de geographia;

1 de meteorologia, mineralogia e geologia;

1 de biologia;

1 de sociologia e moral;

1 de historia universal;

1 de historia do Brazil;

1 de litteratura nacional.

E mais tres professores:

1 de desenho;

1 de musica;

1 de gymnastica, evoluções militares e esgrima.

Art. 5.º As disciplinas acima mencionadas são todas obrigatorias.

Art. 6.º As disciplinas do curso serão distribuidas pelos sete annos da forma seguinte:

#### 1º ANNO

|                       |   |                  |   |
|-----------------------|---|------------------|---|
| Arithmetica . . . . . | 6 | horas por semana |   |
| Portuguez. . . . .    | 5 | »                | » |
| Francez. . . . .      | 5 | »                | » |
| Geographia . . . . .  | 4 | »                | » |
| { Desenho. . . . .    | 2 | »                | » |
| { Musica. . . . .     | 2 | »                | » |
| { Gymnastica. . . . . | 2 | »                | » |

---

26 horas

## EXAMES DE SUFFICIENCIA

## 2º ANNO

|                                            |                |       |     |        |
|--------------------------------------------|----------------|-------|-----|--------|
| Algebra e revisão de arithmetica . . . . . | 3              | horas | por | semana |
| Portuguez. . . . .                         | 5              | »     | »   | »      |
| Francez. . . . .                           | 4              | »     | »   | »      |
| Geographia . . . . .                       | 4              | »     | »   | »      |
| Latim. . . . .                             | 5              | »     | »   | »      |
| Desenho. . . . .                           | 2              | »     | »   | »      |
| Gymnastica . . . . .                       | 2              | »     | »   | »      |
| Musica. . . . .                            | 2              | »     | »   | »      |
|                                            | <hr/> 27 horas |       |     |        |

## EXAME FINAL DE GEOGRAPHIA

## 3º ANNO

|                                    |                |       |     |        |
|------------------------------------|----------------|-------|-----|--------|
| Geometria e trigonometria. . . . . | 4              | horas | por | semana |
| Portuguez. . . . .                 | 4              | »     | »   | »      |
| Francez. . . . .                   | 3              | »     | »   | »      |
| Latim. . . . .                     | 4              | »     | »   | »      |
| Inglez. . . . .                    | 5              | »     | »   | »      |
| { Desenho . . . . .                | 2              | »     | »   | »      |
| { Musica. . . . .                  | 2              | »     | »   | »      |
| { Gymnastica . . . . .             | 2              | »     | »   | »      |
| Revisão : Arithmetica . . . .      |                |       |     |        |
| Algebra, geographia . . . .        | 2              | »     | »   | »      |
|                                    | <hr/> 28 horas |       |     |        |

## EXAMES FINAES DE MATHEMATICA ELEMENTAR, PORTUGUEZ E FRANCEZ

## 4º ANNO

|                                                                          |                |       |     |        |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------|-------|-----|--------|
| Geometria geral e calculo ;<br>noções de geometria descriptiva . . . . . | 6              | horas | por | semana |
| Latim. . . . .                                                           | 3              | »     |     | »      |
| Inglez . . . . .                                                         | 5              | »     |     | »      |
| Allemaõ . . . . .                                                        | 5              | »     |     | »      |
| Historia geral . . . . .                                                 | 3              | »     |     | »      |
| Desenho . . . . .                                                        | 2              | »     |     | »      |
| Musica. . . . .                                                          | 2              | »     |     | »      |
| Gymnastica. . . . .                                                      | 2              | »     |     | »      |
| Revisão: Geographia, portuguez e francez. . . . .                        | 3              | »     |     | »      |
|                                                                          | <hr/> 31 horas |       |     |        |



## 5º ANNO

|                                                  |                    |   |   |       |
|--------------------------------------------------|--------------------|---|---|-------|
| Mecanica e astronomia.                           |                    |   |   |       |
| 1º período: Mecanica . . }                       | 6 horas por semana |   |   |       |
| 2º período: Astronomia . }                       |                    |   |   |       |
| Inglez . . . . .                                 | 4                  | » | » | »     |
| Allemao . . . . .                                | 5                  | » | » | »     |
| Grego . . . . .                                  | 5                  | » | » | »     |
| Historia geral . . . . .                         | 3                  | » | » | »     |
| { Desenho . . . . .                              | 2                  | » | » | »     |
| { Musica . . . . .                               | 1                  | » | » | »     |
| { Gymnastica . . . . .                           | 1                  | » | » | »     |
| Revisão: Geographia, portuguez, francez e latim. | 4                  | » | » | »     |
|                                                  | <u>31</u>          |   |   | horas |

## EXAMES FINAES DE MECANICA E ASTRONOMIA, INGLEZ E HISTORIA GERAL

## 6º ANNO

|                                                                                                  |                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Physica e chimica. . . . .                                                                       | 6 horas por semana |
| Zoologia e botanica. . . . .                                                                     | 3 » » »            |
| Allemao. . . . .                                                                                 | 4 » » »            |
| Grego. . . . .                                                                                   | 5 » » »            |
| Historia do Brazil . . . . .                                                                     | 3 » » »            |
| Desenho. . . . .                                                                                 | 2 » » »            |
| Revisão. Geographia, portuguez, francez, inglez, latim, mathematica, astronomia, historia geral. |                    |
|                                                                                                  | 8 horas            |
|                                                                                                  | <u>31 horas</u>    |

## EXAMES FINAES DE PHYSICA E CHIMICA E ALLEMAO

## 7º ANNO

## 1º semestre

|                                                   |                    |
|---------------------------------------------------|--------------------|
| Biologia. . . . .                                 | 6 horas por semana |
| Noções de economia politica e direito patrio. . . | 3 » » »            |
| Grego. . . . .                                    | 4 » » »            |
| Historia do Brazil . . . . .                      | 3 » » »            |
| Litteratura nacional. . . . .                     | 3 » » »            |
| Desenho. . . . .                                  | 2 » » »            |

*Revisão*: francez, latim, inglez, allemão, mathematica, astronomia, historia e geographia (1 hora cada uma), physica e chimica (3 horas) . . . . . 10 horas

—  
31 horas

*2º semestre*

|                                                                                                                                                                                        |                     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Sociologia e moral . . . . .                                                                                                                                                           | 6 horas por semana. |
| Mineralogia e geologia . . . . .                                                                                                                                                       | 3 » » »             |
| Grego . . . . .                                                                                                                                                                        | 4 » » »             |
| Historia do Brazil . . . . .                                                                                                                                                           | 3 » » »             |
| Litteratura nacional . . . . .                                                                                                                                                         | 3 » » »             |
| Desenho . . . . .                                                                                                                                                                      | 2 » » »             |
| <i>Revisão</i> : francez, latim, inglez, allemão, mathematica, astronomia, historia e geographia, physica e chimica, diologia e noções de economia politica, e direito patrio. . . . . | 10 horas            |
|                                                                                                                                                                                        | —<br>31 horas       |

EXAMES FINAES DE BIOLOGIA, SOCIOLOGIA E MORAL, HISTORIA NATURAL, GREGO, HISTORIA DO BRAZIL E LITTERATURA NACIONAL

EXAME DE MADUREZA

Paragraphe unico. No desenvolvimento da materia destas disciplinas observar-se-ha o programma seguinte:

*1º anno*

*1ª cadeira*—Arithmetica ( estudo completo )— 6 horas.

*2ª cadeira*—Portuguez: estudo da grammatica expositiva; leitura e recitação expressiva; exercicios de redacção com auxilio ministrado pelo professor—5 horas.

*3ª cadeira*—Francez: grammatica elementar; leitura e traducção de autores facéis; versão de trechos simples de prosa; primeiros exercicios de conversação—5 horas.

*4ª cadeira*—Geographia: geographia physica, especialmente do Brazil; exercicios de cartographia—4 horas.

Aulas de desenho, musica e gymnastica—2 horas cada uma.

*2º anno*

*1ª cadeira*—Algebra elementar (estudo completo) e revisão da arithmetica—3 horas.

2ª *cadeira* — Portuguez: estudo completo da grammatica expositiva; leitura e recitação expressiva; exercicios de composição gradualmente mais difficeis, com subsidios ministrados pelo professor — 5 horas.

3ª *cadeira* — Francez: revisão da grammatica elementar; leitura e traducção de autores gradualmente mais difficeis; exercicios de versão e conversação — 4 horas.

4ª *cadeira* — Geographia: geographia politica e economica, especialmente do Brazil; exercicios cartographicos; noções concretas de astronomia — 4 horas.

5ª *cadeira* — Latim: grammatica elementar, leitura e traducção de trechos faceis — 5 horas.

Aulas de desenho, musica e gymnastica — 2 horas cada uma.

### 3º anno

1ª *cadeira* — Geometria e trigonometria: geometria preliminar e trigonometria rectilinea; geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, da conchoide, da cissoide, da *limaçon* de Pascal e da espiral de Archimedes) — 4 horas.

2ª *cadeira* — Portuguez: grammatica historica; exercicios de composição sem subsidio ministrado pelo professor — 4 horas.

3ª *cadeira* — Francez: grammatica complementar; leitura e traducção de prosadores e poetas mais difficeis; exercicios de versão e conversação — 3 horas.

4ª *cadeira* — Latim: revisão da grammatica; leitura e traducção de prosadores faceis — 4 horas.

5ª *cadeira* — Inglez: grammatica elementar; leitura, traducção e versão faceis; exercicios de conversação — 5 horas.

Aulas de desenho, musica e gymnastica — 2 horas cada uma,

*Revisão* — Arithmetica e algebra; geographia — 1 hora para cada uma — (2 horas).

### 4º anno

1ª *cadeira* — Geometria geral, calculo e geometria descriptiva: geometria geral, seu complemento algebrico; noções de calculo differencial e integral, limitado ao conhecimento das theorias indispensaveis ao estudo da mecanica geral propriamente dita; noções de geometria descriptiva, e trabalhos graphicos correspondentes — 6 horas.

2ª *cadeira* — Latim: leitura e traducção de autores gradualmente mais difficeis — 3 horas.

3ª *cadeira* — Inglez: revisão da grammatica; leitura e traducção de prosadores faceis, exercicios de versão e conversação — 5 horas.

4ª *cadeira* — Allemão: grammatica elementar; leitura, traducção e versão faceis; exercicios de conversação — 5 horas.

5ª cadeira — Historia geral : historia antiga e média (estudo concreto) — 3 horas.

Aulas de desenho, musica e gymnastica — 2 horas para cada uma.

Revisão — Geographia, portuguez, francez — 1 hora para cada uma — 3 horas.

#### 5º anno

1ª cadeira — Mecanica e astronomia :

1º periodo : noções de mecanica geral limitada ás theorias geraes de equilibrio e movimento dos solidos invariaveis, e precedidas das noções rigorosamente indispensaveis do calculo das variações ;

2º periodo : noções de astronomia, precedida da trigonometria espherica ; noções succintas de geometria e mecanica celestes — 6 horas.

2ª cadeira — Inglez : leitura e traducção de autores mais difficeis ; exercicios de versão e conversação — 4 horas.

3ª cadeira — Allemão : revisão da grammatica ; leitura e traducção de prosadores faceis ; exercicios de versão e conversação — 5 horas.

4ª cadeira — Grego : grammatica elementar ; leitura e traducção de trechos faceis — 5 horas.

5ª cadeira — Historia geral : historia moderna e contemporanea, particularmente dos paizes americanos ; revisão da parte anterior (estudo concreto) — 3 horas.

Aulas — Desenho 2 horas ; musica e gymnastica — 1 hora cada uma.

Revisão — Geographia, portuguez, francez, iatim — 1 hora para cada uma (4 horas).

#### 6º anno

1ª cadeira — Physica e chimica : noções fundamentaes — 6 horas.

2ª cadeira — Allemão : leitura e traducção de autores mais difficeis ; exercicios de versão e conversação — 4 horas.

3ª cadeira — Grego : revisão da grammatica ; leitura e traducção de prosadores faceis — 5 horas.

4ª cadeira — Historia do Brazil — 3 horas.

5ª cadeira — Zoologia e botanica (estudo concreto) — 3 horas.

Aula — Desenho — 2 horas.

Revisão — Geographia, portuguez, francez, inglez, latim, calculo geometrico, mecanica e astronomia e historia geral — 1 hora para cada uma (8 horas).

#### 7º anno

(1º semestre)

1ª cadeira — Biologia — 6 horas.

2ª cadeira — Noções de economia politica e de direito patrio — 3 horas.

3ª cadeira — Grego : leitura e traducção de autores gradualmente mais difficeis — 4 horas.

4ª cadeira — Historia do Brazil: continuação — 8 horas.

5ª cadeira — Historia da litteratura nacional — 3 horas.

Aula — Desenho — 2 horas.

*Revisão* — Physica e chimica — 3 horas ; francez, inglez, allemão, latim, calculo e geometria, mecanica e astronomia, historia e geographia — 1 hora para cada uma (10 horas).

(2º semestre)

1ª cadeira — Mineralogia e geologia (noções concretas) — 3 horas.

2ª cadeira — Sociologia e moral — 6 horas.

3ª cadeira — Grego (como no 1º semestre) — 4 horas.

4ª cadeira — Historia do Brazil: revisão geral — 3 horas.

5ª cadeira — Historia da litteratura nacional — 3 horas.

Aula — Desenho — 2 horas.

*Revisão* — Francez, inglez, allemão, latim, calculo e geometria, mecanica e astronomia, historia e geographia, physica e chimica, biologia, noções de economia politica e direito patrio — 1 hora para cada uma (10 horas).

## TITULO II

### Dos alumnos e das matriculas

Art. 7.º Os alumnos do Gymnasio se dividem em duas classes: contribuintes e gratuitos, fixado em 120 o numero destes.

§ 1.º Os alumnos contribuintes pagarão 24\$000 por trimestre.

§ 2.º A frequencia será de tantos alumnos quantos comportar o estabelecimento, merecendo particular consideração as condições hygienicas.

Art. 8.º Nenhum alumno contribuinte poderá prestar exame ou matricular-se em qualquer anno do Gymnasio, sem que se mostre quite com o Thesouro Nacional.

Art. 9.º No dia 12 de fevereiro de cada anno abrir-se-ha, na secretaria do Gymnasio Nacional, a matricula que será encerrada no fim do referido mez.

Art. 10. Serã permittida a matricula em qualquer dos annos, desde que o candidato se mostre habilitado, de conformidade com as prescripções deste regulamento, nas materias ensinadas nos annos anteriores ao em que pretender matricular-se.

Art. 11. Para a matricula no 1º anno exigir-se-ha :

1.º Certidão de idade ou documento equivalente, por onde se prove ter o pretendente, no minimo, 12 annos;

2.º Attestado de vaccina ou de revaccinação;

3.º Exame de admissão nos termos do art. 117 ou certificado de exames das materias exigidas, passado pelas escolas primarias do 1º grão;

4.º Prova de que o matriculando não soffre molestia alguma infecto-contagiosa.

Art. 12. Os candidatos approvados nos exames de admissão a qualquer anno do curso serão classificados por ordem de merecimento, e de accordo com este julgamento serão preenchidas as vagas existentes.

§ 1.º Tendo em vista a classificação determinada neste artigo, e quando se tratar de matriculandos gratuitos, deverá o director basear a preferencia da escolha dos pretendentes nas seguintes condições:

1.ª Serem os candidatos orphãos de paes pobres;

2.ª Serem filhos de professores publicos, que houverem distintamente cumprido os seus deveres por mais de 10 annos;

3.ª Serem filhos de cidadãos que tiverem bem servido a patria.

### TITULO III

#### Das aulas e dos exames

Art. 13. As aulas abrir-se-hão no dia 1 de março e encerrar-se-hão a 30 de novembro, funcionando o numero de horas exigido pelo horario, que todos os annos será revisto.

Paragrapho unico. Serão feriados, além dos domingos, os dias assim considerados por lei.

Art. 14. Do dia 1 a 11 de fevereiro de cada anno se receberão na secretaria do Gymnasio os requerimentos de exames de admissão para qualquer anno do curso, effectuando-se, do dia 12 ao fim do mesmo mez, não só os referidos exames, como os dos alumnos do estabelecimento, que por motivo justificado não os houverem prestado na época regulamentar.

Art. 15. Encerradas as aulas do Gymnasio Nacional, começarão, no primeiro dia util de dezembro, os exames do curso, os quaes serão: de *sufficiencia* ou *finaes*, segundo haja o alumno de continuar o estudo da materia, ou o tenha concluido, o de *maturza*, ao terminar o curso.

Art. 16. A commissão julgadora dos exames de *sufficiencia* se comporá dos lentes do anno, sendo o presidente designado pelo director.

Art. 17. O exame de *sufficiencia* constará simplesmente de provas oraes, cabendo no maximo 20 minutos para o exame de cada materia.

Art. 18. Nos exames *finaes* será a mesa julgadora constituida pelos dous lentes da cadeira e pelo director, pelo vice-director ou por um lente do estabelecimento. como presidente.

Paragraphe unico. Quando houver um só lente da cadeira, o director nomeará outro lente do estabelecimento, que tenha idoneidade para o encargo.

Art. 19. Os exames finaes constarão de prova escripta e oral, havendo mais uma prova pratica para as cadeiras de sciencias physicas, historia natural e geographia; para as de desenho, musica e gymnastica a prova será simplesmente pratica.

§ 1.º A prova escripta de sciencias versará sobre questões comprehendidas no programma de estudos; a de lingua portugueza constará de uma redacção, fornecidos os elementos deste exercicio pela commissão examinadora, e da analyse lexicologica e logica de um trecho classico; a de lingua latina e grega constará da traducção de um trecho tirado á sorte e nunca menor de 20 linhas; finalmente, a de linguas franceza, ingleza e allemã constará de duas partes: versão de um pequeno trecho sorteado de prosa portugueza corrente e facil, e traducção de um trecho poetico francez, inglez ou allemão tirado á sorte e nunca menor de 15 linhas.

§ 2.º A prova oral, no exame final de sciencias, constará de arguição dos examinadores sobre o ponto sorteado, e generalidades da materia. No de lingua portugueza constará de leitura expressiva, resumo a livro fechado, explicação dos vocabulos e analyse. No de linguas latina, grega, franceza, ingleza e allemã se exigirá leitura, traducção de um trecho de prosador facil (sem auxilio de dictionario) e analyse.

§ 3.º Para a prova escripta dar-se-ha o prazo maximo de duas horas, e para cada exame oral: em sciencias meia hora, e em linguas vinte minutos, pelo menos. O presidente do acto poderá interrogar os alumnos, sem prejuizo do tempo concedido aos examinadores.

§ 4.º Os pontos dados para os exames finaes serão organizados no dia do acto, differentemente para cada turma de examinandos, e de fórma que cada ponto abranja varios pontos da disciplina.

§ 5.º Para as provas praticas de physica e chimica, meteorologia, mineralogia e geologia, musica e gymnastica será dado o prazo de quinze minutos; para as de geographia e desenho, uma hora.

Art. 20. O resultado do exame será ajuizado pela comparação das provas exhibidas e das médias ou contas de anno, que forem presentes á commissão examinadora, e será especificado pelas notas *reprovado*, *approvado simplesmente*, *approvado plenamente*, e *approvado com distincção*.

A maioria destas notas decide da nota final do exame, excepto o caso da distincção, para o qual se exige totalidade de notas optimas e unanimidade de votos.

Art. 21. O exame escripto será feito a portas fechadas, e o oral, publico.

§ 1.º O examinando que for surprehendido servindo-se, no acto do exame, de apontamentos particulares ou de quaesquer livros não permittidos pela commissão, perderá o direito de prestar

exame, só podendo ser a este admittido no fim do anno lectivo seguinte.

§ 2.º A commissão examinadora fornecerá os livros de texto e os dictionarios precisos para as provas escriptas de linguas.

Art. 22. O alumno que na época regulamentar for approvado em todas as materias do anno, menos em uma, poderá ser submettido ao exame desta em fevereiro seguinte, desde que assim o julgue conveniente o director do Gymnasio.

Art. 23. O que for reprovado em duas materias, havendo obtido approvação com distincção nas outras, poderá, a juizo do director, ser admittido a exame no periodo marcado para admissão de alumnos ao Gymnasio.

Art. 24. Não poderá continuar no estabelecimento o alumno gratuito que for reprovado duas vezes consecutivas no mesmo anno, bem como o que deixar de prestar exame do curso no mesmo lapso de tempo.

Art. 25. O alumno, que por justificado motivo não tiver prestado exame no fim do anno lectivo, poderá no anno seguinte prestal-o, a juizo do director.

Art. 26. O alumno que tiver 40 faltas, ainda que sejam estas justificadas, perderá o anno, podendo, entretanto, a juizo do director prestar exame no começo do curso lectivo seguinte.

Art. 27. Será sujeito ao onus de reprovado o alumno que se retirar do exame antes de terminado, no caso dos membros da commissão ou a maioria delles entenderem que a prova até então exhibida o inhabilita.

Art. 28. Os alumnos approvados em todos os exames finaes deverão prestar no fim do curso o exame de madureza, destinado a verificar si possuem a cultura intellectual indispensavel.

Este exame versará sobre questões geraes e será feito por um programma organizado por uma commissão de lentes eleita pela congregação e por ella approvado.

§ 1.º Cada commissão julgadora destes exames compor-se-ha de sete membros: dois lentes do Gymnasio, dois professores particulares, dois lentes de curso superior, e o director do Gymnasio como presidente.

§ 2.º O director, ouvida a congregação, organizará annualmente e submeterá á approvação do Governo a lista dos membros da commissão julgadora dos exames de que se trata.

§ 3.º O exame de madureza constará de provas escriptas e oraes, feitas em dias alternados, sobre as materias das secções seguintes:

1.ª Linguas vivas, especialmente a lingua portugueza; litteratura nacional;

2.ª Linguas classicas;

3.ª Mathematica e astronómia;

4.ª Sciencias physicas e sua applicação: meteorologia, mineralogia e geologia;

5.ª Biologia, zoologia e botanica;

6.ª Sociologia e moral. Noções de economia politica e direito patrio;



7.<sup>a</sup> Geographia e historia, especialmente do Brazil.

§ 4.<sup>o</sup> Para cada prova escripta o examinando terá o prazo maximo de cinco horas.

§ 5.<sup>o</sup> Haverá ainda provas praticas sobre as materias das secções 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup>.

Art. 29. A approvação no exame de madureza do Gymnasio Nacional dará direito á matricula em qualquer dos cursos superiores de character federal na Republica, e ao candidato, que nelle obtiver pelo menos dous terços de notas — plenamente — será conferido o titulo de *bacharel em sciencias e Lettras*.

Art. 30. O exame de madureza será feito conjuntamente por todos os candidatos do Gymnasio Nacional e pelos alumnos estranhos ao estabelecimento, que para essa prova se inscreverem annualmente.

## TITULO IV

### Dos lentes e professores

Art. 31. Os lentes serão nomeados por decreto, mediante concurso; cabo-lhes:

1.<sup>o</sup> Comparecer nas aulas com pontualidade; dar as lições nos dias e horas marcados, occupando-se exclusivamente na classe com o ensino das materias que professam, e, no caso de impedimento, participar ao director, com a possível antecedencia;

2.<sup>o</sup> Comparecer ás sessões da congregação e actos de concurso;

3.<sup>o</sup> Cumprir o programma de ensino, o qual deverá ser limitado a doutrina exclusivamente util, sã e substancial, evitando, no mais alto gráo, ostentação apparatusa de conhecimentos;

4.<sup>o</sup> Começar e concluir o ensino da cadeira a seu cargo, por uma serie de lições tendentes a ligar o assumpto ao das disciplinas anteriores e subsequentes;

5.<sup>o</sup> Propôr aos alumnos todos os exercicios que lhes possam desenvolver a intelligencia, nortear o character e fortalecer os conhecimentos adquiridos;

6.<sup>o</sup> Marcar, com 48 horas de antecedencia, pelo menos, a materia das sabbatinas escriptas, habituando os alumnos a este genero de provas para os exames;

7.<sup>o</sup> Marcar, de tres em tres mezes, um concurso sobre questões da materia ensinada, julgar com cuidadosa attenção as provas deste concurso, e á vista dellas propôr os seis melhores alumnos de sua aula merecedores do *banco de honra*; esta distincção deverá ser levada em conta por occasião do resumo trimensal das notas e da organização das médias ou contas de anno dos alumnos;

8.<sup>o</sup> Comparecer aos exames nos dias e horas determinados, funcionando nos mesmos exames como presidentes ou arguentes, conforme lhes competir;

9.º Observar as instrucções e recommendações do director no concernente à policia interna das aulas e auxiliar-o na manutenção da ordem e da disciplina ;

10. Satisfazer a todas as requisições feitas pelo director, no interesse do ensino.

§ 1.º O lente que faltar à aula, a exames, às sessões de congregação e aos actos de concurso, perderá a gratificação correspondente, no caso de justificar a sua ausencia ; e, quando não a justifique, incorrerá na perda do vencimento. O mesmo succederá ao lente que se ausentar da classe antes de terminado o prazo marcado pelo horario do estabelecimento.

Art. 32. Os professores de desenho, musica e gymnastica serão nomeados por decreto, mediante proposta do director do estabelecimento ; é-lhes applicavel quanto se refere às obrigações dos lentes, excepto deliberar em materia de concursos.

Art. 33. Nos casos que affectarem gravemente a moral, o director deverá suspender desde logo o lente ou professor, até à decisão do Governo, levando immediatamente o facto ao conhecimento deste.

Art. 34. Os lentes e professores que deixarem de comparecer para exercer as respectivas funções por espaço de tres mezes, sem que justifiquem as suas faltas, na conformidade deste regulamento, incorrerão nas penas marcadas pelo Codigo Penal.

Art. 35. Si a ausencia exceder de seis mezes, reputar-se-ha terem renunciado o magisterio e os seus logares serão julgados vagos pelo Governo, ouvida a congregação.

Art. 36. O lente ou professor nomeado, que dentro de dous mezes não comparecer para tomar posse, sem communicar ao director a razão justificativa da demora, perderá a cadeira para a qual foi nomeado, sendo-lhe a pena imposta pelo Governo, depois de ouvida a congregação.

Art. 37. Expirado o prazo na hypothese do art. 34, o director convocará a congregação, a qual, tomando conhecimento do facto e de todas as suas circumstancias, decidirá promover ou não o processo, expondo minuciosamente os fundamentos da decisão que tomar.

Si for affirmativa, o director a remetterá por cópia extrahida da acta, com todos os documentos que lhe forem concernentes, ao promotor publico respectivo para intentar a accusação judicial por crime de responsabilidade, e dará parte ao Governo, assim do que resolveu a congregação, como da marcha e resultado do processo, quando este tiver logar.

Art. 38. Na hypothese do art. 35, o director dará parte ao Governo, do occorrido, afim de proceder-se na conformidade do mesmo artigo.

Art. 39. Verificada a demora da posse de que trata o art. 36 e decidida pela congregação a procedencia ou improcedencia da justificação, si tiver havido, o director participará ao Governo o que occorrer, para sua final decisão.

Art. 40. Qualquer divergencia, que a respeito do serviço d

estabelecimento houver entre o director e algum lente ou professor, deve por aquelle ser presente á congregação.

Art. 41. Salvo a hypothese do art. 33, si algum lente ou professor nos actos do estabelecimento faltar aos seus deveres, o director levará ao conhecimento da congregação o facto ou factos praticados.

Art. 42. Neste caso, a congregação nomeará uma comissão para syndicar dos ditos factos e mandará que o accusado responda dentro de 15 dias.

Art. 43. Dentro de igual prazo, com a resposta do lente ou professor, ou sem ella, deverá a comissão apresentar o seu parecer motivado.

Art. 44. A' vista do parecer da comissão e da resposta do accusado, a congregação deliberará si este deve ser advertido camarariamente ou soffrer as penas do artigo seguinte.

Art. 45. Si não for bastante esta advertencia, o director, ouvindo a congregação, o comunicará ao Governo, propondo que sejam applicadas as penas de suspensão de tres mezes a um anno, com privação dos vencimentos, e observará o que a tal respeito for pelo mesmo Governo determinado.

Art. 46. Constituem motivo para a simples advertencia ao lente ou professor:

1.º Negligencia ou má vontade no cumprimento dos seus deveres ;

2.º Não dar bons exemplos aos alumnos ;

3.º Não comprehender a verdadeira orientação no ensino moral e intellectual dos alumnos ;

4.º Deixar de dar aula, sem motivo justificado, por mais de tres dias em um mez ;

5.º Infringir qualquer das disposições deste regulamento.

Art. 47. Constituem motivo para a applicação das penas de que trata o art. 34:

1.º Reincidir nas faltas do artigo antecedente ;

2.º Ser arguido de qualquer crime publico ;

3.º Fomentar immoralidade entre os alumnos.

Art. 48. Os lentes não poderão dirigir cursos retribuidos das materias professadas no Gymnasio.

Art. 49. Quando, por excessivo numero de alumnos de uma classe, entender o director que se faz indispensavel subdividi-la, designará para reger esta aula supplementar, de preferencia, outro lente do Gymnasio, e, caso dentre estes não haja quem possa fazel-o, chamar-se-ha pessoa estranha ao corpo docente e que reuna as necessarias habilitações ; ainda dentre estas se preferirão os bachareis formados pelo Gymnasio a quaesquer outros cidadãos.

Paragrapho unico. No caso do lente accumular ao exercicio de sua cadeira a regencia de uma aula supplementar, perceberá uma gratificação adicional de 1:200\$ annuaes ; sendo pessoa estranha ao corpo docente, terá a de 2:400\$000.

Art. 50. As providencias do artigo antecedente serão tomadas semelhantemente, quando for preciso attender á regencia interina

de cadeiras vagas e daquellas cujo proprietario estiver no goso de licença ou impedido por qualquer motivo. No primeiro caso, o lente interino perceberá o vencimento integral da cadeira; nos outros, terá um accrescimo de vencimentos igual à gratificação do substituido. Estas nomeações serão feitas pelo Governo, sobre proposta do director; e quando a substituição não for além de quinze dias, bastará designação feita pelo proprio director.

Art. 51. Os lentes e professores são vitalícios depois de cinco annos de exercicio, e não poderão perder seus logares sinão na forma das leis penaes e das disposições deste regulamento.

Art. 52. Os lentes e professores contarão como tempo de serviço effectivo no magisterio para os effeitos da jubilação :

1.º O tempo de serviço publico em commissões scientificas ;

2.º O numero de faltas por motivo de molestia, não excelente a 20 por anno ou 60 por triennio ;

3.º Todo o tempo de suspensão judicial, quando forem julgados innocentes ;

4.º Serviço gratuito e obrigatorio por lei ;

5.º Serviço de guerra.

Art. 53. Os lentes e professores, que houverem bem cumprido suas funcções, terão periodicamente direito, mediante informação do director, a uma gratificação addicional nos seguintes termos :

Os que contarem de serviço effectivo do magisterio 10 annos, 5 %; 15 annos, 10 %; 20 annos, 20 %; 25 annos, 33 %; 30 annos, 40 %; 35 annos, 50 %; e 40 annos, 60 %.

A percentagem acima fixada será calculada sobre os vencimentos da tabella vigente.

Art. 54. Estas gratificações devem ser requeridas dentro de seis mezes, a contar da data em que se completar o prazo exigido para a obtenção, sob pena de caducidade.

Art. 55. Os lentes e professores que se tornarem invalidos, e contarem mais de 10 annos de serviço, terão direito à jubilação nos seguintes termos :

§ 1.º Os que contarem 25 annos de serviço effectivo no magisterio ou 30 de serviços geraes, terão direito à jubilação com o ordenado por inteiro.

§ 2.º Os que contarem 30 annos de exercicio effectivo ou 40 de serviços geraes, terão direito à jubilação com todos os vencimentos.

§ 3.º As gratificações concedidas por antiguidade o serviços prestados (art. 53) acompanharão os vencimentos do jubilado.

Art. 56. Os lentes e professores, que se jubilarem com menos de 25 annos de exercicio, terão direito ao ordenado proporcional ao tempo de serviço.

Art. 57. O director proporá, motivando-a, a jubilação do lente ou professor que estiver enfermo ou invalido, a ponto de não poder exercer o cargo sem prejuizo do ensino.

Art. 58. Os lentes e professores não perceberão as gratificações, sem o exercicio dos respectivos logares, salvo os casos do art. 52 e as gratificações obtidas por antiguidade.

Art. 59. O director, lentes e professores do Gymnasio Nacional compoem uma congregação, que funcionará com maioria de seus membros, sob a presidencia do director. Cabe-lhe:

I. Approvar, nos primeiros dias de fevereiro, os programmas de ensino e os compendios que devam ser adoptados nas aulas, e organizar o horario;

II. Formular, no fim de cada anno lectivo, o programma especial do exame de madureza para os candidatos ao certificado de estudos secundarios e de bacharel em sciencias e letras;

III. Propôr ao Governo as reformas e melhoramentos, que convier introduzir no ensino do Gymnasio;

IV. Prestar as informações e dar os pareceres, que lhe forem exigidos pela autoridade superior;

V. Eleger os dous examinadores e o juiz dos concursos, apreciar o resultado destes e propôr, com informação reservada do director, quem, no seu entender, está no caso de ser nomeado;

VI. Decidir sobre os *bancos de honra*, premios e outras distincções conferidas aos alumnos, á vista de proposta dos respectivos lentes e do director.

Art. 60. Os professores serão convidados para as sessões de congregação e terão voto nella, quando se tratar de assumpto relativo ás suas aulas.

Art. 61. O secretario do Gymnasio exercerá as funcções de secretario da congregação, cumprindo todos os deveres inherentes a este cargo.

Art. 62. O director convocará a congregação, quando for mister; no caso de achar-se impedido por justo motivo, fal-o-ha o vice-director, seu substituto nato nessa funcção.

Art. 63. O director, ou qualquer membro do magisterio que escrever compendios sobre as doutrinas professadas no Gymnasio, terá direito á impressão de seu trabalho, por conta do Governo da Republica, si julgar essa obra valiosa e de grande utilidade para o ensino, não excedendo de 3.000 o numero de exemplares impressos á custa dos cofres publicos.

Nos casos de merito verdadeiramente excepcional da obra, a juizo da congregação, o autor terá direito a uma gratificação pecuniaria, arbitrada pelo Governo e nunca inferior a 2:000\$ nem superior a 5:000\$000.

Art. 64. Os membros do corpo docente perceberão os vencimentos constantes da tabella annexa.

## TITULO V

### Dos concursos

Art. 65. Os logares de lentes do Gymnasio, que vagarem, serão preenchidos mediante concurso.

Art. 66. Verificada uma vaga de lente, a directoria mandará annunciar concurso no *Diario Official*, marcando para a inscripção o prazo de tres mezes.

Paragrapho unico. Para esta inscripção exigir-se-ha: prova de moralidade, mediante folha corrida, e documento que atteste maioridade legal. Os candidatos poderão, entretanto, accrescentar quaesquer documentos de capacidade profissional em seu abono.

Art. 67. A inscripção poderá ser feita por procurador, si o candidato tiver justo impedimento.

Art. 68. Si occorrerem a um tempo duas vagas da mesma materia, o mesmo concurso servirá para o preenchimento de ambas.

Art. 69. Caso termine em tempo de ferias o prazo da inscripção, conservar-se-ha aberta até ao primeiro dia util que se seguir ao termo dellas.

Art. 70. Si, depois de expirar o prazo da inscripção, nenhum candidato se apresentar, a directoria manlará annunciar nova inscripção, cujo prazo será tambem de tres mezes, e, si ainda ninguém se apresentar, poderá ser preenchida a vaga por nomeação do Governo, sobre proposta da congregação.

Art. 71. Encerrada a inscripção e publicados em edital os nomes dos concurrentes, o director convocará a congregação do Gymnasio para eleger os dous examinadores e o juiz do concurso, compondo estes tres membros a commissão julgadora com o director do estabelecimento.

Paragrapho unico. Dado que a congregação resolva não tirar de seu seio os dous examinadores a que se refere este artigo, o director convidará pessoas estranhas ao corpo docente do Gymnasio.

Art. 72. Constituida a commissão julgadora, designar-se-ha dia e hora para o começo das provas, o que será annunciado pelas folhas diarias, com a conveniente antecedencia.

Art. 73. Os concursos para provimento dos logares de lente do Gymnasio Nacional se effectuarão perante a congregação, presidida pelo director, e as provas serão:

- 1.<sup>a</sup> Prova escripta;
- 2.<sup>a</sup> Prelecção oral;
- 3.<sup>a</sup> Prova pratica;
- 4.<sup>a</sup> Arguição dos examinadores sobre os assumptos das provas escripta e oral.

Art. 74. As tres primeiras provas versarão sobre pontos organizados pela commissão julgadora no dia de cada prova; a escripta será feita a portas fechadas, e as outras serão publicas.

Art. 75. A arguição sobre o objecto da prova oral se realizará em acto consecutivo à exhibição da mesma prova, e a arguição sobre a prova escripta, no dia seguinte ao da leitura publica da prova.

Art. 76. Haverá prova pratica para o concurso das seguintes materias:

- Physica e chimica,
- Meteorologia, mineralogia e geologia,
- Biologia, zoologia e botanica,
- Geographia.

Art. 77. O lente, que não comparecer a qualquer das provas 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> do concurso, perderá o direito de voto.

Art. 78. Um regimento especial organizado por comissão eleita pela congregação e com audiência desta e approved finalmente pelo Governo, definirá todo o processo dos concursos.

Art. 79. Concluída a ultima prova, serão todas julgadas pela comissão examinadora que emitirá por escripto juizo fundamentado sobre cada uma dellas e proporá a classificação dos candidatos. De posse deste parecer e de todos os papeis referentes ao concurso, a congregação resolverá sobre a classificação definitiva dos concorrentes, indicando ao Governo quem deva preencher a vaga. A acta desta sessão de congregação, acompanhada de todas as provas escriptas do concurso e do parecer reservado do director, será, dentro do mais breve prazo possível, remetida ao respectivo Ministerio.

## TITULO VI

### Da disciplina escolar

Art. 80. Nenhuma pessoa estranha ao estabelecimento, salvo autoridade superior, terá nelle entrada sem prévia licença do director ou vice-director.

Art. 81. Não será permittido aos alumnos occuparem-se no estabelecimento com a redacção de periodicos ou quaesquer outros trabalhos que possam distrahir-os de seus estudos regulares, e bem assim lhes é vedada a leitura de livros que prejudiquem os bons costumes e o cumprimento de seus deveres collegiaes.

Art. 82. O director e o vice-director do Gymnasio procurarão desenvolver em seus alumnos o gosto pelos exercicios de tiro ao alvo, de bésta, tiro de flecha, exercicios gymnasticos livres, salto, jogo de volante, etc., e farão todos os domingos um passeio para fóra do centro da cidade.

Organizarão para esse fim turmas de alumnos, de fôrma que, pelo menos uma vez por mez, cada uma dellas tenha um dia completamente destinado á educação physica.

Paragrapho unico. Para auxiliar-os neste trabalho serão designados por escala alguns dos inspectores de alumnos do estabelecimento.

Art. 83. Mediante consentimento do director, poderão os lentes e professores do Gymnasio incumbir-se da direcção destes passeios e do ensino dos jogos escolares que convem divulgar.

Art. 84. São permittidos como jogos escolares : a barra, a amarella, o *foot-ball*, a peteca, o jogo da bola, o *cricket*, o *lawn-tennies*, o *croquet*, corridas, saltos e outros que, a juizo do director, concorram para desenvolver a força e destreza dos alumnos, sem pôr em risco a sua saude.

Art. 85. Os unicos meios disciplinares, sempre proporcionados á gravidade das faltas, serão os seguintes:

- 1.º Privação de parte ou da totalidade do recreio ;
- 2.º Privação do recreio, com trabalho, sendo o alumno obrigado a escrever sobre assumpto conducente ao seu desenvolvimento intellectual e moral ;
- 3.º Reprehensão fóra ou dentro da aula ;
- 4.º Reprehensão perante os alumnos reunidos ;
- 5.º Enviar o alumno aos paes, a fim de corrigil-o ;
- 6.º Exclusão do Gymnasio.

§ 1.º Os tres primeiros meios disciplinares poderão não só ser impostos pelo director como pelos lentes, pelos professores e pelo vice-director ; os ultimos sómente pelo director, á requisição dos lentes e professores ou a bem da disciplina do estabelecimento.

§ 2.º No caso de exclusão do alumno, dará o director immediatamente conta ao ministro, dos motivos que o levaram a applicar aquella pena.

§ 3.º De accordo com os principios da moderna educação, applicará o director as penas que julgar convenientes, evitando sempre todo o castigo deprimente da dignidade humana, e estabelecendo meios de provocar e desenvolver a emulação e os mais sentimentos nobres dos alumnos, cuja direcção lhe é confiada.

§ 4.º Na administração das penas 1.ª e 2.ª haverá sempre parcimonia, dictada pela necessidade do repouso intellectual do alumno e pelas exigencias da educação physica, que deve merecer a particular attenção das autoridades do estabelecimento.

## TITULO VII

### Dos premios

Art. 86. No fim de cada anno lectivo, concluidos os exames, proceder-se-ha, com a solemnidade possivel, á distribuição dos premios e á collação do grão de bacharel em sciencias e letras.

§ 1.º Os premios serão para cada anno do curso em numero de tres : 1.º, 2.º e 3.º, e conferir-se-hão aos melhores dentre os alumnos do estabelecimento approvados com distincção em todas as materias, a juizo da congregação, que para isso ouvirá os lentes respectivos.

§ 2.º O titulo de bacharel em sciencias e letras será conferido a todos os candidatos, alumnos ou não do Gymnasio, que, approvados no exame de madureza, tiverem tido, pelo menos, dous terços de notas — *plenamente* — nas materias do curso integral.

Art. 87. A distribuição dos premios e a collação do grão se realisarão em sessão solemne presidida pelo ministro, presentes o director, o vice-director, os lentes e professores do Gymnasio.

Art. 88. Nesta sessão publica será tambem proclamado o nome do alumno, que por seu excepcional talento, amor ao tra-



balho, procedimento exemplar e mais virtudes mereceu a collocação de seu retrato na sala de honra denominada *Pantheon*, a juízo da congregação do Gymnasio.

Art. 89. O director proferirá neste acto um discurso adequado à solemnidade.

Art. 90. As cartas de bacharel em sciencias e letras, redigidas segundo o modelo annexo, serão registradas em livro especial.

Art. 91. Os diplomas de pessoas que não se acharem presentes para assignal-os perante o secretario, serão enviados pelo director à autoridade do logar em que estiverem residindo os diplomados, afim de serem por estes assignados em sua presença.

Si, porém, o diplomado não se achar no Estado em que tem sua sede o estabelecimento, o director enviará a carta ao Governo do Estado em que elle residir, afim de ter aquelle destino.

Art. 92. Não se passará segundo diploma sinão no caso de justificada perda do primeiro e com a competente resalva, lançada pelo secretario e assignada pelo director.

## TITULO VIII

### Do pessoal administrativo

Art. 93. O Gymnasio Nacional terá o seguinte pessoal administrativo:

- 1 Director,
- 1 Vice-director,
- 1 Secretario,
- 1 Escrivão,
- 1 Porteiro,

Inspectores de alumnos, de accordo com as necessidades do ensino,

- 1 Bedel.
- 1 Conservador do gabinete de sciencias physicas,
- 1 Conservador dos gabinetes de biologia e historia natural.

Paragrapho unico. O estabelecimento terá o numero de serventes que for mister.

Art. 94. O director, nomeado por decreto do Governo dentre os membros do pessoal docente do Gymnasio, ou dentre cidadãos brasileiros de reconhecida competencia, regula e determina de accordo com esta lei e com as instrucções do Ministerio respectivo quanto se relaciona com o estabelecimento que dirige, sendo o orgão official que se comunica com a autoridade superior do ensino.

§ 1.º Ao director incumbe :

1.º Inspeccionar cuidadosamente quanto respeita ao estabelecimento, e sobretudo o que se refere à parte intellectual e moral da educação dos alumnos;

2.º Observar e fazer executar as disposições do regulamento, advertindo os professores que não cumprirem seus deveres, e reprehendendo os empregados negligentes, suspendendo-os até quinze dias ;

3.º Assistir com a possível frequência às lições dos lentes e professores, fiscalizando a perfeita execução dos programmas e o emprego dos melhores methodos de ensino ;

4.º Percorrer assiduamente as salas de estudo e visitar a miúdo as diversas partes do estabelecimento ;

5.º Examinar os relatorios dos inspectores de alumnos ;

6.º Receber, e, por si mesmo, dirigir reclamações ao Governo por faltas commettidas pelos empregados que não puder demittir ;

7.º Despedir o alumno, quando este tenha commettido faltas graves contra os costumes e disciplina, participando immediatamente o occorrido ao ministro ;

8.º Propôr a divisão de qualquer aula, quando o numero de alumnos ou a hygiene escolar exigir esta medida ;

9.º Presidir as mesas de exames finaes e designar o professor que deva servir, na qualidade de presidente, nos exames de sufficiencia, nos de admissão e nos exames finaes a que não puder comparecer ;

10. Presidir às sessões de congregação ;

11. Apresentar annualmente ao Governo um relatorio sobre a marcha do estabelecimento e suas necessidades ;

12. Rubricar todos os livros de escripturação do Gymnasio Nacional ;

13. Assignar os titulos de habilitação ;

14. Apresentar o orçamento annual ao exame do Governo ;

15. Ordenar as despezas de prompto pagamento ;

16. Propôr ao Governo todo o pessoal administrativo ;

17. Contractar os serventes necessarios e despedil-os, quando julgar conveniente ;

18. Mandar, de tres em tres mezes, aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, informações resumidas dos mappas mensaes, relativas ao procedimento e applicação dos alumnos ;

19. Tomar, além das attribuições que lhe são conferidas neste e em outros artigos, as providencias que forem urgentes e não importarem augmento de despeza, solicitando a competente approvação ;

20. Representar ao Governo sobre qualquer caso omisso neste regulamento, propondo as medidas que lhe parecerem conducentes á prosperidade do estabelecimento ;

21. Dar posse aos lentes, professores e mais empregados do estabelecimento.

§ 2.º Será o director, nos seus impedimentos, substituido pelo vice-director e, na falta deste, pelo lente mais antigo do estabelecimento.

Art. 95. O vice-director será nomeado por decreto, mediante proposta do director.

§ 1.º Incumbe-lhe, além de substituir a este nos seus impedimentos :

1.º Receber directamente as ordens do director e dar-lhe parte da execução dellas ;

2.º Receber dos lentes, professores e inspectores, para entregal-as ao director, informações diarias relativas ao procedimento e applicação dos alumnos ;

3.º Vigiar pessoalmente a entrada e sahida das aulas e as diversas dependencias do estabelecimento ;

4.º Distribuir o serviço que deva ser desempenhado pelos seus subalternos ;

5.º Instruir, com os necessarios esclarecimentos, todos os negocios que subirem ao conhecimento do director, relativos á parte disciplinar do estabelecimento ;

6.º Communicar ao director as faltas dos empregados sob sua vigilancia, podendo suspendel-os até 15 dias, no caso de falta grave ;

7.º Propôr ao director tudo quanto lhe parecer conveniente ao bom andamento e progresso do Gymnasio Nacional.

Art. 96. O secretario será nomeado por decreto, mediante proposta do director.

§ 1.º Incumbe-lhe :

1.º Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official sob as ordens do director e segundo suas instrucções ;

2.º Fornecer as precisas informações e encaminhar todos os requerimentos feitos á directoria ;

3.º Assistir ás sessões de congregação, não lhe cabendo o direito de votar, nem de dissentir, podendo, porém, ser ouvido para alguma informação, quando assum o determinar o presidente da congregação ; e tinda a sessão, lavrar, escrever e subscrever a acta com toda a fidelidade ;

4.º Subscrever com os examinadores os termos de exame ;

5.º Assignar os termos de matricula, os titulos de habilitação conferidos pelo Gymnasio ;

6.º Encerrar o ponto do pessoal do Gymnasio, menos dos lentes e professores, e registrar essas faltas em um livro especial ;

7.º Escripturar os livros de termos de nomeação de todos os funcionarios ;

8.º Convidar os membros constituintes das mesas examinadoras, annunciar os dias de exame e os em que se deve reunir a congregação do Gymnasio ;

9.º Ter em boa ordem e devidamente catalogados os livros da bibliotheca e os papeis da secretaria ;

10.º Propôr ao director tudo quanto for a bem do serviço da secretaria ;

11.º Substituir o escriptão no impedimento deste ;

12.º Ter a secretaria aberta todos os dias uteis, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde.

Art. 97. O escriptão, nomeado por portaria do ministro, mediante proposta do director, tem por dever :

1.º Escripturar todos os livros a seu cargo, com toda a regularidade e asseio, trazendo-os sempre em dia ;

2.º Processar as folhas mensaes de vencimentos dos professores e dos empregados e serventes do Gymnasio Nacional ;

3.º Organizar todas as contas e balanços do despeza ;

4.º Fazer os inventarios, lavrar os termos de consumo, contractos, fiança e multas ;

5.º Archivar e ter sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e documentos de escripturação a seu cargo ;

6.º Authenticar a legalidade dos documentos que servirem de base para os pagamentos, refutando, sob sua responsabilidade, os que não estiverem conformes ;

7.º Receber no Thesouro Nacional o dinheiro para as despesas de prompto pagamento, bem como a quantia relativa ao pagamento dos serventes ;

8.º Fazer as despesas e pagamentos autorisados por ordem escripta do director ;

9.º Apresentar ao director as contas dos fornecedores no principio de cada mez ;

10. Expedir as guias do pagamento e contribuição dos alumnos ;

11. Avisar ao director, com a devida antecedencia, do estado de cada verba por lei consignada ;

12. Fazer, por ordem do director, no *Diario Official*, annuncios relativos ao prazo em que se devem apresentar os proponentes aos fornecimentos de todo genero ;

13. Fornecer ao director apontamentos precisos sobre o orçamento annual, apresentando-lhe ao mesmo tempo as medidas que, com respeito ao assumpto, julgar convenientes ;

14. Substituir o secretario nos seus impedimentos.

Art. 98. Ao inspector de alumnos, nomeado por portaria do ministro, mediante proposta do director, incumbem :

1.º Vigiar com todo o zelo e solicitude o procedimento e applicação dos alumnos, inspirando-se, para esse delicado encargo, nos salutaes principios da moderna sciencia da educação, usando de moderação e delicadeza, aconselhando paternalmente aos alumnos e dando-lhes constantes e evidentes exemplos do cumprimento pontual do dever ;

2.º Cumprir todas as ordens, que lhe forem determinadas pelo vice-director ;

3.º Apresentar ao vice-director um relatorio diario do que houver acontecido na classe, especialmente no que se referir ao procedimento e applicação dos alumnos ;

4.º Tomar conhecimento dos trabalhos prescriptos aos alumnos pelos lentes, sejam elles relativos á parte intellectiva do curso, sejam ao cumprimento de penas ;

5.º Acompanhar os alumnos á entrada e saída das aulas, e attentamente observá-los nas salas de estudo e durante a hora de recreio, animando-os em seu trabalho e dirigindo-os em seus jogos ;

6.º Examinar os livros e as mesas de estudo dos alumnos,

não perdendo occasião de pôr em relevo os deveres inherentes ao asseio e civilidade ;

7.º Observar, além do que se passar na classe a seu cargo, tudo quanto de irregular occorrer no movimento geral dos alumnos ;

8.º Não se ausentar da classe a seu cargo, salvo urgencia.

§ 1.º Os inspectores são subalternos e auxiliares immediatos do vice-director.

§ 2.º O numero de inspectores dos alumnos será sempre superior ao das classes, de modo que possam ser substituidos sem prejuizo do regimen interno do estabelecimento.

Art. 99. Ao bedel, nomeado por portaria do ministro, mediante proposta do director, incumbe :

1.º Ter sob sua guarda os livros do ponto dos lentes e professores, abrir e fechar-o ;

2.º Tomar com escrupuloso cuidado as notas relativas ás faltas dos lentes e professores, transmittindo mensalmente ao escrivão os devidos apontamentos ;

3.º Dar o toque de signal para o começo e encerramento de cada aula ;

4.º Organizar as listas de cada aula, apresental-as aos lentes e professores na occasião em que entrem estes para a classe ;

5.º Relacionar com rigorosa exactidão as notas de applicação e procedimento, bem como as faltas de cada alumno, de modo que possa o lente ou professor lavrar de tres em tres mezes a média das notas merecidas pelos alumnos do Gymnasio ;

6.º Ter sob seu cuidado papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o uso dos alumnos, fornecendo-os, desde que sejam pedidos pelos inspectores, — do que tomará nota em livro para esse fim destinado ;

7.º Apresentar diariamente ao director as notas relativas ás faltas dos lentes, professores e alumnos, assim como as que se referirem ao procedimento e applicação que tiverem estes merecido nas aulas ;

8.º Coadjuvar o secretario e o escrivão em tudo quanto disser respeito a exames, annuncios, avisos e mais serviços de escripturação.

Art. 100. Haverá no estabelecimento, para os dous gabinetes de sciencias phisicas, biologia e historia natural, dous conservadores, nomeados por portaria do ministro, sobre proposta do director.

Incumbe-lhes : ter todos os objectos a seu cargo catalogados e dispostos na melhor ordem e estado de asseio, preparar as collecções segundo as instrucções dos lentes respectivos, e cumprir o que por estes lhes for ordenado em relação ás demonstrações praticas nas aulas.

Paragrapho unico. Estes funcionarios farão o inventario geral de seus gabinetes, logo que tomarem posse de seus cargos.

Art. 101. Ao porteiro, nomeado por portaria do ministro, mediante proposta do director, compete :

1.º Ter sob sua guarda as chaves da portaria ;

2.º Conservar em asseio e ordem a portaria e suas dependências;

3.º Receber os requerimentos e papeis das partes, encaminhando-os à secretaria;

4.º Receber com toda a urbanidade os paes dos alumnos, bem como todas as pessoas que vierem visitar o estabelecimento;

5.º Tomar nota do dia e hora, em livro especial, da entrada e sahida dos alumnos;

6.º Endereçar pelo Correio aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, os boletins relativos ás notas de procedimento e applicação, bem como dirigir aos lentes e professores os avisos concernentes aos dias de exame e de congregação;

7.º Advertir ás pessoas que na portaria não procederem com a devida regularidade, communicando ao vice-director qualquer incidente contrario à boa ordem, desde que não forem attendidas as advertências;

8.º Acompanhar o escrivão na organização do inventario, do qual terá uma cópia authenticá;

9.º Substituir o bedel nos seus impedimentos.

Art. 102. Serão contractados pelo director os serventes que bastem ás necessidades do estabelecimento, e todas as obrigações que lhes competem serão reguladas ao criterioso arbitrio da autoridade administrativa superior.

Art. 103. Todos os empregados do Gymnasio, de nomeação do Governo, que provarem invalidez, tem direito à aposentação, nos termos da lei n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 104. Durante o tempo feriado, o pessoal do corpo docente e administrativo, salvo os funcionarios que estiverem no gozo de licença, perceberão integralmente seus vencimentos, sem embargo de quaesquer impedimentos occasionaes que occorrerem no anno lectivo.

## TITULO IX

### Das licenças e faltas

Art. 105. As licenças serão concedidas aos membros do magisterio e do corpo administrativo por portaria do ministro, em caso de molestia provada ou por outro qualquer motivo justo e attendivel, mediante requerimento convenientemente informado pelo director do estabelecimento.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito à percepção do ordenado até seis mezes, e de metade por mais de seis mezes até um anno; e por outro qualquer motivo, dará logar ao desconto da quarta parte do ordenado até tres mezes, da metade por mais de tres até seis, das tres quartas partes por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dali por deante.

§ 2.º A licença em caso algum dará direito à gratificação do exercicio do cargo, não se podendo, porém, fazer desconto algum das gratificações de que trata o art. 53.

Art. 106. O tempo de prorrogação de uma licença, concedida uma ou mais vezes dentro de um anno, será contado do dia em que terminou a primeira, afim de ser feito o desconto de que trata o § 1.º do artigo anterior.

Art. 107. Esgotado o tempo maximo dentro do qual poderão ser concedidas as licenças com vencimento, a nenhum funcionario será permittida nova licença com ordenado ou parte delle, sem que haja decorrido o prazo de um anno, contado da data em que houver expirado a ultima.

Paragrapho unico. O funcionario poderá gosar onde lhe aprouver a licença que lhe for concedida; esta, porém, ficará sem effeito, si della não se aproveitar dentro de um mez, contado da data da concessão.

Art. 108. Não poderá obter licença alguma o funcionario que não tiver entrado em exercicio do logar em que haja sido provido.

Art. 109. As disposições dos artigos antecedentes applicam-se ao funcionario que perceber simples gratificação, ou cujo vencimento for de uma só natureza e do qual duas terças partes sejam consideradas como ordenado.

Art. 110. O funcionario licenciado poderá renunciar o resto do tempo da licença que tiver obtido, uma vez que entrar immediatamente no exercicio do seu cargo; mas, si não tiver feito a renuncia antes de começarem as feras, só depois de terminada a licença poderá apresentar-se.

Art. 111. E' obrigado a ponto de entrada e sahida todo o pessoal do corpo docente, bem como todo o pessoal administrativo do estabelecimento.

Art. 112. A presença dos membros do corpo docente será verificada pela sua assignatura nas cadernetas das aulas e nas actas da congregação.

Paragrapho unico. A presença dos auxiliares do corpo docente, bem como a de todos os empregados, será verificada pela assignatura no livro do ponto, indicando a hora da entrada e da sua sahida.

Art. 113. O secretario, à vista das notas das cadernetas, das que haja tomado sobre quaesquer actos escolares, e do livro do ponto, organizará, no fim de cada mez, a lista completa das faltas e a apresentará ao director do estabelecimento, que, attendendo aos motivos, poderá considerar justificadas até ao numero de oito.

Art. 114. As faltas devem ser justificadas até ao ultimo dia do mez.

Art. 115. As faltas dos lentes e professores às sessões de congregação, ou a quaesquer actos e funções a que forem obrigados pelo regulamento, serão contadas como as que derem nas aulas.

§ 1.º Coincidindo no mesmo dia trabalho de aula e de congregação, a abstenção de um destes serviços importará uma falta.

§ 2.º O trabalho de congregação prefere a qualquer outro.

Art. 116. Terão direito só ao ordenado os funcionarios que faltarem por motivo justificado, não lhes sendo abonadas, independente de justificação, mais de duas faltas em cada mez.

## TITULO X

### Disposições geraes

Art. 117. Haverá no Gymnasio um exame de admissão para os candidatos á matricula do 1º anno, na segunda quinzena de fevereiro de cada anno.

§ 1.º Este exame constará de : leitura, dictado, noções de grammatica portugueza, arithmetica pratica até regra do tres, inclusive, morphologia geometrica e noções de geographia geral.

§ 2.º A mesa julgadora deste exame de admissão será composta em cada secção do estabelecimento por tres lentes do primeiro anno do Gymnasio, cabendo ao mais antigo a presidencia.

Art. 118. O presente regulamento será applicavel aos actuaes estabelecimentos, que constituem o Gymnasio Nacional; neste caso, serão communs as cadeiras de meteorologia, mineralogia e geologia, biologia, sociologia e moral, historia universal, historia do Brazil e litteratura nacional, e as outras privativas. A presidencia das sessões da congregação caberá em cada anno a um dos directores, alternadamente.

### Disposições transitorias

Art. 119. O plano do ensino será posto em execução desde janeiro de 1893.

Art. 120. Aos alumnos matriculados no 1º anno, que tiverem deixado de prestar exame de uma ou de mais materias ou que nellas tenham sido inhabilitados na ultima época de exames do Gymnasio Nacional, é permittido prestal-os na segunda quinzena de fevereiro futuro, de accordo com o plano deste regulamento.

Art. 121. Os alumnos, approvados nas materias do 1º e 2º annos pelo regulamento de 22 de novembro de 1890, ficam obrigados em 1893 ao curso completo do 2º e do 3º annos, de accordo com o actual regulamento.

Art. 122. Até 1895, inclusive, serão prestados, logo após os exames finaes do Gymnasio Nacional, os exames de preparatorios exigidos aos alumnos de estabelecimentos particulares para a matricula em cursos superiores, perante commissões organizadas pelo director e constituídas por lentes do mesmo Gymnasio.

Art. 123. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1892.— *Fernando Lobo.*



## Modelo a que se refere o art. 90 do presente regulamento

EM NOME DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

## GYMNASIO NACIONAL

Eu,..... (*nome do director*) faço saber que, à vista das approvações obtidas nos exames do curso secundario fundamental feitos no Gymnasio Nacional por..... nascido a.....de.....de.....em..... confiro-lhe, na conformidade do artigo.....do regulamento annexo ao decreto n.....de.....o presente titulo de bacharel em sciencias e letras, como galardão de seus meritos.

Capital Federal, em (*data da collação do grão*).....

O director,

O bacharel,

O secretario,

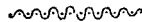
## TABELLA DE VENCIMENTOS

## PESSOAL DE NOMEAÇÃO DO GOVERNO

|                           | Ordenado   | Gratificação | Total      |
|---------------------------|------------|--------------|------------|
| Director.....             | 4:000\$000 | 2:000\$000   | 6:000\$000 |
| Vice-director.....        | 3:200\$000 | 1:600\$000   | 4:800\$000 |
| Lente.....                | 4:000\$000 | 2:000\$000   | 6:000\$000 |
| Professor.....            | 2:100\$000 | 1:200\$000   | 3:300\$000 |
| Secretario.....           | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000 |
| Escrivão.....             | 2:100\$000 | 1:200\$000   | 3:300\$000 |
| Conservador.....          | 1:200\$000 | 600\$000     | 1:800\$000 |
| Inspector de alumnos..... | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Bedel.....                | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Porteiro.....             | 931\$000   | 460\$000     | 1:400\$000 |

## PESSOAL DE NOMEAÇÃO DO DIRECTOR

|                            | Gratificação |
|----------------------------|--------------|
| Guarda da bibliotheca..... | 1:200\$000   |
| Ajudante de porteiro.....  | 810\$000     |
| Servente.....              | 720\$000     |

Capital Federal, 28 de dezembro de 1892. — *Fernando Lobo.*

## DECRETO N. 1195 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação facultada pelo art. 3º, n. III, da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, resolve approvar o regulamento da Bibliotheca Nacional que a este acompanha.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Regulamento para a Bibliotheca Nacional, appro-  
vado pelo decreto n. 1195 desta data.

DA BIBLIOTHECA

Art. 1.º A Bibliotheca Nacional será dividida em tres secções :  
a 1ª de impressos e cartas geographicas ; a 2ª de manuscriptos ;  
a 3ª de estampas e numismatica.

Art. 2.º A Bibliotheca se conservará aberta ao publico durante  
todo o anno, exceptuados os domingos, os dias de festa nacional  
e os que decorrem de 1 a 15 de janeiro e de 15 a 31 de dezembro.

Art. 3.º A Bibliotheca terá os seguintes empregados, que per-  
cêberão os vencimentos fixados na tabella annexa :

- 1 Director ;
- 1 Secretario (1º official) ;
- 3 Chefes de secção ;
- 3 1ªs officiaes ;
- 4 2ªs officiaes ;
- 6 Amanuenses ;
- 6 Auxiliares ;
- 2 Contínuos ;
- 1 Porteiro ;
- 1 Ajudante de porteiro ;
- 1 Machinista, encarregado do serviço de illuminação electrica.

## DO DIRECTOR

Art. 4.º Ao director compete :

- 1.º Dirigir todo o serviço da Bibliotheca, auxiliado pelos chefes de secção ;
- 2.º Corresponder-se com o Governo e com os particulares, nacionaes e estrangeiros, sobre os negocios do estabelecimento ;
- 3.º Fazer cumprir as disposições relativas a Bibliotheca ;
- 4.º Velar pela conservação de todos os livros, documentos, papeis e utensilios da Bibliotheca, e propor as medidas que para esse fim julgar necessarias ;
- 5.º Assignar a correspondencia official e todos os documentos da Repartição ;
- 6.º Enviar no fim de cada anno ao Ministerio respectivo um relatório do que houver occorrido na Bibliotheca ;
- 7.º Admoestar os empregados que faltarem ao cumprimento de suas obrigações e suspendel-os por oito dias, quando o caso o exigir, dando logo parte ao respectivo Ministerio ;
- 8.º Conceder até oito dias de licença aos empregados da Bibliotheca, com o competente desconto de vencimentos ;
- 9.º Tomar conta das faltas de comparecimento dos empregados, podendo justificar-as para os devidos effeitos, até tres mensalmente, quando assim o julgar conveniente ;
10. Distribuir o trabalho aos empregados da Repartição, como convier melhor ás necessidades do serviço, podendo removel-os de umas para outras secções, de modo, todavia, que o pessoal destas não fique desfaleado, nem soffra em caso algum o serviço da leitura publica ;
11. Dirigir a publicação dos *Anuaes da Bibliotheca Nacional*, revista periodica, onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da Bibliotheca e trabalhos bibliographicos de merecimento, compostos pelos empregados da Repartição ou por individuos estranhos a ella.

Art. 5.º O director não poderá ausentar-se da Capital Federal sem permissão do Governo ; quando deixar de comparecer por molestia ou licença, fará as suas vezes o chefe de secção que for por elle indicado ao Governo, assignando todo o expediente com a seguinte declaração, — na ausencia do director — e, na falta de designação, o chefe de secção mais antigo. O director residirá no edificio da Bibliotheca, desde que este tenha os commodos necessarios.

## DO SECRETARIO

Art. 6.º Ao secretario compete:

- 1.º Executar, sob a inspecção do director, as disposições em convenção diplomatica celebrada em Bruxellas, em 15 de março de 1886, relativas ao serviço das permutações internacionaes ;

2.º Fazer a correspondencia da Bibliotheca e cuidar da conservação do archivo e dos depositos, da escripturação do livro de contas e dos registros de officios, avisos, aquisições e outros;

3.º Conservar e ter em dia um inventario completo da Bibliotheca, já no que respeita ao deposito litterario, já no que se refere à mobilia, inscrevendo nelle tudo que se for adquirindo;

4.º Assignar os recibos de todas as publicações nacionaes que as typographias, estamparias, lithographias de gravuras e officinas photographicas do Brazil enviarem à Bibliotheca;

5.º Entregar aos respectivos chefes de secção as publicações de que trata o paragrapho preecedente, assim como todos os livros, cartas geographicas, manuscritos, estampas e gravuras que, em virtude de compra, doação, permuta ou remessa do Governo, vierem ter à Bibliotheca, exigindo dos mesmos chefes de secção um recibo de entrega que sera archivado na secretaria;

6.º Processar as folhas mensaes dos empregados.

#### DOS CHEFES DE SECÇÃO

Art. 7.º Os chefes de secção são incumbidos da policia interior o de velar para que os empregados cumpram rigorosamente os seus deveres.

##### Compete-lhes :

1.º Propôr as medidas que julgarem necessarias ao bom andamento do serviço e enriquecimento das suas secções;

2.º Ter registros exactos de todos os objectos que entrarem para as suas secções;

3.º Mandar carimbar com o sello da Bibliotheca todos os impressos, cartas geographicas, manuscritos, estampas e gravuras apenas lhes forem entregues e antes de serem utilizados pelo publico;

4.º Presidir, auxiliar e fiscalizar todos os trabalhos bibliographicos das suas secções, de maneira que as novas aquisições sejam inscriptas nos catalogos o mais depressa e o mais perfeitamente que for possivel, e procurar sempre enriquecer esses mesmos catalogos de notas bibliographicas interessantes;

5.º Apresentar todos os trimestres ao director da Bibliotheca um relatorio estatistico completo do que houver occorrido em suas secções, desenvolvendo as considerações que a este respeito julgarem opportunas;

6.º Attender com zelo e assiduidade à conservação dos objectos à sua guarda;

7.º Distribuir, como julgarem mais conveniente, aos amanuenses das suas secções o trabalho, encarregando a sua fiscalização aos respectivos officiaes;

8.º Reclamar do secretario a entrada de qualquer publicação nacional que não tenha sido remettida para a Bibliotheca.

Acompanhando para isso o movimento litterario do paiz, os chefes de secção empregarão todos os esforços a seu alcance para completarem-se as collecções nacionaes existentes na Repartição;

9.º Organizar de todas as publicações nacionaes um catalogo especial, que para o deante, quando se julgar completo, e sem prejuizo dos outros catalogos, a Bibliotheca publicará sob o titulo de *Diccionario bibliographico braziliense*.

Este catalogo especial deverá ser feito com o maior numero de esclarecimentos e segundo o plano que for proposto pelo director e approvedo pelo ministro.

#### DOS PRIMEIROS OFFICIAES

Art. 8.º Dos tres 1.ºs officiaes será destinado um para cada uma das secções. Compete-lhes :

1.º Desempenhar todo o qualquer trabalho bibliographico que lhes for indicado pelo chefe da secção ou pelo director da Bibliotheca;

2.º Fiscalizar os trabalhos de arrumação e conservação confiados aos amanuenses da secção; advertir a estes quando se deslizerem dos seus deveres o dar parte ao respectivo chefe da secção sempre que a falta for grave;

3.º Presidir ao serviço da leitura publica quando o exigirem circumstancias extraordinarias;

4.º Substituir os chefes das respectivas secções nos seus impedimentos;

5.º Organizar os catalogos systematicos sob a direcção dos respectivos chefes.

#### DOS SEGUNDOS OFFICIAES

Art. 9.º Tres 2.ºs officiaes presidirão por escala o serviço da leitura publica e o quarto substituirá os 1.ºs officiaes nos seus impedimentos, occupando-se, além disso, no serviço interno da secção de impressos, auxiliando o 1.º official respectivo nos trabalhos bibliographicos da secção.

Aos tres primeiros compete :

1.º Na presidencia da sala da leitura publica, consultar os catalogos e facilitar as investigações dos estudiosos;

2.º Zelar a boa ordem e regularidade do serviço das salas de leitura, tendo especial cuidado nos objectos confiados aos leitores, para que se não extraviem ou estraguem, e activando o trabalho dos seus subordinados, afim de que o publico seja sempre servido com a maior urbanidade e diligencia;

3.º Entregar no fim de cada dia aos chefes de secção a estatistica das obras consultadas e das que tiverem sido pedidas que não existam na casa, dando conta de qualquer occorrença importante que tenha havido nas salas.

Art. 10. Os officiaes que se acharem de serviço nas salas de leitura não poderão ausentar-se dellas sem doixar quem os substitua e terão sob suas ordens os auxiliares.

#### DOS AMANUEENSES

Art. 11. Os amanueenses da Bibliotheca serão distribuidos da seguinte forma : dous para a secretaria, um para a secção de manuscriptos, um para a de estampas, e dous para a de impressos e cartas geographicas.

Incumbe-lhes :

1.º Desempenhar-se dos trabalhos de cópia, arrumação e conservação que lhes forem designados pelos seus chefes, incluindo o serviço das salas de leitura, sempre que a affluencia de leitores ou a exiguidade do pessoal o exigir;

2.º Substituir os 2.ºs officiaes nos seus impedimentos.

#### DOS AUXILIARES

Art. 12. Aos auxiliares, que serão em numero de seis, incumbe:

1.º Fazer por turma o serviço das salas publicas, dando aos leitores os livros, os manuscriptos e mais objectos que forem pedidos, e recebendo-os no fim, segundo o processo admittido na Repartição;

2.º Desempenhar os trabalhos que pelos chefes de secção lhes forem designados;

3.º Substituir os amanueenses em seus impedimentos.

#### DOS CONTINUOS, DO PORTEIRO E SEU AJUDANTE

Art. 13. Aos continuos, que estacionarão sempre nas vizinhanças das salas de leitura, ou em logar por onde o publico tenha de passar para ir a ellas, incumbe:

1.º Não deixar entrar pessoa alguma sem lhes darem uma senha numerada, que tornarão a receber quando o leitor ou visitante se retirar;

2.º Não consentir que entre ou saia pessoa alguma, ainda mesmo empregado da Bibliotheca, com livros, pastas ou rolos de papeis ; neste caso os guardarão para lhos entregarem na sahida por occasião de receberem a senha numerada. Quando, porém, o leitor necessitar de levar consigo alguns papeis, livros ou pastas para auxiliar o seu estudo, requisitará do chefe de

secção uma guia por este assignada, na qual se declarem os objectos com que tem de entrar e com que poderá sair. Esta guia receberá-a-lhe o continuo, que a apresentará ao porteiro de quem receberá os objectos, e a conservará para verificação na saída, entregando-a logo depois para archivar na secretaria;

3.º Conservar-se o mais tempo que for possível no seu posto, no qual, em caso urgente, deixarão para substituí-los um servente.

Art. 14. Por qualquer infracção do artigo antecedente serão os continuos punidos com o desconto de vencimentos ou suspensão, ao prudente arbitrio do director, ou finalmente com demissão.

Art. 15. Os continuos se revesarão no serviço, trabalhando um das 10 horas da manhã ás 4 da tarde, e outro das 4 da tarde ás 9 da noite.

Art. 16. O porteiro, que será obrigado a residir no edificio, terá a seu cargo:

1.º Estacionar na porta da Bibliotheca, de onde, durante as horas em que se achar aberta ao publico, não poderá sair sem licença do director ou sem deixar substituto;

2.º Attender á regularidade do trabalho dos serventes, e zelar a limpeza do edificio e sua conservação;

3.º Não deixar entrar pessoa alguma sem dar-lhe uma senha numerada, recebendo e guardando os objectos de que trata o art. 13, para restituí-los quando o leitor ou visitante se retirar, arrecadando a senha entregue.

Art. 17. O ajudante do porteiro substituirá a este nos seus impedimentos e o auxiliará no serviço.

#### DO MACHINISTA

Art. 18. Ao machinista incumbem:

1.º Dirigir o serviço da iluminação electrica da Bibliotheca, requisitando do director os supprimentos de que houver mister para que o serviço seja feito com regularidade;

2.º Sujeitar á apreciação do director da Bibliotheca, que resolverá como lhe parecer mais acertado, todas as modificações por que deva passar o serviço de que está encarregado e tendentes ao seu aperfeiçoamento;

3.º Velar pela boa conservação das machinas,apparelhos o, em geral, de todos os utensilios destinados ao serviço que lhe está confiado.

4.º Propôr ao director da Bibliotheca, a quem compete contractal-a, a pessoa que lhe deve servir de ajudante na qualidade de foguista.

#### DAS DISPOSIÇÕES COMMUNS A TODOS OS EMPREGADOS

Art. 19. Haverá na sala do director um livro de ponto onde, á medida que forem chegando e na hora da saída, todos os em-

pregados assignarão seus nomes. O ponto será encerrado pelo director á hora em que deve começar o trabalho das diferentes turmas.

Art. 20. A respeito das faltas dos empregados e dos descontos dos respectivos vencimentos, se observarão as disposições em vigor na Secretaria de Estado.

Art. 21. Nenhum empregado se poderá occupar em trabalhos alheios á Bibliotheca durante as horas do expediente, e serão responsaveis por quaesquer extravios e damnos nos serviços a seu cargo.

#### DA LEITURA PUBLICA

Art. 22. A Bibliotheca Nacional estará aberta das 10 horas da manhã ás 9 da noite, sem interrupção.

Art. 23. O serviço da sala de leitura será feito por turmas compostas de auxiliares e presidida cada uma por um 2º official; ficando ao arbitrio do director determinar o numero das turmas e o pessoal de auxiliares de que cada turma deve constar.

Art. 24. Na Bibliotheca serão admittidas somente as pessoas de ambos os sexos, maiores de 14 annos, que se apresentarem decentemente vestidas. Meia hora antes do encerramento dos trabalhos não será permittido fazer pedidos.

Art. 25. Assim os leitores como os visitantes receberão do continuo, ao entrar, uma senha numerada; com ella se dirigirão á mesa do official de serviço, e no boletim que por este lhes for dado inscreverão o numero da senha, o titulo circumstanciado da obra que desejarem consultar, sua assignatura e morada.

Art. 26. A vista do boletim, o official procurará nos catalogos a obra pedida; si ella existir na casa, inscreverá no mesmo boletim as indicações necessarias para que o auxiliar a encontre; si pelo contrario não houver o livro procurado, fará esta declaração por escripto e entregará ao leitor a sua senha numerada, que será restituída ao continuo na occasião da sahida.

Art. 27. Recebido o boletim com a indicação do logar em que se achar a obra pedida, o auxiliar com toda a presteza a entregará ao leitor, declarando por escripto no mesmo boletim, que assignará, o numero de volumes que der. Em seguida entregará o boletim ao official. O leitor, para rehver na sahida a sua senha, será obrigado a restituir o mesmo numero de volumes e taes como os tiver recebido.

No caso de já estar deteriorado algum livro, o auxiliar deverá mencionar esta circumstancia no boletim, para desencargo do leitor.

Art. 28. Nenhum livro em brochura será prestado ao publico, a não serem as revistas litterarias e scientificas nacionaes e estrangeiras, e isso mesmo a pessoas que fizerem estudos serios,



ou que pelos seus precedentes na Bibliotheca houverem provado o seu zelo no modo de tratar os livros.

Art. 29. Nunca poderão duas obras ser pedidas em um só boletim.

Tambem mais de tres não poderão ser dadas ao leitor a um tempo, salvo si para isso houver licença expressa do director.

Art. 30. Si o leitor declarar que no dia seguinte voltará a consultar a mesma obra, poderá esta deixar de ser collocada no respectivo logar; o official a reservará á mão com um apontamento do nome do leitor e da data. Si, porém, o leitor não voltar no dia seguinte, o livro será restituído ao seu logar.

Art. 31. Os livros raros só serão confiados ao publico em uma mesa especial, e o mais proximo possível da inspecção vigilante do official de serviço. Quanto aos manuscritos e estampas, serão sem excepção prestados ao exame dos estudiosos, em presença de qualquer dos empregados da secção.

Art. 32. Na mesa dos livros raros serão lidas tambem as obras enriquecidas de numerosas estampas, e as pessoas que as consultarem não poderão servir-se de tinta; tomarão notas ou farão desenhos a lapis.

Art. 33. O leitor não poderá collocar o papel, em que escrever ou desenhar, sobre o livro ou objectos que lhe forem entregues.

Art. 34. A cópia das cartas geographicas será feita sómente a lapis e em papel vegetal e não embebido de oleo, e precedendo para isso a permissão do chefe de secção.

E' prohibido applicar o compasso ás cartas geographicas.

Art. 35. Sendo propriedade do Estado os manuscritos da Bibliotheca, ninguém poderá tirar cópia delles nem imprimil-os sem expressa licença do ministro respectivo, com audiencia do director da Bibliotheca. As pessoas a quem for concedido este favor ficarão obrigadas a dar á Bibliotheca tres exemplares da obra publicada, além do que por lei lhe é devido pela typographia.

Art. 36. Havendo manuscritos reservados, não poderão estes ser patentes ao leitor, sem expressa permissão do director; e quando porventura a taes manuscritos se referir a licença para tirar cópia, de que trata o artigo antecedente, empregar-se-hão todos os meios adequados para preserval-os de qualquer accidente.

Art. 37. Para fazer extractos dos manuscritos communs ou tirar cópia de alguns trechos sómente, bastará a permissão do chefe de secção.

Art. 38. Nenhuma estampa solta será mostrada ao publico, sem licença expressa do chefe de secção; esta prohibição não se estenderá ás photographias.

Art. 39. Nas secções de manuscritos e estampas pôr-se-ha em pratica o mesmo processo dos arts. 25, 26 e 27.

Art. 40. O director da Bibliotheca providenciara para que se não facilitem a menores de 21 annos obras que offendam a moral.

Art. 41. Nas salas de leitura é absolutamente prohibido conversar em voz alta, fumar, passear ou proceder de fôrma que distraia e perturbe o estudo.

Neste particular o official terá o maior enidado, até ao ponto de reclamar a retirada do infractor.

#### DO EMPRESTIMO DE LIVROS

Art. 42. Dos empréstimos, feitos com permissão expressa do director, lavrar-se-ha um registro alphabetico por nomes de autores, em que serão lançados: o nome do autor da obra, o titulo exacto desta, a data e duração do empréstimo, a data da restituição, o valor dos livros emprestados e seu estado de boa ou má conservação; finalmente, o nome e a morada do leitor, o qual assignará do seu proprio punho para firmar a sua responsabilidade.

Art. 43. Só poderão ser emprestados livros de facil aquisição, e isso mesmo a pessoas residentes na Capital Federal e de reputação notoria; mas, os livros raros ou de elevado custo, folhas diarias ou periodicas, dictionarios e livros de assidua consulta, mappas, estampas e manuscritos, não poderão sahir da Bibliotheca.

Art. 44. A duração do empréstimo, nunca maior de um mez, será estipulada pelo director; e o mesmo individuo não poderá ter em seu domicilio mais de tres obras da Bibliotheca a um tempo.

Art. 45. O director terá o direito de reclamar, antes de expirar o prazo marcado, a entrada dos livros emprestados, e a pessoa que não satisfizer a reclamação será privada para sempre da faculdade de obter outros livros por empréstimo.

As pessoas que, expirado o prazo, não restituirem à Bibliotheca os livros que tiverem obtido por empréstimo, ou os restituirem visivelmente deteriorados, serão obrigadas a substituil-os por novos, e si o não puderem fazer, indemnizarão a Bibliotheca, segundo a estimativa do director.

Art. 46. Os empregados da Bibliotheca poderão gosar do privilegio do empréstimo, consentindo o director e sujeitando-se elles a todas as prescripções acima mencionadas.

#### DA NOMEAÇÃO, DAS LICENÇAS E DA APOSENTADORIA DOS EMPREGADOS

Art. 47. O director da Bibliotheca será de livre nomeação do Governo.

Art. 48. Os chefes de secção serão nomeados por decreto, mediante concurso, o qual versará sobre: latim, inglez, historia, geographia, litteratura, e mais *bibliographia* ou *iconographia* e

*numismatica* ou *diplomatica* conforme as secções a que se destinam.

Art. 49. Os 1.<sup>os</sup> e 2.<sup>os</sup> officiaes serão nomeados por decreto, sendo providos os logares por accesso dentre os 2.<sup>os</sup> officiaes e amanuenses da Bibliotheca, sob informação reservada do director, levando-se para isso em conta especial o valor dos trabalhos bibliographicos e litterarios, que por ventura tenham apresentado e o modo distincto por que se hajam desempenhado de seus deveres.

Art. 50. Os amanuenses serão nomeados por portaria, mediante concurso, o qual versará sobre: portuguez, francez, noções de geographia, historia e litteratura, e provas praticas elementares de bibliographia, iconographia, numismatica e diplomatica.

Art. 51. O secretario será nomeado por decreto, mediante concurso, o qual versará sobre: portuguez (redacção), traducção e composição de francez, inglez e allemão; geographia e arithmetica.

Art. 52. O processo dos concursos será regulamentado pelo Governo em instrucções organizadas para esse fim sob proposta do director da Bibliotheca.

Art. 53. A qualquer dos concursos poderão apresentar-se empregados da Bibliotheca e pessoas estranhas à Repartição; mas em igualdade de circumstancias na classificação serão preferidos: 1.<sup>o</sup>, aquelles empregados; 2.<sup>o</sup>, os que tenham gradação scientifica.

Art. 54. Os auxiliares e continuos, o porteiro e seu ajudante, e o machinista serão nomeados por portaria do ministro respectivo, mediante proposta do director.

Art. 55. O director contractará o ajudante do machinista e os serventes que forem precisos.

Art. 56. Os empregados da Bibliotheca, nomeados por decreto ou portaria, poderão obter licenças do Governo e ser aposentados, na conformidade do disposto em relação aos da Secretaria de Estado.

#### DAS FERIAS

Art. 57. As ferias da Bibliotheca serão aproveitadas para os trabalhos da remoção dos livros, reparos e limpeza do edificio, e quaesquer alterações que a bem do estabelecimento julgarem o director acertadas.

Para este serviço serão chamados alternadamente os chefes de secção, officiaes, amanuenses e auxiliares que forem precisos.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 58. Um dos actuaes primeiros officiaes proposto pelo director será designado para o cargo de secretario.

Art. 59. Os actuaes segundos officiaes e amanuenses sò terão accesso mediante concurso para o qual poderá inscrever-se qualquer pessoa estranha à Repartição, guardada porém sempre para a nomeação a ordem de preferencia indicada no art. 53.

Art. 60. O actual chefe de secção secretario passará a dirigir a 2ª secção.

Art. 61. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1892.— *Fernando Lobo.*

Tabella a que se refere o art. 3º deste regulamento

| CATEGORIAS                  | VENCIMENTOS<br>SENDO 2/3 DE ORDENADO E<br>1/3 DE GRATIFICAÇÃO |            |
|-----------------------------|---------------------------------------------------------------|------------|
|                             | Mensal                                                        | Anual      |
| Director.....               | 600\$000                                                      | 7:200\$000 |
| Secretario 1º official..... | 400\$000                                                      | 4:800\$000 |
| Chefes de secção.....       | 500\$000                                                      | 6:000\$000 |
| 1ºs officiaes.....          | 400\$000                                                      | 4:800\$000 |
| 2ºs officiaes.....          | 300\$000                                                      | 3:600\$000 |
| Amanuenses.....             | 250\$000                                                      | 3:000\$000 |
| Auxiliares.....             | 150\$000                                                      | 1:800\$000 |
| Continuos.....              | 125\$000                                                      | 1:500\$000 |
| Porteiro.....               | 150\$000                                                      | 1:800\$000 |
| Ajudante de porteiro.....   | 125\$000                                                      | 1:500\$000 |
| Machinista.....             | 200\$000                                                      | 2:400\$000 |

Capital Federal, 28 de dezembro de 1892.— *Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1195 A — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1892

Dá novo regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :  
Usando da autorisação contida na lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, resolve approvar o regulamento que a este acompanha, assignado pelo Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o fará executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Custodio José de Mello.*

Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios  
da Marinha a que se refere o decreto n. 1195 A  
desta data.

## CAPITULO I

## DA ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA

## SECÇÃO I

## DO PESSOAL

Art. 1.º A Secretaria da Marinha será composta do seguinte pessoal :

- |   |                         |                                           |
|---|-------------------------|-------------------------------------------|
| 1 | Director geral,         | com as honras de capitão de mar e guerra. |
| 3 | Directores de secção,   | idem de capitão-tenente.                  |
| 5 | Primeiros officiaes     | » 1º tenente.                             |
| 4 | Segundos officiaes      | » 2º tenente.                             |
| 4 | Amanuenses              | » guarda-marinha.                         |
| 1 | Porteiro,               | com a graduação de sargento ajudante.     |
| 1 | Ajudante                | » 1º sargento.                            |
| 1 | Continuo                | » 2º sargento.                            |
| 3 | Correios                | » 2º sargento.                            |
| 1 | Auxiliar do archivista. | 2º sargento.                              |

Todos os empregados são obrigados a usar do uniforme durante o expediente.

Os serventes usarão do uniforme dos marinheiros nacionaes.

## SECÇÃO II

## DA DIVISÃO DA SECRETARIA

Art. 2.º A Secretaria dividir-se-ha em tres secções.

Art. 3.º Compete à 1ª secção :

§ 1.º Abrir, lançar e matricular toda a correspondencia e mais papeis recebidos do director geral, e distribui-los pelas secções a que devem pertencer.

§ 2.º O preparo e impressão do relatorio annual, fechamento, direcção e remessa da correspondencia da Secretaria.

§ 3.º O ponto dos empregados.

§ 4.º O assentamento e matricula geral dos empregados da Secretaria, com as notas relativas á sua nomeação, posse e exercicio.

§ 5.º O inventario do material a cargo do porteiro.

§ 6.º As questões especiaes da Secretaria da Marinha.

§ 7.º Os trabalhos não classificados nas outras secções.

§ 8.º A organização da Contadoria e Repartições fiscaes.

§ 9.º O orçamento das despezas e distribuição de creditos.

§ 10. As reclamações de vencimentos ou outros abonos, processo e pagamento das dividas de exercicios findos.

§ 11. Exame e fiscalização da despesa feita por conta da Marinha, quer nos Estados, quer no estrangeiro.

§ 12. As contas e alcances dos responsaveis.

§ 13. As encomendas de material destinado aos navios, corpos e estabelecimentos de Marinha.

§ 14. O processo e distribuição de prezas.

§ 15. A organização do commissariado, almoxarifados, conselhos de compras, contractos ou compras de materiaes e fornecimentos ás repartições da Marinha.

§ 16. A aquisição de navios, predios ou estabelecimentos.

§ 17. O montepio dos empregados civis.

Art. 4.º Compete à 2ª secção o que se referir :

§ 1.º Ao Conselho Supremo Militar.

§ 2.º Ao Conselho Naval.

§ 3.º Ao Quartel General.

§ 4.º A' Auditoria e justiça militar.

§ 5.º A' commissão technica militar consultiva.

§ 6.º Ao movimento, organização, economia, disciplina e emprego :

1.º Da força naval e navios de transporte ;

2.º Do Corpo de Officiaes da Armada ;

3.º Do Corpo de Officiaes de Fazenda ;

4.º Do Corpo de Saude ;

5.º Do Corpo de Officiaes de Nautica ;

6.º Do Corpo de Machinistas ;

7.º Do Corpo de Officiaes Marinheiros ;

8.º Do Corpo de Marinheiros Nacionais e Aprendizes Marinheiros ;

- 9.º Do Batalhão Naval ;
- 10. Do Corpo de Praticos do Rio da Prata ;
- 11. Do Corpo de Engenheiros Navaes ;
- 12. Dos foguistas ;
- 13. Dos reformados.
- § 7.º A' organização, administração e movimento dos hospitaes e enfermarias de Marinha.
- § 8.º Ao Asylo de Invalidos.
- § 9.º A's pensões e montepio dos officiaes da Armada e classes annexas.
- § 10. A's honras militares.
- § 11. A's escolas praticas e de applicação, estabelecidas ou que se estabelecerem para instrucção do pessoal militar.
- § 12. Ao alistamento.
- Art. 5.º Compete à 3ª secção quanto for relativo :
  - § 1.º A' organização, economia, administração e trabalhos dos arsenaes, fabricas, officinas e córte de madeiras, mantidos pelo Ministerio da Marinha.
  - § 2.º A construccões e obras militares, civis ou hydraulicas, comprehendidas pelo Ministerio da Marinha.
  - § 3.º Aos navios desarmados.
  - § 4.º Ao balisamento dos portos.
  - § 5.º A' conservação e administração dos diques.
  - § 6.º A' praticagem das costas e barras.
  - § 7.º A's Escolas de Machinistas.
  - § 8.º A' Escola Naval.
  - § 9.º A' Bibliotheca de Marinha e Museu Naval.
  - § 10. A's Capitancias de Portos.
  - § 11. Ao pessoal maritimo empregado na navegação mercante, na parte em que está sujeita á administração da Marinha.
  - § 12. A' Repartição da Carta Maritima do Brazil.
  - § 13. A' Escola de Pilotagem.

### SECÇÃO III

#### DAS OBRIGAÇÕES COMMUNS ÀS SECÇÕES

Art. 6.º E' commum a todas as secções :

- § 1.º Informar e dar parecer sobre todos os papeis que lhes digam respeito, extractando os assumptos complexos, bem como referir os precedentes havidos, o estylo da Repartição, as disposições legislativas, e ajuntar os papeis respectivos ou que forem importantes, convenientes e analogos à questão.
- § 2.º Os pareceres deverão ser claros, concisos, isentos de prevenção ou animosidades pessoaes, e de incidentes estranhos ao

objecto em estudo, cabendo ao director geral mandar cancelar os que forem oppostos a esta indicação.

§ 3.º Cumprir os despachos e mais ordens dadas pelo ministro.

§ 4.º Redigir os regulamentos, instrucções, decisões e quaesquer outros actos relativos aos negocios de sua competencia.

§ 5.º Remetter á 1.ª secção, depois de numerados e notados, os avisos e mais actos que devam ser expedidos.

§ 6.º Conservar em dia o serviço, não demorando além de cinco dias os assumptos que dependam de mais detido estudo.

§ 7.º Prestar ás outras secções e requisitar dellas e do archivo as informações para que os seus trabalhos sejam completos.

§ 8.º Submetter ao director geral todos os papeis que tenham de ser resolvidos, depois de satisfeitos os requisitos supra.

§ 9.º A impressão e publicação do expediente, leis, decretos, regulamentos e mais actos promulgados pelo Ministerio da Marinha, relativos a cada uma dellas.

§ 10. Remetter os papeis findos ao archivo da Secretaria.

## SECÇÃO IV

### DO GABINETE DO MINISTRO

Art. 7.º Haverá um official de gabinete do Ministerio da Marinha, com a denominação de — secretario do ministro —, tirado da Secretaria de Estado ou da corporação da Armada, de patente não inferior a capitão-tenente.

Além deste, o ministro, si for militar, terá um ajudante de ordens, 1.º ou 2.º tenente.

Art. 8.º Incumbe ao secretario :

§ 1.º Auxiliar o ministro nos trabalhos que este reserva para si.

§ 2.º A expedição da correspondencia urgente.

§ 3.º Dar, das resoluções officiaes tomadas no Gabinete, conhecimento á Secretaria para a regularidade do serviço, fazendo-o directamente ao director geral, unico a quem deve dirigir-se sobre objecto de serviço, de ordem do ministro.

§ 4.º Ao ajudante de ordens — auxiliar áquelle quando forem necessarios seus serviços e acompanhar o ministro em todos os actos officiaes e de etiqueta.

Art. 9.º O secretario do ministro é responsavel por todos os papeis officiaes que se remetterem a despacho do Ministerio da Marinha, enquanto não voltarem á Secretaria, segundo as notas dos respectivos protocollos; cumprindo-lhe devolver com uma relação á Secretaria os que, por occasião de mudança de ministro, tenham de ser novamente submittidos a despacho ou guardados.



## CAPITULO II

## DAS ATTRIBUIÇÕES DOS DIVERSOS EMPREGADOS DA SECRETARIA

## SECÇÃO I

## DO DIRECTOR GERAL

Art. 10. O director geral, delegado de inteira confiança do ministro, é o chefe da secretaria, e como tal lhe estão sujeitos todos os empregados desta.

Art. 11. Incumbe ao director geral :

§ 1.º Dirigir, promover e inspecionar todos os trabalhos da Secretaria.

§ 2.º Manter e fazer manter pelos meios a seu alcance a observancia das leis e regulamentos em vigor.

§ 3.º Apresentar ao ministro o relatorio que tem de ser submettido ao Congresso legislativo, um mez antes da abertura deste.

§ 4.º Verificar que estejam completamente estudados e instruidos os papeis que tenham de subir a exame e decisão do ministro, pondo o seu —visto— nas informações das secções e desenvolvendo-as com o seu parecer, quando o julgar necessario.

§ 5.º Apresentar logo ao ministro a correspondencia urgente que lhe entregar a 1.ª secção e que exija prompta solução.

§ 6.º Fazer as communicações dos despachos que não possam produzir effeito sem essa formalidade, ficando, porém, dispensadas as que actualmente se fazem dos actos que se publicam no *Diario Official*.

§ 7.º Chamar a si a correspondencia reservada e guardar os papeis a ella relativos ; podendo sob sua responsabilidade incumbir desse serviço a empregado de sua inteira confiança.

§ 8.º Corresponder-se directamente, de ordem do ministro, com as diversas repartições sobre objecto de mero expediente ou informações tendentes à instrucção e melhor esclarecimento dos negocios, exigindo que as mesmas informações declarem sempre o numero e data da lei em que se baseiem ou da ordem que as tenha motivado.

§ 9.º Prestar ás demais repartições e outras autoridades as informações de que precisarem para a boa execução das leis e regulamentos.

§ 10. Dar licença aos empregados, por motivo justo, até 30 dias em cada anno.

§ 11. Crear os livros que forem precisos para o bom andamento dos trabalhos e regular e inspecionar a escripturação.

§ 12. Inspecionar o ponto dos empregados, conferil-o e encerrar-o nas horas regulamentares, para o que lhe é facultada toda a autonomia e responsabilidade completa.

§ 13. Rubricar os pedidos, folhas de despezas e annuncios officiaes da Secretaria.

§ 14. Authenticar os papeis que se expedirem pela Secretaria e exigirem esta formalidade.

§ 15. Mandar passar certidões dos documentos existentes na Secretaria e no archivo, quando nisso não haja inconveniente e sejam relativos a negocios de interesse das partes que o requererem.

§ 16. Verificar si as ordens expedidas pela Secretaria teem tido a devida execução, e, no caso de falta ou demora no cumprimento das mesmas, dirigir-se em nome do ministro ás autoridades a este subordinadas, chamando-lhes em termos convenientes a attenção para a execução do que tiver sido resolvido.

§ 17. Representar ao ministro sobre a falta de execução das leis e regulamentos ou irregularidades que notar na marcha de qualquer dos ramos do serviço da Marinha, e propôr as medidas que lhe pareçam convenientes para o seu melhoramento.

§ 18. Tomar nota do que as partes tiverem de expôr ou requerer verbalmente ao ministro, quando este não compareça ás audiencias, levando tudo ao seu conhecimento.

§ 19. Resolver as duvidas que se suscitem na execução do presente regulamento, no que for relativo ao processo do expediente, estabelecendo regras.

§ 20. Remover os empregados de umas para outras secções, segundo as conveniencias do serviço, podendo destacal-o; temporariamente para coadjuvarem as secções que precisem desse auxilio, com o fim de não atrazar o expediente; e encarregal-os de qualquer trabalho, ainda mesmo estranho á secção a que pertencam.

§ 21. Representar ao ministro sobre irregularidades ou delictos commettidos pelos empregados, quando a penalidade não couber em sua alçada.

§ 22. Attender ás partes que carecerem de sua audiencia, sendo os proprios interessados nos negocios ou seus procuradores legaes.

§ 23. Impôr as penas disciplinares de conformidade com o art. 24.

## SECÇÃO II

### DOS DIRECTORES DE SECÇÃO

Art. 12. Os directores de secção são os chefes das respectivas secções e como taes os unicos responsaveis perante o director geral e ministro da marinha pelos serviços que por ellas correm.

Art. 13. Compete-lhes :

§ 1.º Examinar, distribuir e dirigir os trabalhos, segundo as aptidões de seus empregados, de modo a conserval-os em dia, observando as disposições do presente regulamento.

§ 2.º Prestar e requisitar os esclarecimentos de que precisem entre si para boa marcha do serviço.

§ 3.º Ter em dia os registos de sua secção e a classificação das minutas dos avisos e officios da secção.

§ 4.º Propôr ao director geral as medidas que julgar convenientes, assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos, como sobre a insufficiencia do pessoal da secção ou sobre a falta de cumprimento de deveres por parte dos empregados.

§ 5.º Legalisar as cópias e documentos que hajam de ser expedidos pela secção, depois de conferidos e que devam ser autenticados pelo director geral.

### SECÇÃO III

#### DOS OFFICIAES E AMANUEENSES

Art. 14. Os officiaes e amanuenses :

1.º Executarão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos directores de secção ;

2.º Coadjuvar-se-hão, prestando informações reciprocas e communicando uns aos outros o que for adequado á perfeita execução dos differentes serviços.

### SECÇÃO IV

#### DO ARCHIVISTA

Art. 15. Ao official archivista, que será designado pelo director geral dentre os 1.ºs officiaes, compete :

§ 1.º Manter na melhor ordem e asseio todo o archivo, classificando e guardando pela maneira mais conveniente todos os livros e papeis findos da Repartição.

§ 2.º Organizar um catalogo geral das obras publicadas por conta do Ministerio, dos planos, cartas e mappas existentes no archivo, classificando-os de modo a facilitar as buscas.

§ 3.º Passar certidões e cumprir as ordens do director geral, quanto aos documentos que estejam sob sua guarda.

§ 4.º Ministras os documentos, livros ou mappas que forem exigidos pelo director geral e directores de secção ou seus substitutos para o serviço dentro da Secretaria, não fazendo a entrega sem responsabilidade escripta, em que se declare o fim para que se pedem os mesmos papeis.

Pelas faltas que se derem em tal assumpto, por culpa ou negligencia do archivista, será este responsavel.

§ 5.º Fornecer, sem que para isto seja necessario ordem escripta, os exemplares impressos das leis, avisos, regulamentos e mais actos que convenha tornar conhecidos, deste Ministerio.

Art. 16. Nos impedimentos do official archivista, o director geral designará o official que deva substitui-lo.

Art. 17. O archivista terá um auxiliar para o exclusivo serviço do archivo, sendo, porém, pela sua categoria, considerado empregado da portaria, a cujas disposições está sujeito.

Paragrapho unico. Pelas suas faltas representará o archivista ao director geral, que tomará as providencias que o caso exigir.

## SECÇÃO V

### DO PORTEIRO E SEUS SUBORDINADOS

Art. 18. O porteiro é o chefe dos empregados da portaria.

Art. 19. Seus deveres são :

§ 1.º Abrir e fechar a Secretaria.

§ 2.º Cuidar da conservação e boa guarda dos moveis e mais objectos pertencentes à Secretaria e responder pela sua importancia, no caso de extravio.

§ 3.º Velar para que não sejam subtrahidos livros, documentos ou outros quaesquer objectos, quer da Secretaria ou archivo, quer pertencentes aos empregados.

§ 4.º Manter a policia e ordem das ante-salas, fazendo com que as pessoas estranhas à Repartição alli reunidas se conservem com a conveniente decencia e comedimento.

§ 5.º Encerrar no livro proprio o ponto dos seus subordinados, meia hora antes da marcada para o começo dos trabalhos da Secretaria, não consentindo que elles se retirem sem que seja observado o paragrapho infra.

§ 6.º Dirigir o serviço da limpeza, asseio o arrumação da casa, sua mobilia e accessorios.

§ 7.º Receber toda a correspondencia dirigida à Secretaria, passando os competentes recibos, e apresental-a immediatamente ao director geral, e distribuir pelos correios a que lhe for dada pela 1ª secção para a competente entrega.

§ 8.º Satisfazer o que lhe for determinado pelo director geral e directores de secção para objecto de serviço, dando para esse fim ordens aos seus subordinados da portaria, segundo a conveniencia do serviço.

§ 9.º Guardar a chave da caixa que deverá existir na portaria, para nella serem lançados os requerimentos, representações, memoriaes e quaesquer papeis, que os pretendentes queiram por este meio fazer chegar ao ministro, e abrir diariamente a mesma caixa, levando toda a correspondencia ao director geral, conforme está estabelecido.

§ 10. Transcrever no livro da porta as decisões e despachos que devam ser publicados e impedir que seja alterado pelas partes o que nelle se contiver.

§ 11. Representar ao director geral sobre as faltas e abusos commettidos pelos empregados da portaria.

Art. 20. Ao ajudante do porteiro incumbe coadjuvar o porteiro e substituí-lo em suas faltas ou impedimentos.

Art. 21. Aos correios cabe fazer entrega da correspondencia e auxiliar o serviço do porteiro, quando se achem na Secretaria.

Art. 22. Ao continuo compete o serviço da transmissão dos papeis e recados dentro da Secretaria.

### CAPITULO III

#### DO TEMPO DE SERVIÇO, PENAS DISCIPLINARES E FÉRIAS

Art. 23. Os trabalhos da Secretaria começarão às 10 horas da manhã e findarão às 3 horas da tarde.

Poderá, porém, o director geral, quando for indispensavel, prorogar as horas do expediente ou fazer executar em horas e dias exceptuados, na Secretaria ou fóra della, por qualquer empregado, trabalhos que lhes compitam ou de natureza urgente.

Art. 24. Os empregados da Secretaria são sujeitos ás seguintes penas disciplinares nos casos de negligencia, desobediencia, falta de comparecimento, sem causa justificada, por oito dias consecutivos ou por quinze interpolados, durante o mesmo mez ou em dous seguidos:

1.º Simples advertencia;

2.º Reprehensão;

3.º Suspensão até quinze dias com perda de todo o vencimento;

4.º Demissão.

As tres primeiras penas serão impostas pelo director geral, podendo a primeira ser tambem applicada pelos directores de secção, sendo em qualquer dos casos lançadas no livro do ponto e levadas aos assentamentos do empregado, para que se pesem por occasião das promoções.

Art. 25. Na reincidencia, o director geral, quando julgar que aquellas penas não são sufficientes, representará ao ministro da marinha, suggerindo-lhe a medida que convenha para a occasião.

Art. 26. A suspensão por mais de quinze dias só poderá ser imposta pelo ministro.

Art. 27. Os directores de secção, 1.ºs e 2.ºs officiaes e amanuenses que tiverem mais de dez annos de serviço publico só poderão ser demittidos no caso de haverem incorrido em algum crime, verificado por processo judicial ou administrativo.

Art. 28. De 15 de dezembro de cada anno até 15 de fevereiro subsequente, o director geral poderá dividir o pessoal da Secretaria em turmas para o gozo de quinze dias de ferias.

## CAPITULO IV

## SECÇÃO I

## DA NOMEAÇÃO, DEMISSÃO, SUBSTITUIÇÃO E EXERCÍCIO INTERINO DOS EMPREGADOS

Art. 29. Serão nomeados por decreto, o director geral, directores de secção, primeiros e segundos officiaes ; por actos do ministro, todos os outros empregados, à excepção dos serventes, que o serão pelo director geral.

Art. 30. A nomeação do director geral é de livre escolha do Governo.

Art. 31. As dos directores de secção, primeiros e segundos officiaes são sujeitas a accesso, em que só prevalecerá o merecimento quanto ao conhecimento do serviço da Secretaria, e unicamente no caso de igualdade de merecimento recorrer-se-ha à antiguidade.

Art. 32. A's nomeações dos directores de secção, primeiros e segundos officiaes precederá informação do director geral sobre o merito, zelo e aptidão de cada um, o consequente proposta fundada nas razões que actuaram para isso.

Art. 33. Os logares de amanuenses serão providos por concurso, que versará sobre as seguintes materias:

Linguas franceza e ingleza, arithmetica, algebra e geometria, chorographia e historia do Brazil, noções de direito publico e administrativo, redacção official.

Haverá de cada materia prova escripta e oral.

Serão preferidos na escolha os candidatos que apresentarem certificado de exames relativos a outros preparatorios.

Art. 34. Os pretendentes apresentarão na Secretaria, dentro do prazo da inscripção para o concurso, que será annuciado com antecedencia de 30 dias, no *Diario Official* e nas folhas de maior circulação da Capital Federal, os seus requerimentos, instruidos com documentos que provem ter idade de 18 annos completos pelo menos, bom procedimento moral e civil, calligraphia, exame official da lingua portugueza e de geographia geral ; podendo annexar quaesquer outros relativos às suas habilitações e serviços.

Art. 35. Para a nomeação de porteiro, ajudante, continuo, auxiliar do archivista e correios devem os candidatos mostrar em exame summario, perante o director geral ou seu substituto, que sabem ler e escrever correctamente, bem como as quatro operações sobre numeros inteiros, servindo de examinador um official da Secretaria.

Art. 36. Os concursos só serão válidos até ao provimento da vaga ou vagas para que tenham sido annunciados, correspondendo, desta sorte, a cada vaga um concurso.

Art. 37. Os empregados da Secretaria, antes de entrar em exercicio, farão perante o ministro ou director geral promessa de bem servir.

## SECÇÃO II

### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 38. Serão substituidos em seus impedimentos e faltas:

§ 1.º O director geral, pelo director de secção que o ministro tiver designado ou, na falta deste, pelo mais antigo que estiver em exercicio.

§ 2.º Os directores de secção, pelos primeiros officiaes mais antigos da respectiva secção e, na falta destes, pelos mais antigos da outra, ou pelo 2º da secção em que se der o impedimento, quando não houver designação do director geral.

§ 3.º O porteiro, pelo seu ajudante e este pelo continuo.

Art. 39. Competirá ao substituto, além do respectivo vencimento integral, uma gratificação igual à differença entre este e o do logar substituido.

Art. 40. O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá todo o vencimento deste.

## SECÇÃO III

### DOS VENCIMENTOS E DESCONTOS POR FALTAS

Art. 41. Competem aos empregados os vencimentos fixados na tabella annexa a este regulamento.

Art. 42. O empregado que, ainda mesmo com autorisação do ministro, deixar temporariamente o exercicio de seu logar pelo de qualquer commissão estranha ao Ministerio, não terá direito a vencimento algum.

Art. 43. O empregado que faltar ao serviço soffrerá perda total ou desconto em seus vencimentos, conforme as regras seguintes:

§ 1.º O que faltar sem causa justificada perderá todo o vencimento.

§ 2.º Perderá sómente a gratificação o que faltar por motivo de molestia propria ou de pessoa de sua familia, nojo e gala de casamento, sendo provadas com attestado de medico as por molestia, quando excederem de tres em cada mez.

§ 3.º O empregado que comparecer depois de encerrado o ponto perderá metade da gratificação.

§ 4.º O que antes de findos os trabalhos se retirar, sem permissão do director geral, perderá todo o vencimento.

§ 5.º As faltas contar-se-hão à vista do que constar do livro do ponto, no qual assignarão todos os empregados durante o primeiro quarto de hora que se seguir à marcada para o começo do expediente, e quando se retirarem findos os trabalhos.

No mesmo livro lançará o director geral as notas competentes.

§ 6.º Pertence ao director geral o julgamento sobre a justificação das faltas.

Art. 44. Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar à Secretaria :

1.º Por se achar encarregado pelo ministro, de qualquer trabalho ou comissão ;

2.º Por motivo de serviço da Secretaria, com autorisação do director geral ;

3.º Por estar servindo algum cargo gratuito e obrigatorio, em virtude de lei.

## SECÇÃO IV

### DAS LICENÇAS

Art. 45. Podem ser concedidas pelo ministro licenças por motivo de molestia, com ordenado integral até seis mezes e com metade de então em diante até um anno. Nos demais casos descontar-se-ha a quarta parte do ordenado até tres mezes, a metade por mais de tres até seis e as tres quartas partes por mais de seis até um anno.

Em nenhuma hypothese a licença dará direito à percepção da gratificação de exercicio.

Paragrapho unico. O tempo das licenças reformadas ou de novo concedidas aos empregados dentro de um anno contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto ao das antecedentes, para o fim de fazer-se nos ordenados o desconto de que trata este artigo.

Art. 46. Esgotado o tempo de um anno, maximo dentro do qual podem as licenças ser concedidas com vencimento, nos termos do artigo antecedente, só se concederá nova licença com ordenado ou parte delle, depois que tiver decorrido um anno contado do termo da ultima.

Art. 47. Não poderá obter licença o empregado que ainda não houver entrado no effectivo exercicio de seu logar.

Art. 48. Ficarão sem effeito as licenças em cujo goso se não entrar no prazo de trinta dias, contados da data da concessão.

Art. 49. Toda a licença entender-se-ha concedida com a clausula de poder ser gosada onde aprouver ao licenciado.

Art. 50. E' permittido ao funcionario, que se acha no goso de licença, renunciar-a pelo resto do tempo, comtanto que reassuma o exercicio do seu logar. .



Art. 51. Não se considerarão renunciadas as licenças, cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem do ministro, ou de qualquer outro motivo independente da vontade do empregado.

Art. 52. O empregado que, depois de terminada a licença, continuar impossibilitado de reassumir o exercício, deverá pedir nova licença que só lhe será concedida si justificar as faltas correspondentes ao período decorrido do termo da mesma licença até à data em que requerer nova.

## SECÇÃO V

### DAS APOSENTADORIAS E MONTEPIO

Art. 53. As aposentadorias dos empregados da Secretaria da Marinha serão reguladas pelo decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, e outras disposições em vigor.

Art. 54. O montepio dos empregados da Secretaria da Marinha será regulado pelo decreto n. 984, de 8 de novembro de 1890.

Art. 55. Perderá a aposentadoria o empregado que for convencido em qualquer tempo, por sentença passada em julgado, de ter, enquanto se achava no exercício de seu emprego, commettido os crimes de peita ou suborno, ou praticado acto de revelação de segredo, de traição ou de abuso de confiança.

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 56. Na correspondencia do Poder Executivo com o Legislativo observar-se-hão as seguintes normas :

§ 1.º Salvas as propostas ou projectos de lei, que são sempre enviados à Camara dos Deputados, as mensagens do Presidente da Republica serão transmittidas ao presidente da Camara ou do Senado, com uma nota do ministro.

§ 2.º Nos casos em que o Presidente da Republica haja de prestar informações exigidas por alguma das Camaras do Congresso, o ministro transmittir-as-ha por aviso e em nome do mesmo Presidente.

§ 3.º A remessa de papeis relativos a simples expediente e demais communicações do ministro far-se-hão por aviso aos secretarios de qualquer das Camaras.

Art. 57. Os actos do Poder Executivo que deverem ter a fôrma de decreto, numerados ou não, serão expedidos com a assignatura do Presidente da Republica e do ministro.

Art. 58. Serão numerados os decretos dos Poderes Legislativo e Executivo, excepto os referentes a promoções, nomeações, demissões dos officiaes da Armada e empregados civis.

Art. 59. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 30 de dezembro de 1892.— *Custodio José de Mello.*

**Tabella dos ordenados e gratificações dos empregados da Secretaria de Estado  
dos Negocios da Marinha, a que se refere o decreto desta data**

| EMPREGOS                  | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO | TOTAL      |
|---------------------------|------------|--------------|------------|
| Director geral.....       | 6:000\$000 | 3:000\$000   | 9:000\$000 |
| Directores de secção..... | 4:800\$000 | 2:400\$000   | 7:200\$000 |
| Primeiros officiaes.....  | 3:800\$000 | 1:200\$000   | 5:000\$000 |
| Segundos officiaes.....   | 3:000\$000 | 1:000\$000   | 4:000\$000 |
| Amanuenses.....           | 2:200\$000 | 800\$000     | 3:000\$000 |
| Porteiro.....             | 2:200\$000 | 800\$000     | 3:000\$000 |
| Ajudante.....             | 1:500\$000 | 500\$000     | 2:000\$000 |
| Continuo.....             | 1:200\$000 | 400\$000     | 1:600\$000 |
| Correios.....             | 1:200\$000 | 400\$000     | 1:600\$000 |

## OBSERVAÇÕES

1a

O secretario do ministro perceberá uma gratificação de 3:600\$ annuaes, além dos respectivos vencimentos; sendo official de marinha tera, além daquella gratificação, os vencimentos de commando de navio de sua categoria.

2a

O ajudante de ordens perceberá vencimentos de commando de navio de 4a classe e mais a gratificação de 1:200\$ annuaes.

3a

Os correios terão, além dos seus vencimentos, 1\$ por dia de serviços que fizerem.

4a

O auxiliar do archivista e serventes terão a gratificação de 70\$ mensaes.  
Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 30 de dezembro de 1892.  
— Custodio José de Mello.



## DECRETO N. 1195 B — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1892

Dá regulamento ás Delegacias Fiscaes, creadas pelo decreto n. 1166, de 17 do corrente mez, nas capitães dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, Paraná e Piauhy.

O Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil decreta que se observe o seguinte regulamento para as Delegacias Fiscaes, creadas pelo decreto n. 1166, de 17 do corrente mez:

Art. 1.º A's Delegacias Fiscaes, creadas pelo decreto n. 1166 de 17 do corrente mez nas capitães dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, Paraná e Piauhy, competem as attribuições das Thesourarias extinctas, excepto a de julgar em grão de recurso as decisões das Alfandegas.

Art. 2.º Estas Delegacias terão pessoal proprio, tirado dos quadros de Fazenda, e serão incumbidas principalmente do pagamento das despesas e da arrecadação da receita federal nos respectivas circumscripções.

Art. 3.º A's Delegacias Fiscaes compete :

§ 1.º Decidir temporariamente as questões de competencia, e conflictos de jurisdicção entre os chefes das repartições que lhes são subordinadas ; remettendo os papeis respectivos com a sua decisão ao ministro da fazenda.

§ 2.º Tomar provisoriamente, nos prazos marcados nas leis, regulamentos e instrucções, e extraordinariamente todas as vezes que as circumstancias o exigirem, as contas das repartições e pessoas encarregadas da arrecadação e dispendio de dinheiros ou valores pertencentes á Republica, qualquer que seja o Ministerio a que forem subordinadas, fixando, no caso de alcance, o debito de cada um dos responsaveis, submettendo o respectivo processo á decisão definitiva do Tribunal de Contas.

§ 3.º Suspender os responsaveis que não satisfizerem a prestação de contas ou não entregarem livros, saldos e documentos nos prazos marcados nas leis, regulamentos ou instrucções ; e determinar a prisão e sequestro dos que os não apresentarem nos prazos, que lhes forem de novo concedidos.

§ 4.º Impôr não só as multas do art. 36 da lei n. 628 de 17 de setembro de 1851 aos responsaveis que não apresentarem as contas ou os livros e documentos de sua gestão, nos prazos que lhes houverem sido marcados, quando não o tiverem feito nos prescriptos nas leis, regulamentos, instrucções e ordens em vigor ; mas tambem nos casos em que as leis e regulamentos lhes conferirem essa attribuição.

§ 5.º Requisitar das autoridades e funcionarios que não lhes forem subordinados e ordenar aos que o forem, a remessa de quaesquer documentos e informações, que tiverem por indispensaveis para exame, liquidação e julgamento das contas.

§ 6.º Participar ao juiz competente o dolo, falsidade, concussão, peculato ou crime reconhecido no exame e liquidação de contas, commettidos por quaesquer funcionarios ou responsáveis, afim de tornur-se effectiva a responsabilidade criminal, na forma da lei.

§ 7.º Julgar as habilitações para a percepção do meio soldo e montepio, nos termos da legislação reguladora desta materia; liquidar e fixar, provisoriamente, o vencimento de inactividade de quaesquer empregados de sua jurisdicção, que forem aposentados, logo que tiverem communicação official do acto do Governo, e mandar abrir assentamento e incluil-os em folha, devendo sem demora remetter o processo ao Thesouro.

§ 8.º Ordenar que se abra assentamento a quaesquer empregados activos ou inactivos e aos pensionistas, à vista dos titulos legaes ou de habilitação, quando esta o permitta, e que sejam incluídos em folha, e resolver todas as questões ou duvidas sobre o mesmo assentamento ou vencimentos correntes.

§ 9.º Escripturar os creditos abertos pelos diversos Ministerios para as suas respectivas despezas, comprehendidos na ordem de distribuição do Ministerio da Fazenda.

§ 10. Fazer o exame moral e arithmetico dos documentos de receita e despeza.

§ 11. Processar e pagar a despeza corrente, devidamente autorizada, e ordenar o pagamento da divida passiva, quando houver para isso credito aberto pelo Thesouro.

§ 12. Liquidar, reconhecer e escripturar a divida passiva, nos termos das disposições que vigorarem.

§ 13. Liquidar e escripturar a divida activa e remetter as certidões e documentos necessarios para a cobrança ao funcionario competente para promovel-a.

§ 14. Organizar as folhas do pagamento de empregados activos e inactivos e pensionistas, e o processo relativo a este ramo de serviço.

§ 15. Fazer a escripturação de apolices e organizar as folhas de pagamento dos juros.

§ 16. Receber, escripturar e restituir os depositos e emprestimos, nos termos e segundo as formalidades e exigencias legaes.

§ 17. Estabelecer as condições para os contractos de receita e despeza, ou de qualquer outra natureza, que houverem de ser feitos com a Fazenda Federal, si não estiverem previamente estabelecidos, e submetter-os ao Tribunal de Contas.

§ 18. Julgar das fianças offerecidas, e acceital-as ou rejeital-as quando não forem sufficientes para garantir a Fazenda, arbitrando provisoriamente a importancia dellas, quando não esteja fixada e dando conta ao Thesouro para a resolução definitiva.

§ 19. Fazer o assentamento e escripturação e mandar proceder ao tombamento dos proprios nacionaes que estiverem a cargo da União e administrar os que estiverem a cargo do Ministerio da Fazenda.

§ 20. Organizar os balanços mensaes e definitivos e as respectivas tabellas, bem como os orçamentos da receita e despesa e as tabellas e os quadros que devem acompanhar os e remetter-os ao Thesouro nas épocas determinadas.

§ 21. Expedir as instrucções que julgarem precisas ou vantajosas para o expediente interno e economico das repartições que lhes forem subordinadas, e melhor execução dos regulamentos, instrucções e ordens do Thesouro ou Tribunal de Contas, comtanto que não contrariem disposições em vigor.

§ 22. Resolver quaesquer duvidas ou questões que occorrerem no expediente dos negocios de sua competencia, acerca da intelligencia e execução das leis, regulamentos e instrucções concernentes à administração da Fazenda; e mandar executar provisoriamente as resoluções que tomarem, e submittel-as ao conhecimento do Thesouro, salvo quando as partes interpuzerem recurso.

§ 23. Indicar ao Thesouro os pontos, tanto das leis, regulamentos e instrucções geraes, em que encontrarem defeitos, incoherencia ou insufficiencia, como dos actos legislativos estaduais que offenderem as contribuições geraes ou interesses da Fazenda Federal, com as razões em que fundar a sua opinião.

§ 24. Informar si algumas das contribuições creadas, ou que se crearem, são nocivas à riqueza dos Estados e embarçam o seu desenvolvimento ou progresso.

§ 25. Propôr as medidas, que julgarem conducentes ao melhoramento da administração, arrecadação, distribuição e contabilidade das rendas e bens da União.

§ 26. Julgar em grão de recurso, e de accordo com as prescripções legais, as decisões das repartições que lhes forem subordinadas, não comprehendidas as Alfandegas.

§ 27. Escripturar e arrecadar todas as rendas até agora a cargo da Collectoria da capital do Estado e quaesquer outras, que de futuro se crearem dentro dos limites fixados para as estações de arrecadação.

§ 28. Exercer todas as outras attribuições conferidas às Thesourarias de Fazenda extinctas, com as excepções feitas pelo presente regulamento.

Art. 4.º Nos casos dos §§ 21 e 25 do artigo antecedente, as Delegacias Fiscaes enviarão ao Thesouro ou ao Tribunal de Contas, conforme a competencia, com as indicações, informações e propostas, os documentos comprobatorios dos factos occorridos, quando nelles se fundarem.

Art. 5.º Ao delegado compete:

§ 1.º Dirigir e inspecionar os trabalhos da Delegacia e decidir os negocios da competencia della.

§ 2.º Mandar passar e subscrever as certidões.

§ 3.º Dirigir e fiscalizar immediatamente os trabalhos e negocios a cargo e da competencia da Delegacia, e designar os empregados que devam incumbir-se de examinal-os, preparal-os e processal-os.

§ 4.º Nomear e demittir os continuos e agentes de arrecadação e approvar as nomeações dos fleis do thesoureiro.

§ 5.º Aceitar a obrigação de fiel cumprimento de deveres dos empregados da Delegacia e dos chefes das estações de arrecadação e dar-lhes posse.

§ 6.º Rubricar os livros da Repartição.

§ 7.º Dar o seu parecer, sempre que lhe for pedido, por escripto ou verbalmente, a respeito dos negocios da administração da Fazenda.

§ 8.º Verificar os requisitos e condições legais das fianças e hypothecas dos thesoureiros e mais pessoas que as devam prestar na Delegacia.

§ 9.º Promover a cobrança da divida activa, fazendo extrahir e remetter ao procurador seccional as certidões ou quaesquer documentos em que se baseie o pedido, ou que comprovem o direito da Fazenda.

§ 10. Ministras ao procurador seccional todas as informações e documentos que forem necessarios para defender os direitos e interesses da Fazenda.

§ 11. Cumprir as ordens, que lhe dirigirem os diversos Ministerios, a respeito dos negocios da sua competencia e com elles corresponder-se directamente.

As ordens, porém, relativas á distribuição, augmento, redução ou annullação de creditos deverão ser transmittidas por intermedio do Ministerio da Fazenda, para poderem ser cumpridas.

§ 12. Fazer pelas estações, que lhe forem subordinadas, a distribuição dos creditos abertos pelo Ministerio da Fazenda e fiscalizar a sua applicação.

§ 13. Cumprir e fazer cumprir as deliberações e ordens das repartições superiores, communicando-as por escripto ás estações que devam ter conhecimento dellas.

§ 14. Vigiar que as leis da Fazenda sejam fielmente executadas, solicitando as providencias, que para esse fim julgar necessarias.

§ 15. Dar semestralmente ao ministro da fazenda informações reservadas da idoneidade, assiduidade, comportamento e estado de saude dos empregados da Delegacia.

§ 16. Remetter ao Thesouro, no mez seguinte ao do encerramento de cada exercicio, um relatório circumstanciado dos trabalhos durante elle feitos, nos diversos ramos de serviço da competencia da Delegacia, expondo o estado em que se acharem e indicando as medidas que entender convenientes, para melhor-os e a administração da Fazenda em geral.

§ 17. Levantar conflicto de jurisdicção, nos termos legais e nos casos estabelecidos em direito, quando a Fazenda Federal for interessada no processo.

§ 18. Transmittir ao ministro da fazenda, competentemente informados, todos os papeis, recursos e requerimentos apresentados sobre negocios da administração da Fazenda Geral.

§ 19. Marcar prazo para entrarem em exercicio os empregados removidos ou nomeados em commissão, que o não tiverem estabelecido em lei ou regulamento.

§ 20. Conceder licenças aos empregados e exactores que tenham entrado em effectivo exercicio de seu cargo, até um mez em cada anno, para serem gosadas dentro do Estado, devendo consultar ao ministro da fazenda nos casos espeziaes extraordinarios.

§ 21. Decidir as questões que tiverem por objecto qualquer parte do dominio nacional, isto é, as referentes aos bens em que a Republica tem dominio evidente, uma vez que as mesmas questões, pelas circumstancias do facto, devam correr pelo Ministerio da Fazenda.

§ 22. Exercer as demais attribuições dadas aos inspectores das extintas Thesourarias de Fazenda, com as limitações e excepções feitas pelo presente regulamento.

Art. 6.º O delegado fiscal será nomeado em commissão, e tirado dos empregados dos quadros da Fazenda, à escolha do ministro.

§ 1.º O delegado fiscal, nos impedimentos repentinos e prolongados, será substituido pelo 1º escriptuario mais antigo da Delegacia.

§ 2.º O empregado extinto, nomeado para o lugar de delegado fiscal, perceberá sómente os vencimentos de extinto, si estes forem superiores ao marcado na tabella da Delegacia.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1892.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 1195 C — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1892

Manda executar a nova tabella do numero e vencimentos dos empregados e operarios da secção de artes da Imprensa Nacional e do *Diario Official*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que se execute a tabella que a este acompanha, do numero e vencimentos dos empregados e operarios da secção de artes da Imprensa Nacional e do *Diario Official*, organizada de accordo com o decreto n. 125 de 18 de novembro do corrente anno, que augmentou de mais 40 % os ditos vencimentos.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

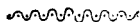
*Serzedello Corrêa.*

**Tabella do numero e vencimentos dos empregados e operarios da Imprensa Nacional e do *Diario Official*, a que se refere o decreto n. 1195 C, desta data**

| Ns. | Logares                                          | Vencimento<br>annual |
|-----|--------------------------------------------------|----------------------|
| 1   | Apontador geral.....                             | 2:520\$000           |
| 1   | Agente do almoxarifado.....                      | 2:520\$000           |
| 1   | Chefe da revisão.....                            | 3:024\$000           |
| 1   | Mestre da officina de composição.....            | 5:040\$000           |
| 1   | Contramestre da mesma officina.....              | 3:696\$000           |
| 1   | Mestre da officina de impressão.....             | 4:200\$000           |
| 1   | Contramestre da mesma officina.....              | 3:360\$000           |
| 1   | Mestre da de fundição de typos.....              | 4:200\$000           |
| 1   | Contramestre da mesma officina.....              | 3:024\$000           |
| 1   | Official de stereotypia e galvanoplastia.....    | 2:688\$000           |
| 1   | Mestre da officina de serviços accessorios.....  | 4:200\$000           |
| 1   | Contramestre da mesma officina.....              | 3:360\$000           |
| 1   | Chefe do serviço de gravura.....                 | 4:200\$000           |
| 1   | Chefe do serviço de impressão lithographica..... | 3:360\$000           |
| 1   | Chefe do serviço de reparo de machinas.....      | 3:360\$000           |
| 1   | Chefe do serviço da expedição.....               | 3:360\$000           |
| 1   | Chefe do serviço de pautaão.....                 | 3:024\$000           |
| 1   | Machinista dos motores.....                      | 2:520\$000           |
| 1   | Carpinteiro.....                                 | 2:520\$000           |
| 1   | Chefe da revisão do <i>Diario Official</i> ..... | 3:024\$000           |
| 1   | Paginador do <i>Diario Official</i> .....        | 3:696\$000           |
| 1   | Impressor machinista.....                        | 3:360\$000           |
|     |                                                  | <hr/>                |
|     |                                                  | 74:256\$000          |

Nenhuma gratificação perceberão os empregados e operarios por serviço extraordinario, e, quando avisados para qualquer serviço dessa ordem deixarem de comparecer, sem que justifiquem a falta de maneira a satisfazer a Administração, perderão todo o vencimento do dia.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1892.— *Servidello Corrêa*.





## DECRETO N. 1195 D — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1892

Dá instrucções para a execução do art. 14 da lei n. 126 B, de 21 de novembro do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a fazenda de Santa Cruz, como bem que foi do patrimonio publico da Corôa, é do dominio privado da Nação e como tal incluída entre os proprios nacionaes ;

Considerando que o tombamento e a administração dos proprios nacionaes estão, e sempre estiveram, a cargo da Directoria Geral das Rendas Publicas do Thesouro Nacional, ainda quando sob a denominação de Contadoria Geral de Revisão (art. 27 § 5º da lei de 4 de outubro de 1831, arts. 44 e 50 do regimento de 26 de abril de 1832, decreto n. 736 de 20 de novembro de 1850, art. 16, § 2º) ;

Considerando que, mantendo este regimen o provendo, no intuito de auxiliar a Directoria Geral das Rendas Publicas, sobre a organização do tombo geral, severa vigilância e permanente inspecção de taes bens do dominio do Estado, o decreto n. 100 A, de 23 de dezembro de 1889, creou o lugar de zelador dos proprios nacionaes e regulou suas funcções ;

Considerando que não se justifica a exclusão da fazenda de Santa Cruz do regimen administrativo dos bens nacionaes, para o fim de confial-a singularmente á inspecção e direcção do administrador da Recebedoria da Capital Federal, com prejuizo das importantes funcções que lhe impõe o regulamento daquella Repartição arrecadadora, promulgado pelo decreto n. 2551 de 17 de março de 1860 e actos posteriores do Governo ;

Considerando que, havendo o art. 14 da lei n. 126 B estabelecido medidas salutaes sobre a remissão dos aforamentos e a conversão dos arrendamentos dos terrenos da referida fazenda, torna-se necessaria a expedição de instrucções para a sua completa e immediata execução :

Resolve derogar o decreto n. 613 de 23 de outubro de 1891, na parte que sujeitou a Superintendencia da fazenda de Santa Cruz á Recebedoria da Capital Federal, e determinar que passe a referida Superintendencia á inspecção e administração da Directoria Geral das Rendas Publicas do Thesouro Nacional, pela secção dos proprios nacionaes, e mandar que, para execução do art. 14 da lei n. 126 B, de 21 de novembro do corrente anno, sejam observadas as instrucções que se seguem :

Art. 1.º No prazo de um anno poderão os foreiros requerer a remissão dos foros a que estiverem obrigados.

Paragrapho unico. No mesmo prazo deverão os arrendatarios requerer a transformação dos arrendamentos em aforamento e legalisar seus titulos os que tiverem aforamentos posteriores á lei de 25 de novembro de 1830.

Art. 2.º Aos foreiros, para remissão, se tomará por base o fôro actual por 20 annos e mais a joia de 2 ½ % dessa importância.

Aos arrendatarios, para se transformarem em foreiros, se tomará por base o arrendamento de 15 annos e mais a joia de 2 ½ % dessa importância e o fôro será de 1\$ por alqueire ou fracção de alqueire de 48.400<sup>m²</sup>.

Paragrapho unico. Aos que requererem fôro do prazo do art. 1.º, a base para a remissão e para o aforamento, bem como a joia, será elevada ao dobro.

Art. 3.º Os foreiros, cujos titulos forem posteriores ao decreto de 25 de novembro de 1830 e que no prazo de um anno, depois da publicação dos editaes de chamada, não legalisarem seus titulos, serão considerados arrendatarios e as terras serão vendidas, correndo a indemnização das bemfeitorias por conta do comprador.

Art. 4.º Aos foreiros que não requererem a remissão do fôro no prazo do art. 1.º e liv. 4.º e que se encontrarem nos casos da Ord. lit. 38 e 39, n. 1, será applicada a pena de commisso.

Art. 5.º Os requerimentos deverão ser dirigidos ao ministro da fazenda e entregues na Directoria Geral das Rendas Publicas, e na secção dos proprios nacionaes se verificará a legalidade dos titulos e se designará o engenheiro para levantar a respectiva planta. (Ordem n. 22 de 16 de julho de 1892.)

Art. 6.º Concedida a remissão, aforamento ou legalisação do titulo nas hypothesees dos arts. 1.º e 2.º, serão os respectivos titulos assignados pelo director geral das rendas publicas.

Art. 7.º Por conta do foreiro ou arrendatario correrá a despesa com o pessoal necessario para a medição, e serão pagos os emolumentos que competirem ao engenheiro, de accordo com a tabella A. (Art. 8.º, §§ 1.º, 2.º e 3.º, do regulamento de 23 de outubro de 1891 e ordem n. 22 de 16 de julho de 1892.)

Art. 8.º O serviço da medição o levantamento da planta cadastral da fazenda de Santa Cruz fica dividido em duas secções: a primeira comprehenderá todos os terrenos situados no municipio da Capital Federal e a segunda os do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 9.º O engenheiro, zelador dos proprios nacionaes, proporá ao director geral das rendas publicas, afim de serem nomeados pelo ministro da fazenda os engenheiros precisos para a execução dos serviços a que se refere o artigo antecedente.

Art. 10. Cada medição constará de planta e memorial em duplicata.

Art. 11. Na planta serão especificados :

a) as altitudes relativas de cada marco e a conformação orographica approximativa do terreno ;

b) as construcções existentes, com indicação de seus fins ;

c) os vallos, cercas e muros divisorios ;

d) as aguas principaes que banharem a propriedade, com determinação de seu volume ;

e) a indicação das culturas existentes, dos pastos, campos, mattos, capoeirões e alagados ;

f) os nomes dos confrontantes, com indicação da extensão e linhas de divisa ;

g) as estradas geracs e particulares, com declaração do local a que se destinam. (Decreto n. 451 B, de 31 de maio de 1890.)

Art. 12. As escalas das plantas serão reguladas pela tabella B e feitas uma em papel cartão e outra em papel de cópia.

Art. 13. Os memoriaes, que devem ter no cabeçalho em letra bem legivel a área da propriedade medida, o nome do foreiro ou arrendatario e o local, constarão de tres partes — perimetro, derrota e observações :

a) na primeira parte será descripta a figura geometrica do terreno e o numero de metros do perimetro, tudo por extenso ;

b) na derrota virá, tanto quanto possivel, o extracto da caderneta das operações de campo ;

c) as observações serão as mais minuciosas possiveis, dando a natureza geologica, o volume das aguas, a conformação orographica, a especie botanica, os vestigios e especies mineralogicas, etc., os confrontantes e tudo quanto tiver sido annotado no campo.

Art. 14. Os memoriaes e plantas serão assignados pelo engenheiro da secção, sendo que aquelles trarão as assignaturas dos confrontantes, explicando-se o motivo da falta dos que os não assignarem.

Art. 15. As cadernetas do campo, á proporção das medições, authenticadas pelo engenheiro da secção, serão enviadas á Directoria Geral das Rendas Publicas, e de cinco em cinco annos recolhidas ao archivo do Thesouro Nacional. (Art. 20 do regulamento de 23 de outubro de 1891.)

Art. 16. Aos engenheiros de ambas as secções compete :

a) fazer o cadastro de sua secção, á proporção que forem effectuadas as medições ;

b) communicar ao director geral das rendas publicas, sempre que no cadastro for descoberta uma área devoluta, com declaração da quantidade, local e confrontações ;

c) entregar, no prazo de tres mezes, depois de findos todos os seus trabalhos, o memorial e a planta da área da sua secção, sem designação do cadastro, e em duplicata, sendo esta na escala de 1:100.000, e tres exemplares do cadastro na escala de 1:10.000, sendo dous em papel cartão e um em papel de cópia, podendo dividil-o em quatro.

Art. 17. O engenheiro da secção poderá ter tantos ajudantes quantos julgue necessarios, sendo, porém, responsavel pelos trabalhos, que tambem assignará.

Art. 18. Os casos não previstos serão regulados pelos decretos n. 451 B de 31 de maio de 1890 e n. 613 de 23 de outubro de 1891, e instruções de 30 de outubro de 1891, que não estiverem em opposição ao presente regulamento.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*

## TABELLA A

| ÁREA                       |                            | PREÇOS  |                          |
|----------------------------|----------------------------|---------|--------------------------|
| DE                         | A                          |         |                          |
| O                          | 774.400,00 <sup>m²</sup>   | 20\$000 | Por alqueire ou fracção. |
| 774.400,00 <sup>m²</sup>   | 2.420.000,00 <sup>m²</sup> | 40\$000 | Idem.                    |
| 2.420.000,00 <sup>m²</sup> | .....                      | 5\$000  | Idem.                    |

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892.—*Serzedello Corrêa.*

## TABELLA B

| ESCALAS       | ÁREAS                       |                             |
|---------------|-----------------------------|-----------------------------|
|               | DE                          | A                           |
| 1:1.000.....  | O                           | 25.000,00 <sup>m²</sup>     |
| 1:2.000.....  | 25.001,00 <sup>m²</sup>     | 5.000.000,00 <sup>m²</sup>  |
| 1:5.000.....  | 5.000.001,00 <sup>m²</sup>  | 10.000.000,00 <sup>m²</sup> |
| 1:10.000..... | 10.000.001,00 <sup>m²</sup> |                             |

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892.—*Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 1196 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1892

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho do anno passado :

Decreta :

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Matto Grosso.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1197 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Musica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 3º, n. III, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve approvar para o Instituto Nacional de Musica o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado Dr. Fernando Lobo.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Regulamento do Instituto Nacional de Musica  
de que trata o decreto n. 1197 desta data

CAPITULO I

DOS FINS DO INSTITUTO

Art. 1.º O Instituto Nacional de Musica, tendo por base o ensino completo da musica em todos os ramos da arte, destina-se a formar instrumentistas, cantores e professores de musica, ministrando-lhes, além de uma instrucção geral artistica, os meios praticos de se habilitarem á composição, e a desenvolver o bom

gosto musical organizando grandes concertos onde sejam executadas as melhores composições antigas e modernas com o concurso dos alumnos por elle educados.

Art. 2.º Terão admissão os nacionaes ou estrangeiros, de ambos os sexos, mediante uma contribuição annual paga no Thesouro Nacional e segundo o curso que desejarem frequentar.

Paragrapho unico. O ensino poderá ser gratuito para os que demonstrarem carencia de recursos.

## CAPITULO II

### DO PESSOAL E SUAS ATTRIBUIÇÕES

#### I

##### Do director

Art. 3.º O Instituto ficará sob a superintendencia de um director nomeado por decreto.

Art. 4.º Ao director, que deve ser um profissional de merito reconhecido, podendo ser um dos professores do estabelecimento, sem prejuizo da regencia de sua cadeira, compete, além das attribuições mencionadas em diversos artigos deste regulamento:

I. A direcção artistica e administrativa do Instituto e a inspecção do ensino;

II. Propôr a nomeação dos professores, dos adjuntos, do secretario, do economo e das inspectoras de alumnas, e bem assim designar o professor que o deva substituir na parte artistica em caso de impedimento;

III. Nomear os monitores propostos pelos professores;

IV. Organizar os programmas de ensino, ouvindo cada um dos professores;

V. Estabelecer o horario das aulas;

VI. Observar e fazer cumprir as disposições deste regulamento e do regimento interno;

VII. Convocar todas as reuniões do conselho e do corpo docente, quando o julgar necessario;

VIII. Nomear todas as commissões para os exames e concursos e organizar os competentes programmas, de accordo com os professores das differentes aulas;

IX. Presidir todas as reuniões do conselho, os concursos, os exames e quaesquer reuniões ordinarias ou extraordinarias;

X. Nomear o acompanhador, a ajudante de inspectora, o guarda-portão e os serventes, e demittil-os, quando julgar conveniente;

XI. Assignar e rubricar todos os livros de escripturação, papeis, diplomas, attestados, contas, folhas de vencimento e informações ao Governo;

XII. Apresentar ao Governo, depois de terminados os trabalhos do anno, um relatório do estado do estabelecimento, no qual proporá as medidas que julgar necessárias á boa ordem e ás exigencias do ensino;

XIII. Formular e propôr á approvação do ministro o orçamento annual;

XIV. Propôr ao Governo a celebração dos contractos a que allude o art. 15.

## II

### Do pessoal administrativo e economico

Art. 5.º O pessoal administrativo e economico compor-se-ha, além do director, de um secretario, nomeado por decreto, de um amanuense, um economo, um inspector e duas inspectoras de alumnas, e um continuo, nomeados por portaria do ministro.

Art. 6.º São deveres do secretario:

I. Substituir o director na parte administrativa e economica no impedimento deste;

II. Encarregar-se de todos os livros de registro e matriculas;

III. Assignar por ordem do director todos os avisos publicos;

IV. Redigir e expedir toda a correspondencia do Instituto e as ordens do director;

V. Organizar a folha do pessoal do Instituto e as contas das despesas, convenientemente documentadas, afim de serem presentes ao director;

VI. Passar, á vista do despacho do director, as certidões que forem requeridas;

VII. Assistir a todas as reuniões do corpo docente e do conselho, lavrar as respectivas actas e lê-las nas sessões seguintes; podendo, por indicação do director, usar da palavra para esclarecimento do objecto em discussão, sem direito de voto;

VIII. Encerrar o livro de presença de todo o pessoal;

IX. Lavrar os termos de exames e concursos;

X. Ter em boa ordem a bibliotheca, o archivo e o museo, cuja administração lhe compete, organizar catalogos e relacionar os objectos existentes.

Art. 7.º São deveres do amanuense:

I. Auxiliar o secretario na escripturação e em tudo quanto este lhe ordenar;

II. Zelar pela conservação do archivo, bibliotheca e museo, segundo as prescripções que lhe forem dadas pelo secretario;

III. Substituir o secretario em suas faltas e impedimentos;

IV. Fazer, annualmente, auxiliado pelo economo, o inventario de todos os moveis e utensilios do Instituto.

Art. 8.º São deveres do economo:

I. Manter a disciplina no estabelecimento;

II. Admoestar os alumnos que se desviarem das boas normas de civilidade, communicando ao director, em caso de reincidência

ou de gravidade, a natureza dessas faltas para applicação das devidas penas. Dentro das aulas, porém, só na ausencia dos respectivos professores, exercerá os seus deveres policiaes ;

III. Conservar em asseio todo o edificio, bem como a mobilia, instrumentos e mais objectos sob sua guarda ;

IV. Fazer as despesas miudas que forem autorisadas pelo director ;

V. Cumprir o que lhe for determinado pelo director e pelo secretario ;

VI. Auxiliar o amanuense na confecção do inventario de que trata o n. 4.º do art. 7.º, guardando uma cópia authentica ;

VII. Exigir do continuo, guarda-portão e serventes o cumprimento de seus deveres ;

VIII. Distribuir e arrecadar as musicas nas diversas classes.

Art. 9.º São deveres dos inspectores de alumnos :

I. Estar presentes durante todo o tempo em que funcionarem as aulas frequentadas pelos alumnos e a todos os actos a que estes tenham de comparecer ;

II. Admoestar os alumnos, quando estes procederem irregularmente, communicando ao director as faltas mais graves ;

III. Designar á ajudante o serviço que lhe compete.

Art. 10. São deveres do continuo :

Cumprir todas as ordens que lhe forem transmittidas pelos seus superiores.

### III

#### Do pessoal docente

Art. 11. Os professores e adjuntos formam, com o director, o corpo docente.

Art. 12. O numero de professores e adjuntos estará subordinado ás exigencias do ensino e ao numero de alumnos.

Art. 13. Os professores e os adjuntos serão nomeados por decreto, sob proposta do director.

Art. 14. Os adjuntos serão indicados ao director pelos professores a quem tiverem de coadjuvar.

O director, si approvar a indicação, fará ao ministro a proposta de nomeação.

Art. 15. Quando houver conveniencia em que os professores ou adjuntos sejam contractados, quer no paiz, quer no estrangeiro, o director solicitará do ministro authorisação para celebrar os respectivos contractos, no primeiro caso, ou que providencie no sentido de serem devidamente realizados taes contractos, no segundo caso.

Art. 16. Cada um dos professores ou adjuntos é obrigado :

I. A ensinar de accordo com o programma ;

II. A dar o numero de lições que lhes forem indicadas pelo regimento interno, ás horas designadas no horario ;



III. A completar as horas de lição marcadas no horario desde que a sua classe seja frequentada por mais de um alumno ;

IV. A dirigir as classes de conjuncto para que for designado pelo director ;

V. A encarregar-se da direcção das sessões de orchestra quando para isso for nomeado pelo director ;

VI. A contemplar em cada lição todos os alumnos de sua classe ;

VII. A manter na aula a precisa disciplina, admoestar os alumnos que commetterem faltas, reprehendel-os convenientemente e impôr-lhes, conforme os delictos e as circumstancias, as penas que estiverem na sua alçada ;

VIII. A apresentar mensalmente ao director as notas da frequencia, applicação, aproveitamento e comportamento dos alumnos de sua classe ;

IX. A comparecer ás reuniões ordinarias e extraordinarias, aos exames e aos concursos para que for nomeado, e aos actos solemnes do Instituto ;

X. A zelar pela conservação dos instrumentos de sua classe.

Art. 17. O professor ou adjunto que for encarregado pelo director de leccionar extraordinariamente uma classe de solfejo, perceberá a gratificação adicional de um conto de réis.

Art. 18. São obrigações especiaes dos professores :

I. Reunir-se de tres em tres annos para elegerem os cinco professores que deverão fazer parte do conselho ;

II. Exigir dos adjuntos, seus auxiliares, a exacta observancia do programma de ensino ;

III. Propôr ao director a demissão do adjunto do seu curso, quando este não preencher devidamente as funcções do seu cargo ;

IV. Propôr ao director a nomeação de monitores, quando convier a subdivisão de uma classe do seu curso ;

V. Fornecer ao director, terminados os trabalhos do anno escolar, uma relação dos seus alumnos, classificando-os nas épocas que terão de cursar no anno immediato, afim de regularisar-se o pagamento de matricula.

#### IV

##### Do pessoal de nomeação do director

Art. 19. O acompanhador, a ajudante de inspectora, o guarda-portão e os serventes serão nomeados pelo director.

Art. 20. São deveres do acompanhador :

I. Assistir ás classes determinadas pelo director, fazendo os acompanhamentos de piano e de harmonium ;

II. Auxiliar o secretario nos serviços da Bibliotheca e do archivo, e fazer as cópias musicaes que sejam necessarias ;

III. Distribuir e arrecadar as musicas nos ensaios e concertos do Instituto.

Art. 21. A ajudante de inspectora cumprirá as ordens que lhe forem dadas pelas inspectoras.

Art. 22. Ao guarda-portão compete :

I. Abrir e fechar o edificio do Instituto ás horas regulamentares todos os dias em que funcionarem as aulas e em tempo de ferias e feriados, quando assim lhe for determinado pelo director ou secretario ;

II. Conservar-se na portaria e della não ausentar-se sem authorisação do director ou do secretario.

Art. 23. Os serventes cumprirão as ordens de todo o pessoal do Instituto.

### CAPITULO III

#### DO CONSELHO

Art. 24. Será constituido um conselho formado do director, de cinco professores e de tres membros honorarios escolhidos entre os artistas dos mais notaveis residentes na Capital e estranhos ao Instituto.

Art. 25. Os professores, membros do conselho, serão eleitos pelo corpo docente, nos termos do art. 18, n. 1.

Art. 26. Os membros honorarios serão, sob proposta do director, nomeados pelo ministro.

Art. 27. O conselho funcionará :

I. Antes da abertura das aulas e depois dos exames de admissão provisoria, para resolver sobre a admissão de alumnos aspirantes nos casos do art. 55 ;

II. Depois dos concursos, para deliberar acerca da concessão e distribuição dos premios ;

III. Todas as vezes que o director o convocar por assim o julgar necessario.

Art. 28. Em casos extraordinarios e urgentes o conselho poderá ser igualmente consultado por circular do director, na qual será exposto o objecto da consulta.

Cada um dos membros assignará a circular, antecedendo á assignatura a sua opinião sobre o caso para que é consultado.

Concordando todos, fará a circular parte dos trabalhos da reunião mais proxima e será inserida na respectiva acta ; não sendo unanime a opinião dos membros do conselho, será este convocado para discutir e resolver.

Art. 29. Ao conselho compete, além do que fica expresso nos ns. 1 e 2 do art. 27 :

I. Aplicar as penas 4ª e 5ª como determina o art. 109 nos limites do regulamento ;

II. Assistir ao acto solemne da distribuição dos premios.

Art. 30. Não poderá funcionar em sessão o conselho quando falte a maioria dos professores que delle fizerem parte ; considerar-se-ha, porém, constituído e como tal poderá funcionar, mesmo com ausencia de todos os membros honorarios.

Art. 31. Os membros honorarios terão por dever comparecer ás sessões ordinarias e extraordinarias do conselho e aos actos solemnes do Instituto, e farão parte das commissões julgadoras, quando para isso forem nomeados pelo director. Considerar-se-ha vago o logar do membro honorario do conselho que por duas vezes deixar de comparecer ou se recusar a qualquer daquelles serviços sem justificar impedimento.

Art. 32. O conselho terminará a sua commissão no fim de tres annos. Findo este prazo, o corpo docente procederá a nova eleição, podendo re-eleger os mesmos professores. Os membros honorarios permanecerão em o novo conselho enquanto o Governo o julgar conveniente.

## CAPITULO IV

### DO ENSINO E DA FREQUENCIA

Art. 33. O ensino divide-se em seis secções abrangendo os seguintes cursos:

#### I — Secção elementar

1.º Curso de theoria elementar — Em uma época de um anno, comprehendendo o ensino rudimentar de theoria musical ; o solfejo e calligraphia musical ;

2.º Curso de solfejo individual — Destinado aos alumnos de canto a solo e aos que não puderem frequentar o curso preparatorio de canto-choral por se acharem na época da mudança de voz — em duas épocas de um anno cada uma, a saber: 1ª época, continuação da doutrina elementar da musica; primeiros solfejos entoados e rythmicos variados ; dictados de entoação e rythmos separadamente ; 2ª época, recapitulação da doutrina musical e primeiros rudimentos de theoria de harmonia ; solfejos gradativos ; transposição pratica ; dictados de entoação e rythmo simultaneos ; leitura á primeira vista.

#### II — Secção vocal

1.º Curso preparatorio de canto-choral — Em duas épocas de um anno cada uma, comprehendendo: 1ª época, continuação da doutrina elementar da musica ; primeiros solfejos entoados observando uma boa emissão de voz ; rythmos variados ; dictados de rythmo e de entoação separadamente ; exercícijs de cōros a duas

partes ; 2.<sup>a</sup> época, recapitulação da doutrina musical e primeiros rudimentos da theoria de harmonia ; solfejos mais difficeis a muitas partes ; canto a varias partes de estylo rigoroso e livre attendendo a uma boa pronuncia ; transposição pratica ; dictados de entoação e rythmo simultaneos ; leitura a primeira vista.

2.<sup>o</sup> Curso de canto a solo — Em tres épocas de dous periodos cada uma. Formação da voz até ao aperfeiçoamento na execução de todos os generos, observando uma dicção clara e sentida.

### III — Secção instrumental

1.<sup>o</sup> Curso de teclado — Em uma época de tres periodos. Ensino elemental de piano, obrigatorio para os cursos de canto e de harmonia.

2.<sup>o</sup> Curso de piano — Em tres épocas de tres periodos cada uma. Desenvolvimento technico desde os estudos elementares até ao aperfeiçoamento da execução das melhores composições antigas e modernas ; esmero na interpretação dos diversos estylos.

3.<sup>o</sup> Curso de órgão — Em tres épocas de dous periodos cada uma. Conhecimento da estrutura do órgão, desenvolvimento technico até á execução perfeita de grande fuga e improvisos sobre themas dados.

4.<sup>o</sup> Curso de harpa — Em tres épocas de dous periodos cada uma.

5.<sup>o</sup> Curso de violino — Em tres épocas, sendo as duas primeiras de tres periodos e a terceira de dous.

6.<sup>o</sup> Curso de violoncello — Em tres épocas, sendo as duas primeiras de tres periodos e a terceira de dous.

7.<sup>o</sup> Curso de contrabaixo — Em tres épocas, sendo as duas primeiras de dous periodos e a terceira de um.

8.<sup>o</sup> Curso de flauta — Em tres épocas de dous periodos cada uma.

9.<sup>o</sup> Curso de oboe — Em tres épocas de dous periodos cada uma.

10. Curso de clarinete — Em tres épocas de dous periodos cada uma.

11. Curso de fagote — Em tres épocas de dous periodos cada uma.

12. Curso de trompa — Em tres épocas de dous periodos cada uma.

13. Curso de clarim — Em tres épocas de dous periodos cada uma.

14. Curso de trombone — Em tres épocas de dous periodos cada uma.

Ensino completo de todos os instrumentos de orchestra, desde os estudos iniciais até á resolução pratica de todos os problemas de musica instrumental applicaveis a cada um dos cursos.

#### IV — Secção preparatoria e complementar de composição

1.º Curso de harmonia e acompanhamento — Em uma época de quatro periodos comprehendendo o estudo de harmonia theorica e pratica, escripta e ao teclado.

2.º Curso de contra-ponto e fuga — Em duas épocas de um periodo cada uma, a saber: 1ª época, contra-ponto; 2ª época, canone e fuga.

3.º Curso de composição — Em uma época de um anno, instrumentação, fórmās e leitura de partituras.

#### V — Secção litteraria

Curso de historia e esthetica da musica — Em uma época de um anno.

#### VI — Secção de conjuncto

1.º Curso superior de canto-choral — Execução de composições antigas e modernas dos generos sacro e profano.

2.º Curso de conjuncto instrumental — (Classe de orchestra) para os alumnos dos cursos de instrumentos de orchestra.

3.º Curso de musica de camara com piano — Para alumnos dos cursos de piano e de instrumentos de arco e de sopro.

4.º Curso de musica de camara para instrumentos de arco — Para alumnos dos cursos de instrumentos de arco.

Art. 34. Será indeterminado o tempo de frequencia em todos os cursos da secção de conjuncto.

Art. 35. O programma de ensino de cada um dos cursos será estabelecido pelo director, ouvindo para isso os respectivos professores.

Art. 36. A frequencia dos alumnos nos differentes cursos será de numero illimitado nos cursos de theoria elementar, de canto-choral (curso preparatorio e superior) e de historia e esthetica da musica; de vinte, em cada uma das épocas do curso de solfejo individual e no curso de harmonia e acompanhamento; de doze, no curso de contra-ponto e fuga; de oito, em cada uma das classes dos cursos de canto a solo, teclado, piano, harpa, violino, violoncello, contrabaixo, flauta e clarinete; de oito, nos cursos reunidos de oboe e fagote e nos de trompa, clarim e trombone reunidos; de seis, no curso de órgão.

Art. 37. O director, de accordo com os respectivos professores, designará os alumnos que devem tomar parte nas sessões de conjuncto.

Art. 38. Por indicação dos respectivos professores, alguns alumnos adeantados do curso de violino, flauta, oboe, clarinete, fagote e trombone farão exercicios especiaes, os do primeiro

no destes cursos, na violeta, os do segundo em flautim, os do terceiro no corne-inglez, os do quarto em corle basset ou no clarinete baixo, os do quinto no contra-fagote e os do sexto no bass-tuba.

Art. 39. O alumno, no acto de inscrever-se para qualquer dos cursos de trompa, clarim, ou trombone, declarará por qual dos systemas opta, si pela trompa lisa ou de pistões, si pelo clarim liso ou de pistões ou cornetim, si pelo trombone de varas ou de pistões, não ficando impedido de, caso o professor o julgue conveniente, fazer exercicios em instrumento de systema diverso daquelle por que optou.

Art. 40. Cada professor, de accordo com o director, poderá, si for indispensavel, subdividir as classes e confiar a regencia, sob sua responsabilidade e vigilancia, aos monitores, que serão de preferencia escolhidos entre os alumnos que se distinguirem nos seus estudos.

Ao monitor que bem servir durante um anno será concedido um premio do valor approximativo de 200\$ ou em um instrumento ou em obras musicaes ou de litteratura musical, ou em dinheiro. Em documento assignado pelo director e pelo respectivo professor serão assignalados os serviços prestados ao Instituto pelo mesmo alumno.

Art. 41. Os alumnos dos cursos de canto a solo e instrumentos, excepto de teclado, poderão, desde que forem classificados na ultima época de um daquelles cursos, requerer ao director permissão para assistirem ás lições do seu curso nas classes elementares, afim de habilitarem-se á nomeação de alumnos auxiliares. Esse requerimento deverá ser acompanhado do de admissão ao curso de harmonia.

Art. 42. O candidato a alumno-auxiliar deverá ser chamado, pelo encarregado da classe onde for assistente, a leccionar em sua presença, durante todo o anno, a um alumno de 1ª época.

Art. 43. Reconhecendo o encarregado da classe aptidões especiaes no candidato a alumno-auxiliar, fará a necessaria participação ao professor do curso; este a transmittirá ao director que, verificando-as, poderá effectuar a competente nomeação.

Art. 44. O alumno-auxiliar deverá sem interrupção continuar a leccionar o mesmo alumno na classe elementar onde é assistente.

Art. 45. Só será admittido um alumno-auxiliar, ou um candidato a alumno-auxiliar em uma classe cuja frequencia for de quatro ou cinco alumnos; serão nella admittidos dous, si a frequencia for maior de cinco alumnos.

Art. 46. O alumno-auxiliar substituirá o professor, adjunto ou monitor encarregado da classe, nas suas faltas ou impedimentos, leccionando os alumnos de primeira época.

Art. 47. Dada a vaga de um monitor, será preenchida pelo alumno-auxiliar que reunir maior somma de requisitos em seu favor.

Art. 48. Completo o numero de alumnos em uma classe, serão nella admittidos *ouvintes* até ao numero de quatro, contando que

esses *ouvintes* tenham os requisitos necessários para poderem frequentar-a.

A primeira vaga de alumno effectivo será preenchida pelo *ouvinte* de maior aptidão e assiduidade.

## CAPITULO V

### DOS ALUMNOS, SUA ADMISSÃO E MATRICULA

Art. 49. A admissão inicial de alumnos é sempre provisoria.

Art. 50. A matricula para a admissão effectuar-se-ha na secretaria do Instituto nos dias uteis de 15 de fevereiro a 15 de março.

Art. 51. O candidato á matricula, sendo de maior idade, deverá requerer ao director para ser admittido no Instituto ou para inscrever-se nos exames de admissão provisoria, declarando o curso que pretende estudar, a sua nacionalidade, naturalidade, filiação e residencia, e juntar a sua certidão de idade e um attestado que prove ter sido vaccinado dentro de prazo não superior a cinco annos.

Paraphræ unico. Si o candidato for de menor idade, deverá o requerimento ser feito por seu pae ou por pessoa competentemente autorisada.

Art. 52. A inscripção para os exames de admissão provisoria será aberta em 1 de março e encerrada em 15 do mesmo mez.

Art. 53. Os candidatos que desejarem seguir qualquer dos cursos, excepto o de theoria elementar, deverão concorrer aos exames de admissão, que serão effectuados na ultima quinzena de março.

Art. 54. Não poderá ser admittido como alumno:

I. O candidato estrangeiro que não conhecer a lingua portugueza ;

II. O candidato que não for dotado de uma constituição phisica adaptada ás exigencias do estudo ;

III. Todo aquelle que tiver menos de 9 annos de idade ou mais de 25, conforme o curso a que se destinar e a instrucção musical que já possuir.

Art. 55. Em casos extraordinarios, o conselho resolverá sobre a admissão do candidato de idade menor ou maior do que a estabelecida.

Art. 56. Compete ao director admittir os candidatos aos cursos de solfejo, de teclado, de harmonia, de composição e de historia e esthetica.

Art. 57. Não poderá ser admittido no curso em que houver requerido matricula o alumno que não tiver os preparatorios exigidos no regimento interno para esse curso e que não tenha sufficiente instrucção litteraria, apresentando documentos que o comprovem, a juizo do director.

Art. 58. Approvado nos exames de admissão provisoria, o candidato será admittido e classificado como alumno-aspirante.

Serão igualmente classificados os alumnos que forem admittidos pelo director em virtude do estabelecido no art. 56.

Art. 59. Verificando-se que o numero de candidatos approvados é inferior ao das vagas de cada classe, poderá o director admittir como aspirantes os que pretenderem cursar as aulas do Instituto, embora não tenham concorrido aos exames de admissão provisoria.

Art. 60. Todo o alumno-aspirante que durante os quatro primeiros mezes não patentear ou confirmar as suas aptidões musicas, não poderá continuar os estudos no Instituto.

Art. 61. Os alumnos aspirantes serão definitivamente admittidos segundo as provas de aproveitamento que derem nos exames annuaes.

Art. 62. O alumno que obtiver admissão definitiva pagará annualmente uma das seguintes taxas :

De 5\$ para os cursos de solfejo individual, canto-choral (curso preparatorio), canto-choral (curso superior), teclado e para a primeira época dos cursos de violino, violoncello, contrabaixo e instrumentos de sopro ;

De 6\$ para o curso de harmonia e acompanhamento e para a primeira época dos cursos de canto a solo, piano e harpa ;

De 7\$ para a segunda época dos cursos de violino, violoncello, contrabaixo e instrumentos de sopro ;

De 8\$ para a segunda época dos cursos de canto a solo, piano e harpa ;

De 9\$ para a terceira época dos cursos de violino, violoncello, contrabaixo e instrumentos de sopro ;

De 10\$ para a primeira época dos cursos de orgão, e de contra-ponto e fuga, e para a terceira época dos cursos de canto a solo, piano e harpa ;

De 15\$ para a segunda época dos cursos de orgão e de contra-ponto e fuga ;

De 20\$ para os cursos de composição, historia e esthetica, e orgão, terceira época.

Art. 63. O alumno que frequentar mais de um curso pagará sómente a matricula daquelle curso cuja taxa for mais elevada.

Art. 64. Todo o alumno que tiver de proseguir nos estudos, terminado o anno escolar, deverá fazer esta declaração, dirigindo-se ao secretario, afim de que este ponha a devida nota no livro de matricula.

Art. 65. O director poderá abrir matricula extraordinaria, no meado do anno escolar, para preenchimento de vagas.

## CAPITULO VI

### DAS CLASSES

Art. 66. Os dias e as horas de cada classe serão determinados pelo director.



Art. 67. As mãos das alumnas ou ás pessoas que as representarem convenientemente, será permittido assistir ás lições.

Art. 68. A entrada nas aulas durante as horas de lição será vedada ás pessoas estranhas ao Instituto, salvo autorisação do director.

## CAPITULO VII

### DOS CURSOS PARALLELOS

Art. 69. Todo o alumno será obrigado a frequentar os cursos parallelos que lhe designar o director.

Art. 70. Os cursos parallelos são: os de solfejo individual, de canto-choral (curso preparatorio), de canto-choral (curso superior), de teclado, de piano, de harmonia, de contra-ponto e fuga, historia e esthetica, de conjuncto vocal, de conjuncto instrumental e de musica de camara.

Art. 71. No regimento interno serão especificados os cursos parallelos obrigatorios para cada uma das épocas dos cursos de ensino.

Art. 72. A falta de frequencia com assiduidade nos cursos parallelos obrigatorios impede ao alumno a continuação de seus estudos nos cursos superiores dependentes daquelles.

Art. 73. O alumno poderá seguir outro curso além dos que já frequentar, obtendo para isso autorisação do director.

## CAPITULO VIII

### DOS EXAMES E DOS CONCURSOS

Art. 74. Nos mezes de novembro e dezembro proceder-se-ha aos exames annuaes e finaes.

Aos exames annuaes serão chamados todos os alumnos do Instituto, menos aquelles de que trata o art. 77, afim de verificar-se o seu aproveitamento; aos exames finaes apresentar-se-hão os que tiverem concluido todo o seu curso, sendo indicados pelo respectivo professor os de canto a solo, de instrumentos, de harmonia e de contra-ponto e fuga.

Art. 75. As notas de exame serão determinadas no regimento interno.

Art. 76. Os exames finaes dos cursos de canto a solo e de instrumentos terão logar na primeira quinzena de novembro; todos os outros exames serão feitos no mez de dezembro.

Art. 77. São dispensados de exames os alumnos dos cursos de composição, de historia e esthetica, e da secção de conjuncto.

Art. 78. As mesas examinadoras serão compostas de quatro membros, nomeados pelo director, que as presidirá. No caso de ausencia de um dos membros da commissão á hora da abertura dos trabalhos, o director poderá nomear substituto.

Art. 79. As chamadas para exames e o resultado destes serão publicados no *Diário Official* e afixados na portaria do Instituto.

Art. 80. Os alumnos que não comparecerem aos exames por motivo justificado poderão ser examinados nos dias que para tal fim forem designados pelo director, durante o mez de março seguinte.

Art. 81. O alumno que, sem motivo justificado, deixar de prestar exame, perderá o direito à matricula.

Art. 82. Terminados os exames finais, abrir-se-ha a inscripção para os concursos aos premios.

Art. 83. Terão direito de concorrer aos premios os alumnos que tiverem completado um curso e obtido habilitação no exame final. Exceptuam-se :

I. Os que tenham incorrido na 4ª pena disciplinar ;

II. Os que não tiverem continuado a frequentar com resultado os cursos parallelos, onde estiveram inscriptos ;

III. Os que não tenham frequentado o curso desde o principio do anno escolar.

Paragrapho unico. Os alumnos dos cursos de composição e de historia e esthetica poderão concorrer a premio.

Art. 84. O alumno de canto a solo não será admittido a concorrer sem que tenha tomado parte nos ecores dos concertos do Instituto desde o começo do anno escolar.

Art. 85. Não haverá concursos para as classes de theoria elemental, solfejo individual, canto-choral (curso preparatorio), bem como para as de canto-choral (curso superior) e conjuncto instrumental.

Art. 86. As classes de musica de camara para instrumentos de arco poderão concorrer aos premios por proposta dos professores encarregados de as dirigir.

Art. 87. Os alumnos do curso de musica de camara para instrumentos de arco só serão admittidos a concorrer quando tenham frequentado com assiduidade as sessões de orchestra do Instituto, pelo menos desde o começo do anno escolar.

Art. 88. Os concursos serão publicos, à excepção dos de teclado, de harmonia e de contra-ponto e fuga.

Art. 89. As commissões julgadoras para os concursos serão nomeadas pelo director e por elle presididas. Constarão de quatro professores pelo menos e de dous membros honorarios do conselho. Faltando á ultima hora um dos membros da commissão, professor ou membro honorario, o director nomeará substituto.

Art. 90. Os professores não poderão fazer parte da commissão julgadora dos concursos quando concorrerem alumnos de sua classe. Todo o premio ou diploma obtido com violação deste artigo será nullo.

Art. 91. Determinadas as provas de um concurso, a commissão reunir-se-ha em sessão secreta, presidida pelo director e com assistencia do secretario, para a apuração das notas obtidas pelos candidatos nas listas que para esse fim serão distribuidas aos membros da commissão. O resultado dessa apuração será lavrado

pelo secretario em acta feita em livro especial e assignada por todos os membros.

N. B.— O membro da commissão não poderá, sob pretexto algum, modificar a sua nota depois de assignar a acta.

Art. 92. Terminados os concursos, será convocado o conselho para resolver sobre a concessão dos premios á vista das notas mencionadas na acta.

Art. 93. Si acontecer que pela commissão julgadora sejam dous ou mais alumnos equiparados em merecimento, o conselho, depois de decidir qual o premio correspondente ao valor das provas do concurso, votará sobre os concorrentes, cabendo o premio áquelle que obtiver maior numero de votos. A votação será nominal. Em caso de empate serão distribuidos premios iguaes.

Art. 94. Haverá : 1º, 2º e 3º premios de animação para o curso de teclado ; 1º, 2º e 3º premios de merito para os cursos restantes, excepto os de composição e de historia e esthetica. Para o curso de composição haverá um premio denominado *Premio Beethoven*, e para o de historia e esthetica um outro premio que terá o nome de um vulto notavel na historia da musica.

Art. 95. Os premios de animação consistirão em medalhas de bronze ; o primeiro premio de merito, em uma pequena medalha de ouro ; o segundo, em uma grande medalha de prata ; o terceiro, em uma pequena medalha de prata ; o premio *Beethoven*, em uma grande medalha de ouro, e o de historia e esthetica, em um diploma especial. Todas as medalhas serão acompanhadas de diploma.

Art. 96. O alumno a quem tenha sido conferido um primeiro premio, poderá continuar a frequentar o mesmo curso por mais um anno, sem que seja incluído no numero dos alumnos estabelecido para a mesma classe.

Gosará da mesma vantagem o alumno que, tendo obtido um segundo premio, queira concorrer ao primeiro.

Art. 97. O Instituto aceitará quaesquer premios offerecidos por particulares e conferil-os-ha aos alumnos laureados nos cursos do anno a que forem destinados esses premios, pela ordem destes e dos premios do Instituto.

Art. 98. Haverá concursos especiaes aos diplomas de *capacidade* e de *professor* para os alumnos que tenham obtido um primeiro premio nos cursos de canto a sole ou de instrumento, á excepção do de teclado.

Art. 99. Só poderão concorrer aos diplomas de *capacidade* e de *professor* os instrumentistas laureados em harmonia e os organistas que se tenham distinguido em contra-ponto e fuga.

Art. 100. Para concorrer ao diploma de professor é condição essencial ter bem servido como monitor ou como alumno-auxiliar do mesmo curso por tempo nunca inferior a tres annos.

Art. 101. Com o diploma de *professor* ou de *capacidade* o laureado terá uma medalha de ouro.

Art. 102. O alumno candidato ao diploma de *professor* ou de *capacidade* terá o direito de assistir como *ouvinte* ás lições de sua classe.

Art. 103. Os artistas a quem se tenha conferido o diploma de *capacidade* ou de *professor* só poderão frequentar o Instituto como alumnos dos cursos de composição e de historia e esthetica.

Art. 104. O director terá a faculdade de crear concursos especiaes e novos premios, quando o julgar conveniente, submettendo a sua resolução á approvação do ministro.

Art. 105. A sessão solemne da distribuição dos premios far-se-ha nos mezes de abril ou maio, em dia designado pelo ministro, sob proposta do director.

## CAPITULO IX

### DA DISCIPLINA E DAS PENAS APPLICAVEIS AOS ALUMNOS

Art. 106. Todo o alumno deverá comparecer pontualmente á hora da lição na respectiva aula.

Art. 107. O alumno será obrigado a tomar parte em todos os exercicios ou sessões de orchestra para as quaes o designar o director, não podendo ser dispensado sem uma razão muito ponderosa.

Art. 108. Aos alumnos, pelas faltas e delictos que commetterem contra as disposições do presente regulamento e do regimento interno, serão applicadas, segundo a gravidade dos casos, as seguintes penas:

- 1.<sup>a</sup> Reprehensão em particular ;
- 2.<sup>a</sup> Reprehensão em aula ;
- 3.<sup>a</sup> Retirada da aula por um dia ;
- 4.<sup>a</sup> Suspensão por dous a quinze dias ;
- 5.<sup>a</sup> Exclusão do Instituto.

Art. 109. Ao director compete a imposição de qualquer das penas ; aos professores as da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> ; ao economo e aos inspectores a da 1.<sup>a</sup>, e ao conselho as da 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup>, á vista da participação de um professor, do economo ou dos inspectores, transmittidas pelo director. As penas serão especificadas no livro de matricula.

Art. 110. O alumno deverá justificar a falta de comparecimento ás lições.

§ 1.<sup>o</sup> Quando a ausencia for imprevista, o alumno deverá mandar ao director, dentro de oito dias, participação justificativa de suas faltas.

§ 2.<sup>o</sup> Não poderão ser justificadas durante o anno mais de 30 faltas, devendo ser considerado vago o logar do alumno que exceder esse numero.

As faltas serão apontadas no livro de matricula.

Art. 111. Será considerado vago o logar do alumno que não justificar tres faltas consecutivas em qualquer dos cursos ou que faltar sem justificação a um concerto.

Art. 112. Será trancada a matricula do alumno que soffrer por tres vezes em um anno a pena 3.<sup>a</sup> ou por duas vezes a 4.<sup>a</sup>.

Art. 113. São delictos graves : a falta de respeito a seus superiores e os actos contra a moral e os bons costumes.

Art. 114. A pena 5ª imposta ao alumno impedindo-o de conservar-se dentro do estabelecimento, corresponde á perda de todos os seus direitos. Decorridos, porém, dous annos, si o alumno requerer a readmissão, o conselho, apreciando as circumstancias que tiverem occorrido, poderá autorisal-a, si o julgar digno de tal favor.

Art. 115. Logo que terminarem as lições ou actos a que for obrigado a assistir no Instituto, o alumno deixará immediatamente o estabelecimento, salvo quando tiver de fazer estudos no orgão, tendo para isso obtido uma licença especial do director, que lhe indicará as horas para o estudo.

## CAPITULO X

### DAS PENAS APPLICAVEIS AO PESSOAL DO INSTITUTO

Art. 116. O livro de presença será encerrado pelo secretario ás horas que lhe forem determinadas pelo director. Em aviso afixado na secretaria, o director, no começo do anno escolar, estabelecerá essas horas de accordo com o horario das classes.

Art. 117. O professor ou adjunto que, sem motivo justificado, comparecer depois de encerrado o livro de presença, perderá a gratificação do dia. Si justificar a demora perderá metade da gratificação.

Art. 118. Si a demora exceder de 30 minutos a hora marcada para a abertura de sua classe, será contada ao professor ou adjunto a falta do dia.

Art. 119. O professor ou adjunto que se retirar antes da hora estabelecida para terminação de sua classe, sem licença do director, perderá um dia de vencimento ; si com licença, perderá a gratificação.

Art. 120. O professor ou adjunto que, sem motivo justificado, não comparecer ás reuniões do corpo docente, ou a qualquer acto para que for designado, perderá o vencimento de oito dias. Incorre em igual penalidade o professor que, fazendo parte do conselho, não se apresentar ás reuniões do mesmo conselho.

Art. 121. A falta de exactidão no cumprimento de seus deveres, a irregularidade de conducta, ou qualquer outro motivo grave, exporá o professor ou adjunto á advertencia do director, á admoestação do conselho, á multa de oito a quinze dias de vencimentos, ou á suspensão de exercicio e vencimento durante o prazo de quinze dias a seis mezes.

Art. 122. A multa e suspensão serão impostas pelo Governo, á vista de informação do director, que ouvirá o conselho, si assim o entender.

Art. 123. O empregado perderá todo o vencimento:

1.º Si faltar ao serviço sem causa justificada ;

2.º Si se retirar sem licença do director antes de findos os trabalhos.

Art. 124. O empregado perderá toda a gratificação :

1.º Faltando por causa justificada ;

2.º Comparecendo depois das 10 horas ;

3.º Retirando-se antes das 2 horas da tarde, com licença do director.

Art. 125. São causas justificadas :

1.º Enfermidade do professor, adjunto ou empregado, que será provada com attestado medico, si as faltas excederem de tres dias em cada mez ;

2.º Molestia grave de pessoa de familia ;

3.º Nojo ;

4.º Gala de casamento.

Art. 126 O director poderá considerar justificaveis outras causas ponderosas, além das especificadas no artigo antecedente.

Art. 127. As justificações das faltas commettidas pelos professores, adjuntos ou empregados, serão dadas, por escripto, até ás 3 horas da tarde do ultimo dia util do mez.

Art. 128 Si o motivo for de natureza que prolongue o impedimento, será communicado este em tres dias ao director, afim de que providencie de fórma a não soffrer o serviço.

## CAPITULO XI

### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 129. Nos impedimentos que se prolongarem por mais de uma semana até um mez, e nas licenças que não excederem de um mez, o director designará o respectivo substituto.

Art. 130. Nos impedimentos e licenças por mais longo prazo e nos casos de vagas até serem definitivamente preenchidas, o ministro nomeará os substitutos mediante proposta do director.

Art. 131. O professor ou adjunto que, além do desempenho do seu cargo, reger interinamente uma cadeira, em virtude do impedimento ou falta do respectivo cattedratico, terá direito a um acrescimo igual á gratificação do logar do substituido.

Art. 132. Qualquer dos professores e dos adjuntos poderá por conveniencia do ensino e dos interesses do Instituto, sobre proposta do director, encarregar-se temporariamente da regencia de outra cadeira além da que lhe está confiada, percebendo os vencimentos integraes da cadeira vaga.

## CAPITULO XII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 133. O anno escolar começará na primeira segunda-feira de abril e terminará a 30 de novembro.

Art. 134. O presidente, em caso de empate, terá o voto de qualidade.

Art. 135. Os vencimentos de todo o pessoal do Instituto regulam-se pela tabella junta.

Art. 136. O professor que não tiver alumno matriculado no seu curso não terá direito á gratificação.

Art. 137. O Instituto manterá e desenvolverá com os recursos annualmente consignados no orçamento para esse fim :

1.º Uma bibliotheca de obras musicaes litterarias e didacticas ;

2.º Um archivo de peças musicaes de todos os generos e épocas ;

3.º Um museo de instrumentos de musica que offereçam interesse para o estudo da historia da musica e do seu desenvolvimento nos diversos paizes ;

4.º Um gabinete de physica com osapparelhos acusticos necessarios ao estudo de esthetica musical ;

5.º Um instrumental completo de orchestra no diapasão normal do Instituto.

Art. 138. Em instrucções especiaes, approvadas pelo ministro, estabelecer-se-hão as condições para o ingresso do publico na bibliotheca.

Art. 139. Da bibliotheca e do archivo só poderão, em caso urgente, ser retirados os livros e as musicas necessarios para a direcção e estudos de certas classes.

Em documento que assignará, o professor ou adjunto, ou o alumno a quem for confiada qualquer obra, responsabilisar-se-ha pela restituição em perfeito estado, dentro de um prazo determinado.

Art. 140. As obras raras, os instrumentos do museo, do gabinete de physica, da orchestra e das aulas, as estantes e todo e qualquer movel não poderão em hypothese alguma ser retirados do Instituto a titulo de emprestimo.

Art. 141. Em regimento interno, approved pelo ministro, serão consignadas as disposições complementares, relativas á economia e regimen interno do Instituto.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892.—*Fernando Lobo.*

Tabella dos vencimentos

| EMPREGADOS                                                                        | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|--------------|
| 1 Director.....                                                                   | 4:070\$000 | 2.000\$000   |
| 1 Secretario.....                                                                 | 3:00\$000  | 1:500\$000   |
| 1 Amanuense.....                                                                  | 2:000\$000 | 1:000\$000   |
| Professores.....                                                                  | 2:400\$000 | 1:200\$000   |
| Adjuntos.....                                                                     | 1:600\$000 | 800\$000     |
| 1 Economo.....                                                                    | 1:300\$000 | 700\$000     |
| 2 Inspectoras de alumnas.....                                                     | 1:200\$000 | 600\$000     |
| 1 Inspector de alumnos.....                                                       | 1:200\$000 | 600\$000     |
| 1 Continuo.....                                                                   | 800\$000   | 400\$000     |
| Pessoal de nomeação do director :                                                 |            |              |
| 1 Acompanhador.....                                                               |            | 1:800\$000   |
| 1 Ajudante de inspectora.....                                                     |            | 1:200\$000   |
| 1 Guarda-portão.....                                                              |            | 1:200\$000   |
| Gratificação a 1 professor ou adjunto que accumular<br>uma classe de solfejo..... |            | 1:000\$000   |

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892.—*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1198 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1892

Manda observar o regulamento para o exercicio das funções dos procuradores dos Feitos da Fazenda Municipal

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, § 1º da Constituição, e para execução do disposto no art. 32 da lei n. 85 de 20 de setembro ultimo, resolve que se observe o regulamento annexo, provendo sobre o exercicio das funções dos procuradores dos Feitos da Fazenda Municipal, e que vao assignado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

### Regulamento annexo ao decreto n. 1198 desta data

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, § 1º, da Constituição Federal, e para execução do disposto no art. 32 da lei n. 85 de 20 de setembro ultimo, decreta :

Art. 1.º A Fazenda Municipal em todas as causas em que for autora, ré, assistente ou oppoente, processadas nos Juizos dos Feitos da Fazenda Municipal, e em quizesquer outras em que for interessada e que correrem perante os demais juizos locais do Districto Federal, será representada por tres procuradores dos Feitos, que funcionarão independentemente de procuração ou outorga especial de poderes, com as designações de 1º, 2º e 3º.

Art. 2.º Nas causas propostas contra a Fazenda Municipal servirão os tres procuradores por distribuição, que o juiz fará logo na petição inicial ; e nas não executivas em que tiver de ser autora a Fazenda Municipal funcionarão os tres procuradores mediante distribuição que dellas lhes fará o prefeito.

Em livros especiaes serão registradas as distribuições feitas quer pelo juiz, quer pelo prefeito.

Art. 3.º As causas executivas serão intentadas cumulativamente pelos tres procuradores, aos quaes a Contadoria Municipal remetterá as certidões, titulos e contas correntes ou documentos respectivos, com a possível igualdade, e logo que terminar o periodo da cobrança á bocca do cofre dos impostos, ou logo que se tornar exigivel qualquer divida em que caiba o processo executivo.

Art. 4.º Nas causas que forem processadas perante os Juizos locais do Districto Federal observar-se-ha o disposto no decreto



n. 168, de 25 de abril de 1891, e mais legislação a elle referente, quanto aos procuradores que nellas devem funcçãoar.

Art. 5.º Os processos de infracção de posturas serão distribuidos pelo prefeito ao procurador que funcçãoar perante a Pretoria em cuja circumscripção se der a infracção.

Art. 6.º Sempre que qualquer dos tres procuradores souber que em algum outro Juizo se processa causa em que seja interessada a Fazenda Municipal como ré, assistente ou oppoente, poderá, pelos meios regulares de processo, exercer nella a intervenção que lhe compete.

Art. 7.º Os procuradores substituir-se-hão reciprocamente, guardada a ordem numerica, independente de licença, em suas faltas ou impedimentos, quando estes não excederem de 30 dias; excedendo, mediante licença do prefeito.

Art. 8.º Dado o impedimento de todos os procuradores, ou quando por affluencia do serviço qualquer destes não puder accumular as funcções do impedido, o que em tempo commnicará ao prefeito, este nomeará um procurador-adjunto.

Art. 9.º Ao procurador substituto ou ao adjunto caberão os vencimentos que o substituto deixar de perceber e mais as percentagens nos feitos em que officiar, observado o disposto no art. 20.

Art. 10. Os procuradores corresponder-se-hão, exclusivamente, com o prefeito, de quem solicitarão as informações, instrucções e documentos necessarios para promoverem em Juizo os interesses e direitos da Fazenda Municipal.

Art. 11. Cada procurador será auxiliado por um solicitador e um escrevente nomeados pelo prefeito, sobre proposta do procurador respectivo.

Art. 12. Aos solicitadores incumbe requerer em audiencia tudo quanto for a bem da Fazenda Municipal, assistir ás diligencias, fiscalizar a cobrança da divida activa, impostos e multas devidas á mesma Fazenda, observando em todos os actos e serviços as instrucções que receberem dos procuradores, aos quaes ficarão immediatamente subordinados.

Art. 13. Os escreventes farão o lançamento da escripturação e movimento das causas da Fazenda Municipal, e executarão os serviços que lhes forem designados pelos procuradores aos quaes ficam immediatamente subordinados.

Impedido qualquer dos escreventes, o procurador respectivo nomeará quem o substitua, cabendo a este a metade do ordenado do impedido quando o impedimento não exceder de tres mezes, e, quando exceder, percebendo o substituto todo o ordenado do substituido.

Art. 14. Applica-se aos solicitadores o disposto nos arts. 7º, 8º e 9º, para os casos de impedimento e substituição dos procuradores, cabendo sempre a estes a proposta do substituto e a nomeação do prefeito.

Art. 15. Para o exercicio de seus cargos os procuradores e solicitadores observarão as instrucções de 10 de abril de 1851, na parte não revogada pela legislação posterior.

Igualmente continuarão a observar-se, no tocante à cobrança do imposto de transmissão de propriedade e ao processo executivo fiscal os decretos n. 5581 de 31 de março de 1874 e n. 9985 de 29 de fevereiro de 1888, e mais legislação a elles referente, não revogada.

Art. 16. Os procuradores perceberão dos cofres municipaes o ordenado e gratificação marcados para os advogados e o procurador da Intendencia, no orçamento municipal actualmente em vigor; e os solicítadores e escreventes perceberão o que lhes for arbitrado pelo Conselho, de accordo com o prefeito.

Não terão os procuradores e solicítadores direito a custas, procuratorio ou emolumentos de qualquer natureza nas causas em que officiarem.

Art. 17. Os procuradores terão a percentagem de 2 % sobre todas as quantias cuja arrecadação promoverem para os cofres municipaes, quer se trate da cobrança executiva da divida activa, multas, etc., quer dos impostos de transmissão de propriedade, *mortis causa* ou *inter vivos*.

Os solicítadores terão a percentagem de 1 % nas mesmas condições.

Art. 18. Serão pagas pela Municipalidade, mensalmente, as percentagens sobre as quantias arrecadadas no mez anterior, a que se refere o artigo precedente.

Os escriptães, nas guias que expedirem para pagamento de impostos, multas, dividas, etc., deverão mencionar os nomes dos procuradores ou solicítadores que houverem funcíionado no feito.

Art. 19. Feito o calculo das percentagens, serão as dos procuradores distribuidas em tres partes iguaes para cada um; e as dos solicítadores pela mesma forma, entre estes.

Art. 20. Quando no mesmo processo houver funcíionado mais de um procurador ou solicítador, serão as quotas das respectivas percentagens divididas em duas partes iguaes, das quaes uma tocará, exclusivamente, ao substituto e outra entrará no calculo geral a que se refere o artigo precedente.

Art. 21. Quando algum dos procuradores ou solicítadores deixar, por qualquer causa, definitivamente o exercicio das funcíões, ser-lhe-ha abonada a metade das percentagens vencidas nas causas em que houver officiado.

Art. 22. Cessa para os procuradores e solicítadores o direito à percepção das mencionadas percentagens, cinco annos depois que o funcíionario houver deixado o exercicio do cargo, revertendo a respectiva importancia para os cofres municipaes.

Art. 23. Para os serviços que cabem aos escreventes e para o expediente das tres procuradorias, a Municipalidade fornecerá os livros, impressos e mais objectos necessarios, mediante pedido dos procuradores ao prefeito.

Art. 24. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892. — *Fernando Lobo*.



## DECRETO N. 1199 A (\*) — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1892

Declara extinto o Commissariado Executivo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que o Commissariado Executivo, creado pelo decreto n. 88 de 24 de dezembro de 1889 para a cobrança das multas impostas pelas autoridades sanitarias desta Capital, não pôde subsistir em face do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890, que creou o Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal, tendo este ficado com jurisdicção privativa para o julgamento das causas fiscaes que tiverem por objecto a cobrança da divida activa da Municipalidade, proveniente de multas; e

Attendendo a que a transferencia ao Governo Municipal do Districto Federal, dos serviços de hygiene e policia sanitaria a cargo da Inspectoria Geral de Hygiene, e de cujo acto dependia a exequibilidade da extincção do Commissariado, só verificou-se em virtude da lei n. 85 de 20 de setembro ultimo; e, portanto, passaram a ser municipais as multas correspondentes, devendo, quanto ás que possam ser impostas pelas autoridades a quem compita o serviço sanitario não desligado da administração federal e especificado no n. IV do paragrapho unico do art. 58 da citada lei n. 85, ser a cobrança regulada pelas disposições já em vigor sobre o Executivo Fiscal, de que cogitou o decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, segundo o processo estabelecido para o recebimento das multas devidas á Fazenda Nacional:

Resolve:

Art. 1.º E' declarado extinto o Juizo do Commissariado Executivo com poderes especiaes para a cobrança das multas impostas pelas autoridades sanitarias, em cumprimento das disposições dos arts. 76 e 78 lettra C do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890 e dos arts. 32 e 58 da lei n. 85 de 20 de setembro ultimo.

Art. 2.º Os autos concernentes a processos, findos ou em andamento, serão, para os fins convenientes, enviados pelo juiz á Secretaria de Estado quando se referirem a infracções dos capitulos VI e VII do regulamento annexo ao decreto n. 169 de 18 de janeiro de 1890; e á Prefeitura do Districto Federal, quando se tratar das do capitulo VIII do mesmo regulamento.

Art. 3.º Ficam nesta data dispensados de suas funções todos os empregados da Repartição ora extinta.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

(\*) O decreto n. 1199 não foi publicado.